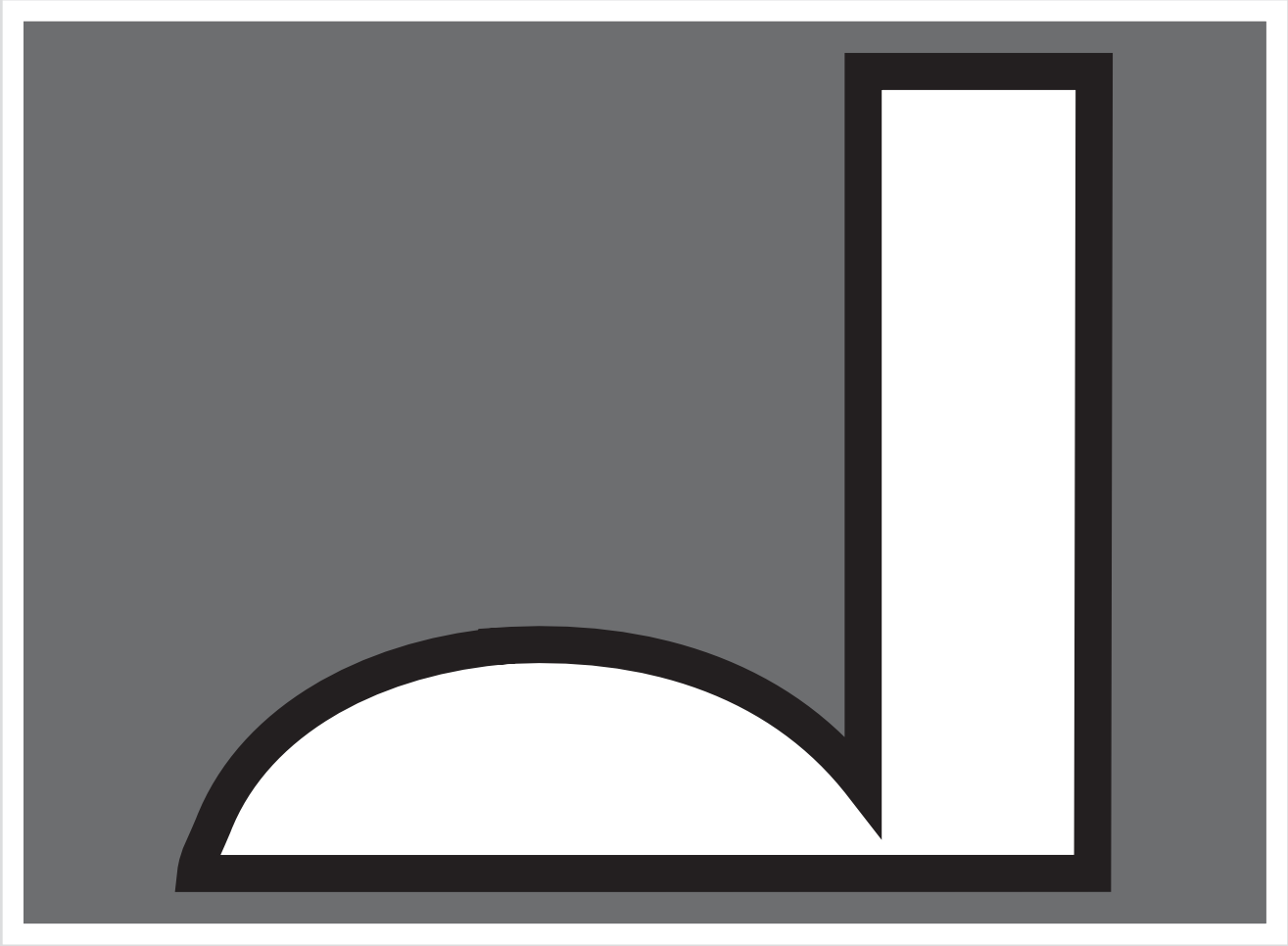
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

RELATÓRIO Nº 1, DE 2012-CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CPMI PRÁTICAS CRIMINOSAS DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL.

VOLUME III
TOMO I/II

ANO LXVII – SUP. "B" AO Nº 210 – SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Anibal Diniz- (PT-AC)(8,9)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)2
3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)(1,5,6,7)
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1

Paulo Davim

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14

Líder
Gim - PTB (56,60,61)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19,51)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,60,61)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti (58,59)

Líder do PR - 6

Blairo Maggi (19,51)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42,54)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48)

Líder do PPL - 1

João Costa

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,25)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55)
Lídice da Mata (30,38)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 12

Walter Pinheiro (22,25)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (23)
Lindbergh Farias (27)
Ana Rita (28)
Anibal Diniz (26)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55)

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4

Lídice da Mata (30,38)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (29)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (39)

Vice-Líderes
Gim (56,60,61)
Benedito de Lira (57)
Lídice da Mata (30,38)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Jayme Campos - DEM (24)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (31)
Flexa Ribeiro (5,33)
Lúcia Vânia (32)
Mário Couto (34)
Paulo Bauer (7,35)

.....

Líder do PSDB - 10

Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (6)
Paulo Bauer (7,35)
Flexa Ribeiro (5,33)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (24)

PSD - 2

Líder
Marco Antônio Costa - PSD (53)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SUMÁRIO

VOLUME I

- OFÍCIO Nº 766, DE 2012, DO PRESIDENTE DA COMISSÃO..... **6**

- REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012-CN..... **7**

- COMPOSIÇÃO INICIAL DA COMISSÃO..... **181**

- COMPOSIÇÃO FINAL DA COMISSÃO..... **184**

- RELATÓRIO Nº 1, DE 2012-CN..... **189**

- NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 37ª REUNIÃO..... **196**

- SINOPSE DA TRAMITAÇÃO DO RQN 1/2012..... **237**

VOLUME II

- VOTO EM SEPARADO VENCIDO E DEMAIS VOTOS EM SEPARADO

VOLUME III

- ATAS DAS 1ª À 36ª REUNIÕES

ATAS DAS 1ª À 36ª REUNIÕES

ATAS DA 1ª À 4ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO B" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 17 DE MAIO DE 2012.

ATA DA 1ª REUNIÃO.....4

ATA DA 2ª REUNIÃO.....22

ATA DA 3ª REUNIÃO.....81

ATA DA 4ª REUNIÃO.....92

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião realizada em 25 de abril de 2012, às dez horas e dezesseis minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência da deputada Íris de Araújo (PMDB-GO) e com a presença dos Senadores: José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jaime Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vincentinho Alves (PR-TO), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Walter Pinheiro (PT-BA), Aloísio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Sérgio Petecão (PSD-AC); e os senhores Deputados: Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Íris de Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR), Luiz Sérgio (PT-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB-RN), Iracema Portella (PP-PI), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ), Vieira da Cunha (PDT-RS), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Hugo Leal (PSC-RJ), Osmar Júnior (PCdoB-PI) e Luiz Sérgio (PT-RJ)**.** Deixaram de comparecer a Senadora Kátia Abreu (PSD-TO) e o senhor Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e, por motivo justificado, o Deputado Filipe Pereira (PSC-RJ). Compareceram os seguintes parlamentares não membros: Senadores Blairo Maggi (PR-MT), Gim Argelo (PTB-DF) e Pedro Simon (PMDB-RS); e os Deputados Jilmar Tatto (PT-SP), Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), Chico Alencar (PSOL-RJ), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Leonardo Monteiro (PT-MG), Wolney Queiroz (PDT-PE) e Hugo Motta (PMDB-PB). Na ocasião foi eleito o Presidente, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e indicado o Relator, deputado Odair Cunha (PT-MG). Foi apresentado o seguinte requerimento:

Item	Nº	Ementa	Autor	Observação
1.	001/12	Com base no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta CPMI e no art. 151, do Regimento Comum, solicitamos: seja requerida ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL cópia de inteiro teor, em papel e em meio magnético, COM COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS, dos INQUÉRITOS referentes às denominadas Operações "Vegas" e "Monte Carlo", realizadas pela Polícia Federal; seja requerida à PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA cópia de inteiro teor, em papel e em meio magnético, COM COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS, dos INQUÉRITOS referentes às denominadas Operações "Vegas" e "Monte Carlo", realizadas pela Polícia Federal; seja requisitada ao DEPARTAMENTO DE POLÍTICA FEDERAL cópia de inteiro teor, em papel e em meio magnético, COM COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS, dos INQUÉRITOS referentes às denominadas Operações "Vegas" e "Monte Carlo".	Dep. Odair Cunha e o Senador Vital do Rêgo	APROVADO

A SRª PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Senhoras e senhores aqui presentes, eu gostaria de, neste momento,...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Por favor.

Declaro aberta a reunião destinada à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012 – CN, destinada a investigar, no prazo de 180 dias, práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, e agentes públicos e privados desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

Consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos referidos cargos.

A palavra está franqueada aos Srs. Líderes que quiserem se manifestar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Srª Presidente, apenas para registrar um fato consumado, embora do nosso ponto de vista modesto não seja uma postura mais adequada para os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito aceitar como fato consumado a decisão de que o comando da CPI será de responsabilidade absoluta dos governistas, ficando a Minoria, a Oposição, mais uma vez alijada da participação no comando da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Houve durante muito tempo uma tradição, no Parlamento brasileiro, de que as Comissões Parlamentares de Inquérito tinham o seu comando com responsabilidade dividida entre Maioria e Minoria. Aliás, a Comissão Parlamentar de Inquérito é um instituto da Minoria, especialmente da Minoria, não só dela, mas especialmente da Minoria, para que possa exercitar uma prerrogativa essencial no Legislativo que é a de fiscalizar as ações do Executivo.

Apenas o registro, Srª Presidente, sem polemizar. Este é um fato consumado, já há uma decisão adotada pela Maioria. O Presidente é de um partido governista e o Relator é de um partido governista, e a Oposição fica minoritariamente a distância do comando desta Comissão.

Mas o nosso voto de confiança...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, para contraditar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero registrar também o voto de confiança àqueles que haverão de comandar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Oposição manifesta seu voto de confiança que haverá postura republicana, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito é da maior importância para os destinos do Poder Legislativo no País. É uma grande oportunidade que tem o Congresso Nacional de recuperar parte do desgaste acumulado nos últimos anos; de recuperar parte do conceito comprometido pelo desgaste acumulado nos últimos anos.

Era o registro que eu queria fazer, Srª Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para contraditar, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Acato o registro que V. Exª faz nesta Comissão.

A palavra continua franqueada. E pelo que eu vi...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para contraditar.

A SRª PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Sim, para contraditar, Deputado Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Bom dia a todos e a todas.

Srª Presidente, eu, sinceramente, queria começar lamentando a fala do competente Senador Alvaro Dias, porque é preciso parar com essa história diante do povo brasileiro.

Esta não é uma CPI de governo nem do Governo. No máximo, esta é uma CPI da Oposição e do Governo. Se a Oposição é minoritária, é porque o povo brasileiro quis assim. Se 70% desta Comissão são da base do Governo é porque o Regimento é assim. Então, não dá, meu competente Senador Alvaro Dias, para começar a dizer que esta CPI é do Governo, e o Governo, aqui, vai armar um rolo compressor. Isso não existe. Até porque, na Câmara, foram 360 assinaturas e, no Senado, 67 assinaturas. Essa é a maior prova de que, se o Governo estivesse por trás da CPI, não teria essa quantidade de assinaturas.

Então, faço um apelo ao competente Senador Alvaro Dias. Acho que esta CPI, acima de tudo, tem de ser pedagógica, tem de ser um momento de reencontro do Congresso Nacional com a opinião pública brasileira. Nós precisamos, efetivamente, dar respostas à opinião pública. E dar respostas, necessariamente, não é botar gente na cadeia, até porque a CPI está começando às avessas. O Sr. Carlos Cachoeira já está na cadeia. O empresário já disse que quebrou. O Demóstenes está sem poder andar na Casa. Então, teremos que ter uma tecnologia de investigação diferente. Acho que, nesta reunião, temos de discutir uma agenda. E talvez esta seja a primeira CPI que a agenda tenha de ser criativa, talentosa, diferente.

Portanto, Senador Alvaro Dias, eu gostaria de dizer a V. Exª que aqui não haverá esta marca de que os governistas controlam a CPI.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Um momentinho. Fiz aqui umas anotações, respeitando a ordem de inscrição dos Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Miro Teixeira, para contraditar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Creio que a contradita já foi feita. Agora, se eu tiver som ficará melhor.

A SRª PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Em seguida, Senador Sérgio Petecão. Depois, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Gostaria de ter som aqui.

A contradita está feita. O som está baixo, mas não vou gritar, porque o microfone foi feito para não gritarmos. A contradita está feita. Então, vou apenas saudar aqui a instalação da CPI e o reencontro com companheiros de lutas antigas. Seguramente, o trabalho vai nos unir, outra vez, em favor do Brasil. E transformo a contradita nesta saudação ao Alvaro Dias e a todos aqueles que lutam na Oposição, campo em que tantos anos lutei e o qual respeito tanto. Vamos trabalhar juntos. É o melhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O perfil de V. Exª é de oposição. (*Risos*.)

A SRª PRESIDENTE (Íris de Araújo. PMDB – GO) – Em seguida, passo a palavra ao nobre Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, quero agradecer por ter a palavra. Falo pela Liderança do PSD. Quando adentrei esta sala, entregaram-me uma pauta. Pergunto à Mesa se nós iremos cumprir a pauta. Se abrir a palavra a todos, não conseguiremos cumprir nossa pauta, até porque a senhora facultou a palavra aos presidentes de partido. Gostaria de saber se vamos cumprir a pauta. Temos, aqui, a instalação da Comissão, eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Gostaria que a senhora me informasse.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Srª Presidente, pela ordem. Senador Jayme Campos, Mato Grosso.

Quero me associar ao Senador Petecão. Diante da pauta que nós temos, se abrirmos a palavra a todas as lideranças, com certeza não vamos empossar o Presidente desta Comissão, o Senador Vital do Rêgo, bem como o Relator.

Essa é a minha manifestação, Srª Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Estou pedindo pela ordem para isso. Srª Presidenta, queria pedir pela ordem até para fazer uma indicação, se V. Exª me permitir. Acho que poderíamos, na linha do que colocou o Senador Petecão, iniciar os trabalhos. Quero, inclusive, fazer, em nome do Bloco do Senado – PT, PSB, PCdoB, PSD, PTB, PMDB e PR – a indicação do nome... Srª Presidente, nós queríamos indicar o nome do Senador Vital do Rêgo como nosso candidato a Presidente desta Comissão Parlamentar.

Então, seria mais producente que, na linha do que muito bem colocou o Senador Sérgio Petecão, nós procedêssemos, inclusive, ao encaminhamento da finalidade desta reunião, e, na sequência, abrir-se-ia a Ordem do Dia, para que pudéssemos fazer aqui até a intervenção de cada um das senhoras e dos líderes de partido.

Portanto, queria fazer esse encaminhamento, já apresentando, ao mesmo tempo, o nome do Senador Vital do Rêgo como candidato, pelo menos, da representação dos blocos no Senado para presidir esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Íris de Souza. PMDB – GO) – Eu penso que as palavras dos nobres Senadores Walter Pinheiro e Petecão realmente vêm ao encontro de que possamos ser uma organização, aqui, dentro do trabalho da Comissão.

Então, eu acato...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Acato...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – ...o que estão sugerindo os dois Senadores, e vamos passar para o encaminhamento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Srª Presidente, como Líder.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu peço a palavra como líder.

Primeiro, é preciso dizer claramente a esta CPI que o Presidente que está sendo indicado não é de a ou de b ou da base do Governo. Nós também apoiamos o Senador Vital do Rêgo à Presidência desta CPMI. É importante que fique claro isso.

Outra posição, também, Srª Presidente, é que eu gostaria de externar aqui um comunicado a V. Exª e aos membros da CPMI. É o ofício do Deputado Stepan Nercessian, que diz:

Sr. Líder, venho pelo presente solicitar que a bancada do Partido Popular Socialista leve à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos,

desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo da Polícia Federal, minha disposição para prestar esclarecimento sobre os fatos divulgados pela imprensa, envolvendo o meu nome em atos relacionados ao Sr. Carlos Augusto Ramos.

Então, está aqui o ofício do Deputado Stepan Nercessian, colocando-se à disposição da CPMI, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É uma questão de encaminhamento, Srª Presidente. É de encaminhamento.

Como há um consenso quanto ao nome do Presidente e do Relator, indago a V. Exª se regimentalmente seria possível fazermos a eleição de ambos por aclamação, e não pelo voto individual de cada um dos Parlamentares.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, tenho uma questão de ordem, baseada no art. 131 do Regimento Comum, primeiro, para dar a informação de quanto é importante que esta CPMI acelere sua instalação e inicie o trabalho.

Foi preso, agora de manhã, o Cláudio Abreu, ex-Diretor da Delta, numa operação chamada Saint Michel, comandada pelo Ministério Público Federal do DF, por conta de uma investigação em torno da bilhetagem eletrônica, aqui, no Distrito Federal.

Portanto, temos urgência de programar, juntamente com o Presidente e com o Relator, as futuras convocações, porque precisamos, inclusive, valer-nos desta circunstância de que há uma operação em curso, de que, talvez, uma das figuras centrais dessa organização criminosa esteja à disposição e de que a CPMI poderia, conjuntamente, já encaminhar uma das primeiras convocações, através da vinda do Sr. Cláudio Abreu, que tenho certeza de que vai ajudar-nos a entender toda a organização criminosa, que tem tentáculos por todo o País.

Eu queria, também, solidarizar-me, Srª Presidente, com V. Exª pelo trabalho e com o Senador Alvaro Dias.

É evidente que as Comissões Parlamentares de Inquérito – já participei de várias – são um instrumento da Minoria. E a tradição desta Casa sempre fez a composição dessas comissões, de tal forma que a Minoria pudesse ter uma representação no comando.

Eu proponho objetivamente, já que estão nas mãos do Governo a presidência e a relatoria; então que a vice-presidência seja da Minoria.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Não há vice-presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pelo menos, isso permitiria que no comando desta CPMI houvesse um equilíbrio nas ações administrativas. E eu explico e concluo, Srª Presidente.

Há um movimento, Srª Presidente Iris de Araújo, muito importante, que é o da chegada dos documentos na CPMI. Nós vamos requerer nesta CPMI milhares de documentos.

Eu já coloco de plano, Srª Presidente, a indicação de técnicos, pelos partidos ou blocos, que acompanhariam, em nome desses partidos, a chegada dos documentos na CPMI, a fim de que os partidos e os blocos pudessem ter ciência dos mesmos no mesmo momento em que chegam, porque sabemos que cada um de nós, dentro dos seus partidos ou blocos, vai desenvolver ações de investigações. E quero ir além e lembrar: a CPMI tem um poder muito maior do que uma investigação do Ministério Público e muito maior do que uma investigação da Polícia Federal.

Todo mundo fala que a Polícia Federal está investigando, mas um delegado da Polícia Federal – e está aqui o Francischini – sabe que para quebrar sigilo fiscal e bancário de uma empresa ou de uma pessoa física pode levar até 30 dias e a CPMI quebra em 48 horas. Então temos, sim, um imenso desafio, se usarmos com competência...

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Um minuto para que V. Exª conclua.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Concluirei. Novamente referindo a gentileza, a capacidade e o talento de V. Exª na Presidência. Mas chamando a atenção de que temos instrumentos que podem fazer jus às expectativas da sociedade, que é de uma CPMI que investiga e que transforma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidenta, pela ordem.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de corroborar com a proposta de que possamos fazer a votação por aclamação, se não houver contradita. Não é verdade que a tradição desta Casa seja garantir uma vaga para a Minoria e uma para a Maioria, uma para a Oposição e outra para a Situação, mesmo porque o Regimento da Casa prevê proporcionalidade. E o Regimento está sendo cumprido na sua íntegra.

Eu poderia citar, Srª Presidenta, vários exemplos de muitas CPIs. Eu participei de uma extremamente polêmica. Eu, o Deputado Chinaglia, e vários outros parlamentares, cujo presidente era Nelson Marchezan

e o Deputado Ney Lopes, ou seja, ambos da base de apoio. Não é verdade isso. E segundo, estamos em uma CPMI, então quero que fique bem claro para que a opinião pública não seja envolvida por questões que são ditas aqui de forma inverídica, Srª Presidenta. Assim, que possamos definir de imediato a Presidência a fim de que avancemos na relatoria e, aí sim, discutamos os métodos de trabalho desta CPMI.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Indago ao Plenário se há consenso em relação a que essa escolha do Presidente, a eleição do Presidente seja feita por aclamação. (*Pausa*.)

Não havendo objeção, declaro eleito o Senador...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A minha questão é regimental. Se o Regimento Comum permitir, sou a favor. O Regimento da Câmara dos Deputados nas Comissões não permite, tem que ser votação por cédula. Se o Regimento Comum permitir, sou a favor.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Então, nós vamos colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem que se manifestem levantando a sua mão. (*Pausa*.)

Eleito por aclamação o Senador Vital do Rêgo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Quero registrar o meu voto contrário, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – O Deputado Francischini registra o seu voto contrário.

Convido o Senador Vital do Rêgo para que assuma a Presidência dos trabalhos da presente reunião. (*Pausa*.)

Neste momento, Srªs e Srs. Parlamentares, eu gostaria de tecer, antes que o nosso Presidente assuma os trabalhos da Mesa, algumas considerações em relação ao trabalho que esta CPMI irá empreender neste País. Eu digo neste País porque os fatos que nos conduzem neste momento a criar esta CPMI dizem respeito a uma organização criminosa que está mostrando os seus tentáculos sem fronteiras, no País todo.

Mas eu chamo atenção para um fato que eu considero da maior importância e que nós temos que levar em consideração. Cada um que aqui está, cada Deputado, cada Senador, cada Senadora, tem compromisso firmado através de delegação popular, conquistada nas urnas lá em sua comunidade. O que nós percebemos, pelo menos eu tenho percebido na minha comunidade, no meu Estado, é que a população está se sentindo angustiada, insatisfeita, estarrecida. A juventude, que até há pouco tempo, se mantinha de forma praticamente omissa, começa a se manifestar. Os caras-pintadas já estão chegando às ruas, às praças, às avenidas para protestar contra essa situação que estamos vivendo.

Deixei primeiro que decidíssemos a presença do nosso Presidente para, depois, manifestar-me. Apesar de estar aqui sentada no lugar de presidente, eu me manifesto, neste momento, como Parlamentar do meu Estado, como participante, integrante dela pelo Estado de Goiás. Que o povo fale mais alto e que nós tenhamos coragem, ouvidos e determinação para fazer aquilo que ele está nos ditando nas praças e nas ruas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*) (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a minha querida companheira do PMDB, esta jovem e brava Deputada goiana, Íris de Araújo, pela manifestação de apoio, de solidariedade e de conforto tão bem colocada em nome do povo goiano.

Recebi do meu Partido, o PMDB, e agora de V. Exªs, com essa manifestação de quase aclamação ao nosso nome, a grande responsabilidade de presidir esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlos Cachoeira, desvendadas pelas Operações Vegas e Monte Carlo da Polícia Federal.

Quero, portanto, em primeiro lugar, agradecer a confiança dos meus colegas e das nossas lideranças partidárias por me distinguirem com importante tarefa. Espero em Deus que eu consiga cumpri-la com dignidade, mercê das dificuldades que certamente surgirão ao longo dos nossos trabalhos.

Esta CPMI tem o enorme dever republicano para com a Nação brasileira. Caberá a ela investigar com lisura e transparência os fatos que vêm sendo fartamente noticiados pela imprensa, objeto das investigações da Polícia Federal, e apresentar resultados concretos à sociedade. Não será uma atribuição fácil por inúmeras razões, cuja menção eu considero ociosa por serem já sobejamente conhecidas. Mas devemos essa satisfação ao Brasil, porque, como ensinava o grande Ulysses Guimarães, a corrupção destrói a democracia. Precisamos destruí-la antes se queremos um País livre para os nossos filhos e netos.

Da minha parte posso prometer empenho e muito trabalho. Não me furtarei ao amplo diálogo que esse difícil mister exige. Somente por via do livre debate, do imprescindível contraditório é que poderemos chegar à verdade dos fatos. A Constituição e as leis do País serão os nossos limites inarredáveis nesta busca. Nada faremos em desacordo com a legalidade. Transparência e equilíbrio serão o norte nessa empreitada difícil e complexa.

É minha intenção dirigir os trabalhos desta Comissão de maneira isenta, acima e além de interesses partidários ou de grupos. Sei de antemão que isso não

será tarefa fácil, mas resistir a pressões indevidas por mais intensas que sejam terá que ser as minhas obrigações nesta jornada. Também prometo serenidade na Presidência desta importante Comissão. E apelo aos meus colegas Parlamentares de ambas as Casas para que me auxiliem na tarefa de levar seus trabalhos a bom termo. A discussão de cada assunto deve ser igualmente serena e, quando houver impasses, eles devem ser resolvidos pela via democrática do voto.

Ao Relator, que dentro de instantes terei a honra de designá-lo, quero desejar a iluminação divina na preparação do seu relatório final, já que, certamente, e tenho absoluta convicção, capacidade não lhe falta para este fim. Também quero assegurar ao Sr. Relator a mais irrestrita colaboração para que o seu trabalho possa ser exercido nas melhores condições possíveis e para que o seu relatório seja digno das expectativas da Nação.

Não vejo muito mais o que dizer, Srªs e Srs. Parlamentares, neste momento. Quero apenas pedir a Deus que nos ajude para que possamos fazer o melhor que nos permitam as nossas forças. Os olhos do País estarão todos sobre nós. Os corações e as mentes dos brasileiros exigem de nós respostas à altura dos graves fatos conhecidos, pois nós lhe devemos respostas, respostas estas que nos ajudem a crer no Brasil e na política como o melhor caminho para a solução dos conflitos e que a democracia é o melhor regime de governo que a humanidade já pôde inventar. Nós lhe devemos essas respostas para que eles possam crer no futuro, para que eles possam continuar trabalhando e lutando dignamente por uma vida melhor para si e para todos.

Que Deus nos ajude a encontrar essas respostas!

Muito obrigado. Vamos ao trabalho. (*Palmas*.) (*Pausa*.)

Tenho a honra de designar, por acordo, mas com a compreensão de todos e por força do Regimento, sabedor do seu currículo, da força de seu trabalho e da sua competência, o Deputado Odair Cunha, do PT de Minas Gerais, para relatar esta importante Comissão. *(Palmas.) (Pausa.)*

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que os requerimentos a serem apresentados exclusivamente por seus membros deverão ser protocolados na Secretaria da Comissão, localizada à sala 15, no subsolo da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, após o encerramento desta reunião. A Secretaria já se encontra aberta, Deputado Onyx. Já foram distribuídas as senhas. Facilitamos o trabalho dos Srs. Parlamentares. Alguns Parlamentares dispuseram, em seus gabinetes, desde as primeiras horas da manhã de hoje, para terem prioridade na apresentação desses requerimentos. A Secretaria já está recebendo esses requerimentos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite, tenho uma questão de ordem sobre os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um instante, Deputado Carlos Sampaio.

Esta é uma reunião com pauta determinada, Senador Alvaro Dias. Eu estava aqui vendo e ouvindo algumas arguições de V. Exªs, mas o Sr. Relator, antes do Deputado Carlos Sampaio, tem um requerimento de máxima importância para tratar com a Comissão. Não é um requerimento do Relator. Não estaremos votando... Peço ao eminente e querido Senador Aloysio e ao Deputado Rogério a atenção. Vamos votar, excepcionalmente, hoje, dois requerimentos da lavra do Relator, mas com a comunhão e o apoio, e peço aos senhores, de todos os membros da Comissão. Tenho certeza do interesse da Comissão para apressar e diligenciar nossos trabalhados com relação às duas operações.

Passo a palavra ao Sr. Relator. Depois, ouço, por ordem de inscrição, o Deputado Miro Teixeira, que veio à Mesa se inscrever, o Deputado Carlos Sampaio e o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exª e os demais Pares. É uma satisfação ter a oportunidade de estar aqui nesta Comissão. Quero agradecer pela designação. De maneira especial, quero agradecer à Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados a indicação, ao meu Líder Jilmar Tatto. Quero agradecer de maneira especial, quero fazer este registro, aos meus sempre líderes Deputado Cândido Vaccarezza e Deputado Paulo Teixeira, que, em último momento, tiveram, eu diria, o carinho para com este Relator, no sentido de apoiar-me nesta empreitada. Fico feliz em tê-los aqui nesta Comissão, porque mostra o tamanho da grandeza de cada um dos companheiros e companheiras de nossa bancada. Tenho certeza de que contarei com o apoio deles.

De igual forma é importante termos clareza de que assumo aqui, Presidente, esta tarefa de relatoria, compreendendo que é uma tarefa coletiva. Terei a responsabilidade de coordenar esses trabalhos, mas quero contar com os Srs. Senadores, com as Srªs Senadoras, com os Srs. Deputados e com as Srªs Deputadas nesta empreitada.

Como V. Exª bem já disse, peço a subscrição dos membros desta Comissão a esses dois requerimentos que apresento, exatamente tendo por objetivo a remessa do inteiro teor dos inquéritos da Operação Monte Carlos e da Operação Vegas, que estão no Supremo

Tribunal Federal, por compreender que todo nosso trabalho tem como ponto de partida exatamente esses documentos e essas investigações que já estão STF.

Era o que eu tinha a dizer.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em discussão.

Os senhores entendem da necessidade de aproveitar o dia de hoje, embora a Deputada Íris tenha convocado a reunião apenas para escolha da presidência e da vice-presidência, que não será hoje por oportuno entendimento das lideranças que vão escolher, mas extrapauta nós estamos incluindo esse requerimento para apressar a remessa dos autos.

Os senhores concordam?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu quero só fazer uma sugestão para a CPI e para o Relator. A Operação Vegas, há dois anos, dormita na Procuradoria Geral da República, não chegou ao Supremo. Então, eu quero sugerir a V. Exª que faça outro requerimento específico pedindo todos os documentos à disposição da PGR da Operação Vegas e da Operação Monte Carlo também, não só para o Supremo. E acho que deveríamos pedir o que a Polícia Federal apurou sobre a Operação Vegas em 2008, pois podem não ser os mesmos documentos à disposição da PGR.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a concordância do Relator, Deputado Vaccarezza, nós já apanhamos a argumentação taquigráfica de V. Exª e anexamos no requerimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se me permite, Sr. Presidente, apenas, então, nós podemos triplicar aqui os requerimentos, encaminhando à PGR e à Polícia Federal.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, é sobre uma questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sobre o requerimento?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sobre o requerimento. Pelo que tenho conhecimento, parte do processo está tramitando em sigilo e, por estar tramitando em sigilo, a votação, de acordo com o Regimento Interno, tem que ser nominal. E por segurança desta CPMI, o requerimento terá que ser por votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rosinha, assiste a V. Exª razão e a Secretaria já havia providenciado esse critério.

Mais alguém que queira discutir os requerimentos, para que eu possa passar a palavra a outros assuntos àqueles que estavam inscritos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é nem para discutir, é só para chamar a atenção, porque o requerimento tem que ser de transferência de sigilo, no meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. E o Carlos Sampaio lembrou o meio magnético, não é isso?

Vamos passar...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, em relação aos requerimentos apresentados pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, que nós convocássemos – e aí eles já poderiam trazer esses documentos – o Procurador Geral da República, para que ele informe a esta Comissão o que já foi apurado – ele que já apresentou denúncia –, o objeto de umas delas – porque a outra, como muito bem disse o Deputado Vaccarezza, ainda não está em tramitação –, o que ele qualifica como crimes encontrados nesses inquéritos e as pessoas que ele arrola como responsáveis pela prática de delitos.

E a convocação também dos dois delegados presidentes dos dois inquéritos para que venham a esta Comissão e tragam, além das suas informações orais e verbais, pela inquirição que lhes será feita, que tragam também em mãos toda essa documentação que em muito boa hora vem sendo requisitada pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha.

É essa a sugestão que deixo nas mãos do Sr. Presidente, Vital do Rêgo, e do Sr. Relator, naturalmente, ouvidos os integrantes desta Comissão.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Colegas Deputados e Colegas Senadores, este requerimento vem ordenar, inicialmente, os trabalhos, no sentido de termos acesso – de fato se tem – de autoria e materialidade, para termos um foco nos trabalhos da Comissão e podermos progredir com mais celeridade.

Agora, é interessante colocar no requerimento, eminente Relator Odair Cunha, o compartilhamento

de dados. A simples remessa vai remeter-nos a outro requerimento, que seria no sentido de se ter o compartilhamento desses dados, podendo, inclusive, V. Exª estender esse compartilhamento, quando precisarmos de auxílios técnicos de perícia, de algum auditor da receita federal ou até mesmo de editor do Banco Central.

É só esse dado de encaminhamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feita a observação de V. Exª, Deputado Jilmar Tatto, Líder do PT.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, cumprimento-o pela eleição, parabenizo-o pela escolha do Deputado Odair Cunha; cumprimento todos os Deputados e Senadores.

Aqui, todos têm experiência de CPIs.

Acho importante e prudente sempre nos atermos à pauta que foi previamente acertada. Vamos fazer, Sr. Presidente, esta excepcionalidade no sentido de acelerar o trabalho da CPMI, de trazer esses inquéritos da Operação Vegas e da Operação Monte Carlo.

Mas eu sugeriria que déssemos um tempo para o Relator e que ficássemos, portanto, atentos só para isto, só para aprovar esta excepcionalidade hoje, desse requerimento, ou seja, que a CPMI desse um prazo para o Relator apresentar um plano de trabalho. E, a partir desse plano de trabalho, nós o discutiremos, e aí, sim, começa o ritmo dos trabalhos da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Correto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Não hoje... Além do que foi proposto por V. Exª, eu sugeriria que não aprovássemos mais nenhum requerimento.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugestão aceita.

Com relação ao requerimento, Deputado Onyx, V. Exª estava inscrito para requerimento ou para extrarrequerimento?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Bem, quero falar sobre o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, fica dada a palavra a V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...por uma razão importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu havia inscrito V. Exª depois do requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Também, mas isso é para outra informação.

Para o requerimento, é o seguinte – quero aduzir –: já que estamos buscando toda essa documentação, acho que seria importantíssimo buscar o que está no arquivo da Casa: os documentos e o relatório da CPI dos Bingos, feita pelo Senado, porque lá na CPI dos Bingos existiam depoimentos muito relevantes, como o de Waldomiro Diniz, por exemplo, que é onde começa todo o fio dessa meada.

E, lá na CPI dos Bingos, o compartilhamento dos documentos vai permitir-nos estabelecer a origem, a continuidade e a estruturação dessa organização criminosa, que chega até os nossos dias.

Essa era a colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação do requerimento, para encerrarmos.

Extraordinariamente à votação desse requerimento, vamos ouvir algumas considerações e encerramos a reunião.

Deputada Íris, para a votação, para o anúncio, a convocação dos senhores votantes.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim".

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Humberto Costa.

Não está presente o Senador Humberto Costa?

Senadora Lídice da Mata, como vota V. Exª?

Senador Pedro Taques.

Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Pedro Taques, que está presente agora, como vota V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Preciso saber em que vou votar.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Tudo bem.

Senador Ricardo Ferraço.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – voto "sim", Sr. Presidente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Ciro Nogueira. (Pausa.)

Ausente.

Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, *(falha na gravação.)* ...os requerimentos apresentados pelo Sr. Relator, sou plenamente favorável, mas com aquele aditamento de que esses documentos nos cheguem às mãos por intermédio da convocação, que eu sugiro esta Comissão faça, do Sr. Procurador Geral da República, para que ele ve-

nha aqui, nos dê as explicações devidas e traga em mãos essa documentação, e os dois presidentes dos inquéritos das duas operações.

É a ressalva que eu faço, pedindo a compreensão dos companheiros que fazem parte desta Comissão. Mas estou de acordo com o que coloca o Sr. relator da Comissão.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

(Tumulto no plenário. Vários oradores falando.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço silêncio! Continua em votação.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Depois de todos os titulares.

Agora, o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto com o Relator, Srª Presidente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Sim", Presidente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – "Sim", com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Voto com o Relator. Íris de Araújo.

Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Voto com o Relator. "Sim".

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Sim", com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – "Sim".

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Gladson Cameli. (*Pausa*.)

Ausente.

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Maurício Quintella Lessa. *(Pausa.)*

Deputado Foletto. *(Pausa.)*

Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Na forma requerida pelo Relator. "Sim."

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Voto "Sim", Presidente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Filipe Pereira. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Srª Presidente, eu voto com o Relator, nos termos propostos pelo Relator.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sr. Presidente, meu nome, ela falou Foletto. Eu voto com o Relator. Deputado Paulo Foletto, do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está registrado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Novamente, Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Jayme Campos.

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Vamos chamar os suplentes, agora.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Benedito de Lira, pelo Bloco da Maioria. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Jarbas Vasconcelos. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Gladson Cameli? (*Pausa*.)

Deputado Maurício Quintella? (*Pausa*.)

Deputado Paulo Foletto? (*Pausa*.)

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Com o Relator.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado Filipe Pereira? (*Pausa*.)

Pela Suplência do PP, Iracema Portella. (*Pausa*.)

Pela Suplência do PR, Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Voto com o Relator, Srª Presidente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela Suplência do PSC, Hugo Leal. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Com a palavra, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, parabéns pelos eleitos. E já temos algo a celebrar que são as primeiras palavras de V. Exª. Vamos aqui tentar desenhar um plano de voo que sirva de subsídio para o Relator traçar o seu próprio plano de voo.

Acho que essa é uma CPI, como está escrito em todos os jornais, que começa com inquéritos prontos, magníficos trabalhos da Polícia Federal e da Receita Federal, ou seja, o aparelho de Estado funcionou magnificamente.

Agora, de minha parte, quero me dedicar, por exemplo, à recuperação do dinheiro que é desviado. O povo brasileiro está cheio de ver esses casos acontecerem, a toda hora acontecem, e depois as pessoas continuam com o dinheiro. Então, é preciso sequestrar os bens desde já para garantir depois que, no caso de uma condenação, esse dinheiro venha para os cofres públicos seja devolvido ao povo.

Tenho um requerimento nesse sentido. Tenho um requerimento ao Tribunal de Contas para saber afinal o que se passa. O que se passa? Porque a toda hora isso está se repetindo. O que temos que fazer para acabar com essa sucessão de perversidades? Dependemos de leis ou dependemos de uma ação afirmativa do Governo nessa direção? E vamos dar a nossa colaboração.

Mas isso não é possível... E tenho outros requerimentos aqui. Não quero entrar em uma disputa olímpica de entrega de requerimentos. Penso que seria melhor combinarmos uma reunião administrativa e definirmos um método de trabalho e, talvez, até dividirmos tarefas. Existem alguns que são mais aptos a pegar todo esse trabalho que virá do Supremo Tribunal Federal ou da Procuradoria da República e traduzi-lo em miúdos. Existem outros que querem fazer propostas novas. Existem outros ainda que querem pegar o que foi apurado e, a partir daí, tentar avançar.

Assim, talvez, possamos ter aqui uma organização. Não precisa ser formal. Mas os Parlamentares podem marcar os seus encontros e trazer ao Relator as coisas mais ou menos organizadas.

Então, esse é o fundamento para fazermos a reunião administrativa antes de qualquer coisa. Acho fundamental para que todos possam apresentar as suas ideias de como fazer funcionar a CPI e, a partir daí, fazermos um trabalho bastante ágil. Sem essa organização, o trabalho não será ágil, pois todos vão se dedicar a mesma coisa e vamos perder tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Só para esclarecimento, Sr. Presidente. Só para tirar uma dúvida. Teremos a eleição do Vice-Presidente hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. A eleição do Vice-Presidente, como já foi dito a V. Exªs – é porque V. Exª estava na votação.

A eleição do Vice-Presidente, Senador Petecão, será na próxima reunião administrativa, marcada para quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos. Vamos eleger o Vice-Presidente. A reunião será administrativa, quando o Relator trará aqui o seu plano de trabalho para atender a sugestão do Deputado Miro Teixeira.

Já combinamos, com a relatoria, que quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, Senador Petecão, o Relator trará um esboço para discutir com a comissão esse plano de trabalho. E aí, sim, poderemos fazer a escolha do Vice-Presidente, que deverá ser harmônica entre os líderes partidários.

Atende a V. Exª, Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos fazer duas reuniões: uma não administrativa, para escolher o Vice-Presidente, e outra administrativa para outros assuntos.

Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª e também o Relator, eu tenho uma indagação com relação aos requerimentos. Apesar da reunião administrativa que teremos – e é sadia essa proposta do Deputado Miro Teixeira, acolhida pelo Relator – eu me preocupo com relação à ordem desses requerimentos e explico por que, Sr. Presidente.

Eu cheguei aqui por volta das 8 horas e 50 minutos. Aqui permaneci e fui o primeiro que cheguei com o intuito de protocolizar os requerimentos a que nosso partido gostaria de subscrever. Ocorre que me disseram que não seria aqui, mas na sala da CPMI. E fui para lá também como primeiro Parlamentar a ali chegar, só que havia um assessor de outro partido. Eu

não sei se o critério será a chegada do Parlamentar ou de assessores?

Eu justifico essa pergunta. Não se trata apenas de uma questão menor que estou levantando, mas V. Exª há de convir que nós teremos várias oportunidades em que os requerimentos serão protocolizados e o meu receio é essa disputa de horário dos assessores. Por exemplo, um chegou hoje às seis e meia da manhã. Que nós tenhamos assessores chegando às seis, depois os outros chegando às cinco e meia, fica uma coisa sem fim. Aí a minha preocupação. Porque como fui o primeiro que cheguei, eu gostaria de saber se a ordem será a de chegada do Parlamentar, que foi o meu caso, ou a ordem de chegada do assessor? É uma indagação que prevalecerá por toda a reunião.

Sr. Presidente, a segunda é apenas para corroborar com o que foi dito pelo Deputado Miro Teixeira. Essas vocações pessoais a que ele se refere na verdade tomam um formato, nesta CPMI, que é exatamente de sub-relatorias.

Eu entendo a preocupação do Deputado Odair. Inclusive, ouvi a fala dele, por intermédio da imprensa, com relação ao vazamento. Obviamente, o nosso norte não tem que ser evitar o vazamento, porque esse é o norte de todos nós e particularmente de V. Exª. Mas o nosso norte deve ser a investigação. E a criação de sub-relatorias específicas garantem um foco, Sr. Relator, que vai subsidiar V. Exª da melhor forma possível.

Portanto, eu insisto na apreciação, nessa reunião administrativa, da criação de sub-relatorias, lembrando, para aqueles que participaram das últimas CPIs, que os documentos sigilosos passaram a ser entregues na sala da CPI, para um único funcionário. A sala é reservada e inclusive monitorada por câmeras.

Portanto, a criação de sub-relatorias, longe de criar um sistema de vazamento, cria um sistema de investigação auxiliar, juntamente com o relator, a subsidiá-lo nos seus trabalhos finais.

Sr. Presidente, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio, atendendo a V. Exª na questão do horário do protocolo, também na quarta-feira, por força do art. 89, § 1º, estaremos editando e transferindo para V. Exªs, para melhor acompanhamento da comissão, uma cartilha com toda a normatização e regramento dos trabalhos da comissão, juntando o que tem no Regimento Comum, subsidiado com o Regimento do Senado, para facilitar o encaminhamento dos trabalhos na Comissão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, e os de hoje? E os requerimentos de hoje?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estarão prontos e...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Os meus estão formulados. Eu estava aguardando para protocolizá-los, mas havia um assessor de outro partido na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos, inclusive, trabalhar isso na secretaria, para dar a melhor solução que atenda a V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu até entendo. É que todos estão lá. Eu não sei como vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos dar uma solução para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Exª. É pela ordem, porque vamos ouvir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª e o Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço silêncio ao Plenário, para ouvir o Senador Randolfe Rodrigues, meu companheiro e querido amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Meu querido Presidente, vim lhe cumprimentar, cumprimentar o Deputado Odair Cunha e, a título de sugestão, encaminhar o seguinte: creio que, na reunião administrativa, há requerimentos de minha autoria também e, parece-me, de todos os parlamentares. Creio que agora a responsabilidade de organizar esses requerimentos é do nobre Relator. O nobre Relator vai, na próxima reunião, nos apresentar um plano de trabalho. A precaução impõe para nós debatermos a partir do plano de trabalho do Relator Odair Cunha.

Tenho a convicção de que é inevitável que uma CPI cujo objeto é o Sr. Carlos Cachoeira, em seus primeiros passos, ouça o próprio – é óbvio! Mas isso não me parece ser um debate para agora. Temos um conjunto de requerimentos de todos os parlamentares, creio que o Relator deve estar pensando em uma ideia de plano de trabalho, em um roteiro a ser seguido e o melhor encaminhamento, neste momento, é deixarmos isso ao encargo do Relator. Na próxima reunião, poderemos concordar ou divergir do plano de trabalho, do encaminhamento proposto pelo Relator.

Eu queria sugerir ainda ao Relator Odair Cunha que, ao apresentar o plano de trabalho, apresente também o critério do acesso aos documentos, quem pode

ter acesso aos documentos, quem poderá manusear os documentos para que tenhamos as precauções devidas. É uma CPI do Parlamento. E um dos princípios de uma CPI do Parlamento é ter transparência para a sociedade brasileira dos seus atos. Creio que isso tudo poderá ser apresentado e debatido por nós com o Relator já na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero compartilhar e concordar com V. Exª no encaminhamento dado para a reunião da próxima quarta-feira, mas queria também chamar atenção para que, junto com o plano de trabalho do Sr. Relator, que vamos discutir aqui e deliberar, já tivéssemos também, assim como tivemos hoje, um conjunto de requerimentos que vamos aprovar.

Por que eu digo isso? As informações que hoje são disponíveis a todos nós nos dão conta, primeiro, de que o Diretor-Presidente da Delta já se afasta da empresa. Há uma situação de que há um contador do Sr. Carlos Cachoeira nos Estados Unidos com gravações e documentos que comprometem metade da República. Isso é um fato! Então precisamos, além de, vou retornar à sugestão que eu dei, buscar o compartilhamento dos dados da CPI dos Bingos e seu relatório para que possamos, então, trazer à luz desta Comissão todos os fatos que foram apurados lá e que estavam correlatos às atividades já lá atrás do Sr. Cachoeira. Assim, teremos possibilidade de fazermos convocações objetivas, para que possamos, então, acelerar os trabalhos da Comissão.

Eu fico preocupado que com o processo administrativo de instalação, de organização os fatos vão ocorrendo, as pessoas vão se precavendo, as assessorias e consultorias jurídicas vão brindando aqueles que têm que dar explicação ao País e que, como corretamente disse o Deputado Miro Teixeira, precisam devolver o que roubaram do País. Então a minha preocupação é que, na próxima quarta-feira – e concluo, Sr. Presidente –, nós tenhamos aqui a possibilidade de, objetivamente, por iniciativa do Relator e por decisão da maioria dos membros, já ter atos de convocação, atos de compartilhamento de sigilo. As questões de sigilo telefônico muitas vezes são demoradas; as operadoras nos atenderem e colocarem à nossa disposição demanda tempo. A Comissão tem 180 dias. Parece muito, mas, daqui a pouco, fica curto o tempo. Quanto mais a gente puder acelerar, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Vamos ouvir o Deputado Rubens Bueno e, depois, Chico Alencar.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, falo um pouco da experiência como Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu me lembro de que havia um volume muito grande de denúncias. Havia denúncias colocadas pela mídia, denúncias que chegavam à Comissão por outras vias. Isso, ao se avolumar, ensejou àquela Comissão, à época, a possibilidade de trabalhar sub-relatorias. Para que isso deve ser feito? Para que o Relator, que se transforma no Relator geral, possa contar, ao mesmo tempo, com três, quatro ou cinco Relatores, dependendo da demanda, para trabalhar em conjunto, a fim de agilizar os trabalhos. Vou nessa linha de agilizar os trabalhos.

Sr. Presidente e Sr. Relator, temos de pensar na questão da sub-relatoria. Se pensarmos no volume de trabalho que virá, temos de observar a possibilidade de aqui haver a indicação de sub-relatores, o que pode ser feito pelo próprio Relator. Eu não invoco isso para mim nem para o Plenário. O próprio Relator poderia apresentar essas propostas. Há a movimentação financeira, há a questão fiscal, há a questão de jogos. Enfim, isso pode ser agilizado por meio de sub-relatorias.

Outro fato também, Sr. Presidente e Sr. Relator, diz respeito à requisição de servidores de carreira de Estado. Há a Polícia Federal, o TCU, a AGU, a CGU, o Ministério Público Federal. Enfim, temos por onde também requisitar servidores de carreira, como disse o Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Permita-me um aparte?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Utilizarei 15 segundos. É que a linguagem eletrônica tem de ser compatível, senão vamos cair num emaranhado terrível de *softwares*. Então, é preciso que o CENIN e o PRODASEN se entendam e se relacionem com a Polícia Federal, com a Receita, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, para que os dados venham numa linguagem que aqui possa ser consolidada como banco de dados, a fim de que se possa tirar a planilha que se quiser por empresa, por obra, por valor, por prazo, o que for. Se não houver essa compatibilidade de linguagem, ficaremos no pior dos mundos. Já vivi isso aqui, nesta sala.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Concluiu, Deputado Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Acolho o aparte do Deputado Miro Teixeira, com razão.

Para concluir, quero dizer exatamente isto: há a questão de requisição de servidores públicos federais ou mesmo de servidores de outros Poderes, no caso de convidá-los, e também há a questão das sub-relatorias, que eu gostaria de deixar como sugestão à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Inicialmente, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela indicação como Presidente desta CPMI. V. Exª tem uma trajetória política muito respeitada no nosso Brasil e no seu Estado, a Paraíba. Quero desejar-lhe boa sorte.

Também ao companheiro e querido amigo Odair Cunha, desejo boa sorte. Eu lhe agradeço pelas palavras carinhosas. Quero lhe dizer que estarei aqui para tentar ajudá-lo a obter sucesso, para que esta CPMI implemente seus resultados e dê ao Brasil uma resposta adequada a esse tema.

Sr. Presidente, quero tratar de duas questões. Esta é a primeira questão: estamos investigando aqui uma organização criminosa, que tinha e ainda tem um chefe, um *capo*, um *capo di tutti capi*, que é o Cachoeira, que, para exercer suas atividades, exigia que a Polícia, naquela localidade, permitisse isso. Mas, como eles desempenhavam suas funções em várias localidades, essa situação subia na estrutura policial até a estrutura de Estado, de governo, e também atingia setores do Poder Judiciário e setores políticos.

Esta, em minha opinião, deve ser a estrada da investigação: quem tem relação com essa estrutura? Quem trabalha para essa estrutura? Esta CPMI deve esclarecer o *modus operandi* dessa estrutura. Esse é o canal do nosso trabalho, isto é, a partir da estrutura criminosa, dissecar quem trabalha permanentemente para ele e quem colabora com essa estrutura de maneira permanente.

Então, em minha opinião, esse é o centro do nosso debate. Nós não podemos desviá-lo e dizer: "Como ela funciona, quem permite o seu funcionamento, e como erradicar esse tipo de atividade?" Porque, em minha opinião, há um outro debate: essas pessoas programavam essas máquinas para a pessoa jogar; ganhar no início e perder a vida toda, perder seus bens, perder todo o seu patrimônio.

Bom, então, esse tem que ser o eixo, e tenho clareza de que o Sr. Relator trará um eixo equilibrado para este debate. Aí nós vamos poder discutir os requerimentos, aprová-los. Tranquilamente, problema de ordem, de protocolo, para mim, não é problema, porque, se houver um requerimento mais importante, pode ser invertida a ordem desse requerimento, para que ele seja votado inicialmente. Isso não é problema.

Mas quero atacar um segundo problema aqui, Sr. Presidente. Acho que nós não devemos encaminhar para as sub-relatorias. Encaminhar, hoje, para as sub-relatorias é, de alguma forma, esvaziar o Relator; esvaziar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu não disse que V. Exª disse. V. Exª está contrapondo uma fala que não atribuí a V. Exª. Estou aqui no debate desde mais cedo. Ouvi sua argumentação em vários momentos e parabenizo V. Exª por madrugar, diferentemente do líder maior de V. Exª, que está em atividade nesse horário.

Bom, mas quero aqui dizer que quero contrapor a proposta de constituição de sub-relatorias. Este não é o momento. Nós nem discutimos o nosso roteiro de trabalho. Discutir sub-relatorias é, de alguma maneira, buscar o esvaziamento do trabalho do Sr. Relator.

Por isso, quero aqui já dizer que me antecipo a este debate. E se o Relator achar que para o volume de trabalho, que não conhecemos ainda, alguma medida administrativa tem que ser tomada, nós, então, estaremos abertos a essa reflexão. Mas, antecipar seu problema de trabalho, eu acho que não é de bom tom.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Permite-me, Deputado?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Então, quero aqui já demarcar essa posição, porque creio que nós temos aqui um Relator e um Presidente. Eu já trabalhei em várias CPIs. E vi, numa delas, que criaram um grupo de trabalho. Aquele Deputado extrapolou, e o seu papel ficou maior que o do Relator, porque ele não respeitava mais ninguém. Nessa direção, creio que podemos encaminhar para a desorganização dos nossos trabalhos, e não para a sua organização. Se o Relator, de alguma forma, tiver como método esse, eu estarei aberto para analisá-lo. Porém, antecipar, já propondo sub-relatorias, em minha opinião, isso enfraquecerá os métodos de trabalho.

Concedo a V. Exª um aparte.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Acho que agora V. Exª chegou ao ponto. Se houver necessidade, o Relator, necessariamente, vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria registrar, antes de encerrar esta reunião, que meu voto contrário foi mais ideológico, e não contra V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Respeito muito.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Ideológico porque nós entendemos que é um instrumento de oposição, mas respeitamos a sua eleição.

Queria registrar, Sr. Presidente, o respeito também ao nosso Relator, Deputado Odair Cunha. Foram grandes embates no ano de 2011, na Comissão de Fiscalização, onde uma enxurrada de ministros, envolvidos em irregularidades, passaram por aquela Comissão. Então, adquirimos um grande respeito pelo Deputado Odair Cunha.

Mas queremos fazer um registro. Eu posso não entender muito de política, por ser Deputado Federal há poucos meses, mas de polícia e de Polícia Federal, eu entendo um pouquinho. Se não ouvirmos rapidamente o Sr. Carlinhos Cachoeira e deixarmos para ouvi-lo daqui a alguns meses quando ele já estiver solto, e envolto pela sua quadrilha, combinando depoimentos, buscando documentos e cobrindo suas costas, nós vamos passar vergonha perante a opinião pública, porque vai sentar um santo de terno e gravata ali na frente, e todo mundo vai parecer monstro que injustiçou o Sr. Carlinhos Cachoeira.

O Sr. Carlinhos Cachoeira tem de ser o primeiro a ser ouvido, Sr. Presidente – é a minha posição –, enquanto ele está preso, enquanto ele está, realmente, pensando no que ele fez e nas pessoas que contribuíram para que ele esteja naquela posição, para que a gente tenha um resultado efetivo. Ouvir o Sr. Carlinhos Cachoeira no conforto do lar, lá no final da nossa CPMI, vai ser assinar embaixo uma certidão de bons antecedentes para o mesmo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Francischini.

Respeito profundamente a posição ideológica de V. Exª, porque sei e quero ter amizade pessoal, personalíssima com V. Exª.

Deputado Chico Alencar, respaldado na condição de Líder do PSOL, com essa precedência discutida e consagrada em resolução da Casa em questão de ordem em Regimento Comum.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Art. 6º, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sabe decorado, heim!?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Claro, a gente tem que se armar do Regimento para sobreviver aqui.

Sr. Presidente, eu publicizo o que disse a V. Exª ao Relator Odair, desejando que esta CPMI tenha vitalidade, efetividade. E, ao Relator Odair, que ele resgate sempre, porque eu o conheço, a coragem dos primeiros cristãos e dos primeiros petistas lá da base. Isto é muito importante.

A visão do PSOL, que quer colaborar com esta CPMI, como Partido, como corpo político nacional, através do Senador Randolfe, que nos representa maravilhosamente bem, é de que esta CPMI é muito singular, e ela não é propriamente, Deputado Francischini, amigo tão intimorato, um instrumento de oposição. Até porque, pelo que se sabe, o esquema do Sr. Cachoeira/Delta/Demóstenes era ilimitado e envolvia quase todos os partidos, muitas empresas, executivos legislativos, judiciários, até o Ministério Público, com tentáculos que também se estendiam do plano municipal ao plano nacional.

Portanto, ela deve ser um instrumento não do fim do mundo, mas do resgate do mundo republicano. Senão será uma frustração imensa.

O que se vai investigar aqui já se investigou em boa parte, em boa má parte, em outras CPIs, e tudo sintetizaria nas relações espúrias, agentes públicos e privados e na tentativa de captura do Estado nacional pelo crime organizado, que, às vezes, tem uma face muito distinta.

Algumas preocupações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois, não.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Que a precaução devida não gere – como já aconteceu em outras CPIs – restrições indevidas e limitações a seus próprios membros no acesso a documentação; que também as oitivas estejam permeadas pelo nosso entendimento do processo aqui: Sr. Carlos Cachoeira, que é um *capo* entre outros *capis*, não sei se é de todos os *capis*, há outros *capis* aí, lembrar que ele sendo ouvido no início dos trabalhos não impede que venha a ser ouvido mais outra e outras vezes, evidentemente, havendo o que elucidar. Sempre foi assim; assim deve continuar sendo também.

Por fim, Sr. Presidente, refiro-me a um tema que já foi mencionado aqui: como há uma gama de empresas de vários ramos que traficavam influências para viciar licitações e também desembocavam na porta da corrupção política neste País, que é o financiamento milionário privado de campanhas, o espectro da CPMI, que não é propriamente do Sr. Carlos Cachoeira, é das suas múltiplas relações, é tão amplo que certamente o Relator, respeitada a sua condição de líder do processo de relatoria do processo que se apurar aqui, vai necessitar de colaboração mais direta de sub-relatorias. Isto não é desmerecer o Relator nem enfraquecer o seu trabalho. De maneira alguma! Pelo contrário. É um trabalho coletivo.

Mas eu ouvi V. Exª, Sr. Presidente, dizendo que seria apenas um coordenador do que o Colegiado da CPMI decidir. Aqui é um Colegiado, não há hierarquia, senão de função, como nas boas aldeias indígenas. Todo mundo está aqui a serviço da verdade. É preciso – e, aqui, eu me reporto ao Governador Tarso Genro, num artigo publicado antes de ontem na *Carta Maior* – que todos os membros, aqui, tenham independência e coragem. Que aquela famosa expressão – aliás, em geral, dita de forma errada por todos nós – "doa em quem doer" seja usada, de fato, para valer, mesmo que atinja partidos e empresas de quaisquer ramos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, e Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, eu somente gostaria de parabenizar V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. Seja muito bem-vindo! Sucesso no seu trabalho!

Concedo a palavra ao Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, colegas Deputados e colegas Senadores, acredito que iniciamos muito bem os trabalhos desta CPMI.

Sr. Presidente, o senhor, ao ser eleito, bem como o nosso Relator, Deputado Odair Cunha, já inicia os trabalhos com um requerimento para trazer a esta CPMI a documentação necessária para identificarmos o foco da nossa investigação, que não é o foco da investigação da Polícia Federal, nem tampouco o foco do Ministério Público Federal, nem tampouco o foco que está sendo apreciado no Judiciário Federal, no Supremo Tribunal Federal. Talvez, aqui, em questões outras que não foram aprofundadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, possamos complementar esse trabalho. Esse é um ponto.

Não vai ser difícil, Srs. Deputados... Muitas vezes, há aqui colegas Deputados que não têm formação jurídica; às vezes, são jornalistas, economistas, sociólogos ou têm outras formações. Mas, juridicamente, o que vamos tratar aqui é aquela corrupção política alavancada materialmente em crimes financeiros, em lavagem de dinheiro, em ocultação de recursos, em sonegação fiscal. Esses crimes, Srs. Deputados, são materiais. Ao contrário do que mencionou o nosso colega Francischini, talvez, chamar aqui alguém para ouvir sem nenhum documento nos cause uma frustração e traga uma necessidade maior de ter acesso a esses documentos. O crime é material. Não há doutor que dê jeito! Está escrito! Nem preciso lembrar o jargão popular aqui.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Não adianta! Ninguém vai apagar uma transação financeira, nenhum procedimento administrativo financeiro. Ninguém apaga isso! Não há como fazer isso. Isso é impossível!

O que se pode fazer – e, hoje, a defesa do esquema Carlos Cachoeira trabalha isto com muita propriedade – é levar os crimes para a prescrição. Não há alternativa para eles. E, aqui, o nosso trabalho deve acelerar o processo, para que esses crimes não prescrevam.

Como disse muito bem o Deputado Miro Teixeira, talvez, a *ratio legis* maior do legislador, a nossa *ratio legis* aqui, não seja a de colocar ninguém na cadeia, mas, sim, a de recuperar o dinheiro público. Que isso sirva de lição para os demais! Esse é o papel principal e maior desta CPMI.

Então, não vamos ter dificuldades. Estão lá os extratos bancários, estão lá as interceptações. Não vai ser fácil analisarmos todo o grande volume de interceptação da Vegas. Digo isso por experiência própria. É necessário examinarmos todos, porque, muitas vezes, Srs. Deputados e Senadores, coloca-se na investigação o que interessa. Muitas vezes, há um direcionamento. Vamos ter a cautela até de auxiliar nisso, porque, muitas vezes também, há um cansaço extenuante daquele analista ou daquele policial que está afeto ao caso e que, devido ao grande volume de dados, não consegue acessar toda a conduta importante que vai ser criminalizada ao final da investigação.

Era só isso que eu tinha a dizer. Acredito que estamos no caminho certo. É preciso ter o foco, porque esta CPMI do Cachoeira, se nós não atentarmos, ela se abre e esse trabalho nunca vai terminar. Os trabalhos não terminarão e vai criar muita confusão, muita discórdia e muita omissão também.

Então, nós temos que ter essa responsabilidade de ter o foco e, principalmente, da CPI – como eu já disse, eu e mais 208 Deputados somos autores da proposta originária na Câmara dos Deputados e nós sempre nos pautamos que a nossa CPI, esta CPI, esta CPI do Brasil, a CPI do povo brasileiro não vai servir de instrumento para paralisar os projetos nacionais em andamento. É papel de cada parlamentar, seja do Governo, seja da oposição de ter esse compromisso. Estamos aqui a analisar esses desvios de conduta que ameaçaram a República e ainda se tornam uma ameaça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª e a compreensão da importância desta CPI com o trabalho.

Deputado Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar e desejar boa sorte ao Senador Vital do Rêgo, nosso Presidente; e o Deputado Odair Cunha, com quem fizemos, juntos, o trabalho da DRU, quando eu fui Vice-Presidente e ele, Relator.

A título de contribuição, pedi a nossa assessoria fazer um levantamento, de 1999 a 2007, das CPIs que ocorreram na Câmara dos Deputados. Encontramos os números de páginas; os indiciados; as proposições legislativas, que são de extrema importância e que ajudam a mudar a história do País depois; as diligências, recomendações e requerimentos. Tivemos algumas tristes constatações. De todas as CPIs que ocorreram, nos últimos quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso, e dos quatro primeiros anos do governo Lula, nenhuma proposição legislativa apresentada tanto na Câmara dos Deputados ou no Senado foi aprovada.

Isso quer dizer que, após a CPI, uma das principais funções do parlamentar é apresentar as proposições. Nenhuma foi aprovada.

Mas o que mais me preocupa, Sr. Presidente, Sr. Relator, é o resultado da CPI. Eu tenho aqui uma constatação que, na CPI de 2007 – a CPI das escutas clandestinas –, Sr. Relator, nós tivemos o indiciamento do Sargento da Aeronáutica Idalberto Araújo. Em 2007! E acredito que isso serviu para dar uma grande propaganda a ele, porque me parece que nesta CPI ele é um dos principais autores das escutas telefônicas.

Então, nós temos que pensar com muita seriedade, Sr. Presidente. Sr. Relator, qual será realmente o resultado desta CPI. Nós devemos isso ao Brasil. Nós devemos isso à sociedade.

Eu gostaria de encerrar com uma reflexão. É muito triste um país, ou uma entidade, ou mesmo um cidadão que precise da palavra de um malfeitor para lavar a sua honra. Nós temos que refletir muito sobre isso também. Em conjunto temos que fazer um trabalho muito diferenciado, porque é isso que o Brasil espera.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço, Deputado Pitiman.

Maurício Quintella Lessa, meu abraço.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, meu abraço também.

Tive que me ausentar para participar de uma votação na CCJ e queria aqui felicitar V. Exª e o Deputado Odair Cunha, por terem sido alçados à condição de Presidente e Relator desta CPMI. Isso reflete a confiança que seus Pares depositam em V. Exª. E o trabalho não será fácil, Senador Vital do Rêgo, nem de V. Exª nem do Deputado Odair Cunha.

Primeiro, eu queria aqui faze rum registro de que esta CPMI não pode ser vista como instrumento de oposição. Esta CPMI tem que ser vista como um instrumento do Parlamento, para se desvendar ou se ajudar a desvendar talvez uma das maiores organizações criminosas que já atuaram neste País.

O objetivo desta CPI é justamente se aprofundar nas relações do Sr. Carlos Cachoeira e, pelas informações preliminares que nós já tivemos acesso pela imprensa ou pelo próprio inquérito que hoje se encontra, em grande parte dele, já disponível na Internet, essas relações, com certeza, permearam o Congresso Nacional, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, a imprensa brasileira. Nós vamos ter aqui, sem dúvida nenhuma, que cortar situação e oposição, partidos das mais variadas matrizes.

Então, é fundamental que nós tenhamos, primeiramente, muito equilíbrio. Ninguém está aqui para proteger ninguém e, muito menos, para perseguir ninguém.

Eu aceitei participar desta CPMI, indicado pelo meu Partido, com o compromisso de poder investigar tudo. Como disse aqui o nosso nobre Deputado, doa em quem doer. Então, para que esta CPI produza efetivamente efeito e cumpra o seu objetivo, V. Exª terá que conduzir, sem dúvida nenhuma, nesse sentido.

A CPMI, sem dúvida nenhuma, é motivo de muita exposição de seus Parlamentares, de muita exposição. A mídia está aqui e será, talvez, neste momento, o organismo que tem a maior cobertura da mídia brasileira. Será efetivamente um grande *Big Brother*. Então, é preciso que se tenha muito equilíbrio nesta condução.

Presidente, nós estamos aqui à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Antes de terminar, eu queria apenas pedir que alguns instrumentos fossem distribuídos aos membros desta Comissão. Nosso trabalho será regido aqui pelo Regimento Comum da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nós precisamos receber esse instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado, V. Exª vai receber, na próxima quarta-feira, já uma cartilha com a condensação de todos os artigos do Regimento Comum, do Regimento do Senado e do Regimento da Câmara dos Deputados.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Muito obrigado, Presidente. Seria isso o que teria a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Na forma regimental, depois dos membros titulares, Deputado Arnaldo Farias de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Vital do Rêgo pela sua eleição – sem dúvida nenhuma

um grande nome que irá presidir os nossos trabalhos; cumprimentar também o Relator Odair Cunha pela sua indicação – o requerimento do pedido de compartilhamento já foi aprovado, mostrando a eficácia deste trabalho –; queria agradecer o Senador Vital do Rêgo por essa informação de que distribuirá uma cartilha com procedimentos dos Regimentos Comum, da Câmara e do Senado, extremamente importantes, e queria fazer ao Relator Odair Cunha e a V. Exª uma solicitação: Deputado Odair, queria pedir que a relatoria e a Presidência fizessem um ofício a quem responder pela custódia do Carlinhos Cachoeira no presídio da Papuda, que garantisse a ele uma certa segurança, porque eu tenho preocupação com a vida do Carlinhos Cachoeira na Papuda. Era essa a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Mais dois oradores para encerrarmos a nossa reunião. Meu amigo Deputado Domingos Sávio, prazer em revê-lo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Prezado Senador Vital do Rêgo, prezado Relator Odair Cunha, demais Colegas, eu quero inicialmente cumprimentá-los. A fala dos últimos oradores vai de encontro também aos meus sentimentos, e eu inicio por dizer que a indicação de V. Exª, Presidente Vital e, da mesma forma, do Relator Odair já são um prenúncio muito positivo de que este ambiente de seriedade, de responsabilidade, esse comportamento cívico, republicano deve permear todas as ações desta CPMI.

Nós não temos dúvidas de que o que nos une é um sentimento de dever para com a Pátria, a percepção do momento histórico – mais do que fazer história é perceber a história, perceber que é inaceitável, e perceber a história é ter a capacidade de ouvir, de compreender o nosso povo, compreender o momento que vivemos.

É evidente que o País inteiro não suporta mais tanta corrupção; é evidente que não é cabível que o Congresso Nacional aceite, conviva com essa realidade de que a corrupção passa a ser a regra, passa a ser o vulgar do dia a dia. É preciso uma reação forte com relação a isso. É evidente também que não pode, em qualquer momento, em qualquer circunstância, especialmente nas atitudes aqui neste Plenário, haver um comportamento em que a condução, seja de base ou de oposição – e aí eu reitero a minha tranquilidade com a condução de V. Exª e do Relator, Odair Cunha; caso contrário, nós não chegaríamos absolutamente a lugar nenhum, e seria mais um desserviço ao País.

E, para concluir, Sr. Presidente, além obviamente de cumprir a nossa missão de investigação imparcial profunda – doa a quem doer, em quem doer; fazendo coro com o Deputado Chico Alencar, nós não podemos errar nem na nossa gramática no que há de mais elementar: doa em quem doer –, que, especialmente, ao concluirmos esse processo de investigação, nos tenhamos três questões essenciais efetivamente atendidas. Punição dos culpados – punição, não apenas indicar, indiciar, e aí é preciso que nós acompanhemos com o Judiciário e com os instrumentos constitucionais para que isso ocorra –; a recuperação, que em boa hora o Deputado Miro Teixeira lembra e traz, como algo que precisa ser cuidado com rigor.

Agora, efetivamente – e lembrava aqui o Deputado Luiz Pitiman –, nós precisamos construir mecanismos de eficácia da gestão pública. O grave problema é que, em cada momento, vamos ter de instalar uma nova CPI. Nós tivemos, só no início deste Governo, cerca de uma dezena de ministérios envolvidos explicitamente em escândalos de corrupção. Virou rotina! É preciso um estudo profundo e ações concretas na legislação para ter mais transparência na gestão pública. Passa-se para a opinião pública que o problema é essencialmente com os políticos. E há uma responsabilidade direta de todos nós.

Esta CPMI, além de investigar a quadrilha do Sr. Carlinhos Cachoeira – verifica-se que ela se ramifica nos Municípios, nos Estados e na União, em todos os níveis de Governo, em todos os níveis de Poder: no Legislativo, no Executivo, no Judiciário. Mas é preciso que nós tenhamos uma reação para que mudemos a regra do jogo, porque a iniciativa privada está aí financiando tudo isso: as empreiteiras, o processo de licitações espúrias. A estrutura de corrupção está montada no País. É preciso mudar o modelo de gestão pública. É preciso mudar a legislação e efetivamente coibir novas ações que virão.

Portanto, é nessa linha, Sr. Presidente, que trarei a minha contribuição, mais uma vez cumprimentando V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Domingos.

Como último orador – aí, sim, para encerrar a nossa reunião, não antes sem ler o requerimento que consolidou a votação de hoje –, o Deputado Mendonça Prado.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar também o Relator e desejar a ambos sorte nesse trabalho. Eu tenho plena convicção de que, com a competência, a capacidade e a seriedade dos dois Parlamentares haveremos de realizar aqui, sob o comando de V. Exªs, um excelente trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Mas eu gostaria também de fazer uma indagação. Eu não ia nem falar, mas fui instado, em função de que, quando V. Exª anunciou a palavra do Deputado Arnaldo Faria de Sá, V. Exª disse o seguinte: "Na forma do Regimento, após os titulares, inicia-se..."

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Titulares, suplentes e não membros.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – "...a participação dos suplentes."

Eu gostaria de saber se, no andamento dos trabalhos, os suplentes só terão o direito de usar a palavra após os titulares? Os suplentes não falarão, caso os titulares se pronunciem? Como será o procedimento, até porque a minha condição aqui é de suplente da Bancada do Democratas?

Eu gostaria de dirimir essa dúvida, para poder ter participação com base no que determina o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Mendonça, foi oportuno V. Exª.

A praxe que comanda as CPIs: a primeira palavra é dos titulares, depois é a dos suplentes e, depois, a dos não membros. Isso tem sido feito nas CPIs – tanto nas CPIs na nossa Casa, no Senado, quanto na Câmara. Tem sido feito desta forma: titulares, sequenciadamente, titulares, suplentes e não membros.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Então, haverá uma preferência?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Uma preferência...

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Mas não haverá a exclusão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Absolutamente, absolutamente, nem pensar. A exclusão, nem pensar. Esta Casa não pode excluir absolutamente nenhum Parlamentar, Deputado.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Eu agradeço a informação de V. Exª, desejando-lhes muita sorte nessa tarefa árdua, mas que V. Exªs haverão de cumprir com muita competência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a colaboração, a presença e a participação de V. Exª sempre será bem-vindo.

Deputado Relator para a leitura e consolidação dos termos finais do requerimento que haverá de estar sendo encaminhado, ainda hoje, aos órgãos competentes para conhecimento de todos.

Com a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero, primeiro, agradecer ao nosso Presidente.

Com base em todas as – digamos – considerações que foram levantadas aqui pelos ilustres Parlamentares, nós consolidamos, então, o texto que já foi votado e diz o seguinte:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

CPMI RQN N º 1/2012

Com base no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta CPMI com base no art. 151 do Regimento Comum, solicit(amos):

1) seja requerida ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL cópia de inteiro teor, em papel e em meio magnético, COM COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS, dos INQUÉRITOS referentes às denominadas ***operações "Vegas" e "Monte Carlo"****, realizadas pela Polícia Federal;*

2) Seja requerida à PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA cópia de inteiro teor, em papel e em meio magnético, COM COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS, dos INQUÉRITOS referentes às denominadas ***operações "Vegas" e "Monte Carlo"****, realizadas pela Polícia Federal;*

3) Seja requisitada ao DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL cópia de inteiro teor, em papel e em meio magnético, COM COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS, dos INQUÉRITOS referentes às denominadas ***operações "Vegas" e "Monte Carlo"****.*

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada exatamente com o propósito de investigar as práticas criminosas desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, que apontaram o envolvimento ilícito entre agentes públicos e o empresário de jogos Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Desse modo, ao serem iniciados os trabalhos desta Comissão, é fundamental que o colegiado conheça o que já apurou e realizou a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal nas duas operações mencionadas, passo inicial para os trabalhos desse Inquérito Parlamentar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, no encaminhamento do requerimento, eu voto a favor, mas no encaminhamento quero reforçar aquela preocupação com a compatibilidade da linguagem dos *softwares* e, daí, os nossos especialistas do PRODASEN é que podem fazer exatamente como nos referirmos a isso para facilitar o trabalho do Relator, do Presidente, dos demais membros da Comissão.

O objetivo é fazer um banco de dados que permita a organização de planilhas das mais variadas espécies.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero ainda, Sr. Presidente, por fim, deixar consignado que estarei aberto a ouvir os Parlamentares. Vários dos Parlamentares que já me procuraram aqui me sugerindo alguns

itens ao nosso Plano de Trabalho. Quero apresentá-lo, então, na próxima quarta-feira e quero que ele seja um pouco a síntese do pensamento comum, tanto quanto possível, dos membros da comissão.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Apenas uma indagação, dois minutos, Presidente e Relator.

A operação da Polícia Federal mencionada é Vegas, mas não é Las Vegas, não é?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É Vegas, só Vegas. Faz referência a Las Vegas.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – E o Carlos Cachoeira está mencionado como empresário de jogos aí?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – E acaba sendo uma menção elogiosa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é só para corroborar aquilo que, pessoalmente, falei ao nobre Relator na preocupação de poder trazer na próxima semana o compartilhamento dos documentos da CPI dos bingos. Acho que é essencial.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, sim.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando para a próxima quarta-feira, dia 2 de maio, uma reunião administrativa e, logo em seguida, outra reunião ordinária, às 14 horas e 30 minutos.

Que todos tenham uma boa tarde! E fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião realizada em 03 de maio de 2012, às catorze horas e quarenta e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores: José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jaime Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vincentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Benedito de Lira (PP-AL), Aloísio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP); e dos Deputados: Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT/SP), Íris de Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Luiz Sérgio (PT-RJ), Edio Lopes (PMDB/RR), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB-RN), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ), Vieira da Cunha (PDT-RS), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Hugo Leal (PSC-RJ)**.** Deixou de comparecer o Deputado Filipe Pereira (PSC-RJ). Compareceram os seguintes parlamentares não membros: Senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT/SP) e João Capiberibe (PSB/AP); e os Deputados Vaz de Lima (PSDB-SP), Giroto (PMDB-RS), Chico Alencar (PSOL-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Amauri Teixeira (PT-BA), Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Geraldo Resende (PMDB-RS), Jonas Donizette (PSB-SP), Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), Magda Mofatto (PTB-GO), Rosane Ferreira (PV-PR), Carmem Zanotto (PPS-SC), Dr. Aluizio (PV-RJ), Alessandro Molon (PT-RJ), Anthony Garotinho (PR-RJ), Antonio Brito (PTB-BA) e Adrian (PMDB-RJ)., deputado Odair Cunha (PT-MG). Na ocasião foi apresentada Cartilha de Normatização dos Trabalhos da Comissão e aprovado o Plano de Trabalho. Foram apreciados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria	Observação
002/12	Solicita que a Comissão requisite, junto à Polícia Federal cópia do inteiro teor dos autos do inquérito da Operação "Las Vegas".	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	Contemplado no Req. 001/12
005/12	Solicita a convocação do Sr. Cláudio Dias de Abreu, CPF nº 907.124.041, para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	APROVADO
009/12	Solicita a convocação do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos (CPF nº 284.844.521-15), para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	APROVADO
010/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, CPF nº 284.844.521-15, no período de 2002 até a presente data.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	APROVADO
012/12	Solicita a convocação do Sr. Geovani Pereira da Silva, CPF nº 319.166.001-15, para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	APROVADO
014/12	Solicita a convocação do Sr. Gleyb Ferreira da Cruz, CPF nº 575.571.871-72, para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	APROVADO
019/12	Solicita a convocação do Sr. Matheus Mela Rodrigues, CPF nº 170.631.038-22, para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	APROVADO
024/12	Solicita a convocação do Sr. Idalberto Matias de Araujo, CPF nº 274.087.791-91, para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	APROVADO
028/12	Solicita que a Comissão requisite ao Supremo Tribunal Federal cópia do inteiro teor dos autos do Inquérito nº 3430.	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	Contemplado no Req. 001/12
029/12	Solicita que a Comissão requisite à Polícia Federal cópia do inteiro teor dos autos do Inquérito da Operação "Monte Carlo".	Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. Mendonça Prado	Contemplado no Req. 001/12
035/12	Requer ao Supremo Tribunal Federal seja compartilhado, inclusive em meio eletrônico, com a Comissão, o inteiro teor dos autos constantes do inquérito aberto em razão da Operação Monte Carlo, deflagrada pela Polícia Federal em 2011, incluídos os arquivos magnéticos e de áudio, decorrentes das quebras de sigilos bancário e telefônico e de interceptações telefônicas, respectivamente.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	Contemplado no Req. 001/12
036/12	Requer à Procuradoria Geral da República seja compartilhado, inclusive em meio eletrônico, com a Comissão, o inteiro teor dos autos constantes da Operação Vegas (ou Las Vezgas), deflagrada pela Polícia Federal em 2008, incluídos os arquivos magnéticos e de áudio, decorrentes das quebras de sigilos bancário e telefônico e de interceptações telefônicas, respectivamente.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	Contemplado no Req. 001/12
042/12	Requer seja convocado o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	APROVADO
043/12	Requer seja convocado o Sr. Idalberto Matias de Araújo para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	APROVADO

049/12	Requer seja convocado o Sr. José Olímpio de Queiroga Neto para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	APROVADO
051/12	Requer seja convocado o Sr. Gleyb Ferreira da Cruz para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	APROVADO
053/12	Requer seja convocado o Sr Wladimir Garcez Henrique para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini e Dep	APROVADO
055/12	Requer seja convocado o Sr. Lenine Araújo de Souza para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	APROVADO
061/12	Requer seja convocado o Sr. Geovani Pereira da Silva para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini e Dep. Rogério Marinho	APROVADO
065/12	Requer seja convocado o Sr. Jairo Martins de Souza para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini e Dep. Rogério Marinho	APROVADO
068/12	Requer seja convocado o Sr. Cláudio Dias de Abreu para prestar depoimento perante a Comissão.	Dep. Carlos Sampaio, Dep. Fernando Franceschini, Dep. Domingos Sávio e Dep. Rogério Marinho	APROVADO
081/12	Requer seja intimado o Sr. Cláudio Abreu – Diretor regional da empresa Delta Centro-Oeste, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.	Dep. Filipe Pereira e Dep. Hugo Leal	APROVADO
082/12	Requer seja intimado o Sr. Idalberto Matias, conhecido como "Sargento Dadá" – sargento da reserva da Aeronáutica, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.	Dep. Filipe Pereira e Dep. Hugo Leal	APROVADO
083/12	Requer seja intimado o Sr. Demóstenes Torres – Senador da República, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.	Dep. Filipe Pereira	APROVADO

085/12	Requer seja intimado o Sr. Carlos Augusto Ramos, empresário, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.	Dep. Filipe Pereira	APROVADO
086/12	Requer ao Diretor Geral da Polícia Federal, Delegado Leandro Daiello Coimbra, a transcrição, na íntegra, de todas as escutas telefônicas autorizadas pela justiça obtidas nas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.	Dep. Filipe Pereira e Dep. Hugo Leal	Contemplado no Req. 001/12
097/12	Solicita a convocação do Sr. Demóstenes Torres, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
099/12	Solicita a convocação do Sr. Carlos Augusto Ramos, a fim de esclarecer as denúncias de exploração de máquinas de caça-níqueis no Estado de Goiás, seu envolvimento com o Senador Demóstenes Torres e outros políticos e suas relações com a Construtora Delta.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
101/12	Solicita a convocação do Sr. Cláudio Abreu, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento e da Construtora Delta com o Sr. Carlos Augusto Ramos, com o Senador Demóstenes Torres e outros políticos.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
104/12	Solicita a convocação do Sr. Geovani Pereira da Silva, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
105/12	Solicita a convocação do Sr. Gleyb Ferreira da Cruz, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
106/12	Solicita a convocação do Sr. Idalberto de Araújo, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
110/12	Solicita a convocação do Sr. Lenine Araújo de Souza, a fim de esclarecer as suas ligações com o Senhor Carlos Augusto Ramos.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
115/12	Solicita a convocação do Sr. Olímpio Quiroga Neto, a fim de esclarecer as suas ligações com o Senhor Carlos Augusto Ramos.	Dep. Rubens Bueno	APROVADO
119/12	Solicita seja convocado a depor na Comissão o Sr. Delegado da Polícia Federal, Matheus Rodrigues, com o propósito de esclarecer aspectos da atuação da Polícia Federal com relação ao inquérito do órgão conhecido como Operação Monte Carlo.	Sen. Fernando Collor	APROVADO
129/12	Requer seja solicitado ao Ministro Ricardo Lewandovski, do Supremo Tribunal Federal, cópia integral dos autos do Inquérito nº 3.430, inclusive anexos, decorrente da Operação da Polícia Federal denominada "Monte Carlo".	Sen. Álvaro Dias	Contemplado no Req. 001/12
131/12	Requer seja solicitado à Procuradoria-Geral da República cópia Integral dos procedimentos investigatórios da operação VEGAS, incluindo depoimentos, gravações telefônicas, movimentações financeiras e outras peças processuais produzidas pela Polícia Federal e Ministério Público Federal.	Sen. Álvaro Dias	Contemplado no Req. 001/12

132/12	Requer seja encaminhado pela Receita Federal do Brasil informações sobre os dados fiscais do senhor Carlos Augusto Ramos no período de 2002 até a presente data.		
134/12	Requer seja convocado o Sr. Carlos Augusto Ramos para prestar depoimento perante a Comissão.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
135/12	Requer seja convocado o Sr. Cláudio Abreu para prestar depoimento perante a Comissão.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
137/12	Requer seja convocado o Sr. Idalberto Matias de Araújo para prestar depoimento perante a Comissão.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
139/12	Requer seja convocado o Sr. José Olímpio Queiroga Neto para prestar depoimento perante a Comissão.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
148/12	Requer seja convocado o Sr. Geovani Pereira da Silva para prestar depoimento perante a Comissão.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
151/12	Requer seja convidado o Sr. Matheus Rodrigues a para prestar depoimento perante a Comissão.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
152/12	Solicita a oitiva do Senhor Demóstenes Lazaro Xavier Torres, Senador da República, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da sua relação com o Sr. Carlinhos Cachoeira.	Sen. Randolfe Rodrigues	APROVADO
153/12	Solicita a oitiva do Senhor Cláudio Abreu, ex-diretor regional da Empresa Delta Construções na Região Centro-Oeste, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da relação da empresa Delta com a organização criminosa investigada pela Comissão e sobre o pagamento de propina para agentes públicos.	Sen. Randolfe Rodrigues	APROVADO
155/12	Solicita a oitiva do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca de sua organização criminosa com agentes públicos e privados.	Sen. Randolfe Rodrigues	APROVADO
158/12	Requer seja convocado o senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, mais conhecido como "Carlinhos Cachoeira", para prestar esclarecimentos sobre todas as suas atividades comerciais.	Dep. Íris de Araújo	APROVADO
160/12	Requer seja convocado o senhor Cláudio Dias Abreu, ex-diretor para o Centro-Oeste da empresa Delta Construções S.A, para prestar esclarecimentos sobre as atividades comerciais da referida empresa.	Dep. Íris de Araújo	APROVADO
161/12	Requer seja convocado o senhor Geovani Pereira da Silva, contador das organizações vinculadas às atividades do senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, para prestar esclarecimentos sobre as atividades comerciais relacionadas.	Dep. Íris de Araújo	APROVADO
164/12	Requer seja convocado o Sr. Cláudio Abreu, ex-diretor da Delta Construções, para prestar depoimento a esta Comissão.	Dep. Ronaldo Fonseca	APROVADO
167/12	Requer a convocação do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira.	Dep. Ronaldo Fonseca	APROVADO
168/12	Requer a convocação do Sr. Demóstenes Torres, Senador da República.	Dep. Ronaldo Fonseca	APROVADO

174/12	Requer o convite ao Delegado Federal, Dr. Matheus Mella Rodrigues, para prestar depoimentos nesta CPMI.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
175/12	Requer o convite ao Delegado Federal, Dr. Raul Alexandre Marques Sousa, para prestar depoimentos nesta CPMI.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
176/12	Requer o convite Dr. Daniel Rezende Saugado, para prestar depoimentos nesta CPMI.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
177/12	Requer o convite à Dra. Léa Batista de Oliveira, para prestar depoimentos nesta CPMI.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
178/12	Requisita cessão de dois servidores técnicos do Tribunal de Contas da União.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
179/12	Requisita cessão de dois servidores técnicos do Banco Central do Brasil.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
180/12	Requisita cessão de dois servidores técnicos da Receita Federal do Brasil.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
181/12	Requisita cessão de dois servidores técnicos da Controladoria Geral da União.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
182/12	Requisita cessão de três servidores técnicos da Polícia Federal.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
183/12	Requisita cessão de dois servidores técnicos do COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
184/12	Requisita cessão de dois servidores técnicos da AGU – Advocacia Geral da União.	Dep. Odair Cunha	APROVADO
214/12	Requer a cópia integral, em papel e em meio eletrônico, com compartilhamento das informações sigilosas, do inquérito referente à denominada Operação Monte Carlo, realizada pela Polícia Federal, e as peças já produzidas na ação penal respectiva que corre na mencionada vara.	Dep. Odair Cunha	APROVADO

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos. São 14 horas e 41 minutos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir essa proposta, coloco-a em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

A Ata está aprovada.

Srªs e Srs. Parlamentares, como previsto, inicialmente, eu farei a leitura da cartilha de normatização dos trabalhos desta Comissão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, uma questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta CPMI, com fundamento nos art. 131 e 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional; no art. 306 do Regimento Interno do Senado Federal; e no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, venho, perante V. Exª, apresentar questão de ordem a respeito dos impedimentos constitucionais e regimentais que devem ser observados por Parlamentares para que estejam legitimados a compor Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.

Refiro-me à questão específica, atual e concreta que diz respeito à participação do Deputado Federal Protógenes Queiroz como membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instaurada para investigar as práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido, vulgarmente, como Carlinhos Cachoeira, e agentes públicos e privados, desvendadas pelas Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal.

Suscito o tema em face das conhecidas relações mantidas entre o referido Deputado Federal com o Sr. Idalberto Matias Araújo, vulgo Dadá, um dos principais implicados na Operação Monte Carlo, e do interesse que pode ter esse Parlamentar pelo objeto desta CPMI.

É fato por todos conhecido e amplamente divulgado pela imprensa brasileira que o Deputado Protó-

genes Queiroz foi flagrado com diversas interceptações telefônicas realizadas durante a Operação Monte Carlo.

Em alguns desses diálogos, ouve-se o Parlamentar combinando encontros com o Sr. Idalberto Matias Araújo, vulgo Dadá, em situação que denota clara cumplicidade entre ambos, a ponto de o Parlamentar orientar o "araponga" acerca de depoimento que prestou na Polícia Federal, em circunstâncias ainda não devidamente esclarecidas.

Outras conversas gravadas indicam que o Deputado Protógenes Queiroz teria atuado em conluio com integrantes da organização criminosa supostamente comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira, para interceder em favor dos interesses do grupo na nomeação de agentes públicos.

Ainda que os indícios possam, eventualmente, não ser conclusivos quanto ao exato papel desempenhado pelo Deputado Protógenes Queiroz em relação à organização ora investigada, não restam dúvidas de que o Parlamentar, em alguma medida, esteve envolvido com os personagens investigados.

Todas essas circunstâncias apontam que o Deputado Protógenes Queiroz é direta e pessoalmente interessado no objeto da investigação a ser realizada pela CPMI ora em funcionamento, seja porque mantém amizade íntima com os investigados, seja porque poderá ele mesmo figurar no rol dos investigados e dos depoentes a serem intimados a comparecer perante esta Comissão.

Configura-se, portanto, claro conflito de interesses, no caso em tela, a Comissão permitir que o Parlamentar continue a configurar entre os membros da referida CPMI, apresentando requerimentos, participando das votações, inquirindo testemunhas e examinando documentos sigilosos. Concentrar-se-ão na mesma pessoa os papéis de investigador e de investigado.

Não parece consentâneo ao interesse público nem ao princípio da moralidade administrativa que o referido Parlamentar possa ocupar, a um só tempo, os dois pólos de uma mesma relação, muito menos se utilizar dos instrumentos atribuídos à CPMI para proteger os seus próprios objetivos. Que fique claro que não se trata aqui de acusar o referido Parlamentar – a quem tive a oportunidade de comunicar previamente a apresentação, há poucos instantes, desta questão de ordem –, presumir sua culpa ou negar-lhe o direito à defesa.

O direito à ampla defesa é garantia constitucional e deve ser respeitado assim nos processos judiciais como nos administrativos. Entretanto, como os outros membros do Legislativo, esse Parlamentar tem explicações a dar à sociedade e a esta Casa e não é no uso de suas prerrogativas de membro da Comissão que poderá fazê-lo. Aliás, dentre todos os Parlamentares já mencionados na Operação Monte Carlo, o Deputado Protógenes Queiroz é o único que compõe o rol de membros da CPMI.

A situação me parece um tanto quanto absurda e não deixa dúvidas quanto à ocorrência de grave conflito de interesses que afronta as normas internas do Congresso Nacional, assim como a própria Constituição Federal.

Do ponto de vista regimental, deve-se observar no art. 306 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicável ao caso em face, o que dispõe o art. 155 do Regimento Comum do Congresso Nacional, que determina incidência de normas internas do Senado Federal sempre que omisso o Regimento Comum.

A regra do Senado Federal é clara ao dispor expressamente a escusa de Parlamentar de participar de votação nos casos em que tenha interesse pessoal na matéria. É o teor da regra:

Art. 306 – Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quorum.

Com efeito, *mutatis mutandis*, a regra é perfeitamente aplicável ao caso em exame. Se o Parlamentar deve declarar-se impedido de não participar de deliberação que tenha interesse pessoal, maior razão para se aplicar a mesma diretriz à participação em Comissões Parlamentares de Inquérito e nas deliberações realizadas neste foro. A expressão "assunto" é certamente ampla para influir também as proposições próprias dos inquéritos legislativos.

Aliás, no que se refere à investigação parlamentar, sendo mais amplos os poderes em relação às demais comissões, recomenda-se maiores cautelas. Nada justifica, portanto, deixar de se aplicar a regra de impedimento acima transcrita.

É essa a questão de ordem que levanto a V. Exª, para que possa ser submetida à decisão superior da Mesa e talvez do próprio Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Miro Teixeira...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Por enquanto Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem do Senador Cássio.

V. Exª terá a palavra somente se for para contraditar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É bom encaminhar como contradita...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encaminhe como contradita, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A rigor, seria mais para seguirmos um princípio processual, porque, nesse caso de arguição de incompetência ou de qualquer espécie de impedimento, há que se abrir vistas para a outra parte falar, para não termos de deliberar agora. Ele está sendo surpreendido por essa questão de ordem e deve ter um prazo para se manifestar e aí, sim, oferecer a contradita. Senão, nós estaríamos diante da situação de que vem algo preparado, estudado, alentado e a parte fica aqui mais ou menos tendo que responder de improviso.

Eu acho que é uma boa prática seguirmos as normas processuais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira, em que pese a manifestação respeitosa do PSDB na questão de ordem formulada pelo Senador Cássio Cunha Lima, a Presidência dos trabalhos não tem como acolher a questão de ordem, haja vista que recebe e recolhe das lideranças partidárias as indicações, que são lidas em plenário, em sessão do Congresso Nacional.

Não cabe à Presidência dos trabalhos definir quem comporá a sua Comissão.

Por isso, não recolho a questão de ordem do PSDB, devolvendo a V. Exª para recurso à sessão do Congresso Nacional.

Inicialmente, farei a leitura da cartilha...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

A questão de ordem é matéria vencida. Dou a V. Exª apenas um prazo para explicações breves por ter sido citado, porque já foi tomada a decisão.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Obrigado a Presidência. Respeito a manifestação do Senador Cássio Cunha Lima, que, cortesmente, veio anunciar que estava cumprindo uma tarefa do seu Partido, o PSDB, ao colocar sob suspeição a indicação da minha participação, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores.

Ora, a minha participação é legítima, legal e constitucional. Originariamente, eu fui o autor do pedido de investigação contra o esquema Cachoeira. Ora, já é uma contradição muito grande levantar qualquer ilação a meu respeito de estar vinculado a qualquer membro dessa quadrilha destinada a praticar determinados crimes. Ainda assim, quando anunciado pela mídia brasileira, por determinados segmentos que também estão inseridos nesse esquema criminoso, alguns quadros... E como eu reafirmei, não existe jornalista bandido: ou ele é bandido ou ele é jornalista. Os que se prestam a isso estão ainda a serviço desse esquema criminoso, tentando confundir ou atrapalhar ou pautar os trabalhos desta CPI.

Acredito que nós não vamos caminhar através de situações legítimas, sob o ponto de vista de pleitear aqui um absurdo como esse. É absurdo, para não dizer maldoso e até desrespeitoso com o Regimento Interno, porque acredito que essas questões estejam sendo levadas no plano pessoal, já que eu também sou autor de uma representação contra o Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, por práticas de atos de vandalismo em meu gabinete.

Então, a suspeição, contrariando a tudo e a todos, seria de toda a Bancada do PSDB. Mas nem por isso vou levantar essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Protógenes. Vamos ler a nossa cartilha, para iniciar os nossos trabalhos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para, respeitosamente, acatar a decisão de V. Exª, respaldar a apresentação de questão de ordem do Senador Cássio Cunha Lima e informar que remeteremos então à Presidência do Congresso Nacional para deliberar sobre ela.

Entendemos preliminarmente que V. Exª teria autoridade e condições, inclusive regimentais, para responder essa questão de ordem, mas não vamos ocupar o tempo desta Comissão Parlamentar de Inquérito neste debate, acolhendo a decisão de V. Exª até como forma de colaborar com a condução dos trabalhos, porque é o nosso desejo ver esta CPI alcançando seus objetivos. Assim, atendendo a essa disposição do Senador Cássio Cunha Lima, vamos encaminhar à Presidência do Congresso Nacional.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, para agilizar os trabalhos, quero só... Estou muito preocupado com o tempo. Quando V. Exª e o Relator nos distribuem o calendário, olho para ele e fico muito preocupado com o fator tempo. Como rece-

bemos aqui toda essa cartilha sobre procedimentos, eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª. Ao invés da leitura, que levaria algum tempo, que V. Exª comentasse os tópicos que considera os mais relevantes, de tal forma que, a seguir, já iríamos ao plano de trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se todos concordam, vamos em frente, pois a cartilha é auto-explicativa, Deputado Onyx. Apenas gostaria de ler a ementa inicial:

O Presidente da CPMI elabora a presente cartilha, criada pelo Regimento Interno nº 1, tendo em vista o inciso I do art. 89 do Regimento Interno do Senado, aplicado subsidiariamente ao art.151 do Regimento Comum, que dispõe sobre a competência para organizar e dirigir os trabalhos desta Comissão; comunica às senhoras e os senhores integrantes deste Colegiado e aos demais Congressistas os procedimentos que serão observados.

Falamos um pouco sobre a amplitude e, em cada, falamos sobre as reuniões, os requerimentos... E os senhores estão vendo que em cada um dos pontos, Deputado Onyx, está a referência aos artigos, tanto do Regimento Comum quanto do Regimento desta Casa, Senador Collor, assim como também das matérias que já foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, através de mandado de segurança ou outro tipo de ação na Alta Corte do País.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a assessoria para...

Cabe também uma informação suplementar a essa cartilha. Peço a atenção dos senhores. O Supremo Tribunal Federal, atendendo... Está difícil! Solicitamos a compreensão dos senhores.

Hoje, o Supremo Tribunal Federal, atendendo a requerimento desta Comissão, enviou cópia do inteiro teor da Operação Vegas, somente da Operação Vegas. O despacho dos Ministros Ayres Britto e Lewandowsky remeteu a ausência da Operação Monte Carlo, a inexistência da Operação Monte Carlo ainda no Supremo Tribunal Federal. Vegas veio, Vegas está aí, está no cofre. A Monte Carlo não está; está na 11ª Vara Federal. Por isso nós estamos agora solicitando ao Relator a mesma compreensão dos senhores para solicitar o inteiro teor da Operação Monte Carlo, porque, quem estava no Supremo era a Operação Vegas, que veio em nove mídias, nove mídias: uma mídia com o inquérito e oito mídias com os seus anexos. Com o estudo...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, igualzinho a esta que já está na Internet.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o estudo das operações, nós vamos saber, Francischini, quais as que estão em domínio público e quais as que estão sob o nosso segredo de Justiça; a partir de então, o nosso segredo de Justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe eu terminar as minhas explicações para que a gente possa comentar.

Com relação a essa cartilha que, em boa hora, o Deputado Onyx pediu-me para não comentá-la para poupar-nos no tempo, eu lhes trago uma preocupação e quero dividi-las com os senhores: a manutenção do sigilo que teremos que ter na nossa Casa.

Para se ter uma ideia, o material já está disponível, vou ler para os senhores e peço a compreensão de toda a assistência, pois é uma matéria muito séria, muito grave, que mexe com a responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional. O Ministro Carlos Ayres Britto remeteu a esta presidência o seguinte comunicado:

Comunico a V. Exª que, nos termos do despacho que vai reproduzido em anexo, o Sr. Ministro Ricardo Lewandowsky, Relator, deferiu o pedido de compartilhamento das peças processuais. Determinou o Ministro Relator ainda que o exame das cópias enviadas fique restrito à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que deverá adotar rígidas providências para que o seu conteúdo não seja indevidamente divulgado.

Acompanha este expediente cópia integral, em mídia CD, do Inquérito nº 3.430 [que é da Operação Vegas].

Atenciosamente,

Ministro Carlos Ayres Britto.

Aqui, ele comenta...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para concluir, peço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, ele esclarece que o outro inquérito solicitado... Na primeira folha de seu despacho, o Ministro Lewandowski diz:

Contrariamente ao que informou no pedido de instauração do presente inquérito, o caderno de investigações decorrentes da Operação Monte Carlo não foi apresentado, nem por cópia, neste Supremo Tribunal Federal, permanecendo em trâmite perante a 11ª Vara Federal de Goiânia, Goiás, agora como ação penal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, proponho a abertura de inscrições para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos abrir as inscrições, na forma...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Miro Teixeira se inscreve.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu havia me inscrito antes, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos inscrever o Senador Randolfe, o Senador Vicentinho – eu vou ouvindo aqui –, Deputado Arnaldo... Aqui tem uma lista.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, vai seguir a lista ou vai seguir a voz?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Collor. Eu vou seguir a lista. Deputado Onyx Lorenzoni. Está inscrito aqui, está na lista.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu gastarei apenas um minuto, Sr. Presidente, porque vou abrir a Subcomissão de Aviação, da qual V. Exª é Relator, e eu não sabia, quando nós anunciamos, que hoje teríamos essa reunião da Subcomissão. Portanto, estarei ao lado, no Plenário 13, com alguns convidados para essa audiência pública e, quando necessário, convoquem-me que estarei de volta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, queria fazer uma proposição a V. Exª. Quando subscrevi essa lista de inscrição, compreendi que era para debater o plano de trabalho do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E é.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, acredito que seria prudente que V. Exª concluísse, o Relator apresentasse o plano de trabalho e, antes de votarmos, discutiríamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A lista de inscrição é para o plano de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, minha questão de ordem antecede ao plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É um questionamento em relação à cartilha que essa Presidência elaborou,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós estamos discutindo a cartilha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –...e em relação às informações que V. Exª aqui presta. Parece-me que seria necessário ser estabelecido por essa Presidência e por essa Relatoria um procedimento de acesso aos documentos reservados e sigilosos, embora o Regimento do Senado diga que não podem ser utilizados por nenhum Parlamentar, na tribuna, esses documentos. Entretanto, parece-me que é necessário, até pela advertência prestada por V. Exª, que essa Presidência e essa Relatoria disciplinem o acesso por parte dos membros desta CPMI a esses documentos.

É esse esclarecimento que peço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Collor com a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que uma decisão do Supremo Tribunal Federal, pela voz de seu ilustre Presidente recém-empossado, deve ser cumprida por esta Casa e por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ele é muito explícito em responsabilizar cada um dos integrantes desta Comissão, a começar pelo seu Presidente e pelo seu Relator, por todo e qualquer vazamento indevido de matérias protegidas por segredo de Justiça. Em outras oportunidades, já assistimos, nesta Casa, a fatos inauditos de Parlamentares que receberam informações sigilosas por meios escusos, por subterfúgios. E, recebendo esses documentos, sabendo que sua divulgação pura e simples seria incursa num crime tipificado no Código Penal, entregou essa documentação a um Parlamentar, que disse que recebeu essa documentação anonimamente e a repassou a um hebdomadário deste País que tem queixo de vidro, para que ele pudesse publicá-la. O Deputado assumiu o risco de ter cedido essa documentação.

Desse modo, é preciso que tomemos conhecimento pleno dessa decisão do Supremo Tribunal Federal. Não é uma decisão de um juiz de primeira instância, é uma decisão do Colegiado da mais Alta Corte de Justiça do País, pela voz do seu Presidente e pela voz do Relator desse processo no Supremo, que solicita explicitamente que seja respeitado o artigo da Constituição que garante o sigilo que está sendo dado a esses processos que estamos apreciando nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Volto a lembrar, Sr. Presidente, que V. Exª e S. Exª o Sr. Relator são os responsáveis primeiros por qualquer vazamento que haja e estarão passíveis de receber punição pelo rigor da lei. E também cada um de nós, integrantes desta Comissão, poderia ser cha-

mado como copartícipe pela divulgação de documentos que estão sob sigilo de Justiça.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Collor.

Estou inscrevendo os Srs. Senadores e Deputados para comentar a cartilha na sua totalidade. As inscrições para comentar o plano de trabalho do Relator estão aqui. Estou inscrevendo V. Exªs.

Concedo a palavra ao Deputado Sílvio Costa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Protógenes. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Protógenes abre mão? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Vaccarezza. (*Pausa.*)

O Deputado Vaccarezza abre mão.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, para nossa informação, a imprensa, quanto à decisão do Supremo de franquear o acesso a esses documentos sigilosos, fazia menção ao fato de que, por intermédio da CPI, tanto o Conselho de Ética do Senado quanto a Comissão processante da Câmara teriam acesso a essas informações. Na fala de V. Exª eu não vi isso consignado. Eu gostaria que V. Exª esclarecesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou estudando os termos, Senador Humberto Costa. Por dever constitucional e jurídico com relação à guarda dessas constituições, estou estudando a expressão "compartilhamento". Vou transmitir a V. Exª e vou compartilhar com V. Exª a expressão do Relator, Ministro Lewandowski, porque estou tentando imaginar o alcance dela.

Senador Pedro Taques, peço que me ajude também.

Diz o Ministro:

Autorizo a CPMI a compartilhar os dados com o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, para instrução do procedimento disciplinar instaurado em face do Senador Demóstenes Torres, e, ao mesmo tempo, no mesmo sentido, com a Comissão de Sindicância da Câmara dos Deputados, para instauração do procedimento que apura as condutas dos Deputados João Sandes Júnior e Carlos Alberto Leréia da Silva.

Esse alcance é gigantesco. Para mim, compartilhar com a Comissão de Sindicância...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já está autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está autorizado compartilhar com a Comissão de Sindicância e com o Conselho de Ética.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, agora, quero falar pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, estou inscrito aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou chamar, primeiro, os inscritos; depois, volto aos pedidos pela ordem.

Já terminou o Senador Humberto Costa.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós estamos aqui numa brincadeira da carochinha. Parte desse inquérito está toda na Internet, Sr. Presidente. Está inteira na Internet.

A Constituição da República, após a Emenda Constitucional nº 45, afirma que o sigilo é exceção; a regra é a publicidade. É óbvio que essas investigações são dotadas de interceptação telefônica; durante a investigação, isso não pode ser propalado, não pode ser divulgado. As investigações já se encerraram. Não existe mais interceptação em andamento. E nenhum Deputado Federal, nenhum Senador da República, com todo o respeito à posição do Senador Collor, pode se responsabilizado por vazar absolutamente nada se ele afirmar que está usando a prerrogativa do art. 53, § 6º, da Constituição, que dá ao Parlamentar o sigilo da fonte. Então, todos já tiveram acesso à parte do inquérito policial.

Faço uma proposição a esta Comissão: vamos oficiar ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Ministro Relator pedindo o afastamento do sigilo judicial. Isso é normal nas investigações. Isso é possível. Não existe mais sigilo porque isso já está propalado pela imprensa. Tem que fazer investigação de quem vazou naquele momento histórico. Hoje falar em responsabilização de Deputado Federal...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem, depois do Senador Pedro Taques, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Posso concluir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, conclua.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Falar que Deputado Federal ou Senador pode ser responsabilizado pelo art. 159 do Código Penal, com todo o respeito, não é fazer uma adequação desse dispositivo com o art. 53, § 6º, da Constituição.

A Emenda Constitucional nº 45 estabelece como regra a publicidade, não o sigilo.

Naquele momento histórico, quem vazou tem que ser responsabilizado com fundamento no art. 159 do Código Penal, não Deputado Federal ou Senador da República, com todo o respeito ao Senador Fernando Collor. E aqui esclareço a ele que o entendimento que aqui expressou há quem o defenda.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A Emenda é a de nº 35, Senador Pedro Taques.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, aqui se trata agora da opinião de um douto integrante do Ministério Público no exercício de um mandato no Senado da República, investido de um mandato de Senador, contra o discordante, melhor dizendo, do que está aí escrito, que foi lido por V. Exª para conhecimento de todos nós, integrantes desta CPMI, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal é Presidente de um Poder. O Ministério Público, diferentemente do que alguns achem ou pensem ou idealizem, não se constitui um quarto Poder.

Fala pelo Poder Judiciário, em sua última instância, o Presidente da mais Alta Corte de Justiça do País. Então eu pediria, se não fosse cansativo a V. Exª, Sr. Presidente Vital do Rêgo, que lesse aquele trecho em que S. Exª o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal é taxativo em relação a essa questão das informações que estão guardadas sob sigilo, no momento em que transfere esses documentos para esta Comissão e para V. Exª, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, só para dar uma contribuição...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu pediria que V. Exª, por favor, Sr. Presidente, lesse.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós estamos, Sr. Presidente, num debate lateral sobre a função fundamental da CPI. V. Exª fez uma cartilha extraordinária. Cada Parlamentar aqui é responsável pelos seus atos. V. Exª está dando uma informação abrangente e com extrema qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos avançar. Entendo V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vamos avançar para o trabalho do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Entendo a preocupação de V. Exª. Vamos avançar. Vou apenas atender o Senador Collor.

Determina o Ministro Relator que o exame das cópias fique restrito à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que deverá adotar rígidas providências para que o seu conteúdo não seja divulgado e fique restrito à CPI.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Assinado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ouço, para concluir essa fase inicial, o Miro Teixeira e o Alvaro Dias... O Sílvio pediu a palavra? *(Pausa.)*

Não vai... Então o Miro e o Alvaro, para encerrar, a fim de irmos ao plano de trabalho do nosso Relator, que está ansioso para divulgá-lo.

O SR. **MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Eu talvez possa misturar já a discussão do plano de trabalho, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, não, não...

O SR. **MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Vê-se que quem quer simplificar é mal recebido. (*Risos*.)

Mas, então, vou me deter nessa questão das informações que chegaram a nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos prá frente.

O SR. **MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – A primeira indagação é sobre a natureza do expediente que foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. E para eles responderem dessa maneira, antes de analisarmos a resposta, nós temos que analisar a petição, vamos dizer assim, que foi feita ao Supremo. O que nós pedimos a eles, afinal de contas?

Para nós fazermos a formulação subsequente de maneira adequada, de sorte que venha para cá todos os volumes de todos os inquéritos que existem sobre este assunto, que está relacionado na razão de pedir da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, a primeira coisa, eu acho, o Sr. Presidente tem que reavaliar – desculpe-me por assim lhe falar, pela intimidade

antiga com a família – de que maneira foi feita. Porque, eu presumo, pela resposta do Supremo – e digo eu presumo –, que tenha havido um desmembramento do inquérito, porque o que está aberto no Supremo Tribunal Federal é o Inquérito nº 3430.

Se entrar na página do Supremo, vai-se ver aí o autor – o Ministério Público, Procuradoria Geral da República – e o investigado aqui é o DLXT, porque como está em segredo de Justiça é assim que é conhecido lá o Senador Demóstenes Torres. Estranho esse segredo de Justiça.

Mas, aqui está o acompanhamento processual para quem quiser acompanhar.

A questão que está no Supremo Tribunal Federal é o inquérito contra Demóstenes Torres e as peças que lhe são pertinentes.

Eu presumo, consequentemente, presumo por isso aqui, presumo que tenha havido desmembramento do inquérito da chamada Operação Monte Carlo. Isso aí tem um caráter muito genérico, e de repente da Operação Vegas.

Então, talvez fosse o caso de primeiro examinarmos o que foi remetido; paralelamente examinarmos o que foi pedido; e formularmos um novo pedido, que pode ser dirigido: um à Procuradoria da República; um ao Ministério da Justiça; um ao Supremo Tribunal Federal, que informará do desmembramento e da distribuição desses feitos, a que juízos, afinal de contas.

V. Exª fez menção, se não me engano, à 11ª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Décima primeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...Vara Federal, aqui da 1ª Região, penso eu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – De Goiás? Então, 11ª Vara Federal de Goiás. Mas nós não vamos ficar buscando certidão em todas as varas federais... Até poderemos fazê-lo, não há muita dificuldade de se buscar em todas. Mas isso pode ser obtido no Supremo Tribunal Federal, que fez o encaminhamento nos termos do Código de Processo ao juízo competente, após o desmembramento.

Porém, acho que deve ser remetido, também, requerimento ou ofício, melhor dizendo, ao Ministério da Justiça e à Procuradoria Geral da República, ao Procurador Geral da República, para evitar esse tipo de resposta. Estamos encaminhando aqui os autos relativos ao Senador Demóstenes, ao Inquérito nº 3430.

Bom, e o resto? O resto é o grosso, não veio. Como é isso?

Então, acho que tem a ver com o nosso pedido em relação à questão do sigilo. Eu oponho divergência, eu peço licença para divergir, porque a questão do sigilo está definida em lei. O sigilo atende ao interesse público e a preservação da intimidade da vida privada. No interesse público está contida a necessidade do sigilo para a investigação, para não prejudicar as investigações. Concluídas as investigações, nós não temos mais sigilo. Além do mais, a partir do momento que o Supremo Tribunal Federal fez, e fez muito bem; decidiu, e decidiu muito bem em dar direito de acesso aos autos aos advogados.

Num inquérito que tem, ou numa investigação, em qualquer fase que tem 10 investigados, 15 investigados, cinco investigados, cada escritório com oito, 10, 20 advogados, nós estamos falando de sigilo para quem? Sigilo para o suspeito ou sigilo para a população?

Então, não existe sigilo para o suspeito, e não deve existir, para a preservação do devido processo legal, para assegurar o direito de defesa plenamente, agora, também não deve existir o sigilo para a população.

Se houver, se houver prejuízo para a investigação ou se houver a violação do direito da personalidade, concernente à intimidade e à vida privada, aí nós temos, sim, de preservar sigilo, temos o dever de preservar sigilo.

Além do mais e para concluir, pode vir o despacho da mais ilustre figura do nosso Planeta e, nesse caso, especialmente em relação ao Ministro Ayres Britto, eu digo: essa vai ser a Corte Ayres Britto, pela natureza das decisões que a Corte tem tomado, pelos votos do Ministro Ayres Britto, mas, respeitosamente, eu informo que a minha posição está subordinada à Constituição.

Ninguém está obrigado a fazer qualquer coisa senão em virtude de lei, e a lei, nesse caso, não garante o sigilo para a população.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente Vital do Rêgo...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, na linha de argumentação do Senador Pedro Taques e do Deputado Miro Teixeira, quero apelar para uma certa dose de pragmatismo, que nos fará bem e fará bem a esta instituição.

É impraticável o que se deseja: preservar o sigilo daquilo que não é mais sigiloso. Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, há precedentes, há jurisprudência, que quero citar para, ao final, formular a V. Exª um requerimento verbal como sugestão.

Refiro-me ao prolatado pelo Ministro Celso de Mello. Ele deixou assentado, no tema em questão, em debate agora, que a preservação da confidencialidade dos registros sigilosos poderá deixar de subsistir se e quando houver justa causa que legitime, embora excepcionalmente, em imposição fundada em relevante motivo de interesse público – relevante motivo de interesse público.

Reporto-me também, Sr. Presidente, a uma decisão do Ministro Paulo Gallotti, revogando o segredo de justiça do inquérito referente à Operação Pasárgada.

De acordo com o Ministério Público Federal, o conteúdo do inquérito já seria de domínio público e, por essa razão, o Ministro Paulo Gallotti revogou o segredo de Justiça do referido inquérito.

Parece-me que estamos vivendo episódio semelhante.

O segredo de Justiça não existe mais. Passar a ideia de que é possível preservar, sigilosamente, as informações recebidas agora é passar a ideia de hipocrisia.

Nós não podemos adotar uma postura de hipocrisia.

A quem interessaria, agora, o sigilo?

Até agora, houve uma seleção de vazamentos. Permitiu-se o vazamento de informações sigilosas para alvejar algumas pessoas, passando a ideia, também, da existência, eventualmente, de orientação política.

A partir de agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, é impossível, é impossível preservar o sigilo. É impossível, porque nós somos 32 titulares, 32 suplentes, inúmeros jornalistas, redes sociais, inquéritos, ou inquérito, pelo menos, da Operação Monte Carlo já exposto para a opinião pública do País. Portanto, eu creio que certa dose de pragmatismo nesta hora, além do respeito à lei aqui invocada tanto pelo Senador Pedro Taques, a Constituição em seu art. 53, quanto pelo Deputado Miro Teixeira, além de termos o respaldo da legislação vigente no País, temos de adotar uma postura de pragmatismo em respeito à sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, se há jurisprudência firmada em decisões do Ministro Celso de Mello e do Ministro Paulo Gallotti, pode V. Exª, como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, requerer ao Supremo Tribunal Federal a suspensão do sigilo solicitado. É o apelo que faço a V. Exª, é o requerimento verbal que faço a V. Exª no sentido de que reivindique do Supremo Tribunal Federal a suspensão desse sigilo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor, eu já abri mão três vezes, mas agora não dá mais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Repetindo: a quem interessa o sigilo nesta hora?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Bruno.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Depois eu queria falar, Presidente.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Presidente, nessa mesma linha, de forma muito objetiva, quanto aos trabalhos aos quais é preciso dar sequência, acho que há uma questão formal a ser vencida. Os argumentos do Senador Pedro Taques e o encaminhamento dado são os mais objetivos; o Deputado Miro trata do aspecto formal e, sobretudo, da finalidade objetiva com muita propriedade. Mas há, objetivamente, uma determinação judicial que se faz necessária para que não fique, na expressão usada, no conto da carochinha, um sigilo que é exigido aos parlamentares membros desta Comissão e que o Brasil inteiro conhece através da Internet.

Portanto, nós queremos colaborar e seguir neste encaminhamento: que V. Exª possa, com o apoio desta Comissão, oficiar ao Supremo Tribunal Federal – não há mais sentido formal na manutenção desse sigilo – para que possa haver clareza e absoluta tranquilidade no desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão. Portanto, pelo PSDB, na Câmara nós também gostaríamos de encaminhar no sentido apresentado, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para corrigir a forma de expressão: o apelo que faço a V. Exª não é para que requeira ao Supremo Tribunal Federal, é para que comunique ao Supremo Tribunal Federal a decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para não suscitar maiores dúvidas quanto à solicitação verbal de V. Exª, eu já determinei à nossa assessoria técnica que fizesse um estudo acerca dos últimos acontecimentos referentes ao vazamento parcial das informações e à determinação que o Supremo Tribunal Federal oficiou para que, pessoalmente, eu me encarregue de tomar as providências com relação a esse fato.

Eu peço a V. Exªs para não mais gravitarmos em torno dessa questão, já que eu tenho em minhas mãos um ofício do Ministro Ayres Britto comunicando que a matéria corre em segredo de justiça e eu tenho, de outro lado, vazamentos que nem sei se estão em sua totalidade. Esta Presidência, com a responsabilidade que tem, vai tomar as providências necessárias.

Peço a compreensão de V. Exªs para ouvirmos o plano de trabalho e agradeço o apoio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Sílvio Costa, eu ouço V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu lamento, o problema é que, em todo início de CPI... Eu não sabia que aqui havia tantos constitucionalistas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas vamos...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou chegar lá, calma. Eu abri mão três vezes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza. V. Exª tem a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu não sou constitucionalista, mas eu estou estarrecido aqui.

Senador Pedro Taques, V. Exª e Miro Teixeira estão equivocados, e eu vou provar aqui, com a Constituição, que estão equivocados como o Senador Collor, por melhor que seja a intenção dele. Há uma diferença entre o feijão e o sonho: é impossível não haver vazamento aqui. Vai haver sim, ponto final, toda CPI teve.

Agora, não está escrito na Constituição da República que o Parlamentar está imune a punição por vazamento. Está escrito no § 6º do art. 53 o seguinte: "Os Deputados e os Senadores" – prestem atenção –, "os Deputados e os Senadores não serão obrigados a testemunhar..." É muito diferente testemunhar... Vou terminar o artigo. V. Exª não leu o artigo. Está aqui: "Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações."

Então, testemunhar, Senador Pedro Taques. V. Exª está dizendo que, se vazasse alguma informação, o Parlamentar poderia ser processado. V. Exª disse.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, tem que pedir a colaboração da Curadoria também.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o Senador Collor... Só para encerrar o trabalho, perdemos uma hora aqui discutindo nada...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT–- MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, fui citado, alego o art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem todo o direito. Com a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Também pelo art. 14, Sr. Presidente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a compreensão de V. Exªs. V. Exªs têm direitos e estão preservados os direitos, mediante o art. 14, mas peço a compreensão de V. Exªs para que possamos avançar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Deputado, quero expressar a V. Exª o meu respeito a sua interpretação, mas dentre as minhas atribuições de Senador da República, previstas no art. 52, não se encontra de ministrar aula de Direito Constitucional a quem quer que seja. Quero expressar a V. Exª o respeito pelo seu argumento, mas V. Exª não entendeu o que eu falei.

Eu afirmei que Senador e Deputado Federal, conforme art. 53, § 6º, que V. Exª leu a primeira parte, fez uma interpretação... Com todo o respeito à isolada desse dispositivo, Senador e Deputado não têm obrigação constitucional de dar a fonte das informações que ele recebeu. É isso que eu disse, é exatamente isso. Agora, como ele poderá ser responsabilizado pelo art. 159 do Código Penal, se ele não é obrigado a revelar fonte, se ele tem imunidade? Então, respeito a posição de V. Exª e, para que não fiquemos nesse debate, concordo, neste instante, que ele é periférico, mas, a partir do momento em que as informações do Sr. Presidente foram remetidas ao Supremo Tribunal Federal, não será mais periférico, a meu juízo. Então, vou dizer a V. Exª: V. Exª não entendeu o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de colocar apenas o seguinte. As questões no ponto em que nos foram trazidas. V. Exª tem sobre a mesa um ofício do Presidente da mais Alta Corte de Justiça do País, que é o Supremo Tribunal Federal, Presidente Carlos Ayres Britto. Não cabe a nenhum de nós contestar uma decisão da Justiça expressa nos dizeres ou no despacho aposto por S. Exª quando da solicitação dos autos da Operação Vegas, que aqui chegaram e que têm 15 mil páginas. Se vai haver vazamentos ou não, se será impossível garantir que nenhuma letra, nenhum trecho desses inquéritos vazem, até porque sabemos que há uma coabitação criminosa entre confrades e alguns Parlamentares deste Congresso Nacional, que fornecem as informações em troca de benesses na publicação de notícias favoráveis...Todos nós sabemos que coabitam criminosamente nessa faixa. Eles tratam à vela de libra aqueles que lhes fornecem essas informações, e um dos casos mais tenebrosos que eu conheci, como jornalista – eu que pertenço à quarta geração de jornalistas –, foi o fato de um diretor de redação de uma revista semanal ter coabitado criminosamente com um contraventor durante seis ou sete anos, sabendo que estava servindo a esse contraventor, quando publicava aquilo que ele lhe determinava. E isso fazia com que essa revista auferisse lucros, lucros e mais lucros, repetidos lucros pelo prestígio

que auferia em função dos furos de reportagem. E, naturalmente, aquele criminoso que coabitava com o contraventor na divulgação dessas informações também ganhava prestígio.

Então, nós temos aqui um fato claro, insofismável e que não há como negar: V. Exª recebeu, estaria em suas mãos, um documento que tem um despacho do Presidente do Supremo Tribunal Federal que diz que nisso aí tem que ser obedecido o sigilo garantido da informação, o sigilo legal.

Portanto, isso é um fato. Se depois disso alguma coisa vier a vazar indevidamente, serão tomadas outras providências. Não há nenhuma posição nem hipócrita, nem safada, nem julguara de quem quer que seja aqui. Todos nós estamos discutindo, debatendo e defendendo os nossos pontos de vista. Hipócritas são aqueles que fornecem informações por baixo dos panos, indevidamente, a alguns confrades, que fazem dessas informações o uso que lhes convier.

E gostaria também, concluindo as minhas palavras, Sr. Presidente, de dizer que todas essas jurisprudências que foram aqui citadas do Exmº Sr. Ministro Celso de Mello e outros, falando sobre o grau de confidencialidade, foram anteriores, essas decisões, à aprovação e à consequente edição da Lei de Informação.

A Lei de Informação, Sr. Presidente, acaba com o grau de confidencialidade. Não existe mais esse carimbo de confidencial. Não existe mais. Simplesmente deixou de existir com a lei que foi recentemente aprovada nesta Casa.

Por isso é que eu gostaria de deixar bem claro que V. Exª, como Presidente desta Comissão, e S. Exª, como Relator, têm em mãos a responsabilidade de cumprir uma determinação judicial: mandar ou enviar ao Presidente do Supremo um ofício dizendo que simplesmente estamos devolvendo o ofício encaminhado e que não vamos agir assim. Isso seria a mesma coisa que conspirar contra o Estado democrático de direito que tanto prezamos e que tanto queremos manter aqui neste Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Relator para a leitura do seu plano de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, uma última questão.

A minha preliminar, que antecedeu este debate, não teve uma resposta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos estudando a forma tecnológica e adequada fisicamente para responder a V. Exª.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Gostei do "tecnológica", Sr. Presidente, e "física". (*Risos*.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, tivemos um debate profundo sobre a questão do sigilo, mas creio que a questão principal para esta CPI é outra. V. Exª enviou três ofícios: um para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto; outro para o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel; e o terceiro, para o Dr. Leandro Coimbra, que é Diretor-Geral da Polícia Federal.

O que não está claro para nós – e se V. Exª não tiver condições de responder de pronto poderia fazê-lo posteriormente – é o que chegou. Isso é o que interessa. São três peças que interessam a esta CPI: a primeira é da Operação Monte Carlo. Essa V. Exª disse que não estava no Supremo e que estava na 11ª Vara Federal de Goiânia. Uma segunda peça é a representação que o Procurador-Geral fez em relação ao Senador Demóstenes Torres. Essa eu encontrei na Internet.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não chegou ainda oficialmente, Deputado. Não chegou ainda.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Está sob sigilo, mas já encontrei na Internet. A Monte Carlo também. A Monte Carlo está na Internet, num *site* chamado "lei dos homens". E essa peça da representação do Procurador-Geral em relação ao Senador Demóstenes Torres está no *site* "Brasil 247".

Agora, nós estamos interessados em saber se a Operação Vegas foi efetivamente remetida?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi remetida. É esta que está em nosso poder.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Então ela já se encontra aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Exª certamente notou meu nome escrito aqui, sobre a questão do roteiro de trabalho, e eu queria falar, pela ordem, sobre essa questão.

Eu acho que, na verdade, quando o Ministro Ayres Britto nos adverte sobre a questão da confidencialidade, ele está fora do mundo real. Todos os dados da Operação Vegas/Monte Carlo e quaisquer que sejam estão sendo divulgados de maneira oficial. Acho, inclusive, Sr. Presidente, que o senhor deveria pedir à assessoria que na Internet pegasse os dados da Monte Carlo;

no *site*, pegasse os dados da operação e distribuísse para todos nós. Não precisa pedir para mais ninguém.

Agora, nós não podemos ser responsabilizados pela confidencialidade de algo que até agora não chegou às nossas mãos. E está tudo sendo publicado. Que responsabilidade nós temos? Nenhuma, Sr. Presidente. Temos que passar a apurar. Determina a Internet. Alguém da assessoria acessa a Internet, pega os dados e os repassa para todo mundo. E o 247 também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós não vamos ler o programa de trabalho nunca aqui.

Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sérgio Souza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, na realidade – porque aqui se falou muito e procurei ouvir com muita atenção –, o processo relativo à Monte Carlo não veio porque está na 11ª Vara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – V. Exª já encaminhou o pedido?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já, já.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era isso, porque V. Exª não havia comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, como V. Exª, também sou da área do Direito, como muitos que estão aqui. Esta Comissão está assentada em cima da Constituição, em cima da legislação, em cima do Regimento Interno. Nós não poderemos ultrapassar os limites da legislação, sob pena de um ato desta Comissão ser questionado, em relação à sua nulidade no momento subsequente.

Então, para encaminhar os trabalhos, acho que a assessoria terá oportunidade de analisar tudo o que foi colocado aqui, e aí teremos que votar inclusive na forma de requerimento.

Então, Deputado Odair, eu acho que nós podemos dar prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

Com a palavra, finalmente, o Relator, para a leitura do seu plano de trabalho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, pedirei a atenção de V. Exªs porque o texto é longo, mas é importante que ele seja lido.

Criada pelo Requerimento nº 1, de 2012, do Congresso Nacional, assinada por 396 Deputados e 72 Senadores, a presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destina-se a investigar, num prazo de 180 dias, práticas criminosas desvendadas pelas Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, com o envolvimento do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, e agentes públicos e privados, sem prejuízo da investigação de fatos que se ligam ao objeto principal; entre estes, a existência de um esquema de interceptações e monitoramento de comunicações telefônicas e telemáticas ao arrepio do princípio da reserva de jurisdição.

Composta de 15 Senadores, 15 Deputados titulares e igual número de suplentes, além de uma vaga adicional par as bancadas minoritárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, esta CPMI foi instalada no dia 25 de abril de 2012, ocasião em que foi eleito para a Presidência da Comissão o Senador Vital do Rêgo, PMDB–PB, que me designou para a relatoria, Deputado Odair Cunha, PT–MG.

O presente plano de trabalho visa a organizar as atividades desta CPMI de modo a assegurar uma direção clara ao presente inquérito parlamentar.

Objeto da CPMI.

Nos termos do art. 52, § 3º, da Constituição Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado, e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

A investigação se dará em sede extrajudicial, no âmbito do Poder Legislativo e na forma do art. 5º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e terá como resultado finalístico a produção de um relatório conclusivo.

Como se depreende do Requerimento nº 1, de 2012, o objeto da presente CPMI é investigar as práticas criminosas lideradas pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, tratadas nas Operações Vegas e Monte Carlo, ambas da Polícia Federal. Seu foco principal é o de averiguar como a organização criminosa por ele controlada conseguiu infiltrar-se em estruturas estatais e quais os agentes públicos e privados que com ele colaboravam.

Há evidências de que a influência do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos se estende por setores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de membros do Ministério Público nos seus diferentes níveis e esferas.

Também há indícios de que a organização criminosa contava com uma rede de espionagem política e econômica, baseada na compra de informações sigilosas e interceptações telefônicas clandestinas.

Vislumbra-se que as ações comandadas pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos configuram o que é tecnicamente conhecido como crime organizado.

Tal como formulado pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado, Convenção de Palermo, o conceito de organização criminosa está diretamente relacionado à associação de pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que de maneira informal, com o objetivo de obter vantagens de qualquer natureza mediante a prática de crimes.

Os efeitos da atuação dessas organizações criminosas são nefastos para a vida do País: corrupção e cooptação de agentes políticos, de forças de segurança e de inteligência e demais autoridades e agentes sociais; infiltração nas instituições estatais e sua progressiva deturpação; abuso do poder econômico; perturbação da paz social; cometimento dos mais diversos crimes, tais como lavagem de dinheiro, agressão aos direitos e garantias individuais, entre outros.

O avanço das organizações criminosas implica, necessariamente, no enfraquecimento do Estado democrático de direito.

Como depositários diretos da soberania popular, nós, Deputados e Senadores, temos a honrosa tarefa de defender a Constituição e o Estado de direito por ela erigido, o que, no caso em tela, significa investigar a atuação da organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, com vistas a apontar as responsabilidades dos agentes públicos e privados envolvidos. Mais que isso, nossa tarefa é dar uma resposta legislativa sobre o tema, de modo a extirpar essa mazela de nossa sociedade.

Para evitar fuga ou dispersão de seus objetivos, entendemos que é imprescindível delimitar o objeto de atuação desta CPMI como órgão de realização da função fiscalizadora do Poder Legislativo, que respeita a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais e demais preceitos normativos que norteiam as suas ações.

À vista disso, este plano de trabalho estrutura o objeto da Comissão Mista em duas linhas de atuação:

1) – Prioritariamente, a partir da identificação nos autos das investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, Operações Vegas e Monte Carlo, e nas demais peças de informação surgidas ao longo dos trabalhos desta Comissão, das ações e dos principais operadores da organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos: a) apurar a extensão das atividades ilícitas dessa organização nas diferentes esferas do Estado brasileiro; b) fixar responsabilidades de agentes públicos e privados que, eventualmente, façam parte dessa organização criminosa; c) diagnosticar deficiências legais e institucionais que propiciam as investidas criminosas, sugerindo, em conclusão, medidas capazes de evitar tais vulnerabilidades.

2 – Identificar as ações e métodos da organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, relacionados à espionagem política e empresarial; fixar eventuais responsabilidades de agentes públicos e privados pela participação, utilização e incentivo dessas práticas criminosas; obter de especialistas autoridades policiais e de inteligência subsídios para a proposição de ações de enfrentamento das mesas.

Passo, agora, ao prazo para a conclusão dos trabalhos.

3 – O prazo para a conclusão dos trabalhos da CPMI é de 180 dias, com término previsto em 4 de novembro de 2012.

Sobre o roteiro, Presidente.

O papel de uma CPMI, como inquérito parlamentar, transcende a de típico procedimento administrativo inquisitorial, como os presididos pelos delegados de polícia (inquérito policial) e pelos membros do Ministério Público (inquérito civil). Seu objetivo é dar respostas, sobretudo legislativas, às questões submetidas ao seu exame, razão pela qual esta Comissão debruçar-se-á sobre as questões mais relevantes, para desvendar o esquema criminoso liderado pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Sem embargo dessa ressalva, os trabalhos desta CPMI observarão, tanto quanto possível, o disposto no Código de Processo Penal, assegurando a manifestação livre da acusação e da defesa.

A primeira etapa será destinada à oitiva da acusação, com os depoimentos dos Delegados da Polícia Federal e Procuradores da República responsáveis pelas Operações Vegas e Monte Carlo.

Na sequência, será a vez da defesa com depoimentos do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos e demais pessoas identificadas nos autos das Operações Vegas e Monte Carlo.

Superada essa etapa, serão ouvidas pessoas acerca dos tópicos a seguir.

Por fim, esta relatoria concluirá a elaboração do relatório final.

A agenda prioritária desta CPMI buscará caracterizar a organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, de forma a desvendar as esferas de comando e suas funções exercidas por cada operador da organização; sua relação com membros do Poder Legislativo; sua relação com servidores e agentes públicos integrantes de governos estaduais; sua relação com servidores e membros do Ministério Público e do Poder Judiciário; sua relação com integrantes das Polícias Estaduais e Federal, civis e militares; sua relação com setores empresariais e agentes de mercado, inclusive com a diretoria da empresa Delta na Região Centro-Oeste.

Serão investigados, prioritariamente, ainda, o esquema de interceptação, monitoramento e divulgação de comunicações telefônicas e telemáticas, de forma ilegal, e de escutas clandestinas com o objetivo de espionagem política e empresarial, e a prática de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e crimes tributários praticados pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos e integrantes de sua organização.

Em face do caráter uno e indivisível da organização criminosa, os tópicos acima descritos são interrelacionados e demandam investigação conjunta, a fim de comporem o quadro de informação que constará do relatório final, que servirá de substrato para as recomendações e conclusões desta CPI.

Sobre os requerimentos.

A efetividade dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito será obra de todos os seus integrantes. É fundamental, portanto, a participação ativa de Senadores e Deputados, inclusive, por meio da apresentação de requerimentos. Esses requerimentos serão objetos de reuniões administrativas realizadas nas datas realizadas, nas datas editadas no item 5.1.

Das oitivas.

As audiências públicas para oitivas constituem importantes elementos de convicção. Assim, observadas as orientações jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal relativas ao poder de intimação, fundamentação dos atos e demais direitos e garantias, serão ouvidos:

autoridades policiais e do Ministério Público responsáveis pelos atos de investigação;

as pessoas integrantes, beneficiárias ou coniventes com a organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos;

testemunhas das ações dessa organização criminosa;

autoridades públicas, servidores e representantes da sociedade civil;

especialistas nos temas conexos ao objeto de investigação desta CPMI.

Requisição de documentos e informação.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito atuará com base nos autos das investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público nas operações denominadas Vegas e Monte Carlo. Isso não impede que a Comissão requisite novos documentos e informações eventualmente sugeridas ao longo dos trabalhos e que sejam obtidas por meio dos canais oficiais de interlocução com as demais instituições da República.

Com relação a visitas a autoridades.

A CPMI prezará pelo diálogo respeitoso e pela relação harmoniosa com os demais Poderes da República, assim como com diversas instituições do Estado brasileiro, a fim de obter uma somatória de esforços que auxiliem na redução dos graves problemas que a motivaram.

A interlocução com suas respectivas representações propiciará, estamos certos, o entendimento almejado.

Realização de outras diligências.

Além das previstas neste plano de trabalho, é claro, poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela presidência, pela relatoria e pelo plenário desta CPMI.

Relatório final.

O relatório final com as conclusões desta Comissão será redigido ao longo de seus trabalhos e dele constarão, além das recomendações de praxe, proposições legislativas relativas ao objeto desta Comissão Mista de Inquérito.

Com relação ao cronograma, permito-me aqui fazer um resumo. Inicialmente estamos propondo duas reuniões de oitiva nos meses de maio e junho; nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, uma por semana. Ou seja, em 60 dias, duas por semana. Nos outros meses, uma por semana.

Nós estamos propondo aqui também que a agenda de maio já seja definida por nós aqui hoje. E a agenda de junho seja definida na reunião de 15 de maio. Aí nós iríamos, com base nos inquéritos que nós já temos e com base nas informações dos delegados da Polícia Federal, que aqui comparecerão, e Procuradores da República, em 15 de maio, nós enfrentaríamos outros temas.

Estou propondo hoje, então, para a agenda de maio:

No dia 8 de maio, em audiência pública – os senhores e senhoras podem seguir –, para oitiva do Sr. Delegado da Polícia Federal Raul Alexandre Marques

Souza, responsável pela investigação da Operação Vegas.

No dia 10 de maio: audiência pública para oitiva do Delegado da Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues e dos Srs. Procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Lea Batista de Oliveira, responsáveis pela investigação da Operação Monte Carlo.

No dia 15, então, faremos a reunião administrativa para apreciação de outros requerimentos. Mas nessa data ainda aprovaremos audiência para o dia 17 de maio, a oitiva do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. No dia 22, audiência para oitiva dos Srs. José Olimpio de Queiroga, Cleibe Ferreira da Cruz, Giovane Pereira da Silva, Vladmir Henrique Garcez e Lenine Araújo de Souza, esses todos conhecidos na organização criminosa, amplamente divulgada. No dia 24 de maio ouviríamos o Sr. Idalberto Matias de Araújo e o Sr. Jairo Martins. No dia 29 ouviremos o Sr. Cláudio Dias de Abreu. No dia 31 de maior, ouviríamos o Senador da República, Senador Demóstenes.

Essa é a proposta.

Aí, em junho, julho, agosto, setembro e outubro seguem aquilo que já falei a V. Exªs.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, esses requerimentos seriam votados hoje?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

Permita aqui a conclusão.

Item VI:

As atividades previstas nesse plano de trabalho visam conferir efetividade a investigação parlamentar com respeito aos princípios constitucionais o contraditório da ampla defesa, mas sempre em busca da verdade real.

Objetivamos uma CPMI pautada pela atuação técnica, centrada na apuração de graves fatos em questão e na produção de uma resposta a altura das exigências da sociedade brasileira.

Este é o propósito que nos motiva para o qual peço indispensável apóio dos nobres Parlamentares desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É o plano de trabalho, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, questão de ordem, arguindo art. 131, do Regimento Comum, subsidiado pelo art. 153, do Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª. Parabenizo a fundamentação, seguindo a cartilha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, a questão de ordem a que me refiro é a seguinte: diz o art. 153, do Regimento Interno do Senado Federal, subsidiário ao Regimento Comum, que nos atos processuais aplicar-se-ão subsidiariamente o disposto no Código de Processo Penal.

Diz o Código de Processo Penal, art. 207, que são proibidos de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredos, salvo se desobrigados pela parte interessada quiserem dar o seu testemunho. Mais adiante, o Código de Processo Penal diz no art. 252, estabelece que o Juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que [o inciso II diz] ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha. Complementarmente, o art. 258 do Código de Processo Penal, diz:

Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes por seu cônjuge ou parente consanguíneo, ou afim linha reta, ou colateral até o terceiro grau, inclusive, e a ele se estendam, no que lhes forem aplicáveis às prescrições relativas às suspeições e os impedimentos dos juízes.

Tudo isso estabelecido no Código de Processo Penal.

Além disso, diz a Lei Orgânica do Ministério Público que no seu art. 236, "o Membro do Ministério Público da União, em respeito à dignidade de suas funções e da Justiça deve observar as normas que regem o seu exercício." E, especialmente, o inciso II do art. 236: "Guardar segredos sobre assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função."

Mais adiante diz ainda na Lei Orgânica do Ministério Público: "A pena estabelece [a pena de demissão do Ministério Público] àquele membro da instituição que desobedecer ao previsto já citado na Lei Orgânica do Ministério Público."

Cito, Sr. Presidente, Sr. Relator, esses dispositivos do Código de Processo Penal porque me parecem, enfim, ferir claramente o Código de Processo Penal e a ele nós devemos respeitar subsidiariamente, como diz o Regimento Interno do Senado Federal, e me parece que estamos claramente infringindo ele quando estamos requisitando a presença de membros do Ministério Público, seja como uma das ações desta CPMI, seja para eles serem ouvidos em oitiva desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Então, o impedimento me parece claro.

Além do mais, todo o trabalho do Ministério Público da União – diga-se, de passagem, trabalho muito bem feito – está nos autos de todo o inquérito que nós receberemos, está nos autos de todo o processo que nós receberemos. Chamar o Ministério Público da União para cá, para ser ouvido em oitiva pública, parece-me que nós abriremos a porta do cofre para o bandido.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Essa é a questão de ordem que apresento a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Regimento, art. 14, 10-A.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu já havia solicitado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou com uma questão de ordem. Aí, eu tenho de responder à questão de ordem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ah, sim. A próxima será minha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aí a próxima.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Combinado, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, uma a uma, eu responderei todas as questões de ordem com tranquilidade.

Para contraditar, Deputado Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu compreendo as ponderações do Senador Randolfe, sou do Ministério Público do Estado de São Paulo há 26 anos, mas eu gostaria de fazer uma ressalva: a vinda dos procuradores aqui em momento algum ofende aqueles que, efetivamente, estão impedidos de dar a sua manifestação. Esses são chamados, pela doutrina, de "confidentes necessários".

Não é o caso do Ministério Público. Ele pode perfeitamente ser ouvido aqui, não há nenhum óbice legal e, portanto, sou favorável à vinda deles, tal como propôs o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o que pensa a Mesa.

Para contraditar, Senador Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, acredito eu, salvo melhor juízo, que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito iniciaria bem esse processo investigativo se ouvíssemos, aqui nesta Comissão, S. Exª o Sr. Procurador Geral da República.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ocorre no mesmo momento em que, pela primeira vez das comissões, tantas quantas foram realizadas no Congresso, no Senado ou na Câmara, individualmente, pela primeira vez, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está funcionando concomitantemente com a denúncia já apresentada por S. Exª o Procurador Geral da República ao Supremo Tribunal Federal.

Portanto, a vinda do Procurador Geral da República ao Senado Federal daria peso a esta Comissão. Nós estaríamos iniciando com alguém que ofereceu a denúncia e nós não queremos, aí, nos imiscuir em nada mais, nada menos do que ouvir do Sr. Procurador quais os motivos que levaram ele a oferecer a denúncia? Em que capítulos do Código Penal, ou em que artigos do Código Penal estão incursos aqueles a quem ele, ali, está incluindo como supostos envolvidos nesse esquema criminoso; e dizer também, sobretudo, por que o inquérito de 2009 pernoitou, anos e anos, nas gavetas do seu gabinete, sem que nenhuma providência tivesse sido tomada.

Essa é uma informação preciosa que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito precisa ter.

Então, propor: na primeira audiência, é o que defendo, volto a dizer, salvo melhor juízo, seria a presença do Procurador Geral da República diante do Senado Federal, prestando as informações de por que ofereceu denúncia ao Supremo Tribunal Federal em relação a essas duas operações, e a explicação que ele tem a nos oferecer de por que, desde 2009, deixou esse inquérito parado. Disse ele, em alguma entrevista, porque não tinha, ainda, os elementos necessários para formalizar a denúncia, mas queremos ouvir isso dele.

Então, nós partiríamos do geral, do Procurador Geral da República, e, depois, ouviríamos os dois presidentes dos dois inquéritos, os delegados federais presidentes dos inquéritos. Partiríamos do geral para o particular.

Em relação à presença do procurador aqui, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a Constituição Federal, que é a lei maior do nosso arcabouço jurídico, sobrepondo-se, claro, a qualquer outra norma, diz, no seu art. 58, §2º, que às comissões, em razão de matéria de sua competência, cabe solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. Não excetua Sua Excelência o Sr. Procurador Geral da República.

Ao combinar esse dispositivo do art. 58, § 2º, com o § 3º do mesmo art. 58, fica clara a prerrogativa de uma CPI ou CPMI como esta convocar o Procurador Geral da República, na medida em que o texto deixa expresso que as Comissões Parlamentares de

Inquérito "terão poder de investigação próprios das autoridades judiciais".

Portanto, não há nenhum motivo para que, a meu ver, possamos prescindir da presença tão importante do Sr. Procurador Geral da República no início dos nossos trabalhos.

Nós temos que levar em conta, também, Sr. Presidente, me permitindo mais um minuto, que a convocação do Dr. Roberto Gurgel é de cunho pessoal por ter sido ele o procurador que atuou nos inquéritos objetos da investigação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Mesmo que hoje o Procurador Geral da República fosse outro, não fosse o Dr. Roberto Gurgel, o convite ou a convocação recairia do mesmo modo, e não ao suposto atual titular.

Por isso eu gostaria, *data venia*, sugerir a S. Exª o Sr. Relator desta Comissão, que nós pudéssemos, em primeiro lugar, ouvido naturalmente o plenário, ouvir o procurador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou...

O SR. **ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Não há nada na Constituição que impeça a convocação do Procurador Geral da República.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço à Secretaria que vislumbre todos os contraditantes, para que possa anotar, porque é uma matéria polêmica e nós estamos antecipando outros requerimentos que virão. Por isso, poderíamos até normatizar um regramento de duas contraditas para um lado e para o outro. Mas vou exaurir a participação de todos, até para que possamos nos antecipar a outros fatos dessa natureza em que pesem até requerimentos que estão aí sobre a mesa.

Só um minuto, só um minuto, só um minuto.

Estão para contraditar: já falou o Sampaio...

O SR. **CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Se V. Exª me permite, é uma outra ponderação. Foi com relação aos Procuradores.

Agora, foi dito pelo Senador Fernando Collor de Mello que o Procurador Geral...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não é Procurador Geral ainda não...

O SR. **CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Acabou de falar sobre o Procurador Geral, Dr. Gurgel.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Collor falou dos procuradores. Mas nós estamos discutindo os procuradores, por enquanto...

O SR. **CARLOS SAMPAIO** (PSDB – SP) – Não, não. Desculpe-me, Sr. Presidente, ele foi claro: a convocação do Procurador Geral. A questão toma um outro contorno jurídico. É importante...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O que nós estamos discutindo agora são os procuradores, que são o tema da questão de ordem do Senador Randolfe; os procuradores. As contraditas são para os procuradores.

O SR. *(Não Identificado.)* – Então, não tem mais contradita.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – São duas as questões.

Estou inscrito aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também está inscrito. Depois é você.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, são duas situações...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Claro, são duas situações.

Eu peço aos senhores oradores que formalizem as suas convicções a respeito do que o Sr. Relator falou no momento em que se dirigiu à convocação dos procuradores.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E o Senador Randolfe, usando a questão de ordem, fez menção aos procuradores.

Quando o Senador Collor traduziu a sua contradita, também citou o Procurador Geral...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...que é motivo futuro de um requerimento desta Casa, que já existe, inclusive...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O requerimento já existe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já existe e será apreciado.

Mas nós estamos apreciando agora os procuradores.

E peço aos senhores que traduzam as suas convicções a respeito dos procuradores.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos serão ouvidos.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu fico pensando o cidadão brasileiro que está nos ouvindo: existem governadores envolvidos, existem empresários envolvidos, existem parlamentares envolvidos, e o primeiro tema a ser debatido é sobre procuradores.

Mas, vamos debater procuradores. A Constituição da República, quando fala de comissão parlamentar de inquérito, fala no art. 58, § 3º. O § 2º não se aplica às comissões parlamentares de inquérito. O § 2º do art. 58 não se aplica.

As comissões parlamentares de inquérito, Sr. Presidente, são regradas por duas leis no Brasil: 1.579, de 1952, e 10.001, de 2000. Muito bem.

O art. 6º da Lei nº 1.579, de 1952, afirma que se aplica subsidiariamente o Código de Processo Penal. Está escrito lá no art. 6º da Lei nº 1.579. Muito bem.

Os Procuradores da República que oficiam perante o Juiz Federal da 11ª Vara, em Goiás, já ofertaram a denúncia criminal nessa operação chamada Monte Carlo. Portanto, a eles não se aplica o art. 252, combinado com o art. 258 do Código de Processo Penal. Não se aplica. Já ofertaram a peça inaugural da ação penal, que recebe o nome de denúncia. Eles podem ser ouvidos em comissão parlamentar de inquérito, sim. Existe decisão do Supremo Tribunal Federal sobre isso. Eles não podem ser obrigados a responder sobre fatos que restaram da investigação que eles entendem que esteja acobertado pelo sigilo. Isso o Código de Processo Penal determina. Ponto.

Segundo ponto: o Procurador-Geral da República não ofertou denúncia criminal nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal. O que ele fez? Fez um requerimento ao Supremo Tribunal Federal para que uma investigação fosse levada a cabo em desfavor de um Senador da República e de Deputados Federais. Ponto.

O Procurador-Geral da República, se vier depor nesta CPMI, ele não poderá oferecer denúncia criminal contra Senadores e Deputados Federais, porque ele restará impedido, nos termos do art. 258 do Código de Processo Penal, a não ser que nós queiramos, por exemplo, ouvir o Ministro do Supremo, Lewandowski. O Ministro do Supremo é relator de uma investigação criminal. Como não podemos ouvir o Ministro do Supremo, Lewandowski, porque senão ele estará impedido de julgar a futura ação penal, nós não podemos ouvir o Procurador-Geral da República.

E, termino, Sr. Presidente, a Constituição da República trata de comissão parlamentar de inquérito no § 3º. Nós não podemos interpretar a Constituição em tiras. Isso significa dizer que o Procurador-Geral da República não poderá oferecer denúncia criminal neste caso, porque ele se transformará em testemunha. Por isso ele fala nos autos e, nos autos, ele falará...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, por favor. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não.

Quem comanda aqui sou eu. Vou ouvir. O senhor conclui e depois eu volto.

Espera aí, deixa eu falar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Os Procuradores da República já ofertaram a denúncia criminal, nos termos do art. 41. O Procurador-Geral da República só pediu instauração de um inquérito judicial no Supremo, com fundamento na Lei nº 8.038, de 1990. Se ele depuser, ele se transforma em testemunha, e testemunha não pode ofertar denúncia. Nós, aqui, se permitirmos ao Procurador-Geral da República prestar depoimento como testemunha, o Ministro Relator Lewandowski também terá que prestar depoimento aqui como testemunha, porque não existe diferença de tratamento na Constituição e na legislação a respeito de Ministro do Supremo e Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, quero lembrar de que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios fez uma investigação, com todas as dificuldades que as investigações parlamentares têm, construiu um dos maiores bancos de dados que já se teve neste País, propiciou inúmeras investigações do Ministério Público e da Polícia Federal e chegou à mesmíssima conclusão de uma investigação feita em segredo de justiça, Senador Randolfe, comandada pelo Ministério Público Federal, com todos os aspectos técnicos respeitados. A mesma conclusão.

Mas, nós somos diferentes. Como muito bem lembrou o Senador Taques, a sociedade brasileira, que está nos assistindo neste momento, não está interessada em aspectos técnicos. Ela está interessada em conhecer a verdade. E esse é o mandato que nós temos. E para conhecer a verdade, a organização criminosa, talvez um dos seus mais importantes pilares de sustentação, está presa; está preso o Sr. Cachoeira, estão presos os seus contadores, está preso o seu braço direito – um deles – e está preso o diretor para o Centro-Oeste, que era diretor da Delta, Sr. Cláudio Abreu. Essas pessoas, na minha visão, Sr. Presidente, *data venia* da opinião do nobre Relator, creio que elas devem ser as primeiras a serem citadas, as primeiras, porque elas têm o que contar; são elas que vão nos trazer aqui toda a dinâmica, porque ninguém ouviu o Sr. Cachoeira. Isso é fato.

O Sr. Cachoeira precisa ser colocado aqui para que os Congressistas possam questioná-los. As nossas assessorias técnicas já estão, há semanas, debruçadas em todos os desdobramentos das operações e, por isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, eu estou na contradita dos procuradores. O senhor concorda com a contradita dos procuradores?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas os procuradores falam nos autos. O que dentro da minha contradita eu quero colocar é que é dever desta Comissão ouvir quem está preso, até porque não vão ficar presos, vão ser libertados. E o momento em que essas pessoas, que jamais imaginaram estar em uma cadeia, lá estão, é o melhor momento para que nós possamos inquiri-las.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim,eu estou concluindo a contradita dos procuradores. Eu vou terminar tema por tema para que a gente possa avançar de forma segura.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Só quero ajudar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Silvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, estou aqui com o art. 131. V. Exª tem sido realmente um grande presidente. Agora, deixe-me concluir. O Senador Randolfe fez uma questão de ordem. Então V. Exª ou acata ou não acata. À questão de ordem cabe no máximo uma contradita. V. Exª, como é um grande democrata, deu cinco contraditas.

Então, veja bem, eu queria fazer um apelo, porque faz duas horas que a gente começou e, sinceramente, não tem avançado. Eu, por exemplo, não concordo com o plano de ação do Relator. Então eu acho que nós deveríamos discutir, sim, o plano proposto pelo Relator, porque se toda hora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por favor, só para concluir, Presidente, eu estou sendo rápido. Se toda hora V. Exª exercer esse seu lado paraibano democrático, de quem lutou pelas liberdades, a gente não chega a lugar nenhum. V. Exª, em algum momento, tem que ser mais duro em relação ao Regimento. É isso que estou lhe pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. Vou cumprir a questão de ordem apresentada por V. Exª e não recolho a manifestação do Senador Randolfe pelas sobejas e já exauridas manifestações contraditórias a elas esculpidas no art. 58, da nossa Constituição Federal, mas ainda assim devo ouvir todas as nossas manifestações de contradição, embora já tendo manifestado decisão a respeito.

Continuo ouvindo o Senador Pedro Simon. É um dever meu, Senador Silvio Costa, ouvir com esse meu espírito democrático...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Senador ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...até para ouvir um assunto que esta Presidência entende sobejamente importante, que é a questão do Ministério Público, até porque a pedra que hoje atira eu sei onde ela vai bater.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Vital do Rêgo, apenas para saber se V. Exª me inscreveu, porque eu pedi para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está inscrito aqui, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, eu ouço V. Exª com atenção e paciência, como ouvirei a todos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu creio que ouvir os procuradores é normal. A única pessoa que eu acho que nós não podemos ouvir é o Procurador-Geral, porque o Procurador-Geral é exatamente a pessoa que vai dar a última palavra ao Supremo Tribunal Federal. Essa é até uma maneira, não é o que cidadão está pedindo, mas é uma maneira de esvaziar o Procurador-Geral. De repente, nós tiramos o Procurador-Geral da jogada. Ele vira testemunha e, como testemunha, não pode apresentar o parecer final. É evidente que não. Ouvir os procuradores, ouvir os delegados, tudo bem. Agora, com toda a sinceridade, ouvir o Procurador-Geral, não pode. E digo mais: estrategicamente, nós estaríamos esvaziando o Procurador-Geral. Quer dizer, a pessoa que vai apresentar, que vai ter a última palavra, não apareceria. Eu acho que não tenho dúvida nenhuma nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira, com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que V. Exª está conduzindo muito bem. É assim que, creio eu, a condução deva acontecer.

Quero defender o plano de trabalho apresentado aqui pelo Sr. Relator porque, Inicialmente, já que está pacificada a ideia de que os procuradores que aturaram no caso poderão vir.

Em segundo lugar, em relação ao Procurador-Geral, eu creio que trazê-lo aqui, além de provocar um impedimento, as razões trazidas pelo Senador Collor

poderão ser discutidas posteriormente, o eventual atraso na apresentação de uma representação. Mas isso é uma coisa que nós podemos tratar adiante, quando tivermos conhecimento do conjunto das provas constantes dos autos. E, também, as preocupações trazidas aqui pelo Deputado Onyx Lorenzoni. Já no dia 17 de maio, portanto, daqui duas semanas, o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, virá a esta CPI, e nada pode dizer que ele estará fora da cadeia. Não creio. Não creio.

Esse plano de trabalho, na sua primeira fase, dá conta de uma boa investigação. Nós traremos aqui aqueles que presidiram o inquérito. Depois, os que ofereceram a denúncia. Posteriormente, chamaremos os acusados para as conclusões da primeira fase desta investigação. Portanto, quero defender o plano de trabalho tal qual está colocado e proposto pelo Sr. Relator.

Gostaria de pedir, Excelência, que, depois das contraditas, V. Exª pudesse colocar em votação o próprio plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou debater e fazê-lo agora.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Senador Collor.

Deputado Vaccarezza com a palavra, para terminar as contraditas.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu já vou entrar no debate do plano de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Vaccarezza. Eu coloco V. Exª como prioridade só para terminar a contradita e encerrar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – É sobre a contradita, Sr. Presidente. Tem mais uma contradita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou terminando as contraditas e prometo ao Deputado Sílvio Costa – a admoestação de V. Exª foi absolutamente pertinente – que as próximas questões de ordem, as contraditas, serão unitárias.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para contraditar, Sr. Presidente.

(Oradores não identificados. Vários falaram ao mesmo tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, o meu paraibano, Senador Cássio Cunha Lima, que estava aqui, pacientemente, inscrito. Ouço V. Exª, Senador Cássio.

O SR. *(Não Identificado.)* – Vai ser a maior contradita da história.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Agradeço o seu sentimento telúrico, Presidente.

Quero apenas me somar aos que apresentaram uma sugestão diversa à apresentada pelo digno relator, até porque o Brasil inteiro nos acompanha com olhos muito atentos. E boa parte do desprestígio de que, infelizmente, esta Casa goza decorre exatamente de zombarmos da inteligência alheia e da capacidade crítica da imprensa brasileira, que nos acompanha, do povo brasileiro, que nos assiste. E, portanto, é muito ruim para a instituição já tão desgastada Congresso Nacional, já que esta é uma comissão mista, fazer de conta que esta CPMI não teve gênese no vazamento daquilo que hoje quer se proteger em sigilo de justiça.

Ora, foi exatamente o conjunto dos vazamentos que ocorreram ao longo dos últimos dias e meses que provocou a instalação desta CPI. Só nós não sabemos disso ainda? Só nós não acreditamos ainda que haja um vasto material a ser solto ainda, paulatinamente, de acordo com interesses que, talvez, fujam ao nosso controle. Este é o primeiro aspecto.

O segundo ponto. Vamos ao mais óbvio dos caminhos: qual é o objeto desta CPMI? Sim, porque para instalar uma CPMI, nós estamos cansados de saber, há de ter um objeto, um fato determinado. E está inscrito com todas as letras, na introdução trazida pelo digno Relator, que esta CPMI foi criada para desvendar as operações já realizadas, Vegas e Monte Carlo, com o envolvimento do Sr. Carlos Augusto, conhecido vulgarmente como Carlos Cachoeira.

Como, então, o Brasil vai entender que o Sr. Carlos Augusto, o Carlos Cachoeira, não seja o primeiro a ser ouvido? Há interesse de quem? Nós vamos deixar de ouvi-lo em primeiro lugar, proporcionando a ele o direito de ouvir de forma privilegiada, preso ou não, porque ele terá conhecimento, sim, de todo o teor do que aqui for discutido, inquirido e levantado; para que na sua presença, semanas depois, ele possa ter o privilégio de ter informações prévias, dadas de mão beijada pela CPMI que quer investigá-lo. Tenham paciência, senhores. Respeitamos o povo brasileiro. Vamos começar pelo começo; vamos começar pelo óbvio; vamos fazer aquilo que a sociedade, que a imprensa, que o Brasil inteiro espera de nós, os seus representantes. Vamos parar de fazer joguete político.

É claro que por trás dessa CPMI nós temos um jogo político. Vamos atingir quais governadores; vamos ferir quais partidos; vai ser uma guerra em que teremos saldos de quedas de um e de outro lado, e haverá uma queda de braço, a que protege fulano, ali resguarda sicrano. Pelo amor de Deus, tenhamos respeito ao povo brasileiro! Tenhamos respeito à imprensa deste País,

que tem sido a grande responsável por esta nossa reunião. Que prevaleça o bom senso, que se escute.

No ato inaugural desta CMPI, o objeto dela o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para contraditar, Sr. Presidente. Mais uma vez...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, estou inscrito para contraditar e vejo que o Senador Fernando Collor já fez a sua contradita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Álvaro, Senador Alvaro, desculpe-me, eu não ouvi...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu disse a V. Exª que há uma relação de inscritos...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O que eu quero dizer é o seguinte... Sr. Presidente, para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Tenho uma informação falsa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Collor, me permita. Senador Alvaro, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Exª conduz democraticamente os trabalhos e demonstra atuar com imparcialidade; e é isso que nós desejamos.

No primeiro momento eu quero destacar a correção desse plano de trabalho proposto pelo relator.

É evidente que nós podemos apresentar questionamentos e tentar aprimorá-lo, mas, sem dúvida, temos que considerar que V. Exª preparou um plano de trabalho que merece o nosso respaldo como oposição. É evidente que vamos apresentar algumas propostas de alteração.

Em relação aos procuradores, não vou discutir a ordem dos fatores, que neste caso até poderia alterar o produto. O Senador Cássio Cunha Lima quer ouvir primeiro o Cachoeira, e V. Exª deseja ouvir primeiro os procuradores e os delegados de polícia.

Entendo que os que me antecederam já justificaram as razões da convocação dos procuradores que já falaram no processo e concluíram o seu trabalho, e, portanto, deixam de estar impedidos de se pronunciarem aqui como testemunhas. Isso ficou visível, claro, transparente.

Portanto, não vejo inconveniente e entendo ser oportuna essa audiência com os procuradores, que tiveram tempo e oportunidade de aprofundar as investigações e conhecer os fatos na sua inteireza. Portanto, contribuiria, sim, para os trabalhos desta CPMI audiência com os procuradores e com os delegados que presidiram os inquéritos.

Há que se distinguir Procuradores do Procurador Geral da República. É outra situação, outro cenário.

E eu repito alguns argumentos de natureza jurídica: entre as autoridades que podem ser convocadas por qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, relacionadas no art. 50 da Constituição Federal, estão os Ministros de Estado e quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Nessa relação, não consta o Procurador-Geral da República. Ou seja, ele não pode ser convocado por qualquer comissão da Câmara ou do Senado.

O § 3º, do art. 58, da Constituição prescreve...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Senador Álvaro...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu creio que não cabe aparte.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Cabe aparte porque não é mais contradita. V. Exª está falando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É contradita. Estou contraditando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como contradita?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço, Senador Alvaro, que conclua, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu daria o aparte com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Garanto a palavra a V. Exª para concluir, e encerrarmos com o Senador Alvaro Dias todas as contraditas desta parte. Não permitirei mais nenhuma contradita e iniciaremos a discussão do plano de trabalho. *(Palmas.)*

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O § 3º do art. 58 da Constituição Federal prescreve: "para as comissões parlamentares de inquérito, o encaminhamento de suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova responsabilidade civil ou criminal dos infratores".

Ora, se é o Procurador-Geral da República quem vai promover as ações penais ou civis, como é que ele pode ser convocado somente para depor somente como testemunha, porque não é investigado na CPMI que vai lhe encaminhar os resultados de suas investigações?

Além dos aspectos constitucionais, o próprio Código de Processo Penal, Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, relaciona as situações em que os órgãos do Ministério Público estão impedidos de funcionar. O art. 252, em seu inciso II, combinado com o art. 258, impede o funcionamento do Ministério Público nos processos

em que tenha servido como testemunha. É exatamente esse o caso em que o Procurador-Geral da República está impedido de prestar depoimento em CPI. Ou seja, trata-se de impedimento absoluto. O Procurador-Geral da República não pode depor, seja em juízo, seja em comissões parlamentes, seja em qualquer outro órgão que promova investigação sobre feito que seja de sua atribuição funcional.

Nesse caso, Sr. Presidente, para concluir, agrego o fato de ter o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, função primacial no julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do processo do mensalão. Nós não podemos fragilizar o Procurador-Geral da República nessa hora...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) **–** Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... com uma convocação improcedente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro, conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Preciso concluir, mas fui interrompido várias vezes.

Na verdade, o Procurador-Geral da República tem cumprido o seu papel com o conceito e a respeitabilidade que devemos a ele devotar. No caso da Operação Vegas, em que alegam ter ele aguardado muito tempo, é preciso afirmar que o Procurador-Geral da República não arquivou o inquérito, não arquivou nem um nem outro inquérito e aguardou elementos decisivos para a instauração dos procedimentos. Talvez algumas pessoas estejam irritadas porque não arquivou, e não porque aguardou o momento adequado e tecnicamente recomendável para instauração dos procedimentos.

O Procurador-Geral da República merece o nosso respeito, adquiriu respeitabilidade; é um homem público correto e tem de nossa parte o apoio intransigente para que possa cumprir o seu dever ao final dos trabalhos desta CPMI. O seu papel é preponderante, é relevante. Caberá a ele denunciar eventuais envolvidos em delitos praticados que estamos investigando ou não, assim como é relevante o papel que desempenha agora no julgamento do Mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Finalmente encerrada a mais democrática de todas as contraditas neste País. Eu vou abrir agora e todos aqueles que ainda pensam em contraditar vão ter o seu espaço, agora, na discussão do plano de trabalho do relator.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto, Senador Collor. Um minuto.

Eu chamo os primeiros inscritos na lista de oradores daqueles que irão se pronunciar no plano de trabalho do relator, que são, pela ordem: Deputado Onyx Lorenzoni, Senador Collor de Mello, Deputado Rubens Bueno, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Randolfe Rodrigues. São os primeiros cinco, e vamos inscrevendo. Eu posso ditar mais cinco aqui. Estou lendo os primeiros cinco. O nome de cada um está aqui. Vamos aos primeiros cinco.

Deputado Onyx, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (vital do Rêgo. PMDB – PB) – Plano de trabalho agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) –... primeiro, queria cumprimentar o Sr. Relator, porque ele estruturou o plano de trabalho sobre o qual podemos divergir, discutir, mas ele tem uma boa dose de lógica dentro daquilo que é o nosso desafio.

Eu queria trazer dois elementos preliminares ao plano de trabalho. Primeiro, a expectativa que existe na sociedade é imensa em relação a esta CPMI. Nos últimos anos, lamentavelmente, por uma série de razões que não há tempo para debater, o instrumento das CPMIs foi desacreditado de maneira propositada. Portanto, uma CPMI do porte em que nós estamos será, sem dúvida nenhuma, um divisor de águas. Ou as comissões parlamentares de inquérito, definitivamente, serão desacreditadas, ou as comissões parlamentares de crédito voltarão a ser respeitadas. Eu espero que seja a segunda questão.

Então, eu queria propor, objetivamente, dentro dos meus cinco minutos, que tivéssemos reuniões, Sr. relator e Sr. Presidente, que estão nos ouvindo, nas segundas-feiras, nas terças-feiras e nas quintas-feiras. Por que defendo que, segunda à tarde, se use esta data? Porque requer um comprometimento fundamental dos membros desta CPI, mas permitirá um longo período sem nenhuma ordem do dia que possa sustar o trabalho da CPMI.

Na terça-feira, nós temos condições de também desenvolver o trabalho. Na quarta-feira, é o dia mais complexo, tanto para o Senado quanto para a Câmara, em virtude das comissões permanentes que existem nas duas Casas. E, na quinta-feira, também permitiria que nós tivéssemos um longo período

Quero lembrar que, nas CPMIs que funcionam, as oitivas, como nós poderemos fazer, poderão se desdobrar, Presidente, por oito, nove, dez, doze horas, e não há nada de errado nisso. Ao contrário. Eu quero lembrar que já vi, em muitas oitivas, o depoente vir bem preparado pelos seus advogados. Nas primeiras duas horas ele dá um *show*, na quinta hora ele vacila e na

oitava hora ele entrega. Portanto, a sucessão de inquisidores é fundamental para que se obtenha algo que é um bem muito precioso num país onde mentir não é crime. Quero voltar a esta frase: nós estamos num País CPI onde mentir a uma CPI não é crime. Ainda. Espero que seja. Fazia parte das normas de combate à corrupção proposta pela CPMI dos Correios, mas que, lamentavelmente, ainda não teve a aprovação do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª dispõe de um minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Portanto, trabalho às segundas, às terças e às quintas, porque isso daria a resposta que a sociedade precisa. Esse esquema criminoso, para quem a sério já se debruçou sobre ele, tem desdobramentos, no mínimo, em vinte Estados da Federação, no mínimo, em quatro Ministérios, além do que nós já conhecemos, ou alguém duvida que nós não vamos chegar, por exemplo, para ouvir aqui, numa acareação, o Sr. Luiz Pagot e o Sr. Carlos Cachoeira? Alguém duvida dos envolvimentos que ocorreram no Dnit?

Portanto, será necessário que se faça isso aqui. Além daquele rumo dado pelo Sr. Relator.

Quero concluir voltando à defesa que faz a bancada do Democratas, Sr. Presidente, de que nós possamos agora responder à sociedade brasileira, ouvindo quem está preso: o Sr. Carlos Cachoeira, o Sr. Gleibe, o Sr. Idalberto Araújo, o Dada, o Sr. Cláudio Abreu.

Segundo informações veiculadas,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado, conclua.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Concluirei em trinta segundos.

Essas prisões deverão ser revogadas até o dia 10 de maio. Portanto, se nós começarmos segunda-feira que vem já podemos ter aqui Carlos Cachoeira e todos os seus auxiliares, ao longo das próximas terça e quinta-feira. Isso daria a esta Comissão a condição de, junto com o que já temos, iniciarmos uma investigação que vai desdobrar tudo aquilo que o Brasil tem o direito de saber e que nós temos a obrigação de investigar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho 21 inscritos. O art. 14 determina 5 (cinco) minutos para cada um. Aos 4 (quatro) minutos eu toco a campainha. Aos 5 (cinco) minutos eu encerro a fala e transfiro imediatamente para o próximo. Os senhores vão me permitir fazer isso e já de antemão peço desculpa a cada um porque haverei de fazê-lo, para que possamos usar os 5 minutos. Cada um dos senhores tem cronômetro aí na sala.

Tenho, impreterivelmente, os cinco minutos.

As propostas, como fez o líder do Democratas agora, são, de forma objetiva, encaminhadas ao relator. Agora mesmo o líder encaminhou a proposta: segundas, terças e quintas. O relator vai, ao final, se pronunciar sobre cada uma das propostas encaminhadas.

Peço a dinâmica nas falas, a objetividade nas propostas e a disciplina no tempo.

Aos quatro minutos eu toco a campainha; aos cinco minutos eu encaminho a palavra ao orador seguinte.

Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, algumas argumentações aqui colocadas induzem a erro. A primeira delas refere-se a que cabe privativamente ao Procurador-Geral da República apresentar denúncia. Isso não é verdade. Qualquer Procurador, se eventualmente o Sr. Procurador-Geral da República nos der essa satisfação, a grata satisfação de aqui comparecer para oferecer informações preciosas para nós prosseguirmos nos nossos trabalhos, e se ele vier na condição de testemunha, e eventualmente não puder mais trabalhar neste caso, qualquer um aqui, qualquer Subprocurador-Geral da República pode assumir a atribuição de oficiar, junto ao Supremo Tribunal Federal, já que essa prerrogativa não é exclusiva do titular. Ele não tem essa exclusividade. Qualquer um dos subprocuradores pode fazer isso.

Outra questão que foi colocada aqui também, falando em relação ao sigilo. Foi aqui dito que um procurador, chegando para prestar depoimento, que esse procurador ou esses procuradores poderiam alegar sigilo para não responder à pergunta. E ouvi isso de pessoas que estavam aqui dizendo que não tem sigilo, que essa regra de sigilo não existe. Agora, o procurador que vem aqui para prestar um depoimento ele pode alegar a questão de sigilo para não prestar a informação demandada por um dos integrantes desta CPMI.

Agora, vejam como há dois pesos e duas medidas nessas questões.

Nós temos, sem dúvida nenhuma, que dar e prestar contas à população brasileira Mas temos que prestar contas à sociedade brasileira, prestando contas, em primeiro lugar, à Constituição da República Federativa do Brasil, que rege todos os atos normativos a que estamos submetidos. Ela que nos determina; ela é que é a Carta mãe. Nós não podemos fazer nada ao arrepio dela. Temos que dar direito ao contraditório, temos que dar direito à ampla defesa; e temos que, sobretudo, ouvir aqueles que estão formulando as denúncias feitas com base nesse noticiário copioso com que somos brindados diariamente, por essa... por esse... Enfim...

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, e deixar a minha proposta para deliberação de V. Exªs de que sim, é importante que o Procurador Geral da República venha aqui, até em sinal de respeito ao Senado da República, prestar esclarecimento sobre o porquê da apresentação da denúncia que ele formulou ao Supremo Tribunal Federal. E ele não vai ficar impedido, ou seja, a instituição, o Ministério Público não vai ficar submetido, impedido de continuar essa denúncia porque não é privativo do seu procurador geral.

Outra coisa, o Ministério Público Federal, o orçamento do Ministério Público Federal está dentro do orçamento do Executivo, dentro do Executivo; está lá. Então, portanto, o Ministério Público, se levarmos em consideração pelo lado do orçamento, nós temos que considerar que ele faz parte da estrutura do Poder Executivo.

A minha proposta seria de convocar em primeiríssimo lugar o Procurador Geral da República; depois, os dois presidentes dos inquéritos; e, logo em seguida, esses senhores notáveis, que foram aqui citados e que têm esses apodos muito interessantes; eles seriam considerados logo depois que nós tomássemos conhecimento das denúncias formuladas pelo Procurador Geral da República e pelos presidentes dos inquéritos abertos por essas duas operações.

Muito obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra...

O SR. **RUBENS BUENO** (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a proposta apresentada pelo Relator Odair Cunha é uma proposta que tem começo, meio e fim. Podemos dela discordar em alguns pontos, é evidente. Por isso este colegiado está aqui reunido, para buscar o melhor resultado desta CPMI.

Não é demais destacar, Sr. Relator, o momento histórico que o Parlamento brasileiro está vivendo. Insisto nessa tese; até porque quando há senador envolvido, deputados envolvidos, isso coloca a todos nós na mesma situação, especialmente a instituição.

Quando se coloca aqui uma discussão sobre uma contradita... Aliás, nunca vi uma contradita tão longa na história do mundo; nunca vi nada igual; tão dita que deixou de ser contra, porque foi redita várias vezes.

E essa decisão a respeito do Procurador Geral da República para mim é sem sentido. Absolutamente! Se já foi aqui explicado que há similaridade entre os Procuradores e Ministros do Supremo Tribunal Federal, por que não trazer o Lewandowski aqui? Por que não trazer o Ayres Britto? Mas não é isto, o Parlamento não é para isto. Nós temos que ir a fundo no objeto da CPMI, dos fatos apresentados, indicados , e que foram indicados e eleitos pelo próprio Congresso Nacional. Daí, Sr. Relator, eu fiz algumas sugestões.

Vendo aqui que começou no dia 25 e vai terminar no dia 04 de novembro, eu insisto, apenas como sugestão, e a seu critério, da questão da criação de sub-relatorias, dado o volume de trabalho que virá ao longo do processo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Fiz um requerimento, e V. Exª deve tê-lo em mãos; esse requerimento fala da sub-relatoria de movimentação financeira; fala da sub-relatoria de contratos; fala da sub-relatoria de jogos ilegais e loterias, e de normas de combate à corrupção. Fica a critério de V. Exª; o objetivo é o mais sincero de poder ajudar para que esse trabalho, descentralizadamente, possa chegar a um bom termo

Sugeri também, Sr. Relator, a questão de requisição ou de convite de servidores públicos do Tribunal de Contas da União, da Receita Federal, da Polícia Federal, da Controladoria da União, de onde quer que seja. É preciso que, aqui, haja pessoas que, conhecendo esse processo no dia a dia, possam ajudar a assessoria da CPMI a buscar o que desejamos, que é a verdade.

Finalmente, Sr. Presidente, não vamos chegar a bom termo se, de imediato, não quebrarmos o sigilo. Não vamos quebrar o sigilo de Carlinhos Cachoeira? Não vamos quebrar o sigilo das empresas laranja que estão envolvidas nesse processo e que abasteceram a, que abasteceram b, que abasteceram não sei quem? Temos de quebrar o sigilo!

A Delta está envolvida até o pescoço! Não vamos quebrar o sigilo dessa empresa? Isso já está aqui exaustiva e devidamente colocado.

Então, Sr. Presidente, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, talvez, seja o primeiro e mais importante passo a darmos. Já temos a cópia do inquérito, já temos os documentos que aqui chegaram – e outros ainda chegarão aqui –, e esses é que vão enriquecer o trabalho da CPMI, até para se cotejar com aquilo que já está nas mãos de V. Exª e nas mãos do Presidente Vital do Rêgo.

Por isso, insisto que esta CPMI vive um momento histórico. A responsabilidade é de todos nós, sem jogar a contra b. Não há oposição contra Governo, não há partido a contra partido b. Não é isso! O povo brasileiro quer saber a verdade sobre as graves denúncias que, agora, são de conhecimento de todos.

É esse o trabalho de V. Exª e dos membros desta Comissão.

V. Exª fica me devendo um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Numa próxima contradita. Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Já que o senhor não o pagou, ele disse que transfere para mim esse minuto, Sr. Presidente.

Também vou ser muito breve. Vou tentar não usar os cinco minutos, até em respeito a todos, aos mais de vinte parlamentares que devem falar.

Quero cumprimentar o Relator. Temos, diante de nós, uma responsabilidade muito grande, que não inicia e se encerra nas apurações. Para isso, há a Polícia Federal e o Ministério Público. Acho que a grande responsabilidade que tem o Parlamento é a de, diante de tudo, diante de todos os dados a que tiver acesso, diante dos dados obtidos pela própria investigação, produzir um ambiente no Brasil em que se evitam certas ações.

Para mim, pelo que vejo, falo aqui como a maioria do povo fala. O que falo é o que vejo na televisão, é o que leio nos jornais, é o que leio na imprensa brasileira. A cada dia, há uma novidade atrás da outra.

Isso parece muito mais que uma organização criminosa; parece uma verdadeira máfia instalada no Brasil, com seus tentáculos em todos os segmentos, em todos os níveis de poder, do Município ao Poder Federal. E se utilizam de parlamentares, pelo que tudo indica, e de chefes do Poder Executivo. Para quê? Objetivando seus interesses. Para chegar aonde? Ao jogo!

Então, a responsabilidade que temos diante de nós é grande. Não podemos permitir que o Brasil viva de CPIs, CPIs e CPIs, sem que ofereçamos um ambiente que, mesmo que não se torne imune, dificulte mais o andamento dessas coisas.

Então, a responsabilidade é grande. O Deputado Odair Cunha teve a capacidade de colocar isso no papel de forma resumida.

Deputado Odair, tenho uma dúvida. Definimos aqui que serão apenas dois dias de oitivas no começo do mês de junho. Penso que precisamos correr o quanto pudermos neste início dos trabalhos. Não deveríamos fechar apenas dois dias para oitivas. Fiz uma soma: aqui, num dia, ouviremos quatro ou cinco ligados ao cidadão Cachoeira, e, fora isso, será um ou dois, no máximo, por oitiva. Então, precisamos acelerar mais. No mês de junho, ouviremos apenas 14 pessoas? Tenho percebido que, aqui, falta muita gente. Estamos falando das pessoas diretamente envolvidas. E aquelas que têm envolvimento indireto, que conhecem e podem ajudar?

A minha sugestão é a de que não amarremos em duas oitivas. Se for o caso, a partir da semana que vem, vamos marcar três vezes por semana as próximas.

Em relação a quem ouvir primeiro, eu não vejo problema; pelo contrário, antes de uma acusação ser feita, antes de uma denúncia ser protocolada, há todo um período de investigação e de estudo, então, eu acho que nós temos que ter, sim, nesse primeiro momento, a oportunidade de ouvir procuradores e delegados que conduziram o inquérito. Acho muito importante. E mais do que isso, estudar o processo, de que, aliás, só temos parte; não temos outro ainda. Temos apenas parte do processo, apenas um dos dois processos nós temos aqui conosco. Então, eram basicamente essas sugestões. E penso que nós não devemos descartar, Sr. Presidente, de ouvir o Procurador-Geral. Eu acho que não devemos descartar isso. Penso que temos que amadurecer um pouco, mas descartar, de jeito nenhum.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Senador Vital, com a devida vênia do Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu gostaria de indagar a V. Exª se ainda vamos ter votação da apresentação do calendário de forma nominal ou se vai ser de forma consensual.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espero que seja consensual. Nominais apenas na quebra de sigilo...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Até porque, diante das inscrições feitas por ilustres Deputados e Senadores, imagino que a reunião se estenda até 21 horas ou 22 horas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espero que seja consensual até porque as primeiras falas foram sempre elogiosas ao trabalho do relator.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu quero associar-me, certamente, às palavras dos oradores aqui. Entretanto... Vai ser de forma consensual?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu espero.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, permita-me ouvir o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas para saber se, no Regimento Comum, há previsão de encerramento da discussão, porque creio que nós já temos um acúmulo neste debate e poderíamos partir para a votação do roteiro. Queria saber se o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Este é o período de encaminhamento, Paulo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É encaminhamento. Isso é encaminhamento.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Mas não tem um número?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não tem, não tem. É encaminhamento de discussão. Por isso, cada um tem cinco minutos na fase de encaminhamento de discussão.

Nós temos que sustentar os 20 oradores.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o relator pelo trabalho, como já foi dito, que estabelece um plano de trabalho com início, meio e fim, mas queria dialogar sobre a ordem dos depoimentos aqui apresentados.

Faço isso a partir do pressuposto de que nós não podemos violentar a lógica.

Querido relator, eu estava dizendo que queria cumprimentar V. Exª pelo trabalho. E como já foi dito aqui anteriormente, o plano de trabalho apresentado por V. Exª tem início, meio e fim, mas eu queria chamar a atenção para a lógica. Tivemos acesso às razões que levaram ao pedido de instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito porque vieram a público as gravações envolvendo um chefe de organização criminosa de nome Carlos Augusto Ramos, conhecido como Sr. Carlos Cachoeira. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal, inicialmente, organizaram uma ação que levou à prisão esse senhor e depois, seletivamente ou não, vieram a público as gravações dessa operação dita Operação Monte Carlo.

Complementarmente a isso, foi descoberto, no âmbito da ação dessa organização criminosa, relações com um Senador da República, notadamente, com o Senador Demóstenes Torres.

Complementarmente a isso, é descoberto que, junto à atuação desse Senador da República e quase como uma espécie de sócio oculto, encontra-se uma empresa de nome Delta, com negócios em mais de 20 Estados da Federação brasileira e com negócios também com o Governo Federal.

Complementarmente a isso, encontra-se a informação de que há indícios do envolvimento de governos estaduais e, pelo menos no processo, é citado um envolvimento direto ou indireto com essa empresa de três governadores, com essa empresa e/ou com o próprio Sr. Carlos Augusto Ramos: Sr. Marconi Perillo, Sr. Agnelo e Sr. Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, parece-me que a ordem sequencial do que vem a público do escândalo é a ordem lógica que devemos investigar. Nós podemos ouvir o Sr. Carlos Cachoeira, nesta CPI, uma vez, duas vezes, se for necessário; três vezes, se for necessário.

CPI é uma Comissão de Investigação com poderes próprios, que pode se utilizar de quaisquer meios necessários para ouvir uma pessoa quantas vezes forem necessárias. E parece que o lógico, ao contrário de estarmos pautando ou debatendo a necessidade da presença do Procurador-Geral da República, seria iniciarmos ouvindo o Sr. Carlos Augusto Ramos e complementarmente ouvir os sócios proprietários e associados da Delta: Sr. Cavendish, Sr. Cláudio Abreu e demais já citados. E, complementarmente, ouvir o Senador Demóstenes Torres e, posteriormente, ouvir os governadores de estado.

Essa é a ordem da lógica e de como devemos atuar para obter as informações públicas desse escândalo, dessa ação de uma organização criminosa juntamente com outras organizações criminosas, que se encarregavam de dilapidar o patrimônio público para as vantagens da primeira organização, dirigida pelo Sr. Carlos Cachoeira. Então, essa é uma questão.

Eu queria, cumprimentando o relator pelo plano que traz, apresentar essa ordem que me parece lógica para a sequência das investigações a serem feitas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, vou ser muito econômico. Eu quero cumprimentar o Sr. Relator pela ordem, pela organização do plano de trabalho e parabenizá-lo pela organização.

Agora, na petição em que o Procurador-Geral da República solicitou ao Supremo que fosse instalado o inquérito judicial contra o Senador Demóstenes, ele diz que ali existem sócios ocultos de uma empreiteira chamada Delta. Está ali escrito, vazado pela Internet. Todo mundo já viu isso.

Eu penso, Sr. Relator, que o dirigente maior dessa empresa, o Fernando Cavendish, tem que ser ouvido logo. Assim, é essa a primeira sugestão. Porque consta aqui que no dia 29/05 ouviremos o Cláudio Dias de Abreu. Este é o responsável pela Delta no Centro-Oeste. Agora, de acordo com a petição do Procurador-Geral

da República, vazada pela Internet, o Sr. Cachoeira é sócio oculto dessa empresa.

Muito bem, nós passamos aqui quase duas horas discutindo o Procurador-Geral. A CPI precisa demonstrar o seguinte: o Procurador-Geral da República foi para Paris passear. Quem pagou essa passagem para ele passear e jantar no restaurante La Tour d'Argent? Quem pagou? Isso precisa ser investigado aqui.

E precisam ser investigadas aqui as relações do Cachoeira com a Delta e com o Governador de Goiás. Precisam ser investigadas aqui as relações do Cachoeira e da Delta com o Governador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Pedro Taques, V. Exª somente se equivocou. Não é procurador, é governador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não. Eu fiz referência. Será que o Procurador-Geral foi passear em Paris? Eu estou fazendo aqui uma referência a isso.

A sociedade brasileira quer saber se essa empreiteira, que teve R$5 bilhões em dez anos, tem a participação de sócios ocultos; e se personalidades da República estão por trás dessa construtora. É isso, Sr. Relator.

Muito bem, eu gostaria também de me associar ao requerimento feito pelo Deputado Lorenzoni, porque com duas reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito vamos levá-la para novembro; e nós todos sabemos que este é um ano eleitoral. É lógico que não podemos pautar a atuação da CPI tendo em conta o calendário eleitoral. Não é isso. Mas temos de convir que melhor seria haver mais de duas reuniões por semana desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu ouso sugerir a V. Exª que esse diretor da Delta, esse presidente da Delta, seja ouvido logo. Aliás, o ex-Diretor-Geral do Dnit, o Sr. Pagot, já disse, mais uma vez, que quer prestar depoimento aqui.

Nós estamos na hora de ouvi-lo, porque, ao que consta, ele tem muito a dizer e, inclusive, foi citado nas interceptações telefônicas – interceptações.

Portanto, parabenizando V. Exª pelo relatório, quero fazer essas sugestões. Nós não podemos tirar a Delta desse debate. Aliás, ela está no fato determinado da CPI. E não podemos circunscrever a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Centro-Oeste, senhores, ao Centro-Oeste.

Existem 20 Estados da Federação, 20 Estados. Já existem ligações com o Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Ceará, Pará e outros Estados. Nós estaríamos fazendo uma CPI de brincadeirinha, e não é esse o nosso objetivo desta Comissão notadamente presidida por V. Exª.

Muito bem, encerro. Um minuto, Sr. Presidente. O Procurador-Geral pode delegar, pela Lei Complementar nº 75, de 1993, a outro Subprocurador-Geral. São 62 Subprocuradores-Gerais. Ele pode fazer isso.

Agora, um Ministro do Supremo também pode, de acordo com o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal... Se ele se der por impedido, e, a maioria absoluta dos Ministros do Supremo, nós chamaremos um Ministro do STJ. A legislação estabelece mecanismos para isso, mas o Procurador-Geral é aquele que oficia privativamente no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ÁTILA LINS (PSD – AM) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini.

O SR. ÁTILA LINS (PSD – AM) – Presidente, para um esclarecimento só.

Nós recebemos aqui uma pauta, que fala apenas da apresentação do plano de trabalho do Relator. Nós estamos discutindo esse plano de trabalho.

Esse plano será objeto de deliberação ou parte dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. Daqui a pouquinho.

O SR. ÁTILA LINS (PSD – AM) – Nós vamos deliberar, então?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Daqui a pouquinho.

Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PB) – Presidente, nobres Colegas, Deputados e Senadores, até agora, há pouco, esta nossa reunião da CPMI estava um deleite dos alunos de cursinho preparatório para a Polícia Federal e Ministério Público Federal.

O debate em Direito Administrativo e Constitucional preparava qualquer um para prova de cursinho, mas não nos preparava para servir de embate para a população brasileira, que deveria estar revoltada em casa, assistindo aos seus Deputados e Senadores, que debatiam constitucionalidade, mas que não debatiam quando vão chamar os bandidos que desviaram dinheiro público, que cometeram estripulias pelo mundo afora. E a gente debatendo constitucionalidade...

É claro que, por trás do debate de constitucionalidade, para mim pode haver uma tentativa de se anular todo esse procedimento, chamando-se autoridades que não podem ser ouvidas aqui dentro, Presidente. Então, é importante colocar esse fato. Ouvir quem não pode ser ouvido muitas vezes é uma tentativa de anular essa operação toda e de já fazer a *pizza* na primeira reunião desta CPMI.

Segundo, diz-se lá em Goiás – o Deputado Onyx Lorenzoni me contou – que passarinho canta, quando sai da gaiola. Passarinho canta quando sai da gaiola. O passarinho que está na gaiola agora é o Sr. Carlinhos Cachoeira. Enquanto ele está na gaiola, temos de ouvi-lo aqui. Não é possível nós o deixarmos assistir... Como bem colocado pelo Senador Cássio Cunha Lima, não é possível que vamos deixá-lo ouvir todos os depoimentos – os dois Deputados, os Procuradores da República contando o ovo da galinha –, para depois ele vir aqui, todo preparado pelos advogados, talvez já fora da cadeia, no conforto do lar, perante seus advogados. Ele tem de ser o primeiro a ser ouvido. Não é possível. Vamos ver quem essa cachoeira vai molhar ou quem essa catarata vai afogar.

Há um governador, um certo governador cujo sonho... Acho que ele não sabe ler. O pessoal dele não sabe ler, nem interpretar. Era pegar o próprio crime cometido contra mim por escutas ilegais – e ele planta na imprensa de forma criminosa isso, como se o crime cometido contra mim fosse eu tendo contato com os bandidos.

Ora, Presidente, o mais próximo que vou chegar do Sr. Carlinhos Cachoeira e do Sr. Dadá, quando eles estiverem aqui, é como voluntário perante V. Exª, para meter algema nesses dois.

Então, fica o recado para esse certo governador, para aprender a ler, a escrever e a ensinar sua assessoria de comunicação a fazer uma leitura e a interpretar o que está acontecendo.

Agora vou direto ao ponto com o Relator. Gostaria de propor que no Item 3 pudesse constar a possibilidade de prorrogação da nossa CPMI, o que não consta ali no prazo para conclusão. Acho que não podemos amarrar a falta de provas ou a falta de período de oitivas e encerrar com 180. Tem-se de ter "prorrogáveis", como prevê o Regimento que regulamenta nossa CPMI.

No Item seguinte ainda, Sr. Relator, o 4º, como proposto por vários Deputados e Senadores, retirar a expressão "região Centro-Oeste".

Nós não podemos, depois de assistir a Delta e suas grandes festas Brasil afora, em obras do PAC, da Copa, se retirou da obra do Maracanã conscientemente. Ora, nós vamos descobrir o que é esse consenso de se retirar de uma obra milionária. Mas nós vamos tirar 60 obras investigadas do TCU e do CGU da nossa linha de investigação? Temos de retirar o "Centro-Oeste".

Sr. Relator, fica dúvida também ali no Item 4.5, Sr. Relator: "Além das previstas nesse plano de trabalho, poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidência e pela Relatoria e pelo Plenário?"

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual item?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Item 4.5.

Eu acho que diligências é só com a aprovação do Plenário. O Presidente e o Relator também têm de submeter ao Plenário. Não pode o Presidente e o Relator pedir diligência sem o consenso e a votação deste Plenário. Isto é ordem constitucional da previsão dos trabalhos de uma Comissão Parlamentar.

Presidente, também a proposta para a audiência do dia 24 de maio – e daí fica uma proposta que eu gostaria da posição de V. Exª, na oitiva do Sr. Idalberto Matias de Araújo e Jairo Martins.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Parece-me que o subnúcleo de quebra de sigilo, ainda tinha o Sr. Marcelo Lopes, vulgo "Marcelão", aqui de Brasília, e o Sr. Joaquim Gomes Thomé, policial federal aposentado. Por que ouvir dois membros deste núcleo? Eu sei que ali têm outros ainda, mas por que não ouvir os quatro? Tiramos um, que envolve uma revista de circulação nacional e colocamo-lo ali, e dois que podem envolver um governador de um determinado local desta Federação, nós não vamos colocar? Então, a gente já começa politizando? Eu acho que aqui a gente está para investigar quem tem envolvimento criminal. Se há envolvimento criminal, o Sr. Marcelão e o Sr. Thomé, policial federal aposentado, têm de estar neste núcleo.

Lá no dia 12 do seis, Sr. Presidente, por que só governo estadual? Por que não têm os Municípios? A gente sabe que têm Municípios do Goiás envolvidos com o Sr. Cachoeira, e por que não tem o Governo Federal, já que nós não estamos politizando? Ou tira e põe "governos", ou vamos colocar "Governo Municipal" e "Governo Federal".

Ora, ...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Relator, lá nos dias 11 e 18 de outubro, eu acho que é um outro grande absurdo se ouvir, com tanto espaço vazio de audiência pública neste início de CPMI, e deixar a interceptação e o monitoramento sem autorização judicial e a evasão de divisa e lavagem de dinheiro, tema complicadíssimo da esfera jurídica, para o final.

E o pior: a audiência pública da interceptação clandestina, que está já está configurada na mídia do Brasil inteiro, três, quatro dias depois das eleições municipais vão achar pouca gente aqui... Esvaziada. Eu acho que foi por acaso colocado aqui. Eu proponho a V. Exª trazer para frente. Isto já é fato comprovado.

Tem de estar no começo das audiências e não três dias depois das eleições municipais, quando muitos vão estar, eu tenho certeza – jogando abertamente –, estafados, depois de apoiarem os seus candidatos nas eleições municipais.

Seria isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, mas reforçando o argumento de vários companheiros, nobres colegas aqui, que essa "cachoeira" tem de vir no início da nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, Senador Vital do Rêgo, Relator Deputado Odair, em primeiro lugar, também cumprimentar o Relator pela sua proposta, pelo plano de trabalho.

Mas eu tenho aqui, Presidente, algumas dúvidas. E as minhas dúvidas estão relacionadas diretamente à aprovação dos requerimentos.

O PSB, por exemplo, tomou a decisão de esperar a apresentação do plano de trabalho por parte do Relator, para, a partir daí, fazer a avaliação dos requerimentos que porventura ele possa querer apresentar.

A primeira pergunta é: no plano de trabalho que está proposto, quando a gente tem aqui audiências públicas e reuniões administrativas, em todas essas datas que estão colocadas como reuniões administrativas, nós vamos falar especificamente da possibilidade de avaliação de novos requerimentos que porventura possam surgir. Por que a preocupação? Hoje, a gente já tem aqui para deliberar um conjunto de mais de 160 requerimentos, pelo menos pela listagem que foi apresentada, 167. Ao mesmo tempo em que a apresentação de requerimentos pode ter um caráter muito positivo e, no decorrer da investigação, no decorrer dos trabalhos da CPMI, algum depoimento pode ser extremamente relevante, um conjunto de propostas e requerimentos pode também fazer com que, no final das contas, a gente perca o foco no trabalho que está sendo realizado e a gente tenha que deliberar sobre temas que não vão ser respondidos no prazo estipulado pelo Relator. Então esta é uma pergunta: se as datas que estão aqui propostas têm uma relação direta com os requerimentos que porventura possam estar sendo aprovados por esta Comissão e pela relatoria.

E aí, Presidente, uma pergunta também a V. Exª. É claro que, depois do fim da fala dos vinte oradores, imagino que V. Exª vai determinar o formato de votação dos requerimentos que estão aqui propostos. Não sei se V. Exª vai fazer a votação em bloco ou de cada requerimento separadamente, mas a pergunta é: quando vão ser disponibilizados os requerimentos e o prazo para que a gente possa saber os requerimentos que vão ser deliberados pela Comissão? A pergunta tem um caráter objetivo: o Parlamentar, Deputado Federal ou Senador, que apresentar, no decorrer de uma reunião, um requerimento para convocação de quem quer que seja, vai poder ter, de ofício, a determinação dessa convocação ou a gente só vai deliberar sobre aqueles requerimentos que especificamente estiverem pautados e que sejam do conhecimento prévio dos Deputados e Senadores? A pergunta tem um caráter objetivo porque há precedente também sobre o assunto e esse é o motivo da colocação.

Eram essas as dúvidas que gostaria de ter respondidas por parte do Deputado Odair e do Presidente, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou pedir à Secretaria para esclarecer com relação à pergunta da Presidência ao Deputado Glauber, com relação à pauta dos requerimentos e o tempo aprazado para que o requerimento seja pautado e a comunicação a V. Exª.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E se existe prazo, no plano de trabalho, para que os requerimentos sejam apresentados ou se a gente parte do pressuposto que eles podem ser apresentados até o final dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Secretaria vai esclarecer a V. Exª agora com a cartilha que foi distribuída.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Muito obrigado.

Perdão, Presidente, eu recebi a cartilha e tive oportunidade de fazer a leitura de todos os pontos, tanto da cartilha quanto do plano de trabalho, e a cartilha especificamente não responde a parte dos questionamentos que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou explicar a V. Exª.

Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de cumprimentar o nobre Relator. De fato, o plano tem abrangência adequada, equilíbrio e foi bastante sensato ao permitir que tivéssemos um roteiro inaugural.

Eu me permito aqui, nobre Relator, fazer algumas pequenas sugestões que vão ao encontro da postura de V. Exª, que tem tido um comportamento isonômico e imparcial com relação às investigações. Na página de nº 4, quando V. Exª está no item 1 da página 4, na letra "a", V. Exª fala corretamente: "apurar a extensão das atividades". Até aí, perfeito. Eu apenas chamo atenção com relação ao termo "atividades ilícitas", porque, na medida em que colocarmos isso, suponhamos que venham relatórios da CGU que possamos investigar e

averiguar uma irregularidade ou ilegalidade. Se constar aqui "ilícitas", nós não poderemos analisar outras provas que venham para o bojo do processo e que seriam importantes ser analisadas.

A segunda ponderação que faço com V. Exª, dentro também do espírito isonômico que deve nortear essas investigações, é com relação à pagina de nº 5, no terceiro parágrafo, em que V. Exª diz que a "agenda prioritária desta CPI buscará, entre outros, estabelecer sua relação [do Sr. Carlos Cachoeira] com servidores e agentes públicos integrantes de governos estaduais". Eu pondero com V. Exª se não seria importante colocarmos "integrantes do Poder Executivo ou dos governos federal, estaduais e municipais". Por quê? Porque existem certas questões que terão uma abrangência eminentemente municipal, e outras poderão ter uma abrangência federal. Então, fica um pouco restritivo.

Na mesma linha do que fora dito por aqueles que me antecederam, acho importante que tenhamos uma abrangência maior no que tange à questão da Delta, por tudo o que fora dito particularmente pelo Senador Pedro Taques. Talvez devamos suprimir o Centro-Oeste como prioridade e deixar a Delta de uma forma genérica dentro do critério estabelecido por V. Exª.

Um outro ponto para o qual eu chamo a atenção é com relação ao cronograma, que acredito que está correto. Inclusive, tenho para mim que não há nenhum óbice em ouvir-se primeiramente os procuradores e depois o acusado, até porque, no processo penal, primeiro se ouvem os acusadores e depois o acusado. Não vejo nenhum obstáculo, nenhum problema. Mas faço a sugestão de que, nos dias 15 e 17, V. Exª faça uma inversão de caráter lógico. Explico: dia 15 seria uma reunião administrativa para apreciarmos os requerimentos; e, dia 17, ouviremos o Sr. Carlos Cachoeira. É provável que a fala dele, se for no dia 15, enseje a aprovação de requerimentos no dia 17 muito mais importantes do que o inverso, ou seja, a fala dele é importante para nortear os requerimentos que queremos aprovar nesta CPMI.

Por último, Sr. Relator, uma última sugestão, também parecida com a que fiz anteriormente, refere-se ao Item 5.2. No dia 12/06, V. Exª sugere audiência pública para debater as relações do Sr. Carlos Cachoeira de Almeida com governos estaduais. A mesma coisa: que houvesse, talvez, uma supressão desse termo e a substituição para o Poder Executivo, que seja municipal, seja estadual, seja federal.

Eram essas as sugestões, Sr. Relator, e parabéns pelo plano apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente; Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, eu acho que nós vamos avançar muito mais do que nós todos imaginamos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que estamos discutindo aqui e tudo o que foi posto no plano de trabalho, tudo o que foi colocado pela imprensa até o momento diz respeito tão somente às consequências. Mas nós vamos descobrir, em dado momento, quais são as causas dessas consequências. E as causas dessas consequências talvez estejam na necessidade de nós trabalharmos financiamento público de campanha, de nós cuidarmos de um novo regime de contratações. Ou seja, a Lei nº 866, de 1993, já está ultrapassada. E há muito tempo. Então, nós vamos chegar ao final desta CPMI não só com um relatório de responsabilização de quem quer que tenha se envolvido de maneira fraudulenta, criminosa, em todo esse processo, mas muito mais do que isto: teremos descoberto as causas que levaram a tudo isso.

Sr. Relator, eu acho que às terças e quintas-feiras é muito pouco. Sei que, nas quartas-feiras, temos um trabalho mais intenso, mas aqui, no Senado, às terças, quartas e quintas, não há diferença. Existem as mesmas comissões de manhã e à tarde. Acho que, às quartas-feiras, nós poderemos também aproveitar, e, aí, talvez, as quintas-feiras possam ser mais bem aproveitadas. E, se precisar, segundas e sextas-feiras. Mas acho que não poderíamos perder o dia de quarta-feira, até mesmo pela presença maciça dos Srs. Parlamentares em Brasília. Isso é fato, e nós todos sabemos bem disso.

Sr. Presidente, eu acho que os limites desta CPMI estão dentro dos ditames legais, e as opiniões pessoais de cada um dos Parlamentares, e até mesmo colocando um pouco dos seus conhecimentos jurídicos, foram colocados nesse momento. É importante debater os limites, mas os limites desta Comissão estão estatuídos, primeiramente, na Constituição Federal, que traz o guarda-chuva, e depois as legislações todas atinentes a esse processo.

Dentro da aprovação dos requerimentos, eu acho temeroso nós fixarmos uma data tão longe para a reunião deliberativa. Eu acho que nós poderíamos, dentro das audiências públicas, também ter audiências deliberativas desta Comissão, porque pode surgir a necessidade da aprovação de um requerimento urgente para já na reunião seguinte; e pode até mesmo vir a ser de interesse desta Comissão ouvirmos dado cidadão antes daquele cuja oitiva já foi deliberada por esta Comissão. Então, a possibilidade, em reuniões de audiências públicas, de podermos, também aí, ter reuniões deliberativas... Portanto, eu gostaria de sugerir ao relator a colocação, onde couber dentro de seu plano de trabalho, de que poderá haver sessões

deliberativas nos dias de audiências públicas – lógico, nesse caso, seguindo o Regimento Interno quanto às convocações extraordinárias se necessário.

Por fim, Sr. Presidente, Sr. Relator, no Item nº 5, no dia 22/05, está "Audiência pública para oitiva dos Srs. José Olímpio de Queiroga...". E eu vejo também que aqui se menciona um dos contadores. Eu gostaria de sugerir aqui a convocação também do Sr. Rosalvo Simprini Cruz para essa audiência pública, porque há notícias de que ele também seria contador do Sr. Carlos Augusto Ramos, inclusive para o ponto máximo, que é esta CPI, que é para a investigação da jogatina. Ele seria o contador dos caça-níqueis.

Seriam as minhas sugestões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu entendo que, se esta Comissão de fato centrar o seu foco na investigação dessa organização e de suas atividades, nós vamos estar prestando ao País um grande serviço. Entendo, por outro lado, que qualquer possibilidade de partidarização desta CPI é um desserviço ao País, porque nós estamos diante de uma organização com tentáculos nos três Poderes, com presença nos três níveis de governo, no empresariado, na atividade esportiva e, comenta-se, até mesmo nos meios de comunicação. Portanto, é algo de extrema gravidade, que deve exigir seriedade no trato dos trabalhos desta CPI.

Após aquele momento inicial que acontece em toda reunião – eu nunca havia participado de CPI, tive a possibilidade de participar agora –, período de exibição de conhecimentos, entendo que precisamos ter um foco, e ter um foco significa não fazer o que chamamos de "retrabalho".

Esta CPI, diferentemente de outras, não é o ponto inicial da investigação, já existe uma investigação aprofundada em duas operações. Então, se nós partirmos agora para fazer uma série de coisas que nós não sabemos sequer se já foram feitas, nós vamos perder tempo. Por isso, eu acho que o ordenamento de audiências sugerido pelo relator é correto.

Ora, o Sr. Carlos Cachoeira já tem conhecimento, antes de nós, do conteúdo dos argumentos dos procuradores e dos policiais federais. Então, a vinda dele aqui depois dos procuradores não vai nos dar nenhuma desvantagem. Ao contrário, se os procuradores vierem primeiro, juntamente com os delegados, e nós nos ativermos ao que recebemos do Supremo Tribunal Federal, nós poderemos inquiri-lo melhor, identificar pontos que não estão devidamente esclarecidos nesses relatórios ou questões atinentes ao Legislativo que nós gostaríamos de aprofundar. Lógico que é possível inquirir, reinquirir, acarear, mas, se nós pudermos fazer já a primeira inquisição com base em informações que são relevantes para direcionarmos o processo como um todo, eu acredito que vamos avançar.

Era esta a sugestão que eu queria fazer: que o relator mantivesse esse cronograma. Não vai influir em nada, não vai mostrar maior ou menor compromisso de quem quer que seja em esclarecer os fatos se nós nos ativermos a um cronograma que nos permita estar mais bem preparados para inquirir não só o Sr. Cachoeira, mas todos os demais.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa.

Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu vou começar com a palavra de V. Exª aí. V. Exª usou há pouco tempo a palavra "tecnologia", e acho que efetivamente nós precisamos ter uma nova tecnologia de investigação, porque eu concordo com o Senador Humberto Costa que esta CPMI está começando um pouco às avessas. Ela começa com o principal fato consumado preso. Ela começa com o empresário dizendo que a empresa está quebrando. Ela começa com o Senador Demóstenes sem poder andar aqui no Congresso. Então nós temos que ter, sim, uma nova tecnologia.

Essa história de começar com o Sr. Carlos Cachoeira, por exemplo, eu acho um equívoco e vou explicar por que acho um equívoco. Esse Sr. Carlos Cachoeira, por exemplo, esse homem, parece que o tipo sanguíneo dele era O-, porque ele era doador universal. Parece que o Sr. Carlos Cachoeira, evidentemente, ao sentar...

O SR. *(Não Identificado.)* – O sangue era vermelho.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...ao sentar à mesa, neste momento, vai ter pouco, na minha opinião, a acrescentar.

Eu acho que tem um cidadão do Brasil... Esse, sim, tem muito a acrescentar a esta CPI e ninguém propôs ainda; está proposto aí, mas lá em maio. Eu acho, no dia 31... A minha proposta é ao contrário: eu proponho – por favor, anote aí – que o primeiro a ser ouvido seja o Senador Demóstenes Torres. Por quê? Simples: porque, por exemplo, não me consta que o sigilo telefônico do Senador Demóstenes estivesse quebrado. Parece que quebraram o sigilo lá ou grampearam o Cachoeira... Não, parece que grampearam o Cachoeira. A palavra não é "sigilo". Parece que gram-

pearam o Sr. Cachoeira, grampearam outras pessoas, e o Sr. Demóstenes foi pego nessa comunicação.

Ora, e aquele povo para quem o Senador Demóstenes ligou? Então eu acho que a primeira coisa que se quer investigar é chamar o Senador Demóstenes. Esta é a primeira coisa. Porque aí a gente quebra o sigilo telefônico do Senador e vamos ver. Porque me parece que o Senador fazia o *lobby* não oficial do sistema Cachoeira. Parece que ele fazia isso.

Outra coisa, eu quero fazer uma ponderação aqui. Veja, eu sou da base do Governo, mas eu comuniquei ao meu partido quando meu partido me indicou para a CPI: Eu não vou para essa CPI para fazer nenhum tipo de arrumadinho. E não me venham com coisas engomadas para o meu lado.

Eu aqui não sou paladino da ética. Aliás, eu tenho horror a paladino da ética. Mas há alguns companheiros cometendo um equívoco. Estão dizendo aí que o Governo está querendo abafar a CPI. Isso é uma inverdade. Mas, pelo posicionamento de alguns companheiros aqui, isso está me preocupando.

Por exemplo, eu acho que essa história de convocar o Procurador-Geral, se é que o Senador que falou – eu não quero citar o nome, para não lhe dar o direito da palavra... Se é que querem abafar o mensalão, é um tiro no pé. É o contrário: se convoca o cara agora, tem um tal de corporativismo, pode ser um efeito inverso.

Outra coisa, o que é que o Procurador neste momento vai dizer? Simples: "Tudo que eu tinha para dizer já disse". Ora, convocar, Sr. Relator, o cara da Polícia Federal agora é chover no molhado. O cara vai dizer: "Tudo que eu tinha para dizer está aí.

Então, a minha proposta é convocar, primeiro, o Senador Demóstenes Torres. Este deve explicações, sobretudo, a esta Casa, porque, lamentavelmente, lá no Nordeste, tem uma frase que eu não concordo, eu não concordo. Mas o Senador Demóstenes prestou um grande desserviço à democracia e a este conjunto de parlamentares. Lá no Nordeste, tem um ditado assim, que eu não concordo: todo político é igual; a diferença é que uns foram pegos. Aí o Senador Demóstenes assevera isso. Este tem de dar explicações, sim, a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero defender esse calendário e dizer como entendi a sua lógica. A lógica desse calendário, inicialmente, é trazer aqueles que, de maneira cuidadosa, de maneira profunda, fizeram a investigação e puderam, nesses três anos, fazer um trabalho de muita profundidade, sistematizá-lo e dar os contornos da acusação aqui.

É um equívoco trazer, como primeira audiência, o Sr. Carlinhos Cachoeira. Por quê? Porque antes de haver uma síntese da acusação, uma estruturação desse trabalho, vamos trazer aqui a pessoa que pode dar a sua versão sem que tenha sido feita ainda a acusação neste fórum, neste plenário. Então, causa-me certa espécie algumas autoridades aqui que têm grande experiência em investigação defenderem que ele venha em primeiro lugar.

Creio que, ao trazermos aqui o Ministério Público, a Polícia Federal, poderemos conhecer, assim como a sociedade brasileira, com maior profundidade, os contornos dessa organização criminal que tinha um território. O seu território foi o Estado de Goiás, onde ele cooptou parte da Polícia Militar, parte da Polícia Civil, a estrutura de segurança pública, a cúpula do governo, parte da Polícia Federal. Ele cooptou o delegado em Goiânia. Está preso o delegado. Cooptou servidores da Justiça e cooptou políticos, notadamente um Senador desta Casa, o Senador Demóstenes Torres.

Portanto, precisamos conhecer os contornos, quem essa organização conseguiu cooptar do ponto de vista econômico e que segmentos da mídia ou profissionais da mídia essa organização conseguiu cooptar.

Sr. Presidente, creio que essa metodologia, esse calendário nos permite, de maneira mais acertada, realizar um trabalho muito consistente, um trabalho, eu diria, muito profundo. Então, quero defender esse calendário, ainda que tenhamos, durante o debate, de modificar algumas datas. Este Plenário tem competência para fazê-lo. Isto é, se no correr da investigação os Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras entenderem que devemos trocar algumas datas, adiantar alguns aspectos desse calendário, estamos com tranquilidade de fazê-lo.

Eu temo generalizações. Acho que o contorno dado pelo Sr. Relator evita generalizações, porque aqui não podemos falar do Senado Federal quando envolve um Senador. Não podemos falar da Câmara dos Deputados quando envolve poucos parlamentares. Não podemos falar da mídia quando envolve alguns jornalistas. Portanto, no seu contorno, o Relator evitou generalizações. Dessa forma, defendo o relatório tal qual está proposto para votarmos nesta tarde.

É isso que tinha dizer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Alvaro Dias. Depois, pela ordem, Deputado Protógenes, Deputado Vaccarezza, Deputado Miro Teixeira, Senador Pimentel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, serei econômico no tempo e nas palavras, até

porque questões que pretendia suscitar já foram suscitadas anteriormente.

Mas reitero o pedido ao relator para uma pequena alteração de redação. Ali, no texto, onde fala "agentes públicos integrantes de governos estaduais", acrescentar "governos municipais e da União". Os três níveis: municipais, estaduais e da União. Isso seria uma reivindicação.

A outra diz respeito à região de abrangência da empreiteira Delta. Os que me antecederam já fizeram referência ao fato, e eu reitero: retirar "na Região Centro-Oeste". É evidente que os tentáculos da empresa alcançam todos os Estados, inclusive o meu. Então, não há razão para limitar apenas à Região Centro-Oeste.

De outro lado, Sr. Presidente, em relação à cartilha que V. Exª apresentou no início dos trabalhos, eu faria uma sugestão e até um apelo para a valorização dos suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito: que eles fossem considerados como titulares no momento de questionar depoentes e que a palavra fosse dada por ordem de inscrição para questionar os depoimentos, independente de ser titular ou suplente. Estou fazendo esse apelo até porque sou titular. Portanto, não estou advogando em causa própria. Entendo que devemos valorizar os suplentes que comparecerem. O seu comparecimento e a sua participação valorizam também esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não tenho nenhuma objeção, mas devo ouvir a Liderança do PT, a Liderança do PMDB, as lideranças dos partidos que indicaram titulares e suplentes para assumir uma decisão colegiada, mas, de minha parte, Senador Alvaro Dias, não tenho nenhuma objeção de tratar titulares e suplentes, no momento da inquirição dos depoentes, na mesma situação quando da inscrição de forma precedente na lista de inscritos. Até a próxima semana, dirimimos essa questão de V. Exª, com a minha simpatia, Senador Alvaro Dias.

Deputado Protógenes, com a palavra V. Exª.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Senadores e Srªs Senadoras. Sr. Presidente, eminente Relator, chamo só a atenção para vários oradores que me antecederam, colocando questões muito importantes a respeito do rito e formalidade da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Chamo a atenção porque, reiteradas vezes, ouvi aqui a importância de respeitarmos a Lei maior do País.

Senhores e senhoras, existe uma Constituição da República. Ela ainda não foi revogada. Ela existe. Há uma hierarquia constitucional a ser obedecida dentro dessa Lei maior. E não estou aqui ditando cantilenas ou apenas informando, de forma doutrinária, ensinamentos que alguns aprenderam nos bancos escolares ou ensinamentos que aprenderam aqui, nos bancos da política brasileira, no honrado Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Mas existe uma cláusula pétrea que foi muito bem aqui inserta quando se vinculou a respeito da decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ayres Britto. Não vamos querer inverter essa regra que está inserta no art. 5º, inciso XII, da nossa Carta Magna. É uma regra pétrea. Ela não pode ser alterada. É uma das regras mais respeitosas que temos e tão caras à sociedade e à população brasileira: "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, hipótese na forma que a lei estabelecer para fins de investigações criminais, instrução processual.

Então, a partir daí, acredito que todas as regras infraconstitucionais ou normativas têm que estar em sintonia, ou seja, em respeito a essa regra maior. Quando o Presidente do Supremo ditou, isto é, decidiu a respeito desse caso sobre o sigilo das comunicações, o fez baseado apenas nessa regra. Compreendo até a sustentação de alguns aqui de termos que, por interpretação de algumas decisões que o próprio Supremo já se pronunciou, mas ela não é absoluta. O que é absoluta é a Constituição da República Federativa do Brasil. Esta é a regra absoluta. É sobre isso que queria informar.

Em relação ao plano de trabalho, comento com o Deputado Relator, Odair Cunha. Entendi que o plano de trabalho, o planejamento está muito bem feito, está muito bem certo, mas vejo que aqui dentro da nossa Comissão, colocou-se da necessidade de uma oitiva acelerada de vários alvos importantes.

Ora, senhoras e senhores, temos um alvo importante que se chama Carlos Augusto de Almeida Ramos. No entanto, temos também que ter acesso ao que o Carlos Augusto de Almeida Ramos esquematizou dentro desta República. Ninguém aqui tem, oficialmente, esses dados. Eu não tenho. Eu não recebi. Ninguém tem esses dados. Então, como eu vou apreciar, hoje, vários requerimentos – são 167 requerimentos –, é um volume enorme de requerimentos. Tive a oportunidade de ler alguns deles e a maioria é pautada pela mídia brasileira. Não é assim, senhores. Não façam isso. Tem que se planejar.

Portanto, Sr. Relator, encaminho para V. Exª a fim de que, previamente, nos forneça um relatório de análise do volume de dados que recebeu, a fim de que tenhamos, de uma forma resumida, acesso aos mais de 20 mil documentos, o que pode chegar a toneladas. Ninguém tem estrutura para fazer isso individualmente.

Não vamos nos antecipar e querer acelerar os trabalhos. Tem que existir um planejamento. Tem que existir um regramento, até de encaminhamento nas perguntas.

E mais, Sr. Presidente, a alínea "a" do item 1...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Deputado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Vou concluir.

Concluindo. Apurar extensões de atividades ilícitas dessa organização nas diferentes esferas do Estado brasileiro. Eu acrescentaria "e ramificações internacionais", porque...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bem pensado.

Deputado Vaccarezza com a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, tenho concordância geral com o Relator. Quero apenas fazer dois adendos.

Em primeiro lugar quero dizer que a minha concordância diz respeito ao que o Relator identificou: que existe uma organização criminosa que usa o jogo clandestino, corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro com tentáculos em todos os Poderes. Então, quero concordar com a oposição quando fala em não colocar "agentes públicos de governo estaduais" e colocar de forma genérica "agentes públicos", porque aí responde ao problema do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Segundo, sobre os requerimentos, Sr. Presidente, penso que a CPI deveria exigir do Procurador-Geral da República que nos envie a Operação Vegas que não foi enviada. O Deputado Miro Teixeira tem razão. O que chegou para nós do Supremo foi um desdobramento da Operação Monte Carlo. Se pegarmos o andamento do processo no Supremo, vemos o seguinte: o Procurador tirou da Monte Carlo as denúncias em relação ao Senador Demóstenes, mandou para o Supremo, e o Supremo colocou para nós. Nós não temos, Sr. Presidente, nem as informações da Monte Carlo. Então, vamos pedir ao procurador e vamos dar prazo, porque ele tem tudo organizado. Se não mandou, ele tem de justificar por que não enviou.

Outra coisa: há um requerimento para a Polícia Federal. Eu acho, Sr. Relator, que seria importante hoje nós aprovarmos o requerimento para o Ministério da Justiça, que o Ministro da Justiça cuidaria de estabelecer essas informações para a CPI, porque a Polícia Federal também ainda não nos enviou esses requerimentos. Esses foram todos os requerimentos aprovados. O Sr. Carlos Cachoeira já tem todas as informações sobre ele, e os seus advogados já as têm. Por isso, é importante ouvirmos aqui, antes, quem está acusando, que é a Polícia Federal, que tem esses dados, e pegar os dados que estão nesses requerimentos.

Acho também que deveríamos hoje... Partilho da visão do relator de que os requerimentos de quebra de sigilo e outros nós devamos fazer depois, mas hoje já temos elementos para aprovar quebra de sigilo telefônico e sigilo bancário do Sr. Carlos Cachoeira. Então, acho que, se o relator entender assim, e se for um consenso, nós já encaminharemos hoje essa questão da quebra do sigilo do Sr. Carlos Cachoeira.

Sobre a questão geral, o objetivo de todos nós aqui, Senador Pedro Taques, é fazer uma investigação geral e séria sobre a CPI. Até agora, da Delta, apareceu a Delta do Centro-Oeste. A Delta é uma empresa que tinha 3 bilhões de contratos. Então, vamos encontrar em qualquer lugar. Não podemos perder o foco. O Sr. Cláudio Abreu foi pego nas denúncias. Se, depois, pegar o Sr. Cavendish, ou a Delta geral, nós vamos investigar. Mas o que existe agora é a Delta do Centro-Oeste. Por isso, acho que o relator tem razão quando vai levantar as questões com a Delta Centro-Oeste.

Por fim, eu quero fazer dois comentários dentro dos meus cinco minutos, Presidente.

Um é sobre o procurador-geral. Eu concordo com a visão do Senador Collor e gostaria apenas que o Senador não colocasse em votação já, para discutirmos o melhor momento, porque eu não acho que exista algum cidadão acima da Constituição ou acima da CPI no que toca a investigação. Inclusive ministro de Supremo pode ser convocado pela CPI, como o Presidente da República. Então, a CPI vai investigar o caso a fundo.

O que me incomoda e acho que incomoda a sociedade na conduta do procurador-geral?

Não é verdade que a operação Vegas ensejasse esperar uma outra operação para poder fazer as denúncias. Todo o mundo sabe o que circula na Internet: que a operação Vegas havia pegado várias pessoas, inclusive o próprio Senador Demóstenes. O procurador ter sentado nessas informações por três ou quatro anos não é correto. Ele deve uma explicação para a sociedade brasileira.

Ele deve uma explicação para a sociedade brasileira.

Ele teria de ter arquivado se não tivesse justificativa, ou destacado um procurador para investigar, ou feito a denúncia no Ministério Público.

Então, o procurador-geral deve uma explicação para a sociedade brasileira.

E o último comentário é sobre a CPI, que quero discordar frontalmente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Deputado.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para concluir, são 30 segundos.

Discordar do que disseram o Deputado Onyx e o Deputado Francischini, que aqui temos de investigar e bater; que somos inquisidores.

Nós somos inquridores. Não somos inquisidores.

Inquisidor é juiz da inquisição, que o mais famoso foi o Sr. Torquemada, e nós não vamos aqui usar brutalidade e estupidez para arrancar provas. Nós vamos usar inteligência e capacidade política. Aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito; não é um tribunal da inquisição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, parabéns a V. Exª e ao relator. O trabalho está muito bem orientado aqui. Tenho poucas observações. Eu acho que nós temos de ouvir réu preso, em primeiro lugar. Réu preso tem preferência; e não tem nenhum entendimento de ser ouvido depois, mas nós temos de ouvir réu preso. Quem está preso tem que vir aqui. Não concordo com esse argumento de que não existe correlação do Sr. Cavendish com o Sr. Cachoeira, exceto aqui no Centro-Oeste. Não, não. Não! Há uma alimentação ferroz, pelo que disseram – agora, quero entrar na sala do cofre para olhar – de recursos da Delta para empresas fantasmas do Sr. Cachoeira. Mas vem cá: por que saía dinheiro da Delta para empresas fantasmas do Sr. Cachoeira? Então, isso não é um monopólio do Centro-Oeste não. É em defesa do Centro-Oeste até que eu digo isso. É preciso olhar. A quebra do sigilo é fundamental.

Agora, Presidente, esses autos têm de estar completos aqui até para evitar o boato que nós ouvimos – o Senador Pedro Taques também ouviu – de que existe volume por aí, desaparecido. Nós temos de desfazer esses boatos. Eu não acredito nisso. Não creio na possibilidade de existir inquérito, investigação, procedimento investigativo qualquer que não tenha tombamento, que não tenha número lançado, publicado mesmo desse jeito que está aqui no inquérito do Senador Demóstenes, sob sigilo, com aquelas quatro letras iniciais do seu nome. Mas há lançamento; sem lançamento, eu não conheço!

Disse uma pessoa pouco crédula que há coisas sem lançamento. Eu refutei e disse: "Não há essa possibilidade." Estou até preparando um requerimento ao Supremo Tribunal Federal apenas porque o que eu digo não tem a menor importância. Agora, assinado pelo Presidente do Supremo que não há essa possibilidade, eu poderei exibir esse documento. Não há essa possibilidade de ocultação de volume ou ocultação de procedimento qualquer de investigação sob qualquer denominação, sob qualquer denominação! Inquérito, procedimento administrativo criminal (PAC). Como?

É PIC, procedimento investigativo criminal. Não. É administrativo criminal.

Nos autos V. Exª vai verificar que tem essa referência à PAC. Não sei se é por ironia, mas que nos autos tem, tem. Disseram-me, disseram-me ainda que é chamado procedimento administrativo criminal do...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, não. Está escrito. O procedimento do Ministério Público é porque a Polícia vinha investigando, pelo que me disseram, lá em Goiás, e não chegava a conclusão alguma, não chegava a conclusão alguma. Aí, o Ministério Público Federal, num certo momento, instituiu esse procedimento administrativo ou investigativo criminal e tomou as rédeas das investigações com outra banda da Polícia Federal. Aí, sim, foram gravados os policiais federais, foram grampeados e até presos dois policiais federais, parece-me.

Mas eu quero voltar ao requerimento... Ao requerimento não, ao plano do relator, porque eu só vou fazer requerimento depois de conhecer oficialmente os documentos que estão aqui e não é por ouvir dizer ou ver uma cópia eventualmente daqui e dali. Bom, eu acho que réu preso tem de ser ouvido logo, até porque tem réu preso que é valente, que está dizendo que vai explodir. Essas valentias são desqualificantes, sabe? Então, que venham explodir aqui, onde até podem receber uma oferta de negociação. Mas tem que vir aqui logo. Como não? Medo? Administração do medo? Ficar lançando entrevistas até da própria senhora por aí? Isso aí me parece que não há possibilidade de olvidarmos. E, se tiver que vir, venha de novo, e venha com as roupas que sair do sistema prisional.

Com relação ao Ministério Público e Polícia Federal, eu acrescento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) - Para concluir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...eu acrescentaria ainda Controladoria da União e TCU, aos quais devemos pedir a colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) - Não, por favor, Presidente. Eu fiquei tão caladinho aqui o tempo todo, tão caladinho. Eu só quero colaborar.e elogiar o trabalho do Relator, alinhando-me com essa magnífica, esse magnífico mapa que ele fez para a investigação.

Eu teria observações outras aqui que figurariam mais como embargo de declaração de esclarecimento.

Mas eu deixarei para uma outra oportunidade, porque o "ok " de V. Exª é irresistível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Deputado Miro.

Senador José Pimentel com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero parabenizar o Plano de Trabalho pela sua lógica, pelo seu alcance e pelo seu objeto. Se nós observarmos o que foi proposto à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, aqui na Exposição de Motivos, na parte introdutória do Plano de Trabalho, deixa muito claro o seu alcance.

Quero também registrar que esta reunião de hoje não será a última reunião administrativa desta Comissão. Aliás, esta é a primeira reunião. Portanto, muitas das preocupações que nós estamos levantando hoje, podemos perfeitamente concluí-las, no próximo dia 15, na próxima terça-feira, quando teremos uma outra reunião de trabalho administrativa, quando vamos dar continuidade à análise dos requerimentos que aqui estão, das várias solicitações. Já teremos, nessa data, uma análise prévia dos vários documentos encaminhados a esta Comissão e poderemos ali aprimorar e enriquecer ainda mais esse calendário.

Portanto, a convocatória aos dois delegados, os que presidiram a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo é fundamental para que nós possamos ter dados mais concretos. Eu sei que muitos aqui que intervieram antes contra essa posição se valiam da divulgação que foi feita nas mídias, particularmente da Internet. Eu sei que ali tem uma série de informações. Mas até a que ponto nós podemos ter certeza de que aquelas informações são verídicas, se não foram adulteradas, se não foram incluídos outros itens. Exatamente por isso o Supremo Tribunal Federal, já em Comissões Parlamentares de Inquérito anteriores, dizia que matérias veiculadas na imprensa não são provas comprobatórias para determinados procedimentos, e mandava inclusive excluir de relatórios partes que se baseavam nessas informações. Exatamente por isso essa insistência da Comissão para ter acesso, em sua plenitude, à Operação Vegas e à Operação Monte Carlo, é decisiva para um bom trabalho.

Eu não entendo por que setores do Estado nacional, do Estado Democrático de Direito têm dificultado dessa vez a liberação de dados para esta Comissão de Inquérito e também, anteriormente, para o Conselho de Ética, negando inclusive decisões tomadas pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Se nós já tivéssemos recebido por inteiro os inquéritos e as representações das duas operações, nós já estaríamos numa outra fase de debate e de discussão. Mas, lamentavelmente, por questões burocráticas - quero falar aqui em questões burocráticas – elas ainda não chegaram. A Operação Monte Carlo... A decisão do Supremo Tribunal Federal recomenda que a gente possa se dirigir à Justiça Federal de 1ª instância, no Estado de Goiás. Enquanto essa peça aqui não chegar, o que nós temos são recortes de jornais ou matérias veiculadas na imprensa brasileira, que podem ser verídicas, mas que não são instrumentos substantivos para uma boa prova.

Por isso, é fundamental ouvirmos os dois delegados num curto espaço de tempo, o que já seria no próximo dia 8, na próxima terça-feira. E os outros vários requerimentos que porventura a gente não venha a despachar hoje não estamos indeferindo. O que nós estamos é adiando para o dia 15 de maio a sua análise. Seria fundamental ouvir os dois procuradores. A tese primeira que norteou o debate nos trabalhos desta tarde no sentido de que procuradores não poderiam vir a esta Comissão já foi sobejamente resolvido. Indeferida essa tese vamos ouvi-los. Aqueles que hoje estão repousando no cárcere vamos ouvir no dia 17, que é a quinta-feira seguinte, para que possamos fazê-lo com toda a tranquilidade. Temos de ter a clareza de que estamos acompanhando as ações de um dos maiores grupos organizados, do crime organizado brasileiro. É com esse olhar que estamos conduzindo os trabalhos desta CPMI. Portanto, a nossa insistência em trazer primeiro os dois delegados e os dois procuradores é exatamente para preencher essa lacuna da dificuldade que nos estamos tendo de ter acesso, na totalidade, às duas operações. Se já tivéssemos recebido, fatalmente, a consultoria da Câmara, do Senado e desta Comissão poderia nos fazer um relatório para preencher. Mas, lamentavelmente, até este 2 de maio esse material ainda não chegou à Casa. Por isso, quero pedir o apoio de nossos pares ao plano de trabalho, sem prejuízo dos adendos. Que no dia 15 de maio a gente possa completar todo esse ciclo de audiências públicas e, ao mesmo tempo, aprovar, ainda hoje, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Carlos Augusto, o conhecido Carlinhos Cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma regimental, com a palavra o Líder do PSOL, Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, tentando ter a objetividade que, em geral, nos falta, proponho, reiterando o que alguns já disseram, que no Item nº 4 do bom programa de trabalhar que o Relator Odair nos traz aqui, terceiro parágrafo do Item nº4, se retire aquela circunscrição à investigação da relação da organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos

Augusto Ramos com setores empresariais e agentes de mercado, inclusive com a diretoria da empreiteira Delta. Quero tirar esse "na Região Centro-Oeste". É uma empreiteira nacional e que tem uma diretoria também nacional, chefiada até pouco tempo, há uma semana, pelo Sr. Fernando Cavendish, Pernambucano, residente no Rio de Janeiro e no mundo. Ele é decisivo e a Delta como um todo. Só "centro-oeste" é querer limitar o que o próprio plano de trabalho propõe nesse mesmo intróito.

Segundo lugar, sob o ponto de vista do cronograma, defendemos que já temos elementos mais do que suficientes porque o sigilo legal que está nos autos não está na vida e toda investigação está na rua. Temos todos os elementos para indagar, inquirir, figuras centrais que motivaram esta CPMI Cachoeira/Delta. O Sr. Carlos Cachoeira e seu *staff*, mencionado aqui, a empreiteira Delta e o Sr. Fernando Cavendish, pela ordem hierárquica de importância e os que o circundam, como o Sr. Cláudio Abreu, bem como autoridades públicas. Não só o Sr. Demóstenes, mas outros, como também governadores de Estados que têm relações intensas, no caso do Rio de Janeiro, crescentes, com a empreiteira. Eles virão aqui, inclusive, para mostrar que não houve nenhum conluio indevido: o Governador de Goiás, o Governador do Distrito Federal, o Governador do Rio de Janeiro, ali onde está a audiência pública, para debater as relações do Sr. Carlos Augusto com os governos estaduais, como o Relator corretamente indicou. Que isso tenha, a exemplo de outros momentos de oitiva, essa especificação dos Governadores que, me parece, ficam muito intocáveis. E ninguém é intocável, nenhum de nós, nenhum partido... A maneira como partidos e figuras públicas reagem a essas demandas é que mostra a sua postura e a sua isenção.

E, por fim, percebendo que se pode não aceitar a prioridade desses depoimentos que eu mencionei aqui, que pelo menos a maioria da CPI tenha a busca de uma mediação aí, de comprimir esses depoimentos que são considerados tão importantes, dos investigadores, Delegados de Polícia e Promotores Públicos para um dia só, o dia 8, e o Sr. Cachoeira viria no dia 10. A gente precisa, sem ter pressa que atrapalhe o conteúdo, ter agilidade.

Acho que é perfeitamente natural, porque eles vão falar aqui o que muitos de nós já sabemos, os Promotores e investigadores, mas a oitiva desses senhores da organização criminosa e seus supostos elos empresariais e governamentais é prioridade absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, e voltando à ordem de inscrição Deputado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente, apenas um esclarecimento, rapidinho.

O Deputado Vaccarezza falou que não vieram documentos da operação Vegas. Então há muita confusão aqui, afinal o que é que veio? Apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Veio o documento da operação Vegas. Foram outros documentos. O Deputado Vaccarezza... Não veio pela PGR, o que já foi apoiado pelo Deputado Miro Teixeira, que me pediu aqui da Mesa que apoiasse o depoimento do Deputado Vaccarezza sobre a quebra de sigilo.

Veio do Supremo Tribunal Federal, inclusive V. Exª estava comigo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, pois é essa dúvida que ficou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB — PB) – V. Exª foi testemunha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Fui testemunha de que recebeu uns documentos, sem dúvida.

A Monte Carlo não veio então? A operação Monte Carlo não veio?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, não. Está na 11ª Vara Federal de Goiás.

Com a palavra, voltando à ordem de inscrição ao Quintella; Maurício Quintella. Depois o Luiz Sérgio... Domingos, quer inscrever.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Obrigado Presidente.

Bom, eu inicio também, Presidente, parabenizando o nobre relator pelo plano de trabalho que apresenta a esta CPI, baseado obviamente nas normas que regem uma instrução de processo criminal. Portanto, esse plano de trabalho vai ajudar muito nos trabalhos desta CPI. E queria aqui, Presidente, dizer que o trabalho de V. Exª vai começar agora. Fundamentalmente, o grande trabalho, o mais difícil, vai começar agora, que é tentar dar unidade a essa investigação, unidade, ritmo e foco, principalmente. E tratando dessa questão da celeridade e do ritmo é que eu queria subscrever aqui a proposta do Deputado Ônyx Lorenzoni, depois também já ratificada por outros parlamentares, que é a de ampliarmos esse cronograma, nobre relator.

Dois dias apenas por semana, pelo tempo que a gente tem, será impossível de se adentrar efetivamente nesta investigação para se produzir aquilo que a sociedade espera.

Queria também ratificar a proposta de se retirar qualquer termo nesta proposta de trabalho que sugira restrição, seja Centro-Oeste, seja restrição geográfica, ou restrição federativa, Estado, União, Prefeitura, ou qualquer outro tipo. Imprensa... É preciso que essa

investigação vá a qualquer lugar que seja necessário, que se mostre necessário.

Queria também, Sr. Presidente, tratar aqui da questão da ordem. Pelo que todo mundo já falou e ficou claro aqui, ninguém desta CPI, ainda, teve acesso a documento oficial. E nós não podemos iniciar inquirições com base em inquéritos que estão na internet. Nós não sabemos nem se as informações que estão lá são válidas ou são reais. É preciso efetivamente que os membros desta CPI tenham acesso aos documentos oficiais.

Portanto, eu defendo, a princípio, a oitiva dos Procuradores que presidiram os inquéritos. Esses, sim, têm muito a contribuir, podem dar um norte a esta CPI e podem nos ajudar, adiantando aquilo que nós não tivemos acesso ainda, que são as informações que estão nesses inquéritos.

Quanto à oitiva, vou trazer aqui o Procurador-Geral. Eu queria concordar com a maioria dos membros desta Comissão. Claro que esta CPI pode convocar o Procurador-Geral ou qualquer outra autoridade, como está escrito na nossa Constituição Federal, mas talvez não devamos ainda pelo menos.

Só se faz necessário, a meu ver, chamarmos o Procurador-Geral nesta Comissão somente depois de nos debruçarmos sobre o inquérito da Operação Vegas, que foi realizado, iniciado em 2009, e se ficar claro que o Procurador tinha, sim, elementos suficientes para propor qualquer denúncia e não o fez, se ficar claro que houve, sim, prevaricação por parte do Procurador-Geral; senão, eu concordo, seria enfraquecer a figura do Procurador-Geral da República, que ainda tem muito trabalho a realizar em relação, inclusive, a membros deste Parlamento.

Por último, Sr. Presidente, também em relação ao retrabalho, essa questão das quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Essa CPMI tem de ter parcimônia quando propuser e aprovar essas quebras. Muitas delas, inclusive, já devem estar constando nos processos, nos inquéritos. A gente não pode aqui estar repetindo, fazendo requebra de sigilo. Então, é fundamental que a gente saiba, efetivamente, o que já foi quebrado e quais são as informações que temos para poder propor outras quebras. Então, hoje, e não somente hoje, deixo aqui uma sugestão para o futuro desta CPI, de aprovar os requerimentos, Sr. Presidente, que nos unem, que são consenso, como os requerimentos do Cachoeira, do Demóstenes, dos Governadores de Estado, que são consenso nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, para somente depois se entrar na questão das quebras e dos requerimentos de figuras que são polêmicas nesta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Quintella. Pela lista, Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, primeiro, elogiar porque a prioridade aqui está muito clara, deve ser esse o nosso objetivo. Temos de fazer com que essa organização criminosa possa ser desmontada e com que os envolvidos nela respondam por ela em todas as esferas de Governo (municipal, estadual, federal, Judiciário). Organização criminosa é organização criminosa, são todos aqueles que formam os tentáculos dessa organização criminosa. Com relação a isso também concordo que no plano de trabalho não deve ter nenhuma restrição. Agora, nós, na própria Comissão, não podemos começar nos auto-restrigindo, a usar expressões como “Esta Comissão não pode ouvir aquele que não pode ser ouvido”. Isso seria iniciar nos auto-restringindo. Isso nós não podemos fazer. Acho que tem que ser ouvido todo aquele que for necessário para que possamos dar satisfação à sociedade brasileira, que está a exigir, quer compreender, quer ver desmontado o crime organizado que já adentra o poder institucionalizado. Precisamos frear isso, extirpar esse processo. Agora, nós estamos iniciando um trabalho que está em curso há anos. Numa linguagem popular, estamos pegando o bonde andando e nós, ao inquirirmos os que vierem a ser convidados, não podemos inquirir essas pessoas pelas versões que estamos ouvindo, precisamos inquirir pelos fatos, e os fatos precisam chegar a esta Comissão e ao conhecimento dos membros desta Comissão os autos de todo este processo, porque a verdade é que ainda não chegou, chegou parte, ou melhor, um capítulo que se refere a uma denúncia, mas isso é muito pouco diante daquilo que se faz necessário que tenhamos conhecimento, inclusive para fazer a inquisição com base nos fatos, não nas versões, inquirir cada um daqueles que aqui vierem. Agora, em relação a isso, ter aqui o processo da operação Veja e Monte Carlo é essencial, é fundamental, porque ele se constituirá na base pela qual vamos iniciar os nossos trabalhos. Melhor dizendo, Operação Vegas. É que colocaram tanto *Veja* que confundi. Um jornalista, um setor que está dentro das versões, não do fato, mas esse é um caso que precisa ser esclarecido, porque nós aqui não podemos... Todas as ações e métodos, inclusive se utilizaram de meios e veículos de comunicação. Esta Comissão não pode se restringir a isso e precisamos chegar a elas, se os caminhos estiverem a indicar e esses indícios vierem se consolidando no transcorrer dos trabalhos desta Comissão.

Então, eu acho que aqui nós não podemos iniciar os trabalhos nos restringindo. E todos poderão vir aqui contribuir, inclusive o Procurador Geral, porque neste aspecto ele que recebeu a documentação, ele é que está apresentando as denúncias. Então, aqueles que estão no bojo, como a Polícia Federal e o Ministério Público que estão investigando, podem dar uma enorme contribuição a esta Comissão já revelando o que é do seu conhecimento para que possamos ter como base concreta os fatos e não as versões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Com a palavra Deputado Vieira da Cunha.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Obrigado, Presidente, Colegas Deputados, Colegas Senadores.

Primeiro, quero somar a minha voz à daqueles que já fizeram o merecido elogio ao plano de trabalho apresentado pelo nosso Relator. Mas eu também tenho algumas sugestões e ponderações a fazer. Primeiro eu quero concordar com o meu Colega e conterrâneo Onyx Lorenzoni, que foi o primeiro a falar na inclusão das segundas-feiras nas nossas atividades, especialmente naquelas sessões em que vamos inquirir testemunhas, acusados e até réus, porque ficaríamos com o nosso tempo disponível e não premidos com a possibilidade da realização da Ordem do Dia.

Então, acho que a segunda-feira...ouvi aqui de vários Colegas manifestando a possibilidade de ter mais um dia de trabalho e me parece que a segunda-feira seria um dia oportuno, haja vista o volume de trabalho que vamos ter pela frente, Odair.

Então, fica aqui essa sugestão.

A segunda é que quero também me somar àqueles que já solicitaram sejam priorizadas as votações dos requerimentos de quebra de sigilo. É um procedimento complexo, nós sabemos, nós deveremos receber aqui um volume enorme de informações que precisam ser sistematizadas, precisamos separar o joio do trigo, saber o que era atividade ilícita, o que não era. E tudo isso vai exigir muito trabalho, não só nosso como das nossas assessorias. Então, o quanto antes esse material chegar, melhor.

Sugiro ao Relator que priorize a votação desses requerimentos de quebra de sigilo.

Também me somo àqueles que já se referiram criticamente a uma crítica construtiva à menção Delta Centro-Oeste. Não é possível que nós aqui queiramos circunscrever o limite da nossa investigação a uma região do País quando nós sabemos que essa empresa atua inclusive no meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde a Delta está atuando. E é nosso dever investigar se ela está atuando licitamente ou, se a exemplo do ramo do Centro-Oeste, a sua atuação envolve procedimentos escusos e relações outras que não sejam aquelas pautadas no contrato e nos princípios da moralidade da Administração Pública.

Então, me somo, Odair, àqueles que pedem que V. Exª, por favor, suprima a expressão Centro-Oeste e nós possamos fazer a nossa investigação com a amplitude que a situação requer.

E por último, nesses dois minutos que me restam, eu não poderia deixar de me referir a esse convite ou convocação do Procurador Geral da República. E aqui faço homenagem aos constituintes. Está aqui um deles, meu Colega de bancada, Miro Teixeira, e sei que há outros Deputados e Senadores que participaram daquele belo momento de afirmação da democracia em nosso País. Um dos artigos que têm que ser sublinhados nesta hora é o art. 127 da Constituição Federal, que é exatamente aquele que deu essa nova formatação ao Ministério Público, que garantiu a essa instituição autonomia. E o fez exatamente para que o Ministério Público tivesse pudesse atuar como guardião da sociedade que é.

Cheguei a ouvir aqui que o Ministério Público faz parte do Executivo; felizmente, não faz mais. O Ministério Público não tem vinculação – muito menos subordinação – com qualquer dos Poderes da República. É claro que o Ministério Público não é um quarto Poder, é verdade, mas é uma instituição autônoma. Por isso, não há sentido na convocação do Procurador-Geral da República, que é o titular exclusivo da ação penal e que, por isso, é o destinatário do nosso trabalho. Se alguém é processado, o juízo de ser ou não processado é exclusivo do Procurador-Geral da República, nos termos da Constituição. Havendo – e há – Deputados e Senadores envolvidos, o foro é o Supremo Tribunal Federal, e quem atua perante o Supremo é o Procurador-Geral da República.

Então, peço aos colegas que reflitam sobre isso, para que não insistam em algo que se choca frontalmente não só com a Constituição, mas também com a própria legislação infraconstitucional, a não ser que – eu me nego a acreditar nisto, não creio nisto – queiram gerar impedimento ao Procurador-Geral da República, para que ele não atue, não oficie no processo. Não creio nisso.

Portanto, Sr. Presidente, finalizo, apelando para que os colegas reflitam sobre essa situação, percebam o que é o Ministério Público nos termos da nossa Constituição e não insistam nessa convocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a inscrição do Deputado do Distrito Federal Luiz Pitiman, do nosso PMDB, encerramos a lista dos inscritos na noite de hoje.

Estão inscritos ainda para falar, neste último bloco, o Senador Cássio Cunha Lima, o Deputado Domingos Sávio, o Senador Ricardo Ferraço, a Senadora Kátia Abreu e o Deputado Luiz Pitiman.

O Senador Cássio Cunha Lima tem a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, não serei, de forma alguma, a voz destoante à unanimidade do Plenário, que trouxe palavras de felicitações pelo calendário apresentado, pelo plano de trabalho desta CPMI. Portanto, eu me somo a essa saudação.

Permita-me apenas trazer, de forma reiterada, observações que julgo absolutamente fundamentais para que o objetivo de V. Exª, do Presidente Vital do Rêgo, meu conterrâneo, com orgulho, e de todos os membros desta CPMI seja alcançado, com uma investigação ampla, geral e irrestrita, respondendo, portanto, ao anseio da sociedade brasileira, que, junto com a imprensa deste País, foi a grande responsável pela instalação desta CPMI. A gênese, o nascimento desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não seu deu no seio fiscalizador do Congresso Nacional, mas, sim, na voz atenta da imprensa brasileira e na manifestação de cidadania da nossa sociedade. A sociedade do nosso País quer que a investigação seja a mais transparente possível.

Portanto, permita-me sugerir a V. Exª, somando, repito, esta minha opinião à de outros que me antecederam, que esse plano de trabalho da CPMI não fique restrito à investigação de autoridades estaduais. Ou que deixemos de fazer referências a qualquer ente federado, seja ele Município, Estado ou União, ou que se faça menção aos três níveis dos entes federados. Não faz sentido algum, como está dito no Item 4 do plano de trabalho, que a investigação esteja limitada aos agentes públicos integrantes dos governos estaduais. Mantida essa expressão, a leitura que será feita lá fora pela sociedade, pela imprensa, pela crônica política e por nós, da oposição, é a de que há, desde já, uma manifestação deliberada de se restringirem as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e a sociedade espera deste Congresso Nacional a busca e a perquirição da verdade tão somente.

À guisa de sugestão, Sr. Relator, mais uma vez, parece-me absolutamente desproporcional que se refira à empreiteira Delta na região do Centro-Oeste. Não existe Delta Centro-Oeste, Delta Sudeste, Delta Sul, Norte ou Nordeste; existe uma empreiteira que atua no Brasil inteiro, com suas respectivas sucursais. Portanto, fazer referência à Delta na região Centro-Oeste é um movimento escancarado de restrição da atuação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenho absoluta convicção de que não é esse o desejo e muito menos a intenção de V. Exª. Portanto, em nome da autonomia do nosso trabalho, das prerrogativas desta CPMI, sugiro de forma reiterada – repito pela terceira vez –, que se retire do texto a expressão "Centro-Oeste".

Para concluir, no minuto final, quanto à convocação do Procurador-Geral da República, não vejo qualquer restrição, porque o Senado deixa de cumprir as suas próprias prerrogativas porque só nós, Senadores da República, podemos, por exemplo, demitir o Procurador-Geral da República. Isso está previsto na nossa Constituição. Para ele chegar ao cargo – qualquer que seja ele, não estou fulanizando em torno do atual procurador –, deve passar pelo crivo soberano do Senado da República. Portanto, podemos, sim, exercer na plenitude as nossas prerrogativas, porque quem pode demitir poderá, seguramente, ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Convido o Deputado Domingos Sávio.

Tem a palavra, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator, colegas Deputados e Senadores, eu vou na mesma linha, de uma forma que até me deixa bastante feliz, alcançando Deputados tanto da base quanto da oposição.

Num primeiro momento, não poderia ser diferente, quero cumprimentar o Relator Odair Cunha. Não me surpreende, pois o conheço bem lá das nossas Minas Gerais, a proposição de um plano de trabalho feliz na sua objetividade, que traz a amplitude necessária para a missão que temos. Mas, ao mesmo tempo, não tenho dúvida de que ele também, com a capacidade de harmonizar dos mineiros, haverá de acolher essas sugestões que, como eu disse, estão chegando tanto da base quanto da oposição. Acredito ser essa a tônica desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, uma comissão cujo compromisso seja com a Nação, uma comissão que se comprometa essencialmente em trabalhar na busca da verdade; caso contrário, nós estaríamos fadados a cair no descrédito popular, o que, com certeza, não interessa a ninguém que tenha espírito público. E este é o sentimento que tenho dos meus Pares que aqui estão: um compromisso com a Nação e o mais elevado sentido público.

Essas sugestões já estão por demais repetitivas. E eu as anotei. Somo-me aos demais quanto a essa referência que se fez – e acho que foi apenas um lapso da redação – de se dizer que o nosso trabalho, a nossa agenda recairá na oitiva da organização liderada pelo Sr. Carlos Augusto Almeida Ramos e, na sequência, nas relações com o Poder Legislativo e com servidores públicos integrantes de governos estaduais. Parece-me óbvio que, nesse ponto, se deva acrescer inte-

grantes, e eu diria até ex-integrantes, porque teremos, fatalmente, situação de pessoas sendo exoneradas ou que já o foram por alguma circunstância, integrantes, ex-integrantes ou agentes públicos de governos municipais, estaduais, obviamente com a ressalva constitucional dos nossos entes federados, inclusive o Distrito Federal e obviamente o Governo Federal. Da mesma forma, a referência à abrangência dessa empreiteira em todo território nacional.

Sr. Relator, prezado colega Deputado Odair Cunha, no Item 4.2, A, acredito que seria prudente, nesse processo de oitiva, além das autoridades policiais e do Ministério Público responsável pelos atos de investigação, incluir as demais autoridades judiciárias. Há não apenas rumores, mas notícias de que tenhamos envolvimento de autoridades judiciárias. Então, acho que caberia, nesse Item A.

Eu me limitaria a concluir, aqui nessa primeira intervenção, fazendo uma ressalva que já foi mencionada por outros colegas, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Eu acredito que todos nós estamos imbuídos do mesmo propósito, alguns com mais experiência, outros com um pouco menos, como é o meu caso, mas todos com o mesmo empenho. E nós teremos frequentemente situações em que um suplente estará efetivamente participando de uma audiência pública e poderá se inscrever, quando, eventualmente, o titular chegar, no decorrer daquela oitiva, e não ter, inclusive, todos os meios de fazer a arguição que o suplente poderá fazer.

Em todas as outras CPIs nós observamos um ambiente bem democrático nesse processo de oitivas e de ações, como está ocorrendo aqui nessa reunião. Creio que como já é previsto no Regimento que a votação se reserva prioritariamente aos titulares e na ausência deles aos suplentes, que possamos ter... aí faço um apelo a todos os líderes. Não haverá prejuízo do equilíbrio partidário. Suplentes existem em igual número para todos os partidos. Mas que todos possam efetivamente participar.

Por último, destaco o que já foi aqui colocado e me parece que caminha para o óbvio. O volume de trabalho que temos pela frente é enorme. Todos os dias, recebemos notícias por meio da imprensa sobre as quais já deveríamos estar nos debruçando. Acredito, relator, em grupos de trabalho – falou-se nas sub-relatorias – que possam operacionalizar, guardada a representação partidária, para que nos empenhemos de uma maneira simultânea em várias ações que precisam ser desenvolvidas, para que estejamos preparados para as oitivas e audiências públicas. Enfim, para as ações objetivas a que esta CPMI se propõe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou concluindo.

Eu não tenho dúvida de que isso só irá contribuir para o brilhante trabalho do nobre relator, sem prejuízo da sua autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Há mais três oradores e comunico que por uma decisão da Presidência nós vamos proceder, nesta votação, com a votação sendo nominal, até para resguardar esta Presidência, por ser uma votação que mira o balizamento desta comissão, que é o plano de trabalho do relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E vão votar a quebra de sigilo do Deputado Vaccarezza aqui, também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Do Deputado Vaccarezza não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Proposta por ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo. Meu companheiro Ricardo Ferraço.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Proposta pelo Deputado Vaccarezza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator Deputado Odair Cunha.

Eu cumprimento V. Exª na condição de Senador e de nosso Presidente, pelo espírito democrático, tranquilidade e firmeza na liderança e na Presidência desta comissão.

De igual forma cumprimento o Deputado Odair Cunha, que apresentou uma proposta, a meu juízo, estruturada, abrangente, com foco, que estabelece para os próximos dias e semanas uma agenda de trabalho muito intensa.

Eu faria duas observações apenas ao nosso Relator Odair Cunha. No dia 8, teremos a primeira oitiva com o delegado que atuou na Operação Vegas. Nós precisamos de tempo hábil e de conhecer a integralidade dessa operação, para participarmos dessa oitiva de maneira adequada.

A pergunta que faço ao Presidente e ao nosso Relator: Em que momento nós teremos acesso, na integra, desta operação? Até porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, ela começa de forma diferenciada das anteriores. As anteriores nasceram aqui e foram remetidas ao Ministério Público Federal, eventualmente à Policia Federal. Esta nasceu lá. Portanto, temos uma base concreta e uma

base robusta para que nós possamos processar as nossas investigações.

Então, a primeira pergunta que faço é esta: em que momento nós estaremos tendo acesso à íntegra da investigação Vegas, tendo em vista que a investigação Monte Carlo virá um pouco mais adiante, nós teremos um pouco mais de prazo para estudá-la?

A segunda observação que queria fazer ao nosso Relator é que eu me sentira muito confortável se ficasse absolutamente claro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não estará restrita a esta ou àquela região. Digo o porquê. A Construtora Delta, assim como em muitos Estados, ela também atuou no meu Estado e atua no meu Estado. E lá ela atuou e ganhou contratos em razão de ter oferecido o menor preço. Então, como esta construtora tem atividade em meu Estado, eu ficaria muito confortado de votar na proposta do Relator Odair Cunha, mas que nós não mantivéssemos qualquer nível de restrição a qualquer Estado, a qualquer território, inclusive o meu, para que nós pudéssemos agir com absoluta transparência aqui nesta Comissão.

São as manifestações que faço, cumprimentando V. Exª, na condição de nosso Presidente, e o nosso Relator Odair Cunha, pelo trabalho detalhado que fez, oferecendo um programa de trabalho que busca a verdade, a transparência e o esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Ferraço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Lembro a V. Exª que a primeira pergunta do Senador Ferraço diz respeito àquela nossa primeira questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou responder a ambos neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ferraço, agradeço as palavras de V. Exª. A presença de V. Exª dignifica muito os trabalhos desta Comissão.

Respondendo a V. Exª na parte que me toca, porque agora passo a ser sub-Relator momentâneo, o Relator foi aqui oferecer alguma explicação aos profissionais de imprensa, que estão em sua hora última para o fechamento de suas edições, mas à Presidência caber responder a V. Exª e também respondendo ao Senador Randolfe, que, a partir da próxima semana, na forma do Regimento Interno, nós vamos nos reunir em reunião secreta para a leitura dos documentos que estão sendo disponibilizados, no caso da operação que já chegou a nosso poder.

Durante o dia de amanha até a próxima semana, eu estou tentando estudar, com o Prodasen e com as dependências físicas da Casa, estruturas, que eu chamei de físicas e tecnológicas, para oferecer condições de acesso aos membros desta CPI à íntegra dos processos que estão em caráter de sigilo, sem nenhum constrangimento para esta Presidência, que é guardiã destes documentos, das suas responsabilidades e da co-responsabilidade de V. Exªs, sob o ponto de vista penal e civil.

Eram estas as palavras.

Mas, a partir da próxima semana, nós já estamos marcando reuniões conforme o Regimento da nossa Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Mas teremos acesso à Operação Vegas antes da oitiva com o delegado federal?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu espero que sim. Já na próxima semana teremos acessos toda a Comissão. Já marco reunião secreta na próxima semana

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Antes da oitiva com o delegado federal que coordenou as ações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes da oitiva, já vou marcar a reunião secreta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB –SP) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. Deixe-me terminar... Aí nós deixaremos... Para não dar um...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB –SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD –TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também gostaria de cumprimentar o Relator Odair Cunha pela proposta de trabalho aqui apresentada, pelo seu empenho e esforço em apresentar uma proposta bem razoável, e também à Presidência de V. Exª.

Sr. Presidente, apenas três pontos, para não ser repetitiva, mas, basicamente, com relação a esta agenda.

O Relator propõe que nós possamos ouvir os delegados e os procuradores. Eu acho super-razoável que possamos ouvi-los primeiro, mas também, ao mesmo tempo – não sou promotora e nunca fui delegada –, vamos dar munição para aqueles que querem se defender aqui, nesta Comissão. Então, fico imaginando o

advogado do Cachoeira assistindo a nós interrogarmos os procuradores e os delegados. Se eu fosse advogada, ia anotar tudo para saber o que foi perguntado para preparar as respostas do meu cliente.

Eu gostaria de fazer uma sugestão ao Relator: que nós não pudéssemos inverter a ordem, porque é muito importante ouvir os delegados e os procuradores primeiro, mas que essa oitiva fosse reservada, secreta, como permite o art. 190, Capítulo III – Da Sessão Secreta, que pudéssemos ouvi-los reservadamente, porque atenderia os Parlamentares – eu gostaria muito de ouvi-los primeiro, antes de ouvir os demais – e não daríamos munição àqueles que estão doidos, malucos para terem munição do que pensam os Parlamentares. Então, gostaria de deixar esta sugestão: oitiva reservada.

Com relação à Delta Centro-Oeste, chega a ser ridículo, Sr. Presidente. Ninguém vai compreender isso. Isso é um vexame nacional. É um negócio... Alguém se arrependeu da CPI, tudo é possível. Sou contra. Em princípio, sou contra CPI. Estou aqui por dever de ofício. Não me sinto à vontade. Poderia estar fazendo milhões de outras coisas melhores para o Brasil, mas faz parte, e estou aqui cumprindo com minha responsabilidade, mas, instalou a CPI, vamos fazê-la direito. Não dá para separar, mesmo porque não tem Delta do Centro-Oeste, do Nordeste, do Sul. Não. Delta é Delta. Então, acho que não dá para focar duas pessoas, três pessoas como se tivesse um alvo. Resolveu, ninguém é obrigado a fazer, mas é obrigado a cumprir o seu dever.

E o terceiro é apenas um comentário. Sei que o Procurador-Geral da República não pode ser testemunha de um caso em que ele poderá oferecer denúncia ou não, mas quero deixar registrado que, como cidadã, além de Senadora, é um absurdo ter visto que todas essas informações estavam guardadas desde 2009, e esse cidadão, nosso Procurador-Geral, não colocou isso a público. É realmente intrigante. É difícil de entender e compreender uma situação dessa. Alguma explicação muito minuciosa a respeito do assunto nós e todo o Brasil merecemos ter: por que, desde 2009, essas informações não vieram a público e nenhuma investigação foi feita e só agora, neste ano, em que, coincidentemente, temos um julgamento aí pela frente, todo mundo sabe, e a imprensa tem dito para todos cantos que esta CPI deverá ter um papel de esconder um julgamento do mensalão? Eu não quero acreditar nisso, mesmo porque o Supremo não permitiria que isso acontecesse nem a imprensa vai deixar.

Então, são essas três observações: o Procurador-Geral tem que dar uma explicação contundente; Delta Centro-Oeste não existe; e a nossa oitiva reservada com os procuradores e o Ministério Público.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, a minha intervenção será muito rápida diante das falas dos Srs. Deputados e Srs. Senadores.

Cabe-me aqui dizer que espero que, nesta CPMI, tenhamos, com certeza, resultados altamente positivos, porque a sociedade brasileira está na expectativa de que ela possa produzir efeitos positivos, sobretudo na preservação do Erário público brasileiro.

Entretanto, o que me chama muito a atenção... Eu, como Líder da minoria no Senado Federal, tive uma oportunidade ímpar quando nos reunimos no gabinete do Senador Sarney e confesso que não entendia, inicialmente, por que o PT e, sobretudo, alguns partidos da base aliada do Governo manifestavam o interesse da instalação da CPI. Eu digo isso, Relator Odair, porque confesso que, nos meus 60 e poucos anos, exerci quatro cargos executivos e nunca vi o próprio Governo interessar-se tanto pela instalação de CPI.

Todavia, o que esperamos é que esta CPI, com certeza, possa ser uma CPI dos interesses da sociedade, não poupando quem quer que seja, tendo em vista de que ela é fundamental na apuração das denúncias que temos acompanhado pela imprensa brasileira. Todavia eu aguardo, esperamos que na próxima semana possamos ter acesso às informações que serão apresentadas através de documentos encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal, pela própria PGR para que nós, Senadores e Deputados que participamos desta Comissão, de fato, saibamos apurar aquilo que está nos autos dos inquéritos, nos autos dos processos nessas duas instituições brasileira.

Nós temos que fazer um trabalho exitoso, Odair. Estou apostando no Senador, meu amigo particular, Vital do Rêgo, como também em V. Exª, diante do plano aqui apresentado de trabalho. Esse plano tem que dar certo, sobretudo para fazermos os melhores encaminhamentos e, acima de tudo, não trazermos para cá a questão político-partidária, muito menos ranços políticos de alguns Estados para dentro desta Comissão. Ele tem que ser feito de forma transparente, não poupando qualquer um que seja: seja empresário, seja político, enfim, aqueles que estão envolvidos. Nós temos que apurar e passar a limpo, diante do que a sociedade já disse: Será que não será mais uma pizza que vai ser produzida através da CPI? Eu aposto que não será diante das falas de V. Exªs, Presidente e Relator. Espero que seja feito de forma exitosa. E, sobretudo, nós não podemos delimitar em hipótese alguma essa CPI apenas para a Região Centro-Oeste.

A CPI tem que ser feita para o Brasil. Não é possível nós concordarmos que essa CPI seja apenas para a Região Centro-Oeste do Brasil.

São esses os questionamentos que faço, até porque todos já fizeram aqui. Diante desses fatos, quero crer que vamos fazer com que o Brasil seja passado a limpo. Seja quem for, doa a quem doer, nós temos que colocar aqui na prática aquilo que se propôs a essa CPMI.

Meu caro Presidente, meu caro Deputado, demais membros desta Comissão, estou aqui na qualidade de Senador representante do meu querido Estado do Mato Grosso e, sobretudo, na certeza absoluta de que através desta CPMI nós tenhamos a certeza de que o povo brasileiro vai nos aplaudir. Por outro lado, já quero aqui manifestar que inicialmente sou contra convocarmos, ou convidarmos o Dr. Roberto Gurgel para fazer presença aqui nesta Comissão, diante de que, citados aqui por ilustres Senadores e Deputados e realmente baseado na própria Constituição e outros artigos, parágrafos, há o impedimento de ele comparecer aqui. Entretanto, de forma democrática, se esta Comissão entender e, sobretudo, o próprio do Procurador Geral entender de comparecer aqui, eu imagino que seria meritório, louvável a sua presença para esclarecer alguns pontos, e é importante esclarecer naturalmente, sobretudo em relação ao inquérito que estava sendo conduzido através da Procuradoria Geral da República desde ano 2009.

Agradeço a V. Exª Senador Vital do Rêgo. Torço para que nós tenhamos uma resposta positiva ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço Senador Jayme Campos.

Deputado Luiz Pitiman, encerrando a lista de oradores para a fala do relator e o início da votação nominal.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, a população espera de todos nós, com essa responsabilidade, muita objetividade, clareza e equilíbrio. Quero parabenizar o nosso Senador Vital do Rêgo, do PMDB, e parabenizar o nosso Relator Odair Cunha.

O plano de trabalho apresentado não me causa surpresa, para quem acompanhou o Deputado Odair Cunha em sessões na Câmara, na Comissão da DRU até cinco horas da manhã trabalhando para apresentar um trabalho diferenciado. Gostaria apenas de sugerir e complementar algumas coisas.

O trabalho de três dias por semana é de extrema importância. Nós devemos isso ao Brasil. Agora, se vai ser segunda ou vai ser quinta, o presidente e o relator podem definir de acordo com a urgência dos trabalhos. A sugestão que fica é três dias de trabalho por semana e a critério do presidente e do relator.

Eu quero discordar quando o Sr. Relator disse que, somente em outubro de 2012, a gente vai ter uma reunião para um dos principais crimes cometidos por tudo o que nós temos visto. As interceptações e o monitoramento de comunicação sem autorização judicial são um crime que pode ser considerado quase hediondo. Inadmissível nós deixarmos para outubro essa discussão. Então, vamos excluir a audiência até porque, antes disso, com certeza, nós teremos que tratar. Da mesma forma, para debater evasão de divisas. As evasões de divisas que possam ter ocorrido nesse caso são convenientes que sejam verificadas rapidamente até para a CPI pedir o retorno desse dinheiro.

Eu quero discordar de ficarmos especificamente no Centro-Oeste. Se a situação da Delta fosse somente no Centro-Oeste, nós não teríamos hoje como fugitivo Heraldo Puccini Neto, que é o Diretor da Delta de São Paulo. Ele foi, na semana passada, procurado pela Polícia na operação derivada da nossa operação, que é a Saint-Michel. Então, fica claro que a situação não é somente aqui. Nós temos também – e quero concordar com a Senadora Kátia Abreu – de ouvir os delegados e procuradores de forma reservada. Serão tratadas, nestes momentos, algumas coisas que têm muito a ver com o sigilo que está na operação. Não seria bom nem para nós, nem para os procuradores, até porque eles ficariam impedidos de falar alguma coisa, se não estiverem em uma reunião reservada. O sigilo geral, nesse caso, é importante e os vazamentos foram muito localizados ainda. Só para vocês terem uma ideia, tenho informações de que existem 13 mil horas de gravações telefônicas, algumas de forma legal e algumas de forma ilegal. Isso, então, deixa claro que muita coisa ainda terá que ser, sim, preservada com muito sigilo.

Quero, por último, sugerir, até por constar de um requerimento que eu apresentei, que é o Requerimento nº 165, que nós tenhamos, sim, grupos de trabalho, para não até nós pegarmos ou termos situações de pessoas, estados ou empresas, mas sejam por crimes cometidos. O grupo de trabalho que possa ajudar por crimes cometidos vai dar uma imparcialidade à questão e tirar das questões regionais. Essa é uma questão em relação à qual nós aqui não podemos nos apequenar. Temos que trabalhar de uma forma muito mais abrangente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para responder a V. Exª, Deputado Pitiman, o art. 197 do Regimento Interno do Senado prevê a transformação

da reunião em reunião secreta, mediante solicitação proposta pela Presidência ou a requerimento de qualquer um dos membros. Por conveniência da Senadora Kátia Abreu ou de V. Exª ou de ambos, poderemos transformar esta reunião.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Se a Srª Senadora estiver de acordo, será de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu prorrogo a reunião pelo tempo da apresentação das conclusões do plano de trabalho do eminente Relator e dos requerimentos decorrentes da sua aprovação.

Com a palavra, o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, é só uma questão de ordem bem breve. V. Exª respondeu a questão de ordem formulada por mim, no início dos trabalhos, sobre o acesso à documentação. V. Exª pertinentemente respondeu dando conta de que nós teremos, na semana que vem, uma reunião secreta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já na semana que vem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...em que os documentos começarão a ser lidos pelos membros da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Começarão a ser lidos. Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu tenho uma preocupação que é a seguinte: me parece que pelo... conforme nós vamos aprovar o plano de trabalho e o cronograma, a leitura na semana que vem vai ficar próxima do momento da primeira oitiva, das primeiras audiências desta CPMI. Me parece – e V. Exª foi muito feliz quando disse que vai usar de todos os meios tecnológicos no acesso às informações – que o Senado da República já dispõe dos meios tecnológicos, ou seja, os documentos devem estar depositados em uma sala e nessa sala deve estar sob fiscalização, o acesso a ela deve ser filmado. Eu quero acreditar, senão V. Exª e o Relator podem nos esclarecer, que isso já esteja à disposição. Se assim for, não seria possível já os membros (e somente os membros desta CPMI) terem acesso aos documentos que já estão de posse da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é a resposta que eu estou requerendo, amanhã, ao Prodasen, senhor... querido... Sr. Senador, porque ainda não me foi confirmada a segurança que eu preciso para poder autorizar essa exceção regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se o Prodasen assim dispuser...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se o Prodasen me confirmar essa segurança.

Com a palavra o Relator. E peço desculpas a V. Exªs... É porque o Senador Randolfe Rodrigues merece muito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer às manifestações de todos os Pares nesta Comissão. E quero reafirmar aqui que a tarefa nossa é uma tarefa coletiva e divido com os eminentes Pares esta responsabilidade, por isso acolho aqui várias das sugestões que foram colocadas. A primeira delas, a que foi feita aqui pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que tem a ver com ampliação dos dias de trabalho... Eu não tenho... Aliás, vários Parlamentares tocaram nesse assunto. Eu não tenho problema de nós ampliarmos, especialmente agora neste início de nossos trabalhos, para mais de dois dias. Eu só pediria que, na próxima reunião administrativa, que nós faremos (e vou acolher a sugestão do ilustre Deputado Carlos Sampaio) no dia 17 de maio, nós façamos um diálogo com as lideranças sobre se vamos fazer às segundas, quartas e as terças ou se às terças, quartas e quintas... Só esse ajuste nós faremos na próxima reunião administrativa. Mas eu acho adequada a ampliação dos dias. Sobre a questão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não vamos interromper. A palavra está com o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a questão de se ouvir primeiro o Carlos Augusto... Nós vamos ouvi-lo primeiro; depois dos acusadores. Nós temos mais de 20 mil páginas de processos que devem ser lidas por nós, pelo Relator, por nossa assessoria e pelos eminentes Pares. Como é que nós vamos ler mais de 20 mil processos antes do dia 17? Eu creio que nós... A vinda dos Procuradores, que vamos convidá-los, e a vinda dos Delegados da Polícia Federal, que vamos convidá-los, é exatamente para nos ajudar a compreender esse infinito número de papéis, de inquéritos. Então, eu sugiro – e por isso a gente quer então ouvir, na sugestão do Deputado Carlos Sampaio, no dia 15 de maio, para nós termos esse tempo de nos dedicar às leituras e à exposição que os membros da Polícia Federal terão oportunidade de apresentar aqui.

Mais do que a pressa, que eu julgo necessária (e a preocupação de se fazer uma investigação célere), nós temos de ser criteriosos e fazer um trabalho aprofundado.

O SR. *(Não identificado)* – Relator, algum problema de fazer reservada a...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. Não há problema... eu vou chegar lá... Mas não há problema de se fazer essas oitivas, do meu ponto de vista – é claro que isso é uma decisão da Comissão quanto a fazermos essas exposições (vou dizer assim) dos delegados e dos procuradores de maneira reservada.

Em minha opinião, é até melhor porque, assim, eles poderão expor com mais tranquilidade.

Sobre a questão de sub-relatorias é um tema a que tenho me manifestado contrariamente exatamente por acreditar que nós estamos investigando uma só organização criminosa, e todos os pares desta Comissão têm a mesma responsabilidade, podendo, inclusive, apresentar relatórios alternativos ao relatório do relator. É claro que nós estamos abertos, sempre abertos, à colaboração de quaisquer membros desta Comissão; não só abertos como precisando do apoio dos membros desta Comissão. Isso levantou o Deputado Rubens Bueno.

Sobre a requisição de servidores, Deputado Rubens Bueno, é necessário – estou apresentando uma série de requerimentos, sobre os quais, ao final desta exposição, vou dar ciência a V. Exªs – mas é fundamental que a gente tenha aqui gente da AGU, da Polícia Federal e de outros órgãos do Governo Federal para nos ajudar nesta tarefa.

Sobre o sigilo do Carlos Cachoeira, que foi aqui levantado por V. Exª e pelo Deputado Cândido Vaccarezza e outros, nós vamos, inclusive, acolher o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni e outros só fazendo um aditivo. O Deputado coloca a data de 23 de janeiro de 2003; nós achamos que a análise melhor deve ser de um período de dez anos. Estamos, então, aditivando o requerimento de V. Exª, sugerindo que seja de 1º de janeiro de 2002. Aí, nós teríamos uma década para fazermos a análise.

A Senadora Vanessa Grazziotin, minha ex-colega, coloca a questão dos dias. Acho que V. Exª tem razão.

A questão do Procurador-Geral da República, levantada aqui por diversos pares, é um tema que está sob a nossa análise. Nós tivemos oportunidade de nos encontrarmos com o Procurador-Geral da República hoje. Ele, a princípio, levantou alguns problemas sobre a vinda dele a esta Comissão, mas eu digo, a princípio, porque foi a princípio. Não significa... Eu me lembro bem – e o Senador Vital do Rêgo pode me ajudar nisso – de que ele disse exatamente isso: "Mas a porta não está fechada." Ele sinalizou que ele poderia vir a esta Comissão. Então, é um tema que está aberto, e o Plenário desta Comissão, em minha opinião, na próxima reunião administrativa, deve enfrentar esse tema.

O Senador Randolfe coloca a questão da ordem das oitivas. O Deputado Chico Alencar também levantou essa questão. Vejam: a única exceção, talvez o único senão que o Senador Randolfe levanta é a oitiva do Fernando Cavendish, e o que eu escrevi no relatório, no nosso plano de trabalho, é que nós vamos investigar a organização criminosa. Vários Deputados e Senadores colocaram esse tema. Nós vamos investigar. Eu vou acolher essa sugestão. Isso está na página 4, mas, depois, nós vamos mudar nos outros pontos que têm a ver com esse: tema.

Item 1, alínea *a*, da página 4: "Apurar a extensão das atividades ilícitas..." Vou acolher a sugestão de V. Exª, Deputado Carlos Sampaio; vou retirar a palavra ilícitas, ficando: "(...) as atividades dessa organização nas diferentes esferas do Estado brasileiro bem como dos entes federativos." Claro! Onde a organização esteve presente corrompendo pessoas, seja nos Municípios, nos Estados e na União, deve ser objeto da nossa investigação. Isso precisa ficar claro.

Com relação à empreiteira Delta, o que nós buscamos é saber qual o papel da Delta na organização criminosa. É disso que nós estamos atrás. Então, quando nós colocamos aqui que é inclusive Delta Centro-Oeste, nós não escrevemos exclusivamente Delta Centro-Oeste...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, mas é que aí tem que trocar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...porque, se nós quiséssemos – Deputado Miro, só um minuto – investigar exclusivamente a ação da empreiteira Delta na região Centro-Oeste, eu não teria colocado "inclusive". Eu estabeleci aí o ponto de partida. O diretor desta empresa no Centro-Oeste – digo, ex-diretor – foi preso. Há elementos contundentes do envolvimento deste senhor nessa operação criminosa. Há, inclusive, suspeita de que ele seria sócio oculto do Sr. Carlos Augusto. Com isso, senhoras e senhores – por favor, me ajudem –, não é verdade que nós estamos restringindo a investigação à região Centro-Oeste. Nós estamos dizendo... *(Pausa.)*

Não, não vou retirar porque eu estaria admitindo o que não é verdade. Nós estamos colocando que a investigação será a partir. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator. Peço aos senhores para ouvir o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Posso colocar "a partir", "inclusive" a Delta Centro-Oeste, mas não retirarei a palavra "Centro-Oeste", porque é o que está evidente. Nós não tivemos conhecimento ainda dos autos dos inquéritos da Polícia Federal. Nós não faremos uma investigação seletiva. Nós temos uma base, e a base é o inquérito da Polícia Federal. Quando nós nos referimos ao Centro-Oeste, é porque esse senhor está preso. Essa é uma evidência fundante; o resto é o que saiu na imprensa. Eu respeito a imprensa e o que ela publica. Agora, nós não iremos nos pautar simplesmente a partir de notícias.

Com relação...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Onde está escrito "inclusive Centro-Oeste"?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na página 5.

O Deputado Francischini coloca a possibilidade, ele diz a questão... *(Pausa.)*

Com relação ao Carlos Augusto, eu já me referi. V. Exª coloca o item 3, a possibilidade de prorrogação. Nós vamos acolher essa sugestão, até porque é uma questão regimental. Sobre o item 4, eu já me referi. Se não tiver a palavra "inclusive", eu vou incluir a palavra "inclusive" com relação...

O SR. *(Não identificado)* – No item 4, está certo o Relator, no meu ponto de vista.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda pelo Deputado Francischini relativamente a diligências requeridas, é claro, tem que ser submetido ao Plenário. Outros nomes que V. Exªs trouxeram a este Plenário hoje para serem inquiridas, eu vou submeter na próxima reunião administrativa. Julgo importante, me comprometo com V. Exªs de fazer uma análise criteriosa das sugestões aqui levantadas.

Com relação à alteração proposta sobre a questão dos requerimentos levantados pelo Deputado Glauber, nós vamos acolher uma série de requerimentos ainda nesta reunião desta Comissão.

Com relação às questões levantadas pelo Deputado Sampaio, retirar a expressão "ilícitas", na página 4, estou acolhendo a sugestão de V. Exª.

Em relação às questões de âmbito da União e dos Municípios, na medida em que a gente estabelece que, onde houver a presença dessa organização criminosa, em qualquer ente federativo, deve ser tratado por nós, acolho a sugestão de V. Exª.

Ainda a sugestão de alterar a data de 15 para 17, nós colocarmos a reunião administrativa no dia 17 e a oitiva do Carlos Augusto no dia 15. Acolho também a sugestão feita por V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a questão da interceptação, que foi levantada por diversos pares aqui: o que nós estamos propondo é uma audiência pública para tratar do assunto teoricamente – o Deputado Luiz Pitiman levantou isso também. É importante a ponderação que V. Exªs fizeram. A nossa proposta é, inclusive, ouvir o Idalberto e o Jairo.

V. Exªs trouxeram outros dois nomes...

O SR. *(Não identificado)* – Tomé e Marcelão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...que vou analisar, que estariam na questão da arapongagem. Ou seja, nós vamos tratar da arapongagem antes. Teoricamente, nós trataremos do tema numa audiência pública chamando algum especialista para tratar desse assunto em outubro, se for o caso. Mas é claro que nós estamos fazendo um planejamento de longo prazo.

Com isso, eu respondo também ao Senador Sérgio Souza, que levanta a questão de nós incluirmos a quarta-feira. Eu estou submetendo essa discussão a um diálogo mais amplo, que nós faremos até a próxima reunião administrativa.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E a oitiva reservada?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a questão de ser ouvido o Senador Demóstenes – o Deputado Silvio Costa colocou isso –, penso que é adequado que nós ouçamos primeiro essas pessoas que estão postas e concluamos a agenda de maio com o Senador Demóstenes. É claro – quero repetir isso aqui – que o que estamos fazendo é um indicativo, não significa que a Comissão não possa alterar essas datas no momento em que nós tivermos mais acesso aos autos do inquérito, mais oitivas aqui.

O Deputado Protógenes coloca a necessidade de se fazer um relatório de análise prévia dos volumes que nos serão entregues pela Procuradoria-Geral da República, o que acho fundamental. O Senador Vital do Rêgo já se manifestou aqui para mim no sentido de que amanhã nós vamos fazer, vamos dizer assim, uma operação junto à Polícia Federal, junto à Procuradoria-Geral da República, para que esses inquéritos cheguem rapidamente a esta Comissão, o que é essencial. E além de checar os documentos, nós precisamos fazer um relatório de análise mínimo, é isso que o Deputado Protógenes nos sugere. S. Exª ainda levanta a hipótese de nós incluirmos a página 4 – Ramificações Internacionais –, o que, evidentemente, eu acolho.

O Deputado Vaccarezza coloca a questão da operação Vegas. Creio que esse tema precisa ser tratado de maneira específica e séria por nós amanhã. S. Exª ainda traz o tema de requerer o sigilo fiscal, telefônico... Quebra, dizem, é para abrir... Mas nós temos acesso a esse sigilo, esta Comissão. S. Exª, então, tem razão.

O Deputado Miro Teixeira trata da colaboração da CGU e do TCU. Acolho também essa sugestão de S. Exª.

O Senador José Pimentel levanta a questão da quebra do sigilo também.

Encurtar prazos – levantado pelo Deputado Chico Alencar –, tema sobre o qual precisamos nos debruçar.

O Deputado Maurício Quintella trata da questão dos dias. É importante que nós tenhamos clareza da investigação, como foi bem levantado aqui pelo Deputado Maurício Quintella, para nós não fazermos aqui um "retrabalho", levantar temas que já estão postos, concordo com S. Exª.

Nessa mesma esteira, o Deputado Luiz Sérgio.

O Deputado Vieira da Cunha trata das questões da data, o que creio ser importante. Levanta também

a questão de que a Ordem do Dia é um problema para esta Comissão. Agora, é importante dizer que é problema real no caso de reuniões administrativas; no caso de oitivas, não há óbice. Creio também que nós precisamos, na próxima reunião administrativa... Como V. Exª traz aqui – o Deputado Vieira da Cunha –, a questão das quebras de sigilo deve ser uma questão prioritária para a nossa análise na próxima reunião.

Ao Senador Cássio Cunha Lima penso que já respondi, ao Deputado Domingos Sávio. Penso que já respondi... As autoridades judiciárias levantadas por V. Exª estão contempladas aqui, na nossa preocupação. Se não estiverem, nós vamos fazer constar, mas está sim...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Há um item específico, nobre Relator... Permita-me só enumerá-lo. Está na página nº 4. Ou melhor, está na página 6, 4.2, alínea *a*.Talvez seja só acrescentar "autoridade judiciária". Só para colaborar com V. Exª, página 6, 4.2, alínea *a*.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o que nós colocamos em todas as esferas do Estado brasileiro. Eles estariam contemplados aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Os governadores, nobre Relator, aí? Os governadores aí?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A questão dos governadores, primeiro, está contemplada.

O que estamos investigando? Onde a organização criminosa esteve presente. Se ficar evidenciado que essa organização criminosa influiu, teve coparticipação, corrompeu governadores, isso faz parte da nossa análise, inclusive.

Agora, não vamos *a priori*...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está no Item "b".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...começar a chamar governadores, sem analisarmos... Não, está contemplado, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pois é. Está no item "b".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – As pessoas integrantes beneficiárias ou coniventes...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – *O. K*.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... com organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Augusto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Senadora Kátia Abreu traz a questão da oitiva reservada. Concordo com V. Exª.

Do outro tema já tratei.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Deputado Pitiman traz a questão do prazo, de que já tratei também.

Acho que V. Exª tem razão: reunião reservada também.

E a questão das oitivas... a questão das interceptações ilegais também já foi tratada por este Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Inicio o processo de votação.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não Sr. Presidente.

Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não vou abrir mais à discussão. Vou iniciar imediatamente após o Relator, o processo de votação.

O SR. *(Não identificado)* – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, não.

Não vou mais abrir à discussão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não abro mais à discussão. Eu já abri para toda a discussão. Não vou abrir para a discussão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós votaremos aqui... só para V. Exªs terem clareza do que queremos votar.

Nós votaremos, então, os Requerimentos nº 5, 9, os quais encaminho favoravelmente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Mas que requerimentos? Nós estamos falando de quê?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Convocação do Sr. Carlos Abreu...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – É melhor ler o nome das pessoas, porque fica mais fácil.

O SR. *(Não identificado)* – É isso. Exatamente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Número do requerimento e a leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Comissão não pode entregar isso aqui para o...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou com isso aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exªs querem que eu leia?

O SR. *(Não identificado)* – Presidente, vamos primeiro votar o roteiro, depois o requerimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está certo. Já estou aqui com o rol.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Item 5, Requerimento nº 5, Requerimento nº 9, Requerimento nº...

Vejam senhores e senhoras, nós estamos votando convocação do... *(Pausa.)*

Não, número do requerimento. *(Pausa.)*

Não, consta para mim o número do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o segundo da coluna, o segundo da coluna.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem nós estamos... Senhoras, pssiu!

Quem nós estamos chamando, convocando? Nós estamos convocando todos aqueles da agenda de maio, que está no nosso plano de trabalho.

Então, o item... Repito, Requerimento nº 5, Requerimento nº 9, Requerimento nº 10. Só esse vou ler: solicita-se que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, com o aditivo que fiz.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Relator, V. Exª está correto. Só há um problema técnico e regimental: as quebras de sigilo são obrigatórias nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nominalmente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Presidente vai tratar disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós vamos tratar disso, nominalmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está bem, mas tem de ser isolado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 12...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tem de ser isolado, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos tratar individualmente, Onyx.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 14...

O SR. *(Não identificado)* – Presidente, você está falando de requerimento ou de item?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De requerimento.

O SR. *(Não identificado)* – Então, ele leu errado!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu já disse isso... Requerimento – vou repetir: 14, 19, 24, 42, 43, 49, 51, 53, 55... *(Pausa.)*

Requerimento, número de requerimento.

61, 65, 68, 81, 82... *(*Pausa.)

Muitos se repetem, não é, senhores?

83, 85, 97, 99, 101, 104, 105, 106, 110, 115, 119, 134, 135, 137, 139, 148, 151, 152, 153, 155, 158, 160, 161, 164... *(Pausa.)*

Eu vou olhar isso.

167 e 168.

O 159 do que se trata?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Relator, parabéns. V. Exª convocou tudo. Tem requerimento repetido. Está tudo convocado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda nós vamos analisar os requerimentos que estou trazendo nesta feita e que são: 174, que vou ler e que faço convite ao Delegado Federal, Dr. Mateus; o 175, em que faço convite ao Dr. Raul Alexandre... Esses não estão aí... Não devem estar aí...

É importante a Comissão distribuir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pois é... Isso não está nem aqui... Isso vai ter de ser votado um a um...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou propondo que... Veja, eu estou lendo a ementa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não. Não está lendo a ementa, está lendo o número.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou ler a ementa novamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí está bem...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – nº 174: Requer convite ao Delegado Federal, Dr. Matheus Mela Rodrigues, para prestar depoimento a esta CPMI; 175: Requer convite ao Deputado Federal, Dr. Raul Alexandre Marques de Souza, para prestar depoimento a esta CPMI; 176: Requer convite ao Dr. Daniel Resende Salgado para prestar depoimento a esta CPMI. Ele é procurador. 177: Requer convite à Drª Léa Batista de Oliveira, Procuradora também. Só um minuto, gente... Número 178: Requisita (aí são a cessão de servidores). Número 179, agora: cessão de servidores ao Banco Central; 180: à Receita Federal do Brasil; 81: à Controladoria-Geral da União; 82: a técnicos da Polícia Federal; 183: requisita a cessão de dois servidores do Coafe; 184: requisita a cessão de dois servidores da AGU; ainda incluo o Requerimento 214 que requer o compartilhamento integral, em papel e meio eletrônico, da Operação Monte Carlo, à Justiça Federal... À 11ª Vara da Justiça Federal de Goiânia. É o Requerimento 214, que eu encaminho, favoravelmente, nesta data.

Os demais nós vamos realizar na próxima reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um instante só, senhores, para conhecimento de todos. Um instante só.

Todos os requerimentos constam do plano de trabalho, foram contemplados pelo plano de trabalho. Nós vamos votar nominalmente o plano de trabalho e teremos uma segunda votação nominal para os Requerimentos nºs 10 e 132, que são os requerimentos

específicos da quebra de sigilo e que estão muito bem fundamentado aqui, parece-me, nas expressões do Democratas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, para encaminhar. Deputado Silvio Costa, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem.

Vamos rapidamente para as questões de ordem para iniciarmos as votações. Há duas questões de ordem.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Questão de procedimento, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa e Maurício. Só dois.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu havia sugerido...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem o procedimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, faça a sua.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu participei de várias CPIs nesta Casa e, em todas elas, quando a informação sigilosa chegava até esta CPI, todos os membros tinham acesso a ela de forma organizada, na sala da CPI, uma sala, inclusive, com monitoramento por câmeras. Em todas elas, Sr. Presidente, o Presidente da CPI não indagava ao Prodasen como fazer; ele determinava ao Prodasen que colocasse, que disponibilizasse essas informações a partir do dia seguinte.

Sr. Presidente, V. Exª disse que nós teríamos acesso daqui a uma semana. Todas essas provas, a partir de amanhã, todos os membros têm o direito constitucional de analisá-las, inclusive com a perspectiva de mandado de segurança judicial. Por quê? Porque é um direito que nos assiste. Nós não podemos ficar. a despeito das nossa prerrogativas constitucionais, à mercê do Prodasen. V. Exª determina, o Prodasen cumpre a ordem, porque é uma prerrogativa de V. Exª e um direito dos membros desta CPI. Não é possível que tenhamos documentos sigilosos à disposição de todos os membros desta CPI, que são juízes de fato, ou seja participam de um processo judicialiforme, que tem forma de processo judicial. Nós temos acesso garantido e, portanto, Sr. Presidente, não é possível... Eu me refiro aqui a direito constitucional desses Parlamentares. Informações sigilosas que venham para a CPI não podem ficar à mercê de um órgão do Senado. V. Exª determina o formato, qual será o servidor que acompanhará os Deputados e os Senadores, mas todos devem ter acesso às informações sigilosas. Não é possível aguardamos mais uma semana. Não tem precedente em nenhuma das CPIs de que participei de dimensão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Art. 144 do nosso Regimento Interno. Já está determinado.

Maurício Quintella, para terminar.

Silvio, eu vou lhe a palavra para uma questão de ordem, que não é questão de ordem, como foi a outra. Vamos lá, Maurício Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – No caso é questão de ordem.

Presidente, a autoria de um requerimento tem consequência regimental. O autor tem preferência para fala, e não sei se no Regimento do Senado há diferenciação no tempo para inquirição. Bem, mas pelo menos preferência tem. Como esses requerimentos têm vários autores, mas, ao mesmo tempo, estão contemplados pelo relator, a pergunta que faço é a seguinte: aprovados na forma do relatório, todos os Parlamentares desta Comissão estarão igualados na relação do uso do tempo, ou seja, nós teremos de fazer inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está na cartilha isso.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Está garantido isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. *(Não identificado)* – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas há a precedência dos autores.

O SR. *(Não identificado)* – Claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou falar, Presidente. Calma!

Presidente, na verdade, V. Exª está colocando em votação, e o Regimento permite, evidentemente, o encaminhamento de votação. Então, eu quero começar, sinceramente, parabenizando o relator e fazendo um apelo aos membros desta CPI. O relator atendeu 90% das solicitações dos Parlamentares da CPI, colocou para votar mais de setenta requerimentos. Então, eu quero fazer um apelo aos companheiros para que, efetivamente, a gente apoie o relatório, a proposta do relator até por unanimidade, até porque ele contemplou, inclusive...

Deputado Cássio, é um apelo só. Calma!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em relação ao plano de trabalho, como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, com o Relator. E essas sugestões que foram feitas hoje votaremos na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foram todas acatadas.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, não votei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah, desculpe, Senador, eu pensei que nas que foram acatadas e V. Exª já tivesse votado. Peço desculpas a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Com o Relator, acatadas as sugestões aqui feitas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin, como vota V. Exª?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente, voto como Relator, com as emendas que foram acatadas pelo Relator, aprimorando e aperfeiçoando todo o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, eu votaria com o Relator se ficasse claro que dos atendimentos que foram feitos o Relator acolhe a supressão da expressão "Centro-Oeste". Não faz sentido limitarmos as investigações a uma parte do território do Brasil.

Voto contra, o Relator sequer se digna a se manifestar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, estamos em processo de votação, agora, se V. Exª se dispuser a ler, V. Exª entenderá que, "em sua relação com setores empresariais e agentes de mercado, inclusive com a diretoria da empreiteira Delta na região Centro-Oeste"; inclusive, não é exclusive.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu voto contra, Sr. Presidente. Cássio Cunha Lima contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ausência do Sr. Cavendish e exatamente pela mesma dúvida a que se refere o Senador Cássio Cunha Lima, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O voto do Deputado Odair Cunha é conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Luiz Pitman?

O SR. LUIZ PITMAN (PMDB – DF) – Com o Relator.

Só para uma questão de ordem, Presidente, o senhor citou que é necessário ter o requerimento aprovado hoje também para a reunião reservada. Esse requerimento já está sendo preparado, então seria importante que pudéssemos aprová-lo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faremos hoje.

Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Fernando Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Com o Relator, com as alterações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Onyx?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu vou votar contra, porque gostaria que estivessem aqui os que estão presos imediatamente, como o Carlos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Com o Relator, com as alterações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu peço ao Relator que esclareça, já que ele leu apenas os números dos requerimentos e não as ementas, se esses requerimentos cujos números S. Exª leu são os que estão referidos em seu plano de trabalho exclusivamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exclusivamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exclusivamente. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com o Relator que dá a palavra final do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, é evidente que V. Exª sabe o meu voto, mas eu quero dar um esclarecimento aos três que votaram contra. É uma questão gramatical. Imagine se a gente construir a seguinte frase: vamos investigar tudo, inclusive o Centro-Oeste! Foi o que o Relator colocou. Então, V. Exªs votaram contra não sei por quê. Foi por uma questão de português. Na verdade, o "inclusive"...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Sílvio Costa vota com o Relator?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Filipe Pereira? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, voto com o Relator, mas faço um esclarecimento. Fiz uma proposta, e o Relator a acolheu. Pedirei a compreensão dos colegas Deputados e Senadores, porque o relatório analítico da investigação, antes de começarmos qualquer oitiva, é necessário, para individualizarmos conduta criminosa, não outras condutas que não são criminosas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado, está feito o esclarecimento de V. Exª. Devo aproveitar o quórum, senão perco o requerimento do Cachoeira com relação à quebra do sigilo.

Trata-se dos Requerimentos nºs 10 e 132. Aqui, são dez anos, não é?

Está aprovado o plano de trabalho, com as alterações conduzidas pelo Sr. Relator.

Vamos votar os Requerimentos nºs 10 e 132.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senador Pedro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É uma questão de ordem com fundamento no art. 14 do Regimento do Senado, inciso VII.

Aqui, levantamos várias vezes o nome do proprietário da Delta, Fernando Cavendish. Eu gostaria de saber se o Requerimento nº 159, que trata da oitiva desse cidadão, restou ou não deferido pelo Relator e se ele foi votado ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não está na relação ainda.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Nem foi deferido?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nem foi deferido. Está na próxima leva de requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por essa razão, eu votei contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos à votação dos Requerimentos nºs 10 e 132, com o aditamento de 1º de janeiro de 2002.

V. Exª concorda, Deputado Onyx?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, é o afastamento do sigilo bancário do Cachoeira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só o CPF dele ou os CNPJs de que esse CPF faz parte?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vem bem fundamentado, vem bem fundamentado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não, eu gostaria de saber isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – SP) – Mas é só o CPF.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só o CPF.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só o CPF? Nós precisamos saber o CPF e os CNPJs dele decorrentes. É isso?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – SP) – Depois.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Depois?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador? *(Pausa.)*

O Senador vota com o Relator.

Como vota a Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Com o Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só com o CPF, não tem nada!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, apresento uma questão de ordem: teriam de ser inseridos aí CPF e CNPJ. Tem de se incluir o CNPJ, senão não vale nada, a esta altura do campeonato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O autor do requerimento não colocou o CNPJ.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Acho que esse é um adendo que temos de fazer.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nós podemos aditar, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Vou sugerir ao Deputado Onyx: vamos colocar o CPF e o CNPJ.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sem condição, Sr. Presidente! É o CNPJ das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos no meio da votação. Temos de concluir esta votação. Vou concluir a votação. Aí poderemos aditar.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – É uma solicitação...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Acho que a maioria dos Srs. Senadores e Deputados, naturalmente, aprovaria essa inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É complicado aditar...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, podemos...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Podemos aditar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – SP) – Sr. Presidente, não vejo problema nenhum de aditar. Quero quebrar o da Delta, o da Brava, o da Pantoja. Aliás, acho incoerente não quebrarmos os dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor, que é o autor do requerimento, tem os CNPJs todos aí?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – SP) – Dos que eu citei tenho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa é a questão. O inquérito chegou hoje. Os dados não estão disponíveis oficialmente. Essa é a questão. É uma questão formal.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – É claro! É claro, Miro. Exatamente!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, é uma questão formal, mas não é uma questão boba.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não é uma questão formal, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone*.) – É o seguinte: o que está aí é o CPF do Cachoeira.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Exato.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone*.) – Amanhã, com a leitura do inquérito, que chegou hoje, nós teremos os CNPJs para onde saíram, nas empresas fantasmas, etc. etc.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB.) – Eu vou permitir todas as considerações depois.

Como vota...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E aí fazemos um aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos: Sim ou Não ao requerimento?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Cássio?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Vicentinho?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Como Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, só o CPF do Cachoeira sinceramente não tem condições...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Isso é ridículo. Eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Voto Sim, Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. *Fora do microfone.)* – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF. *Fora do microfone*.) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Fernando Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, voto com o Relator, mas deixando registrado que, se a gente não quebrar o sigilo dos CNPJ das empresas-laranjas do S. Cachoeira, nós vamos ficar investigando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Onyx?

Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, tenho que dizer que voto Sim...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É voto conhecido. É autor.

Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Voto Sim, Sr. Presidente...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Vou aproveitar e colocar mais uns três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um matuto lá da Paraíba...

Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu queria reiterar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª já votou. Quer mudar o voto?

Senadora Kátia Abreu, para esclarecer.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu sou a favor de quebrar o sigilo de pessoa física, mas aguardo um segundo momento para quebrar o sigilo de pessoa jurídica. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu refaço o voto de V. Exª e entendo que a V. Exª, neste momento, assiste melhor razão.

Deputado Rubens Bueno já votou?

SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone*.) – Sim, Sr. Presidente.

Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, aqui é uma CPMI, não é corrida de Fórmula 1.

Vamos, primeiro, *pari passu*. Existe um planejamento a ser obedecido. O Relator está colocando o planejamento.

Eu voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Requerimento aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero deixar claro que, na próxima reunião administrativa, eu trarei para cá requerimentos que já estão postos e outros que eu possa vir a apresentar quebrando o sigilo de qualquer empresa do Sr. Carlos Augusto. Nós não vamos tirar de trás das orelhas o CNPJ, OK?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não havendo mais nada a tratar, encerro a votação no dia de hoje.

Tenham todos uma boa noite e fiquem com Deus.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 50 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião realizada em 08 de maio de 2012, às catorze horas e cinquenta e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vincentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Aloísio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD/AC);** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT/SP), Íris de Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC/RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), Sibá Machado (PT/AC)**, **João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB-RN), Iracema Portella (PP/PI), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ), Vieira da Cunha (PDT-RS), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)** e **Osmar Júnior (PCdoB/PI).** Deixou de comparecer o Deputado **Gladson Cameli (PP/AC).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **Senador João Capiberibe (PSB/AP), Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Anthony Garotinho (PR-RJ)**. Na ocasião foi ouvido o Delegado de Polícia Federal, Raul Alexandre Marques de Souza. Foi aprovado o seguinte requerimento:

Nº	Ementa	Autoria
238/12	Requer sejam secretas as reuniões para oitiva dos Delegados de Polícia Federal e dos Procuradores da República responsáveis pelas investigações que resultaram nas operações "Vegas" e "Monte Carlo".	Dep. Luiz Pitiman e Sen. Kátia Abreu

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São 14 horas e 51 minutos. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Delegado da Polícia Federal Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela investigação da Operação Vegas.

Nos termos do art. 197, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, submeto à deliberação do Plenário, por iniciativa conjunta do Deputado Luiz Pitiman e da Senadora Kátia Abreu, requerimento para que as reuniões destinadas às oitivas dos Delegados da Polícia Federal e dos Procuradores sejam secretas.

Leitura do requerimento:

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2012

Nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, no seu art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952; e do art. 190, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a V. Exª sejam as reuniões para a oitiva dos Delegados da Polícia Federal e dos Procuradores da República, responsáveis pelas investigações que resultaram nas Operações Vegas e Monte Carlo, realizadas em sessão secreta, no estrito cumprimento de determinação do Supremo Tribunal Federal.

A justificação a seguir:

Atendendo à determinação expressa do Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, no qual determina que as autoridades interessadas devem "observar restrições de publicidades inerentes ao feito sob segredo judicial, ficando obrigados os Delegados da Polícia Federal, os Procuradores da República, os Deputados Federais e Senadores da República a manter rígido sigilo na prestação de informações, bem como na divulgação de qualquer material que trate do caso objeto da investigação parlamentar". Por ter o processo em questão caráter de segredo de justiça, desta forma, na qualidade de membros-titulares e atuantes desta Comissão, gostaríamos que V. Exª se digne em determinar que as reuniões para a oitiva dos Delegados da Polícia Federal bem como dos Procuradores da República que estiverem à frente das investigações das Operações Vegas e Monte Carlo sejam realizadas em sessões secretas, com o objetivo de cumprir a determinação do Exmº Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na apreciação do presente requerimento, não se admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, no prazo máximo de cinco minutos (art. 41, do nosso Regimento Interno).

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, inscreva-me para encaminhar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira e Onyx Lorenzoni. Um favorável e um contra. Contra: Miro Teixeira...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou no encaminhamento antes. Estou discutindo este requerimento.

Onyx Lorenzoni contra...?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, logo após o requerimento, vamos abrir para as questões de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem, Sr. Presidente, após o requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, perdoe-me, perdoe-me. Aprovado o requerimento, esta reunião passa a ser secreta e a questão de ordem diz respeito ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou votar o requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Temos que discutir a questão de ordem antes, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou votar o requerimento, Senador Cássio, e depois vou ver as questões de ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Se aprovado for o requerimento, a minha questão de ordem já estará prejudicada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou votando, Senador Cássio, o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu me inscrevo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira para encaminhamento a favor.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira, para encaminhamento a favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, sou contra o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço que me inscreva.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, a questão de ordem tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira, para encaminhamento a favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sou contra o requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, o senhor não pode rasgar o Regimento, não pode passar por cima disso. Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Questão de ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu sou contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª encaminha o requerimento contrário ao requerimento. Quem encaminha a favor do requerimento...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, há uma questão de ordem posta para o Plenário, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Paulo Teixeira encaminha a favor do requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, o senhor não pode atropelar o Regimento dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O senhor não pode atropelar o Regimento dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exª, Senador Cássio, um minuto da sua atenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu tenho uma questão de ordem que precede o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Questão de ordem tem precedência, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exmº Sr. Presidente, Exmºs Srs. e Srªs Congressistas...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – É uma violência!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira com a palavra. Cinco minutos para V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem precede, Presidente. São duas questões de ordem antes.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – É Uma violência, um absurdo! A ditadura não ousou tanto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Exªs atenção. O Deputado Miro Teixeira está com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A questão de ordem tem precedência, Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Regimento é claro. Questão de ordem tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Miro Teixeira com a palavra. O Deputado Miro Teixeira com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tem duas questões de ordem antecedendo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio, a questão de ordem de V. Exª é relacionada a este requerimento?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O conteúdo deste requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não ao conteúdo, mas a este requerimento?

Senador Cássio, V. Exª tem a responsabilidade de me dizer os termos da questão de ordem de V. Exª e se esta questão de ordem está relacionada a este requerimento. Se não estiver, Senador Cássio, permita eu votar o requerimento do Deputado Pitiman e da Senadora Kátia Abreu, para depois voltar à questão de ordem que V. Exª, já pela manhã, avisou-me que trataria. Como eu sei da questão de ordem de V. Exª e sei que ela não está relacionada a este requerimento e, sim, à questão do sigilo, eu peço a V. Exª que me permita votar a questão da transformação da sessão em sessão secreta para, depois, voltar às questões atinentes à questão de ordem que V. Exª tem todo o direito de apresentar.

É essa a ponderação que eu faço a V. Exª, pedindo, com a anuência e a solidariedade de V. Exª, que todos nós possamos conduzir da melhor forma os trabalhos. Se V. Exª tem uma questão de ordem, de acordo com o art. 404, atinente exclusivamente a

este requerimento – qual é o requerimento, senhoras e senhores? É a transformação da sessão pública em secreta –, se a questão de ordem que V. Exªs estão produzindo, neste momento, tem a ver exclusivamente, cirurgicamente com esta transformação, eu admito. Se não, permitam os senhores, não vamos misturar alhos com bugalhos neste momento. Ouço V. Exª.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu tenho uma questão de ordem sobre este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sobre este requerimento...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Uma relativa a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, ouço V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Fundamento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ouço V. Exª antes, Senador Cássio, que me pediu com tanta avidez e tanta ansiedade e me permito, porque entendo o respeito de V. Exª. E peço a V. Exª que me permita votar o requerimento que é objeto. Depois, a questão de ordem sobre o sigilo, às questões de ordem. Nós vamos à frente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente Vital, eu não estou impedindo nada, absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Tenha certeza de que não trarei para o ambiente desta Comissão as nossas disputas políticas da Paraíba. Tenha certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Muito pelo contrário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Agora, não será possível inibir a minha atuação como membro desta CPI, mesmo compondo a minoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Muito antes pelo contrário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Pelo Regimento, o Líder Randolfe tem precedência na questão de ordem. Portanto, o Líder Randolfe deve ser ouvido primeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu também me inscrevi, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, fundamento a questão de ordem no art. 131 do Regimento Comum, combinado com os arts. 403 e 138, do Senado Federal, e o art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sobre o requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sobre o requerimento. Na verdade, eu tenho duas questões de ordem. Farei a apresentação da primeira, que diz respeito ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só a primeira, então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A questão de ordem seguida, após a apreciação do requerimento, farei a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A primeira questão de ordem que aqui fundamento é em relação à publicidade ou não desta reunião. Eu queria aqui trazer o que diz a doutrina das Comissões Parlamentares de Inquérito, notadamente o que diz o eminente constitucionalista, Pimenta Bueno sobre publicidade das reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Diz o eminente doutrinador:

"A publicidade das sessões e mesmo dos trabalhos das comissões é uma condição essencial e inseparável do sistema representativo. É necessário e justo que o País assista a discussão dos seus negócios e de seus interesses."

Portanto, Sr. Presidente, o princípio, a regra das reuniões do Congresso Nacional é a publicidade. Mesmo dispositivo se aplica, por princípio, à regra de funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, salvo deliberação da maioria, que é o que V. Exª encaminha. Eu faço um apelo a V. Exª, nesta questão ordem, para pedir esse esclarecimento, essa dúvida, se há um pedido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, é questão de ordem. O art. 403 diz:

Art. 403. Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida (...)

Estou apresentando uma dúvida. A dúvida que tenho é se há uma solicitação por parte dos Senhores e da Srª Procuradora da República, da Operação Monte Carlo, e se há, por parte do delegado, uma solicitação expressa para que essa reunião seja secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Senador Randolfe,...

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Sílvio.

Eu admiro V. Exª, que é um jovem brilhante e chegou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...a esta Casa com a responsabilidade de aprofundar-se em estudos, principalmente a partir do nosso Regimento. E V. Exª sabe que, mais do que ninguém, mesmo embasado nos artigos para a sua questão de ordem, V. Exª faz um apelo; até porque quem fundamentou o requerimento para transformar a reunião pública em reunião secreta, nos termos da justificativa que fiz questão de ler, em respeito aos senhores, foi a Senadora Kátia Abreu e o Deputado Luiz Pitiman, embasados no Regimento.

Então, a questão de ordem de V. Exª não procede porque os autores estavam absolutamente embasados no Regimento Interno.

V. Exª faz um apelo...

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...mas eu lamento, estou colocando em votação... Até me parecia que V. Exª poderia ocupar aqui o lugar de Miro Teixeira, que rapidamente pediu para encaminhar contra os requerimentos aprazados.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem em relação ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, o Deputado de Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Sílvio Costa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio Costa. Sílvio Torres também é Deputado, não é? Mas é ainda Deputado?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone*.) – Não é mais, já foi.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Mas você não está me desejando mal, não é? (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas um grande Deputado!

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é baseada no parágrafo único do art. 108.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cento e oito. Vamos lá. Qual o Regimento? Regimento Comum, Câmara ou Senado?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos lá.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Diz o seguinte:

> "Art. 108 .....
> .....
> Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída, com antecedência mínima de dois dias úteis, aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo."

A minha pergunta é a seguinte: se essa votação desse requerimento aí foi distribuída com dois dias de antecedência?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi!

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Eu não recebi no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sexta-feira, Sílvio.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Espera aí. Eu quero saber se alguém recebeu.

Como é que eu posso votar um requerimento hoje, se eu não tinha conhecimento? Eu quero saber da assessoria. O que chegou lá foi um requerimento dizendo que a gente estava proibido de entrar na sala... Aquele rolo. Esse não chegou.

Portanto, não pode ser votado esse requerimento. Esse requerimento não pode ser votado. Se vai ser secreta ou não, não pode ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio Costa, o requerimento foi pautado 48 horas antes. E o requerimento dos autores apenas transformava a convocação dos delegados e dos procuradores de pública para secreta; era apenas a modalidade da oitiva. Por isso que não...

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Não, não, não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...recolho a questão de ordem de V. Exª...

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – ...Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio Costa, está encerrada a sua participação.

O encaminhamento a favor e contra.

Miro Teixeira com a palavra para encaminhar contra.

E a favor, falará Paulo Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, nós estamos diante de uma situação inusitada, porque estamos trabalhando em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito submetida a sigilo legal, em face dos documentos recebidos do Supremo Tribunal Federal. Primeiro ponto.

Segundo ponto: a Comissão Parlamentar de Inquérito submeteu-se às regras de sigilo definidas pelo Supremo Tribunal Federal, penso eu que, em ofensa

quanto ao recebimento pelo Congresso Nacional, em ofensa ao princípio da tripartição dos Poderes, já que o Supremo Tribunal Federal, diante da lei e da Constituição, está submetido às mesmas regras que nós. Mas a resolução do Supremo Tribunal Federal serve ao Supremo Tribunal Federal, assim como as resoluções da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional, servem à Câmara, ao Senado e ao Congresso Nacional.

Há precedentes de quebra de sigilo por juízes – por juízes! –, atendendo a requerimento até de partes. Mas, neste caso, estamos diante de algo muito mais estranho, porque todos nós estamos regidos por este artigo 20 do Código de Processo Penal:

"Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade."

O que está aqui já tem cópia com todos os advogados. São oitenta advogados que têm cópia; e os seus escritórios, e os seus desmembramentos, seus desdobramentos são oitenta advogados que têm cópia! Então, esse sigilo é inexistente em face da lei. Esse sigilo decorre apenas de um despacho e, convenhamos, Sr. Presidente, penso que esta Comissão tem de pedir a V. Exª que declare o fim do sigilo, porque, se o Supremo Tribunal não fizesse para cá o encaminhamento sob o sigilo legal a que ele se subordinou, ele estaria errando. Mas, a partir do momento em que chega aqui o inquérito, a cópia do inquérito, essa é uma discussão da autonomia, da independência do Congresso Nacional, que atua em harmonia com o Poder Judiciário, mas não submetido a ele; não submetido a ele.

Então, compete a nós aqui fazermos a declaração e a necessária comunicação ao Supremo Tribunal Federal, porque estamos submetidos à lei e à Constituição; não estamos submetidos ao Regimento do Supremo Tribunal Federal. Porém, isso poderá ser reconhecido ou não pelo Supremo Tribunal; poderá ser reconhecido ou não. Mas, se não for reconhecido, nós teremos mais uma razão para entrar com mandado de segurança. Nós temos legitimação, já reconhecida pelo Supremo, para entrar com mandado de segurança para garantir o pleno exercício do mandato.

Agora, indo ao requerimento, nesse ambiente de esdrúxulo sigilo legal, eu peço licença à Senadora Kátia Abreu, a quem admiro, para divergir.

A primeira coisa: a mistura do delegado de polícia com o Ministério Público no mesmo requerimento, eu acho que poderia ser superada se a Senadora Kátia Abreu desmembrasse o seu requerimento em dois requerimentos.

Eu tenho a mais absoluta convicção de que aos dois se aplica o art. 207 do Código de Processo Penal:

"**Art. 207.** São proibidas de depor..."

São proibidas! Não é algo que dependa de alguém dizer que vai ou não vai, não. O próprio só pode autorizar o seu depoimento em circunstâncias muito especiais.

"Art. 207. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho."

O que penso eu? Se os procuradores aqui vierem sem que estejamos em sessão secreta, aí sim, eles poderão apenas dizer que não deporão, porque eles terão de se dar por impedidos. Por quê? Porque esses procuradores estão atuando nos inquéritos; esses procuradores estarão obrigados, pela Lei Orgânica do Ministério Público, a se dar por impedidos a depor nos inquéritos. Então pode haver uma cilada, que não é o objetivo da Senadora Kátia Abreu, para criar o impedimento dos procuradores. Não é o seu objetivo. Eu conheço a Senadora Kátia Abreu.

Quanto aos delegados, eles poderão falar pelo que já foi investigado. Não vejo por que estarmos numa sessão secreta com os investigados. Agora, com os procuradores eu ouso lhes dizer que nós perderemos a oportunidade de ouvir até aconselhamento de representantes do Parquet que poderão aqui nos orientar para que aceleremos mais a investigação da CPI. Se não houver o desmembramento que eu recomendo, peço licença para sugerir à autora, eu votarei contra todo requerimento. Se houver o desmembramento, eu votarei contra a sessão secreta para os delegados de polícia, porque para eles não haverá qualquer impedimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira com a palavra, por cinco minutos.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero contraditar.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Paulo Teixeira, depois eu passo a palavra, pela ordem, à Senadora Kátia Abreu.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu quero contraditar o brilhante Deputado Miro Teixeira. Nós temos dois ou três assuntos que estamos discutindo. O primeiro assunto foi falado longamente pelo Deputado Miro Teixeira, mas ele não está em votação. Nós não estamos votando aqui se vamos manter ou quebrar o sigilo desta apuração que está em sigilo no Supremo Tribunal Federal. Isso pode ser debatido depois, discutido depois e, certamente, quando for debatido e dis-

cutido, eu vou me posicionar pela quebra desse sigilo e pela máxima transparência nesse debate.

O que nós estamos debatendo aqui é outro tema. Nós estamos debatendo aqui se nós vamos transformar de sessão pública para sessão secreta da oitiva de dois delegados federais e de dois procuradores federais, oitivas essas que servirão para preparar a oitiva do Sr. Carlos Cachoeira, dirigente de uma organização criminosa. São duas oitivas preparatórias para aquela que será no dia 15, do Sr. Carlos Cachoeira. Portanto, nós não estamos discutindo aqui se vamos continuar com o sigilo judicial, ou não, de todo esse processo; nós estamos discutindo aqui se essas duas oitivas serão sigilosas ou não. Aqui eu quero defender que elas sejam sigilosas. Por quê? Porque um desses inquéritos, o Vegas, não é conhecido por nenhum brasileiro, senão aqueles que trabalharam no processo. Ele não está na Internet e ele chegou ontem aqui e é conhecido por poucos.

Os dois delegados, que já estão aqui para fazerem o seu depoimento, vieram com o compromisso de esta sessão ser reservada. Caso esta sessão não seja reservada, eles se colocam na posição de quem não poderá falar sobre o inquérito.

Nesses termos, na defesa desta investigação, na defesa do bom resultado desta CPI, eu quero contraditar o Deputado Miro Teixeira para que nós continuemos com o propósito, que foi decidido na última reunião, de manter esta sessão como secreta apenas para preparar as demais sessões que serão todas abertas. Principalmente porque só desta maneira é que nós vamos poder obter o depoimento dos dois delegados e dos dois promotores. Então esse foi um diálogo precedido e realizado pelo Presidente desta CPI com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Henrique Lewandowisk, e que só desta maneira que os delegados se sentiram à vontade para fazer o relato sobre esse inquérito.

Então, eu quero dizer, Deputado Miro Teixeira, que, se nós aqui transformarmos esta sessão em sessão pública, nós podemos transformá-la em sessão sem nenhum conteúdo, porque os delegados que chegaram aqui, eles vieram apenas e somente com a deliberação de falar se for numa sessão secreta.

Por último, para concluir, quero dizer que, quando nós discutimos... Eu estive... E o Sr. Presidente pode também fazer o relato, mas eu quero terminar, concluir dizendo o seguinte: quando nós discutirmos aqui o fim do sigilo dessas investigações, eu me posicionarei favorável a ele. Mas não é esse o tema do objeto.

Por último, eu quero aqui contraditar o nosso Senador, quando ele diz o seguinte: Que toda sessão terá que ser sessão aberta.

O Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 190, dispõe sobre sessões secretas. O dispositivo diz:

"Art. 190. A sessão secreta será convocada pelo Presidente, de ofício ou mediante requerimento [que é o caso aqui].

Parágrafo único. A finalidade da sessão secreta deverá figurar expressamente no requerimento, mas não será divulgada, assim como nome do requerente."

Portanto, eu defendo, para o bom andamento desta CPI, por toda sua transparência, que, a partir de quinta-feira, em minha opinião, a partir da terça-feira da semana que vem, eu defendo que esta sessão continue secreta para que nós possamos fazer uma síntese desses dois inquéritos e, assim, termos melhor condição de fazer as investigações e dar cabo ao que a sociedade brasileira quer.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria só que o senhor consignasse quais são os Membros da CPMI que já tiveram contato com Delegado da Polícia Federal antes desta audiência pública.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pelo art. 14, por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Quem são os Membros da CPMI? Estou entendendo que várias pessoas já tiveram contato com delegado. É um absurdo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, seguindo rigorosamente o Regimento, eu tenho ainda, para encaminhamento, dois Senadores. Já encaminharam dois Deputados, um favorável e um contra, na Câmara dos Deputados. Eu tenho ainda dois Senadores para encaminhar o presente requerimento. Quem se pronunciará favorável ao requerimento? (*Pausa.*) Pedro Taques. Quem vai se pronunciar contra o requerimento? Ninguém vai se pronunciar contra o requerimento? (*Pausa*.) Contra o requerimento, então, falará o Senador Humberto Costa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah, Pedro Taques...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, mas antes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou ouvi-la, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...só para esclarecer. Antes dessa decisão. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes dessa decisão mesmo...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Antes de o senhor perguntar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou ouvi-la agora, Senadora.

Só para eu somar.

Quem se pronuncia contra o requerimento? Nenhum. Encerrado o período de encaminhamentos.

O art. 14 prevê, em cada sessão, somente dois pronunciamentos. O primeiro, minha colega Senadora Kátia Abreu, com a palavra.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria esclarecer aqui duas questões. Primeiro, o meu requerimento. A origem desse requerimento é um requerimento do Senador Alvaro Dias, que propõe a vinda dos dois procuradores. Depois, do Senador Fernando Collor, que propõe a vinda dos dois delegados. Eu e o Deputado Luiz Pitiman só pedimos que as oitivas fossem reservadas. Nós não aprovamos um requerimento que fosse junto.

Está claríssima a ementa: "Requeremos sejam secretas as reuniões para oitiva dos Delegados da Polícia Federal e dos Procuradores da República". Esse requerimento não é para que a reunião seja conjunta, procuradores e delegados, mas que elas sejam reservadas. E de onde saiu a sugestão da reserva? Por vários colegas que estavam sentados em volta de mim na hora. Para que aqueles que estão sendo investigados não tivessem oportunidade de ouvir os delegados e os procuradores para não se municiarem contra as nossas perguntas que viriam depois a eles. Então, na verdade, nós também precisamos da reserva para preservar o procedimento de investigação dos próprios delegados e procuradores.

Então, não existe, Deputado Miro Teixeira, nenhuma intenção de estarem juntos, é apenas a reserva. É isso que eu gostaria de deixar claro, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª pelo esclarecimento.

Senador Pedro Taques, para iniciarmos a votação nominal.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, me parece que aqui nós estamos fazendo uma confusão. E me permita, com toda humildade, tentar esclarecer.

Nós não estamos discutindo aqui a publicidade de toda a investigação. Isso é um ponto que será debatido numa outra questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É isso? Daqui a pouquinho nós vamos debater isso. Nós temos que tratar desse tema. Nós estamos debatendo este requerimento.

Nós estamos a tratar de profissionais, com um delegado de polícia hoje, e um delegado de polícia e dois procuradores da República, na semana que vem, que expõem a sua vida a risco de morte. A risco de morte. Algumas informações que eles possam trazer a esta reunião podem prejudicar as investigações. E dou conta disso.

Vamos tratar dos procuradores da República. Lá em Goiás, na 11ª Vara, já foi ofertada denúncia criminal, dando início à ação penal da Operação Vegas. Desculpe, Operação Monte Carlo. No entanto, dessa Operação Monte Carlo ainda restam outras investigações no que tange à lavagem de dinheiro, no que tange a outros crimes. E essas investigações chegarão para os mesmos procuradores, que oferecerão a denúncia.

Portanto, eles podem, no momento em que aqui vierem, entender que essas perguntas podem prejudicar a investigação. Daí surge a necessidade de que esta reunião possa ser acobertada pelo segredo.

Vamos trazer a reunião de hoje. O delegado é um delegado especializado na área de inteligência, contra-inteligência. É o que consta aí, pela imprensa. Não conversei com esse delegado. Cabe a esse profissional, a esse servidor público da União ser o senhor do momento em que esta audiência poderá se transformar em secreta. Isso não significa que o todo deverá ficar acobertado pelo sigilo. Ele, delegado.

Vamos dar um exemplo e já encerro a minha fala. Os autos do processo podem estar abertos a todos. Mas, de repente, uma audiência pode se dar em sigilo, em segredo. Por exemplo, uma criança que vai prestar depoimento, que tem receio de ser morta. Um profissional que milita nessa área. Isso é totalmente possível, de acordo com o Código de Processo Penal. E nós todos sabemos que aqui se aplica, subsidiariamente, o Código de Processo Penal.

Portanto, esta CPI deve afastar o sigilo – nós vamos debater isso numa outra questão de ordem. Agora essas audiências, conforme requerimento de S. Exª a Senadora Kátia Abreu e de S. Exª o Deputado Federal, ele, o delegado é que deve dizer se a sua participação e o que ele vai dizer aqui prejudicam outras investigações.

Aí nós teremos que ouvi-lo, ao menos ao meu juízo, em segredo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Votação nominal.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Se é verdade o que foi dito pelo Deputado Paulo Teixeira. Que

os delegados foram convidados para uma reunião secreta. Ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Eles só irão depor se for uma reunião secreta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Não, não. Eu vou esclarecer na oportunidade da presença dos delegados aqui, e o Deputado Paulo Teixeira me acompanhou todo o tempo.

Como vota o Deputado José Pimentel? O Senador José Pimentel. Desculpe.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aprovando, "sim" ou "não", o requerimento?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – "Sim".

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu voto "sim" se o delegado já mandou um ofício a V. Exª – o que nós não sabemos ainda –dizendo que ele quer que a reunião seja secreta.

Ele mandou esse ofício?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não mandou? Ele pediu isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não pediu?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

Como vota V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu voto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Polícia Federal atendeu toda recomendação da...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu voto "sim", porque o que o delegado aqui pode revelar pode prejudicar o resto da investigação que se encontra em andamento lá em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Delegacia da Polícia Federal atendeu de forma extremamente solidária com a CPI, conforme sua obrigação.

Senador Ricardo Ferraço, como vota, meu amigo Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota, Senador Sergio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto "sim", Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Paulo Davim? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como o delegado não solicitou, o meu voto é não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O meu voto também é não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

Não está presente?

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD -–TO) – Muito me estranha, Sr. Presidente, o Deputado Onyx ser contra a votação reservada, se ele foi um dos que sugeriram para que eu fizesse o requerimento de sessão reservada.

Meu voto é a favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, espere só um pouco. Fui citado; tenho direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª terá. Deixe-me apenas concluir a votação, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um pouquinho, Sr. Presidente.

Eu fiz uma sugestão, naquele momento, que a Senadora acatou, mas como não patrocinei os argumentos que me foram dados pelo Deputado Miro, por exemplo, me convenceram do contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já tomei o voto de V. Exª.

Cândido Vaccarezza, como vota V. Exª?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto, Sr. Presidente, a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

Como vota o Relator Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado autor do requerimento, voto conhecido, Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se o delegado não solicitou, o meu voto é não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, no caso dos Procuradores da República, a favor de ser feita em sigilo, já que serão realizadas denúncias; mas, do delegado, não tendo solicitado, "não". Sou a favor da divulgação, que seja pública a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Gladson Cameli? (*Pausa*.)

Como vota Maurício Quintella Lessa? (*Pausa*.)

Como vota Paulo Foletto? (*Pausa*.)

Miro Teixeira? Voto conhecido. Já encaminhou.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas, Presidente, quero prestar uma homenagem aos delegados, porque houve uma falha minha, no meu discurso, não lhes ter agradecido a presença. E posso lhes comunicar que tudo que aqui for falado vai vazar. (*Risos*.) Seria melhor que fosse a sessão pública, porque não sairia a verdade; sairão versões. Vai ser um pavor!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, o requerimento apresentado é mais realista do que o rei. Nós estamos aqui submetidos ao Poder Executivo e o Parlamento não se firma como Poder. E não se firma agora por uma sugestão de um Ministro do Supremo. Por isso eu voto "não", Sr. Presidente. Quero transparência desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, tem que ser esclarecida uma coisa sobre esse requerimento, porque me parece que estamos votando aí delegado e procurador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O que é um equívoco. Até porque o procurador tem que ser protegido e aí tem que ser realmente secreta; e o delegado, não. Então, essa votação está equivocada.

Vou votar não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

Como vota Felipe Pereira?

O SR. FELIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota João Magalhães? *(Pausa.)*

Está completo o quadro. Não preciso do voto do João Magalhães.

Iracema Portella? Preciso do voto dela. (*Pausa*.)

Não está presente.

Ronaldo Fonseca?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclusa, para apuração da secretaria.

Vamos apurar. É com você, Dirceu.

(Procede-se à apuração.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, estou em processo de apuração.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – É para votar, Presidente. Na ausência do Deputado Paulo Foletto, eu não fui chamado como suplente. Deputado Glauber Braga vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou apurar. Eu já tinha encerrado. Foi um erro da secretaria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Depende do placar. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não. Já encerrei e acuso o erro da secretaria. Vou ter que assumir o erro da secretaria.

Sérgio Petecão, que chegou agora, me perdoe, não o vi.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Não cheguei agora, Presidente. Estou aqui faz tempo. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não o vi. Assumo o erro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – É só para tirar uma dúvida, Presidente. É que o Deputado Miro Teixeira fez um questionamento a respeito do vazamento. Eu quero saber o que é sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Como é que vai ser esse sigiloso?

O SR. FRANCISCO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Tudo o que não está nos *sites*, nas revistas...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, só tem sigilo para os Membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Petecão, nós vamos discutir, daqui a pouco, uma questão de ordem exatamente sobre isso. (*Pausa*.)

Resultado: 28 votantes, sendo 17 SIM, e 11, NÃO.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu tinha feito uma questão de ordem e disciplinadamente aguardei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar todas as questões de ordem. Eu peço apenas a compreensão dos senhores para eu terminar o processo de votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou aguardando, Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu também quero me inscrever para uma questão de ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta. E gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto. Primeiro o Senador Cássio, depois o Deputado Onyx, com paciência, mas me permitam concluir a minha tarefa. Deixem-me proclamar o resultado, por favor.

Repito: 28 votantes, 17 SIM, e 11 NÃO.

Em cumprimento ao disposto nos arts. 117 e 192 do Regimento Interno do Senado Federal, eu determino que permaneçam na sala apenas os Srs. Parlamentares e os servidores, Marcos Santi, Marcos Souza, Guilherme Brandão, Jaime Santiago, Dirceu Vieira Machado Filho, Paulo Vieira, operador de VT.

Essa é a conclusão do requerimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Parlamentares titulares e suplentes?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Parlamentares titulares e suplentes.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos encerrando o requerimento, fechando, para iniciarmos o processo de discussão das demais questões de ordem e iniciarmos a questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Questão de ordem, Presidente. Inscreva-me.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ainda na parte pública. Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou interromper por dois minutos para organizar a nossa vida aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A questão de ordem é em sessão pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A questão de ordem é pública. Não tem nada a ver com a audiência, com o delegado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, voltamos depois. É pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A questão de ordem é pública, Sr. Presidente. A questão de ordem tem que ser em sessão pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Porque depois da questão de ordem esvazia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quando terminar a sessão secreta, eu volto à sessão pública. Ou, então, ficamos na questão... Os senhores têm direito de fazer a questão de ordem secreta ou pública. Eu vou voltar com a outra sessão. Não tem problema.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A Minha questão de ordem pode ser reservada. Eu quero só o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Cássio vai fazer a questão de ordem antes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É no mesmo sentido, Presidente. Questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é uma questão de desordem que está isto aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esta questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Daqui a dois minutos reiniciaremos.

Estão suspensos os trabalhos por dois minutos.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião torna-se secreta às l5 horas e 34 minutos e encerra-se às 22 horas e 35 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião realizada em 10 de maio de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vincentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Benedito de Lira (PP-AL), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris de Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Ronaldo Fonseca (PR-DF)** e **Osmar Júnior (PCdoB-PI).** Deixaram de comparecer o Senador **Ciro Nogueira (PP-PI)**, por motivo justificado, e o Deputado **Gladson Cameli (PP-AC).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **Senador João Capiberibe (PSB-AP), Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Bruno Araújo (PSDB-PE), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Anthony Garotinho (PR-RJ), Jilmar Tatto (PT-SP), Fernando Ferro (PT-PE), Eduardo Gomes (PSDB-TO) e Paulo Feijó (PR-RJ).** Na ocasião foi ouvido, em reunião secreta, o Delegado da Polícia Federal Matheus Mella Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Dez horas e trinta e cinco minutos. Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 2ª e da 3ª Reunião da Comissão. (*Pausa*.)

Não havendo quem as queira discutir, as Atas estão aprovadas.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva, em reunião secreta, dos responsáveis pela operação Monte Carlo: Matheus Mela Rodrigues, Delegado da Polícia Federal, Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, Procuradores da República.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 117 e 192 do Regimento Interno do Senado Federal, determino que permaneçam na sala os Srs. Parlamentares e os servidores já previamente cadastrados por essa Secretaria, além de um assessor por cada partido, já previamente cadastrados no Congresso Nacional – partido, não bloco, partido do Congresso Nacional. Os senhores já devem ter feito isso.

Dois minutos para o procedimento administrativo desta Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião torna-se secreta às 10 horas e 37 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

~~**Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.**~~

~~**ATA DA 23ª REUNIÃO**~~

~~Ata Circunstanciada da 23ª Reunião realizada em 20 de março de 2012, às doze horas e oito minutos, na Sala nº 02 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Paulo Davim, Ângela Portela e Lídice da Mata. Na ocasião, em reunião secreta, foi realizada oitiva do Senhor Luis Vanderlei Pardi, Delegado de Polícia Federal, acerca dos fatos envolvendo a prisão de Vilberto Ataíde Frazão, em razão do crime de Tráfico de Pessoas.~~

ATAS DA 5ª À 13ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO C" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 19 DE JUNHO DE 2012.

ATA DA 5ª REUNIÃO.....4

ATA DA 6ª REUNIÃO.....35

ATA DA 7ª REUNIÃO.....44

ATA DA 8ª REUNIÃO.....71

ATA DA 9ª REUNIÃO.....110

ATA DA 10ª REUNIÃO.....131

ATA DA 11ª REUNIÃO.....192

ATA DA 12ª REUNIÃO.....197

ATA DA 13ª REUNIÃO.....261

VOLUME I

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião realizada em 15 de maio de 2012, às duas horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP/PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT/AC), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD/AC)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris de Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Iracema Portella (PP/PI), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira Cunha (PDT/RS).** Deixou de comparecer a **Senadora Kátia Abreu (PSD/TO).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **Senadores Pedro Simon (PMSB-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Dimas Ramalho (PPS-SP), Dr. Aluizio (PV-RJ), Paulo Feijó (PR-RJ), Roberto Freire (PPS/SP), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Odacir Zonta (PP/SC), Henrique Fontana (PT-RS) e Antônio Imbassahy (PSDB/BA).** Por iniciativa do Deputado Onix Lorenzoni, prontamente aprovada pela Comissão, o Senador Vital do Rêgo decidiu autorizar o acesso dos advogados do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos às dependências da Secretaria da CPMI, inclusive às informações de caráter sigiloso, nos mesmos moldes franqueados aos Senadores e Deputados membros da Comissão (fls. 744), medida que foi prontamente comunicada via fax às 16h:01min ao Escritório Cavalcanti & Arruda Botelho Advogados dando continuidade aos trabalhos, foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria	Observação
258/12	**Requer à Procuradoria Geral da República seja compartilhado informações a respeito do andamento do inquérito policial que resultou na Operação Lãs Vegas da Polícia Federal, no âmbito do Ministério Público Federal e quais providências foram adotadas no caso em tela.**	**Deputados Carlos Sampaio e Fernando Francischini**	**Contemplado pela aprovação do Requerimento 291/12**
270/12	**Requer sejam solicitadas ao Procurador-Geral da República, por escrito, informações sobre os encaminhamentos dados por ele ao inquérito da Polícia Federal referente a operação "Vegas" recebido em 2009 pela PGR.**	**Deputado Luiz Pitiman**	**Contemplado pela aprovação do Requerimento 291/12**
289/12	**Requer a convocação do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos para prestar depoimento nesta CPMI no dia 22 de maio de 2012.**	**Deputado Onyx Lorenzoni**	**APROVADO**
291/12	**Requer informações ao Procurador Geral da República acerca das Operações Vegas e Monte Carlo**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos Srs. Deputados e Senadores que assumam seus lugares nas suas respectivas bancadas.

Peço à assessoria que, se possível, se posicione, com as naturais desculpas desta Presidência pela má acomodação em virtude do restrito espaço físico deste ambiente.

Vamos dar início à nossa reunião.

Peço que o setor do som aumente o volume deste microfone, por gentileza.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião desta Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a Ata...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu me inscrevo para apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para tratar da Ata?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é para tratar da Ata, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos apreciando a Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem, pelo art. 131 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou discutindo a Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero fazê-lo após a apreciação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me, primeiro, discutir a Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu falarei após a apreciação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não havendo quem queira discutir a Ata, eu a declaro aprovada.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Vaccarezza, pela ordem.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, há uma parte que eu tinha encaminhado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não estamos ouvindo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Estamos com duas dificuldades.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, havia uma parte que eu tinha solicitado a V. Exª para retirar da Ata. Como foi uma reunião secreta, não posso declinar, mas todos os Deputados e Senadores aqui presentes sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu queria que V. Exª retirasse aquela parte. Acho que, como o clima estava exaltado na hora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato. V. Exª tem toda razão.

Peço à assessoria para encaminhar a Ata ao Deputado Vaccarezza, para que S. Exª, consultando a Ata, possa ter conhecimento se as expressões foram devidamente retiradas. Se as expressões não foram retiradas, a Presidência determina que elas o sejam. Determino que a assessoria entregue a Ata ao Deputado Vaccarezza.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É pela ordem. Não é uma questão de ordem, porquê...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É o art. 131, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é questão de ordem. É pela ordem, só para o ordenamento dos trabalhos.

V. Exª tem a palavra, pela ordem.

Depois, falará o Senador Pedro Taques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, também peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, falará o Senador Randolfe e o Deputado Sílvio Costa. São os próximos inscritos.

Com a palavra, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, estamos diante de um fato novo. Esse fato novo é o despacho do Ministro Celso de Mello produzido no dia de ontem, suspendendo a presença aqui do depoente que estava convocado para ser ouvido neste horário, nesta reunião.

Acontece, Sr. Presidente, que, na reunião anterior, houve uma reunião secreta com a presença de advogados dos Srs. Carlinhos Cachoeira e Cláudio Abreu. Esses advogados não poderiam estar ali, de acordo com o despacho, ontem, do Ministro Celso de Mello. Por que isso? Porque os delegados aqui sentados,

seja o Dr. Raul Alexandre, seja o Dr. Matheus, ambos falaram perante esta Comissão, o que não poderiam, de forma alguma, numa reunião aberta, produzir aqui a fala deles, inclusive indicando nomes, são 82 nomes citados ou até envolvidos no inquérito produzido pela Polícia Federal.

Diante disso, Sr. Presidente, não é a questão de ordem formulada anteriormente, mas é um fato novo relativo à decisão do Ministro Celso de Mello. Ele fala o seguinte sobre a questão da reunião secreta: "Que os advogados têm o direito pleno ao acesso das provas produzidas". E, quando vem alguém a uma reunião secreta desta Comissão, há fatos novos a serem colocados.

Portanto, o advogado de uma parte – no caso do inquérito em andamento, do denunciado – jamais poderia estar aqui, constrangendo pessoas a fazerem depoimento. Seria o mesmo se fosse num inquérito policial. Jamais o advogado poderia estar lá participando daquilo que iria constranger a testemunha.

Por isso, Sr. Presidente, nós vamos, aqui, insistir nesse despacho do Ministro Celso de Mello, de ontem, dizendo que "desde que tratem das provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas as informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso mesmo, não documentada no próprio inquérito de processo judicial."

É por isso que estamos pedindo a questão de ordem, para que, daqui em diante, Sr. Presidente, em reunião secreta, não venha advogado deste ou daquele que está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, tirando inclusive a questão sigilosa. Claro que depois ele poderá ter acesso ao vídeo, ter acesso às notas taquigráficas, mas participar da reunião, eu quero pedir a V. Exª que está questão de ordem seja recebida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, antes desta questão de ordem, ou pela ordem do Deputado Bueno, eu gostaria de levantar uma questão de ordem, sim, com fundamento no art. 403, combinado com o art. 14, do Regimento do Senado da República, para tratarmos da decisão do Ministro Celso de Mello, de ontem, que impediu a vinda do Cachoeira a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou pedir a V. Exª, sem lhe tolher a palavra, até permitindo a V. Exª imediatamente após a Presidência se manifestar, pedindo ajuda a V. Exª no conhecimento jurídico de V. Exª, porque a Presidência, efetivamente, não teve sequer tempo ou fôlego de ler o seu expediente. V. Exªs, rápidos como felinos, apressaram-se em pedir questões de ordem e pela ordem. (*Risos*.)

E eu com o natural espírito democrático, eu vou abrindo. E aí eu queria posicionar-me para, depois, imediatamente, Senador Pedro Taques – até porque preciso sempre de socorro de V. Exª –, eu haverei de passar a palavra a V. Exª. Porque eu não consegui ser mais eficiente do que os meus companheiros de trabalho em me posicionar como Presidente, que fui a autoridade que denegou o pedido.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esta rapidez é uma característica dos mato-grossenses, Sr. Presidente, eu queria deixar consignado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. Com certeza. Porque também é uma área de grandes leopardos, de grandes felinos. *(Risos.)*

Por favor, por favor.

Sobre a Ata, para manifestação, Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, a sugestão é que seja também suprimido da Ata, os 82 nomes citados, que nada têm a ver com a operação, e que causaram muito constrangimento, até por terem vazado.

E para o registro da história, eu sugiro que sejam tirados, suprimidos estes 82 nomes, que estavam apenas citados dentro de todo o contexto da operação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Ata, inclusive, é secreta; o resumo é secreto.

Senador Pedro Taques... Peço a atenção dos senhores para a manifestação da Presidência.

Sobre a recente decisão da lavra do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, que, em sede de medida cautelar, no *habeas corpus* impetrado em favor de Carlos Augusto de Almeida Ramos, concedeu liminar para suspender a oitiva do paciente perante esta CPMI, porque não lhe foi permitido o acesso ao material, de posse desta Comissão, a Presidência tem os seguintes esclarecimentos a fazer:

1- Carlos Augusto de Almeida Ramos requereu, por intermédio do seu advogado, acesso ao material sigiloso, confiado a esta CPMI pelo Supremo Tribunal Federal.

Na sua petição, esclareceu que tanto a Justiça Federal de Goiânia quanto o Supremo Tribunal Federal indeferiram o pedido nesse sentido, formulado pelo requerente.

Instruiu sua petição, com cópias dos despachos judiciais que denegaram acesso aos autos dos inquéritos.

Chama especial atenção o despacho do Ministro Ricardo Lewandowski, datado de 03 de abril de 2012, que indeferiu o pedido de Carlos Augusto de Almei-

da Ramos de acesso ao Inquérito 3430 ao seguinte argumento:

Decretado o sigilo do inquérito, o acesso aos autos fica restrito ao relator, à PGR, aos advogados dos investigados devidamente constituídos mediante procuração.

Por tais razões [diz o eminente relator], indefiro o pedido de Carlos Augusto de Almeida Ramos, fls 112-113, o qual deverá ser dirigido ao juízo da 11ª Vara de Goiânia, perante o qual o requerente é investigado.

4) Cabe ressaltar que o material remetido pela Suprema Corte a esta CPMI constituiu exatamente de cópia do Inquérito 3430 [cópia do Inquérito 3430], justamente a que o STF negou acesso ao paciente do *habeas corpus,* Carlos Augusto de Almeida [a cópia do Inquérito 3430]. No exercício da Presidência deste colegiado, deneguei e publicizei, no dia 10 do corrente mês, o pedido do requerente sob o seguinte fundamento:

A CPMI é detentora secundária de informações sigilosas em decorrência do compartilhamento deferido pelo Supremo Tribunal Federal. Se o Poder Judiciário titular, detentor in casu das primárias, das informações sigilosas, denegou o pedido do requerente, não pode a CPMI, na condição de detentora derivada dessas informações, deferir o pedido ora examinado.

Consignei ainda, na minha decisão:

Importa registrar também que nem mesmo os integrantes da CPMI tiveram [àquela época] ainda total acesso aos inquéritos em questão, não havendo razão para deferir pedido nesse sentido em favor do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Registro, portanto, que o próprio STF já havia indeferido ao requerente o acesso aos autos do Inquérito 3430, decisão que foi levada em conta por esta Presidência, para também, nesta sede, denegar o pedido em curso. Publiquei a presente decisão na página da CPMI, no dia 10 de maio.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, temos que deixar firme que os únicos documentos que existem na CPMI, lá na sala forte, na sala cofre, seja lá o nome que se dê, são aqueles originários do Supremo Tribunal Federal, originários da 11ª Vara de Goiânia. E V. Exª pediu para a Polícia Federal e para a Procuradoria-Geral da República. Esses são os documentos.

Muito bem. No dia 02 de abril, o ex-Ministro da Justiça, e agora advogado do Cachoeira, pede ao Supremo Tribunal Federal acesso aos documentos do encontro fortuito que se encontra na Investigação Judicial 3430. Ele pediu ao Supremo no dia 02. O Ministro Relator do inquérito judicial, na velocidade de um felino, na velocidade de um relâmpago, o que não é comum em outros feitos, no outro dia, dia 03, decidiu – e decidiu de forma correta e eu quero cumprimentar o Ministro Lewandowski – não dando acesso ao advogado do Sr. Cachoeira a esses autos. Muito bem. Isso no dia 03.

Ato contínuo, no dia 7 de maio, o advogado do Cachoeira peticiona a V. Exª, como Presidente da CPMI, solicitando cópia dos documentos. V. Exª decide e decidiu bem, é bom que se diga, porque V. Exª não poderia, já no dia 10, quando V. Exª decidiu, ofertar ao advogado do cidadão Cachoeira acesso aos documentos, que o próprio Supremo Tribunal Federal, através de uma decisão do Ministro Lewandowski, havia indeferido.

Muito bem. Aí, ontem, o advogado peticiona novamente ao Supremo Tribunal Federal, através de um *habeas corpus*, dizendo que não teve acesso aos documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Um primeiro caminho que temos de tomar: indagar ao Supremo qual decisão nós devemos cumprir, porque temos duas decisões que são contraditórias. Uma decisão do Ministro Lewandowski, dizendo que existe sigilo, existe segredo, que nós não podemos ofertar cópia, e uma decisão do Ministro Celso de Mello, de ontem, dizendo que o Cachoeira não pode vir porque não teve acesso aos documentos.

Essa decisão do Ministro Celso de Mello, com todo o respeito a este grande Ministro do STF, de quem nós todos, brasileiros, temos orgulho, não prima pela melhor lógica das decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal. E eu digo por que. Existem decisões do Supremo Tribunal Federal, várias decisões, dizendo que o cidadão tem o direito constitucional de se manter em silêncio na CPI. Nenhum Deputado Federal, nenhum Senador aqui vai tratar o cidadão Cachoeira senão com o respeito que qualquer cidadão merece. Agora, ele tem a obrigação constitucional de vir a esta CPI para cumprirmos o devido processo legal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de o Supremo Tribunal Federal, com essa decisão, por que quero expressar o respeito... Decisão judicial se cumpre, mas, nas democracias, decisão judicial se debate, se critica. Na ditadura, decisão judicial não era criticada. Aqui, na democracia, um parlamentar tem o direito constitucional, com fundamento no art. 53 da Constituição, de debater, sim, essa decisão judicial. Nós estamos aqui pedindo o cumprimento dessa decisão judicial, mas nós temos o dever constitucional de debatê-la.

Muito bem. Existe decisão do Supremo Tribunal Federal que diz o seguinte:

Um impetrante sem habeas corpus em uma CPI busca ainda concessão de medida liminar que o dispense da obrigação de comparecer perante a CPI em

questão [é outra CPI]. Não vejo como atender esse pedido, eis que, como se sabe, a pessoa convocada por uma CPI para depor tem três deveres: primeiro, o dever de comparecer; segundo, o dever de responder as indagações; terceiro, o dever de dizer a verdade, salvo se as informações possam lhe ser prejudiciais. Aí é um direito constitucional que ele tem de permanecer calado.

Aqui, Sr. Presidente, nós estamos com essa decisão do Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, expressando o respeito ao Ministro Celso de Mello, a quem todos nós devemos respeito, que está inviabilizando o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vou dizer – e vou para o encerramento, Sr. Presidente – que outros investigados vão impetrar *habeas corpus* e não prestarão depoimento na CPI.

Nós temos o poder, o dever fundamental de ouvir essas pessoas. Alguns dizem assim: "Se ele pode ficar em silêncio, qual a obrigação de ele vir à CPI?" O silêncio constitucional é um direito dele; agora, nós aqui temos deveres e precisamos cumprir esse dever do devido processo legal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aqui, com todo o respeito, nós temos dois caminhos, Sr. Presidente, e um deles precisa ser trilhado. O primeiro caminho: pedir ao Ministro do Supremo Tribunal Federal a reconsideração dessa decisão – esse é o primeiro caminho. O segundo caminho é indagar ao Supremo Tribunal Federal qual das duas decisões nós devemos cumprir. Imaginem: o Delegado da Polícia Federal aqui disse que nós temos uma miríade de interceptações telefônicas; em quanto tempo nós vamos ouvir essas interceptações? Ele falou – parece-me – em anos. Nós vamos aguardar que o cidadão Sr. Cachoeira aqui compareça – já termino, Sr. Presidente. Essa decisão do Supremo Tribunal igualmente trata Comissão Parlamentar de Inquérito como processo, e, por decisões do próprio Supremo Tribunal Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito, como V. Exª bem disse na decisão, é uma investigação, não se aplica o art. 401 do Código de Processo Penal, em que o investigado ou, no caso, o processado tem que ser ouvido por último. De acordo com o art. 6º do Código de Processo Penal, que se aplica subsidiariamente à Comissão Parlamentar de Inquérito (art. 6º da Lei nº 1579, de 1952), ele pode ser ouvido a qualquer momento.

V. Exª decidiu bem. Agora, o Supremo Tribunal Federal está inviabilizando o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito com essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa, depois Randolfe e Onyx, para concluir.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu só quero que V. Exª me permita, pelo menos, metade do tempo do Senador Pedro Taques.

Sr. Presidente, eu vou fazer uma questão de ordem, sim, mas antes eu preciso fazer um preâmbulo.

V. Exª tem tido muito cuidado em relação às reuniões secretas. Inclusive o Regimento proíbe, por exemplo, a divulgação das atas das reuniões secretas. Eu acho que efetivamente nós temos que ter uma espécie de choque de responsabilidade aqui nesta CPI.

Veja, se eu fosse politizar esta CPI, eu teria todos os motivos, por exemplo, para pedir a convocação do Governador Perillo. Eu sou da base de Lula, sou admirador do Presidente Lula e lembro que, na época do mensalão, quem mais bateu aqui no Presidente Lula foi o então Senador Perillo. Mas eu acho que qualquer Deputado ou Senador desta CPI tem que ter efetivamente a responsabilidade pública como seu norte. E as reuniões secretas têm sido vazadas e da pior das formas, pois vaza com ilações, que, na maioria das vezes, prejudicam as pessoas.

Vou dar um exemplo. Eu não quero citar os nomes dos parlamentares, até para não dar o direito que esses parlamentares peçam para falar. Mas eles vão colocar a carapuça. Fiquei pasmo, quando saí aqui da reunião secreta, eu li em todos os *blogs* a seguinte notícia – e eu já disse que eu tinha todos os motivos para convocar o Marconi Perillo: "Perillo ganhou uma casa de Cachoeira." Deputado colocou na boca dele que o Governador Perillo tinha ganhado uma casa de Cachoeira. E o Perillo disse: "Não, eu vendi a casa e me pagaram com tais cheques." Essa foi a primeira coisa com que fiquei estarrecido.

O segundo ponto, se nós formos convocar as pessoas do Brasil que foram citadas – porque uma coisa é citar, e outra coisa é se ter o *link* –, a gente ia ter que convocar efetivamente uma gama de pessoas que a gente não queria. Eu acho que a gente só pode falar em convocação para uma CPI, que é um assunto sério, ninguém quer sentar ali como convocado, quando a gente tem efetivamente um *link*. Não dá para jogar para a plateia, aparecer em todos os jornais e todos os *blogs* do Brasil, fazendo ilações sobre pessoas.

Então, essa é a primeira questão antes de fazer a minha questão de ordem, que é a seguinte, Presidente. Eu acho que a CPI tem hoje um motivo e fui eu – fui eu! – quem fez a pergunta, quando o Dr. Raul estava sentado ao seu lado esquerdo, e lembro que perguntei a ele – e daqui a pouco vou fazer a questão de ordem: Dr. Raul, essa Operação Vegas foi concluída ou foi interrompida? "Bom, Deputado, eu vou contar a história." E ele começou a contar a seguinte história e eu vou fazer a questão de ordem:...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Exª...são cinco minutos e eu não coloquei prazo para ninguém. Como não coloquei prazo para V. Exª, a partir de agora eu vou colocar todos os prazos, porque precisamos votar os requerimentos.

Peço a compreensão dos senhores no ordenamento dos trabalhos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu só pedi metade do prazo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei, V. Exª sintetize, amigo Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, o Dr. Raul disse o seguinte: "Em setembro de 2009, um juiz de Goiás determinou que eu entregasse a Operação Vegas à Procuradoria Geral da República." E eu perguntei se ele entregou. E ele: "Entreguei." Aí eu perguntei: "E o senhor voltou à Procuradoria?" E ele: "Um mês depois eu voltei." Perguntei quem ele procurou. E ele: "Procurei a Drª Cláudia." "E o que foi que a Drª Cláudia lhe disse?" E ele respondeu: "A Drª Cláudia me disse que não podia avançar porque não tinha elementos [e está gravado] para prosseguir."

Então, começa de agora um desencontro de informações. Eu sei que o PT politizou, que o Rui Falcão cometeu um equívoco, politizando, como sei também que o Procurador politizou. Fala-se muito em judicialização do Poder Legislativo. Falo aqui de uma coisa chamada parlamentarização do Judiciário. Vi Ministros do Supremo defendendo o Procurador. Isso é a parlamentarização do Judiciário; não se pode aceitar isso.

Então, minha questão de ordem é a seguinte: Há um zum-zum-zum aqui de que não se pode convocar Procurador. Mas, no art. 58 da Constituição do País está escrito [art. 58] que a CPI pode convocar autoridades. Peço a V. Exª: Por favor, defina quais são as autoridades que a gente pode convocar para que a gente possa se posicionar. Art. 58.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, agora encerro as discussões.

Para o ordenamento dos nossos trabalhos, eu estava discutindo a questão da ausência motivada por decisão judicial. Esse é um assunto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é isso, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alguém quer se posicionar sobre essa ausência? Ainda há Randolfe, Onyx... Quem quer se posicionar sobre essa ausência?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – De dois minutos eu preciso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só sobre ausência: Randolfe, Miro. Sobre ausência, Miro, Randolfe, Onyx... Miro e Alvaro. Sobre ausência, três minutos para cada um. OK?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Podem ser até dois, chega.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo.PMDB – PB) – Não, três minutos para cada um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sou eu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Randolfe, três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o art. 58 da Constituição já citada é claro: Comissões Parlamentares de Inquérito com poderes próprios de autoridades judiciais, podendo convocar qualquer autoridade ou cidadão.

O direito de vir aqui e permanecer em silêncio é o direito que assiste a qualquer um que for convocado por esta CPI. A prerrogativa de convocar é um instituto também constitucional que pertence a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. *(Pausa.)*

Não, estou dialogando. É sério, estou dialogando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E, ao mesmo tempo, respondendo se houve corte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...sobre a questão de ordem do Senador Pedro Taques. Perfeito.

Eu utilizo meu dispositivo para expressar aqui o meu entendimento de que, de igual sorte, a decisão do eminente Ministro Celso de Mello, repito, Ministro que esta Casa tem que respeitar... Mas quero reiterar o entendimento. Decisão judicial se cumpre, recorre-se dela e se debate numa democracia, como já foi dito pelo Senador Pedro Taques. E nós, como Membros de um Poder da República, do Poder Legislativo, quando este é aviltado – porque é disso que se trata – há uma intromissão do Judiciário clara num Poder da República, no Poder Legislativo. Se prosperar pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal essa decisão já exarada do Ministro Celso de Mello, não existirá mais CPI no País. Porque, concretamente, trata-se disso. É uma decisão *sui generis*, é uma decisão sem precedentes na história de Comissões Parlamentares de Inquérito em nosso País. Se ela por acaso triunfar, nós não teremos mais instituto e, mais do que isso, o Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro existe em função de duas prerrogativas: a prerrogativa de fiscalizar e a prerrogativa de investigar. Essa segunda prerrogativa, a da investigação, tem efeito por parte do Parlamento por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nesse sentido, Sr. Presidente, é urgente a manifestação desta CPI, de V. Exª, para que esta decisão do

Ministro Celso de Mello seja urgentemente deliberada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Espero que ela não continue, que ela não prospere, porque é uma ameaça à existência do instituto de Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bem. Deputado Onyx com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Deputadas e Senadores que aqui estão, quero somar aqui às intervenções do Senador Pedro Taques e do Senador Randolfe para dizer o seguinte: nós temos que reafirmar a autonomia, a separação de Poderes e a independência dos Poderes. V. Exª, dentro daquilo que foi dado, tomou o caminho correto. Portanto, quero reiterar meu reconhecimento e meu aplauso a V. Exª.

Mas eu queria propor o seguinte, na linha do Senador Randolfe e do Senador Taques, que a CPI oficie hoje aos advogados do Sr. Cachoeira e que, nesta reunião ainda – e já providenciei o requerimento –, nós façamos uma nova convocação do Sr. Cachoeira para terça-feira que vem. Nós igualaremos todo mundo, os Deputados e os advogados do Sr. Cachoeira terão o mesmo tempo, de hoje até a próxima terça. Cumprimos as decisões judiciais, reafirmamos a nossa independência e autonomia e não quebramos sigilo nenhum. Ele vai lá, tem acesso como cada um de nós sob a responsabilidade do estamento da Ordem dos Advogados do Brasil e, terça-feira que vem, Sr. Presidente, teremos aqui o Sr. Cachoeira, sim, para cumprir como disse o Senador Taques: ou nos responde ou fica calado, mas vai cumprir aquilo que é um direito do Parlamento brasileiro de investigar e ter aqui aquele que é investigado no interesse da sociedade brasileira.

É essa a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito boa a proposta.

Senador Alvaro Dias, tem V. Exª a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para apoiar a sugestão do Senador Pedro Taques combinada com a sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni. É preciso requerer, sim, imediatamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministro Celso de Mello a reconsideração da decisão de ontem para evitarmos jurisprudência, para evitarmos precedente. Este é um precedente pernicioso, que compromete esse instituto essencial do Parlamento que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse é um ponto. Até porque os argumentos utilizados pela defesa de Cachoeira são contraditórios. Alega-se ausência de conhecimento das informações disponíveis para a CPI. Ocorre que antes de nós e mais do que nós, o Sr. Cachoeira e o seu advogado conhecem todas as informações disponibilizadas para a CPI. Aliás, temos menos informações na Secretaria da CPI do que temos nas redações dos jornais, das revistas e de todos os órgãos de comunicação e das redes sociais neste País. O que temos na Comissão Parlamentar de Inquérito é falho; há arquivos corrompidos, que não podem ser acessados, há relatórios com pastas em branco, há informações que não constam.

Portanto, os advogados que possuem acesso aos autos possuem todas as informações que foram disponibilizadas à CPI e mais do que elas. Portanto, esse argumento, além de contraditório, é inconsistente, inadequado e não pode subsistir.

Sr. Presidente, o apelo que fazemos na esteira da argumentação do Senador Pedro Taques é que V. Exª, em nome desta CPI, recorra ao Ministro Celso de Mello, solicitando dele a reconsideração. E podemos, ao mesmo tempo, para concluir, votar a proposta do Deputado Onix, já um novo requerimento de convocação do Sr. Carlos Cachoeira.

Era a sugestão que eu tinha a apresentar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Miro estará com a palavra agora.

Mas, deixem-me dizer de forma objetiva e prática – e aí V. Exªs hão de continuar falando. Não quero tolher a palavra daqueles que estão inscritos, até porque a reunião de hoje precisa ter a sua parte objetiva, que é a questão dos requerimentos que estão para votação –, que existe uma proposta que é saneadora de um vazio procedimental desta Comissão, haja vista a decisão de ontem. Nós estávamos trabalhando, Deputado Onyx, com a assessoria durante a manhã de hoje, e V. Exª nos ajuda de forma extremamente positiva. Eu consulto V. Exª, o Plenário, para deixar de forma absolutamente colegiada.

O Deputado Onyx suscita a esta Presidência que definamos um novo prazo de convocação do Sr. Carlos Augusto para a próxima semana e esta Presidência abra como um direito, segundo a legislação federal em vigor, aos advogados a sala de acesso aos autos, com as mesmas regras que cabem a nós, Parlamentares e assessores, para que eles tenham pleno acesso aos autos, em uma semana inteira, e, a partir daí, deixaria de existir qualquer cerceamento da amplitude de defesa dada ao paciente. Com isso, nós marcaríamos.

Eu quero consultar de forma absolutamente clara: eu posso fazer isso?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pode, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação.

Aqueles que concordam com a proposta...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em discussão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para encaminhar a favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente, qual é minha sugestão? Eu concordo com a ponderação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concorda?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas tenho receio – e conversava aqui com o Senador Pedro Taques – de um novo *habeas corpus*. O que eu faria com uma medida... O que eu faria com uma medida preventiva?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós estamos tentando medidas saneadoras.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu pediria que V. Exª ouvisse a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu concordo com a sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni desde que, concomitantemente, V. Exª entrasse com o pedido de reconsideração, levando as informações de que dispõe no *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei, farei isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aí é uma concomitância... É uma medida preventiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei as duas situações.

Para encaminhamento a favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espera aí, Silvio.

O Deputado Miro Teixeira está com a palavra. Será um encaminhamento a favor e outro contra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, só mais um esclarecimento no sentido do Carlos Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira, Rosinha.

Eu concordei já com Carlos Sampaio. Vou fazê-lo.

Miro Teixeira, com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Presidente, só um pouquinho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós vamos ficar batendo boca?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Só para agregar. É o seguinte: V. Exª está colocando em votação um texto oral.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer por escrito.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Deixe por escrito, e que a votação seja nominal, porque se não nós não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou pedir à assessoria para fazer isso.

Miro Teixeira, encaminhe, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pelo que percebi, e peço que V. Exª confirme, na comunicação, no despacho, na decisão do Ministro Celso de Mello, ele estabelece que o Cachoeira não precisa vir numa certa data, que eu tenho a impressão de que é hoje. Acho que, ao final...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, Miro. Enquanto durarem os efeitos da liminar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu peço que veja isso.

O pedido de reconsideração tem que ser feito. No caso de indeferimento, tem-se que preparar o agravo; no caso de não provimento do agravo, tem-se que ir para o regimental. Nós temos que ir para o plenário do Supremo Tribunal Federal. Irmos todos para lá. E, paralelamente, temos que preparar novas convocações, de tal maneira que, se for o caso, o Supremo tenha que dar cinco *habeas corpus* por semana, para que o povo veja o que se está passando. Não é hora de tergiversar. É hora de lutarmos pelas prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo.

Agora, Sr. Presidente, eu acho desumano o que se está passando com V. Exª. V. Exª está até hoje sem os vice-presidentes, os partidos. E sugiro até que o 1º Vice-Presidente seja um Deputado do PT, e aqui não está falando nenhum candidato à Vice-Presidência. Eu lhe asseguro.

Precisamos ter a Mesa composta para estudarmos essas situações. É preciso definir um jurista que fará a sustentação lá no Supremo Tribunal Federal. Agora, paralelamente, não devemos interromper as convocações, para que eles tenham que dar uma decisão por dia!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E mais, Presidente: desde já, V. Exª pode mandar, mesmo sem ter sido solicitado, ao Relator Celso de Mello, esse relato do que V. Exª fez, a título de memorial talvez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Junto com o pedido de reconsideração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer o pedido de reconsideração.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os delegados estavam aqui até na reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero encaminhar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para encaminhar contra, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, qualquer advogado, por menos intimidade que tenha com o Direito, sabe que quando ele pega uma causa, a primeira coisa que ele tem que fazer é procurar os autos. É ler os autos. Esse argumento do competente advogado de Cachoeira, que não teve acesso aos autos, a mim não convence. Primeiro que tanto a Operação Vegas quanto a Operação Monte Carlo já são públicas. Isso já está em todos os *blogs* há não sei quanto tempo. Segundo, é evidente que o advogado foi ao Supremo ou à Procuradoria, e ele leu esses autos. Possivelmente, ele não teve tempo de se aprofundar.

Então, sinceramente, por mais que eu respeite a decisão que o Dr. Celso de Mello tomou, eu respeito, agora, não compreendo.

Sr. Presidente, por isso, eu sou contra e queria que, por favor, V. Exª respondesse a minha questão de ordem, art. 58, da Constituição. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei a V. Exª.

Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra, rapidamente, como V. Exª pediu.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu declino. Estou satisfeito com a posição do Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A assessoria está concluindo o requerimento que foi suprapartidariamente planejado, englobando os dois. Quanto ao pedido de reconsideração, já foi determinado à assessoria para fazê-lo e nós vamos entrar...

Francischini! Rapidamente, porque nós temos requerimentos a aprovar e como determinam os efeitos colegiados dessa decisão, não posso fazer nenhuma votação em requerimento verbal.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento de que o STJ acabou de julgar o *habeas corpus* do Sr. Cachoeira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Acabou de julgar. O Ministro Gilson Dipp deu parecer contra. Foi unânime e continua preso. Então, para mim, caracterizou que houve uma estratégia da defesa em não trazer o Sr. Cachoeira aqui enquanto ele pudesse ser solto no STJ.

Acho que o senhor como Presidente desta CPMI, deveria procurar o Ministro Celso de Mello para que ele revogue, neste momento, esse *habeas corpus* e trazer o Sr. Cachoeira agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos fazer isso. OK.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Mandar buscá-lo na Papuda. A Polícia Federal vai buscá-lo na Papuda e traz agora, porque o Ministro Celso de Mello foi enganado pelo advogado de defesa quando entrou com esse *habeas corpus,* porque todo repórter que está aqui dentro, na hora em que queria alguma informação, buscava com quem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Com os advogados, que sabem até mais do que nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dê-me a lista de votação.

Em votação a decisão – é o requerimento que será pautado e vou colher os votos de V. Exª – de disponibilizar aos advogados do envolvido, Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, o amplo acesso às dependências da Secretaria da CPMI, onde encontrarão tudo que já foi produzido e recebido por esta CPMI, nos mesmos moldes que o franqueado aos Parlamentares Membros desta CPMI.

O STF será informado desta decisão na oportunidade de interposição de agravo regimental contra a decisão do Ministro Celso de Mello.

Como vota o Sr. Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Humberto Costa?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Posso fazer uma proposta inicial de uma frase?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. Faça, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para dizermos logo de começo o seguinte: os advogados têm acesso a essas provas antes de nós. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Coloco a frase do Miro.

Como vota Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho Alves?

Ele está presidindo uma comissão próxima daqui.

Kátia Abreu? (*Pausa*.) Ausente.

Sérgio Petecão está? (*Pausa*.) Não.

Cândido Vaccarezza, como vota V. Exª?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente, sem a frase do Deputado Miro, porque V. Exª disponibilizou para todos os Deputados antes de ter disponibilizado para ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. É verdade. Eu tinha disponibilizado.

Odair Cunha, como vota?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira, como vota?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris de Araújo, como vota?

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman, como vota?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente, sem a frase do Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

Carlos Sampaio, como vota?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sim, com a frase do Deputado Miro. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli, como vota? (*Pausa*.)

Gladson Cameli não está.

Onyx, como vota?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, com o original, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o original.

Maurício Quintella?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente. Tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou votar Sim, do jeito que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Sílvio Costa? (*Pausa.*)

É voto conhecido. Encaminhou contra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, estou estarrecido. É a primeira vitória de Cachoeira nesta CPMI. Voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Delegado Protógenes? (*Pausa.*)

S. Exª não está presente.

Como vota o Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Requerimento foi aprovado com o texto original.

Sobre a mesa, requerimentos do Ministério Público, para discussão de V. Exªs.

Iniciamos o processo de discussão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à assessoria a questão de ordem do Deputado Sílvio Costa, que vou responder.

Aguarde somente um instante.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E a minha também, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – À de V. Exª vou responder agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sobre a mesa, para complementar a decisão tomada, está o Requerimento nº 289, que convoca o Sr. Carlos Cachoeira a estar, na terça-feira que vem, dia 22, neste plenário, Sr. Presidente. Esse é um direito desta CPI!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É consequência do requerimento anterior votado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É consequência do que votamos há um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Vamos à questão de ordem do Deputado Rubens Bueno.

O Ministro Celso de Mello...

Vamos produzir a questão de ordem do Deputado Sílvio Costa. Onde está a questão de ordem do Deputado Sílvio Costa? (*Pausa.*)

Determino que a assessoria recolha e analise a questão de ordem apresentada pelo Deputado Sílvio Costa.

Vamos à questão de ordem do Deputado Rubens Bueno.

O Ministro Celso de Mello refere-se às provas já conduzidas no contexto das investigações, no momento do despacho, na fase de investigações policiais, na fase pré-processual. Embora o direito ao contraditório seja exercido apenas na fase do processo penal, o STF assegura o acesso dos advogados do investigado às provas já produzidas. Isso foi, inclusive, contextualizado aqui. Isso tem uma razão de ser: evitar que se frustrem as medidas próprias da investigação, como o deferimento de interceptações telefônicas e busca e apreensão, para citar alguns exemplos.

No rito de uma CPI, como bem falou há pouco o Sr. Senador Pedro Taques, diferentemente do que ocorre na fase de investigação policial, o STF reconhece que o acusado ou indiciado tenha o direito de ser assistido em todas as fases por advogado. Nesse sentido, bem trouxe, em socorro desta Presidência, o Sr. Senador Randolfe a decisão do Ministro Celso de Mello na medida cautelar do Mandado de Segurança nº 30.906, impetrado em face do Presidente da CPI do Ecad, que se encontra neste auditório. Não é isso, Senador Randolfe? Isso já foi levado ao conhecimento de V. Exª em reunião anterior desta CPMI.

Por isso, indefiro a questão de ordem de V. Exª, com respeito. Solicito que V. Exª encaminhe o recurso à autoridade competente, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E já faço o pedido de recurso a V. Exª. Que conste da Ata o meu pedido!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com todo prazer, Deputado.

Há itens para discussão.

Daqui a pouco, respondo ao Deputado Sílvio Costa.

Pela ordem, são os Itens 118, 164...

Peço que consultem a pauta que está nas mãos de V. Exªs.

São os Itens 118...

Inicialmente, a reunião destina-se à discussão dos requerimentos, dos itens, que vamos discutir, acerca do Ministério Público Federal (MPF). São os itens acerca do MPF, conforme foi anunciado previamente por esta Presidência.

É o Item 118.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, o de nº 118 se refere ao Leréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o item ou o requerimento? (*Pausa.*)

É o número do requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, peço-lhe um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ler os requerimentos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Chame pelo item da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Trata-se do Item 83.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a complementação da decisão que tomamos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou chamar. Tenha calma, meu irmão! Vou chamar.

Trata-se do Item 83, que se refere ao Requerimento nº 118.

Vou dizer por item: Item 83, Item 164, Item 174 e Item 182.

Antes eu vou... Não tem ainda?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Está apartado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está apartado.

Por uma questão... Eu preciso ter a autorização dos senhores – eu peço a atenção dos senhores –, eu preciso ter...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – O apartado tem outra numeração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se tem outra numeração, eu recorro à assessoria, aos universitários aqui. (*Risos*.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dois sete zero.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – É o Item 170, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o Item 6.

Olha, está entrando fora do padrão. E eu preciso forçar um acordo entre V. Exªs. Por isso que não nominei anteriormente o Requerimento do Deputado Onix para a reconvocação... Este entrou agora. Tem 48 horas. Este entrou agora.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Este entrou agora?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então está fora das 48 horas. E, estando fora das 48 horas, eu preciso de um acordo de Liderança, todo mundo dizendo "sim" ao Requerimento do Onix.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, mas é o jeito de convocar o Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Claro, meu amigo!

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu entendi, Presidente! Eu estou concordando com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos concordam? *(Pausa.)*

Vou chamar...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – A convocatória já está aprovada. O que nós devemos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, é uma nova convocatória.

Aqueles que concordam com o requerimento de nova convocatória permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a nova convocatória por unanimidade.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a 170.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Agora tem que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer nominal. Vou fazer a inclusão em pauta para fazer nominal.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, mas a 170 ficou fora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um sete zero ficou fora. Eu vou fazer nominal.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, por que ficou fora a 170?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a nova convocatória José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT– CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lídice da Mata?

A SRª. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza? *(Pausa.)*

Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jayme Campos? (*Pausa.)*

Alvaro Dias? *(Pausa.)*

Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

Íris de Araújo? *(Pausa.)*

Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio? *(Pausa.)*

Gladson Cameli não está. *(Pausa.)*

Onix? É o Relator.

Maurício Quintella. *(Pausa.)*

Paulo Foletto? *(Pausa.)*

Miro?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Aprovado.

Senador Vicentinho Alves, desculpe-me, eu não o vi.

Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

De acordo com o art. 58, Senador Silvio Costa, como bem disse o Senador Randolfe Rodrigues... Senador ou Deputado? Desculpe-me. Mas vai ser Senador, certamente, pelo povo pernambucano.

Mas o art. 58, § 2º, inciso V, diz: "Autoridade só exclui o chefe de poder, o Presidente da República, e do STF".

Esse é o entendimento da Presidência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria, por favor, porque é tão importante que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já me posicionei.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, espere aí, calma! Isso é tão importante que eu gostaria que algumas pessoas aqui ouvissem que V. Exª repetisse. Só não pode convocar Presidente da República e Presidente do Supremo. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o entendimento da Presidência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não. É o entendimento da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. É o entendimento da Presidência...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o entendimento desta Presidência, sujeito às interpretações das mais diferentes...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sujeito a tempestade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, vamos lá. É o Item 118. Para leitura.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só para confirmar que foi efetivada a convocação para terça que vem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Convocação para terça que vem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só anunciar isso, pois acho que era importante.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, o que nós estamos nos propondo aqui, nesta tarde, se V. Exªs me permitem uma divagação inicial, é que nós sobrestemos para a próxima reunião de quinta-feira. Tenho de fazer justiça ao Deputado Onyx, por exemplo, entre outros, que, de maneira sistemática, tem alertado esta Relatoria da importância da quebra de sigilos. Ocorre que, além de dialogar com diversos Parlamentares sobre esse tema, estamos fazendo uma análise precisa e bem profunda sobre todas as hipóteses de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Por essa razão, nós não estamos encaminhando a votação nessa tarde e o faremos na próxima quinta-feira. Inclusive registro aos ilustres pares que, se houver alguma menção específica, alguma preocupação, alguma sugestão fundamental que algum Parlamentar quiser fazer a essa Relatoria, estamos abertos e dispostos a produzir esses entendimentos.

Eu pedi ao Presidente desta CPMI que pautasse, nesta tarde, o tema da convocação do Procurador-Geral da República, porque julgo... Aliás, os requerimentos, como um todo, que ou tratam da convocação do Procurador-Geral da República...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. F*azendo soar a campainha.)* – Eu peço atenção dos senhores para a fala do relator, que está fazendo uma síntese sobre os quatro requerimentos acerca do Ministério Público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou são de requerimento de informação. Nessa linha, vão, por exemplo, os requerimentos do Deputado Carlos Sam-

paio e do Deputado Francischini, o item 170; do Senador Fernando Collor, o item 174; do Deputado Luiz Pitiman, o Requerimento nº 270; e ainda do Senador Fernando Collor, o item 83, o Requerimento nº 118. Todos tratam de convocação ou da Subprocuradora, Drª Cláudia, ou do Procurador, Dr. Gurgel, ou são requerimentos de informação.

Nesse sentido, diante dos fatos, diante do depoimento dos Delegados da Polícia Federal a esta CPMI, diante da nota da Polícia Federal – salvo engano, emitida ontem ou anteontem, no final do dia – e diante de notícias de jornais, entendemos que esta CPMI não pode não conhecer oficialmente a versão da Procuradoria-Geral da República, porque não posso acreditar que o órgão do Ministério Público Federal vá dialogar com esta CPMI pelos jornais. Nós precisamos criar um mínimo de formalidade e de processos nesse entendimento.

É importante termos clareza de que não estamos, em nenhum momento, investigando a conduta de qualquer membro do Ministério Público Federal. Estamos investigando – é preciso que repitamos isto muitas vezes – a organização criminosa criada pelo Sr. Carlos Cachoeira e suas ramificações, organização essa que foi descoberta e desvendada, por fim e a cabo, por duas operações da Polícia Federal.

É natural que este órgão do Poder Legislativo interaja com todos aqueles e com todas aquelas que, de alguma forma, cooperaram e funcionaram nessas duas operações da Polícia Federal. Nós só estamos nos dirigindo ao Ministério Público Federal, porque esse órgão funcionou nas duas operações da Polícia Federal. Não fosse assim, nós não estaríamos nos referindo ao Ministério Público Federal. Queremos, sim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a colaboração do Ministério Público nessa investigação. Por isso, as informações que o Ministério Público puder nos conceder são essenciais.

Questões adjetivas não devem ser tratadas por nós de nenhuma forma. Não é bom que tenhamos a imprensa e na imprensa o palco para esse debate. O espaço adequado para esse debate, para essa investigação, é o plenário desta CPMI.

Por essa razão, dialogando com diversos parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, lideranças dos mais diversos partidos, querendo fortalecer o papel do Ministério Público, mas compreendendo que tão importante quanto o Ministério Público é o papel desta CPMI, estou encaminhando pelo sobrestamento dos outros requerimentos, propondo uma modificação no requerimento do Deputado Luiz Pitiman.

O Requerimento do Deputado Luiz Pitiman é o de nº 270. Como não está pautado o requerimento que essa relatoria quer pautar, estou pedido ao Deputado Luiz Pitiman aqui, de público, que assuma o inteiro teor do que eu vou ler, porque percebo que o inteiro teor do que vou ler dialoga com a maioria desta Casa, inclusive com S. Exª, Deputado Luiz Pitiman.

Esta Emenda substitutiva – vou dizer assim – seria escrita nestes termos:

Sr. Presidente, com fundamento no art. 50, *caput*, combinado com o art. 158, § 3º, ambos da Constituição Federal, bem como, com base no art. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Procurador-Geral da República, no prazo máximo de dez dias, as seguintes informações [e friso aqui o prazo, porque é importante lembrar que esta Comissão requisitou os autos da Operação Vegas, Inquérito 42; e os autos da Operação Monte Carlo, Inquérito 89, ao Procurador-Geral da República, que não encaminhou a esta Comissão até hoje, diferente do que fez o Ministro Lewandowski, que os encaminhou aqui. Por isso, acho importante que nós coloquemos nesse requerimento um prazo]:

a – em que circunstância chegou à Procuradoria-Geral da República [e peço à nossa assessoria que distribua este requerimento] a investigação da chamada Operação Vegas, Inquérito 42, de 2008, da Justiça Federal de Goiás?

b – em que data o inquérito referido na alínea anterior chegou à Procuradoria-Geral da República?

c – diante dos indícios verificados no curso da investigação e reconhecidos na representação para a instauração do Inquérito 3430, de 2012, do Supremo Tribunal Federal, em que figura como investigado o Senador Demóstenes Torres, quais as providências adotadas à época pela Procuradoria-Geral da República no mencionado inquérito?

d – em que data e quais circunstâncias a Procuradoria-Geral da República teve conhecimento da Operação Monte Carlo, Inquérito 89, de 2011, na 11ª Vara da Justiça Federal de Goiânia?

e – diante dos indícios verificados no curso da investigação e igualmente reconhecidas na representação para instauração do Inquérito 3430, de 2012, do Supremo Tribunal Federal, já referido, quais as providências adotadas à época pela Procuradoria-Geral da República?

Justificação:

O Ministério Público é uma instituição de Estado indispensável à administração da Justiça, a quem compete a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ele detém o monopólio da ação penal, cabendo-lhe, entre

outras funções institucionais, representar junto ao Supremo Tribunal Federal para instauração de inquérito penal quando o investigado for membro do Congresso Nacional, detentor de prerrogativa de função.

Nesse sentido, o art. 110 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 231: Apresentada a peça informativa pela autoridade policial, o Relator encaminhará os autos ao Procurador-Geral da República, que terá 15 dias para oferecer a denúncia ou requerer o arquivamento.

§1º – As diligências complementares do inquérito podem ser requeridas pelo Procurador-Geral ao Relator, interrompendo o prazo deste artigo, se deferidas. Igual prazo de 15 dias é o fixado pela Lei nº 8.038, de 1990, que institui normas procedimentais para os processos que especifica perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, *in verbis:*

Art. 1º – Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público terá o prazo de 15 dias para oferecer denúncia ou pedir arquivamento do inquérito ou das peças informativas.

§1º – Diligências complementares poderão ser deferidas pelo Relator com interrupção do prazo deste artigo.

Notícias veiculadas pelos meios de comunicação e depoimentos colhidos por esta CPI colocam em questão a condução [não estamos aqui fazendo juízo de valor] pela Procuradoria-Geral da República do conteúdo das informações colhidas, a partir das investigações dos Inquéritos nºs 42 e 89, Monte Carlo e Vegas.

As informações solicitadas neste requerimento são indispensáveis para esclarecer ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira aspectos atinentes à investigação desta CPMI que suscitam questionamentos acerca da legitimidade de procedimentos adotados por instituições públicas.

Por essas razões, solicitamos a aprovação deste requerimento.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Uma questão de ordem, logo depois da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Uma questão de ordem, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos organizar as questões de ordem. Vamos discutir o requerimento. Estamos com uma proposta...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, peço minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ordenar os trabalhos e vou ouvir todos os senhores. Não vou limitar a participação de nenhum Parlamentar que queira se posicionar sobre assunto tão relevante. Vou apenas colher e peço à assessoria que colha o nome de todos os Senadores e todos os...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para discutir o requerimento, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à secretaria para anotar. Não estou vendo ninguém. Primeiramente, Deputado Luiz Pitiman – a assessoria está anotando – como prioritário, porque é o autor do requerimento, que foi citado como requerimento saneador pelo Relator.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para discutir o requerimento, Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não vou anotar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Olha para cá Marcos, para esse lado...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou ouvindo o Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, entendo que o complemento que o nobre Relator fez ao nosso requerimento transforma, realmente, e retorna esta CPI aos trilhos. As perguntas que nós temos ao Procurador-Geral são justamente estas. Esta CPI não foi criada para nenhum outro tipo de investigação a não ser exclusiva do Sr. Cachoeira e todas as pessoas que junto com ele cometeram crimes.

A solicitação para que seja feito por escrito será extremamente esclarecedora e nos permitirá ainda a avaliação de todos os Pares para que, após isso, nós possamos nos dar por satisfeitos ou ainda fazer algum tipo de solicitação a mais.

Com esse complemento, temos a certeza absoluta de que venceremos essa pauta e entraremos na pauta definitiva, que é investigar o Sr. Cachoeira. Não a Procuradoria, não qualquer outra pessoa que esteja fora do foco e fora do objetivo desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A partir de agora, obedecendo a lista de inscritos pela secretaria, eu vou dar um prazo de três minutos para cada um dos inscritos. Todos os senhores vão ter direito de se posicionar. É uma questão apenas

de aguardar a vez. Por ser relevante o tema, eu peço aos senhores apenas a disciplina do tempo, para que possamos ter o direito de ouvir todos os senhores. São três minutos, Rubens Bueno.

Maurício Quintella, Vanessa Grazziotin, Carlos Sampaio, Fernando Collor, Humberto Costa, Silvio Costa e Onyx Lorenzoni. São os primeiros.

Maurício Quintella, com a palavra.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – V. Exª poderia ler a lista completa, Presidente, para saber se quem pediu a palavra foi visto?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, vou parar agora. Para, para tudo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente, apenas para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos lá! Faça o esclarecimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou propondo que nós não votemos os outros requerimentos. Nós vamos discutir e votar o requerimento do Deputado Luiz Pitiman, Requerimento nº 270, com as alterações que estou propondo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ler a lista completa daqueles que já estão inscritos. Quem não estiver inscrito, passe a inscrição: Maurício Quintella, Vanessa Grazziotin, Carlos Sampaio, Fernando Collor, Humberto Costa, Silvio Costa, Onyx Lorenzoni, Alvaro Dias, Miro Teixeira, Sérgio Souza, Cássio Cunha Lima, Randolfe Rodrigues, Vieira da Cunha, Cândido Vaccarezza, Delegado Protógenes, Rubens Bueno, Pedro Taques, Paulo Teixeira, e por aí vai.

Com a palavra Maurício Quintella. Três minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu me inscrevi antes de Pedro. Ele estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É um erro da secretaria, Lídice. Eu peço desculpa por eles agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Assim é impossível!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella, com a palavra.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, peço a V. Exª que retome o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou tentando. Vamos lá, Maurício, por favor.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, primeiro, eu queria parabenizar o Relator pela decisão que tomou em reorganizar esse requerimento.

Esta CPMI, obviamente, não foi criada para se investigar o Procurador-Geral da República, nem o Ministério Público Federal, mas, depois dos depoimentos aqui prestados pelos dois delegados da Polícia Federal, sem dúvida nenhuma os esclarecimentos se tornaram obrigatórios, tanto pelo Chefe do Ministério Público quanto pela própria instituição. Isso, Sr. Presidente, fica claro pelo fato de o Procurador-Geral da República ter recebido a Operação Vegas em agosto de 2009 e apenas ter feito a denúncia a respeito das pessoas que detinham prerrogativa de função após o desenlace da Operação Monte Carlo.

Nessas circunstâncias, Sr. Presidente, ficou claro também que fatos estranhos ocorreram. Primeiro, do ponto de vista processual. Portanto, não é só esse requerimento que precisamos fazer. A Justiça Federal de Goiás, por lei, deveria ter mandado esse processo não para a Procuradoria-Geral da República e, sim, para o STF, que era a instância superior. Estranhamente, houve um desvio aí e se mandou para a Procuradoria-Geral da República. Estranhamente também esse processo foi parar na mão da esposa do Procurador-Geral, havendo 62 procuradores responsáveis pelo caso. Então, são movimentos e são passos que são estranhos à Justiça e são estranhos àquele que determina a lei.

E é fundamental, Sr. Presidente, também que o Procurador esclareça a sua estratégia. A princípio, pelo que ficou declarado pelos policiais federais, a Procuradoria-Geral da República... Presidente, fica difícil falar assim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço atenção. (*Fora do microfone*.)

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – A Procuradoria-Geral da República não tinha nenhum conhecimento da Operação Monte Carlo. Pelo que foi dito pela Polícia Federal, apenas houve uma coincidência de alvos. Ou seja, qual a estratégia que poderia ter a Procuradoria-Geral da República em relação à Vegas, se não havia nenhuma operação subsequente, ou se eles não tinham conhecimento nenhum sobre as investigações da Monte Carlo? Então, é preciso que se esclareçam essas estratégias.

Sr. Presidente, e peço, aqui, que também se proceda...

Para concluir, Presidente, porque eu também fui interrompido várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Ok.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Que se proceda depois a elaboração do requerimento para a Justiça Federal de Goiás. E queria aqui concordar com o procedimento que foi adotado. O primeiro procedimento escrito acho que pode ser feito pelas implicações políticas e processuais que nós temos neste caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin, por favor, com a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro eu quero que fique bem clara a proposta do relator. E que ele me corrija caso eu não tenha entendido.

O que nós estamos fazendo aqui, por sugestão do relator e que eu considero extremamente correto e equilibrado, equilibradíssimo, é sustar a votação de todos os requerimentos que convocam, convidam e aprovar, nesse primeiro momento, um pedido de informações por escrito. Se é assim, sou a favor. Sustar. Nós não estamos rejeitando uns para aprovar outros.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Até aproveitando a Senadora Vanessa Grazziotin, nós vamos discutir também o Requerimento nº258, de igual teor, do Deputado Carlos Sampaio e do Deputado Fernando Francischini, que requer informações.

Eu estou propondo a substituição do conteúdo deles pelo que já falei.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas é correto. Então, nós estamos sustando a convocação e aprovando um pedido de informação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Correto. Exato.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu quero dizer também que considero uma proposta extremamente ajustada, corretíssima e prudente. Nós não podemos permitir que essas diversas versões continuem a estampar todas as manchetes dos jornais do nosso País.

Sr. Presidente, veja bem, eu ouvi com atenção V. Exª ler todo o pedido de informações detalhado. E V. Exª cita... É difícil falar aqui, muito difícil. V. Exª cita o art. 231, do Regimento Interno do STF, que dá um prazo ao procurador, uma vez recebidos das autoridades policiais os autos, de 15 dias para oferecer a denúncia ou requerer o arquivamento. Quinze dias! E o requerimento de informação apresentado pelo Deputado Pitiman e modificado pelo nosso relator confere um prazo de dez dias.

Nobre Relator Odair Cunha, dez dias eu considero exagerado, mesmo porque ele não vai analisar um processo, são apenas informações que estão sendo passadas diariamente à imprensa. Então, o quanto antes tivermos as dúvidas dirimidas, melhor. Dez dias é muito. Nenhum processo deverá ser estudado, mas apenas redigido, posto num papel o que já se sabe: a data que recebeu, o que se fez e porque se fez ou se agiu daquela forma. Então, sugiro, Presidente, que o prazo seja de cinco dias, para obtermos a resposta desses questionamentos que eu considero fundamentais. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para fazer um esclarecimento importante, porque na verdade aqueles que são os autores têm um tratamento diferente no regimento.

O Requerimento nº258, do qual fui autor, juntamente com o Deputado Fernando Francischini, é de idêntico teor e antecede o do Deputado Luiz Pitiman. O nosso foi protocolizado no dia 10 do mês 5, de 2012 e o do Deputado Luiz Pitiman no dia 14 do mês 5, de 2012.

Obviamente, eu não quero exclusividade em hipótese alguma. Podemos ser ambos coautores. Mas que fosse corrigido esse equívoco, uma vez que só consta como autor o Deputado Luiz Pitiman, quando antes do requerimento dele, exatamente quatro dias antes, protocolizamos o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai ser feito o registro, com as desculpas do relator, que já assumiu aqui a parte que lhe coube.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor, com a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, fazendo um rápido histórico sobre a participação de S. Exª Sr. Procurador-Geral nesta CPMI, eu gostaria de lembrar a todos os Srs. Parlamentares que para apresentar requerimento não precisamos de CPMI, basta que o apresentemos, qualquer um de nós, em plenário ou nas comissões temáticas. Então, fazer reunir uma CPMI como esta para aprovar um requerimento para que o Procurador-Geral da República responda por escrito, depois de ter recebido a gentilíssima homenagem de V. Exª e de S. Exª o Sr. Relator, na visita que lhe fizeram para convidá-lo a estar presente aqui na CPMI, e ele lhes respondeu com sonoro "não" e, em seguida, convidou parlamentares, mais especificamente Senadores, para pedir a esses Senadores que defendessem a não vinda dele à CPMI e, mais ainda, soltando boatos, dizendo que casos fortuitos poderiam vir a lume e isso poderia causar constrangimentos a alguns parlamentares, numa espécie de ameaça velada, posteriormente, dizendo que quem estivesse defendendo a vinda dele à CPMI é porque queria atrapalhar o julgamento do mensalão; todas essas respostas do Sr. Procurador-Geral da República demonstram claramente que ele está com algum problema e que não quer enfrentar a CPMI. Eu absolutamente não concordo com o requerimento aprovado na CPMI, porque este não é local para apresentar requerimentos. Isto aqui é

local para apresentar aquilo que estamos mostrando, para a pessoa estar presente à CPMI.

Eu sou a favor, e apresentei esse requerimento no dia 24 de abril deste ano, que o Sr. Procurador-Geral da República viesse apenas para jogar luzes nesta Comissão, para que nós tivéssemos informações nas quais nos basearmos para fazermos as inquirições que se seguiriam.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª que visse, em primeiro lugar, que apresentar requerimento desse tipo, ainda mais de forma extemporânea, como estão sendo apresentados, contrariando a regulamentação que foi apresentada e aprovada já aqui por este Plenário, não pode acontecer porque senão isto aqui vai vira uma casa de Noca. E não é isso que desejamos sob o seu firme comando. Sob o seu firme comando, o que nós desejamos é verificar que o Senado da República receba o Sr. Procurador-Geral da República, para que ele explique todas as lacunas que deixou nas respostas oferecidas pelos delegados das duas operações que aqui estiveram presentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador. Estamos analisando a proposta do relator.

Senador Pedro Taques.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu gostaria que V. Exª, depois, ao final, colocasse em votação outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo, Senador.

Senador Humberto Costa e, depois, Senador Pedro Taques.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente quero dizer que não tenho discordância do teor do comentário do Senador Fernando Collor, no entanto, acredito que temos que discutir a oportunidade de cada coisa. Primeiro, é necessário registrar que, de fato, a postura do Procurador-Geral da República e da Subprocuradora Cláudia Sampaio foram posturas desrespeitosas com o Congresso Nacional, desrespeitosa com a CPI, com os parlamentares. Generalizar e acusar os que querem saber o que aconteceu na Procuradoria-Geral da República como amigos de mensaleiros ou defensores de mensaleiros é um desrespeito com esta Casa. Além de tudo, a postura da Subprocuradora, além de desrespeitosa com a instituição que é a Polícia Federal, também foi desrespeitosa com esta Casa e com a CPI. Esse registro tem que ser feito.

O segundo aspecto que vejo, dirigindo-me ao Senador Fernando Collor, é que esta é uma CPI em que ninguém vai blindar ninguém. Não há essa possibilidade. Os fatos falam mais alto o tempo inteiro. Se o Procurador vier aqui, ele virá. As razões para que venha acontecerão. Agora, o que não podemos permitir neste momento é que alguém queira se vitimizar, dizer que não estão querendo que se faça a denúncia. Não podemos admitir isso e não podemos admitir também que quem não tem interesse que isso vá a fundo comece a dizer que é a CPI do Procurador-Geral, que é a CPI da Imprensa. Não, aqui nem é a CPI da imprensa nem é a CPI do Procurador-Geral, é a CPI da organização, supostamente criminosa, comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Então, o que eu sugeriria, dentro do espírito do que o relator apresentou, é termos um pouco de paciência, vamos aguardar a resposta. Se essa resposta não vier ou se essa resposta não for convincente, então, como eu disse, as condições para trazer quem quer que seja para cá, inclusive o Procurador e a Subprocuradora, estarão dadas.

Por essa razão, convoco aqui, conclamo os nossos Pares a votarmos todos, unanimemente, esse requerimento e aguardarmos o desenvolver dos fatos para, se for o caso, tomarmos uma posição diferenciada. Essa é a minha posição.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores. Para concordar com o requerimento, ninguém está acima da lei, Sr. Presidente, ninguém pode se postar acima da lei. O Procurador-Geral da República, como o Presidente da República, como o Senador da República, não se encontram acima da lei. Agora, devemos obediência à lei. Obedecer à lei não é se colocar acima da lei.

Nós temos aqui esse requerimento e entendo que o Procurador-Geral da República não pode depor em CPI, mas não estamos debatendo isso aqui, vamos debater em outra oportunidade. Agora, aqueles que entendem que o Procurador-Geral cometeu algum Ilícito que tomem as providências, que estão na Lei 1.079, de 1950, que entende que cabe crime de responsabilidade a Procurador-Geral da República. Quem entende que o Procurador-Geral da República prevaricou tome as providências que se encontram no Código de Processo Penal, no art. 5º, inciso II. Ninguém pode alegar desconhecimento da lei, porque existe uma lei que diz que não se pode alegar desconhecimento da lei. Muitos, inclusive, votaram essa lei. Portanto, o Procurador-Geral da República não é objeto de investigação, não é sujeito de investigação nesta CPI. Nós temos, sim, de esclarecer esses fatos, concordo inteiramente com o Senador Humberto Costa neste particular. Agora, nós não podemos politizar esta CPI. Se o Procurador-Geral da República ou outra autoridade restaram desrespeitosos com a CPI, quem assim entender que tome as

providências, a lei não pode ofender quem quer que seja, nós temos de cumprir a lei, Sr. Presidente. É isso, concordo inteiramente com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o nobre relator... Deputado Odair Cunha, gostaria que V. Exª me ouvisse um pouco. V. Exª tem conduzido a sua relatoria com muito equilíbrio, com muita serenidade, mas eu não posso votar esse requerimento. Esse seu requerimento, em minha opinião, é uma afronta e, no mínimo, é uma moção de desconfiança ao Delegado da Polícia Federal, Dr. Raul. Sabe por quê? Todas as perguntas, eu vou ler uma por uma... Sr. Presidente, estou no meu tempo... Sr. Presidente, o problema é que alguns Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está com a palavra, está perdendo o seu tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Todas as perguntas. A primeira pergunta: em que circunstâncias chegou ao Procurador-Geral? O Delegado da Polícia Federal disse que foi um Juiz da Primeira Vara de Goiás que mandou entregar. Segunda: em que data chegou o inquérito? Quinze de setembro, o Delegado disse aqui. Terceira: diante dos indícios, o que foi que o Procurador fez? O Delegado diz que ele não fez nada. Quarta: em que idade e em que circunstância o Senhor tomou conhecimento da Operação Monte Carlo? Não poderia ter tomado conhecimento, porque a Monte Carlo só começou em 2010. Quinta: diante dos indícios verificados, o que o Senhor fez? Ele denunciou o Demóstenes agora em março.

Então, isso aqui é um desrespeito ao Delegado, Dr. Raúl. Eu não estou aqui para tomar partido: se fico com Dr. Gurgel ou Dr. Raúl. Esta CPMI tem de ter altivez. Já tomamos uma decisão esdrúxula há pouco tempo. E qual foi a decisão? A gente deu direito ao advogado de Cachoeira ter acesso à sala secreta. Agora, todo o mundo que for convocado, a gente vai dar o mesmo direito ao advogado de ter acesso à sala secreta. Daqui a pouco, essa sala secreta, efetivamente, não vai valer nada. Em suma: ou a gente torna isto aqui uma CPMI, uma Comissão de investigação ou a gente vai ficar de brincadeira. Eu vou ficar com Dr. Raúl. Ele falou pela fé, ele não mentiu. Entre Dr. Raúl e Gurgel, eu fico com Dr. Raúl.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onyx com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito não abre mão nunca do Parlamentar. O que o nobre Relator está propondo é uma síntese de um processo político construído dentro desta CPMI. Uma CPMI constrói seu caminho investigativo através da soma dos esforços dos Parlamentares que a compõem. E, neste momento, a proposta do Sr. Relator que vai sobrestar... não quer dizer arquivar, retirar, cancelar... Ele vai sobrestar, temporalmente, os demais requerimentos de convocação, apresenta um documento que traz um roteiro que poderá esclarecer a CPMI, o Sr. Procurador-Geral da República vai atender a demanda da CPMI no prazo fixado e nós teremos todos os elementos, dentro de dez dias, para decidir se esse sobrestamento e a resposta resolveram ou se nós temos de retomar... Portanto, eu quero me associar ao bom-senso, ao equilíbrio e principalmente à prudência. Nós temos de nos dar conta de que uma CPMI tem, por seu epílogo, a entrega do seu relatório a quem? À Procuradoria-Geral da República. Todas as CPIs feitas pelo Congresso Nacional têm esse destino. Portanto, não podemos iniciar, nós que estamos iniciando o processo, pelo seu final. Portanto, quero cumprimentar o Sr. Relator pela sensibilidade, todos os Parlamentares que participaram da construção deste caminho, que é equilibrado e vai nos dar respostas e nos dará a condição, dentro de alguns dias, de decidir com serenidade e firmeza. A mesma firmeza com que decidimos há pouco em que reafirmamos nossa independência, nossa autonomia, exaltando a separação dos Poderes e dizendo que a CPI vai cumprir com seu dever com a sociedade brasileira. Nós queremos ver o Carlinhos Cachoeira como queremos as respostas da Procuradoria. Os caminhos são diferentes, mas o objetivo é lançar luz sobre essa verdadeira máfia que se estabeleceu no Brasil e que precisará de muito esforço e muita paciência e tolerância entre nós para superar as divergências político-partidárias para responder à sociedade brasileira. Esse é o meu proposto e é nessa linha que eu quero trabalhar e parabenizar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para apoiar a proposta do Relator, com base nos requerimentos já referidos. É uma alternativa inteligente e que preserva a dignidade de um instituto tão importante como a Comissão Parlamentar de Inquérito. Se esta CPMI optasse por aprovar um requerimento de convocação do Procurador, estaria decidindo de forma inócua porque o Procurador não viria. Ele tem amparo constitucional para não comparecer. Inclusive, Ministros do Supremo Tribunal Federal já se manifestaram, antecipadamente, a respeito.

Além do amparo constitucional, é bom invocar o § 3º do art. 58 da Constituição Federal, mas também o art. 252, II, combinado com o art. 258 do Código de Processo Penal, que impede o funcionamento do Mi-

nistério Público nos processos em que tenha servido como testemunha. Ao comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito, o Procurador somente o poderia na condição de testemunha, porque ele não é investigado. É exatamente esse o caso em que o Procurador-Geral da República está impedido de prestar depoimento. Trata-se de impedimento absoluto por força da lei. O Procurador-Geral da República não pode depor, seja em juízo, seja em Comissões Parlamentares, seja em qualquer outro órgão que promova investigação sobre feito que seja da sua atribuição funcional.

Portanto, a convocação seria a prática de um ato inconstitucional, ilegal e antirregimental. A alternativa proposta pelo Relator é inteligente, porque responde às questões que seriam suscitadas se eventualmente o Procurador pudesse comparecer. Não há outra questão essencial a ser formulada ao Procurador.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Do ponto de vista de quem analisou, como nós, com a preocupação da Justiça e da imparcialidade, a estratégia adotada pelo Procurador demonstrou-se eficiente, bem-sucedida, porque, ao não adotar procedimentos para a investigação do Senador por entender que os elementos jurídicos eram inconsistentes, não despertou os investigados. Ao não arquivar, possibilitou a continuidade das investigações, sem que os investigados fossem alertados. Ou seja, a estratégia foi bem-sucedida a ponto de estar o Sr. Carlos Cachoeira na cadeia e personalidades...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...autoridades da República com direito a foro privilegiado investigados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, a estratégia adotada pelo Procurador-Geral da República foi uma estratégia de eficiência e que produz os resultados que estamos alcançando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu também vou de encontro à proposta do Relator. Aliás...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ao ou de? De ou ao.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ao encontro, perdão. Já retifiquei e peço perdão. Retifiquem nos Anais, nas notas taquigráficas e chame o Sílvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos embora, Rubens.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Para fazer a redação final. Mas me desculpe.

Ao encontro dessa proposta, Sr. Relator. Eu já havia até me pronunciado na quinta-feira exatamente desta forma. Quer dizer, um documento que levasse à figura e à autoridade do Procurador-Geral que pudesse aqui esclarecer a CPI diante das contradições colocadas pelos delegados as informações que nós recebemos. Então, estamos de comum acordo. Vi entrevista sua na televisão no sábado ou na sexta. Até falei que é por aí o caminho. Vejo o equilíbrio e a serenidade com que V. Exª está conduzindo o seu trabalho.

De outro lado, Sr. Presidente, temos também que ver o seguinte. Nós não podemos de forma alguma ficar aqui também em busca deste ou daquele requerimento sem botar o dedo na ferida. Cadê a quebra do sigilo bancário da empresa Delta? Cadê a quebra de sigilo bancário do Sr. Cavendish? Cadê a quebra de sigilo bancário do Sr. Henrique Meirelles, que é da República de Goiás, que está todo mundo enrolado nesta questão? Evidentemente, aqueles que foram denunciados, não aquele povo ordeiro de Goiás. Estou querendo dizer que temos que colocar o dedo na ferida. É por isso que a quebra de sigilo bancário do Sr. Cavendish, dessa gente toda precisa estar na pauta para podermos começar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem toda razão V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Até por que isso...

Sr. Presidente, quero fazer por último uma reclamação. Foi recebido aqui o sigilo fiscal do Sr. Cachoeira. Foi recebido ontem. Hoje, eu saí de lá na Câmara, vim aqui na sala e não está disponível porque está num cofre. Eu procurei informações, ninguém soube me dar naquele momento, até porque eles estavam ocupados aqui na Comissão de Ética, se não me engano. Mas, enfim, só para dizer a V. Exª que tem que colocar isso em atenção à Comissão. Nós queremos ver o que está acontecendo e não dentro de um cofre.

Então, colocar na mesma sala em que foram colocadas essas informações que estou pedindo a V. Exª mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estão prontas a partir de amanhã o senhor pode mergulhar na sala e ter todas as informações.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tem água lá, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Para mergulhar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tudo que o senhor quiser tem lá.

Miro Teixeira com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Deputado Bueno perguntou se tem água. Existem cachoeiras lá, existem cachoeiras lá.

Presidente, eu concordo com o Relator e pediria a ele para examinar a possibilidade de, na ementa, em vez de "requer informações ao Procurador-Geral da República", "requerer informações à Procuradoria-Geral da República", mais amplo. Podem chegar informações, inclusive, de Procuradores que estão atuando em Goiás. Nós podemos receber informações mais amplas, mas não é uma questão de fundo.

Sou contra esse desvio de curso da nossa discussão. Fiquei animado quando vi o Deputado Rubens Bueno falar em trazermos à discussão o seu trilho. Porque nós não estamos aqui discutindo os ladrões. Nós estamos discutindo quem gritou "pega ladrão". Isso é um absurdo, no meu ponto de vista, pedindo licença a todos os senhores e senhoras que divergem para eu também divergir.

Nós temos hoje uma sessão dedicada exclusivamente a isso. Mas cadê? Há aqui gravações das ligações do Cavendish com o Cachoeira. Há gravações diversas aqui, grandes interceptações, um trabalho formidável da Polícia Federal e do Ministério Público. Estamos aqui tentando o quê? Botar em colisão Polícia Federal e Ministério Público? Mas nós só chegamos a isso graças às duas instituições. Vamos nos dedicar um pouco a esses que desviaram dinheiro dos cofres públicos e vamos nos dedicar a recuperar esse dinheiro.

Eu acredito que já há um grupo de Deputados e Senadores nesta comissão, Presidente, muito disposto a agir diretamente nos juízos nos Estados, no Distrito Federal, peticionando, porque há um grupo que não está interessado nesses desvios de pauta e não vai ficar parado. Nós vamos atrás dessas pessoas. Vamos contar aqui com alguns que não estiveram nas nossas reuniões, mas que podem procurar contato para integrar este grupo que vai buscar o que a Comissão deveria estar buscando.

E eu insisto: é preciso organizar a Mesa da Comissão. Nós estamos aqui com embaraços que não estariam sendo produzidos se tivéssemos aqui os Vice-Presidentes – e aqui não lhe fala nenhum candidato – para repartir as atribuições. É preciso ler os requerimentos como eles saem daqui para as testemunhas ou para os réus. É preciso ler aqui com atenção o que é dirigido ao Supremo Tribunal Federal e é preciso que a Polícia Federal...

E agora eu me dirijo ao Relator como questão de ordem ainda no meu tempo e a V. Exª: Será que já chegaram aqui os documentos aprovados, requisitados pelo Relator? Logo no nosso primeiro dia, o Requerimento nº 1. A Polícia Federal para cá todos os encontros fortuitos? Todos. Todos. Porque eu acho que nós estamos reagindo muito docilmente a essa atitude do Supremo Tribunal Federal. Por mim, nós aprovaríamos aqui cinco requerimentos e depoimentos de réus, de suspeitos para eles darem cinco *habeas corpus* por dia, e a população entender aquela frase do Dr. Ulysses Guimarães; "Numa certa CPI, o povo há de descobrir outra rampa para invadir na Praça dos Três Poderes".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, nós precisamos entender um pouco a função do Sr. Procurador-Geral da República, no caso do Mensalão. Ele já propôs a denúncia anos atrás, inclusive o processado já foi relatado pelo Relator e está hoje nas mãos do Ministro Revisor e está para ser marcada a pauta de julgamento.

Então, na minha opinião, não fará nenhuma diferença o fato de ele se justificar perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito quanto ao *modus operandi* adotado com o término da Operação Vegas e por que demorou tanto tempo para se instalar outra operação. É dito até por um dos delegados aqui nesta Comissão que foi pelo fato do vazamento de informações da Vegas é que se montou a Monte Carlo mais de um ano depois, e aí há o envolvimento também – parece-me – da Subprocuradora Cláudia.

Precisamos entender isto: em nenhum momento, ninguém do Governo ou da oposição está pensando de certa forma atrapalhar o julgamento do Mensalão. Acho que, para o Governo ou para aqueles que defendem o Governo, é pior atacar o Procurador-Geral da República porque isso pode constranger os réus e não o Procurador-Geral da República.

É importante delimitar a atuação desta CPI e dizer o seguinte: o que nós queremos aqui é uma explicação sobre o porquê ficou tanto tempo sem, de fato, uma resposta dessa Operação Vegas. E mais, se tinha elementos ou não tinha elementos, nós vamos analisar agora para instalar um processo, na época. Mas se tivesse sido instaurado, na época, um processo contra o Demóstenes, por exemplo, talvez ele não fosse Senador, talvez Goiás tivesse outro Governador. Então, temos de pensar nisso tudo em conjunto.

Mas quero defender aqui o plano de Governo do Deputado Odair. Nós votamos aqui, aprovamos um plano de Governo. Acho que, neste momento, a convocação do Procurador-Geral da República não é interessante para esta Comissão, mas a resposta que ele possa dar, as explicações que ele possa dar com

relação ao *modus operandi* desse processo, quando permaneceu na Comissão, é prudente, Sr. Presidente. Então, apoio o requerimento sugerido por Luiz Pitiman e complementado pelo Relator Odair.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, acredito que as falas que já ocorreram apontam para uma direção muito nítida em relação ao requerimento apresentado por S. Exª, o Relator, o que demonstra um equilíbrio desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é formada por Senadores, Deputados e Deputadas com larga experiência, com vivência. Usando uma linguagem muito popular, o mais bobo que está aqui é Deputado Federal ou Senador da República.

Estamos há praticamente um mês da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, efetivamente, não produzimos absolutamente nada de novo. O que se percebe nos bastidores do embate político desta CPMI é um segmento muito expressivo que deseja uma apuração que possa ir além daquilo que já foi feito, com muita competência, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, dentro da tripla personalidade do investigado, sim, porque o Dr. Carlos Cachoeira, o Sr. Carlos Cachoeira, era contraventor, empresário formal e lobista da empreiteira Delta. O Carlos Cachoeira contraventor está preso, fruto desse trabalho, repito, competente da Polícia Federal e do Ministério Público. O que nos cabe, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, é ir além do que já foi apurado por essas duas instituições do nosso País, e o que se percebe, de forma muito nítida, de forma hábil e ardilosa, é que já estamos há quase um mês aqui reunidos e não conseguimos dar um passo concreto além daquilo que já foi apurado, porque há um nítido interesse em manter essa apuração no Carlos Cachoeira contraventor, que está limitada ao Estado de Goiás e que poderá atingir, como se tentou de forma indevida, na semana passada, autoridades daquele Estado.

Portanto, Presidente, precisamos em primeiro lugar, resolver definitivamente o problema da sala secreta, que, na minha visão, é um verdadeiro labirinto de Creta. Quem lá entra não tem chance de sair. Tenho ido com frequência ao labirinto de Creta e ainda hoje me deparo com senhas que precisam ser solicitadas ao Supremo Tribunal Federal para que possamos ter acesso a documentos que estão disponibilizados há dias. Rogo, requeiro, apelo a V. Exª, para que possamos, com a sua diligência, com o seu talento, com o comando firme e absolutamente imparcial que vem tendo à frente desta CPMI, que cria as condições, para que nós possamos investigar.

A primeira sugestão que faço, Presidente, é que peça a nossa assessoria que depure as interceptações desprezíveis. Numa amostragem que fiz semana passada, em 20 interceptações que abri, 16 eram caixa postal; 2 outras ligações incompletas. Podíamos montar um grupo de trabalho, a partir da indicação dos Vice-Presidentes, cobrados aqui pelo Deputado Miro Teixeira de forma reiterada e impertinente, e concluo, para que nós possamos dar andamento a isso, porque, do contrário, nós passaremos aqui 6 meses, haverá o embate político que está anunciado em torno da Procuradoria-Geral da República, da revista *Veja* ou setores da imprensa e do Estado de Goiás e não avançaremos um milímetro além daquilo que já foi apurado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

É esse o apelo que faço a V. Exª, manifestando, ao final, a minha posição favorável ao requerimento, que não vai dirimir essa questão tão cedo. Ele apenas adia o capitulo de um novo embate que haverá, e o tempo dirá nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem mesmo, Senador Cássio, para conhecimento de V. Exª, eu já mandava oficiar ao Ministro Lewandowski o seguinte ofício, em que solicito, de forma seca até: "Solicito a V. Exª que promova uma revisão das mídias enviadas a esse colegiado, em virtude de algumas mídias apresentarem arquivos protegidos por senhas com problemas de acesso". Datado de ontem, protocolado ontem mesmo, às 14h, no Supremo Tribunal Federal e publicizado na nossa página.

Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, em apoio ao requerimento do eminente Relator Odair Cunha, quero primeiro arguir a Constituição da República e reiterar a argumentação já dita aqui de que tenho convicção, em um Estado de Direito, em um Estado Democrático de Direito, onde reza o império da lei, de que ninguém está acima da lei. Todos devem prestar explicações quando forem necessárias essas explicações serem prestadas.

Claramente a Constituição da República reza dois princípios que me parecem ser pertinentes nesse debate. O primeiro é o do art. 2º, princípio basilar da independência dos Poderes, que fala da independência e harmonia entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Depois, notadamente, o do art. 127, que fala do Ministério Público, do Ministério Público Federal, do Ministério Público da União, do Ministério Público dos Estados e concede ao Ministério Público, já em doutrina consagrada e já em decisões consagradas pelo Supremo Tribunal Federal, o *status* de Poder da República.

Eu recomendo a todos aqui pesquisarem entre as decisões do Supremo Tribunal Federal a decisão do eminente Ministro Carlos Madeira, de 1989, se não me engano, a mais célebre, que diz que não pode uma Comissão Parlamentar de Inquérito convocar membro de outro Poder da República. Essa decisão é sobre a hipótese que existia de convocação de Presidente da República, porque não pode o Presidente da República, assim como não pode o seu substituto, o Vice-Presidente da República, de igual forma os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e de igual forma, pelo texto da Constituição, em seu art. 127, o Procurador-Geral da República, ser convocado.

Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito não pode ser uma depositária de medidas da *habeas corpus* que a desmoralizem. Nós já estamos diante de uma gravíssima crise institucional, e esta Comissão, Deputado Onyx, tem que se afirmar diante dela, em virtude, em decorrência da decisão de ontem do Ministro Celso de Mello. Nós não podemos dar razão para sobre esta Comissão pesar um *habeas corpus*, e agora com razão de ser impetrado, se nós convocássemos o Procurador-Geral da República.

A medida da quesitação é a melhor e mais adequada medida neste momento. O Procurador tem que dar explicação. A Procuradoria tem que dar explicações. Essas explicações serão dadas a partir do questionário formulado pelo Relator, o Deputado Odair Cunha. Se existem, de fato – já concluo, Presidente –, razões para desconfiar do Procurador, vamos à legislação que estabelece caminhos para isso. Utilizemos a Lei nº 15.079, de 1952. Quem está desconfiando, quem acha que o Procurador prevaricou solicite, proponha o *impeachment* do Procurador da República, mas não transformemos esta CPMI, quando já deveríamos ter chamado aqui o Sr. Cavendish, já deveríamos ter feito o depoimento do Senador Demóstenes, já deveríamos ter ouvido o Sr. Cachoeira e os Governadores de Estado já citados aqui, inclusive, nos primeiros depoimentos. Deveríamos ter tomado uma decisão aqui já de bloqueio dos bens da empresa Delta, para que não houvesse nenhum tipo de comercialização. Então, antes de tudo isso, a gente aprovar a convocação do Procurador-Geral da República não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ainda há dez oradores inscritos, e um problema está prestes a acontecer: a Ordem do Dia da sessão da Câmara. A sessão do Senado acabou, mas haverá a Ordem do Dia na sessão da Câmara.

Consulto os senhores se, rapidamente, por questão de eficácia processual, poderíamos deliberar sobre a proposta do Relator. E continuaríamos aqui sem qualquer prejuízo dos debates.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Sr. Presidente, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, Deputado Vieira.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Eu gostaria de me manifestar antes da votação, Sr. Presidente, porque eu gostaria de expor alguns argumentos, para que os colegas pudessem ouvi-los. Não sei qual é a minha posição na lista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É exatamente agora, coincidentemente.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Então, se V. Exª me permitisse, eu gostaria de falar antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, logo após a fala do Deputado Vieira da Cunha, eu colocaria a matéria em votação nominal. Os senhores concordam com isso? *(Pausa.)*

Se começar a Ordem do Dia, ficaremos prejudicados.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – É uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não é questão de ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Serão mantidas as inscrições? É isso? Entendi bem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha por três minutos.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Sr. Presidente, colegas Deputados, insisti em falar porque, numa sessão anterior em que esse mesmo tema foi discutido, fiz um apelo aos colegas que insistiam na convocação do Procurador-Geral da República. Infelizmente, vejo que não fui ouvido por alguns deles.

Há impedimento de ordem legal. Há impedimento manifesto. O Senador Alvaro Dias acabou de citar os artigos do Código de Processo Penal, que são claros. São os arts. 252 e 258 do Código de Processo Penal. Se o Procurador-Geral da República vier depor na CPI, ele estará impedido de atuar. Aliás, o Senador Taques também se referiu a esse dispositivo legal na sessão anterior. E os colegas continuam insistindo nessa tese! A legislação processual penal é expressa no sentido de impedir o Procurador-Geral da República de comparecer aqui.

O Senador Collor fala que ele disse um sonoro "não", como se ele estivesse fazendo uma espécie de acinte à Comissão. Absolutamente! O Procurador-Geral da República disse que não podia vir. E, até por dever de ofício, ele tem a obrigação de saber que não pode vir aqui. E foi isso que ele disse.

Aliás, foi dito aqui – até anotei a frase: "Ele não quer enfrentar a CPI". Ora, o Dr. Gurgel não quer enfrentar a CPI? É dito isso como se a CPI estivesse de um lado, e o Procurador-Geral da República, de outro lado. Mas onde é que nós estamos? O nosso alvo, então, é o Ministério Público? Ou o nosso alvo é uma quadrilha que se formou para assaltar os cofres públicos deste País? Nosso alvo não pode ser o Procurador-Geral da República! Nosso alvo é a quadrilha, Sr. Presidente.

Por isso, temos de entender o que é uma CPI e para onde vai todo o nosso esforço. Ele vai acabar nas mãos de uma pessoa que se chama Dr. Gurgel. Por quê? Porque assim diz a Constituição. Ele é o destinatário dos nossos trabalhos. O resultado de todo o nosso esforço e de nosso suor vai para as mãos do Procurador-Geral da República. Por quê? Porque há Deputados e Senadores envolvidos, e o foro é o Supremo Tribunal Federal.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Peço a palavra pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – E diz a Constituição que quem atua perante o Supremo é o Procurador-Geral da República!

Então, colegas, por favor, peço novamente que reflitam. A CPMI e o Procurador-Geral da República estão do mesmo lado, nem poderia ser diferente. Todo o nosso trabalho vai para a avaliação dele. Isso está no art. 129, inciso I, da Constituição Federal. O monopólio, como foi dito aqui, existe por parte do Ministério Público. É o que está na Lei Maior do País. Lá está escrito o dispositivo que diz que o Ministério Público é o titular exclusivo da ação penal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Vieira. Concluído.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Art. 14, Presidente.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Portanto, finalizo cumprimentando V. Exª, Relator, Deputado Odair Cunha, pela providência. Eu concluo com esta frase, Presidente. Ao mesmo tempo em que essa providência acata a preocupação dos colegas que querem saber o que efetivamente aconteceu, também não prejudica o trabalho e a atuação do Sr. Procurador-Geral da República nos inquéritos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Art. 14, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Art. 14, Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, gostaria de começar em relação ao verbo enfrentar. O verbo enfrentar, graças à riqueza de nosso vernáculo, não significa partir para se esbofetear, para trocar pescoções, mas enfrentar significa trocar opiniões, trocar ideias, enfrentar uma opinião divergente. E é nesse sentido que coloquei e apliquei o verbo enfrentar. Portanto, o pugilato não entra bem nessa questão.

Em relação à legislação processual penal, aos arts. 252 e 258, aqui tão citados, em relação ao art. 5º, § 2º, em relação à questão da prevaricação do Sr. Procurador da República, aqui ninguém está querendo brigar com o Ministério Público. Nós queremos que o Ministério Público nos ajude. E o que está havendo é uma omissão do Ministério Público ao não facultar a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito informações preciosas que ele detém, porque já apresentou denúncia junto ao Supremo Tribunal Federal que poderia servir de base para nossa inquirição...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, vamos votar!

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O segundo ponto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos terminar ali e iremos votar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O segundo ponto, em relação ao art. 14. O segundo ponto que eu gostaria de colocar é que, em nenhum momento, em nenhum instante, sequer aqui, Sr. Presidente, demonstrei que o Ministério Público não esteja querendo também a elucidação de todos esses casos. O que nos surpreende é o pernoite deste inquérito Vegas, aberto em 2009, durante dois anos, nas gavetas do Sr. Procurador e de S. Exª esposa, Drª Cláudia. Essa é uma explicação que ele nos deve. Vai dar por escrito? Vamos ver se essa resposta coincide com o que dizem os delegados, porque já há agora instalada uma clara divisão entre o que falou a Polícia Federal e o que vem falando o Ministério Público. É isso que precisamos dirimir para chegarmos a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar.

Senadora Lídice, peço a V. Exª – sempre tenho a colaboração de V. Exª – que eu vote a matéria agora, para, depois, dar a palavra a V. Exª, que é a primeira inscrita após a votação.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com as alterações, o Relator terá duas alterações a fazer. As alterações citadas. É o requerimento...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) –Não é o 270. É o 258.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os dois juntos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É o 258 e o 270.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os dois juntos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Até porque podemos ler a emenda. São diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os dois juntos.

Relator, com a palavra, para as alterações e iniciarmos a votação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós estamos em um processo de debate que, creio, continuará depois da votação. Não é a última reunião desta CPMI, teremos outras oportunidades. Foi-me informado por alguns Parlamentares que, se reduzíssemos o prazo de informações para cinco dias úteis, poderíamos ter uma votação unânime nesta CPMI. Todos os Srs. Parlamentares poderiam dar essa resposta de unidade. Quem dá em dez dias, pode dar em cinco dias úteis...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza, sem problema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...as informações que nós estamos requisitando. Essa é a única alteração que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – José Pimentel, como vota V. Exª?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Ele não está.

Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PT – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim. *(Pausa.)*

Jayme Campos. *(Pausa.)*

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho. *(Pausa.)*

Não está.

Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD –- AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mais algum Senador encontra-se em plenário?

Cândido Vacarezza.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha, Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente, com as alterações do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto "Não", porque é o Procurador e não a Procuradoria da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a Procuradoria...

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio Costa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Um esclarecimento, então.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cinco dias.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Cinco dias, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É Procuradoria ou Procurador... *(Pausa.)*

Procurador.

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente. De novo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Rubens.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Agora vou de encontro ou vou ao encontro? De novo, voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente. Eu só encaminharia um aditamento de uma pergunta que eu tinha falado com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Leve ao Relator pessoalmente, Protógenes.

Senadora Lídice da Mata com a palavra. V. Exª tem três minutos.

O requerimento foi aprovado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, eu tenho uma questão importante para tratar com os senhores sobre os procuradores. Na quinta-feira, há um impedimento legal da presença dos procuradores. Eu preciso tratar com os senhores se tenho de adiar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, não abro mão de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...a presença dos procuradores quinta-feira.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, não abro mão de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, V. Exª tem a palavra, Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu quero falar agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a atenção dos senhores.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu quero falar agora, porque me comportei de forma absolutamente disciplinada, embora tenha discordado profundamente da condução dos trabalhos nesse período. Eu quero propor que V. Exª, em cada questão, defina um número de pessoas inscritas para falar sobre o assunto, mesmo que não seja contra ou a favor, mas para se pronunciar. A forma como foi conduzido isto aqui beneficiou e privilegiou alguns Srs. Deputados e Senadores mais conhecidos, digamos assim, e que se apresentaram e terminaram se inscrevendo. Alguns, inclusive, falaram antes de mim, embora eu tenha pedido inscrição antes. Deputados pediram quase pela ordem e superaram a inscrição que estava colocada, o que foi erradamente permitido pela Mesa. Isso prejudica a posição daqueles que querem falar, que querem fazer a defesa de seu posicionamento. E todos aqui...Não tem Deputado nem Senador de primeira e de segunda qualidade.

Portanto, eu gostaria de colocar o meu descontentamento com a forma como foi conduzida, embora tenha todo respeito e consideração por V. Exª sempre e sempre disciplinadamente tenha buscado seguir o posicionamento da Mesa. Mas é preciso ter atenção a essa questão, porque, em outra reunião, não me comportarei da mesma forma. Serei obrigada a interferir também e, dessa forma, não contribuir para a boa ordem do trabalho.

Não vou nem mais falar sobre o assunto, que já foi vencido, embora, obviamente, haja concordado e parabenizado o Sr. Relator por ter conseguido o

consenso que representou a opinião da maioria ou a opinião unânime desta Comissão. Compreendo que foi necessário o debate para que o consenso fosse efetivamente consolidado, mas não pode ser desta forma que terminou sendo desrespeitosa ao trabalho que deve desenvolver-se aqui, dando oportunidades iguais para todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata, em nome da Secretaria que conduziu a lista de inscritos, peço a máxima desculpa a V. Exª, até porque V. Exª tem toda razão. Nós tivemos um momento de desorganização no recolhimento dessas inscrições. Efetivamente, nós extrapolamos um momento de ordenamento dos trabalhos. Por quê? Porque abrimos mão do momento de ouvir todos os parlamentares numa questão tão séria quanto essa do Ministério Público Federal.

Quando das próximas reuniões administrativas, os requerimentos só serão dados a palavra a dois membros, um e um. Agora, V. Exª tem todo o direito de reclamar, até porque, quando delegamos à Secretaria fazer a listagem dos Srs. Parlamentares, houve um tumulto generalizado e fiz questão de me concentrar na palavra do autor e, naquele momento era o Deputado Luiz Pitiman, e me alienei de toda a condução. Mas não sou responsável...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, não foi só essa questão. Diversos Deputados interromperam as falas e pediram para falar argumentando que tinham fatos novos, o que não corresponde à verdade. Eram os mesmos argumentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas sou o responsável...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Existiu claramente uma divisão no Plenário entre os que defendiam que era juridicamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas sou o responsável...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – ...impedido o Procurador de estar presente e aqueles que achavam que não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas sou o responsável e peço desculpa a V. Exª. Sou o responsável por isso.

Antes do Deputado Vacarezza, peço licença a V. Exª. Com a palavra o Deputado Vacarezza...

Quero transmitir uma informação importante a V. Exª, que é uma questão de direito. Quero transmitir uma informação importante a V. Exª, que é também uma questão de direito.

Os Procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, com o apoio, obviamente, da Associação Nacional dos Procuradores da República, requerem o adiamento de suas oitivas para imediatamente após o dia 31 de maio. Por quê? Porque informam que o Juiz Federal da 11ª Vara Federal de Goiânia marcou para o dia 31 de maio a audiência de instrução do processo crime número tal promovida em desfavor do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos e outros, oportunidade que serão ouvidas as testemunhas, nessa audiência de instrução e julgamento, de acusação e de defesa.

Alertam que a sua oitiva perante esta CPI no dia 17, quinta-feira, implicará no impedimento desses procuradores, previsto no art. 252, combinado com o art. 258 do Código de Processo Penal, o que impediria de prosseguir esses procuradores no seguimento da causa.

Ocorrendo essa oitiva dos procuradores perante a CPMI, para evitar a nulidade da audiência de instrução que vem a seguir, o outro Procurador da República deverá estudar todo o processo em menos de dez dias, entre o dia 17 e o dia 31 de maio, para substituir os procuradores que promoveram a denúncia original, porque são eles que conhecem efetivamente a causa, em prejuízo do bom desempenho da acusação.

Entende a Presidência prudente e conveniente, e consulto aos senhores, portanto, o adiamento da oitiva. E devo, com a anuência dos senhores, marcar exatamente após o dia 31. Essa a decisão... Após o dia 1º/06, quinta feira fica...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Sílvio

Na quinta-feira fica, portanto, uma reunião administrativa de quebra de sigilo, de quebra técnica e uma pauta grande, uma pauta extensa, que vamos marcar para às 9 horas da manhã.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não. Os requerimentos protocolados até hoje, ok? Pois não, Sílvio

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, se V. Exª pegar a história das CPIs, via de regra, quem dá caminho numa CPI, quem detona uma CPI é sempre o chamado baixo clero da organização, a periferia da organização.

Veja bem, hoje iríamos ouvir o Cachoeira, mas, infelizmente, não foi possível. Parece-me que o Sr. Dadá, que é um membro importante dessa organização, já foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está marcado...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma. É isso... Veja... Eu queria propor ao Plenário que, na próxima quinta-feira, não fizéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não dá mais tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como não dá tempo? Hoje é terça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não dá tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E convocaríamos o Dadá, na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não dá tempo, Sílvio Costa, por favor. Está convocado.

Deputado Vacarezza com a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, nem ia falar, mas acho que é uma boa oportunidade para fazermos o debate sobre os destinos da CPI. Temos ainda 170 dias. Mesmo V. Exª pedindo desculpas pela inscrição, acho que a condução que V. Exª está dando para a CPI está nos dando condição de seguir o roteiro do Deputado Odair Cunha.

V. Exª ouviu diversos Deputados falando que nós discordamos. Poderia dizer que me sinto prejudicado, mas não me senti, porque o resultado concreto da votação foi positivo para a CPI. Acho que nós evoluímos muito. Ainda temos 170 dias pela frente. E nesses 170 dias vamos desvendar e preencher as lacunas que nós temos nessa investigação. Temos uma organização criminosa que faz espionagem política, espionagem empresarial, sequestro, como vimos e que não estava claro, e outros crimes, principalmente corrupção de agentes públicos, envolvimento de pelo menos um governo de Estado, que já vimos. Então, temos tempo para fazer.

E quero registrar que esta CPI não está sendo blocada. E é importante a condução que V. Exª está dando, mesmo que os Deputados e Senadores da oposição tenham falado muito mais do que os demais, se pegarmos a proporcionalidade. Mas isso não tem problema.

Também quero registrar que o roteiro do Deputado Odair teve uma votação com ampla maioria, inclusive com votação da oposição. Esta questão do questionamento enviado ao procurador, nenhum Deputado da oposição votou contra, todos votaram favoravelmente. E a condução que V. Exª deu foi boa. Então, acho que V. Exª deve ter o Regimento como norma, mas essa conduta tem ajudado a CPI a avançar.

Eu, diferentemente do que falaram alguns aqui, acho que avançamos muito. E estamos criando uma jurisprudência, uma orientação para as futuras CPIs. CPI não é uma câmara de inquisição, de tortura para inquiridos. CPI é um lugar onde vamos usar inteligência, aprofundar as investigações e contribuir com o País.

No caso desta, a grande contribuição nossa é desmantelar essa organização criminosa e alertar os órgãos públicos para as outras.

Como ainda tenho cinco segundos, quero só dizer o seguinte: não existe autoridade que não possa ser convocada por esta CPI. O procurador poderá ser convocado se assim entender a CPI. O que pode acontecer é que, se ele for convocado, não será o presidente do processo, fruto desta CPI. Com relação aos procuradores, sou favorável que prorroguemos a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª pela contribuição que tem dado.

Com a palavra o Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, votei a favor do requerimento do eminente Relator Odair Cunha, um requerimento muito pertinente, porque dá a chance ao Procurador-Geral da República de se manifestar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não podemos aqui, Sr. Presidente – e peço a atenção aos meus nobres pares, tanto Deputados e Senadores –, entrar em uma rota de colisão na instituição do conflito institucional, entre Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem bem definido no art. 58, § 3º, o seu objeto jurídico, a sua natureza jurídica, "*as comissões parlamentares terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais*". Não podemos entrar em uma rota de colisão com o Supremo Tribunal Federal, como também não podemos aqui incentivar um conflito institucional entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço silêncio ao senhores, em respeito ao Deputado Protógenes que está com a palavra. Retomo a palavra ao Sr. Deputado Protógenes.

O SR. PROTÓGENES QUEIROZ (PCdoB – SP) – Peço aí a prorrogação. É com o Ministério Público. O Ministério Público, estão bem delineadas as suas atribuições e competências, no art. 129 e no inciso II. Eu acredito que há uma precipitação, tanto do Ministério Público, quanto da Polícia Federal, em se manifestarem publicamente sobre o objeto da investigação. Então, isso não é recomendável.

Eu recomendo, publicamente, às duas instituições para se aterem ao objeto da investigação, que é o esquema criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira, que está lá, inserto no inciso II, do art. 129: cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição.

E tem lá também, Sr. Presidente, outra situação muito concreta. Se identificarmos qualquer transgressão está muito bem inserto também, como falou o Deputado, o Senador Pedro Taques: receber e conhecer reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados.

Então, esse conflito só serve ao esquema Cachoeira, não serve ao objeto desta CPI.

E, repito, não vamos aqui alimentar um poder que está estruturado acima desta República, que é o poder da corrupção e da infiltração entre os órgãos. Nós temos que desmantelar e desarticular esse esquema criminoso que está superior aos Poderes da República, revelado no esquema Carlinhos Cachoeira, como tem aí o envolvimento e a suspeição de vários integrantes de vários órgãos da República. Não podemos alimentar esse conflito, porque esse conflito paralisa a investigação, foge ao objeto da investigação, e podemos até não assegurar o funcionamento constitucional, tanto do Ministério Público quanto da Polícia Federal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero dizer que hoje nós votamos dois temas importantes.

Inicialmente, nós queríamos aqui hoje ter ouvido o Sr. Carlinhos Cachoeira. Não pudemos fazê-lo pela compreensão do Supremo Tribunal Federal, de que tenho divergência, de que os advogados não tiveram acesso aos autos. Ora, eles tiveram todo acesso aos autos. E V. Exª, certamente, já decidiu que eles poderão tê-lo agora, e todos os demais depoentes e seus advogados terão acesso aos autos aqui, para que isso não mais seja interpretado dessa forma.

Mas nós também, na minha opinião, tivemos uma decisão aqui marcadamente importante. Por quê? Porque, no depoimento da semana passada, o Delegado, Dr. Raul Alexandre, da Polícia Federal, disse que essa operação para desarticular a quadrilha do Sr. Cachoeira demorou um ano porque ele levou, por ordem do Juízo de Anápolis, ao Sr. Procurador-Geral da República o inquérito e, depois, ao voltar, um mês, foi atendido por uma Subprocuradora da República que disse que a Procuradoria não via indícios para a instauração de um inquérito contra aqueles que tinham foro privilegiado e que nenhuma outra providência foi tomada. Perguntado ao Sr. Procurador-Geral da República por que ele tomou essa atitude, ele colocou uma nuvem de fumaça para a sociedade brasileira, tentando desviar a atenção da própria pergunta. A pergunta é: por que ele parou o inquérito? E fez uma ofensa a esta CPI. E a resposta que ele tem desta CPI, de uma maneira muito equilibrada, é esse requerimento que lhe pergunta as mesmas questões: por que ele parou o inquérito e quais motivos que fizeram com que ele não tomasse nenhuma providência. Esse é o teor do requerimento. E ainda estabelece um prazo para a sua resposta. Agora, a aprovação desse requerimento não resulta na suspensão de qualquer convocação. Nenhuma autoridade deixará de poder vir a esta CPI. Nenhuma autoridade. Nenhuma. Portanto, os requerimentos que convocam, tanto o Procurador-Geral, como a Subprocuradora-Geral continuam em discussão. *(Pausa.)*

Não, não, o Procurador-Geral, eu digo, o Presidente da República não. Agora, o Procurador-Geral pode vir – e o Presidente do Supremo também não –, mas o Procurador-Geral pode vir, a Subprocuradora da República pode vir, e esse debate estaria aberto. Por isso é que acho que nos preenchemos de uma maneira serena essa lacuna, essa ausência, essa omissão do Sr. Procurador-Geral de responder uma questão legítima desta CPI.

Por fim, Sr. Presidente, nós temos de prosseguir na oitiva para que nós possamos dar uma resposta à sociedade brasileira acerca do funcionamento, do *modus operandi*, dos vínculos nas instituições políticas e nas instituições estatais dessa organização criminosa que tanto fragiliza a democracia brasileira. E teremos de dar, Senador Pedro Taques, inclusive, uma resposta do ponto de vista legislativo. Esse equívoco que nós vamos esclarecer em relação a esse requerimento terá de ter alguma resposta legislativa.

Portanto, acho que tivemos um avanço nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado Paulo Teixeira.

Pedro Simon teve de sair.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, na verdade, é só para justificar aqui a minha ausência. A nossa titular, Senadora Kátia Abreu, por motivo de força maior, não pôde estar presente na sessão de hoje, e eu, como suplente, na hora em que fui chamado, encontrava-me no departamento médico. Logo em seguida cheguei, mas não participei da votação dos dois primeiros requerimentos. Queria só justificar a minha ausência.

Também gostaria de parabenizar a Senadora Lídice da Mata por sua questão de ordem. Acho que nós temos de estabelecer um critério, e o critério estabelecido aqui nesta Comissão é quem grita mais. Temos de acabar com isso. Eu vejo que alguns colegas, no afã de dar uma aparecidazinha boa para a imprensa, ficam gritando e não respeitam os parlamentares que

estão aqui, que fazem parte da Comissão. Aqui não há ninguém melhor que ninguém.

Então, a minha fala aqui é no sentido de parabenizar a Senadora Lídice e parabenizá-la por ter acatado a decisão que determina mais rigor a partir da próxima sessão desta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Filipe Pereira com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Presidente, pensei que não fosse chegar a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Chegou.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Mas o bom é que, como a sessão já está vazia, Senador Pedro Taques, a gente pode falar à vontade, não é? Todos já saíram, já esvaziaram a sala.

Mas, Sr. Presidente, eu quero colocar aqui o seguinte. Primeiro, quero dizer que fui contrário a esse requerimento e coloco aqui minha justificativa.

Alguns parlamentares que me antecederam sugeriram que presença do Procurador-Geral na nossa CPMI levaria a que ele fosse taxado de investigado. Eu discordo profundamente. O delegado Raul e o delegado Mateus, que já estiveram nesta CPI, estiveram aqui como investigados, Sr. Presidente? Não estiveram. Eles estiveram aqui como fornecedores de informação, para que a nossa CPMI possa ter seus trabalhos transcorrendo da melhor maneira possível.

Então, aqui vai a minha primeira pergunta, Sr. Presidente. O que impede o Procurador-Geral e a Subprocuradora-Geral, Drª Cláudia, de comparecerem a esta CPMI sendo eles peças fundamentais para o nosso processo de investigação? Não se trata de investigar a Procuradoria-Geral da República. O que impede que isso aconteça, Sr. Presidente?

Já colocaram aqui o Código de Processo Penal. Eu sou neófito nessas coisas, sou um jovem de 28 anos, estou em meu segundo mandato de Deputado, sou muito novo, mas o que eu entendo é que nós estamos deixando passar pelas nossas mãos, pelos nossos dedos, algumas questões que são muito particulares e de fundamental importância para o processo da CPMI. Nós estamos deixando passar aqui, Sr. Presidente, informações que podem ser de suma relevância para que nós possamos aqui fazer o nosso papel de juízes na CPMI e julgar os fatos aqui colocados. Então, não concordo com esse requerimento que foi aprovado. Votei contrário a esse requerimento e sou favorável à vinda, a esta CPMI, da Procuradoria-Geral da República, representada seja por quem for... Se nosso Procurador não quiser vir para não ficar impedido, tudo bem!

Mas mais uma pergunta eu faço, Sr. Presidente. Temos aqui cinco questionamentos feitos no requerimento que nosso Exmº Relator colocou aqui neste requerimento de informação à Procuradoria-Geral da República. Faço uma pergunta, Presidente, para encerrar: o Procurador estando presente nesta mesa, pessoalmente, respondendo a todos esses questionamentos, ele estaria impedido de exercer qualquer ação sobre este caso no final de nossa CPMI... E se ele responder por escrito todos esses questionamentos, ele também não estaria impedido de julgar qualquer acusação que esta CPMI possa fazer ao final deste processo? As perguntas são as mesmas, Presidentes; os questionamentos serão os mesmos e as respostas seriam as mesmas. Pessoalmente ou por escrito? São essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Parabenizo V. Exª.

Wellington Dias não se encontra.

Domingos Sales com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente; colegas Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, primeiro cumprimentar o Relator Odair pela propositura, mas eu até acredito que seria melhor se ele tivesse acolhido a sugestão do Deputado Miro e feito o requerimento à Procuradoria-Geral da República. Porém, creio eu, que nós não podemos ficar preso a este embate. Durante todo este debate, as diversas manifestações são absolutamente louváveis, mas eu fico com as manifestações do Deputado Vieira Cunha que deixou bem claro e sintetiza o momento que nós estamos vivendo: nós não podemos deixar de ter como foco a quadrilha, os bandidos, e passarmos a ter como foco o Ministério Público.

A Procuradoria-Geral da República, sem nenhum fundamento... E aí eu trago uma reflexão... Deputado Paulo, ex-Líder do PT, trouxe aqui algumas referências ao que foi dito pelo Delegado Raúl e eu só relembro o seguinte: eu fiz as últimas perguntas ao Delegado Raúl, Deputado Paulo. Eu perguntei a ele se, quando entregou à Procuradoria-Geral todos aqueles documentos, se ele acreditava ter ali indícios suficientes, não só para entrar com ação no Supremo contra aqueles que já foram, mas se tinha indícios suficientes para processar qualquer um dos envolvidos. Minha indagação é óbvia: ele não indiciou ninguém! E ele havia dito, durante seu pronunciamento, várias vezes, que sua investigação estava em curso e que ele de fato não possuía indícios suficientes para propor e incriminar e acusar formalmente os investigados. Por que ele levou ao Juiz de Primeira Vara aquelas informações? Porque ele tinha uma autorização para escuta, e a regra é que a cada seis meses ele informe como está o andamento das

escutas. E nas escutas havia surgido aqueles nomes de Parlamentares, Senadores e Deputados. Então, ele tinha de informar. Mas não significava que ele tinha um conjunto de provas já concluído. Pois bem, o Juiz mandou que fosse ao Procurador; o Procurador pediu que ele formulasse objetivamente; portanto, não deixou de ouvi-lo. Ele formulou objetivamente o que via ali de indícios. E ele foi chamado à Procuradoria da República, um mês depois, para dizer a ele que a Procuradoria entendia que não havia indícios suficientes para propor uma ação. Seria, literalmente, dar um tiro no pé; pior: tornar pública uma investigação que, fatalmente, faria com que toda quadrilha se precavesse. Eu perguntei ao Delegado Raúl: Delegado, a Procuradoria determinou que o senhor parasse? Houve algum entendimento? O senhor entendeu dessa forma? E mais: Por que o senhor não procurou o Superintendente, o chefe máximo da Polícia Federal? Por que o senhor não voltou à primeira instância? O delegado disse e está nos autos. Está aqui, na Ata da CPI: "O raciocínio do Deputado Domingos Sávio é bom ou a linha de raciocínio é boa, e vocês deverão ouvir outras pessoas que poderão ajudá-los a ter essa resposta."

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que ainda precisaremos ouvir provavelmente o Chefe-Geral da Polícia Federal, nós precisaremos fazer outras pesquisas antes de ficar achando que a Procuradoria-Geral da República que impediu alguma coisa. Eu não vou vejo o menor sentido nisso! Nós precisamos é de aproveitar a sessão de quinta-feira para abrir o sigilo da Delta, para aprofundar as investigações contra aqueles que são os bandidos. Não é mudar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Concluindo, Sr. Presidente, não é mudar o foco da investigação e ficar aqui debatendo se há ou não prevaricação na Procuradoria-Geral da República. Não há nenhum indício nesse sentido. E existe aí uma quadrilha e principalmente outros envolvidos por corrupção que devem ser investigados por esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, acho que fiquei como um dos últimos aqui a falar justamente para demonstrar minha indignação por um mês de CPMI. No meu primeiro mandato, nem filiado a partido político eu era antes do último dia do prazo de inscrição. Eu esperava mais. Esperava que em um mês nós estivéssemos ouvindo quem eram os bandidos de verdade e a balança pudesse estar funcionando para o lado verdadeiro.

Presidente, nós perdemos o dia inteiro, Sr. Relator, debatendo aqui para ouvir uma suposta prevaricação que eu acho que não existiu. E do outro lado da balança temos desvio de dinheiro público, corrupção de altos funcionários, de um Senador da República e de Deputados Federais, formação de quadrilha, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, evasão de divisas e o Código Penal inteiro e mais as leis esparsas. É a essa balança que a opinião brasileira está assistindo. Por isso, a rejeição.

Olha, Presidente, se não for o senhor e o relator estarem conduzindo de uma forma tão firme essa comissão, eu diria que ela iria virar uma grande pizzaria. A maior e mais cara pizzaria deste País. Só os 64 Deputados e Senadores titulares e suplentes desta comissão, nesse um mês, deram um custo, para o Governo, para o dinheiro público, de R$1,664 milhão só de salário, fora o proporcionado 13º, 14º e 15º. É isso que nós vamos passar para a opinião pública?

Nós vamos debater, na próxima semana, se vamos trazer o diretor da *Veja* para cá, para debater se ele cometeu um deslize ético? E o bandido? O cara que desviou dinheiro público? A Delta com lencinho branco na cabeça e gente assistindo a danças do ventre lá em Paris, nos palácios. E a gente debatendo se o Procurador-Geral teve um deslize porque demorou mais alguns dias; se a esposa dele conversou com o delegado. Ora, a Polícia Federal fez um belo trabalho. O Ministério Público fez o trabalho dele Não teve prescrição.

Presidente, nós não podemos, agora, ser palco para vingança privada de alguns que estão aqui. Há uns, aqui, achando que vão se vingar de algo atrás, de anos, do que aconteceu no passado. Vão se vingar da revista *Veja;* vão se vingar do Procurador-Geral da República. E não era nem esse o Procurador-Geral, mas eles guardam no seu ânimo aquela revolta.

Eu acho que quem responde por corrupção, responda o seu processo como homem e não use esta CPMI como palco de vingança privada contra quem processa as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Pedro Taques, em reinscrição, quer fazer uso da palavra, ou não?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente, somente para responder às perguntas de S. Exª o Deputado. O Ministério Público é parte na ação penal. Delegado não é parte, Sr. Presidente. O delegado não pode ser contraditado, o Ministério Público pode ser contraditado, por isso existe diferença.

Eu quero concordar inteiramente com o Deputado Francischini. Nós estamos aqui perdendo tempo. Algu-

mas pessoas dizem que o Procurador-Geral cometeu prevaricação; agora, falta coragem para representar. Algumas pessoas dizem que o Procurador-Geral cometeu crime de responsabilidade; agora, falta coragem para representar. Se um Deputado ou Senador entende que alguém cometeu um ilícito, que coloque no papel, assine, faça a obrigação constitucional!

Quero concordar inteiramente com a que o Deputado Francischini fez referência. Precisamos saber do envolvimento da Delta com governadores e parlamentares. Até agora, nós não falamos os nomes dos Deputados Federais, nenhuma vez, nesta CPI. Só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Pedro.

Protógenes é o último. Com a palavra.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, somente para dar ciência ao Requerimento nº292, que eu requeri para ter acesso ao estado bruto de todas as gravações em áudio e vídeo coletadas ou produzidas no âmbito das Operações Vegas e Monte Carlo, que ao que parece vêm incompletas. E também ratificar aqui o apoio e reafirmar que votei integralmente no requerimento do nosso Relator Odair Cunha, manifestando-me para que alimentemos, no público em geral e nas instituições, o desejo de não se digladiarem, não entrarem em conflito, porque o conflito foge ao objeto desta investigação, que é o esquema Cachoeira. Então, ao alimentarmos isso aqui, fortaleceremos essa organização criminosa.

Até solicitei ao nosso relator – e ele vai considerar – um item importantíssimo, para que a Procuradoria também elabore um relatório analítico – a Procuradoria tem um setor de análise –, a fim de nos facilitar e aprofundar as investigações contra o esquema Cachoeira. Repito: nem Polícia Federal, nem Procuradoria-Geral da República vai entrar nesse conflito para prevalecer a defesa do sistema criminoso Carlinhos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando aos Srs. Parlamentares que está marcada uma nova reunião para a próxima quinta-feira, 17 de maio de 2012, às 9h30 da manhã.

Requerimentos até as 18h do dia de hoje.

Tenham todos uma boa noite.

Fiquem com Deus.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 14 minutos.)

Senador Vital do Rêgo

Presidente

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião realizada em 17 de maio de 2012, às nove horas e trinta e nove minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP/PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT/AC), Walter Pinheiro (PT-BA), Delcídio Amaral (PT-MS)**, **Benedito de Lira (PP-AL)**, **Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris de Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**, **Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Iracema Portella (PP/PI), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ).** Deixaram de comparecer a Senadora **Lídice da Mata (PSB-BA)** e o Deputado **Gladson Cameli (PP-AC).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **Senadores Pedro Simon (PMSB-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Wellington Roberto (PR-PB) e Alessandro Molon (PT-RJ).** Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria
003/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da IDEAL SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 09.478.499/0001-11, de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, a fim de subsidiar as investigações da Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
004/12	Solicita a convocação do Sr. Deuselino Valadares dos Santos, CPF 591.410.001-10, Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
011/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Cláudio Dias de Abreu, CPF nº 907.124.041-04.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
013/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Geovani Pereira da Silva, CPF nº 319.166.001-15.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
015/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Gleyb Ferreira da Cruz, CPF nº 575.571.871-72.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
025/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Idalberto Matias de Araujo, CPF nº 274.087.791-91.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
026/12	Solicita a convocação do Sr. João Carlos Feitoza, CPF nº 186.353.341-91, para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
027/12	Solicita a convocação do Sr. Rosalvo Simprini Cruz, CPF nº 008.121.807-98, para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
030/12	Solicita a convocação do Sr. Francisco Cláudio Monteiro, CPF nº 153.359.841-04, para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
031/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Andréia Aprígio de Souza, CPF nº 644.628.971-53.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
033/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Brava Construções e Terraplanagem Ltda., CNPJ nº 10.894.642/0001-35.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
034/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda., CNPJ nº 11.620.733/0001-45.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
048/12	Requer seja convocado o Sr. Sebastião de Almeida Ramos Júnior para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho
050/12	Requer seja convocado o Sr. Álvaro Ribeiro da Silva para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho
052/12	Requer seja convocado o Sr. Marcelo Vieira da Silva para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho
054/12	Requer seja convocado o Sr. Rogério Diniz para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio e Domingos Sávio
056/12	Requer seja convocado o Sr. Adriano Aprígio de Souza para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho
057/12	Requer seja convocado o Sr. André Teixeira Jorge para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho

058/12	**Requer seja convocado o Sr. William Vitorino para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
059/12	**Requer seja convocada a Sra. Andréa Aprígio de Souza para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
060/12	**Requer seja convocado o Sr. Carlos Antônio Nogueira para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
062/12	**Requer seja convocado o Sr. Deuselino Valadares dos Santos para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
063/12	**Requer seja convocado a Sra. Rosely Pantoja da Silva para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
066/12	**Requer seja convocado o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
069/12	**Requer seja convocado o Sr. João Macedo de Miranda para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
070/12	**Requer seja convocado o Sr. Edson Coelho dos Santos para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
071/12	**Requer seja convocado o Sr. Paulo de Almeida Ramos para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
072/12	**Requer seja convocado o Sr Anderson Aguiar Drumond para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
073/12	**Requer seja convocado o Sr. Fernando Antônio Hereda Byron Filho para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
074/12	**Requer seja convocado o Sr Marcos Antônio de Almeida Ramos para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
075/12	**Requer seja convocado o Sr. Carlos Alberto de Lima para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**

076/12	**Requer seja convocado o Sr Arnaldo Rúbio Júnior para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
077/12	**Requer seja convocado o Roberto Coppola para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**
088/12	**Solicita a convocação do Sr. Rosalvo Simprini Cruz, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**
089/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Geovani Pereira da Silva.**	**Deputado Rubens Bueno**
090/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal e bancário da empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.**	**Deputado Rubens Bueno**
091/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Lenine Araújo de Souza.**	**Deputado Rubens Bueno**
092/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Rosalvo Simprini Cruz.**	**Deputado Rubens Bueno**
093/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Brazilian Gaming Partners Participação Administração e Empreendimentos Ltda.**	**Deputado Rubens Bueno**
094/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Roberto Sérgio Coppola.**	**Deputado Rubens Bueno**
095/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Larami diversões e Entretenimento Ltda.**	**Deputado Rubens Bueno**
096/12	**Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Gleyb Ferreira de Araújo.**	**Deputado Rubens Bueno**
098/12	**Solicita a convocação do Sr. Benedito Torres, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**
102/12	**Solicita a convocação do Sr. Cláudio Monteiro, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**
107/12	**Solicita a convocação do Sr. João Carlos Feitosa, o Zunga, a fim de esclarecer seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**
109/12	**Solicita a convocação do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com o Senhor Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**
112/12	**Solicita a convocação do Sr. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, a fim de esclarecer suas ligações com o Senhor Carlos Augusto Ramos e o Senador Demóstenes Torres.**	**Deputado Rubens Bueno**
116/12	**Solicita a convocação do Sr. Roberto Sérgio Coppola, a fim de esclarecer as suas ligações com o Senhor Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**

121/12	**Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Senador Álvaro Dias**
122/12	**Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. Cláudio Abreu.**	**Senador Álvaro Dias**
124/12	**Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. Idalberto Matias de Araújo, conhecido como "Dadá".**	**Senador Álvaro Dias**
125/12	**Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. José Olímpio Queiroga Neto.**	**Senador Álvaro Dias**
128/12	**Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas da empresa Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda.**	**Senador Álvaro Dias**
133/12	**Requer seja convocado o Sr. Aluizio Alves de Souza para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Senador Álvaro Dias**
146/12	**Requer seja convocado o Sr. Roberto Coppola para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Senador Álvaro Dias**
149/12	**Requer sejam convocados os Srs. Deuselino Valadares dos Santos e Fernando Byron para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Senador Álvaro Dias**
150/12	**Requer sejam convidados os Srs. Daniel de Resende Salgado e Marcelo Ribeiro de Oliveira e a Sra. Léa Batista de Oliveira para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Senador Álvaro Dias**
198/12	**Requer a convocação do Sr. Alex Sandro Klein Fonseca para prestar depoimento nesta CPMI.**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**
199/12	**Requer a convocação do Sr. Rossine Aires Guimarães para prestar depoimento nesta CPMI**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**
202/12	**Requer a convocação do Sr. Edgardo Mendonça Guimarães para prestar depoimento nesta CPMI.**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**
204/12	**Requer a convocação do Sr. Antônio Lorenzo para prestar depoimento nesta CPMI.**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**
205/12	**Requer a convocação do Sr. Alexandre Lourenço e do Sr. Edemundo Dias para prestarem depoimento nessa CPMI.**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**
206/12	**Requer a convocação do Sr. Jayme Rincon , para prestar depoimento nessa CPMI.**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**
207/12	**Requer a convocação do Sr. Walter Paulo Santiago, para prestar depoimento nessa CPMI.**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**

208/12	**Requer a convocação do Sr. Arnaldo Rubio Junior, para prestar depoimento nessa CPMI.**	**Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro**
212/12	**Solicita que esta CPMI solicite a todos os partidos que compõem esta Comissão indicar servidores que terão acesso à documentação recebida por esta CPMI.**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
222/12	**Solicita a convocação do Sr. Rodrigo Moral Dall Agnol para prestar depoimento nesta CPMI.**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
226/12	**Requer que seja convocado o Sr. Rosalvo Simprini Cruz, suposto contador do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.**	**Senador Sérgio Souza**
237/12	**Requer sejam solicitadas ao Supremo Tribunal Federal, à Justiça Federal de Goiás (11ª Vara), à Procuradoria-Geral da República ou à Polícia Federal – onde quer que se encontrem – as gravações brutas (completas a partir dos originais), acompanhadas das respectivas ordens judiciais que as autorizaram, obtidas no Inquérito STF nº 3430 (Operação Vegas) e inclusive Operação Monte Carlo, para exame desta Comissão.**	**Senador Cássio Cunha Lima**
239/12	**Requer seja solicitada ao Ministro Ricardo Lewandowski a revogação do sigilo imposto ao inquérito nº 3.430 (Operação Vegas); e, no mesmo sentido ao Juiz Federal da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiânia, a revogação do sigilo imposto à ação penal nº 13279-78.2011.4.01.3500 (Operação Monte Carlo)**	**Senador Alvaro Dias**
240/12	**Requer seja solicitado ao Ministro do STF Ricardo Lewandowski que sejam sequestrados todos os bens móveis e imóveis que sejam de propriedade do Senhor Carlos Augusto Ramos, ainda que em poder de terceiros, arrolados nos autos do Inquérito nº 3430; e , alternativamente, a decretação da medida assecuratória em relação ao processo penal decorrente da investigação que ora se inicia a cargo do Poder Legislativo.**	**Deputado Miro Teixeira**
244/12	**Solicita a convocação do Sr. Marcello de Oliveira Lopes para prestar depoimento nesta CPMI**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
245/12	**Solicita que esta CPMI faça o levantamento do segredo de justiça atribuído pelo STF aos binquéritos "Vegas" e "Monte Carlo".**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
246/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da JM Terraplanagem e Construção, CNPJ nº 24.946.352/0001-00.**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
248/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Construtora Rio Tocantins – CRT, CNPJ nº 04.201.540/0001-94.**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
249/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 30.222.814/0001-31.**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
251/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Bet Capital Ltda., CNPJ nº 37.873.734/0001-95.**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**
254/12	**Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Senhor Wladimir Garcez Henrique.**	**Deputado Miro Teixeira**
255/12	**Propõe à CPMI requerer o acesso ao HD que contém as informações das operações denominadas Vegas e Monte Carlo obtidas pelo programa "Guardião" da Polícia Federal.**	**Senador Pedro Taques Deputado Carlos Sampaio**
256/12	**Solicita que esta CPMI requisite à Polícia Civil do Distrito Federal cópia do inteiro teor dos autos do Inquérito da Operação Saint-Michel.**	**Deputado Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**

264/12	**Requer ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre (I) registros de saídas do Brasil, no período compreendido nos últimos dez anos, dos Senhores Carlos Augusto Ramos e Demóstenes Torres, e da esposa deste, Flávia Coelho, e, se houver, (II) em que datas as saídas e chegadas aconteceram, (III) para quais destinos, incluídos os países percorridos (IV) fazendo uso de quais documentos de viagem (informar número de passaporte e categoria).**	**Deputado Miro Teixeira**
267/12	**Requer seja convocado Paulo Roberto de Almeida Ramos.**	**Senador Álvaro Dias**
268/12	**Requer seja convocada Andréa Souza, apontada pela Polícia Federal como "laranja" do Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Senador Álvaro Dias**
269/12	**Solicita à CPMI que requisite documentos e informações junto à Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA**	**Senadora Vanessa Grazziotin**
272/12	**Solicita a oitiva do Sr. Wladimir Garcez Herrique, ex-presidente da Câmara Municipal de Goiânia, para que, sob compromisso, esclareça os fatos que, de acordo com as investigações da Polícia Federal, o ligam ao grupo chefiado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Senador Randolfe Rodrigues**
273/12	**Solicita a oitiva do Sr. Ronald Christian Alves Bicca, ex-Procurador Geral do Estado de Goiás, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca do caso que envolve o fornecimento de refeições ao sistema carcerário do Estado de Goiás, que teria favorecido empresa ligada ao Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Senador Randolfe Rodrigues**
275/12	**Solicita a oitiva do Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, ex-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, para que, sob compromisso, esclareça os fatos que, de acordo com as investigações da Polícia Federal, o ligam ao grupo chefiado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Senador Randolfe Rodrigues**
276/12	**Solicita a oitiva do Sr. Alexandre Baldy de Sant'anna Braga, Secretário de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, para que, sob compromisso, esclareça os fator que, de acordo com as investigações da polícia Federal, o ligam ao grupo chefiado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Senador Randolfe Rodrigues**
281/12	**Requer sejam solicitados ao delegado de Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues, esclarecimentos à cerca de listagem de nomes citados nas gravações telefônicas da operação Monte Carlo.**	**Deputado Rubens Bueno**
282/12	**Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Sr. Rossine Aires Guimarães a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos e sua organização.**	**Deputado Rubens Bueno**
286/12	**Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Sr. Wesley José Ferreira, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos e sua organização.**	**Deputado Rubens Bueno**
292/12	**Requer acesso ao estado bruto de todas as gravações em áudio ou vídeo coletadas ou produzidas no âmbito das Operações "Vegas" e "Monte Carlo".**	**Deputado Delegado Protógenes**
293/12	**Requer ao Procurador Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dr. Alceu José Torres Marques, a cessão do Procurador de Justiça, Dr. André Estevão Ubaldino Pereira, para atuar nesta CPMI.**	**Deputado Odair Cunha**
294/12	**Requer ao Ministério Público do Estado de São Paulo a cessão do Dr. Arthur Pinto de Lemos Júnior, com prejuízo de suas funções para auxiliar os trabalhos da CPMI.**	**Deputado Odair Cunha**
298/12	**Requer a convocação de Marcello de Oliveira Lopes.**	**Senador Álvaro Dias**

299/12	**Requer a convocação de Marcelo Henrique Limírio Gonçalves.**	**Senador Álvaro Dias**
300/12	**Requer a convocação de Rosalvo Simprini Cruz.**	**Senador Álvaro Dias**
301/12	**Requer a convocação de Rodrigo Moral Dall Agnol.**	**Senador Álvaro Dias**
302/12	**Requer a convocação de João Carlos Feitosa.**	**Senador Álvaro Dias**
303/12	**Requer a convocação de Joaquim Gomes Thomé Neto**	**Senador Álvaro Dias**
304/12	**Requer a convocação de Carlos Alberto de Lima.**	**Senador Álvaro Dias**
305/12	**Requer a convocação de Edson Coelho dos Santos.**	**Senador Álvaro Dias**
306/12	**Requer a convocação de Rosely Pantoja da Silva.**	**Senador Álvaro Dias**
307/12	**Requer a convocação de Anderson Aguiar Drumond.**	**Senador Álvaro Dias**
308/12	**Requer a convocação de Marcos Antônio de Almeida Ramos**	**Senador Álvaro Dias**
309/12	**Requer a convocação de João Macedo de Miranda.**	**Senador Álvaro Dias**
310/12	**Requer a convocação de Carlos Antônio Nogueira.**	**Senador Álvaro Dias**
311/12	**Requer a convocação de William Vitorino.**	**Senador Álvaro Dias**
312/12	**Requer a convocação de Arnaldo Rúbio Júnior.**	**Senador Álvaro Dias**
314/12	**Requer a convocação de Sebastião de Almeida Ramos Júnior.**	**Senador Álvaro Dias**
315/12	**Requer a convocação de Álvaro Ribeiro da Silva.**	**Senador Álvaro Dias**
316/12	**Requer a convocação de Marcelo Vieira da Silva.**	**Senador Álvaro Dias**
317/12	**Requer a convocação de Rogério Diniz.**	**Senador Álvaro Dias**
318/12	**Requer a convocação de Adriano Aprígio de Souza.**	**Senador Álvaro Dias**
319/12	**Requer a convocação de André Teixeira Jorge.**	**Senador Álvaro Dias**
320/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da BET Capital Ltda.**	**Deputados Cândido Vaccarezza, Dr. Rosinha e Paulo Teixeira**
321/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Brava Construções e Terraplenagem Ltda.**	**Deputados Cândido Vaccarezza, Dr. Rosinha e Paulo Teixeira**
322/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.**	**Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana**
323/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Ideal Segurança Ltda EPP.**	**Deputados Cândido Vaccarezza, Dr. Rosinha e Paulo Teixeira**
324/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda.**	**Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana**
325/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da JR Prestadora de Serviços Construtora e Incorporadora Ltda.**	**Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana**
326/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Misano IND IMP EXP.**	**Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana**

327/12	**Requer a convocação do Sr. Leonardo Almeida Ramos para prestar depoimento nessa CPMI.**	**Dep. Odair Cunha**
328/12	**Solicita sejam requisitados ao Ministério da Justiça o compartilhamento dos futuros relatórios da Polícia Federal elaborados pelos Delegados, em cada uma das próximas etapas da Operação Monte Carlo.**	**Dep. Cândido Vaccarezza**
329/12	**Solicita sejam requisitados à Polícia Federal os quarenta e sete relatórios de diligências elaborados pelos Delegados Federais, durante a Operação Monte Carlo.**	**Dep. Cândido Vaccarezza**
330/12	**Solicita sejam requisitados à Polícia Federal os trinta e nove relatórios parciais elaborados pelos Delegados Federais, durante a Operação Monte Carlo.**	**Dep. Cândido Vaccarezza**
333/12	**Requer cópia dos relatórios analíticos produzidos pela Polícia Federal durante as operações Vegas e Monte Carlo.**	**Dep. Paulo Teixeira**
334/12	**Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Leonardo Almeida Ramos, CPF 899.049.401-00.**	**Dep. Odair Cunha**
335/12	**Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa EMPRODATA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF 39.309.141/0001-26.**	**Dep. Odair Cunha**
336/12	**Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Laser Press Tecnologia e Serviços Ltda., CNPJ/MF 00.689.738/0001-08.**	**Dep. Odair Cunha**
337/12	**Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa LET LAMINADOS ESTRUTURADOS E TERMOFORMADOS Ltda., CNPJ/MF 05.932.018/0001-45.**	**Dep. Odair Cunha**
338/12	**Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MZ CONSTRUÇÕES Ltda., CNPJ/MF 00.570.731/0001-72.**	**Dep. Odair Cunha**
339/12	**Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MZ CONSTRUÇÕES Ltda., CNPJ/MF 00.570.731/0001-72.**	**Dep. Odair Cunha**
340/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa FUDNAÇÃO CULTURAL APRÍGIO RAMOS – FUNDAR, CNPJ nº 03.931.389/0001-87.**	**Deputado Odair Cunha**
341/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa FUNDAÇÃO CULTURAL APRÍGIO RAMOS – FUNDAR, CNPJ nº 03.931.389/0001-87.**	**Deputado Odair Cunha**
342/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 08.206.896/0001-71.**	**Deputado Odair Cunha**
344/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da DELTA CONSTRUÇÕES S/A – TO, CNPJ nº 10.788.628/0024-43, DELTA CONSTRUÇÕES S/A – MS, CNPJ 10.788.628/0028-77, DELTA CONSTRUÇÕES S/A – GO, CNPJ 10.788.628/0017-14, DELTA CONSTRUÇÕES S/A – DF, CNPJ 10.788.628/0006-61.**	**Deputado Odair Cunha**
345/12	**Requer ao Departamento de recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça que negocie acordos de cooperação jurídica internacional para viabilizar a identificação das contas bancárias e bem móveis e imóveis dos senhores Carlos Augusto Almeida Ramos, Demóstenes Torres e outros integrantes das organizações criminosa referidos nas operações Vegas e Monte Carlo, bem como promova gestões junto aos governos dos países em que esses bens forem identificados de modo a assegurar a recuperação desses ativos.**	**Deputado Paulo Teixeira**

Senador Vital do Rêgo, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião realizada em 22 de maio de 2012, às quatorze horas e quatro minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP/PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT/AC), Walter Pinheiro (PT-BA), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**, **Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Iracema Portella (PP/PI), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ), Vieira da Cunha (PDT-RS) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **os Senadores Pedro Simon (PMDB/RS), Cyro Miranda (PSDB/GO), Ivo Cassol (PP/RO) e Lúcia Vânia (PSDB/GO) e os Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Dimas Ramalho (PPS/SP), Bruno Araújo (PSDB/PE), Vanderlei Macris (PSDB/SP), Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), Jonas Donizette Ferreira (PSB/SP), Jorginho Mello (PSDB/SC), Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA), Mendonça Filho (DEM/PE), Ivan Valente (PSOL/SP), Vaz de Lima (PSDB/SP), Henrique Oliveira (PR/AM), Costa Ferreira (PSC/MA) e Leonardo Monteiro (PSC/PB)**. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos. Diante da insistência do depoente em não responder a nenhuma das inquirições, exercendo o seu direito constitucional de permanecer em silêncio, a comissão, por iniciativa da Senadora Kátia Abreu, decidiu pelo encerramento da Reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos os senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª reunião da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A Presidência informa – peço a atenção dos senhores – que, em decorrência da aprovação de requerimentos da reunião passada, foram expedidos – informação importante aos Srs. Parlamentares – 32 ofícios relativos à transferência de sigilo telefônico, referentes à deliberação da reunião passada. São 32 ofícios relativos à transferência de sigilo fiscal; 7 ofícios relativos a movimentação atípica endereçados ao Coaf; 15 ofícios relativos a providências diversas, totalizando 117 ofícios expedidos.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. A fim de concentrarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, o que já tem sido comum no início das nossas reuniões. As questões de ordem da matéria em pauta, ou seja, a oitiva do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, conforme dispõe o art. 404, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como o artigo referente ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com efeito do quesito das reclamações.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado, poderão falar para explicação pessoal em cada reunião apenas dois integrantes da Comissão. O nosso 14. Ao Líder é lícito solicitar o uso da palavra uma única vez em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de três minutos para comunicação urgente (art. 5, do Regimento Comum).

Estamos prontos. Vou chamar agora – peço à Secretaria da Comissão que traga para o recinto o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Ao final desta reunião, preciso pedir aos senhores, e aí vai ser uma questão de tempo, para discutirmos a

questão do uso da ferramenta importante que V. Exªs vão ter à disposição a partir de amanhã, que é o i2, que faz parte do banco de dados do DW, que é a base e a plataforma de arquivo que recebe as transferências dos sigilos fiscais, telefônicos e bancários. Nós já temos uma diretriz para o uso desse i2 e vamos discutir as providências ao final desta reunião. Peço a V. Exªs que continuem para a discussão da matéria. *(Pausa.)*

Peço à Polícia do Senado e à Polícia Judiciária que tomem as providências. *(Pausa.)*

Providenciem para que o advogado esteja próximo ao seu cliente. Peço à Polícia do Senado e à Polícia Judiciário que tomem as providências. *(Pausa.)*

O advogado senta próximo ao cliente. Ele tem direito, um advogado. A senhora poderá ficar próxima, também. *(Pausa.)*

Concluída? Podemos começar? *(Pausa.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a atenção e o silêncio dos senhores.

Concederei a palavra ao Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, a quem convido a estar presente, em seu lugar, na sala de reuniões.

Com a palavra o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, para, em um prazo de 20 minutos, abordar o assunto para o qual foi convocado.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Como manda a lei, boa tarde para todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB.) – Peço aos técnicos de som que aumentem o microfone do depoente.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Primeiramente, boa tarde, senhores e senhoras.

Estou aqui, como manda a lei, para responder o que for necessário. Constitucionalmente, fui advertido pelos advogados a não dizer nada e não falarei nada aqui. Somente depois da audiência que vamos ter com o juiz, se, porventura, achar que eu deva contribuir, pode me chamar que eu virei para falar e responderei a qualquer pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Parece-me ser necessário, e é hábito em toda CPI, que se peça ao depoente prestar juramento em relação ao que pretenda dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não como indiciado, não é?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É um procedimento essencial e precede a qualquer pronunciamento do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu consulto a assessoria técnica, porque, como indiciado, e a assessoria técnica me informa que não.

Na forma do parecer da assessoria técnica, como indicado, segundo decisões do Supremo Tribunal Federal, ele não precisa prestar o juramento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele pode mentir, é profissional já nisso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Carlos Augusto, em que pese a fala de V. Sª – meu som está baixo, pedir o pessoal da assessoria para aumentar o som, por favor –, chegaram ao conhecimento de todo o País trechos de diálogos gravados pela Polícia Federal, com autorização judicial, que o colocaram como figura central de uma organização complexa e com influência nos três Poderes da República nos três níveis da Federação. É isso que traz V. Sª hoje a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O objetivo dessa audiência – vou pedir novamente ao pessoal, Presidente, da assessoria técnica do som para aumentar esse som...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço tanto silêncio quanto a colaboração da assessoria técnica para melhorar o som de toda a audiência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O objetivo da audiência de hoje é assegurar a V. Sª, Sr. Carlos Augusto – é claro seu amplo direito de defesa – esclarecer pontos importantes dessa organização que tem, conforme as operações da Polícia Federal, em V. Sª a figura central.

Por isso, em que pese a declaração de V. Sª, eu queria insistir se V. Sª poderia nos ajudar, ainda mais, nessas investigações, e é claro também colaborar em sua defesa.

O senhor se definiria como, na sua atividade? Um empresário? Quais são os ramos de atividade que o senhor atua?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ajudaria muito, Deputado, mas somente após a minha audiência. Por enquanto, ficarei calado, como manda a Constituição, tá?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na sua... Há informações também que chegaram a esta Comissão que a sua renda declarada nos últimos tempos basicamente adviriam de empréstimos da empresa Bet Capital. O que V. Sª pode nos dizer a este respeito?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tenho muito a dizer, depois da minha audiência. Pode me convocar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual é... Outra pergunta que nos vem também é que o senhor

possui bens móveis e imóveis e possui uma casa inclusive em Miami, numa relação com um coreano de nome Choi Yong.

Qual é a relação do senhor com este coreano?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Vou te ajudar demais, é outra pergunta muito boa para responder depois disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Resta-nos, Presidente, saber da relação do Sr. Carlos Augusto com as seguintes empresas: Delta Construções; Vitapan Indústria Farmacêutica; Ideal Segurança...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, uma questão de ordem. O relator nos permite.

O depoente não pode achar que aqui tem um bando de palhaço, fazendo brincadeira na primeira pergunta do relator. Eu chamo a questão, porque o senhor como Presidente tem que chamar atenção que ele está envolvido num mega esquema criminoso neste País e ele tem que respeitar esta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Exª...

Devolvo a palavra ao relator.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Qual é a questão de ordem, Deputado...

O SR. (Orador não identificado) – Bom, eu só queria que o relator perguntasse se ele é ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos usar o período. O relator está fazendo as suas perguntas. Todos vão ter direito de fazer suas perguntas. Se nós começarmos a interromper o relator, vamos esticar o tempo do relator que usará todo o seu tempo. Peço a colaboração dos senhores, por favor.

O relator com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator, só para ajudar; é para ajudar mesmo. O senhor poderia colocar uma pergunta aí, ao Advogado, Dr. Márcio Thomaz, se o Sr. Carlos Augusto, numa sessão secreta, toparia repensar a sua decisão. É uma pergunta que eu sugiro ao relator que faça, porque, se for possível, a gente caminha com isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o relator, por bondade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As investigações da Polícia Federal...

Essa poderia ser uma forma de o Sr. Carlos Augusto colaborar com esta CPMI, uma sessão secreta; porque senão vamos aqui discorrer uma ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Repita a pergunta do Silvio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Carlos, se numa sessão secreta, V. Sª poderia colaborar ainda mais com esta CPMI?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sr. Relator, a questão é a seguinte: por orientação dos meus advogados, eu só falo depois da audiência; eu já disse isso aqui no começo. Não tenho que falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre os negócios, o senhor, com os jogos, com negócios públicos, as suas relações com pessoas de prerrogativas de foro, são todos temas que interessam a esta CPMI desvendar. Gostaria de insistir com V. Sª.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu estou respondendo a um inquérito na Justiça e antes disso, antes de eu depor no juízo não posso falar, não vou falar. Só depois disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em sessão secreta?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Depois disso, vamos ver com os meus advogados. Esse foi o pedido de sempre, que nós pedimos, para que reavaliasse a nossa vinda aqui. Quem forçou foram os senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, dada a indisposição do nosso investigado, figura central nessa organização criminosa, vou falar mais adiante, se for o caso.

Encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra aos Srs. Parlamentares.

Pela ordem de inscrição, com preferência para o relator, que já usou da palavra, agora vamos para os deputados, autores do primeiro requerimento convocatório, o Deputado Carlos Sampaio e Fernando Francischini, o Deputado Felipe Pereira, o Deputado Rubens Bueno, o Senador Alvaro Dias, o Senador Randolfe Rodrigues, a Deputada Iris de Araújo, o Deputado Ronaldo Fonseca, o Deputado Maurício Quintella Lessa, o Senador José Pimentel; em seguida, vamos aos outros membros.

Vou repetir. A ordem é essa.

Querido Senador Pedro Simon, aqui está a lista.

Inscrevam o Senador Pedro Simon, por favor.

Vou repetir a ordem: Deputado Onyx, autor do requerimento. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Fernando Francischini, autor do requerimento.

O SR. CARLOS CAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu apenas queria salientar que também sou coautor desse requerimento e gostaria de pedir a V. Exª que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O segundo requerimento, do Deputado Onyx, todos são coautores, mas estamos votando aqui o primeiro requerimento, que foi o requerimento convocatório.

O SR. CARLOS CAMPAIO (PSDB – SP) – Mas, o primeiro, Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe, Sampaio, o seu nome está aqui, é o requerimento nove. Eu é que, inadvertidamente, não li, mas o seu nome está aqui: Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS CAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini, com a palavra.

Francischini, antes:

Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Francischini, está aqui escrito.

Deputados Carlos Sampaio e Fernando Francischini.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros da CPI, eu faria uma pergunta ao depoente, resguardado o direito que lhe assiste de permanecer em silêncio. No dia 7 de abril de 2011, às 23 horas e 11 minutos, em uma conversa gravada pela Polícia Federal entre V. Sª e o Sr. Cláudio Abreu, o Sr. Cláudio Abreu afirmou que Paulo Tadeu e Rafael Barbosa, então secretários do Governador Agnelo Queiroz, queriam se enturmar com o seu grupo. Eu pergunto a V. Sª: qual a relação desses secretários com V. Sª e o grupo que está sendo agora tido como aquele envolvido junto com o esquema criminoso em conjunto com V. Sª? Quais os negócios de seu interesse que foram tratados com esses secretários do Sr. Agnelo Queiroz? Por meio deles, V. Sª mandou ou recebeu algum recado diretamente do Governador Agnelo Queiroz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu vou usar o meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É um direito que lhe assiste e respeito.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Desde quando o senhor conhece o Sr. Idalberto Matias de Araújo, conhecido como Dadá? É a primeira pergunta. A segunda pergunta é se, em 2004, quando da divulgação da fita com o Sr. Waldomiro Diniz, na qual ele aparecia recebendo propina, o Sr. Idalberto, vulgo Dadá, já trabalhava com o senhor e, se o Sr. Idalberto já trabalhava com o senhor, se o senhor, sabendo da aproximação do Sr. Waldomiro Diniz com o ex-Ministro José Dirceu, manteve naquela ocasião alguma relação direta com o ex-Ministro José Dirceu.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu vou permanecer calado, Deputado, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – As gravações telefônicas realizadas pela Polícia Federal revelam uma relação forte entre Marcello de Oliveira Lopes, conhecido como Marcelão, homem de confiança do Sr. Cláudio Monteiro, ex-chefe de gabinete de Agnelo Queiroz, e pessoas diretamente ligadas ao seu grupo, como, por exemplo, o Sr. Dadá. Dentre os diálogos havidos entre eles, destaco um ocorrido no dia 1º de abril de 2011, às 18 horas e 2 minutos, em que Dadá fala para Tiago que Marcelão irá levar dois envelopes com a relação das pessoas a serem nomeadas pelo Governo do Distrito Federal, diretamente no gabinete do Governador. Indago a V. Sª se tem conhecimento do encaminhamento dessa relação para o gabinete do Governador Agnelo Queiroz; em segundo lugar, se foi estabelecido algum acordo para a nomeação dessas pessoas que interessavam ao seu grupo, entendendo-se como grupo inclusive os interesses da empresa Delta. A terceira pergunta: por meio do Sr. Cláudio Monteiro, Marcelão ou mesmo outra pessoa, V. Sª mandou ou recebeu algum recado do Governador Agnelo? Por último: V. Sª manteve algum contato direto com o Governador Agnelo Queiroz, exceto a ocasião já reconhecida por ele, quando de uma visita ao laboratório em Goiás? Quais os assuntos tratados?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Desculpa. Por instrução dos meus advogados, eu permanecerei calado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, por entender que, repito, é um direito que assiste a ele, eu acho que não teria cabimento continuar nas perguntas. Portanto, eu me reservo ao direito de, na repergunta, formular outra colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Francischini, com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria saber se o Sr. Cachoeira está me enxergando aqui, atrás. *(Pausa.)*

Aqui, Sr. Cachoeira.

Depois de analisar, Sr. Presidente, todo o contexto da Operação Vegas e Monte Carlos e de ouvir atentamente os delegados da Polícia Federal que comandaram essas investigações, eu acho que nós, a grande maioria, chegamos a algumas conclusões. Primeira: a organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira descobriu que, infiltrando-se no Poder Público com governadores, Senador, Deputados Federais, secretários e em obras e serviços públicos que estão hoje escancarados com superfaturamentos, irregulari-

dades, fraudes, teria o maior lucro que na sua própria atividade criminosa que eram os jogos ilegais. Para tanto, cooptou um Senador da República que se tornou um bandido travestido aqui de paladino para todos nós. Apoiou financeiramente campanhas políticas para todo o Brasil. Usou sua estrutura criminosa para monitorar e grampear clandestinamente autoridades e jornalistas que investigavam o consórcio Cachoeira/Delta/corrupção.

Eu pergunto, Presidente: no Distrito Federal, no dia 15 de dezembro de 2010 – veja, 2010 ainda – eu destaco o ofício do então Governador Agnelo Queiroz, eleito, e não tomou posse ainda, para o Governador Rogério Rosso, no qual ele solicita prorrogação de contratos e manda uma lista. Primeiro item dessa lista do então Governador eleito Agnelo Queiroz: "Que ele prorrogue o contrato de coleta de lixo e varrição de ruas, contrato esse sabidamente da Delta." Pergunto: foi a seu pedido, Sr. Cachoeira, do consórcio Delta Cachoeira, que Agnelo Queiroz solicitou essa prorrogação e que, depois, foi prorrogado, Senadores e Deputados, mais duas vezes, emergencialmente, por Agnelo Queiroz? E eu destaco que, depois de alguém que entendia de Polícia Federal, o Dr. Luiz Paulo Barreto, chegar ao Governo do DF e fazer uma mera auditoria, esse contrato de lixo caiu em um mês, de dois milhões por mês, o contrato da Delta, para seiscentos mil. E ele não fez mágica. Ele pesou o lixo do Distrito Federal, de dois milhões para seiscentos mil por mês.

Qual o interesse do Governador Agnelo Queiroz com o lixo?

A segunda pergunta, Presidente: os pagamentos de propina – eu digo aqui mensalão – citados em gravação telefônica entre Dadá, espião do Sr. Cachoeira, e Cláudio Abreu, seu sócio na Delta, para o então chefe de gabinete do Governador Agnelo Queiroz, Sr. Cláudio Monteiro, o qual o senhor disse, Sr. Cachoeira, em gravação telefônica, que ajudou bem na campanha política. Mas, aqui, eu tenho a prestação do Sr. Cláudio Monteiro e ele só declara que gastou dois mil reais de doações, de origem própria, na sua campanha. Esse pagamento dessa propina era para que ele mantivesse as listas de indicações de funcionários no governo do Distrito Federal, ou era para manutenção dos contratos de lixo da Delta?

A pergunta é: por que o senhor também solicita o CNPJ ou os contratos da Delta Nacional, não é só mais a Delta Centro-Oeste, em várias gravações, citando o nome de um dos diretores da Delta no Sudeste? Por que o senhor tinha contratos da Delta Nacional, da Delta, em outros Estados?

Finalizando esta parte, Presidente. Sr. Cachoeira, o senhor aceitaria proposta de delação premiada do Ministério Público Federal ou do Procurador-Geral da República, para passar a vassoura no que o senhor tem que ajudar este País a passar a vassoura neste Congresso Nacional e na política dos Estados?

E a última pergunta, Presidente. Eu acompanhei, e o senhor acompanhou na pergunta, o delegado da Polícia Federal que aqui esteve, a questão das gravações clandestinas, gravações ilegais que aconteceram no montante da Operação Monte Carlo. Analisando essas gravações, Sr. Cachoeira, saltam aos olhos, dia 30 e 31 de janeiro de 2012, conversa o Sr. Cláudio Abreu, seu sócio oculto da Delta, Dadá, seu espião, Marcelão, Casa Militar do Governador Agnelo Queiroz e Thomé, policial federal aposentado, um bandido, contratado para fazer grampos clandestinos. E nos trazem as seguintes conclusões e perguntas a V. Sª: foi o seu contador, Sr. Cachoeira, o seu Geovani, que está foragido, que pagou o monitoramento clandestino realizado por Thomé? Foi a seu pedido que Geovani pagou, conforme está nas gravações telefônicas?

Segundo: Marcelão levou aos seus asseclas Dadá e Cláudio Abreu, no Palácio do Buriti, em mãos, o monitoramento clandestino deste Deputado e de jornalistas, conforme as gravações são claras, e o delegado que coordenou a operação nos afirmou: "Qual o interesse em levar até o palácio do Buriti, junto com a Delta, que cedeu o seu telefônico fixo do escritório em Brasília, para receber o monitoramento clandestino feito contra mim? Qual o interesse do Palácio do Buriti, do GDF, nesse monitoramento clandestino? Havia um consórcio ilícito entre a Delta, entre o senhor e membros do GDF, como o delegado afirmou que já tinha indícios para responsabilizar um dos mandantes desse grampo clandestino contra jornalistas?

Por último, Sr. Presidente, ainda dentro do meu tempo, eu queria focar a questão do Estado do Paraná.

Gostaria de saber do Sr. Cachoeira quantas vezes ele esteve no Estado do Paraná, com quem ele esteve e se ele esteve com Senador da República, com Governadores daquele Estado. Quais eram as intenções dele com a empresa Larami, da qual ele continua sendo sócio, uma empresa que manteve, por anos, no Governo anterior e no atual Governo, um contrato que permaneceu quatro meses em vigor, mesmo o Governador à época tendo dito que expulsou. Eu queria saber se o Sr. Cachoeira, junto com o Senador da República de Goiás, realmente foi expulso do gabinete do ex-Governador Roberto Requião e quais foram as relações, republicanas ou não, que manteve com autoridades do Paraná? Houve pagamento de propina, de corrupção, para a Serlopar, órgão que permaneceu naquele Estado gerenciando bingos, loterias clandestinas? Várias

histórias correm no submundo dos palácios de que houve pagamento. Eu quero saber do Sr. Cachoeira.

Agora, para finalizar, já que ele não vai responder nada e eu ainda tenho tempo, Sr. Presidente, é muito triste, logo na primeira pergunta já demonstra desrespeito. Um criminoso vem aqui, pode até ter um belo advogado do nosso País – e tem o nosso respeito o Dr. Márcio Thomaz Bastos -, mas peço, Dr. Márcio, que o senhor o oriente.

Não brinque com esta CPMI! Aqui não existem Deputados e Senadores que se corromperam nas mãos do Sr. Carlos Cachoeira, no seu esquema criminoso. Ele não pode vir aqui, como veio em outras CPMIs, e achar que veio para jogar na fogueira quem ele quiser, acabar com a imagem pessoal ou salvar da fogueira criminosos que se corromperam em sua parceria. Ele veio aqui para nos ajudar a desvendar, Sr. Relator, um esquema de corrupção que envolve uma construtora que recebeu mais de R$ 4,5 bilhões do Governo Federal e do Governo dos Estados.

Estamos discutindo e temos de votar no dia 5 de junho, Sr. Relator. Temos que, pelo menos, votar. Isso é uma democracia e, nela, a gente perde ou ganha no voto. Temos que votar a convocação dos três Governadores. Temos que votar a quebra de sigilo da Delta Nacional. Concordamos com o sobrestamento daqueles votos porque acordamos que, no dia 5 de junho, V. Exª vai colocar em votação, conforme combinado.

Perder ou ganhar faz parte da democracia, mas não podemos passar para a opinião pública brasileira que estamos colocando algo embaixo do tapete. Tenho certeza de que todos os Deputados, do PT ao PSDB, votarão com as suas consciência de que não podemos varrer para debaixo do tapete um megaesquema de corrupção.

Não adianta, Sr. Presidente, Sr. Relator, continuarmos debatendo coisas de 1989 nesta Comissão, vingança privada contra a mídia, o primeiro passo do controle social da mídia. Não podemos ficar debatendo, convocar o Procurador da República por uma mera conjectura de uma possível omissão que não existiu, sendo que, do outro lado da balança, há corrupção, desvio de dinheiro público, sonegação fiscal, crimes que deixam a opinião pública brasileira de boca aberta, achando que nós – sei que aqui há Deputados e Senadores sérios, foram escolhidos a dedo – estamos assando uma pizza, coisa que aqui não estamos fazendo.

Por isso, Sr. Presidente, por uma questão de justiça, de ordem, de democracia, termino este meu pronunciamento pedindo a V. Exª e ao Relator que coloquem, no dia 5,junho, em votação. Queremos as digitais de cada Deputado e Senador no pedido de convocação dos Governadores, no pedido de quebra de sigilo da Delta Nacional, e queremos, sim – o Governo Marconi Perillo nos pediu para vir aqui e ser ouvido -, que os outros Governadores façam a mesma coisa. Liguem para os seus integrantes – o Deputado Bruno recebeu essa ligação – e peçam para vir.

A opinião pública cobra uma resposta.

Encerrei, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, art. 95. É para lhe ajudar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PSDB – PB) – O art. 96 trata de reclamação. O art. 95, não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É porque, na Câmara, é art. 95. Aqui é 96.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PSDB – PB) – Na Câmara é art. 96. Fica sendo o art. 96. V. Exª tem a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Veja bem, Presidente, cada Parlamentar tem a prerrogativa de falar o que quer e, evidentemente, dizer o que querer.

É evidente que o Sr. Carlos Augusto será convocado outras vezes. Eu quero dar uma sugestão. Esta sessão é pública, se todos os Parlamentares – somos 62 aqui – fizerem as perguntas que fariam ao Sr. Cachoeira, se ele falasse, ele vai, evidentemente, com o advogado competente que tem, estudar, e a próxima sessão também não vai avançar nada. Então, eu quero sugerir aos senhores parlamentares que repensem isso. Fazer tudo....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é uma reclamação. É uma sugestão, não é, Silvio Costa?

Sr. Carlos Augusto, para as arguições do...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu só falo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Filipe Pereira, com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, primeiramente, quero colocar aqui que é muito triste para esta Comissão e para o Brasil que hoje tenhamos a presença do Sr. Carlos Augusto, Sr. Carlinhos Cachoeira, na nossa CPMI, mas, infelizmente, nós não possamos obter as respostas para as perguntas aqui feitas pelos parlamentares.

Quero, antes de tudo, deixar aqui o meu sincero sentimento de tristeza por não podermos obter aqui alguns esclarecimentos necessários para que o Brasil continue acreditando nesta Casa, continue acreditando nestes parlamentares que aqui estão.

Sr. Presidente, eu quero fazer aqui algumas perguntas para o Sr. Carlos Cachoeira.

O senhor está no olho do furacão, com sua imagem exposta em todos os tipos de mídia, e, atualmente, o senhor está preso, Sr. Carlos.

Acredito que o senhor e sua família estejam vivendo, neste momento, uma situação bem crítica, não só por todas essas acusações, mas também devido à decepção com aqueles que o senhor julgava serem seus amigos e que agora viram as costas para o senhor, taxando-o como um dos maiores contraventores que a sociedade brasileira já teve. Como se dizia no interior, quem conta um conto aumenta um ponto.

Por isso, temos a chance de apresentar aqui nesta CPMI, Sr. Carlos Cachoeira, a verdadeira – desculpe-me aqui a redundância – verdade, para que a sociedade brasileira possa ter aqui os esclarecimentos necessários.

Como colocou aqui o meu amigo Francischini, não seria realmente a hora, Sr. Presidente, de o Sr. Carlos Cachoeira buscar, através dos meios legais, uma delação premiada? Porque eu acredito que, através da delação premiada, o Sr. Carlos Cachoeira teria muito a nos contar, teria muitos argumentos para levar à Justiça aqueles que não são, mas serão também contraventores no futuro por fazerem parte dessa organização criminosa.

Mais uma pergunta. O senhor ou suas empresas, Sr. Carlos Augusto, já enviaram recursos financeiros ao exterior?

Eu estou sendo redundante, Sr. Presidente, porque, apesar de já sabermos as respostas, eu gostaria de deixar aqui registrado.

O senhor, Sr. Carlos Augusto, conhece ou teve algum tipo de contato com o Sr. Arnaldo Braga Filho ou com sua esposa, Elizabeth Álvares da Silva Braga? O senhor, Sr. Carlos Augusto, tem conta nos bancos americanos Audi Bank, em Nova York, e Ocean Bank, em Miami? O senhor, Sr. Carlos Augusto, conhece a conta nº 161.325, do Audi Bank? O senhor, Sr. Carlos Augusto, conhece ou teve contato com o doleiro brasilense Charbel George Nicolas, dono da agência de viagem All Travel? O senhor, Sr. Carlos Augusto, já realizou alguma operação com a conta CC5, em Foz do Iguaçu? O senhor, Sr. Carlos Augusto, tem alguma aplicação ou imóvel nos Estados Unidos ou na Europa? O senhor, Sr. Carlos Augusto, já teve contatos telefônicos ou pessoais com os doleiros Fayed e Kamon? O senhor, Sr. Carlos Augusto, poderia nos explicar a natureza de seu relacionamento com o Governador de Goiás, Marconi Perillo?

Já estou terminando, Sr. Presidente, porque sei que tem que sobrar tempo para os nossos outros companheiros aqui.

O senhor, Sr. Carlos Augusto, teve relacionamento com a diretoria da empresa Delta do Brasil?

E terminando, Sr. Presidente, a última pergunta, embora, infelizmente, nós não tenhamos resposta aqui para nenhuma delas. O senhor tem atuação das suas empresas ditas e colocadas aqui como empresas laranjas em outros Estados fora do Centro-Oeste?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Carlos Augusto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Posso muito ajudar, mas depois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, queria fazer uma primeira pergunta ao Sr. Carlos Augusto: se ele está sendo bem tratado na Penitenciária da Papuda, como é o seu dia-a-dia, o que isso representa na sua vida neste momento.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu só respondo... Quero permanecer calado. Sempre.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nos dados colocados pela autoridade fiscal, há um relatório que diz que não é relevante o seu patrimônio, muito menos as suas contas bancárias, tanto de entrada e, especialmente, de saída. Pergunto, com todo o respeito ao eminente Dr. Márcio Thomaz Bastos, se não tem...

O SR. (Orador não identificado) – Deputado, pela ordem, só um minuto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem, desculpa...

O SR. (Orador não identificado) – Só para sugerir e ajudar os trabalhos da CPMI, se V. Exª não poderia abrir o espaço para a imprensa ficar aqui, porque todos os nossos Parlamentares que falaram estão reclamando de quem está em pé. Então, atrapalha quem está ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Parece-me que a reclamação é apenas naquela quina.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, mas, se tiver outra cadeira para que eu possa sentar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos providenciar uma cadeira para a Senadora Kátia Abreu sentar-se. Por favor, assessoria.

Venha sentar-se ao meu lado, Senadora Kátia Abreu. Ficarei muito lisonjeado...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Vou com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...com a presença de V. Exª embelezando a Mesa.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno. Desculpe-me a interrupção.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não só embelezando a Mesa, mas levando inteligência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Inteligência, sobriedade...

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, estava perguntado ao Sr. Carlos Augusto e com todo respeito ao Dr. Márcio Thomaz Bastos, já que não é relevante a sua movimentação financeira – e a autoridade fiscal indica isso no seu relatório –, de onde está saindo tanto dinheiro para contratação do vulto que é a figura do Dr. Márcio Thomaz Bastos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Permanecerei calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento do relatório feito pela CPI dos Bingos, aliás, o senhor foi figura relevante naquele relatório. Em 2005, foi feito um depoimento pelo Sr. Rogério Tadeu Buratti. O Sr. Rogério Tadeu Buratti era assessor do Sr. Antonio Palocci e lá ele afirmou, clara e determinadamente, que este grupo de que V. Sª faz parte teria abastecido os caixas de campanha do PT em R$2 milhões, no ano de 2002.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Permaneço calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguma promessa de regularizar o jogo? Desistiram? Houve algum arrependimento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Falarei tudo depois que der o depoimento na Justiça.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Qual a sua relação com o Sr. Henrique Meirelles, já que o senhor é conterrâneo da mesma cidade, respeitando o povo de Anápolis?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Direito constitucional de ficar calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor sabe que o BNDES colocou R$10 bilhões na JBS e a JBS, através da J&F, que é a *holding* comandada pelo Sr. Henrique Meirelles, eles estão comprando a Delta, que está em fase de negociação. O senhor faz parte desta sociedade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ficarei calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor disse, em conversa gravada – e isso está inclusive no relatório da Polícia Federal –, conversando com o Sr. Cláudio Abreu, e essa conversa se refere que o senhor esteve no mesmo dia com o Sr. Wladimir, aqui, em Brasília, que o negócio vai ficar em nome da Delta e que a parceria tem que ser em nível de todo o Brasil. O senhor tem algum negócio com a Delta? Essa parceria existiu? Há um contrato de gaveta? Como é que funcionou essa relação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Permanecerei calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, vou encerrar. Não vou avançar. Eu tinha mais perguntas a fazer. Não vou avançar, até porque nós lamentamos, e talvez já tenha um requerimento de nossa autoria para, depois do seu depoimento, como ele fala que tem que fazer junto à Justiça, reconvocá-lo para esta CPMI. Quero pedir ao Relator, Deputado Odair Cunha, que procure dessa forma traduzir aqui uma esperança, se não uma esperança, pelo menos uma expectativa desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Mas uma última pergunta, Sr. Presidente. Há informações de que o negócio renderia 7,5 milhões – está no relatório da Polícia Federal –, que 50% era sua parte e que uma parte – 30% desse valor, ou seja, R$1,25 milhão – era dividida entre o Senador Demóstenes e alguns Deputados. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Direito constitucional de ficar calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem todo direito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode usar seu tempo, sem nenhuma restrição.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu só queria finalizar, Sr. Presidente, parodiando aqui o que aconteceu nesta semana, e dizer ao Sr. Carlos Augusto que nós não somos teu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, que também é autor deste requerimento, peço a atenção dos senhores. *(Pausa.)*

Peço a atenção dos senhores. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, só uma pergunta. Estou dentro do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza, pode perguntar. Volto o tempo a V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É possível o Deputado Dimas Ramalho utilizar-se desses três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Embora tenha pelo Deputado Dimas Ramalho, além da condição de amigo pessoal e de fraterno companheiro da Câmara, regimentalmente, não...

Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, no uso de suas garantias constitucionais, art. 5º, e art. 186, do Código de Processo Penal, o depoente está permanecendo calado.

Há diversas inscrições. O sempre vigilante Deputado Silvio Costa colocou nas suas reclamações estratégias desta Comissão. O depoente coloca-se na possibilidade de voltar. O Deputado Rubens Bueno e outros Parlamentares, inclusive o Relator, já disseram que é interesse da Comissão, e lógico que é interesse da Comissão, reconvocar o depoente para logo depois da audiência de instrução e julgamento, que é o motivo principal arguido pelo depoente para a sua permanência em situação de silêncio.

Eu indago a V. Exªs, e passando já a indagação ao orador imediatamente inscrito, se não seria de bom alvitre, mais prudente, anteciparmos o encerramento desta reunião, mas quero ouvir V. Exªs.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero contraditar a proposta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é nem proposta, eu não estou fazendo proposta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas V. Exª fez uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou sugerindo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, mas eu queria contrapor a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir primeiro os autores...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor fez uma colocação agora que eu quero contestar. Eu acho que, depois de a gente ter exigido do Supremo Tribunal Federal a presença do Sr. Carlos Augusto Ramos aqui, nós não devemos abrir mão. Vamos até o final.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Certo.

Senador Alvaro Dias com a palavra. Depois, o Senador Randolfe; depois, a Deputada Iris; depois, o Deputado Ronaldo Fonseca; depois, o Deputado Maurício Quintella; depois, o Senador José Pimentel. Depois, todos os membros titulares; depois, todos os membros suplentes e depois os não membros.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. Tem 10 minutos de seu tempo assegurados. *(Pausa.)*

São os autores; primeiro os autores.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quando suscitei questão de ordem para que V. Exª requeresse juramento do depoimento, o fiz por considerar imprescindível, mesmo tratando-se de indiciado. Independentemente do que prescreve a legislação, creio que deve ser providência preliminar em qualquer CPI tomar o juramento de quem depõe, até para que a mentira possa se voltar contra o mentiroso.

V. Exª faz uma indagação e eu não pretendo, evidentemente, retirar o direito dos inscritos de indagarem do depoente, mas V. Exª tem razão ao sugerir a suspensão desta reunião, porque não imaginamos que imagem nós estamos passando à sociedade brasileira. O que estamos aqui a fazer diante de um marginal, que sai da Papuda e chega até aqui e mantém-se com arrogância dos livres!

Não creio, Sr. Presidente, que seja necessário formular todas essas indagações.

Temos indagações, certamente, irrespondíveis da parte do depoente, mas de minha parte as reservarei para nova oportunidade.

Repito: não pretendo interferir na prerrogativa de cada um de indagar do depoente e não farei indagação alguma porque resposta não há. Se houvesse uma cachoeira de respostas, certamente, indagaria. Como não há, vou poupar os meus colegas Senadores e Deputados, e, sobretudo, aqueles que nos acompanham, porque certamente estaríamos chovendo no molhado dessa cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues, por favor, com a palavra V. Exª.

Senador Alvaro não fez nenhuma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Carlos Augusto Ramos, em conversas com o Sr. Cláudio Abreu, que o senhor conhece muito bem, sobre a disputa pelo comando de obras no entorno de Brasília, o Senador Demóstenes Torres é citado como sócio oculto do empreendimento de que V. Sª faz parte.

Pergunto: qual era a participação do Senador Demóstenes nos lucros e resultados obtidos pela empresa Delta Construções?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Por instrução dos meus advogados, eu permaneço calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em uma conversa interceptada entre o senhor e o seu sócio, Sr. Cláudio Abreu, que já foi divulgada pela imprensa, aponta para o entendimento entre os senhores e o Sr. Eduardo Siqueira Campos, Secretário de Relações Institucionais do Estado de Tocantins e filho do governador daquele Estado; o senhor chega inclusive a falar para o Sr. Cláudio sobre pagamento que o senhor realizou de um encontro entre o Sr. Eduardo e uma garota de programa, conforme foi noticiado na coluna Esplanada, do jornalista Leandro Mazzini – diz lá: "Mas precisava disso aí, né, para ganhar meus trens, para ganhar seus trens".

O senhor poderia dizer que trens são esses?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em trechos do inquérito da Operação Monte Carlo, que foram amplamente divulgados pela Internet, demonstram que o seu grupo tinha forte participação no governo de Goiás, havendo inclusive servidores nomeados por sua indicação; também são identificadas cotas de obras realizadas pela empresa Delta.

O senhor pode detalhar mais sobre sua relação com o governo do Estado de Goiás?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em outro diálogo, dessa vez com o Sr. Wladimir Garcez, o senhor trata sobre a liderança de uma obra no Estado de Goiás. Seu interlocutor, em certa altura da conversa, afirma: "O trem bateu o martelo lá; agora está sendo pago na questão de quem vai, a Líder, porque o Jaime lá e o Beto colocou a Data Traffic (uma das empresas do grupo), passou o percentual deles, né? Nós ficamos com a Delta. Então ficou 36 nossos, 39 para eles e os 25 da Delta".

O senhor pode detalhar mais informações dessa conversa, que o senhor deve lembrar, e da relação com a Delta?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Diversos trechos do inquérito da Operação Monte Carlo que vazaram pela Internet apontam a existência de encontros entre o Sr. Cláudio Abreu e Fernando Cavendish, da Delta. O senhor pode explicar esses encontros?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em vários trechos do inquérito, há citações a situações em que pessoas integrantes do seu grupo fazem referência a nomeações ou licitações do Governo do Distrito Federal, chegando a ter diálogos com o chefe de gabinete do Governador, Dr. Cláudio Monteiro. O senhor pode detalhar sua relação com o Governo do Distrito Federal?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Carlos Cachoeira, podemos perceber que o senhor tem uma relação muito próxima com a sua ex-mulher. Prova disso é que, em 2007, o senhor depositou para ela R$185 mil; em 2008, R$1 milhão e 385 mil; em 2009, R$1 milhão e 595 mil; em 2010, R$1 milhão e 900. Essa relação também se estende ao seu cunhado. O senhor depositou, em 2007, para ele R$283 mil; em 2007, R$1 milhão e 250 mil; em 2010, R$2 milhões e 100 mil. Essa relação com a sua... Isso é gentileza de ex-marido? O senhor pode detalhar as razões desse depósito?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor acha que, se convocarmos aqui a sua ex-mulher, ela poderá prestar as explicações que o senhor não está prestando? *(Pausa.)*

Se nós convocarmos a sua mulher, será que ela poderá dar aqui as explicações que o senhor não está dando a esta CPI?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Carlos Cachoeira, o senhor iniciou aqui, arrogantemente, dizendo que não iria falar, mas que nós forçamos, falando com a autoridade de quem está livre e falando com esta CPI como se aqui fosse a casa dos seus negócios que o senhor mantinha e da sua organização contraventora que o senhor mantinha em Goiás. O senhor pode pelo menos falar que "forçamos" foi esse que nós aqui fizemos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um momento, só para ordenar os trabalhos, meu querido líder.

Ao líder, é lícito usar a palavra uma única vez em qualquer fase da reunião, pelo prazo de três minutos – é o que estamos ordenando aqui, por uma economia processual –, de acordo com o art. 5º do Regimento Comum.

Já inscrevo o meu líder companheiro pernambucano Bruno Araújo; o meu Líder dos Democratas, Onyx Lorenzoni, pelo Democratas; Paulo Teixeira, pelo PT; Silvio Costa, pelo... *(Pausa.)*

Espera aí. Vamos começar devagarzinho aqui. Senão, não tenho a capacidade de... Paulo Teixeira...

O SR. (Orador não identificado) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto, por favor.

Paulo Teixeira, pelo PT; Kátia Abreu, pelo PSD; Silvio Costa, pelo PTB...

Ajude-me aqui, Relator.

O SR. (Orador não identificado) – Mendes Thame...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa, pelo PCdoB...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – PR, Presidente. Maurício Quintella.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, como líder, eu lhe falo aqui. Nós vamos passar à frente daqueles que se inscreveram?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não quero pedir a palavra como líder, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os líderes não podem inquirir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, mas é que eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A qualquer tempo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou me dirigindo aos líderes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...os líderes podem falar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas, aí, vamos desconsiderar aqueles que chegaram aqui cedo e se inscreveram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o que reza o Regimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu vou me inscrever como líder...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já o inscrevi.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...sob protestos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já o inscrevi.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira, pelo PDT.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para ordenar os nossos trabalhos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, nós vamos continuar com as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos, sim. Vamos, sim.

É porque, pelo artigo que eu nominei...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...a qualquer momento, os líderes podem falar.

Com a palavra...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Delegado Protógenes, PCdoB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas confirmando. Eu verifiquei com a Secretaria. Sou coautor do requerimento que trouxe aqui o depoente, Sr. Carlos Augusto. Portanto, eu solicito a V. Exª que me inclua entre aqueles que terão a prerrogativa de inquirir o depoente nesta fase.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Haverei de incluí-lo, Deputado Domingos Sávio.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder desde 12h32.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está aqui dentro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Mendes Thame, pela Liderança da Minoria na Câmara.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, tenho a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto para eu concluir, Bruno, senão eu me perco.

Com a palavra, por três minutos, o Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Usarei o tempo regimental, Sr. Presidente.

Primeiro, registro o claro respeito que nós temos pela regra do jogo e pelo direito constitucional que se instala sobre o depoente, mas o nosso encaminhamento, Sr. Presidente, é na mesma linha do que nós ouvimos do Líder do PSDB no Senado.

O que de fato nós estamos fazendo aqui neste momento, quando o depoente utiliza o seu direito constitucional e há uma estratégia importante desenvolvida pelos parlamentares ou pelos partidos políticos? De fato, nós estamos aqui permitindo um exercício e um treino ao depoente e aos seus advogados do que vai ocorrer no depoimento que ocorrerá em juízo. Nós estamos antecipando e preparando toda uma estratégia do próprio depoente ou antecipando em todos nós algo que se daria com mais efetividade no ambiente da ouvida na Justiça, no momento em que ele se utiliza da sua prerrogativa constitucional de aqui ficar calado.

Nós queremos, desde já, apresentar urgentemente um requerimento – esta é a questão central – para que, uma vez havendo a ouvida na Justiça, possa imediatamente a Justiça encaminhar à CPI todo o material que se deu ao longo desse depoimento, com as perguntas e as respostas, com áudio, vídeo, notas taquigráficas, para, ao contrário, no retorno do depoente, nós estarmos preparados, sabendo o que, de fato, já tenha sido dito.

Então, para não assumir o papel e estabelecer o que está acontecendo aqui, ou seja, estabelecer este ambiente em que nada vai aqui prosperar, nós encaminhamos no sentido de acolher a sugestão de que seja remarcada imediatamente a vinda do depoente após a sua fala perante juízo, para que, pelo modo formal de requerimento, nós possamos, imediatamente após a fala em juízo, receber da Justiça todo o material que foi elaborado dentro daquele depoimento, no sentido de redefinir as estratégias dos parlamentares e dos partidos na segunda reunião.

Portanto, o registro é no sentido de podermos preservar este ambiente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exª que faça o requerimento por escrito, por favor, Sr. Líder.

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, senhores membros desta CPI, eu não estava aqui no início do depoimento, até como autor do requerimento que permitiu, que convocou a vinda hoje do depoente, porque eu estava na 5ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e também no Núcleo de Combate ao Crime Organizado.

Nós aprovamos aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator – pediria muita atenção neste momento –, na semana passada, o compartilhamento dos autos, das mídias e dos sigilos da operação Saint Michel, que foi levada a cabo pelo Núcleo de Combate ao Crime Organizado aqui do Distrito Federal.

O traslado desses sigilos e, particularmente, os dados existentes que envolvem a empresa Delta vão demonstrar, de maneira cabal, que o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Heraldo Puccini tinham autorização de movimentação financeira da empresa Delta não apenas no Centro-Oeste, mas na sede, no Rio de Janeiro.

Portanto, sobre esse esquema de proteção à Delta nacional que se instalou no plenário desta CPMI na última quinta-feira, num acerto que, aparentemente, perpassou aqui e até foi ilustrado por uma matéria de um telejornal de circulação nacional, demonstrando cabalmente que havia um grupo partidário associado a outro para preservar os interesses da Delta Nacional, eu quero trazer essa informação que recolhi junto às duas audiências que fiz agora.

Nós, quando recebemos o translado desses sigilos, vai ficar claríssimo que o Sr. Cláudio Abreu, repito, e o Sr. Heraldo Puccini tinham autorização para movimentar as contas que têm sede na cidade do Rio de Janeiro, da Delta Nacional, para fazer frente ao esquema supostamente criminoso que se instalou aqui, no Centro-Oeste. Portanto, eu quero fazer um apelo público, em nome do Democratas, ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente, para que, na próxima sessão, que seja o mais rapidamente possível prevista, de quebra de sigilos e de convocações, duas providências sejam dadas. A primeira, que a CPMI quebre, definitivamente, o sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Delta, não apenas a do Centro-Oeste, mas também da que tem sede no Rio de Janeiro, porque ela vai ser fundamental para nossa investigação.

O segundo é que se coloque aqui a acareação que propus no primeiro lote de requerimentos, onde poderemos ter, numa acareação, o Sr, Luiz Antônio Pagot, ex-diretor do Dnit, e o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, que, sozinho, é muito fácil ficar quieto, mas, com alguém que tem muito a explicar e a dizer das conexões entre a facção criminosa e o Estado brasileiro, eu tenho certeza de que, quando a quadrilha briga, a sociedade se informa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de Paulo Teixeira, o relator, na forma regimental.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nobre Presidente, apenas para deixar consignado aqui que ilações da natureza de conluio, conchavo, articulação, que foram levantadas pelo Deputado Onyx, não colaboram com a nossa investigação. O que V. Exª...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Sr. Relator, não falei isso com relação a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – O senhor tem todo o direito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª se referiu a mim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Eu ouço V. Exª, mas não me dirigi a V. Exª sugerindo nada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu não estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está com a palavra. Por favor, Onyx.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª foi exatamente buscar nas fontes que este relator assinou requerimentos para ter acesso a essas informações, e não foram as suspeitas de V. Exª que fizeram com que esse material viesse a esta CPMI. Ao contrário, foram as suspeitas deste relator.

Segunda questão: as contas de que o Sr. Cláudio Abreu é procurador foram quebrados os seus sigilos, mesmo que elas sejam da Delta Nacional. Há essa suspeita. Configuradas essas provas, de que também nós suspeitamos, nós podemos quebrar outros sigilos e fazer outras convocações. Agora, a novidade que V. Exª traz aqui não é novidade. Nós já havíamos percebido isso. Exatamente por essa percepção, quebramos o sigilo de todas as contas de que o Sr. Cláudio Abreu é procurador, inclusive das contas da Delta Nacional. Requisitamos a transferência desse sigilo para esta CPMI. Então, queria deixar isto claro aqui. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Sr. Presidente, só para contraditar, respeitosamente, em trinta segundos. O Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está usando o art. 14. Um já usou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Exatamente. O relator, Sr. Presidente, acabou de revelar aqui aquilo que se transforma em novidade hoje, mas, na sessão da semana anterior, isso não foi falado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós já votamos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O sigilo já foi quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi quebrado e o requerimento já foi expedido.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente, mas é muito importante porque a informação é de hoje. Tudo isso que é suspeita hoje já está confirmado. Por isso, a CPMI vai ter acesso a isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bem. Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, o Sr. Relator, os Srs. Deputadas e as Srªs Deputadas, os Senadores e as Senadoras, e cumprimento o advogado Marcio Thomaz Bastos.

Sr.Cachoeira, Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, inicialmente, o senhor está sendo acusado da prática de vários crimes: exploração do jogo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira, permita. V. Exª está falando como Líder, não como indagador.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Então, eu pediria para voltar ao tempo.

O depoente, o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, está sendo acusado de vários crimes: exploração de jogo de azar, corrupção passiva e ativa, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. São os crimes de que ele está sendo acusado pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal.

No item corrupção ativa, ele tem... É porque vários membros da organização eram agentes públicos.

Aqui, nas menções que foram feitas ao Sr. Cachoeira, no inquérito, consta que ele indicou o Diretor do Detran de Goiás, Sr. Edivaldo Cardoso, que ele tinha relações com o Sr. Jaime Rincon, da Agetop, Agência Goiana de Transportes e Obras; com o Sr. Alexandre Baldi, Secretário de Indústria e Comércio de Goiás; com a Srª Eliane Pinheiro, Chefe de Gabinete do Governador Marconi Perillo; com o Sr. Ronaldo Bicca, Procurador-Geral do Estado; com os Comandantes da Polícia Militar na capital; com o Delegado-Geral e com Corregedor da Polícia Civil.

O que eu quero dizer aqui é que, para uma organização criminosa prosperar, ela precisa de território. Ela, portanto, conseguiu neutralizar o Estado de Goiás.

Consta nessa...

Eu não estou me dirigindo a ele.

Consta que os Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos foi preso na casa do então Governador de Goiás, Sr. Marconi Perillo, e que um sobrinho seu, Sr. Leonardo Almeida Ramos, deu três cheques para o pagamento dessa casa.

Consta igualmente que o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos enviou para o Governador Marconi Perillo uma quantia de R$500 mil numa caixa de computador, para dentro do Palácio por meio do Sr. Wladimir Garcez. Essa é uma acusação que consta dos autos.

Portanto, eu quero dizer aqui que essa organização criminosa prosperou no Estado de Goiás, e aqui é uma acusação direta ao Sr. Governador do Estado de

Goiás. Não são ilações, perguntas, indiretas, etc. E a casa que fora apreendido o Sr. Carlos Cachoeira era de propriedade até então do Governador Marconi Perillo.

Por isso, eu quero dizer aqui que esta CPI, Sr. Presidente, deve prosperar no sentido de detectar esses vínculos porque ele, para sobreviver dentro dessa organização criminosa, o fez neutralizando o aparato repressivo e político no Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu, pelo PSD, como Líder.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de levantar, Sr. Presidente, uma questão de ordem: propor a V. Exª que nós pudéssemos encerrar esta reunião que está se tornando ridícula. Nós fazendo, na minha avaliação, desculpem-me os colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, um papel ridículo diante desse senhor, desse cidadão, que está nos manipulando. Se nós estamos aqui, perguntando para uma múmia, para um cidadão que não quer responder, o que as pessoas em casa vão pensar de nós? Nós temos que nos preocupar, sim, com o que as pessoas estão pensando de nós. Eu não vou ficar aqui dando ouro para bandido, para anotar as nossas perguntas para, depois, vir preparado para as respostas.

Então, eu sugiro que esta reunião seja encerrada e que nós possamos transformar esta reunião numa reunião administrativa em que poderemos votar quebra de sigilo bancário, telefônico, enfim, tantos processos que estão aqui. E nós estamos aqui para trabalhar. Nós estamos ganhando aqui para isso. Fomos eleitos para isso e não para fazer papel de bobo, por um chefe de quadrilha, ali sentado, com essa cara cínica, como se nada estivesse acontecendo no mundo.

Então, esta é a minha questão de ordem, Sr. Presidente: transformar estar reunião numa reunião administrativa para deliberar quebra de sigilo bancário, telefônico, os que estiverem aí que V. Exª acha interessante serem votados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª transforma a sua questão de ordem em um requerimento, que vai ser deliberado pela Comissão.

Silvio Costa, com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, mesmo que o Sr. Carlos Augusto Ramos esteja exercendo um legítimo direito constitucional, é verdade que esse seu silencio não é o silêncio dos inocentes. É óbvio! Segundo, eu entendo esse silêncio como dois grandes gritos, e ambos os gritos me preocupam. E eu fui contra que nós primeiro ouvíssemos o Sr. Carlos Augusto. O primeiro grito é de que esta CPI está correndo o risco de, doravante, todos os membros que forem convocados exercerem o mesmo direito do Sr. Cachoeira e ficarem calados. Eu fui contra. Na história das CPIs, quem dá o norte da é sempre o baixo clero da organização; é sempre a periferia da organização. Eu sempre fui a favor de que, primeiro, nós convocássemos a periferia. Os senhores convocaram o Cachoeira, e este, o seu grande grito hoje. Ele pautou a CPI. Tomara que a gente tenha talento para mudar isso.

O segundo grito que ele deu. A gente disse, desde o começo, aqui, que nós teríamos de ter talento, tecnologia de investigação, porque esta CPI começou ao contrário; começou com o Sr. Carlos Augusto Ramos preso; começou com o Sr. Demóstenes sem poder andar pelo Senado, sem poder andar pelas ruas, cassado, não tendo pedido para ser cassado ainda para não ir preso. E está, aqui, em que pese o respeito aos companheiros Parlamentares, todo mundo, na linguagem popular, dando ouro ao bandido, ou seja, fazendo as perguntas em uma audiência pública. O competente advogado, Dr. Thomaz Bastos, vai pegar esta audiência e vai treinar o Sr. Cachoeira. Quando ele for reconvocado, o que é que vamos perguntar? Seremos ridicularizados ao cubo!

Então, Sr. Presidente, eu vou dizer uma coisa para que a gente não continue com esse espetáculo ridículo, penoso, embora constitucional, eu acho que a Senadora Kátia, como foi proposto pelo Senador Alvaro, tem razão. Esta CPI corre um grande risco de ser, amanhã, muito mal interpretada pela opinião pública brasileira. Lamento e peço que me retire da lista porque eu não quero fazer pergunta nenhuma mais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Vanessa Grazziotin.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator, na forma regimental.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu acho que nós estamos chegando a uma encruzilhada que precisa ficar clara aqui. Há uma prerrogativa constitucional que o acusado está usando. Nós vamos passar aqui infindáveis horas com discursos que não contribuem com a nossa investigação.

Nós estamos diante de uma organização criminosa que cooptou e corrompeu agentes públicos e privados. Isso precisa ser desvendado por nós. Essa figura que aqui está é central nessa organização criminosa. Compete-nos, neste momento, por outros instrumentos, fazer com que a investigação siga em frente, E, necessariamente, como há uma disposição verbalizada aqui pelo Sr. Carlos Augusto, espero que, findo o processo na 11ª Vara, nós o reconvoquemos –

estamos apresentando esse requerimento aqui hoje –, e, como disse, depois desse processo na 11ª Vara, há, tanto de parte do Dr. Márcio, como do acusado aqui presente, o Carlos Augusto, uma disposição verbal de colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Espero que essa colaboração, Sr. Carlos, possa realmente acontecer depois de findo o processo na 11ª Vara. Eu queria rogar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Finda a instrução, a oitiva, o depoimento, nos dias 31 de maio e 1ª de junho, nós poderíamos fazer uma oitiva, após essa data, o que seria mais proveitoso, mais produtivo.

Temos de ter e de buscar outros instrumentos de investigação. Temos uma longa travessia, e não serão os discursos infindáveis que vão colaborar com a nossa investigação.

Por isso eu queria, mais uma vez, endossar aqui o pedido de que nós encerrássemos esta sessão e pudéssemos cuidar de outras atividades que têm a ver com a investigação também.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Questão de ordem.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Questão de ordem, pelo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem, pela minoria, Mendes Thame.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estamos aqui assistindo ao exercício de um direito constitucional. Eu já participei de muitas CPIs nesses seis mandatos que tenho como Deputado Federal – já fui presidente de uma CPI também – e sei que, se esta CPI não cumprir bem o seu papel, em grande parte, a responsabilidade recai, às vezes de uma forma até injusta, no Presidente e no Relator.

Eu queria tomar a liberdade de sugerir um encaminhamento que induz as pessoas convocadas a falar, mesmo tendo o direito constitucional, que é a oitiva: colocar duas pessoas para fazer uma acareação. Quando se tem a acareação, mesmo que ele use esse direito, ele acaba sendo induzido a falar, porque, se o outro fala, ele acaba sendo prejudicado até no processo.

Por isso, faço uma sugestão de que o próprio Relator apresente, o Relator Odair Cunha, no qual confio muito, dois requerimentos: um, pedindo uma acareação entre o Waldomiro Diniz, para saber a relação entre, hoje, e o Cachoeira; e também uma com o Pagot, do Dnit, e o Cachoeira, para que juntos, os dois, ambos aqui, a gente possa realmente conseguir naquela audiência muitas informações que nos ajudem a mostrar que esta CPMI não está para brincadeira; está realmente para conseguir as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feita a palavra, pela ordem, o Relator vai avaliar a solicitação do Líder da Minoria.

Senador Collor de Mello...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...para uma questão de ordem a V. Exª.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente.

A despeito de entender que o requerimento apresentado por Deputados e Senadores tenha alguma razão de ser, eu me insurjo contra, invocando o direito constitucional que tenho, como membro desta Comissão, de formular as minhas opiniões, de dar as minhas opiniões, como outros aqui já fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Portanto, esse requerimento é não constitucional, no meu modo de ver.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tanto é garantido ao depoente a permanência em situação de silêncio, como é garantido aos senhores a formulação das suas indagações.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por isso que esta Presidência, ao fazer as sugestões, manteve todas as inscrições, porque é garantido a ambos os lados os direitos e as garantias constitucionais.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuo com o Deputado Quintella. A seguir, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Pela ordem, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, dentro da sugestão do Deputado Odair Cunha – eu vi que se manifestou o ex-Ministro e competente advogado Márcio Thomaz Bastos –, eu gostaria de ouvir, se a Presidência assim permitir, o compromisso do advogado do depoente de que, logo após a oitiva dele perante o processo no juízo, ele viria a esta CPMI e falaria, e não novamente recorreria ao seu direito constitucional de ficar em silêncio. Então, eu gostaria de saber de V. Exª se é possível que o advogado fale ao microfone e assuma esse compromisso com isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É uma questão de fato e cabe, neste caso, ao advogado se manifestar por questões de fato, segun-

do garantias do Supremo Tribunal Federal, através de decisão do Ministro Celso de Mello, recentemente, na CPI do Ecad. Eu depois haverei de consultar o senhor advogado, que vai sobre o assunto se pronunciar.

Quero antes...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. (Orador não identificado) – É uma consulta, Sr. Presidente... Por que não formulá-la?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, quero antes ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Não está presente.

Deputado Maurício Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, vou usar da palavra para ir na mesma linha da Senadora Kátia e do Líder do PSDB, no sentido de que, ao exercer o seu direito constitucional, o depoente inviabiliza a CPMI. Todos os Deputados e Senadores aqui presentes se prepararam para este dia. Todos nós elaboramos os questionamentos. Mas, obviamente, ao antecipar essas perguntas, no meu entender, estamos fazendo aqui o papel do Dr. Márcio Thomaz Bastos, que é preparar o depoente para futura inquirição. E estamos fazendo isso de graça, Presidente, de graça, o que não faz o menor sentido. Por conta disso, o PR vai apoiar o requerimento que será posto em votação para que se encerre esta reunião e que nós ouçamos o Sr. Carlos Cachoeira depois da sessão do dia 30. Não tenho a menor dúvida de que ele vai falar porque quem se encontra na situação em que ele se encontra, e é da natureza humana a reação, a vontade de se defender, de abrir o bico, penso que para isso chegará a hora oportuna. Esta reunião realmente perde todo o sentido. Portanto, Sr. Presidente, abro mão da minha inscrição no sentido de apoiar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, nunca imaginei que fôssemos aqui ouvir um acusado, um réu e extrair qualquer confissão. Temos mesmo que buscar as provas técnicas. Eu lhes afirmo: temos em quantidade.

Mas eu não fiz educadamente uma saudação ao meu amigo Ministro Marcio Thomaz Bastos. Dirijo minha saudação ao grande advogado que dá a honra da sua presença a todos nós.

Não vou usar, por exemplo, a gravação entre o Sr. Carlos e o Sr. Wladimir no dia 7 de abril de 2011 em que fica demonstrado que existem outros elementos além de dinheiro para convencer autoridade. Não vou me valer disso. Não vou me valer disso.

Não quero fazer perguntas ao Sr. Carlos Cachoeira porque o assunto dele está muito bem tratado na 11ª Vara federal, em Goiás. Quem ler estes autos, vai ver que preocupações já houve lá em juízo tanto da Polícia Federal, quanto do Ministério Público quanto do próprio juiz da 11ª Vara federal e medidas assecuratórias já foram tomadas ali. Então hoje eu poderia dizer que o acusado, silenciando-se, vai admitir, como diz o Código de Processo Penal no artigo 186, Dr. Marcio – e eu falava aqui com o Paulo Teixeira, que também lhe rende homenagens –, que eu me dirigiria a V. Exª só para mostrar que antes de iniciar o interrogatório o juiz, no caso aqui o Presidente, observará ao réu que, embora não esteja obrigado a responder as perguntas que lhe forem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa.

A minha questão não é com o Sr. Carlos; a minha questão é com as autoridades que estão envolvidas com isso aí. O Sr. Carlos tem a sua atividade. Acho até que, como já disseram – e estão certos aqueles que disseram – que enquanto ele estava cuidando ali do bingo estava tudo bem. As coisas começaram a se complicar quando entraram os políticos na história. E quando a gente lê estes autos vê que é verdade.

Quero trazer aqui, Sr. Presidente, aquelas autoridades que foram cooptadas, que servilmente se apresentaram a uma organização criminosa para roubar dinheiro público. Acho que nosso objetivo é esse. Eu me insurjo contra aqueles que imaginam que o silêncio pode acabar com esta CPI. Não pode! Esta CPI não foi convocada pela organização criminosa. Agora, é preciso reciclar sim os caminhos, é preciso mergulhar na prova técnica; é preciso entrar nestes autos que estão disponíveis e verificar o que vamos fazer daqui para adiante. O Senador Pedro Taques está ultimando já uma petição ou uma cautelar para uma ação principal depois porque nós vamos contra essas autoridade e contra a Delta especialmente, que está lá com dinheiro público sim do BNDES, nós vamos assim que eu terminar. V. Exª poderá me agradecer. É. Nós vamos contra a Delta, sim! Nós vamos procurar as conexões, vamos procurar as conexões. O Sr. Carlos Cachoeira está absolutamente muito bem entregue ao juiz da 11ª Vara federal. E aqui eu reitero os meus cumprimentos ao Ministro Marcio Thomaz Bastos e espero vê-lo em circunstâncias mais agradáveis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Líder Chico Alencar, pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, o Sr. Cachoeira, de volta à Papuda e orientado pelas luzes inegáveis do Sr. Marcio Thomaz Bastos, ex-Ministro da Justiça do Brasil, pode estudar essa

questão que ele repetiu aqui à exaustão: o uso do direito constitucional de não falar.

Isso é derivado do direito norte-americano, só que a 5ª Emenda à Constituição americana tinha outro escopo que, no Brasil, hoje, é degradado de forma deplorável. Aquilo era para fruição da justiça e garantia de um acusado injustamente. Aqui, inclusive, altos magistrados dizem que o réu ou o indiciado não fala para não se autoincriminar. É uma declaração, uma confissão do crime, evidentemente. Não vou falar para não fazer prova contra mim mesmo, contra si próprio. É uma declaração, uma confissão de culpa.

Então, eu quero declarar, em nome do PSOL e da nossa compreensão, junto com o Senador Randolfe, que esta sessão não foi inútil. O Sr. Carlos Cachoeira acaba de declarar aqui, com seu silêncio sínico, desrespeitoso para com a busca da justiça no País, ainda que sob a alegação de que é direito constitucional, assim como o preso tem o direito de fugir, também. Ele aqui declarou que o que o delegado trouxe aqui da investigação é a pura verdade e agregou provas às provas daquilo que cometeu a sua quadrilha, o seu PCD, partido Cachoeira Dela, partido Cachoeira Demóstenes – como queiram, partido, aliás, que não fala, ao contrário de todos os outros, no espaço do Congresso Nacional -, quanto a crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, contrabando, evasão de divisas, sonegação fiscal, violação de sigilo funcional e formação de quadrilha, ele e seus sócios, empresários e políticos, essa súcia toda de malfeitores que infelicitam a República brasileira.

Muito obrigado, Sr. Cachoeira, o senhor reiterou tudo isso que estamos investigando e que a Polícia Federal, já comandada brilhantemente pelo Dr. Márcio Thomaz Bastos, ajudou a elucidar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Protógenes, pelo PCdoB, Câmara dos Deputados.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, faço aqui um registro histórico pela presença deste eminente e ilustre advogado hoje, o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Foi sob seu comando que eu, à época como delegado da Polícia Federal, lotado na Diretoria de Inteligência, realizei, ao longo de mais de oito anos na Polícia Federal, grandes operações que ficaram conhecidas nacionalmente, depois que eu prendi o banqueiro condenado Daniel Dantas, a última Operação Satiagraha.

Então, este é o registro que faço: Sr. Thomaz, a gratidão deste humilde profissional que esteve sob seu comando, no Ministério da Justiça, o senhor soube dignificar a Polícia Federal naquele momento.

Em respeito ao trabalho do senhor e também em respeito à própria Constituição da República, que é bem clara, em seu art. 5º, que temos de respeitar, inciso LXIII dispõe que "o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado".

Era o preâmbulo com o qual a Presidência deveria abrir os trabalhos. Fica consignado que, nos próximos depoimentos, V. Exª faça isso, para que não haja essa confusão que, muitas das vezes, cria um ambiente.

Outro registro, Sr. Presidente, é o de que se trata de uma CPMI, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista e não de uma delegacia de polícia. Então, temos de ter bem assegurada a natureza jurídica desta Comissão, como disseram muito bem os que me antecederam, Senadores e Deputados, do nosso papel de estar diante de um acusado, de um preso que não quer falar e de expor o Parlamento, esta CPMI, a quem está assistindo a esta sessão plenária.

Então, reconhecemos a dificuldade e, evidentemente, também queremos saber, acredito que seja o objeto maior – como foi registrado até pelo Deputado Miro Teixeira, eu me pronunciei, sou autor do pedido de CPI e me pronunciei, na Câmara, várias vezes... O maior perigo e o problema maior não estão no cárcere, nem na prisão do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. Está fora do cárcere. O esquema no qual o Sr. Carlos Augusto foi um dos operadores, ele não comandava o esquema. Ele era um operador, e como operador... Nós temos é que investigar essa condição. O objeto material e a natureza jurídica do que nós estamos perquirindo é o crime material, é crime financeiro, é o crime fiscal. E, para esses crimes, a documentação foi enviada.

Agora, eu peço ao Sr. Relator, que foi também... Eu consigno essa questão, que é uma questão de ordem também: o relatório de análise. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Deputado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – O relatório de análise, eu pedi as informações, o relatório analítico, e até agora nós não recebemos; nenhum Deputado, nenhum Senador ou Senadora recebeu esse relatório analítico. Eu gostaria de uma explicação do eminente Relator nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pergunto a V. Exª se o requerimento que foi apresentado pelo Relator e por vários Senadores e Deputados de interromper a presente sessão vai ser votado, se não vai e se V. Exª considera

que tenha prerrogativa para fazê-lo. Se tem, a pergunta que eu faço a V. Exª é o momento: se vamos respeitar ainda a lista de todas as inscrições, se vamos ouvir as lideranças ou podemos votar esse requerimento imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos ouvir as lideranças, vamos ouvir os autores e vamos colocar o requerimento em deliberação.

Sr. Deputado...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu fiz uma indagação ao Relator.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Só para esclarecer, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – A lista não será cumprida?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há um requerimento sobre a mesa a respeito do qual vamos deliberar oportunamente, Senador Sérgio Petecão.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, a questão de ordem. Eu fiz uma indagação ao Relator e gostaria que ele me respondesse, sobre o relatório analítico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele vai responder.

Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, nós estamos elaborando o relatório analítico. Até a próxima sessão vamos disponibilizar.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Informo ao Deputado Protógenes que as providências de V. Exª foram tomadas por esta Presidência na abertura da reunião.

Senador Humberto Costa com a palavra, pela Liderança do PT no Senado Federal.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Só para, em nome da Bancada do PT do Senado, dar apoio ao requerimento apresentado pelo Sr. Relator de suspensão da presente reunião. Está evidente que não vai haver nenhuma resposta por parte do Sr. Carlos Cachoeira e, portanto, creio que nós, aqui, não estamos cumprindo um papel adequado a uma CPI. Portanto, eu solicitaria, inclusive, que, dentro do Regimento, isso fosse votado o mais brevemente possível. Abro mão da minha inscrição para fazer questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Fernando Collor com a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, digníssimo ex-Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, senhor depoente, eu gostaria de trazer ao conhecimento desta Comissão um novo fato, que foi um telefonema do jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*, em que ele pede ao Sr. Carlos Augusto que checasse se era verdadeira a informação de que o Sr. João de Deus, lá de Abadiânia de Goiás, havia utilizado um avião da Força Aérea Brasileira para ir até Caracas, na Venezuela, fazer uma consulta para o Sr. Hugo Chávez, Presidente daquele país.

E também, Sr. Presidente, uma outra informação que trago a esta Comissão é de que o Sr. Policarpo Junior tinha reuniões frequentes com o Sr. Carlos Augusto e também com outras pessoas ligadas a ele no antigo Hotel Meliá, hoje Hotel Meliá Brasil 21, onde há uma charutaria chamada Churchill, e esses encontros foram variados e semanalmente eram realizados.

Também, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que há, na gravação, uma solicitação, numa das gravações realizadas, interceptadas pela Polícia Federal, do Sr. Carlos Alberto Cachoeira para que uma determinada nota fosse publicada num *blog* ou numa coluna da revista *Veja* chamada Radar, assinada por um rabiscador chamado Lauro Jardim. Se isso é verdade, se ele confirmaria isso, porque essa é uma informação muito importante para o nosso processo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está falando como líder, Senador?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Estou falando como líder.

E também em relação à questão da participação do Sr. Policarpo Júnior na relação que mantém com o Sr. Carlos Augusto há dez anos. Quer dizer, na relação, o Sr.Policarpo Júnior utilizou o Sr. Carlos Alberto Cachoeira de uma maneira absolutamente indevida, porque se utilizava do Sr. Carlos Augusto Cachoeira para obter rentabilidade e prestígio para a revista a que servia e rentabilidade para si próprio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Por isso essas informações são importantes porque essa provável ida do Sr. João de Deus a Caracas, na Venezuela, foi uma das últimas solicitações feitas ao Sr. Policarpo Júnior ao Sr. Carlos Augusto Cachoeira para que ele checasse se o avião havia saído de Anápolis em direção a Caracas.

Era isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, o senhor vai colocar em votação o requerimento de suspensão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir os líderes como vou ouvir V. Exª, vou terminar de ouvir os autores...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E garantir a participação constitucional dos Srs. Parlamentares.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Que se inscreveram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Que se inscreveram.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem.

Sr. Presidente, eu entendo que esta sessão não pode se transformar em uma piada como está ocorrendo. Ele tem o direito constitucional ao silêncio. Ou nós revogamos a Constituição, rasgamos a Constituição, ou atendemos o direito constitucional. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito nos dá o norte de que nós precisamos colocar os requerimentos de afastamento do sigilo bancário e fiscal hoje, conforme foi proposto pela Senadora Kátia Abreu. Nós não podemos aguardar o dia 5 de junho. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque existem documentos nos autos que revelam – e eu vou mostrar isso na hora da minha pergunta – que o dinheiro saiu da Delta, como nós todos sabemos, foi para Pantoja e para Brava construções; daqui foi para o Geovani e foi para pessoas importantes da República.

Nós precisamos de prova documental e nós estamos aqui jogando o lixo para baixo do tapete para o dia 5 de junho. Portanto, eu quero aqui, Sr. Presidente, mais uma vez afirmar que aqui nós não estamos diante de um filme americano em que o réu vem e confessa. Ele está muito bem assessorado pelo Dr. Márcio. Ele não vai confessar, isso não vai ocorrer aqui. Depois do seu depoimento na Justiça, se o doutor advogado for um advogado que ele é, ele não confessar absolutamente nada aqui, Sr. Presidente. Nós precisamos de prova documental. Temos que respeitar o direito constitucional de todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nós, nesta CPI, não podemos nos igualar aos criminosos, não podemos desrespeitar a lei e desrespeitar a Constituição.

Por isso, como Líder do PDT no Senado, eu requeiro mais uma vez a V. Exª e ao Sr. Relator que coloquem os requerimentos de afastamento do sigilo bancário em votação. Não joguemos para frente, no dia 5 de junho. Daqui ao dia 5 de junho, o dinheiro pode ter-se esvaído em uma cachoeira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós terminamos de ouvir os Líderes. Volto aos autores. Deputada Iris de Araújo. O Deputado Maurício Quintella já se posicionou e pediu a retirada. Ainda tem como autores a Deputada Iris, que vai falar agora, o Deputado Ronaldo Fonseca e o Senador José Pimentel.

Deputada Iris.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Já verifiquei na secretaria. Há o Deputado Domingos Sávio como coautor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me. E tem o Deputado Domingos Sávio, que já tinha anotado aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a Deputada Iris.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, talvez seja eu aqui dentro desta CPMI a Deputada que tem sido mais tocada ou mais atingida nesta situação em que nós estamos4 vivendo e que está chamando a atenção do País, porque o nascedouro, o início, onde estourou realmente esse escândalo que está envergonhando esta Nação foi lá no meu Estado de Goiás, onde fui eleita por duas vezes a Deputada Federal mais votada. E a minha presença aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, se refere principalmente à responsabilidade que eu tenho para com o Estado e Goiás.

Em momento algum, Sr. Presidente, passou pela minha cabeça nenhum sentimento de vindita, nenhum gesto que não diga respeito àquilo que nós, como parlamentares de todos os partidos... E é importante colocar aqui, Srs. Deputados, que esta CPMI não pode ser partidarizada, mas esta CPMI também não pode ser um CPMI em que caiba, em que apareça ou até em que se sugestione qualquer tipo de acordo.

Eu tenho me dedicado, eu tenho trabalhado, eu tenho estudado para fazer aqui dentro o papel que me cabe como juíza. Eu me recuso, Sr. Presidente – e subscrevo também o documento da Senadora Kátia Abreu –, a vir aqui fazer perguntas para que o nosso depoente não as responda, mas para fazer perguntas para que nós tenhamos os devidos esclarecimentos, o que aqui não tem sido. Então, eu me coloco junto àqueles que acham e que defendem que os trabalhos realmente sejam encerrados e sejam transformados num momento administrativo para que esta CPMI realmente corra celeremente.

O depoente poderia, sim, esclarecer muita coisa que está passando pela cabeça dos brasileiros e as

ilações que se fazem lá fora a respeito do nosso papel. Eu não aceito, Sr. Presidente, e tenho a certeza de que a grande maioria dos componentes desta CPMI não aceitam suspeitas de que esta CPMI possa se transformar numa *pizza*. Se pelo menos de longe isso possa ocorrer eu não farei parte, eu que faço parte de um programa de televisão, como apresentadora, dessa cozinha eu não vou participar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Ronaldo Fonseca.

Não está presente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Estou presente.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Portanto, Sr. Presidente, abro mão das minhas perguntas para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Ronaldo Fonseca, com a palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, o tempo regimental que eu tenho, Sr. Presidente, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Três minutos.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Três minutos.

Eu entendo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, que nós estamos num prejuízo aqui. Mas esta CPMI não está sendo enxovalhada, ridicularizada, como estou ouvindo aqui, não. Até parece que existe um grupo de Deputados e Senadores, todos ingênuos, que não sabiam que o depoente não ia falar aqui, que nós íamos fazer perguntas para ele para orientar o advogado. Nós estamos passando uma imagem para a população de que a CPMI aqui é um grupo de ingênuos. Não. Nós estamos aqui e sabíamos já que ele não ia falar. Isso é óbvio. Aliás, eu não tenho nem esperança de que o Sr. Cachoeira vá falar aqui, não. Claro que ele não vai falar. Embora, seria ótimo para nós, inclusive para a gente separar o joio do trigo. É uma injustiça o que o Sr. Carlos Augusto com muitas pessoas, cujo nome foi posto na mídia, pessoas que eu acredito que podem ser inocentes.

E quem poderia, então, resolver isso, Sr. Augusto?

Eu até percebo que ele está com vontade de falar. Eu percebo que ele está com vontade de falar. Porque é difícil, gente, estar aqui ouvindo, ser provocado e não falar. Eu acho que ele poderia se insurgir contra os advogados aí, e dizer: Eu quero falar, eu quero falar, eu quero falar. Seria muito bom para nós.

Mas eu tenho, Sr. Presidente, duas perguntinhas para fazer para o depoente. São perguntas muito simples, e mesmo que ele quiser falar eu acho que não vão comprometer nada não. É muito simples. Não vai ter nenhum problema.

Na primeira pergunta, Sr. Carlos Augusto, eu gostaria de saber do senhor o seguinte: O senhor teve conhecimento de que o Governador Agnelo Queiroz, logo quando tomou posse aqui no governo, no mês de janeiro, o senhor tomou conhecimento de que ele mandou fazer uma auditoria em todos os contratos do GDF, inclusive da Delta?

Bom, não responda agora não. O senhor está com vontade de responder, mas não responda agora não. O senhor tomou conhecimento de que ele fez uma auditoria, inclusive em contratos da Delta, logo quando ele tomou posse, e suspendeu os pagamentos da Delta aqui, do negócio do lixo aqui?

Ora, se o senhor disser para mim que sim ou não, eu queria saber do senhor, em sequência: Se o senhor teve conhecimento, foi exatamente isso que motivou seus auxiliares a tentar chegar no Governador Agnelo, e sem sucesso? Cercou de tudo quanto é jeito, mandou falar com assessor, com não sei quem, e o senhor não conseguiu. Será que é porque foi suspenso o pagamento da Delta aqui, motivado por uma auditoria?

Essa é a minha primeira pergunta. O senhor vai responder, Sr. Cachoeira? Vamos ver se ele vai responder.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em respeito a V. Exª, não vou responder. Vou usar meu direito constitucional.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ah, não vai responder. Eu quero fazer uma segunda perguntinha e vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O seu tempo...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Só um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele é autor, ele está no uso.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Por gentileza, Sr. Presidente. Alguns tiveram mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Use o seu tempo Mantenho a palavra do Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

A segunda pergunta é a seguinte. Eu estou ouvindo falar muito em Pagot aqui. Alguns colegas aqui. E eu me lembrei, Sr. Cachoeira, de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele está falando como autor. Eu quero comunicar

aos senhores que ele está falando como autor. Então, tem o tempo regimental. O tempo está livre. De V. Exª.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ok. Bom, eu ouvi falar muito de Pagot aqui, Sr. Cachoeira, e eu assisti na mídia umas degravações, uns telefonemas que foram trocados, que parece que havia um esquema montado pelo senhor e seus auxiliares, um esquema de denúncias contra o Ministério dos Transportes.

Eu queria saber de V. Sª: esse esquema que vocês montaram de denúncia para derrubar o Sr. Pagot foi motivado por quê? Contrariou interesse da Delta, contrariou interesse da contravenção, contrariou interesse do senhor? O que foi que motivou montar esse esquema, que ficou claro nas escutas que vocês queriam, realmente, derrubar o Sr. Pagot.

Eu lembrei disso, não ia nem perguntar não, mas alguns me fizeram lembrar aqui fazendo perguntas. O que foi que aconteceu ali? Contrariou interesses, deixou de pagar...

Ó, está com vontade de falar.

Deixou de pagar? O que foi que aconteceu, Sr. Cachoeira, que o senhor queria então fazer um esquema de denúncia. E parece que conseguiu fazer. Saiu na mídia, uma revista inclusive publicou algumas coisas. O senhor pode responder?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Vou usar o direito de ficar calado.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem, Sr. Presidente, então eu vou também economizar tempo, Sr. Presidente, e agradecer a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador José Pimentel, com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, eu quero começar registrando que esta CPMI é um pouco diferente da tradicional, das comissões parlamentares de inquérito que eu acompanhei nestes 16 anos de Congresso Nacional.

O primeiro registro é que ela nasce já de um conjunto de informações, de investigações e de provas feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Como sabemos, historicamente, nós ouvíamos os requisitados, os denunciados, aqueles de quem nós queríamos colher uma série de informações, para, em seguida encaminhar à Polícia Federal ou ao Ministério Público Federal para fazer as diligências necessárias.

Aqui, não. Aqui, por exemplo, o pagamento da casa que pertenceu ao Governador Marconi Perillo foi pago, conforme está nos autos, por três cheques, um cheque de R$600 mil, um outro de R$400 mil e um outro de R$500 mil.

Portanto, nós não precisamos mais ir atrás da fonte que pagou a compra da casa do Governador Marconi Perillo. Está provado nos autos. O que falta para nós é ter acesso à cópia dos cheques. Com a quebra do sigilo bancário, os três cheques virão para esta Comissão.

Portanto, quanto à materialidade da compra da casa do Sr. Governador, não tem problema. Quem estava ocupando a casa que foi do Governador? O Sr. Carlos Augusto. No dia em que ele foi preso, foi preso nessa casa. Portanto, não precisamos também saber quem era o inquilino da casa. De um lado, nós já sabemos quem comprou, quem pagou, e, de outro, nós temos também a prova de quem era o inquilino que morava ali. Essa é uma das matérias fundamentais para saber do envolvimento do Sr. Governador para com essa organização.

Se nós vamos ver quais eram as indicações em que a organização tinha junto ao Governo do Estado, no inquérito também lá está posto. A Polícia Federal já identificou e na denúncia feita também constam os vários cargos em que a organização nomeou no Governo Marconi Perillo, quem eram eles, o que eles faziam, inclusive dizendo a partilha na questão das propagandas pelos cargos que preenchia.

Portanto, essa matéria, que, tradicionalmente, nós deveríamos colher junto aos depoentes, junto aos expositores, aqui, isso não, a Polícia Federal já se antecipou no seu papel institucional, que ela faz muito bem, e já trouxe para esta CPI. Se nós quisermos ter acesso à remessa de divisas, à lavagem de dinheiro e um conjunto de outras questões, não é por depoimento que nós vamos chegar a isso, mas pela quebra do sigilo fiscal e bancário dessas empresas ora formais, ora "laranjas" que operaram. Temos também a lista de todas elas.

Portanto, esta CPI parte de um outro patamar, um patamar em que grande parte das provas já foi levantada, e o que falta para nós é ter a capacidade política de criar e atuar para desmontar essas organizações criminosas que se especializaram em achacar a sociedade brasileira, em produzir provas no sentido de intimidar determinadas pessoas, sejam do setor público ou da iniciativa privada, com o objetivo de levar vantagem, no sentido de vender matérias para se promover ou denegrir ou prejudicar a vida de determinadas pessoas. Eu acredito que é esse o papel em que nós deveremos caminhar. E quando nós pegamos o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, é exatamente neste sentido em que ela caminha.

Nós sabemos que é preciso atualizar a lei de lavagem de dinheiro e também de confisco de bens dessas organizações, e nós temos um conjunto de propostas nesse sentido, nós sabemos que é preciso responsabilizar as pessoas jurídicas corruptoras, como hoje se responsabilizam também os corrompidos, e tem um conjunto de iniciativas nesse sentido.

Portanto, aqueles que têm o hábito de olhar esta CPI a partir do que aprendeu e apreendeu ao longo das anteriores têm uma certa frustração. Mas para aqueles que tinham dificuldade exatamente na hora do levantamento das provas, da continuidade, aqui têm uma excelente oportunidade de desmontar o papel achacador que algumas organizações criminosas que se inseriram no aparelho do Estado, que inseriram seus membros em vários segmentos da sociedade brasileira, para que possamos por um ponto nessa forma de fazer.

É dessa forma que eu quero, Sr. Presidente, trabalhar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso, não vou fazer nenhuma pergunta ao depoente, porque já sei que ele não vai responder e eu quero poupar os nossos pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Como último autor, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, meus colegas Senadores e Deputados, eu quero me dirigir ao depoente, Sr. Carlos Cachoeira, Sr. Carlos Augusto Almeida.

Em que pese ele estar usando seu direito constitucional de ficar calado, eu quero insistir numa pergunta, inicialmente cumprimentando também o ex-Ministro da Justiça do Governo do Presidente Lula, competentíssimo, Dr. Márcio Thomaz Bastos, que, obviamente, levou essa orientação ao seu cliente e, com certeza, o faz com a competência que é de conhecimento de todos nós, assim como foi um grande e competente Ministro da Justiça, e nisso reside, em que pese às colocações já feitas aqui, o quanto nos surpreende um acusado usar de forma sistemática o direito de ficar calado. Mas isso é fundamental no estado de Direito, e é fundamental a gente ver um homem brilhante como o ex-Ministro da Justiça aqui fazendo a defesa de um acusado de chefiar uma quadrilha. Isso é princípio fundamental do estado de Direito, mas, em que pese ao acusado ficar calado, o que não pode é o Congresso ficar calado. Então, foi muito feliz o colega que me antecedeu dizendo que equivocam-se aqueles que acham que, ao estarmos aqui debatendo, colocando os nossos pensamentos, nós estaríamos aqui fazendo papel de bobos. É óbvio que todos nós sabemos, a imprensa do Brasil o dia inteiro disse, já era notória a possibilidade de o acusado se manter calado.

Porém, eu insisto numa pergunta porque ela pode provocar o acusado e o próprio advogado, com toda a competência que tem, a uma reflexão. Ele está – eu creio – talvez, numa oportunidade única; poderá ser convocado outras vezes, mas não tenho dúvida de que ficará calado até porque dentro do atual Código Processual Penal o réu sempre acaba sendo dos últimos a estarem submetidos às oitivas, e isso pode se arrastar, poderemos ter outras alegações para dizer que "ainda temos mais o que dizer em juízo". A verdade é que, nesse momento, o competentíssimo advogado está comprometido com a sua defesa do réu e não com esta missão da CPI, assim como esteve no passado com o Ministério da Justiça. Então, não teria eu a ingenuidade de pensar que ele vai aqui nos dizer: "olha, amanhã eu vou orientá-lo para falar porque vou ter uma gentileza com esta CPI". Não espero isso e não digo com nenhuma indelicadeza ao Dr. Marcio Thomaz Bastos.

Mas a minha colocação ao senhor, Sr. Carlos Cachoeira, é a seguinte: o senhor já está preso; o senhor já está em condição de réu; o senhor foi profundamente investigado pela Polícia Federal, que formou provas, provas incontestes do seu envolvimento com o crime, e as acusações já estão formatadas.

Eu digo que esta CPI não deveria ter o codinome de CPI do Cachoeira, não; deveria ser o da bandalheira e da corrupção que envergonham este País.

O senhor tem oportunidade ímpar de contribuir para melhorar este País. Alguém poderia dizer: "Mas você é ingênuo! Ele é o acusado, ele não está preocupado em melhorar o País". Mas o senhor é um ser humano. Mais do que isso, existe um princípio – aí sim, vou aguardar o competente advogado orientar o seu cliente; o seu advogado pode perfeitamente voltar a esclarecê-lo – dentro do Direito Penal, dentro dos processos que a própria CPI acompanha – ela mesma pode requerer isso em seu benefício – que é a delação premiada. Tivemos notícia, inclusive, de que o senhor estaria prestes a dar essa contribuição ao Ministério Público, mas foi aconselhado pela sua atual esposa – ela deu declarações públicas neste sentido de que havia aconselhado em contrário. O senhor pode ter, sim, por um princípio do direito, a sua pena não só abrandada; há circunstâncias em que elas ficam até extintas, dado o benefício que pode trazer á Nação, porque o que a Nação precisa – e nesse sentido não tenho dúvida de que é também o sentimento deste competente advogado que está do seu lado – não é simplesmente condenar o Sr. Carlos Cachoeira; precisa varrer do mapa esta quadrilha horrorosa que está infil-

trada dentro do Poder Público. E aí não venham querer colocar em limites territoriais, não. É preciso que fique claro, e o senhor já sabe disso, que há envolvimento de autoridades e de lideranças de diversos partidos, de Municípios, de Estados e da União! E aí, eu reitero antes de concluir o meu raciocínio porque dela poderão vir outras perguntas: o senhor estaria disposto a contribuir com o processo aceitando a delação premiada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Respeitosamente, excelência, eu continuo no meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, é exatamente isso o que também esperávamos, mas que torna evidente o que já foi colocado aqui e que vai na linha do raciocínio que eu iniciei. O réu, o acusado vai ficar calado e vai ser orientado pelo seu competente advogado que poucos brasileiros podem pagar, pouquíssimos brasileiros podem pagar. E aqui não sou eu que vou questionar, porque eu reitero: competentíssimo, reconhecido no Brasil e fora dele; mas ele ficará calado. E nós, vamos ficar calados? E nós, vamos aceitar o que estão dizendo aí por fora, de que haverá conluio, de que haverá acordo? Não, porque eu confio em V. Exª, que tem se portado com a decência, a competência de um grande estadista, um grande homem público.

O relator vem do meu Estado e eu tenho por ele estima e respeito. Mas, cabe a nós, mais do que fazermos elogios mútuos, agirmos.

Nós sabemos que há envolvimento, sim. Se há responsabilidade criminal ou não deverá ser averiguada e aqui debatida, de governadores; aqui foi dito, do governador do Estado de Goiás, que já, pelo meu líder, se manifestou não só disposto, mas interessado em aqui vir fazer os seus esclarecimentos.

Temos gravações evidentes, como as que foram aqui relembradas, do Sr. Cláudio Abreu, em processos claros com o Sr. Cachoeira, conversando com Paulo Tadeu e Rafael Barbosa, secretários do Sr. Agnelo Queiroz, demonstrando claramente o interesses desses secretários em estarem em conluio com essa quadrilha.

Nós temos informações claras e evidentes de outras diversas ações envolvendo a construtora Delta, inclusive no âmbito nacional, porque houve uma gravação em que foi flagrado o Sr. Cláudio Abreu, realizada entre ele e o próprio Carlos Cachoeira – o Sr. Carlos Augusto aqui presente – afirmando que o Sr. Pacheco, da Delta Construção, tinha interesse de que a empresa, no âmbito nacional, desenvolvesse atividades no entorno do Distrito Federal. Isso está ali nos autos.

Nós temos o episódio do governador do Rio, Sérgio Cabral, com o Sr. Fernando Cavendish, e o Sr. Fernando sai da Delta, que agora está sendo comprada por uma empresa que tem boa parte do capital do dinheiro público dos brasileiros. O Governo Federal agora compra um avião caindo, pegando fogo. Vamos demorar a investigar a Delta?

Vamos demorar? Claro que não. Já senti isso da parte do relator.

Então, parto para a minha conclusão. Não perdemos tempo. Mostrarmos para o Brasil inteiro o seguinte: Carlinhos Cachoeira está preso. A Polícia Federal se debruçou sobre ele. Tem provas mais do que obtusas, concretas, profundas, não só para indiciá-lo, mas para condená-lo, e eu reitero, Sr. Carlinhos, pense na delação premiada e que seu advogado considere isso, porque nós vamos acompanhar de perto. Não havendo ela, não podemos abrir mão de uma fração do que o senhor terá que pagar.

Agora é preciso – e aí concluo, Sr. Presidente – que imediatamente nos debrucemos sobre o sigilo bancário da Delta no Brasil inteiro, sobre os seus conluios com todos os níveis da República, que tragamos aqui os governadores, seja de que partido for, e não vai ter se é teu ou se não é meu; do Sr. Carlinhos eu sei que não sou, e da quadrilha não sou, e sinto que esses pares que estão aqui vieram para esclarecer e para cobrar punição para os envolvidos. Nós não somos do mal e queremos que o Brasil inteiro lave, passe a limpo essa vergonha nacional que é a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Domingos.

Uma questão para deliberação dos senhores. Vou consultá-los, de acordo com o art.41, do Regimento Comum.

Sobre a mesa, requerimento da Senadora Kátia Abreu, assinado por alguns líderes, solicitando, com apoio do relator, que seja encerrada esta oitiva do Sr. Carlos Augusto, que manifestou o seu direito constitucional de permanecer calado.

Quero dizer aos senhores que também é de direito informá-los que há 39 Srªs e Srs. Parlamentares inscritos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um a favor e um contra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio a favor do requerimento...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...e a Senadora Vanessa contra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – V. Exª vai encerrar a oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – V. Exª vai encerrar a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...ou vai prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos, eu tenho sobre a mesa, de acordo com o art. 41...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...um requerimento da eminente Senadora Kátia Abreu, pelo PSD, com o apoio do Deputado Onyx, do Democratas, com o apoio do PSDB, com o apoio do PPS, com o apoio do relator, com o apoio do PT, solicitando o encerramento dessa oitiva. Tenho também sobre a mesa, inscrições de 39 Parlamentares, Senadores como V. Exª, pedindo a inscrição.

Qual é a providência desta Comissão? Colocar na forma "precedental" o requerimento, convidando ou franqueando um Parlamentar a favor e um Parlamentar contra. Inicialmente, vamos votar o requerimento agora: um a favor e um contra. Falará a favor o Senador Cássio Cunha Lima. Falará contra a Senadora Vanessa Grazziotin. A partir da deliberação deste requerimento, na forma do art. 41, esta Comissão tomará as providências.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – V. Exª vai ler o requerimento, para tomarmos conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ler. O requerimento é este aqui, que o relator vai ler para V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...do que pretende o requerimento apresentado pela valorosa Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi lido.

Com a palavra o Sr. Senador Cássio Cunha Lima, que se pronunciará a favor do requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Membros desta CPMI, em que pese estarmos provavelmente ao vivo na TV Senado, na Globo News e em outras emissoras de televisão, com os olhares atentos do povo brasileiro, acredito que o requerimento tem um sentido absolutamente lógico, e tudo que tem bom senso e lógica deve ser observado com especial atenção.

Estamos num regime de direito democrático e lutamos por isso. É facultado ao interrogado o direito constitucional de se manter calado. Não podemos transformar esta CPMI num tribunal de exceção com exageros de quais sejam as partes.

Está mais do que claro que o interrogado não responderá às indagações. E nos cabe, como juízes que somos nesta CPMI, buscar outros meios de prova, que não sejam os testemunhos, os depoimentos. E, neste caso, mais do que qualquer outro meio de prova, precisamos encontrar as provas técnicas, além daquelas já identificadas pelo excepcional trabalho realizado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Não me refiro apenas às acusações imputadas ao interrogado no que diz respeito à contravenção; mas, sobretudo, àquilo que diz respeito às relações supostamente ilegais que estão sendo apuradas por esta CPMI com a empresa Delta, onde já restou demonstrado, em documentos constantes da Operação Monte Carlo, que se criaram empresas fantasmas, cito Brava, Alberto & Pantoja, que recebia exclusivamente transferências da Delta, e aí não há de se falar em Delta Centro-Oeste, porque o CNPJ responsável pelos depósitos nas já mencionadas empresas é o CNPJ da Delta sediada no Rio de Janeiro, e esta CPMI haverá de comprovar isso.

Portanto, em respeito a todos os membros desta CPMI, em respeito ao povo brasileiro que nos acompanha, em respeito, sim, porque o acusado também nos merece respeito, como os seus advogados, que encerremos esta sessão e possamos aprovar o requerimento da Senadora Kátia Abreu, para que, otimizando o nosso tempo, possamos abandonar o testemunho do interrogado e mergulhar na busca das provas técnicas que levarão à conclusão efetiva do trabalho desta CPMI.

Portanto, peço aos meus Pares que aprovem o requerimento da nobre Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, olha, primeiro quero dizer que, se nós tivéssemos passado, e aí a culpa não foi de V. Exª, a quem quero dizer que tem sido um excelente Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...tem garantido a palavra a todos e todas, a qualquer momento, ninguém tem a palavra tolhida aqui, mas, se tivéssemos seguido a ordem das inscrições, desde

o início... Eu cheguei aqui para me inscrever ao meio dia. Havia uma fila de quase quinze Deputados e Senadores, já desde as 10h da manhã, para se inscrever. Se nós tivéssemos seguido a relação dos inscritos, a sessão já estaria terminando, Sr. Presidente.

Eu não vi aqui nem o Relator fazer as 130 perguntas que havia preparado para fazer, nem vi nenhum dos Senadores ou Deputados fazerem sequer dez perguntas. Todos estão se restringindo a fazer poucas perguntas.

Acho que, em relação ao assunto, à investigação da CPI, que não é o tema de agora... O que nós estamos discutindo agora é um requerimento de encerramento ou não da sessão. Em relação às investigações, não tenho dúvida de que esta CPMI se diferencia de todas que já ocorreram, porque nós já estamos trabalhando com provas, repetindo aqui o que muitos disseram. Os acusados que nós estamos ouvindo já estão presos; as provas já são fartas. É claro que, conforme avança a investigação, tanto da Polícia Federal, como do Ministério Público, como desta CPMI nós acessaremos novas provas – não tenho dúvida nenhuma. Mas elas já existem e são fartas.

Eu apenas, Sr. Presidente pedi para contraditar o requerimento em respeito àquelas parlamentares, Deputados e Senadores, que se inscreveram e ficaram calados. Sei que muitos nem vão fazer perguntas, muitos não vão nem questionar. Acho que se a gente caminhar direto para isso, a reunião vai acabar muito antes do que a gente possa imaginar.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho contra o requerimento da Senadora e de todos que o apoiam. Aliás, a grande maioria aqui já falou e não foi apenas uma vez, mas várias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, várias, usando até o tempo de liderança.

Passo à votação.

Senador José Pimentel.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, existe uma preliminar para antes que seja colocada em votação o requerimento e a reunião seja encerrada.

No início do depoimento, o Sr. Carlos Cachoeira deixou bastante claro que gostaria de retornar a esta CPMI com informações que fossem relevantes depois de prestar os esclarecimentos em juízo. Eu imagino que o Relator, Deputado Odair, tenha se dirigido ao Advogado Márcio Thomaz Bastos e ao próprio Sr, Carlos Cachoeira para saber se existe esse compromisso de retorno à Comissão, exatamente sem a necessidade de manter o direito de permanecer calado, para um novo depoimento depois do último dia de maio e do primeiro dia de junho.

Pergunto a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está tomando as providências, de forma que essa preliminar não atende neste momento, ainda porque o advogado da parte ainda não se manifestou a respeito.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu queria fazer um apelo. Nós estamos às 16h21min; portanto, ainda é cedo. Ninguém vai dormir agora. Muito bem, será que não poderíamos acatar o requerimento, mas convolar, transformar esta reunião em uma reunião administrativa para que possamos antecipar os requerimentos que já estão feitos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar logo o requerimento, Senador Pedro Taques, e eu... Deixe-me chamar logo a votação...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não. Se o senhor me permite, eu gostaria de sugerir à primeira requerente, que, se fosse possível, transformar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora, V. Exª adita algum requerimento?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, infelizmente tenho que consultar todos os Líderes que assinaram comigo esse requerimento e que concordaram com o encerramento da reunião para votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel, como vota V. Exª no requerimento da Senadora Kátia Abreu e outros?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata. (*Pausa*.)

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa*.)

Senador Wellington Dias. (*Pausa*.)

Não está presente.

Senador Jorge Viana. (*Pausa*.)

Não está.

Senador Walter Pinheiro. (*Pausa*.)

Não está.

Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa*.)

Não está.

Senador Ricardo Ferraço, pelo PMDB. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ciro Nogueira. (*Pausa*.)

Não está.

Senador Paulo Davim. (*Pausa*.)

Não está.

Senador Benedito de Lira. (*Pausa*.)

Não está.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, apenas para melhor entender a matéria que V. Exª colocou em pauta.

Na verdade, estamos votando um requerimento da Senadora Kátia Abreu, entretanto, pergunto, primeira indagação, se, após a votação deste requerimento, vão continuar naturalmente as indagações que, eventualmente, cada Parlamentar aqui gostaria de dirigir ao Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, vamos encerrar a sessão.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Segundo, um Senador ou Senadora manifestou aqui dizendo que, feito e aprovado o requerimento da Senadora Kátia Abreu, o nosso relator Odair Cunha está propondo naturalmente a quebra de sigilo bancário e também a convocação do Sr. Fernando Cavendish. Indago diretamente ao Relator, Deputado Odair Cunha, se de fato esta manifestação aqui do plenário tem fundamento, se vai acontecer, porque precisamos deixar bem claro aqui, Senador Vital do Rêgo, e V. Exª está conduzindo muito bem os trabalhos, tem dado oportunidade a cada Parlamentar de fazer a sua interpelação, todavia não podemos deixar que paire no ar nenhuma inconsistência em relação naturalmente àquilo que foi proposto, de modo que quero fazer essas observações.

Não podemos transformar isso aqui em nenhum teatro, em nenhum circo.

Confesso, meu caro Ministro Márcio Thomaz Bastos, e tenho o maior respeito por V. Exª, que não estou aqui para tripudiar em cima de quem quer que seja, muito pelo contrário. O direito ao contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Permita-me, Senador, eu falo muito pouco. Há Senadores e Deputados aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei disso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...que faz favor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem crédito...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só eles que querem ter direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem crédito demais nesta Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado, falo muito pouco.

Não sou homem para vir aqui e querer tripudiar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem crédito de mais.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...ou fazer um palanque daqui. Não é minha praça. Tenho cinco mandatos: Senador, Governador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fique à vontade, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Vim aqui para ver, naturalmente, ouvir, observar e, acima de tudo, fazer justiça. Transformar isso aqui num palanque eleitoreiro... Aqueles que querem aparecer muito para fora... Não é a minha praia, nunca foi e nunca será.

Entretanto, quero, Sr. Presidente, que o relator possa tentar afirmar se de fato está concretizado, porque, caso contrário, vamos continuar aqui postergando, enrolando, tapeando, mentindo até para nós mesmos. Eu não me proponho, com os meus sessenta e poucos anos de idade, a vir aqui para ficar participando, naturalmente, de uma Comissão como esta, tão importante, sobretudo porque o povo brasileiro está aguardando uma resposta positiva, sem que tenhamos uma afirmação por parte do relator ou de V. Exª, que tem autoridade para responder.

Não faço nenhuma indagação. Não vou me dirigir ao Sr. Carlos Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sobre a primeira indagação, reunião fica encerrada...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só isso que quero. E voto com a Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, Senador Jayme Campos.

A primeira indagação, o senhor já tem. A segunda indagação, o requerimento está pautado para o dia 5, o requerimento que V. Exª colocou.

Senador Jayme Campos, "sim".

Senador Alvaro Dias está em plenário.

Senador Cássio Cunha Lima, vota já conhecido.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu voto "sim", Sr. Presidente, apenas para deixar consignado que me acosto à proposta do Senador Pedro Taques para que possamos dar sequência, dispensado o interrogado, na sessão administrativa, para votação de outros requerimentos. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Aloysio...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu gostaria de apenas lembrar aos colegas que não é possível mais transformar em sessão administrativa porque já começou a Ordem do Dia. Tudo o que aprovarmos aqui vai cair por terra juridicamente. Não há como sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. A senhora tem razão.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por isso, não podemos continuar com a sessão administrativa, senão não haveria nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aloysio Nunes Ferreira.

Jarbas Vasconcelos.

Randolfe. *(Pausa.)*

Não está.

Kátia Abreu, voto conhecido, pois o requerimento é de sua autoria.

Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Ausente.

Dr. Rosinha...

Ah, o Paulo está aí.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Paulo. Não vi, Paulo. Desculpe.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Mas o Dr. Rosinha votando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas o Dr. Rosinha continua votando, porque Cândido Vaccarezza não está.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ...enriquece o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Iris de Araujo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente, considerando que, tenho certeza, como todos os outros colegas, preparamo-nos muito e temos aqui diversas perguntas que embasariam isso. Esperamos que o Sr. Cachoeira, o Sr. Carlinhos, esteja presente aqui a partir do seu depoimento na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Ausente.

Fernando Francishini

Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sim, seguindo orientação do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira. *(Pausa.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, em homenagem ao Dia Mundial da Biodiversidade, deixaram uma questão final, perguntando ao Sr. Carlos Augusto que bicho vai dar hoje. Isso é um Twitter que chegou aqui, pedindo que se perguntasse a ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ou não?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa. Ausente.

Arnaldo Faria de Sá. Ausente.

Filipe Pereira.

Deputado Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Ausente.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O requerimento foi aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando aos Srs. Parlamentares que está marcada uma nova reunião para a próxima quinta-feira – anotem os senhores –, com a oitiva de Wladimir Garcez, Idalberto Matias de Araújo e Jairo Martins de Souza. *(Pausa.)*

A partir da próxima semana, vamos ter terça, quarta e quinta.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Garotinho com a palavra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – A estratégia vai ser a mesma. Todos estão orientados a não falar nada até o dia 21. Não seria prudente alterar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... o cronograma. Vamos lembrar... É uma ideia de V. Exª.

Está encerrada a reunião.

Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião realizada em 24 de maio de 2012, às dez horas e quinze minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP/PI), Paulo Davim (PV-RN), Álvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Benedito de Lira (PP-AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)** e **Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Iracema Portella (PP/PI), Mendonça Prado (DEM-SE)** e **Ronaldo Fonseca (PR-DF).** Deixaram de comparecer os Senadores: **Humberto Costa (PT-PE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Jayme Campos (DEM-MT)** e **Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**; e os Deputados: **Gladson Cameli (PP-AC)** e **Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**. Compareceram os seguintes parlamentares não membros: a Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e os Deputados Bruno Araújo (PSDB-PE), Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP),Paulo Feijó (PR-RJ), Anthony Garotinho(PR-RJ), Zoinho(PR-RJ),Vaz de Lima (PSDB/SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), e Bohn Gass (PT-RS).

Inicialmente foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria
365/12	**Requer preferência para votação, antes das oitivas marcadas para esta sessão, do requerimento sobre a mesa que versa sobre a correção de redação do requerimento 256/12, que versa sobre a transferência do inteiro teor dos autos da operação Saint Michel.**	**Senadora Kátia Abreu**
366/12	**Requer que esta CPMI requisite ao Ministério Público do DF e Territórios ou ao Poder Judiciário do DF e Territórios o inteiro teor dos autos do inquérito relativos à Operação Saint Michel.**	**Senadora Kátia Abreu**

Dando prosseguimento aos trabalhos, foi realizada oitiva do Senhor Wladmir Henrique Garcez, devidamente acompanhado por seu Advogado, Doutor Ney Moura Teles. Posteriormente foram convocados, um a um, os Senhores Idalberto Matias de Araújo e Jairo Martins de Souza, que se reservaram ao direito constitucional de permanecerem em silêncio, ambos tiveram a assistência do mesmo Advogado, Doutor Leonardo Picoli Gagno.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia, Srªs e Srs. Parlamentares.

Peço a V. Exªs que tomem seus assentos.

O SR. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Permita-me iniciar o roteiro dos trabalhos. Como já há inscritos para questão de ordem, vou anunciar a ordem de inscrição.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão.

Não havendo quem queria discutir, a Ata está aprovada.

Srªs e Srs. Parlamentares, conforme convocação, a presente reunião destina-se a oitiva dos Srs. Wladimir Garcez Henrique, convocado pelos Requerimentos nºs 53, 194 e 272 de autoria dos Srs. Parlamentares Carlos Sampaio, José Pimentel e Randolfe Rodrigues – para que os senhores memorizem-; Idalberto Matias de Araújo, convocado pelos Requerimentos nºs 24, 43, 83, 106, 137, 172 e 186, de autoria do Srs. Parlamentares Onyx Lorenzoni, Carlos Sampaio, Filipe Perreira, Rubens Araújo, Maurício Quintella e José Pimentel; e Jairo Martins de Souza, convocado pelos Requerimentos nºs 65 de autoria do Deputado Carlos Sampaio.

Peço silêncio à assessoria, por favor.

A fim de concentramos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, as oitivas dos convocados, conforme disposto no art. 404 do Regimento Interno.

Ainda quanto ao uso da palavra, esta Presidência esclarece que a regra será nos mesmo termos que V. Exªs estão condicionais.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder do PTB, por favor, para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. V. Exª não falará agora. Peço um minuto. Deputado Silvio Costa, um momento.

Eu tenho uma questão de ordem, formulada previamente à Mesa, antes da Senadora Kátia Abreu, do Senador do Taques.

Inicialmente, falará S. Exª. Depois, será a Senadora Kátia Abreu, depois...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Presidente, não se trata de questão de ordem, apenas um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto, Senadora, permita-me ordenar os trabalhos. Permitam-me exercer o direito da Presidência de coordenar os trabalhos, por favor.

Com a palavra o Senador Pedro Taques. Depois, falará a Senadora Kátia Abreu, pela ordem, em seguida o Deputado Bruno Araújo, pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem, o Deputado Silvio Costa, também pela ordem, e o Deputado Rubens Bueno.

Peço à Secretaria que me ajude na orientação e anotação dos Srs. Parlamentares.

Por favor, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª e Srs. Parlamentares, na reunião passada desta CPI, o investigado Cachoeira exerceu o seu direito constitucional do silêncio. O devido processo legal da CPI foi cumprido. Ele veio, compareceu perante os Parlamentares e não respondeu. Esse seu direito não pode vir contra o seu patrimônio jurídico. Esse é um ponto. Hoje, teremos outros investigados. A questão de ordem é no seguinte sentido, Sr. Presidente: que V. Exª ressalte a esses investigados o direito constitucional e já faça a indagação se eles desejam ou não exercer esse direito. Se eles manifestarem o interesse de exercer esse direito, nós não podemos transformar esta CPI num circo. O ideal seria que V. Exª reduzisse isso a termo e reduzisse a termo as perguntas que os Parlamentares, no exercício do seu direito constitucional, possam fazer. Isso é comum no inquérito policial, isso é comum na ação penal. Essa é a primeira parte da questão de ordem.

Há a segunda parte da questão de ordem – já estou a encerrar. Em sendo assim, nós poderíamos transformar, convolar esta reunião para ouvir essas pessoas - se elas exercerem o seu direito constitucional, não poderemos fazer outra coisa a não ser acatar, porque está na Constituição - em uma reunião administrativa, para que possamos, e vou fundamentar isto, deferir ou indeferir os requerimentos de afastamento de sigilos bancário e fiscal. Eu vou justificar o seguinte: nós não podemos proteger quem quer que seja nesta CPI. Esta CPI não pode ser CPI chapa-branca. Nós precisamos ter a dignidade da importância do momento histórico que estamos a viver.

Estou relacionando assim: o dinheiro saiu da Delta, 3 bilhões e 21 milhões. Tesouro Nacional, Siafi. Foi para a Delta. Eu vou dar um exemplo do que estamos a falar. Da Delta Construções, CNPJ, nacional, para duas empresas de fachada, duas pessoas jurídicas fantasmas: Alberto & Pantoja e Brava. Desses valores, Geovani Pereira, o principal tesoureiro do Cachoeira, movimentou 12 milhões de uma dessas contas e de outras contas. Eu vou trazer um exemplo de que não podemos proteger os conhecidos nem prejudicar – nem prejudicar! – os inimigos. Esses valores, quase 200 mil, foram para a conta do escritório de advocacia Morais, Castilho e Brindeiro, do ex-Procurador-Geral da República. Nós não podemos proteger os conhecidos. Esse fato é absolutamente estranho. E termino minha questão de ordem. Ex-Procuradores da República que entraram na instituição antes de 1988, de acordo com o art. 29, §3º, da Constituição, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, podem advogar. Agora, é muito estranho que um ex-Procurador-Geral da República receba R$200 mil de uma empresa fantasma manipulada por um contador do Carlinhos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu já encerro, Sr. Presidente.

Daí, quero fundamentar a necessidade de que nós possamos antecipar esse afastamento de sigilo bancário. Nós não podemos prejulgar quem quer que seja. Agora, não podemos aqui esconder governadores, esconder procuradores, esconder parlamentares. O todo é mais importante que a parte, Sr. Presidente. Nós estamos tratando com interesses da República. Por isso, requeiro a antecipação dessa reunião administrativa.

E faço o requerimento já por escrito.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Exª é dividida em duas partes, Senador Pedro Taques. A primeira parte da questão de ordem de V. Exª tem a relevância imediata, que é sobre a oitiva dos depoentes. Sobre ela, quero a participação dos outros Senadores. Senador Pedro Taques, V. Exª, ontem, combinava com esta Presidência essa questão de ordem, com relação à primeira parte, para que tenhamos uma economia procedimental nesta reunião. E eu gostaria de ouvir V. Exªs com relação à primeira parte, já que, em relação à segunda parte da fala de V. Exª, já está feito o requerimento. Sobre a segunda parte da questão de ordem que V. Exª já a fez, já tem requerimento feito, mas a primeira parte, que é procedimental, queria ouvir a palavra da Senadora Kátia Abreu se é sobre esse fato do procedimento.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, peço a V. Exª a paciência para se pronunciar quando a gente concluir essa parte do procedimento dos investigados.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ok.

O SR PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sobre o procedimento, agora que é a parte indagada pelo Senador Taques.

Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, a fala nossa é exatamente na mesma linha do raciocínio do Senador Pedro Taques que, com muita propriedade, poupa a CPI de algo que vivemos ao longo desta semana, especialmente na terça-feira.

Mas aí, nós faríamos apenas uma sugestão de ordem procedimental ao Senador Pedro para dar um contorno mais formal. Eu acho que tem que ser permitida a entrada no recinto de cada um dos três, ser procedido ao seu tempo regimental dos vinte minutos e, a partir daí, obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente.

O SR BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...ouvir se vai haver a procedência, e o Relator vai poder estabelecer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator vai poder falar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...os devidos questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Indagação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...se vai se dar ou não vai se dar. Em não se configurando, eu acho que fica racional não submeter este Plenário a um dia absolutamente improdutivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Então, no constante à primeira parte é isso. Parece que eventualmente vamos preservando para o outro momento a segunda posição...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A segunda parte também...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...a segunda parte, cumprimentando o Relator, que desde já sinalizou a importância de que não há sentido em prosseguir a investigação sem a quebra do sigilo e o recebimento da Delta nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa, V. Exª tem sobre a primeira parte...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...arguída pelo Senador...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sobre a primeira parte quero dizer que concordo com o que propôs o Senador Taques. Agora, entendo que pelo menos o Relator, pelo menos o Relator tem que dirigir, sim, algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator é o único que vai dirigir...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...segundo o que nós entendemos...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – De pleno acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...a Presidência, o requerente, o Senador Taques, o Deputado Bruno, falando em nome da Liderança do PSDB, e me parece também, no Senado, o Senador Alvaro, entendem dessa forma.

Deputado Silvio, é sobre esse assunto a indagação? É sobre esse assunto?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, é sobre esse assunto, mas até por uma economia de tempo, eu vou se o mais conciso possível.

Eu concordo com o Senador Taques, mas quero um esclarecimento de V. Exª e do Sr. Odair sobre se os senhores ficaram satisfeitos com as respostas do Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é uma outra parte, Deputado Silvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E queria uma cópia para cada Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino à Secretaria...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...das respostas do Procurador, porque eu mesmo não fiquei e queria conversar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino à Secretaria... Esse é o terceiro assunto da reunião. Determino à Secretaria a distribuição de cópias xerográficas do material que chegou à Comissão e ontem mesmo já foi disponibilizado em rede.

Todos concordam com o procedimento da primeira parte do questionamento do Senador Taques? *(Pausa.)*

Então, vamos para as oitivas.

Aí voltamos à questão de ordem.

Quem contraditará a questão de ordem de V. Exª já está inscrito. Deputado Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu quero é apoiar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Senadora Kátia é a primeira que vai falar após as oitivas, porque será um outro assunto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Após as oitivas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Após as oitivas.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É porque é um outro assunto, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, Sr. Presidente, o meu assunto é antes das oitivas. Eu quero que seja votado nesta Comissão, de acordo com o art. 311 do Senado Federal: "Art. 311. Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário: I – de proposição sobre outra ou sobre as demais da Ordem do Dia;" E eu quero aqui, Sr. Presidente, apenas votar uma ordem de preferência com relação a um requerimento que já foi votado nesta Comissão. Lá no início, quando nós votamos aquela bateria de requerimentos, o Deputado Onyx Lorenzoni aprovou um requerimento para que viessem todos os processos da Delta nacional da Polícia Civil do Distrito Federal.

E na verdade nós queremos aqui apenas fazer um complemento. Eu já tenho 16 assinaturas de Parlamentares desta Comissão para que, antes da oitiva, pudesse vir todo o sigilo quebrado da Delta nacional, o que, na verdade, nós não sabemos onde está. Por isso nós deixamos o requerimento em aberto, porque poderá ser da Polícia Civil, poderá ser da Justiça do DF, poderá ser do Ministério Público do DF e Territórios, então, que nós possamos pedir, solicitar, antes dessas oitivas, a vinda dessa quebra de sigilo onde ela estiver para esta CPI. Repito, apenas complementando um requerimento já aprovado por esta Comissão do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quero me inscrever para apoiar a questão de ordem, Sr. Presidente. Esta aqui vai ser agora ou depois?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso pode ser despacho do Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ah, vai ser despacho de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esse é despacho da Presidência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já está assinado pela maioria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É despacho da Presidência. Eu vou fazer como despacho da Presidência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deferido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deferido o despacho de V. Exª.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deferida a manifestação de V. Exª.

Eu vou apenas deixar registrado que, ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14, poderão falar apenas para explicação pessoal, em cada reunião, dois integrantes da Comissão. Ao líder, é lícito falar uma única vez em qualquer fase da reunião pelo prazo de três minutos para comunicação urgente. Cada um dos depoentes disporá de dez minutos para fazer suas considerações iniciais e, em seguida, será interpelado pelos parlamentares inscritos dentro do assunto tratado.

Inicialmente, concederei a palavra, por dez minutos, ao Sr. Wladimir Henrique Garcez, a quem convido para tomar o seu lugar – já está presente na sala e na mesa das nossas reuniões. A palavra está concedida a V. Sª.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Exmº Sr. Presidente, gostaria só que corrigisse: é Wladimir Garcez Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Wladimir Garcez Henrique. Está corrigido.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Exmº Senador Vital do Rêgo, digníssimo Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Exmº Sr. Deputado Odair Cunha, digníssimo Relator, Exmº Srs. e Srªs Senadoras, Srs. e Srªs Deputadas, tenho o maior respeito pelo Parlamento sem o qual não há democracia. Fui vereador, Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, ocupei vários cargos públicos na minha vida. Conheço a importância da atividade parlamentar.

Estou preso há 86 dias, longe da família, privado dos meus direitos constitucionais de ir e vir, de ouvir e de falar, de conhecer o que se passa no País e, sobretudo, sobre as acusações que sobre mim pesam. Sem nunca ter cometido crime algum, estou encarcerado sob a alegação de que a minha liberdade coloca em risco a ordem pública. Estou sendo acusado de crimes que não permitem a prisão preventiva, pois todos com penas inferiores a quatro anos – perdemos aí a questão dos direitos constitucionais dos quais estou aí nesses 81 dias –, mas a Justiça ainda não me devolveu a liberdade. A lei diz que só posso ficar preso 81 dias, já estou preso há 86 dias.

Se tive oportunidade de ouvir algumas gravações, foi no início, quando me foi dada a oportunidade de um equipamento para ouvir. Logo após, esse equipamento foi tirado de minhas mãos e não tive oportunidade nenhum de poder ouvir ou ver do que se tratava. Não foi me dado, então, o direito de ter o equipamento para ouvir esses áudios. Depois impediram que eu continuasse ouvindo tais gravações, por isso, só vou me manifestar sobre os assuntos que eu puder ouvir as gravações.

Como V. Exªs sabem, estou preso, sendo processado e acusado de pertencer a uma organização criminosa. Importante destacar que todas as gravações são ilícitas, não tem qualquer valor jurídico, porque foram autorizadas por juiz incompetente. Segundo as gravações, um Senador da República dialogava constantemente com um membro, com Carlinhos, tratava de vários assuntos de interesse deles. Somente o Supremo poderia conduzir a investigação. Assim, não reconheço qualquer validade jurídica dessas gravações. Elas não me incriminam em nada, nem a mim nem a ninguém, porque são imprestáveis.

Das gravações que ouvi, muitas delas foram editadas, as datas não coincidem com os dias em que houve os diálogos. Percebi também que muitos diálogos não foram apresentados ou não foram gravados ou foram ocultados. Não sei exatamente o porquê disso. Por isso, peço aos Srs. Senadores e Deputados que tenham o maior zelo e cuidado ao analisarem a transcrição desses áudios, pois muitos deles são montagens e a ordem dos diálogos não é a mesma do que consta a realidade. Não posso falar de todas, mas, nas que eu ouvi, percebi muitas modificações.

Não sou delinquente, não sou criminoso, tenho história e tenho família. Conheço muitas lideranças deste País, a começar pelo Ministro José Eduardo Cardozo. Sou amigo e coordenador da campanha do Dr. Henrique Meirelles, que foi Deputado Federal em Goiás. Milito na política há mais de 25 anos. embora adversário político, conheço desde criança o Prefeito, ex-Governador e Senador Iris Rezende, de quem também sou amigo.

O Senador Paulo Paim, embora não seja meu amigo, a quem conheço, já foi hóspede em uma casa que possuí em Três Ranchos, para passar para conhecer e passar uns dias com sua família.

Prezo da amizade do Dr. Olavo Noleto, assessor especial do Palácio do Planalto, com quem mantenho relacionamento desde quando fui presidente da Câmara do governo do PT de Pedro Wilson, mesmo pertencendo ao PSDB. Já me encontrei várias vezes com eles, mas nunca para tratar de qualquer assunto ilícito.

Também sou amigo e companheiro do Governador Marconi Perillo. E fui companheiro também de Mário Covas, do qual fui coordenador da sua campanha, na região Centro-Oeste. Sou amigo do prefeito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Senador Mário Covas. Ex-Governador e Senador Mário Covas.

Sou amigo do Prefeito Paulo Garcia. Conheço e relaciono-me com os principais políticos, vereadores e deputados do Estado de Goiás e de outros Estados, em todos partidos com quem me relaciono.

Não faço parte de nenhuma organização criminosa. Sem mandato eletivo, fui contratado pela empresa Delta para prestar assessoria ao diretor regional Cláudio Abreu.

Como ex-parlamentar, ex-presidente da Câmara... Senhores, eu queria me desculpar, porque a gente fica um pouco ansioso e nervoso durante estes momentos. Então, peço desculpas pela minha ansiedade, a forma como estou falando, a forma apressada. Gostaria de me desculpar com os senhores aí.

Como ex-parlamentar, ex-presidente da Câmara, tinha muitos amigos. A minha atuação era orientar e dar informações às pessoas que compunham os vários órgãos. Foi esse um dos motivos que levou a Delta a me contratar, pois mantinha contatos com o governo estadual, municipal, inclusive com o governo federal, empresas privadas e pessoas particulares, sob o ponto de vista institucional. Sempre sob o ponto de vista institucional.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, peço para aumentar o som.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino à assessoria técnica do som que o aumente.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Não participei de nenhum processo licitatório nem de qualquer negócio. Minha função era só de assessoramente ao Dr. Cláudio e, por isso, ganhava em torno de R$20 mil. Também assessorava o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, nos seus negócios e na sua empresa de medicamentos Vitapan – mas não participei de nenhum negócio dele nem de nenhum negócio ilícito –, e ganhava por isso R$5 mil.

Nessas atividades, para me valorizar tanto em relação à Delta quanto ao Carlinhos, sempre procurava mostrar que tinha um bom relacionamento com pessoas de governos e com pessoas ligadas às empresas. ...intimidade com eles. Muitas vezes, essa intimidade de fato nem acontecia, mas para que eu pudesse manter o meu emprego.

Gozava da confiança e mostrava... O meu objetivo era mostrar que eu gozava da confiança dos políticos e garantir esses meus empregos. Tratei com vários dirigentes de Municípios, como assessor da Delta e de Carlinhos, mas de nenhum assunto ilícito, só institucionalmente.

Como político, o que pretendia era voltar a disputar as eleições e sempre era procurado para conseguir emprego nos vários governos, sejam os estaduais, sejam os municipais, para várias pessoas, antigos cabos eleitorais. Então, procurei fazer indicações, como fiz, buscando colocar pessoas competentes para realmente trabalhar e exercer suas funções. Jamais fiz qualquer indicação diretamente ao Governador Marconi Perillo, pois tratava sempre com seus auxiliares, com seus secretários. Para me classificar junto ao Carlinhos, dizia ele que eu tinha mais poder, mais força. Queria usar o nome dele para conseguir esse emprego. Vaidoso como sempre, ele achava aquilo muito bom. E levei algumas indicações, sendo que nenhuma dessas indicações, como vocês podem ter visto nas gravações que foram mostradas, foi feita. Não consegui as nomeações que falaram por aí. Nenhuma das pessoas que levei foi nomeada pelo Governador Marconi Perillo.

Não intermediei nenhum negócio relativo à execução das obras do Parque Mutirama. Acompanhei na Câmara Municipal, pois detinha várias amizades com vereadores. Inclusive, os vereadores nem sequer atenderam aos nossos pedidos. Mas não procurei articular nenhum negócio em favor da Delta, tanto que a empresa vencedora não foi a empresa Delta. Se houve doações para campanha eleitoral, eu não tenho conhecimento, não era minha função como funcionário, como empregador.

Sobre a venda da casa do Sr. Governador, tenho a dizer o seguinte. O Governador me disse que estava vendendo sua casa. Eu conhecia a sua casa, interessei-me e queria adquiri-la para mim. Eu não dispunha, na época, do dinheiro. O Governador queria vendê-la por mais, mas acabou por fazer um preço para mim em torno de R$1,4 milhão. Comprei a casa do Governador e pedi um prazo. Eu a ofereci ao Professor Walter Paulo, que ficou de pensar. Mostrei a casa ao Professor Walter Paulo, e ele disse que só tinha como pagar em julho e que, se até lá eu não a tivesse vendido para outro, ele ficaria com a casa por esse valor de R$1,4 milhão.

O Governador queria receber logo, e eu queria ficar com a casa para mim ou para vender para outra pessoa, pois vi que o preço estava baixo e eu estava querendo ganhar uma comissão em cima da venda dessa casa. Fiquei com medo de perder o negócio. Eu não podia conseguir o dinheiro e ficar com a casa ou vendê-la por um preço maior e ganhar algum. Então, pedi ao Cláudio, meu patrão, e ao Carlinhos que me emprestassem o valor de R$1,4 milhão, para eu repassar ao Governador. O Cláudio me arranjou três cheques, um de R$500 mil, outro de R$500 mil e outro de R$400 mil, para os meses de março, abril e maio. Não lembro bem a data desses cheques, mas lembro

que eram para o início de cada mês. Não sei quem são os emitentes, nem perguntei de quem o Cláudio recebeu esses cheques. Repassei os cheques para o Lúcio, assessor do Sr. Governador. Os cheques eram nominais ao Sr. Governador.

Tentei vender a casa por um valor maior, mas não consegui. E também não consegui arranjar dinheiro. Tentei vender um apartamento que eu tinha, tentei vender um carro e fazer um financiamento no Banco Itaú, no qual não consegui crédito para fazer esse financiamento. O Cláudio passou a me pressionar para receber o valor dos três cheques. Com medo de perder meu emprego, resolvi novamente procurar o Professor Walter. Não consegui vendê-la por um valor maior. Eu a vendi pelo valor de R$1,4 milhão. Recebi em dinheiro e repassei ao Cláudio, quitando, assim, a dívida dos três cheques.

O Professor Walter me deu R$100 mil, que foram pagos em forma de comissão pela venda dessa casa. Dizem por aí que o Professor Walter seria laranja do Carlinhos. Muitos políticos goianos, pessoas que militam em Goiânia, sabem que o Professor Walter é dono de uma universidade, a Universidade Padrão, dono de vários imóveis, talvez uma das pessoas mais ricas do Estado de Goiás. Daria para comprar dez, quinze, vinte vezes Carlinhos e quiçá a própria Delta!

Após a compra da casa, houve o episódio que envolveu a separação da atual esposa do Carlinhos, a Srª Andressa Mendonça, com o suplente do Senador Demóstenes Torres. Na separação, foi dada a ela uma casa no Alphaville, no mesmo condomínio onde está a casa do Professor Walter. Eu pedi ao Prof. Walter essa casa emprestada até que a casa e a reforma da casa da Srª Andressa ficassem prontas. E ele me emprestou essa casa por um período de dois, três meses. Ele tinha comprado essa casa para dar de presente para sua filha. Emprestou essa casa, e a Andressa foi ficando nessa casa. Como vocês sabem, logo depois, a Andressa passou a ser a esposa do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Nunca houve aquela história de que seria entregue no Palácio no mês de junho qualquer dinheiro. As gravações foram montadas. Eu gostaria que vocês vissem bem. Eles jogaram a gravação. Tive oportunidade de ler no popular uma gravação de junho, colocando uma data de uma visita que eu ia fazer no Palácio em novembro. Eu gostaria que vocês atentassem para esse fato, para ver que algumas coisas estão sendo montadas de forma a contextualizar, de acordo com o que interessa ao inquérito.

O dia em que eu estive no Palácio foi para tentar mostrar ao Governador um sistema de propaganda *indoor,* propaganda que é feita de celular, em que uma pessoa solicita uma música ou põe uma música, ou o hino de um time, alguma coisa. Parece uma propaganda institucional. Eu queria mostrar para o Governador e nem sequer fui atendido nesse dia pelo Governador, sendo que minha audiência foi marcada muito posteriormente, e a pessoa que ia mostrar o programa já não estava mais interessada em mostrar o programa, porque já estava negociando com empresa particular.

Esse dia não foi na data em que se apresentara a fantasiosa entrega de dinheiro, na praça. Estive em novembro – repetindo aqui –, estive em novembro e colocaram aquela questão, que fizeram a propaganda, tal, e podem ver que nem sequer se falam nas gravações em que foi entregue dinheiro na praça, de forma maldosa, querendo aí fazer um tipo de relacionamento como se alguma autoridade fosse receber dinheiro no Palácio ou em qualquer outra entidade. Acho que aí entram aqueles absurdos dos absurdos com os quais tenta a imprensa demonstrar falsas ilusões e, através de montagem, fazer coisas.

Aliás, todas essas gravações são ilegais, pois o Supremo Tribunal poderia investigar uma chamada "incriminação" criminosa que teria um Senador como seu envolvido; deveria ter sido por outro juiz competente.

Então, sendo acusado de contribuir para que o Delegado Federal, de nome Deuselino, conseguisse emprego para uma sobrinha, se o Deuselino pediu emprego para o Carlinhos, eu não sei. Se Carlinhos ofereceu emprego ou arrumou emprego, eu também não sei. Não procurei o Vereador Fernando Cunha para saber se ele tinha arrumado emprego. Aliás, o Vereador é sobrinho de Carlinhos, e não precisaria de um intermediário para falar com o próprio sobrinho – e nem para falar com político nenhum, né?

Não integro e nem integrei qualquer organização criminosa. Sou ex-Parlamentar, estou sem mandato e tenho um bom relacionamento político. Agi ilicitamente fazendo contatos e apresentando pessoas, aproximando-as, mas não pratiquei qualquer ato, delito, nem qualquer crime.

Encerro aqui as minhas palavras e peço a compreensão de V. Exªs, porque não vou responder a nenhuma pergunta. Não ouvi todas as gravações a meu respeito, por isso gostaria de usar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

Gostaria de agradecer e obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como visto, o depoente fez sua declaração, em face do exposto do art. 5º da Constituição Federal, combinado com o art. 196, do Código de Processo Penal. Opta por não fazer mais nenhum tipo de consideração.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, nem sobre o que ele falou?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Relator com a palavra agora, dentro do que foi decidido por esta Comissão em procedimento do Senador Pedro Taques.

Por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exª e os demais pares.

O depoente começa dizendo que não conhece as provas que existem contra ele, mas ele responde a todas as principais acusações que estão contra ele. Então, eu creio que V. Sª pode, como Parlamentar experiente, continuar nos ajudando.

É uma oportunidade, Sr. Presidente – e acho que isto é importante deixar claro –, que os depoentes têm também de se defender, porque, na medida em que estão indiciados, essas pessoas veem para esta Comissão. Se nós tivéssemos uma comissão parlamentar típica de outrora, nós teríamos a possibilidade de sugerir o indiciamento das pessoas ao final do processo. Contudo, como a nossa investigação está partindo de operações da Polícia Federal, muitos dos depoentes que vêm a esta Comissão já estão indiciados e podem ter, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma oportunidade para se defenderem, que foi exatamente o que o Sr. Wladimir fez neste momento.

Agora, é importante que, se V. Sª já teve oportunidade de se defender, que continue se defendendo nas perguntas que a Comissão vai fazer, porque será uma oportunidade inclusive de V. Sª retificar ou ratificar as defesas que aqui apresentou.

Como bem disse, o senhor que é ex-vereador da Câmara Municipal de Goiânia, eleito pelo PSDB. O senhor presidiu aquela Casa, mas tem-se notícia também de que chegou a ser condenado pela Justiça de Goiás por improbidade administrativa e desvio de recursos públicos, parece que do INSS. Isso obviamente – V. Sª diz aqui que gostaria de continuar na vida pública – o torna então barrado pela Lei do Ficha Limpa.

O que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Senador – o senhor me desculpe –, Sr. Deputado, Sr. Relator, gostaria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há informação de que, a partir de 2009, o senhor passou a dedicar-se exclusivamente à organização do Sr. Carlos Cachoeira, para quem o senhor já trabalhava, ainda no exercício do mandato de vereador. Sabe-se, inclusive, que o senhor era remunerado por ele para esse serviço.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente, na Delta e na Vitaplan.

O senhor tem algo a acrescentar a essa sucinta biografia que estou colocando aqui?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de continuar mantendo meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço licença ao relator e, como foi definido por unanimidade por esta Comissão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente, eu queria mais algumas...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, é que nós combinamos de o relator fazer todas as perguntas e, depois, nós prosseguirmos. Eu gostaria de pedir que o relator...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Eu também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ficou decidido nesta Comissão que o relator teria a palavra. Mediante a reserva e as garantias constitucionais do depoente, nós liberaríamos o depoente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pelo art. 131 do Regimento Comum.

É que a situação é diferente: ele tem o direito de calar a cada pergunta, porque ele não tem o dever de produzir prova contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele falou. Ele não se escondeu no silêncio absoluto. Nas perguntas em que ele imaginar que poderá produzir provas contra ele, ele pode se escusar, mas ele não se escusou *ab initio* de tudo.

Então, penso que é uma situação diferente da que vivemos ontem. Eu imagino – não tenho nem perguntas a fazer neste caso; pode ser que surjam –, mas eu acredito que pode haver um interesse, sim, de parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O raciocínio de V. Exª, Deputado Miro Teixeira, é lógico e atenta ao bom senso. Eu imagino que, por parte da defesa do acusado, houve parte – não foi um caso similar ao que aconteceu ontem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todavia, houve uma decisão unânime desta assembleia, mas o caso em si é diferente.

Então, permitam-me consultar se o relator quer continuar ainda a fazer as perguntas, embora, a partir daí, a decisão que nós tomamos passe a não ter mais a validade, e passamos a ter outro procedimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, mas se V. Exª me permitir uma única sugestão...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, essa decisão já foi tomada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os senhores me entendem?

Eu só estou entendendo qual é a orientação e o ordenamento do trabalho. Quando o Deputado Miro Teixeira suscita que, na questão de ordem que nós votamos na sua primeira fase, do Senador Taques, suscita que o caso em si, do atual depoente, é diferente da manifestação de ontem, porque houve alguma expressão em defesa do acusado, e o relator deseja aprofundar algumas perguntas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, art. 131.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o mesmo direito de Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Você tem os mesmos direitos que eu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou com a palavra, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quando V. Exª concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou entendendo que essa posição não será acolhida por essa decisão. Ou fechamos uma posição única, ou a decisão que esta Casa ou que esta assembleia ou que esta sessão tomou passa a não valer para esse caso em si, ou passará valer para os dois outros futuros.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para este caso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Art. 131, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu quero ter o mesmo direito de Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espera aí, Deputado Silvio Costa. Contraditando a palavra do Deputado Teixeira...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está revogando uma decisão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não estou revogando uma decisão.

Carlos Sampaio, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, entendo a ponderação feita pelo Deputado Miro Teixeira e acho que ela é correta no que tange à primeira parte do depoimento, o depoente se colocou à disposição. Mas isso não retira dele a condição de investigado e o direito que o assiste de permanecer em silêncio. Não acho que estamos diante de um fato diferente do de ontem. Apenas ele está exercitando o seu mesmo direito de ontem em um momento diferente do depoimento. Portanto, se ele informar que, a partir de agora, não responderá mais nenhuma pergunta, não há por que...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso é se ele, se, se...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas para isso, Deputado Miro Teixeira, é importante que o Presidente faça uma indagação ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o que vou fazer agora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se ele disser que não responderá mais a nenhuma pergunta, não tem sentido continuarmos esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei como quer... A orientação de V. Exª, Deputado Silvio Costa, é a mesma.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Na verdade, Presidente, V. Exª, com muito talento, ao iniciar a reunião, estabeleceu os critérios regimentais da questão de ordem e das falas. V. Exª abriu uma exceção para o Deputado Miro Teixeira, que não disse nada de novo, com todo respeito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não abriu exceção nenhuma. O Deputado Silvio Costa busca notoriedade dessa maneira e não vou ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Miro Teixeira.

Silvio Costa, mantém a palavra V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deputado Miro Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Silvio Costa, peço a retirada das expressões que não condizem com esta sessão e com as relações interparlamentares.

Deputado Silvio Costa, dirija-se a esta Presidência.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Tem um assessor da Senadora Kátia Abreu na frente, o que me permite fazer questão de ordem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, assessor da Senadora Kátia Abreu, por favor...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, também quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu queria voltar o meu tempo, até porque tenho sido...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem seu tempo. Não estou limitando o tempo de V. Exª. Pode se dirigir a esta Presidência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou me dirigir. Primeiro, quero começar dizendo que V. Exª estabeleceu, inicialmente, os critérios de questão de ordem, os critérios das falas. E o Deputado Miro, eu repito, atropelou, e V. Exª não se apercebeu. Eu entendo que, evidentemente, não houve nenhum dado novo e entendo que, se o Relator fizer cem perguntas, ele tem o direito de responder uma a uma, dizer "não respondo" e, mais uma vez, poderemos estar pautando o futuro depoimento desse cidadão. Os advogados vão copiar as perguntas e vai acontecer a mesma coisa. Nós estaremos treinando as pessoas. Sinceramente, acho que V. Exª não pode repensar uma decisão que o Plenário já tomou. O Plenário já tomou e ponto final. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Silvio, estou ordenando os trabalhos, permita-me. Volto a palavra ao Relator e, depois, por sugestão do Deputado Sampaio e do Senador Taques, vou fazer a indagação a termo ao depoente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, sou autor da questão de ordem e tenho direito regimental de falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Claro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, gostaria de fazer minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai fazer sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, é claro que vou trabalhar de maneira sempre articulada com a decisão de V. Exª e com a maioria desta Comissão. Sempre. Agora, é claro que não podemos fazer desta CPMI um espaço onde pessoas que estão indiciadas, denunciadas e presas façam aqui sua defesa pública contra as acusações que motivaram o indiciamento, a denúncia e a prisão. Esse senhor que foi braço direito da organização criminosa nas ligações dessa organização criminosa com agentes públicos, que é objeto central da nossa investigação, porque me parece que o Sr. Wladimir Garcez, por tudo que a Polícia Federal investigou e mostrou, não se envolveu com o jogo propriamente dito, ele se relacionava com agente públicos, notadamente com o Governador Marconi Perillo. É disso que estamos falando. Ele vem a esta CPI, faz a defesa que quer e não podemos indagá-lo.

Concordo com a decisão da Comissão, quando o depoente, em primeiro momento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é para julgamento, não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em primeiro momento, ele está indiciado, está preso. A Polícia Federal não fez isso e ele não está 80 dias preso à toa. Agora, ele vem aqui... Ele disse e depois disse que não vai dizer nada.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – É um direito que assiste a ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Concordo que é um direito, mas temos que ter clareza do jogo político que está colocado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos manter a...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por fim, Sr. Presidente, vou encerrar dizendo o seguinte: se ele ou qualquer depoente, quando chegar a esta CPI e não disser nada, respeitamos o direito constitucional. Agora, usou este espaço para se defender, tem continuar ouvindo.

Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, como autor da questão de ordem, gostaria de falar. Permite?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu também quero pedir uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª terá a palavra logo após o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, aqui estamos fazendo uma confusão, com todo o respeito. O cidadão que aqui veio, de acordo com o Código de Processo Penal, Código de Processo Civil, trazer informações, como é dito desde 1939, adredemente preparado. Está lá escrito. Muito bem. O que isto significa? Ele pode fazer isso a qualquer momento. Agora, não cabe a esta Comissão, penso eu, tendo em conta a questão de ordem que já foi levantada e deferida... E o Relator não se encontra acima de uma questão de ordem decidida pelo colegiado. Temos uma questão de ordem que foi decidida, mas agora vamos revogá-la?

O Sr. Relator tem o direito regimental de fazer as perguntas que entender. Mas se ele entender de não responder, não cabe, não cabe ao Relator revogar questão de ordem decidida por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui vigora, Sr. Presidente, o principio da

colegialidade. Não é o Relator que manda na CPI. Não é o Relator. Temos uma questão de ordem.

Agora, o Relator tem o direito regimental de fazer as perguntas que entender, todas as perguntas que entender. Mas ele não pode ser obrigado a falar porque trouxe algo preparado. Não existe isso na nossa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero trazer aqui duas questões. Uma questão formal e outra questão substancial.

Qual é a questão formal? Esse depoente que está aqui, o Sr. Wladimir Henrique Garcez, trouxe a sua versão sobre alguns fatos que lhe foram imputados. Nós temos aqui poderes judiciais. O juiz, quando está arguindo um denunciado, ele faz a pergunta e o denunciado pode dizer que não vai responder ou responde. O que não podemos é renunciar as perguntas.

Então, o Relator tem que concluir as suas perguntas sob pena da única versão que restar a esta reunião ser a dele, que preparou estando ele preso. Então, esta CPI não pode servir como esse palco.

Em segundo lugar, o que ele falou hoje aqui é gravíssimo. O que ele falou hoje aqui tem que ser discutido. Não podemos renunciar a continuidade desta reunião, porque ele falou questões que implicam altas autoridades do Estado de Goiás Ele falou que é amigo, mas ele implicou, ele fez negócio com o Governador de Goiás, que, na minha opinião, terá que ser convocado a partir desse depoimento.

Portanto, a minha questão de ordem é da seguinte natureza, Presidente: ele pode responder uma e outra não, ou pode não responder qualquer das perguntas; mas as perguntas têm que ser formuladas, que é a versão da acusação que foi feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal e acatadas pela Justiça Federal. Portanto, não são ilações, é o devido processo legal. Portanto, renunciar a perguntá-lo é renunciar ao papel judicial que esta CPI tem. Então, a minha questão de ordem é que nós prossigamos e aqueles que não queiram fazer perguntas não façam, retirem suas inscrições. Os que não quiserem fazer perguntas retirem suas inscrições. Mas que as perguntas possam ser feitas, e ele tem o direito constitucional de respondê-las ou não respondê-las.

E eu vi, hoje, aqui, o seu advogado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ...é o Sr. Ney Moura Teles, que pude ser seu calouro na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, sabe bem dessa possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Então, eu gostaria de prosseguir nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira, a Presidência vai se posicionar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra a todos. Há os inscritos Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin, imediatamente após.

Deputado Paulo Teixeira, sobre a questão de ordem de V. Exª – permita a vê-lo –, a Presidência vai se posicionar.

Chegando ao início dos nossos trabalhos, tínhamos uma expectativa. Essa expectativa foi inclusive avaliada por mim e pelo Senador Pedro Taques ontem, quando eu e o Senador Pedro Taques combinamos, conversamos, especulamos essa possibilidade. Para quê? Para uma economia procedimental, houvesse uma decisão colegiada desta CPI para diminuir, aproveitando o tempo em outros assuntos – nós temos assuntos importantes também a tratar na sessão de hoje.

Seguindo essa expectativa, o Senador Pedro Taques encaminhou duas, uma questão de ordem exposta em duas fases. A primeira houve, por unanimidade, o entendimento de V. Exªs – por unanimidade. O que aconteceu foi um fato novo que o Deputado Miro Teixeira... Estou fazendo esse relatório para tentar clarear e, por ser servo da decisão colegiada de V. Exªs, eu sou apenas um ordenador do trabalho, não tenho nenhum tipo de decisão imperialista nesse momento. Então, o fato novo é que o depoente usou o seu espaço de 20 minutos para trazer aqui as suas razões de defesa – as suas razões de defesa – e fez usando o seu direito. E, no exercício do seu direito, arguiu o Deputado Miro Teixeira esse fato novo que não estava nas especulações nas expectativas que nós tivemos. Cabe, agora, uma nova avaliação desta CPI. Continuemos a usar o nosso direito constitucional de continuar perguntando, mesmo o acusado, o depoente usando o seu direito constitucional de ficar calado ou não. Ou vamos manter a decisão anterior que já tomamos – eu estou no plural – na primeira fase da questão de ordem do Senador Taques.

Então, essa é uma decisão que cabe a todos nós. Por quê? Porque o fato novo aconteceu; e tanto tem a garantia constitucional dos senhores continuarem perguntando ao depoente como tem o depoente a garantia constitucional de continuar calado. Então, esse é um direito que os senhores vão ter no procedimento daqui em diante com relação a este depoente.

Por isso, quero consultar V. Exªs sobre como devemos continuar, ouvindo todo o restante da palavra do Sr. Relator, que tem direito de continuar perguntando, se ele quiser manter o seu direito constitucional. É uma reserva legal que o Deputado Odair Cunha tem. E eu passo a palavra a S. Exª, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, pedi pela ordem, estou inscrito pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe, Senador Alvaro Dias. V. Exª, antes do Deputado Odair estava inscrito e eu tenho que respeitar as palavras da Senadora Vanessa e, antes, Senador Alvaro Dias. Depois volto e devo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... e devo perguntar também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, houve uma decisão... Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou perguntar a ele.

Por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria de poder falar.

Sr. Presidente, houve uma decisão, V. Exª acolheu uma questão de ordem. Não foi só uma questão regimental e de lógica, foi, sobretudo, em defesa da respeitabilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que está sob risco.

Nós não podemos transformar esta Comissão Parlamentar de Inquérito no palco de um teatro de horrores. É ridículo o que se encena aqui quando parlamentares eleitos – muitos por milhões de votos – indagam e um indiciado, preso, fica em silêncio. Ora, Sr. Presidente, nós temos que preservar, acima de tudo, a respeitabilidade da instituição que representamos aqui. Se não há respostas, por que há de haver perguntas? Mas que espetáculo é esse que nós vamos encenar? Sabemos que não haverá resposta e teimamos em fazer perguntas? Mandemos de volta para a cadeia, Sr. Presidente. Os depoentes que aqui chegam indiciados são prisioneiros, devem ser devolvidos à prisão, lá é o lugar deles e não aqui.

Portanto, não há fato novo. Aonde vamos chegar com essas indagações? Vamos chegar aonde, Sr. Presidente? Que fato novo é este? O fato novo está vencido, esgotado, foi a exposição inicial do depoente. Agora é pergunta e resposta. Repete-se o que ocorreu anteontem, perguntamos e o depoente não responde. Portanto, se cometemos o erro de prolongarmos a sessão de anteontem durante algum tempo, fornecendo munição ao advogado de defesa, como se fôssemos ingênuos, ou fornecendo agora munição também ao advogado de defesa do depoente de hoje, nós temos o direito a essa ingenuidade, a essa pureza de procedimento, lançar as indagações que podem ser utilizadas pela defesa?

Portanto, Sr. Presidente, não há por que prosseguir, não há fato novo, há uma repetição do que ocorreu anteontem, é indagações em resposta. Por isso, devolvamos os prisioneiros para onde devem estar, que é na prisão da Papuda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra à Senadora Vanessa e, imediatamente após, vou indagar ao depoente se ele se disporá a responder as perguntas que são formuladas.

Com a palavra a Senadora Vanessa, por favor.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não quero fazer nenhum discurso aqui, quero ir direto ao assunto. Parece que muita gente se inscreve para uma questão de ordem para fazer discurso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Parece que não fomos nós, que não é o Parlamento, que não foi o Parlamento brasileiro que aprovou a Constituição. É a Constituição, são as leis brasileiras que dão o direito ao acusado de ficar calado. Não há nenhuma novidade nisso, todos nós sabíamos que isso iria acontecer, desde que veio o primeiro depoente, que foi o Sr. Carlinhos Cachoeira.

Então, Sr. Presidente, eu pedi a questão de ordem de fato para fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bem, Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Quando o Senador Pedro Taques fez o encaminhamento, eu concordei, entretanto, fiz uma pergunta a V. Exª, Presidente, que me respondeu. Eu concordei. Se o depoente não for responder, que não façamos perguntas, mas que déssemos o direito ao Relator de fazer as perguntas, o que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Garanti.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Respondeu a mim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Garanti.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não foi isso que o senhor respondeu a mim? Então, ninguém está mandando, o Relator nem V. Exª estão querendo mudar decisão nenhuma, porque a decisão

adotada foi de que não faríamos, mas que o Relator teria esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De indagá-lo.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, vamos dar esse direito e cumprir a questão de ordem aprovada aqui no início da sessão.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – E é esse Relator pitbull que a gente quer mesmo, Presidente. Vêm todos os depoimentos a partir de agora. Relator pitbull.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu indago ao depoente, Sr. Wladimir Garcez Henrique, se ele se dispõe a partir de agora a responder às perguntas que serão formuladas ainda pelo relator e pelos Srs. Parlamentares. Algumas das perguntas...

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Eu gostaria de exercer o meu direito de permanecer calado, mas, se algumas perguntas estiverem dentro do conhecimento daquilo que ouvi dentro das fitas que foram permitidas, eu não vejo problema nenhum em respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, continua a palavra com o relator.

Agradeço a colaboração de V. Sª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, e o depoimento do delegado da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Assunto encerrado! Vamos produzir, por favor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, com a palavra o relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A operação Monte Carlo, da Polícia Federal, e o depoimento do delegado da Polícia Federal que comandou a operação a essa CPMI revelam que o senhor era o principal articulador político de Carlos Cachoeira. Mais do que isso: que o senhor era o homem dos palácios, das emendas, das licitações. Isso fica claro no relatório de encontros fortuitos da Polícia Federal às fls. 1244. Diz assim: "além do Detran de Goiás, são negociadas nomeações em favor de Carlinhos diretamente no Palácio das Esmeraldas, através de seu..." *(Pausa.)*

Presidente... *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Presidente vai cuidar disso. Já me disse.

"Além do Detran de Goiás...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É a mais idosa que deve assumir.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – A mais idosa não sou eu. A mais idosa não sou eu.

O SR. (Orador não identificado) – Ficou evidente a necessidade de se eleger um vice-presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Regimento, no art. 10, §3º, fala o mais idoso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, com a palavra o relator.

Relator, desculpe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou repetir a pergunta, Presidente.

A operação Monte Carlo, da Polícia Federal e o depoimento do delegado da Polícia Federal que comandou a operação a essa CPMI revelam que o senhor era o principal articulador político de Carlinhos Cachoeira. Mais do que isso: que o senhor era o homem dos palácios, das emendas, das licitações. Isso fica claro no relatório de encontros fortuitos da Polícia Federal às fls. 1244. Diz assim:

Além do Detran de Goiás, são negociadas nomeações em favor de Carlinhos diretamente no Palácio das Esmeraldas, através de seu principal assessor, Wladimir Henrique Garcez, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia, cassado politicamente e condenado criminalmente por envolvimento em fraude praticada contra o INSS.

Wladimir despacha diretamente com diversos membros da administração estadual, incluindo o Governador Marconi Perillo e sua chefe de gabinete, a Srª Eliane Pinheiro, que também possui ligação direta com Carlos Cachoeira.

Ressalte-se inclusive que Carlinhos teria proporcionado uma viagem a Las Vegas a Eliane e Geraldo Messias, prefeito de Águas Lindas, de Goiás, fatos esses ainda não comprovados.

Diz o relatório de encontros fortuitos da Polícia Federal. O senhor tem algo a acrescentar sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Exmº Sr. Odair Cunha, primeiro, eu não fui cassado. Gostaria que constasse isso em ata. Acho que colocou alguma informação errônea para V. Exª. Nunca fui cassado.

Segundo, gostaria de manter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pelas ligações que o senhor mantém com o partido do atual Governador de Goiás, o senhor é apontado como a principal ponte entre Carlos Cachoeira e o Governo de Goiás. As apurações da Polícia Federal nos levam a crer que o senhor teria uma relação pessoal direta com Marconi Perillo, Governador do Estado, e V. Sª confirmou isso aqui, e também com o Senador Demóstenes Torres.

O senhor tem algo a acrescentar ou reparar sobre a natureza dessas relações?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor participou de jantares que contaram com a presença do Sr. Carlos Cachoeira, Demóstenes Torres, Senador da República, e até mesmo com o Governador Marconi Perillo? O senhor pode nos contar os assuntos que foram tratados nesses encontros?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A investigação na Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus Mella sustentam que, nas ligações interceptadas, há 237 referências ao Governador Marconi Perillo. Duzentas e trinta e sete referências. A maioria das ligações vem de telefones em que o senhor figura como interlocutor. A Polícia Federal entende que Carlos Cachoeira tinha uma cota de nomeação no Governo de Goiás. Mais do que isso, a Polícia Federal entende que o senhor seria a pessoa que administraria esses cargos a pedido do Sr. Cachoeira. O senhor tem algo a dizer aos Parlamentares desta Comissão sobre isso? Sobre a natureza desses cargos e onde eles foram nomeados?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria novamente de pedir o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta ainda, Sr. Wladimir, que essa quota de nomeações seria decorrência do apoio que Carlos Cachoeira prestou ao então candidato ao Governo de Goiás, Marconi Perillo. O senhor pode nos dar detalhes de como se deu esse apoio? Carlos Cachoeira prestou apoio financeiro ao então candidato Marconi Perillo? O senhor tem algo a acrescentar ou a ratificar sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria novamente de pedir o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As empresas das quais Carlos Cachoeira direta ou indiretamente faz parte doaram para a campanha do Governador Marconi Perillo. O senhor pediu a algum empresário amigo de Carlos Cachoeira que financiasse a campanha de Perillo?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de permanecer em silêncio, de acordo com o direito constitucional, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Jayme Rincón é o presidente da Agência Goiânia de Transportes e Obras, a Agetop. Segundo investigação da Polícia Federa o Sr. Rincón estaria promovendo licitações dirigidas na Agetop para beneficiar empresas ligadas a Carlos Cachoeira e o senhor seria a pessoa que intermediaria esses contatos. O senhor tem algo a nos dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Relator, gostaria de manter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal, em seu relatório, afirma que Rossine Aires Guimarães, sócio de Carlos Cachoeira na empresa Ideal Segurança, teria doado R$800 mil a campanhas eleitorais do PSDB em Goiás e R$3 milhões à campanha do PSDB no Estado de Tocantins. Em Goiás, o tesoureiro da campanha era o Sr. Jayme Rincón. Sabe-se, pela Polícia Federal, que V. Sª foi quem fez a ponte entre a campanha do PSDB e o Sr. Rossine. O senhor desmente essa informação?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Relator, gostaria novamente de permanecer em silêncio, de acordo com o meu direito constitucional.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite uma questão de ordem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E empresa Vale do Rio Lontra, que tem como sócio o Sr. Rossine, mantinha contatos com a Agetop. Consta ter sido o senhor quem intermediou esse contrato e consta ainda que esses contratos seriam o pagamento pela doação realizada durante a campanha. V. Sª confirma essa questão?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de ter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A investigação da Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus Mella afirmam que o senhor teve participação direta na compra de uma casa localizada em Alphaville, um condomínio de luxo em Goiânia, que pertencia ao Governador Perillo. Isso o senhor já falou aqui, inclusive confirmou. O imóvel teria sido pago com três cheques de Leonardo Almeida Ramos, sobrinho de Cachoeira, mas o senhor teria intermediado essa transação. O senhor já confirmou isso aqui. Carlos Cachoeira foi preso pela Polícia Federal nesse imóvel. A quem, afinal, pertence esse imóvel?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Já esclareci esse fato. Pertence ao Prof. Walter Paulo, que emprestou a casa à Srª Andressa. Esse fato já foi esclarecido no meu depoimento, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Carlinhos Cachoeira estava lá nesse imóvel no dia da prisão em razão de quê? V. Sª pode repetir?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Aí eu acho que o senhor teria que perguntar para o próprio Carlos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele, na intermediação da casa, que a investigação... Inclusive é importante deixar claro que fizemos essa pergunta a ele e ele infelizmente não colaborou com essa investigação. Como o senhor é uma pessoa afeita às relações dele e esteve no convívio pessoal dele, de Carlos Cachoeira e Marconi Perillo, V. Sª poderia ajudar a entender melhor essas relações havidas entre eles e intermediadas por V. Sª.

A investigação da Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus asseveram que a Srª Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete do Governador Marconi Perillo, seria um dos contatos de V. Sª no gabinete do Governador, para agilizar as solicitações, as ditas nomeações políticas, a quota de nomeações que Carlos Cachoeira e sua organização teriam no Governo de Goiás.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de permanecer em silêncio. Essa parte também já expliquei no meu depoimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pedido de V. Sª, o senhor Ronaldo Bicca, atual Procurador-Geral do Estado de Goiás, teria agido como advogado de Carlinhos Cachoeira, para excluir a empresa Coral do fornecimento de refeição para os presos de Goiás, de forma a substituí-la pela empresa Cial Alimentações, ligadas a Carlos Cachoeira.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na opinião de V. Sª, de acordo com a Polícia Federal, Thiago Peixoto, atual Secretário de Educação de Goiás, seria facilitador na expansão dos negócios de Carlinhos Cachoeira na área da educação.

Como V. Sª cuidava das relações políticas do Sr. Carlos Cachoeira, o que tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Edivaldo Cardoso foi afastado, recentemente, da Presidência do Detran de Goiás, porque recebia uma quantia de R$15 mil por mês de Carlos Cachoeira. Ao que parece, o senhor intermediou interesses da Delta junto ao Detran de Goiás.

O senhor tem algo a dizer sobre essa questão?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há ligações interceptadas pela Polícia Federal, em que Carlinhos Cachoeira afirma que Edivaldo Cardoso deveria entregar o cargo no Detran, caso não se confirmasse um contrato da Delta com o Governo de Goiás.

Isso nos leva a crer que ele fazia parte da quota política de Carlinhos Cachoeira no Governo de Marconi Perillo. Como V. Sª era assessor político de Carlinhos Cachoeira e também cuidava dos interesses da Delta naquele Estado, o que pode nos dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Relator, gostaria de manter meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já citou aqui esse tema que vou perguntar, mas ainda indago se V. Sª poderia repetir, para ficar bem clara para nós, inclusive, a defesa que faz.

Segundo a Polícia Federal, o senhor teria levado R$500 mil ao Palácio das Esmeraldas, sede do Governo do Estado de Goiás, prédio... Consta que o transporte desse valor, desses R$500 mil, foi feito por V. Sª, a pedido do Sr. Carlos Cachoeira. O dinheiro, acondicionado numa caixa de computador, seria entregue a um senhor de nome Lúcio.

Consta também que o recurso não foi entregue, mas V. Sª teria participado da tentativa de entregá-lo.

Indago a V. Sª o que tem a dizer sobre isso.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Como bem coloquei, Sr. Senador, para ficar... para que V. Exª e os Srs. Deputados ficassem atentos, são algumas montagens contextualizadas da Polícia Federal, para tentar fazer algum tipo de relação.

Não houve esse momento. Inclusive, são datas totalmente diferentes da data em que a Polícia Federal tenta fazer o contexto disso aí. E já respondi na primeira resposta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há informações de que o senhor é testemunha...

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Desculpe-me, Senador, o senhor, inclusive, se está aí no texto, deve ter as datas das ligações e as datas em que foram feitas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Sª não tem o direito de me interrogar. V. Sª aqui está depondo.

Há informação de que o senhor é testemunha de defesa de Cláudio Monteiro, ex-chefe de gabinete do Governador do Distrito Federal, em sindicância que ele responde aqui, no Distrito Federal.

Qual a sua relação com o Sr. Cláudio Monteiro? Qual a natureza dessas relações – se V. Sª é amigo –

ou que interesses defendia junto ao Governo do Distrito Federal?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Encerro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, agora, os autores dos requerimentos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Cássio...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – ...eu tinha solicitado como Líder, e o Regimento prevê.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Regimento prevê como Líder, a qualquer hora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu pediria encarecidamente aos Líderes, ao querido Líder Chico Alencar, que ouvíssemos...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – São três minutos, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É um direito dele, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Já está correndo o tempo. É um direito.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas vai dar para todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É um precedente...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não é um precedente. É o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Muito bem, muito bem!

Sr. Presidente, apesar de todos quererem indagar o não depoente, creio que seria fundamental, a partir do que ele disse – que poderia responder nesse uso seletivo, que ele está fazendo a seu talante, do direito de calar –, que as indagações estivessem vinculadas ao seu depoimento inicial. Então, solicito a V. Exª que providencie uma cópia do depoimento que ele leu aqui. Isso é muito importante para balizarmos as eventuais indagações que faremos a ele. Essa é a brecha que ele deu para se dispor a colaborar com a CPI.

Quero lembrar ao depoente – isto vale para todos os outros que vierem aqui e que repetirem, à exaustão, que estão usando o direito, que é de fato fundamental, de não falar – que também se agrega às acusações de formação de quadrilha, contrabando, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação fiscal e peculato o crime de perjúrio, no art. 342.

O senhor, que está sendo um boneco de ventríloquo do seu advogado muito competente, pergunte a ele aí, "no sapatinho", o que é o crime de perjúrio. Trata-se de fazer afirmação falsa. E, no seu depoimento, existem várias, ao que nos parece, compulsando com as 16,6 mil ligações telefônicas e com os cinco mil *e-mails*, que o senhor disse que a Polícia Federal adulterou, editou. Perjúrio é fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade. Em cima do seu próprio depoimento, isso vai complicar a sua situação um pouquinho mais. Vá se acostumando com a Papuda!

Era importante que o senhor informasse quem é colocado nas suas falas como chefe, como número um – a Polícia Federal diz que é o Governador de Goiás –, e o que é a Delta, sua grande líder nas licitações que o senhor mediava.

São informações muito importantes. O seu depoimento tisna esses aspectos, o que já é um elemento importante. Temos de trabalhar muito mais com as informações que já temos do que com depoimentos de incriminados. Eles não vão colaborar com o País, nem com a CPI. Mas isso não vai atrapalhar o trabalho da CPI. Há muito documento pronto para a gente examinar, para desvendar essa quadrilha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k..

Tem a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

Depois, falarão os Senadores José Pimentel e Randolfe Rodrigues, que são os autores desse requerimento.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Peço-lhe a cópia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há os apanhados taquigráficos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, faço uma ponderação...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não! Pegue o texto. Ele leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero falar rapidamente, antes do eminente colega Carlos Sampaio.

O Deputado Chico Alencar apresentou uma questão de ordem que me parece pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele trouxe apontamentos, parece-me.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não, ele leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele leu o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito os apontamentos. Não vi o texto. Solicito providências da Secretaria.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Solicite os apontamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Seria importante a distribuição, até para orientar as nossas perguntas. Aí está a brecha para o que poderemos perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k..

Vou devolver o tempo ao Deputado Carlos Sampaio.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação. Quero fazer uma reflexão com V. Exª, com o Relator e também com os demais Pares desta CPI.

Em verdade, nosso trabalho tem de ter uma lógica investigativa. Desde o início, devemos esperar que aqueles que vêm para cá na condição de indiciados, quando muito, como fez o Sr. Wladimir Garcez, exerçam o seu direito de defesa na primeira parte e, na segunda parte, evidentemente, não respondam absolutamente nada. Pelo que depreendo aqui, ele só está respondendo aquilo que tem a ver com a primeira parte do depoimento dele.

O que quero dizer é que a lógica investigativa, Sr. Presidente, é uma lógica que deve orientar o próprio Relator. O Sr. Garcez foi pego em gravações telefônicas referindo-se a ministros de Estado, referindo-se à Delta Nacional, referindo-se a governadores de Estado, inclusive ao Governador do Distrito Federal. Em momento algum, as perguntas são direcionadas para a apuração do fato em si, mas, em verdade, para a apuração do fato específico envolvendo partido específico.

Confesso a V. Exª que não acho que chegaremos a lugar algum com a utilização do Relator, que é a figura central desta investigação, como alguém que comanda, nós não chegaremos a lugar algum se ele mantiver as suas perguntas tão somente e exclusivamente com um norte de desestabilizar um partido político. As perguntas devem ser direcionadas de uma forma em que a lógica investigativa seja interpretada pela imprensa como esta relatoria quer a apuração dos fatos, doa a quem doer.

Quem foi o Autor da convocação dos governadores Marconi Perillo e Agnelo Queiroz fui eu, foi a bancada do PSDB e fico muito feliz ao saber que o nosso Governador já se colocou à disposição para vir aqui exercitar o seu direito de defesa.

Porém, não vejo isso. Quando o Relator dizia: "Não vamos criar sub-relatorias, porque pode haver dispersão do foco", eu quero dizer uma coisa, dispersão do foco é uma coisa, direcionamento da investigação é outra. E, o que estou percebendo claramente aqui, é direcionamento da investigação. Não vi uma única pergunta do Sr. Relator voltada para a organização criminosa, no que tange ao envolvimento da Delta nacional, ao Governo do Distrito Federal e demais Ministros e secretários de Estado do Distrito Federal.

O SR. (Orador não identificado) – Houve sim, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...do Distrito Federal referidos claramente nas gravações.

O papel do Relator – eu fui da CPI como Sub-Relator da CPI dos Correios, CPI dos Sanguessugas, CPI do Mensalão – sempre o Relator pautou-se pela lógica investigativa e não para inviabilizar este ou aquele partido.

Acho que começamos mal. Minha opinião, ao finalizar os questionamentos sobre o PSDB, o Relator disse que não tem mais perguntas a fazer. Por quê? Quiçá também não façamos mais perguntas e ele dê um certo direcionamento contra o Governador Marconi Perillo e, a partir daí, fica silente o depoente? Não me parece que esse seja o caminho correto de uma investigação abrangente.

O Sr. Relator tem que perquirir – obviamente que o critério é dele, mas penso eu, que tenho como formação o Ministério Público há 25 anos – tem que perquirir buscando a Justiça. Até o promotor, órgão de acusação, é denominado como promotor de Justiça. Ele pergunta para obter a justiça, seja ela condenação, ou absolvição. Não vejo isso aqui, Sr. Presidente.

Nós vamos fazer o seguinte. Todas as vezes – aqui temos mais dois hoje a serem ouvidos, que também estão na condição de presos e têm o direito constitucional de permaneceram calados – já estou vendo as perguntas do Relator para os dois subsequentes. Perguntas sobre o PSDB de Goiás. Encerraram as perguntas sobre o PSDB de Goiás, ele encerra a fala como Relator e passa a palavra para os demais membros da CPI. Essa não é uma postura de magistrado. Somos todos magistrados aqui. Se dizemos que temos poderes de magistrados para quebrarmos sigilo fiscal, bancário e telefônico, que tenhamos no mínimo também a postura de magistrado. Magistrado quer apuração dos fatos, magistrado não faz perseguição política a partir de ideologia alguma. Está muito claro o direcionamento que está havendo aqui hoje.

Eu poderia pedir a palavra nesses meus 10 minutos, Sr. Presidente, e formular 30 perguntas, todas elas fazendo referência ao Governador Agnelo Queiroz, que foi referido pelo depoente. Mas não vou me prestar a este papel, porque eu acho que nós vamos dar um

direcionamento equivocado a esta CPI. Nós estamos aqui para apuração de fatos abrangentes, genéricos que envolvem o Governo Municipal, Governo Estadual, Governo Federal, envolvem agentes privados, agentes públicos, envolvem parlamentares. Essa é uma investigação que nós não podemos sair daqui passando para a imprensa de que o nosso norte é, de um lado seis Deputados e Senadores da oposição defendendo os seus governadores, os seus parlamentares ou as empresas vinculadas a um governo "a" ou "b" de um Estado, e os outros 26 parlamentares direcionados para inviabilizar, porque são da base aliada, inviabilizar o PSDB de Goiás, ou o PSDB nacional. Isso aqui está parecendo uma brincadeira de mau gosto. Não é esta a lógica, repito pela quinta vez, a lógica investigativa que deve ditar os nossos trabalhos.

Eu não vou fazer aqui dez questionamentos, vinte ou trinta nos meus dez minutos para que ele fale mal do Governador Agnelo Queiroz. Eu estou preocupado com a promoção da justiça nessa investigação, atinja ela quem atingir, Sr. Presidente.

Não me parece correto esse procedimento. Eu tenho para mim que, depois de falar o depoente inquirido, se tem o direito de permanecer calado, tem, vai permanecer calado, e, se o Relator entender por bem formular perguntas, e como houve a concordância do depoente, que as formule como quem quer investigar o todo. Não passe uma impressão nefasta para a opinião pública de que cabe a ele, Relator, cumprir um papel de governo. Porque não cabe, ele é um magistrado aqui, ele tem que apurar a verdade. Não é função dele representar o seu partido. É função dele representar o Parlamento e enaltecer o papel desta Casa e não diminuí-la,dizendo que cumpre um papel de natureza política mesquinha, de perseguir a ou b. Não é um posicionamento correto. Até aqui tenho elogiado o Relator em todas as reuniões de que participo, seja na mídia falada, escrita, televisiva. Hoje não gostei da postura do Relator e tenho que externar o meu pensamento. Não se coaduna com o que se espera de um parlamentar com a postura e a história do Relator. Não se coaduna, não é assim que se age numa CPI.

Talvez pela minha formação, talvez pelo meu jeito de efetivamente participar das CPIs, eu não esteja acostumado com essa postura. Espero que, nos próximos depoimentos, o Relator, ao exercitar seu direito... Quero fazer uma única ponderação à Senadora Vanessa. Concordo que, se o Relator quiser perquirir, poderá fazê-lo, assim como qualquer Deputado. Não existe questão de ordem que possa definir: Relator pergunta e os demais membros não. Se o Relator exercitar esse direito, exercitaremos todos nós.

Agora, não vou fazer perguntas, não vou direcioná-las. A última vez que perguntei aqui sobre efetivamente o Governador Agnelo Queiroz, na última inquirição feita ao Sr. Carlos Cachoeira, fiz duas perguntas, arrependi-me de tê-las feito e interrompi a minha fala. Por quê? Porque eu também não estava perseguindo o caminho que era o correto. Agora, a relatoria formular tão somente perguntas direcionadas para atender ao reclamo ou à determinação palaciana não é postura de parlamentar que exerce um papel de magistrado com a isenção que deve ser exercida.

Registro aqui o meu repúdio a essa postura. Não é o que se espera dele nem de nós. Por isso, não formularei nenhuma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pelo art. 14, o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero apenas, por quem tenho respeito e admiração, uma relação pessoal agradável em relação ao Deputado Carlos Sampaio, agora não vou fazer julgamentos sobre as perguntas que V. Exª faz nas oitivas desta CPMI. Não é o caso aqui. Só vou frisar duas coisas. Primeiro, esse senhor trabalhava, foi Vereador do PSDB; influenciava negócios no governo do PSDB. A minha última pergunta foi exatamente sobre as relações dele com o Governo do Distrito Federal e as relações, porque a polícia identificou que ele tem relações pessoais de amizade com o Cláudio Monteiro, ex-chefe do Governador do Distrito Federal. Fiz as perguntas que achei devidas. Agora, se ele pertence aos quadros do PSDB, não é minha responsabilidade. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu quero começar registrando que cada depoente que estamos convocando tem uma área de abrangência, teve um espaço em que operou, e as perguntas são feitas a partir do inquérito da Polícia Federal e também da representação feita em juízo. Portanto, temos um conjunto de outros depoentes que também têm atuação em outros espaços e assim serão indagados.

No caso concreto do Sr. Wladimir Henrique Garcez, ele foi vereador em Goiânia, a sua área de atuação era em Goiânia e as perguntas feitas pelo Sr. Relator foram corretíssimas, porque elas partiram todas do inquérito policial que, lamentavelmente, continua em segredo de Justiça. Elas foram feitas a partir da representação feita pelo Ministério Público Federal na 11ª Vara lá de Goiânia.

E é nesse aspecto que o Sr. Relator fez as suas perguntas. Ele não poderia fazer perguntas de uma área de abrangência onde o Sr. Wladimir Garcez não tivesse atuado. Ele atuou ali, com o Presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia, com graves incursões nas questões da Previdência Social, onde fui Ministro de Estado, e conheço de perto o que foi feito. Ele atuou ali com o agente empreendedor em todo o conjunto de ações, mediando a empresa Delta e mediando os interesses do governo do Estado de Goiás e de prefeitos do Estado de Goiás. Ele atuou ali, mediando emendas parlamentares de interesse da região e do grupo criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira. Portanto, entendo a preocupação de alguns parlamentares que intervêm, quando você dirige as perguntas para a área de abrangência daquele réu, daquele indiciado, daquele preso, e não para outros setores que não têm, até então, qualquer identificação por parte da Polícia Federal ou do Ministério Público.

Esta CPI é diferente das tradicionais que aqui acompanhamos. É uma CPI que já inicia com um conjunto de informações, com quebra de sigilo bancário, de sigilo telefônico, de sigilo fiscal, num conjunto de indiciados. Nas CPIs anteriores de que também fiz parte, nós tentávamos tirar do depoente alguns fragmentos de informação para, em seguida, diligenciar, pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público, aqueles indícios. Aqui não. A Polícia Federal já fez todo esse levantamento. Quando a Polícia Federal afirma que a casa adquirida foi paga por três cheques, nós não precisamos mais estar à procura de quem fez o pagamento. O que nós precisamos ter acesse é à cópia dos cheques, que virão com a quebra do sigilo bancário, que já foi requerido.

Quando aqui diz que o Sr. Carlinhos cachoeira foi preso na casa vendida pelo Sr. Governador Marconi Perillo, não tem mais nenhum fato novo para ir atrás. Não precisa de mais nenhum indício. O laudo do delegado que procedeu à prisão diz qual foi o local, diz qual foi o dia, qual foi a hora. Portanto, não precisamos mais de ter indícios para que a Polícia Federal possa ter essa investigação.

Quando aqui diz que a empresa Delta depositou o dinheiro num conjunto de empresas que integrava a organização criminosa do Sr. Cachoeira, a Polícia Federal já fez esse levantamento. O que nós precisamos é exatamente de cópia dos depósitos dos cheques nessas empresas. E é por isso que, na última sessão administrativa, nós quebramos o sigilo fiscal e bancário da Delta do Centro-Oeste. E vamos ter a oportunidade, na próxima reunião administrativa, de aprofundar a aprovação dos requerimentos aqui apresentados.

Quando a organização criminosa é envolvida num crime de lavagem de dinheiro, a Polícia Federal já fez esse levantamento. O que falta para nós é identificar quais foram as empresas beneficiárias com a lavagem desse dinheiro.

Por isso quero parabenizar a formam como o Sr. Relator está conduzindo as suas perguntas, o seu trabalho, porque ele está exatamente identificando cada depoente, pegando as provas já feitas pela Polícia federal e tentando confrontar essas provas com a própria posição do Sr. depoente aqui, nesta sessão. E vamos ter um conjunto de outros depoentes que vão continuar envolvendo o grupo de atuação em Goiás, envolvendo outras regiões do território nacional.

Portanto, eu sou um daqueles que entendo que, quando ouvi aqui, na última sessão, as várias perguntas sobre o Governador de Brasília, feitas pelo nobre Deputado que até então protestava nesta sessão, ouvi calado porque é o direito dele.

E tem também, no inquérito da Saint-Michel, aqui, em Brasília, instrumento para que ele possa agir daquela forma. Agora, não podemos nunca pegar um depoente e tentar extrair dele informações ou dados com os quais ele não atuou ou dos quais não fez parte. Este atuou prioritariamente em Goiás, seja como Presidente da Câmara de Vereadores, numa fase primeira, em que teve envolvimento com a Previdência Social, também identificada pela própria Polícia Federal. E agora ele continua atuando em outra abrangência, mas também no território de Goiás.

Por isso, Sr. Relator, parabéns pela sua condução; parabéns pela forma com que V. Exª está conduzindo.

Ficamos tranquilos. Todos aqueles que tiverem qualquer envolvimento com essa organização criminosa terão que depor nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, para informação de V. Exª e do Deputado Chico Lopes, com relação às anotações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Chico Alencar. É que V. Exª falou Chico Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chico Alencar. Havia um Deputado no meu Estado chamado Chico Lopes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – No Estado do Ceará também há um excelente Deputado, companheiro excelente, Deputado Chico Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também companheiro Chico Lopes. Figuraça!

Com relação às anotações do depoente, que são de sua propriedade, ele não as dispôs à Comissão. Mas, como o que ele disse é público, nós estamos ao vivo já alimentando as notas taquigráficas para, rapi-

damente, dispor à Comissão todo o material da fala do depoente agora há pouco.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ok, Presidente.

Então, mesmo antes das notas taquigráficas, diante das anotações que tenho do que foi dito pelo depoente e diante da disposição que o depoente aqui expressou de falar sobre aquilo de que ele tem conhecimento, eu queria, Sr. Wladimir, dialogar com V. Sª.

V. Sª disse que é funcionário, foi funcionário da Delta e do Sr. Carlos Augusto Ramos. V. Sª confirma?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Senador Randolfe, eu já respondi e gostaria de ter o meu direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas isso V. Sª falou. Só me confirme ou não.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Bom, V. Sª falou que é funcionário, foi funcionário da Delta e do Sr. Carlos Augusto Ramos.

Como funcionário da Delta... Bom, eu vou lhe perguntar algo que é do seu conhecimento, é das suas informações e que acredito, vejo pelo menos em V. Sª uma "meia disposição para contribuir aqui". E é uma disposição que pode não só ajudar esta CPI como também pode ajudar V. Sª.

Então, nesse sentido, como funcionário da Delta que foi V. Sª, V. Sª poderia dar mais algumas informações sobre uma obra que deve ser do conhecimento e com certeza é do conhecimento de V. Sª sobre uma obra no entorno de Brasília, da qual faziam parte a Delta, a Construtora Queiroz Galvão e a Construtora Odebrecht?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Senador, gostaria de manter o meu direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Bom, V. Sª falou aqui, é do seu depoimento de ainda há pouco, que tinha uma relação pessoal e próxima com um conjunto de autoridades, em especial, não vou detalhar em relação a todas as autoridades, mas V. Sª poderia relatar para nós qual era o nível de relação pessoal de V. Sª...

Sr. Wladimir, por favor, acho que não precisa ser o advogado para essa pergunta. Acho que V. Sª poderá olhar para nós nos olhos, porque faz parte do próprio depoimento de V. Sª, ainda há pouco, aqui, e não pesará nada contra V. Sª as informações que prestar porque V. Sª já as adiantou.

V. Sª falou da relação pessoal com algumas pessoas. Eu gostaria de saber qual o nível da relação de V. Sª, notadamente da relação com o Governador Marconi Perillo e com o Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Senador, eu gostaria de me manter em silêncio, mas se eu for relacionar aqui o nível de amizade que eu tenho no campo político, seriam inúmeros. Então, eu gostaria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em especial em relação a esses dois.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No nível da relação que V. Sª já detalhou como Sr. Perillo, com o Governador Agnelo, que V. Sª já disse que conhece, que se relaciona, V. Sª poderia me responder se frequentava o Palácio das Esmeraldas, ou se frequentava ou se frequentou o Palácio do Buriti?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor foi alguma vez ao Palácio das Esmeraldas?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No Palácio do Buriti?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com relação ao nível de sua relação com o Governador Perillo, com o Governador Agnelo, V. Sª convivia com eles, esteve na casa deles, frequentava a residência de ambos?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Senador, gostaria ainda de manter o direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor vai me responder várias vezes. Eu vou continuar inquirindo. Tenho que continuar inquirindo, porque V. Sª disse aqui, e eu quero acreditar que V. Sª não mentiu para esta Comissão, que falaria sobre alguns fatos, sobre os fatos de que tinha conhecimento. Eu estou indo em uma linha diante dos fatos em que V. Sª...

Meu querido Deputado Miro, eu gosto de olhar nos olhos do depoente, eu gosto de ficar frente a frente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele não é meu.

Exatamente. Quero ver o que você diz para nós.

Então, insisti com base no que V. Sª falou aqui. Eu quero acreditar que V. Sª não mentiu para esta Comissão ao iniciar aqui o depoimento dizendo – abre aspas, palavras suas: "Falarei sobre os fatos de que tenho conhecimento".

Estou partindo – e apelo, Wladimir, para ouvi-lo em relação a isso – do que você mesmo falou. Você disse que conhecia inúmeras autoridades. Há algumas que dizem respeito ao trabalho de que estamos tratando aqui. Então, em relação a essas pessoas, eu quero só ouvir de você qual o nível da relação. Notadamente, aqui, chama a nossa atenção a relação que V. Sª poderia ter ou ter, dentre as várias personalidades que citou, com duas, com o governador do Distrito Federal e com o governador de Goiás. Então, queria insistir nesta pergunta: qual o nível da relação? V. Sª é do PSDB, então, gostaria de saber qual foi o nível de envolvimento de V. Sª, por exemplo, na campanha do governador do Estado de Goiás. Sobre isso, o que é do vosso conhecimento? Não ouço o seu advogado, ouça-me.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou dizendo para não ouvir o advogado, porque, Sr. Presidente, toda vez que eu pergunto, o advogado fica dizendo o que ele tem que falar. Aí ele fica somente repetindo o que o advogado diz. E ele iniciou aqui, claramente, dizendo que queria falar, queria dizer alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, continue com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

É porque o advogado se exaltou nesse aspecto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Com toda a razão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A Senadora Kátia Abreu está com a razão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Porque em alguns momentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, é porque, em alguns momentos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – É prerrogativa do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o advogado tem todas as prerrogativas, nós temos o direito e queremos, inclusive, garantir as prerrogativas. Agora, o depoimento é do depoente, não é do advogado. Em alguns momentos, parece que há a interferência do advogado no depoimento do depoente.

Sr. Wladimir, sobre a relação, então, sobre a sua participação na campanha para o governo de Goiás. Na campanha de Goiás, V. Exª é do PSDB, foi vereador do PSDB, V. Exª participou da campanha? Qual foi o nível de participação sua?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Senador, gostaria de permanecer em silêncio.

Sr. Presidente, a partir de agora, vou manter meu direito constitucional de não responder mais nenhuma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, voltamos, então, ao estágio anterior, pelo visto. *(Interrupção do som.)* Caiu a carapuça do contraventor, caiu a máscara do criminoso, ele veio aqui dizer que ia colaborar, agora caiu de vez e em definitivo a carapuça do criminoso. Ele não quer mesmo é falar nada. Encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pedindo pela liderança, na preferência – os senhores sabem que só tem direito a falar uma vez, uma vez pela liderança –, o Sr. Deputado, como Líder da Minoria, Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, nós estamos assistindo hoje a uma perda de oportunidades. Algumas pontuais, outras de amplo aspecto. Algumas ligadas ao dia a dia, ao momento desta CPI, e outras ligadas ao que é que nós queremos com esta CPI e a imagem desta CPI perante a Casa, ou, mais ainda, o impacto desta CPI na imagem das instituições e do próprio Congresso.

Em nível pontual, acho que o ilustre Relator, Odair Cunha, perde uma oportunidade se, em lugar de fazer perguntas só direcionadas a um partido político a ponto de necessitar da defesa do ilustre Senador Pimentel, se ele colocasse pelo menos uma pergunta que revelasse que não está direcionando ao um partido só. Por exemplo, um pergunta ao depoente qual a relação dele com Noleto, lá da Casa Civil, só para mostrar que ele não tem intenção partidária. Pronto, já não precisaria nem de defesa. Mas não é isso que eu quero ressaltar

hoje. O que mais me importa é a imagem desta CPI e do Congresso em função do encaminhamento e da responsabilidade que todos os membros têm, notadamente do Presidente, Senador Vital do Rêgo e do próprio Relator.

O que nós estamos assistindo? A uma CPI com duas características: uma crônica e uma *sui generis*. Qual é a crônica? Aquela que repete o que vimos na CPI dos Anões do Orçamento, na CPI do Mensalão; estamos vendo de novo. Qual é essa características? A imensa fragilidade do Estado brasileiro de se defender da delinquência e da corrupção. Este é o fato: é um Estado débil, frágil para se defender desses ataques. O esquema hoje da Delta repete o esquema do mensalão. Não é mais o Marco Valério, é a Delta, é o Cavendish, é a fonte dos recursos, é o novo valerioduto, é um deltaduto. Ora, nós não vamos conseguir, com esta CPI, consertar esse capitalismo de Estado que hoje nós vemos que já ocorre no Brasil há muito tempo, em que é o Estado quem escolhe os eleitos, os campeões, seja com recursos do BNDES, seja dizendo que vai ganhar as obras do PAC. Imagine, a Delta recebeu já R$3 bilhões desde que o PAC foi montado e das estatais mais R$4 bilhões. São R$7 bilhões nesse curto espaço de tempo. É um capitalismo de compadrinho, que, evidentemente, já vou encerrar, Sr. Presidente, recebe em troca os recursos que vão abastecer esse presidencialismo de transação das negociatas espúrias.

Não vamos conseguir consertar esse capitalismo de Estado, mas nós podemos aqui tirar desta CPMI muitas lições para reforçar o arcabouço jurídico que nos proteja, que proteja a sociedade. É esse o objetivo desta CPI: tirar daqui sugestões que façam com que nós diminuamos a chance da delinquência, de pessoas delinquentes se apossarem de recursos públicos.

Quanto à segunda...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado pela atenção e disciplina de V. Exª.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO. *Fora do microfone.*) – ...decidir sobre a saída dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai, Senadora. Deixe eu ouvir a questão de ordem, por favor.

Pela liderança, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu sinceramente estou ficando muito preocupado, e aqui não vai nenhuma crítica a nenhum Parlamentar, mas, sinceramente, com a qualidade do encaminhamento desta CPI. Sinceramente – eu até vou fazer uma brincadeira –, a gente só vai conseguir ouvir os componentes dessa quadrilha se o senhor mandar comprar um aparelho telefônico da Nextel.

Nós cometemos um erro, e fui contra isso. É claro que todo mundo queria ouvir o Cachoeira, mas, como o Cachoeira foi o primeiro a ser ouvido, ele agendou, ele pautou os componentes da organização. Já há informações de que, na próxima terça-feira, o Sr. Cláudio Abreu também vai ficar calado. Eu até quero sugerir que, na próxima terça-feira, Sr. Relator, seja convocada a ex-mulher do Sr. Cachoeira. Todo mundo sabe que, na CPI da CBF, o Sr. Ricardo Teixeira foi o último a depor. Nós cometemos esse equívoco.

Não sei qual o critério que V. Exª utiliza para estabelecer as oitivas, mas eu queria pedir a V. Exª que, pelo menos, formasse um grupo para discutirmos os critérios das convocações, para cada um dar uma opinião. Por exemplo, acho sinceramente que já é chegada a hora da eleição do 1º Vice e do 2º Vice, até para podermos dialogar mais. Está faltando diálogo nesta CPI.

O que está caracterizando esta CPI, Sr. Presidente – e sei do seu talento – é a briga do PSDB com o PT. Está muito clara essa briga. Então, na verdade, esta CPI vai valer para quê? Para externar essa disputa doentia entre o PSDB e o PT?

Vamos acabar com essa palhaçada aqui! Vamos sentar à mesa e ver quem convoca os governadores e quem não os convoca! Neguinho fica fazendo charme aqui. Vamos votar os requerimentos dos governadores, para vermos quem está defendendo quem? Do contrário, daqui a pouco, vamos ficar sem poder andar pelas ruas, porque esta CPI começa a envergonhar quem dela está participando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou renovar ao depoente a mesma pergunta que fiz anteriormente, para economia dos nossos trabalhos: V. Sª se dispõe a continuar colaborando ou vai se manter, a partir de agora, com suas reservas constitucionais da autoincriminação?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Vou me manter em silêncio, até porque se começou a impedir que eu pudesse pedir assessoramento técnico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Sª responda a esta Presidência.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Então, estou usando o meu direito constitucional de permanecer em silêncio a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exª que se retire...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não abro da minha pergunta agora. Todos perguntaram, fizeram questões de ordem. É justo que eu possa, como coautor do requerimento

junto com o Deputado Carlos Sampaio, fazer também minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Confesso aos senhores que não tenho como ordenar os trabalhos neste momento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor me permite dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou tentando trazer a decisão de V. Exªs, para que haja uma efetiva produção de V. Exªs e para garantir, ao mesmo tempo, o direito que V. Exªs têm.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se, todas as vezes em que dou um passo à frente para avançar no andamento, V. Exªs me impõem – e respeito a decisão de V. Exªs – um passo atrás, não consigo andar. Estou tentando liberar agora o depoente, que disse que vai manter agora suas garantias constitucionais. Estou tentando liberá-lo agora. E V. Exªs...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Liberá-lo, não, Sr. Presidente, mas mandá-lo de volta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou tentando liberá-lo da Mesa. Ele vai voltar para o local onde ele estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso, isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, sou o último inscrito, então.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há mais inscritos, meu irmão.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Eu estou inscrito, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há mais inscritos. Estou querendo a licença de V. Exªs, conforme decisão do colegiado, conforme a decisão de V. Exªs, para dispensar desta sala o depoente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Exª tem razão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está dispensado o depoente.

Chamo o próximo depoente.

Entendeu, Francischini? (*Pausa.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Às suas ordens.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por favor, eu gostaria, na questão de ordem, de mencionar o art. 10 do Regimento Comum...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à assessoria para me trazer a questão...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar, por favor, e gostaria da sua atenção e do relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A minha a senhora já tem.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada. Fico feliz.

Sr. Presidente, eu gostaria aqui de mencionar o art. 10 do Regimento do Senado, §2º:

As comissões mistas reunir-se-ão dentro de 48 horas da sua constituição, sob a presidência do mais idoso e seus componentes, para a eleição do presidente e do vice-presidente, sendo, em seguida, designado pelo presidente eleito um funcionário do Senado Federal ou da Câmara para secretariá-lo.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos aqui funcionando com uma comissão capenga. Nós estamos apenas com o presidente eleito, que tem conduzido bem os trabalhos, e o relator. Agora, ninguém entende, ninguém compreende, e a imprensa nos tem abordado a cada cinco minutos por que esta Comissão não tem vice-presidência.

Então, gostaria que o senhor me respondesse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho a questão de ordem com a rapidez que V. Exª sabe que eu...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Gostaria de saber qual é a data e se não poderíamos fazer a eleição do vice-presidente hoje, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Podemos. Acolho a decisão de V. Exª. Logo que terminar a reunião de hoje, marcaremos a eleição do 1º vice-presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, gostaria de apoiar a questão de ordem dela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, já está acolhida.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ah, já foi acolhida?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Imediatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, não poderíamos fazer a eleição na próxima reunião, na próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Novamente, acolho!

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Parabéns.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Presidente hoje está bonzinho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É ligeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho tudo!

Vamos às questões de ordem. Aproveitem as questões de ordem enquanto o outro acusado não chega.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, desde o início, pedi uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o aniversariante de ontem, com os parabéns da Presidência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ainda bem que não coincidiu com o dia do preso que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, V. Exª sempre será um homem libertário.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, é o seguinte: estou um pouco preocupado, no sentido de colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, fica para a próxima, não é Kátia? Fica para a próxima.

Sim, Rubens, desculpe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas para colaborar. Estamos vivendo aqui agora uma situação que não dá condições confortáveis de trabalho. No Senado, não há uma sala um pouco mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não tem. Já procurei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, por que não fazer na Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não dá. Não há condições físicas funcionais. Não há condições.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor presidiu a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas não tem. Já procurei. Não há condições. Rubens Bueno, meu querido, não tem condições.

Questão de ordem não acolhida. Qual é a próxima?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ontem, nós votamos na Câmara exatamente o fim do trabalho escravo. Estou vendo aqui profissionais com dificuldades até humanas de trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lamentavelmente, estamos disponibilizando melhorias, outros espaços, multiplicação de imagens, mas não há condição, Rubens. Desculpe. Não se trata de condições físicas, mas de adequações funcionais. Eu já tentei adequações funcionais, mas não tem.

Bom, por favor, Secretaria.

Deixe-me fixar aqui. Eu queria pedir aos senhores e peço a atenção. Já tivemos um depoimento...

Miro, eu queria pedir a atenção dos senhores.

Já tivemos um depoimento. Fazer aqui um novo procedimento? Não. Dentro daquilo que já foi deliberado por esta Comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Se for alguma questão como acompanhamento dos trabalhos, na presença do réu que está aqui, ficaria constrangedor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, muito pelo contrário. Ele precisa ter conhecimento.

A questão de ordem que nós aprovamos – onde está o Pedro Taques? – a primeira parte dela deve ser respeitada por uma decisão do colegiado. Devo perguntar ao depoente, no início da audiência.

Vejam que eu quero a compreensão e o acordamento colegiado dos senhores, a compreensão e o acordamento... O acorde, o apoio, acordância – digo melhor – a acordância, a concordância – melhor ainda, os senhores podem e devem me corrigir sempre – o direito, eu devo fazer a indagação e solicitar a resposta sobre o direito que o depoente tem das suas garantias individuais. Só assim nós daremos ou não, com a sua resposta, o seguimento da reunião. Se ele esboçar algum tipo de manifestação, qualquer que seja, em sua defesa ou para explicações, aí nós abriremos para todos os Parlamentares, a partir do Sr. Relator. Não é assim o estrito cumprimento desta variante que estamos fazendo agora com...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, exatamente isso. Permita-me...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Autor da questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A interpretação que V. Exª fez está de acordo com a Constituição, de acordo com o Código de Processo Penal. Eu só tenho uma objeção. A qualquer momento ele pode expressar o desejo de colaborar com a CPI.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E aí nós temos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, a questão de ordem tem a ver com a pergunta que o senhor vai fazer agora, Presidente. O artigo 131...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria falar sobre a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem do Deputado Francischini. Mas antes, o Relator tem precedência. Aí passo a palavra a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque concordo com o que o Deputado Pedro Taques coloca. Ocorre que estamos acordando um procedimento. Se o depoente, no início da inquirição, quando usar a palavra a primeira vez, recorrer ao direito ao silêncio, a nossa decisão é suspender a sessão. Essa é a decisão que vamos tomar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, suspender a sessão não. É mandar que ele volte para a cadeia. Não, ele volta para a cadeia e entra o próximo. Não é suspender a sessão não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª entendeu o que eu disse.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – O Regimento Comum prevê, art. 131, 5 minutos, questão relacionada com a Constituição Federal, Presidente.

Constituição Federal no art. 53, § 3º, garante a esta CPMI que nós teremos todo o poder de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das Casas. O Regimento do Senado, subsidiariamente aplicado a este caso, prevê no 153 que nos atos processuais aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Código de Processo Penal.

Pois bem, o Código de Processo Penal – Sr. Presidente, eu queria uma resposta da assessoria técnica através de V. Exª – aceita neste contexto normas complementares de leis especiais que regulamentam também o procedimento criminal. E eu poderia citar neste momento a Lei de Combate ao Crime Organizado, que é a lei em que o Sr. Idalberto Matias está enquadrado, junto com a organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira e que prevê, no seu art. 6º: "Nos crimes praticados em organização criminosa, [Presidente] a pena será reduzida de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria". Há a Lei de proteção às testemunhas, Presidente, também trazendo procedimento criminal aplicado subsidiariamente. Prevê no seu art. 14: "Art. 14. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime, [... também] terá pena reduzida de um a dois terços.

A minha questão de ordem é, Presidente, eu gostaria que o senhor colocasse ao Plenário desta CPMI as condições de nós, como autoridades, que estamos aqui representando também autoridades judiciais, investidos numa CPMI, que possa oferecer ao depoente neste momento, antes de ele dizer se vai falar ou não, o benefício da colaboração espontânea, para que ele possa revelar ao País autoridades, políticos envolvidos em corrupção, coisas que ficaram obscuras em CPMIs anteriores, já que o Sr. Idalberto Matias esteve aqui em várias CPMIs.

Mas é o momento, Sr. Presidente, encerrando a minha questão de ordem, depois de ele estar enquadrado, veja, numa organização criminosa, em crimes que variam no Código Penal em contrabando, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, peculato, corrupção, violação de sigilo funcional, tráfico de influência, fraude em licitação, Código Penal inteiro, que poderiam chegar a quase 60 anos numa condenação. E a Lei das Organizações Criminosas prevê para o Sr. Idalberto regime inicial fechado; liberdade provisória não pode, não se pode apelar em liberdade. Quer dizer, dura. E sei que ele não é um dos cabeças dessa organização.

Eles têm – senhor advogado que acompanha o Sr. Idalberto – todas as condições para fazer uma confissão, para fazer uma colaboração espontânea e mostrar que esta CPMI não está aqui num teatro de marionetes – marionetes partidárias. Não está aqui, Sr. Relator...

E aqui me permita colocar expressões do meu Estado do Paraná. Quando fala da Delta Nacional, quando fala do Sr. Agnelo Queiroz, o Relator é... quando fala do Marconi Perillo, ele vira o...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Protesto!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – ...para todos os envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a retirada das expressões que não são parlamentares.

O SR. (Orador não identificado) – Isso é brincadeira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por favor. Para contraditar a questão de ordem, Pedro Taques.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Francischini, penso que isso o diminui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero expressar ao Deputado do PSDB... Mas as Leis nº 9.807, de 1999, e 9.034, de 1995... Ele citou as duas leis. No Brasil só pode fazer proposta de delação premiada o titular constitucional da ação, de acordo com o art. 129, inciso I, da Constituição, que é o Ministério Público.

Agora, isso não significa que o indiciado possa querer abrir seu coração aqui – já que estamos falando de... que ele possa abrir seu coração. É possível isso.

Eu só gostaria de dizer que a ação penal é o local apropriado para o titular constitucional da ação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Respondendo à questão de ordem, usando as palavras do Senador Pedro Taques...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... o Deputado Francischini conhece bem, só o titular da ação penal é que pode fazer a ação penal.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só colaborando com a mesma questão de ordem... Só colaborando com a mesma questão de ordem...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No mesmo sentido do que foi apresentado pelo Deputado Francischini, nós poderíamos sugerir ao depoente e ao seu advogado que, caso ele queira colaborar com esta Comissão, a reunião poderia passar a ser reservada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei a sugestão de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sugiro isso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou, em respeito ao Deputado Rosinha, passar a palavra, pela ordem, a ele, somente a ele, só ao Deputado Rosinha, em nome do Partido dos Trabalhadores.

Por favor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, todos aqui são testemunhas de que, apesar de ser suplente, estou vindo a todas as reuniões e que me tenho comportado em todas elas de uma maneira elegante e educada. Tenho respeitado todos os parlamentares. E vejo que aqui, quando há reunião secreta, o comportamento de alguns parlamentares é diferente em relação à reunião aberta. Na reunião aberta, quando há rádio, televisão e jornal, há sempre alguns que trabalham para sair na mídia, e não para investigar.

Então, não aceito e quero pedir aqui aos demais parlamentares que esse tipo de adjetivação que se está dando aqui não ocorra. Se alguém acha que, com isso, está contribuindo com a investigação e com a moralidade, com a fé pública e com a confiança da população brasileira está muito enganado.

A questão de ordem foi correta. O termo dela desmotiva esta CPMI, desmoraliza esta CPMI como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.K.*

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Então, Sr. Presidente, é essa a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência já tomou as providências.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Se quisermos respeito, temos de respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência já tomou as devidas providências.

Consulto... *(Pausa.)*

Por favor, está encerrado esse assunto.

Consulto o depoente, Sr. Idalberto... *(Pausa.)*

Por favor, por favor, por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores. *(Pausa.)*

Por favor, senhores. *(Pausa.)*

Isso é que é problema. *(Pausa.)*

Consulto... *(Pausa.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Os senhores me permitem?

Consulto o depoente, Sr. Idalberto Matias de Araújo, se, nesta oitiva, mesmo em sessão secreta, conforme foi sugerido, disporá a colaborar com esta CPMI, respondendo às indagações dos Srs. Parlamentares?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO – Sr. Presidente, vou usar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado desta...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não seria importante que soubéssemos acerca do advogado dele? Qualificar o advogado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, senhora. Está liberado deste ato neste momento. Por favor, o próximo.

Tragam-me à reunião, por favor, o Sr. Jairo Martins de Souza.

Estão suspensos os nossos trabalhos até chegar o acusado.

(Suspensa às 12 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 37 minutos.)

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, o senhor já vai reiniciar os trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou reiniciar os trabalhos.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Tem que ser ligeiro, senão o povo passa na frente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, também quero falar como líder, no momento em que o senhor me der tempo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também para falar como líder.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero me inscrever para falar como líder, Deputado Paulo Teixeira, para secundar tão grandes Parlamentares aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para secundar o grande Deputado Paulo Teixeira eu me inscrevo também falar como líder.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu também me inscrevo, Sr. Presidente. Senadora Vanessa.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – O Deputado Mendonça Prado também se inscreve como líder.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Senador Sérgio Souza também como líder, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Luiz Pitiman também.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ronaldo Fonseca como líder, pelo PR, Sr. Presidente. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Reabro os trabalhos.

V. Exª pediu uma questão de ordem. Eu posso fazer uma consulta? Permita-me fazer a consulta e, depois, passar a palavra a V. Exª, Senadora Kátia, por favor.

Presente o Sr. Jairo Martins de Souza.

Consulto o depoente, Sr. Jairo Martins de Souza, se, nesta oitiva, disporá a colaborar com esta CPMI mesmo, ou até em sessão secreta, respondendo às indagações dos Srs. Parlamentares?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Excelência, bom dia a todos. Eu quero informar ao senhor que vou fazer uso do meu direito constitucional e vou permanecer calado, não respondendo a nenhuma das indagações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então o senhor está liberado desta sessão.

Estão inscritos.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, que pediu a palavra para uma questão de ordem, não é isso? Ou pela ordem?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem. Estão inscritos para falar pela liderança... Eu advirto aos senhores só uma vez. Quem já falou como líder não falará mais. Estão inscritos para falar Pedro Taques, Paulo Teixeira – foi o que eu anotei –, Rubem Bueno, Miro Teixeira, Vanessa Grazziotin, Mendonça Prado, Sérgio Souza, Luiz Pitiman e Ronaldo Fonseca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Vital do Rêgo, V. Exª esqueceu este seu colega do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador querido Alvaro Dias falou já como líder no início da sessão. V. Exª iluminou a sessão já uma vez como líder.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu indago a V. Exª se após a fala dos líderes nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu queria apenas aqui registrar a capacidade de liderança do Sr. Carlinhos Cachoeira. Foi a primeira vez que eu vi um silêncio absoluto da voz de comando a todos os membros da quadrilha para que o copiassem e que também ficassem em silêncio. É a voz de comando dada por um silencioso. É um chefe de quadrilha competente o Sr. Carlinhos Cachoeira.

Mas o que eu queria aqui destacar, Sr. Presidente, é que nós temos algumas informações de que o Sr. Idalberdo, o Sr. Dadá, que está preso na Aeronáutica, que ele teria dado um depoimento lá na Aeronáutica. Então eu gostaria de pedir, com requerimento de preferência, para que nós pudéssemos solicitar à Aeronáutica, caso esse depoimento tenha sido feito pelo Sr. Dadá, que remeta aqui à CPI para que nós possamos ter acesso a esse depoimento, caso ele o tenha feito lá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Senadora, por escrito. Faça isso hoje ainda para colocar na pauta, de preferência, da próxima sessão.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, com a palavra, por três minutos, pela liderança, Senador Pedro Taques, do PDT, de Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria, falando pela liderança do meu partido no Senado, de solicitar a V. Exª que nós pudéssemos, de uma vez por todas, afastar o sigilo da Delta, afastar o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a segunda parte.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É a segunda parte?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos sentar agora. É a segunda parte.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nós vamos tentar. Muito bem. Eu gostaria de esgotar o meu tempo, então, Sr. Presidente.

Nós, Sr. Presidente, não podemos transformar esta CPI – e aqui quero expressar o meu respeito a V. Exª e ao Relator – numa CPI em que uns protejam os outros. Com todo respeito, essa é mais do que a impressão que está a se passar. Esse é o meu juízo a respeito. Nós precisamos ter a coragem de ouvir os governadores e afastar o sigilo dessas empresas. Não podemos aguardar o dia 05 de junho. Nós já temos pedido nesse sentido. Ainda é cedo, Sr. Presidente. Estamos aqui desde as 10h. Ainda é cedo. Podemos transformar esta reunião em uma reunião administrativa para que ela possa ser útil do ponto de vista probatório. Esta CPI não está trabalhando nesse sentido, com todo respeito ao trabalho de V. Exª. É um pedido que faço para que possamos transformá-la em uma reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Notifico a V. Exª que nós, a partir de agora, estaremos discutindo a segunda parte da questão de ordem que V. Exª colocou no início dos nossos trabalhos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite uma questão de ordem? Eu só queria fazer uma pergunta, porque não estou entendendo o que está acontecendo. A reunião de hoje foi convocada para ouvirmos os depoentes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...e já acabou. Vamos ter outra reunião, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Nós temos... Foi oportuno V. Exª dizer isso, até porque deixará clara a posição da Presidência no encaminhamento dos trabalhos.

O Senador Pedro Taques, no início da reunião, apresentou uma questão de ordem em duas partes. A primeira é a questão do ordenamento dos trabalhos; nós concluímos depois de todo esse esforço que fizemos. A segunda questão é transformá-la numa reunião administrativa. É o que vamos discutir agora: se transforma ou não em reunião administrativa.

Paulo Teixeira, com a palavra V. Exª, pela Liderança do PT na Câmara.

Antes de V. Exª, e não tomando o seu tempo, tenho dois importantes esclarecimentos a dar. O primeiro é lamentar a ausência do Deputado Cândido Vaccarezza nesta reunião. Ele me justificou: faleceu, agora pela manhã, o seu ex-sogro, com quem ele tinha uma relação de muita proximidade. Ele veio aqui, em respeito à Comissão, mas pediu licença para o funeral do sogro.

E o Deputado Fernando Francischini veio a esta Presidência e me pediu o que a Comissão já havia feito, mas foi um gesto que merece ser publicizado, até porque traz melhores momentos, areja esta Comissão: retirar as palavras que não condizem com este Parlamento.

Paulo Teixeira, com a palavra V. Exª, pelo tempo de três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só pedir a V. Exª para me inscrever pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei isso.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo Filho, Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, Srªs Deputadas e Senadoras, Srs. Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que a atitude do Relator, Deputado Odair Cunha, foi absolutamente correta, absolutamente correta. Hoje, ele arguiu as relações do Sr. Wladmir Garcez com todo o sistema político de Goiás e fez arguições sobre a relação do Sr. Wladimir Garcez com o Governo do Distrito Federal. Ambos foram questionados por quê? Porque ele era o braço político. Ele reconheceu aqui que trabalhava para a Vitapan, que é o laboratório do Sr. Carlos Cachoeira, reconheceu aqui que era remunerado pela Delta, reconheceu aqui que foi Vereador do PSDB, reconheceu aqui que intermediou um negócio com o Governador de Goiás. Aliás, antes de o Relator perguntar, ele, nas suas justificativas iniciais, falou de um negócio, que está cada dia mais nebuloso para mim, entre o Governador de Goiás e o Sr. Carlos Cachoeira. Eu até vou pedir a quebra do sigilo bancário do Sr. Walter Paulo, que foi um dos mediadores, embora ele nunca, pelo conhecido, pagou qualquer quantia pela casa, porque quem paga pela casa é o Sr. Leonardo Ramos, sobrinho do Sr. Carlinhos Cachoeira. E ele vai à frente, dizendo que, ainda que a casa fosse do

diretor da Faculdade Padrão, ele pediu emprestado a casa onde o Sr. Carlinhos Cachoeira foi preso.

Então, é uma história da carochinha. Não dá para acreditar nessa história.

Portanto, o Relator agiu precisamente, embora o tema tenha relações políticas, e todas as relações políticas existentes nesse tema nesta CPI terão que ser esclarecidos.

Esta CPI não vai blindar quem quer que seja. E é por isso que, apesar do incômodo de alguns que não queriam ouvir e querem desqualificar a investigação, nós conseguimos falar. Ele veio aqui e foi seletivo, dizia: "Em algumas matérias, eu falo e, em algumas matérias, eu não falo". E, portanto, eu quero aqui fazer a defesa da postura imparcial do Sr. Relator.

Para terminar, Presidente, quem fez essas arguições ao Sr. Carlinhos Cachoeira foram dois Deputados aqui do PSDB: o Sr. Carlos Sampaio e o Deputado Francischini. Não perguntaram qualquer relação do Sr. Carlos Cachoeira com o Estado de Goiás e foram direto em algo que nem os inquéritos mostram relacionando ao Distrito Federal. Foi um precedente que o próprio Deputado Carlos Sampaio fez autocrítica da postura que adotou na última reunião.

Eu estou aqui com a degravação das perguntas do Deputado Carlos Sampaio, em que ele faz essas perguntas, na última reunião do Cachoeira, nesta direção. Ainda que eu ache que ele tenha errado, mas o Relator não repetiu o erro que ele cometeu. E, portanto, ele fez a autocrítica hoje. Eu concordo com sua autocrítica, mas o Relator não pode ser atacado pelo trabalho correto que fez. Se viesse aqui alguém que tivesse intermediado qualquer relação financeira com qualquer autoridade da República, esse seria o tema que teria que ser explorado. Se não fosse, nós não poderíamos, de forma alguma, fazer com que o Relator não exercesse o seu poder e dever, como ele exerceu nesta manhã.

Então, como Promotor de Justiça, eu peço a atenção do Deputado Carlos Sampaio, porque, se teve alguém que agiu com parcialidade na última sessão, e reconhecidamente foi ele, ele mesmo reconheceu na sessão, que ele não possa atribuir ao Sr. Relator práticas como essa. E ele também poderia ter utilizado os seus dez minutos para elucidar fatos necessários, porque ele tem conhecimento técnico para fazê-lo.

E, por fim, lamento a fala do Delegado Francischini, não está à altura do ambiente que ele está frequentando. Talvez fosse para outros ambientes tal fala. Inadequada sempre, em qualquer ambiente inadequada, muito menos nesta CPI um tratamento como aquele que deu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª. É o segundo, ninguém pode mais solicitar o art. 14.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu gostaria de esclarecer ao Deputado Paulo Teixeira e aos demais Pares que, na última sessão, como membro desta CPI, a quem não cabe conduzir o papel de investigação como cabe ao Relator desta CPI, como membro desta CPI eu fiz um questionamento, dois questionamentos sobre o envolvimento do Governador Agnelo Queiroz. E disse, hoje, nesta Comissão, que achei que aquele não era o melhor encaminhamento e interrompi a minha fala, porque não era o nosso papel aqui criar essa celeuma de PT, PSDB, PMDB. Aliás, fazer o *mea culpa* é típico das pessoas que têm consciência de seus equívocos e que reconhece que, em dado momento, pode ter perquirido, ou melhor, perseguido um caminho equivocado.

O Sr. Relator, e aí a gente não vai desconhecer o óbvio, a postura dele, ao longo desta CPI, tem sido de isenção, imparcialidade, equidistância dos problemas menores e mesquinhos.

Hoje – e foi a primeira crítica que eu fiz ao posicionamento dele – eu achei que ele deu um direcionamento à investigação que não é do porte, da estatura do Relator. E, elogiando a postura dele, eu disse que fiquei chateado com o posicionamento adotado no dia de hoje.

Diferentemente de ter feito duas questões, o Deputado Paulo Teixeira, em menos de um minuto, que foram as que eu fiz e imediatamente interrompi a minha fala, utilizou todo o seu tempo e formulou mais de 20 perguntas, todas elas sobre o PSDB. E, ao final, como se nós não percebêssemos, ele soltou uma última pergunta aleatória: "E sobre o Distrito Federal, o depoente sabe alguma coisa?" Ele respondeu que não. E V. Exª, Deputado Paulo Teixeira, quer equiparar uma última pergunta genérica a 20 perguntas iniciais, direcionadas. É evidente que não tem a menor coerência o raciocínio desenvolvido por V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem, por gentileza, com base no art. 403, combinado com art. 14, inciso VIII.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, art. 131, do Regimento Comum.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu só gostaria que o meu tempo fosse restabelecido.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, os líderes têm preferência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou manter a palavra ao Deputado Sampaio e renovar em mais um minuto o seu tempo.

Continua o Deputado Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu dizia que, na verdade, das CPIs de que participei, e relatores e presidentes, o Senador Delcídio, o Deputado Biscaia, que foi Procurador-Geral do Rio de Janeiro, ambos do PT, sempre agiram com uma postura de magistrado. Talvez o Deputado Paulo Teixeira, por não acompanhar essa época, a da CPI do Mensalão, em foram denunciados 40 envolvidos, talvez por não ter acompanhado essa parte da CPI, não tenha noção do que venha de fato a ser um comportamento isento e imparcial e que prime pela lógica investigativa. Porque ele não acompanhou esse momento do mensalão, que foi um momento nacional que vai ser julgado agora.

Agora, independentemente disso, a cordialidade aqui deve imperar. Concordo que não devemos descambar para termos que, por vezes, amesquinhem até o tamanho da CPI. Mas, venhamos e convenhamos, 20 perguntas direcionadas pelo Relator ao Deputado, ao depoente, voltadas para o PSDB e uma última questionando de forma genérica sobre o Distrito Federal, não transforma o comportamento do Relator num comportamento isento, imparcial e de quem quer de fato investigar com profundidade. Mas faço a ressalva final, Deputado Paulo Teixeira, foi a primeira vez que vi o Deputado Odair Cunha, o nosso Relator, se posicionar num direcionamento, porque, em momento algum, desde o início destes trabalhos, ele se houve com qualquer direcionamento para quem quer que fosse.

Por isso demonstrei minha indignação hoje e tenho certeza de que, a partir de hoje, retomamos os trabalhos com a tranquilidade que devemos ter nesta CPMI.

Agradeço ao Relator, ao Presidente e agradeço ao Deputado Paulo Teixeira por ter citado o meu nome e ter-me dado a oportunidade de externar, mais uma vez, o meu pensamento.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenho duas questões de ordem, que são precedentes. Uma, do Senador Taques; outra, do Deputado Picciani.

Senador Taques e Deputado Picciani, solicito à Secretaria de Apoio à Mesa, a convocação do membro da Comissão de juventude mais acumulada, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Posso, Sr. Presidente? A questão de ordem é uma dúvida que eu gostaria que fosse resolvida pela Comissão.

Nós todos aqui respeitamos o Sr. Relator... Sr. Presidente, vou falar dos dois, então eu precisaria que os dois ouvissem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu o vejo... Você sabe que a...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu queria expressar o respeito ao Relator e ao Presidente. No entanto, Sr. Presidente, algumas decisões desta CPMI estão sendo tomadas por V. Exªs sem que o colégio seja ouvido. Vigora, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, o princípio da colegialidade. O Presidente é importante; o Relator é muito importante. Agora, V. Exªs não decidem absolutamente nada da atividade-fim da CPMI sem que este colégio possa ser ouvido.

Daí, eu quero expressar o art. 48 ou 43, do Regimento Interno Comum, diz que V. Exª, como Presidente, parece-me que inciso XXX ou XXXIII, algumas questões ali expressas pode decidir sozinho. Eu fiz uma questão de ordem anterior que ainda não foi decidida. Quero ressaltar que nós não podemos adiar uma reunião da CPMI por decisão de Presidente e de Relator. Nós não podemos decidir atos que impliquem a atividade-fim da CPMI de investigar por decisão do Presidente e do Relator.

Eu gostaria que fosse assentada essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu confesso que não entendi a questão de ordem de V. Exª...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto. V. Exª fez a questão de ordem; eu ouvi a questão de ordem de V. Exª e estou lendo o art. 89, que diz das atribuições do Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aqui, estou fazendo um debate sobre a segunda parte da questão de ordem de V. Exª, que, como combinamos ontem, seria prioritária.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Trata-se da transformação da sessão de oitiva em sessão administrativa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como os líderes têm precedência, tenho de conceder a palavra aos líderes. Interrompi a palavra dos líderes, para dar a palavra a V. Exª por outra questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A minha questão de ordem anterior não foi decida ainda?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sua questão de ordem está começando a ser debatida. Aí todos os líderes pediram a palavra, inclusive V. Exª, que já falou como Líder do PDT.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, já falei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E estou tendo de ouvir todos os líderes, para, depois, continuar a decidir a segunda parte da questão de ordem de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A segunda parte não foi decidida ainda?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Absolutamente, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom. Então, vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A segunda parte ainda não foi debatida, nem foi votada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Vou aguardar, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, a indagação que faço a V. Exª, com base no art. 131, é sobre o andamento da presente sessão. Tenho nas mãos a pauta da 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Consta da pauta a oitiva do Sr. Wladmir, do Sr. Idalberto e do Sr. Jairo Martins. Todos nós sabemos que já foram concluídas essas oitivas ou tentativas de oitiva desses senhores. Sendo assim, ao meu juízo, a pauta está esgotada. Eu indagaria de V. Exª: a que título nós prosseguimos nesta sessão, uma vez que a pauta está finalizada?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Respondo à questão de ordem de V. Exª: agora, estamos na segunda parte de uma questão de ordem que acolhi do Senador Pedro Taques, que não me estava compreendendo ainda. Já vencemos a primeira parte dela. Esgotamos a primeira parte da questão de ordem do Senador Taques por mim acolhida e estamos, agora, enfrentando a segunda parte, que é a transformação da sessão de oitiva em sessão administrativa. Os líderes interromperam o debate que se travaria e, por questão regimental, estão pedindo a palavra por preferência. Dez líderes irão falar. Depois, vou consultar o Plenário para saber se o Plenário quer...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, por que V. Exª não inverte e já consulta o Plenário?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu queria manifestar minha posição, Sr. Presidente, quanto à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Posso inverter e, por exemplo, posso consultar os líderes se abrem mão de suas falas para votação da segunda parte da questão de ordem?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como disse o Senador Taques, sempre sou escravo das decisões colegiadas e cumpro rigorosamente o que manda o Regimento da Casa, o art. 89. Sou muito fiel às minhas obrigações como Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas é sua prerrogativa decidir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Consulto os Srs. Parlamentares: os senhores querem manter as suas prerrogativas de líderes e continuarem falando?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se a resposta é "sim", concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, que é o próximo inscrito.

V. Exª dispõe de três minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – São quantos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dez.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Serão mais 30 minutos nesta conversação!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, assegure meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sua palavra está assegurada. Fale!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está perdendo seu rumo. Quem navega deve, pelo menos, saber aonde quer chegar.

Desde o início, sempre declarei à imprensa e à sociedade brasileira que eu era muito otimista com relação a esta CPMI. Nosso Parlamento vive um momento de descrédito talvez nunca antes visto na história do País. Sr. Presidente, esse descrédito do Parlamento perante a opinião pública depende de cada um de nós; não depende de deputado americano, europeu ou paraguaio, mas só depende dos Parlamentares brasileiros.

É por isso que estou fazendo uso deste tempo como Líder da bancada do PPS na Câmara para dizer a V. Exª que é preciso tomar o rumo. Sr. Presidente, é preciso tomar o rumo desta CPMI, primeiro, elegendo os Vice-Presidentes desta Comissão, o que já foi programado, pautado e não cumprido.

Segundo, quero dizer ao Relator, mais uma vez, da importância de que ele indique quem ele quiser como sub-relator para trabalhar, para que esta CPMI ofereça minimamente as condições de dar informações à sociedade sobre as graves denúncias que estão na mídia, envolvendo Senadores, magistrados, Ministério Público, enfim, Deputados, todos. É preciso dar resposta sobre isso.

Outra coisa, Sr. Presidente: desde o primeiro momento nós estamos pedindo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Delta em todo o País. Aqui se travou uma discussão para ficar na questão do Centro-Oeste, e o debate travado sobre isso está nos levando agora a reboque das decisões tomadas pela Justiça. A Justiça já tomou decisão de quebra do sigilo bancário e fiscal da Delta em todo o País. E

nós estamos aqui vendo a posição do nosso Relator de não abrir isso para mostrar ao País efetivamente o que tem dessa relação, como mostrou aqui o Senador Pedro Taques. O dinheiro saiu da Delta, foi para a Pantoja, que foi parar no bolso de um ex-Procurador da República, e nós temos que dizer para a sociedade o que é isso. Ou esta CPMI perdeu o rumo? Essa é a pergunta. Se ela perdeu o rumo, cabe a V. Exª, com a clarividência que tem, com a autoridade que tem, retomar; eleger os vice-presidentes, indicar sub-relatores, para começarmos a trabalhar, porque tem muita coisa que sequer até este momento foi decifrada pelos técnicos, já que os documentos estão em poder da CPI.

Por isso, eu peço a V. Exª, encarecidamente, que dê encaminhamento e rumo a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Consulto os demais líderes se permanecem...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu transfiro a minha inscrição para depois da deliberação da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Da decisão colegiada.

Consulto a Vanessa. (*Pausa*.)

Não está.

Consulto o Mendonça.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Sim, eu quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Sr. Presidente, eu estou aqui, hoje, substituindo o nosso querido colega Deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas. O nosso Partido tem total interesse no êxito desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Entretanto, Sr. Presidente, o que nós estamos observando é que nós estamos realizando as mesmas atividades que outras Comissões Parlamentares realizaram e, obviamente, seguindo o que determina o nosso Regimento. Entretanto, nós estamos enfrentando uma estratégia de advogados que estão, de forma correta, no Estado democrático de direito, auxiliando seus clientes, mas desmoralizando a nossa Comissão. E aqui nós estamos agindo como ingênuos, porque até qualquer criança que vem acompanhando esse processo já sabia que os depoentes de hoje não falariam absolutamente nada. Então, esta Comissão Parlamentar está virando a comissão do depoente que não depõe e a comissão parlamentar que não investiga. Essa é que é a realidade. Essas questões partidárias serão suscitadas a todo instante. Isso aqui é uma Casa política.

Que o Relator, hoje, só fez perguntas contra o PSDB, isso é claro, é nítido. O inverso também poderia ter acontecido da mesma forma. Mas não é isso que a sociedade quer neste instante. E eu acho, pelos depoimentos que tenho ouvido aqui, que não é isso que nenhum integrante desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito almeja. Nós estamos aqui perdendo tempo. Foi uma manhã de quinta-feira para absolutamente nada, e tenho certeza absoluta de que todos que estão aqui já sabiam que ia acontecer o que aconteceu na manhã de hoje. E isso vai acontecer com os demais. Nós vamos ouvir aqui cinquenta mudos. Serão cinquenta depoentes que se sentarão ali para dizer a mesma coisa. E o que vamos fazer? Para dizer que vão responder no Poder Judiciário, desmoralizando este Poder Legislativo.

Então, quero propor a V. Exª uma reunião para nós repensarmos os procedimentos que devem ser adotados. Até inovar, se for o caso. Mas o que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente, é papel, que a imprensa está dizendo aí, de *pizzaiolo*, se esse é o termo correto, porque o que nós estamos fazendo aqui é apurar o nada. Absolutamente nada é o que nós realizamos aqui na manhã de hoje. Não ouvimos nada, não apuramos nada, não deliberamos absolutamente nada. Uma discussão estéril entre Governo e Oposição que não interessa à sociedade brasileira.

Então eu quero, aqui, lamentar esse papel ridículo que estamos fazendo. Uma CPMI da cachoeira que está dando em água, Sr. Presidente, graças à nossa ingenuidade. Talvez até o nosso erro estratégico esteja se perdendo para os advogados de defesa.

Então, quero propor uma reunião a V. Exª para nós adotarmos novos procedimentos, porque, do jeito que está, estamos sendo ridicularizados. Ou, então, há uma estratégia para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não dar em nada. E eu espero que não seja essa a estratégia, porque eu tenho certeza de que a sociedade quer a elucidação dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Consulto o Senador Sérgio Souza, consulto...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiro, esta CPMI é diferente de muitas outras que foram feitas aqui, no Congresso Nacional. Nós pegamos um processo sobre o qual já houve uma investigação exaustiva por parte do Ministério Público e, principalmente, por parte da Polícia Federal. Nós já temos dezenas de réus presos, nós já temos dezenas de indiciados, nós temos dezenas de milhares de horas gravadas, temos muitos documentos. Então, esta CPMI não se restringe tão somente à oitiva dos depoentes, sejam eles testemunhas ou indiciados. Ela vai muito além. Ela também trabalha fora dos horários das ses-

sões. Todos os membros desta CPMI trabalham fora dos horários das reuniões na investigação ou na busca das informações que já estão aqui em poder desta CPMI.

Sugiro à Comissão e à Mesa desta CPMI que nós não venhamos trazer para depor tão somente os indiciados, mas que nós venhamos a trazer também as testemunhas. Porque as testemunhas, sob o juramento de dizer a verdade, são obrigadas a falar. E se mentirem aqui, perante esta Comissão, V. Exª pode decretar a prisão e mandar essa testemunha também para a cadeia.

Muito bem, Sr. Presidente, essa é uma das sugestões.

Sr. Presidente, esses cidadãos que vieram aqui, os quatro, o Sr. Carlos Cachoeira e os três de hoje, do que eles têm medo? É da Justiça? Eu acho que não é da Justiça. Porque a Justiça lhes dá o direito até mesmo de não falar. Até mesmo de levar esta Comissão, Deputado Pitiman, ao constrangimento. Mas eu acho que os bandidos e os chefes dessa quadrilha estão coagindo esses cidadãos para não falarem. Eles têm muito mais medo dos seus Pares, que são bandidos tanto quanto eles, que constrangem esta Comissão no dia a dia.

Por fim, Sr. Presidente, parece-me que esta Comissão está tomando um rumo de disputas de partidos, para ver qual o partido que pergunta mais sobre o envolvimento do outro partido. E esse não é o nosso foco. O nosso foco, o foco desta Comissão é descobrir as causas que levaram a uma bandidagem instalada neste País. Nós temos que dar uma resposta à sociedade. E é isso que peço a V. Exª, como Líder do PMDB no Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Pergunto ao Deputado Luiz Pitiman se gostaria de falar.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Gostaria de falar sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, tenho economizado nas palavras porque tenho entendido que esta CPMI, antes de mais nada, tem que investigar. E quem investiga fala pouco.

Aí eu gostaria de pedir ajuda ao Sr. Relator, porque, na sala secreta, o último documento que chegou, da Operação Vegas, foi no dia 11/05. E o último documento que lá chegou da Operação Monte Carlo foi no dia 09/05. Hoje nós já estamos no dia 24. Temos que entender que, para haver realmente investigação, nós precisamos de informações. E eu não acredito que a secretaria não tenha recebido, desde essa data, nenhum tipo de documento que nós tenhamos requisitado.

Outro assunto. Nós devemos aqui, investidos dos poderes de magistrado, ter serenidade. Tenho visto e tenho ouvido ecoar os discursos do plenário da Câmara e do Senado, de ontem e de toda a semana, em que se credita a nós a responsabilidade que temos de resgatar a honra do Congresso. Isso é muita responsabilidade, que nós temos que, em conjunto, pensar nesta CPI.

Entendemos que qualquer empresa ou pessoa com cumplicidade de atos criminosos ou de mau uso do dinheiro público deve, sim, ser investigado, doa a quem doer.

Questões pessoais e vontade de aparecer têm sido muito superiores à capacidade investigativa nesta CPMI. A tentativa de alguns de desmoralizar, inclusive alguns integrantes desta CPMI de desmoralizar tem sido permanente, inclusive já desde a segunda reunião, onde davam entrevista dizendo que a CPMI se transformaria em *pizza.*

Isso não ajuda. Os holofotes podem ser interessantes apenas para questões pessoais. A questão aqui é do Brasil, é muito acima de tudo isso.

Eu pediria o entendimento de todos os senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Consulto Ronaldo Fonseca se abre mão.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quer falar?

V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, estou calado desde o início desta reunião e fazendo a minha observação. Não quero aceitar a ideia de que haja nesta Comissão alguma intenção de intimidar o Sr. Relator. Sabemos da importância de um relator para a CPMI ou para a CPI. Sabemos o quanto é importante o relator para a CPMI. Então, quero recusar a ideia, o sentimento de que haja uma intenção de intimidar o relator.

Porque, Sr. Presidente, quanto ao primeiro depoente desta reunião, é óbvio que o relator deveria dirigir-lhe as perguntas pelo conteúdo que se tem conhecimento nesta CPMI da participação do depoente. E o primeiro depoente é do Estado de Goiás, tem vínculo com o Governador de Goiás, é do partido do Governador de Goiás. Então eu entendo, Sr. Presidente, que o nosso Relator não precisa de advogado de defesa não, e nem tenho também a intenção de pedir a ele que não se sinta intimidado, porque conheço a sua competência, conheço a sua qualidade e sei que ele não se sentirá intimidado para fazer as perguntas que achar interessante fazê-las ao depoente que aqui estiver.

Sr. Presidente, eu queria usar a palavra apenas para referendar o que já foi dito aqui e dizer que o Relator está agindo no seu estrito dever, e nós não podemos, como Membros desta CPI, em nenhuma hipótese, querer intimidar o Relator.

E vou dizer o seguinte, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados e Senadores: o fator político nesta Comissão é óbvio que ele vai salientar. Separar isso é muito difícil; mas espero que nós, membros desta Comissão, tenhamos a coerência necessária para produzir aqui uma verdadeira investigação e não um palco de teatro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe vai falar?

Tenho que propor a votação, até porque eu tenho que chamar a minha companheira Íris, porque eu tenho um compromisso agora.

Antes, tenho que votar o que me comprometi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, serei breve. É no sentido de sustentar a questão de ordem feita aqui a V. Exª pelo nobre Senador Pedro Taques.

Na reunião administrativa última que tivemos, Sr. Presidente, o nobre Relator, Deputado Odair Cunha, argumentou aqui conosco que, naquele momento, não havia indícios para a quebra do sigilo fiscal, do sigilo bancário, do CNPJ da empresa Delta...

Sr. Presidente, só para garantir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos ouvir o Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Na última reunião administrativa que tivemos, o relator argumentou que não havia, naquele momento, os indícios para a quebra do sigilo fiscal da empresa Delta.

De lá para cá, Sr. Presidente, nós nos detalhamos a um conjunto de investigações que os dados têm vindo à tona, alguns apresentados aqui pelo próprio Senador Pedro Taques. Outros, eu quero aqui apresentar.

Do que nós já vimos nos documentos que constam em posse desta CPI, percebemos que no período entre junho de 2010...

Sr. Presidente, eu estou com dificuldade de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – É, eu imagino. Por favor, vamos ouvir o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós percebemos que no período entre junho de 2010 e abril de 2011, o esquema da contravenção do Sr. Carlos Cachoeira arrecadou R$11 milhões. No mesmo período, a empresa Delta, com CPNJ da Delta nacional – eu quero aqui reiterar –, arrecadou e distribuiu quase R$40 milhões. Esses R$40 milhões passaram por três empresas que já foram citadas aqui pelo delegado da Operação Monte Carlo: Alberto Pantoja, Brava e JR.

Desses R$40 milhões que passaram por essas empresas, nós não temos ainda os dados. Não constam, nesse período, os dados sobre a empresa JR. Essa quantidade milionária de reais foi depositada em duas agências localizadas no Rio de Janeiro: a Agência 3369, da Avenida Rio Branco, do Bradesco; e a Agência 240, da Rua da Assembleia, do Banco HSBC.

Esse recurso foi distribuído depois, pela Empresa Alberto Pantoja e pela Empresa Brava, para pelo menos outras 29 empresas. Algumas dessas, pelos dados que já temos aqui até agora, notadamente a Empresa Midway Internacional...

(Interrupção do som).

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pelo menos essas duas empresas fizeram contribuição de campanha em nome de autoridades públicas aqui sentadas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, dos depoimentos que virão, nós só iremos ouvir o silêncio. Nós temos que agora avançar com esta CPI na quebra de sigilo fiscal, nos indícios mais do que já existentes – a contrário senso do que já foi dito – que envolvem a empresa Delta.

Se nós não aprovarmos hoje...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...a questão de ordem que o Senador Pedro Taques aqui proferiu, não a encaminharmos e não votarmos, aí, sim, parece-me que estaremos caminhando para a desmoralização.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou iniciar o processo de votação.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, uma questão de ordem. Art. 131; art. 403 do Regimento do Senado e art. 95 do Regimento da Câmara.

Sr. Presidente, eu cito esses artigos, os quais falam sobre a questão de ordem. E quero insistir com a Mesa. Questão de ordem, expressa por esses artigos que citei, trata de dúvidas sobre a interpretação do Regimento e da Constituição. Não existe decisão colegiada de questão de ordem. Isso não existe no Regimento.

O que o Senador Pedro Taques fez foi uma proposta de acordo e está evidente que não há acordo. Então, eu insisto que V. Exª não tem que ser levado à votação. Não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Picciani, V. Exª sabe a admiração que tenho por V. Exª, até porque quando V. Exª presidiu, ainda muito jovem, a Comissão de Constituição e Justiça, V. Exª estudou profundamente o Regimento da Câmara e por isso V. Exª tem toda altivez de arguir essa questão de ordem.

Mas arguindo também o art. 89 do Regimento Comum de que a mim me cabe presidir e ordenar os trabalhos, eu recolhi, inicialmente, a questão de ordem do Senador Pedro Taques e transferi para que o Colegiado, numa segunda fase desta reunião, decidisse em transformar o final da oitiva em uma reunião administrativa.

Então, na condição de Presidente dos trabalhos, estou perguntando ao Colegiado, agora, se podemos transformar...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, V. Exª indefere a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Indefiro.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu recorro e peço encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu fui citado e cito o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já passou o art. 14.

Eu vou dar a palavra a V. Exª. Eu vou dar a palavra pela ordem e vou chamar...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Peço o encaminhamento do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de, inicialmente, pedir desculpas a V. Exª de público, porque eu me enganei. V. Exª ainda não tinha colocado em votação, como vai fazer agora. Quero pedir desculpas, de público. Agora, permita-me dizer que não cabe a Senador da República ministrar aulas de Direito Constitucional a Deputado Estadual, conforme o art. 52 da Constituição.

Muito bem, se buscarmos o MS nº 24.817, o Supremo já decidiu isso. O Supremo já decidiu isso, do princípio da colegialidade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quero chamar os Senadores.

Senador... Como vota...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Deputado Filipe Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe, por favor. Pois não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, art. 33 do Regimento Comum...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Art. 33 do Regimento Comum. Eu estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, estou com a palavra e gostaria de *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

Eu gostaria de colocar em votação.

Por favor, o Deputado Filipe está com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu gostaria que houvesse silêncio, Sr. Presidente, para que pudesse ser ouvida a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Filipe, com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, com base no art. 33 do Regimento Comum e no art. 108 do Regimento Interno do Senado, parágrafo único, as matérias, para serem deliberadas na nossa Comissão, deveriam, por um Regimento, ter 48 horas de antecedência e, pelo outro, 24 horas de antecedência.

Indago a V. Exª e a todos os membros deste Plenário, deste colegiado, se o simples fato de nós estarmos votando, deliberando uma questão colocada aqui pelo Exmº Senador Pedro Taques já não seria a quebra de um artigo do Regimento, que prevê que temos de ter antecedência na matéria colocada e que não podemos transformar esta reunião, que é uma reunião de oitiva, em deliberativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Filipe, recebo a questão de ordem de V. Exª. Não a acolho, porque o art. 89 me dá o direito de convocar, inclusive, extraordinariamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na terça-feira, vamos colocar, segundo acordo de todas as lideranças partidárias – todas as lideranças partidárias, informa-me o Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente, eu divirjo. Quero votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quer votar hoje?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu não fui consultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel, como vota V. Exª?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto no acordo, Sr. Presidente, para terça-feira...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª, Senador José Pimentel, com relação à solicitação do Senador Pedro Taques, transformada na sugestão desta Presidência, de transformar a reunião de oitiva em reunião administrativa? Esse é o ponto de votação.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é a pauta, Presidente? Qual é a pauta, Presidente? É a de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A abertura, a quebra, a transferência do sigilo nacional da Delta. Esse é o ponto de pauta.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. – (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, como Líder. E o requerimento de convocação do Governador Marconi Perillo, que é do Deputado Miro Teixeira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também há esse requerimento.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Esse requerimento foi assinado por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também quer colocar nesse ponto na pauta?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu também tenho ordem de precedência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem ordem de precedência?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Governador do Distrito Federal e do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho os dois. Acolho o do Miro e acolho da...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho o de Miro e acolho o da Senadora Kátia Abreu.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente!

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, esses requerimentos têm que ter o apoiamento necessário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o apoiamento necessário.

Acolho o da Senadora Kátia Abreu e acolho o do Deputado Miro Teixeira.

Como vota o Senador José...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone. Inaudível.)* – Sr. Presidente, é que o meu *(inaudível)* já tem a assinatura da maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas não quer votar hoje?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero votar hoje.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, consulto se os requerimentos têm o apoiamento regimental, têm o número de apoiamento regimental?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos eles.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor afirma que todos eles possuem o apoiamento?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, senhor, estou consultando. Vou consultar... Vou fazer uma análise da consulta de V. Exª, para saber se há apoiamento regimental.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Consulto V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ordenar os trabalhos, por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu solicito de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Estou iniciando... Vou passar a palavra, permitam-me os senhores, por favor.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Não há questão de ordem. Por favor, acalmem-se! Acalmem-se! Sentem-se, e ocupem seus lugares.

Nós estamos iniciando o processo de votação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Votando o que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho, para conhecimento dos senhores, uma proposta levada ao Colegiado. Qual é a proposta levada ao Colegiado? A transformação – atentem os senhores – da reunião de oitiva em reunião administrativa. Essa é a proposta. Eu tenho uma proposta. Vou levar a proposta concreta. Um minuto, senhores! Ouçam-me! Eu tenho uma proposta de transformação da reunião de oitiva em administrativa. Hoje. A proposta é para agora. Qual é a pauta? A pauta é a abertura do sigilo da Delta nacional.

Veio-me um requerimento inicial do Deputado Miro, apoiado pela maioria absoluta. Vamos lê-lo.

Leia, por favor, Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu não consigo ler, Excelência, esses garranchos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, eu estou tentando ordenar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu gostaria que os líderes se manifestassem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não vou permitir manifestação de nenhum dos senhores, até porque, na condição de Presidente dos trabalhos, eu tenho a obrigação de ordenar os trabalhos e informá-los a V. Exªs. Se não, a balbúrdia toma conta desta Comissão, e eu não vou permitir.

Eu tenho os requerimentos. A partir do momento em que os senhores aprovarem a transformação da reunião de oitiva em administrativa, esta Presidência, na forma regimental, irá acolher todos os requerimentos encaminhados à Mesa. Todos. Sem nenhuma exceção. Quero dizer, desta forma, que os requerimentos venham com os apoiamentos necessários. A Secretaria consultará se eles estão com os embasamentos necessários.

Então, o que eu peço aos senhores é que, antes que chovam os requerimentos para consubstanciar a futura reunião administrativa que nós teríamos hoje, que nós votemos se vai haver ou não a reunião administrativa, que é o ponto de base. Em vez de os senhores estarem aqui trazendo os requerimentos, antes de tudo, eu consulto os senhores.

Como vota o Senador José Pimentel a respeito da reunião administrativa agora? Por favor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, voto contra. Voto "não" e, ao mesmo tempo, pelo acordo, para que ela aconteça terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Como vota o Senador Humberto Costa? (*Pausa.*)

Não está.

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA. *Fora do microfone*. *Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques? É voto conhecido.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu voto para transformar esta reunião em administrativa, para que possamos decidir a votação do afastamento do sigilo da Delta e a oitiva dos governadores. Agora, se foi feito acordo com as lideranças, eu sou Líder do PDT aqui. Eu não participo de acordo que não foi combinado. Eu não participei desse acordo.

Portanto, não vou votar favoravelmente a esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Vanessa? (*Pausa*.)

Não está.

Vou chamar os suplentes do Bloco de Apoio.

Como vota o Senador Wellington Dias? (*Pausa*.)

Não está.

Como vota o Senador Jorge Viana? (*Pausa*.)

Não está.

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Voto pela reunião na terça-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Delcídio do Amaral? (*Pausa*.)

Não está.

Como vota o Senador Acir Gurgacz? (*Pausa.*)

Não está.

Bloco Parlamentar da Maioria.

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Senador, "não", para que possamos construir um acordo de lideranças, para que haja, na próxima terça-feira, uma reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? (*Pausa*.)

Não se encontra.

Como vota o Senador Paulo Davim? (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Como vota o Senador Benedito de Lira, como suplente? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Bloco Parlamentar da Minoria.

Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, participamos do acordo de lideranças para terça-feira, primeiro item da pauta.

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Aloysio Nunes? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra qualquer acordo, Sr. Presidente.

Votaremos hoje, sim, para quebrar o sigilo da Delta e convocar todos os governadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Não se encontra.

Como vota o Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

Não se encontra.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu voto por hoje, para que nós possamos votar hoje a quebra do sigilo e a vinda dos três governadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aos Deputados.

Deputado Vaccarezza, ausência justificada.

Deputado Relator Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Não", com o acordo para terça-feira.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero dizer que não participei desse acordo e também sou Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Já foi dito.

Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Voto "não" por hoje, e voto para que, na terça-feira, nós tenhamos reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris de Araújo. (*Pausa*.)

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Voto "não" para hoje; para a reunião administrativa na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Íris de Araújo. *(Pausa.)*

Cadê? Estava aqui.

Saiu.

Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Voto "não", com a reunião para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – "Não", com a reunião regimental na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Não", Sr. Presidente. Na próxima terça-feira, conforme o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Francischini. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Deputado Rogério Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Deputada Iracema Portella. *(Pausa.)*

Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Deputado Mendonça Prado. *(Pausa.)*

Ele estava aqui.

Deputado Maurício Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Não", com reunião na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto "sim" hoje e "sim" terça-feira, se o de hoje for derrotado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, pelos pronunciamentos, já começamos a perceber a bancada da Delta aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Voto hoje. Quero resolver isso hoje e quero ver qual é a bancada da Delta que está aqui funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno vota "sim", hoje.

Deputado Silvio Costa, como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor, peça silêncio!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou votar! Todos falaram e eu vou falar!

Estou estarrecido. Há um acordo aqui, sim, do PSDB com o PT. Eu sou líder do meu partido aqui e não participei de nenhum acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma! Calma!

Eu não participei de nenhum acordo. Para mim, não há diferença em fazer a reunião hoje ou fazer a reunião na terça. Acho que fazer na terça é só esticar o desgaste desta CPI. Eu acho que a única forma desta CPI não ser ridicularizada amanhã seria votarmos hoje. Então, eu voto "sim" hoje e "sim" terça.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou colher os votos daqueles que chegaram neste momento.

Senador Fernando Collor, como vota V. Exª?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu voto pelo que estava combinado, para o próximo dia 5.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Meu voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica marcada, portanto, a reunião para a próxima terça-feira, com a pauta já...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu não votei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica a reunião administrativa da próxima terça-feira.

Ficou para terça-feira. Foi a votação agora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para ficar claro que, na terça-feira, no primeiro item da pauta, nós deliberaremos sobre os requerimentos que foram apresentados hoje...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Da sessão de hoje.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...da quebra de sigilo da Delta e a convocação dos três governadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os requerimentos que estão em pauta. Até sexta-feira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu não votei ainda, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe, desculpe-me.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu acho que a gente não pode encerrar o processo de votação antes de chamar todos os Parlamentares nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu peço silêncio na Comissão até porque... Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Filipe Pereira, como vota V. Exª?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Houve uma citação aqui de um Parlamentar, informando... Por favor, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

Eu omiti o chamamento do Deputado Filipe Pereira.

Como vota V. Exª?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu quero comunicar aqui ao Parlamentar que citou que os possíveis votos contrários para que essa reunião seja deliberativa sejam os votos de apoiamento a qualquer instituição ou pessoa investigada nesta Comissão.

Eu fiz uma questão de ordem, levantada aqui anteriormente, Sr. Presidente, colocando a minha contrariedade a esta reunião ser transformada em deliberativa devido a não apresentação, com antecedência, dos requerimentos e dessa proposta, inclusive.

Então, por isso, Sr. Presidente, por coerência, eu voto contrário a esta transformação e digo mais: não aceito que nenhum Parlamentar coloque, aqui neste plenário, a indicação de que o nosso voto signifique estarmos apoiando ou defendendo qualquer um que esteve aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual foi o Parlamentar?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Senador Pedro Taques, se o senhor estivesse atento, o senhor estaria ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Está encerrada a votação.

Como Líder, Bruno Araújo.

Deputada Íris de Araújo, por favor.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nós queremos deixar muito claro sobre o que nós vimos hoje. Esperamos que hoje não tenha sido o prenúncio do que já havia sido anunciado e era a percepção do País.

Esta CPI nasceu de um desejo político do Partido dos Trabalhadores. Esta CPI nasceu do desejo de atingir as minorias. Enquanto nós apostávamos que se pudesse ter um trabalho absolutamente isento, eu espero... E aí, sobretudo, fazendo ao Relator Odair, que sempre foi muito zeloso em relação ao seu mandato, o pedido de que o anúncio feito hoje não contamine os demais depoimentos.

Nós assistimos ao Sr. Garcez dizer da relação pessoal com o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Não atribuímos qualquer relação criminosa ao Ministro José Eduardo Cardozo.

Nós ouvimos o Sr. Garcez dizer da relação de anos com o Sr. Olavo Noleto, que senta ao lado da sala da Presidente Dilma. Nós não ouvimos qualquer pergunta que fizesse qualquer ilação que ajudasse a entender de fato a relação do Sr. Garcez com um alto funcionário da República que atua ao lado do gabinete da Presidente da República.

Nós não ouvimos, a título de curiosidade, perguntas sobre inelegibilidade do depoente, porque não tem qualquer interesse para essa comissão se ele é elegível ou inelegível. E, eventualmente, também não tinha qualquer interesse para nós se o Senador Paulo Paim gostou ou não da casa do Sr. Garcez.

Nós não ouvimos da relatoria qualquer tipo de pergunta no sentido de avaliar se nas declarações do depoente, feitas nos seus vinte minutos permitidos, em que ele usava indevidamente nomes de autoridades

como bravata para se cacifar, isso tinha efetivamente relevância para os seus questionamentos.

Enfim, o que caracteriza e é objeto claro dessa nossa posição é que haja absoluta isenção nos próximos momentos em que viermos a conviver. Que haja absoluto zelo e que não se faça do que se viu hoje a devida caracterização de se utilizar um depoimento para configurar qualquer situação específica em relação a um partido político.

Portanto, nós aqui registramos essa posição.

Nós vamos, na terça-feira, para a reunião administrativa. Nós queremos que esta Comissão haja com absoluta isenção. Que não se veja e não se procure dispensar tantas e tantas interrogações, como também se viu ali, que atingiam autoridade; e não se viu em momento algum a interpelação e a posição em relação, por exemplo, ao Governador Agnelo, que teve chefe de gabinete de mentira e secretário de estado que se encontraram com pessoas da relação dessa organização criminosa.

Mais ainda, não se fez a pergunta mais básica. Se o depoente informa que é contratado da Delta, recebendo R$20 mil por mês para operar *lobby* e a Delta é a principal prestadora de serviço do PAC, no mínimo há uma pergunta sobre se o Sr. Garcez já ajudou em alguma obra do Governo Federal.

Portanto, o Brasil assistiu ao que nós vimos aqui. O Deputado Odair é sensato, tem equilíbrio. Nós temos certeza de que, no próximo momento, nos próximos depoimentos, a serenidade funcione e que aqui não se utilize o dispositivo da Maioria para fazer uma instituição como a CPI funcionar para atender às demandas de um partido político.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, registrar só o meu "sim" na votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está registrado o voto de V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta sessão, antes convocando a próxima sessão para próxima terça-feira, às 14 horas, neste plenário.

Está encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 29 de maio de 2012, às quatorze horas e quarenta e três minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES) Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Walter Pinheiro (PT-BA), Benedito de Lira (PP-AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Iracema Portella (PP/PI), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ), Vieira da Cunha (PDT-RS) e Hugo Leal (PSC-RJ).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Deputados Bruno Araújo (PSDB-PE), Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Bruno Araújo (PSDB-PE), Jilmar Tatto (PT-SP) e Chico Alencar (PSOL-RJ). Inicialmente foi eleito Vice-Presidente o Deputado Paulo Teixeira (PT-SP). A seguir foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria
006/12	Solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Delta Construções S/A, CNPJ nº 10.788.628/0001/57.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
087/12	Solicita a transferência dos sigilos fiscal e bancário no período compreendido entre da empresa Delta Construções S.A.	Deputado Rubens Bueno
247/12	Solicita a convocação do Sr. Heraldo Puccini Neto, CPF nº 725.065.807-78, para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado
290/12	Requisita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de investigados pela Operação Saint Michel.	Deputado Onyx Lorenzoni
313/12	Requer a convocação de Heraldo Puccini Neto.	Senador Álvaro Dias
332/12	Requer à Polícia Federal que sejam realizadas as transcrições de todos os diálogos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro, captados nas Operações "Vegas" e "Monte Carlo".	Deputados Paulo Teixeira e Cândido Vaccarrezza
346/12	Requer seja intimado, na condição de testemunha o Sr. Marcelo Limírio.	Deputado Luiz Pitiman
347/12	Requer seja intimada para depor, na condição de testemunha, a senhora Adriana Aprígio, ex-mulher de Carlinhos Cachoeira.	Deputado Luiz Pitiman
348/12	Solicita que esta CPMI requisite a íntegra dos autos das Operações Vegas e Monte Carlo em formato digital, com a possibilidade de utilização de ferramenta de busca textual.	Deputados Onix Lorenzoni e Mendonça Prado
359/12	Requisita à Polícia Federal cópia do inteiro teor do Relatório das apreensões efetuadas quando da deflagração da Operação Monte Carlo, devidamente acompanhado pelas fotos e imagens dos bens apreendidos.	Deputado Rubens Bueno
362/12	Requer ao Juízo da Vara Federal de Goiás seja encaminhada a esta CPMI cópia do inteiro teor do depoimento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos – vulgo Carlinhos Cachoeira que será prestado junto ao juízo da 11ª Vara Federal de Goiânia.	Deputado Fernando Francischini
364/12	Requer seja convocado, na condição de testemunha, o Sr. Wilder Pedro de Morais, primeiro suplente do Senador Demóstenes Torres, a prestar esclarecimentos nessa CPMI.	Deputado Luiz Pitiman
369/12	Solicita que esta CPMI requisite documentação da empresa Vitaplan Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 30.222.814/0001-31, que especifica.	Deputados Mendonça Prado e Onyx Lorenzoni
372/12	Requer que seja solicitado à Força Aérea Brasileira cópia do depoimento prestado pelo Sr. Idalberto Martins de Araújo.	Deputado Felipe Pereira
373/12	Requer a convocação do Senhor Elias Vaz para prestar depoimento nesta Comissão.	Deputado Fernando Francischini
402/12	Requer ao Comando da Aeronáutica cópia do inteiro teor de possível depoimento prestado pelo sargento da reserva Idalberto Matias Araújo, bem como de sindicância ou processo administrativo disciplinar (PAD) instaurado, a fim de subsidiar as investigações desta Comissão.	Senadora Kátia Abreu
406/12	Requer a convocação do Sr. Mauro Sabben, na condição de testemunha.	Deputado Odair Cunha
411/12	Requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor de todos os relatórios de análise e vigilância produzidos ou que venham a ser a produzidos em decorrência da Operação Monte Carlo, bem como a totalidade das interceptações telefônicas captadas em decorrência desta operação.	Deputado Odair Cunha

413/12	**Requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito policial produzido quando da Operação Vegas, além da totalidade interceptações telefônicas captadas em decorrência da referida investigação.**	**Deputado Odair Cunha**
414/12	**Requer seja solicitado ao juiz da 11ª Vara da Justiça Federal de Goiânia que, nos autos da Operação Monte Carlo, determine o sequestro e bloqueio de todos os bens móveis e imóveis de propriedade do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, ainda que em poder de terceiros.**	**Deputado Odair Cunha**
415/12	**Requer seja solicitado que o Ministério da Justiça comunique a presente investigação às polícias de países com quem o Estado Brasileiro possui relação diplomática, a fim de que tome providências cabíveis em face dos investigados e de seus patrimônios como forma de assegurar a atividade dos trabalhos desta Comissão.**	**Deputado Odair Cunha**
416/12	**Requer ao INSS todas as informações, de forma detalhada, acerca dos Cadastros Específicos do INSS (CEIs), abertos pelas seis construtoras abaixo listadas:** **Regional Consultoria, Construções e Administração,CNPJ 11.948.118/0001-62;** **Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 12.615.538/0001-90;** **Brava Construções e Terraplenagem Ltda, CNPJ 10.894.642/0001-35;** **Albreto & Pantoja Construções e Transportes Ltda, CNPJ 11.620.733/0001-45;** **JR Prestadora de Serviços, Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 11.682.299/0001-28;** **Delta Construções S/A** **CNPJ 10.788.628/0024-43** **CNPJ 10.788.628/0028-77** **CNPJ 10.788.628/0017-14** **CNPJ 10.788.628/0006-61;** **MZ Construtora Ltda, CNPJ 00.570.731/0001-72;** **Mapa Construtora, CNPJ 05.080.972/0001-57.**	**Deputado Odair Cunha**

417/12	**Requer aos Tribunais de Contas dos Municípios de todos os Estados todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em face das 27 empresas abaixo listadas: Regional Consultoria, Construções e Administração,CNPJ 11.948.118/0001-62; Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 12.615.538/0001-90; Brava Construções e Terraplenagem Ltda, CNPJ 10.894.642/0001-35; Albreto & Pantoja Construções e Transportes Ltda, CNPJ 11.620.733/0001-45; JR Prestadora de Serviços, Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 11.682.299/0001-28; Delta Construções S/A CNPJ 10.788.628/0024-43 CNPJ 10.788.628/0028-77 CNPJ 10.788.628/0017-14 CNPJ 10.788.628/0006-61; Bet Cpital Ltda, CNPJ 37.873.734/0001-95; MZ Construtora Ltda, CNPJ 00.570.731/0001-72; Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ 30.222.814/0001-31; Ideal Segurança Ltda – EPP, CNPJ 09.478.499/0001-11 ICF – Instituto de Ciências Farmacêuticas DE Est. , CNPJ 04.951.747/0001-86; Fundação Cultural Aprígio Ramos – FUNDAR, CNPJ 03.931.389/0001-87; Consórcio COMBRALOG, CNPJ 05.490.814/0001-75; Sebastião de Almeida Negócios Imobiliários, CNPJ 13.279.317/0001-50; PHAV Produções e Publicidade Ltda, CNPJ 02.353.709/0001-04; JC Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ 03.826.417/0001-04; WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00; Maquinaria Publicidade e Propaganda Ltda, CNPJ 03.853.183/0001-86; Emprodata Administração de Imóveis e Informática Ltda, CNPJ 39.309.141/0001-26; Calltech Combustíveis e Serviços Ltda, CNPJ 01.357.769/0001-24; Laser Press Tecnologia e Serviços, CNPJ 00.689.738/0001-08; Adriano Aprígio de Souza ME, CNPJ 37.256.0541/0001-22; Gionave Pereira da Silva ME, CNPJ 37.397.353/0001-87; Organização Independente de Comunicação Ltda, CNPJ 08.206.896/0001-71; Fundação Nelson Castilho, CNPJ 03.776.5181/0001-00; Rádio Goiás Sul FM Ltda, CNPJ 10.417.9781/0001-07; MAPA Construtora, CNPJ 05.080.972/0001-57**	**Deputado Odair Cunha**

418/12	**Requer aos Tribunais de Contas de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal (TCEs), todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em face das 27 empresas abaixo listadas:** **Regional Consultoria, Construções e Administração,CNPJ 11.948.118/0001-62;** **Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 12.615.538/0001-90;** **Brava Construções e Terraplenagem Ltda, CNPJ 10.894.642/0001-35;** **Albreto & Pantoja Construções e Transportes Ltda, CNPJ 11.620.733/0001-45;** **JR Prestadora de Serviços, Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 11.682.299/0001-28;** **Delta Construções S/A** **CNPJ 10.788.628/0024-43** **CNPJ 10.788.628/0028-77** **CNPJ 10.788.628/0017-14** **CNPJ 10.788.628/0006-61;** **Bet Cpital Ltda, CNPJ 37.873.734/0001-95;** **MZ Construtora Ltda, CNPJ 00.570.731/0001-72;** **Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ 30.222.814/0001-31;** **Ideal Segurança Ltda – EPP, CNPJ 09.478.499/0001-11** **ICF – Instituto de Ciências Farmacêuticas DE Est. , CNPJ 04.951.747/0001-86;** **Fundação Cultural Aprígio Ramos – FUNDAR, CNPJ 03.931.389/0001-87;** **Consórcio COMBRALOG, CNPJ 05.490.814/0001-75;** **Sebastião de Almeida Negócios Imobiliários, CNPJ 13.279.317/0001-50;** **PHAV Produções e Publicidade Ltda, CNPJ 02.353.709/0001-04;** **JC Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ 03.826.417/0001-04;** **WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00;** **Maquinaria Publicidade e Propaganda Ltda, CNPJ 03.853.183/0001-86;** **Emprodata Administração de Imóveis e Informática Ltda, CNPJ 39.309.141/0001-26;** **Calltech Combustíveis e Serviços Ltda, CNPJ 01.357.769/0001-24;** **Laser Press Tecnologia e Serviços, CNPJ 00.689.738/0001-08;** **Adriano Aprígio de Souza ME, CNPJ 37.256.0541/0001-22;** **Gionave Pereira da Silva ME, CNPJ 37.397.353/0001-87;** **Organização Independente de Comunicação Ltda, CNPJ 08.206.896/0001-71;** **Fundação Nelson Castilho, CNPJ 03.776.5181/0001-00;** **Rádio Goiás Sul FM Ltda, CNPJ 10.417.9781/0001-07;** **MAPA Construtora, CNPJ 05.080.972/0001-57**	**Deputado Odair Cunha**

419/12	**Requer à Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) os relatórios de faturamento da empresa VITAPAN Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ 30.222.814/0001-31, no período compreendido entre janeiro de 2002 e a data de hoje.**	**Deputado Odair Cunha**
423/12	**Requer a convocação da Sra. Sejana Martins, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha.**	**Deputado Dr. Rosinha**
424/12	**Requer a convocação do Sr. Wilder Morais, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha.**	**Deputado Dr. Rosinha**
425/12	**Requer a convocação do Sr. Lúcio Fiuza, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha.**	**Deputado Dr. Rosinha**
426/12	**Requer a convocação do Sr. Fernando Gomes Cardozo, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha.**	**Deputado Dr. Rosinha**
427/12	**Requer a convocação da Sra. Eliane Pinheiro, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha.**	**Deputado Dr. Rosinha**
428/12	**Requer a convocação do Sr. Écio Antônio Ribeiro na condição de testemunha.**	**Deputado Dr. Rosinha**
429/12	**Requer a convocação do Sr. Carlos Antônio Elias na condição de testemunha.**	**Deputado Dr. Rosinha**
441/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa IDEAL SEGURANÇA LTDA EPP., CNPJ 09.478.499/0001-11**	**Deputado Dr. Rosinha**
442/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa JR PRESTADORA DE SERVIÇOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., CNPJ 11.682.299/0001-28**	**Deputado Dr. Rosinha**
443/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO, CNPJ 24.946.352/0001-00**	**Deputado Dr. Rosinha**
444/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa LARAMI DIVERSÕES E ENTRETENIMENTO LTDA., CNPJ 04.510.823/0001-18**	**Deputado Dr. Rosinha**
445/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa LASER PRESS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 00.689.738/0001-08**	**Deputado Dr. Rosinha**
446/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa MISANO IND IMP EXP., CNPJ 05.932.018/0001-45**	**Deputado Dr. Rosinha**
447/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ 08.206.896/0001-71**	**Deputado Dr. Rosinha**

448/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa MZ CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 00.570.731/0001-72**	**Deputado Dr. Rosinha**
449/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa VITAPAN INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA., CNPJ 30.222.814/0001-31**	**Deputado Dr. Rosinha**
450/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa BET CAPITAL LTDA., CNPJ 37.873.731/0001-95**	**Deputado Dr. Rosinha**
451/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa BRAVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA., CNPJ 10.894.642/0001-35**	**Deputado Dr. Rosinha**
452/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa BRAZILIAN GAMING PARTNERS PARTICIPAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 73.929.044/0001-74**	**Deputado Dr. Rosinha**
453/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa CONSTRUTORA RIO TOCANTINS – CRT, CNPJ 04.201.540/0001-94**	**Deputado Dr. Rosinha**
454/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A – DF, CNPJ 10.788.628/0006-61**	**Deputado Dr. Rosinha**
455/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A – GO, CNPJ 10.788.628/0021-09**	**Deputado Dr. Rosinha**
456/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa EMPRODATA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ 39.309.141/0001-26**	**Deputado Dr. Rosinha**
457/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A – MS, CNPJ 10.788.628/0028-77**	**Deputado Dr. Rosinha**
458/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa FUNDAÇÃO CULTURAL APRÍGIO RAMOS – FUNDAR, CNPJ 03.931.389/0001-87**	**Deputado Dr. Rosinha**
459/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A – TO, CNPJ 10.788.628/0024-43**	**Deputado Dr. Rosinha**
467/12	**Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa ALBERTO & PANTOJA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA., CNPJ 11.620.733/0001-45.**	**Deputado Dr. Rosinha**

O seguinte Requerimento foi prejudicado em função da aprovação dos requerimentos 006/12 e 087/12:

Nº	Ementa	Autoria
483/12	**Requer a quebra do sigilo bancário da Delta Construções, das contas que serviram à organização criminosa, a serem apresentadas à Presidência desta CPMI**	**Deputado Luiz Pitiman e Outros**

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exªs para se posicionarem em seus devidos lugares.

Inicialmente, peço desculpas pela precariedade das nossas acomodações. Houve a necessidade de transferência, como se as acomodações anteriores também não estivessem precárias para o nosso funcionamento, mas neste momento, ainda em curso a reunião do Conselho de Ética do Senado Federal, e, como temos uma reunião administrativa marcada para a tarde de hoje, solicitamos da Secretaria-Geral da Mesa um plenário que minimamente pudesse oferecer aos Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, um mínimo de conforto para o desempenho de suas atividades.

Eu gostaria de dizer que são 14 horas e 44 minutos. Sei que esta reunião será longa e peço a compreensão dos senhores, no sentido de ajudar com o silêncio.

E a solicitação da nossa técnica de som é para, dentro do possível, melhorar a qualidade e o volume dos nossos microfones.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião da Comissão.

Não havendo quem queria discutir, a Ata está aprovada.

Além disso, esta Presidência esclarece a V. Exªs que, tendo em vista a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, de levantar parcialmente o sigilo da documentação encaminhada a esta CPMI pelo Poder Judiciário, determinei à Secretaria da Comissão que apartasse o material de caráter público daquele de natureza sigilosa, referente à degravação de conversas telefônicas interceptadas (Lei nº 9.296, de 1996).

Esta Presidência tem ainda um segundo comunicado a proferir, de extrema importância para o andamento dos nossos trabalhos, tendo em vista que já chegam arquivos contendo informações sigilosas, de natureza bancária, fiscal e telefônica.

Em face da impossibilidade técnica da concessão a cada integrante desta CPMI de uma chave de acesso ao programa i2, que promove o cruzamento de dados sigilosos relativos às quebras de sigilo aqui determinadas, esta Presidência decide distribuir, para efeitos apenas operacionais, sem que isso implique a formação de blocos, as seis chaves existentes, da seguinte maneira – os senhores já têm esse comunicado em seus gabinetes –: chave 1, chave de acesso ao Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; chave 2, chave de acesso aos partidos PMDB, PP e PSC; chave 3, chave de acesso ao Partido dos Trabalhadores e PRB; chave 4, chave de acesso ao PSDB e Democratas; chave 5, chave de acesso ao PSB, PR, PTB e PCdoB; chave 6 é a chave de acesso ao PTB, PSD, PPS, PV e PSOL.

Cada um desses grupos, aqui informalmente constituídos, designará um servidor responsável para acessar os dados e para acompanhar os membros da CPMI nas consultas.

Esclareço que, caso um partido se sinta desconfortável com seus parceiros de investigação, ele poderá requisitar à Presidência a mudança de chave, que esta será deferida, bastando o "aceito" dos integrantes da presente chave para a qual o partido queira se transferir.

Passadas essas informações, vamos à primeira parte da reunião, que se destina à eleição do Vice-Presidente. Até o momento, por sugestão desta Presidência, está registrada a candidatura do Sr. Deputado Paulo Teixeira. Tenho a honra de sugerir aos senhores que o Deputado me acompanhe nessa Vice-Presidência.

Vou colocar em votação.

A votação é secreta para a escolha da Vice-Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que as Comissões Parlamentares de Inquérito, em todas as democracias, são instrumentos da minoria. Esse é um fato.

Quando terminar a reunião aí, Sr. Presidente, eu falo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero ponderar a V. Exª que tenho respeito pelo Deputado Paulo Teixeira, que tem toda a capacidade para ser o Vice-Presidente, o Relator ou o Presidente. Isso não está... (*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso não está em discussão. O que está em discussão é que, na Mesa Diretora desta CPMI, não haja nenhum representante da minoria. Não é razoável que, na Mesa

Diretora, estejam dois representantes do Partido do Governo e mais V. Exª, que é representante de um Partido da base do Governo e que faz parte da aliança que, democraticamente, venceu a última eleição. Acho que isso é inadequado para o Parlamento.

Quero ponderar que deveria haver uma candidatura que pudesse minimamente representar a minoria, porque as Comissões Parlamentares de Inquérito são isto: uma representação do Parlamento. E não existe democracia sem oposição, não existe CPI sem a função importante da presença da minoria.

Acho que essa atitude de indicar o ex-Líder do PT para ser seu Vice-Presidente segue muito a linha de que não há mais limite para nada, Sr. Presidente; a linha institucional que permite, por exemplo, que um ex-Presidente tente constranger um Ministro do Supremo Tribunal Federal; a linha de que, aqui, nesta CPMI, tente-se blindar a, b, c ou d.

Portanto, eu queria ponderar a V. Exª que buscássemos um nome que representasse a minoria e que tivesse o acolhimento por parte de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor sugere qualquer nome.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso daria equilíbrio à Mesa Diretora da CPMI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª deve sugerir um nome. Eu o inscrevo. E vamos à votação.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sílvio Costa.

Sejamos rápidos, porque estamos aqui não com V. Exª, mas com a Comissão. Vamos escolher o Vice-Presidente, ansiosamente esperado por todos.

Com a palavra o Deputado Silvio Costa, por dois minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não dá para fazer as duas coisas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Estou achando o PSDB muito preocupado. Muito preocupado esse PSDB. Está uma entropia enorme nesta reunião hoje. Estou achando esse negócio meio...

Presidente, na verdade, eu quero parabenizar V. Exª porque regimentalmente V. Exª tem a prerrogativa de escolher e V. Exª colocou o nome do Deputado Paulo Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu assumi a sugestão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma. Está muito nervosa a oposição hoje. Eu não estou entendendo não.

Veja bem, Presidente, quero parabenizá-lo pois V. Exª realmente tem a prerrogativa de escolher. V. Exª, como democrata que é, delegou ao Plenário. Em que pese o Deputado Onyx estar muito nervoso, eu concordo que, para o bem desta CPI, nós deveríamos mesmo ter um equilíbrio de forças, sinceramente. Acho que o PT já tem a relatoria, o PMDB tem a presidência; um outro partido, até da oposição, para fazer um gesto com a oposição – até porque vice não manda em nada mesmo – podia ser escolhido para a vice-presidência e não haveria dificuldade nenhuma.

Agora, eu não tenho nenhuma dificuldade com o Deputado Paulo Teixeira, mas reconheço que deveríamos ter um equilíbrio de forças aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu pergunto ao plenário se há outra chapa querendo se inscrever além do Sr. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria de sugerir um nome, ele não está presente, mas creio que não recusaria a missão. Eu gostaria de sugerir o nome do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, vamos a voto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós apoiamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Vamos a voto!.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí não precisa nem voto. Já está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou chamar os Srs. Parlamentares. Votação nominal. Votação secreta, a urna está aqui. E eu peço ao Sr. Deputado Carlos Sampaio para me secretariar e ao Sr. Deputado Odair para acompanhar a votação.

Estão inscritos o Sr. Deputado Paulo Teixeira e o Sr. Senador Pedro Taques.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, há declaração de consentimento dos dois candidatos sobre a mesa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Deputado Paulo Teixeira já o fez e o Sr. Senador Pedro Taques, com fé de ofício que eu recebo do Líder Alvaro Dias e dos líderes, estão dizendo que ele concordou e eu tomo como fé de ofício de ambos.

Com a palavra o Sr. Senador José Pimentel. Encontra-se presente? *(Pausa.)*

Não.

Sr. Senador Humberto Costa.

A votação é secreta.

Sr. Senador José Pimentel não se encontra presente.

Sr. Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Não se encontra presente. Ele é o relator no Conselho de Ética. *(Pausa.)*

Está vindo.

Srª Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Onde está? Ela é membro titular.

Senador Pedro Taques chegou. O senhor acabou de ser escolhido candidato a Vice, inclusive já havia concordado, segundo informações do Senador Alvaro Dias e dos...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, não estou entendendo. V. Exª não pediu para ser candidato a Vice, não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já não voto em V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Srª Senadora Vanessa Grazziotin.

Sr. Senador José Pimentel.

Faltou um membro, que é o Senador Humberto Costa.

Sr. Senador Pedro Taques, para votar.

Tem que escrever entre Pedro Taques e Paulo Teixeira. São os candidatos a vice-presidente.

Faltou um do Bloco de Apoio ao Governo.

Convoco o Senador Walter Pinheiro para substituir o Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar da Maioria:

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente, em nome da transparência, consulto V. Exª se não posso votar abertamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A votação é secreta, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Há necessidade de se votar secretamente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há necessidade de votação secreta sob pena de nulidade.

Permita-me, Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Sr. Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Sr. Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Sr. Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Secretariando os trabalhos, convido o Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Completando o bloco, reitero a convocação do Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Ausente.

Bloco Parlamentar da Minoria:

Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Completando o Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Vamos chamar, agora, o Bloco Parlamentar PTB, PR e PSC União e Força.

Senador Fernando Collor. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

PSD: Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sr. Presidente, quando V. Exª terminar a votação, após a eleição, eu queria uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há uma questão de ordem do Deputado Onyx e, depois, a de V. Exª.

Está concluso os Senadores. Agora, vamos à Câmara.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) –Também queria, em seguida, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Odair Cunha. *(Pausa.)*

Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Iris de Araújo. *(Pausa.)*

Luiz Pitiman. *(Pausa.)*

Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Fernando Francischini. *(Pausa.)*

Ausente.

Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Ausente.

Rogério Marinho. *(Pausa.)*

Ausente.

Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Maurício Quintella Lessa. *(Pausa.)*

Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Paulo está aí, não é? *(Pausa.)*

Miro Teixeira. *(Pausa.)*

Rubens Bueno. *(Pausa.)*

Silvio Costa. *(Pausa.)*

Filipe Pereira. *(Pausa.)*

Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Encerrada a votação ao final do Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Senador Jayme, a bancada já ficou completa com o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira. S. Exª completou a bancada de V. Exª.

Peço ao Senador Paulo Davim que proceda à votação, porque o Senador Benedito de Lira não está presente para completar o bloco de V. Exª.

Convoco o Senador Paulo Davim para proceder à votação. *(Pausa.)*

Providenciem uma cédula para o Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Solicito ao Senador Vicentinho Alves e ao Deputado Carlos Sampaio que confiram as respectivas cédulas postas na urna de votação e procedam à apuração.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Proclamação do resultado: 21 votos, Paulo Teixeira; 08, Senador Pedro Taques; 02 nulos.

Cumprimento o Deputado Paulo Teixeira, a quem convido para compor a Mesa como meu Vice-Presidente. E cumprimento o Senador Pedro Taques, a quem muito honra ter participado desta votação.

Senhoras e senhores, antes de passar...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra aos senhores para as questões de ordem solicitadas, mas preciso informá-los qual é a nossa pauta, para conhecimento dos senhores.

Da forma como foi decidida e discutida na sessão passada, quando votamos a deliberação surgida em questão de ordem do Senador Taques, em que criamos, por conseguinte, a possibilidade de hoje estarmos aqui em uma sessão administrativa, esta Presidência pautou como primeiro requerimento para deliberação de V. Exªs a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Delta Nacional.

O segundo bloco de requerimento tange aos assuntos relacionados a convocações de governadores de Estado, competência desta Presidência, e outros requerimentos que estão pautados pelo Sr. Relator.

Esta é a pauta da reunião de hoje.

Eu vou passar a palavra para as discussões das questões de ordem com primazia ao Deputado Onyx, depois ao Gladson Cameli, depois ao Mendes Thame, e depois ao Senador Randolfe Rodrigues.

Só questões de ordem. Não são listas de inscrição, são questões de ordem levantadas.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Levantadas hoje, Sr. Presidente?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, na última reunião, houve uma deliberação de V. Exª num questionamento feito pela Senadora Kátia Abreu no que dizia respeito a um aditamento do Requerimento nº 256, que tratava da transferência do sigilo e das quebras efetuadas na operação San Michel, aqui no Distrito Federal. Nessa intervenção da Senadora Kátia Abreu, participaram também o Senador Pedro Taques e o Sr. Deputado Miro Teixeira. E V. Exª delibera pelo acatamento, deferindo a solicitação.

Só que, lamentavelmente, por uma questão técnica, a Secretaria Executiva da CPI manda à Drª Ana Cláudia Oliveira Costa Barreto, juíza da 5ª Vara Criminal de Brasília, a solicitação do inteiro teor dos autos do inquérito sem fazer nenhuma referência à transferência dos sigilos dos investigados que já foram quebrados no âmbito da operação San Michel. É a terceira vez que esta Comissão discute este tema, e já por duas vezes o Plenário da Comissão deliberou.

Eu conversei com a Secretaria da Comissão. Existe o Requerimento nº 290, que trata com exatidão. Ele solicita a transferência de todos os sigilos de todos os investigados, quer pessoa física, quer pessoa jurídica, da operação San Michel, para ser enviado à Drª Ana Claudia de Oliveira Costa Barreto.

Portanto, para simplificarem de uma vez por todas, garantir que esta CPMI obtenha a transferência desses sigilos que foram obtidos – sigilos fiscal, bancário e telefônico – no âmbito da operação San Michel, queria solicitar a V. Exª que colocasse sob rápida deliberação o Requerimento nº 290, porque ele vai referendar aquilo que já deveria ter sido feito desde a semana passada.

Uma outra questão, que é colateral a essa, Presidente, é a seguinte: nós, aqui na Comissão, procedemos à quebra de sigilo de uma infinidade de empresas e esses sigilos bancários são muito importantes, que eles venham para cá com a maior velocidade possível. A sessão em que realizamos foi no dia 17 de maio, hoje são 29 de maio e a população brasileira, a sociedade e a própria imprensa nos cobram trabalho. Só que, para que nós possamos ter trabalho, estas quebras são fundamentais, são elas que permitirão os cruzamentos de informações que vão nos permitir além do que os autos que nós temos da operação San Michel e da Operação Vegas, que é a única coisa concreta, mas uma análise muito superficial e sob um corte muito alto do Coaf, Sr. Presidente... O Coaf faz um corte em R$100 mil, é um corte muito elevado, acho que poderia solicitar a CPI um corte menor para que nós pudéssemos – enquanto o Coaf providenciasse um corte menor, talvez a metade desse valor – para que nós pudéssemos fazer os cruzamentos com as quebras que ainda irão advir.

Solicito a V. Exª que reitere o pedido ao Banco Central para que instigue os bancos para que nos forneça os sigilos quebrados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com relação ao Requerimento 290, determino à Secretaria que proceda à sua presença... Está aqui já? Cadê o Requerimento 290 para que procedamos à votação imediatamente.

Com relação ao prazo que V. Exª colocou, os dez dias, as empresas estão exatamente dentro do prazo. Nós estamos esperando para amanhã, findo esse prazo, todo esse material a partir de amanhã chegar a esta Comissão.

E o Requerimento 290 nós vamos votar hoje, até por que atesto a presteza sempre e a idoneidade dos membros desta Secretaria e V. Exª reconhece isso.

Com a palavra o Deputado Gladson Cameli, para sua questão de ordem.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sr. Presidente, com fundamento no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional e nos arts. 58, § 3º e 60, § 4º, o inciso I da Constituição Federal venho perante V. Exª apresentar uma questão de ordem a respeito da possibilidade de convocação de autoridades públicas estaduais, notadamente, governadores de Estado para prestarem depoimentos na condição de testemunhas ou investigados em comissão parlamentar mista de inquérito.

A questão que submeto a V. Exª ampara-se em dois fundamentos que suscitam dúvidas quanto à possibilidade de que seja convocado, ou mesmo investigado o chefe do Executivo de outros entes federados, notadamente, governadores de Estado. São eles: primeiro, o princípio federativo e a autonomia dos entes federados e a existência de prerrogativa de foro para governadores.

O primeiro argumento, quanto à possibilidade de convocação de governador de Estado encontra-se no princípio federativo, que dá forma ao Estado brasileiro e foi elevado à condição de cláusula pétrea na Constituição Federal de 1988, art. 60, § 4º, inciso I.

É cediço que as comissões parlamentares de inquérito gozam de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e destinam-se à apuração do fato determinado, por disposição expressa no art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

No entanto, Sr. Presidente, é de se reconhecer também que como instrumento de investigação do Poder Executivo, as CPIs não podem ir além dos assuntos e atribuições que são próprios desse Poder em cada nível de Governo. A temática suscetível de investigação por parte das comissões parlamentares de inquérito...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – ...está umbilicalmente ligada ao escopo da atuação do próprio Poder Legislativo na esfera federal, estadual e municipal. Trata-se de uma decorrência inexorável do princípio federativo. Não por outra razão que o Regimento Interno do Senado Federal aplicava supletivamente ao caso em tela, proíbe as comissões de parlamentares de inquérito de atuarem em matérias pertinentes aos Estados, como consta expressamente do art. 146.

Não se admitirá à comissão parlamentar de inquérito sobre as matérias pertinentes: Câmara dos Deputados, as atribuições do Poder Judiciário e aos Estados.

O dispositivo transcrito é clara decorrência do princípio federativo e da autonomia político-administrativa dos Estados membros não condiz com a ideia de federação que uma CPI constituída no âmbito do Poder Legislativo Federal investigue assunto de interesse estadual tampouco que possa convocar Chefe do Executivo daquele nível de governo.

Aliás, diante da estrutura federativa, tampouco poderiam os Estados imiscuir-se em assuntos federais. A título de ilustração imagine a tentativa de uma CPI de âmbito estadual postular a convocação do Presidente da República. Certamente, essa medida configuraria grave violação ao pacto federativo.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a impossibilidade da Comissão Parlamentar de Inquérito de avançar sua investigação sobre os fatos e pessoas que não se encontram sob o escopo da atuação do Poder Legislativo instalado. Já se entendeu, por exemplo, que em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito Estaduais seu raio de ação é circunscrito aos interesses do Estado. E da mesma forma quando as comissões municipais hão de se limitarem às questões de competência do Município. Sendo assim, a convocação nessa hipótese representa verdadeira intervenção federal realizada de forma indireta e expressamente proibida pela regra do art. 34 da Constituição Federal, que restringe a possibilidade de intervenção da União e dos Estados, fora das hipóteses ali designadas.

Sabe-se ademais que o Supremo Tribunal Federal em julgamento de Habeas Corpus 96.549, já decidiu pela impossibilidade de convocação de magistrado para prestar esclarecimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito em face do princípio da separação dos poderes. Por analogia é de se concluir que, se não é cabível a convocação de magistrado diante do princípio da separação dos Poderes, não se justifica a convocação de governo de Estado em respeito à autonomia dos entes federados.

O segundo argumento aqui apresentado diz respeito à previsão de prerrogativa do foro de governador de Estado. É que nesses casos a própria Carta Magna que exclui o Poder Legislativo a possibilidade de estender a sua ação fiscalizadora em determinadas autoridades públicas.

Nos caos em que há foro especial por prerrogativa de função, não apenas os atos decisórios, mas todos os atos investigatórios concernentes às autoridades abrangidas, devem ser supervisionados pelos órgãos judiciários competentes e determinado na Constituição.

Ora, se a natureza jurídica da Comissão Parlamentar de Inquérito é inquisitorial, gozando das prerrogativas

próprias autoridades judiciais, é certo que devem estar submetidas às mesmas limitações dos órgãos jurisdicionais, inclusive aquelas atinentes à prerrogativa do foro. Sendo assim, também por essa razão não seria de se admitir a convocação de governador de Estado.

Isso posto, diante da grave ameaça de violação dos princípios federativos e da autonomia do Poder Público Estadual, apresentando essa questão de ordem, requer que V. Exª manifeste sobre a possibilidade de convocação de governo de Estado no âmbito desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem do Deputado Cameli, com a palavra o Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Três minutos, V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Três minutos?

Ele foi três minutos? Foram três minutos o dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. O tempo é igual. V. Exª tem o tempo igual.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom. Tempo igual, confio em V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenha a minha confiança sempre.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero, com respeito ao Deputado Cameli, afastar esta questão de ordem porque o argumento que ele trouxe é que ofenderia primeiro...

Sr. Presidente, eu não estou ouvindo a minha voz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço a V. Exªs, estamos discutindo uma matéria de profundo interesse para esta Comissão. O Deputado Gladson Cameli apresentou uma questão de ordem e eu peço silêncio a V. Exªs.

Com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O argumento que ele trouxe no tocante à violação da repartição dos Poderes não convence, Sr. Presidente, porque um juiz de direito do menor Município do Brasil pode ouvir governador de Estado como testemunha a qualquer momento. Isso está no Código de Processo Penal. Qualquer juiz de direito pode ouvir governador de Estado. Portanto, esse argumento da separação dos Poderes, com todo respeito, não encontra nenhum respaldo na lei e na Constituição.

No tocante ao pacto federativo, Sr. Presidente, uma CPI pode ouvir autoridades de outras pessoas jurídicas com capacidade política. Uma CPI do Congresso Nacional como é esta, uma CPI mista, pode ouvir autoridades das três pessoas jurídicas com capacidade política, uma vez que se encontra dentre as atribuições do Congresso Nacional esta investigação, e esta é uma CPI do Congresso Nacional. Governador de Estado pode ser ouvido em CPI, sim; juiz pode ser ouvido em CPI como testemunha. Não pode nos processos em que ele julga, sob pena de comprometer a sua imparcialidade. O argumento, mais uma vez, com respeito ao Deputado Cameli, não encontra razão na legislação e na Constituição. Um membro do Poder Judiciário pode ouvir até o Presidente da República como testemunha, e o Presidente tem direito legal de ofertar as suas respostas por escrito.

Portanto, falar que CPI não pode ouvir governador, com todo respeito, falece a qualquer legalidade, qualquer juridicidade a isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como a matéria é controversa, a Presidência não atende, não acata, nem nega a questão de ordem; recolhe, determina parecer técnico e vai trazer a decisão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos votar a Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...para a próxima reunião imediatamente após esta. A Presidência vai trazer a decisão dessa questão de ordem do Deputado Cameli.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Item 1.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vamos voltar ao primeiro ponto de pauta, que é a questão do sigilo bancário e fiscal.

Mendes Thame, questão de ordem V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vou manter a questão de ordem que os senhores me pediram. Mendes e depois Randolfe.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – A seu critério, eu poderia deixar a minha questão de ordem para logo em seguida à votação da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu tinha uma questão de ordem. Após o seu despacho à questão de ordem do Deputado Orleir Cameli, eu tenho duas e já vou apresentá-las. A primeira é a seguinte: como é do conhecimento de todos, Sr. Presidente, o Ministro Lewandowski...

V. Exª me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ouço e agora quero vê-lo. Então, estou vendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É o maior prazer também ver V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Olhos nos olhos, quero ver o que você diz. *(Risos.)*

Excelência, como é do conhecimento de todos, o Ministro Lewandowski decretou o relaxamento do sigilo fiscal e bancário das investigações da operação Monte Carlo. Eu quero, em primeiro aspecto, na questão de ordem, indagar a V. Exª o que a Presidência e a Relatoria da CPI entendem como relaxamento e, ao perguntar, logo apresentar uma sugestão. Já que houve o relaxamento, creio que deveria a Presidência da CPI discutir uma forma de socializar os dados da operação Monte Carlo com o conjunto dos Parlamentares. Essa é a primeira questão de ordem.

Na segunda questão de ordem, Presidente, eu queria insistir com V. Exª para responder a questão de ordem e dar um encaminhamento da questão de ordem feita aqui por S. Exª o Deputado Orleir Cameli porque veja, se prevalecer esse entendimento de...

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Corrigindo, Gladson.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perdão. Orleir Cameli, do Acre.

Se prevalecer esse entendimento de que nós vamos aguardar um parecer jurídico para dar resposta a essa questão de ordem, significará que estará sobrestada a convocação dos Governadores de Estado nesta reunião de hoje. Eu queria apelar a V. Exª – como V. Exª sempre, no decorrer, na condução firme desta CPI, tem dado resposta objetiva, clara, imediata às questões de ordem, e me parece que assiste razão a contra-argumentação do Senador Pedro Taques – para não acatar essa questão de ordem e garantir ainda hoje a votação da convocação dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço atenção à questão de ordem do Senador Randolfe, meu querido companheiro do PSOL, até porque ele traz duas questões de ordem na mesma indagação, e elas são importantes.

A segunda, eu já decidi, querido companheiro Senador, e, Imediatamente, na próxima sessão administrativa, até cioso das minhas obrigações jurídicas – o Senador Pedro Taques sabe e fez uma contradita interessante – e em atenção a S. Exª o Senador Pedro Taques, que sabe dos conceitos jurídicos que eu tenho nesta matéria, e em atenção ao Deputado Cameli, que fez uma argumentação, e há duas correntes de pensamento, uma respeitando o Regimento Interno do Senado e outra que amplia poderes, inclusive com legislação federal, das Comissões Parlamentares de Inquérito, eu vou basear-me num parecer técnico da minha assessoria para chegar a esta Comissão com toda a fundamentação específica.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos votar a Delta, que é o primeiro item, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exª que respeite esse posicionamento, sei que V. Exª me compreende. Agora, com relação à primeira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu perguntaria a S. Exª, Sr. Presidente, se não caberia essa questão de ordem ser levada ao pleno desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu trago na próxima reunião. Senador Randolfe, todas as providências técnicas para o cumprimento da decisão do Ministro Lewandowski estão sendo tomadas com a rapidez que a decisão proferida exige, a abertura do inquérito e a socialização dos dados, inclusive com a presença dos membros da CPI, com conhecimento dos dados que estão sob sigilo. É o conhecimento que trago a V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos ao item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ao item 1 da pauta. Peço ao relator para ler o item 1 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só para ficar claro, estou de acordo com esse impedimento, de não votarmos os governadores hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Hoje não.

Item 1 da pauta, que solicita que a Comissão requisite a quebra dos sigilos bancários, fiscal e telefônico da Delta S.A., CNPJ 10788628/0001/57.

Para encaminhamentos favoráveis e contra serão dois de cada Casa. Quem se inscreve para encaminhar favoravelmente?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o relator, por precedência. Peço à secretaria para me ajudar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu indago dos Pares... Na nossa pauta, entendo a preocupação do Deputado Miro Teixeira, da página 5 em diante, temos a possibilidade de fazer votação simbólica de requerimento. Se tiver algum requerimento em que V. Exªs têm divergência, eu retirarei. Peço apenas a vênia para fazer a leitura. Fazendo a leitura, votamos, simbolicamente, e, em seguida, entramos na quebra de sigilo da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Rapidamente. Tendo alguma divergência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Exª que faça a leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Página 5, pauta distribuída pelo Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu me oponho a isso porque daqui a pouco começa a Ordem do Dia. Vamos votar a Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É um requerimento de inversão de pauta e não custa, é rápido, eu leio rápido.

Requerimento nº 247, solicita a convocação do Sr. Heraldo Puccini, CPF tal; Requerimento nº 313, requer a convocação, apensado do Senador Alvaro Dias; Requerimento nº 346, requer seja intimado, na condição de testemunha, o Sr. Marcelo Limírio; Requerimento nº 347, requer que seja intimada para depor, na condição de testemunha, a Srª Adriana Aprígio; Requerimento nº 364, requer seja convocado, na condição de testemunha, o Sr. Wilder Pedro de Morais; Requerimento nº 424, requer a convocação, também apensado, do Sr. Wilder.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 373, requer a convocação do Sr. Elias Vaz para prestar depoimento na Comissão; Requerimento nº 406, requer a convocação do Sr. Mauro Sebben, na condição de testemunha; Requerimento nº 423, requer a convocação da Srª Sejana Martins; Requerimento nº 425, requer a convocação do Sr. Lúcio Fiúza; Requerimento nº 426, do Sr. Fernando Gomes Cardoso; Requerimento nº 427, da Srª Eliane Pinheiro; Requerimento nº 428, Sr. Écio Antônio Ribeiro; Requerimento nº 429, do Sr. Antônio Elias; Requerimento nº 441, convocação, como testemunha, do responsável, em exercício, na empresa Ideal Segurança; Requerimento nº 442, em exercício o responsável pela empresa JR, Prestação de Serviços, Construtora e Incorporadora, na condição de testemunha, responsável em exercício da JM Terraplanagem; Requerimento nº 444, responsável em exercício da Larami Diversões e Entretenimento, da *Laser Press* Tecnologia e Serviços; Requerimento nº 446, do responsável em exercício da empresa Misano Indústria, Importação e Exportação Ltda; Requerimento nº 447, do responsável em exercício da empresa Organização Independente de Comunicação Ltda; Requerimento nº 448, também como testemunha do responsável em exercício da empresa MZ Construções Ltda; Requerimento nº 449, também do responsável em exercício da indústria Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda; Requerimento nº 450, também o responsável em exercício da empresa Bet Capital Ltda; Requerimento nº 451, o responsável em exercício da empresa Brava Construções e Terraplanagem; Requerimento nº 452, Brazilian Gaming Partners; Requerimento nº 453, o responsável em exercício da empresa Construtora Rio Tocantins; Requerimento nº 454, o responsável em exercício da empresa Delta Construções S. A.-DF; Requerimento nº 455, convocação do responsável em exercício também da Delta Construções em Goiás; Requerimento nº 456, da Emprodata Administração de Imóveis e Informática Ltda; Requerimento nº 457, também da Delta Construções, Mato Grosso do Sul; Requerimento nº 458, do responsável pela empresa Fundação Cultural Aprígio Ramos; Requerimento nº 459, do responsável em exercício da Delta Tocantins; Requerimento nº 467, requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da Alberto & Pantoja Construções e Transportes.

Ainda, Presidente, providências: Requerimento nº 332, requer à Polícia Federal sejam realizadas as transcrições de todos os diálogos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro captados nas operações Vegas e Monte Carlo; Requerimento nº 348, solicita que esta CPMI requisite a íntegra dos autos das operações...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não ouvi o item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O item anterior.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Referente a Vegas e Monte Carlo, o que era?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 332, requer à Polícia Federal sejam realizadas as transcrições de todos os diálogos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro captados nas operações Vegas e Monte Carlo; Requerimento nº 348, solicita que esta CPMI requisite a íntegra dos autos das operações Vegas e Monte Carlo em formato digital, com possibilidade de utilização de ferramenta de busca textual, dos ilustres Deputados Mendonça Prado e Onyx Lorenzoni; Requerimento nº 359, requisita à Polícia Federal...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, está difícil ler. Estou tentando ler depressa, a pedido. São questões importantes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...requisita à Polícia Federal cópia do inteiro teor do relatório das apreensões efetuadas quando da deflagração da operação Monte Carlo devidamente acompanhado pelas fotos e imagens dos bens apreendidos; Requerimento nº 362, requer ao juízo da Vara Federal de Goiás seja encaminhada a esta CPMI cópia do inteiro teor do depoimento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, que será prestado junto ao juízo da 11ª Vara de Goiânia; Requerimento nº 369, solicita que esta CPMI requisite a documentação da

empresa Vitapan Indústria Farmacêutica; Requerimento nº 372, requer seja solicitada à Força Aérea Brasileira cópia do depoimento prestado pelo Sr. Idalberto Martins Araújo; Requerimento nº 402, no mesmo sentido, apensado da Senadora Kátia Abreu; 411, requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor de todos os relatórios de análise de vigilância produzidos e que venham a ser produzidos em decorrência da operação Monte Carlo, bem como a totalidade das interceptações telefônicas captadas em decorrência dessa operação.

Adito ainda, Sr. Presidente – solicito a atenção de V. Exªs: requer ademais seja produzida análise de todo o material relativo a pessoas com prerrogativa de foro mencionadas na referida operação.

Requer, por fim, a relação dos policiais federais e estaduais, civis e militares, citados na operação e no material apreendido. Aqui é Monte Carlo

Requerimento nº 413, requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito policial produzido quando da Operação Vegas, além da totalidade das interceptações telefônicas captadas em decorrência da referida investigação.

Adito aqui, com a atenção de V. Exªs, requer ademais seja produzida análise de todo o material relativo a pessoas com prerrogativa de foro mencionada na referida operação.

Requer, por fim, a relação dos policiais federais estaduais civis e militares citados na operação e no material apreendido.

Requerimento nº 414, requer seja solicitado ao juízo da 11ª Vara Federal de Goiânia que, nos autos da Operação Monte Carlo, determine o sequestro e bloqueio de todos os bens móveis e imóveis de propriedade do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, ainda que em poder de terceiros; Requerimento nº 415, requer seja solicitado que o Ministério da Justiça comunique a presente investigação às polícias de países com quem o Estado brasileiro possui relação diplomática, a fim de que tome providências cabíveis em face dos investigados e de seus patrimônios, como forma de assegurar a efetividade dos trabalhos desta Comissão; Requerimento nº 416, requer seja requisitado, junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) todas as informações, de forma detalhada, acerca dos Cadastros Específicos do INSS (CEIs), abertos pelas seis construtoras abaixo listadas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse V. Exª pode dar como lido, por favor, porque é só um pedido de informações ao INSS.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É verdade.

Requerimento nº 417, requer seja requisitado junto aos Tribunais de Contas dos Municípios de todos os Estados da Federação todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em fase das 27 empresas abaixo listadas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A mesma coisa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 418, requer seja requisitado junto aos Tribunais de Contas de todos os Estados da Federação, e do Distrito Federal (TCEs), todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em face das 27 empresas abaixo listadas; Requerimento nº 419, requer à Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) os relatórios de faturamento da empresa Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ 30.222.81410001-31, no período compreendido entre janeiro de 2002 e a data de hoje; Requerimento nº 421, requer que, para todos os sigilos telefônicos que tenham sido quebrados, ou que futuramente venham a ser quebrados por esta CPMI, seja também expressamente solicitado às companhias telefônicas o envio de Relatório de ERBs (Estação Rádio Base), referentes ao período cujo sigilo foi quebrado , em relação a cada um dos telefones.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Este tem que ser isolado. Retiro, então, desta lista, Sr. Presidente.

É o que eu proponho votação...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão relevante. Em primeiro lugar, que todos os convocados venham na condição de testemunha, porque isso nos abre a possibilidade de inquiri-los melhor. E há uma imperfeição: a ex-esposa não é Adriana, é Andréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Duas questões relevantes para conserto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O 347 tem que ser substituído.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Temos o 470, que está correto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos para votação simbólica.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim? Questão de ordem, Carlos Sampaio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Acolho a sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – 416 e 417.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Havia uma precedência da votação da Delta Nacional. Como estamos votando, no 416 e no 417, várias quebras de sigilos regionais, quero saber se ficou prejudicado, porque o pedido feito pelo Deputado Miro Teixeira – e eu estou subscrevendo esse pedido – é que fosse votado o da Delta Nacional...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há prejuízo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aqui estamos votando Delta regional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o requerimento de INSS.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É o INSS. É isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o requerimento ao INSS.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos à votação simbólica.

Aqueles que concordam com os requerimentos assinalados pelo Relator, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade por esta Comissão.

Encaminho à Secretaria para as providências cabíveis.

Item 1 da pauta.

A favor do item 1, o Senador Randolfe com a palavra e o Senador Miro. São dois a favor e dois contra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Miro.

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre o tema da Delta, há dois requerimentos e um terceiro nas minhas mãos, de vários parlamentares desta CPMI, que dou ciência a V. Exªs e precisam ser debatidos por todos nós.

O Requerimento nº 6 solicita que a Comissão requisite a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico da Delta Construções S.A., CNPJ 001, do Deputado Onyx Lorenzoni e do Deputado Mendonça Prado.

Ainda o Requerimento nº 087 solicita a transferência dos sigilos fiscal e bancário do período compreendido entre a empresa Delta Construções S.A., do Deputado Rubens Bueno.

Chega às minhas mãos o requerimento do Deputado Luiz Pitiman e outros, Filipe Pereira... Solicito que, depois, V. Exªs informem os autores. Requer o seguinte: requeremos a V. Exª, nos termos regimentais, e com base na Lei Complementar nº 105, combinada com a lei tal e com a Constituição Federal, em seus artigos tais, que esta Comissão requisite a quebra do sigilo bancário da empresa Delta Construções, CNPJ 1078862800157, das contas que serviram à organização criminosa a serem apresentadas pela Presidência desta CPMI, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data, a fim de investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, desvendadas pelas Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, conforme justificativas abaixo apresentadas...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, questão de ordem. O requerimento apresentado agora não pode ser votado. Tem de votar os que estavam na pauta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que eu encaminho, Presidente? Que nós discutamos os três requerimentos e, ao final, vou me posicionar sobre qual requerimento acho mais adequado sua aprovação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, nós fizemos um acordo de que, nesta reunião, iríamos colocar para votar. Esses requerimentos que entraram agora não estavam elencados até sexta-feira, como foi compromisso firmado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Regimentalmente, por favor, Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Portanto, peço que mantenham os dois, porque eles atendem a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Regimentalmente, o Requerimento nº 483 tem de ter o apoiamento para a inclusão na pauta. Ele terá de ter o apoiamento expressivo, e a Secretaria vai colocar em votação. Estou discutindo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, sou autor do Requerimento nº 6 e tenho certeza de que o Deputado Rubens Bueno, que é autor do Requerimento nº 87, há de concordar comigo de que os Requerimentos nºs 6 e 87 sejam colocados em votação neste momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ou retira o 87. Não tem problema. Que sejam votados agora, para que consigamos avançar nessa investigação. É imprescindível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimentos nºs 6 e 87. E há um requerimento extrapauta que será também colocado em votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Depois. Votamos esse agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar os três requerimentos com relação à Delta.

Requerimentos nºs 6 e 87. Inscritos para falar a favor, Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, como autor, até pedindo vênia ao Senador, como autor, não quero falar, quero votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A favor, Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, desde o início dessa investigação, resta cabalmente provado o envolvimento dessa empresa. Aliás, quero lembrar que o primeiro requerimento solicitando esta Comissão Parlamentar de Inquérito que tramitou aqui no Senado, de minha autoria e do Senador Pedro Taques, já se referia a que esta CPI deveria ser não somente para investigar os negócios do Sr. Carlos Cachoeira com agentes públicos e agentes privados, mas, notadamente, para investigar também os negócios da empresa Delta. Eu quero trazer para a CPI somente um dado que revela a necessidade deste ato nosso hoje de votar a quebra do sigilo fiscal e bancário da empresa Delta.

No período de junho de 2010 a abril de 2011, a empresa Delta depositou na Alberto Pantoja, uma das empresas-laranja do Sr. Carlos Cachoeira, e na empresa Brava algo em torno de R$40 milhões. Vou repetir especificamente: R$39,9 milhões. Restam ainda dados sobre os depósitos ocorridos nesse período na empresa JR. Nesse mesmo período, os negócios contraventores do Sr. Carlos Cachoeira resultaram para a organização criminosa R$11 milhões.

Vejam: a empresa Delta é muito mais lucrativa para a organização criminosa do que a própria contravenção, a própria jogatina coordenada pelo Sr. Carlos Cachoeira. Desses R$40 milhões, foram derivados para uma série de outros agentes privados e uma série de outras pessoas físicas... Dentre esses agentes privados, constam pelo menos 29 empresas e, dentre essas empresas, algumas que, segundo os dados que levantamos, já contribuíram financeiramente com vários dos agentes públicos em suas campanhas, que já foram citadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, nós queremos quebrar o sigilo da Delta porque é uma necessidade desta CPI. Para esta CPI seguir, para o bem desta CPI e para o bem do Brasil, esse sigilo deve ser quebrado. Além de quebrar o sigilo, nós queremos aqui hoje votar favoravelmente todos os requerimentos, doa em quem doer, seja quem for. Não vamos utilizar artifício regimental, não vamos argumentar a Constituição da República, não vamos obstruir nenhum tipo de votação, queremos votar todos. Só lamentamos não votar mais do que vamos votar hoje porque já foi sobrestada a convocação dos governadores.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Peço um esclarecimento à Mesa sobre qual será a ordem de votação dos requerimentos e aproveito para apresentar a V. Exª pedido de inclusão extrapauta com o apoiamento do requerimento assinado por vários membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos votar agora os Requerimentos nºs 6 e 87, que estão juntos, casados, que, de forma prioritária, obedecendo a regra da Comissão, entraram. Depois vamos votar o requerimento de inclusão extrapauta do 438, do Deputado Luiz Pitiman, e iremos ouvir agora o Deputado Miro Teixeira, que se posiciona a favor dos Requerimentos nºs 6 e 87.

Com a palavra V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu penso que está ficando meio inexplicável não se conseguir votar essa quebra de sigilo da Delta. Não é que não se tenha conseguido votar: nós já votamos, já votamos mais de uma vez, já quebramos esse sigilo mais de uma vez, e sai o ofício errado! É porque nós estamos decidindo errado, não se pode lançar a culpa nos servidores da Casa.

Eu vou encaminhar pura e simplesmente a favor dessa quebra total, com esse CNPJ, que é o CNPJ nacional da Delta. Daqui a pouco vamos aí incluir o Sr. Fernando Cavendish, porque não se trata de abrir a Delta de agora, mas de abri-la desde sempre, como nós temos feito aqui, e conferirmos aqui os termos do ofício ou dos ofícios que daqui sairão, porque é a terceira vez que nós cuidamos desse assunto e ele acaba voltando para cá. Isto está ficando inexplicável perante a população.

Eu penso que devemos apoiar, votar por unanimidade essa quebra de sigilo da Delta. Quem tiver alguma dúvida depois pode descer aqui à sala do cofre e verificar como é que rola dinheiro, o volume de dinheiro que rola aqui em nome de todos eles. Já está aqui, trazido pelo Coaf.

Então, Presidente, o voto é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há nenhum inscrito para votar contra.

Vamos iniciar a votação – depois vamos votar o 438.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, como não há ninguém contra, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senadora Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Petecão? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, como não há ninguém contra, voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Íris de Araújo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luís Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Flávio?

O SR. DOMINGOS FLÁVIO (PSDB – MG) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Onyx?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Votamos sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Rubem Bueno?

O SR. RUBEM BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Silvio Costa? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimento aprovado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente... Questão de ordem, Presidente... Pedi, encarecidamente, que o Requerimento nº 290, que resolve a questão seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai ser logo após esse.

Requerimento nº 438 de inclusão de pauta.

Votação simbólica...

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Votação simbólica para inclusão do Requerimento 438...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele está prejudicado. Encaminho pelo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimento prejudicado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O 290, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Iniciaremos o Requerimento nº 290.

Com a palavra...

A SRA. **IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Meu voto, Sr. Presidente. Eu quero justificar que saí há um minuto para registrar presença em outra sessão... "Sim", meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Odair Cunha com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, o 290 também está fora da pauta...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Espera aí, Sr. Relator, com todo o respeito... Nós fizemos toda discussão no início. V. Exª não estava e chegou depois do ajuste que foi feito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É uma questão administrativa e nominal. É a minha... Foi...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, no entendimento que V. Srª teve com o Presidente, encaminho favoravelmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Relator, muito obrigado pela compreensão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É nominal... Vou chamar o Senador José Pimentel.

É o Requerimento nº 290. É o conserto de um encaminhamento dado a por esta Presidência com...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa? *(Pausa.)*

Sim.

Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – CIro Nogueira? *(Pausa.)*

Paulo Davim? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cassio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor? *(Pausa.)*

Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Kátia Abreu, sim.

Sérgio Petecão? *(Pausa.)*

Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, V.Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza, vou repetir.

O SR. CANDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAÍO (PWSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Francischini. *(Pausa.)*

Domingos Sávio? *(Pausa.)*

Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Onyx?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Finalmente, "sim" ao compartilhamento do sigilo da operação São Michel com esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Quintera Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSDB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Requerimento aprovado.

Com a palavra o relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 250, Sr. Presidente, solicita que essa CPMI requisite a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Alto Posto T-10 Ltda; Requerimento nº 253, requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior.

Aditando, Presidente, requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 375, Sr. Presidente, requer a quebra dos sigilos...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...fiscal, bancário e telefônico da empresa Mapa Construções.

Indago a V. Exª se continuo lendo... *(Pausa.)*

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, apensado, requerimento do Dr. Rosinha.

Requerimento nº 392, requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa WCR Produção e Comunicação Ltda, apensado ao do Dr. Rosinha; Requerimento nº 407, requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, apensado ao do Dr. Rosinha, também; Requerimento nº 408, requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico, de e-mail do Deputado Sandes Júnior; requer a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e de e-mail do Deputado Stepan Nercessian; requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e de e-mail do Deputado Carlos Alberto Leréia; Requerimento nº 440, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Royal Palace Diversões Ltda.; Requerimento nº 431, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Center Diversões Eletrônicas Ltda.; Requerimento nº 432, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Star Game Comércio Importação e Exportação; Requerimento nº 433, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Antares Assessoria Administração e Participação Ltda.; Requerimento nº 434, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Adriano Aprígio de Souza; Requerimento nº 435, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Game Diversões Eletrônicas Ltda.; requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Catarinense Serviço de Atividade Lotérica Ltda.; Requerimento nº 437, da empresa Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda.; Requerimento nº 438, da empresa American Center Bingo Ltda.; Requerimento nº 460, da empresa Calltech Combustíveis e Serviços Ltda.; Requerimento nº 461, do Sr. Geovani... *(Pausa.)* ...da empresa Geovani Pereira da Silva ME; Requerimento nº 463, da Fundação Nelson Castilho; Requerimento nº 464, da Maquinaria Publicidade e Propaganda; Requerimento nº 465, da Rádio Goiás Sul FM Ltda.; Requerimento nº 466, da Rede Brasiltur de Televisão; Requerimento nº 468, da Data Traffic; Requerimento nº 469, do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres.

É o que proponho, Sr. Presidente, favoravelmente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – As preferências das questões de ordem: Deputado Carlos Sampaio, Senadora Kátia Abreu e o Deputado Protógenes.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, estou pedindo a bastante tempo a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Não ouvi V. Exª. Desculpe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Fui autor de requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Mas não ouvi V. Exª. Perdoe-me.

Deputado Rubens Bueno e o Deputado Mendes Thame, Líder da minoria, que havia liberado daquela preferência naquela primeira votação.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de declarar o voto.

Na votação nominal anterior, o PSD, nem eu nem o Petecão estávamos presentes, porque sou autora de uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V.Exª já está plenamente justificada.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...na CCJ com cinco palestrantes. Mas, como a maioria, a unanimidade, o meu voto também foi "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Plenamente justificado. Fica justificado.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...pela quebra do sigilo da Delta

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PT – SP) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem, mas eu primeiro indago a V. Exª se deveria formulá-la, uma vez que começou a Ordem do Dia. Então, a meu sentir, teria que ser encerrada esta sessão. Eu pergunto se levanto a questão de ordem ou se vai haver o encerramento em razão do início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – TO) – De acordo com a forma regimental, sim.

Eu consulto a Secretaria Legislativa para confirmar se a informação do Deputado Sampaio é atinente... *(Pausa.)*

Amanhã continuamos a sessão administrativa.

A Presidência continua a sessão administrativa com a mesma pauta e convoca extraordinariamente para amanhã após as oitivas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E no dia do Demóstenes, faz administrativa depois.

O SR. (Orador não identificado) – Antes, Presidente. Vamos propor de manhã.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De manhã. Às 10 horas da manhã, às 10 horas e 15 minutos da manhã sessão administrativa desta Presidência.

Então convocados.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião realizada em 30 de maio de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** durante a primeira parte da reunião e, durante a segunda parte, sob a presidência eventual do Deputado **Paulo Teixeira (PT/SP),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR) , Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)**, **Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Iracema Portella (PP/PI), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ), Vieira da Cunha (PDT-RS)** e **Hugo Leal (PSC-RJ)**. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)** e **Fernando Collor (PTB-AL).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Cyro Miranda (PSDB-GO)** e **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e os Deputados **Vanderlei Macris (PSDB-SP),**

Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Otavio Leite (PSDB-RJ), Bruno Araújo (PSDB-PE), Paulo Feijó (PR-RJ), Jilmar Tatto (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ) e **Anthony Garotinho (PR-RJ)**. Logo de início o Sr. Presidente indeferiu a questão de ordem formulada na reunião anterior pelo Deputado Gladson Cameli. Em seguimento, foram chamados a depor, um a um, perante a Comissão os Senhores Cláudio Abreu; José Olímpio de Queiroga Neto; Gleyb Ferreira da Cruz; e Lenine Araújo de Souza. O Sr. Jayme Eduardo Rincón, convocado como testemunha, apresentou atestado médico dizendo que está sendo submetido a tratamento devido a um aneurisma cerebral. Foi feita, preliminarmente, por esta Comissão a avaliação dos exames que vieram acompanhados do presente atestado. O Sr. Rodrigo Moral Dall Agnol, convocado como testemunha, apresentou habeas corpus, no qual questiona sob em que condição se daria o seu depoimento. Diante da dúvida, a Presidência o dispensou do depoimento, comprometendo-se a proceder uma nova convocação na qual estará devidamente esclarecida a condição de testemunha. Encerrada a primeira parte da reunião, foram apreciados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria	Resultado
045/12	**Requer seja convocado o Sr. Agnelo Queiroz para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**	**APROVADO**
047/12	**Requer seja convocado o Sr. Marconi Perillo para prestar depoimento perante a Comissão.**	**Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho**	**APROVADO**
079/12	**Requer seja intimado o Sr. Agnelo Queiroz – Governador do Distrito Federal, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.**	**Deputado Filipe Pereira**	**APROVADO**
080/12	**Requer seja intimado o Sr. Marconi Perillo – Governador do Estado de Goiás, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.**	**Deputados Filipe Pereira e Hugo Leal**	**APROVADO**
215/12	**Solicita a oitiva do Sr. Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho.**	**Senador Randolfe Rodrigues**	**REJEITADO**
219/12	**Requer a convocação do Sr. Agnelo dos Santos Queiroz Filho, governador do Distrito Federal.**	**Deputado Maurício Quintella**	**APROVADO**
220/12	**Requer a convocação do Sr. Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, Governador do Rio de Janeiro.**	**Deputado Maurício Quintella**	**REJEITADO**
221/12	**Requer a convocação do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás.**	**Deputado Maurício Quintella**	**APROVADO**
250/12	**Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Auto Posto T-10 Ltda., CNPJ nº 02.031.890/0001-24.**	**Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado**	**APROVADO**

274/12	**Solicita a oitiva do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da relação que mantém com o Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Senador Randolfe Rodrigues**	**APROVADO**
279/12	**Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Exmo. Governador do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Cabral, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com a Construtora Dela e o senhor Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**	**REJEITADO**
280/12	**Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Governador do Distrito Federal, Sr. Agnelo Queiroz, a fim de esclarecer às denúncias de seu envolvimento com Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**	**APROVADO**
284/12	**Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Governador do Estado de Goiás, Sr. Marconi Perillo, a fim de esclarecer as denúncias do seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos.**	**Deputado Rubens Bueno**	**APROVADO**
360/12	**Requer o encaminhamento pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão, informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Demóstenes Torres.**	**Deputado Rubens Bueno**	**APROVADO**
361/12	**Requer o encaminhamento pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão, informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira.**	**Deputado Rubens Bueno**	**APROVADO**
375/12	**Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Mapa Construções, CNPJ 05.080.972/0001-57, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Senador Randolfe Rodrigues**	**APROVADO**
392/12	**Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Senador Randolfe Rodrigues**	**APROVADO**
407/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
430/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ROYAL PALACE DIVERSÕES LTDA-ME, CNPJ N° 06.972.693/0001-60, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
431/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa PLANETA CENTER DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA, CNPJ N° 04.644.289/0001-32, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
432/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa STAR GAME COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ N° 61.318.358/0001-51, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**

433/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ANTARES ASSESSORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA, CNPJ N° 01.133.485/0001-54, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
434/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ADRIANO APRIGIO DE SOUZA ME, CNPJ N° 37.256.054/0001-22, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
435/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa GOIÁS – GAME DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA, CNPJ N° 25.008.541/0001-97, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
436/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa PLANETA CATARINENSE SERVIÇO DE ATIVIDADE LOTÉRICA LTDA-ME, CNPJ N° 86.971.237/0001-35, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
437/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa APRÍGIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ N° 12.615.538/0001-90, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
438/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa AMERICAN CENTER BINGO LTDA-ME, CNPJ N° 04.642.628/0001-41, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
439/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa WCR PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, CNPJ N° 13.573.271/0001-00, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
440/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, CPF N° 113.861.501-34, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
460/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da CALLTECH COMBUSTIVEIS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 01.357.769/0001-24, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
461/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da GEOVANI PEREIRA DA SILVA ME, CNPJ 37.397.353/0001-87, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
462/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da MAPA CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 05.080.972/0001-57, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**

463/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da FUNDAÇÃO NELSON CASTILHO, CNPJ 03.776.518/0001-00, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
464/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da MAQUINARIA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, CNPJ 03.853.183/0001-86, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
465/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da RADIO GOIAS SUL FM LTDA, CNPJ 10.417.978/0001-07, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
466/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da REDE BRASILTUR DE TELEVISÃO, CNPJ 09.580.504/0001-00, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
468/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e SKYPE da empresa Data Traffic, CNPJ 01.175.068/0001-74, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**
469/12	**Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e SKYPE do Senador** Demostenes **Lazaro Xavier** Torres**,** CPF**: 251.804.101-00, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data.**	**Deputado Dr. Rosinha**	**APROVADO**

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos, Srªs e Srs. Parlamentares, profissionais da imprensa. São 10h34min. Solicito a V. Exªs, aos assessores e aos profissionais em serviço que ocupem os seus lugares, para que possamos dar início à nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião desta Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

Esta Presidência assumiu com o Deputado Gladson Cameli, com o Senador Pedro Taques e com todos os membros desta Comissão o compromisso de, na imediata sessão administrativa seguinte, responder a questão de ordem formulada por S. Exª, o Deputado Gladson Cameli, a respeito da competência desta Comissão em convocar governadores de Estado e, por conseguinte, por um desejo desta Presidência, estender a convicção jurídica desta Mesa em outros detentores de foro privilegiado.

O estudo dessa matéria, Deputado Cameli, não é de ontem, por ocasião da consulta aos governadores. Já veio de anteontem, de alguns dias, digo melhor, de um mês atrás, quando nós discutimos aqui matérias atinentes ao Ministério Público. Por isso, sobrevieram, com as inconstâncias e as injustiças de sempre, especulações e aleivosias a respeito de conchavos, acordos, que são impróprias a esta Comissão e a esta Presidência.

Esta Presidência não faz acordos, porque os acordos são feitos em plenário, e é lícito se fazerem acordos em bancadas e em partidos, e são chancelados pela Presidência, porque a soberania do colegiado deve e há de ser respeitada por esta Presidência. Quando os acordos são feitos, eles são feitos pelo colegiado e são transmitidos a esta Presidência.

Mas essa questão de ordem que V. Exª colocou me privou, por um dever jurídico, que foi contraditado em boa hora pelo Senador Pedro Taques, por um dever jurídico e por obrigação e responsabilidade legal de me postar com minha assessoria a estudo constitucional de matéria constitucional e de matéria infraconstitucional. Matéria constitucional, à luz do art. 58 da Constituição

Federal, e matéria infraconstitucional, que foi chancelada e admitida pela Constituição Federal em vigor.

Por isso que passo à leitura do despacho desta Presidência, que será extensivo – atentem bem! –, para os próximos cinco meses, a quaisquer questões de ordem que, por ventura, possam ser levantadas a quaisquer pessoas que detenham foro privilegiado. O entendimento da Presidência será este que passo, a seguir, ao conhecimento dos senhores.

Peço a atenção dos senhores.

Trata-se de questão de ordem formulada pelo Deputado Gladson Cameli, em que argumenta não ser possível a convocação do Governador do Estado por esta CPMI, pois implicaria em violação aos princípios constitucionais relativos à Federação e à separação de poderes.

Primeiramente, há de se afastar os argumentos trazidos pelo autor da questão de ordem de que, permitida a convocação de governador de Estado pela CPMI, haveria de se admitir a convocação do Presidente da República por uma CPI instalada em Assembleia Legislativa Estadual. É que o Congresso Nacional, aliás, qualquer de suas Casas, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, no exercício de sua função judicante, por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito, tem jurisdição em todo o território nacional, o que não acontece, obviamente, com uma CPI estadual, cuja jurisdição se limita territorialmente, embora alcance as prefeituras municipais que se localizam em seu território.

Estou persuadido de que a convocação de governador de Estado por esta CPMI, para depor sobre fatos que não dizem respeito às atribuições próprias do seu governo, não viola o princípio federativo. Deve-se ter em conta que, no caso concreto, a CPMI não se interessa pelos atos de gestão ou de governança do chefe do poder executivo estadual, mas sobre seu suposto envolvimento com atividades investigadas por esta Comissão.

O autor da questão de ordem argumenta que o governador de Estado tem prerrogativa de foro no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ocorre que esse foro somente prevalece para o julgamento de crimes comuns. A propósito disso, cabe registrar que o procedimento adotado pela CPMI não se assemelha a um processo criminal, apesar de aplicação subsidiária do Código de Processo Penal, visto que a Comissão sequer aplica a pena cominada ao eventual crime cometido.

Compete à CPMI uma apuração preliminar, sendo que para aplicação de qualquer pena somente poderá acontecer mediante o imprescindível processo penal. Aliás, como bem salientou o Senador Taques, em sua contradita à questão de ordem que ora se analisa, um governador de Estado pode ser ouvido como testemunha por qualquer juízo cível ou criminal do Brasil. E mais, excetuando-se as causas criminais, um governador de Estado pode figurar como réu perante qualquer processo em qualquer comarca do Brasil.

E ninguém jamais cogitou nesses casos de pretensa violação ao princípio federativo, porque obviamente descabida.

Também não vislumbro ofensa ao princípio da separação dos poderes. José Afonso da Silva, em seu livro *Direito Constitucional Positivo,* 19ª ed., Malheiros, pág. 114, ao tratar da independência e harmonia entre poderes, destaca que: "*nem a divisão de funções entre os órgãos do poder nem sua independência são absolutas. Há interferências que visam ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos, à busca do equilíbrio necessário à realização do bem e da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um, em detrimento do outro, e especialmente dos governados"*.

Ora, no exercício dessa função judicante, cumpre à CPMI buscar a verdade, justamente em respeito aos governados, ao povo brasileiro, inclusive os indiciados que, porventura, forem inocentes.

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm previsão constitucional, nos termos do art. 58, § 3º, da Carta política que estabelece.

Art. 58, § 3º:

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Publico, para que promova responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Veja-se, portanto, que a CPMI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Para se pesquisar – atentem os senhores – todavia, o alcance desses poderes é inevitável a comparação daqueles atribuídos às demais comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Acerca dessa matéria, o próprio art. 58 da Carta Republicana estabelece:

> Art 58. .....
>
> § 2º Às comissões, em razão da sua competência, cabe:
>
> .....
>
> V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Observe-se, então, que as comissões ordinárias, despojadas de poderes de investigação, podem solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. E, em se tratando de comissão parlamentar de inquérito, o que pode mais, o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão será objeto de requisição, não de mera solicitação.

Não bastasse a Lei nº 1579, repito, a Lei nº 1579, de 18 de março de 1952, Senador Pedro Taques, recepcionada, Deputado Miro Teixeira, pela Constituição Federal, estabelece em seu art. 2º – transcrevo literalmente aos senhores:

Art. 2º No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

Como bem salientou José Afonso da Silva, "as comissões parlamentares de inquérito tiveram suas atribuições consideravelmente tolhidas no regime da Constituição revogada, sendo uma das suas marcas autoritárias."

Ao final, cabe registrar, a propósito, que a Lei nº 1579, de 1952, foi editada sob a égide da Constituição de 1946, essencialmente liberal e democrática. Então, sua recepção pela Constituição vigente evidencia-se absolutamente cristalina. Forte nessas razões e nas minhas próprias convicções pessoais, jurídicas e republicanas, indefiro a questão de ordem formulada.

Conforme convocação, a presente reunião, na sua primeira parte, destina-se à oitiva dos Srs. Gleyb Ferreira... Temos duas partes hoje. Vamos ouvir as oitivas e voltaremos aos requerimentos. Nas oitivas, seremos breves, oportunos e econômicos sob o ponto de vista procedimental. Temos *habeas corpus* em mesa – e haverei de informar a V. Exªs – que foram oferecidos e deferidos aos pacientes.

Conforme convocação, a presente reunião, na sua primeira parte, destina-se à oitiva dos Srs... Chamo Gleyb Ferreira da Cruz.

O Sr. Gleyb Ferreira da Cruz impetrou *habeas corpus.* No dia 29 de maio, o Ministro Dias Toffoli concedeu a seguinte decisão em liminar. Vou ler a decisão final:

Qual é a decisão final? *(Pausa.)*

Com essa consideração... Vou ler só a decisão do Sr. Gleyb.

Eu peço silêncio para eu ler aos senhores o HC impetrado pelo Sr. Gleyb à decisão do Ministro Dias Toffoli, para o conhecimento de todos os senhores: "Com essas considerações [as considerações do impetrante], defiro...

Eu peço silêncio aos senhores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fala do Ministro Dias Toffoli:

Com essas considerações, defiro, em parte, o pedido de liminar para assegurar ao paciente, Sr. Gleib, que não está dispensado da obrigação de comparecer à CPMI em questão; direito de exercer o seu direito ao silêncio, incluindo o privilégio contra a autoincriminação; excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas processuais; o direito de ser assistido por seus advogados, de se comunicar com eles durante sua inquirição, garantindo a todos estes advogados as prerrogativas previstas.

Em razão de o paciente estar sendo processado [como visto] em ação penal junto à 11º Vara Federal de Goiás, Processo nº [...], por crimes que integram o objeto daquela CPMI, ressalto que ele não pode ser obrigado a assinar termo ou firmar compromisso na condição de testemunha em relação aos respectivos fatos.

Expeça-se o salvo-conduto.

Comunique-se, com urgência, ao eminente Senador Vital do Rêgo.

Essa é a decisão do HC do Ministro Dias Toffoli.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, queria fazer um questionamento a V. Exª, que está com o *habeas corpus* em mão: esse *habeas* é específico para esta sessão? Ele é específico para esta reunião?

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É específico para esta sessão e específico para o paciente Sr. Gleib Ferreira da Cruz.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero sugerir ao nobre relator, quanto a todos esses indivíduos que estão envolvidos com a organização criminosa ou que já estão em processo de investigação e que já estão nominados à Justiça, que nos pudéssemos pensar na hipótese de ouvi-los numa convocação como testemunhas e em acareação com outros elementos, porque eu creio que se pode, talvez, obter melhor resultado do que trazê-los como investigados, como eles estão vindo.

É uma sugestão ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugestão feita.

Eu vou fazer ao Sr. Gleib Ferreira da Cruz a seguinte indagação...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Sr. Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, há uma decisão constitucional de que nenhum convocado é obrigado a falar. É um direito constitucional de qualquer cidadão. Por isso que não partilho de ideias, como ouvi aqui no primeiro depoimento do Sr. Cachoeira, de que é uma desmoralização para a CPMI um depoente se calar. Esse é um direito constitucional, e isso não desmoraliza a CPI.

Nesse sentido, eu acho que a CPMI deve desconhecer esse *habeas corpus*, e o depoente tem o direito constitucional de falar calado! Ele não precisa de *habeas corpus* para isso. E acho também que os nossos Pares aqui, os Deputados, não podem coagir nem se dirigir de forma desrespeitosa a nenhum depoente, porque é fácil ser valente quando o cidadão está algemado, ou quando o cidadão está acuado; difícil é ser bravo e ser valente em outras situações.

Então, esse *habeas corpus* é desnecessário, não está à altura do Supremo, e o Ministro não poderia ter dado esse *habeas corpus.* E aqui a CPMI não coage como instituição os depoentes. Não coage. Nós vamos interrogar e o depoente, se ficar calado, está exercendo o direito constitucional dele e não pode nem deve ser ofendido por nenhum parlamentar aqui presente, como às vezes acontece, mas é coisa do parlamentar, e não acho que seja valentia um parlamentar chamar um depoente de criminoso ou de...

Então, Presidente, eu quero que V. Exª dê um encaminhamento, em nome da CPMI, com essa interpretação dessa questão de ordem que eu fiz.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Presidente, como Líder, três minutinhos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a respeito da oitiva?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Isso, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, V. Exª.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Chico Alencar, embora Lopes também seja um sobrenome...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E não desonra V. Exª, com certeza.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu conheço V. Exª há quatro anos e V. Exª sempre foi um grande Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Muito obrigado. Da estirpe da Bárbara, tomara.

Sr. Presidente, só para fazer uma observação pela Liderança do PSOL.

Reporto-me a um conhecido advogado e ex-Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, em 2004, quando Ministro da Justiça, comentou a respeito de alguém que estava num inquérito, chamado Carlos Augusto Cachoeira Ramos, que ele, obviamente, não era obrigado a colaborar com as investigações e nem a oferecer a fita que gravara de um diálogo com Waldomiro Diniz, mas que isso mostrava que ele não tinha o menor espírito público e não merecia perdão.

Portanto, a crítica aos que não querem colaborar com a CPI é tão justa, correta e constitucional quanto o silêncio deles. Nós deploramos aqui que haja uma fieira, uma cascata de silêncios. Temos também o direito de interpretar esses silêncios e não podemos aqui achar que esses silêncios, para além de ser um direito constitucional fundamental, sejam bons ou irrelevantes para a CPI. Isso é muito negativo, é muito ruim, e nós já tivemos CPIs em que pessoas na cadeia colaboraram, trouxeram elementos aqui.

Portanto, a crítica a esse calar, que, para nós, é cúmplice de muitas malfeitorias, vai existir sempre da parte do PSOL, respeitado o óbvio. A gente aqui fala sobre o óbvio. Que pode se calar, pode, não precisa de *habeas corpus*, é uma demasia. Agora, a gente não pode aceitar isso como natural, normal, vida que segue. Evidente, esta é uma CPI mais de documentos do que de depoimentos. Agora, é deplorável essa postura seguida, que, pelo visto, já se anuncia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou perguntar: é uma conduta...

O SR. MIRO TEIXEIRA – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu também quero fazer um aditamento aqui ao que disse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode se manifestar, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA – ... o Deputado Vaccarezza. Eu estou muito espantado com essa ordem de *habeas corpus* que se limita a repetir o que nós seguimos aqui, o que seguimos aqui, o que dita a Constituição. Nós não somos transgressores, nós não coagimos ninguém aqui, o Parlamento não está funcionando como autoridade coatora de quem quer que seja. Isto não é palco para exibicionismo de ninguém, nem de réu, nem de advogado, nem de parlamentar, nem de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Se eu presidisse esta Comissão, eu devolveria esse instrumento ao Ministro Toffoli, porque o Supremo

Tribunal Federal já decidiu até que qualquer desacato, qualquer agravo a um depoente é crime de responsabilidade de quem o pratica. Nenhum parlamentar pode agravar quem quer que seja. Eu me sinto atingido, porque aqui nós exigimos respeito, o direito do advogado falar, como assegurado pela Constituição, como assegurado pelos códigos brasileiros, como assegurado pelo Supremo Tribunal Federal. E, de repente, chega aqui algo que não é propriamente uma ordem de *habeas corpus*. Precisaria ser melhor examinado para que nós possamos ver o que fazer diante de uma coisa desse tipo. Isso aí é para produzir notícia, para produzir fato e sensacionalismo, o que eu, devo lhe dizer, repilo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou perguntar a V. Sª, como tenho feito com todos os outros depoentes: V. Sª se presta a colaborar constitucionalmente com esta Comissão Parlamentar de Inquérito ou, na sua reserva legal, tem a condição de permanecer calado?

O SR. GLEYB FERREIRA DA CRUZ – Vou usar do direito da Constituição de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está dispensado desta reunião.

Seguinte: José Cláudio Abreu.

Antes da entrada do Sr. Cláudio Abreu, eu suspendo a reunião, por dois minutos ou pelo tempo necessário, para que cada líder de partido receba cópia de algo que me parece ser medida cautelar no *habeas corpus*, que é uma prestação jurisdicional que a Justiça tem a obrigação de dar aos senhores impetrantes, para que não apenas eu possa ler, mas para que os senhores possam acompanhar – pelo menos aos senhores líderes –, para esta Comissão ter conhecimento, para socializar comigo a decisão de um outro Poder, que é o Supremo Tribunal Federal.

Ficam suspensos os nossos trabalhos enquanto perdurar a multiplicação de todos os HCs que chegaram a esta Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 59 minutos.)

(A reunião é reaberta às 11 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos retomar nossos trabalhos.

Cada um dos depoentes está amparado por um *habeas corpus* expedido por diversos ministros. Peço a atenção dos senhores.

Cada um dos depoentes tem um *habeas corpus*, cuja liminar, em síntese, tem o mesmo objeto. A diferença está na subscrição dos eminentes ministros relatores de cada um deles.

A Comissão vai, efetivamente, posicionar-se oficialmente porque teve já, ao longo desse intervalo, a oportunidade de ouvir diversas lideranças, de forma informal, alheio ao microfone, mas extraindo dos senhores o inconformismo, a desnecessidade dessa ordem judicial, até porque já se houvera dado, desde o Sr. Carlos Augusto até o Sr. Gleyb, próximo passado, todas as garantias constitucionais e nenhum tipo de coação.

O que a Comissão lamenta, e vai dizer isso oficialmente ao Supremo Tribunal Federal, é que, processualmente, os Srs. Ministros não tiveram a acuidade de pedir sequer uma informação à Comissão, que, de direito, caberia pedir. Se estava havendo algum tipo de manifestação arbitrária ou coercitiva por parte da Comissão, para que se dessem garantias constitucionais ao pacientes, ora impetrantes dos *habeas corpus*.

Mas, nada nos tirará do nosso foco investigativo. Não serão essas manifestações, que, repito, haveremos de respeitá-las. Enquanto eu for presidente eu terei sempre a mesma conduta inflexível e imparcial em respeito à Justiça e aos Poderes constituídos.

Que chamem aqui o Sr. Cláudio Abreu.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não chamem ainda o Sr. Cláudio Abreu, por favor.

Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, tenho um esclarecimento a fazer. Um companheiro até percebeu errado a minha fala, porque eu não dirigi a V. Exª qualquer crítica. Pelo contrário, a V. Exª só tenho elogios a fazer, pela maneira democrática como conduz as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, deixo isso claro. Falei no ouvido do companheiro. Se falei no ouvido do companheiro, devo dizê-lo publicamente.

Em relação a esse *habeas corpus*, o requerimento é um direito. Agora, o cuidado comezinho de requerer informações à Comissão Parlamentar de Inquérito, o Supremo deveria ter tido, sim, e estamos aí para divergir mesmo. Achamos que as instituições têm que respeitar umas às outras. E a divergência democrática deve ser exposta publicamente.

Então, cumprimento V. Exª e insisto – sou uma pessoa muito boa, de muito boa paz: eu botaria isso aqui num envelope e mandaria de volta para o Supremo Tribunal Federal. Poderia mandar uma pergunta também: se uma testemunha, quando vai depor perante um juiz, vai munida de um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal; se algum réu desses aqui for depor na 11ª Vara Federal, em Goiás, vai munido de *habeas corpus?* Será que ao juiz é atribuída a suspeita de que não cumprirá a Constituição e as leis? Eu acho que não podem também nos atribuir essa suspeita.

V. Exª está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a solidariedade do Deputado Miro Teixeira.

Com a palavra o Deputado Onyx e, em seguida, Picciani, para que nós possamos avançar com a reunião administrativa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu quero enfatizar aqui o item 9 do *habeas corpus* na decisão da Ministra Carmen Lúcia, porque acho que complementa a fala do Deputado Miro e de outros Deputados que me antecederam.

Vou ler rapidamente, porque é muito curtinho:

De se acentuar que o direito ao silêncio mencionado na vasta e sedimentada jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal refere-se, como é óbvio, ao direito de calar para não se autoincriminar, nos termos constitucionalmente assegurados no art. 5º da Constituição.

Aí a Ministra grifa:

Significa dizer que o convocado decide sobre o que há de responder ou não sobre o conteúdo do que lhe seja perguntado, para tanto podendo, inclusive, contar com o apoio e assessoria dos seus advogados, sempre considerados os limites do que pode ser a base de sua autoincriminação e apenas isso.

Portanto, creio, Sr. Presidente, que para figuras-chave seria importante que o Sr. Relator fizesse um rol de perguntas que julgasse adequadas para que a pessoa pudesse fazer a seleção das respostas; de igual modo, os parlamentares se valendo desse direito, respeitando aquilo que a Constituição assegura.

Por exemplo, na figura desse cidadão que vai entrar aqui agora, Cláudio Abreu, esta CPMI ainda vai achar um mecanismo para fazê-lo depor verdadeiramente aqui, e deixando de lado toda e qualquer circunstância que lhe proteja, apenas naquilo que a Constituição lhe assegura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Preliminarmente, eu e o Vice-Presidente aqui estamos entendendo ser pertinente a observação de V. Exª. Eu gostaria que V. Exª viesse à Mesa para detalhar com o Relator essa sua sugestão.

Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Sr. Cláudio Abreu virá hoje a esta CPMI em que condição: ele deporá como testemunha ou como indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como indiciado.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Então, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que, em face do relatório da Ministra Carmen Lúcia, os advogados do Sr. Cláudio Abreu, com uma assertiva falsa, levaram a Ministra a um equívoco. A principal razão afirmada pelos impetrantes, o principal pedido é o de que o Sr. Cláudio Abreu, apesar de estar indiciado, teria que vir a esta Comissão na qualidade de testemunha, e, aí sim, sob juramento, produzir provas contra si próprio. Houve, aqui, um equívoco por parte dos impetrantes do *habeas corpus* que levou a Ministra Carmen Lúcia a decidir, na minha opinião, equivocadamente, vez que tinha as informações equivocadas. A principal razão da concessão do *habeas corpus* é que o Sr. Cláudio Abreu viria na condição de testemunha. Se esse fosse o caso, estaria certo o *habeas corpus*. Não é. A Ministra Carmen Lúcia precisa saber que foi levada a erro pelos impetrantes do *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As garantias são as mesmas.

Senador Alvaro Dias, vamos ver se nós terminamos, porque há requerimentos administrativos a serem votados de suma importância.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Serei breve. Eu quero apenas fazer uma observação, e não é em defesa dos Ministros do Supremo, porque eles não necessitam, é claro, da minha advocacia nesse caso.

O que ocorre nesta CPMI é o que vem ocorrendo em todas as outras. Essa é a posição do Supremo quando o advogado requer *habeas corpus* quando de depoimento de pessoas indiciadas. Não vejo diferença entre a decisão adotada pelos Ministros nesta CPMI Cachoeira e a decisão de Ministros em outras CPIs.

Ocorre que não há necessidade da solicitação desse *habeas corpus*. Os depoentes não precisariam recorrer ao Supremo para invocar o direito constitucional de permanecerem calados e de não deporem contra si próprios.

Portanto, discordo das alegações dos meus colegas em relação ao procedimento adotado pelos Ministros. Apenas concederam liminar sustentados pela legislação vigente. É direito constitucional do depoente permanecer calado, e o Supremo não poderia obrigá-los a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos chamar aqui, agora... Está encerrado. Vamos chamar... Por favor...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí merece uma ressalva, Senador Alvaro. Ninguém disse que eles deveriam ser obrigados a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Eu peço, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí é uma deformação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, vamos chamar Cláudio Abreu, para que eu possa avançar com os trabalhos.

Que chamem o Cláudio Abreu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Cláudio Abreu, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, o senhor, por favor, interrogue, a cada um deles, se a sessão fosse secreta, se eles falariam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer isso. Vou fazer isso, Sílvio.

O Sr. Cláudio Abreu, por favor. *(Pausa.)*

O Sr. Cláudio Abreu acompanhado de seus advogados.

Sr. Cláudio Abreu, eu vou lhe fazer uma pergunta que faço a todos os indicados: se o senhor, estando aqui presente, pode colaborar, mesmo numa sessão secreta, conforme sugestão desta comissão, com a comissão, esclarecendo os fatos que lhe são imputados ou prefere, guardadas as suas reservas constitucionais, permanecer calado.

O SR. CLÁUDIO ABREU – Vou me reservar no direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, o senhor está dispensado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Se a sessão for secreta, o senhor falaria?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já fiz essa pergunta, Silvio.

O SR. CLÁUDIO ABREU – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Desculpa, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Que seja chamado o Sr. Lenine Araújo de Souza. *(Pausa.)*

E vou fazer com secreto para todos eles. Vou usar a mesma manifestação para todos eles, inclusive secreto. *(Pausa.)*

Sr. Lenine Araujo de Souza, acompanhado pelo seu advogado: farei a V. Sª a mesma pergunta que fiz aos outros depoentes. Se V. Sª, estando presente à Comissão, perante os nossos pares, mesmo em sessão secreta, por sugestão dos nossos pares, pode colaborar com esta comissão esclarecendo fatos que lhe estão sendo imputados em processos em que V. Sª consta como indiciado, ou quer reservar as suas garantias constitucionais e permanecer calado?

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Excelência, pela ordem. O Sr. Carlos Augusto foi acompanhado por dois advogados. Eu vim acompanhado pelo Dr. Hélio Luiz Barbosa. Será que ele também poderia acompanhar o ato?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode, sim.

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu perguntei ao Sr. Lenine, e peço uma resposta de V. Sª.

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Eu respondo a um inquérito e amanhã estarei em Goiânia para ouvir a oitiva de testemunhas de acusação e de defesa e na sexta feira sou interrogado nesse inquérito. Eu queria, dentro da medida do possível, colaborar com os senhores, inclusive esclarecer alguns pontos até sobre a minha pessoa, sobre a minha pessoa, porque eu vejo que estão cometendo certas injustiças com a minha pessoa. Mas certas coisas eu vou ficar impossibilitado de falar por causa da minha audiência da sexta feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor vai permanecer calado, ou o senhor gostaria de falar alguma coisa hoje aqui?

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Eu queria falar alguma coisa. Será que eu posso? É a respeito da minha defesa pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar. Nós agradecemos a sua colaboração.

Vou passar a palavra ao Sr. Relator, desde já agradecendo a sua colaboração. *(Pausa.)*

O senhor tem direito a seu tempo preliminar. Comece falando, depois o Relator vai usar da palavra e depois os senhores Parlamentares.

O senhor pode falar o que o senhor quiser no tempo de vinte minutos. Por favor. E agradeço desde já a sua colaboração.

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Muito bem. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos senhores Deputados e Senadores, e saber que a minha pessoa... Ao longo de 45 anos, nunca fui preso na minha vida, nunca fui algemado, nunca respondi a nenhum inquérito, não tenho uma infração sequer de qualquer coisa, nenhum delito. De repente, acordei, no dia 29, assustado com um inquérito contra mim que eu não sabia nem o que era. Depois, eu me apresentei-me livremente à Polícia Federal. Abri mão de falar para falar somente em juízo, até porque eu não tinha conhecimento do que eu estava sendo acusado naquele momento, e eu me apresentei livremente.

Fui transferido, no dia 13, para um presídio de segurança máxima, regime RDD. Ao chegar lá, fui para o isolamento e fiquei durante 15 dias isolado

numa cela, sem direito a banho de sol, sem direito a livro, sem direito a revista, sem direito a visitas. Nesse meio tempo, a única forma de comunicação que eu tinha era uma portinha externa por onde eu mandava requerimentos. Mandei uns três requerimentos para o psicólogo do presídio, falando que, naquele momento, eu estava debilitado, não estava dormindo, não estava me alimentando e precisava ser ouvido ou medicado por ele. Depois de três requerimentos, ele me chamou. Chegando lá, o psicólogo falou que eu não tinha perfil para estar naquele presídio, até porque eu fui enviado para aquele presídio por questões de segurança. Falaram que a minha pessoa, naquele momento, correria risco e que eu estava sendo enviado para lá por questão de segurança. Após isso, o psicólogo falou que, nesse caso, eu teria que ser ouvido pelo juiz federal de lá para saber se realmente eu teria pedido para ficar em segurança, se eu estava preso lá por motivo de segurança.

Nesse meio tempo, recebi a denúncia e o inquérito contra a minha pessoa lá em Mossoró. Eu vi, inclusive, que o Ministério Público não me mandou para lá; não havia pedido do Ministério Público me mandando para um regime RDD. Enquanto isso, meus advogados entraram no TRF, e eu consegui retornar para Brasília. Mas, mesmo assim, eu fiquei no isolamento durante 15 dias e, depois, mais 10 dias em regime RDD. Aí eu tinha direito a duas horas de banho de sol, ficando numa cela isolada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – RDD é Regime Disciplinar Diferenciado.

Em 45 anos de vida, nunca tinha sido preso, nunca fui algemado, nunca fui denunciado, nunca fui condenado por nada. Isso me causou profundos problemas psicológicos, a mim, à minha família, à minha esposa. Tenho dois filhos menores, um de 15 e outro de 8 anos. Isso me causou profundos problemas psicológicos.

O presídio deve ter lá todos esses relatórios que eu mandei por escrito, quando estava preso, inclusive a entrevista que eu tive com o psicólogo, que ele fala que eu não tenho perfil para estar lá dentro. Então, eu me senti humilhado e injustiçado. Inclusive ele perguntou para mim se eu estava achando que era justo, e eu falei que não.

Aí retornei a Brasília. Eu tive uma vida empresarial. Ao longo da minha vida, tive empresas. Sou administrador de empresa formado filiado ao Conselho Regional de Administração. Tenho os meus imóveis, administro os meus imóveis.

Queria repetir que eu não sou sócio de nenhuma empresa que está ligada a todos esses... ao que está acontecendo na mídia. Não sou sócio. Não me consi-dero braço direito do Sr. Carlos, como me denunciaram e me sinto injustiçado quanto a isso.

Os meus bens estão declarados na minha declaração de Imposto de Renda. Sou procurador de um *site* que é do profundo conhecimento da Polícia Federal e no momento até quando eu me apresentei à Polícia Federal eu usei o meu direito constitucional de falar em juízo, até porque eu precisava saber do que eu estava sendo denunciado.

Estou hoje na ala federal da Papuda. O contato que tenho com os meus advogados é muito restrito, através do interfone, através de um vidro. E até hoje eu não consegui expor a minha defesa como eu gostaria de expor a eles, dessa forma, quanto a isto, sobre a orientação deles e sobre o que eu penso também.

No momento oportuno, na minha audiência, vou falar o que eu devo falar, o que eu acho que devo falar, do que eu acho que estou sendo acusado. Intenções também terei de colaborar com os senhores, só que dentro do inquérito não vou poder falar nada, até porque eu na sexta-feira vou ter uma oitiva. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor pode fazer pela ordem, sim. O senhor tem garantia sim.

O SR. RICARDO HASSON SAYEG – Excelências, amanhã é o dia da oitiva das testemunhas de acusação e de defesa perante a Justiça Federal. Depois de amanhã, vai ser o interrogatório dele.

Este Congresso Nacional recentemente alterou o Código de Processo Penal para que a pessoa fosse ouvida depois de todas as provas coligidas contra ela, para que ela tivesse de forma democrática a possibilidade de se explicar ao longo de tudo que foi apurado.

A ocorrência desse depoimento na data de hoje, um dia antes de se colherem as testemunhas, de ele tomar conhecimento do que as testemunhas de acusação dizem contra ele e da oportunidade de ele ser interrogado e se explicar em juízo dificulta muito a colaboração dele. E é nessa linha que nós, advogados, o estamos instruindo.

Nós, como brasileiros, pais de família, temos o interesse de que os trabalhos deste Congresso Nacional tenham um bom resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. A garantia constitucional reservada a V. Sª, e estamos falando de advogado para advogado, de acordo com o Estatuto dos Advogados, é nas questões de fato. Na questão de fato, V. Sª tem todo o direito de pedir a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO HASSON SAYEG – Da questão de fato, não poderia ser adiada essa oitiva dele para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós podemos fazer isso desde que ele manifeste publicamente a condição, desde que ele manifeste à Comissão que, na próxima semana, na próxima terça-feira, virá aqui falar e colaborar com a Comissão. Podemos fazer publicamente este entendimento.

O senhor colaborará com a Comissão, na próxima terça-feira, Sr. Lenine Araújo de Souza?

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Eu só queria esclarecer com o meu advogado aqui se até terça-feira... Eu sei que, depois da minha oitiva, eu acho que são cinco dias de prazo que eu tenho para minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concordo. São cinco dias de prazo. Concordo com o senhor.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Depois da minha defesa, a defesa que o juiz der ao meu advogado, eu estarei disposto a colaborar com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência concede a V. Sª, com a concordância do Relator, com a concordância de todos os membros do colegiado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, conversei com o Vice-Presidente agora e com V. Exª, tendo em vista este espírito do Sr. Lenine de colaborar com a Comissão, de falar francamente, tenho a impressão de que não tem sequer *habeas corpus*, ele não está sendo coagido aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem, mas ele está disposto a colaborar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas está aqui querendo colaborar

...que nós inovemos aqui de certa maneira e que possamos mandar ao juiz da 11ª Vara da Justiça Federal de Goiás, parece, depois os advogados dariam corretamente aqui a quem nos dirigirmos, talvez para efeito de análise da dosimetria da pena, se houver condenação, um certificado de que ele veio aqui, colaborou, falou francamente – claro que exercendo seu direito de não se autoincriminar – e se ofereceu para voltar em outro dia.

Parece-me de boa prática, se todos, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos autorizar...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, só uma questão, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ele, na fala preambular dele, falando das questões internas, do encarceramento injusto e abusivo, e eu concordo com o preso neste aspecto, acho que... Entendo que exageraram ao traçar o perfil do senhor, diferentemente do que o Departamento de Psicologia Penitenciário traçou, mas o senhor tocou em dois pontos que poderíamos até ter como relevantes. O senhor disse que é empresário e que não é sócio de nenhuma empresa do esquema Cachoeira. Então, isso é fato que nos interessa. Queria saber do senhor por quê.

O segundo ponto, o senhor falou que não é braço direito, e ainda chamou o Sr. Carlinhos Cachoeira de uma forma bem respeitosa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Eu peço, eu peço ao Deputado Protógenes...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Espera aí, espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ele deu duas indagações aqui importantes, ele antecipou...

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rego. PMDB – PB) – Aí nós vamos...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ele antecipou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Espera aí, vamos perder o princípio da oportunidade? Ué? Aqui é o quê? Não é uma comissão parlamentar mista de inquérito?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Inscrevo-me também nesta oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Nós vamos... nós vamos... Por favor, permita-me, Deputado Protógenes, nós estamos entrando em entendimento com o advogado da parte. Na próxima semana, após a oitiva de V. S. no juizado federal, nós ofereceremos cinco dias de prazo, com a concordância do Relator e da Comissão, para que V. Exª volte a esta CPMI na condição que está hoje, mas com todo o intuito de colaborar. E assim será... V. Exª ... *(Pausa.)*

E com a sugestão do Deputado Miro Teixeira.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rego. PMDB – PB) – Não, deixe-me só ouvir...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – É porque eu acho...

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rego. PMDB – PB) – Deixe-me só ouvir a...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Porque, aparentemente, parece que o Deputado Protógenes estava querendo fazer questionamentos. Eu entendi do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ele fez...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...que ele não falaria nada relativo ao inquérito. Algumas perguntas não se referem ao inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Eu vou ouvi-la, Exª.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Eu vou ouvir...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não se referem ao inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – O Deputado Protógenes colocou as suas questões, e ele vai, ao final, ao final da minha indagação, respondendo a minha indagação, puxar a do Deputado Protógenes, e a gente encerra a sua participação.

Por favor.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Dr.... eu... Sr. Presidente, Exmo., eu lhe disse que estaria disposto a colaborar após o meu inquérito, porque eu sou denunciado, até porque eu também não sei quais são... A testemunha de acusação vai falar amanhã. Não sei ainda do que eu sou acusado direito, não é? Então, nesse momento, eu não sei o que eu posso falar e o que eu não posso falar, o que vai me incriminar, o que vai contar contra mim, o que vai contra o meu direito, o meu direito constitucional. Mas eu queria deixar bem claro que eu estou disposto a colaborar depois dos meus atos de defesa, claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok. Sobre o Deputado Protógenes, alguma resposta?

Por favor, Protógenes, deixe-o só responder.

Alguma resposta?

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Exmº, esta forma que eu penso: a testemunha de acusação vai me acusar amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – ...então eu vou estar ciente de tudo o que está acontecendo contra o meu fato...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – ...e depois volto a colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – O Sr. está liberado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, um pedido rápido. O senhor não poderia colocar essas testemunhas, os indiciados à mesa para que a gente possa ver a cara de quem está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós estamos providenciando tecnicamente...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Fica muito ruim, Presidente, de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...essa condição, Francischini. Por favor.

Eu vou ler para os senhores. Aqui tenho mais duas informações para dar aos senhores, por bondade.

O Sr. Jayme Eduardo Rincon, por favor....

(A Presidência faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho duas testemunhas... *(Pausa.)*

Eu tenho... *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

Eu tenho aqui duas informações a respeito das duas testemunhas de hoje. Cadê os atestados?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estamos ouvindo o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feche a porta, por favor. Eu tenho duas informações. Estão aqui. Tenho duas informações a respeito das duas testemunhas que estão convocadas para a reunião de hoje. O Sr. Jayme Eduardo Rincón apresentou a esta Presidência um atestado médico solicitando o adiamento da sua oitiva até a reversão do seu estado de saúde. O atestado médico do Sr. Jayme Eduardo Rincón foi visto por esta Presidência com uma preocupação, porque o seu médico – e aqui está com a documentação em anexo – diz que ele está acometido de um tratamento de aneurisma cerebral. E foi feita preliminarmente por esta Comissão a avaliação dos exames que vieram acompanhados do presente atestado.

De plano nós deferimos o adiamento do seu testemunho na data de hoje. E vamos conversar com a equipe médica para saber a oportunidade de trazê-lo, porque é imprescindível a presença da testemunha dentro de um quadro regular do seu estado de saúde. Vamos, esta semana ainda, conversar com a equipe médica que acompanha o Sr. Jayme Eduardo Rincón.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas um esclarecimento: ele estava sendo, o Sr. Jayme Eduardo Rincón estava sendo convocado como indiciado. E agora apareceu hoje aqui como testemunha. Houve alguma mudança?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Não foi como indiciado, não. Foi como testemunha sempre.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Desde o início?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desde o início.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Rodrigo Moral Dall Agnol, convocado como testemunha, apresentou um *habeas corpus*. O Picciani, agora há pouco, tocou nesse assunto e eu me preocupei. Reincidentemente houve uma confusão do Supremo Tribunal Federal. Na decisão da Ministra Rosa, ela coloca aqui: "No ato de sua convocação, não há esclarecimento se será ouvido o impetrante na condição de investigado ou como testemunha". Para nós tanto faz – nós estamos convocando –, mas para o Supremo merece informações.

Então estou adiando de pronto para informar hoje ainda à Comissão, ao Supremo Tribunal Federal para que ela levante a ordem de *habeas corpus* e, na próxima semana, a testemunha venha. Aí, sim, nós teremos saneado essa falha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E ele é testemunha.

Eu chamo o Sr. José Olímpio de Queiroga Neto que é o último dos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, sobre a questão do Rodrigo ainda, questão de ordem. Pensei que estava... A inclusão do Sr. Rodrigo foi feita ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rodrigo?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não. Estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Rodrigo já está chamado há...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não. A inclusão na oitiva de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desde sexta-feira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desde sexta-feira. Presidente, eu queria uma cópia de cada ordem de *habeas corpus* concedido, de cada uma, porque está parecendo, só para que todos saibam, que está tudo muito igual.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Parece que é no mimeógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está sobre a mesa a nota da Comissão para o crivo de V. Exªs.

Sr. José Olímpio Queiroga Neto, eu farei a V. Sª a mesma pergunta que tenho feito aos outros depoentes: V. Sª permite colaborar com esta Comissão, inclusive em reunião secreta, se porventura desejar, para tecer esclarecimentos colaborativos acerca de fatos que lhe são imputados ou prefere se resguardar nas suas garantias constitucionais?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO QUEIROGA NETO – Eu prefiro... Vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, V. Sª está liberado.

Suspendo os trabalhos até...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente pela ordem...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, só pela ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

Vamos começar a dar continuidade à nossa sessão administrativa de ontem, imediatamente, ato contínuo.

Por favor, Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Desculpe-me, mas eu gostaria de ter a confirmação da Secretaria desta Comissão a respeito da convocação do Sr. Rodrigo Moral. Ele não se encontrava nesta convocação de oitiva. Ele apareceu aqui, pelo menos para o meu gabinete, para os meus assessores, apenas ontem à noite. Então, acho que é uma questão de esclarecimento. Não tem nenhum problema. Mas eu gostaria de ver que ele faz parte desta convocação há mais tempo, porque só entrou o nome dele ontem à noite. Não estava o nome dele antes disso, para o meu conhecimento, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Essa pergunta eu fiz ao Presidente que está saindo e me respondeu que não.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos pedir para a Secretaria prestar informação à Mesa para informar V. Exª.

Pois então, vamos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu pedi pela ordem, antes, ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, quero só aproveitar brevemente essa questão

de ordem, para sugerir ao Sr. Relator, nobre Deputado Odair Cunha, que:

Primeiro, todas as convocações que nós fizemos, sob qualquer característica, que elas sejam transformadas para que as pessoas venham na condição de testemunha. Isso já resolve uma parte dos nossos problemas.

Segundo, como V. Exª tem um organograma da organização criminosa, aqueles que fazem parte do núcleo da organização, eles pudessem ser ouvidos, Sr. Relator, em duplas, em acareação, ou em trio, por exemplo. As pessoas que vieram aqui hoje, todas elas têm conexão entre elas, e operavam na organização. Talvez se três ou quatro se sentam aí, como testemunhas, e eu conto o que aconteceu com o Lenine, que começa a falar e levanta fatos que podemos confrontar, podemos fazer com que literalmente as pessoas falem, e, ao falarem, aumenta a possibilidade de que nossa investigação possa ter mais sucesso.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, eu queria ponderar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes, quero responder à questão de ordem, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Deixe-me terminar, Presidente.

...que a gente pudesse pensar em promover acareações. Elas são mais produtivas do que as análises individuais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só para responder a V. Exª, as acareações devem ser objeto de um requerimento próprio. Portanto, se V. Exª quiser que nós façamos acareações aqui, V. Exª e qualquer dos membros poderão colocar os seus requerimentos para isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Caro Presidente, veja, estou tentando processualmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É uma sugestão de V. Exª ao Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, Paulo Teixeira, Presidente, temos mais de sessenta convocados. Se o Sr. Relator criar o requerimento de acareação, ele o submete e nós aprovamos por unanimidade. Estou até sugerindo ao Sr. Relator que ele exerça o seu poder de ajustar isso e nós vamos ganhar muito mais efetividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Registrada a sugestão de V. Exª.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes o relator. Depois vou passar a palavra ao Senador Randolfe, ao Delegado Protógenes...

Vou inscrever V. Exª

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na linha do que sugere o Deputado Onyx Lorenzoni, nós podemos, sim, estabelecer conexões até para facilitar o andamento dos trabalhos aqui e a gente ter condição de ouvir mais pessoas, ao mesmo tempo, na medida em que temos muitas pessoas.

Com relação às testemunhas, o que nós estamos estabelecendo é que as pessoas que já estão indiciadas no processo junto à Justiça Federal, nós as estamos tratando como indiciadas, as outras... Nós já aprovamos ontem muitas pessoas que virão a esta CPMI na condição de testemunha. Então, eu creio que vamos avançar muito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou acatando quatro questões de ordem, do Senador Randolfe, do Deputado Protógenes, do Deputado Mendes Thame e do Deputado Vaccarezza...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... e o Deputado Rubens. Aí eu termino para entrar na reunião administrativa. Rubens Bueno.

Para uma questão de ordem o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem e pedir...

Na verdade, eu precisaria, para essa questão de ordem, da atenção do nosso relator, do relator, Odair Cunha. Só um minuto. Serei breve, meu querido e caríssimo Deputado Odair.

A questão de ordem diz respeito...

Na verdade, são duas questões. A primeira... Ontem nós aprovamos, com nosso voto favorável, um requerimento convocando o vereador Elias Vaz, do PSOL, de Goiânia.

Eu tenho informação de que o vereador quer vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e quer colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu queria solicitar, o quanto antes fosse possível, a antecipação da presença de Elias Vaz aqui pelas informações que ele anuncia serem prestimosas ao trabalho desta Comissão.

A segunda questão de ordem... Aí me dirijo a V. Exª, relator Odair Cunha. Ontem eu protocolizei um conjunto de requerimentos de quebra de sigilo fiscal e bancário de 29 empresas que receberam recursos de Alberto Pantoja/Delta.

Do Requerimento nº 370 até o Requerimento nº 401, Itens 135 a 166 da pauta.

Ontem nós aprovamos uma mesma sequência de requerimentos, que não tratam do mesmo objeto, de S. Exª o Deputado Dr. Rosinha. Ocorrem que os requerimentos do Deputado Dr. Rosinha foram protocolizados após os nossos requerimentos. Não estou contra os requerimentos do Deputado Dr. Rosinha; eu queria só uma explicação por parte do relator sobre o critério para termos aprovados inicialmente mesmo cronologiamente depois de terem sido protocolizados os requerimentos do Deputado Dr. Rosinha e os nossos requerimentos já protocolizados ainda não terem sido encaminhados por V. Exª para apreciação aqui do Plenário.

Eram essas as questões de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o relator, Deputado Odair Cunha, para responder à questão de ordem do Senador Randolfe.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente devia ser questão de ordem mesmo, porque V. Exª está concedendo a palavra para questão de ordem e as pessoas não estão fazendo questão de ordem. Isso que o senador Randolfe acabou de fazer não é questão de ordem; é pela ordem. Ele não citou nem um artigo do Regimento. Então, ou a gente realmente vai para o Regimento, ou essa CPMI não avança. Então eu pelo a V. Exª que quando alguém pedir questão de ordem pergunte qual é o artigo do Regimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem! Então eu devolvo a palavra ao deputado Odair e aos demais peço que observem a questão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Sr. Presidente, a questão central é que aos requerimentos do Dr. Rosinha nós demos parecer favorável porque tinham a ver exatamente com as operações Monte Carlo e Vegas. Por isso, diretamente, diante desse fato, nós encaminhamos favoravelmente.

Agora, a pauta de hoje é a pauta que nós apresentamos ontem. Foi a pauta distribuída pelo Presidente desta CPMI. Se algum Parlamentar quiser inclusão na pauta de algum requerimento já apresentado precisa ter apoio regimental para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu quero que se distribua a pauta remanescente. Eu quero que observem os demais agora: todos levantaram questão de ordem. Quero que indiquem qual é a questão de ordem e...

Então, passo a palavra ao Deputado Protógenes.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu distribui uma nota sobre as últimas declarações...

Peço a atenção dos eminentes Pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Protógenes, peço a compressão de V. Exª, porque queremos entrar na pauta administrativa. Se V. Exª concordar, depois do debate da pauta...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, sobre esse assunto. Mas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto. Eu sei, mas só quero propor a V. Exª se que lhe seja concedida a palavra depois da votação da pauta.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Trata-se de uma questão importante, Sr. Presidente. Depois de minha fala, vou fazer uma indagação a V. Exª e ao Relator, sobre a existência de um requerimento, que não está aqui presente, quanto ao fato relatado.

Então, inicialmente, preciso expor, para depois indagar, porque, do contrário... Só pediria paciência de V. Exª nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu pediria brevidade a V. Exª

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Está bom.

Eu distribui aos nobres Pares uma nota a respeito das declarações do Ministro Gilmar Mendes. Vou lê-la e, após, farei indagação de ordem à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Protógenes, eu gostaria de insistir com V. Exª.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – É rápido, Sr. Presidente, uma folha só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na minha opinião, a questão que V. Exª coloca, na minha opinião, pode ser, tranquilamente, discutida depois da votação da pauta. Esse tema que V. Exª traz deve abrir um debate importante nesta CPIM.

Então, eu gostaria de pedir a compreensão de V. Exª. Faríamos uma inversão. Entraríamos na discussão da pauta e, depois, realizamos esse debate.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Está bem, Sr. Presidente. Eu vou usar o meu tempo como Líder do PCdo B, na Câmara .

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ótimo. Eu já inscrevo V. Exª para que fale depois sobre isso.

Deputado Mendes Thame, qual a questão de ordem de V. Exª? Não há. Então, vamos em frente.

concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, desde ontem, também

a pedido do Presidente Vital do Rêgo, passamos ambos para hoje.

Antes mesmo que V. Exª me solicite, digo-lhe que farei na maior brevidade possível.

Trata-se de uma questão de ordem.

Sr. Presidente, estamos assistindo aqui, ontem e hoje, sessões transcorrendo na maior calma, na maior calmaria, como se, lá fora, nada estivesse acontecendo. No entanto, posso lhe dizer que, nesses seis mandatos na Câmara, poucas vezes assisti a um fato de tamanha gravidade. Trata-se de uma questão com implicações procedimentais aqui com esta CPMI. Esse fato da maior importância é o episódio deprimente de uma alta autoridade do Judiciário, o Ministro do Supremo, ter sofrido...

Sr. Presidente, já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, nós já decidimos que vamos debater esse tema depois da votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sim, mas é só uma interpelação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Há um requerimento de minha autoria para debater.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Certo.

O que queremos que aqui ocorra é que haja uma manifestação formal desta Presidência, da Vice-Presidência, do Relator, a respeito do assunto, porque esta CPMI foi utilizada como moeda de troca nessa tentativa de assédio de um Ministro.

Portanto, cabe-nos aqui uma manifestação formal a sociedade, que espera que esta CPMI diga: Nós não temos comando. Muito menos um comando externo. Os Deputados e Senadores que aqui estão, conquanto já tenham manifestado que o caso desse episódio insólito ser decidido no nível do Judiciário, primeiro, por um inquérito procedido pelo Ministério Público e, depois, se houver a denúncia, uma ação penal, mesmo assim, não podemos ficar nessa mansidão, como se nada estivesse ocorrendo.

A nossa manifestação pela ordem é no sentido de que essa manifestação formal seja procedida pela Presidência desta CPMI.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Pela ordem, o assunto é CPI, não é assunto de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero aqui pedir...

Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas, eu só quero pedir duas atenções de V. Exªs.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu só quero fazer uma pergunta a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª vai fazê-la, mas eu quero que V. Exª aguarde. As questões de ordem e pela ordem, elas têm de ter como centro a pauta.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – É a pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Segunda questão: eu já decidi, a partir da fala do Deputado Protógenes, que esse debate trazido aqui pelo Deputado Protógenes e pelo Deputado Mendes Thame, nós o faremos depois da votação da pauta. Portanto, quero aqui ir adiante, coordenando os trabalhos.

Quero perguntar ao Deputado Vaccarezza...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – A minha questão de ordem, Sr. Presidente, trata de questões constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... a questão de ordem de V. Exª. Então vamos, a palavra está com V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, com base no art. 153 do Regimento Comum, ontem, o Deputado Onyx fez um encaminhamento, e me pareceu que o Relator concordou, e vários Deputados e Senadores aqui concordaram, que eu queria, por razões constitucionais, contra-arrestar e pedir ao Relator e à CPI que tomassem cuidado para não cometermos atos de ilegalidade, o que não era o objetivo do Deputado Onyx. O objetivo era fazer melhor a investigação. Nós não podemos convocar para falar nesta CPI, porque facilitará o nosso trabalho, uma pessoa que é indiciada na condição de testemunha. Essa condição de indiciado, testemunha e investigado é regulamentada pelo Código de Processo Penal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não só.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não só: também pela Constituição, e tem base legal.

Então, o cidadão... Nós não podemos, nesta CPMI, utilizar uma esperteza, no bom sentido, para investigar as pessoas.

Por outro lado – Relator, por favor, isso aqui é um dos pontos fundamentais para o processo de investigação, pelo menos, entendo dessa forma –, esta CPMI não pode se deixar burlar por uma pessoa que chega aqui e se declara réu. Não pode. Então, nós não vamos...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pode.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Ele pode. Mas nós aqui não poderemos sair do que rege a Constituição Federal, não só porque a...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para contraditar depois.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Porque nós a cumprimos. Por outro lado, mesmo com a contradita, que ainda não ouvi, qualquer processo de convocação tem de votar como manda o Regimento, um a um. E gostaria que, quando o Relator for convocar uma pessoa como investigada ou como testemunha, seja votado individualmente, e não em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Rubens.

Um minuto. Vou dar a contradita ao final.

Deputado Rubens, abre mão da palavra?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, Sr. Presidente, até porque ontem abri mão da palavra, muitos falaram repetidamente e eu não consegui falar o que eu deveria, então, peço a V. Exª que garanta meu direito de falar, pelo seguinte: nós recebemos um relatório do Coaf e esse relatório, que está nas mãos do Relator e da CPI, indica uma relação entre a empresa Vitapan, que é a indústria farmacêutica do Sr. Carlinhos Cachoeira, com a Leão & Leão. Essa relação vem desde 2005, identificada neste relatório. O que chama a atenção é que ali não se identifica qual a relação existente. Então, solicito ao Relator e a V. Exª que peça ao Coaf a explicação dessa relação, até porque, em 2005 – isso foi noticiado amplamente – a Leão & Leão era uma empresa de coleta de lixo de Ribeirão Preto, acusada de distribuir mesadas no governo do Sr. Antonio Palocci como Prefeito, o que até hoje não foi devidamente esclarecido, não só em Ribeirão Preto como em vários pontos do País. Então, peço ao Relator e a V. Exª que solicite esclarecimento ao Coaf sobre essa relação entre a Vitapan Indústria Farmacêutica e a Leão & Leão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A contradita, tanto tempo depois da questão de ordem, fica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para contradita do Deputado Miro Teixeira, depois Deputado João Magalhães, Deputado Garotinho, e vamos para a pauta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A minha contradita, a rigor, poderia ser olhada até como aditamento à questão levantada pelo Deputado Vaccarezza. É que qualquer testemunha, e, aí, dirijo-me ao meu amigo Deputado Onyx também, qualquer pessoa chamada como testemunha pode, no ato ou a qualquer momento da audiência, se declarar réu – é do Código de Processo Penal –, para que não produza prova contra si mesma. Então, a questão de convidar o réu como testemunha não seria de boa prática, e nem foi a intenção do Deputado Onyx. Isso foi usado no macarthismo, nos Estados Unidos, porque aí eles prendiam por perjúrio aquele réu que ele chamava como testemunha. É uma prática abolida há muito tempo, mesmo lá, e, aqui, o Código de Processo, já há tempos, desde 1940 e qualquer coisa...

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – RJ) – Pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...estabelece que a testemunha, a qualquer tempo, pode se declarar réu para efeito de não produzir prova contra si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado João Magalhães para questão de ordem.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Não é questão de ordem, Sr. Presidente. É apenas solicitação para que determine à Secretaria que atualize diariamente no campo de observações quais requerimentos já foram aprovados, para que possamos acompanhar com mais celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado pela sugestão.

Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, questão de ordem, art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...Garotinho, e vou...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão de ordem, art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes, Deputado Garotinho.

Vou recolher a questão de ordem de V. Exª, Deputado Sérgio, e vou entrar na pauta.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para uma questão de procedimento, para saber como eu procedo neste caso. Eu queria que V. Exª me instruísse ou o Presidente ou quem responsável.

Na noite de segunda-feira, fui procurado, no Rio de Janeiro, por um ex-funcionário do Sr. Fernando Cavendish. Ele conhece profundamente todos os meandros da Delta e tudo como foi feito e quer vir aqui, espontaneamente, depor. Ele não está indiciado. Ele não está envolvido em nada. Ele é uma testemunha, uma testemunha importantíssima, porque esta vem para falar. Quero saber qual é o procedimento para ele vir aqui. É só isso o que quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Garotinho, V. Exª pode redigir um requerimento, que será analisado por esta CPI.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E só membro da Comissão. V. Exª, me parece...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não sou membro da Comissão. Por isso, estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Teria que ser apoiado por um membro da Comissão.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muitos aqui subscrevem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Subscrevemos, Sr. Presidente, o requerimento.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Há um pedido que quero colocar e que foi feito por ele: ele teme por sua vida, porque teve uma desavença séria com o Sr. Cavendish, e prefere, se for possível, que seja uma reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, peço a V. Exª que protocolize, com apoiamento, e me parece que aqui vários se prontificam a apoiar, requerimento para essa finalidade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, tem duas últimas questões de ordem – Senador Sérgio e, depois, Deputado Onyx – e, aí, vou encaminhar para a pauta desta reunião.

Senador Sérgio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente, Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, é pela ordem, não questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O Deputado Garotinho poderia dizer pelo menos o nome, já que a gente não pode assinar um requerimento de Gasparzinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A palavra já está com o Senador Sérgio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Lá tem Gasparzinho agora, é? A gente vai ouvir fantasma aqui. Como é o nome desse homem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...atenção para a palavra que está com o Senador Sérgio.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, o nome desse cidadão eu não posso dar aqui, porque ele corre risco de vida...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Em outras CPIs, pessoas já foram convidadas em sessão secreta e não precisaram apresentar o seu nome.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E como é que vai fazer o requerimento, então?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Vai fazer um requerimento para que ele seja convidado. O Presidente vai saber quem é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Haverá o requerimento. Não existe...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Só o Presidente vai saber quem é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Haverá o requerimento que será protocolizado.

Senador Sérgio, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, dentro das...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Sérgio Souza, e peço atenção a todos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – ...dentro das questões possíveis de questões de ordem, porque está dentro da pauta de hoje, sobre os requerimentos, eu gostaria de sugerir à Presidência e ao Relator, Deputado Odair Cunha, que passemos, a partir de agora, a convocar, para serem ouvidas aqui, nesta CPI, somente testemunhas e nenhum indiciado, porque qualquer indiciado que vai depor perante o juízo, na origem, em Goiás, dentro desse processo, vai vir aqui, sentar e tomar o tempo desta Comissão. Então, se nós ouvirmos tão somente as testemunhas que não estão indiciadas nesse processo, eu acho que nós avançaremos em muito os trabalhos desta Comissão. E tomar cuidado, porque vão aparecer muitos atestados médicos aqui, perante esta Comissão, porque quando uma testemunha não conseguir um *habeas corpus*, ela vai buscar, dentro do seu meio de atuação e das possibilidades que lhe convém no dia a dia, um médico que vai lhe dar um atestado para não comparecer a esta Comissão. Esses são artifícios usados no dia a dia de um processo criminal e nós temos que tomar cuidado para não desgastarmos, ainda mais, esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Sérgio Souza, só dizer aqui dois indiciados se prontificaram a falar. O Sr. Wladimir Garcez falou e, hoje, Lenine se prontificou a fazê-lo na semana que vem, depois que ele falar em juízo.

Bom, a última questão de ordem para o Deputado Ônix. Qual a questão de ordem de V. Exª, já que V. Exª já usou desse direito?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, a questão de ordem é objetiva, Presidente, para defender a tese que expus aqui. A questão de chamar, transformar os próximos em testemunha, primeiro, vai criar uma dificuldade porque a pessoa vai ter que se

dizer indiciado ou réu lá no Supremo, para conseguir um *habeas corpus*. Vai ser muito mais difícil para ele esse processo. Portanto, eu quero manter essa sugestão de que todos sejam convocados como testemunha.

Quero também chamar a atenção do Sr. Relator, o nobre Deputado Odair Cunha, para o Requerimento 488, que já formulamos, de minha autoria e do Deputado Mendonça Prado, para que se promova uma acareação entre Cláudio Dias de Abreu, Gleyb Ferreira da Cruz, Lenine, André Teixeira Jorge, o Deca, que era o motorista do Cláudio Abreu, e Idalberto Matias de Araújo. Eu tenho certeza de que uma acareação desse tipo pode trazer frutos à CPMI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques, eu queria resolver essa questão de ordem. Todos que estiverem no inquérito como indiciados virão aqui, nesta condição, e todos que estiverem como testemunhas virão aqui nessa condição. Nós não faremos nenhuma inversão para mudar o procedimento. Então, essa questão de ordem de V. Exª está resolvida.

Então, passo a palavra ao nosso relator, Deputado Odair Cunha, para começarmos a votar a pauta do dia de hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero concordar com V. Exª e dizer também ao Deputado Vaccarezza que houve um entendimento equivocado por parte de S. Exª. Na verdade, nós estamos tendo um entendimento claro. As pessoas que estão indiciadas vêm nessa condição aqui. As pessoas que não estão indiciadas são testemunhas, e, nessa condição, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. E o 206 diz que a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Precisa vir aqui e depor – claro, guardadas as ressalvas constitucionais. Então, é importante a gente ter clareza do procedimento que estamos adotando.

Com relação à pauta, Presidente, apenas para dizer que nós já havíamos iniciado a leitura. Aliás, já havíamos feito a leitura dos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas que constam da pauta. Indago a V. Exª se é necessário que a leitura seja refeita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É sim, Claro que é necessário. Eu farei a leitura novamente.

Primeiro item da pauta:

Item 250, de 2012, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni Mendonça Prado: "Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Auto Posto T-10 Ltda., CNPJ nº..., com o aditamento do 253, que é: requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Junior, Governador do Estado de Goiás. Aditamento do relator: requer a quebra do sigilo...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Desculpe, Sr. Presidente. Aditamento?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Pela ordem.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Aditamento?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Aditamento? São dois requerimentos absolutamente distintos. Não há como somar a votação desses dois requerimentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vejam, no passado, nós fizemos uma quebra de sigilo, houve aditamento geral em todos os requerimentos que foram consolidados num único requerimento. Então, nós estamos fazendo exatamente o que nós fizemos...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, nós estamos tratando de Governador de Estado, Presidente. Nós estamos tratando de um Governador de Estado! É porque é da oposição? Porque incomoda o governo? Porque incomoda o PT? Esta CPI vai se transformar num instrumento de vingança política? Isso é inadmissível! Não podemos aceitar essa atitude.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos fazer o seguinte, Senador Cássio. Nós vamos votar agora a quebra do sigilo do Auto Posto T-10, um a um. Então quero perguntar em relação à quebra de sigilo do Auto Posto T-10 Ltda., com CNPJ aqui disposto.

Pergunto como vota o Senador José Pimentel? *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Vital do Rego. *(Pausa.)*

Está ausente.

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Sergio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

Do Senador Vicentinho Alves, voltamos para os suplentes.

Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vacareza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Este Deputado está na Presidência.

Como vota a Deputada Iris Araujo?

A SRA. ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rogério Marinho? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Gladson Cameli? *(Pausa.)*

Como vota a Deputada Iracema Portella?

A SRA. IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Mauricio Quintela Lessa?

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSDB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim, e, nesse caso, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, com as fundamentações respectivas de cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está aprovado o requerimento.

Item 253, de 2012, requer...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu ainda não li ainda o enunciado.

Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de São Paulo. Antes...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Para encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Desculpe...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vamos fazer um aditamento desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu fiz um aditamento equivocado. Ele é Governador do Estado de Goiás.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Há uma questão de ordem aqui. Uma questão de ordem: art. 164 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes da questão de ordem V. Exª, eu quero ainda terminar o enunciado e passar a palavra ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, adito para, como em todos os outros, nós quebrarmos também o sigilo bancário, fiscal, telefônico e SMS, conforme já anunciado anteriormente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu havia pedido, já, uma questão de ordem.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Uma questão de ordem aí, eu já havia sucitado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, para encaminhar contrariamente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu posso... As questões de ordem...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – O 164.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não existe o art. 164 do Regimento Comum.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Presidente, uma questão de ordem. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é o 164 do Senado. É o 164 do Senado.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Do Senado Federal.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente? Sr. Presidente?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria, subscrito também pelo Deputado Miro Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Eu vou conceder a palavra a V. Exª, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas, antes, eu estou tratando agora da questão de ordem do Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Nem fiz a questão de ordem, Sr. Presidente. O senhor está antecipando a resposta? O senhor vai ouvir a minha questão de ordem. Eu tenho o tempo regimental para a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª vai fazer. Mas V. Exª falou do art. 164...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não, não. Eu vou fazer a minha questão de ordem. V. Exª ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Baseado em qual artigo?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Artigo 164...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Do Senado Federal.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...do Regimento do Senado Federal, que diz que os projetos regulando a mesma matéria figurarão na Ordem do Dia em série, iniciada pela proposição preferida pela comissão competente, de maneira que a decisão do plenário sobre esta prejulga as demais.

Há requerimento apresentado pelo Líder no Senado, o Senador Alvaro, que trata da mesma matéria de quebra de sigilo dos demais Governadores.

Portanto, a matéria é absolutamente pertinente e eu tenho a certeza absoluta de que, da mesma forma que o Relator resolve aditar matérias outras que não constavam, porque consta da matéria única e exclusivamente, repito: única e exclusivamente quebra de sigilo telefônico, a mesma autoridade que há de se auditar com a quebra de outros sigilos, de direitos e garantias constitucionais, há a mesma prerrogativa desta Comissão para aditar os demais Governadores.

Portanto, espero que haja o mesmo tratamento, com absoluta autonomia, para que fique claro que a maioria que era alardeada pelo ex-Presidente da República, que funciona única e exclusivamente, entre outros propósitos, para enfocar integrantes da oposição que não se confirme sob a Presidência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Bruno Araújo, a questão de ordem de V. Exª não procede. O direito aqui é que ela não procede. Aqui nós estamos votando um pedido de quebra de sigilo telefônico, SMS, telemático etc. do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu posso falar como autor depois?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª poderia contraditá-lo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não. Eu digo como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como autor.

Então, nós estamos votando este requerimento. Em relação ao que V. Exª disse, eu teria condição de trazer os demais requerimentos relativos à pessoa do Sr. Marconi Perillo, por quê? Porque quebra de sigilo é individualizada. Quebra de sigilo não pode ser co-

letiva. Para quebra de sigilo, o requerimento tem que ser analisado, discutido...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a palavra aos demais...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente eu estou pedindo para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...individualizada. Portanto, eu não acolho a questão de ordem de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou dar a questão de ordem a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um minuto só, Deputado Silvio. Eu peço ao Deputado Miro Teixeira, como autor desse requerimento, passo a palavra ao Deputado Miro Teixeira. Mas antes tem questão de ordem...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, antes do Deputado Miro, uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder para questões de ordem ao Senador Alvaro Dias, ao Deputado Carlos Sampaio e ao Senador Cássio Lima. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, é para requerer o direito regimental de encaminhar antes da decisão de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Senador Alvaro Dias.

Senador Cássio, pelo Regimento, eu só poderia dar a palavra para contradita da questão de ordem, e não para o encaminhamento e defesa da questão de ordem. Por isso, estou cumprindo o Regimento.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Protocolei, ontem ainda, regimentalmente, um requerimento propondo o aditamento ao requerimento do Deputado Miro Teixeira, subscrito também por ele, pelo próprio autor, incluindo a quebra de sigilo dos outros dois Governadores, o Governador de Brasília, Agnelo Queiroz e o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, nos mesmos termos do requerimento propondo a quebra de sigilo do governador de Goiás. Isso está no item 5º do comunicado sobre procedimentos desta CPMI, que diz o seguinte:"Os requerimentos de igual teor ou que versem sobre a mesma matéria serão incluídos conjuntamente em pauta."

Estou solicitando também a V. Exª, com base no art. 164 do Regimento Interno do Senado Federal, que o requerimento que pede o aditamento seja incluído conjuntamente. Se V. Exª entender que a votação da quebra de sigilo tem que ser isolada, que se vote isoladamente, mas que se votem os três na sequência: Governador de Goiás, Governador de Brasília e Governador do Rio de Janeiro. São matérias afins, são matérias semelhantes, os argumentos são os mesmos, a motivação é a mesma, estão no mesmo patamar de responsabilidade, estão no mesmo cenário de suspeição, e não há como admitirmos, Sr. Presidente, sob pena de comprometermos os destinos desta CPMI, a exclusão de alguns, a inclusão de outros, a seleção de alvos, a adoção de dois pesos e duas medidas para o mesmo foco. Portanto, peço a V. Exª, em nome, inclusive da credibilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito que votemos a quebra dos três Governadores.

Se houver necessidade de argumentação sobre a questão de mérito, o que justifica a nossa solicitação, teremos tempo, depois, para justificar quando ao mérito do nosso requerimento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de apoiar...

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou responder a questão de ordem do Senador Alvaro Dias.

Na verdade, V. Exª pode contraditar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, Presidente, posso apoiar.

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Baseado em quê? Não há base regimental.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, falo com fundamento no art. 14, Inciso II, Inciso VII...

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou encaminhar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Inciso II, art.14 do Regimento Interno. Líder, a qualquer momento...

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tenho uma questão de ordem trazida pelo Senador Alvaro Dias. Vou decidir a questão de ordem e, depois, vou conceder a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, Presidente, o senhor vai conceder a mim, que tenho preferência e que pedi primeiro a questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está no Regimento, Sr. Presidente, não é o Regimento da Câmara, é o Regimento do Senado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É o Regimento Comum, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero encaminhar a questão de ordem e ver se ela contempla. Se não contemplar...A questão de ordem, eu vou aqui – peço atenção de V. Exªs – justificar, por inteiro. Então, gostaria que todos ouvissem a decisão por inteiro, e vejam se concordam.

Há um pedido de quebra de sigilo nos termos aqui já lidos. Acerca desse pedido de quebra de sigilo, vou pautar a sua votação. Agora, há uma questão de ordem do Senador Alvaro Dias. A questão de ordem do Senador Alvaro Dias pode ser resolvida com a inclusão extrapauta. É uma inclusão extrapauta. Portanto, vou submeter essa inclusão extrapauta, mas não vou fazê-lo em conjunto. Vou fazer o debate da inclusão extrapauta, e, depois, vou fazer individualmente. Vou votar a inclusão extrapauta. Se ganhar a inclusão extrapauta, vou fazer um encaminhamento individual.

Há concordância dos Srs. Deputados?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A minha questão de ordem é outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ver se a questão de ordem... Há uma questão de ordem do Deputado Carlos Sampaio. Eu quero ver se vai em direção distinta daquela que a gente fez. Eu quero saber, Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Vai votar separado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu retiro para que eu possa utilizar como líder depois. Não utilizei porque é uma vez por reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vota como preliminar a inclusão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço a atenção de V. Exª e do Sr. Relator.

Foi definido pelo Senador Vital do Rêgo sobre as reuniões. No Item 3, dos requerimentos, foi dito expressamente: nos casos referentes à quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal deverá...

Eu peço a atenção do Sr. Relator porque é muito importante esse questionamento feito pelo Senador Vital do Rego.

Foi definido que, nas quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico deverá: (1) detalhar as provas, indícios ou suspeitas que motivem a solicitação; (2) necessidade da providência solicitada; (3) demonstrar que o resultado a apurar não poderá advir...

Sr. Presidente? *(Pausa.)*

...precisa restar demonstrado que o resultado a apurar não poderá advir de nenhum outro meio de prova. Por quê? Porque há uma restrição efetiva com relação à quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos. Nós aqui agimos como magistrados, e qualquer magistrado só determina uma medida de exceção com a fundamentação que evidencie que aquele agente faz parte da conduta criminosa que está sendo verificada.

Eu chamo a atenção do Sr. Relator, eu pediria que a assessoria técnica em seguida pudesse falar.

Vamos abrir um precedente que nunca se teve numa CPI. A quebra de sigilo bancário – não estou me referindo aqui ao Governador Marconi e nem aos outros Governadores. Nenhum deles, até o presente momento, se viu envolvido com organização criminosa a ponto de ter contra eles quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Vou mais além, Presidente Paulo Teixeira: os Secretários de Estado e os Secretários Distritais demitidos por ambos os Governadores, em razão de suposto envolvimento, sequer foram indiciados. Aqueles Governadores – os dois – que demitiram Secretários estaduais e distritais... Os secretários sequer foram investigados, sequer foram indiciados, e nós vamos votar hoje quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Governadores que tomaram essas medidas contra seus Secretários? Se aqui é um local onde magistrados decidem, a fundamentação para quebra é fundamental.

No caso, o Senador Marconi Perillo, ele se dispôs a vir pessoalmente. Nem precisava de votação de requerimento. Se prontificou a vir e a falar sobre os três cheques da casa que adquiriu... da casa que vendeu, cheques que foram nominais e depositados na conta pessoal do Governador. Vendeu um imóvel com cheques depositados em sua conta pessoal. Quebrar o sigilo, a intimidade inviolável da Constituição por conta de um questionamento de algo que ele pode responder aqui de viva voz para nós?!

Eu chamo a atenção do Relator e de todos. Me perdoem, até o aditamento acho que é plausível, mas não cabe, não há pertinência, não há fundamentação jurídica para quebrar-se o sigilo dos governadores nesse momento da investigação. A medida é de exceção. Decisões do Ministro Celso de Melo e do Ministro Peluso, todas elas no sentido de que é uma medida de exceção que só pode ser concebida quando outro meio de prova não puder dar a resposta.

Eu indago ao Relator se não seria oportuno retirarmos tanto do Governador Marconi como do Governador Sergio Cabral como do Governador, também, Agnelo Queiroz, por quê? Porque não há pertinência de envolvimento de nenhum dos três com a organização criminosa. Se há indícios a serem apurados, devemos apurá-los. Devemos ouvir o Governador Marconi, que já se dispôs, e os demais Governadores. Mas quebrar

é violar aquilo que a Constituição diz que é uma medida de exceção extremada e destinada a criminosos envolvidos em quadrilhas e ações de crimes evidentes!

Eu pergunto a todos os membros dessa CPI: Alguém aqui, em sã consciência, pode afirmar, no dia de hoje, que qualquer Governador está, sim, envolvido com a organização criminosa ou sendo um de seus membros, Sr. Relator? Não há pertinência para a quebra de sigilo neste momento. Eu solicito a reflexão de todos. Não se refere ao Governador Marconi Perillo, que é do meu partido; refere-se a todos. Não tem sentido a quebra de sigilo de nenhum deles. Eu pondero ao Deputado Miro Teixeira, aos membros desta Comissão e a V. Exª, Sr. Relator: a medida pode ser cabível num determinado momento, mas não é a oportunidade.

Eu apelo à reflexão de V. Exª, nobre Relator.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho aqui inscritos os seguintes parlamentares, depois de cujas manifestações concederei a palavra ao Deputado Odair Cunha.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho inscritos aqui o Senador Cássio Cunha Lima, o Deputado Maurício Quintella Lessa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o Deputado Sílvio Costa há dez minutos que lhe pede a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...a Senadora Kátia Abreu, o Deputado Sílvio Costa e o Deputado Mendes Thame.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

Eu concederei, se V. Exªs concordarem, três minutos, que serão contados no relógio – três minutos para a fala de cada parlamentar.

Antes, Senador Cássio Cunha Lima, o Relator pede para fazer uso da palavra. Desse modo, peço licença a V. Exª e concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, primeiro, nós não podemos tratar esse tema em bloco. Não se trata de um bloco de governadores. São condutas individualizadas. E há, nos autos dos inquéritos da Polícia Federal, mais evidências no que diz respeito ao Governador Marconi Perillo: a casa, os cheques que foram para a conta dele. Por essa razão, nós estamos encaminhando favoravelmente à quebra...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Perdoe-me, Sr. Relator, mas essa venda não consta do inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

Presidente, o Delegado disse aqui...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Mas não consta do inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta da nossa investigação, Presidente.

A questão central... Aliás, o próprio Governador afirmou a transação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) *(Fazendo soar a campainha.)* – Eu quero assegurar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O senhor falta com a verdade!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há evidências...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A venda da casa não consta do inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) *(Fazendo soar a campainha.*) – Senador Cássio, V. Exª terá a palavra depois do Relator.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Estou fazendo uma questão de ordem com base no Regimento, porque o Sr. Relator traz uma informação que não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª poderá fazer uso da palavra e esclarecer as eventuais divergências, mas a palavra está com o Relator. Peço a atenção à palavra do Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há diferentes níveis de envolvimento com a organização criminosa. Nós estamos no momento da instrução, da coleta de provas. Quero repetir aqui: a investigação da Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus Mella sustentam que, nas ligações interceptadas, há 237 referências ao Governado Marconi Perillo. São 237! Ou nós temos clareza do que nós estamos investigando, das pessoas que efetivamente têm envolvimento com essa organização criminosa...

Eu encaminho, Sr. Presidente, contrariamente à inclusão nessa pauta – encaminho contrário – porque nós precisamos, exatamente como diz o Deputado Carlos Sampaio, analisar melhor cada ato de cada pessoa envolvida com essa organização criminosa, seja Governador, seja Deputado Federal, seja Senador da República.

Assim, nós estamos propondo aqui a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Deputados Federais e de Senadores a respeito dos quais há indícios contundentes de que se envolveram com a organização criminosa. E há indícios contundentes que justificam a quebra dos sigilos do Governador Marconi Perillo. Exatamente por isso, Sr. Presidente, eu encaminho favoravelmente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Acho que é melhor que nós deixemos o requerimento assinado pelo ilustre Senador Alvaro Dias sobrestado para uma futura análise. Não descarto a quebra dos sigilos de outros governadores, mas, neste momento, não é possível encaminharmos favoravelmente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, já houve o acolhimento...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, por três minutos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu me inscrevi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Cássio, antes de V. Exª falar, o art. 14 só pode ser usado duas vezes na sessão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Pois não, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou citando pela primeira vez; sou o primeiro a pedir hoje pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom. V. Exª vai utilizá-lo.

Senador Cássio Cunha Lima.

Peço para voltar o tempo do Senador Cássio Cunha Lima, por favor.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Peço antes, Presidente, que V. Exª me esclareça, porque a inscrição que fiz, originalmente, é para encaminhar contrariamente o requerimento de quebra de sigilo do Governador Marconi Perillo, e não é isso que está sendo votado nesse instante. Estamos votando agora o agrupamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As questões de ordem de foram feitas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Então, declino da palavra e peço a minha reinscrição, desde já, quando do encaminhamento do requerimento de convocação e de quebra de sigilo do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. (Orador não identificado) – Da mesma forma, Sr. Presidente, retiro a minha inscrição, por favor, e encaminho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para o debate, depois.

Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, nem eu nem meu partido viemos para esta CPI para fazer parte de investigação seletiva.

Eu queria iniciar dizendo que sou autor de três requerimentos, cada um convocando os governadores de Estado Sérgio Cabral, Agnelo Queiroz e Marconi Perillo. Acho que os três devem explicações a esta Comissão, explicações: virem aqui, falarem, ou do seu envolvimento pessoal ou do envolvimento de seus assessores, membros e colaboradores, como nós analisamos na CPI. Cada caso é um caso.

Não vamos apoiar aqui seleção do governador, de jeito nenhum. Ou convocamos os três ou não convocamos nenhum.

Quero, em relação à questão da quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico, aqui fazer minhas as palavras do Deputado Carlos Sampaio. Essa é uma medida de exceção, extremamente grave, contra um governador de Estado, contra um parlamentar ou contra qualquer cidadão brasileiro que não tenha ainda o seu nome ou a sua participação devidamente comprovada em um processo como esse.

Estamos no primeiro mês da CPI. Temos seis meses de investigação pela frente. Então, nesse sentido, por conta disso, vamos acompanhar a posição do Deputado Carlos Sampaio. Votaremos favoravelmente à convocação de todos os governadores, mas votaremos contra as quebras dos sigilos bancário, fiscal e telefônico nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora Kátia Abreu, três minutos.

Peço que o tempo de S. Exª seja registrado.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu gostaria de repetir a fala dos dois que me antecederam. Não dá para fazer aqui um tribunal de exceção. Não dá para escolher quem vai ser inquirido, quem vi quebrar ou quem não vai, sabedora de que temos uma maioria de apoio ao relator muito grande nesta Comissão. Não são justas essas escolhas.

Sr. Relator, com todo respeito que lhe tenho, mas, na última reunião desta Comissão, nós presenciamos aqui um direcionamento que não é saudável para esta Casa. As perguntas foram todas direcionadas para um partido político e nós não podemos aproveitar de uma maioria absoluta para poder escolher governadores de Estado para virem aqui dessa forma.

Primeiro, a minha sugestão, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos já, autorizados por esta Comissão, a quebra de sigilo bancário da Delta nacional, nos já temos autorização de quebra de sigilo bancário do Sr. Carlinhos Cachoeira e de todas as suas empresas, e por que, de forma equilibrada e responsável, nós tentamos primeiro olhar todas essas transferên-

cias de recursos dessas empresas, Delta e Carlinhos Cachoeira, para quem quer que seja, não é só para governadores, porque é lá no Tocantins, na capital, a prefeitura do PT deu uma transferência de R$120 mil da Delta para o irmão da primeira-dama do Tocantins, da primeira-dama do Município do Tocantins, e nós ainda nem sequer... Hoje que protocolei ainda esse ofício. Já sei disso há seis meses porque a Justiça do Tocantins está avaliando essa situação.

Mas não quero ser precipitada, não quero aqui fazer injustiça. Não estou aqui porque o prefeito é o meu adversário político – eu tenho respeito pelas pessoas e pelos pais de família. Por que, então, nós não aguardamos o trabalho dos Senadores e Deputados, verificamos essas quebras de sigilo de todas as empresas para verificar a transferência de dinheiro para as pessoas, ou para governador, ou para prefeito, ou para Deputado, ou para Senador, ou para quem quer que seja? E vamos, aí sim, quebrar o sigilo de todos aqueles que receberam dinheiro dessas pessoas.

O caso, como disse o Senador Cássio Cunha Lima, da casa do Governador Marconi foi declarado por ele próprio! Não foi escondido, não foi esta CPI que descobriu, ele mesmo declarou! Por isso não está no inquérito!

Sr. Presidente, sou a favor de quebrar o sigilo de todos aqueles que receberam dinheiro do esquema, da quadrilha do Sr. Carlinhos Cachoeira e também da empresa Delta. Nós precisamos vistoriar e vasculhar o Brasil inteiro, nem que precisemos ficar aqui um ano, um ano e meio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrou o tempo de V. Exª.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ... abrindo esses sigilos.

Então, de forma responsável, Sr. Presidente, com respeito às instituições, aos mandatários, vamos abrir, primeiro, o sigilo deles, das empresas, para ver se esses governadores receberam em suas contas dinheiro da quadrilha do Carlinhos Cachoeira e da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por três minutos, Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu encerrei as inscrições.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por favor, recomece a marcar meus três minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Marque os três minutos, por favor. Perdeu cinco segundos. Devolva cinco segundos a ele, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já começou.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu queria fazer uma proposta ao Plenário. Sinceramente, não é de bom-tom, não é de responsabilidade pública quebrar um sigilo telefônico de uma pessoa que sequer sentou naquela mesa para ser ouvida.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Isso não existe.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero fazer uma proposta ao Plenário: a gente não vota hoje a quebra e vota a convocação dos três governadores. Hoje! Se o Plenário acatar – e o Plenário é soberano – a gente retira a proposta de quebra do sigilo hoje – não significa que a gente não vá quebrar –, fazemos um acordo de convocar os três governadores e, a partir dos depoimentos deles, iremos para as quebras de sigilo, até porque quebrar sigilo bancário, telefônico, isso não é brincadeira.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O Supremo pode sustar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Isso não é brincadeira! E a Senadora Kátia Abreu aqui me alerta, de forma competente, que ele entra lá no Supremo e o Supremo vai sustar.

Então, na verdade, nós temos de ter o nosso tempo na CPI. Tem o tempo da CPI, tem o tempo da imprensa, tem o tempo de alguns caçadores de holofotes desta Comissão, mas, sinceramente, eu acho que neste momento não é de bom-tom esta CPI quebrar o sigilo fiscal e telefônico de nenhum governador. Agora, vamos fazer um acordo e convocar os governadores. Essa é a minha proposta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Inscreva-me, por favor, Sr. Presidente. Presidente, por favor, peço a minha inscrição.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Pela ordem! Pela ordem!

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço que me dê o tempo de três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou passando a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Eu só queria perguntar, Sr. Presidente, pela ordem, se não seria mais prudente partir para os encaminhamentos em relação a esses requerimentos? Duas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós temos dois inscritos depois do Deputado Mendes Thame. Eu queria sugerir que aí nós encerremos as inscrições e eu encaminho.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu falo como autor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que V. Exª me dê o tempo de três minutos, como Líder da Minoria.

Sr. Presidente, quando esta CPI foi instalada, ouvindo as motivações que levaram o partido de V. Exª a ser um dos pioneiros, vanguardeiros na defesa de que fosse instalada esta CPI, nós dizíamos, até de uma forma inicial, que, aparentemente, era uma CPI para a qual o PT tinha um quádruplo objetivo, quatro objetivos: constranger e vingar-se da imprensa; constranger e vingar-se do Procurador-Geral da República que tinha feito a denúncia, a pronúncia dos mensaleiros; terceiro, atingir a oposição e, quarto, desviar o foco das atenções em relação ao julgamento do mensalão.

Os fatos, na verdade, subsequentes podem comprovar ou desmentir essas nossas colocações e colocar, recolocar essa CPI no foco correto. O foco correto não é investigação do Cachoeira. O Cachoeira já foi investigado e já está na cadeia. O fato, os dois objetivos desta CPI são: estender o campo da investigação para que a gente conheça melhor como se dá essa simbiose nefasta, essa promiscuidade entre o setor público e uma empresa para desviar recursos do setor público, do Erário e beneficiar a corrupção e o segundo objetivo é nos dar elementos para melhorar a legislação, o arcabouço jurídico para proteger o Estado desses continuados ataques que a gente viu lá atrás na CPI dos Anões, vimos depois na dos Correios, na dos Sanguessugas e estamos vendo de novo, ou seja, será que nós não conseguimos ter uma legislação que nos proteja dessa quadrilha de delinquentes, de reiteradas ações e em série de quadrilhas de delinquentes?

É claro que nós temos que fazer um esforço para melhorar a legislação.

Portanto, algumas votações são emblemáticas. Essa é uma votação emblemática. Se nós atentarmos para o que falou o Deputado Carlos Sampaio, para o que falou o Deputado Silvio, que mostra isenção, que nós não estamos aqui para cumprir esses objetivos de ser uma CPI com objetivos parciais, objetivos torpes, objetivos pequenos, que estamos realmente revestidos do objeto de sermos estadistas, de sermos jurisconsultos aqui ou pelo menos juízes aí para julgar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou pedir a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou encerrar, sim, para julgarmos isso com absoluta isenção.

Essa votação vai mostrar se realmente esta CPI, até no encaminhamento da votação, e não no resultado, se nós temos a devida isenção que a população brasileira cobra de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Os dois últimos inscritos são o Deputado Miro Teixeira e depois a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. (Orador não identificado) – Eu vou gastar meu tempo como líder, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu estou pedindo o tempo de Líder, Presidente. Pedi a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pronto. Nós vamos atender.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, é que eu falo como autor. Eu não me inscrevi. Tenho o direito de falar como autor ao final...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, se V. Exª me permitir, ao final.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ao final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois da Senadora Vanessa Grazziotin, eu vou fazer um encaminhamento e, se houver concordância, nós então prosseguimos.

Com a palavra, por três minutos, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Paulo.

Sr. Presidente, não gostaria de falar, e nem quero neste momento me ater ao mérito dos requerimentos que estão gerando tamanha polêmica. Quero me ater à questão genérica: aos procedimentos e sem citar qualquer Governador que seja, sem citar qualquer Prefeito que seja ou qualquer pessoa.

Penso que nós precisamos primeiro ter a seguinte clareza: se é verdade ou não que está havendo seleção aqui.

Eu quero dizer que de todos os requerimentos que nós aprovamos nenhum está selecionado. Na medida em que os fatos foram aparecendo, em que os documentos que nos foram disponibilizados mostram pessoas, mostram empresas nós estamos quebrando o sigilo um a um.

Eu acho que, por outro lado, Sr. Presidente, o que nós não podemos aceitar de jeito nenhum é que diferentes sejam tratados de forma igual, repito: que diferentes sejam tratados de forma igual. Existem pessoas que aparecem numa situação e existem pessoas que aparecem em outra situação. Não é porque são Governadores, porque são Prefeitos, porque são secretários que merecem todos, mesmo aparecendo de forma diferenciada, ser colocados na mesma linha, Sr. Presidente.

Eu aqui estou ouvindo nomes de pessoas que já procurei lá embaixo, já procurei em todos os documentos da CPMI e não aparecem em nenhum momento. Mas há alguns, aqui, que insistem. Aí, questiono: será que não é esse tipo de atitude que partidariza ou que procura partidarizar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente?

Então, quero concordar, aqui, com o Deputado Carlos Sampaio. A cada requerimento, a cada requerimento, temos que ler, com muita atenção, a justificativa, porque assim determina o Regimento, o Regimento Comum, o Regimento do Senado, o Regimento da Câmara. É possível quebrar sigilo, sim, mediante justificativa comprovada com fatos.

Então, Sr. Presidente, acho que estamos nos antecipando. E quero questionar, aqui, que quem reclama muito da tentativa de partidarização é quem parece que exatamente está fazendo isso, porque está querendo colocar numa mesma situação pessoas que têm situações completamente diferenciadas perante esta CPMI, e me baseio nos documentos que li, aliás, não apenas eu, mas todos nós, do Brasil inteiro, lemos, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero fazer uma proposta de encaminhamento e consultar V. Exªs se concordam com isso. Consultei o Sr. Relator e tenho a concordância dele.

Temos, aqui, um pedido de quebra de sigilo nº 253/2012; temos um pedido de quebra de sigilo nº... *(Pausa.)*

Qual é a proposta de encaminhamento? Está sendo pedida, aqui, a quebra de sigilo de um Governador e de três Deputados Federais. Em relação a esses, a nossa sugestão é sobrestar esses requerimentos. Quero consultar se todos os senhores membros desta Comissão concordam com esse encaminhamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, peço a manifestação.

Quem for favorável permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

Estou sobrestando, por unanimidade, a análise...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está impossível ouvir daqui. V. Exª sobrestou o quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sobrestei os seguintes requerimentos. *(Pausa.)*

Só um minuto.

Já sobrestei os seguintes requerimentos: nº 253..

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero que registre o meu voto contrário.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Registre o meu voto contrário também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deputado Miro Teixeira, voto contrário.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Deputado Protógenes também.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputada Iris, voto contrário também, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Peço a gentileza de respeitarmos aqui o direito de os Parlamentares ouvirem o que se passa na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero, então, pacientemente, dizer o que se passa na sessão.

Estou sobrestando, por proposta da Presidência, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 253, de 2012... *(Pausa.)*

V. Exªs querem que eu leia?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, não, só o número, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Requerimento nº 408, de 2012; Requerimento nº 409, de 2012; e Requerimento nº 410, de 2012.

Estou sobrestando.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por qual razão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou justificar a razão do sobrestamento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quero saber a razão, antes de me manifestar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E temos de votar de maneira correta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu fiz a votação formal.

Vou dizer qual a razão do sobrestamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não fez, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, faço uma votação nominal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito bem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por gentileza, a razão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou falar a razão do sobrestamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não falei sequer como autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, gostaria de ouvir V. Exª e o Relator, porque o Relator deu um parecer, ainda há pouco, pela votação favorável. O Relator mudou de ideia agora?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E eu, como autor, não tive a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem! V. Exªs se manifestarão. Estamos em um regime democrático.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Parece, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª tem alguma dúvida, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tenho. Quero saber a razão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, fiz uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª ouça...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tenho dúvida. Quero saber a razão. Como posso votar sem saber a razão?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deputado Paulo Teixeira, eu fiz uma proposta a V. Exª, ao Relator e ao Plenário. Parece-me que o Plenário foi simpático à proposta, e eu quero saber se V. Exª acatou, porque depende do meu posicionamento. A proposta seria: não vota a quebra de sigilo em troca de votar a convocação dos Governadores. Eu quero saber se V. Exª vai colocar em pauta a convocação dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou, primeiro, encaminhar a proposta da Presidência. Qual é a proposta da Presidência? Eu vou justificá-la porque nós precisamos de justificativa.

A proposta da Presidência é a seguinte: tendo em vista que esta CPI recebeu, no dia de ontem, a quebra de sigilo, que veio do Supremo Tribunal Federal, de todas as escutas, e poderá ter todos os relatórios da Operação Vegas, da Operação Monte Carlo e, também, de outras quebras de sigilo que não estão aqui, nós, ao sobrestarmos, estamos apenas adiando esse debate, nós não estamos resolvendo não fazê-lo. Esta é a proposta desta Presidência. Eu quero ser resumido nos meus argumentos. Agora, eu gostaria de saber se há ainda divergência nesta votação, se é necessário se fazer...

Senador Randolfe, o que nós estamos propondo é um adiamento apenas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu sou autor de um requerimento que não tem nada a ver com os outros. Gostaria de falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, estou sentindo que numa nova consulta, o próprio Plenário aceitou a decisão anterior. É isso?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira. Depois, Senador Randolfe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, Presidente. Sabe por que não está votado? O processo legislativo é descrito no Regimento. Nós temos uma ordem a cumprir. Aqui tem uma Ordem do Dia, publicada e distribuída. Existem esses outros requerimentos aqui, nesta Ordem do Dia, publicada e distribuída. Eu concordo que se vote extrapauta, sem prejuízo – não quero atrapalhar ninguém – da votação desse requerimento.

O Senador Alvaro Dias conversou comigo, legitimamente, democraticamente, aqui na Comissão: "Mas por que você fez só a quebra do sigilo telefônico do Marconi?" Telefônico e SMS. Eu ouvi falar aqui de fiscal, bancário. Eu não requeiro isso. Eu requeiro telefônico e SMS para quê? Para determinar se são verdadeiras as afirmações do inquérito das relações do Governador Marconi com o Sr. Wladimir Garcez Henrique. É específico. Não é quebrar o sigilo telefônico, é fazer esse cruzamento. E esse seria o elemento de ligação com o Carlinhos Cachoeira. Não é contra ninguém, é a favor da apuração da verdade. E, na conversa que eu tive com o Senador Alvaro Dias e em resposta a ele, eu disse: olha, eu não tenho nenhum embaraço de assinar qualquer coisa fundamentada. Eu tenho essa fundamentação. E ele me pediu até que colocasse um "de acordo" quanto à quebra de sigilo telefônico de outras personalidades, outros governadores. E eu coloquei. O que não se pode é misturar o processo de deliberação. E eu votarei a favor de uma inclusão extrapauta. Não temos esse tipo de problema aqui, mas esse item deve ser votado, a não ser que a sua exclusão da pauta seja decidida no voto, aqui, pela Comissão. Está aqui publicado, está distribuído na Ordem do Dia. O sobrestamento de todos. Que todos? Que todos? Que todos? Qual o número do item na Ordem do Dia que está sendo sobrestado junto com esse? A rigor, está sendo retirado só esse, porque os outros não estão. Onde está? Qual é o número? Vamos votar um a um. Não se pode votar conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Presidência pode retirar de pauta...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não pode...

Pode retirar o que quiser. Pode retirar tudo, inclusive, inclusive o quórum da Comissão. Pode retirar o que quiser. O Parlamentar faz o que quiser do seu mandato, mas que fique claro o que cada um está fazendo. Eu me oponho ao processo de deliberação. Se no voto da maioria da Comissão eu for vencido, eu não tenho o menor embaraço, num procedimento que seja de consulta aos senhores parlamentares pelo sistema nominal. Se querem retirar de pauta os Itens 2, 4 e 5 – uma coisa dessa –, ou se, como na formulação de V. Exª, querem sobrestar, mas no voto nominal.

Outra coisa: sobrestar até quando? O sobrestamento é indefinido?

Então, é o que eu coloco diante de V. Exª, pedindo que seja respeitado o direito de manifestação de todos, que fique clara a deliberação e as responsabilidades assumidas nominalmente. Não há qualquer processo seletivo, qualquer. A minha assinatura está ali, como deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Posso responder a V. Exª, Deputado Miro?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não; V. Exª pode deliberar. A Presidência é sua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A nossa proposta de deliberação tem em vista que o requerimento do Deputado Miro Teixeira não é o requerimento original do Deputado Miro Teixeira que está sendo votado; ele foi aditado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, inicialmente, há um aditamento.

Em segundo lugar, vários dos senhores parlamentares aqui trouxeram argumentos indicando a necessidade de um adiamento para uma melhor análise de provas. Então, a questão preliminar é... Se eu sobrestar nem vou discutir se eu acato um requerimento de inclusão de pauta. Eu nem vou discutir isso. É uma questão anterior. Por isso eu respondo ao Deputado Silvio: é uma questão anterior mesmo. Assim, eu procedi à votação e pedi que aqueles Deputados que fossem contrários se pronunciassem.

Eu gostaria de dizer o seguinte: eu vou fazer um procedimento agora...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, só para ajudá-lo. V. Exª está sendo, realmente, um grande democrata. Você Exª não precisa consultar o Plenário, Presidente. A palavra sobrestar é a mesma coisa de retirar de pauta. Então, é da prerrogativa de V. Exª retirar de pauta. Ponto final.

O SR. (Orador não identificado) – Se for no grito, todo mundo vai querer falar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, vamos economizar tempo. Vamos economizar tempo e retirar de pauta. Ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Decidida essa questão, eu volto para os demais itens da pauta.

Demais itens da pauta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, não. O Relator vai falar? *(Pausa.)*

Se o relator vai falar, tem precedência. Se não, recorro da decisão de V. Exª ao Plenário, de retirar de pauta..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É regimental esse recurso.

Então, eu vou fazer uma votação... *(Pausa.)*

Ainda que meu ímpeto tivesse de reverter, a assessoria disse que esse item já está resolvido.

Voltamos para a pauta.

Antes, passo a palavra ao relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já que está resolvido, que não se fale mais em democracia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, aqui tivemos várias ponderações. Todos nós sabemos que o Direito brasileiro consagra a preocupação em relação à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de qualquer cidadão, especialmente quando diz respeito a uma pessoa de vida pública, cuja imagem e cuja honra são os bens mais importantes. Com essa ponderação, nós estamos adiando essa discussão. Por quê? Porque nós temos provas que estão chegando a essa CPMI e nós as estamos analisando.

Quero deixar claro esse meu posicionamento porque eu não retiro nada do que eu disse. Agora, diante de o fato significar as pessoas que significam e da importância que tem a imagem para essas pessoas, nós vamos continuar o nosso processo de investigação e, numa próxima reunião, a ser definida pela Presidência, nós vamos enfrentar o tema.

É isso que nós estamos fazendo aqui neste momento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E o direito de imagem foi trazido agora, como fato novo, que não está no requerimento, que só pede para cruzar os dados com um – um! – personagem que está no inquérito. Ninguém aqui quer violar a intimidade ou a vida privada de quem quer que seja.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu tenho uma indagação, por gentileza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Eu registro que a oposição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou só responder ao Deputado Miro Teixeira que o que já foi feito não requer que seja feito outra vez. Eu compreendi, durante a votação, que o que está sendo pedido aqui a CPMI já terá com a quebra do sigilo telefônico, O seu requerimento de quebra do sigilo telefônico da organização criminosa, de certa forma, já nós o teremos. Então, o seu requerimento está atendido. Quem tem tudo não precisa de parte. É por isso que eu encaminhei dessa maneira.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, pela Liderança.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho que atender aqui uma questão regimental embora eu queira entrar na pauta.

Caso V. Exª deseje, eu lhe passo a palavra para usar o tempo de liderança, mas queria aqui fazer um apelo para nós voltarmos para pauta.

Eu também ofereço a V. Exª essa possibilidade.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Não; é menos que isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Eu só pediria a V. Exª que registre a nossa oposição ao sobrestamento na ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Deputado Onyx Lorenzoni. E, depois, volto à pauta.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu quero me manifestar aqui reconhecendo que a argumentação aqui exposta, que começa com o Deputado Carlos Sampaio, passa pela Senadora Kátia Abreu e por vários parlamentares, produziu o efeito de recolocar a CPMI na direção em que ela deveria sempre estar.

Quero também reconhecer, como membro da oposição, o posicionamento do Sr. Relator, que recua e que sobresta, por meio de sua decisão e deste Plenário, aqueles requerimentos que, neste momento, invadiam indevidamente a vida de uma pessoa que não tem nenhum indício, neste momento, que justificasse a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Agora, quero reafirmar a nossa posição, Sr. Presidente, a posição dos Democratas, no sentido de que se convoque hoje os três governadores. Primeiro, ao longo da documentação de que nós já dispomos, abrir-se espaço nesta CPMI para que os governadores, na condição de testemunhas, venham aqui colaborar com a CPMI, não afeta a história política nem a dignidade de ninguém; não fere nenhum princípio constitucional; ao contrário, realça o dever que o Governador de Estado tem de vir ao Parlamento e prestar esclarecimentos à sociedade do seu Estado e à sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero reiterar, em nome do Democratas, a proposta de que, neste momento, V. Exª coloque em votação os requerimentos que já estão na pauta. Quero chamar a atenção: os requerimentos foram colocados pelo Sr. Relator na pauta do dia de ontem. Está aqui a convocação, de onde constam os Requerimentos nºs 047, 080, 221, 274 e 284, que convocam o Sr. Governador Marconi Perillo. Autores: Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Domingos Sávio. Rogério Marinho, Filipe Pereira, Hugo Leal, Maurício Quintella, Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Rubens Bueno.

Logo a seguir, colocaríamos o 045, o 079, o 219, o 280. Autores, pela ordem: Deputado Carlos Sampaio, Deputado Fernando Francischini, Domingos Sávio, Rogério Marinho, Deputado Filipe Pereira, Deputado Maurício Quintella, Deputado Rubens Bueno. Convocação, portanto, na pauta de ontem, do Sr. Agnelo Queiroz. E concluo com o 215, 220 e 279, do Senador Randolfe Rodrigues, Deputado Maurício Quintella e Deputado Rubens Bueno, pela convocação do Governador Sérgio Cabral. Será a oportunidade de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Concluirei em um segundo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sou Vice-Presidente desta Comissão...

Seu tempo terminou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas quero um segundo para dizer o seguinte: isso atenderá a toda a Comissão, dando a possibilidade de que cada um expresse seu posicionamento nominalmente, para que o Brasil conheça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se nós continuarmos com a pauta, nós podemos decidir esse item.

Tenho quatro Líderes inscritos – inscrevo V. Exª e inscrevo também o Senador Randolfe.

Quero perguntar se os Srs. Líderes concordariam que nós terminássemos a pauta, e eu concedo a palavra a V. Exªs assim que terminarmos a pauta. Eu gostaria de consultá-los.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, eu gostaria de concordar, mas a minha inscrição é para apoiar o Deputado Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Exª vai fazê-lo em tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E aí V. Exª tem que tomar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero falar sobre a questão dos governadores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Estou encaminhando um requerimento de preferência para que o Plenário decida, Sr. Presidente! Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, eu já concedi a V. Exª a palavra!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, senhor! Tenho um requerimento de preferência, vou encaminhar para que seja votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª já usou triplamente o tempo concedido a V. Exª.

Vou fazer o seguinte. Vou fazer a pauta...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Vou fazer como Líder antes. Vou usar meu tempo antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu inscrevi, inscrevo V. Exª como Líder. Depois vou conceder aos Líderes.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não. Vou fazer minha fala antes da pauta. Vou utilizar meu dispositivo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, V. Exª não é o primeiro que está inscrito, Deputado Bruno!

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Então, vou aguardar. Se alguém não for fazer no seu tempo, vou fazer no momento em que eu quero. O momento é este.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, Deputado, V. Exª vai cumprir o Regimento. Se V. Exª não cumprir o Regimento...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Regimento me atribui falar no momento em que bem entendo. Se algum dos Srs. Líderes não quer falar agora, problema de quem não quer fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Bruno, apenas quero dizer o seguinte: a primeira coisa é que todos os Deputados aqui vão respeitar o Regimento e V. Exª vai respeitar o Regimento.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Por isso que V. Exª vai me atribuir minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª, por favor, vai ouvir este Presidente.

Em segundo lugar, a proposta de encaminhamento que eu tenho... Preciso que V. Exªs ouçam. A proposta de encaminhamento que tenho é a seguinte. Temos duas pautas, as quebras de sigilo e as pautas dos governadores. Então, o que eu proponho? Que agora resolvamos a quebra de sigilo, e eu abro para os Srs. Líderes e os demais debaterem o tema dos governadores. Pode ser?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, em oposição a isso. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, antes, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não vou usar meu tempo agora porque preciso, para usá-lo, que V. Exª me responda só a uma pergunta: o requerimento para que os governadores possam vir será votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou discutir esse requerimento. São dois blocos. O primeiro bloco é quebra de sigilo, que quero concluir. Depois, vou abrir esse debate.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E antes disso nós vamos falar como Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem, então, está o.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Posso agora?

Sr. Presidente, está sendo encaminhado a V. Exª um requerimento de preferência para discutirmos e votarmos o convite ou a convocação, o que seja, dos governadores. Isso precede...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como V. Exª falou no gerúndio, está sendo encaminhado à Mesa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Deputado Onyx tem de parar com esse verbo "está sendo" e encaminhar à Mesa rapidamente, senão fica parecendo que não quer. Já está na mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Item 375, de 2012.

Requer a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico da empresa Mapa Construções, CNPJ 05080972-0001 57, Rio de Janeiro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, sobre a mesa há um requerimento de preferência. O requerimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, ele será votado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, agora. Preferência é preferência, Presidente. É um direito que o Plenário tem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Preferência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esse requerimento chegou agora. Estou em processo de votação. Vou fazê-lo assim que acabar.

V. Exªs poderiam esperar.

V. Exª poderia esperar, poderia aguardar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A preferência precede, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou em processo de votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor não anunciou a votação. O senhor não anunciou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já estava em processo de votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, senhor. O senhor sobrestou e reiniciou. Agora tem que votar a preferência, pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já estava em processo de votação, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, Sr. Presidente. O senhor tem que votar a preferência, depois o senhor faz o que quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, tem que encaminhar a preferência, primeiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, o senhor preside. Não tem que ficar ouvindo a imposição de alguns no plenário.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Podem reparar que começa a retirada de quórum aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, atenda a preferência e essa situação fica resolvida rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É verdade, mas tenho que atender a outra questão, Senador Alvaro Dias, a questão regimental. Eu não posso aqui atropelar o Regimento, e não vou fazê-lo. E não vou permitir que esta Mesa perca a autoridade diante dos parlamentares que querem dar o rumo da votação prevista.

Eu contemplei este debate. Este debate está contemplado. Todos falarão. Agora, eu quero aqui resolver essas questões e colocar em debate, assim que V. Exªs me permitirem.

Portanto, vou prosseguir.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está retirada a inscrição de V. Exª.

Quero saber se posso ler todos os requerimentos e votamos nominalmente, em bloco, como fizemos na última reunião.

Vamos lá. Já li o 462, vou voltar a ler porque fui interrompido.

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Mapa Construtora Ltda., CNPJ 05.080.972/0001-57, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.

Do Deputado Dr. Rosinha.

Requerimento 462, de 2012. Requer a quebra do sigilo – aí está apensado o mesmo requerimento do Senador Randolfe Rodrigues e do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que o do Randolfe é o 392.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o 375, de 2012, do Senador Randolfe.

Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

Senador Randolfe Rodrigues

Outro, do Dr. Rosinha, que está apensado: Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa WCR Produções e Comunicações Ltda. CNPJ tal.

407/12 Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

Deputado Odair Cunha.

440/12 Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, CPF N° 113.861.501-34, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

Deputado Dr. Rosinha.

Os outros três foram retirados de pauta.

Aí vai para o 430:

430/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Royal Palace Diversões Ltda-ME, CNPJ N° 06.972.693/0001-60, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

431/12 – requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Center Diversões Eletrônicas Ltda, CNPJ N° 04.644.289/0001-32, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

432/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Star Game Comércio Importação E Exportação Ltda, CNPJ N° 61.318.358/0001-51, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

433/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Antares Assessoria Administração E Participação Ltda, CNPJ N°

01.133.485/0001-54, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

434/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Adriano Aprigio de Souza-ME, CNPJ N° 37.256.054/0001-22, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha)

435/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Goiás – Game Diversões Eletrônicas Ltda, CNPJ N° 25.008.541/0001-97, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

436/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Catarinense Serviço De Atividade Lotérica Ltda-ME, CNPJ N° 86.971.237/0001-35, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

437/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Aprígio Construtora E Incorporadora Ltda, CNPJ N° 12.615.538/0001-90, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

438/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa American Center Bingo Ltda-ME, CNPJ N° 04.642.628/0001-41, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

460/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Calltech Combustíveis e Serviços Ltda, CNPJ 01.357.769/0001-24, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

461/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Geovani Pereira Da Silva-ME, CNPJ 37.397.353/0001-87, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

463/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Fundação Nelson Castilho, CNPJ 03.776.518/0001-00, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

464/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Maquinaria Publicidade e Propaganda, CNPJ 03.853.183/0001-86, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

465/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Rádio Goiás Sul FM Ltda., CNPJ 10.417.978/0001-07, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

466/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Rádio Goiás Sul FM Ltda., CNPJ 10.417.978/0001-07, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha.

466/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Rede Brasiltur de Televisão, CNPJ 09.580.504/0001-00, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha.

468/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de *e-mail*, SMS, Skype da empresa Data Traffic, CNPJ 01.175.068/0001-74, de 1º de janeiro de 2012 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem. Obrigado, Deputado Miro Teixeira. Foi uma falha desta Presidência, corrigida em tempo por V. Exª.

Nº 469/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS, Skype do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres, CPF 251.804.101-00, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data.

Consulto a V. Exªs...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Para encaminhar para o relator só uma questão, Sr. Presidente, no sentido de uma melhor compreensão.

Surgiu informalmente aqui, no sentido de que estamos tratando de direitos e garantias individuais, e abstrai-se, obviamente, a discussão à parte que já ouvi que quer ser feita sobre o Relator... Nós estamos falando de um volume de informações de dez anos. Eu pergunto ao Relator se, de fato, há necessidade e elementos para dez anos ou se, eventualmente, cinco anos podem ser suficientes, e, se houver indicativo melhor, consequentemente, ele solicita mais. Só a nível de compreensão, porque surgiu aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque a informação que se tem, Deputado Bruno, é de que a organização foi montada pelo ano de 2002.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Compreendendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu antes...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é só uma consideração para ajudar nos trabalhos: o último não pode ser votado em bloco. Todos os demais podem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, no caso de Demóstenes, tinha que ser por vinte anos. Ele vem enrolando o Brasil há vinte anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom. Eu vou fazer o seguinte...

Só um minutinho, Domingos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O último não pode...!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Acho que é importante deixar claro, é importante registrar, Sr. Presidente: sob a condução de V. Exª, foi tomada uma decisão que eu entendo não só com muita ponderação, mas com muita sabedoria, alguns minutos

antes. E agora – é importante ficar claro – eu percebi o encaminhamento de V. Exª para a votação em bloco, obviamente em separado esse último. Por quê? Porque todos os outros tratam de pessoas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu farei separado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu entendo que é conveniente que se faça separado, todos os outros em bloco são de pessoas jurídicas, esse é específico de pessoa física, e o em bloco das pessoas jurídicas é bom que se destaque: todas com envolvimento. Se não, pode parecer que esta CPI volta à história dos dois pesos e duas medidas. Estaremos quebrando em bloco, mas porque são pessoas jurídicas, não é entrar na vida íntima e pessoal de ninguém. Além disso, o aspecto de que todos estão envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Em votação.

Eu não estou votando em bloco. Eu estou votando individualmente todos.

Eu vou fazer em três etapas. A primeira etapa é esse núcleo até o Requerimento 468; a segunda etapa é o Requerimento 469; e a terceira etapa deste primeiro bloco são os Requerimentos 360, 361, Coafi.

Portanto, eu vou votar o bloco até o Requerimento 468.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu ouvi... Não é porque é o problema do Senador Demóstenes; é porque é pessoa física. Nós temos outras pessoas físicas aqui: Geovani, pessoa física...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não! É jurídica!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, não tem, Senadora. É microempresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É empresa. É microempresa. Procede.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E empresa tem obrigação de dar informações. O caráter do sigilo é para pessoa física.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Mesa aqui está me alertando de que o Requerimento 407, de 2012, é pessoa física. E o 440 também. Então, vamos fazer separado.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor de Mello? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Agora eu peço para recolher o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintela Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora passamos à segunda votação.

Aprovado por unanimidade.

Vou colocar em votação individualmente também os Requerimentos nºs 407 e 440, que se referem ao Sr. Cláudio Kratka, para fazer individualmente. Primeiro foi pessoa jurídica, agora é pessoa física. Pergunto se posso incluir aqui o Senador Demóstenes Torres.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Também, também. O Demóstenes deveria mudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou fazer individualmente.

Estou votando o Requerimento nº 407 e 440.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O senhor votou todos o CNPJs juntos. Por que não votar os CPFs juntos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que eu não quero...

O SR. (Orador não identificado) – É pessoa física, Sr. Presidente, por que isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não quero gerar nulidades. Eu não quero correr riscos.

O SR. (Orador não identificado) – Vota o Senador Demóstenes e os outros dois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não quero gerar nulidades.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor de Mello? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota do Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado, antes, Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, está aprovada, por unanimidade, a quebra de sigilo.

Agora, vamos votar o Requerimento nº 469, que requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Senador Demóstenes Lazaro Xavier Torres (CPF 251.804.101-00), de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.)

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo Filho? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota do Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Gladson Cameli votou?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está aprovado o requerimento, por unanimidade.

Passo ao Requerimento nº 360, de 2012, que requer o encaminhamento, pelo Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão: informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Demóstenes Torres.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O requerimento é do Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu só queria aditar, Sr. Presidente, que o corte seja na faixa

dos R$50 mil, porque o que o Coaf mandou para cá é acima de 100. E, às vezes, se pegam transações importantes aí na faixa dos 50 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aditado.

O Deputado Rubens Bueno é o autor, não é isso? É o nº 360, de 2012.

E o nº 361, de 201, que requer o encaminhamento, pelo Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão de informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira. Deputado Rubens Bueno, autor deste requerimento.

Bem, vou votá-los agora.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris Araújo?

A SRA. ÍRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

Como vota o Deputado Fernando Francisquini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tenho em mãos um requerimento que vou encaminhar à Mesa, de preferência, para ser incluído na pauta, os meus Requerimentos de nºs 379, 371, 372, 373, enfim, de 379 até 401. São 21 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero proclamar o resultado da votação anterior. Foi aprovado o pedido ao Coafi, por unanimidade.

Agora eu vou...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu fiz o aditamento e peço a V. Exª que solicite e anuncie para que a Secretaria coloque este aditamento para que o corte feito pelo Coafi seja na faixa de R$50 mil, como mínimo. Não vamos colocar limite é que a regra do Coafi é acima de 100.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Eu não quis atrapalhar, mas o requerido, o 361, já está na sala do cofre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onix, a regra do Coafi não é essa. O Coafi tem uma combinação de regras e, portanto, ele pode pegar um depósito de R$10 mil. Então, ele não tem... Portanto, eu não vou aditar, porque a regra do Coafi de movimentações atípicas é um conjunto de regras e ele não tem um valor mínimo.

Então, eu acho que se colocarmos um valor mínimo nós estaremos estabelecendo um limite...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Mas do Dadá tem atípico de R$5 mil...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas de pessoa jurídica não tem nenhum abaixo de cem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu antes de prosseguir a reunião, eu passo a palavra ao Sr. Relator Deputado Leandro Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero dialogar com os ilustres Pares no sentido de nós darmos ao tratamento de convocação dos Srs. Governadores o mesmo tratamento que nós demos em relação à quebra de sigilo, ou seja, nós não vamos decidir a convocação de Governador nesta reunião, e remetermos este tema para o dia 12.

Eu sugiro a V. Exª então de colocar em votação sobre o sobrestamento...

(*Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não, não, não, vamos sim.

Presidente, já veio um requerimento de preferência sobre governadores. Isso tem que ser votado, é regimental.

(*Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sobre Governadores. Eu vou agora abrir como prometido, para os líderes senão os lideres terão os seus mandatos cassados, por mim, o que não é o caso.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então eu escrevi aqui os seguintes líderes: Líder Onyx Lorenzoni... Ele já falou na sessão como Líder?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu já falei.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Não seria o caso de consultar e, então, usar da palavra os que querem votar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Líder Pedro Taques, o Líder Jilmar Tatto, o Líder Alvaro Dias, o Líder Protógenes...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

A Líder Íris de Araújo; o Líder Senador Randolfe Rodrigues...

A SRA. ÍRIS DA ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu retirei, Sr. Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente, como Líder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, V. Exª deve anunciar o requerimento de preferência, que está sobre a mesa.

A SRA. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero me inscrever como Líder pelo Senado. Sérgio Souza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso é regimental, Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Presidente, eu já havia pedido também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já havia inscrito V. Exªs.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, V. Exª precisa anunciar o requerimento. Isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ouvir os líderes conforme eu tinha prometido e vou fazer a votação conforme...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, volto a lhe dizer. O requerimento deve ser anunciado porque está sobre a mesa, Presidente. Não dá

para rasgar o Regimento. Para o bem ou para o mal, há um requerimento sobre a mesa.

O SR. (Não Identificado) – Presidente, pelo Regimento, art. 6º, o líder tem preferência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu apelo ao Dirceu, porque o requerimento está sobre a mesa. Há que ser cumprido o Regimento. (*Pausa*.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu me inscrevi como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou inscrever V. Exª, Senadora Lídice da Mata.

Neste momento, a pauta vai apreciar o tema "convocação de governadores". Eu tinha organizado da seguinte forma: tendo em vista que eu consegui um adiamento dos líderes para falar agora, eu tinha organizado para conceder a palavra. Agora, há os requerimentos aqui de inversão de pauta e há um requerimento do Relator de sobrestamento. Então, o que eu devo votar? Vejam se está correto. Eu voto primeiro o sobrestamento...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, Presidente. Não, senhor, porque ele é posterior. Essa, não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de falar como Líder, primeiro, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Líder tem preferência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Essa, não. Aí é golpe, Presidente. Aí é golpe. Essa, não. Aí é golpe. Aí é golpe. Não, não. Aí é golpe, ô, Dirceu. Essa, não. Vamos botar horário nos requerimentos que nós botarmos na mesa, Sr. Presidente. Horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como determina a tradição do Senado e da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, a orientação regimental...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDB – TO) – Sobrestamento não vota, Presidente.

O SR. (Não Identificado) – Sr. Presidente, não pode ser no grito, Sr. Presidente. Há que ser como rege o Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Não pode ser no grito e nem desrespeitosamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é no grito, não, mas não pode ser no golpe.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Não pode ser desrespeitoso com o Presidente da CPI.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Requerimento é ordem de apresentação no Regimento das duas Casas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu só quero perguntar: cadê o Vital do Rego? Onde está o Senador Vital do Rêgo? Sr. Presidente, dá para informar onde está o Presidente Vital do Rêgo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer o seguinte: eu vou encaminhar essa questão ainda que nós tenhamos algum procedimento aqui que eu considero inadequado, considero inadequado.

Eu digo o seguinte: eu coloquei em questão para V. Exªs se nós utilizaríamos agora para as falas dos Líderes ou para votação dos requerimentos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Votação de requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É, votar requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, assim sendo, a orientação regimental que tenho é votar o requerimento do sobrestamento com...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é possível, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é possível, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Realmente, não é possível. Se o Presidente não pode falar, não é possível.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu quero colaborar com V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu tenho que dar uma informação. Eu tenho dois requerimentos, dois requerimentos de preferência do dia 25. Eu encaminhei no dia 25 dois requerimentos de preferência para votação da convocação dos governadores. Então, esses dois requerimentos têm preferência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Olha, qual é o embasamento, ô, Dirceu? Pelo amor de Deus, rasgar o Regimento não pode!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ninguém aqui vai rasgar o Regimento. V. Exª está extremamente acelerado. Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, senhor. Eu estou preocupado só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E a sua preocupação é a minha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É porque eu conheço o jogo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o 402 e o 403, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o seguinte: o item da pauta agora é convocação de governadores. Essa convocação de governadores, nós vamos votar favoráveis ou contrários à convocação de governadores.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Como Líder

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esclarecendo aqui, só um minutinho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Senadora. Eu já concedo a V. Exª.

Na verdade, são duas votações. Nós vamos votar em primeiro lugar... Vota-se hoje a convocação dos governadores ou se sobresta? E depois nós vamos votar a questão...

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora Lídice, depois o Deputado...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente! Presidente! Uma questão de ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra Senadora Lídice, depois Deputado...

(Manifestações sobrepostas. Inaudível)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, os requerimentos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, o senhor tem que ler o requerimento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Os requerimentos que estão sobre a mesa falam da convocação dos três governadores. Eu, por exemplo, que não sou de nenhum dos partidos dos três governadores não acho que haja isonomia entre a situação dos três governadores. Poderia votar a favor da convocação de um governador ou, se permanecer com a convocação dos três, eu serei obrigada a votar contra. E, aliás, um dos governadores, que é o Governador Marconi Perillo, já veio até esta CPMI e disse que se coloca à disposição para dar o seu depoimento. Considero, portanto, que é até uma descortesia se convocar alguém que já se dispôs a vir sem precisar ser convocado.

Então eu não vejo razão para votar. Entendo igualar. E, na medida em que iguala, em minha opinião, se tenta fazer nesta CPMI um jogo político eleitoral de disputa política eleitoral. E não cabe a esta CPMI permitir que isso aconteça.

Quero me colocar contrária a essa votação, nos moldes em que está colocada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Eu vou encaminhar depois do Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Para ajudá-lo a encaminhar, Presidente.

Presidente, eu assinei o requerimento de inversão de pauta, de preferência, mas esse requerimento foi assinado lá atrás, quando havia vários itens na pauta, na frente da convocação dos governadores.

Então ele não faz mais sentido agora, porque o item da pauta a ser votado é o da convocação dos governadores. Quem quer convocar os governadores, quem acha que eles devem prestar esclarecimentos a esta Comissão vota contrário ao sobrestamento da pauta. Tanto faz, tanto faz.

Do ponto de vista regimental, não se pode inverter ou dar preferência ao que está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como eu vou encaminhar a votação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Foi feita uma manifestação no sentido de deixar claro – e eu respeito muito a posição da Senadora – que ela não concorda ou entende que não se deve votar a convocação de governadores. E eu quero justamente apresentar o meu contraponto a esse posicionamento de uma forma clara.

Eu entendo que é fundamental que esta CPI ouça, e coloco como essencial que ouça os Srs. Governadores, todos três mencionados com grau maior ou menor de envolvimento.

Não é hora de se concluir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – As votações são separadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – São separadas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – São separadas, que se vote em separado, mas que se vote a vinda dos Srs. Governadores. E eu creio que o correto seria se todos se dispusessem a vir. São figuras públicas diante de uma situação em que o País inteiro está perplexo, querendo esclarecimento. E seguramente eles podem e devem procurar contribuir. Não é vir aqui como réus, não é vir aqui como acusados, mas vir para contribuir, prestar esclarecimentos.

O Governador Marconi já disse: eu quero ir.

Ora, se os outros não disseram que querem vir – creio eu que queiram –, devemos votar sim, votar, definindo e manifestando a posição de cada um. Se a Senadora vai votar contra, que ela vote contra. Mas...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Não se trata do meu voto, se trata do mérito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou encaminhar. Tenho todos os três governadores aqui. Eu vou encaminhar. Quando encaminhei inicialmente, eu tinha uma visão, discuti com a assessoria e continuo com a visão. Então vou encaminhar segundo o que entendo como correto agora.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, só para que não haja prejuízo à minha fala como Líder, antes do encaminhamento, eu queria que V. Exª me concedesse três minutos para minha fala como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª não é o primeiro; V. Exª é o quarto.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Pergunto se alguém está na frente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está. Há vários na frente. Mas eu estou encaminhando a votação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Mas vai prejudicar a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não vai prejudicar. V. Exª vai falar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Eu peço que o primeiro inscrito fale.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª vai falar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu quero falar, Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tudo bem.

Eu tenho um encaminhamento, eu quero a atenção de todos.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Antes do encaminhamento, Sr. Presidente, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero a atenção de todos. A votação agora é a seguinte. Nós temos duas votações a serem feitas. Duas ou mais. A primeira votação é: nós vamos apreciar a convocação de governadores hoje ou nós vamos adiá-la. Se aprovarmos a apreciação hoje nós vamos fazer individualmente governador por governador. Então esse é o encaminhamento aqui. Era o que eu queria fazer há 15 ou 20 minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor. Presidente!

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Presidente, Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Coloque em votação, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Deputado Silvio Costa, Presidente. Veja bem, essa primeira...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Coloque em votação, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É o Regimento, Presidente! Esta primeira votação de consultar o sobrestamento é desnecessária, porque V. Exª tem a prerrogativa de fazer a pauta. Basta V. Exª dizer: vamos votar os governadores. E acabou! Então vamos direto votar os governadores. Ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha*.) – O Presidente vai tomar uma decisão colegiada sobre o assunto. Eu já defini o meu encaminhamento e ele será esse.

Deputado Glauber, é sobre isso?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, a pergunta que faço a V. Exª, à Mesa, um momento, por favor, no caso do Governador Perillo, ele pessoalmente já manifestou a vontade de vir prestar os esclarecimentos a esta Comissão. Nesse caso específico, nós podemos marcar data para que nós saiamos do nosso encontro de hoje com o depoimento do Governador Perillo marcado. Aí, sim, caso seja necessário e a votação diga que isso vai acontecer, nós individualizaremos as convocações dos demais governadores. Porque nós não queremos participar de qualquer tipo de chantagem do tipo: se o seu governador não vem, o meu não vem. Falamos com muita liberdade, porque não sou nem ligado ou base de governo tanto do Governador Perillo quanto do Governador do Distrito Federal e nem mesmo o do meu Estado, Governador Sergio Cabral. Não sou da base aliada do Governador pessoalmente como Deputado Federal.

Então esta é a pergunta que faço a V. Exª: É necessária a votação de convocação de cada um dos governadores até porque hoje foi sobrestada a possibilidade de a gente quebrar o sigilo do Governador Perillo. Se a gente já sai daqui hoje com data combinada para o depoimento a ser prestado pelo governador e se, a partir dessa audiência, a gente verificar que existem elementos para a quebra do sigilo isso seria feito imediatamente, a partir da audiência já marcada, com data. É essa a pergunta que faço a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse garantido o meu direito de falar como Líder agora. Todo mundo está falando antes, eu gostaria de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, estou inscrito e gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, nós aqui estamos discutindo há 30 minutos se nós vamos ou não transformar esta CPI numa farsa. Farsa. Sabe por que, Sr. Presidente? Todos aqui ou têm a posição dos governadores ou não virem a esta CPI. V. Exª, a Presidência desta CPI, nós estamos enrolando essa decisão. E a palavra é esta, para que o cidadão simples possa saber: nós estamos enrolando o depoimento dos governadores. Nós temos que assumir a responsabilidade no voto, no voto. Eu faço parte da base, mas eu não faço parte do PSDB, do PT; eu não quero saber das confusões entre PSDB e PT. Eu quero saber da verdade.

Como Líder do PDT nesta CPI, eu não vou concordar com essa farsa. Nós estamos enrolando para...

O SR. (Não Identificado) – Presidente, eu quero...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu estou falando. Eu estou no meu tempo, Sr. Presidente. Estou no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou escutando.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse colocada a preferência do que já foi votado. Nós temos que votar "sim" ou "não" à vinda dos governadores. A questão é essa. E cada um assuma a sua responsabilidade. Não podemos jogar para frente. Já estamos enrolando há 20 dias isso. Na sessão de ontem, seria o primeiro ofício, o primeiro requerimento. Na sessão da semana passada, o primeiro de ontem. Nós estamos enrolando. Cada um que assuma a sua responsabilidade. Aqui é uma Casa política. E cada um assuma a sua responsabilidade política pelo seu voto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente. Rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou dar a palavra aos Líderes. Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Queremos registrar que ontem o Governador Marconi Perillo esteve presente nesta Casa. Mais ainda: eu quero dar um testemunho. Eu pessoalmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Bruno, a palavra está com o Senador Alvaro Dias. Depois, com o Deputado Tatto, depois com V. Exª.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Senador Alvaro, você me permitiria, só para fazer na precedência... Eu pediria, Senador Alvaro, só para concluir...

Ontem eu pessoalmente procurei o Presidente desta Comissão. Pedi que recebesse o Governador Marconi Perillo...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Vai começar a Ordem do Dia.

O SR. Não Identificado – Sr. Presidente, eu também estou inscrito como Líder. Eu também vou querer falar. Quero falar antes e quero falar depois como Líder.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Senhores, eu acabo de receber uma ligação do Governador Marconi Perillo. Ele quer vir à próxima reunião. Ele quer vir imediatamente falar para esta Comissão. O Governador Marconi Perillo quer, independentemente de qualquer resultado, falar para o Brasil e ajudar, como disse, o Senador Pedro Taques a contribuir, a colaborar com a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu vou encaminhar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – O Governador Marconi Perillo quer e ontem demonstrou ao Brasil inteiro que está à disposição para contribuir. Nós não queremos, sim, participar de farsa que ponha para baixo do tapete o problema dos outros governadores da Federação. Nós temos absoluta confiança e temos e sabemos do respeito que o ex-Senador Marconi Perillo tem por esta Casa, mas, sobretudo, pela sua dimensão da grandeza que tem como Governador de um importante Estado da Federação. E não vamos aceitar que aquela maioria que foi anunciada pelo ex-presidente da republica funcione aqui para tratar a Oposição não como adversária, mas como inimiga do Estado brasileiro.

O Governador Marconi Perillo estará, sim, convidado, convocado, o que for. O que for. Já o fez ontem. Ontem, a Comissão não o recebeu. Eu pessoalmente procurei o Presidente. O Presidente disse que a sanção era administrativa e não poderia fazê-lo.

Portanto, eu quero, como Líder do PSDB na Câmara, falando para os nossos Pares, com um pedido pessoal de um Governador de um Estado Federado, dizendo que faz questão de falar para esta Comissão imediatamente na próxima sessão a ser ajustada. *(Palmas.)*

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Eu vou encaminhar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu também estou inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela inscrição, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Tatto, Deputado Bruno já falou. Depois, Senador Alvaro, Randolfe, Rubens, Humberto Costa, Sérgio. Eu quero fazer um encaminhamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso é para não votar hoje, não é? Esse monte de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou colocar em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vamos votar, Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. (Orador não identificado) – Abro mão para votar, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso. Vamos votar, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, deixe os líderes para depois. Coloque em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso. Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou entendendo...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente. Coloque para depois, mas registre o meu protesto. Isso aqui está tendo um favorecimento selecionado para atendimento de líderes. Eu estou inscrito há mais de uma hora e não foi me dada a palavra. Não há nenhum problema, mas registre o meu protesto. V. Exª não está conduzindo adequadamente esta Comissão.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Para falar pela Liderança do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª está inscrito, assim como o Deputado Rubens Bueno.

O SR. (Orador não identificado) – Mas quantos já passaram pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nenhum, nenhum passou pela frente.

O SR. (Orador não identificado) – Eu também estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª vem depois do Deputado Tatto, do Senador Alvaro, do Senador Randolfe e do Deputado Rubens. V. Exª é depois. Agora, eu vou encaminhar da seguinte forma: tem aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Vamos votar agora? Vamos votar. Dá pressa em todo mundo. Falam 300 vezes, aí dá pressa para votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero a atenção de V. Exª.

O SR. (Orador não identificado) – E eu quero também atenção de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terá.

O SR. (Orador não identificado) – ...na correção da condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estou buscando fazer a condução dos trabalhos da maneira mais correta possível, garantindo a todos a palavra, a celeridade e o debate.

Aqui nós temos dois debates que estão sendo feitos. São três debates.

O primeiro debate é: a gente convoca governadores hoje ou não, ou sobrestá?

O segundo debate é: convoca em bloco?

E o terceiro debate é: convoca individualmente?

O que eu quero saber é se V. Exªs concordam com o seguinte debate: tem um requerimento aqui, de preferência. Esse requerimento de preferência é da convocação em bloco. Quem votar no requerimento de preferência está definindo em bloco. Quem votar contra esse requerimento está definindo a convocação individual. Agora não tem o sobrestamento mais.

(Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então eu vou fazer o seguinte...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Primeiro a votação tem que ser se vai adiar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem razão, não adianta ter pressa.

Primeiro vamos votar o seguinte: ou sobresta ou vota hoje. Depois disso, ou em bloco ou individual.

Primeira votação...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Segue a votação, Sr. Presidente. Segue a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou votando primeiro o sobrestamento da votação hoje.

Quem vota "Sim"...

O SR. ONYX LORENZONI (PSDB – RS) – Presidente, há um requerimento de preferência para se votar governadores. É esse que tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele será o segundo a ser votado.

O SR. ONYX LORENZONI (PSDB – RS) – Mas não pode ser o segundo, porque entrou antes do sobrestamento. O que é isso, Presidente? Nós já estamos na pauta que foi feita pelo Relator e pelo Presidente Vital. Aliás, a pergunta que não quer calar: onde está o Senador Vital do Rêgo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Regimentalmente, ou se vota em bloco ou individualmente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, Presidente, por favor, V. Exª tem a prerrogativa...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Chame nominalmente, Presidente, para ter autoridade!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – V. Exª tem a prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou fazer a votação agora.

(Manifestações sobrepostas. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Glauber, V. Exª dirigiu uma questão de ordem. Eu vou responder.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Exatamente por não ter sido respondida e eu peço paciência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Glauber, eu vou respondê-la.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Peço paciência aos demais Deputados e Senadores, porque fiquei praticamente durante toda a sessão ouvindo muito e falando pouco. Então a questão que eu dirijo a V. Exª é a seguinte: V. Exª tem a prerrogativa de determinar que essas votações sejam individualizadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou fazê-lo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não necessariamente nós precisamos votar isso. Os casos são diferentes. O caso que vai ser votado, do Governador Perillo, é diferente do Governador Sérgio Cabral e é diferente do Governador do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por isso eu vou fazer uma votação preliminar.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Que cada Deputado e Senador possa dizer aqui, colocar a sua digital em cada um dos casos, inclusive obedecendo à orientação do Relator. Mas este Plenário não precisa saber se a gente vai votar em bloco ou se vai votar separadamente, de forma individualizada. V. Exª tem prerrogativa como Presidente para determinar que a votação seja individualizada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, eu tenho um requerimento de preferência na mesa. Eu não posso desconhecer um requerimento de preferência.

(Manifestações sobrepostas. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu vou agora colocar em votação da seguinte forma: quem quiser votar em bloco, vota "Sim". Quem quiser votar individualizada a convocação, vota "Não". Certo? Então, repetindo...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente. Eu gostaria de encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – São dois favoráveis e dois contrários, para encaminhar. Eu vou conceder.

Então, contrários ao requerimento o Senador Humberto Costa e o Deputado Leonardo Picciani.

Favoráveis: Senador Avaro Dias e Deputado Onyx.

Então, o primeiro que terá a palavra é o Senador Álvaro Dias para defender o requerimento de preferência para votação em bloco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB –PR) – Sr. Presidente, em nome do futuro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós não podemos adiar essa deliberação.

Em relação ao governador de Goiás, já se falou aqui, ele veio para depor ontem. A exemplo do que fez o Líder Bruno Araújo, também consultei o Presidente Vital do Rêgo antes de iniciarmos a reunião de ontem, para que abrisse a oportunidade do governador de Goiás depor e ser questionado pelos parlamentares no dia de ontem. Portanto, em relação ao governador de Goiás, é só V. Exª marcar a data para o depoimento dele.

Queremos votar, sim, os três governadores, ou em bloco, ou individualmente, não importa. Esta Comissão precisa decidir o que pretende; se pretende colocar o mal à luz para que possa ser reconhecido, combatido, denunciado e, eventualmente, julgado, ou se deseja colocar a sujeira debaixo do tapete. Eu creio que não é esse o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por esta razão, não há nenhum prejulgamento quando se convoca um governador. Quando se convoca um governador, não se está a condená-lo. Ao contrário, a Comissão Parlamentar de Inquérito abre portas para condenação, mas, também, pode abrir portas para o atestado de boa conduta. Nós não estamos prejulgando, nós queremos ouvir os três governadores.

Não há acordo, não há acórdão. Quando se fala em acordo negativamente, se depõe contra a instituição parlamentar; acordo de procedimento, para que se delibere dessa ou daquela forma, nesse dia ou naquele dia, é uma coisa. Mas, quando se usa a palavra acordo pejorativamente, o que se deseja é desacreditar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nesse sentido, não há acordo. O que nós desejamos é a presença dos três governadores, convocados, para que possam prestar esclarecimentos a esta Comissão e ao País.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, baseado no art. 96...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não será dada a palavra para questão de ordem a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por que não? Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª está errado! É uma questão de ordem.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Humberto Costa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª está encaminhando errado. É uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª vai me dar a palavra para uma questão de ordem depois desse encaminhamento, por favor. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero que volte o tempo do Senador Humberto Costa. Senador Humberto Costa com a palavra.

Peço licença ao Senador Cássio Cunha Lima. Perdoe-me, só para assistir o orador que está...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu acho que é essencial que nós possamos tratar tudo o que está sendo feito aqui por esta CPI de forma tranquila e, ao mesmo tempo, de forma equânime e justa.

Na verdade, quando se trata do tema "governadores", é óbvio que não há uma situação igual para todos os governadores.

O Governador Marconi Perillo, que aqui está disposto a vir, mostrando desprendimento para vir aqui...

Sílvio Costa, meu amigo, você fala tanto, eu falo uma vez só. Deixe-me falar um pouquinho. Está bom? Marque o meu tempo lá.

Veja bem, ele que está tão disposto, desprendido, elogio esse desprendimento, por que ele não está tão desprendido, por exemplo, para espontaneamente abrir o sigilo fiscal, telefônico? Aqui é uma guerra política que está se tentando travar. V. Exª pode perguntar a ele; pergunte V. Exª.

O que estou querendo dizer é o seguinte: é que a votação... Primeiro, acho que não deveria chamar ninguém ainda agora. Mas, do mesmo jeito que foi com a Delta, com uma série de coisas, chega a hora em que vai ter que chamar de todo jeito. Não sei por que essa pressa tão grande, a não ser de fazer disputa política.

É lógico que a situação do Governo de Goiás é diferente. Não estou dizendo que são verdadeiras as coisas que foram ditas no inquérito. A ser verdade, por exemplo, o que está no inquérito, o maior Partido com presença no Governo de Goiás não seria o PSDB, seria o PC, o do Cachoeira, que teria indicado lá várias pessoas, etc., etc., história de cheque, 500 mil...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Eu não estou dizendo que é verdade, companheiro. Estou dizendo que são coisas que estão relatadas ali e que são diferentes do Governador do Rio de Janeiro e do Governador do Distrito Federal, que pode ser que amanhã esteja numa situação até mais difícil. Mas não é igual. Então nós não podemos dar o mesmo tipo de tratamento.

Na verdade, há uma ansiedade muito grande aqui porque, lamentavelmente, estou descobrindo – é a primeira vez que participo de uma CPI – que isso aqui é um espaço em que muita gente quer aparecer. O cara fica aqui dentro por cinco minutos e está lá fora, falando na televisão. Foi assim com a Delta ou não foi? "É a pizza, é não sei o quê." A Delta foi votada por quase unanimidade. Então por que essa situação de pressa ou de tratar as coisas que são desiguais de forma igual? Não pode.

Então, já que vai ser votado, que pelo menos se vote um por um. Não estou falando do PT, mas vamos chamar aqui o Governador do Rio de Janeiro porque ele botou um guardanapo na cabeça e ficou dançando? É isso? Tem que ter alguma coisa que justifique.

O que tem que se fazer é ir lá embaixo, na tal batcaverna...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Terminou o tempo de V. Exª, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...e trazer para nós coisas que mostrem favorecimento à Delta, licitação fraudada, corrupção. Então não pode ser dessa maneira.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Conclua, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Por isso, então, eu defendo que se faça individualmente. E, quando votar, eu votarei pela vinda do Sr. Marconi Perillo. Justifica-se. E os demais, assim que se justificar, votaremos também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – E quero aqui fazer a sugestão ao Senador Alvaro Dias para que ele diga ao Governador para abrir mão do seu sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo inscrito é o Deputado Onyx Lorenzoni.

Senador Cássio Cunha Lima, o Deputado Onyx Lorenzoni, que vai fazer uso da palavra, pede para desbloquear o raio de visão dele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho em mãos a pauta cons-

truída e apresentada ontem, deliberada pelo Sr. Presidente Vital do Rêgo e pelo Sr. Relator, Odair Cunha.

Item 1 – Quebra de sigilo da Delta nacional;

Item 2 – Convocação de governadores.

De maneira diligente e adequada, o Sr. Odair Cunha, nobre Relator, reuniu todos os requerimentos que tratavam dos governadores que são citados, têm suspeitas e seria oportuno que nós pudéssemos ouvi-los.

Ontem, quebrado o sigilo da Delta, se montou a pauta de hoje. Qual é o primeiro item da pauta de hoje? Convocação de governadores.

Portanto nós temos que simplesmente seguir aquilo que já estava delineado pelo comando desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que era convocar de maneira isonômica os três governadores que têm, pelas razões mais diversas, suspeitas que se avolumam.

O que é a CPI para um governador chefe de poder? É uma oportunidade para que ele apresente as suas razões, para que ele possa justificar as suas ações e, com isso, afastar toda e qualquer suspeita que, porventura, possa existir.

O que me causa espécie é que se queira dar tratamento diferente aos iguais. Chefe de poder de unidade federada tem responsabilidades que, por exemplo, já estão sobejamente demonstradas, no que diz respeito à Delta, no Estado do Rio de Janeiro, que deu à Delta 50% das obras feitas no Estado, muitas delas sem licitação. Portanto, cabem justificativas e explicações.

Da mesma maneira aqui no Distrito Federal. Eu quero chamar a atenção daqueles que porventura não votarem pela convocação do Governador Agnelo Queiroz de que o compartilhamento da Operação Saint-Michel foi aprovado por esta CPMI e vamos receber na próxima semana todos os autos, seguramente vão sobrar evidências para uma convocação.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu defendo que se vote em bloco por uma isonomia. Primeiro vem quem está disposto voluntariamente a vir e, depois, oportunamente, o nosso secretário e a Mesa Diretora vão atrasar para daqui a uma semana ou duas a vinda dos demais governadores. Com isso, se dá tratamento isonômico e a CPI avança, tirando qualquer suspeita de que aqui se trata as pessoas ou os representantes de unidades federadas diferentemente. Tratamento isonômico a todos; todos convidados a vir para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campainha.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quero agregar e concluo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campainha.*) – Concluindo a palavra...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...Presidente, não necessitaria nem ser convocação. Sugiro que por acordo nós façamos convite aos três governadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Último inscrito, o Deputado Leonardo Picciani.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não. Nesse debate anterior à votação, Deputado Rubens Bueno. Os líderes ainda falarão. É para encaminhamento.

Deputado, só para tirar um sorriso. Quando eu falei raio de visão, errei; é campo de visão. Mas eu queria tirar um sorriso do Deputado Rubens Bueno, que está muito triste nesta reunião.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu só queria uma questão de ordem após o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Leonardo Picciani com a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu fiz questão de me inscrever pela oportunidade de aqui trazer a minha opinião e esclarecer alguns fatos.

Será que nós, quando aqui ouvimos falar em isonomia, vamos convocar pessoas apenas porque elas têm funções isonômicas? Nós estamos aqui julgando funções isonômicas ou nós estamos aqui julgando condutas criminosas, condutas daqueles que se envolveram com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira? Esse é o objeto da CPI, esse é – está escrito aqui – o objeto da CPI Vegas Monte Carlos.

Nós respeitamos, Deputado Paulo Teixeira, o desejo do Governador Marconi Perillo de vir aqui dar os esclarecimentos. Essa foi uma decisão de foro íntimo de S. Exª, e nós esperamos que o Governador possa, para o seu próprio bem, para o bem do Estado de Goiás, prestar esses esclarecimentos. Mas as condutas e aquilo que pesa sobre cada um dos três governadores que têm aqui requerimentos são fatos diferentes. Não há que se falar em pesos e medidas diferentes. Nós estaremos utilizando pesos e medidas diferentes se votarmos em bloco, se colocarmos todos no mesmo fato, porque os fatos não são iguais.

O que se tem aqui em relação ao Governador Sérgio Cabral? O fato de uma relação pessoal dele com o dono da empreiteira Delta, relação, aliás, que o Governador nunca escondeu e nunca fez como relação secreta; sempre foi uma relação pública, assim como ele deve ter relações pessoais com outras pessoas, empresários ou não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campainha.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas o fato... Concluo neste último minuto, Deputado Paulo Teixeira. Mas o fato é que no depoimento do Delegado Matheus, da Operação Monte Carlo, ele nos disse que foram 260 mil ligações interceptadas, 20 mil afeitas, fazem parte do inquérito. Em nenhuma dessas ligações o Governador Sérgio Cabral foi citado; ele sequer teve o seu nome citado. O delegado leu aqui 82 nomes de autoridades que foram citadas, mesmo sem ter envolvimento, apenas tiveram os seus nomes citados. O governador não teve o seu nome sequer citado.

Os fatos são diferentes, nós vamos votar, mas vamos votar caso a caso, discutindo caso a caso, e respeitamos a decisão do Governador Perillo de vir a esta Comissão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor. É para ajudá-lo. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campainha.*) – Encerrada...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já estou em processo de votação...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ponha em votação, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio, por um minuto, à questão de ordem, eu vou acolher ou não a questão de ordem de V. Exª. E vou decidir.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Perfeito.

Presidente, na verdade, é bom que V. Exª esclareça o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou esclarecer.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Porque, veja bem, está tendo um grande equívoco aqui. Veja o primeiro ponto: V. Exª sabe que, para convocar pessoas, sejam quais forem, tem de ser individual a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos fazer votação individual.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma! Então, explique ao Plenário o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou explicar.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Já explicou o Presidente. Nós já entendemos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não está explicado, não! Não está explicado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou explicar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A decisão é vamos colocar os três requerimentos ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, explique.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou explicar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí, tudo bem.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Processo de votação.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – V. Exª já explicou, parta para o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Processo de votação.

É o seguinte: o que nós estamos votando? Quem quer a convocação em bloco ou individualizada? É isso, esse é o debate. Então, quem quiser em bloco está de acordo com a preferência e vai dizer "sim"; quem quiser individualizada vai dizer "não" à preferência. Está certo assim?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está entendido a todos? Esclarecido? Ninguém está com dúvida?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Uma questão de ordem.

Eu fiz uma sugestão baseado no art. 36, inciso II, da Câmara dos Deputados, para que os requerimentos que são de convocação – porque nada impede que seja um convite –, que, acho, atenderia demandas de todos. Ou seja, o convite os governadores atenderiam nas datas aprazadas em entendimentos com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Eu vou partir para a votação.

Quem votar "sim" está votando pela convocação em bloco; quem votar "não" está votando pela convocação individualizada.

Portanto, como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza? *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB –PR) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luís Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Voto com o Regimento da Casa, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira? *(Pausa.)*

O Deputado Filipe Pereira não está?

Deputado Hugo Leal, seu suplente?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Não".

Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – De acordo com o Regimento, "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Não". Então, eu quero, agora, fazer a apuração dos votos. *(Pausa.)*

Proclamando o resultado: São 18 votos "não" e 09 votos "sim".

Portanto, a votação agora é individualizada. Eu parto, então, para a votação individualizada governador por governador?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem mesmo regimental. Tendo em vista disponibilidade de vir já na próxima sessão, se haveria a necessidade da votação da convocação ou se hoje se deliberaria a data em que ele viria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, hoje nós vamos definir a convocação e a data nós não vamos marcar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Há necessidade de convocar quando ele se coloca à disposição? É uma pergunta mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, vou fazer nos termos do requerimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, agora eu passo à discussão da convocação da votação dos Srs. Governadores.

Eu vou começar pelo Governador Marconi Perillo, depois o Governador Agnelo Queiroz e depois o Governador Sérgio Cabral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na ordem de apresentação dos requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes de V. Exª iniciar a votação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tem dois requerimentos de preferência aí sobre a mesa. Um de minha autoria sobre os requerimentos de minha autoria para serem votados e outro, salvo melhor juízo, da Senadora Kátia Abreu, pedindo a convocação do Sr. Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou só terminar essa votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pergunto a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele é de preferência no bloco dele. Nesse bloco governadores nós já resolvemos as preferências, já estamos em processo de votação. Depois eu procederei a essa votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, será que não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – ...consultar os Líderes ou este Plenário sobre a necessidade de votar no caso do Governador Marconi Perillo ou se é o caso apenas de marcar a data...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já respondi, nós vamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Por economia processual.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Encaminhe a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou encaminhar a votação.

Em relação ao Governador Marconi Perillo, eu quero saber se há necessidade de dois encaminharem contrários e dois favoráveis e se necessidade de votação nominal.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vejo que todos querem. Acredito que poderia ser até simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Em relação ao Governador Marconi Perillo, a convocação do Governador Marconi Perillo.

Aqueles que são favoráveis...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, tem que ser votação nominal. Não vai inventar moda aqui não, Presidente. Não vai inventar moda não. O Regimento exige que seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou fazer nominal.

Bom, em relação à convocação do Governador Marconi Perillo, é o Requerimento 47 e os apensados. Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa... *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

Nós estamos discutindo a convocação do Governador Marconi Perillo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu tinha, inclusive, falado que ele deveria ser convidado. Mas não me ouviram, agora tenho que votar por sua convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima? *(Pausa.)*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Quem não deve não teme. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP. *Fora do microfone. Inaudível*.) – ..."sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu? Acho que eu já recolhi o voto de V. Exª. Desculpa.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Por Goiás, Sr. Presidente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu não apenas voto "sim", mas eu requeiro a V. Exª que nós tenhamos, já, a marca, a definição da data no máximo até na próxima terça-feira, se puder ser amanhã ou depois, porque é uma situação muito evidente. Nós precisamos ter os depoimentos dos governadores e eu requeiro a V. Exª, portanto, o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vota "sim".

Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni? (*Pausa.)*

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, por unanimidade, está convocado o Governador Marconi Perillo para vir a esta CPI.

Segunda votação, do Governador Agnelo Queiroz.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para encaminhar a favor, Presidente. (*Pausa*.)

Retiro o encaminhamento. Se ninguém encaminhar, eu retiro o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Então, vamos à votação direta.

Como vota o Senador José Pimentel em relação à convocação do Governador Agnelo Queiroz?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa? (*Pausa*.)

Como vota a Senadora Lídice da Mata? (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? (*Pausa.)*

Ela está aí.

Como vota o Senador Vital do Rêgo Filho?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço? (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto "não".

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Vital do Rêgo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, Presidente, eu até gostaria de convidá-lo para assumir o posto que a V. Exª pertence.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Não, pode continuar, Presidente. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sou apenas um substituto eventual.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Fique à vontade, Presidente.

Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Senador Sérgio Souza? "Sim".

Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim".

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu tinha votado "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Não", desculpe.

Então, o Senador Vital do Rêgo, como vota?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele votou "sim".

Senador Sérgio Souza, como vota?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Não".

Senador Ciro Nogueira, como vota?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Ciro Nogueira vota "sim".

O Senador Paulo Davim, como vota? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim".

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim".

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa, que chegou?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Não".

Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Senador Vicentinho Alves vota "não".

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Cada dia com sua agonia. Hoje, "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Não".

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem, depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Posso depois de concluir?

Deputado Carlos Sampaio, como vota?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) –"Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quem deve teme. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pelo conjunto da obra do Governador Agnelo, eu voto "sim". (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, Sr. Presidente. V. Exª...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Só para reformar a minha votação: foi "não", Sr. Presidente. (*Risos*. *Apupos*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, o voto do Senador Vital do Rêgo Filho...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu tenho aqui as interceptações onde o Sr. Governador Marconi Perillo...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, está em votação ou está em depoimento do Protógenes? Você vai fazer defesa de voto, agora, aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha*.) – O Senador Vital do Rêgo Filho...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não há questão de ordem em votação, Sr. Presidente. Está em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª já votou. E ainda não encerrou.

O Senador Vital do Rêgo Filho alterou o seu voto de "sim" para "não". Então, eu peço à Mesa o cômputo...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não, mas não resolveu, Protógenes. Não resolveu.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, o meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso. Eu já recolhi como Não. O voto do Delegado Protógenes é "não".

O SR. (Orador não identificado) – Concluiu a votação, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estou apurando os votos. Eu vou proclamar...

Não, não acabou a votação.

O SR. (Orador não identificado) – Eu solicito que se proclame o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Votação concluída.

Olha, o resultado aqui proclamado é de 16 votos Sim, 12 votos Não.

Portanto, está convocado o Governador Agnelo Queiroz. (*Palmas*.)

Terceira votação.

É a votação da convocação do Governador Sérgio Cabral.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Coerentemente, Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Benedito de Lira? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, ressalvada a possibilidade de convocação posterior a partir das investigações que serão feitas na Delta, neste instante eu voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? (*Pausa*.)

O Senador Aloysio Nunes Ferreira vota Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Voto Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Senador Vicentinho Alves vota Não.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Governador do Rio de Janeiro não foi referido no contexto probatório.

O voto é Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, como disse o Senador Cássio, agora que receberemos o material da Delta e agora que vamos nos debruçar sobre algumas coisas a que se aventou possibilidade.

De maneira responsável, eu entendo que temos de decidir uma coisa de cada vez e neste momento é Não, com relação ao Governador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente. E vai ficar muito claro quando chegar o sigilo da Delta nacional aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sr. Presidente, apesar de achar que é intempestiva essa convocação, a partir do momento em que optei pelo voto Sim, eu voto coerentemente Sim para todos. Apesar de achar que deveríamos esperar o resultado da Delta primeiro. Essa votação, para mim, parece intempestiva neste momento, mas voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Como um bom gaúcho, trilegal, "trissim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pelo princípio da equidade democrática, tratamentos iguais para autoridades iguais, e, repito, pelo conjunto da obra também, eu não entendi alguns votos mal-assombrados aqui, mas eu voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço o voto do Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ. *Fora do microfone*. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu mantenho a minha coerência, os autos não contêm elementos, eu voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou proclamar o resultado. (*Pausa*.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, enquanto o senhor apura, só para aproveitar a oportunidade de ponderar ao Sr. Relator, que não sei onde está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que V. Exª aguarde a vinda do Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vou aguardar, disciplinadamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Proclamando o resultado, declaro que foram 17 votos NÃO e 11, SIM.

Portanto, não será convocado o Governador Sérgio Cabral.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu quero só dar uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Relator não chegou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas V. Exª e o Presidente Vital podem recolher. É o seguinte: em todas as convocações que nós fizemos, faltaram duas convocações que são os Requerimentos de nºs 016 e 017, que são importantíssimos porque são os proprietários de uma empresa chamada Sigma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos fazer na próxima, dia 12.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero só pedir para que sejam incluídos na pauta do dia 12 os Requerimentos de nºs 016 e 017, que convocam o Sr. José Augusto Quintela e o Sr. Romênio Marcelino Machado, da Sigma, empresa que permitiu um avanço nas operações da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou agora conceder a palavra para os Líderes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu estou inscrito, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Protógenes, em primeiro lugar.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Obrigado, Presidente.

Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, eu dou ciência pública à Nota sobre as declarações do Ministro Gilmar Mendes, a qual já repassei a todos os membros desta CPI e também aos 513 Deputados e aos 81 Senadores.

Vou passar à leitura da Nota.

"Ao povo brasileiro, como todos e todas puderam recentemente testemunhar, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Sr. Gilmar Mendes fez declarações à revista *Veja*, ao *site* Conjur, aos jornais *Globo* e *Folha de S. Paulo*, nesta semana, repercutindo em diversos meios de comunicação..."

Sr. Presidente, por favor, me retome o tempo.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Vou interromper até V. Exª sanar administrativamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver o tempo ao Deputado que está com a palavra, Deputado Delegado Protógenes. E vou voltar o tempo de V. Exª, Deputado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu passo à leitura da Nota que foi encaminhada a V. Exª, ao Vice-Presidente, ao Presidente Vital do Rêgo e também ao Relator, para que

fique registrada nos Anais desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

Ao povo brasileiro.

Como todos e todas puderam recentemente testemunhar, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Sr. Gilmar Mendes fez declaração à revista Veja, ao site Conjur, aos jornais **O Globo** *e Folha de S. Paulo, nesta semana, repercutida em diversos meios de comunicação, envolvendo o ex-presidente Lula e também o ex-Ministro Nelson Jobim. Tanto foi assim que o próprio Gilmar Mendes teve que retificar as declarações em seguida, na Rede Globo, no dia 29 de maio.*

Desta vez, a tentativa de blindar o crime organizado não deu certo. Felizmente, o trabalho da CPMI do Cachoeira já transcendeu o poder de obstrução dos corruptos, corruptores e do Sr. Gilmar Mendes.

Não adianta mais tentar ganhar no grito ou querer dispersar o foco, o objetivo da CPMI por meio de mentiras.

E o registro disso é que hoje, nesta tarde, aprovamos importantes requerimentos.

E prossigo:

Convém lembrar que, há pouco menos de quatro anos, em 2008, quando o mesmo Gilmar Mendes, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, concedeu dois habeas corpus, em 48 horas, ao banqueiro condenado Daniel Dantas, preso previamente por desviar bilhões de reais dos cofres públicos, inaugurou, naquela época, o foro privilegiado para banqueiro bandido.

Naquele momento de crise institucional no Brasil, advindo da Operação Satiagraha, a falta de credibilidade na Justiça brasileira foi alertada também pelo Ministro Joaquim Barbosa, ocasião em que abriu debate na própria Corte com o Presidente Gilmar Mendes.

Os atos incomuns praticados no Supremo Tribunal Federal pelo ex-presidente Gilmar Mendes tinha então respaldo de um superpoder judicial acima da lei, da Constituição da República. Hoje ele não tem mais. As coisas mudaram no Brasil e continuarão mudando. As afirmações mentirosas e criminosas dirigidas por ele contra mim serão apreciadas em instrumentos próprios e no foro adequado.

Registro que não há indícios e documentos que classifiquem qualquer conduta da minha atividade como policial ou parlamentar vinculados ao esquema Cachoeira.

Talvez o destempero, o nervosismo e arrogância de Gilmar Mendes se explique ao longo da CPMI do Cachoeira, na ampliação de coleta de dados, documentos e informações que aprofundem as investigações com o objetivo final de revelar as infiltrações nos Poderes da República que ameaçam o Estado democrático de direito.

Por isso, é bom lembrar que as mudanças abrem novos caminhos para o futuro da mesma forma que resgatam a memória. Assim, retroativamente, podemos desimpedir a evolução de um país que permanece obstruído por um legado de corrupção ética, moral e material.

Ressalto, ao final, que a instauração da Comissão da Verdade e do Acesso à Informação dá para entender que a busca pela verdade é a ordem do dia no Brasil de hoje e de amanhã.

E só registrando que a imprensa brasileira, Sr. Presidente, cumpre o seu papel. E só registrando, ao final, tão somente esses dois atos que a imprensa publicou, um foi no *site* Conjur, que diz aqui:

O que o presidente quis dizer [o Gilmar Mendes se referindo ao Presidente Lula. Ele interpreta o que o Presidente Lula quis dizer; ele é mãe Dinah] é que o Protógenes pode querer convocá-lo. Ao que Gilmar teria retrucado que, nesse caso, quem precisa de proteção é ele, pelas suas ligações com o esquema Cachoeira.

Sr. Presidente, por último, leio, na *Folha de S.Paulo*, no *Blog* do Josias, em que ele vai mais levianamente, de forma abusiva, arbitrária, saindo dos poderes que a Constituição Federal lhe confere e sai para um outro patamar. Diz aqui: "O ex-Ministro Nelson Jobim pressionou para uma conversa..." E ele registra ao final: "O Protógenes está precisando é de proteção, ele está aparecendo como quem estivesse extorquindo o Cachoeira".

Quem andou, Sr. Presidente, nos aviõezinhos do Sr. Cachoeira e nos voos até então não explicados, que vão ser explicados nesta CPI. Talvez seja prematura a convocação do Sr. Ministro Gilmar Mendes, mas ele vai dever explicações a esta CPI quando chegar a quebra de sigilo nacional da Delta, quando chegar a quebra do sigilo das empresas referidas que serviam ao esquema do Sr. Cachoeira e quando chegar a quebra do sigilo também de algumas pessoas ligadas ao esquema Cachoeira, doleiros e empresas fantasmas.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe, eu agora vou passar a palavra para o Senador Pedro Taques; depois para V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu quero só um despacho de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu já falei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor falou?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Falei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Desculpa!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu agradeço a gentileza. Se V. Exª quiser, eu posso falar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu até gosto de ouvi-lo a cada reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado. Mas eu prefiro abrir mão para as questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tal a preciosidade da fala de V. Exª.

Eu passo a palavra a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

É só uma questão de ordem simples e objetiva para V. Exª. Eu preciso de um despacho de V. Exª em relação aos dois requerimentos que estão sobre a mesa: o requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que, ao final, com a assinatura de vários Parlamentares, pede a convocação do Sr. Cavendish, e o requerimento de minha autoria, que pede para que seja colocado na pauta – já vi que não será possível na reunião de hoje, mas que seja convertido para ser colocado na pauta da próxima reunião – a quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário das vinte e oito empresas citadas nos meus requerimentos. Quebrados esses sigilos, parece-me que será inevitável a presença aqui do Governador Sérgio Cabral, que hoje foi recusada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª mesmo disse que não há quórum para essa deliberação. Então, vou remeter à Secretaria para análise do Sr. Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu faço uma consulta ao senhor e ao Relator. A consulta é a seguinte: esses requerimentos, como são de preferência para a votação desses dois temas, estão subscritos pelo número regimental, eles entram, então, como prioridade para votação na próxima reunião administrativa, correto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou remeter a questão ao Presidente efetivo. Eu sou Vice-Presidente, portanto, substituto. Eu vou remeter ao Presidente efetivo. Logo no início V. Exª poderá levantar essa questão na próxima reunião ou mesmo em conversas anteriores à próxima reunião com o Presidente Vital do Rêgo Filho.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar a palavra ao Senador Pedro Taques e, depois, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É muito rápido, Sr. Presidente. Agradeço a palavra pela ordem.

É só para dar o apoiamento a esse requerimento de preferência do Senador Randolfe, que eu também subscrevi. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O Deputado Onyx Lorenzoni é o último inscrito. Nós vamos encerrar a reunião depois de V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu coloquei uma solicitação de extrapauta, mas, em virtude do longo tempo que durou a reunião, das deliberações que tínhamos, não foi possível ser apreciado. Ele diz respeito ao Requerimento nº 477, que já protocolei nesta CPMI, que abre a possibilidade de que esta CPMI se valha do mesmo instrumento utilizado para o Procurador-Geral de Justiça, para arguir, de maneira respeitosa, por escrito, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque as declarações que a ele são imputadas são muito graves.

Quando ele diz que ele tinha informações que diziam respeito às mobilizações ou movimentações do Ministro Gilmar Mendes, quando ele dizia que poderia blindar o Ministro Gilmar Mendes nesta CPMI, o que isso significa, Sr. Presidente? O Presidente Lula detinha fontes de informação diferentes da CPMI? Quando nós mergulhamos nos autos das Operações Monte Carlo e Vegas, lá não há nenhuma informação que corrobore o que o Presidente Lula disse na reunião ao Ministro Gilmar Mendes.

Não é uma figura qualquer. É um Ministro do Supremo Tribunal Federal que tem fé pública e que diz que recebeu uma proposta no mínimo que se pode admitir como caminho para uma eventual chantagem ou cooptação, alegando ainda o ex-presidente que poderia livrá-lo, blindá-lo dentro desta CPMI.

Então, eu construí aqui quatro questionamentos, que o Sr. Relator poderia analisar e ajustar. São os seguintes: perguntar ao ex-presidente como é que ele teve conhecimento de que o Ministro Gilmar Mendes viajou a Berlim com despesas custeadas pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Segunda pergunta: Por que S. Exª o ex-presidente Lula teria afirmado que blindaria o Ministro Gilmar Mendes de possíveis investigações de parte desta CPMI? Quais as acusações que porventura pesariam sobre o Ministro do STF? Que mecanismos seriam utilizados por S. Exª que teriam a capacidade de impedir a atuação dos membros desta Comissão? E, por fim, como S. Exª, o ex-presidente Lula, teria tido acesso às informações a respeito do Ministro Gilmar Mendes, visto que essas informações não constam dos autos

da Operação Monte Carlo nem dos autos da Operação Vegas? Quem foram as fontes de tais informações ao ex-presidente?

Eu creio que o documento é adequado, respeitoso, vai na mesma linha do que consultamos o Procurador-Geral da República e que é imperioso que esta CPMI tome alguma decisão em relação a fatos tão graves que foram dados publicidade por ninguém menos do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, reconhecido pelo próprio presidente uma nota em que ele questiona partes dessas afirmações e reconhecida pelo ex-ministro, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim.

Então nós não estamos falando de pessoas que não mereceriam a atenção desta CPMI. Todos, de uma maneira direta ou indireta, se reportam à funcionalidade desta Comissão.

Portanto, eu peço que o Sr. Relator analise e coloque em discussão na próxima reunião administrativa.

Esse é o requerimento que faça a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só na fala final falaram o Delegado Dr. Protógenes, o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe, o Deputado Onyx Lorenzoni.

Se V. Exªs me permitirem, vou conceder por três minutos ao Deputado Silvio Costa, que foi o único que não falou, e vou encerrar a reunião, a bem dos mandatos de V. Exªs.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu pediria a V. Exª que me concedesse, porque o Deputado Onyx falou sobre um fato relativo ao que eu apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem, então vai ter o contraditório. Então vou conceder a V. Exªs, se me permitirem, rapidamente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu, sinceramente, acho essa proposta do Deputado Onyx uma afronta e um desrespeito a esta CPMI. Começa que esta CPMI tem um fato determinado e a possível conversa entre o presidente Lula e o Ministro Gilmar Mendes, com a presença do ex-ministro Jobim, evidentemente, não faz parte do conjunto dos fatos consumados desta CPMI.

Então eu peço a V. Exª que evidentemente não aceite esse tipo de requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni; que V. Exª não aceite, V. Exª de bate-pronto, tem a prerrogativa inclusive de não aceitar, porque ele pede para que V. Exª recolha o requerimento e entregue ao Relator para o Relator avaliar.

Evidentemente, o Deputado Onyx Lorenzoni é um caçador de holofote. O que ele quer é holofote, dizendo que fez questionamentos ao ex-presidente Lula nesta CPMI.

Portanto, o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni não é objeto desta CPMI, é algo semelhante a eu pedir para convocar Obama para esta CPMI. Isso aqui não é brincadeira, ele fica com esse tipo de piadinha aqui. Então V. Exª, por favor, não aceite. E se V. Exª aceitar, eu vou recorrer do Plenário. Mas como só tem dois votos aqui, a gente não tem como deliberar. Então eu vou recorrer para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio, eu concedi a palavra a V. Exª, porque V. Exª não fez uso da palavra na reunião hoje, então eu concedi a palavra finalmente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – V. Exª é muito carinhoso, mas eu não tenho culpa de entender de Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O último inscrito, Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu estou aqui municiado com várias interceptações e não vou entrar no mérito do diálogo do ex-presidente Lula, do ex-ministro da Justiça e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim nem tampouco da conversa de que participou o Ministro Gilmar Mendes. Apenas faço a referência de que é importante o contexto desse fato noticiado pelo Deputado Onyx Lorenzoni no que diz respeito ao Ministro Gilmar Mendes, que tem todas as implicações com o esquema Cachoeira, de uma forma direta ou indiretamente. Nós vamos aprofundar para ver se realmente vamos encontrar indícios suficientes ou não.

Mas aqui é bem claro. No áudio do dia 23 de abril de 2011, o Sr. Wladimir faz referência a um avião de Ataíde que está em São Paulo, para embarcar o Senador Demóstenes Torres. Aqui, diz: "O Carlinhos Cachoeira responde que pode autorizar". Aí Wladimir diz que ele e o Gilmar, que é o Gilmar Mendes, estão para embarcar no avião. Carlinhos diz: "Está preparando o avião enquanto acha o Ataíde".

E vai mais à frente: "Aí eu peguei e falei com ele, e ele falou não, não preocupa, que eu organizo, porque está vindo ele, com o Gilmar, que vai achar que o voo"... E vai mais à frente.

Além disso, há indícios daquele intimado que veio hoje, o Gleyb, que tinha ali um contato, um possível tráfico de influência junto ao Supremo, inclusive intermediando liberação de HC de pessoas interessadas em processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

Esses indícios são graves, Sr. Presidente. E, aqui, devemos aprofundar as investigações não só para governadores de Estado, deputados e senado-

res, mas também, possivelmente, para ministros da Suprema Corte.

Era isso que eu gostaria de registrar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, invocando o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou conceder-lhe um minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É um minuto. Não preciso mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou conceder um minuto para o senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está OK!

Sr. Presidente, o requerimento que apresentei é uma autorização que o mandato que exerço me outorga e a que a indicação do meu Partido para esta Comissão me habilita. Portanto, o Deputado Sílvio Costa não tem nenhuma capacidade de julgar ou de achar isso ou aquilo de qualquer documento que eu apresente aqui. E o fiz dentro do que determina o Regimento e sugeri uma análise do Relator, até porque é um fato grave. Não dá para ficar só na cor partidária! Um ex-presidente da República tem um encontro com um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, e há um conflito que vem à mídia e que inclui a nossa CPI, porque os fatos transitam por dentro dos autos que temos aqui. Esse não é um fato correlato? Esse não é um fato conexo? O Supremo Tribunal Federal já autorizou a análise de todo e qualquer fato correlato com o tema principal de uma CPI. Já há decisões a rodo a esse respeito.

Portanto, o requerimento é oportuno e vai exigir uma decisão da CPMI.

Agradeço a gentileza de V. Exª, Sr. Presidente, de me permitir fazer esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião realizada em 31 de maio de 2012, às dez horas e trinta e sete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB),** com a presença dos Senadores: **Humberto Costa (PT-PE), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Paulo Teixeira (PT/SP), Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Iracema Portella (PP/PI), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ)**. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO)** e os Deputados: **Gladson Cameli (PP-AC), Paulo Foletto (PSB-ES), Filipe Pereira (PSC-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Cyro Miranda (PSDB-GO)** e **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e os Deputados **Chico Alencar (PSOL-RJ), Severino Ninho (PSB-PE) e Vaz de Lima (PSDB-SP)**. Na ocasião foi realizada oitiva do Senador Demóstenes Torres, devidamente acompanhado por seu Advogado, Antônio Carlos de Almeida Castro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos, senhores e senhoras. Solicito a V. Exªs que se posicionem nas nossas bancadas. Peço à assessoria que tomem seus assentos. São 10h37.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

Conforme a presente convocação, a reunião destina-se à oitiva do Senador Demóstenes Torres.

Algumas informações importantes à Comissão.

Temos já chegando, e já chega em ritmo acelerado à Comissão, informações sobre transferências de sigilos e eu preciso que os Blocos que foram subdivididos para, através de um assessor, ocupar a chefia do instrumento de utilização do programa i2, possam

nomear os seus respectivos assessores. Só recebi até agora a nomeação do Democratas e do PSDB. Os Blocos precisam nomear os seus respectivos assessores, credenciá-los para utilização desse instrumento.

No que diz respeito ao instrumento, ao programa, à base de acesso de DW, que é a base de acesso orçamentária, essa base de acesso a assessoria técnica hoje vai disponibilizar, inclusive de forma remota nos gabinetes de V. Exªs, por meio de credenciamento também dos seus assessores, que é a base de dados orçamentária que todos os senhores têm à disposição.

Então, precisamos, com o apoio de V. Exªs, ultimar esses avanços para que os dados que estão chegando, e repito, a partir de hoje, chegarão em profusão, possam ser analisados durante todo o final de semana e na próxima semana. Na próxima semana, estaremos nos dedicando ao encontro; até o dia de hoje o Relator está ultimando nomes de testemunhas para, no prazo legal, encontrarmos aqui para terça e quarta-feira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um segundo.

Testemunhas para terça ou quarta-feira. Teríamos já aprazado os Procuradores. Soubemos agora, e já é público, Sr. Relator, que foi cancelada a audiência de instrução e julgamento da 11ª Vara. Em virtude do cancelamento, novamente não poderemos trazer os Procuradores, o que era desejo da Comissão.

Ontem mesmo, com relação à audiência de instrução e julgamento, recebi do PSDB a solicitação de encaminhamento do Sr. Parlamentar Carlos Sampaio, para representar esta Comissão e o seu Bloco, como membro da CPMI, na audiência de instrução e julgamento. Deferi imediatamente e é muito honroso para esta Comissão que o Sr. Parlamentar nos represente. Ao tempo em que designo o Sr. Deputado Luiz Pitiman para fazer companhia ao Sr. Deputado Carlos Sampaio, franqueio a qualquer outro Parlamentar que deseje acompanhar os dois eminentes Deputados Carlos Sampaio e Luiz Pitiman, o que muito honrará a Presidência e a Relatoria, que também se sentirão representadas pelos Srs. Parlamentares. Também falei com o Deputado Onyx Lorenzone. Três Parlamentares que nos honram muito.

Também quero informar que a Presidência designa o experimentado Sr. Deputado Vanderlei Macris, meu fraternal amigo do PSDB de São Paulo, como membro suplente desta Comissão, em substituição ao colega Rogério Marinho.

Seja muito bem-vindo.

Como última informação preliminar aos senhores, está confirmada, para o próximo dia 12, a presença do Governador Marconi Perillo e, no dia 13, do Governador Agnelo Queiroz, a esta Comissão. No dia 12 e 13 próximos, a Presidência já agendo, em conformidade com o Sr. Relator e com as Lideranças partidárias.

São informações preliminares que já nos antecipam as discussões que, porventura, possa haver nesta Comissão para otimizar o nosso tempo.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São duas questões, Sr. Presidente.

A primeira, gostaria de sugerir a V. Exª, se possível, agendar, para a próxima terça-feira, o depoimento do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi confirmado com a Liderança do PSDB para o dia 12. Trata-se de matéria vencida, Sr. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque eu não fui comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Líder do PSDB na Câmara, Deputado Carlos Sampaio, foi o interlocutor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, agradeço a comunicação, agora, de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Agnelo ficou exatamente para o dia 13.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senador Cyro Miranda, que é de Goiás, ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Cyro Miranda também foi comunicado hoje pela manhã.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...solicitou-me que indagasse V. Exª sobre a possibilidade de agendar para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi tudo agendado e a Presidência já anunciou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, agradeço a V. Exª.

A outra questão, Sr. Presidente, diz respeito ao art. 121. Já encaminhamos, há alguns dias, no dia 25 de maio, requerimento pedindo preferência para a deliberação sobre alguns requerimentos de convocação e quebra de sigilo.

A convocação do Sr. Fernando Cavendish, para prestar depoimento, e a quebra de sigilo do Sr. Fernando Cavendish. Também a convocação do Sr. Luiz Antonio Pagot para prestar esclarecimentos, já que ele afirmou ter sido defenestrado pelo bicheiro e pelo empresário da Delta.

Em relação ao Sr. Fernando Cavendish, além de tudo que consta, as razões são objetivas e subjetivas, há uma acusação frontal dele a esta Casa, quando

afirma que compra político, que com R$ 30 milhões compra qualquer político e que, com R$ 6 milhões, compra um Senador. Trata-se até de uma questão de dignidade desta Casa a convocação urgente do Sr. Fernando Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os requerimentos ...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O outro requerimento, o de nº 408, diz respeito à convocação do Sr. Olavo Noleto. Nós sabemos por que, ainda, não houve a inclusão entre os demais da convocação do Sr. Olavo Noleto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eles estão pautados na próxima reunião administrativa, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Espero que possamos deliberar sobre eles na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

Quero informar à Comissão, para dirimir quaisquer dúvidas, que esta Presidência não tem pauta. Não há pauta nesta Presidência. Quanto aos requerimentos, aqueles que não forem votados serão pautados na próxima reunião administrativa. Então, quanto a todos os outros requerimentos, a pauta da próxima reunião administrativa estará aberta, e, imediatamente serão apreciados imediatamente na reunião subsequente, como esses que o Senador Alvaro Dias mencionou.

A fim de centralizarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão, como é de praxe e como vem sendo mantida de forma disciplinada por V. Exªs, ser formuladas questões de ordem, reclamações relacionadas à matéria em pauta, ou seja, oitiva do Senador Demóstenes Torres, conforme dispõe o art. 404 do Regimento Interno, bem como o art. 96 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece, nos termos do Inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, poderão falar para explicação pessoal, em cada reunião, apenas dois integrantes da Comissão. Ao Líder, é lícito usar da palavra uma única vez. Repito: uma única vez. Peço até desculpas a V. Exªs, isso tem sido a praxe para ordenamento. De acordo com o art. 98 do Regimento Comum dos nossos trabalhos, cabe à Presidência fazê-lo. Portanto, ao Líder, é lícito usa a palavra uma única vez em qualquer fase da sessão pelo prazo de cinco minutos para comunicação urgente. Estamos diminuindo esse prazo para três minutos – V. EXªs concordaram – para facilitar o andamento dos nossos trabalhos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, hoje deixe em cinco minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Não, três minutos. Concederei a palavra, agora, ao Senador Demóstenes Torres, que já está presente à nossa mesa. O seu depoimento, conforme o item 4, do Manual de Procedimento, será tomado por esta Presidência. O Senador disporá de até vinte minutos para fazer sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos nossos Parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo, cada um, de cinco minutos, assegurado igual prazo à resposta do depoente e/ou de dez minutos intercalando-se respostas e perguntas.

Com a palavra o eminente Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Sem Partido – GO) – Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, Exmº Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira, Exmº Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, Srª Senadora, Srs. Senadores, Srª Deputada Federal, Srs. Deputados Federais, anteontem eu prestei um depoimento, por mais de cinco horas, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, cuja pertinência temática é a mesma desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Em decorrência disso, por solicitação do meu advogado, nós endereçamos ontem uma petição a esta colenda Comissão e comunicamos, até por uma questão de lealdade com esta Comissão, que hoje permaneceríamos calados, conforme faculdade expressamente prevista na Constituição Federal, uma vez que o nosso advogado, o Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro, está providenciando junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a degravação desse depoimento que fiz, bem como as notas taquigráficas da sessão para que sejam encaminhadas a esta CPMI.

De sorte, Sr. Presidente, que comunico a V. Exª que utilizarei da faculdade prevista na Constituição Federal de permanecer em silêncio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, como líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Como líder.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB –SP) – Como líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Para ordenamento dos trabalhos, devo dizer a V. Exªs que o rito nesta Comissão permanecerá inalterado, assim como todos os outros depoentes.

Os lideres têm o direito de, em qualquer momento da sessão, usaram a palavra. Nós não arguiremos o Senador Demóstenes Torres como não o faremos, como não o fizemos a nenhum outro depoente que também usou dessa faculdade constitucional. Os líderes têm

as mesmas garantias de usar a palavra em qualquer momento da sessão.

Com a disciplina necessária, os senhores me permitam olhar e poder transcrever as presenças fisionômicas dos senhores aqui, para que eu não possa perdê-los aqui, na minha escrita, e chamá-los.

Chamo, pela ordem, o Sr. Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Senador Demóstenes, em primeiro lugar, eu gostaria de aqui citar o que assisti pela televisão ontem à noite e li nos jornais hoje de manhã do nosso Líder do PT Jilmar Tatto com referência ao PMDB. O Líder Jilmar Tatto, com seu jeito Tatto de ser e, às vezes, faltando tato, fez colocações e insinuações sobre posicionamentos do PMDB dentro desta CPMI. Tenho a dizer que todos os integrantes da bancada do PMDB votaram de acordo, única e exclusivamente, com sua consciência. Coincidentemente, essa consciência foi exatamente igual aos votos do PT. Isso, então, deixa bem claro que não houve nenhum tipo de entendimento diferenciado.

Eu gostaria de dizer ao Senador Demóstenes Torres que sou político de primeiro mandato – sou Deputado Federal pelo Distrito Federal – e o senhor foi referência de comportamento para milhares e milhares de jovens e adultos que veem na política uma solução para os problemas deste País. Quando verificamos tudo que aconteceu, eu queria dizer para o senhor, que tem sido uma frustração para todos esses jovens, para todas essas pessoas que entram na política, como eu entrei nesta legislatura, que tinham no senhor, naquele momento, como referência de comportamento e que encontram essa situação que aqui está hoje, que não é o senhor que tem nada a responder a esta CPMI, inclusive desrespeitando a CPMI pela forma diferenciada daquela como o senhor tratou a Comissão de Ética. Eu tenho a dizer que esse seu gesto, essa sua maneira de agir não contribui em nada para tudo o que temos lido, para tudo que temos ouvido e para tudo que temos investigado. É muito ruim para o Congresso ter novamente aqui – e um Senador! – alguém dizer que quer ficar calado. Não é o senhor que não tem nada a responder, sou eu que não tenho nada a perguntar.

Por isso, peço ao Presidente e ao Relator para me ausentar desta sala.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço que as palavras, como líder, sejam palavras de liderança. Nós estamos aqui com respeito recíproco, mútuo. Nós estamos para investigações. Eu estou concedendo a palavra como líder e permito até o momento em que entenderei que ultrapassarão os limites que devo impor.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu quero apenas dialogar com o ilustre Senador Demóstenes Torres. V. Exª teve a oportunidade de se defender no Conselho de Ética, é verdade, mas eu queria insistir com V. Exª no sentido de que esta Comissão também acaba por ser mais uma oportunidade que V. Exª tem de prestar esclarecimentos para colaborar com o trabalho desta CPMI, que busca investigar essa organização criminosa criada pelo Sr. Carlos Cachoeira. E o senhor pode colaborar com o nosso trabalho e, obviamente, pode ajudar ainda mais a sua defesa, tendo oportunidade de falar nesta CPMI.

Eu queria, por derradeiro... É claro que o silêncio de V. Exª não é o silêncio dos inocentes. Tem a ver com o que nós estamos investigando.

Para colaborar com esta CPMI e para colaborar com a defesa de V. Exª, eu gostaria de, mais uma vez, dirigir-me a V. Exª e perguntar se vai permanecer em silêncio, porque, se V. Exª for usar desse direito constitucional, nós devemos tomar a medida comum que estamos tomando no caso de todos os investigados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (S/Partido – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, Deputado Silvio Costa, e aí dispensarei o Senador Demóstenes Torres.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Dispensar, não, Presidente. Dispensar por quê? Todos nós queremos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...falar ao Senador.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Falar, sim. É claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos querem falar ao Senador.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Não há por que dispensá-lo, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu o estou dispensando, como dispensei todos os outros.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Porque todos nós achamos que deveríamos dispensar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Após os Líderes falarem. Ok. Sou refém da decisão colegiada de V. Exªs.

Vou zerar o tempo de V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Silvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Senador Demóstenes Torres, o senhor passou cinco horas no

Conselho de Ética e não conseguiu se explicar para o País, mas aqui, com cinco minutos, o senhor dá uma explicação profundamente convincente ao País. O seu silêncio é a mais perfeita tradução da sua culpa. Esse seu silêncio escreve em letras garrafais: "Eu, Demóstenes Torres, sou, sim, membro da quadrilha do Sr. Cachoeira. Eu, Senador Demóstenes Torres, sou, sim, o braço legislativo da quadrilha do Sr. Cachoeira".

Eu vi o seu depoimento no Conselho de Ética. O senhor inclusive apelou para os amigos. Eu, por exemplo, participei de algumas CPIs com o senhor e tinha muita admiração. O senhor disse: "Eu fui abandonado pelos amigos". Não é verdade! É o contrário: foi o senhor que traiu os amigos. O senhor traiu Goiás, o senhor traiu o Brasil.

O senhor apelou para Deus. O senhor disse que era carola. Se o céu existir – eu tenho certeza de que o céu existe –, o senhor não vai para o céu, porque o céu não é lugar de mentiroso, porque o céu não é lugar de gente hipócrita. O senhor está calado eu sei por quê. E, a partir de agora, eu vou começar...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou com a palavra, Presidente. Eu estou com a palavra, Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como é isso, Presidente?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou com a palavra, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está com a palavra e tem 50 segundos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero os segundos que ele me tomou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª terá retomado os seus segundos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, a partir de agora...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª tem que ser educado. V. Exª tem que ser um parlamentar educado.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, V. Exª.

Senador Pedro Taques, questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Espere aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E a minha fala, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai ser retomada a fala de V. Exª. Um minuto. Vai ser retomada a fala de V. Exª. Calma!

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas isso não existe no Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª vai...

Qual é a questão de ordem de V. Exª sobre o ordenamento dos trabalhos? Senador Pedro Taques, artigo que menciona...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Art. 403, combinado com o art. 14, inciso II, combinado com o art. 1º, inciso III, da Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encaminhe a questão de ordem à Mesa, antes de retomar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como o senhor responde?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de retomar a palavra a V. Exª. Não tenha cuidado com o seu tempo. Tenha cuidado apenas com as suas palavras.

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, nós todos aqui, como parlamentares, devemos obedecer à Constituição da República.

A Constituição da República afirma que o cidadão, seja lá quem for... Fui Procurador da República durante 15 anos. Prendi mais de mil pessoas, ouvi mais de duas mil pessoas, inclusive Deputados Federais que jogavam ácido em pessoas, presidente do Senado da República que desviou milhões de reais da República, mas um Senador da República não pode tratar um Parlamentar, não pode tratar quem quer que seja com indignidade, não me interessa quem seja o investigado. Pessoas morreram no mundo em razão do direito constitucional ao silêncio.

Eu, como Senador da República, entendo que a Constituição deve tratar a todos com urbanidade. Não cabe a um Parlamentar, tendo em conta que o outro está sendo ouvido, pode ser acusado do crime mais grave, pode ser do crime mais grave – nós todos co-

nhecemos a gravidade desse processo –, o princípio constitucional, o direito fundamental da pessoa humana de ser respeitado, não interessa quem seja, faz parte do núcleo central da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua sua questão.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por isso eu solicito a V. Exª: ele já exerceu o direito constitucional ao silêncio. Não cabe a qualquer Parlamentar expor o outro, mesmo em se tratando de CPI, mesmo em se tratando de um cidadão que está sendo acusado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Qual é a questão de ordem de V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É esta: que V. Exª cumpra o que foi feito com os outros investigados. E eu levantei a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem acolhida. Será cumprida absolutamente, imediatamente após a conclusão do Sr. Sílvio Costa. E vou liberar o Sr. Demóstenes Torres imediatamente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, conclua. O Senhor tem mais um minuto.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor tem mais um minuto. Questão de ordem acolhida. Os senhores passaram da conta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou olhar para V. Exª. V. Exª é metido também a paladino da ética...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...V. Exª não teve para comigo, deselegante. Interrompe a minha fala para fazer uma questão de ordem sem começo, meio e fim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª tem sido aético, mas V. Exª precisa respeitar os companheiros. Vou lhe chamar agora de ex-futuro Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por que esse seu silêncio? Você vai ter oitenta votos a favor da sua cassação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Você é um hipócrita. Você trabalhou contra o País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está bom. Está bom.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª é um demagogo. E outra coisa: você está calado, Senador, com medo dos processos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Ok.

Senador Demóstenes Torres, o senhor está liberado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vai ser processado pelo CONAR, por propaganda enganosa, seu irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está liberado. O senhor está liberado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu fui citado, Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. (Orador não identificado) – O Deputado Silvio comete o crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O senhor está liberado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu fui citado. Eu fui citado e gostaria de falar. Por favor. Art. 14. V. Exª não me meça pela sua régua. Eu não faço...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...a régua...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não me meça, não me meça pela sua régua.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sessão está encerrada. A sessão está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião realizada em 05 de junho de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência eventual do Deputado **Paulo Teixeira (PT-SP),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Pedro Taques (PDT-MT), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Vicentinho Alves (PR-TO) Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Wal-**

ter Pinheiro (PT-BA), Benedito de Lira (PP-AL), Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e **Sérgio Petecão** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira da Cunha (PDT-RS).** Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: **Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Vital do Rêgo (PMDB-PB) – por motivo de saúde, Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Paulo Davim (PV-RN)**, **Jayme Campos (DEM-MT)**, **Fernando Collor (PTB-AL) e Kátia Abreu (PSD-TO)** e os Deputados: **Gladson Cameli (PP-AC), Maurício Quintella Lessa (PR-AL) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: o Senador **Pedro Simon (PMDB-RS)** e os Deputados **Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**, **Chico Alencar (PSOL-RJ), Rogério Marinho (PSDB-RN), Cesar Colnago (PSDB-ES), Celso Maldaner (PMDB-SC), Izalci (PR-DF) e Leonardo Monteiro (PT-MG)**. Inicialmente foi ouvido o Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago e, em seguida, a Sra. Sejana Martins, esta amparada pelo Habeas Corpus nº 113.881.O Sr. Écio Antonio Ribeiro e a Sra. Eliane Gonçalves Pinheiro, apesar de convocados, não compareceram mediante a apresentação de atestados médicos, sendo que a Sra. Eliane Pinheiro, além de ter apresentado atestado, encontrava-se amparada pelo Habeas Corpus nº 113.862.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª reunião da Comissão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecem como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se às oitivas, na condição de testemunha, do Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago, Requerimento nº 207, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel; Srª Sejana Martins, Requerimento nº 423, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Rosinha; Sr. Écio Antonio Ribeiro, Requerimento nº 428, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Rosinha; e Srª Eliane Gonçalves Pinheiro, Requerimento nº 427, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes das questões de ordem, eu quero anunciar – todos devem ter lido pela imprensa – que o Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo, passou por um procedimento cardiológico e o médico recomendou uma licença de cinco dias.

Eu, então, assumo a presidência provisoriamente e tomei a decisão de não instalar a sessão administrativa, para votação de requerimentos. Acho que essa é uma decisão que cabe ao Presidente efetivo e ao Relator.

Então, na provisoriedade, vou-me ater ao que estava previsto na pauta.

Esta é a decisão deste Presidente: não abrirei para debate e votação de requerimentos.

Também justifico a ausência, nesta reunião, da Senadora Kátia Abreu, que me ligou e avisou que tem um compromisso. Ela viajará para o exterior em compromisso de trabalho, representando o Brasil e, então, justifica a sua ausência nesta sessão.

Antes de chamar os depoentes, vou abrir a palavra para quatro questões de ordem.

Estão inscritos para uma questão de ordem: o Deputado Sílvio Costa, o Senador Randolfe Rodrigues, antes do Senador Randolfe, o Senador Pedro Simon pediu-me, antes de darmos início à reunião, o Deputado Onyx Lorenzoni. Concederei três minutos a cada orador. Aí, passaremos às oitivas.

Passo a palavra, para uma questão de ordem, por três minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A minha questão de ordem é baseada no art. 403, do Senado, que determina cinco minutos e não três. O art. 403 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou conceder cinco minutos, embora V. Exª tenha que acumular, durante a sessão, esse tempo, já que V. Exª é usuário intensivo da palavra. Permita-me apenas cronometrar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já perdi 30, mas tudo bem.

Sei que toda a ausência é atrevida, mas vou ter de citar o Presidente Vital do Rêgo.

Na última sessão, três Parlamentares cometeram um equívoco aqui neste plenário. Eu, o Deputado

Sílvio Costa, o Senador Pedro Taques e o Presidente Vital do Rêgo.

Quero começar pelo equívoco do Senador Pedro Taques. O Senador Pedro Taques, que é um grande Parlamentar, um estudioso do Regimento, sabe que quando um Parlamentar está falando como líder, não se pode interromper a fala. Ele sabe disso. O Presidente Vital do Rêgo também sabe disso e, lamentavelmente, o Presidente Vital do Rêgo deixou que isso acontecesse.

Eu disse que foram três equívocos, o do Senador Pedro Taques, o do Vital e o meu. Eu cometi um equívoco. Quando o Senador virou para mim e disse: "Não me meça com a sua régua", eu, fora do microfone, usei palavras de baixo calão em relação ao Senador e não faria mais, das quais eu tenho obrigação de pedir desculpas não apenas ao Senador, mas ao Plenário.

Agora, em relação ao Senador Demóstenes Torres, alguém veio dizer que eu estava chutando cachorro morto. Eu não estava chutando cachorro morto, eu estava batendo em um cão de guarda da contravenção no Senado Federal. Eu ratifico todas as falas, todas as palavras que disse em relação ao Senador Demóstenes Torres. Na verdade, é bom que se esclareça a este Plenário.

Antes, Sr. Presidente, de começar a sessão – e não vou citar nomes aqui – eu procurei alguns companheiros e fiz a seguinte proposta: "Olha, o cara vai dizer que vai obedecer à Constituição e ficar calado. Então, vamos fazer uma estratégia? Todos nós aqui vamos falar, porque todas as vezes que ele disser: 'Vou exercer meu direito constitucional de ficar calado', é mais um voto a favor da cassação dele lá." Isso foi combinado, tanto que o Presidente deu a palavra ao Deputado Pitiman e depois deu a palavra a mim, porque existia uma ilação de que era possível haver uma orquestração para tentar aliviar com o futuro ex-Senador Demóstenes Torres aqui.

Eu quero dizer ao competente Deputado Pedro Taques que isso que estou dizendo aqui, Senador, eu disse, inclusive, na mídia nacional, mas tenho obrigação de dizer uma coisa a V. Exª: V. Exª não teve o mesmo zelo, o mesmo cuidado com a Constituição quando a Senadora Kátia Abreu bateu pesado no Sr. Carlos Cachoeira, V. Exª não teve o mesmo zelo. Eu lembro que o Deputado...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou concluir.

Eu lembro que o Deputado Cândido Vaccarezza fez uma questão de ordem após a fala da Senadora Kátia e não foi acatada essa questão de ordem.

Portanto, eu ratifico que não faria de novo, não repetiria de novo as palavras chulas, que não fazem parte do meu vocabulário, que disse com V. Exª fora do microfone. Agora, ratifico, reitero todas as palavras que disse com o ex-Senador lá, Demóstenes. Porque eu tive o cuidado de ler e ver nas redes o que o antigo Senador Demóstenes Torres fazia naquele Senado. Ele era o dedo da acusação, ele era o grande paladino da época, ele era um grande moralista, ele é o grande Judas do Brasil, ele traiu o Brasil e ele tem que ser cassado.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Lamento o ocorrido na última reunião e digo a V. Exª que respeito V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor, encerrada...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A minha questão de ordem é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pode um parlamentar... O Regimento permite que um parlamentar atrapalhe a fala do outro quando ele está falando como Líder? Essa é a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, antes vou passar ao Senador Pedro Taques, que foi citado, mas antes quero responder a V. Exª.

Não é permitido a nenhum parlamentar que interrompa a fala de outro parlamentar que está na tribuna. Então, V. Exª tem razão.

Agora, eu quero chamar a atenção de V. Exª. Se V. Exª entendia que a estratégia daquele dia era a estratégia do debate, o tom que V. Exª usou com o Senador Demóstenes Torres atrapalhou o debate. Então, quero dizer que V. Exª usou um tom indevido para essas sessões e V. Exª, que tinha uma estratégia de fazer o debate aqui, V. Exª foi o único que utilizou a palavra, exatamente pelo exagero no tom.

Então, eu quero advertir V. Exª, porque é um exemplo para as demais sessões que, quando aqui nós temos ou uma testemunha ou um réu, essa testemunha e o réu têm aqui que serem respeitados.

Então, eu quero aqui adverti-lo também que, da mesma maneira que acho que V. Exª foi interrompido indevidamente, o tom utilizado por V. Exª é um tom inadequado e atrapalhou o desenvolvimento daquela sessão. É isso que respondo à sua questão de ordem.

E agora passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, não me cabe aqui, Sr. Presidente, bater boca com o Deputado ou com quem quer que seja. O Deputado não me pediu desculpas, não é esse o fato. Ele tem que pedir des-

culpas aos seus eleitores de Pernambuco, que o mandaram para cá, não a mim. Então, eu quero dizer que S. Exª o Deputado está completamente enganado. Eu levantei a questão de ordem no caso Cachoeira no dia que em que o Cachoeira veio aqui. Eu disse o seguinte: "Sr. Presidente...". Aí o Sr. Vital do Rêgo me passou a palavra. Aí eu disse: "Sr. Presidente, eu entendo que esta sessão não pode se transformar em uma piada, como está ocorrendo. Ele tem o direito constitucional ao silêncio. Ou nós revogamos a Constituição, rasgamos a Constituição, ou atendemos ao direito constitucional". Esse é o primeiro ponto. Eu fundamentei a questão de ordem por ocasião do cidadão Cachoeira, que aqui compareceu. Portanto, não me cabe prestar contas ao Sr. Deputado.

Eu fui o primeiro Senador da República a fazer um discurso contra o Senador Demóstenes no plenário do Senado. Eu redigi o termo de abertura desta CPI. Eu fui o primeiro que assinei a CPI. Eu já formei minha convicção no tocante ao Senador Demóstenes Torres. Portanto, não me cabe fazer defesa do Senador Demóstenes Torres. Cabe ao seu advogado, que é bem pago, regiamente pago, para fazer a defesa do Senador Demóstenes.

Agora, não há parlapatões que me farão abrir mão dos princípios constitucionais. Não há ninguém nesta sessão que vai me fazer abrir mão de princípios constitucionais. Portanto, eu pedi a palavra, levantei uma questão de ordem, e o Presidente desta sessão me ofertou a palavra. E não cabe a V. Exª, como Vice-Presidente aqui, neste momento, questionar o que outro Presidente fez. Se V. Exª, como Vice-Presidente, pode questionar o que ele fez, V. Exª não pode também fazer sessões administrativas, deferir ou indeferir, sem que o colegiado determine. Desta feita, a admoestação de V. Exª a mim não me cabe.

Eu quero dizer também, Sr. Presidente, que eu não estou aqui para bater boca com Deputado ou Senador da República. Estou aqui para investigar a verdade. E essa verdade é a verdade que consta na Ata e consta lá para trás também. No dia em que o Cachoeira aqui esteve, eu levantei a questão de ordem, conforme consta na Ata. Portanto, para mim esse fato está encerrado. Eu estou analisando a possibilidade de representar S. Exª o Deputado porque você usar palavras de baixo calão e ofender pessoas dentro de uma CPI não cabe a parlamentar. Não cabe a parlamentar. E o decoro parlamentar não pertence ao parlamentar. É uma prerrogativa do próprio Parlamento.

Desta feita, Sr. Presidente, respeito é bom, mas você só pode exigir respeito de quem tem alguma coisa a ofertar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, retire da minha fala as desculpas que eu pedi ao Senador Pedro Taques. E pode me representar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero agora passar a palavra, para uma questão de ordem, ao ilustre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu peço licença à Comissão, já que não participo dela, mas acho importante duas questões que rapidamente apresentarei.

Primeiro, ontem aconteceu um fato histórico. A Ministra Rosa negou a tentativa de a Delta suspender a fiscalização determinada por ela. Foi um fato histórico. Estou aqui há 30 anos, e há 30 anos queremos fazer uma CPI sobre empreiteira e corruptor, e nunca conseguimos. Pela primeira vez, aparece, não feita por nós, feita pela Polícia Federal, aceita pela Procuradoria, e, de repente, numa manifestação do Deputado Onyx, muito competente, interpelou, e a Ministra, a última que chegou lá, com algumas interrogações, teve a categoria de dizer: "Não. Vamos investigar tudo na empresa Delta". E não aceitou. Foi um momento da maior importância. Eu acho que é um momento histórico na História do Parlamento Brasileiro. É a primeira vez em que vamos ter condições de ver o que acontece dentro de uma empreiteira. Meus cumprimentos à Ministra. Eu acho um gesto muito importante.

Agora, Sr. Presidente, com todo respeito, V. Exª diz... Questão administrativa ou não administrativa. Mas é um fato que está ficando muito pesado, e pesando muito contra nós. A última revista **IstoÉ**, na entrevista do Sr. Pagot, diz, com todas as letras:

Os segredos que Pagot guardava até agora ajudam a explicar por que a CPI do Cachoeira adiou deliberadamente sua convocação. Ele diz que está pronto para falar tudo e desafia: "Duvido que [na CPI] me chamem. Muitos ali têm medo do que posso contar.

Eu acho, e a imprensa vem insistindo nisso, e ele vem dizendo, com todas as letras, que quer falar e que tem muito para falar, com todo o respeito, que esta Comissão agiria muito bem se aceitasse o apelo dele e permitisse que ele viesse depor. Seria um gesto muito importante, porque estamos ficando muito mal perante a opinião pública. Ele está debochando de nós, dizendo que quer falar, que precisa falar, e ainda diz que os membros da Comissão têm medo do que ele vai falar. Venha e diga o que tem que dizer.

Então, eu faria um apelo: independentemente de a reunião ser administrativa ou não, com relação ao Sr. Pagot, que a gente aceitasse o pedido dele e fizesse a convocação para ele vir depor.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já decidi a questão de ordem, porque, se alguém terá de fazer algum depoimento aqui, essa análise pode ser feita em reunião administrativa convocada pelo Presidente efetivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, reclamação, pelo art. 96 do Regimento da Câmara, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com V. Exª, mas se V. Exª puder esperar, aguardar os dois próximos inscritos, eu passo a V. Exª para a reclamação, encerro e...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu posso até retirar minha reclamação se V. Exª disser em que artigo do Regimento V. Exª se baseou para afirmar que tem o direito o Presidente da Comissão de deliberar sobre a não realização de reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As reuniões administrativas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Assim que V. Exª o fizer, eu recorrerei ao Plenário. Então, vamos prosseguir, V. Exª já sabendo do que se trata. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem.

Vou passar a palavra agora ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, inicialmente, antes mesmo da questão de ordem, a qual faço fundada no art. 131 do Regimento Comum, também quero aqui destacar e parabenizar a decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal, em especial da Ministra Rosa Weber, já ressaltada pelo Senador Pedro Simon, no meu entender também uma decisão histórica, fundamental para a República, fundamental para os rumos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, a questão de ordem, Presidente, é também um recurso à decisão, com a devida vênia de V. Exª, sobre a não realização de reunião administrativa, seja hoje, seja ainda nesta curta semana que nós teremos. Veja, Presidente: a tendência, quero estar errado, é que nós tenhamos mais um dia de depoimentos em que todos ou a maioria dos depoentes venha a utilizar o direito constitucional de permanecer em silêncio.

Mesmo que isso não ocorra, Presidente, temos uma carência de deliberação de requerimentos. Veja, há 28 requerimentos de minha autoria, já protocolados com a antecedência devida, que se referem à quebra de sigilo de empresas que se relacionaram com a empresa Delta. Os fatos do final de semana, em especial as notícias veiculadas nas revistas do final de semana, trouxeram mais informações, mais elementos à CPI, necessidade de quebra de sigilo fiscal e bancário de outras empresas que também se relacionam ou se relacionaram com a empresa Delta – salvo melhor juízo, há requerimentos nesse sentido do ilustre Deputado Rubens Bueno – e há necessidade de convocação de outras pessoas que não estavam no escopo desta CPI.

Aqui também há requerimento protocolado. Primeiro, eu insisto nesse requerimento, de autoria do Senador Pedro Taques, convocando o Sr. Luiz Carlos Bordoni, que prestou forte depoimento no final de semana, reiterou esse depoimento ainda ontem, tornando-se, no meu entender, inevitável a presença dele nesta CPI. E ele já disse várias vezes que quer falar.

Ou seja, nós temos o Sr. Pagot querendo falar, nós temos o Sr. Luiz Carlos Bordoni, que já deu entrevista, querendo falar, nós temos todo o noticiário falando de pessoas que querem falar e nós estamos insistindo com as pessoas que não falam.

Então a minha questão de ordem, Sr. Presidente, é para apelar, com a devida vênia reitero a V. Exª, para que, primeiro, nós transformemos, caso os depoentes não aceitem, ou melhor, recorram ao direito constitucional do silêncio, não queiram depor, nós transformemos esta reunião em reunião administrativa para apreciação de uma série de requerimentos que estão pendentes e dos requerimentos já protocolizados em virtude dos fatos novos. Segundo, caso os depoentes venham colaborar com esta CPI, que após os seus depoimentos ou no máximo amanhã, nós façamos essa reunião administrativa. Terceiro, que nós, para as oitivas, adotemos o critério de checar aqueles que estão dispostos a falar, a trazer colaborações pertinentes a esta CPI. Nesse sentido, parece-me que é inevitável, urgente o depoimento em especial de duas pessoas: do Sr. Pagot e do Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Eu quero passar agora ao Deputado Onyx e depois a reclamação do Deputado Miro e vou encaminhar...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E uma questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A questão de ordem de V. Exª eu... V. Exª teve a oportunidade de utilizar da palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu não falei; art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –...pelo art. 14, mas poderia também...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não poderia porque o Regimento não permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu encerrei as inscrições aquele momento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não vai me dar oportunidade para uma questão de ordem, Sr. Presidente? É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a V. Exª, mas espero... Tem dois depoentes aqui embaixo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nós temos que esperá-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Os dois depoentes disseram que vão falar. Um depoente disse: "Olha, eu vou falar". Ele trouxe um atestado médico e disse que está em tratamento médico, mas pede serenidade na reunião – talvez ele tenha assistido à última – para que ele possa falar. Então ele já está aí. A segunda, disse que está protegida por um *habeas corpus*, mas algumas questões ela falará. Por isso eu quero fazer as oitivas hoje.

O Presidente efetivo volta na terça-feira, podendo ele já marcar uma reunião administrativa onde todos os requerimentos aqui mencionados poderão ser analisados para as eventuais convocações. Cabe a um Presidente transitório manter a sua transitoriedade e ao Presidente efetivo decidir. Então essa é a minha decisão baseada – vou responder a V. Exª então – no art. 89 do Regimento do Senado, que diz o seguinte: "Ao Presidente de comissão compete: I – ordenar e dirigir os trabalhos da comissão; (...)"

Em relação às questões de ordem, no Regimento Comum, no art. 131, diz o seguinte: "É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional", creio que não é o caso aqui.

Passo a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Creio que é o caso e eu quero recorrer... *(Corte no microfone.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, estou com um requerimento... *(Corte no microfone.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, só um momentinho.

V. Exª citou alguns dispositivos que não me convencem. O primeiro é "cabe à Presidência". V. Exª é Presidente da reunião. "Cabe à Presidência", ou seja, cabe a V. Exª, cabe a quem estiver presidindo a reunião, senão, diante do óbito do Presidente, o que não é o caso, até uma nova eleição, será que nós estaríamos impedidos absolutamente de trabalhar? A resposta é não, e não o desejo, claro. Mas é preciso radicalmente exemplificar porque nós estamos diante de um controle radical dos trabalhos da Comissão, pelo que eu estou percebendo. Pelo menos eu vou me insurgir contra isso moderadamente, democraticamente.

Em relação a recurso em questão de ordem, cabe, sim, recurso em questão de ordem, cabe, porque nós todos temos o direito constitucional do exercício ao mandato. É constitucional. É um direito subjetivo e objetivo e V. Exª é pós-graduado em Direito, sabe disso melhor do que eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, posso responder a questão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós temos esse direito. Então eu recorro da decisão de V. Exª ao Plenário da Comissão, porque eu acho necessário nós termos reuniões administrativas. Quero trazer, por exemplo, o Pagot; eu quero trazer o Cavendish, que disse que dá 60 milhões ou 30 milhões a Senador, 6 milhões a Deputado; eu quero trazer o Pagot, que disse que quer falar. O Senador Pedro Taques já teve, no exercício de seu mandato e até como cidadão, que recorrer ao Ministério Público para ouvir o Sr. Pagot. E não é possível a inércia da Comissão. Ela poderá até acontecer, mas que fiquem definidas as responsabilidades, como ficarão.

Eu recorro da decisão de V. Exª ao Plenário, para fazermos reuniões administrativas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, vou responder à questão de V. Exª.

Inicialmente, esta Comissão tem uma agenda. A agenda desta Comissão corresponde às seguintes oitivas: duas oitivas no dia de hoje, a oitiva de um governador na terça-feira que vem, a oitiva de um segundo governador na quarta-feira que vem. Todas agendadas por esta Comissão.

Em segundo lugar, o presidente efetivo voltará na terça-feira, podendo ele agendar para logo uma reunião administrativa que analisará o conjunto desses requerimentos. O debate do conjunto desses requerimentos demandará horas. Sei que não posso aqui impedir a inscrição dos Srs. Deputados...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, faço uma emenda. Vamos votar depois da oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Regimentalmente, sei que V. Exª...E aí quero afastar, Deputado Miro...V. Exª é um grande tribuno, mas V. Exª, de forma alguma, poderia fazer uma acusação, como fez, a este Deputado, de controle absoluto desta CPMI. V. Exª não pode fazê-lo, até porque...E aí dialogo com o Senador Pedro Simon...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que eu posso ou não posso é ditado pela Constituição e pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Acho injusto todos os comentários em relação a esta CPMI, porque ela deu passos na semana passada. Então, discordo de qualquer avaliação de que esta CPMI esteja deixando de fazer seu trabalho. Adiar por uma semana essa decisão, não vejo prejuízo a esta CPMI. Mas, regimentalmente, o art. 132 – e V. Exª que é um regimentalista cuidadoso – diz o seguinte: "É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". E eu não creio que essas questões de ordem estejam relacionadas com dispositivos constitucionais. Então, quero prosseguir o debate.

Agora, passo a palavra ao Deputado Onyx...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, estou encaminhando um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...depois ao Senador...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu quero exibir o dispositivo constitucional, que é o que nos reconhece direitos de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, é exatamente esse direito ao exercício do mandato. No caso do mandado de segurança é até o direito subjetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não há cerceamento, ainda mais de um mandato tão brilhante como o de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há cerceamento sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, pelo tempo regimental.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, baseado no art. 151 do Regimento Comum, 46, § 4º, vou ler: "As reuniões extraordinárias das comissões serão convocadas pela respectiva presidência, de ofício, ou por requerimento de um terço de seus membros". Acho que isso atende à demanda do Senador Randolfe e à demanda do Deputado Miro Teixeira. O requerimento de um terço dos parlamentares presentes nesta CPMI, membros desta CPMI faz a convocação determinando a hora em que a reunião se realizará. Queria dar essa contribuição ao Deputado Miro e ao Senador Randolfe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como dizia o Dr. Tancredo: "Quem dá a ideia, escreve".

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu queria, Sr. Presidente, completar a minha fala saudando, e em homenagem ao Senador Pedro Simon, que tem uma luta de quase três décadas para que aqui se instalasse uma CPI dos corruptores, a vitória que foi obtida pela quebra do sigilo da sexta maior empreiteira brasileira, por esta CPMI, e a manutenção dessa quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, e um requerimento que é forçoso que, como líder do Democratas, eu reconheça a assessoria técnica do Democratas que preparou esse requerimento e que foi sustentado, inclusive, no Supremo Tribunal Federal após a aprovação por esta CPMI.

Acho que é uma questão de justiça. Muitos dos trabalhos que o senhor relatou e que esta CPMI, que todos os parlamentares fazem aqui, estão sustentados pelo trabalho, muitas vezes, anônimo dos nossos técnicos das mais diversas bancadas da Câmara e do Senado. E eu queria fazer publicamente o reconhecimento pela qualidade do trabalho desenvolvido pela assessoria técnica do Democratas e que foi também apoiado no trabalho da Secretaria da CPMI.

Queria chamar a atenção, Sr. Presidente, sobre o Sr. Lenine Araújo de Souza, quando esteve aqui, que disse disposto a falar e comentou que falaria logo após um julgamento que deveria ter sido... perdão, uma audiência que deveria ter sido realizada na última quinta-feira em Goiânia.

Da mesma forma como os procuradores que estão envolvidos na Operação Monte Carlo também arguíram que viriam a esta CPMI e falariam com os parlamentares após essa audiência.

Esta audiência não se realizou no todo ou em parte. E era importante que a CPMI checasse isso com a Vara Federal de Goiânia, porque nós poderemos ter o Sr. Lenine depondo aqui, com desejo de prestar esclarecimentos, e os procuradores, que precisam vir aqui porque temos muito a conversar com eles.

Ainda em relação à data em que veio o Sr. Lenine, quero aqui chamar a atenção para o fato: o Sr. Jayme Eduardo Rincon alegou que era portador de um aneurisma. Então, quero questionar esta CPMI, que parece ocorreu há um ano, e não pode via à CPMI, mas continua exercendo um cargo lá no governo de Goiás. Então, alguma coisa está errada. E eu quero... e há pouco outra testemunha está alegando questões de saúde. Eu queria propor que a CPMI solicitasse sempre, por meio do serviço médico do Senado e da Câmara, laudos atualizados, exames atualizados, porque, para fazer banditismo e roubalheira, está todo mundo bem de saúde. Agora, na hora de prestar conta, adoece todo mundo. E se a moda pega, um atestado médico vai livrar a cara de muito bandido. Eu acho que não é o nosso interesse. Ao contrário, nós queremos é combater a bandidagem na área pública do País.

E a outra questão importante, quero voltar ao Sr. Relator, porque em mais de uma vez eu questionei a possibilidade de que a gente trouxesse o Sr. Pagot aqui na CPMI, quero lembrar que um dos primeiros...

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – ...Eu termino, Presidente.

Um dos primeiros requerimentos é de minha autoria, inclusive, promovendo um acareamento, uma acareação – obrigado pela correção –, uma acareação entre o Sr. Pagot e o Sr. Cachoeira, que poderia ser muito útil a esta CPMI.

E, por derradeiro, em dez segundos, abusando da paciência de V. Exª, pedir à Secretaria que, na medida em que as listas de quebra de sigilo forem chegando, que fosse feita uma pequena atualização e distribuídas às bancadas partidárias, porque nós fazemos investigações em paralelo à CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª se encerrou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas é relevante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas tudo que é relevante deve estar dentro do tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós procuraremos nos comportar dentro do tempo, mas peço vênia a V. Exª, porque, uma pequena atualização de quais sigilos chegaram, vai dar agilidade nas investigações que cada bancada faz.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, art. 108...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero comunicar a todos os parlamentares que tudo é relevante, principalmente a concisão será relevante.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero passar a palavra ao Senador Pedro Taques, a V. Exª e vou convidar já os depoentes para subirem para fazer o seu depoimento.

Depois falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. CHICO ALENCAR. (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, eu tenho um pela ordem, conciso, fundamental antes da vinda dos depoentes.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor, art. 96 da Câmara Federal.

O SR. CHICO ALENCAR. (PSOL – RJ) – Não, é um pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele fez um pela ordem.

O SR. CHICO ALENCAR. (PSOL – RJ) – ...art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo o tempo regimental de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, faço a questão de ordem com fundamento no art. 403, combinado com o art. 48 do Regimento do Senado que se aplica subsidiariamente ao Regimento Comum. Muito bem. Eu gostaria, não posso mais levantar a questão de ordem sobre o caso dos requerimentos porque já foi levantado, o art. 407 me proíbe. No entanto, Sr. Presidente, a questão de ordem é a seguinte: o Presidente da CPI está adoentado, como todos sabemos, estamos orando para que ele melhore e volte rápido, não é? Muito bem. Agora, V. Exª, em homenagem ao princípio da continuidade do serviço, não pode se subtrair a decisões, não pode se subtrair a decisões. Este é um princípio constitucional que se aplica ao caso aqui tratado. Muito bem. Nesta CPI, temos visto reiteradas vezes a Presidência, a Relatoria decidir casos sem levá-la ao Colegiado. Aqui não funciona o princípio presidencialista, aqui funciona o princípio da colegialidade, nós é que temos que decidir, V. Exª só pode decidir o que está no art. 48, V. Exª só pode decidir o que está no art. 48. Outros temas, V. Exª, por mais que V. Exª tenha um cabedal de conhecimento, V. Exª não pode decidir porque ofende o Regimento Interno. A questão de ordem é para que possamos decidir se o Regimento será aplicado ou não, porque a Presidência não pode decidir se teremos ou não uma reunião ao seu juízo, ao seu talante, ao seu alvedrio, isso não é regimental.

Portanto, é essa questão de ordem que eu gostaria que fosse decidida, expressando a V. Exª, ao Presidente que não está aqui, mas V. Exª deve exercer todos os ônus e bônus da Presidência, expressando meu respeito, mas o Regimento está sendo violado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, art. 96.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo ao Senador Alvaro Dias e vou encaminhar e decidir a questão de ordem.

V. Exª já fez...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, fiz uma questão de ordem, agora, é o art. 96.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª já utilizou da palavra nesta manhã, e peço a V. Exª...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, mas, agora, só quero falar com alguns...

O SR. CHICO ALENCAR. (PSOL – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero falar com alguns Parlamentares que...

O SR. CHICO ALENCAR. (PSOL – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –...não interrompam a fala do Presidente, as decisões do Presidente, se não...

Regimentalmente, Senador Alvaro Dias está com a palavra, regimentalmente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, invoco o art. 108, parágrafo único.

A pauta dos trabalhos das Comissões será distribuída com antecedência mínima de dois dias úteis aos Titulares e Suplentes da respectiva Comissão, mediante protocolo.

Peço a V. Exª que determine que a pauta seja entregue nos gabinetes, mediante protocolo, com 24 horas de antecedência, dois dias úteis, 48 horas, dois dias úteis de antecedência. Se vamos ter uma reunião para deliberar sobre requerimentos na quinta-feira, terça-feira, necessitamos receber a pauta, para que possamos nos preparar. No primeiro dia de reuniões desta CPI, apresentei, e outros colegas também, requerimentos convocando Pagot, Fernando Cavendish, quebrando sigilo bancário, fiscal e telefônico de Fernando Cavendish, depois, apresentei requerimento de preferência para que pudéssemos votar a convocação de Pagot e Cavendish, mas precisamos estabelecer ordem e definir que, se o Regimento prescreve no seu art. 8º, parágrafo único, há que se cumprir com dois dias úteis de antecedência a pauta para deliberação. Sabemos que, aqui, pode até existir alguém com medo do Pagot, mas, seguramente, a maioria não tem. Pois vamos convocá-lo sim, vamos cumprir o Regimento e vamos deliberar, se possível, na próxima quinta-feira, depois do depoimento do Governador Marconi Perillo, na terça, do Governador Agnelo, na quarta, quinta-feira poderíamos ter uma reunião administrativa para aprovarmos a convocação de Pagot, de Fernando Cavendish e a quebra de sigilo de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero, aqui... O Senador Alvaro Dias indicou um dispositivo regimental que está no Regimento Interno do Senado Federal, que é o art. 108, parágrafo único.

O que diz o art. 108, parágrafo único?

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois dais úteis aos titulares e suplentes da respectiva comissão, mediante protocolo.

Eu só quero argumentar ao Senador Pedro Taques que não há qualquer prejuízo aos trabalhos fazer desta maneira esse debate.

Em primeiro lugar, afastar qualquer ilação de tentativa de blindagem, porque esta CPI aqui decidiu sobre tudo.

Em segundo lugar, dizer que não há urgência. Se os dois aqui citados se prontificam a falar, podemos fazê-lo numa reunião administrativa. E não há urgência, não há qualquer indicação que eles estão sofrendo ameaça ou cerceamento a sua palavra.

Então, afasto aqui as ilações de que não decidir hoje nós estaremos prejudicando os trabalhos, não ilações, mas afirmações.

Por isso, quero já encaminhar os trabalhos, pedindo que o senhor...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O PSOL usou já desse dispositivo na reunião.

Então faça a sua questão de ordem e vou pedir para que o Sr. Walter Paulo já se dirija à mesa para sua oitiva. Peço que todos sejam muito respeitosos na arguição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, estou encaminhando o requerimento recorrendo a vossa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, membros deste colegiado, desta CPI, há um dado fundamental prometido a esta CPI pelo Delegado Matheus, da Operação Monte Carlo, reiterado por nós na ocasião na fala enquanto Líder do PSOL, confirmado por um ofício do Senador Randolfe que trata do seguinte: esta CPI precisa de uma informação preciosa que é a nomeada daqueles que receberam os telefones Nextel habilitados em Miami. De repente, por exemplo, até depoentes aqui fazem parte dessa diretoria mafiosa que está na nossa mão.

Nós, tão carentes de palavras, de testemunhas, de colaboração com a CPI, temos algo que está com a Polícia Federal, pelo que foi informado aqui, e por negligência, não sei se dela ou até de nós mesmos, não chega às nossas mãos. Isso faz toda a diferença, até na inquirição, na investigação que estamos fazendo.

Quem são esses sessenta e poucos cidadãos, além do Demóstenes e do próprio Cachoeira, por óbvio, que fazem parte desse clube Nextel, onde tratavam dos negócios escusos, supostamente sob a proteção da inibição de qualquer gravação, à prova de blindagem?

Isso não chega nunca até nós, é preciso uma informação sobre isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero apenas dizer que algumas das questões de ordem já foram encaminhadas ao Sr. Relator, entre elas esta feita pelo Deputado Chico Alencar, aquela feita pelo Deputado Onyx, em relação àqueles que trazem atestados médicos. Quer dizer, trazer atestado médico não é impeditivo de fazer o depoimento, só que terá aqui assistência médica.

Mais uma vez, respeito às testemunhas e aos depoentes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E registrar em ata que a minha reclamação foi respondida como questão de ordem para debate em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, está registrado o pedido de V. Exª.

Estamos aqui com o Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago. O requerimento para o Sr. Walter Paulo...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Jayme, a palavra está com V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – V. Exª disse que os requerimentos propostos anteriormente pelos Senadores e pelos Deputados em relação à convocação do Sr. Pagot e do Sr. Fernando Cavendish vai ser aprovado lá na frente. Ou seja, esse requerimento será colocado na pauta aqui.

Todavia, queria fazer um apelo a V. Exª. Não podemos mais postergar, ou seja, empurrar com a barriga esse requerimento, na medida em que a sociedade brasileira está nos cobrando. Particularmente, posso fazer essa observação pelo fato de que tenho mantido contatos com muitos brasileiros que moram no meu Estado do Mato Grosso, e ali há uma indignação, a população está intrigada, por que não aprovar, qual o critério de aprovação desses requerimentos. Quero fazer essa indagação diretamente a V. Exª ou ao Relator: qual o critério para aprovação aqui dos requerimentos? Uns são aprovados a toque de caixa, outros são postergados.

De maneira que, meu valoroso Deputado Paulo Teixeira, temos de dar respostas de imediato para a sociedade, sob pena de que esta Comissão possa ter, com certeza absoluta, o descrédito do povo brasileiro. Acho que esses dois requerimentos propostos pelo Onyx e pelo Senador Pedro Taques têm que ser colocados em pauta, votados, para que, definitivamente, aguardemos apenas a data em que essas duas pessoas serão convidadas ou convocadas para virem a esta Comissão.

Apenas essa intervenção e faço a indagação a V. Exª e encerro a minha participação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Jayme Campos, em defesa da Presidência, creio que a Presidência desta CPMI tem conduzido com muito equilíbrio os debates, as decisões, as convocações, tanto que, na última reunião, debatemos por quase cinco horas e demos passos importantes.

O fato é que a CPMI é feita de reuniões administrativas, mas também feita de oitivas, e, muitas vezes não temos, nas reuniões das oitivas, tempo suficiente para fazer reunião administrativa. É só isso. Então, o presidente efetivo deverá oferecer um calendário dos debates das oitivas e das reuniões administrativas para semana que vem. Como esta é uma semana que tem um feriado na quinta-feira e, na terça, temos um governador e, na quarta, outro, certamente poderemos cumprir corretamente os desejos e, digamos assim, as pressões que a sociedade brasileira exerce sobre todos nós.

Estou aqui com o Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago. É o Requerimento nº 207, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel. O Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago vem na condição de testemunha. A testemunha vem para ajudar nos esclarecimentos necessários para a boa condução dos trabalhos. Então, ela vem para ajudar. A testemunha, também, como todo cidadão, tem a proteção do dispositivo constitucional, que é, caso entenda que alguma questão, ao ser respondida, possa incriminá-lo, ninguém produz prova contra si mesmo.

Portanto, V. Sª hoje tem aqui tranquilidade para falar das questões que julgar importantes. Depois que utilizar o tempo de vinte minutos, vamos passar a palavra ao Sr. Relator, para que ele possa fazer as perguntas a V. Sª. Como V. Sª pediu, terá uma reunião muito tranquila e serena para prestar sua contribuição. Então, com a palavra o Sr. Walter Paulo, por vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como procedimento regimental em todas as CPIs, o depoente testemunha presta juramento. Gostaria que V. Exª adotasse essa providência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos pedir que ele...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...não apenas em relação ao Sr. Walter Paulo de Oliveira, mas em relação a todos que vierem depor na condição de testemunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, um fato relevante. Levarei trinta segundos.

O Sr. Walter Paulo Santiago enviou uma carta a esta CPMI, datada de 21 de maio. Nós não tínhamos essa informação. Nós descobrimos essa informação através de *blogs* do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, é a informação aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vinte e um de maio. Está aqui, a assinatura, está o inteiro teor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A informação tanto do Relator quanto da Secretaria desta CPMI é a de que esta carta não chegou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Bom, está aí o depoente. Foi ele quem mandou. Ele pode esclarecer, porque é urgente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Carta e documento, Sr. Presidente. Está dito aqui. Vou levar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, V. Exª já usou a palavra por três vezes. E, agora, quando faz esse questionamento...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, ma é um direito que eu tenho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quando faz esse questionamento, eu já respondi o questionamento, dizendo que tanto a Secretaria quanto o Sr. Relator disseram que não receberam. Se eu for acreditar num jornal de Goiânia em detrimento do Relator e da Secretaria, eu fico, de certa forma, sem pés, sem chão para os meus pés.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É questionar o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, já está respondido a V. Exª.

Eu só quero dizer que alguns Parlamentares têm por hábito utilizar-se da palavra para além do que permite o Regimento. Então, eu vou ser rígido, porque se não a sessão não tem como continuar.

Eu passo a palavra...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, lembrou bem o Senador Alvaro Dias: a premissa antes é o compromisso juramentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele vai fazer o juramento.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tem que fazer e assinar o texto antes de iniciar a oitiva.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes de falar, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E assinar o texto antes de iniciar a oitiva. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O juramento está sendo redigido.

Vou ler o juramento. Ele já vai assinar o juramento.

O juramento consiste no compromisso de dizer a verdade a esta CPMI.

Eu gostaria de pedir que o senhor assinasse depois, concordando.

Então, passo a palavra, por vinte minutos, ao Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Exmº Senador Paulo Teixeira, DD. Presidente em exercício desta Comissão Parlamentar de Inquérito; DD. Relator; Exmªs Srªs e Srs. Senadores e Deputados Federais, antes de começar a minha fala, quero simplesmente explicar que aqui estou para tentar colaborar com esta CPI e dizer somente a verdade, para solucionar esse problema que cai sobre mim.

Estou aqui após uma operação no Hospital Araújo Jorge, de Goiânia, de um tumor. Faz algum tempo, sempre estou sentindo um pouquinho mal algumas vezes. Agora, neste mês quatro, estive duas vezes internado. Estou com atestado médico do dia 29 de maio a 29 de junho, mas nada disso me impede de estar com vocês e de responder tudo aquilo que for a mim perguntado.

Sou Walter Paulo Santiago, nascido em 2 de outubro de 1941, em Goiânia, Estado de Goiás, local em que vivo até os dias de hoje.

Sou pai de 11 filhos. Todos estão ao meu lado, em harmonia, já criados, honestos, trabalhadores, os quais me ajudam com dinamismo, com garra, com força de vontade. E eu os ajudo com a experiência adquirida ao longo desses longos anos.

DD. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu peço licença para voltar ao passado, sem me envergonhar de uma vida de pobreza, mas de muita dignidade.

Fui um jovem sonhador, um batalhador incansável. Eu, ainda criança, conheci a nobreza do trabalho. Lembro-me dos tempos em que vendia sabão, bananas, jornais, ou engraxava sapatos nas empoeiradas ruas de Goiânia. Trabalhei na roça. E, nesse tempo, quando eu descansava um pouco da dura tarefa de capinar, apoiava-me no cabo do guatambu e punha-me a sonhar com um futuro melhor. Trabalhei em olaria, cortando tijolos, para ajudar no sustento da minha mãe, outra batalhadora, que sonhava em dar ao seu único filho um futuro mais promissor e menos sofrido. Quando voltava das feiras para a roça, pegava os recortes de jornais que serviam de embrulhos e, sob a luz da lamparina de querosene, eu soletrava as primeiras palavras e sonhava.

Quando voltei da roça para Goiânia, comecei a trabalhar como servente de pedreiro, ajudando a construir casas e prédios, contribuindo para o progresso da nova capital que desabrochava e que era o sonho concretizado de seu fundador, Pedro Ludovico Teixeira.

Iniciei meus estudos já adulto, no curso primário, aos 17 anos de idade. Depois ingressei na Faculdade de Direito, na UFG, e, simultaneamente, lecionava na rede estadual de ensino. Em seguida, passei a trabalhar na Universidade Federal de Goiás, local em que trabalhei por 15 anos.

Como minha vida sempre foi de enfrentar desafios, resolvi me dedicar à causa da educação, justamente para proporcionar àqueles que tivessem sede do saber a oportunidade de estudar, crescer e progredir. Daí que criei, inicialmente, o Colégio Padrão Universitário, em 1978. Sabia que os jovens do interior do Estado

tinham muita dificuldade de acesso ao ensino superior. E muitos deles eram obrigados a deixar suas cidades, seus pais, amigos e familiares para estudarem na capital do Estado.

Por isso comecei minha missão pela cidade de Anicuns, interior de Goiás, quando, em 1985, ali fundei a Faculdade de Anicuns, com três cursos, sendo eles Licenciatura Curta, Pedagogia e Direito. Nesse mesmo ano, 1985, consegui fundar a Faculdade Gurupi, ainda Estado de Goiás, hoje, Estado de Tocantins, e é uma universidade inclusive com curso de Medicina. Em 1978, fundei a Faculdade Padrão de Novo Horizonte. Em 2005, fundei a Faculdade Padrão da Avenida Anhanguera e a Faculdade de Quirinópolis. Mas o meu maior orgulho foi ter conseguido, ao longo de minha trajetória, gerar mais de 30 mil empregos no Estado de Goiás.

Como aqui foi dito, aquela criança pobre, aquele jovem trabalhador conseguiu pelo trabalho e pelo idealismo realizar os seus sonhos e oportunizar a milhares de jovens o acesso ao ensino superior. E por que isso está sendo dito a todos os presentes? Não é por vaidade ou orgulho, sentimentos que não trago comigo, mas simplesmente para me apresentar aos nobres representantes da lei e dizer-lhes quem sou e que me entristece ver meu nome, honrado por toda uma vida, ser levianamente denegrido por boatos não explicados em razão de estar sendo alvo de notícias sobre a questão da compra do imóvel do Alphaville Ipês, que pertencia ao Sr. Governador Marconi Perillo.

Reconheço que, realmente, pretendo esclarecer, de forma definitiva, como o negócio se processou. Fui procurado pelo Sr. Wladmir Garcez em meados do mês de fevereiro de 2011, informando-me que o imóvel estava à venda. Manifestei interesse em adquiri-lo e então fiz a proposta de pagar R$1,4 milhão, mas que só poderia fazer tal pagamento em julho de 2011.

Posteriormente, o negócio foi feito da melhor forma, legal, sempre intermediado pelo Sr. Wladmir Garcez, sendo que, para efetivar o pagamento, exigi que fosse feito diretamente ao proprietário do imóvel ou a um representante. O pagamento efetivamente foi feito em moeda corrente ao Sr. Lúcio Fiúza e ao Sr. Wladmir Garcez em 12 de julho de 2011, conforme se depreende do incluso recibo. Importante registrar que o mesmo recebeu o numerário a ser entregue ao antigo proprietário.

Ao que consta, o imóvel foi adquirido de Marconi Perillo. Ao que consta, o imóvel foi adquirido de Marconi Perillo na melhor forma legal, intermediada pelo Sr. Wladmir Garcez, com a opção de compra para mim, datada de 9 de março de 2011. Reafirmo que, em momento algum, estive em contato pessoal com o Governador Marconi Perillo para negociar a aquisição do imóvel sequer seu pagamento. Tudo foi feito pelo Sr. Wladmir. O imóvel permaneceu em posse do Sr. Wladmir Garcez, o qual adiou a entrega, alegando estar necessitando da mesma para uma amiga e a entregaria em perfeitas condições em 45 dias.

No final do ano de 2011, liguei cobrando a entrega do imóvel fixada a última data em 15 de fevereiro de 2012, vez que eu não estava precisando do imóvel. A aquisição do imóvel deu-se pela empresa Mestra, conforme escritura de compra e venda devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição de Goiânia, Goiás, documento já encaminhado a esta Casa, a qual, inclusive, já havia nomeado a mim sua administração.

A Mestra trata-se de uma empresa legal bem constituída, tendo como objetivo social compra e venda de bens imóveis, residenciais e comerciais, prestação de serviço de administração e gestão tanto próprio quanto como de terceiros, conforme reza no contrato social. Ela opera com capital próprio, sendo seu proprietário o Dr. Écio Antônio Ribeiro, renomado engenheiro civil goiano, graduado pela Universidade Católica de Goiás (PUC), turma de 1992, com numerosas obras no currículo, sempre reconhecido pela sociedade goiana. As demais pessoas citadas como sócios são pessoas de bem e eram sócios minoritários.

De minha parte, jamais houve qualquer motivo para omitir a aquisição de tal imóvel, mesmo porque a aquisição se deu por escritura pública, a qual, imediatamente informada ao Poder Público pelo próprio cartório, daí que não há ilicitude, portanto, o negócio é legal e cristalino. Foi minha a orientação e a definição para a aquisição do imóvel, como também foi minha a orientação para a abertura dessa empresa de investimento com compra e venda de imóveis, com o objetivo de gerar lucros aos proprietários, uma vez que os mesmos sempre contribuíram na gestão da Faculdade Padrão, outra empresa por mim administrada.

O imóvel foi adquirido como investimento para a empresa, bem como ficou acertado com o proprietário da Mestra que, futuramente quando minha filha, fosse se casar o imóvel poderia ser dado a ela como presente de casamento, desde que fossem acertados os devidos valores com a empresa.

Assim sendo, ressalto que o imóvel citado foi negociado por mim Walter Paulo, legalmente constituído administrador da empresa e pago pela empresa Mestra, sendo que eu, o idealizador e administrador dessa empresa, assumo total e irrestrita responsabilidade por qualquer boa ou má administração, inclusive a aquisição desse imóvel, não tendo os proprietários da Mestra nenhuma responsabilidade sobre esse fato.

Essa empresa foi criada e sempre teve o ideal de gerar lucros, trabalhando honestamente.

Essa é a verdade sobre a compra dessa casa. A Mestra não tem mais interesse em manter esse imóvel como investimento.

Em relação ao Sr. Carlos Cachoeira, ele não tem e nunca teve nenhuma relação direta ou indireta com a empresa Mestra.

Quanto ao Governador Marconi Perillo, no que se refere à Bolsa Universitária, ele é uma pessoa notável, é um guerreiro e tem sido uma engrenagem que está alavancando a educação do nosso Estado.

A Bolsa Universitária, projeto criado e implantado em 1998 pelo então e atual Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, é um programa que atende aos estudantes que não possuem condições de manter os estudos em universidades particulares do Estado de Goiás. Contempla, hoje, 112 Municípios goianos em 67 instituições de ensino superior credenciadas, fato amplamente divulgado pela imprensa, tudo em sintonia com a nova era desenvolvimentista educacional implantada pelos Presidentes Lula e Dilma.

Esse programa, em 13 anos de existência, já ultrapassou a marca de 100 mil alunos beneficiados, conforme vasta divulgação na mídia estadual. Para ser beneficiado, o aluno passa pela seleção e triagem, tendo de comprovar sua necessidade financeira. Isso acontece na própria OVG, não tendo a instituição nem mesmo políticos nenhuma participação, ou acesso, na seleção dos contemplados, que, inclusive, recebem visitas em suas residências e passam por entrevistas com assistente social que atesta a sua necessidade. Em contrapartida, pelo benefício do programa, o aluno presta serviços para entidades governamentais que são estabelecidas pela coordenação do programa, cumprindo uma carga horária semanal compatível com seus afazeres escolares e de trabalho, de acordo com a natureza de sua área de formação.

Em nome dos alunos já formados ou ainda estudantes e de seus pais e mães que viram na Bolsa Universitária sua única chance para alcançar o sonho de graduação em um curso universitário, agradeço à Organização das Voluntárias de Goiás esse benefício.

Além disso, digníssimo Presidente e nobres Parlamentares, eu quero deixar esclarecido e registrado que não há e nunca houve, junto à Organização das Voluntárias de Goiás, órgão que gerencia a Bolsa Universitária de Goiás, tratamento diferenciado para qualquer uma das 67 instituições de ensino superior credenciadas no programa Bolsa Universitária, instituições estas que prestam serviço aos alunos e que recebem repasses do Governo como pagamento pelos seus serviços prestados.

Ressalto ainda que o número de bolsas concedidas à Faculdade Padrão nesse Governo foi bem inferior ao de bolsas concedidas no governo anterior.

Esta é minha ligação com o Estado: sou um prestador de serviços educacionais. Durante os 13 anos de programa Bolsa Universitária, fui aproximadamente oito vezes à Organização das Voluntárias de Goiás. E, no Palácio das Esmeraldas, na gestão do atual Governador, Marconi Perillo, nunca estive. Nunca lá estive durante todos os anos em que ele esteve no Palácio.

Minha relação com o Sr. Governador nunca foi de intimidade. Inclusive, em 2008, fui candidato a vereador por Goiânia a convite do prefeito da época, sendo oposição ao Partido do Sr. Governador. Tivemos residências no mesmo condomínio e nunca frequentamos a casa um do outro. Nunca frequentamos a casa um do outro! Nossa relação sempre foi de respeito de um cidadão comum para com uma autoridade de seu Estado.

Isso é tudo que tenho a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Walter Paulo, tem-se notícia de que V. Sª encaminhou para esta CPMI um documento que seria de esclarecimentos sobre o episódio da venda da casa, ou da aquisição da casa. Este documento que temos aqui não chegou a esta CPMI, nem ao gabinete do Presidente, que não seria o lugar adequado de se entregar, nem ao gabinete do Relator, que também não seria o lugar adequado de se entregar.

Indago se V. Sª entregou mesmo este documento e, se entregou, se pode nos apresentar cópia do recibo. E se não entregou, se o senhor confirma o inteiro teor do que aqui está escrito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seria o documento que ele teria encaminhado para cá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa é uma cópia entregue pela assessoria do Deputado Onyx.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós tínhamos tido acesso também pela imprensa.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu quero dizer o seguinte: realmente, eu enviei o documento... Pedi que entregasse o documento. Essa assinatura realmente é minha, mas aqui é xerox em outra proporção. Eu pedi que viesse o tamanho total. Certo?

Mas eu tenho ele. Eu não tenho recibo. Eu pedi que viesse, mas eu tenho...

Mas o que está escrito aqui é o mesmo que eu li, em outras palavras, mas foi o mesmo que eu li agora para vocês.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que, neste documento, V. Sª faz referência à cópia de documentos que seriam apensados, documentos que comprovariam o inteiro teor das declarações de V. Sª. Por isso é que eu indago se V. Sª pode fazer chegar a esta CPMI este documento, com os documentos que são referidos neste texto.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi. Tinha recibo assinado pelo pessoal, tinha a escritura da casa assinado pelo Sr. Governador, e a ata nomeando a mim como administrador e também uma porção de compras que, quando eu tivesse o montante, compraria a casa e ficaria para a minha filha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agradeço ao senhor...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Desculpa. Mas eu tenho todos os documentos originais, aqui eu não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – OK. Mas V. Sª encaminha a esta CPI *a posteriori*?

Eu quero, mais uma vez, agradecer a disposição de V. Sª de colaborar com o trabalho desta CPMI na medida em que se dispõe a falar e a esclarecer os fatos que envolvem uma pessoa, como o senhor bem disse, trabalhadora, que é V. Sª.

Do ponto de vista do senhor, como uma pessoa de mercado que é e administra a empresa Mestra, que trabalha no mercado de imóveis, indago de V. Sª se o preço na aquisição daquele imóvel foi um preço de mercado em Goiânia?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim. Porém, eu achei barato. Eu achei o preço bom, tanto assim que me interessei. Eu me interessei não só pelo preço, mas também porque eu tenho casa lá. Minha família...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E qual seria o valor ideal de mercado da casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, aí é... À vista seria esse um bom preço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bom preço para quem compra.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Para quem compra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o preço de mercado? O senhor disse que seria barato. E o preço ideal?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, barato não. Seria R$1,5 milhão ou R$1,4 milhão. Por isso que eu ofereci somente R$1,4 milhão, porque era à vista.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu preciso perguntar para o senhor temas sobre os quais o senhor já discorreu aqui. Por isso, peço que o senhor entenda a minha posição aqui.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO *(Fora do microfone.)* – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque a versão do senhor contrasta com os documentos produzidos pela Polícia Federal. A investigação da Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus Melo Rodrigues afirmam que o Governador Perillo vendeu uma casa localizada em Alphaville pelo valor R$1,4 milhão. Segundo a PF, o imóvel teria sido pago com três cheques do Sr. Leonardo Almeida Ramos, sobrinho de Cachoeira, mas o senhor afirma que foi o comprador desse imóvel. Como V. Sª pode explicar isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não conheço. Qual é o nome da pessoa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Leonardo Almeida Ramos.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não conheço essa pessoa. Nunca a vi. Até o nome nunca ouvi. Não conheço essa pessoa. Não paguei com cheque, paguei em dinheiro, em moeda corrente, notas exclusivas de 50 e de 100.

Então, quanto ao cheque, desconheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor desconhece os cheques que o Sr. Wladmir teria entregado ao Governador Perillo?

O Sr. Wladmir Garcez afirmou em depoimento aqui que teria entregue três cheques que ele teria pego emprestado do Sr. Cláudio Abreu, e ele teria entregue esse cheque ao Governador Perillo em pagamento pela casa.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Desconheço tudo isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor desconhece.

Em depoimento a esta CPMI, Garcez afirmou que o Governador ofereceu a casa a ele. Como ele não tinha os recursos – é isso que eu disse –necessários à compra, pediu dinheiro a Carlos Cachoeira e a Cláudio Dias Abreu. Garcez afirma que Cláudio Dias Abreu deu a ele três cheques, conforme já disse aqui – dois de R$500,00 e um de R$400,00. Esses cheques foram entregues ao Sr. Lúcio Fiúza, como pagamento da casa e seriam depositados em março, abril e maio, e o senhor afirmou aqui que fez o pagamento em dinheiro. A quem o senhor entregou o dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Entreguei o dinheiro ao Sr. Wladmir Garcez e ao Sr. Fiúza, às duas pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No dia 2 de março, ao jornal *O Popular*, o Governador Perillo disse, entre aspas:

Isso a gente espalha para os amigos, pede ajuda. Aí, o Wladmir entrou em contato. Quando eu fui passar a escritura, ele me informou que seria Walter Paulo o comprador. Eu nem falei com ele [Walter]. O dono do cartório trouxe os documentos para eu assinar e depois levou ao comprador. Recebi os três cheques e fiz os depósitos como combinado.

O Governador Perillo afirma, em entrevista ao jornal *O Popular*, que recebeu em cheque e fez os depósitos conforme combinado.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Se recebeu em cheques, não foi de mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – OK.

No depoimento, Wladmir Garcez afirma que conseguiria os recursos para quitar a casa que ele teria comprado do Governador, ocasião em que ele ofereceu a casa ao senhor. O senhor teria pago R$1,4 milhão pela casa e mais uma comissão de R$100 mil a ele, Garcez. O senhor pagou essa comissão ao Garcez? O senhor pode responder.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pagou de que forma?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Em dinheiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em dinheiro. Quando foi o pagamento ao Sr. Garcez?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi junto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode precisar para nós?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei. O recibo da casa eu tinha mandado para cá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi em julho, foi em março, foi em maio ou foi em abril?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não. Julho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi quando?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quando o negócio terminou – porque a outra eu só olhei, gostei, mas não tem dinheiro agora. Quando terminou que foi feito o negócio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o negócio começou quando, porque o senhor disse que terminou em julho?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Para mim, foi no início do ano: janeiro, fevereiro... Uma coisa assim. Eu fiz só a proposta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Começou como?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, ele me mostrou a casa, falou que o Governador estava vendendo aquela casa...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O Wladmir Garcez. Mostrou, e eu falei: "Olha, eu posso comprar, sim, mas só tenho o dinheiro para julho." Aí, não conversamos mais. Em julho, fechamos o negócio, e os paguei, a ele e ao Sr. Fiúza. Tem um nome antes de Fiúza. *(Pausa.)*

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor entregou aos dois.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Lúcio, Lúcio, Lúcio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Lúcio Fiúza.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fazia parte dos quadros societários da empresa Mestra de licitações?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Eu tenho documentação para administrar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa documentação para administrar, como o senhor diz, foi dada ao senhor quando?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tem a ata que foi feita no registro da empresa. Logo que registraram a empresa fizeram a ata e...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Logo no início da empresa o senhor já recebeu...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Muito antes de qualquer negócio que houve da empresa, eu já tinha, na ata...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A procuração.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. Na ata eles me nomearam para administrar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Preposto da empresa.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No documento que teria sido entregue a esta CPMI, que V. Sª agora afirma que não chegou e que vai encaminhar, o senhor diz que a Mestra já havia conferido ao professor Walter Paulo sua administração. Depois, V. Sª...

Há uma estranheza, porque V. Sª muda de pessoa. É estranha essa afirmação, primeiro, porque o senhor usou a 1ª pessoa no documento: "Fui procurado... rea-

firmo". Neste ponto, o senhor usa a 3ª pessoa. Fiquei com a impressão de que o documento não tinha sido redigido pelo senhor.

O senhor pode nos afirmar mais uma vez, aqui, que... V. Sª já disse que vai encaminhar o documento para cá, então...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Vou encaminhar e foi por mim...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No documento supostamente encaminhado à CPMI o senhor faz a opção de compra e venda do imóvel. O senhor diz: "Ao que consta, o imóvel foi adquirido de Marconi, na melhor forma legal e através do corretor Wladmir Garcez, com opção de compra ao professor Walter Paulo, datada de 9 de março de 2012".

Ora, a opção de compra e venda normalmente é feita antes de lavrada a escritura de compra e venda. Aí, eu indago de V. Sª se no original do documento que nós temos aqui... Porque se a escritura foi lavrada dia 13 de julho de 2011, por que a opção de compra foi datada de março de 2012?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Antes, não é?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque foi quando eu tive interesse de comprar a casa, porque aí a opção de compra e venda... É a opção de compra. Da venda eu não entendi. De compra, para eu comprar para minha filha. Eu peguei a opção que pagaria... Inclusive, minha filha está até aqui dentro, certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A menina mais bonita que tiver aí é ela. (*Risos*.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mais uma vez eu recorro à leitura de V. Sª, no final do documento.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Essa assinatura é minha. O imóvel.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Olha o doze.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Senhor?

O imóvel permaneceu em posse do Sr. Wladmir Garcez.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É verdade. O qual adiou a entrega alegando estar necessitando do mesmo para uma amiga e o entregaria em perfeitas condições, em 45 dias.

No final do ano de 2011, eu liguei para o Wladmir, cobrando a entrega do imóvel, e fixada a última data em 15 de fevereiro de... Aí, ele fixou que até 15 de fevereiro de 2012 entregaria, porque a casa da senhora que estava morando lá ficaria pronta. Eu não me importei porque não estava precisando da casa.

E quero dizer mais uma coisa, só aumentando: A pessoa que morou lá na casa... Durante o tempo em que essa casa esteve emprestada eu nunca, nunca fui nessa casa. A senhora que hoje eu sei que morou lá nunca a vi, não a conheço, nunca me ligou, nunca me agradeceu. Nunca vi essa senhora, certo? Mas não tem importância.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É a pura verdade, viu, gente?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, é importante esclarecer porque a opção de compra foi feita com data posterior à data da lavratura da escritura. Essa é uma questão que com o documento que o senhor vai nos enviar, como nós já temos a data do reconhecimento de firma, nós temos melhores condições de checar o que houve.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A escritura foi feita antes? (*Pausa*.) Eu não entendi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu vou ler para o senhor. Está aqui. O senhor disse: "Ao que consta, o imóvel foi adquirido de Marconi, na melhor forma legal, através do corretor Wladmir Garcez [tem até que ver se Garcez tem inscrição no Creci], com opção de compra, datada de 9 de março de 2012".

A opção de compra que o senhor assinou foi posterior à efetivação da compra da casa e da escritura. É isso o que diz o documento.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu creio que não, porque eu só poderia comprar ou aceitar comprar esta casa da Mestra, quando fosse da Mestra. Ela foi da Mestra um dia. Poucos dias depois, eu fiz a opção de compra dela.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu entendo o que V. Sª está dizendo. Entendo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque a minha opção de compra não foi para o Governador. Foi para a Mestra. Eu queria comprar para a minha filha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só que o documento que o senhor assinou falou que foi posteriormente. O senhor está dizendo que pode ter sido um erro.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Mas nós temos os originais, doutor, e a gente traz tudo, está certo?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – OK.

Com relação à empresa Mestra, o senhor sabe nos informar qual era o capital social da Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Parece-me que é de R$20 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que pagou, adquiriu a casa em nome da Mestra. O dinheiro foi entregue pelo senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sacou esse dinheiro de qual conta?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não saquei o dinheiro. O dinheiro foi a mim entregue pelo nosso contador, que me repassou o dinheiro. Ele não está aqui, mas posso mandar. Tenho certeza de que o dinheiro foi tomado emprestado, mas tem tudo, tudo contabilizado, tudo certinho, sem problema nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O dinheiro foi tomado emprestado. De qual empresa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Isso, o contador passa, porque a firma é um pouquinho grande. Eu não entro nessa área.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o dinheiro não era da Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A partir do momento em que tomou emprestado do banco ou de qualquer lugar, passou a ser da Mestra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pegou o dinheiro emprestado.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – De uma das empresas nossas. O contador sabe, está contabilizado, está declarado no Imposto de Renda, está tudo certinho. Isso é fácil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode nos encaminhar, então?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Posso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De qual empresa veio o recurso financeiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, não foi da Mestra. O senhor não sacou esse recurso das contas da empresa Mestra.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, eu não saquei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O contador que passou para o senhor.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que o imóvel adquirido pelo senhor em nome da Mestra, já que o senhor tinha procuração da empresa Mestra, esse imóvel foi declarado no Imposto de Renda?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim, sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No do senhor ou no da Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Da Mestra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da Mestra.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele pertence à Mestra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual a relação do senhor com o Sr. Écio Antônio Ribeiro, atualmente único proprietário da empresa Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O Dr. Écio é um engenheiro que nós conhecemos, renomado, em Goiânia, que eu dei a ideia. Além dos seus trabalhos, ele presta serviço à Faculdade Padrão. Ele construiu, na parte de construção civil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor era representante da empresa Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Fui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebia vencimentos por essa representação?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não, não. A colaboração dele na Faculdade Padrão era enorme.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele era funcionário do senhor ou é funcionário do senhor na Faculdade Padrão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Ele era engenheiro, autônomo, e pegou serviço para fazer.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, eu pergunto ao senhor: Qual o interesse do senhor em ser representante da empresa Mestra, se o senhor não recebe nada por isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Manter funcionário do nível de um engenheiro, que no Brasil está faltando milhares de engenheiros; manter um engenheiro na empresa. Simplesmente eu estava ajudando ele e outras pessoas, com algum rendimento, levando em conta 70 anos de experiência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor era representante da empresa e ajudava ele?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ajudava, uai. Fazia negócios. Se tivesse um lucro nessa empresa para eles, para os proprietários,

eu estava ajudando. E assim ele me ajudava muito na construção civil. Valores, preços...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Srª Sejana?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Da mesma forma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Sejana era funcionária do senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ela já foi funcionária. Ela já foi Diretora da Faculdade Padrão. E também é pessoa de alto nível, que a gente tinha interesse de fazer qualquer coisa para ajudá-la, não só aumentar salário, mas ter um rendimento também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor tomava conta das empresas de que eles eram proprietários?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E não recebia nada por isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. O documento está aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, eu não estou questionando, só estou perguntando ao senhor.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, desculpa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, é só para perguntar.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não, não. Existe amizade, existe interesse de eles ganharem um pouco mais porque eles trabalham muito bem pela Faculdade...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, o Sr. Écio não é funcionário do senhor na Faculdade Padrão, conforme o senhor...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Inclusive... Não, funcionário não. Ele é prestador de serviços.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Écio é prestador de serviços na Faculdade?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. E essa empresa foi aberta em 2006, com essa intenção. Só que não sobrava dinheiro nem de um nem de outro para comprar imóveis, para depois vender mais caro, que era a minha ideia, e ter lucro. Comprou dois imóveis só. Inclusive esse último imóvel que comprou, a Professora Sejana nem participava mais da empresa, não estava na empresa mais. Então, parou. Não funcionou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com relação à questão ainda da casa, qual o papel que o Sr. Jayme Rincón teve nesse processo de aquisição do imóvel?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não conheço esse homem. Esse nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor desconhece?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Desconheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Outra pergunta importante para nós aqui: por que a escritura da venda da casa foi lavrada no 1º Tabelionato de Notas e Registros de Imóveis da Comarca de Trindade, e não em Goiânia, cidade da casa, ou Aparecida de Goiânia, cidade sede da Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Trindade, me parece que.... Eu não tenho certeza não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi lavrada em Trindade. Eu indago de V. Sª por quê?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei por que. Só disse o seguinte: "Compro a casa, pago quando tiver a documentação correta". E depois esse senhor chegou com a escritura lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, o senhor deu o dinheiro antes da escritura ou recebeu a escritura e depois deu o dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Disso eu não me lembro. Foi tudo muito pertinho...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, o senhor disse que fez o pagamento em notas de 50 e de 100. Como é que o senhor entregou esse dinheiro ao Sr. Wladimir Garcez e ao Sr. Lúcio Fiúza. Onde o senhor entregou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Na minha casa, os pacotinhos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles foram à casa do senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez doações de campanha, na pessoa física, ao Governador Marconi Perillo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As empresas de que o senhor é proprietário ou administrador legal fizeram doações às campanhas do Governador Marconi Perillo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De igual maneira, o senhor fez doações, na pessoa física ou na pessoa das empresas de que o senhor é dono ou administrador ao Senador Demóstenes Torres?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é sócio... Porque o senhor disse bem aqui que o Sr. Carlos Cachoeira não tem relação com a Mestra. Eu anotei bem isso. Agora, ele é sócio do senhor em algum outro negócio ou em algum outro empreendimento?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nem é sócio condômino com o senhor no Jóquei Clube de Goiânia?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já se reuniu, e se reuniu, o senhor pode aqui dizer quantas vezes e onde os encontros aconteciam, com o Senador Demóstenes Torres e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. O Sr. Carlos Cachoeira eu já almocei com ele, durante toda a minha vida, cinco vezes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tem negócios com ele?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação às empresas Limpecan Limpeza, Vanguarda Segurança, Vise Seg Vigilância, Transportadora Padrão, Faculdades Padrão de Aparecida, Construalpha, Idônea *Factory*, Caps Participação e Construtora J., o senhor é sócio de alguma dessas empresas? Já foi?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Já. Algumas empresas, sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor deixou de ser sócio dessas empresas?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Deixei, deixei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícias de quem seria o dono dessas empresas?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por exemplo, a Idônea *Factory*. Quando o senhor saiu da sociedade, vendeu-a para quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Da Idônea eu nunca fui sócio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca foi sócio dela? E da Construalpha?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Também nunca fui sócio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E da Transportadora Padrão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Parece que tem mais de trinta, quarenta anos atrás a Transportadora Padrão. Eu não tenho... Uns quarenta anos atrás foi quando... Não tenho, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como é o nome... O senhor disse aqui que o contador entregou o dinheiro para o senhor. Como é o nome do contador que entregou... O contador das suas empresas?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Paulo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Paulo. Paulo de quê?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não lembra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Mas eu mando também trazer.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por fim, o senhor pode oferecer, na qualidade de representante legal da empresa Mestra, o sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Precisa só do ano das operações para cá.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por fim, por que o senhor fez a opção de fazer o pagamento da casa em dinheiro e não em ordem bancária, transferência bancária? Não seria mais cômodo, mais prático o senhor transferir o dinheiro diretamente para o Governador, na sua conta, na verdade era um negócio lícito, uma aquisição legal?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É, sim, poderia ser, mas não pensei nisso na hora, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor achou mais fácil fazer o pagamento em dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim ou não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bom, Presidente. Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Meio minuto.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para pedir a V. Exª que alertasse o depoente, no caso como testemunha, que ele está aqui sob juramento e que se ele mentir poderá ser declarada voz de prisão aqui neste momento. Gostaria que V. Exª alertasse a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu alerto novamente a V. Sª que está fazendo o seu depoimento sob o juramento de falar a verdade...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A minha divergência é sobre a questão da prisão decretada pela própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não formulei da forma...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Respeitosa divergência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está registrado. V. Sª está prestando este depoimento sob juramento. Só lembrar a V. Sª desse fato.

Bom, eu quero passar a palavra ao autor do requerimento, que é o Senador José Pimentel.

Passo a palavra a V. Exª pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Walter Paulo, o Governador Marconi Perillo afirma que vendeu a casa no Alphaville para V. Sª. O ex-Vereador do PSDB Wladmir Garcez, porém, afirma que foi ele quem comprou a casa do Governador e posteriormente vendeu a V. Sª. Eu pergunto: afinal de quem o senhor comprou essa casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Para mim, eu comprei do Sr. Governador, porque mesmo o Sr. Wladmir, quando veio, disse que era do Governador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – O senhor afirmou aqui, em seu depoimento, que pagou essa casa em espécie, pagou em notas de R$50,00 e de R$100,00. Teve o cuidado de dizer que entregou os pacotinhos na sua casa. Eu pergunto: o traslado desse dinheiro, de onde saiu até a sua casa, foi feito por quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, não, eu, eu mesmo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Foi o senhor mesmo que fez o traslado?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então o senhor pegou esse dinheiro onde?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Na... Eu deixo de responder essa pergunta, se for possível, porque não tenho lembrança exata.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então o senhor não lembra onde recebeu R$1,5 milhão, mas lembra, com detalhes, que eram cédulas de R$50,00 e de R$100,00 e que as entregou em pacotinhos. A sua memória...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque foi pouco a pouco, não foi de uma vez. Então, vai fazendo, vai contabilizando, e alguma sobra de dinheiro vai guardando.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Essa sobra vem de onde?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Vem da Faculdade Padrão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, não é empréstimo, é sobra. Isso é o que ele está aqui afirmando.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não. É empréstimo. É uma empresa emprestando para outra empresa. Certo? Estou falando para juntar o dinheiro, o montante.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, o senhor foi retirando de cada empresa certa quantia, foi armazenando na sua casa, para, depois, fazer o pagamento?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Para fazer o pagamento à mesma empresa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, agora, o senhor está se lembrando de onde veio o dinheiro, da forma como isso foi feito. Portanto,...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não estou querendo envolver mais... Eu queria trazer alguma ideia, doutor, sem querer envolver mais coisas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Walter Paulo, aqui não se trata de envolver ou de deixar de envolver. O senhor está sob juramento, prestando depoimento numa Comissão Parlamentar de Inquérito, em que o senhor tem a obrigação de falar a verdade. Não cabe ao senhor envolver ou deixar de envolver. Queremos saber concretamente de onde o senhor recebeu esse dinheiro, porque R$1,5 milhão não é pouco dinheiro para se guardar em casa.

Portanto, volto a lhe perguntar, dando oportunidade de o senhor não cometer o crime de falso testemunho, porque o senhor está sob juramento: o senhor apanhou esse dinheiro onde?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu já disse. Foi entregue e levado. Sei que ele saiu da conta da Faculdade Padrão. Certo?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Em que prazo esse dinheiro saiu da Faculdade Padrão? O senhor fez saques em bancos ou o tirava do caixa da empresa antes do depósito?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tenho de ver a contabilidade, doutor. Olhando a contabilidade, fica fácil saber. Foi tudo contabiliza-

do, com declaração de Imposto de Renda. Está tudo certinho. Mas tenho de ver, porque não faço tudo. A gente não faz tudo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quando ofereceu a casa a V. Sª, o ex-Vereador do PSDB Wladmir Garcez informou que a casa ainda pertencia ao Governador Marconi Perillo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Falou que era do Governador e que eu a compraria do Governador, não dele, não! A gente sabia que...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – V. Sª sabia que o Sr. Wladmir Garcez já havia quitado a compra da casa em cheques pagos ao próprio Governador nos meses de março, abril e maio, conforme declara o Sr. Governador?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – De espécie alguma!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, V. Sª confirma que o Sr. Wladmir Garcez mentiu a esta Comissão quando afirmou que ele havia comprado a casa do Governador e que, só posteriormente, por não ter recursos para cobrir os cheques, procurou outro comprador?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu digo que não sabia disso. Esse assunto a mim nunca foi passado. Simplesmente, ele levava em nome do Sr. Governador. Chegava até ao ponto de ligar. Eu pensava que estava falando com o Sr. Governador, e de lá ele falava: "Ô Professor Walter, só faz isso. Só pode pagar em tal dia, só paga se mandar uma pessoa...". Não sei para quem ele ligava, mas, para mim, ele estava falando com o Sr. Governador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quem informou a V. Sª que o Sr. Lúcio Fiúza era o responsável por receber valores devidos ao Governador Marconi Perillo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele chegou lá para receber. Eu não sabia. Ele chegou lá, juntamente com o Sr. Garcez, para receber.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – V. Sª tem conhecimento se as movimentações financeiras do Governador são feitas pelo Sr. Lúcio Fiúza?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não. Nem o conheço assim, não. Ele foi lá para receber, mas não...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Mesmo assim, o senhor pagou R$1,5 milhão em nome do Governador?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Paguei.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Como afirma ser o proprietário da casa, V. Sª tinha conhecimento de quem morava na residência?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. O rapaz disse que a venderia, mas não a entregaria. Só a entregaria dentro de 45 dias, porque ia deixar uma amiga dele morando lá, porque ela estava fazendo uma casa ao lado, no mesmo condomínio, e precisava de 45 dias.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – V. Sª tem o hábito de ser displicente com os negócios a ponto de não saber quem ocupa um imóvel de sua propriedade comprado por R$1,5 milhão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, eu comprei, mas ele não me entregou a casa. Ele pediu: "eu te vendo, mas eu te entrego daqui a 45 dias, porque vai uma senhora morar aqui, amiga minha". Ele não entregou, mas a casa foi escriturada, foi tudo organizadinho, não é?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – V. Sª comprou a casa do Governador Marconi Perillo, conforme aqui afirma. Por que não a registrou em seu próprio nome ou de uma empresa de sua propriedade, mas sim de uma empresa de que V. Sª não é nem cotista?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nós compramos a casa, eu comprei a casa como administrador dessa empresa, dessa empresa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Embora no contrato social não conste o seu nome.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, eu sou administrador. Eu sou administrador, e isso tem na ata. Quando fizeram a empresa, quando se constituiu a empresa, já me colocou como administrador da empresa. Por isso que eu disse que, qualquer erro ou acerto, eu sou o único responsável, porque, na criação, já fizeram a ata me colocando como... Em 2006, o ideal era trabalhar honestamente e conseguir comprar alguma coisa. E poucos negócios foram feitos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, o senhor é administrador, mas por que a empresa está em nome de Écio Antônio Ribeiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque eu não sou o proprietário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Então, o senhor confirma que não é o proprietário, embora tenha pagado e registrado em nome da empresa. É um mero administrador da empresa.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – A Mestra Administração e Participações tem capital para adquirir um imóvel por R$1,5 milhão, conforme V. Sª aqui informa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. São negócios. Negócio não se faz só com dinheiro próprio. Então, são negócios. E foi feito o ne-

gócio. O capital da empresa é menor, mas o negócio foi feito, foi pago corretamente, foi declarado Imposto de Renda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o depoente está se contradizendo. Ele respondeu uma coisa para o Relator e está respondendo outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos seguir pela ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas uma pergunta a fazer, do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se V. Exª me permitir; só ele. Eu não tenho como interromper o tempo.

Eu vou interromper em um minuto o tempo do Senador Pimentel e passo a V. Exª, Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria que o depoente... Senador José Pimentel, pela ordem.

V. Exª fez uma pergunta que é importante. Por que, se V. Sª teve que pegar dinheiro de outras empresas de V. Sª para fazer o negócio e registrar a casa em nome da Mestra, por que V. Sª não registrou, então, essa casa no nome das empresas de que o senhor é proprietário?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque a única empresa minha é empresa educacional, não se envolve, por lei, em outros negócios exclusos da educação. E a outra empresa, o próprio contrato social reza que é exclusivamente de capital.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ela não poderia comprar uma casa? Ela não poderia ter um imóvel?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A empresa do senhor. A faculdade.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu creio que poderia para ela, mas não para negócios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Devolvo a palavra por um minuto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, é que o Relator perguntou de onde teria vindo, e o depoente disse que não sabia...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, me permite? Qualquer contradição pode significar a palavra da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe, a palavra está com o Senador José Pimentel. O Relator pode interromper a qualquer tempo. Eu só estava preocupado de cronometrar a palavra. Então, vou devolver a V. Exª, por um minuto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Walter Paulo, por que a escritura de venda da casa foi lavrada no 1º Tabelionato de Notas e Registros de Imóveis da Comarca de Trindade e não na de Goiânia, onde fica a sede do imóvel, onde o senhor tem as suas empresas, onde o senhor fez o pagamento?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O comprador não se envolve nessa parte. O dono do objeto é que leva, é ele que passa, é ele que assina. Eu não sabia qual o cartório, e até hoje nem estou olhando, porque para mim o interesse era o objeto e a assinatura do proprietário, então, não é a gente que participa dessa parte.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Walter Paulo, o cartório no qual V. Sª lavrou a escritura da casa do Governador Marconi Perillo pertence a um antigo apoiador do PSDB, Sr. José Augusto. Esse senhor seria também o proprietário do Augustus Hotel, localizado na Rua 4, no Centro de Goiânia, conhecido ponto para realização de eventos do PSDB. Aliás, o cartório em questão chama-se Tabelionato Augusto Costa. Repito a pergunta: Por que a escritura de compra e venda foi feita nesse cartório?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não conheço o cartório, não conheço o Sr. Augusto. Simplesmente o interesse para mim era que a escritura chegasse assinada e, depois, registrada. Então, eu não conheço essas pessoas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – A escrevente que assina a escritura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, o seu tempo está esgotado.

Para a conclusão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Para concluir, Sr. Presidente.

A escrevente que assina a escritura de compra e venda, Srª Terezinha Alves Rodrigues, é cunhada do Deputado Estadual Jânio Darrot, do PSDB, pré-candidato a Prefeito de Trindade, com marca na qual está registrado o imóvel. Essa conveniente aproximação entre o cartório e o Governador não coloca em xeque a credibilidade das declarações de V. Sª?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu creio que não, porque eu não conheço essa moça, não conheço esse cartório, não conheço o proprietário do cartório. E para mim só interessava a escritura assinada. Chegou às minhas mãos. Não conheço esse cartório, nunca fui nesse cartório. E eles nos levaram a escritura.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, estou concluindo e registrando a memória do Sr. Walter Paulo para alguns detalhes, mas, para outros, não. Por exemplo, o milhão e meio que ele juntou ao longo de certo período para pagar esta casa, ele teve

o cuidado de ver que eram sempre cédulas de R$50,00 e R$100,00, entregou os pacotinhos, mas não sabe de onde o dinheiro saiu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, concluiu o tempo de V. Exª. Agradeço-o.

Passo a palavra, agora, ao Deputado Rubens Bueno, por dez minutos intercalados.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria só de fazer uma pergunta à testemunha que está depondo.

O senhor conhece Nazir Ângelo d'Isanto?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Já conheci, já conversei com essa pessoa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem alguma relação comercial com ele?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – De espécie... Não, não. Tenho não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele tem algum interesse na sua faculdade, a Faculdade Padrão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei. Ele já propôs ajudar a criar um curso lá, me ajudar no curso de Medicina, que a gente peleja tanto, mas nunca fez nada não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quer dizer que ele não tem nenhuma relação comercial com o senhor e não tem nada na faculdade?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Só disse que ele ia me ajudar, porque tem bastante influência, no curso. Isso tem alguns anos atrás.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O que o senhor sabe sobre a venda do terreno do Jóquei Clube de Goiânia?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não foi vendido o terreno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah, não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então o senhor sabe.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O que eu sei é que fez um contrato. Foi feito um contrato lá da exploração da área, da área... Como é que fala? Um comodato da área, de vinte mais vinte anos, da área ociosa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor conhece Ibrahim Arantes?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Conheço, conheço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quem eram os compradores desse Jóquei Clube de Goiânia ou do comodato, enfim, do negócio que foi feito?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi a empresa Padrão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A empresa Padrão de sua propriedade?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É, é, é.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É Interessante, não é?

A informação que eu tenho, Professor... É professor, não é? O senhor não me falou qual é a cadeira. O senhor é professor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu sou administrador.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou aqui, senhor. Professor, estou aqui.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, desculpa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É que o senhor está olhando para lá.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Pois é.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Talvez a câmera chame a atenção.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Falta de experiência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Imagine se falta experiência ao senhor.

O senhor circula nas altas rodas de Goiânia e o senhor é tido como um dos compradores, um dos quatro proprietários dessa área de comodato, de que o senhor falou, do Jóquei Clube: o senhor, Ibrahim Arantes, Nazir e Cachoeira. O senhor confirma?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não confirma?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Aqui o senhor falou também – o Senador Pimentel perguntou, o Relator perguntou – sobre a questão do registro de imóveis. Aí é que fica – viu, Senador? – para todos nós uma coisa da maior gravidade. O registro de imóveis tem uma jurisdição em que ele atua, um território. Se essa casa que o senhor comprou estiver no Município de Trindade, é claro que aí está correto o registro nesse registro de imóveis de Trindade. A escritura, o tabelionato pode ser em qualquer lugar do País, mas o registro é naquele espaço de território em que o registro de imóveis atua. Se é de Goiânia essa casa, aí tem um erro grave e que precisa ser melhor verificado, até para se saber se não houve crime no registro, já que V. Sª disse que não teve essa preocupação; já

que o senhor comprou e mandou registrar. Isso porque quem manda registrar uma propriedade é aquele que a comprou. V. Sª não teve esse cuidado; então, nós temos que verificar melhor, Sr. Relator.

O Senador Pimentel é quem estava fazendo esse tipo de pergunta.

Eu também queria saber o seguinte: o senhor disse aí que foi candidato a Vereador, em 2008, pelo PTC. Foi isso? Vereador de Goiânia? (*Pausa*.)

Naquela eleição, o senhor declarou que não possuía bens, em 2008; já é recente, em 2008. Foi a última eleição municipal que nós tivemos, em 2008. E, no entanto, não possuía bens e de repente compra uma casa por R$1 milhão. Uma hora é R$1,4 milhão; outra hora é R$1,5 milhão; outra hora é em cheque; outra hora é em dinheiro. Então esclareça para nós de onde é que o senhor.... Não tinha bens em 2008, não tinha de onde tirar e parece que é um homem muito rico hoje, em Goiânia, e, enfim, tem uma relação muito forte com o governador, etc.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quem adquiriu a casa foi a empresa Mestra. Eu simplesmente sou nomeado como administrador, e os bens para mim são de filhos. Eu sou pai de 11 filhos, todos vivem comigo, com harmonia; eu tenho 70 anos de idade; estou passando por alguns problemas após a tirada desse câncer e eu não tenho nada, nada que vou pôr em meu nome. Alguma coisa que eu ajudo filho não é meu, que eu passo. Eu ajudo um filho a fazer uma coisa, ajudo outro filho; a instituição é em nome de filhos, porque são eles que trabalham.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então, o senhor está querendo dizer, em outras palavras... Por gentileza, o senhor falou que a empresa Mestra comprou, com um capital registrado de R$20 mil, comprou uma casa por R$1,4 milhão em dinheiro. Para mim está muito claro que essa empresa é uma empresa laranja, é uma empresa laranja do seu esquema e do esquema com políticos.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – De espécie alguma. Eu disse e talvez não tenha dado para todos ouvirem. Eu disse que o capital social é R$20 mil. Agora, negócio faz de milhões; depende onde consegue o dinheiro. Então, nunca se pensou em laranja de nada. Tanto é assim que se ela tivesse comprado e eu colocado o bem no meu nome, tudo bem; mas, não, foi colocado no nome dela. E tem um documento que quando tivesse dinheiro ela viria para a minha filha; quando tivesse dinheiro ela viria para a minha filha. Então, não foi, não foi...

E mais uma coisa, eu já prometi ao Sr. Presidente mandar toda a documentação, Imposto de Renda, certinho, de onde saiu o dinheiro. Já está prometido ao Sr. Presidente mandar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, está prometido, mas o que chama a atenção é que essa compra dessa casa envolve governador, envolve Cachoeira, que lá foi preso, lá foi preso, nessa casa que o senhor comprou. Quer dizer, envolve uma mulher atual do Cachoeira, envolve tanta gente que o senhor não está explicando direito. Quer dizer, criou-se uma empresa e, nessa empresa laranja, colocou-se alguém, porque o senhor não é proprietário, e compra... Quer dizer, está muito mal explicado. O senhor me desculpe, mas é uma contradição absoluta do ponto de vista racional de qualquer pessoa mediana.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Talvez a explicação esteja em outro ponto, em outro local, com outras pessoas, mas comigo... Eu prometi e não precisava prometer que falaria a verdade, não, porque, nos 70 anos meus, não têm mentiras. Eu prometi, antes do juramento eu prometi. Vim aqui, doente, com atestado médico, mas vim para falar a verdade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quem está falando mentira, quem está falando mentira é o senhor. Eu falei em contradição.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, eu estou falando a verdade.

O SR-RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tudo bem, eu estou dizendo contradição. Quem está falando mentira é o senhor. Eu não sei se talvez...

O SR WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, eu estou dizendo que se houver, se houver é de outro grupo, são de outras pessoas; minhas não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tanto é que, no seu depoimento e na sua leitura, o senhor trocou a palavra "honrado" pela palavra "enrolado". No seu depoimento por escrito.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Desculpa, senhor. Talvez para o senhor seja muito fácil. Eu vim de roça, eu vim de lugar humilde, encontrar vocês, do nível de vocês, que são as pessoas do maior saber existente para estarem aqui. Falar com vocês não é fácil, não. Eu vim... Eu disse que comecei a estudar com 17 anos de idade. Trabalhando, entrei numa universidade, naquele tempo que era difícil, com muita dificuldade, para abrir escola, faculdade no interior, para ajudar muitas pessoas. Não é fácil estar aqui. Não é fácil. Se fosse uma pessoa humilde igual a mim...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Essa questão da sua história, do seu passado nós respeitamos. Não há nenhuma dificuldade com relação a isso, basta perguntar ao Senador Alvaro Dias que veio lá de Quatá. Eu nasci em Sertanópolis, que amanhã completa 78 anos. Não tem nada a ver! Também trabalhei

na roça. Eu acho que isso é digno de todos aqueles que lutam. Era um momento da história diferente no País. Foi o momento do Brasil rural. Isso não é mais realidade. Hoje, há outra realidade.

Eu quero perguntar ao senhor como o senhor conseguiu, em três anos, onze cursos serem credenciados pelo MEC para sua faculdade em Goiânia?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Trabalhando, lutando. Trabalhando.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor sabe que para conseguir credenciamento ou autorização de um curso para uma faculdade leva anos. O senhor conseguiu onze em três anos. O senhor conhecia o Ministro Haddad, por exemplo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tinha amizade com ele?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nunca! E no meu tempo não era tempo dele. O primeiro curso...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – De 2005 a 2008?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Era ele? Eu não lembro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor foi quem ganhou os cursos. (*Risos*.)

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim, senhor, mas numa universidade uma pessoa não trabalha sozinha, não. Não trabalha, não.

Deixe-me responder ao senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por favor.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sr. Presidente, o que nós estamos discutindo, tomando o tempo de todo mundo, está dentro da convocação? Porque na minha convocação não falava isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, eu peço...

A convocação de V. Sª diz respeito aos temas relacionados à investigação cujo objeto são as organizações do Sr. Carlos Cachoeira.

Eu devolvo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, algum Deputado... Sr. Walter, algum Deputado ou algum Senador, o Senador Demóstenes, o Cachoeira, algum Deputado o ajudou a conquistar esses cursos? Foi ao Ministério, reivindicou pela sua Faculdade Padrão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Não foi. Eu conversei uma coisa...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nenhuma audiência?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não tem nenhuma audiência sua no Ministério da Educação, nesse período de 2005 a 2008, em que houve credenciamento de onze cursos para sua faculdade?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nós estamos com treze anos de faculdade. O primeiro foi no dia 24 de dezembro de 1998. 24 e 98. Então, nós estamos há treze anos tentando esses cursos. Nós temos cursos lá da década de 90, de 19... E, nós temos curso de 30 anos atrás pedindo curso e não saiu.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Dezembro é mês de Papai Noel, não é?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nós temos o curso de Medicina pedido em 2003 ou 2002. Nunca saiu. Então, não foi assim, não. Nós estivemos 13 anos lutando, pelejando para fazer.

Então, outro dia me perguntaram: "O senhor com essa sua idade, toda vida trabalhando, qual seria... o que é preciso para o senhor descansar, para o senhor aposentar?" Eu falei que a única coisa que eu gostaria seria um curso de Medicina, não para mim, não para os meus filhos, mas um curso de Medicina para o povo de Goiânia, que se faz necessário. Então, saiu.

Pedi ao Senador Demóstenes. Falei com ele. Ele falou assim: "Eu vou passar os olhos lá; vou ver o que eu posso fazer". Mas também não resolveu. Nós temos todas as condições, todos os laboratórios, tudo, tudo certinho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Uma última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª se esgotou.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A última pergunta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para a última pergunta.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Somente para perguntar ao senhor se... O senhor já foi candidato a vereador e, portanto, tem experiência política, já disputou a eleição. Não foi talvez bem-sucedido. Não sei se foi bem-sucedido. Diz que não tinha bens em 2008 e hoje mostra que é um homem muito rico, compra uma casa e paga em dinheiro R$1,4 milhão.

O fato é o seguinte: O senhor, algum dia, doou dinheiro ou qualquer tipo de doação para algum candidato, no Estado de Goiás? Deputado, Senador, Governador?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu doei, uma vez, R$20 mil para um candidato.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Que candidato era esse?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei se foi Sena... É uma coisa mais ou menos assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Está encerrado o tempo de V. Exª.

Passo ao próximo...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Presidente, tempo como líder, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, Deputado, duas questões para V. Exª. V. Exª já utilizou da palavra hoje e...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Pela ordem, art. 14, inciso X, alínea *a*. De novo, os três minutos... É muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, concedido o tempo de V. Exª por três minutos. Depois de V. Exª, passo ao Senador Pedro Taques.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Apenas para dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só dizer uma coisa para V. Exª: o senhor não pode interpelar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não posso indagar. Eu sei. Eu estou informadíssimo. Sua assessoria está zelosa demais, até para me prejudicar, dizendo que já usei o tempo como líder – zelosa, mas, neste momento, incompetente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tão zelosa que vamos devolver o tempo de três minutos a V. Exª.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Eu quero dizer o seguinte: Prof. Walter Paulo, não estou lhe indagando – o Regimento não permite –, mas, às vezes, a gente usa meias verdades e só revela a parte mentirosa da meia verdade. Há diálogos, a que todos da CPI tivemos acesso, do Sr. Cachoeira com o Sr. Demóstenes, onde ele fala, várias vezes, que está com V. Sª, talvez, nos almoços a que fez referência, perguntando se tem notícia do MEC, se o Ministro desembaraçou tal e tal questão, fazendo negociação política com vistas a obter uma vice – supõe-se que do possível então candidato Demóstenes –, uma ida de Demóstenes a sua casa para tomar um vinho, inclusive Cachoeira falando que o senhor é cliente da Flávia, advogada. Então, há muitas contradições, digamos assim, ou meias verdades justamente à parte que não é verdade.

E o senhor disse aqui, textualmente, que esse dinheiro vivo – R$1.500,00, em pacotinhos; R$1.500.000,00, perdão –, veio pelo empréstimo de banco ou de qualquer outro lugar. Em nome da Mestra, que, pelo menos, não é muito zelosa na questão da transparência; pagou em dinheiro, e o senhor disse, claramente, no seu depoimento inicial – peço que deixe cópia aqui, na CPI: exigir pagar diretamente ao proprietário ou seu representante. Então, o proprietário – e aí a versão do Wladmir Garcez passa a valer – era o Wladmir Garcez, porque foi a ele que o senhor passou esse dinheiro em moeda corrente nos pacotinhos. Portanto, acho que há muitas contradições aí que vão ser objeto do exame desta CPI.

De qualquer forma, em qualquer lugar, lidar com R$1.500,00 em dinheiro vivo, no mínimo, R$1.500.000,00, desculpe... É porque sou professor. Não costumo lidar com essas somas aí. Mas R$1.500.000,00 em dinheiro vivo, no mínimo, é absolutamente temerário. E, para nós, restam absolutamente também misteriosos a origem e os caminhos dessa transação.

O Governador Marconi Perillo, pelo visto, foi enganado, porque ele recebeu em cheques. Alguém transformou esse dinheiro em cheques, lavando ou dando esse escopo, através de empresas ou pessoas como esse Leonardo Ramos. Tudo muito confuso; só agregou mistério ao que já é misterioso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu posso resolver?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois, durante a fala do próximo.

Eu quero passar a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Presidente, Sr. Relator. Sr. Walter, por gentileza. Tudo bem com o senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tudo bem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Walter, o senhor tem conta bancária em qual instituição?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não tenho conta bancária não. (*Risos*.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não tem conta bancária?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não tenho não. Aliás, tenho no Bradesco.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Bradesco. Qual agência?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nova Suíça.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A empresa Mestra tem conta bancária em algum lugar? O senhor é administrador dela.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tem, tem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual instituição?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – De cor eu não lembro não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Essa o senhor não lembra? Está certo. A empresa Mestra, o senhor sabe se ela tem uma conta bancária ou mais de uma?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não sabe? O senhor não é o administrador dela?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sou, mas de negócio. Contador é outra pessoa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Como é o nome do contador? O senhor já revelou.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Paulo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A empresa do senhor, a pessoa jurídica Padrão, tem conta bancária em qual instituição? O senhor sabe?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Bradesco.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só no Bradesco também?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. Esse dinheiro saiu da pessoa jurídica Padrão ou da Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu já respondi. Ficou de mandar para o Sr. Presidente toda a documentação...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, eu ouvi o que o senhor respondeu. Só gostaria que o senhor respondesse: saiu de qual empresa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não sabe?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei. Eu não sou o contador da empresa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor disse que foi pegar o dinheiro em algum lugar. Onde o senhor foi pegar o dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Não é total, não. Não é total. Mas já prometi ao Sr. Presidente mandar para ele, sem problema nenhum. Já veio, mas não chegou em tempo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quantas viagens o senhor fez?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não... Isso é... Fez o negócio em... propôs o negócio me parece que em fevereiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – E foi concluir o negócio em julho. São muitos meses para mandar dinheiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – De fevereiro a junho, o senhor começou a pegar o dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas, então, o senhor já tinha a intenção de fechar o negócio em julho?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi feita a proposta...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Em fevereiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E o senhor foi pegando o dinheiro aos poucos? É isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E o senhor carregava esse dinheiro em quê? Em caixa, em saco, em quê?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nota é coisica à toa, é coisa simples. (*Risos*.) Isso é... Carrega no carro. Carrega no carro. O senhor vai pegar uma caixinha deste tamanho e leva um milhão.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Walter, por gentileza, Sr. Walter, o senhor...

WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – *(Manifestação fora do microfone.)* Isso é brincadeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, aquele moço lá. Ele fez as mesmas perguntas, e eu já disse todas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (PT – SP) – Não é brincadeira, Sr. Walter. Todos os Senadores e Deputados têm o direito de fazer as perguntas.

Eu devolvo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Walter, como o Fiúza, o Lúcio Fiúza, chegou à casa do senhor? O senhor se recorda?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele chegou juntamente... *(Fora do microfone.)*. Desculpe-me, ele chegou juntamente com o Sr. Garcez e me apresentou: "Este é o moço do Governador, representando o Governador".

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo. Mas a casa do senhor tem filmadora?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não tem filmadora?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O condomínio em que o senhor mora é um condomínio fechado?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor recebeu o Lúcio Fiúza quantas vezes na sua casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Uma.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Uma vez?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E aí quem estava com ele pediu para o senhor entregar o dinheiro. E o senhor entregou a ele?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Entreguei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E eles saíram com essa coisinha pequena em caixa, em que carro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não lembro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não lembra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não lembro. Entreguei para ele, pus em cima da mesa, e se ele colocou na capanga ou foi num saquinho não lembro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. Ele entregou algum recibo ao senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Entregou.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Entregou um recibo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Entregou.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Entregou o recibo, os dois assinaram. Não foi um só que assinou. A todos os dois eu pedi para assinar. Assinaram o recibo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eles estavam com carro oficial ou com carro particular? O senhor se recorda?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, carro particular. Se fosse oficial, eu notava. Não...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Era carro particular?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Particular.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eles estavam com escolta policial, segurança? Um milhão e quinhentos...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não. Isso aí eu não...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não viu?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. Sem mais perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas mais uma...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu queria, se for possível,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Walter.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – ...mas eu queria responder ao nobre Deputado lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É o seguinte: o senhor indagou, mas não deixou que eu respondesse.

Tudo aquilo que o senhor disse aí é verdadeiro. Falei com ele, sim; falei com o menino. Aquilo que eu disse antes – "O que o senhor precisa para descansar, o que o senhor precisa para parar?" – quem me disse foi o Cachoeira num dos almoços. Ele chegou e perguntou: "Eu já ouvi falar que o senhor..." Ele falou: "O

senhor já arrumou tantos empregos por aí, o senhor já fez isso, já fez aquilo, já abriu faculdade, tal e tal, já ajudou muita gente."

Ainda perguntei: Como o senhor sabe disso? Ele falou assim: "Eu sou um homem informado". Aí depois ele brincou: "Nos seus discursos, sempre o senhor fala". E esse... Eu jantei uma vez na casa do Demóstenes. Foi quando pedi a ele para olhar o custo. Verdade também. Certo? Verdade também. O Cachoeira e o Demóstenes. Verdade.

O que mais o senhor disse que foi verdade?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – O partido, o vice, o PRTB, a negociação sobre a vice...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, vice... (*Risos*.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Vice do pré-candidato...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Falaram isso brincando: "Ah, se eu fosse candidato, você seria meu vice". Brincadeira! Eu não entendo de política, tanto que eu tive 5.219 votos e não fui eleito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu agora vou passar a palavra para o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas, como os ilustres Pares estão ajudando... As questões precisam ficar bem pontuadas.

Sr. Walter, o senhor disse aqui que assinou uma opção de compra da casa do Governador Marconi Perillo. O senhor sabe nos informar quando foi assinada essa opção de compra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não sei. Por isso é que eu mandei para vocês... Não chegou, mas eu vou devolver, vou buscar e vou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor mandou e falou março de 2012; o senhor disse para mim que não foi em março de 2012, pelo óbvio.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas quando foi? Fevereiro? Março? Abril?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não lembra. O senhor vai encaminhar...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu tenho o documento, eu tenho o documento...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor lembra se o Governador assinou essa opção de compra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não foi com o Governador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A casa era dele...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, a opção de compra, doutor, foi assinada para a Mestra, porque, depois da Mestra... Eu queria comprar da Mestra para a minha filha; não foi com o Governador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, eu confesso que, pelo que vi até agora do depoimento do Sr. Walter, as colocações foram bem claras quanto à aquisição do imóvel do Governador, quanto à intermediação feita pelo Sr. Wladmir Garcez. Aliás, isso não contraria nada do que foi dito pelo Governador, de que o imóvel foi vendido e passada a escritura para o Sr. Walter através da empresa Mestra.

Aquilo que disse, afirmou ou tentou fazer valer na condição de quem está preso e quer se defender – o Sr. Wladmir Garcez – me parece que toma um contexto menor, porque ele está na posição de quem está se defendendo. V. Sª e o Governador estão falando de um negócio realizado e, portanto, essa questão pode ser mais bem definida pelo próprio Governador Marconi, que virá aqui para falar sobre a questão dos cheques.

Ressalto a boa vontade de V. Sª em estar aqui hoje prestando depoimento, muitas vezes respondendo perguntas repetidas, não raras vezes respondendo perguntas que nada têm a ver, diga-se de passagem, com o escopo da CPI. Quando se fala que a CPI tem um objeto, presume-se que é sobre esse objeto que se vai perquirir. No entanto, quando não se conseguem as respostas que esperavam que V. Sª desse no sentido de desmontar todo um esquema, quando não acontece isso, voltam as perguntas deste tipo: "Como o senhor conseguiu a faculdade?", "Quantos anos o senhor demorou para conseguir essa faculdade?". São perguntas que nada têm a ver com esta CPI, na minha concepção. Talvez por ser legalista, eu esteja sempre voltado para aquilo que tem a ver com o negócio, com o envolvimento com o grupo criminoso do Sr. Carlos Cachoeira.

Eu queria tão somente, Sr. Presidente, agradecer a presença de V. Sª, a paciência de V. Sª. Ao não se lembrar de algumas coisas, V. Sª imediatamente disse "Não me lembro, mas o meu contador e o meu advogado vão encaminhar para esta CPI", isso é a maior demonstração de boa vontade. Eu agradeço a V. Sª, que foi o primeiro depoente, até o presente mo-

mento, que respondeu a tudo e de forma adequada. Agradeço a V. Sª.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobre Srs. Deputados, meu caro Sr. Walter Paulo de Oliveira, eu gostaria também de agradecer muito sua presença, a exemplo do que fez o Deputado Carlos Sampaio. Para nós era muito importante que o seu depoimento pudesse trazer um pouco mais de realidade àquilo que, muitas vezes, pela própria imprensa, pelos debates, podia parecer uma coisa, mas, quando a gente cai na realidade, a gente vê que é outra.

Eu tive oportunidade de prestar muita atenção a cada detalhe do seu depoimento. Pareceu-me um depoimento sincero, inclusive por colocar determinadas frases que, em minha opinião, mostram muito de sua história.

Eu quero dizer que ficou claro que, nessa questão da compra da casa, que eu tenho a impressão de ser o fulcro, o centro deste debate aqui na CPI, que precisava de um esclarecimento de quem participou desse negócio, e V. Sª como comprador do imóvel, pudesse dar efetivamente os caminhos que foram seguidos, não só na compra do imóvel, mas como: de onde saiu o dinheiro? Passando por sua mão, entrando na mão do representante do negócio e voltando ao proprietário do imóvel, o Governador Marconi Perillo.

Eu estou absolutamente convencido de como foi esse negócio... Absolutamente convencido! Foi um negócio como o de qualquer uma pessoa que quer vender um imóvel e procura um comprador, através de um representante encontrou, no senhor, esse comprador. Como o senhor conseguiu o dinheiro, isso é um outro problema. O que se discute aqui hoje é se houve ou não uma articulação atuando na direção de uma organização criminosa, que se utilizou dessa para poder realizar o negócio da venda do imóvel.

O senhor disse que nunca teve contato mais próximo com o Governador Marconi Perillo; que esse contato foi – me parece – uma vez. O senhor disse que houve o pagamento com o Sr. Wladmir Garcez e o Sr. Fiúza e pagou em dinheiro... Se o senhor tem de se haver ou não com a Receita Federal sobre como conseguiu o dinheiro, é uma outra questão. O que estamos discutindo aqui hoje é se esse negócio da compra do imóvel foi um negócio lícito ou foi um negócio ilícito. Essa é a grande questão!

A pergunta que eu gostaria de fazer a V. Sª, Sr. Walter Paulo, é uma só. Eu perguntaria o seguinte ao senhor... Ou melhor, são duas perguntas: O senhor considera que fez um negócio de boa-fé na compra desse imóvel?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim. Boa-fé.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor considera que o Sr. Marconi Perillo fez uma venda de boa-fé para o senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim. Boa-fé. E foi muito honesto comigo quando mandou, ao receber, ele mandou a escritura assinada... Assinada para mim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem. Era o que eu queria saber: se houve uma venda de boa-fé e se houve uma compra de boa-fé. O que aconteceu no meio dessa história é outra questão que muito provavelmente a CPI vai se debruçar e vai conseguir buscar detalhes disso e aí nós vamos ter, finalmente, um mosaico completo de como foi essa transação.

Queria agradecer a V. Sª e dizer que sua presença hoje aqui foi muito importante para ilustrar e dar informações sobre nossa investigação e sobre essa questão da organização criminosa "Carlos Cachoeira". Até onde esse negócio esteve envolvido com essa questão.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Muito obrigado ao senhor. Mas eu só queria fazer uma pequena explicação que não ficou bem entendido.

Eu não tive o contato só uma vez com o senhor Marconi... Nessa época de compra, em nenhuma vez. Mas ele já foi, durante esses 13 anos em que existe Faculdade Padrão, ele já foi a cinco formaturas da Faculdade Padrão. A gente não se conversa lá dentro... E ele foi a dois casamentos de meus filhos (de uma filha e de um filho). Ele foi a dois casamentos...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sim... Contatos sociais... Contatos sociais...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É... Ele... Em dois casamentos. Só para falar... No palácio é que eu disse que nunca fui ao palácio durante os oito anos em que ele ficou lá. Nunca fui!

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É isso o que eu queria dizer: o senhor não teve nenhum contato com ele como Governador de Estado no palácio...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não... Porque falam que eu tive alguma vantagem em relação à... E me candidatei também em um partido, convidado pelo Sr. Íris Rezende Machado, em um partido adverso do Governador.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

O próximo inscrito é o Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Paulo Teixeira; Sr. Relator, Odair Cunha.

Professor Walter Paulo, a minha pergunta inicial: Toda casa tem o pagamento de ITBI, que é o imposto sobre transação do mercado imobiliário. Isso é pago em um banco. O senhor, como administrador da empresa, pagou uma semana antes, um dia antes? Quando o senhor pagou o ITBI dessa casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi pago o ITBI, R$34 mil, R$38 mi – caro! – foi pago antes de registrar, antes de fazer o registro da casa, tem que pagar. Para fazer a escritura da casa, tem que pagar. Foi pago.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor pagou em dinheiro ou pagou em cheque?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Em dinheiro. Não é eu que faço, é as pessoas que trabalham comigo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Mas o dinheiro era do senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Em dinheiro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O cartório, a princípio, tem fé pública. Precisa ir lá assinar a escritura. Como o senhor fez isso? O senhor é o administrador; foi o senhor que assinou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, o proprietário da empresa. Eu administro os bens da empresa. Agora, o vendedor...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Quer dizer, então, que o senhor administra, tem a procuração, tem uma ata de reunião, que é o senhor que faz, mas não é o senhor que assina?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Escrituras, não, senão o bem... Quem tem de assinar é quem vende. Quem compra tem que pagar...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não. Quem compra também tem de assinar, sim. E, a princípio, tem que ir ao cartório. Não se permite sair a escritura do cartório, porque é fé pública. E tem que ser lá no cartório. O senhor foi lá assinar?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. O proprietário. Os meus poderes não é para assinar esse tipo de documento. É para administrar a empresa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Muito bem. A Srª Sejana Martins era sócia dessa empresa também?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Era bem antes do negócio.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ela não saiu da sociedade alguns dias depois, não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, foi registrado na junta comercial poucos dias depois, mas sair ela já tinha saído bem antes.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Mas como se sai antes sem estar registrado?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, a pessoa assina o documento pedindo para sair. Foi na junta comercial, houve um probleminha, aí voltou. Aí, demorou uns dias para sair da junta comercial, mas ela pediu para sair antes.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – OK. O senhor confirma novamente que comprou a casa do Governador?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Do Governador.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Muito bem. O senhor não tomou posse dessa casa até o período de fevereiro, como o senhor está dizendo, que foi seu último minuto. Então, a posse ainda não era sua, não é isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, ele não me entregou a casa, mas foi conversado comigo que precisava de 45 dias, enquanto a casa de uma amiga dele ia sair. Não falou o nome da amiga. Naquele tempo, estava mais estranho, mas também nunca me interesse pela vida dos outros. Ele só falou "amiga minha", e eu não perguntei quem era a amiga e nem nada.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Isso, no seu entendimento, então, a casa continuava com o Governador e, automaticamente, a pessoa que estava lá estava autorizada pelo proprietário da casa, que não lhe deu a posse, é isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O proprietário da casa era a Mestra, e a Mestra comprou, pagou, pegou a escritura e deixou o senhor Wladmir colocar essa amiga dele. Agora, durante o tempo em que a casa estava emprestada é que disse nunca fui lá, não conheço a moça – só pelos jornais – não conheço a moça que estava lá. Ela foi autorizada pela Mestra. Na minha pessoa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor disse que nos últimos treze anos, o senhor teve cem mil alunos que tiveram bolsa universitária.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. O Governo, dando essas bolsas universitárias, já beneficiou cem mil alunos em todo o Estado de Goiás, segundo notícias de jornais.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Desses, quantos estiveram na sua universidade?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei, muito poucos. A minha faculdade tem

condição de pegar bastante porque os alunos que vão lá são mais carentes, apesar de os prédios serem muito bons, de a estrutura ser boa, os professores serem bons, mas a localização é mais carente. Então, lá precisaria ter mais alunos, mas isso é classificado pela OVG; a gente não participa, nem mesmo políticos participam lá dentro. São só eles e a gente não sabe.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sobre essa moça que o senhor diz que estava na residência nesse período todo em que a casa era sua e que, depois, o senhor veio a saber quem era, o senhor poderia nos informar quem era?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Andressa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Muito bem. Não tenho mais nada a perguntar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Muito obrigado, Deputado.

Passo ao próximo inscrito, que é o Deputado Sílvio Costa, por dez minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu pediria que melhorassem o som, por favor. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, nós já tentamos ouvir o professor, ele ficou calado; tentamos ouvir o doutor, ele ficou calado; e, hoje, nós estamos ouvindo o reitor.

A primeira pergunta que faço a V. Sª, partindo do princípio de que o senhor, como reitor, teria que ser profundamente didático e profundamente pedagógico – e, como educador, V. Sª tem a obrigação de falar a verdade para as pessoas, por mais dura que ela seja – é a seguinte: o Governador Perillo diz que recebeu quatro cheques...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Bom; três ou quatro. A essa altura, bom...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu não atrapalhei a fala de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço que se mantenha a atenção ao orador.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Estou calmo, exatamente igual a Che Guevara: eu vou ser duro sem perder a ternura.

A pergunta é: o Governador Perillo disse que recebeu três cheques. O senhor diz que pagou em espécie, ao vivo e em cores. Quem está mentindo? O senhor ou o Perillo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não diria isso nunca a uma autoridade, porém eu paguei em dinheiro e não sei nada de cheques, como já disse várias vezes. Não sei nada de cheques, não dei cheque, não conheço esse moço do cheque e tenho o recibo onde reza que a pessoa recebeu em dinheiro, em moeda corrente do País.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, essa foi a melhor forma que o senhor encontrou de dizer, didaticamente, que o mentiroso é o Governador.

Então, esse é o padrão Cachoeira de inverdades. É impossível, Sr. Reitor, qualquer pessoa de bom senso acreditar na veracidade da sua história.

Segunda pergunta... Explique-me, convença-me pelo amor de Deus. O senhor, lá atrás, disse que iria perguntar ao contador qual foi a empresa a que ele pediu dinheiro emprestado. O senhor disse lá atrás e eu prestei atenção. Depois, o senhor disse que foi a Faculdade Padrão que pagou. Eu tenho que acreditar no senhor de uma hora atrás ou agora? Quem pagou foi a Padrão ou outra empresa sua?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu pergunto ao Sr. Presidente o seguinte: Vocês me convidaram aqui para falar sobre dois assuntos, e diversificou-se para outros assuntos que nada tem que ver... Eu só quero saber qual é a verdade.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor está com medo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Eu quero só dizer que as perguntas que estão sendo feitas pelo nobre Deputado estão dentro do escopo.

Pode continuar, Deputado Silvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não; eu quero que ele responda.

Qual foi a empresa que pagou? Quem lhe emprestou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sr. Deputado, eu disse várias vezes, mas vou repetir mais uma vez: os documentos já vieram; não estão nas mãos do Presidente, mas virão novamente. Declaração de Imposto de Renda foi feita; não é nada que se vai fazer amanhã para entregar, coisa passada... E vou mandar tudo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Bom; tudo bem.

O senhor acha razoável que um educador, um reitor pague em saquinho ou em sacolinha uma casa de um milhão e meio de reais? Por que o senhor não pagou em cheque? Responda-me por que o senhor não pagou em cheque?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não o quê?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não tenho costume de pagar em cheque; não quis pagar em cheque...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como é? O senhor não tem costume de pagar em cheque?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como é que o senhor paga os seus professores?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – No banco, mas cada um tem sua conta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, no banco. Como o senhor paga seus funcionários?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, apenas pedir que V. Exª possa fazê-lo num tom...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, é o seguinte: eu não estou sendo agressivo. Tudo o que eu faço na minha vida eu faço com emoção. Eu estou emocionado. Não estou sendo mal-educado. Agora, eu quero mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas eu só peço a V. Exª o tom.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, Presidente. Eu vou abaixar o tom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Devolvida a palavra a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como o senhor paga os seus professores? No banco. O senhor paga os seus alunos... Recebe dos seus alunos como?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Em dinheiro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Em dinheiro dos seus alunos?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eles não pagam no banco não? Quer dizer que todo aluno que está pagando paga em espécie?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Paga no banco.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O aluno?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Pegam o carnê do ano inteiro, vão às agências e pagam no banco.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E pagam no banco. Então, o senhor paga os professores no banco; o senhor paga os funcionários no banco; recebe dos alunos no banco; e paga 1,5 milhão de uma casa bulindo, à vista.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o senhor quer que a gente acredite nisso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não quero que acredite, só que estou aqui para falar a verdade. Acredite ou não, eu estou aqui para falar a verdade. Em 70 anos de idade que tive, nunca fui chamado de mentiroso. E gostaria de respeitar todos e merecer o respeito de todos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu não chamei V. Exª de mentiroso. Eu perguntei quem estava mentindo. Eu falei no gerúndio, inclusive. Repito: quem está mentindo? O Sr. Perillo... Alguém está mentindo. Alguém está mentindo, porque um diz que foi em cheque, e outro diz que pagou em dinheiro.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu gostaria...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite. V. Exª tem conduzido com todo o rigor, com toda a precisão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, peço a V. Exª, porque temos ainda outros Deputados que vão fazer as suas oitivas, serenidade nas perguntas. E vamos prosseguir.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas estou sereno, Presidente. Agora, eu tenho que ficar indignado diante de tamanho teatro, Presidente. Esta CPI não merece isso, Presidente. A gente tem que se dar o respeito, Presidente. A gente não pode deixar um reitor, um educador estar aqui com uma história falaciosa, tentando mostrar ao Brasil aquilo que não existe, e a gente, evidentemente, dar uma de senhor da calma. Eu não posso ficar calmo diante de uma coisa estapafúrdia como essa. Eu tenho mais cinco perguntas a V. Exª.

Terceira pergunta: o senhor, pelo menos, foi com Perillo olhar a casa, ver os quartos, como qualquer ser humano normal faz, ver os quartos, olhar os carros? O senhor foi lá?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Fui com o Sr. Garcez.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Com o Sr. Garcez?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. A dona Andressa estava na casa quando o senhor foi lá?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Não a conheço, e todos sabem disso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não estava na casa lá.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não a conheço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não tinha ninguém na casa. O Sr. Garcez pegou a casa, fechadinha, e foi lá.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Verdade.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Verdade. Muito bem. O senhor pegou R$1,5 milhão e deu a Garcez: está aqui o dinheiro, leve. E pegou o recibo. Esse recibo, evidentemente, de compra foi assinado por quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sr. Lúcio Fiúza e Sr. Garcez. Lúcio Fiúza disse que representava o Sr. Governador...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah, muito bem. Fiúza representava o Governador. O senhor pediu algum documento de representação dele do Governador?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não pedi, mas ele mostrou. Ele mostrou.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ele mostrou um documento?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Mostrou, mas não pedi não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero que esse

Fiúza mostre esse documento aqui, Sr. Presidente. Ele mostrou, né, o documento ao senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Já tem o recibo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, recibo não. Eu, agora, quero ver esse documento que o Sr. Fiúza é o representante legal do Sr. Perillo, porque o senhor disse aí.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu disse que ele mostrou documento que ele era o Sr. Fiúza.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, não. O senhor não disse isso não.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O documento do Governador...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor não disse isso não. O senhor disse que ele mostrou um documento... Não, não. Calma, Presidente. Presidente, está indo bem. Calma.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É porque está misturando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, não. Olhe, o senhor disse... A não ser que o senhor diga assim: eu retiro. Mas o senhor disse que o Sr. Fiúza apresentou um documento que representava Perillo. O senhor mantém ou retira?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não mantenho e nem retiro. Eu gostaria que passasse a gravação de que eu disse que fulano representava governador. Eu disse que ele vem representando o Governador, mas não que documento que mostrava... Mas existe a gravação para desmentir quem estiver mentindo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. Diga-me uma coisa: o senhor, pelo menos, quando foi entregar o um milhão e meio, pelo menos, ligou para Perillo: Governador... Ou, então, para um capitão, porque os governadores sempre... "Capitão, eu quero falar com o governador. Eu estou entregando R$1,5 milhão aqui a duas pessoas". O senhor ligou para o governador pelo menos?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não? Meu Deus do céu!

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – No nosso meio existe honestidade, no nosso meio existe credibilidade. Eu falo porque eu estou nesse meio e jamais diria isso, jamais faria isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pois eu quero dizer ao senhor uma coisa. Eu sou professor, meus filhos têm uma rede de escolas lá em Pernambuco, eu tenho mais de oito mil alunos – não sou dono de faculdade – e jamais eu iria me comportar como o senhor se comportou.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Aprendi com o senhor, vou aprender.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Na verdade, eu gostei. O seu depoimento faz a CPI avançar, e muito esta CPI vai avançar, porque, na verdade, o senhor está aqui hoje como testemunha de acusação do Governador Perillo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Silvio Costa.

O próximo inscrito é o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Cumprimento o senhor pela exposição que fez, pela maneira como o senhor está respondendo as perguntas. Quem dera todo mundo colaborasse como o senhor está colaborando.

Eu tomei conhecimento aqui de que o senhor é o controlador da Faculdade Padrão. Deve ser uma instituição sem fins lucrativos, quase todas são. A Faculdade Padrão é sem fins lucrativos?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, tem fins lucrativos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem fins lucrativos. Então, os imóveis que são comprados pela Padrão ficam em nome da Padrão. O senhor não compra imóveis para alugar à Padrão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não tem nenhum assim. Então, o senhor, quando comprou essa casa, fez um negócio imobiliário. Aliás, o senhor é tido

como um grande negociador, porque dizem que essa casa estava sendo oferecida por R$1,7 milhão e o senhor disse que só comprava R$1,4 milhão, fincou o pé. Tentaram vender por R$1,5 milhão, mas o senhor insistiu que era R$1,4 milhão e comprou por esse valor. O senhor é um bom negociador.

Qual é o problema? O único problema não está com o senhor, o problema está com o Governador Marconi Perillo. O que me surpreende até é que o senhor disse que comprou pagando em dinheiro. É pouco comum? É pouco comum, mas a pessoa tem essa opção e não está trabalhando fora da lei, está trabalhando dentro da lei. Quer dizer, a circulação de moeda não é uma ilegalidade, é um padrão de legalidade. Há certos riscos, claro, há muitos assaltos por aí, mas não é uma ilegalidade. O que acontece é que o governador já declarou em mais de uma oportunidade que vendeu a casa e que, nessa operação de venda, recebeu três cheques.

Então, é muito simples o que eu quero que o senhor confirme: o senhor comprou a casa e pagou a casa em dinheiro vivo e jamais emitiu três cheques nessa transação? Jamais emitiu um cheque ou dois ou quatro? Pelo que eu entendi, jamais emitiu qualquer cheque nessa transação e pagou em dinheiro essa casa ao preposto do governador. O senhor sabia que o Wladimir... Parece-me que foi ao Wladimir Garcez que o senhor pagou...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É, a ele e ao Sr. Lúcio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Lúcio era o que nisso aí?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Para mim, foi como representante do Sr. Governador.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor não sabe se ele tinha cargo no Governo do Estado?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Cargo, não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não sabe o sobrenome dele também? Lúcio de quê? Eu vi que, no começo, perguntaram-lhe e o senhor disse que não lembrava, mas, às vezes, estas coisas acontecem: a gente não lembra num momento, lembra no outro...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Lúcio Fiúza eu tenho certeza, ele mostrou lá que se chamava Lúcio Fiúza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele mostrou o que para o senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Um documento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Era um crachá?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, crachá não. Era um documento dele, uma identidade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Uma identidade normal, que não era uma credencial do Governo do Estado?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. E eu estou lembrando de mais uma coisa. No dia ainda me disse que era irmão de uma pessoa, parece-me... Um que já foi diretor do Banco do Estado de Goiás... Quando ele diz que era desse... dessa pessoa: Goutier... Eu lembrei e falei: "Nossa, esse homem, há 40 anos (atrás), ele mexia com o futebol amador e me ajudava muito com as taxas, com os campeonatos... Nossa! Eu não sabia... Ainda houve essa estória... Ficou mais creditado...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele dava as taças?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Senhor?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele dava as taças, não é?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O irmão dele.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Era o Goutier?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O Goutier, é...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E essa família Goutier... Ele é Fiúza Goutier, não é isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Lúcio Fiúza Goutier... Eles são tradicionais, Senador Alvaro Dias. Obrigado...

Eles são tradicionais lá em Goiás... São tradicionais, são pessoas conhecidas.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – São. São tradicionais... Quando falou o nome do irmão dele e uma pessoa que eu conheci e que me beneficiava com os troféus, porque nessa época eu era líder do futebol e fazia campeonatos (desculpe...) e então todos os jornais soltavam. Fui considerado o melhor diretor de esporte do Estado de Goiás em 68, e ele me ajudava com os troféus.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sei. E o senhor manteve uma relação com essa família ao longo desse tempo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essas coisas da vida que, de repente, as pessoas perdem...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tudo passa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nem tudo... (risos). Mas, às vezes, algumas coisas passam.

Então, o Lúcio Fiúza Goutier, você tinha certeza de que era uma pessoa enviada pelo Governador.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi quando o rapaz chegou e me falou: ele (fulano) é o representante do Governador que o senhor exigiu, não é? Eu falei: "Não... Tudo bem..." Aí ele já tirou um documentozinho, mostrou, leu o nome dele e disse... Eu falei... Quando ele falou: "Goutier...". Eu falei: "Mas, Goutier... Você não é parente daquela pessoa que já foi diretor do Banco do Estado de Goiás?"

– "Sou".

Eu falei: "Nossa! Aquele homem...". Aí ele me contou o que o irmão dele está fazendo hoje e tal...".

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E o senhor recebeu dele... Ele lhe passou um recibo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Passou.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E foi uma entrega só: de um milhão e quatrocentos. Me parece...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi uma entrega só...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quer dizer: o senhor foi sacando devagar do banco...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Não foi do banco... Quanto a isso, eu gostaria de não tocar nesse assunto agora...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não... Tudo bem... Nós estamos sendo... O senhor está colaborando e está sendo bem tratado aqui... Nesta Comissão...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É muito bem-vindo aqui. Se quiser voltar outra vez também pode. Pode mandar esses documentos, com calma, para nós...

O senhor não retirou do banco... esse dinheiro

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Repita, por favor:

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor não retirou do banco esse dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas esse dinheiro chegou a ser contabilizado em sua empresa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, perfeito. Total, total!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele é um dinheiro contabilizado...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Contabilizado. A empresa, doutor, só para deixar mais claro, a escola que dá bolsas de estudo, projeto do Governador... Do Presidente da República que dá bolsas de estudo – o ProUni – não paga imposto de renda. Não teria motivo nenhum de a pessoa deixar de contabilizar qualquer coisa que saia daquela empresa. Ela não paga imposto de renda. O que ela paga é simplesmente o SSQN. E nossa empresa, todos os anos, inclusive na semana passada, todos os anos recebe o troféu de maior pagador de impostos à Prefeitura de Goiânia.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Parabéns!

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Todos os anos nós recebemos. Na semana passada, referente ao ano que passou, nós recebemos outro troféu.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Parabéns! Então, está explicado como o dinheiro entra. Agora, para sair não tem uma nota fiscal?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tem... Tem... É contabilizado, vai para a Receita Federal, parte a partezinha que é da Receita Federal...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu digo... Para sacar o dinheiro, o senhor sacava a título de quê? De uso próprio? Só isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não... Foi o que eu disse: eu não faço tudo sozinho. Tem o departamento de pagamento, um departamento de contabilidade... Eu já falei... Eu já falei...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Numa boa, aqui... Porque não é pouco o dinheiro... O senhor se lembra em quantas parcelas o senhor tirou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Lembro, não... Os meses todos... Agora, eu queria responder ao senhor uma outra coisa. Quanto aos cheques do Sr. Governador, eu fiquei sabendo, por intermédio de jornais, que existe uma diferença muito grande de janeiro, fevereiro ou março, não sei... que ele recebeu esse cheque. Quanto a nós, nós pagamos em julho, e vi pelos jornais que ele recebeu os cheques muito antes. Não passou por nós esses cheques.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O cheque pode ser outra coisa que não a casa, também. Ninguém está obrigado a ...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Mas não passou por nós esses cheques, não, está?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está certo. Agora, essa casa está em seu nome?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A empresa Mestra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Até hoje? Empresa Mestra.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. É dela.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Fico com dificuldade às vezes porque eu gosto de olhar para as pessoas.

Em nome da Mestra.

Mas, a senhora do Cachoeira ficou morando lá por um período. E hoje, quem está morando lá, por favor; parece que é uma filha sua até?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Eles põem palavras na gente. Não, não é minha filha. Mas, eu já recebi a casa, já recebi a casa. troquei as fechaduras da casa e está comigo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A casa está vazia?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Está vazia.

Senador, nós não temos interesse mais nessa casa. agora é ver se encontra R$1.7 milhão, R$1.8 milhão para vender. Ela deu muito problema para a gente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor agora só vende por R$1.8 milhão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – R$1.7 milhão para cima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, para a sua conclusão. O tempo de V. Exª terminou.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ela ficou famosa, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito famosa. Agora, acho que o senhor pode ser um bom consultor imobiliário. Mas, a casa deve estar dando algum prejuízo hoje porque está vazia, e isso vai fazer cair o preço.

O senhor acha, tem alguma hipótese de essa casa ter sido emprestada ... Á senhora do Cachoeira, no período – isso me parece que está claro. Eu não digo o nome porque realmente não me ocorre aqui. Mas, ele morava no apartamento dele, não é?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O senhor está falando o Cachoeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É, o Carlinhos Cachoeira.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas sabe se ele estava construindo uma outra casa nesse condomínio?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O rapaz me disse que quem estava construindo era uma amiga dele e que queria ficar na casa 45 dias, até que entregasse.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa amiga que ficou na sua casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A amiga dele que ficou na casa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ela que estava construindo a casa lá?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. Eu não perguntei o nome porque eu pensei até que poderia ser uma namoradinha...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora há pouco o senhor disse; Andressa, me parece.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É, mas fiquei sabendo depois, pelos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para a conclusão, Deputado Miro Teixeira. O tempo de V. Exª se esgotou.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para mim está claro, está muito claro que o Sr. Walter, que merece os nossos cumprimentos aqui, pela maneira aberta como conversou conosco, ele pagou por esta casa em dinheiro, e disso ele não abre mão. Essa casa tem escritura em nome da empresa. Essa casa está desocupada no momento. Nessa casa esteve hospedada a Srª Andressa – o que não é um problema nosso também, da Comissão.

Eu agradeço muito. Foi muito esclarecedor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Miro Teixeira.

Passo a palavra agora ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Walter, o senhor relatou aqui que era o administrador da empresa Mestra, no entanto, o senhor não sabe a quantidade de contas bancárias que essa empresa tem. O senhor não sabe o nome completo do contador que viabilizou os empréstimos que recolheu para a compra da casa. Mas, mesmo assim, o senhor se considera um bom administrador, tanto é que pôde construir um enorme patrimônio. Então, é isso mesmo, o senhor não sabe quantas contas bancárias nem o nome completo do contador? O senhor só sabe o primeiro nome, que é Paulo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele se chama Paulo e trabalha dentro da empresa; o escritório dele é dentro da empresa, da faculdade, e está lá durante o tempo todo com a equipe dele. Eu na fico ... Entrei na sala dele uma vez durante todo o tempo em que ele trabalha na empresa. Eu fico no meu trabalho e deixo todos trabalharem. Não entro em sala de aula para vigiar professores.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Outra questão é que o senhor relatou aqui que o senhor só teve contato com o Sr. Cachoeira socialmente. É isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – E como explicar que a empresa mãe do seu negócio, a universidade, como o senhor explica que nas gravações da Polícia Federal, o Sr. Carlinhos Cachoeira conversa com o Sr. Gleyb Ferreira da Cruz sobre processos envolvendo a Caps Administrações e Participação, que pertence ao filho de V. Sª? E Cachoeira demonstra intenção de ajudá-lo. V. Sª pediu ao Cachoeira para ajudar? Como que explica, se só tinha uma relação social com ele, que ele estava interessado em resolver os problemas da universidade?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu já disse aqui que, certa feita, o Sr. Cachoeira me disse: "O senhor, que já está com esta idade, já fez isso, já fez aquilo, já arrumou 30 mil empregos, já abriu tantas faculdades por aí, o que mais falta para o senhor descansar?" Aí eu disse que faltava o curso. E, por aí, ele começou a querer me ajudar. E, quando o ilustre Deputado ou Senador, não me lembro bem, disse, eu quis responder, aí o Presidente falou: "Depois responde".

Então, queria dizer que tudo aquilo que ele disse é verdade. Conversei com o Cachoeira, pedi ao Senador Demóstenes para me dar uma força.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Agora, numa outra interceptação da Polícia Federal, já divulgada pela imprensa, o Cachoeira aciona o Demóstenes e pede para que ele possa interferir junto ao Presidente da Associação Goiana do Ministério Público, o Sr. Alencar José Vital, acerca de uma decisão do Ministério da Educação que estava indo contra a Faculdade Padrão. Então, pelo jeito, ele tinha um amplo conhecimento do dia a dia da universidade, dos problemas da universidade. E mesmo sem o senhor pedir, ele se colocava como um advogado da universidade para resolver os problemas?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Refere-se ao mesmo curso, doutor. O mesmo curso, o curso de Medicina, que estava sendo acionado. Então, é o mesmo curso, é a mesma coisa. Tudo é um curso só: é o curso de Medicina, que inclusive o Demóstenes também pediu.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Porque essa é uma forma de administrar meio que por telepatia, não é?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – É tudo meio por telepatia. O senhor não sabe o número de contas bancárias que existe; não sabe o nome do contador, só foi à sala dele uma vez; não sabe o nome todo. Aí, o Cachoeira, telepaticamente, conhece todos os problemas e quer resolver o problema da universidade. É só uma preocupação com o nível da educação de Goiânia.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Olha, uma empresa não depende de um homem. O administrador comercial é uma pessoa. Sou eu. O administrador comercial. Eu não mexo com contabilidade, eu não mexo com pagamento, com recebimentos. Então, não é só um homem que administra a parte comercial, que faz tudo de trabalho numa empresa. Tem muita gente. Existe contador, existe contínuo. A gente não faz tudo. Mas tudo que for preciso, eu mando, trago, entrego ao Sr. Presidente. Sem problema nenhum, porque lá não tem nada errado. Nada, nada.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – E o senhor, em relação a essa ação do Sr. Cachoeira para buscar ajudá-lo em relação às universidades, nesse período, não houve nenhuma conversa do senhor com ele. Ele agia... Como é que o senhor se mantinha informado dessa ação política dele para ajudá-lo quanto à legalização das suas universidades?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi quando eu estava na churrascaria. Ele chegou me perguntando o que faltava... Eu já respondi várias vezes, mas não me importo, se não cansar os colegas de vocês...

Então, o seguinte, perguntou: "O senhor já trabalhou muito, já fez isso, fez aquilo, fez aquilo outro. Quando o senhor vai descansar?" Aí eu disse: "Quando conseguir um curso de Medicina para o povo do Estado de Goiás, que tem necessidade. E a nossa escola tem todos os laboratórios, tudo, tudo, tudo. Só não temos força política. E, hoje, talvez, precisemos de força política. Uma pessoa humilde como eu, dentro do MEC, não consegue as coisas. Talvez, eu precise de força política. E peço a todos vocês – nada há de errado –, se vocês representam o povo: ajudem Goiás, ajudem-nos, ajudem outra faculdade, para haver mais cursos de Medicina.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Está o.k..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder. É um assunto relevante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª tem a palavra como Líder por três minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Peço paciência aos nobres Pares, porque o assunto é relevante.

Quero pedir a V. Exª, Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou ouvindo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É importante que o senhor ouça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu o estou ouvindo. O senhor falou "Sr. Presidente"; depois, o senhor repetiu "Sr. Presidente". Depois, o senhor disse "é importante que o senhor ouça". Ouvi tudo que o senhor falou.

Com a palavra, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – V. Exª tem o dom da onipresença. Eu não sabia disso. Mas, de qualquer forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou presente aqui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tem o dom não só da onipresença, não é? Percebe-se mais que isso.

Mas, Sr. Presidente, é o seguinte: o depoente, a testemunha Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago mentiu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Daí a atenção que pedi a V. Exª. Peço que mande lavrar seja uma queixa na Polícia Civil, seja um termo da CPI para o Ministério Público.

Ele disse que não tinha negócios, não tinha nenhuma relação na compra do comodato do Jóquei Clube de Goiás. Mas, aqui, há um documento em que ele não só comprou, como também pagou. Ele assina como testemunha na compra desse contrato realizado. Quem entregou a propriedade foi o Sr. Joaquim Divino Rodrigues Naves, Presidente do Jóquei Clube de Goiás; quem a recebeu foi o Sr. Ebraim Oliveira Arantes, por ele autorizado para receber o documento dessa propriedade; e quem assina pela empresa dele é o Sr. Alex Marcório Santiago, filho dele, Diretor-Presidente da empresa Faculdade Padrão.

Sr. Presidente, inclusive, aqui estão demonstrados os valores.

Sr. Relator, isto é importante: há a demonstração dos valores dos pagamentos realizados, os reconhecimentos de firma desse contrato estabelecido à época e o recibo de R$2,435 milhões, assinado pelo Sr. Alexandre Arantes, por ele designado em depoimento realizado à Polícia Civil. Está aqui o documento em que ele indica o Sr. Alexandre Arantes para, em nome da Faculdade, fazer o recebimento e os pagamentos dessa compra.

Daí peço a V. Exª, Sr. Presidente, a lavratura do devido termo seja à Polícia Civil ou ao Ministério Público, para que tomem providências, porque ele cometeu perjúrio perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou pedir essas provas a V. Exª, para fazermos uma análise técnica do depoimento e das provas apresentadas por V. Exª.

Eu gostaria de saber se o Sr. Walter Paulo de Oliveira gostaria de responder à questão.

Na verdade, o Deputado falou como líder, mas V. Sª pode responder a essa questão, que é uma questão presente na Comissão.

O advogado, regimentalmente, tem direito a...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele pode retificar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou conceder a palavra ao Sr. Walter Paulo.

Não tenho o cartão de V. Sª. Se V. Sª pudesse nos dar o cartão, para nos dizer o nome do advogado.

Primeiro, concedo a palavra ao Sr. Walter Paulo de Oliveira, para se pronunciar sobre a questão levantada pelo Deputado Rubens Bueno.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pode-se oferecer a oportunidade de retificação ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ah, muito bem!

O Deputado Miro Teixeira lembra que V. Sª pode retificar a sua afirmação.

Antes de o Dr. Nilson falar, vou conceder a palavra ao Sr. Walter Paulo, para que ele possa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, perdoe-me, mas quero levantar uma questão de ordem: o advogado pode falar no momento em que entender pertinente. Ele pode falar antes da fala do depoente. É importante ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom. É que, na verdade, concedi a palavra ao Sr. Walter Paulo, que já poderia passar a palavra a ele. Eu não sabia que ele queria falar antes.

Então, quero perguntar ao Sr. Walter Paulo se quer falar antes ou depois do seu advogado.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele pode falar primeiro. Depois, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, fica concedida a palavra ao Sr. Nilson Pedro.

O SR. NILSON PEDRO DA SILVA – Sou Nilson Pedro, OAB nº 22.008/GO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. NILSON PEDRO DA SILVA – Eu quero explicar aos senhores que nós temos um contrato de comodato com o Jóquei Clube. Não houve venda porque a área do jóquei jamais poderia ser vendida, porque é uma doação feita pela família Coimbra Bueno e, em caso de venda, ela retornaria à família. Nós temos um comodato de exploração das áreas ociosas por 20 anos, podendo ser renovada por mais 20 anos e, nes-

se período, o que houve lá e não foi questionado aqui é se houve venda de títulos. Na época, emitiram os títulos e foi adquirida parte, pelos filhos do Prof. Walter, desses títulos, não a área.

O que nós temos, e já foi bem discutido em um processo na 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, que eu posso passar o número para o senhor ter acesso na Internet... E eu fui advogado nesse processo e nós comprovamos a legalidade de todo o negócio.

Então, nós não estamos aqui... Ele não mentiu hora alguma que adquiriu área do Jóquei Clube e, sim, títulos do Jóquei Clube. E existe um processo que tramita na 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu só gostaria de reafirmar que, neste documento que a Excelência leu, não existe venda, não existe compra. Tenho certeza. E ele colocou as palavras que nós havíamos comprado. Eu gostaria de ver onde está escrito "compra".

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu perguntei ao senhor, naquela ocasião, se o senhor tinha alguma atividade comercial, alguma relação de negócio, e o senhor disse que não tinha.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Com quem? Cachoeira? Não tenho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com as pessoas que eu citei do Jóquei Clube.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, está se abrindo para o depoente nova oportunidade de perguntas. Tenho vou querer nova oportunidade de pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos... Já está esgotado o tempo...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, Presidente. Só um minutinho.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se ele tem um minuto, todos têm um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa questão, eu quero dialogar aqui com o Deputado Rubens Bueno. V. Exª disse que o depoente mentiu, porque ele negou uma relação comercial com o Sr. Carlos Cachoeira e V. Exª trouxe comprovações dessa relação comercial.

V. Exª falou no tempo de líder. Portanto, no tempo de líder, ainda que já esgotado, não cabe perguntas ao depoente, ainda que V. Exª tenha usado como primeiro requerente. Agora, o fato que V. Exª trouxe ao debate é um fato relevante e, portanto, fica registrado que pode ser reperguntado, inclusive por V. Exª ao se reinscrever, por outro Deputado ou mesmo pelo Relator. Então, eu só quero...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, só para concluir. Não, eu não perguntei a ele nem ao advogado que respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor afirmou.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu afirmei a V. Exª, Presidente, chamando a atenção para a gravidade deste tema que estamos tratando. E há um segundo ponto: ele disse que não tinha negócio com o Sr. Nazir Angelo, que é um ítalo-israelense que tem grandes negócios em Goiás, e aqui está a prova de uma entrevista do Sr. Nazir, que é sócio da Faculdade Padrão. Está aqui documentado. Então, é preciso deixar claro ao Relator e a V. Exª, para que a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é com ele que eu quero tratar, é com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está certo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu quero que a Mesa tome providências com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos recolher esses dois documentos e fazer uma análise pericial deles. Eu vou entregá-los ao Sr. Relator para uma análise pericial, tendo em vista a afirmativa de V. Exª, que é uma afirmativa, digamos assim, grave e que precisa ser...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só lembro que a providência tem que ser tomada por V. Exª, caso confirmada a afirmação aqui feita pelo Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou fazer uma análise desses textos. Mas eu gostaria, então, de fazer... Só um minutinho.

O Deputado Rubens Bueno levantou uma questão de ordem ao Presidente. Ele disse que há uma relação negocial entre o depoente Walter Paulo de Oliveira Santiago e o Sr. Carlos Cachoeira e ele localiza essa relação negocial nesse terreno do Jóquei Clube. Essa é uma questão que ele trouxe.

A segunda questão que ele trouxe foi que ele teria perguntado se V. Sª manteve alguma relação negocial com uma pessoa de nome Nazir Angelo. V. Sª disse que nunca manteve relação negocial com o Sr. Nazir Angelo, e ele traz um documento, uma reportagem dizendo que houve uma relação negocial entre o senhor e o Sr. Nazir Angelo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Através da empresa Perlatenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu vou devolver a palavra para as explicações do senhor em relação a essas duas relações negociais,

ainda que indiretas: se houve relação negocial nesse terreno do Jóquei envolvendo o Sr. Carlos Cachoeira e se o senhor manteve relação negocial com esse cidadão chamado Nazir.

Passo a palavra ao senhor.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Primeiro, o Sr. Carlos Cachoeira. Eu nem sabia que o Sr. Carlos Cachoeira fosse dono do Jóquei Clube, que foi inaugurado em 1930. Eu não sabia que ele era proprietário do Jóquei Clube. Então, eu repito que não tive negócio. E segundo, que nós nunca compramos o Jóquei Clube. Compramos, temos um contrato para explorar a parte educacional lá dentro, a parte ociosa, com educação. Começamos fazer 32 salas. As 32 salas estão prontas dentro do Jóquei, mas, por causa do disse me disse, nós nem estamos usando as 32 salas lá dentro do Jóquei, certo?

Segundo, o Sr. Nazir, ficamos sabemos que ele publicou isso aí. Publicamos outro, de imediato, que não tínhamos negócio nem tínhamos interesse em fazer negócio com ninguém, porque a nossa instituição é uma instituição de família, não está... É da família nossa. Comecei com a minha esposa em 1973; compramos os lotes fiados, depois pagando lentamente um, outro e outro, construindo sala por sala, colocando o Colégio Padrão Universitário sala por sala até chegar aonde nós chegamos. De 1973 até hoje foi toda a minha mocidade, toda minha vida. Repetindo: colocamos um contra ao Sr. Nazir – ou um contra a todo mundo – que não estava à venda por ser um patrimônio de família e nunca vendemos faculdade para Sr. Nazir. Ficamos sabendo desse negócio no jornal mesmo. E o outro, do outro rapaz que eu já disse, eu nem sabia que ele era dono de Jóquei. E acho que tem um engano nisso aí, porque o Jóquei foi doado por uma família e não foi para ele, para a família dele. Eu acho que tem um engano, certo? Mas eu quero deixar claro, claro e dizer que não estou mentindo. Hora nenhuma eu menti. Eu gostaria de merecer esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço ao Deputado...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Até que fique provado. Aprovado, não. Pode me achincalhar, mas, até que fique provado, eu gostaria de respeitar e ser respeitado. Não sabia que esse homem um dia teve Jóquei Clube na vida dele para ele poder vender Jóquei. Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero pedir ao Deputado Rubens Bueno que me entregue as provas. Se já foram entregues aqui, nós vamos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A assessoria de V. Exª pegou comigo para tirar cópia e vai me devolver. Só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos fazer uma análise. Este Presidente fará uma análise sobre essa questão feita pelo Deputado Rubens Bueno.

Eu passo a palavra agora ao...

Você pediu a palavra, Sr. Nilson?

É o advogado.

Eu só quero falar que a assessoria me comunicou que há uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, em Comissões Parlamentares de Inquérito, os advogados podem fazer questões de ordem. Então, respeitando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, concedo a palavra ao Sr. Nilson Pedro, advogado registrado na OAB de Goiás.

O SR. NILSON PEDRO DA SILVA – Nilson Pedro, OAB nº 22.008.

Excelência, eu gostaria de comunicar que de todas as questões que foram apresentadas pelo nobre Deputado eu posso enviar a documentação provando que a instituição de ensino nunca esteve em nome dele. Ele nunca esteve lá, e isso pode ser questionado por qualquer um dos trezentos e tantos professores que nós temos, pode ser questionado até à pessoa da nossa Deputada que está aqui e que conhece bem a instituição...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Nilson, isso não é questão de ordem. O senhor gostaria de..

O senhor vai apresentar a documentação.

Obrigado.

Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só para complementar, esse documento aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou dando uma questão de ordem para o Senador Pedro Taques e já já nós vamos continuar os trabalhos.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, nós todos sabemos da importância de um advogado. Aliás, é imprescindível para a Justiça, para CPI. O advogado pode, a qualquer momento, interceder, conversar com seu assistido. Isso é um direito constitucional dele. Agora, em CPI não existe contraditório. Não existe contraditório em CPI. Estamos aqui

inovando. Ele pode levantar questão de ordem em CPI? Isso não existe. Ele pode, a qualquer momento, se o seu cliente estiver com seus direitos fundamentais violados, conversar com o cliente e pedir a V. Exª para sobrestar a ofensa. Agora, advogado não pode prestar depoimento em CPI. Ele está prestando depoimento. Isso não existe na legislação. Se o senhor pegar a Lei nº 1579...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele foi interrompido assim quando ele utilizou indevidamente...

O Sr. Relator quer fazer uma pergunta ao Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Walter, ainda para esclarecer ainda mais os fatos que estamos investigando: a imprensa tem feito algumas ilações que indago de V. Sª se isso se constitui em verdade. Quem pagou o IPTU da casa que o senhor comprou:

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi a Mestra. IPTU? É o quê?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – IPTU? Imposto Territorial Urbano.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – IPTU não sei. Aquele para transferir a casa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ITBI, sim. E IPTU?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, esse eu não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não sabe quem pagou o IPTU da casa do senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não sei ainda.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito é o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Walter, qual é a composição societária da Empresa Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Societária?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É, quem são os sócios da Empresa Mestra de quem o senhor adquiriu uma casa ou comprou junto por R$1,4 milhão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É o Sr. Écio, Dr. Écio.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quem mais? Não existe "limitada" de um só. Quem são os outros sócios? O senhor é o administrador da empresa.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, é que houve uma mudança agora. Ele ficou sozinho. Ele ficou só.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele comprou tudo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele ficou só.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Na época em que o senhor comprou a casa, que função a Srª Sejana tinha na Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nenhum, ela já tinha saído, ela saiu no dia 6 de julho, e a casa foi comprada a posterior.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Certo. E a outorga para que o senhor representasse a empresa foi de que dia?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi no início... Com a ata, foi no início da empresa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Início quando?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – No início.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E, aí, ela assinou? Ela autorizou, como sócia, junto com o Écio, certo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Senhor?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ela lhe conferiu poderes para ser o representante, junto com o Sr. Écio, que era o outro sócio.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi, a ata. E posteriormente, está aqui os documentos que foi mandado e que o Dr. Écio autorizou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o senhor era o patrão dela na Faculdade Padrão e depois o senhor era empregado da sua empregada, é isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, ela saiu há muito tempo, ela saiu de ser a diretora. Ela registrou a empresa dela em 2002, posteriormente registrou outra empresa na área educacional. E ela tem a empresa dela na área educacional. El anão trabalha mais conosco.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor é sócio dela?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas o senhor disse aqui que ela foi diretora até 2006.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ela foi diretora, não lembro o tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então o senhor pagava o salário dela. E, nesse período de 2006, ela já era, como o senhor acabou de dizer, sócia da Empresa mestra, que tinha lhe concedido uma outorga de representação.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sou administrador da Mestra, sou administrador da Faculdade Padrão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E da Mestra, o senhor disse aqui em documento.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim, sim, é verdade.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Verdade. Agora ela não é funcionária da Faculdade Padrão, não. Ela saiu montou o negócio dela.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor manda um documento aqui para a CP, que até agora não chegou. O senhor teve o cuidado de ir ao cartório de notas, no dia 21 de maio, registrar e reconhecer sua firma. Esse documento até hoje não chegou à CPI. Nesse documento, o senhor diz, textualmente, que é o senhor que negocia em nome da Mestra; e o senhor relembra que lhe foi oferecida a compra em fevereiro de 2011, e que o senhor disse que só poderia pagar em junho. Só que a casa que o senhor... O senhor diz que vai pagar em julho e paga em 11 de junho. Só que a casa que o senhor paga em junho, em dinheiro, como o senhor contou aqui, com um maço de notas, ela foi adquirida previamente com três cheques de uma empresa chamada Excitant.

O vendedor da casa declarou, em entrevista exclusiva a um jornal de Goiânia – o jornal *O Popular*, que o senhor conhece –, que ele recebeu três cheques – março, abril e maio. Os três cheques da Excitant. Essa empresa, que controla a Babioli Confecções, recebeu, alguns dias antes do seu primeiro pagamento, 250 mil da Alberto Pantoja, uma empresa de fachada que recebia dinheiro de uma grande construtora nacional chamada Delta. Recebeu um milhão e, quatro dias depois, transferiu.

A pergunta para o senhor é a seguinte: o senhor acha que a casa que o senhor comprou foi vendida duas vezes?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei. Essa empresa a que o senhor se refere eu não conheço. Esse problema dos cheques eu já ouvi pela imprensa, mas também não sei, não posso dizer nada. O que eu sei só mesmo é que vi a casa e propus que só poderia comprar e fazer o negócio, pagando um milhão e quatrocentos. Depois disso, nós não conversamos mais. Quando ele chegou em julho lá com a intenção de vender... Se foi vendido, eu não sei.

O SR, ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor compra a casa, pelo que o senhor disse aqui, com maços de dinheiro, em junho de 2011.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Julho.

O SR, ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Desculpe. Espera um pouquinho. (*Pausa*.) O documento é de 13 de julho, como está aqui, mas a sua declaração é do mês anterior, do mês de junho.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Julho.

O SR, ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor pagou, então, em 13 de julho. E por que o senhor não assina nem rubrica a escritura da compra da casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque a empresa não é minha. Alguém já fez essa pergunta três vezes. Os meus poderes não são para tanto, Administrar é uma coisa; assinar escritura de propriedade não é coisa de administrador comercial.

O SR, ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por favor; o senhor assinou o seguinte... O senhor foi autorizado pela empresa declarante – o senhor assinou isso em cartório – a realizar todos os atos necessários ao negócio realizado no ano de 2011, ficando sob sua responsabilidade repassar os valores, assinar todos os documentos necessários relativos à compra da casa residencial. Ou não é sua a assinatura que está aqui?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É; essa é minha.

O SR, ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, como é que o senhor escreveu uma coisa, dizendo que o senhor é que tinha plenos poderes – é o senhor confessando isso, o senhor recebeu essa outorga – e, agora, aqui, o senhor quer dizer que o senhor não tinha.

O que me estranha, Sr. Walter, é que, um, o senhor teve poderes para fazer o negócio, juntou o dinheiro, como disse o Deputado Miro, o que é possível, mas é estranho. Aí, quando vai ser assinada a escritura, o senhor não vai lá para receber a escritura de algo que é seu. Aliás, o senhor disse também aqui que o senhor, depois, oportunamente, vai pagar de novo a Mestra, não é?

Sim; é o senhor que diz,., Não sou eu.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim; sou eu, mas eu vou repetir. Aí está escrito: caso eu queira comprar a casa para a minha filha, eu tenho...

O SR, ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas espera aí! O senhor não pagou com o seu dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, senhor; não foi.

O SR, ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor pagou com dinheiro de quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Da Mestra; emprestado para a Mestra. Foi da Mestra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, então o senhor tirou dinheiro das contas da Mestra, é isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É o senhor que está falando.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quero lhe perguntar. O senhor tem que me responder.

Estou perguntado de um negócio que o senhor fez.

A minha pergunta é a seguinte: o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço ao Sr. Walter Paulo de Oliveira que responda às perguntas. E peço ao Sr. Nilson Pedro que não...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O Deputado põe palavras na minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então o senhor responda e diga isso. O senhor tem direito de contrapor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Walter, no momento que o senhor diz que a casa é da Mestra e do Sr. Hélcio; depois o senhor diz que a casa é sua, que a comprou para dar de presente para a sua filha; e tem outra hipótese ainda que a casa seja de outra pessoa ainda.

Essa é a pergunta.

A contradição não é minha. O senhor assinou o documento.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nunca disse que a casa é minha. Para todos que estão aqui – a gravação está aí – repita a gravação para o senhor ver se um dia falei que a casa é minha, senhor. Tenho a intenção de, quando tiver dinheiro, uma opção, para comprar a casa para minha filha, quando ela for casar, coisa semelhante, mas nunca disse que a casa é minha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vamos de novo. Essa é a contradição que estou expondo aqui. O senhor comprou a casa para a Mestra, com autorização dela.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Com o dinheiro dela.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Portanto, seria crível que o senhor fosse lá assinar a escritura. Não é, é o Sr. Hélcio. Mas, o senhor coloca no documento que o senhor tem a opção, a primazia da aquisição definitiva para transferir para a sua filha. Ou seja, se o senhor faz toda a operação, volto a perguntar: Por que o senhor não assina a escritura? É uma pergunta relevante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminou o tempo de arguição. Vou devolver a palavra a ele, para que possa dar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quero só perguntar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor pergunta e ele responderá.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Certo.

O senhor aceita abrir, voluntariamente aqui, para a CPMI, o sigilo bancário da Mestra – já que o senhor é o administrador, tem esse poder – abrir os sigilos das faculdades que o senhor dirige e da sua conta pessoal? Voluntariamente, o senhor não tem nada para esconder. O senhor autoriza, assina, o Sr. Relator já fica de posse desses sigilos e nós vamos em busca dos esclarecimentos, porque de algum lugar saiu esse dinheiro, Sr. Walter. E por essa razão – essa é a nossa missão – sinto se é desconfortável para o senhor, mas é nossa missão.

Agora, quero lhe informar que se o senhor não assinar, eu já assinei o requerimento para quebrar o sigilo fiscal, bancário e telefônico das suas faculdades e da empresa Mestra que o senhor representa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para a conclusão, para sua resposta às questões feitas pelo Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A minha já fica autorizado; para essa que eu administro já fica autorizado. Quanto à Padrão, a Receita Federal já está fazendo todo o levantamento dentro da Faculdade Padrão, todo levantamento dentro da Faculdade Padrão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como líder, Sr. Presidente, tenho direito a três minutos.

Não vou perguntar, apenas refrescar aqui a memória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra de V. Exª, como líder, nós vamos continuar, porque nós estamos num clima cordato.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Sr. Walter Paulo Santiago, seguramente assessorado pelo competente doutor que está aqui, produziu, no dia 28 de maio de 2012, um documento no 7º Tabelionato de Notas, onde ele foi lá, após a sua assinatura, se deu ao trabalho de divulgar esse documento na imprensa do Estado de Goiás, mas não deu ao trabalho de entregar à CPMI, e nesse documento, além de tudo que eu já li e que ele leu hoje aqui, portanto está nas notas taquigráficas, e aí vai na direção do Deputado Rubens Bueno quanto a conflito de manifestações do depoente.. Por isso que é bom depoimento longo: o sujeito começa dizendo uma coisa e termina dizendo outra completamente diferente.

O imóvel permaneceu...

Vamos lá: reafirmo que em momento algum estive em contato pessoal com o Governador Marconi Perillo para negociar a aquisição do imóvel, sequer o seu pagamento. Tudo foi feito pelo Sr. Wladmir. Aí continua: o imóvel permaneceu em posse do Sr. Wla-

dmir Garcez, o qual adiou a entrega, alegando estar necessitando da mesma para uma amiga e a entregaria em perfeitas condições em 45 dias, no final do ano de 2011. Curioso! A compra, conforme o senhor mesmo disse, é em julho de 2011 e a entrega, 45 dias, deveria ser, no máximo, no limite, com boa vontade, no mês de setembro. Nós já estamos falando aqui no final de 2011; portanto, o Sr. Wladimir não entregou o imóvel ao adquirente. Ligou para Wladimir cobrando a entrega do imóvel, fixando a última data em 15 de fevereiro de 2012.

Agora as palavras são textuais, Sr. Presidente, por isso que perguntei antes. Porque a contradição não é minha, é de quem escreveu e assinou. "Vez que eu, Walter Paulo Santiago, não estava precisando mesmo". Se o imóvel é da Mestra, como é que ele escreve isso, manda para a CPI, dizendo que ele, então o imóvel... Por isso que o senhor está entendendo a contradição em que o senhor se colocou com a sua assinatura. Ou seja, o fato objetivo é a casa foi comprada, na minha opinião, pode ser pelo Sr. Walter, pode ser pela Mestra, pode ser por terceiros e, talvez, Sr. Presidente, Sr. Relator, ela possa ter sido vendida por duas vezes, num fenômeno...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para encerrar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...onde a casa custa R$1,4 milhão com cheque, mais R$1,4 milhão com dinheiro vivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrada a fala de V. Exª.

Vou conceder, a pedido do depoente, um intervalo de três minutos.

Então, intervalo de três minutos. Daqui a três minutos, voltamos à reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 58 minutos.)

(A reunião é reaberta ás 14 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou conceder ao Deputado Carlos Sampaio para falar como líder e, depois, estão inscritos os Deputados Filipe Pereira, Dr. Rosinha, Glauber Vieira da Cunha, Domingos Sávio, Randolfe, Cândido Vacarezza e, por reinscrição, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu abro mão da minha reinscrição e gostaria de me inscrever para falar como líder; eu não falei como líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como líder? O senhor não usou dessa prerrogativa?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não senhor. Eu levantei uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a V. Exª, se concordar, eu passo ao Deputado Carlos Sampaio, passo a um dos inscritos e devolvo a V. Exª, para que haja um equilíbrio do uso da palavra nesta reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certíssimo! Concordo inteiramente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, por três minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, ouvi as colocações feitas por aqueles que me antecederam. Se me permite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou ouvindo V. Exª...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não. Na verdade, é no sentido do barulho mesmo. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As últimas palavras de V. Exª foram "se me permite, Sr. Presidente".

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas, o que eu gostaria de colocar é que algumas considerações daqueles que me antecederam merecem uma melhor apuração.

Se disse aqui, por exemplo, que o Sr. Wladimir, apesar de ter vendido, detinha a posse; e disse que detinha a posse após ter pedido ao depoente e o depoente ter concedido. A isso deu-se um tom de crime de altíssima gravidade, quando, na verdade, o adquirente, como preposto da empresa Mestra, pode decidir o que bem convier a ele até no convívio social, pessoal, negocial. Ele não deve dar satisfações a esta CPI no sentido de "mas a que título o senhor autorizou que ficasse com ele? Foi feito um pedido, era meu interesse enquanto administrador."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – (*Faz soar a campainha.*) Peço a atenção dos colegas ao colega que está com a palavra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se foi feito um pedido e foi concedido pelo depoente, enquanto administrador da Mestra, o direito de ele permanecer com o imóvel, porque ele não tinha interesse, por exemplo, de fazer nenhum negócio, naquele momento, com o imóvel, é uma razão, é uma discussão que ele tem todo o direito de adotar o procedimento que ele achar que mais convém a ele e a Mestra tão somente. Mas ninguém pode perquirir a que título, como o senhor faz?, como é que o senhor age dessa forma? É um absurdo! Se é ou se não é, é um direito que ele tem enquanto administrador da Mestra. Então, coloca-se como algo de alto teor criminoso uma conduta corriqueira numa relação negocial.

Ao que me parece, Sr. Presidente, tudo foi feito pelo Sr. Wladimir Garcez, que já foi dito pelo Governa-

dor Marconi, que num primeiro momento apresentou-se como adquirente, ele Wladimir queria comprar do governador, ele. Esse Wladimir, ao que tudo indica, não teve condições de pagar e socorreu-se da Delta, como, aliás, afirmou aqui. A Delta, através de uma terceira empresa, resolveu pagar. E, no momento em que ele tinha que quitar os cheques, não conseguindo, vendeu o imóvel, que em tese teria sido adquirido por ele, para o Sr. Walter. Daí por que o Sr. Walter pedir a presença do Sr. Lúcio Fiúza para que ele pudesse comprovar que estava adquirindo algo que para ele era do governador. Eu não vi nenhuma anormalidade em absolutamente nada disse. E por essa razão, Sr. Presidente, é que pedi a palavra como líder e agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu passo agora a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Infelizmente, Sr. Presidente, as perguntas aqui já foram até muito bem esgotadas, não somente pelo nosso relator, mas por todos os parlamentares que me antecederam.

Porém, tenho algumas perguntas que gostaria de dirigir ao Professor Walter Paulo. É o seguinte, professor: o senhor, nesse período que o senhor declarou aqui, alguns minutos atrás, que teve almoços, encontros com o Sr. Carlos Augusto Cachoeira e também com o Senador Demóstenes Torres. Confirma isso? No microfone, por favor.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Com o Sr. Demóstenes foi só uma vez. Com o Sr. Cachoeira almocei com ele, no espaço de um ano, cinco vezes.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Em que ano que foi isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Em 2011.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Em 2011. Em que período? No início de 2011 ou final de 2011?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, não, eu não sei; eu não gravo isso não, não tenho gravado.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k, mas foi antes do meio do ano ou depois do meio do ano que o senhor teve esses encontros?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não... Foi, foi... Teve espaços.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – 2011 inteiro, digamos assim? Dividido entre 2011 inteiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu deixo de responder porque não tenho gravado isso na mente.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k.

Então, continuando esta mesma sequência, o senhor, no ano de 2011, teve contato com o Sr. Carlos Augusto, e, efetivamente, nesse ano, ele estava morando na sua residência, que o senhor comprou, como administrador, pela Mestra. Em nenhum momento, vocês comentaram: "Nossa, a piscina da tua casa é muito boa! Porque eu tomei um banho de piscina com a minha esposa [ou, sei lá], com meus amigos, fiz um churrasquinho lá para que os meus parentes, sobrinhos, a minha quadrilha fosse lá."

Em nenhum momento houve esse tipo de comentário? Porque ele estava morando, diga-se de passagem, na residência que o senhor negociou, na residência da empresa da qual o senhor é administrador, da empresa Mestra. O senhor não tinha nenhum conhecimento? Ele nunca citou para o senhor que ele morava naquela residência que o senhor havia negociado?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A compra já foi em julho. Dessa época, nunca falei com ele, nunca almoçamos juntos, não. Foi muito antes da compra dessa casa que a gente conversou um dia sobre faculdade e almoçamos com o Senador. Mas foi muito antes. Na época da compra, de espécie alguma.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k.

O senhor colocou anteriormente aqui que o senhor não se lembrava se tinham sido os encontros antes do meio do ano ou depois do meio do ano; agora o senhor lembrou que foram todos antes da negociação da casa.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O senhor que está dizendo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não, não: o senhor disse!

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu disse que...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O senhor disse que não sabia. Foi ao longo do ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas quando ele responder...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu disse que, depois da compra da casa, nós não conversamos mais. Nós não conversamos mais. Depois da compra da casa, nós não conversamos, não almoçamos juntos mais.

E, quando o Sr. Wladmir disse, o Sr. Wladmir não disse que era esse senhor que ia morar lá. Ele disse: "uma amiga minha".

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Naquele tempo, estava escuso, eu estava escondido alguma coisa que havia, sabe? Então...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Por isso que eu disse também que eu nunca fui na casa deles, quer dizer, na casa nossa que ele morava, que eu considero deles porque eles estavam morando lá dentro. Então, nunca fui visitá-los, nunca fui lá, não quis me interessar quem era a mulher dele, nem quem morava lá, porque eu emprestei para o Sr. Wladmir, porque o Sr. Wladmir não me entregou! Então, ficou emprestado pra ele.

Não me emprestei nada, nada, nada, nada de lá. E não conversei com ele mais.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k.

Então, o senhor afirma pra nós que os seus encontros, seus almoços com o Sr. Carlos Cachoeira foram feitos estritamente antes da negociação da casa em que ele morava, que era de propriedade da empresa que o senhor administra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Realmente. Isso eu reafirmo. Isso eu afirmo, quer dizer.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O senhor afirma isso? (*Pausa*.)

O.k.

Agora, há um dado aqui que inclusive o Deputado Onyx Lorenzoni, que me antecedeu, colocou, mas acho que ele se esqueceu de ler algo que está bem explícito na escritura pública de declaração que o senhor fez no dia 9 de março de 2012. O senhor diz nessa declaração que "ficou acertado com o negociador que, futuramente, quando a filha dele fosse casar, o imóvel poderia ser doado à mesma". Doado por quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Doado por mim, porque... Termina de ler. Termina de ler, porque se não fica dando a impressão de que eu.... Mas não sou eu. É outra pessoa.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – "Doado à mesma como presente de casamento, desde que fossem acertados os devidos valores com a sua empresa".

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah! Ficou claro agora!

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k! Mas o senhor disse pra nós que não tem...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah! Agora ficou claro!

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O senhor disse pra nós...

Não! não me pegou não! O senhor acabou de dizer pra todos nós aqui...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – *(Risos.)*

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Por favor, Sr. Presidente, eu peço silêncio, e peço que mais ninguém ria, porque não tem ninguém mais inteligente do que eu. Todos aqui foram eleitos pela vontade do povo. Então, peço que me respeitem no direito da minha palavra! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço atenção de todos os colegas ao colega que está com a palavra, Deputado Filipe.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, o nosso depoente, a nossa testemunha, declarou aqui, no início da reunião, que ele não tem patrimônio e que todos os bens são em nome dos filhos. Eu quero perguntar de onde ele tiraria R$1,4 milhão para poder devolver ao cofre da empresa Mestra para poder fazer a doação seguinte para a sua filha quando do casamento.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quando chegar a Declaração de Imposto de Renda, quando chegar tudo certinho da Receita Federal, vocês verão de onde sai o dinheiro. Agora é só jogo de palavras e fica difícil... Nós estamos querendo tapear até os colegas de vocês.

Está bem claro aí, quando ele terminou de ler: a casa... quando eu quitar a casa, comprar a casa... Eu tenho apenas a opção de compra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Desculpa. Não tem a opção de compra, não.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A minha filha está aqui dentro. Eu tenho a opção de compra para tratar.

Mas eu deixo de responder ao exame, porque só essa pergunta eu já respondi oito vezes. Só essa. Eu acho que, no meio de pessoas inteligentes, como ele está falando que o é, não precisa de mais de oito vezes.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Walter, só para refrescar a memória do senhor. Aqui, na declaração da escritura pública, está escrito que, quando ocorrer o casamento da filha do negociador, será vendido – e não "poderá" – a eles, conforme acordo citado acima. "Será" e não "poderá". Isso é uma escritura assinada pelo Sr. Écio, que é o dono, o sócio da empresa Mestra. Está aqui alegando que será vendida, não como opção de compra de V. Sª.

Então, Sr. Walter, não é um acaso. É uma condicionante que consta em escritura assinada pelo diretor da empresa que o senhor representa e um compromisso.

Portanto, mais uma vez aqui fica bem claro que o senhor, infelizmente, não está respondendo com a total clareza necessária às perguntas feitas por esta Comissão.

Mais uma vez, aqui repito que R$1,5 milhão, valor que o senhor pagou, R$1,4 milhão pela casa... Foi isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Mais cem de comissão.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Mais cem de comissão ao Sr. Wladimir, correto? Foi isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Correto, correto.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu peço que o senhor tenha paciência, porque todos nós estamos aqui com paciência também, Sr. Walter. Todos nós estamos aqui exercendo o nosso trabalho.

Há mais uma questão que eu queria perguntar para o senhor a respeito dessa relação do seu círculo social com o Sr. Carlos Cachoeira. O senhor nunca teve nenhum outro tipo de acordo com ele a não ser o da casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Foi só o da casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Só em relação à casa o senhor teve acordo com ele?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Ok. Encerro aqui minhas perguntas, Sr. Presidente, afirmando que o senhor depoente...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não entendi. Só um minutinho.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Ele acabou de afirmar que houve um acordo dele com o Sr. Cachoeira em relação à casa em que o Cachoeira morava.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só uma pergunta. Eu quero responder o seguinte... O senhor está colocando palavras na minha boca. Eu nunca tive acordo com ele na casa. Com o Cachoeira na casa eu nunca tive acordo nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em outra coisa o senhor teve?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que na casa não teve. Mas em outro negócio?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em outro empreendimento?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Simplesmente foi o dia em que ele pediu um Senador para me ajudar no curso. Mas não tenho negócio com ele, não. Da casa também não tinha negócio com ele, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E sobre os títulos do Jockey Club?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não sei se eram dele os títulos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tem acordo com ele no Jockey Club?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Os títulos... Não eram dele os títulos. O Jockey Club não era dele. Quem assinou para mim foram outras pessoas. Foi o Presidente Joaquim, Ibrahim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu passo agora a palavra, pela Liderança, por três minutos, ao Senador Pedro Taques. Depois, passarei a palavra ao Dr. Rosinha para as suas arguições.

Senador Pedro Taques, por três minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não posso fazer pergunta como Líder. Não vou fazer perguntas. Vou apenas sugerir ao Sr. Relator que faça as perguntas que constam aqui.

Existe uma intercepção telefônica datada de 10 de junho de 2011. Eu vou passar o documento a V. Exª. Eu não posso fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estou falando como Líder.

Que V. Exª pergunte a ele o seguinte: o Wladimir, conversando com o Carlinhos, fala do depoente Walter Paulo, fala da compra da casa. Isso ocorreu no dia 10 de junho de 2011. Em outra conversa, Sr. Relator, no dia 6 de julho de 2011, o Carlinhos conversa com o Wladimir, conversa sobre o negócio de uma casa com o Lúcio, que trabalha no Governo. O Carlinhos diz que é para fechar por R$2,2 milhões. Carlinhos diz que é para fechar logo e pegar logo o dinheiro. Está aqui nessa gravação.

Nós temos outra gravação aqui do dia 8 de julho. "O Wladimir diz que o menino do Prof. Walter falou que vai fechar por dois mil. Carlinhos disse que é para fechar por dois milhões a vista."

Outra gravação do dia 12/7: "Carlinhos disse que é para pegar tudo e ir ao seu encontro. Que é para dar 500 para o dr. Lucio e para pegar logo 100."

Essas interceptações estão nos autos. Eu encerro e digo, Sr. Presidente, que o Carlinhos, ao meu juízo, está envolvido na compra dessa casa. Se V. Exª pudesse perguntar para ele com base nessas interceptações, que o Carlinhos fala dele, fala do filho dele, fala da compra da casa e ele diz que não é verdade isso...

Só isso, Sr. Presidente, para contribuir com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo agora a palavra para suas argüições ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, como primeira pergunta, peço ao nosso depoente que esclareça esse diálogo da interceptação telefônica relatada pelo Senador Pedro Taques.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não participei desse diálogo, não conheço esse diálogo e não tive nada a ver com isso.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Que o senhor não participou está claro. Mas o senhor é citado no processo de negociação da casa. O senhor e seu filho.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu gostaria de falar também que meu filho não entrou em negociação nenhuma. Infelizmente. Eu tenho 11 filhos, todos trabalham comigo, muita harmonia, me ajudam, mas não os coloco para participarem de negócios.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sobre a empresa Mestra. O senhor nunca foi sócio dela?

Só administrador? Administrador dos bens.

E quantos bens tem a empresa Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Infelizmente, tem dois bens.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quais são?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Lote e agora essa casa. E não vai ter mais nenhum bem, viu?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E transação? Porque ela foi criada para fazer transações comerciais. Quantos outros imóveis comprou e vendeu durante esse processo da existência da empresa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Durante essa existência que foi de 2006 até o presente momento, ela só fez esses dois negócios. Não tinha verba própria, não tinha quem emprestasse dinheiro para fazer negócios. Então ela só fez esses dois únicos negócios. Está tudo certinho com a Receita Federal, e nós vamos mandar para os senhores.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quantos funcionários tem a empresa Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só... Tirando o contador mais a pessoa que mexe, eu. Eu, o sócio, só.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Qual o salário do senhor para administrar a Mestra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Salário? Não, não tem salário não. Nem trabalho teve, nem serviço teve. Eu não ganho disso.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Essas perguntas me levam a fazer um comentário. Uma empresa que existe desde 2006, fez dois negócios, não tem funcionário? Então ela está aí para fazer o quê? Lavar dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, que isso? Ela só fez dois negócios e não tinha mais verba para fazer porque a ideia era ajudar essas pessoas que muito ajudaram a faculdade Padrão. Como não deu certo, não tinha verba, não fez outros negócios não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor conhece a Srª Rosane Puglise?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Dona da empresa Babioli?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, nem o nome nunca ouvi falar, doutor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor conhece há quanto tempo o Governador Marconi Perillo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Desde a época em que ele ganhou a eleição e foi Governador. Antes eu não conhecia, mas quando ele foi Governador, eu comecei a conhecê-lo.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor tem ele como padrinho de casamento de dois filhos do senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele foi duas vezes, sim, no...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Padrinho?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Padrinho.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O que demonstra uma amizade porque ninguém convida para ser padrinho se não for amigo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É, mas tem ele, tem ele, que já foi; tem o Sr. Iris Resende Machado, que também foi. E eu tenho muita consideração por ele. Foi padrinho...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor conhece o Sr. Jayme Rincon, presidente da Agência Goiana de Transporte e Obras?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Já foi perguntado aqui. Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Mas há uma interceptação telefônica que Wladimir Garcez era corretor de negócio. Então, qual era o papel do Jayme Rincon, que, algumas informações dizem, trabalhava junto nas negociações dessa casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, mas comigo, não. Olha, só apareceram comigo somente o Sr. Waldimir *(sic)* e na hora de receber esse outro senhor. Ninguém mais tocou assunto comigo de casa.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tá. Sobre a questão do Jockey Club de Goiás. Como o senhor disse, não havia donos, havia sócios. E a informação que eu tenho é que era um Jockey Club com todos sócios remidos. E que temeroso de não ter acesso, o senhor comprou títulos desses sócios remidos.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Sócio remido não vede título. Eles não pagam nada. Eles não têm nada. Não foi. Foi...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eles não pagam nada, porque já são sócios remidos.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Pois é. Então, sócio remido não vendeu nada.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O Jockey Club lançou títulos novos, o senhor quer dizer.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não tenho certeza. Sei que nós compramos. Certo?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Nós quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A nossa empresa comprou. Mas eu não sei. Eu deixo de responder essa pergunta do senhor até eu verificar direitinho.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quantos sócios tem o Jockey Club?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Também não gravo isso, não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E o senhor comprou e pagou em cheque, em dinheiro? Como o senhor pagou esses títulos?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi em dinheiro.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Em dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Esses documentos que estão aqui, esses documentos, esses documentos que estão aqui são nossos. Nós que mandamos para a Polícia. Então, esses documentos que estão aqui nós podemos trazer todos eles de novo.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A concessão de uso do terreno do Jockey Club está em nome de quem, para usar?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei, não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Oi?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Deixo de responder, mas mando a documentação para vocês.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Está em nome da Faculdade Padrão ou em nome...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu deixo de responder, mas mando para vocês a documentação.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Por que o senhor contratou advogada a Srª Flávia, se ela era recém-firmada, inexperiente, para uma grande empresa como a do senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Contratamos, não. Essas denúncias vazias... É difícil. Alguém quer prejudicar a gente. Não contratou a Drª Flávia...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A Drª Flávia nunca trabalhou para o senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Como contratada?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Essa senhora que o senhor está falando é a mulher do Senador?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, nunca trabalhou para mim, não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E o senhor Jales Perilo, advogado e chegou a ser sócio da Faculdade Padrão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Jales Perilo é um dos melhores advogados do Estado do Goiás. Foi meu professor quando eu fazia antigamente segundo-grau e posteriormente já advogou para gente, mas não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor tinha dito antes, já respondeu eu sei aqui, quando perguntaram para o senhor sobre o conhecimento que o senhor tem do Sr. Alexandre. Esse Sr. Alexandre também comprou títulos do Jockey Club?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não sei.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É que boa parte do... Título de sócio, para quem não entende, é porque o Jockey Club cedeu uma área para exploração de uma faculdade, hoje explorada pela Faculdade Padrão, numa área que não se poderia vender, porque foi doação de família a um jóquei clube. A informação que chegou até nós foi a de que o senhor comprou títulos e o Sr. Carlos Cachoeira comprou títulos junto, título do jóquei para entrar como sócio no jóquei, já que não podia comprar o jóquei. Então, você... *(Pausa.)*

Para ter maioria de votos para poder usar a área. Como disse o Sr. Walter Paulo, ele pagou em dinheiro, em moeda, novamente. Ele não pagou com cheque, nem nada; pagou, outra vez, com moeda.

Sr. Walter Paulo, quantos títulos do jóquei o senhor comprou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não lembro; só lembro que já gastamos milhões de reais para tentar recuperar o jóquei não para nós, mas para o povo goiano. E não foi possível até hoje por causa dessas intrigazinhas.

O SR. DR. ROSINHA – E por que essa disputa na Justiça sobre o jóquei?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tem disputa?

O SR. DR. ROSINHA – Há uma ação judicial movida por alguns dos sócios contra essa negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, encerrou o tempo de V. Exª.

O SR. DR. ROSINHA – Queria que ele respondesse a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele vai responder.

Ele perguntou a V. Sª por que houve uma demanda judicial em torno dos sócios do jóquei clube.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só se o advogado responder. Eu não estou sabendo disso não. *(Pausa.)*

Respondendo, disse que foram vinte sócios que entraram, mas o juiz manteve o nosso contrato de parceria com o jóquei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Rosinha.

Passo a palavra, agora, ao nobre Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sr. Walter, primeiro, eu queria registrar a admiração pela resistência do senhor, pelo tempo que o senhor está aqui na CPI e dizer que eu saí por alguns minutos, quando fui à sala da Presidência, onde estamos lutando para que se coloque em votação hoje uma medida provisória para trocar dívida das faculdades comunitárias, faculdades filantrópicas, por bolsa de estudo. Acredito que não seja a situação da faculdade padrão do senhor, já que ela, aparentemente, de uma forma caixa 2 ela foi liberando recursos para o senhor comprar a casa. Essa casa mal assombrada – eu acredito que seja mal assombrada daqui para frente – vai assombrar bastante a vida do senhor, foi comprada através do Sr. Garcez.

(Conversas paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço a atenção dos Deputados, principalmente a desses que estão aqui na primeira fileira para o colega que está com a palavra.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – O senhor .realizou algum outro tipo de negócio com o Sr. Garcez além de comprar essa casa do Governador Perillo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu deixo de responder a essa pergunta. Quando fala em caixa 2, fala em crimes aqui dentro, eu deixo de responder a essa pergunta e só gostaria que ficasse marcado o dia de trazer toda a documentação, que até já veio, desviou, tudo bem, toda a documentação, inclusive da Receita Federal, para que possamos ter mais respeito um com o outro. Aí ficaria bem mais ideal. Eu deixo de responder.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Em momento nenhum...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu estou com meu atestado médico aqui, que vai vencer m junho ainda, no dia 29 de junho.

Eu deixo de responder ao restante porque nós estamos passando para uma outra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Walter Paulo, ele perguntou ao senhor se o senhor manteve algum negócio com o Sr. Wladimir Garcez. Essa é a pergunta que ele fez. Então o senhor diga.sim...

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Eu não fui desrespeitoso com o senhor em momento nenhum.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Caixa 2 para mim é crime.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Muito pelo contrário, muito pelo contrário; eu admirei... até disse da admiração que tenho pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –Ele fez a seguinte pergunta ao senhor: o senhor manteve algum negócio com o Sr. Wladimir Garcez?

Essa é a pergunta.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Eu respeitei o pobre coitado.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Além da casa, eu não tive nenhum outro negócio com o Sr. Wladimir Garcez.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Ótimo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nunca tive. Apesar de saber que ele mora lá há muito tempo e eu moro, desde 1970, em Goiânia. desde 1941 que eu moro em Goiânia, mas eu nunca fiz outro negócio com ele.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Ok.

É rápido. Eu não quero cansar o senhor, eu sei que o senhor ficou até tenso aí, mas é difícil entender como é que o dinheiro sai da faculdade em montinhos, em pacotinhos, a conta-gotas, junta um montão, vai lá e paga à vista. O senhor há de entender isso, que eu tenho que... Eu também não consegui entender tudo que o senhor falou, não.

O senhor disse que seus negócios hoje são gerenciados pelos seus filhos. O senhor tem onze filhos – já reafirmou –, belíssima família, eu imagino que seja.

Existem relações comerciais, já que o senhor gerencia e orienta todos os negócios familiares – o senhor já disse isso aqui –, existem relações comerciais dos seus filhos com o senhor Carlos Cachoeira?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – De espécie alguma. Não estou falando que ele é ruim, nem é criminoso, nem nada, mas de espécie alguma. Infelizmente, é um erro que eu tenho, eu ponho tudo nas minhas mãos e não deixo. Por isso que a minha família tem os filhos, que até estão aqui, tem gente aqui, tem essa harmonia. Então, eu falo: olha, negócio é comigo, para não ter erro, etc, etc. E assim mesmo errei. Mas eles não têm conhecimento do negócio e não têm negócio com ele, não. Nem com ele, nem com ninguém.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Ok.

Para terminar. Eu não consegui entender, como eu disse, quando eu me referenciei a caixa 2, a operação financeira. Como é que o senhor explica a relação da Mestra, de que o senhor é administrador, funcionário único, que tem uma capacidade de comprar uma casa à vista por esse dinheiro, com a Faculdade Padrão, que foi fornecendo o dinheiro. O senhor disse que o dinheiro saía da faculdade, chegou até a Mestra, e a Mestra conseguiu comprar a casa para, depois, ser entregue à sua filha, doada, numa operação financeira. Como é que faz essa relação faculdade que passa o dinheiro para o senhor, administrador da Mestra, para que esse um milhão e meio, que chegou a dois milhões na fala do outro colega Deputado, consiga fazer a compra?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Pode ser emprestado. Emprestado pode chegar. Tal mês pode emprestar tanto, outro mês pode emprestar "x". É assim que faz.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Para isso tem que haver documentação fiscal.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Tem de ter documentação fiscal. Já falei doze vezes, mas repito mais uma...

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Vai chegar.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO –... que está na Receita Federal. Vocês podem pedir ou nós pedimos. Já veio uma vez, mas nós vamos trazer novamente.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Presidente, então eu gostaria que ficasse registrado que o Sr. Walter, de forma muito cortês, disse que vai trazer o comprovante do dinheiro que saiu da Faculdade Padrão, foi ... Ele disse que saiu devagarzinho. Pegava um pouquinho hoje, um pouquinho amanhã, um pouquinho depois. É por isso, Sr. Walter, que eu usei o termo caixa 2, mas o senhor disse que não existe.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – De espécie alguma.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Então nós acreditamos.

Chegou até...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quando eu disse para o senhor... Quando eu disse... Só para repetir. Quando eu disse, só repetindo, que uma instituição que não paga imposto de renda fazer caixa 2 é loucura, só se fossem loucos, e que nós pagamos – eu vou só repetindo –, o que nós pagamos é o ISS e todos os anos, seja o Governo que estiver, o Prefeito que estiver, é só ligar e saber deles. Todos os anos nós recebemos como o maior pagador de Goiânia.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) –A faculdade é filantrópica. Não tem... Ela não tem o objetivo de lucro...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não é filantrópica, não. A administração nossa é muito barata.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Barata.

Se ela não paga imposto, ela é filantrópica. Tem que...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, senhor, quem dá bolsa de estudo, no Brasil inteirinho...

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sei. Aquele processo de desconto do Fies...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. Dá bolsa de estudo, então... Nós temos uma gama grande...

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Entendi. Como o senhor disse que não pagava imposto, o senhor faz uma contraprestação ao Governo Federal: troca imposto por bolsa.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Ok. Não, entendi.

Então, Presidente, eu gostaria que ficasse registrado que ele disse que tem toda a comprovação fiscal das operações financeiras, da saída do dinheiro da faculdade, chegando até a empresa da qual ele é administrador, para, depois, fazer a compra da casa. Eu acho que isso é interessante, até para dar credibilidade às empresas dele.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo inscrito...

Pergunto se o Deputado Vieira da Cunha está presente. *(Pausa.)*

Não está presente.

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

O Deputado Domingos Sávio não está presente.

O próximo inscrito é o Senador Randolfe.

Olha, depois do Senador Randolfe tem ele e mais dois inscritos só.

V. Exª está inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe, deixa só eu falar uma coisa com o senhor. Nós aqui nos comprometemos, como sempre, de praxe, a fazer um debate muito sereno – e eu creio que nós estamos fazendo um debate sereno. Nós já estamos indo para o final, para o encerramento; só temos três inscritos. Então eu solicito a paciência do senhor, como de todos os que estão aqui participando deste debate, para que nós possamos concluir.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, só uma dúvida. As outras testemunhas vão ser ouvidas hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Hoje. Hoje. E mais uma que está presente, se não me engano.

Passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Walter, eu quero só reiterar que o senhor já está sob juramento, quero só reiterar para o senhor que o art. 4ª, inciso II, da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 diz o seguinte: "Constitui crime: II – fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha perante Comissão Parlamentar de Inquérito". V. Exª está sob juramento, mas nunca é demais reiterar os termos da Lei 1.579.

Eu pergunto: o senhor é muito amigo do Sr. Wladimir Garcez?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Não sou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor comprou uma casa no valor de R$1,5 milhão.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quatrocentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De R$1,4 milhão. Não pegou a posse durante sete meses e o senhor não é muito amigo do Sr. Wladimir Garcez. Em troca de que o senhor resolveu não pegar a posse?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Em negócio. Em troca da palavra de homem: "Eu te vendo a casa, mas eu preciso da casa, porque uma amiga minha vai ficar". E homem para homem tem palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Somente por isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só por causa da palavra. Só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mesmo não sendo amigo, mesmo o senhor não conhecendo...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. O senhor disse amizade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mesmo sendo temerário para o senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. A escritura já estava comigo, assinada pelo Sr. Governador. Então, é simplesmente como uma jornalista me pergunto: "Mas o senhor não quis nem alugar"? Não. Eu não vivo do aluguel, não é? Mas, não... Foi cedido mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O pedido do Sr. Wladimir Garcez era para ficar 45 dias...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... e ele ficou sete meses.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A sua benevolência foi tão grande, por quê?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque não me entregou e eu simplesmente liguei para ele e ele pediu mais um prazo: "Ó, me ajuda até quinze de, quinze de fevereiro". Aí eu falei: não, tudo bem. Não estou precisando mesmo. Tudo bem. Até quinze de fevereiro. Isso aí é valorizar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor falou que tinha uma escritura assinada pelo Governador. O senhor chegou a ir ao cartório para checar essa escritura da transferência?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Eu pessoalmente, não. Eu tenho gente que trabalha comigo que faz esse tipo de trabalho, os advogados, o pessoal faz isso. Eu mesmo, pessoalmente não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quem assinou a escritura?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O proprietário da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quem?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Écio, Dr. Écio e o Governador e a esposa do Governador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eles assinaram a escritura?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Assinaram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Existe essa escritura?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Está assinada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

É importante checar, Sr. Presidente, se esse documento está de posse da CPI. Se não, seria um documento importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Permita-me, Sr. Walter: a sua filha casou quando?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A minha filha não casou, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Como não casou? Mas a casa não era um presente de casamento para ela?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Eu tinha uma opção de compra, tinha a opção de compra. Quando a minha filha fosse casar, se eu tivesse o dinheiro para comprar, mas é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixe-me entender...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não tem isso, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então o senhor faz uma opção de compra – me desculpe, eu não quero adentrar em nenhuma intimidade, me desculpe, eu não quero adentrar em nenhuma intimidade, não me interessa o estado civil da sua filha, só me interessa uma coisa: a sua filha não ia casar –, o senhor fez uma opção de compra para um futuro casamento da sua filha e só aí iria fazer a transferência?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É e tem motivo. Nós temos... Tem uma casa lá neste condomínio Granville, tem uma outra casa, certo?, que eu já recebi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ela já mora em uma casa própria?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Mora com a mãe, em casa da família.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Agora, aí seria uma casa para ela, mas se eu tivesse o dinheiro para repor. Está bem escrito no papel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ter o dinheiro para repor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É, para repor para a empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E só tinha esse dinheiro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Quando tivesse dinheiro, Sr. Senador, que foi falado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me... Bom, mas se o senhor continuar aqui na linha, porque, realmente, a história está ficando cada vez mais confusa. Está ficando cada vez melhor.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Então, deixa eu responder a essa pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não. Quero continuar perguntando, que a gente vai conseguir decifrar essa história. Diga-me de novo: o dinheiro veio de onde?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nossa! Eu deixo de responder, porque já respondi doze vezes, para ele são 13.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas me responda mais uma vez, porque o senhor deu uma resposta para o Relator; deu outra resposta para o Senador Pimentel e deu a terceira para o Senador Taques. Eu quero saber qual é a resposta. E reitero para o senhor, o inciso II do art. 4º da Lei nº 1.579.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu deixo de responder, senhor. Estou aqui com atestado médico; vim para tentar ajudar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se o senhor tem atestado médico, tinha que ter apresentado antes a esta Comissão.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Já apresentei antes e ele me pediu, tenta ser, e eu tentei ser. Mas agora passou dos limites. Uma só pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas como passou dos limites?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto, Senador. Só pedir ao Sr. Depoente que a toda pergunta formulada por um Parlamentar que V. Sª, quando não incriminá-lo, deve responder, ainda que V. Sª tenha repetido repetidas vezes. Peço a V. Sª que responda as questões formuladas pelos Srs. Parlamentares.

Então, ele pergunta... Por favor, reformule a pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Reiterando... Obrigado, Presidente.

Dr. Walter, só quero aqui reiterar, destacar e agradecer a sua disposição. O senhor está colaborando com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor está fazendo o que todos os anteriores não prestaram, não fizeram a esta Comissão. Quero aqui reconhecer a sua boa vontade nesse sentido. Por isso, a pergunta é simples. A pergunta é sobre o dinheiro, qual a origem do dinheiro, de onde veio.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu faço o seguinte. Em vez de responder novamente, eu trago os documentos da Receita Federal, os documentos da empresa, de onde saiu o dinheiro, a época em que saiu e fica uma coisa mais, a declaração de Imposto de Renda, fica mais regularizada, porque eu posso ter uma falha minha e depois eu passar por mentiroso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. O senhor vai prestar em quanto tempo esses documentos à Comissão?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Até a próxima semana, dá para trazer; tem feriado esta semana. Até a próxima semana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Segunda-feira da próxima semana é razoável?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sr. Senador, para ser sincero, fui tão honesto que mandei antes, mas houve um desvio. Tudo isso foi mandado antes, mas não é culpa deles, não. Foi culpa minha, talvez, porque... Mas tem pedaços dele aqui, dos documentos. Eu fui tão honesto, tão sincero com vocês que mandei antes, mas não chegou. Mas eu mando novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quando o senhor mandou... Sobre isso, o senhor mandou por quem? O senhor mandou por quem? Porque essa é uma questão relevante. O senhor disse que mandou para cá e desviou. Quem desviou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Vocês, estou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sim, mas o senhor mandou...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A culpa foi minha, mas mandei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas quem é que desviou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não são vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não estou... Mas quem o senhor está dizendo que é a gente? Fomos nós...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Como eu tenho aqui a *xerox*... Tanto veio que tenho aqui a *xerox* dos documentos que mandei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor fez um documento e disse-nos, e a imprensa repetiu isso, que enviou para cá. Esse documento aqui não chegou. Como é que o senhor enviou? Por *fax*, por *e-mail*, pelos Correios? O senhor mandou alguém mandou trazer aqui? Algum Deputado, algum Senador, algum advogado? Quem trouxe isso aqui?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu vou perguntar ao nosso advogado e passo para vocês também, porque não faço tudo sozinho, né.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pergunta para o advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pergunta para o seu advogado. Pode perguntar.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não é esse aqui, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Foi outro?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Outro, é. Tem mais de um lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só garantir meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou devolver três minutos. Era o tempo que restava a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Walter, por que a Mestra, na negociação... O senhor só poderia esclarecer, talvez o senhor tenha respondido; minha capacidade de raciocínio, em virtude da ausência do almoço, talvez esteja mais lenta. Diga-me por que a Mestra...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque essa empresa não tem a função educacional e, sim, de investimento. E o proprietário dessa empresa são pessoas que me ajudaram muito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, era uma forma de ajudá-los?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu termino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu errei, mas a minha intenção era fazer com que essa empresa tivesse algum lucro mais, para essas pessoas que me ajudam lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Claro. Então, a sua intenção seria ajudar esses da empresa; perfeito?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. Errei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas me diga uma coisa: o senhor disse pra mim, ainda há pouco, que a casa era um presente para sua filha, quando ela se casasse. É por isso que me chamou atenção a Mestra na negociação, porque aí são

duas razões. Eram as duas razões? O senhor queria ajudá-los, e, ao mesmo tempo, o senhor queria dar um presente? Era isso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, senhor. A Mestra foi em 2006. Agora, a casa foi agora, 2011, não é? 2011. Muitos anos depois. Então, a ideia era essa. Comprou até lote, já foi comprado lote no nome dela, que eu já disse. Então, a ideia é essa.

Quanto à casa, foi comprada no intuito de ganhar dinheiro para ela. Mesmo eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas a Mestra não estava agora?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Senhor?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – A Mestra não estava agora? A Mestra foi antes, e não agora?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, a vida inteira! Nós estamos discutindo é a Mestra. Nós estamos discutindo a Mestra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Certo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu disse que ela abriu em 2006, com esta intenção: ir comprar um lote, depois não tinha mais dinheiro pra comprar nada pra render, ficar uns tempos na casa e vender, e, mesmo essa casa, se eu fosse comprar, que era a ideia, não ia comprar por R$1,4 milhão, porque eu não ia dar prejuízo para os outros. A intenção era ajudar todo mundo. E dinheiro tem seu valor. Dinheiro emprestado tem o seu valor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor iria comprar da Mestra por mais de um milhão então?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, o senhor é que está falando mais de um milhão. Nunca pensei isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Foi o senhor que falou. Eu estava...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, nunca falei isso não! Jamais falei isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não falei isso não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tudo bem. Não entendi, mas tudo bem.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – *(Risos.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Me diga uma coisa: o senhor já respondeu sobre que o senhor poderia estar usando o imóvel hoje; o senhor passaria a casa para sua filha quando?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quando eu tivesse dinheiro para repor, conforme está escrito no documento, e quando minha filha fosse casar. Se eu tivesse o dinheiro até lá.

Então, está escrito aí: "quando tiver dinheiro para comprar a casa".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, encerrou o tempo de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, a transferência seria uma espécie de *ad infinitum*? O senhor...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só concluindo, Sr. Presidente: a transferência seria uma espécie de *ad infinitum*. O senhor compra uma casa para sua filha para quando ela se casar; o senhor não tinha, não sabia a vontade de sua filha, se queria casar ou se não queria casar...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, assim, independente disso, o senhor compra a casa, outros que o senhor não sabem utilizam essa casa, o Sr. Carlos Cachoeria está nessa casa quando é preso pela Polícia Federal, o senhor não tem conhecimento de nada disso, e a casa era para m futuro que o senhor não sabe quando se concretiza?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Olha, eu, ao comprar a casa, não comprou a casa para minha filha não, senhor; comprou a casa para a Mestra! Mestra! Quando comprou a casa, comprou para a Mestra. Posteriormente – que ele leu várias vezes –, posteriormente, eu pedi uma opção: "Olha, quando for vender essa casa e for perto da minha filha casar, eu quero comprar essa casa, se eu tiver o dinheiro para repor".

A casa foi comprada pela Mestra, e, muito tempo depois – que ele leu várias vezes aqui –, foi que eu entrei com a opção: "Eu gostaria de comprar essa casa". Não comprei! "Eu gostaria de comprar, porque esse vai ser o dinheiro pra minha filha quando ela for casar".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Presidente, só a última pergunta mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já encerrou o tempo de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É só essa, que considero importante. Serão trinta segundos.

Dr. Walter, e o IPTU? O senhor pagou o IPTU da casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – (*Fora do microfone*.) Não, acho que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Porque o seguinte: o senhor...

Eu até entendo que o IPTU anterior da casa não deveria ser pago pelo senhor, mas, após a negociação efetuada, o IPTU deveria ser de sua responsabilidade. Ou, pelo menos, o senhor devia saber quem paga o IPTU da casa. Certo?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Este ano não pagou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrada a fala de V. Exª... Encerrou, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só para informação do Sr. Walter: as informações que temos foi que quem pagou o IPTU da casa foi o Sr. Carlos Cachoeira, embora ele não saiba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – E, se ele pagou, eu não sei; mas, se pagou, foi pouco; se ele morava lá durante esses sete meses que o senhor disse, a mim não pagou aluguel, se pagou IPTU, foi pouco ainda. *(Risos no recinto.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Foi pouco por quê?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Vou cobrar o aluguel dele, viu? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Indago ao Sr. Relator se ele quer fazer uso da palavra. Se não, passo ao próximo inscrito...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – O condomínio também. Deixe-me explicar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. WALTER PAULO SANTIAGO – O condomínio também, eu não perguntei, mas o condomínio ele deve do tempo que ele morou lá e deve ter pago o condomínio, a água, a luz...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Walter, só uma questão que eu queria, ainda na linha de pedir a colaboração do senhor. O senhor disse que quando fosse – respondendo ao Senador Randolfe – o momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. Faz soar a campainha.) – Peço a atenção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...quando fosse o momento mais próximo do casamento da sua filha, o senhor exerceria a opção de compra mais à frente.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso significa dizer que essa opção de compra, então, na verdade, seria em relação à Mestra, meses depois...

O SR. WALTER PAULO SANTIAGO – À Mestra. Se a casa pertencia à Mestra, na hora de comprar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não se justifica o fato de a opção de compra ser março de 2012...

O SR. WALTER PAULO SANTIAGO – Muito bem! A inteligência dele, realmente... Há pouco tempo atrás ele me cobrou aqui essa opção. A opção foi posterior ter comprado a casa para a Mestra, e essa opção foi feita com a Mestra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor tinha uma opção de compra na sua pessoa física...

O SR. WALTER PAULO SANTIAGO – Fisica.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) –...e é essa opção de compra que o senhor vai nos encaminhar.

O SR. WALTER PAULO SANTIAGO – É?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Odair Cunha.

Passo a palavra ao nobre Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Quero cumprimentar o Presidente Paulo Teixeira, o Relator Odair Cunha, a nossa testemunha, o Sr. Walter, e mais os Senadores e Deputados aqui presentes.

Eu acho que o Sr. Walter deu uma contribuição imensa para esta CPI. E o senhor está aqui na condição de testemunha, o senhor não é investigado.

Há várias questões levantadas em relação ao senhor que é um problema de outras condições, se não tiver relação com organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira. Por exemplo: dizem, ou chegaram informações a nós, que o senhor é sócio da Lipekham Limpeza**,** da Vanguarda Segurança, da Vig Seg Vigilância**,** da transportadora Padrão, das faculdades Padrão – que o senhor já disse que é administrador –, da Construalfa, da Idonea Factoring, da Caps Participações, da Construtora Jota, e mais aquela questão lá do jockey. Mas tudo isso aí, se não tiver relação com organização criminosa, é um problema do senhor com a Justiça, com o Fisco, com a polícia. O que nos interessa aqui é a investigação da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira. E o senhor deu uma grande contribuição, que foi a seguinte: o senhor vendeu em espécie – e se aqui alguém estiver querendo saber como foi conseguido esse dinheiro, também é outra investigação – o senhor comprou e pagou em espécie, em nome da Mestra, foi a Mestra, ao Governador Marconi Perillo, um milhão e quatrocentos mil. Este dinheiro da Mestra, se o Cachoeira não for sócio da Mestra, ele está fora; se ele for sócio oculto, nós va-

mos investigar. Mas o senhor pagou em espécie um milhão e quatrocentos para o Sr. Marconi Perillo e ele recebeu esse dinheiro. Só que o Sr. Marconi Perillo já tinha dito, em uma primeira versão, que teria vendido essa casa para o Cachoeira. Depois, nesta CPI, o Sr. Garcez disse que ele teria comprado essa casa e teria dado três cheques do sobrinho do Cachoeira, que não tem nenhuma relação com o senhor. O senhor não pegou esse dinheiro e não botou na conta do sobrinho do Cachoeira. São três cheques no valor de um milhão e quatrocentos e esses cheques foram parar na conta do Governador Perillo. Então, o Governador Perillo deve uma explicação a esta CPI, que é a seguinte: ele vendeu uma casa dele por um milhão e quatrocentos, para a Mestra, e recebeu o dinheiro em espécie. O senhor foi, pagou o ITBI, passou o nome da casa para a Mestra, pelo que eu sei. O senhor pagou e passou o nome da casa para a Mestra. Então, do ponto de vista do Governador Perillo, ele tinha que pegar esse dinheiro e/ou deixar em caixa e colocar na Declaração de Renda dele que ele tem um milhão e quatrocentos mil em casa, ou depositar e dizer: eu depositei esse dinheiro na minha conta, que recebi da Mestra; o que é uma operação legal. Se ele não fez isso, ele está cometendo uma ilegalidade, e eu acredito que esteja. E tem três cheques que ele alegou que o senhor havia pago. O senhor pagou essa casa? O Garcez alegou que teria pago essa casa. O senhor pagou essa casa com três cheques?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – O senhor pagou em dinheiro, espécie?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – EM DINHEIRO E ESPÉCIE.

O SR CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Ao portador do Governador Perillo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Verdade.

O SR CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Acho importante o relator ter isso em conta porque essa afirmação, essa contradição é razão suficiente para quebra do sigilo do Governador Perillo.

Essa é uma questão importante, e acho que o Governador Perillo deve a explicação. Pode ser duas questões: ou o Governador vendeu essa casa e o senhor comprou – e isso é importante o senhor informar, digamos que é a melhor hipótese para o Governador – por R$2,8 milhões, recebeu R$1,4 milhão por dentro, com três cheques que vieram da organização criminosa através do sobrinho do Carlos Cachoeira e recebeu mais R$1,4 milhão em espécie. O senhor confirma ou nega essa afirmação?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Nego, porque o valor da casa seria esse mesmo que estou falando, só que quero deixar claro o seguinte: nós começamos negociar bem antes. Depois, houve um silêncio nesse tempo todo. Quando ele veio me procurar em julho, aí concretizamos o negócio. Qualquer coisa, doutor, feito anterior...

O SR CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) –.Não estou negando, inclusive estou me somando aos Deputados, porque está claro que o senhor está aqui com testemunha, o senhor está colaborando. Se o senhor tiver outras culpas, que outras investiguem. Nosso problema aqui é a organização criminosa. Se, da Mestra, o Carlos Cachoeira for sócio oculto, ela vai para investigação. Se não for, é outra situação.Em relação à casa, o senhor comprou uma casa de R$1,4 milhão.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Então, há RS1,4 milhão em cheques – esses cheques, sim, vieram do sobrinho do Carlos Cachoeira e, provavelmente, de alguma empresa ou, como há indício, da organização criminosa – que o relator precisaria levantar. Mais do que isso acho que valeria a pena fazer uma pesquisa imobiliária, Deputado Odair Cunha, do valor da casa à época.

Uma história de que o Senador Randolfe falou e que não está clara – e é difícil, eu gostaria que o senhor, se pudesse, nos ajudasse a esclarecer – é o fato de que não é usual que, numa casa de R$1,4 milhão, alguém fique morando sete meses, não estabelecendo nenhuma relação com o proprietário, pagar o IPTU, pagar as despesas, mexer na casa – condomínio tem que pagar porque está morando – mexer na piscina, derrubar uma parede sem ter nenhuma relação com o proprietário, apenas na palavra de homem para homem – que vale. mas o senhor há de convir que não é maldade de um Senador quando ele diz: "mas não entendo como alguém dá emprestada uma casa sem auferir absolutamente nada durante sete meses." É claro que pode haver outros negócios que não são frutos da investigação desta CPI, mas se o senhor puder explicar esses outros, ajuda a gente entender o conjunto.

Quero encerrar a minha fala e deixar meus dois minutos finais para V. Exª explicar: por que o Cachoeira ficou sete meses numa casa do senhor sem que o senhor ter nenhuma relação com o Cachoeira? Se ele não é sócio oculto da Mestra, então seria coproprietário da casa Se a casa custou só R$1,4 milhão e o Governador Perillo recebeu três cheques que não têm nada a ver com a compra da casa...A compra da casa foi um dinheiro que o senhor pagou, isso está claro porque teve ITBI, documentação. Os cheques não têm nada

a ver com a compra da casa, os cheques são outra coisa como o senhor mesmo está dizendo. Então, por que o senhor deixou o Cachoeira ficar sete meses na sua casa, sem nenhum contato pessoal, sem conhecer, sem ter relação de amizade nem com o Garcez, nem com outro, nem com Fiúza, e o senhor nem conhecia a moça que morava na casa, a senhora que morava lá na casa. Não, não estou fazendo brincadeira; como o senhor viu, estou querendo entender e acho natural que os Deputados e que a sociedade brasileira queira entender como esse depoimento do senhor aqui coloca uma dificuldade imensa para o Governador Perillo, que vai ter dar nó em pingo dágua para explicar os três cheques. Mas ele não está aqui. Então, o senhor precisaria explicar para nós apenas o porquê de sete meses com o Carlos Cachoeira na casa, sem ter nenhuma relação com esse cidadão.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Olha, é como eu disse inicialmente. A casa era para valorização. Então, ela, ficando sem despesa nenhuma lá, ela estaria valorizando. E foi uma combinação com o Sr. Garcez que vender a casa, mas só entregar dentro de 45 dias. Então, foi tudo combinado antes. E não cobrou aluguel nenhum

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – (fora do microfone.) – Sete meses.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É. Quarenta e cinco dias.

O SR CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Mas ficou sete meses.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ficou muito tempo depois. Quando eu liguei para ele, ele disse: "Olha, até dia 15 eu resolvo. E depois houve esse problema de prisões, e tal e tal. Quarenta e cinco dias foram dados por mim para...

O SR CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Só para entender. Não estou querendo interromper o senhor. Foram 45 dias que o senhor deu, mas ele ficou sete meses?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sete meses.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Porque o senhor disse que ficou um tempo depois, e aí parece que eu dei um dado que não é real.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não. Real.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Mas o dado é sete meses.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu tenho a impressão, não tenho certeza, mas tenho a impressão... se ele... se por uma...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Se não tivesse a prisão, ele ficaria quanto tempo mais?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, eu tenho impressão de que ia pagar, né? Porque ele não pediu para Cachoeira. Ele não pediu para Cachoeira. Ele pediu para uma amiga dele. E, na nossa negociação, ficou bem certinho: 45 dias. Na nossa negociação, ficou certo 45 dias. Quando ele não entregou, já no fim do ano, eu liguei para ele e ele falou: "Não, até 15 de fevereiro eu mudo, desocupo a casa." Eu tenho a impressão que, se realmente for pessoa... iria pagar dos 45 dias combinados para frente. Mas ele foi preso posterior e, depois disso, nunca mais falei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, muito obrigado, Deputado Cândido Vaccarezza.

Depois do último inscrito, passo a palavra ao relator, para nós chamarmos a segunda depoente do dia.

O último inscrito é o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator e Sr. Walter Paulo Santiago, eu vou voltar ao texto que o Sr. Walter Paulo Santiago ficou de mandar para a CPI e não mandou, datado de 21 de maio de 2012. O Sr. Valter Paulo escreve o seguinte, no último parágrafo do documento, reconhecido no 7º Tabelionato de Notas de Goiânia: "Por outro lado, eu, de há muito, sou conselheiro administrativo da empresa, sendo minha a orientação para a aquisição do imóvel que foi adquirido como investimento para a empresa."

Muito bem. Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago, de quanto foi o faturamento da empresa que o senhor, de há muito conselheiro administrativo, quanto faturou a Mestra nos anos de 2009, 2010 e 2011?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Está me perguntando?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Evidentemente.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não. Não tenho isso não. Isso é coisa de contabilidade. Eu não tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas que administrador... Desculpe, Sr. Valter. O senhor se diz administrador da empresa, conselheiro administrativo, e o senhor não sabe quanto a empresa faturou?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não sei, porque essa empresa não trabalhava... nós não tivemos dinheiro, os proprietários não tiveram dinheiro para colocar na empresa. Ela só fez dois negócios, de 2006 até o presente momento...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A outra pergunta é do patrimônio dela.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu termino, eu termino senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por favor.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só fez dois negócios: a compra de um lote e a compra dessa casa. Só. Só dois negócios.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E com o dinheiro...

Então, muito bem. Então, vamos lá.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ah, mas está repetindo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, vamos lá. O que o senhor está me dizendo é que a empresa de que o senhor, de há muito, era conselheiro administrativo, não fazia negócio nenhum. Se ela fez – o senhor acabou de dizer – dois negócios, o senhor escreve que de há muito o senhor é conselheiro administrativo do nada. Então, que fez dois negócios. Aí, o senhor me diz que a empresa não tem faturamento nenhum. Como é que adquire um imóvel de R$1,4 milhão? Com dinheiro saído de onde? Eu começo a entender por que o senhor concorda aqui em quebrar o sigilo bancário e fiscal da empresa. Porque essa empresa não tem nada.

O meu questionamento para o senhor é o seguinte: uma empresa que não tem faturamento, segundo senhor acabou de dizer; uma empresa que não tem nenhum imóvel, a não ser dois negócios de 2006 até 2012, quando o senhor sacramentou o negócio, porque até 2012 – até 2011, perdão –, o senhor tem cinco anos... Em cinco anos, ela compra um lote e a famosa ou já famigerada casa. Ela não tem faturamento. O senhor diz aqui que o senhor juntou dinheiro em pacotinho e entregou.

Nós estamos aqui investigando uma organização criminosa que se valeu de empresas fantasmas. O senhor diria que a empresa, essa, é uma empresa fantasma ou laranja, porque ela não tem faturamento nem tem nada? Ela vive do quê, essa empresa Mestra? *(Pausa.)*

Quem paga o salário do Écio? Quem paga o seu salário? Quem pagava o salário da Srª Sejana? *(Pausa.)*

Retirada, pró-labore, como é o que o senhor apura dinheiro da empresa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu deixo de responder, porque já respondi essa mesma pergunta mais de dez vezes...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, não. Desculpe, o senhor nunca respondeu sobre faturamento.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Respondido.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Se for o caso, a gente trava aqui...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu já disse...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...até que venham as notas taquigráficas. O senhor nunca falou sobre faturamento aqui.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – E a outra coisa que me impediu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço ao depoente que responda às perguntas formuladas pelo senhores parlamentares, ainda que repetidas.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu não sei. Eu não sou contador. Eu calculo que foi muito pouco. Se não tem negócio nenhum, foi muito pouco. Vinte mil reais só que ela tinha é muito pouco, mas já foi...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quem paga o salário do Sr. Écio?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Senhor, proprietário não recebe salário. Empregado é que recebe salário.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O pró-labore, muito bem. Quem é que paga o pró-labore dele?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Se não tem renda, não tem pró-labore. Pró-labore é de acordo com a renda.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o senhor é consultor administrativo de uma empresa que tem um sócio que não tem pró-labore, funcionário que não tem salário, a sua ex-secretária, ex-diretora, porque era sócia original, lhe outorgou uma procuração para nada; o senhor empilha dinheiro na casa, ou para comprar uma casa, um dinheiro que o senhor não diz de onde tirou; e o senhor quer que eu olhe para o senhor e ache que o senhor está agindo corretamente? Aliás...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quero terminar.

O senhor autorizou... Tem um documento aqui que é seu, onde o senhor recebe autorização dessa empresa que não tem faturamento e não tem nada de recurso, onde o senhor deposita do seu dinheiro, das suas faculdades R$1,4 milhão, e o senhor aceita que, na escritura, onde, teoricamente, o vendedor deveria dar quitação, e o senhor não cobra, o senhor abre mão, textualmente aqui: "o representante da compradora dispensa apresentação da certidão negativa de tributos municipais", IPTU. E aí, quando questionado pelo Senador Randolfe, que sugeriu que o Sr. Carlos Cachoeira pagou o IPTU, o senhor disse: "Ah, tinha que ter pago até mais." Quer dizer, o senhor tinha consciência de que o IPTU não estava pago. O senhor fez a compra, o senhor abriu mão de receber pela empresa o IPTU. É o senhor que assinou! O senhor era sócio

do Sr. Carlinhos Cachoeira? O Sr. Carlinhos Cachoeira era o seu sócio oculto nas faculdades? O Sr. Carlinhos Cachoeira é sócio oculto do senhor na Mestra? Essa pergunta o senhor tem que responder.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, não, não. Não era sócio, não tinha amizade com ele. Não. Pronto, está respondido. E quanto a... *(Pausa.)*

Não, desculpa. Não e não. Ele não era sócio. Se ele morou na casa, qualquer pessoa sabe, se fosse aluguel, ele que teria de pagar. Eu não paguei. Eu não paguei...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor cobrou a empresa que o senhor é o conselheiro, que o senhor era o representante outorgado. Eu queria saber se o seu advogado estivesse junto, na hora da emissão dessa escritura, se ele seletivamente abriria mão do IPTU. É evidente que não; isso é evidente que não. Já que o senhor cobrou todas as certidões negativas anteriores em relação à casa, porque o senhor estava comprando ela, como dizem, livre, desimpedida, de pleno valor, venda firme, que responde em juízo, a pergunta é: por que o senhor abriu mão do IPTU? É porque o senhor sabia que o Sr. Carlos Cachoeira ia pagar para o senhor? O senhor sabia que o Sr. Carlos Cachoeira ia pagar para o senhor o IPTU?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas está aqui assinado. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Qual o ano que é esse aí? Qual é o ano?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas o senhor assinou...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Assinou o quê?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...o documento abrindo mão do IPTU da casa que o senhor comprou, que, na verdade, não é do senhor, é da Mestra, que nunca tem dinheiro nenhum.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – É lógico que é da Mestra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor tirou dinheiro de onde? Foi de suas faculdades para comprar a casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não dá para entender qual é esse problema de IPTU que ele está falando não... Não dá para entender isso não. *(Risos)*

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor quer que eu passe aí para o senhor ler?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, basta o senhor falar de que ano que é esse IPTU.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É a escritura que o senhor autorizou...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque quem paga IPTU...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...a Mestra comprar. O senhor fez um...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, estou perguntando o ano. Qual o ano? De qual ano?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O de 2011 e o de 2012. É o que está aqui.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Porque o que eu sei, e todos – todos – aqui dentro sabem, é que quem paga IPTU, até a compra, a venda da casa, é o dono da casa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas o senhor abriu não de receber isso!

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Uai...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor, quando comprou, o senhor abriu mão de receber a negativa do IPTU, ou seja, o senhor assumiria a conta do IPTU. Foi uma decisão do senhor, da Mestra, da empresa em que o senhor é o conselheiro administrativo. Foi o senhor e o Sr. Écio, que é esse cidadão que não ganha dinheiro nenhum, mas tem uma empresa, onde o senhor bota R$1,4 milhão das suas faculdades. E esse cidadão autorizou comprar a casa. O senhor cobrou todas as certidões, menos o IPTU.

A pergunta simples é... Então, o Sr. Carlos Cachoeira quer ficar com a casa, tanto que ele foi preso dentro da casa. O senhor a emprestou por 45 dias. Quatro meses e meio depois dos 45 dias, o senhor telefonou para o Sr. Wladimir. O Sr. Cachoeira continuava lá pagando todas as contas da sua casa. A casa originalmente era para dar renda à Mestra. Não rendeu um centavo para a Mestra. E quando o senhor cobra – é no dia 15 –, sabe quando é que ele sai da casa? Só quando a Polícia Federal prende o Sr. Carlos Cachoeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esgotou o tempo de V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...porque, se a Polícia Federal não prende o Sr. Carlos Cachoeira, ele estava até hoje na casa. E o senhor me dizendo que o senhor desconhece uma associação. O Sr. Carlos Cachoeira tinha uma associação criminosa. O senhor tem uma associação criminosa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esgotou o tempo de V. Exª para as suas respostas.

Depois vou passar ao relator. Temos já a segunda depoente preparada para vir à Mesa, a Srª Sejana.

Então, passo ao Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes dele, passo ao Sr. Relator Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente, é apenas, Sr. Walter, para encerrar aqui.

O senhor foi procurado pelo Sr. Garcez para o senhor adquirir a casa, não é?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Foi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi. Quanto inicialmente o Sr. Garcez lhe pediu na casa: "Olha, estou com a casa do Governador Perillo para ser vendida." "Ele quer quanto?" O senhor estabeleceu uma negociação com ele. E, por fim, o senhor diz aqui que pagou R$1,4 milhão, em espécie, mas inicialmente o Sr. Garcez lhe pediu quanto?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Ele não pediu nada. Ele me mostrou a casa. Eu olhei a casa, e falei: mil e duzentos... Um milhão e duzentos. "Ué, o que é isso?" "Tal, tal, tal, tal..." "Ó, no máximo, um milhão e quatrocentos."

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele não lhe informou quanto o Governador Perillo desejava na casa?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, fui eu que ofereci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As interceptações lidas aqui pelo Senador Pedro Taques apontam que a negociação teria gerado em torno de R$3,8 milhões, num primeiro momento, reduzindo a R$2,2 milhões, e eles teriam fechado – os dois comentam que teriam fechado com o senhor – em R$2 milhões, desde que pagos à vista.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, comigo não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não confirma essa...

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, confirmo não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...negociação?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Não, confirmo não. Eu não participei dessa daí de jeito nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor devolveria o dinheiro da Mestra ou à Mestra, aliás, o senhor devolveria o dinheiro à Faculdade Padrão como?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Com a venda, com o lucro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o dinheiro da Faculdade Padrão não é do senhor também?

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Sim, mas a casa não é minha. Esse pessoal trabalha, eu já disse várias vezes, e nós queríamos fazer uma coisa para ajudar. Então, por isso que criou essa empresa. E esse bem foi comprado dessa forma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mais uma vez, Sr. Presidente, apenas para...

Eu trago aqui também o termo de declaração onde o senhor disponibiliza o sigilo bancário, fiscal e telefônico nos dois últimos anos, tanto da Mestra como pessoalmente do senhor. O senhor disse aqui mais cedo que assinaria e aqui está o documento. Peço ao senhor para confirmar. *(Pausa.)*

No caso da Mestra tem que escrever que ele é administrador. *(Pausa.)*

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem objetiva.

Se o Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago diz que o dono da Mestra é o Sr. Écio... *(Pausa.)*

Qual é o requerimento que ele assinou aí, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Qual é a questão de ordem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na qualidade de administrador da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx Lorenzoni, V. Exª está fazendo um pedido de questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A pergunta é: ele, na qualidade de administrador, pode assinar pela empresa a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico? Eu duvido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Segundo ele, ele tem plenos poderes para administrar.

De qualquer forma, Sr. Presidente, nós encaminhamos à assinatura e podemos quebrar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós vamos quebrar, de qualquer jeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aliás, da faculdade.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas só queria sugerir ao Sr. Walter dar uma olhada na contratação do seu próximo advogado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero perguntar a V. Sª se quer fazer suas considerações finais, para eu chamar já a próxima depoente, a Srª Sejana Martins.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Só queria...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, só quero demonstrar claramente que, com

a assinatura, o verdadeiro dono da Mestra nós já descobrimos no depoimento de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso está colocado. Ele pediu para colocar como administrador da Mestra. E isso está colocado. Foi feita a correção pelo Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, já estava.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já estava corrigido.

Então, Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago, pergunto se V. Sª quer fazer suas considerações finais.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Quero ver esse documento aí, o que vai alterar no documento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Cadê o documento alterado?

Eu agradeço o Sr. Walter Paulo.

O SR. WALTER PAULO DE OLIVEIRA SANTIAGO – Eu vim com a maior boa vontade para falar a verdade e só a verdade. Vocês viram que muitas coisas aqui realmente estão truncadas, colocando palavras na minha boca.

Quero só deixar claro que, após tudo verificado, eu fui um dos mais honestos, e corajoso, em vir aqui defrontar com inimigos do Sr. Governador, que querem por tudo outra coisa. Não estou aqui para ajudar Governador, mas também não para massacrá-lo. De tudo que eu disse um dia será decretada a verdade. Foi só verdade.

Muito obrigado a vocês, especialmente a todos que me respeitaram. A gente sabe que são vocês que punem todo o nosso País. Quando depender da gente, eu estarei à disposição.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Parabéns.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Dispenso, então, o Sr. Walter Paulo de Oliveira Santiago, o seu advogado também, Nilson Pedro, OAB nº 22008, de Goiás.

Peço para que entre na sala a Srª Sejana Martins. *(Pausa.)*

Olha, a Srª Sejana vem protegida por um *habeas corpus* concedido pelo Ministro Luiz Fux, mas ela disse que vai falar um pouco como testemunha. Então, nós vamos tomar o depoimento dela. Depois, eu vou passar a palavra para o Relator e para as Srªs e os Srs. Deputados.

A Srª Sejana Martins Guimarães da Silva. *(Pausa.)*

Pode sentar-se aqui, sob o juramento de só falar a verdade, nada mais que a verdade. *(Pausa.)*

Srª Sejana Martins Guimarães da Silva, a senhora está aqui na condição de testemunha. Então, peço à senhora que assine um termo de falar a verdade aqui. Eu sei que ela está dispensada... Evidentemente, o conteúdo de um *habeas corpus* é não falar nada que a incrimine. Então, a senhora pode falar tudo que achar necessário dentro dessa definição. Depois, o nosso Relator fará as perguntas. *(Pausa.)*

Olha aqui. Ele diz: "contra a autoincriminação". *(Pausa.)*

Os termos dizem o seguinte: "permanecer em silêncio sobre o conteúdo das perguntas formuladas; não ser obrigada a assinar termo de compromisso de dizer a verdade; ser assistida por advogado; e de se comunicar livremente em particular com o mesmo, garantido o direito de autoincriminação."

Passo a palavra à senhora.

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Gostaria de cumprimentar a Mesa.

Mesmo estando resguardada pelo meu direito constitucional de permanecer em silêncio, eu gostaria de fazer algumas considerações.

Tem sido apontado pela mídia que eu ainda sou Diretora da Faculdade Padrão, mas meu desligamento da direção geral da instituição se deu no dia 30 de agosto de 2010, conforme comprovado em documento. Não me encontro mais na instituição. Fui diretora por um ano, a partir de 2 de janeiro de 2009, mas desde 1º de setembro de 2010 é outra pessoa.

Gostaria de esclarecer também que não tenho conhecimento dos fatos e das pessoas que estão sendo investigadas nesta CPI, tendo em vista que o protocolo da minha saída da Mestra foi no dia 6 de julho de 2011. Saí da empresa por não ter afinidade mesmo. Foi uma empresa que... A minha área é a educacional. Há 15 anos atuo na área de educação. Inclusive a empresa que me fez ser convocada pela Presidência desta CPI é a empresa em que eu atuo. É um instituto com curso de pós-graduação, uma empresa que atua com uma escola de idiomas. Essa empresa existe desde 2010 e foi constituída por mim e pelo meu ex-esposo. Este é o ramo em que eu atuo: o ramo educacional. Então, não tenho conhecimento dos fatos. Não conheço o Sr. Carlos Cachoeira. Não tenho nenhum relacionamento pessoal, profissional com nenhuma pessoa que é inquirida pela CPMI.

A partir desse momento, eu me resguardo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Sr. Relator, para as questões que julgar pertinentes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Srª Sejana, apenas, dialogando com V. Sª no sentido de que a senhora possa nos ajudar a esclarecer ao máximo essa

organização criminosa que foi criada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

É claro que o fato de a senhora vir a esta CPMI já mostra a sua disposição de colaborar com a mesma e a consideração que tem V. Sª com aqueles e aquelas que fazem parte desta Comissão e querem buscar a verdade. Só nos interessa isso.

Obviamente, nós compreendemos as limitações que aqui a senhora coloca. Mas, dentro ainda do que a senhora estava colocando, eu gostaria que a senhora precisasse melhor como e quando a senhora começou a trabalhar nas empresas do Sr. Walter Paulo. A senhora foi convidada por ele?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Foi através de seleção, em 2004; 1º de março de 2004.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E depois a senhora se desligou, em razão de qual motivo?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Qualidade de vida e questões de saúde também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Atualmente, qual é a ocupação da senhora? A senhora falou que tem uma escola?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Tenho. Chama-se Instituto de Formação Interdisciplinar Sejana Martins. Foi uma empresa constituída com o meu ex-marido no ano de 2000, a qual teve uma modificação do objeto do contrato social em 2009. Então, em 2010, devido a eu querer mesmo me dedicar mais às atividades educacionais da minha empresa, eu me desliguei de todas as outras empresas que não condiziam mesmo, vamos dizer assim, com a minha qualificação profissional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora é sócia de alguma outra empresa?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre ainda a empresa Mestra Administração e Participações, qual era o papel da senhora nessa empresa, na Mestra?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – A empresa foi aberta com esse objetivo mesmo de compra e venda de imóveis. Então, desde que eu vim trabalhar para a instituição, eu assumi cargos de coordenação, de auxiliar, cargo administrativo. Ministrei aula por apenas seis meses. A ideia foi do Professor Walter para que a gente pudesse mesmo adquirir, ao longo do tempo, imóveis, fazer negociações, mas é um ramo com o qual eu não me identificava, por ser mesmo da área educacional; por isso o meu interesse em me desligar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora se desligou da empresa, a senhora disse, da Mestra, quando mesmo?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Dia 6 de julho de 20011. Foi o protocola da Junta Comercial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seis de julho de 2011.

Nesse período que a senhora estava na empresa, havia o processo de negociação e, nesse processo de negociação, o Professor Walter Paulo estaria adquirindo uma casa do Governador Marconi Perillo.

O que V. Sª tem de informação sobre essa negociação que estava em curso?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Nenhuma informação, nenhum conhecimento, nem pessoal; nada, nada mesmo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora chegou a trabalhar na empresa Mestra, participava das decisões da empresa?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Durante o tempo em que estive presente, nós adquirimos apenas um lote por R$120 mil. Era um ramo que, uma empresa que não deu certo, que não condizia mesmo com a minha aptidão profissional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No documento supostamente enviado a esta CPMI, Walter Paulo afirma que era de há muito conselheiro da Mestra. Afirma também que o imóvel foi adquirido como investimento para a empresa, mas que ficou acertado com a Mestra que, futuramente, ele diz: "Quando minha filha fosse se cassar, o imóvel poderia ser dado a minha filha, como presente de casamento, desde que fossem acertados os devidos valores com a empresa".

No documento, Walter Paulo diz que se tornou administrador da empresa, conforme ata de nomeação, preposto, gerente e administrador, que ele pede para juntar.

A pergunta que se faz é: o Sr. Walter Paulo, de alguma forma, era funcionário da empresa Mestra, na medida em que era gerente proposto, e a senhora era funcionária dele na empresa da Faculdade Padrão? É isso? Como era essa relação?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Eu já vou me resguardar do meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** A senhora disse que saiu da empresa em 6 de julho de 2011, que deixou a empresa Mestra Participações; a senhora vendeu a sua cota societária?

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Nada a declarar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** A senhora pode responder?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas eu vou conceder a ordem a V. Exª depois que o relator acabar. Ele está na última pergunta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas é sobre isso, porque foi combinado com o antigo presidente que, quando a pessoa declinasse do seu direito de falar, ela seria imediatamente dispensada. Foi o que ela acabou de dizer, que ela vai permanecer em silêncio. Não têm sentido novas inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É a última pergunta, e ela respondeu a várias das perguntas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** É a última pergunta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** A senhora... Eu queria repetir isto, só para ver como...

Qual é a questão, Srª Sejana? A senhora se desligou, então, no dia 6 de julho da empresa Mestra Participações; como se deu esse desligamento? A formalização da sua saída se deu no dia 15 de julho; é claro que isso tem a ver... Há o fato de que dois dias depois de a casa, que foi adquirida pela Mestra, ter sido registrada em nome da Mestra, a casa que foi vendida pelo Governador Marconi Perillo.

A indagação que faço tem razão, porque a senhora era da empresa e deixou a empresa.

Eu queria saber se, ao deixar a empresa, a senhora vendeu sua cota de participação, na medida em que a empresa tinha valores, tinha um capital de giro e tinha negociações em andamento.

Só isso, Presidente.

A SRA. SEJANA MARTINS GUIMARÃES DA SILVA – Não tinha conhecimento das negociações, como já foi declarado, e nada mais a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, tendo sido feitas as perguntas e respondidas parcialmente, eu entendo que nos já temos esta audiência por concluída. E já temos agendadas duas audiências na próxima semana: na terça e na quarta.

Antes de passar para os deputados, eu quero agradecer à Srª Sejana Martins Guimarães Silva. Quero agradecer também ao seu advogado, Rodrigo Lustosa Victor, e...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** Presidente, antes de sair, um minutinho só: eu só queria registrar – e que as notas taquigráficas também fiquem claras – que ela disse ao relator que a empresa foi uma ideia do Prof. Walter. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Lembrando que o advogado é conhecido aqui da CPI, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, então, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Reaberta às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.)

Deputado Paulo Teixeira, Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião realizada em 12 de junho de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo (PT-SP),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP),** e **Sérgio Petecão** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR), Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glau-**

ber Braga (PSB-RJ) e Hugo Leal (PSC-RJ). Deixou de comparecer o **Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Pedro Simon (PMDB-RS), José Agripino (DEM-RN), Mário Couto (PSDB-PA), Cícero de Lucena (PSDB-PB), Paulo Bauer (PSDB-SC), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e os Deputados **Bruno Araújo (PSDB-PE), Armando Vergílio (PSD-GO), Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**, **Chico Alencar (PSOL-RJ), Heuler Cruvinel (PSD-GO), Vilmar Rocha (PSD-GO), Roberto Balestra (PP-GO), Valdivino de Oliveira (PSDB-GO), Magda Mofatto (PTB-GO), Cesar Colnago (PSDB-ES), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Carlos Brandão (PSDB-MA), e Leonardo Vilela (PSDB-GO), Vaz de Lima (PSDB-SP), Walter Tosta (PSD-MG), Izalci Lucas (PR-DF), Jorginho Mello (PSDB-SC), João Campos (PSDB-GO) e Nelson Marchezan (PSDB-RS)**. Na oportunidade, foi ouvido, como testemunha, o Governador de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Junior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva, como testemunha, do Governador Marconi Perillo, por força do Requerimento nº 47, de 2012, de autoria do Deputado Carlos Sampaio; do Requerimento nº 80, de 2012, de autoria do Deputado Filipe Pereira; do Requerimento nº 221, de 2012, do Deputado Maurício Quintella; do Requerimento nº 274, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e do Requerimento nº 274, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

Concederei a palavra, inicialmente – a quem convido a tomar seu lugar uma vez que se encontra presente –, ao Sr. Governador Marconi Perillo, que, na condição de testemunha, devidamente acompanhado de seu advogado, assinará o termo de compromisso.

Peço à secretaria para ultimar os termos necessários à testemunha. *(Pausa.)*

Quanto à lista de inscritos, peço aos Srs. Parlamentares que ainda não se inscreveram para as indagações posteriores que o façam junto à secretaria.

O depoimento transcorrerá conforme o item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência. O depoente disporá de 20 minutos e, com anuência desta Presidência, de mais algum tempo, e será interpelado pelos Srs. Parlamentares, conforme aqui procedemos e é do conhecimento de todos os senhores.

Peço apenas a compreensão de todos, porque está sendo lavrado o termo de compromisso.

Acuso o recebimento de uma questão de ordem, por escrito, por economia processual bem feita pelo PSDB, na pessoa de seu Líder Alvaro Dias, a respeito de documentação da operação Saint Michel.

Recolho a questão de ordem para providências e, na próxima reunião, haverei de responder à questão de ordem do Sr. Senador Alvaro Dias, que é pertinente.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aceito a questão de ordem e haverei de tomar as providências.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – V. Exª não podia democratizar a questão de ordem? Se é pertinente, seria importante que todos os membros da Comissão tivessem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou divulgá-la imediatamente *on-line*; já vou fazê-lo agora, *on-line*.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está assinado o termo de compromisso. Dá testemunho o Sr. Governador Marconi Perillo.

Passo a palavra à testemunha, para o seu depoimento.

Com a palavra.

O SR. MARCONI PERILLO – Exmº Sr. Senador, Presidente desta CPMI, Vital do Rêgo; Exmº Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; Exmº Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira; Exmªs Srªs Senadoras; Exmºs Srs. Senadores; Exmªs Srªs Deputadas; Exmºs Srs. Deputados; Exmº Sr. Vice-Governador de Goiás, Dr. José Eliton de Figueirêdo; Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputado Jardel Sebba; Exmºs Srs. deputados estaduais; prefeitos do meu Estado; vereadores; profissionais da imprensa aqui presentes, o meu respeito a cada um dos senhores e das senhoras.

Srªs e Srs. Parlamentares, venho a esta CPMI com a cabeça erguida e firme no propósito de apresentar a verdade dos fatos. Venho depois de ter solicitado formalmente ao Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, a abertura – e fiz isso de livre e espontânea vontade – de investigação referente a citações de que fui vítima no desdobramento da Operação Monte Carlo.

Desde o princípio, eu me ofereci, mais uma vez de forma voluntária, ao meu partido para comparecer

a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Aqui estive pessoalmente para entregar ofício ao Sr. Presidente, o Senador Vital do Rêgo, oferecendo-me para prestar esclarecimentos aos Srs. membros desta CPMI, ao Congresso Nacional, à imprensa, ao povo goiano, a quem devo tudo, e ao povo brasileiro.

Na verdade, estou sendo vítima de todos esses acontecimentos deflagrados com a Operação Monte Carlo: fatos distorcidos, informações descabidas. Por isso, venho aqui para restabelecer a verdade dos fatos.

Inicialmente, quero reafirmar o meu profundo respeito pelo Parlamento e reconhecer a importância do trabalho investigativo das Comissões Parlamentares de Inquérito, tão banalizadas nos últimos anos.

Em boa parte de minha vida, atuei como parlamentar. Exerci mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República e também atuei como membro de inúmeras CPMIs. Tive a honra de ser o 1º Vice-Presidente desta Casa. Sempre considerei o Parlamento como uma das pilastras principais de sustentação à democracia e às liberdades individuais e coletivas.

Construí minha trajetória política por longa caminhada, que se iniciou exatamente pelo Parlamento, onde aprendi a considerar sempre sua representatividade e pluralidade, em especial no exigente cargo de Governador de Goiás.

É uma vida inteira, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de dedicação e de atitudes transparentes e sem máculas. Não fora isso, não teria chegado, pela terceira vez, ao Governo do meu Estado. Oito eleições disputadas, seis mandatos. Todos sabem da minha trajetória e que enfrentei forças poderosas para chegar até aqui. Muitos não se conformam com isso e tentam, o tempo todo, desconstruir o patrimônio político e moral que formei ao longo de uma longa vida pública.

Goiás conquistou credibilidade suficiente para que investidores do Brasil e do mundo acreditassem na estabilidade, legalidade, segurança jurídica e seriedade do Poder Público, atendendo a um chamamento que mudou muito, e para melhor, a imagem e a competitividade do nosso Estado. Rompemos com o atraso e, num pacto de confiança mútua com o setor produtivo e os trabalhadores, colocamos o nosso Estado entre as nove maiores economias do País e a sétima mais competitiva.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pelo décimo segundo mês consecutivo, mês após mês, Goiás foi o Estado cuja indústria mais cresceu, liderando o crescimento industrial no Brasil nesses últimos doze meses. Nos primeiros quatro meses deste ano, tivemos um crescimento superior a 30%, muito além do segundo colocado. No mês de março, senhoras e senhores, Goiás foi o Estado que mais cresceu na geração de empregos proporcionalmente, e foi, do ponto de vista global, o quinto maior gerador de empregos no Brasil.

No ano passado, estimávamos investimentos da ordem de R$10 bilhões numa perspectiva até o final de dezembro. Chegamos ao final de outubro atingindo essa cifra – R$10 bilhões – em novos investimentos.

Srªs e Srs. Senadores, em 1º de janeiro de 1999, quando assumi o Governo pela primeira vez, o PIB de Goiás, o conjunto de suas riquezas, somava R$17 bilhões. Ao final deste ano, estamos confiantes de que deveremos chegar a quase R$117 bilhões de riqueza bruta, ou seja, R$100 bilhões a mais do que quando assumimos o Governo pela primeira vez.

Goiás já é o nono Estado mais rico do Brasil, o sétimo mais competitivo e gerou, nesse período de doze anos, mais de um milhão de empregos.

Digo isso para que os senhores tenham uma noção da importância desse Estado estratégico para o Brasil, situado no coração do Brasil, um Estado que tem procurado se destacar pelo trabalho de seu povo, da sua gente honesta e de seus líderes.

Faço um parêntese para agradecer a todos os parlamentares goianos que atuam aqui no Congresso Nacional, Senadores e Deputados, que, ao longo dos últimos anos, têm contribuído de forma absolutamente importante para que pudéssemos obter essas conquistas.

Rompemos, como já disse, com o atraso e colaboramos, de forma modesta mas persistente, para que Goiás alcançasse indicadores econômicos, aferidos tanto pelo IBGE quanto pelo Ipea, que nos orgulham a todos.

Fomos pioneiros em programas sociais posteriormente adotados em todo o Brasil. O Cheque-Moradia chegou a mais de 16 Estados; o Renda Cidadã chegou ao Governo Federal, servindo de base para a implantação de muitos programas, inclusive o Bolsa Família; a Bolsa Universitária, que já contempla 115 mil alunos, também foi importante programa que estimulou a vários governos, inclusive o Governo Federal.

Tenho vocação democrática. Fui forjado na luta contra o regime autoritário ainda muito jovem. Participei, ao lado de Henrique Santillo, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Mário Covas, da resistência democrática, como Presidente da Juventude do PMDB, e vi de perto a truculência do arbítrio e da perseguição política. Para mim, preservar a democracia no Brasil e consolidar a República significa necessariamente garantir a pluralidade de ideias, a livre manifestação de pensamento, a alternância de poder e o respeito às convicções individuais.

Todos sabem que tenho posição política definida e jamais fui cooptável. Minha relação com adversários que administram prefeituras importantes em meu Estado é republicana, respeitosa e cordial, e isso tem resultado em benefícios coletivos. O mesmo relacionamento republicano, cordial e respeitoso tem-me sido dispensado, ao governo e à minha pessoa, ao meu Estado, pela Senhora Presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil já viveu tristes experiências de ditaduras. Em Goiás, o ex-Governador Mauro Borges Teixeira foi duramente perseguido e acabou deposto pelo regime de 64 – ele, ao lado de Leonel Brizola e Miguel Arraes foram fundamentais na cadeia da legalidade. JK e João Goulart sofreram o mesmo martírio da perseguição, e sofreram sem poder contar com um dos mais caros pressupostos da República e da democracia: o direito ao contraditório, o direito à ampla defesa e à presunção da inocência.

Neste plenário, há parlamentares egressos da Magistratura ou do Ministério Público e há outros com ampla experiência em processos investigatórios ou na vida parlamentar ou no Poder Executivo. Por isso, estou certo de que aqui se busca provar a verdade real dos fatos.

Considero que estou sendo vítima de uma grande injustiça, originada em ataques odiosos e sem limites, que se manifestam ora de forma velada mas dura, ora de forma explícita mas sutil e sorrateira. Não conheço algo parecido no País desde que reconquistamos a democracia e erigimos, como guardiã da República, a Constituição Cidadã de 1988.

Às vezes, não consigo acreditar em tamanha crueldade, em volume de informações distorcidas, ilações, suposições e todo tipo de leviandades. Respeito a liberdade de imprensa, sempre vou respeitar, e reconheço o papel desempenhado pelos veículos de comunicação, porque, sem a imprensa livre que temos hoje, dificilmente poderíamos caminhar para o constante aperfeiçoamento da nossa democracia, que ainda é tênue. Mas devo dizer que há muitas informações fragmentadas, alguns exageros, informações às vezes descontextualizadas em alguns veículos de comunicação. Elas tendem a promover desinformação, confusão ou prejulgamentos. Esse é o caminho que só leva à injustiça, e a imprensa livre, os profissionais de imprensa jamais buscaram levar alguém à injustiça.

A história comprova. O ex-Deputado Ibsen Pinheiro e o ex-Governador de Goiás Henrique Santillo, entre outros, foram vítimas de acusações vazias e julgamentos precipitados. Ao longo do tempo, comprovou-se que haviam sido injustiçados e que as denúncias eram totalmente improcedentes. A honra desses homens públicos ficou manchada por fatos comprovadamente inverídicos, o que demonstrou a ilegal e imoral inversão do ônus da prova. Tiveram que provar que eram inocentes, e não o contrário. No Estado de direito, o ônus da prova é real sobre quem acusa ou alega qualquer tipo de fato. A inversão despropositada desse princípio constitucional caracteriza injustiça plena.

No nosso Estado impera a lei, e vivemos um momento de prosperidade com maior crescimento da indústria e de empregos registrado nos últimos anos no Brasil. Todas as instituições funcionam normalmente, prestando relevantes serviços à sociedade.

Mais do que o meu patrimônio moral, defendo aqui o orgulho de ser goiano. Pedi espontaneamente para ser investigado, para vir aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito em respeito, primeiramente, aos goianos, ao povo do meu Estado, seis milhões de pessoas, de pessoas de bem, trabalhadoras, que, ao longo dos anos, ajudaram a construir um dos Estados mais prósperos desta Federação, um dos Estados que ajudam a alavancar as exportações e os empregos.

Saltamos, em 1999, de um volume exportador de R$300 milhões para R$7 bilhões, e isso tem sido fundamental para garantir a empregabilidade, a melhoria da qualidade de vida dos goianos e dos brasileiros.

Venho, portanto, aqui, para... Embora tenha sido até admoestado pelo meu advogado de que talvez lograsse êxito ele num mandado de segurança, eu disse a ele: "Se eu não for à CPI, se não prestar os esclarecimentos conforme eu próprio solicitei, eu prefiro abandonar, definitivamente, a vida pública, porque não teria a coragem de olhar a face dos meus conterrâneos."

Venho aqui, portanto, para falar de um Estado maravilhoso, de um Estado extraordinário, rico, de uma gente boa, de uma gente trabalhadora. Venho aqui também para fazer esclarecimentos aos brasileiros que sempre confiaram em mim, e, principalmente, venho aqui em respeito ao Congresso Nacional e em respeito à instituição que para mim é cara, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Saibam os senhores que debateremos, diante da verdade, a crença da maioria dos meus conterrâneos, que me deram seis mandatos consecutivos. Não posso aceitar, como Governador, qualquer nova discriminação que venha a apequenar meu Estado.

Conforme já afirmei, diversas vezes, para todos os veículos de imprensa ao longo desses cem dias, nunca mantive qualquer relação de proximidade com o Sr. Carlos Augusto Almeida Ramos.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Parlamentares, 30 mil horas de gravações, três anos de gravações: nenhuma ligação do Sr. Carlos Cachoeira para mim, para o meu telefone, para o meu gabinete! Nenhuma

ligação dele para mim, apenas uma ligação minha de cumprimentos pelo seu aniversário.

Ora, Srªs e Srs. Parlamentares, se eu mantivesse com ele qualquer relação mais próxima, seria natural que ele tivesse acesso ao meu telefone particular, aos telefones do meu gabinete; seria natural que ele tivesse ligado para mim em muitas ocasiões.

Mais do que isso, e vou dizer adiante, quase duas mil máquinas apreendidas. Os contratos da Delta, no meu Estado, representam 4% dos contratos que estão em vigor na Agência de Obras e Transportes, com deságio, em um caso, de 21%.

Reafirmo: nunca mantive nenhuma relação de proximidade com o empresário Carlos Cachoeira, embora fosse ele uma pessoa de livre trânsito com políticos no meu Estado, de livre trânsito com a sociedade, com a elite, porque é uma pessoa rica e transitava pelos melhores – morava no melhor edifício da capital – restaurantes da cidade.

Peço uma reflexão a V. Exªs. De forma desavisada ou maldosa, vejo, aqui ou acolá, afirmações de que o Sr. Carlos Augusto, o Cachoeira, teria influência em meu governo.

No caso concreto, a própria investigação faz prova a meu favor.

Como é do conhecimento de todos, o Sr. Carlos Cachoeira teve suas conversas telefônicas interceptadas, por determinação judicial, durante quase três anos. Como pode uma pessoa monitorada pela Polícia Federal durante três anos ininterruptos, com influência sobre o governo, não ter feito sequer uma ligação para mim?

Em todo o processo de escuta da Polícia Federal, só há uma única e fortuita conversa telefônica, e me cabe esclarecer em que circunstâncias se deu.

Estava na casa de um amigo, em uma reunião social, quando alguém dos presentes me disse que era aniversário do Sr. Carlos Cachoeira e me perguntou se eu aceitaria falar com ele, para cumprimentá-lo pela data, já que, como se sabe, em Goiás, eu tenho o hábito de telefonar para dezenas de pessoas nessas ocasiões, de forma afetuosa e respeitosa.

Eu não estava telefonando ali para um contraventor, mas estava telefonando para um empresário que atuava no setor de produção de medicamentos e era um dos sócios do maior laboratório de bioequivalência da região Centro-Oeste.

Disse que, se ele telefonasse, eu o cumprimentaria, e foi, rigorosamente, o que ocorreu, em uma conversa rápida e absolutamente trivial.

Se, em sua rotina de interesses, esse grupo menciona meu nome e de integrantes de meu governo em suas conversas, não posso ser responsabilizado por diálogos de terceiros, que, em muitos momentos, foram ofensivos a mim e ao meu governo.

Disseram aqui que o meu nome foi citado por duzentas e trinta e tantas vezes, 237 vezes. Alguém procurou saber quantas dessas citações se referem a mim como xingamentos? O Sr. Wladimir Garcez aqui esteve e disse que usou do meu nome em citações telefônicas para tentar mostrar prestígio junto aos seus patrões, Delta e Carlos Cachoeira, para provar intimidade com o Governador e manter, assim, o seu emprego. Não posso me responsabilizar por conversas irresponsáveis que fizeram não só em relação a mim, mas também em relação a muitos outros políticos de Goiás. O Sr. Wladimir Garcez disse aqui, neste plenário, da sua relação íntima com muitos políticos de Goiás. O delegado da Polícia Federal também disse aqui que 81 pessoas foram citadas nas escutas telefônicas.

Reafirmo: as citações ao meu nome são citações irresponsáveis. A prova cabal da utilização indevida do meu nome ficou evidente nas gravações telefônicas divulgadas pela imprensa. Em uma delas, o Sr. Wladimir Garcez e o Sr. Carlos Cachoeira combinam inserir meu nome, de forma fraudulenta, na agenda do celular do Sr. Wladimir, porém com o número de outra pessoa. O objetivo era que meu nome aparecesse no visor do telefone como autor de uma mensagem que convinha ao grupo e que, na verdade, não havia sido enviada por mim. Se tivessem intimidade comigo, não precisariam utilizar-se desse tipo de subterfúgio.

As gravações divulgadas são meras citações interesseiras de quem quer exibir prestígio e tenta, de alguma forma, mostrar que tem algum tipo de relacionamento com o Governador. Temos aqui muitas pessoas que já foram governadores, prefeitos. Os senhores são Parlamentares e sabem que isto é comum na vida de quem atua, na vida pública: muitas pessoas, muitas vezes, tentam utilizar-se de algum tipo de proximidade com o ente público ou político para, de alguma maneira, levar vantagem.

O depoimento do Sr. Wladimir Garcez aqui, nesta CPMI, demonstrou essa intenção com grande clareza. Ele disse – abre aspas:

Nessas atividades, para me valorizar tanto em relação à Delta quanto ao Carlinhos, sempre procurava mostrar que tinha um bom relacionamento com pessoas do governo e pessoas ligadas às empresas. Muitas vezes, essa intimidade, de fato, não acontecia. O meu objetivo era mostrar que eu gozava da confiança de todos os políticos e garantir esses meus empregos.

Na vida pública, muitas vezes, vemos pessoas se aproximarem para tentar demonstrar relações de prestígio e amizade com políticos e autoridades. Vemos também assessores, deliberadamente ou não,

falar em nome de políticos e, posteriormente, serem desmentidos. Dificilmente algum Parlamentar já não foi vítima de uma manobra dessas.

Aqui, fora desta sala, nos corredores, não é incomum reconhecermos a presença de pessoas querendo se utilizar de um suposto relacionamento com parlamentares para benefício próprio ou de terceiros, todos tentando provar que são amigos do governante como forma de garantir seu trânsito. Alguns sequer entraram nos palácios, mas falam como se fossem íntimos.

Quero que memorizem o que afirmo para que comprovem até o final desta reunião: não há nenhum ato, no Governo de Goiás, do meu governo, em benefício ou na direção do que suscitam os diálogos mencionados pela imprensa sobre a Operação Monte Carlo.

Falaram muito sobre seus planos, mas nada se concretizou. Nada! Reafirmo: nada se concretizou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO – Exmo Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª a prorrogação do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor já usou 25 minutos e terá desta Presidência mais cinco.

O SR. MARCONI PERILLO – Careceria de um tempo maior para que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor terá mais dez minutos.

O SR. MARCONI PERILLO – Espero que eu consiga...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor terá o tempo que for necessário, Governador. Como testemunha, mais quinze. O senhor pode utilizar o tempo que for conveniente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, ele pode usar o tempo dos líderes...

O SR. MARCONI PERILLO – Obrigado, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, ninguém quis falar. Dê tempo ao Governador!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós temos que dar a ele o tempo que for necessário. É apenas uma questão de disciplina e de rotina desta Presidência: cinco, mais cinco, mais cinco, mais cinco, mais cinco minutos até quando ele terminar.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Presidente, peço desculpas por tomar o tempo de V. Exª, mas agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É uma questão apenas de rotina procedimental desta Presidência.

O SR. MARCONI PERILLO – Meu objetivo era mostrar, como disse o Sr. Wladimir, que eu gozava da confiança de todos os políticos. Ele disse aqui que não era amigo só do Marconi Perillo, mas que ele se relacionava com políticos de todas as matizes político-ideológicas do meu Estado.

Senhoras e senhores, na vida pública, muitas vezes vemos pessoas se aproximarem para tentar demonstrar relações de prestígio e amizade com políticos e autoridades. Vemos também assessores, deliberadamente ou não, falarem em nome de políticos e posteriormente serem desmentidos. Dificilmente algum parlamentar não foi vítima de uma manobra dessas. Como já disse aqui, fora desta sala, nos corredores, não é incomum reconhecermos a presença de pessoas querendo se utilizar de relacionamento com parlamentares para benefício próprio ou de terceiros, todos tentando provar que são amigos do governante como forma de garantir seu trânsito. Alguns sequer entram nos palácios, mas falam como se fossem íntimos.

Quero que memorizem o que afirmo – e estou repetindo isso porque considero importante – para que comprovem até o final desta reunião: não há nenhum ato do Governo de Goiás em benefício ou na direção, porque suscitam os diálogos mencionados pela imprensa sobre a Operação Monte Carlo. Falaram muito sobre seus planos, mas nada, rigorosamente nada se concretizou.

O grupo é acusado de cooptar policiais para proteger seu esquema. Infelizmente, isso acontece por toda parte, o que evidencia que o Estado não tolerava as práticas ilícitas, caso contrário não seria preciso a infiltração no aparelho policial.

Senador Pedro Simon, o meu Estado conta com 12 mil policiais militares em atividade, 3 mil policiais civis em atividade. Destes, 34 foram envolvidos nessa operação, foram indiciados nessa operação. O senhor pode perguntar: "Mas são muitos"? Eu acho que são muitos. Não deveríamos ter nenhum. Mas todos eles tiveram, no mesmo dia da operação, suas armas recolhidas, suas carteiras funcionais recolhidas. Todos eles foram afastados de suas funções de delegado de polícia, ou de corregedor, ou de chefe de policiamento metropolitano indicados pelos seus chefes. Todos eles hoje estão na comissão de ética e disciplina das suas polícias, respondendo a processo ou inquéritos administrativos.

Quero relatar às Srªs e aos Srs. Parlamentares – antes, eu gostaria de dizer e reafirmar: as polícias de Goiás estão entre as melhores do Brasil e o conjunto das polícias militar, civil, bombeiros, polícia técnico-científica não pode jamais pagar pelo que fizeram alguns poucos, se fizeram, se restar comprovado nas sentenças –, mas quero relatar às Srªs e aos Srs. Parlamentares que existia, quando da posse em meu primeiro mandato, um contrato em plena vigência entre o Estado de Goiás e a Gerplan, uma empresa adminis-

trada por Carlos Augusto. A empresa fazia gestão da videoloteria do Estado e de todos os jogos da loteria do Estado de Goiás.

Eu vou ler aqui, se me permitir, a cronologia.

A loteria do Estado de Goiás foi criada no início da década de 60. Em 1995, o Governo de Goiás concedeu a exploração de loterias do Estado através de licitação pública. O processo licitatório resultou na contratação da Gerplan, que era de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira – 1995.

O contrato de concessão entre a LEG e a Gerplan foi firmado em 03 de julho de 1995. Tal contratação se deu por licitação, e concorreram a Trade e a Gerplan. O prazo firmado do contrato foi de trinta meses, com a possibilidade de uma prorrogação por igual período. O contrato foi aprovado pelo Tribunal de Contas com a resolução TCE 2.725, de 20 de julho de 1995. Em 22 de julho de 1996, com apenas doze meses de vigência, o contrato foi aditivado, prorrogando o prazo de vigência por mais sessenta meses, cinco anos, aprovado pela Resolução 4.369, de julho de 1996.

A partir daí foram lançadas outras modalidades lotéricas: keno, palpiteca, pimba, sonho premiado, modalidades essas que foram retiradas do mercado – umas, por decisão judicial; outras, por interesse da concessionária.

A partir de 1997, deu-se o início da exploração da modalidade videoloteria ou caça-níqueis, como são chamados.

Em 21 de outubro de 1998, alguns dias antes da minha eleição como Governador no segundo turno, que se deu, parece-me, no dia 25, o contrato foi novamente aditivado, alterando o prazo de vigência para 20 de julho de 2010, novamente aprovado pela Resolução TCE 6.318, de dezembro de 1998.

No ano de 2000, o Estado de Goiás editou a Lei 13.639, de julho de 2000, que reformulou o negócio de loterias no Estado, e, com o Decreto 5.282, regulamentou, como acontecia em vários Estados do Brasil, todos os procedimentos.

Seguiram-se várias instruções normativas editadas pela Sefaz, e contra a Lei 13.639 foi proposta uma Adin, julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal em 2007, pondo fim a LEG.

Em 03 de janeiro de 2001, o Ministério Público propôs ação civil pública, visando anular os efeitos da prorrogação do contrato para 20 de julho de 2010, que foi feito em 1998. Essa ação teve o Estado de Goiás, no meu governo, como litisconsorte ativo. A ação foi julgada procedente no dia 30 de março de 2004. Não houve recursos, e a sentença transitou em julgado.

Em 20 de fevereiro de 2004, o Governo Federal editou a MP 168 e proibiu as loterias de terminais ou videoloteria, os caça-níqueis. A partir da edição da medida provisória, a loteria deixou de existir no Estado de Goiás e no País.

Em minha gestão, o Governo de Goiás associou-se, como eu já disse, ao Ministério Público em ação que acabou por suspender o contrato. Mais tarde, em fevereiro de 2004, uma medida provisória proibiu os videojogos no Brasil. A partir dessa medida provisória, a polícia goiana passou a agir incessantemente por determinação do governador contra os caça-níqueis.

Desde o início deste meu terceiro Governo, a ação policial repressora recrudesceu o combate ao jogo ilegal, em mais uma amostra de que o grupo investigado não teve qualquer favorecimento de minha parte ou do meu Governo.

As ocorrências policiais cresceram 24% entre maio de 2011 e maio deste ano. A apreensão de máquinas caça-níqueis cresceu 114% no mesmo período. Até 27 de maio de 2012 foram lavrados 845 Termos Circunstanciados de Ocorrência e 2.570 máquinas caça-níqueis apreendidas. Repito: 845 TCOs e 2.570 máquinas caça-níqueis apreendidas.

Gravação divulgada, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares membros desta CPMI, pelo jornal *O Popular*, no dia 22 de abril, atesta que o Sr. Carlos Augusto Ramos, o Sr. Carlos Cachoeira, reclamava da dura ação da polícia no combate ao jogo ilegal.

Destaco aqui trecho de conversa em que o Sr. Carlos Cachoeira reclama, para sua esposa, em maio de 2011:

Sabe como estou me sentido? Tô aguentando para não chorar. Sabe o que estou me sentido? Tô me sentindo um bandido, a forma como a sociedade me vê. Foram em dois locais. Os melhores aqui em Goiânia. Ontem, foram em mais dois. Quer dizer, acabou. Vi que era perseguição mesmo. Entendeu? Vou ter que ficar uns dez dias parado. De lá para cá, a vida degringolou. Estou perdendo tudo. O que está funcionando em Anápolis é precariamente.

Essa é uma demonstração inequívoca do quanto a polícia do meu Estado agiu não só contra a contravenção, mas agiu também e principalmente contra todo o tipo de crime organizado, tráfico de entorpecentes e bandidos de toda a natureza.

Nós estamos, agora, criando os postos de comando de divisas, para evitar a entrada de contrabando, de armas ilegais e de tráfico de drogas em nosso Estado.

Tudo isso, Sr. Presidente, desmente, por completo, as especulações e publicações que, se associadas a um mínimo de informação e verdade, sequer teriam dado vulto à fantasiosa suposição de influência desse grupo sobre o Governo de Goiás. Até fizeram a teratológica ilação de que teria sido feita entrega de dinheiro

na Praça Cívica. O próprio relatório da Polícia Federal desmente isso. Eu rechaço isso. Jamais alguém entregou qualquer quantia em dinheiro no Palácio das Esmeraldas. Podem ter até entregue para algum bandido na Praça Cívica, que é uma praça onde todos frequentam.

Já com relação à empresa Delta, dos 140 processos licitatórios dos quais participou, promovidos pelo Governo do Estado, entre 2008 e 2012, 19 contratos foram firmados com a empresa. Dentre esses, sete se deram na minha gestão. Um deles com a empresa de saneamento, para aluguel de veículos, realizado no ano passado, acabou de ter, agora, a sua rescisão contratual amigável entre a Delta e a Companhia de Saneamento.

Em licitação recente de 24 lotes disputados para rodovias, para reconstrução de rodovias, em um conjunto de 2.081 quilômetros, a Delta venceu dois, com deságio médio de 21,6%, ou seja, um desconto em relação à licitação de R$9.317.202,00.

Contratos recentes entre o Governo de Goiás e a Delta foram objeto de glosas de pagamentos por inexecução. Houve glosas de R$560 mil à Secretaria de Segurança Pública e R$2.207 milhões na Agência de Obras Públicas e Transportes.

O contrato mantido pela Secretaria de Segurança Pública para a locação de cerca de dois mil veículos foi aditivado recentemente, porque já havia, antes dessas denúncias, um novo processo licitatório em andamento, com pregão eletrônico, licitação marcada para o mês que vem, no dia 13 de julho. No dia 06 de junho, agora, fizemos audiência pública. Dia 02 de julho será publicado o edital para que, ao contrário do que foi feito no governo anterior, quando o governo aderiu a uma ata de registro de preços, agora possamos fazer o certame como manda e determina a Lei nº 8.666, a Lei de Licitações.

Não podemos deixar a Polícia de Goiás a pé. Queriam que eu rescindisse o contrato. Como? Se há um certame marcado, como posso, da noite para o dia, romper esse contrato? Agi com prudência, em respeito à polícia e ao cidadão goiano, que precisa de policiamento.

A Agência de Transportes e Obras Públicas de Goiás tem contratos que somam R$1.128.436.967,00. A Delta tem 4% – repito –, 4%, ou seja, R$51.498.895,00 – 4%. A Delta tem, em prefeituras de Goiás, já pagou, aliás, R$ 300 milhões em contratos. No programa de asfaltamento urbano que o Governo executa em convênio com prefeituras goianas, inclusive algumas oposicionistas, a Delta foi vencedora de três dos 25 lotes disputados e com um deságio de 8%, representando uma economia de R$1.193.407,88 (um milhão, cento e noventa e três mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e oito centavos) para os cofres do Estado de Goiás.

Com números assim, resta evidente, a absoluta inexistência de lógica em especulações que sustentem influência, manipulação de licitações e até poder paralelo.

É incrível, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até agora falou-se de uma casa de minha propriedade. Felizmente e com a consciência tranquila, posso dizer: não há uma acusação sequer contra qualquer ato de improbidade no meu Governo, sobrepreço, sobrefaturamento, direcionamento de obras, esquema de empreiteiros. E mais, Presidente Collor: não tem propina no meu Estado. E eu desafio a fazerem uma auditoria, independente que seja, nas obras do meu Governo para verificarem se essa prática não foi abolida do meu Estado, pelo menos na minha administração.

Com números assim, resta evidente a absoluta inexistência de lógica em especulações que sustentem influência, manipulação em licitações e até poder paralelo.

De um total de 160 mil servidores da administração estadual, são citados seis que seriam os protegidos do grupo “para emprego no Governo do Estado”. Desses, um foi contratado pela Prefeitura de Goiânia. Outro nunca constou em nomeação do órgão público estadual. Entre os três contratados, que seriam indicados por alguém supostamente ligado ao Sr. Carlos Cachoeira, o único, o único, que conseguiu cargo de gerência o fez por ter disputado seleção interna denominada meritocracia, obtendo êxito em relação a vários candidatos.

Desde o ano passado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, eu instituí no Governo o critério da profissionalização de todos os gerentes. Oitocentos gerentes. Todos os gerentes da administração pública são escolhidos pelo critério do mérito, da meritocracia, para modernizar a administração.

Eu tenho o prazer de entregar ao Sr. Presidente o decreto que institui a meritocracia no Governo de Goiás; também o Decreto que institui a Lei do Ficha Limpa no Estado de Goiás, Decreto de 30 de março de 2012. Ninguém entra no serviço público de Goiás sem a observância aos critérios da Ficha Limpa. Decreto que estabelece regra contra o nepotismo no Governo de Goiás.

Por fim, uma última pessoa lotada na Secretaria de Educação foi exonerada em dezembro do ano passado, pois sua vaga foi ocupada por outro servidor, aprovado no mesmo processo de meritocracia.

Com a reforma administrativa implementada no Estado, a chefia de gabinete foi tematizada e descentralizada, de forma a se descentralizar por assuntos

relativos às suas específicas atividades. Portanto, o Gabinete do Governador divide-se em Gabinete da Governadoria, em Gabinete Particular, Gabinete de Gestão, Representação no Distrito Federal, Gestão de Imprensa, Interlocução com Movimentos Sociais, Gestão do Centro Cultural.

A Srª Eliane Pinheiro, que ocupava a chefia de Gabinete da Governadoria, uma dessas chefias, era encarregada dos assuntos partidários e da relação com Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais. Trabalhou durante 20 anos em vários governos, inclusive nos meus governos. Indicada pelo ex-Deputado Federal, congressista por cinco mandatos, do grupo autêntico do MDB, por ter colaborado com muita dedicação às minhas campanhas, especialmente a última campanha. Ela trabalhava atendendo aos partidos e aos parlamentares em sala distante da minha, não tendo poder de ordenar despesa, e nunca pediu nada para favorecer qualquer pessoa ligada aos investigados.

Eu nunca soube das relações pessoais dela com o Sr. Carlos Augusto Ramos. Ela saiu do meu Governo porque se sentiu constrangida, e só depois descobri que o relacionamento que ela tinha era um relacionamento familiar, porque o Dr. Fernando Cunha era sogro de uma irmã do Sr. Carlos Cachoeira.

O Secretário João Furtado, da Segurança Pública, jamais foi tolerante com práticas ilícitas. E eu já fiz aqui um relatório sobre isso. Os números já citados demonstram o comprometimento do auxiliar no combate ao crime, sobretudo na repressão e na pressão contra a prática ilegal dos jogos de azar.

O Presidente do Detran, Sr. Edivaldo Cardoso, foi escolhido como o representante do PTdoB, do qual era Presidente. Foi escolhido por mim, porque o PTdoB foi o terceiro partido a aliar-se a mim na eleição de 2010, num momento em que as forças todas de Goiás e do Brasil, tentavam me isolar politicamente e, num gesto de gratidão e pela sua qualificação, resolvi convidá-lo para assumir a Presidência do Detran. Edivaldo nunca, em tempo algum, me apresentou qualquer pedido de interesses ou de favorecimento a qualquer empresa ou pessoas. A única conversa que teve comigo sobre o Sr. cachoeira foi quando ele havia me convidado para um jantar em sua residência e me disse que, dentre os convidados, estaria o empresário Carlos Ramos. Foi ele que me convidou, repito, para um jantar, informando parte da lista de convidados, entre eles Carlos Augusto Ramos, o Carlos Cachoeira. Nesse contato informal, ouvi do convidado explicações sobre um pedido de incentivos fiscais – que ele já havia me feito no gabinete do governador – para uma das grandes empresas de medicamentos do Estado.

Posteriormente, encontrei o Senador... o Sr. Carlos Cachoeira em jantar na residência do Senador Demóstenes, onde toda a conversa girou, exclusivamente, sobre uma pretensa candidatura do Senador Demóstenes à Prefeitura de Goiânia. Não sei se os senhores e as senhoras têm conhecimento, mas o Senador Demóstenes Torres figurou, durante muito tempo, em todas as pesquisas, como o candidato preferido pelos eleitores às eleições deste ano para a Prefeitura de Goiânia. Ele tinha interesse, e eu, inclusive, estimulava, àquela época, a candidatura dele. Afinal de contas, o Senador Demóstenes teve quase 90% dos votos de Goiânia para Senador da República e foi um importantíssimo cabo eleitoral meu, tanto no primeiro turno quanto no segundo turno.

Muitos aqui sabem. Durante anos, tive desavenças políticas com o Senador Demóstenes. No último dia, no dia da convenção, o DEM, cujo vice-governador aqui se encontra presente, indicado pelo DEM, e o Senador Demóstenes, com o apoio do partido, decidiram a quem apoiar nas eleições de 2010. O Senador Demóstenes Torres e o DEM, Senador Agripino, eram buscados por todos os pré-candidatos, por mim e pelos outros dois principais candidatos que concorriam à eleição. Todos nós disputávamos o apoio do Senador Demóstenes, que gozava de enorme prestígio no Brasil e no meu Estado.

O único encontro formal ocorreu no Palácio das Esmeraldas, em audiência oficialmente solicitada, como empresário, para tratar sobre assuntos relativos à empresa de medicamentos, a Vitapan, que é uma empresa importante na produção de medicamentos no Estado de Goiás, na cidade de Anápolis. Sugeri que os formalizasse à Secretaria de Indústria e Comércio, órgão competente para analisar o atendimento dos critérios legais exigidos para a concessão dos benefícios dos programas.

Outro tema que tem gerado enorme confusão, polêmica e visível desinformação pública é a minha atitude, mais do que legítima, de cidadão comum, quando resolvi vender a minha casa. Aliás, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se eu soubesse que a venda desta casa geraria tanta confusão, tanto desconforto, eu teria continuado a morar nela, jamais teria pensado em vendê-la. Tratava-se de imóvel registrado em meu nome, localizado no Residencial Ipês, Condomínio Alphaville de Goiânia. Eu entrego aqui a V. Exª a escritura de compra da casa.

Vale registrar, Srªs e Srs. Senadores, e Srªs Deputadas, que boa parte, aliás, a maior parte dos recursos que pagaram essa casa era oriundo de empréstimo que fiz junto à Caixa Econômica Federal, e que só foi quitado definitivamente quando recebi os cheques.

Eu quitei esse empréstimo feito junto à Caixa Econômica Federal.

Em entrevista ao jornal *O Popular,* do último dia 3 de março de 2012, dois dias depois das prisões, afirmei que a venda do imóvel para o empresário Walter Paulo havia sido intermediada pelo ex-vereador Wladimir Garcez, que inicialmente se apresentou como comprador e que depois repassou o negócio. É importante registrar que, segundo salvo melhor juízo, os direitos reais do Código Civil, o ato de compra e venda ou a tradição de um bem imóvel só se concretiza na escrituração e registro do imóvel em cartório. Quando a casa foi colocada à venda em anúncios de classificados – e passo a V. Exª dois anúncios em classificados no jornal *O Popular,* nos dias 9 de fevereiro de 2011 e 7 de fevereiro –, o Wladimir entrou em contato, manifestou interesse pelo imóvel, fez a oferta e finalmente acertamos o valor de um milhão e quatrocentos mil reais. Combinamos que o pagamento se daria em três parcelas. Ele deu três cheques em pagamento para serem cobrados em março, abril e maio. Os cheques foram todos compensados.

Passo às mãos de V. Exª, Sr. Presidente, cópia dos três cheques nominais a mim e passo também, Sr. Presidente, os extratos relativos aos meses de março, abril e maio com os depósitos realizados.

No momento da escritura, próximo da escritura, Wladimir informou ao meu representante que não havia conseguido recursos para ficar com a casa e que havia repassado o negócio para o empresário do ramo de ensino universitário Walter Paulo. Em seu depoimento a esta CPMI o ex-vereador Wladimir Garcez confirmou sua parte dessa verdade. Ele disse:

O governador me disse que estava vendendo sua casa. Queria adquiri-la para mim. Eu não dispunha, na época, do dinheiro. O governador queria vendê-la por mais, mas acabou por fazer um preço para mim de um milhão e quatrocentos; comprei a casa do governador e pedi um prazo. Eu a ofereci ao professor Walter Paulo, que ficou de pensar. Mostrei a casa ao professor Walter Paulo e ele disse que só tinha como pagar em julho e que, se até lá, eu não a tivesse vendido para outro ou comprado, ele ficaria com a casa por este valor de um milhão e quatrocentos. O governador queria receber logo.

E eu vou dizer por que eu queria receber logo. Eu tinha necessidade de me mudar para uma casa maior, já como Governador do Estado. A casa era relativamente pequena, quatro quartos, uma sala, uma cozinha, uma área, não havia privacidade para receber convidados. E eu resolvi, no final de dezembro, alugar outra casa no mesmo condomínio, mas eu precisava dispor da casa antiga. Afinal de contas, eu pagava financiamento junto à Caixa Econômica Federal, pagava IPTU, ITU, condomínio, água e luz e eu não tinha condições nem rendimentos para continuar pagando o aluguel de uma casa e pagando essas despesas todas de outra casa. Por isso eu tinha pressa. Coloquei anúncio nos jornais, mas também ofereci a casa a alguns amigos. Um deles, o Senador Cyro Miranda, a quem até hoje reclamo por não ter adquirido a minha casa. *(Risos.)*

Se V. Exª tivesse aceitado a minha proposta, não estaríamos aqui hoje discutindo a venda de um imóvel particular. Já disseram até que é mansão, uma casa de 450 metros quadrados no condomínio, é uma das casas normais para a classe média. Aqui em Brasília, um apartamento de dois quartos custa dois milhões, dois milhões e meio, dependendo do lugar.

O governador queria receber logo, disse Wladimir aqui nesta CPMI, e eu queria ficar com a casa para mim ou para vender para outra pessoa, pois vi que o preço estava baixo e eu estava querendo ganhar uma comissão em cima da venda dessa casa. Fiquei com medo de perder o negócio. Então pedi ao Cláudio, meu patrão, e ao Carlinhos que me emprestassem o valor de R$1,4 milhão para eu repassar ao Governador. O Cláudio me arranjou três cheques: um de quinhentos, outro de quinhentos e outro de quatrocentos para os meses de março, abril e maio. Não sei quem são os emitentes, nem perguntei de quem o Cláudio recebeu os cheques. Repassei os cheques para o Lúcio, assessor do Sr. Governador. Os cheques eram nominais ao Sr. Governador. O Cláudio passou a me pressionar para receber o valor de três cheques. Com medo de perder meu emprego, resolvi novamente procurar o Prof. Walter. Não consegui vendê-la por um preço maior, eu a vendi pelo valor de R$1,4 milhão. Recebi dinheiro e passei ao Cláudio, quitando, assim, a dívida referente aos três cheques.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Tivemos a informação de que a TV Senado acabou de suspender a transmissão desta reunião. O Estado de Goiás está assistindo a este depoimento, o Brasil inteiro, com bastante importância. Eu peço que V. Exª peça a sensibilidade da TV Senado que retome a transmissão dessa importante fala.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei isso.

Devolvo a palavra à testemunha.

O SR. MARCONI PERILLO – Não há, portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadoras, não há portanto, contradições, confusões sobre a venda da minha casa e sob surda e delirante ação de que teria recebido duas vezes o valor além do que foi pago, escriturado e declarado à Receita Federal.

O empresário Walter Paulo também confirmou sua parte. Ele pagou em dinheiro a casa que o Sr. Wladimir Garcez havia lhe repassado o negócio. A verdade é sempre a mesma em qualquer de suas partes. Não me preocupei em saber quem era o emitente dos cheques e já lamentei por isso, até porque eram pré-datados, portanto, equivalentes a uma promessa de pagamento. Obviamente a escritura só seria lavrada após a compensação dos cheques, essa era a minha segurança no negócio. Eu também não tive a oportunidade, o interesse de olhar, porque o meu primeiro ano como Governador foi dificílimo: pagar folha em atraso; organizar as finanças do Estado; fazer o ajuste fiscal do Governo; sair de um déficit de R$2,7 bilhões para um superávit de R$10 milhões depois de muito sacrifício; resolver equações que eram consideradas inimagináveis.

A verdade, Sr. Presidente, é sempre a mesma em qualquer de suas partes. Não me preocupei em saber quem era o emitente dos cheques até porque eram pré-datados, portanto, equivalentes a uma promessa de pagamento. Obviamente a escritura só seria lavrada após a compensação dos cheques, essa era a minha segurança no negócio. Nas práticas usuais de compra e venda os vendedores não interpelam os compradores para que comprovem a origem do dinheiro. Em regra, os contratos apenas indicam a conta bancária para depósito ou indicam o título de crédito que será o instrumento de pagamento. Vejo como um ato constrangedor e não usual abordar o interessado em fazer um determinado negócio, especificamente de compra e venda, e exigir dele a explicação ou a declaração de onde vêm os seus recursos. Portanto, eu recebi os pagamentos e só agora estou...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO – Portanto, eu recebi os pagamentos e só agora, após o depoimento aqui nesta CPMI do ex-vereador Wladimir Garcez é que soube que ele havia usado empréstimo de terceiros. Ele sabia, eu não sabia. Não era obrigado a saber. Eu nunca imaginei, até porque os meus contatos com ele eram mínimos. Soube que ele havia usado empréstimo de terceiros com os seus patrões. Eu já havia recebido o pagamento quando, a pedido do Sr. Wladimir meu representante o acompanhou até a presença do Sr. Walter Paulo para lhe dar segurança de que a casa realmente era minha e lhe fora vendida. Aliás, era minha, não, eu já tinha vendido, mas a escritura, o registro ainda estava no meu nome. Como é que vai comprar algo se o dono da escritura não envia um representante para representá-lo no ato da venda definitiva?

Na ocasião, meu representante apenas assistiu à entrega do valor em dinheiro ao Sr. Wladimir sem conhecimento do montante. Nesse mesmo ato, foi assinado um recibo ao Sr. Walter Paulo pelo meu representante e pelo Sr. Wladimir Garcez. O meu representante não recebeu qualquer valor, até porque não tinha por quê. Eu já havia recebido em três cheques, já havia declarado no meu Imposto de Renda, os cheques já tinham sido compensados.

Faço aqui um registro necessário e importante: não vendi qualquer bem do Estado, mas um imóvel de minha propriedade particular, adquirido com as minhas economias advindas do meu trabalho, sendo que a maior parte desse imóvel, adquirido lá atrás, era financiado pela Caixa Econômica Federal, conforme consta da minha declaração de bens. Vendi pelo valor de mercado.

E quero aqui deixar com V. Exª, Sr. Presidente, avaliações que foram feitas sobre o valor do imóvel.

Repito, vendi pelo valor de mercado. Depositei o pagamento em minha conta bancária. Escriturei pelo valor real da venda e declarei tudo no Imposto de Renda junto à Receita Federal.

Por óbvio, se houvesse qualquer elemento fraudulento nesse negócio, jamais teria publicado anúncio de venda nos classificados do jornal de maior circulação no Estado, teria depositado o valor em minha conta particular ou teria declarado n Imposto de Renda. Jamais teria feito isso se o negócio fosse fraudulento.

Portanto, as acusações em relação à venda de minha casa não têm a menor sustentação diante dos fatos e da lógica.

Se algum dos citados nas escutas telefônicas divulgadas em algum momento tirou vantagem ou ganhou dinheiro com o negócio, foi sem o meu conhecimento ou consentimento.

Não sou responsável por quaisquer fatos além dos aqui por mim narrados. Eventuais acertos entre o ex-vereador e o empresário, como suscitado pela imprensa e em gravações, repito, não têm qualquer relação comigo, muito menos com a transação da qual participei, que se encerrou exatamente quando recebi os cheques e passei a escritura.

Desde o dia 13 de abril, quando dei minha primeira entrevista sobre o assunto, venho repetindo exaustivamente a mesma informação, a mesma explicação, que é única, repito: que é única e que é a verdadeira.

É incrível que eu seja exposto por ter vendido um bem pessoal, um bem meu absolutamente, rigorosamente dentro da lei. Enquanto outros cobram propinas, enquanto outros fazem licitações fraudulentas com sobrepreço, enquanto outros fazem esquemas em licitações, lá em Goiás, eu sou acusado de ter vendido uma casa de minha propriedade e dentro da lei. Tudo o que transcender a isso é especulação, é

especulação ou ocorreu sem que eu tivesse qualquer conhecimento dos fatos.

Srªs e Srs. Senadores e Senadoras, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, para que não paire nenhuma espécie de dúvida, repito: anunciei a venda da casa, recebi e aceitei a proposta do ex-vereador dentro do valor de mercado, os cheques pré-datados foram recebidos, os cheques foram compensados em minha conta corrente pessoal, na mais absoluta demonstração de boa-fé.

Cobrei de Wladimir a escrituração do imóvel. Wladimir informou que tinha repassado a negociação para Walter Paulo. Walter Paulo solicitou a presença de um representante meu para confirmar a venda da casa. Escriturei o imóvel ao comprador pelo valor real da venda.

Quero aqui, Sr. Presidente, entregar ao senhor um demonstrativo sobre a venda da casa, sobre o que eu falei, Wladimir Garcez falou, Walter Paulo falou. Eu tenho aqui as versões, que são exatamente as mesmas.

Também tenho a satisfação e a honra de entregar a V. Exª a escritura da casa.

Outro motivo que se tornou alvo de questionamentos e envolveu o empresário Walter Paulo foi o fato de ele ter sido acusado de se beneficiar de programas do Governo do Estado. Isso é uma brincadeira de mau gosto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, é pura desinformação.

Eu criei um programa para beneficiar estudantes pobres do meu Estado, em 1999. Em maio de 1999, nós selecionamos os primeiros 4,5 mil alunos pobres de todas as instituições conveniadas com a organização das voluntárias de Goiás.

De lá para cá, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pasmem, 115.000 estudantes pobres de Goiás já foram beneficiados por esse programa. Programa que foi adotado pelo Governador Geraldo Alckmin e por outros governadores e que acabou servido de referência ao Presidente Lula para a criação do programa ProUni. Aliás, dei duas sugestões, no início de 2003, numa reunião de governadores, ao Presidente Lula: uma delas, que juntasse os cartões do Governo Fernando Henrique e criasse um cartão único de todos os programas federais e todos os programas estaduais. Quem acessar o You Tube, verá o ex-presidente Lula na cerimônia de lançamento do Bolsa Família, agradecendo-me e elogiando-me pela minha iniciativa de sugerir isso.

A outra sugestão que dei nessa reunião de governadores – acho que Cássio Cunha Lima estava presente, Governador da Paraíba à época; eu distribuí a todos eles e ele, inclusive, adotou o cheque moradia – foi que ele criasse um programa para bolsas universitárias para alunos pobres. Ele me disse que faria, e criou o ProUni.

Portanto, 115.000 alunos beneficiados pelos programas de bolsas universitárias, todas as instituições. E, agora, defini um critério no terceiro governo, que é o seguinte: cursos que não tenham tido aprovação mínima no exame do MEC, ou seja, que não tenha tido pelo menos conceito C, não podem mais ser beneficiados pela bolsa universitária.

Temos hoje bolsa integral e bolsas parciais, dependendo do desempenho do aluno em seus cursos e em suas faculdades.

Por isso, aqui entrego a V. Exª a lei que alterou o Programa Bolsa Universitária.

Por isso, há contrato com 99% das instituições que recebem, com esse critério, quantidade variável de alunos; depende de quem passa no vestibular e não de quem distribui.

Quero relembrar aqui que tomei todas as medidas necessárias para coibir qualquer possibilidade de interferência, desde sempre, por menor que seja, no Governo de Goiás, em meus três mandatos, de qualquer ente estranho aos interesses públicos. Foi o que fiz sobre os jogos ilegais.

A Secretaria de Segurança Pública, por meio das Polícias Civil e Militar, desde o primeiro mês do meu atual Governo, agiu duramente contra os grupos contraventores.

Também determinei completa auditagem em todos os contratos entre a empresa Delta e a administração estadual, celebrados no atual Governo ou remanescentes do governo anterior.

Tenho a honra de entregar a V. Exª a auditoria dos contratos da Delta, realizada pela Controladoria Geral. Se esta CPMI julgar por bem contratar uma consultoria externa, fiquem à vontade.

O conteúdo das transcrições de interceptações telefônicas divulgadas pela imprensa deixa claro que não há qualquer fato concreto ou benefício do Governo às pessoas, empresas e empresas mencionadas pelas conversas.

Quero frisar: não há qualquer consequência prática entre as conversas interceptadas e as ações do meu Governo, por uma razão muito simples: eu nunca mantive nenhuma relação de proximidade com o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca fiz negócios com ele; jamais recebi dele qualquer pedido direto ou indireto de empregos, nomeações ou de qualquer outra natureza. Todas as nomeações no meu Governo obedecem a critérios técnicos de qualificação estabelecidos com a equipe, que inclui modulação de cargos, com liberdade para os secretários indicarem, que são descentralizados, indicados pelo secretário, como já disse, com a exigência,

por força de decreto, ao que estabelece a Lei da Ficha Limpa. Levei em consideração, ainda, como acontece em qualquer governo, Governo da Presidenta Dilma, os Governadores de Estado, as Prefeituras, é claro que levei também em consideração indicação dos partidos e lideranças que compõem a minha coalizão de Governo, que deu sustentação a minha eleição, sempre enquadrados nos critérios já citados.

Não temos, em Goiás, o apego à indústria de favorecimentos no serviço público.

Espontaneamente, abri mão do poder de indicar milhares de diretores de escolas públicas e da universidade estadual, instituindo, desde 99, eleições diretas para gestores na universidade, nas unidades da universidade e nas escolas.

É um desapego ao corporativismo e ao favorecimento das indicações, diante do compromisso com critérios de competência e que levam em consideração o interesse público.

Outro dado muito relevante é o que estabeleci desde o início: a prática do critério da meritocracia para o preenchimento de todos os cerca de oitocentos cargos de gerência da estrutura básica do governo.

Esclareço que o único pedido que recebi, conforme exaustivas explicações, foi relativo à concessão de benefícios fiscais para empresa de medicamentos da qual o Sr. Carlos Augusto era sócio.

Esse é um fato comum ao setor produtivo. Aliás, todos os presidentes de federações estão aqui, hoje, assistindo e me prestigiando neste depoimento.

Todas as doações recebidas pelo Comitê de Campanha do PSDB e da minha campanha são oficiais, transparentes e legais, devidamente declaradas à Justiça Eleitoral e aprovadas pelo TRE do meu Estado.

Foram mais de 30 mil pagamentos. Essa campanha foi exaustiva. Os Tribunais Regionais Eleitorais estão cada vez mais duros e exigentes. Todas as contratações de funcionários de comitês, os senhores são testemunhas disso, precisam ser rigorosamente apresentadas à Justiça Eleitoral, e as minhas contas foram aprovadas sem ressalva.

Todas as despesas inerentes à minha eleição, como Governador de Goiás, em 2010, incluindo as relativas aos serviços prestados pelo jornalista Luiz Carlos Bordoni, foram por meio de empresa contratada para a campanha. Foram realizadas dentro do que determina a lei e igualmente aprovadas pela Justiça Eleitoral.

É meu hábito receber, no gabinete, jornalistas e articulistas para conversas sobre temas políticos. Entretanto, nunca realizei qualquer operação financeira ou pagamento a quem quer que seja, em período eleitoral ou não, pois essa atribuição é do presidente do comitê financeiro.

No ano de 2010, o responsável pelos pagamentos, todos os pagamentos, foi o coordenador do meu comitê financeiro. Portanto, nunca foi feito qualquer pagamento ao jornalista Luiz Carlos Bordoni, no período eleitoral, principalmente estando o que foi pago a ele na prestação de contas.

Esse pagamento foi instrumentalizado pela Nota Fiscal 109002, de 2010, no valor de R$33.300,00, emitida pela empresa Art Midi, responsável pela gravação de áudio, que foi regularmente declarado na prestação de contas e aprovado pela Justiça Eleitoral.

Apresento a V. Exª, aqui, a nota fiscal.

Entrei com ação de indenização na Justiça, provando que as insinuações são caluniosas, difamatórias e injuriosas em relação a mim. A Justiça é quem decidirá o termo deste episódio.

Trato assuntos sérios com seriedade, seja em contas de campanha, em contas do governo ou em contas pessoais.

Meu patrimônio, construído ao longo de 30 anos, é compatível com os meus rendimentos e está todo declarado, na declaração minha ou na declaração da minha esposa, junto à Receita Federal. Dentro da lei, não há obrigatoriedade de apresentação de bens do cônjuge à Justiça Eleitoral, mas à Receita Federal.

Os artigos 1.658 e 1.663, do Código Civil, estabelecem que, no regime de comunhão parcial, a propriedade, apesar de ser comum ao casal, pode ser registrada em nome de qualquer um dos cônjuges. Cada um, individualmente, promove a declaração perante a Receita Federal, exclusivamente seus bens, indicando apenas o CPF do cônjuge.

Portanto, não há qualquer ilegalidade e nem mesmo irregularidade fiscal na existência de bens em meu nome e no de minha esposa, até porque, em parte, foram oriundos de recursos decorrentes de sucessão hereditária do espólio de sua família.

O art. 26 da Resolução 23221, de 2010, mostra que regia o pleito eleitoral da época um elenco de documentos obrigatórios a serem apresentados pelo candidato. Não há, nesse rol, a exigência de apresentação de declaração de bens do cônjuge, mas tão somente do candidato.

Não omiti bens nas declarações de bens que apresentei à Justiça Eleitoral. Apenas cumpri o que estabelece o art. 26 da Resolução 23.221, de 2010. À frente do Governo de Goiás em três mandatos, sempre me pautei pela legalidade, moralidade e transparência em todos os meus atos. Por isso, tomei a iniciativa de solicitar ao Ministério Público Federal que fosse investigado.

Tenho a consciência absolutamente tranquila e segurança de que não existe um fato sequer que pos-

sa de longe me incriminar. Tenho a consciência segura de que tudo o que fiz e continuo fazendo à frente do Governo de Goiás, no sentido de manter uma conduta idônea e combater ilicitude. Na verdade, como dizia Montagne, é a pedra primeira e fundamental parte da virtude. De boa-fé vivo, de boa-fé aqui me apresento.

Não perderei a capacidade de resistir com a verdade sempre. O faço em meu nome e em respeito à confiança de milhões de goianos e de muitos brasileiros.

Desde já, me coloco à disposição.

Dessa forma e com essa disposição, jamais recuarei, com a graça de Deus.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas. Apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à Comissão para evitar as manifestações em favor ou desfavor da testemunha.

Atendendo a solicitação do Líder do PSDB na Câmara, Deputado Bruno, nós tomamos as providências com relação à interrupção da TV Senado.

A TV Senado obedece a uma rígida resolução do Senado, em que a grade de programação de transmissões das comissões é feita previamente. E, neste horário, está sendo transmitida a Comissão de Assuntos Econômicos, cujo depoimento está expondo o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a respeito de matéria financeira importante ao País. Mas já falei com o Sr. Presidente Delcídio do Amaral. Ele está antecipando esse depoimento para novamente devolver a fonte da imagem a esta Comissão.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Governador Marconi Perillo, esta CPMI foi instalada no Congresso Nacional para investigar as relações da organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira, com agentes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

Já estamos ao vivo na TV Senado, para informação de V. Exª.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...com agentes públicos e privados.

Há indícios, surgidos nas Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, de que seu Governo teria estabelecido relações políticas e econômicas com a organização criminosa e também com o próprio Sr. Carlos Cachoeira.

É claro que V. Exª vem a esta CPMI e dá a sua versão dos fatos. E creio que a iniciativa de V. Exª colabora com o objetivo desta CPMI, que é buscar a verdade real dos fatos. Compreendendo essa intenção de V. Exª, cabe de maneira especial ao Relator inquirir V. Exª em tudo, mesmo que V. Exª já tenha tipo oportunidade de se manifestar. Por isso, eu quero reprisar temas que V. Exª já colocou aqui. Um deles é se V. Exª pode precisar melhor quando V. Exª conheceu o Sr. Carlos Augusto Ramos, o Sr. Carlinhos Cachoeira.

O SR. MARCONI PERILLO – Terei o máximo prazer em responder a todas as suas indagações. Eu ouvi falar no nome do empresário Carlos Cachoeira, Carlos Ramos, por volta de 96, quando eu era Deputado Federal. Ouvi falar. É que ele havia ganho essa licitação através da empresa Gerplan para administrar os jogos da loteria estadual de Goiás. Depois, só muito tempo depois, não me lembro, não sei precisar quando, num evento festivo, num aniversário, o vi pela primeira vez. Conforme já disse a V. Exª, no Governo agora, o recebi uma vez, no Palácio das Esmeraldas, e estive com ele duas vezes em dois jantares.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2002, época em que V. Exª era Governador e disputava a reeleição. V. Exª, então candidato a Senador, recebeu apoio financeiro e operacional do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Como eu já disse, eu mal conhecia o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª e Demóstenes Torres não utilizaram bens imóveis da família Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu não posso falar pelo Senador Demóstenes, posso falar por mim. Quem coordenou a campanha, foi coordenador-geral, coordenador financeiro, essa responsabilidade era toda deles. Eu não tenho nenhuma informação sobre isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os familiares de V. Exª, especialmente, seu pai, Marconi Perillo e seu irmão, Antônio Perillo, utilizaram a aeronave do Sr. Sebastião de Almeida Júnior, irmão do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tenho a menor informação sobre isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O avião utilizado foi o Sêneca 2, segundo consta, o Embraer 820, Prefixo PT-RFK, de propriedade de Capital Construtora e Limpeza Ltdª, do sócio Sr. Sebastião de Almeida Ramos. O senhor desconhece esse fato?

O SR. MARCONI PERILLO – Desconheço completamente, até porque sou responsável pelos atos da minha vida, da minha administração.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É claro que estamos buscando estabelecer – e as denúncias que a Policia Federal traz, nos autos dos inquéritos da Operação Monte Carlo e Vegas, são menos importantes do que as relações negociais da casa, por exemplo – as relações mantidas com um possível contraventor. As nossas inquirições aqui são no sentido de buscar

confirmar ou não a tese de que V. Exª tinha relações íntimas e próximas com o Sr. Carlos Cachoeira. Por isso, estou perseguindo esse caminho.

O Edifício Excalibur, localizado no Setor Marista e considerado um dos mais importantes prédios de Goiânia, foi, durante um período, residência do Sr. Carlos Cachoeira. V. Exª já visitou Carlos Cachoeira nesse imóvel?

O SR. MARCONI PERILLO – Carlos Cachoeira, não, mas já visitei inúmeras pessoas que vivem lá. É um edifício onde vivem as pessoas mais ricas da cidade, e alguns amigos meus vivem lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca se encontrou com Carlos Cachoeira lá?

O SR. MARCONI PERILLO – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª visitou familiares de Carlos Cachoeira durante o período de convalescença? O senhor teria visitado, em alguma oportunidade, a mãe do Sr. Carlos Cachoeira em Anápolis?

O SR. MARCONI PERILLO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. MARCONI PERILLO – Que eu me lembre, não. Não haveria motivo para isso, eu não tinha ligação com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como Governador de Estado, o senhor foi autor da Lei Estadual nº 13639, de 2000 – V. Exª já se referiu a ela aqui –, que regulamentou os jogos caça-níqueis no Estado de Goiás. V. Exª confirma isso?

O SR. MARCONI PERILLO – Confirmo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando da edição da lei em Goiânia, já estava pacificada, na jurisprudência e na doutrina, a impossibilidade de governos estaduais editarem leis sobre o tema. Mesmo assim, V. Exª sancionou a referida lei. Coube ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade da lei sancionada por V. Exª. Por que a insistência em aprovar uma lei dessa natureza no Estado de Goiás? Quais são os argumentos de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, em 1999, não tendo a terceirização da exploração dos serviços lotéricos conseguido resolver os graves problemas administrativos e financeiros da LEG, o Governo do Estado resolveu extinguir autarquia e criou uma superintendência de loterias, ligada à Sefaz. No ano 2000, o Estado de Goiás editou a Lei nº 13639, de julho de 2000, que reformulou todo o negócio de loterias no Estado. Em 18 de setembro de 2000, foi editado o Decreto nº 5282, que regulamentou todos os procedimentos para a exploração do negócio de loterias: bilhete legal, raspadinha, prognósticos, entre outros. Seguiram-se várias instruções normativas, editadas pela Sefaz, versando sobre procedimento de fiscalização dos serviços lotéricos: autoinfração, selo de segurança, apreensão de equipamentos e documentos.

À Lei Estadual nº 13639 foi proposta uma Adin, que foi julgada procedente em 2007, pondo fim à LEG. Mas antes disso, Sr. Relator, o Estado de Goiás entrou como litisconsorte numa ação do Ministério Público. À época, como a Gerplan administrava a loteria do Estado desde 95, e, em 98, havia sido prorrogada por mais 12 anos – portanto, até o ano 2010 – a vigência do contrato, o Governo achou por bem, além de manter o contrato que estava em vigência, regulamentar a exploração dos jogos pela loteria.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Carlos Cachoeira, em nenhum momento, pediu a V. Exª a aprovação dessa lei, dessa regulamentação?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, eu nem o conhecia. Ele começou em 1995, no outro governo, nunca me pediu nada relativamente a jogos nem à Gerplan nem a ninguém. Eu o conheci, naquela época, como empresário. Ouvi falar dele como empresário. Conhecia-o de nome, como empresário que explorava a loteria do Estado de Goiás. Nunca me foi feito qualquer pedido. Nunca me foi levado qualquer apelo da parte dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ao prestar depoimento ao Conselho de Ética, o Senador Demóstenes Torres disse que conheceu o Sr. Carlos Cachoeira durante a gestão de V. Exª no Governo de Goiás. Naquela época, o hoje Senador Demóstenes Torres era Secretário de Segurança Pública. Essa relação entre eles era de conhecimento de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Não era de conhecimento meu. E só fiquei sabendo muito depois que havia uma relação de amizade entre os dois. O Dr. Demóstenes Torres era Procurador-Geral de Justiça no Estado. Durante duas gestões, ele foi eleito Procurador-Geral de Justiça. Eu convidei o Senador Demóstenes para ser Secretário de Segurança Pública sem sequer saber se ele havia votado em mim nas eleições para o Governo de Goiás. Convidei-o, porque ele representava uma instituição séria e eu gostaria muito que alguém do Ministério Público pudesse me ajudar na área da segurança pública.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que muito depois ficou sabendo da relação entre eles. Quando? V. Exª pode precisar?

O SR. MARCONI PERILLO – Isso muito tempo depois – não sei precisar –, mas também não sabia que havia intimidade entre os dois.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na condição de Governador – V. Exª já tocou nesse assunto aqui –, tendo como seu então Secretário de Segurança o

Sr. Demóstenes Torres, V. Exª teve notícia do êxito da Polícia de Goiás na repressão à máfia espanhola, por volta do ano de 2000, que explorava caça-níqueis. V. Exª tem algo a acrescentar sobre isso?

O SR. MARCONI PERILLO – Não. O que foi dito pela imprensa foi o que aconteceu. E as providências que deveriam ser tomadas certamente o foram por ele, que era o Secretário, e pela Procuradoria-Geral do Estado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, naquela época, quem operava o jogo em Goiás?

O SR. MARCONI PERILLO – A Gerplan, parece-me. Era legal o jogo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. MARCONI PERILLO – O jogo foi legalizado pelo Governo do Estado em 1996, prorrogado um ano depois por cinco anos e prorrogado depois, em 98, por mais 12 anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando V. Exª cita a medida provisória e, depois, a Adin, o seu deferimento, quais as medidas que o seu Governo tomou no sentido de coibir a exploração de caça-níqueis no Estado?

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, a medida provisória é de 2007. Não é isso? Eu já não era mais Governador, mas, as providências que eu tomei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exato.

O SR. MARCONI PERILLO – ...que o Governo tomou foi agir como litisconsorte numa ação do Ministério Público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª citou aqui operações da Polícia Civil do Estado que apreenderam caça-níqueis.

O SR. MARCONI PERILLO – Agora. Eu estou dizendo agora...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso no ano de 2011? A pergunta é essa.

O SR. MARCONI PERILLO – Estou dizendo 2011, 2012. Estão aqui os dados, Relator, se o senhor precisar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao jogo do bicho, houve alguma operação de Goiás para repressão dessa modalidade de jogo nos dois Governos de V. Exª e neste ano e alguns meses?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, a determinação minha sempre foi combater a contravenção. No início, como já disse, a atividade de exploração de caça-níqueis era legal. Havia um contrato entre o Governo do Estado e o Sr. Carlos Cachoeira, através da empresa Gerplan. E a determinação minha ao Secretário de Segurança Pública e dele ao seu subordinado sempre foi combater a ilegalidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Declarações de V. Exª à imprensa negam a existência de influência de Carlos Cachoeira no seu Governo. V. Exª acabou de repetir aqui. Todavia, a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, prendeu, além dos policiais a que V. Exª já fez referência, por exemplo, 14 pessoas ligadas à alta cúpula da polícia, sendo nove policiais civis e cinco militares. Entre os envolvidos diretamente estão o Corregedor-Geral de Segurança Pública Aredes Correia; o ex-Comandante da PM na região metropolitana, Carlos Antônio Elias; o Tenente-Coronel Deovandir Frazão de Morais e o Chefe do Comando da Polícia Militar da capital Massatoshi Sérgio.

A investigação da Polícia Federal e as prisões nos levam a concluir que Carlos Cachoeira exercia forte influência sobre a cúpula da Secretaria de Segurança Pública de Goiás. V. Exª tinha conhecimento dessa influência? O que V. Exª pode nos dizer sobre isso, especificamente?

O SR. MARCONI PERILLO – É claro que não tinha. Deputado Odair, no meu preâmbulo eu dei uma informação contundente. A Polícia Militar conta com 12 mil policiais militares ativos. A Polícia Civil, 3 mil policiais civis ativos. Desses, 34 policiais, 28 da Polícia Militar e 6 da Polícia Civil, foram envolvidos nessa operação, alguns presos.

No mesmo dia da operação, todos perderam os cargos de comando, todos tiveram suas armas apreendidas, todos tiveram suas carteiras funcionais recolhidas e todos estão sendo processados, estão participando de um inquérito policial... um inquérito administrativo, para apurar a real participação deles nesses esquemas.

Agora, o senhor há de convir que, infelizmente, um aparelho de Estado, um aparelho de governo, em Goiás e outros cantos do Brasil, infelizmente, com apurações como essas, estão sujeitos a esse tipo de cooptação. Isso não significa que a cúpula da polícia estivesse envolvida, mas significa, se isso for comprovado na Justiça, que alguns policiais foram cooptados – e serão punidos por isso.

É importante registrar também que esses policiais em função de comando, no caso, o comandante metropolitano, foi escolhido por escolha pessoal do Comandante da Polícia. Eu descentralizei as escolhas nesses órgãos, principalmente nessas áreas de comando da Polícia Militar.

O Delegado Corregedor Aredes também foi uma escolha pessoal do delegado. No dia em que houve a operação, todos eles foram imediatamente afastados. Agora, isso não significa dizer que o alto comando, a alta cúpula da polícia estivesse envolvida nessa operação. Seria injusto com a Polícia Militar de Goiás, com a Polícia Civil de Goiás fazer essa operação por conta de alguns poucos policiais que se envolveram com esse esquema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Notícias veiculadas pela imprensa, especialmente pelo jornal *O Popular*, revelam que em pouco mais de um ano a Secretaria de Segurança Pública mudou de comando das polícias três vezes. A pergunta é se V. Exª confirma isso e, se confirma, o que motivou as mudanças?

O SR. MARCONI PERILLO – A primeira e única mudança que houve foi no final do ano passado. Eu resolvi exonerar o Comandante da Polícia Militar, o Comandante da Polícia... o Chefe da Polícia Civil e o Diretor da Agência Prisional. Desloquei para a Agência Prisional o Diretor da Polícia Civil porque ele já tinha experiência na área de execução penal. Exonerei o Comandante da PM, que continuou em outra função de comando na secretaria, mas fiz isso tudo porque achava que as ações dos nossos comandos não estavam de acordo com a minha expectativa no que diz respeito à redução nos índices de criminalidade. Isso foi dito, à época, para toda a sociedade, por meio dos veículos de imprensa. Essa mudança foi feita nessa época com este único objetivo: reduzir a criminalidade e melhorar os indicadores em relação à proteção ao cidadão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Deputado Major Araújo chegou a denunciar que a Polícia Militar de Goiânia estava proibida de fiscalizar casas de jogos ilegais de Carlos Cachoeira. A denúncia teria resultado, inclusive, no afastamento do Comando da Academia de Polícia Militar. Quais outras providências foram tomadas por V. Exª após essa denúncia?

O SR. MARCONI PERILLO – O Major Araújo, que é Deputado Estadual, não fez só essa denúncia, Deputado Odair. Ele denunciou também que, no governo anterior ao meu, uma promoção de oficial, uma promoção para coronel custava R$100 mil. Um fato gravíssimo! Isso foi moralizado.

O governo anterior, segundo o Deputado Major Araújo – isso foi amplamente divulgado na imprensa de Goiás, cobrava, segundo o Major Araújo, R$100 mil para uma promoção. Isso é uma vergonha!

Agora, em relação ao fato...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª afastou...

O SR. MARCONI PERILLO –...de ele ter dito que não havia operação em relação à apreensão de caça-níqueis, isso fica desmentido pelos próprios números que acabo de passar a V. Exª. Como não havia operação policial, na Polícia Civil ou Militar, se mais de 2.700 máquinas de caça-níqueis foram apreendidas nesse período do meu Governo? Mais de 800 TCOs?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda nessa linha, em diálogo interceptado pela Polícia Federal, em 3 de março de 2011, o Sr. Carlos Cachoeira solicitou ao Senador Demóstenes Torres que procurasse V. Exª para tratar da transferência de presos que participaram de grupos de extermínio, que, à época, estavam encarcerados em Campo Grande. Indago: Este encontro chegou a acontecer? V. Exª tratou desse tema com o Procurador-Geral do Estado, Dr. Ronaldo Bicca? E os presos, efetivamente, conseguiram a transferência.

O SR. MARCONI PERILLO – Isso é uma brincadeira de mau gosto! Isso é um absurdo! A polícia do meu Estado colaborou com o Ministério Público estadual, que, aliás, fez um excelente trabalho através da Operação Sexto Mandamento, Operação Não Matarás. Nós tínhamos um grupo de extermínio que se fortaleceu demais em Goiás, no governo anterior, inclusive com promoções de oficiais. Talvez corroborando com a tese do Major Araújo de que uma promoção valesse R$100 mil reais, a Polícia do Estado, o Secretário de Segurança Pública, a Polícia Civil e a Militar, colaboraram em tudo, porque a Polícia Militar e a Polícia Civil e o Ministério Público solicitaram ao governo para fazer as apreensões e para cumprir as ordens de prisões efetuadas pela Polícia Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles não chegaram a dialogar com V. Exª no sentido de promover a transferência desses presos para Goiás?

O SR. MARCONI PERILLO – Claro que não! Jamais teria uma coragem de fazer esse tipo de coisa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro eu não sei, Governador.

O SR. MARCONI PERILLO – O senhor desculpa, desculpa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou perguntando a V. Exª.

O SR. MARCONI PERILLO – Desculpa, desculpa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu acho que V. Exª precisa responder.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu estou respondendo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E as informações que nós temos são informações da Polícia Federal. Eu preciso perguntar a V. Exª.

O SR. MARCONI PERILLO – V. Exª me desculpe. Eu quero responder todas as perguntas, colaborar com esta Comissão. Apenas gostaria de dizer que um governo que colabora com uma ação policial jamais poderia fazer algo em contrário. E eu queria repetir uma coisa, Sr. Relator. Eu já disse no início: muitas das citações feitas ao meu nome foram me xingando e as outras foram declarações irresponsáveis. Se aconteceu esse tipo de diálogo, eu gostaria de classificá-lo como irresponsável.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Edivaldo Cardoso chegou à Presidência do Detran, V. Exª falou aqui, como indicação do PTB. Por que ele foi afastado?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele não foi indicado pelo PTB, foi pelo PTdoB. Aliás, foi uma indicação minha. Como eu já disse aqui e quero repetir, eu tinha conseguido, naquela época, apenas o apoio do PTB e do PPS, além do PSDB, meu Partido. Havia um trabalho muito forte para me isolar no Estado, trabalho fortíssimo, para que eu não tivesse tempo de televisão. E eu procurei o Dr. Edivaldo, ele foi além do meu Partido, o terceiro a declarar apoio a minha candidatura, e isso para mim era fundamental para trazer outros partidos a minha base. Portanto, por essa razão, eu fiz a indicação dele como presidente de partido.

Quando surgiram os diálogos, depois da Operação Monte Carlo, envolvendo o nome dele, ele próprio me procurou e pediu para sair do Governo, para evitar quaisquer constrangimentos em relação à presença dele no Governo.

É importante, Deputado Odair, dizer uma coisa. Eu dialoguei várias vezes com o Dr. Edivaldo na condição de Presidente do Detran. Primeiro, para instituir o Vapt Vupt no Detran, um programa que modernizou o atendimento ao público usuário do Detran. Discutimos, várias vezes, a instituição do plano de cargos e salários. Discutimos a descentralização do Detran e a construção de sedes novas para o interior. Discutimos, também, a participação do Detran na composição do fundo de transportes do Governo do Estado. Tivemos várias audiências administrativas e, como já disse aqui anteriormente, apenas uma vez o Sr. Edivaldo Cardoso falou comigo sobre o Sr. Carlos Cachoeira. Foi quando ele disse que havia me convidado para um jantar na casa dele e que havia convidado também o empresário Carlos Ramos, o Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Diálogos interceptados pela Polícia Federal revelam que o Sr. Edivaldo Cardoso teria chegado ao cargo de Presidente do Detran por influência do Sr. Carlos Cachoeira. V. Exª afirma aqui que ele é filiado ao PTdoB.

O SR. MARCONI PERILLO – PTdoB.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi indicado por esse Partido?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu indiquei... Ele era Presidente do PTdoB, foi fundamental para a minha eleição e eu achei que era justo colocá-lo no Governo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Diálogos ainda da Polícia Federal dão conta de que o Sr. Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Demóstenes Torres discutem a demissão de Edivaldo Cardoso, caso outro pleito do grupo não fosse atendido. V. Exª poderia nos confirmar se Edivaldo Cardoso estaria na quota de nomeação do Sr. Carlos Cachoeira, conforme alega a Polícia Federal?

O SR. MARCONI PERILLO – Tanto esse diálogo é inverídico que o Sr. Edivaldo continuou no Governo. Ele gozava da minha confiança e devia satisfação apenas a mim como Governador. E como gestor do Detran, ele estava realizando um trabalho à altura do que eu havia imaginado, principalmente no sentido da modernização do Detran.

Não teve nem indicação do Senador Demóstenes, nem indicação do Sr. Carlos Cachoeira. Aliás, o Sr. Carlos Cachoeira, repito, nunca me pediu nada no Governo. O Senador Demóstenes tinha uma relação com o Edivaldo Cardoso. Aliás, o Edivaldo Cardoso também apoiou a candidatura dele como apoiou a minha candidatura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Secretário de Segurança? O Sr. João Furtado Neto? Foi indicado por quem a V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – O Secretário João Furtado é Procurador do Estado, concursado, Procurador de carreira, uma das pessoas mais qualificadas da Procuradoria-Geral do Estado. Foi meu Procurador durante muitos anos. É um homem preparado, um homem íntegro, e até onde posso conhecê-lo, nada o desabona. E ele foi também uma indicação pessoal minha. Não houve indicação de quem quer que fosse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Detran de Goiás tem contrato com a empresa Valid Soluções e Serviços de Segurança, sediada no Rio de Janeiro. V. Exª sabe dizer quando foi firmado esse contrato e qual o seu valor?

O SR. MARCONI PERILLO – Infelizmente não tenho como saber de todos os detalhes relativos a todos os contratos da administração do Estado. Não posso responder, porque não tenho essa informação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque temos a informação que essa empresa Valid Soluções tinha como representante em Goiás uma outra empresa, a Prime Brasil Tecnologia, de propriedade de Edivaldo Cardoso, homem de confiança, segundo inquérito da Polícia Federal, do Sr. Carlos Cachoeira. V. Exª tinha conhecimento desse fato?

O SR. MARCONI PERILLO – Depois da operação, o Sr. Edivaldo Cardoso foi instado em reportagens de jornais a falar sobre esse assunto e ele deu a sua versão. Ele virá à Comissão e os Senhores certamente terão a oportunidade de esclarecer esse assunto com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª teve notícia de denúncias contra o Sr. Edivaldo em algum momento?

O SR. MARCONI PERILLO – Não. Só agora é que ouvi gravações citando o nome dele nessa operação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E nem em relação a essa empresa Prime Brasil Tecnologia?

O SR. MARCONI PERILLO – Jamais. Se tivesse tido qualquer informação nesse sentido, ele não teria ido para o Governo, apesar do que ele fez na minha campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E depois que ele foi para o Governo?

O SR. MARCONI PERILLO – Também não fiquei sabendo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque em denúncia protocolada no gabinete do governador, em 25 de abril de 2011, portanto um ano antes da Operação Monte Carlo, dirigida diretamente ao governador, um servidor do Detran informa – está aqui o protocolo, de 25 de abril, assinado pela Srª Patrícia, Protocolo nº X – e é bom dizer que a denúncia não é assinada...

O SR. MARCONI PERILLO – Apócrifa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Contudo foi protocolado. Vou ler os termos da denúncia...

O SR. MARCONI PERILLO – Ela é apócrifa e eu queria responder dizendo que ela foi encaminhada à Controladoria-Geral do Estado para apuração.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta é a seguinte: "O grupo do Sr. Carlos Cachoeira está armando um sistema para ganhar de forma direcionada, fraudulenta, todos os serviços atualmente credenciados pelo Detran. Tudo isso através do seu indicado Presidente Dr. Edivaldo Cardoso. Portanto, Sr. Governador, tome as devidas providências antes que tudo isso venha à tona e coloque o seu Governo em toda a mídia nacional, pois o grupo do Sr. Carlos Cachoeira é um prato cheio para enlamear qualquer governo".

A denúncia é de 24 de abril de 2011. A pergunta é exatamente esta: quando essa denúncia chegou ao gabinete de V. Exª, que providências V. Exª tomou?

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, eu queria apenas lembrar uma coisa... o Dr. Kakay me lembra aqui que esse contrato, referido por V. Exª, anteriormente foi registrado e firmado no governo anterior ao meu. Isso não se deu no meu governo. Segundo, todas as denúncias que chegam ao meu gabinete anônimas, apócrifas ou não, são imediatamente encaminhadas à Controladoria-Geral do Estado para apurar e tomar as medidas necessárias.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª não tem notícia do retorno dessa apuração?

O SR. MARCONI PERILLO – Posso imediatamente hoje, após a reunião, pedir a Controladoria e encaminhar a V. Exª. Queria também informar a V. Exª que a minha assessoria recebeu aqui uma ligação do meu irmão, informando que nunca usou aquele avião referido por V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Importante saber. De acordo com a denúncia, o contrato da Valid com o Detran foi fechado três meses após a posse de Edivaldo Cardoso na presidência do órgão.

O SR. MARCONI PERILLO – Qual órgão?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Detran, no valor de R$15,3 milhões. O valor real para a prestação de serviço, porém, seria de R$5 milhões. V. Exª já informou aqui que vai pedir à Controladoria-Geral do Estado para nos dar informações sobre esse contrato.

O SR. MARCONI PERILLO – Todas as informações que o senhor necessitar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por esse contrato, a Valid teria, como tarefa principal, de confeccionar as Carteiras de Habilitação, as CNHs. E essa empresa era representada pela Prime Brasil Tecnologia, controlada por Edivaldo Cardoso. V. Exª já afirmou aqui, mas indago novamente: V. Exª tinha conhecimento que o Sr. Edivaldo Cardoso contratou a própria empresa para fornecer as CNHs?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tinha essa informação, passarei a V. Exª todas as informações advindas do Detran e da Controladoria-Geral do Estado. Repito, vindo aqui, o Sr. Edivaldo, com tranquilidade, ele terá oportunidade de fazer o esclarecimento necessário.

Agora queria adiantar a V. Exª uma coisa: quando cheguei ao governo havia sido iniciado um processo para a licitação de inspeção veicular no Detran e eu, imediatamente, pedi para cancelar e não levar adiante esse processo de licitação. Mais do que isso, apesar de um grande movimento e de uma grande forçação de barra por parte do Denatran, nós vamos fazer esses serviços no Detran.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª fez referência a um jantar que os autos da Polícia Federal e as intercepções telefônicas mostram, um jantar havido entre V. Exª, o Sr. Edivaldo, o Sr. Carlos Cachoeira e o Senador Demóstenes. V. Exª confirma esse jantar?

O SR. MARCONI PERILLO – Confirmo. Eu já disse aqui no preâmbulo do meu pronunciamento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi apenas um jantar?

O SR. MARCONI PERILLO – Havia outras pessoas. Não eram só essas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi apenas um jantar?

O SR. MARCONI PERILLO – Um jantar na residência do Sr. Edivaldo e outro jantar, na residência do Senador Demóstenes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª conhece o Sr. Wladimir Garcez desde quando? Quais as relações que V. Exª mantinha com ele?

O SR. MARCONI PERILLO – Há mais de vinte anos. O Sr. Wladimir Garcez, como já disse aqui, foi uma figura relacionada com todos os políticos. Ele começou a militância dele no PMDB. Nós todos somos egressos do PMDB. E lá ele militou com todo mundo que hoje faz política em Goiás hoje, quem está no PMDB ou quem está fora do PMDB, como é o meu caso, o da Senadora Lúcia Vânia e de outros.

Os primeiros contatos com o Sr. Wladimir Garcez se deram no Governo Henrique Santillo, os meus. Depois, ele foi indicado pelo PSDB, ele era um militante do PSDB, para ocupar a Superintendência da LBA no Estado de Goiás, no Governo Itamar Franco. Várias pessoas colaboraram para que ele fosse indicado para ocupar aquele cargo. Depois disso, ele trabalhou com várias pessoas, ajudou em várias campanhas: nas minhas campanhas, na campanha da Senadora Lúcia Vânia, na campanha do Dr. Henrique Meirelles como coordenador da campanha dele. Atuou como vereador, Presidente da Câmara, sempre apoiando as nossas eleições. Portanto, nós temos uma relação muito antiga, uma relação política, e uma relação próxima porque ele sempre foi uma figura influente na política do PSDB, principalmente em Goiânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Durante a campanha eleitoral de 2010, agora, V. Exª manteve contato com o Sr. Carlos Augusto Ramos?

O SR. MARCONI PERILLO – Tive alguns poucos contatos, principalmente em eventos sociais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois de eleito, com qual frequência V. Exª recebia o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, como eu já disse aqui, eu recebi um governo arrebentado, um governo com problemas estruturais terríveis, com 5 mil quilômetros de rodovias completamente destruídas, as finanças em frangalhos, cinco das seis metas do ajuste fiscal sem serem cumpridas... O Estado estava inadimplente, multado pelo Tesouro Nacional, com uma folha de pagamentos em atraso, e as finanças completamente desequilibradas. Havia uma previsão de déficit acumulado, ao final de 2011, de R$2,7 bilhões.

Ao final, nós conseguimos cumprir todas as metas do ajuste fiscal em 2011, reduzimos um déficit de 2,7 bilhões previstos para 10 milhões de superávit; equilibramos, em parceria com o Ministro Lobão, a Presidente Dilma e a Eletrobras, a Celg, fizemos um acordo histórico; pagamos 450 milhões de dívida do Ipasgo, referente ao ano de 2010, e começamos um programa de reconstrução das rodovias.

Isso me tomou muito tempo, Deputado. É claro que mantive algumas relações com ele, num primeiro momento, para tratar do assunto da casa, já referido aqui. Depois, algumas ligações telefônicas, algumas delas pedindo, inclusive, apoio para que sua irmã, que era suplente de vereadora, pudesse ascender à Câmara de Goiânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª não mantinha encontros mensais com o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. MARCONI PERILLO – Como?! Essas coisas não são assim. Como vou manter um encontro mensal com alguém? Nem com meus secretários é possível isso. Tive alguns encontros, como eu diria, esporádicos com ele. Agora, eu nunca deixei de admitir que ele era amigo, que era companheiro de partido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, nesses encontros esporádicos, quais assuntos o Sr. Wladimir Garcez tratava com o senhor?

O SR. MARCONI PERILLO – Fundamentalmente, no início, o assunto da casa. Foram pouquíssimos encontros, ele falou mais com a minha assessoria. Depois, os outros encontros quase todos relacionados – e foram poucos também – à ascensão da irmã dele na Câmara de Goiânia.

Finalmente, ele fez um acordo com o Prefeito Paulo Garcia, Prefeito de Goiânia, e, por meio desse acordo, um vereador assumiu uma secretaria na Prefeitura de Goiânia e, finalmente, a irmã do Sr. Wladimir tornou-se vereadora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Carlos Cachoeira tinha como assessor político o ex-Vereador do PSDB Wladimir Garcez.

Garcez, segundo os autos do inquérito da Polícia Federal, Monte Carlo, era a pessoa encarregada de encaminhar os pleitos de Cachoeira junto ao Governo de V. Exª.

O que V. Exª tem a dizer sobre essa afirmação da Polícia Federal?

O SR. MARCONI PERILLO – Em primeiro lugar, ele nunca levou pleito algum do Sr. Cachoeira até a minha pessoa. O que eu sei é que ele levou a alguns órgãos do Governo pleitos da empresa Delta Engenharia. Ele afirmou aqui que era funcionário da Delta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. MARCONI PERILLO – ...recebia um valor... Eu vou completar. Ele recebia um valor da empresa Delta Construções, na Região Centro-Oeste, e outro valor menor do Sr. Carlos Cachoeira. A mim, ele nunca levou nenhum pleito da Delta e nenhum pleito do Sr. Carlos Cachoeira. Agora, segundo os meus auxiliares, principalmente o Presidente da Agência

de Obras, e outros, ele levou várias vezes pleitos da Construtora Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E de nomeações?

O SR. MARCONI PERILLO – De nomeações ele fez alguns pedidos para ele, na condição de político e de ex-vereador, ele Wladimir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª atendeu?

O SR. MARCONI PERILLO – Alguns foram... Geralmente, Deputado Odair, as pessoas que apóiam a gente numa campanha levam 50 pedidos, às vezes têm um, dois, três. Isso é comum, quem já foi governador sabe como é que essas coisas funcionam. Às vezes a pessoa leva cem pedidos, e você atende a um. Eu não me lembro quantos, só sei que ele levou vários pedidos, alguns pedidos de familiares dele, outros de cabos eleitorais dele, nós atendemos a poucas pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Senador Demóstenes Torres sugeriu nomes para V. Exª nomear no Governo,...

O SR. MARCONI PERILLO – Sugeriu vários nomes...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...na mesma esteira?

O SR. MARCONI PERILLO – Sugeriu vários nomes que trabalham no Governo do Estado. Apenas sugeriu um nome para o primeiro escalão, que foi o nome do atual Secretário de Infraestrutura, Dr. Wilder Pedro, que é o primeiro suplente de Senador dele. Afora isto, ele sugeriu outros nomes de pessoas qualificadas, que estão em vários órgãos da administração do Estado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em relação ao Sr. Carlos Cachoeira, ele levou algum pleito do Sr. Carlos Cachoeira para o senhor?

O SR. MARCONI PERILLO – Nunca. O Senador Demóstenes nunca tratou comigo de qualquer pleito relacionado ao Sr. Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal nunca tratou com o senhor nenhum pleito?

O SR. MARCONI PERILLO – Salvo o assunto da indústria de medicamentos, que era uma coisa legítima.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No jantar havido na casa dele?

O SR. MARCONI PERILLO – Na casa do Senador Demóstenes, nós tratamos, repito aqui, exclusivamente – além, é claro, de falar de culinária, de falar de comida, gastronomia –, nós tratamos exclusivamente sobre a possível candidatura do Senador Demóstenes à Prefeitura de Goiânia.

Eu particularmente achava, naquela época – não só eu, mas todos os políticos ligados a mim –, que o Senador Demóstenes era o melhor nome que tínhamos para disputar a Prefeitura de Goiânia...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E tratou, nesse assunto também...

O SR. MARCONI PERILLO – Embora o Deputado João Campos quisesse, outros também quisessem, como o Armando Virgílio, mas o nome era o nome dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tratou também dos assuntos da Vitapan?

O SR. MARCONI PERILLO – Assuntos da Vitapan eu tratei *en passant* na casa do Sr. Edivaldo. Nesse dia, lá na casa do Demóstenes, eu não me lembro disso, porque o assunto foi estritamente em relação à possível candidatura dele. E eu estava insistindo muito para que ele fosse candidato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal afirma que Carlos Cachoeira tinha relações diretas e estreitas com a pessoa que era sua Chefe de Gabinete, Srª Eliane Gonçalves Pinheiro. V. Exª tinha conhecimento das relações da Srª Eliane com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Relator, eu já disse aqui, no preâmbulo, e vou repetir. A nossa ex-Chefe de Gabinete Eliane Pinheiro foi uma indicação do ex-Deputado Fernando Cunha. Ela trabalha no Governo há vinte anos, desde antes da minha entrada ao Governo, em 1999. Ela já trabalhava no Governo, salvo melhor juízo, com a Deputada Lídia Quinan. Depois ela continuou com o ex-Deputado e ex-Secretário Fernando Cunha.

Nesta última campanha, ela trabalhava como Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo, no governo anterior. E, durante os últimos dois anos antes da eleição, ela passou a viajar o Estado inteiro, fazendo precursão das minhas visitas, conversando com as lideranças, com o propósito de me ajudar a aglutinar e organizar as recepções.

Eu a convidei pessoalmente para usar essa função devido ao trabalho que ela realizou. Ela nunca, em momento algum, disse a mim ter qualquer tipo de relação com o Cachoeira. Depois de deflagrada a operação e de o nome dela ter sido citado nas gravações, foi que ela me disse que tinha amizade com a família dele por conta do ex-Deputado Fernando Cunha.

Eu já disse aqui: um filho do ex-Deputado Fernando Cunha era casado com a irmã do Carlos Cachoeira. Foi o que ela me disse. Ela me disse que nunca se envolveu em qualquer atitude ilícita ou em qualquer atitude para beneficiar o Grupo Cachoeira. E ela, logo depois, também, pediu para sair, para evitar aborrecimentos e constrangimentos ao Governo, pelo fato de o nome dela ter sido citado numa gravação ou em algumas gravações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a que o senhor atribui o fato de ela ter um telefone Nextel habilitado em Miami?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu não tenho a menor informação. Esses chamados radinhos eram distribuídos para muitas pessoas lá em Goiás. Eu não tenho informação de quem recebeu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A sua Chefe de Gabinete tinha e o senhor não sabia?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu nunca fui informado disso, nem sei se ela tem ou se teve. Isto é a Polícia Federal que está dizendo. Ela nunca me disse que teve esse tal de radinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem um número específico aqui, inclusive.

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, ela é quem tem que dizer sobre isso. E tem que dizer isso à Justiça. Caso ela venha aqui, dirá aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Além desses fatos – a relação dela com o Sr. Carlos Cachoeira –, a Operação Monte Carlo da Polícia Federal revela que Eliane Gonçalves Pinheiro teria obtido de Carlos Cachoeira informações sobre uma ação de busca e apreensão na casa do Prefeito e na Prefeitura de Águas Lindas de Goiás, promovida nos autos da Operação Apate. Ainda segundo a Polícia Federal, ela teria repassado informação privilegiada ao Prefeito Geraldo Messias, o que teria inviabilizado a operação policial. O contato entre ela e Carlos Cachoeira teria sido feito por torpedos, em 02 de maio de 2011, às 20h16. Claro que, se ela era Chefe de Gabinete de V. Exª, uma pessoa que trabalhava no governo de Goiás há tantos anos, indicados do Sr. Fernando Cunha, indago se V. Exª se sente traído por ela?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que só tomei conhecimento desse telefonema após a deflagração da operação e, principalmente, após a divulgação das transcrições. Ela nunca havia me dito isso. Eu nem imaginava que isso pudesse ter ocorrido. Agora, eu queria dizer a V. Exª que, geralmente, quando se faz uma operação no Governo do Estado, as autoridades policiais são avisadas e colaboram, e a obrigação do Governador, quando sabe de qualquer operação de qualquer polícia, é colaborar e manter absoluto sigilo, porque isso é segredo de Estado.

A Srª Eliane Pinheiro não era a única Chefe de Gabinete. Eu já disse aqui que tinha várias chefias de gabinete, em várias áreas. Quando ela pediu para sair, ela disse: "Eu gostaria de sair exatamente porque essas gravações podem trazer algum tipo de constrangimento ao senhor e eu não quero fazê-lo se constranger em função de atitudes que tomei isoladamente".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Chefe da Procuradoria do Estado de Goiás, Ronald Bicca, seria mais uma pessoa que atenderia aos interesses de Carlos Cachoeira no Governo de V. Exª.

O senhor confiava nele?

O SR. MARCONI PERILLO – O Dr. Ronald Bicca foi Presidente Nacional da Associação de Procuradores de Estado, durante muitos anos. É um Procurador respeitadíssimo nas Procuradorias de todo o Brasil, com trânsito livre, inclusive, junto a vários ministros de superiores tribunais. Um Procurador qualificadíssimo, que colaborou muito com o meu Governo no período em que ele ficou à frente da Procuradoria. Ele me disse, desde o início, quando o nome dele foi citado em gravações, que, apesar de o nome dele ter sido citado, ele jamais proveu ou atendeu a qualquer pleito que tenham sugerido nessas ligações. Ele disse: "Como é que eu posso ter sido solicitado em relação a esse assunto se nenhum dos fatos, que estão aqui nas gravações, foi levado a termo?" Pelo contrário, a Procuradoria, segundo ele, teria dado pareceres contrários.

Eu tenho muita confiança no Dr. Ronald Bicca. Vindo aqui, ele terá oportunidade de esclarecer esses fatos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Entre os diversos pleitos encaminhados por Ronald Bicca, a pedido de Cachoeira, a Polícia Federal afirma – é o caso que V. Exª, de alguma maneira, tocou – que ele teria agido como "advogado" de Cachoeira para incluir a empresa Coral no fornecimento de refeições para os presos de Goiás e substituí-la pela empresa Cial Alimentos, controladas por Cachoeira. Segundo as informações que nós temos, o negócio somente não se concretizou por decisão da Justiça, com parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado.

V. Exª tinha conhecimento desse fato?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu não tinha conhecimento e todas as decisões do Procurador-Geral, Dr. Ronald Bicca, sempre foram muito sérias, muito sensatas, equilibradas e amparadas no estrito cumprimento do dever legal dele. Afinal de contas, um Procurador-Geral do Estado é o representante legal do Governador. Ele sabia, como Procurador experiente que é, que jamais poderia atender ou fazer qualquer advocacia administrativa para quem quer que fosse.

Eu não tenho elementos que possam questionar a sua conduta moral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª, nos autos também do inquérito da Polícia Federal, pode nos dizer por que o Sr. Alexandre Baldy, no Governo de V. Exª, era tido como menino de ouro de Carlos Cachoeira.

V. Exª sabe nos informar por quê? Uma pista.

O SR. MARCONI PERILLO – Não sei se ele é considerado pelo Carlos Cachoeira como menino de ouro, mas por muitos de nós é. É um jovem talentoso, extremamente competente, bem relacionado. Ele é um empresário bem-sucedido, que está me ajudando a garantir sucesso na atração de novos investimentos no Brasil.

Ele se dá, por exemplo, Sr. Deputado Relator, muito bem com toda a equipe do MDIC. Recentemente, aliás, cerca de um ano atrás, ele acompanhou o Ministro Fernando Pimentel a uma missão à China, precursora à missão da Presidente Dilma. E já foi convidado várias vezes para integrar várias outras missões do MDIC, representando o Brasil.

Ele é uma pessoa extremamente articulada. É uma pessoa que tem um relacionamento internacional, inclusive, muito expressivo. Ele, por exemplo, tem contado com a colaboração do nosso piloto Felipe Massa em muitos dos nossos eventos, porque ele se relaciona com ele e com muitas outras personalidades do Brasil e do mundo. Isso tem facilitado a abertura de portas para atração de novos investimentos.

Foi ele quem conduziu a nossa articulação no sentido de atrair, no ano passado, R$10 bilhões de investimentos novos para o Estado.

Agora, eu queria dizer a V. Exª que a relação dele com o Sr. Carlos Cachoeira também é uma relação de parentesco. Em Anápolis, a família do Sr. Carlos Cachoeira conta com 11 irmãos, todos eles casados com as melhores famílias da cidade, os filhos, os netos. Eles têm uma relação muito extensa com a cidade de Anápolis. E uma cunhada, concunhada do Sr. Baldy é sobrinha do Sr. Carlos Cachoeira. Certamente, eles devem ter alguma relação por conta do parentesco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A investigação da Polícia Federal revela que Alexandre Baldy receberia um complemento mensal de salário de R$15 mil, pago por Cachoeira.

O SR. MARCONI PERILLO – Para quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pelo Cachoeira.

O SR. MARCONI PERILLO – A quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ao Sr. Baldy.

V. Exª tem algo a dizer sobre isso, já que ele era seu secretário?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, eu não queria subestimar aqui a riqueza ou a importância do Sr. Carlos Cachoeira, mas eu imagino que o patrimônio do Alexandre Baldy, da família dele, deve ser pelo menos umas 20, 30 vezes superior ao patrimônio do Sr. Carlos Cachoeira. Ou mais, ou mais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Contudo, Governador, as informações vêm dos inquéritos da Polícia Federal.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu duvido, Sr. Odair, eu duvido, Relator, que o Sr. Alexandre Baldy, rico como é, rico como é, bem-sucedido como é, aceitaria propina de quem quer que fosse. Duvido. Desculpe-me, mas essa afirmação da Polícia Federal é completamente equivocada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantos contratos no Estado de Goiás a Delta manteve ou mantém no Governo de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu fiz a leitura aqui no início, expliquei tudo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Falou em percentual.

O SR. MARCONI PERILLO – Mas eu vou recorrer aqui, porque... Repito aqui: a Delta tem 4% de todos os contratos da agência de obras e transportes. Entre 2008 e 2012, a Delta participou de 140 processos licitatórios. Conseguiu 19 contratos, sete no meu Governo, disputando licitações duríssimas. Numa, 21,7%, 21,5% de deságio; na outra, 9%, no Rodovida Urbana.

Uma licitação vencida pela Delta, no final do ano passado, para prestar serviços de aluguel de carros, caminhões, junto à companhia de saneamento, nós conseguimos fazer um destrato amigável, e esse contrato não vigerá. No governo anterior, a Delta conseguiu R$64,423 milhões de contratos. No nosso Governo, R$51,498 milhões. Ou seja, 4%. Repito: 4%. Cinquenta e um milhões de reais no Governo Estadual, contra R$300 milhões já pagos, e eu tenho aqui todos os documentos do Tribunal de Contas dos Municípios, a prefeituras do interior de Goiás.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quanto o senhor pagou à Delta nesse ano de 2011? O senhor tem aí?

O SR. MARCONI PERILLO – Posso ver e aviso daqui a pouquinho. Mas deve ter sido pouco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Wladimir Garcez conversou com o senhor em algum momento sobre os interesses da Delta?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu queria apenas voltar a este assunto Delta. De R$1.128.436.967,00 de contratos de empresas de engenharia na Agetop, a Delta tem, no meu Governo, R$51.498.895,00, 4% apenas.

O Sr. Wladimir Garcez, como já disse anteriormente, nunca tratou comigo de assuntos relativos à Delta, mas disse também, ilustre Relator, que ele procurou algumas pessoas do Governo para tratar de assuntos de interesse dessa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, esses R$51 milhões foram contratados no Governo de V. Exª...

O SR. MARCONI PERILLO – Esses, no meu Governo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...ou já havia outros contratos anteriores?

O SR. MARCONI PERILLO – Outros contratos: R$64,423 milhões no governo anterior.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A minha pergunta é: quanto o senhor pagou à Delta, em 2011, que o pessoal está olhando?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu peço a V. Exª apenas um instante para que eu possa conferir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bem.

V. Exª tratou com o Senador Demóstenes Torres sobre a contratação da Delta em algum empreendimento do Governo de Goiás?

O SR. MARCONI PERILLO – O Senador Demóstenes Torres, como já disse, tratou comigo de vários assuntos políticos. Ele jamais me procurou para tratar desse tipo de assunto, embora o Senador Demóstenes tivesse um relacionamento com a maioria dos empresários de Goiás. Aliás, é importante registrar que, durante muito tempo, o Senador Demóstenes Torres foi muito paparicado por todo o empresariado e por toda a sociedade goiana pelo trabalho que ele realizou aqui e pelo que ele granjeou de simpatia e de credibilidade no contexto nacional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O contrato da Delta que V. Exª rescindiu foi o contrato de locação de veículos?

O SR. MARCONI PERILLO – Um contrato de locação de veículos para saneamento de Goiás. Está havendo ou já houve um distrato amigável. Fazer um distrato que não seja amigável pode resultar em consequências drásticas para o ente contratante.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas e o de locação de veículos?

O SR. MARCONI PERILLO – O de locação de veículos ou já foi distratado ou está em fase final de distrato.

Mas eu queria aqui responder a V. Exª sobre a pergunta anterior.

Obra paralisada: pagaram-se R$4,622 milhões. São R$9,393 milhões com obras paralisadas; com pagamentos e empenho a pagar, R$99 mil. Obra concluída com saldo a pagar: R$1,122 milhão. O processo encontra-se no Tribunal de Contas do Estado. Resumindo, Sr. Relator, a Delta recebeu R$14 milhões, em 2011, e R$4 milhões, em 2012.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – OK.

Carlos Cachoeira... V. Exª já respondeu isso aqui.

A Polícia Federal afirma que Rossine Aires Guimarães, sócio de Carlos Cachoeira na empresa Ideal Segurança, teria doado R$800 mil às campanhas eleitorais do PSDB em Goiás e R$3 milhões à campanha do PSDB no Estado de Tocantins.

Rossine Aires doou recursos para a campanha de V. Exª. V. Exª confirma?

O SR. MARCONI PERILLO – Doou e está na declaração prestada à Justiça Eleitoral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem é Jayme Rincón e qual é o papel dele em seu Governo?

O SR. MARCONI PERILLO – Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas e foi coordenador financeiro da nossa campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele foi tesoureiro da campanha de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Foi o coordenador financeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Segundo investigação da Polícia Federal, Jayme Rincón estaria promovendo licitações dirigidas na Agetop para beneficiar empresas ligadas a Carlos Cachoeira. O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu desafio qualquer pessoa no Brasil, qualquer consultoria especializada a provar qualquer obra dirigida, qualquer conluio de empreiteiros, qualquer esquema de empreiteiros, qualquer acordo de empreiteiros, qualquer propina paga no meu Governo. Não existe isso. Jamais houve direcionamento.

E até, Sr. Relator, estranha-me muito o fato de que eu esteja o tempo inteiro na imprensa toda por ter vendido a minha casa. Não há um ato do Governo, não há um ato da Agência de Transportes que não seja absolutamente regular.

Nós tivemos agora, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, uma licitação, em meados do ano passado, para a contratação de 2.081 quilômetros de reconstrução rodoviária, levando em consideração CBUQ 5 centímetros de espessura, obra de qualidade, porque, senão, a gente vai rejeitar. Tivemos quase 100 empresas de 13 Estados brasileiros. Foi uma licitação duríssima – 24% de deságio, em média, nessa licitação. Sabe qual foi a economia do Governo do Estado somente nessa licitação, que foi à praça por cerca de R$500 milhões? R$117 milhões de economia. E ela já foi com 10% abaixo da tabela da Agência de Transporte. Nós achamos que tivemos, ao final, cerca de R$170 milhões de economia nessa licitação.

Eu queria apenas ler aqui um documento:

A Agetop, na atual administração, eliminou em seus editais a exigência de declaração por parte do órgão de que foi feita a visita técnica. Isso será feito

dez dias antes da licitação. Hoje, basta o licitante colocar em sua documentação, no ato da licitação, uma declaração de que visitou a obra e tem conhecimento do serviço. Eliminou também a exigência de que a caução fosse feita cinco dias antes da licitação. Hoje, a caução acompanha documentação e proposta. Esses eram dois artifícios usados pela Administração Pública para possibilitar que as empresas soubessem com antecedência quem participaria da licitação, dando a elas condições de se acertarem previamente. Esse exemplo deveria ser seguido por outras esferas, pois eliminam totalmente a possibilidade de acerto prévio entre empresas antes das licitações. Nas licitações efetuadas em 2011, no Rodovida Reconstrução e no Rodovida Urbano, houve um desconto médio no conjunto de 22%, o que gerou [Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores] uma economia de R$187 milhões nas duas licitações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode, depois, nos encaminhar a relação dos pagamentos feitos à Delta no ano de 2011?

O SR. MARCONI PERILLO – Com o máximo prazer, encaminharei a V. Exª a relação de todos os pagamentos se forem necessários. E mais: eu queria adiantar que, na Agetop, hoje, uma fatura chega, por ordem cronológica, num dia e, três dias depois, a fatura está paga. Ninguém precisa pedir lá no meu Governo para pagar uma fatura, que é direito do empresário. Lá, apresentou a fatura, entra na ordem cronológica e, três dias depois, a fatura é paga.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A empresa Vale do Rio Lontra, cujo sócio é o Sr. Rossine Aires Guimarães, mantém contratos na Agetop também? V. Exª pode descrever os contratos e pagamentos?

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Relator, a informação que tenho aqui é que a empresa do Sr. Rossine doou R$800 mil para a nossa campanha em 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou falando dos contratos.

O SR. MARCONI PERILLO – A empresa Vale do Lontra, de Rossine, para a construção de lotes da GO-336 teve o seu contrato rescindido em 2011. Repito: a empresa Vale do Lontra, do Sr. Rossine, com lotes da GO-336 teve contratos rescindidos em 2011. Essa é a informação oficial que me foi prestada pela presidência da Agetop.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Segundo relatório da Polícia Federal, durante a campanha de V. Exª, Wladimir Garcez teria recorrido a Cachoeira diversas vezes para que ele ajudasse a reforçar o caixa da campanha. Os valores seriam repassados a pessoas físicas e jurídicas indicadas por Jayme Rincón, tesoureiro da campanha. O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tenho a menor informação sobre isso. Disse e repito: todas as contas da minha campanha foram legais, todas registradas no Tribunal Regional Eleitoral e aprovadas sem restrições.

Mas eu queria falar um pouco mais sobre o que disse aqui, nesta CPMI, em seu depoimento, o ex-Vereador Wladimir Garcez:

Jamais fiz qualquer indicação diretamente ao Governador Marconi Perillo, pois tratava sempre com seus auxiliares, com seus secretários. Para me classificar junto ao Carlinhos, dizia ele que eu tinha mais poder, mais força. Queria usar o nome dele para conseguir esse emprego; vaidoso como sempre ele achava aquilo muito bom. E levei algumas indicações, sendo que nenhuma dessas indicações como vocês podem ter visto nas gravações que foram mostradas foi feita. Não consegui as nomeações que falaram por aí, nenhuma das pessoas foi nomeada pelo Governador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Governador as investigações ainda da Policia Federal revelam que a empresa laranja de Carlos Cachoeira, Alberto e Pantoja, depositou R$45 mil na conta bancária de Bruna Bordoni, filha do jornalista Luiz Carlos Bordoni. V. Exª já disse aqui que ele prestou serviços na sua campanha.

Questionado sobre o tema, o jornalista afirma que esses R$45 mil, são de pagamentos por serviços prestados a V. Exª na campanha de 2010. O que V. Exª tem a dizer sobre isso? Esses recursos não foram contabilizados?

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de informar a toda CPI que no momento subsequente a esta denúncia do jornalista Bordoni, a minha advocacia entrou com uma ação civil por indenização por calúnia, injúria, difamação. Repito: a campanha pagou ao Sr. Demóstenes, através a ArtMidi, R$ 3.300, Nota Fiscal nº 109002; repito: Luiz Carlos Bordoni, de 2010, todas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Não recebeu qualquer pagamento que não conste da nossa prestação de contas.

Agora, Sr Presidente, Sr Relator, Srªs e Srs Deputados, cabe ao acusador no Estado democrático de direito o ônus da prova. Ele terá a oportunidade de provar na justiça se realmente recebeu esses recursos que são citados por ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Segundo o jornalista Bordoni ainda, o depósito intermediado teria sido intermediado por Lúcio Fiúza, que até semana passada era secretário particular de V. Exª. O depósito foi feito na conta da filha do jornalista, Bruna Bordoni, em 14 de abril de 2011.

Ao tratar com Bordoni, Lúcio Fiúza estaria falando em nome de V. Exª. V. Exª sabe de alguma relação do Sr. Fiúza com a empresa Pantoja?

O SR. MARCONI PERILLO – Nenhuma relação. Como já disse, ele terá na justiça ou aqui que provar. O ônus da prova é de quem acusa, Sr. Relator. O pagamento que foi feito já foi dito aqui por mim, pela Art-Midi no valor de R$33 mil.

Agora é importante registrar que esse jornalista não prestava serviço só para mim, ele prestava serviços para muitas outras pessoas no Estado de Goiás. Quem sabe, no futuro, estes fatos possam ser rigorosamente esclarecidos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós, inclusive, faremos um requerimento para que o Sr Bordoni compareça a esta CPMI e tenha a oportunidade de dar a versão dele sobre os fatos.

O SR. MARCONI PERILLO – Com a permissão de V. Exª, ele terá a oportunidade de prestar informações, esclarecimentos aqui e também terá a oportunidade de provar isso tudo na justiça, já que sou autor de um processo contra ele por injúria, difamação e calúnia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bordoni afirma que os serviços – aliás, antes: O Sr Lúcio Fiúza se encontrava regularmente com o Sr. Wladimir Garcez? V. Exª tem essa informação?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tenho. O Dr. Lúcio trabalhava...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles se encontravam esporadicamente?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tenho essa informação. Devem ter...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles tinham alguma relação?

O SR. MARCONI PERILLO – Devem ter se encontrado, Sr. Relator, principalmente por ocasião da venda da casa. Possivelmente devem ter se encontrado nesse período algumas vezes. Possivelmente não, com certeza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Fora do período da venda da casa não?

O SR. MARCONI PERILLO – Não sei, não tenho essa informação. Aliás, queria fazer um parêntese para corrigir uma injustiça aqui. Toda a imprensa noticiou que o Sr. Lúcio Fiúza, assessor especial do meu gabinete, teria sido exonerado em função da Operação Monte Carlo. Isso é uma grande injustiça. Eu exonerei, na última semana, todos os assessores especiais, porque grande parte deles serão candidatos nas eleições desse ano ou a prefeito ou a vereador. E aí resolvi exonerar a todos para depois voltar a nomear alguns que eu gostaria que continuassem novamente. O Dr. Lúcio, quando o procurei agora recentemente, para voltar para o governo, ele disse: não quero mais, estou doente, cansado, tenho quase 70 anos de idade, já fiz pelo senhor o que poderia ter sido feito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bordoni afirma que os serviços prestados para a campanha de V. Exª totalizaram R$170 mil, mas ao TSE – e V. Exª já disse – estão registrados apenas R$33 mil.

A que V. Exª atribui essa diferença e essa fala do Sr. Bordoni?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, repito, o Sr. Luiz Carlos Bordoni não prestou serviços apenas a minha campanha; segundo, não prestava serviços apenas a campanhas eleitorais, prestava serviços também a terceiros e, repito, ele terá oportunidade de apresentar as provas ou aqui ou na justiça.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele cita um fato, eu preciso perguntar a V. Exª, aliás, saiu na imprensa que ele recebeu diretamente das mãos de V. Exª R$40 mil em espécie, como primeira parcela do serviço que prestou na campanha de V. Exª.

Diz o Sr. Bordoni à imprensa: *"O Marconi me chamou para uma sala no fundo, uma pequena divisória atrás do gabinete dele, da mesa dele, e me passou R$ 40 mil em dinheiro, foi o primeiro pagamento."*

O jornalista disse ainda que V. Exª retirou um envelope de dentro de um refrigerador desligado.

Disse:

Por incrível que pareça, ele tirou de dentro de um frigobar que estava lá, na parte posterior da mesa dele tem uma divisória de uns quatro, de uns... na parte posterior da mesa dele tem uma divisória que tem uns quadros, fotografias dele, e atrás dessas divisórias, uma pequena copa; tinha um frigobar que ele abriu e tirou um pacote, um envelope para mim, só podia estar desligado porque o dinheiro não estava gelado.

(*Risos*.) Dentro do envelope, Bordoni disse que havia quatro menores, cada um com R$10 mil em dinheiro vivo.

O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu já disse, repito, repito de novo, o jornalista Luiz Carlos Bordoni terá, aquela figura controversa no Estado, terá oportunidade de apresentar aqui as provas. Cabe a ele, como acusador, o ônus da prova.

Apenas voltando ao meu escritório. É um escritório pequeno, hoje ele é utilizado pelo Senador Cyro Miranda, que aluga o imóvel, nesse escritório tem um pequeno gabinete, tem uma sala pequena de reuniões que tem frigobar, que tem quadros, mas que todo mundo conhece, eu recebias as comissões, entrevistas coletivas, audiências individuais todas nesse lugar. É claro que qualquer pessoa que possa ter passado por lá tem condições de descrever esse ambiente.

Agora, caberá a ele, e com certeza, se ele tem tanta ênfase no que fala, provar o que está dizendo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª recebeu em 2010 recursos da empreiteira Delta na campanha?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, não consta da prestação de contas e nem tive nenhuma informação de que eles tenham doado. Se fizeram alguma colaboração, o fizeram através da empresa Rossine, através da Delta Engenharia nós não recebemos nenhuma doação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas eles podem ter feito alguma colaboração através da empresa Rossine?

O SR. MARCONI PERILLO – Não sei, pode ser que sim, eu não sei qual era o nível de ligação. Provavelmente não. A Delta não fez doação a minha campanha. Agora, deve ter feito a outras campanhas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Rossine fez?

O SR. MARCONI PERILLO – A Rossine fez.

A Delta, aliás, nunca teve relações comigo lá no Estado. Ela teve relações com outros grupos, relações próximas, relações muito fortes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se o Sr. Lúcio Fiúza se encontrou com o jornalista Bordoni?

O SR. MARCONI PERILLO – Não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda, Governador, o *Estado de S. Paulo*, o jornal, em 4 de junho de 2012, trouxe a seguinte matéria: "Contratada pela campanha do Governador Marconi Perillo, em 2010, a Serpes, Pesquisa de Opinião e Mercado, recebeu R$56 mil da Alberto e Pantoja, acusada de lavar dinheiro do esquema de Carlos Augustos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o valor foi depositado em duas parcelas de R$28 mil, na conta de Ana Cardoso de Lorenzo, sócia do Instituto de Pesquisa, em 6 setembro de 2010, um mês após o serviço ter sido registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral. O Comitê Único do PSDB pagou o trabalho de pesquisa e testes eleitorais em duas parcelas: R$23.400,00 e R$7.500,00.

As investigações da Polícia Federal mostram que o "delta duto", montado a partir de empresas de fachada, financiava campanhas eleitorais.

Indago a V. Exª se esse dinheiro teria irrigado os cofres da campanha de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Relator, eu trago, aqui, uma declaração sobre a origem do pagamento das pesquisas Serpes e notas fiscais. Trago também uma declaração formal do proprietário da Serpes Pesquisas de Opinião e Mercado LTDA. *(Tosse.)*

Desculpem-me.

Declaração.

Declaro, para os devidos fins, que todas as pesquisas realizadas por este instituto para a campanha eleitoral do candidato ao Governo Marconi Perillo, em 2010, foram negociadas e pagas exclusivamente pelo comitê de campanha do PSDB e pelo PSDB.

Repito:

Declaro, para os devidos fins, que todas as pesquisas realizadas por este instituto para a campanha eleitoral do candidato ao Governo Marconi Perillo, em 2010, foram negociadas e pagas exclusivamente pelo comitê de campanha do PSDB e pelo PSDB.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Goiânia, 5 de junho de 2012.

Aqui está a assinatura, o CNPJ, Sr. Relator, e todas as notas fiscais, que tenho a satisfação de passar a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantas pesquisas – vamos processar isto – foram realizadas por V. Exª na Serpes?

O SR. MARCONI PERILLO – As notas fiscais estão aí. Não me lembro quantas, porque estão aí nesse documento que acabo de entregar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Dos valores V. Exª se lembra?

O SR. MARCONI PERILLO – Estão aí. Se o senhor me devolver as notas, eu falo agora.

É importante registrar, Deputado Odair, que o instituto Serpes não trabalhou apenas para o meu comitê. O instituto Serpes deve ter trabalhado para todos os comitês de todas as campanhas, em 2010.

Aqui tenho pesquisa no valor de R$5.000,00; R$4.000,00; R$8.000,00, deve ter sido mais de uma; R$22.212,50.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – OK. Vamos conferir.

V. Exª já deu informações, aqui, sobre a venda da casa de V. Exª. V. Exª disse aqui que mora, hoje, em outra casa. Que casa é essa?

O SR. MARCONI PERILLO – É uma casa de aluguel, situada no Condomínio Cruzeiro do Sul, do Alphaville, em Goiânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª tem propriedade de outra casa no Alphaville?

O SR. MARCONI PERILLO – Outra casa, não; já vendi a que eu tinha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A única que o senhor tinha o senhor vendeu. O senhor não comprou outra?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu tenho dois lotes, tenho dois lotes, adquiridos há mais de dez anos, no Alphaville.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª...

O SR. MARCONI PERILLO – O contrato dessa casa de aluguel está no condomínio, na direção, na administração do condomínio. Os recibos estão em minha posse. E, se V. Exª tiver interesse, posso imediatamente encaminhar o contrato e os recibos a esta Comissão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se V. Exª puder fazer isso...

O SR. MARCONI PERILLO – Farei, com prazer.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Colabora.

V. Exª comprou a casa que V. Exª vendeu pronta ou V. Exª construiu essa casa?

O SR. MARCONI PERILLO – Ela estava praticamente acabada; faltavam apenas alguns detalhes interiores. Comprei com parte de recursos meus e outra parte com recursos da Caixa Econômica Federal.

Na declaração de Imposto de Renda, Sr. Relator, nós constamos, primeiro, a parte que eu paguei em dinheiro, porque a outra só pode ser constada depois que é quitado o imóvel junto à Caixa Econômica Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor vai acrescentando, não é, a cada ano.

Nós vamos tomar por base os inquéritos da Polícia Federal, é claro que considerando as declarações de V. Exª e do Sr. Wladimir Garcez.

Mas o Delegado Matheus Mela Rodrigues disse a esta CPMI que a casa foi paga com três cheques nominais a V. Exª, assinados por Leonardo Ramos, sobrinho de Cachoeira. Há informações de que os cheques seriam da Excitante Confecções, como restou provado na entrega dos cheques que V. Exª nos entregou aqui. Empresa da cunhada de Cachoeira e que recebeu dinheiro do Alberto & Pantoja Construções, uma das beneficiadas por repasses à Delta. A Polícia Federal suspeita que Carlos Cachoeira seja o real comprador do imóvel.

Diante disso, indago de V. Exª: por que V. Exª não passou a escritura da casa para o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, em primeiro lugar, eu queria dizer a todos que durante um longo tempo especulou-se a possibilidade de eu ter vendido o meu imóvel ao Sr. Carlos Cachoeira; depois dos depoimentos e depois das gravações, estou provado que não foi vendido para ele. Se eu tivesse vendido a ele, como empresário, um imóvel de minha propriedade, também não teria sido nada ilegal. Ocorre que não adianta "forçasão" de barra, eu não vendi a casa para ele; quem pediu para comprar a casa, sabe-se lá se tendo visto pelo anúncio no jornal ou por terceiros ou porque eu tenha pedido a alguém para falar foi o Sr. Wladimir Garcez, que se apresentou para adquirir a casa, adquirir o imóvel como já expliquei aqui anteriormente. Acertamos o valor e ele ficou de pagar, pagou com cheques pré-datados em três meses consecutivos. É claro que eu não teria como escriturar o imóvel antes de ver os três cheques compensados, que foram nos meses de março, abril e maio.

Segundo, Relator, eu não teria como, não tinha "bola de cristal", adivinhar que o Sr. Wladimir Garcez tivesse recorrido aos seus patrões empréstimos para poder quitar os cheques que me haviam sido entregues. Só agora, com o depoimento dele, aqui nesta CPMI, é que eu e todo mundo descobrimos que ele havia recorrido aos seus patrões para poder fazer jus ao pagamento. Ele teria dito, inclusive, que tentou se desfazer de imóveis e não tendo conseguido acabou procurando o Professor Walter Paulo, porque ele tinha que pagar o empréstimo tomado de seus antigos patrões. Foi o que ele disse aqui.

Eu já disse no início, não vi quem eram os emitentes. Não tive esse cuidado. Aliás, sugiro a todos que vão vender ou comprar imóveis, que tenham..., Aliás, se eu tivesse, repito, que vender de novo essa casa, tamanhos os problemas decorrentes, eu teria ficado com ela, não teria mudado, ou teria insistido com o Cyro para fazer a compra. Haveria menos questionamentos.

Mas ele, Wladimir Garcez, não tendo conseguido honrar o pagamento dos seus patrões, do empréstimo que tomara de seus patrões, procurou o Sr. Walter Paulo que acabou resolvendo comprar, deve ter dito ao Sr. Walter Paulo que a casa estava sendo vendida por mim diretamente para ele.

Depois disso, eu cobrei, logo que os cheques foram compensados, eu fiz uma cobrança ao meu assessor, que eu gostaria de passar a escritura e só no final de junho, começo de julho, é que me disseram: "olha, o Wladimir mandou dizer que não conseguiu comprar a casa para ele, que não conseguiu honrar o pagamento e que ele vai ter que vender ou que ele conseguiu refazer, repassar a casa para o Professor Walter Paulo". Não há contradição nenhuma nisso. Ele solicitou, e eu só soube depois na presença do meu assessor, para dar legitimidade à entrega da casa, o recibo, porque senão ele não ia pagar o Sr. Wladimir. Não há contradição alguma.

Eu recebi por um e quatrocentos, a casa foi vendida para o Sr. Wladimir, inicialmente, que não conseguiu honrar os empréstimos tomados de seus patrões; repassado ao Sr. Walter Paulo. Ele pagou e disse aqui que pagou, recebeu a escritura. Eu não tenho mais conhecimento de mais nada. Agora, eu, sinceramente, não vi de quem eram os cheques, se tinham sido assinados por Leonardo ou por Excitante. Só agora, quando pedi ao banco a microfilmagem dos cheques, é que eu pude checar que eram da Excitante. Eu entreguei a V. Exª os cheques para que V. Exª possa fazer as devidas perícias e comprovar tudo.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, a investigação que ainda prossegue, tanto aqui quanto na justiça, e principalmente na justiça, vai ter a oportunidade de verificar todos esses assuntos, de checar todos esses assuntos e de tomar todas as medidas pertinentes cabíveis. Se alguém, conforme gravações ouvidas recentemente, vendeu a mais e ganhou dinheiro nas minhas costas, não sou eu que devo dar explicações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, na verdade, eu não tenho motivos nem para acreditar nem para desacreditar no senhor.

O SR. MARCONI PERILLO – É o seu papel.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas estou fazendo as perguntas que julgo importantes diante daquilo que sai na imprensa e diante daquilo que os autos do inquérito da Polícia Federal nos dizem.

Agora, V. Exª não teria participado de um negócio simulado? Na medida em que o senhor vende para Wladimir Garcez, que é o primeiro adquirente, e este vende para um segundo adquirente, o Sr. Walter Paulo, não haveria a necessidade de haver um contrato entre V. Exª e o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. MARCONI PERILLO – Primeiro, quero refutar, de forma veemente, essa hipótese de simulação. Segundo, não haveria por que a realização de qualquer contrato preliminar, até porque existiam três cheques, precisavam ser compensados, eu conhecia há muito tempo o Sr. Wladimir Garcez, e ele sabia, também, que eu jamais iria tomar qualquer atitude que não fosse a de entregar o imóvel a ele ou a quem ele pudesse repassá-lo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor assinou algum contrato de gaveta em razão da compra desse imóvel?

O SR. MARCONI PERILLO – Não assinei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em interceptação telefônica da Polícia Federal, Carlinhos vai levar um... Carlinhos diz para Leonardo que vai levar um documento para Leonardo fazer um contrato de gaveta para ele assinar. V. Exª não assinou nenhum contrato...

O SR. MARCONI PERILLO – Deve ter sido... Com certeza, deve ter sido entre o Cachoeira e o próprio Leonardo à empresa Excitante. Afinal de contas, Relator, quem disse, aqui nesta CPMI, que tomou dinheiro emprestado dos seus patrões foi o Sr. Wladimir Garcez. Se isso aconteceu, se a Polícia Federal trouxe essas citações e chegou a alguma conclusão, isso diz respeito, exclusivamente a eles; a mais ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor deixou o imóvel vendido quando? Quando o senhor entregou a posse da casa para o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu mudei-me da casa por volta do dia 21 de dezembro de 2010. E, tão logo acertamos os valores e recebemos os cheques, eu pedi ao meu assessor que entregasse imediatamente as chaves ao Sr. Wladimir Garcez.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez alguma reforma nesse imóvel?

O SR. MARCONI PERILLO – Nesse período, não. Fiz antes. Nesse período em que entreguei... Depois que entreguei a casa, não. Poder ser que eles tenham feito alguma reforma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas V. Exª habitou nessa casa quantos anos?

O SR. MARCONI PERILLO – Quase cinco anos. Quatro anos e nove meses.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pelo que eu entendi, V. Exª concluiu a construção da casa...

O SR. MARCONI PERILLO – A parte interna da casa, móveis, essas coisas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª conhece o arquiteto Alexandre Milhomem?

O SR. MARCONI PERILLO – Não. Deve ter sido o arquiteto que construiu para os... Que fez a planta... Não tenho informação sobre isso. Não tenho a menor possibilidade de falar sobre isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor possui algum primo de nome Ronaldo?

O SR. MARCONI PERILLO – Pelo menos uns dois ou três.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Algum deles participou da negociação da venda da casa?

O SR. MARCONI PERILLO – Tenho um primo, que se chama Ronaldo Perillo, que é um dos donos da imobiliária que me ajudou a comprá-la.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em interceptação da Polícia Federal... É claro que nós estamos considerando a versão que V. Exª dá. Eu preciso confrontá-la com...

O SR. MARCONI PERILLO – Perfeitamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...as interceptações telefônicas da Polícia Federal. E essas interceptações dão conta de uma conversa, entre Carlinhos e Wladimir, onde Carlinhos pergunta para Wladimir se pegou a escritura. Wladimir diz que está aguardando a ligação – possivelmente, do senhor. Diz, ainda, que vai procurá-lo... Diz, ainda, que quem vai procurá-lo será um primo dele, de nome Ronaldo.

Então, V. Exª confirma que tem...

O SR. MARCONI PERILLO – Ou pode ser primo do Wladimir ou pode ser primo meu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode ser primo de V. Exª.

O SR. MARCONI PERILLO – Quando o Ronaldo – se for o Ronaldo Perillo, que é dono da imobiliária...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É porque a interceptação não fala se é Perillo, fala Ronaldo.

O SR. MARCONI PERILLO – Se for o Ronaldo, meu primo, dono da imobiliária, pode ser que eles tenham ido buscar o documento definitivo que pudesse estar em posse dele. Talvez tenha sido entregue a ele. Mas não sei. Fala-se em Ronaldo, que pode ser primo meu ou primo dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda interceptação. Indago se V. Exª se encontrou com o Sr. Wladimir Garcez em 28 de fevereiro?

O SR. MARCONI PERILLO – Quando?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 28 de fevereiro de 2011.

O SR. MARCONI PERILLO – Não me lembro. Pode ser que tenha ocorrido...

O SR. ODAIR CUNHA (PT–MG) – Pode ser a data da emissão dos cheques...

O SR. MARCONI PERILLO – Mas eu posso inclusive certificar na minha agenda, que é o oficial, e encaminhar a V. Exª.

Deputado Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT- MG) – Sim.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu posso checar toda a minha agenda e repassar para V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque também a interceptação telefônica do dia 28 dá-se a entender que Wladimir denotando que está com o Marconi, pergunta a Carlinhos que horas vai marcar... Aí seria a entrega dos cheques. Carlinhos marca para duas horas da tarde. Em continuação à conversa anterior, Carlinhos manda Wladimir perguntar para Marconi se faz cheques nominais. Wladimir perguntou a V. Exª isso?

O SR. MARCONI PERILLO (PT – MG) – Olha, como o Sr. Wladimir admitiu aqui mesmo ter tomado dinheiro emprestado do Cachoeira e da Delta, é possível que ele tenha tido esse diálogo para poder realmente assinar os cheques e colocá-los nominalmente.

Quando o meu assessor perguntou-me como é que eu queria os cheques, eu disse: Nominal a mim, para que eu possa depositar na minha conta bancária pessoal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT–MG) – V. Exª sabia da existência de uma dívida do Estado de Goiás com a Delta, no valor de R$ 8.592.043,00 em março de 2011? Se sabia, de que forma foi resolvida essa pendência? E quando foi paga?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, existiam tantas dívidas quando eu assumi o Governo. Era mais de R$1 bilhão em dívidas e dívidas também numerosas na Agência de Transportes. A Agência de Transportes devia algumas dezenas de milhões de reais. É bem possível que houvesse dívida da Agetop em relação à Delta e à outras empresas.

A determinação que eu dei, quando entrei no Governo, foi no sentido de que não se deveria pagar nem uma empresa antes que pudéssemos organizar o Governo do Estado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Wladimir Garcez tratou deste assunto com V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Jamais!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda interceptação telefônica, Carlinhos pergunta a Wladimir se levou para mostrar para o governador a fatura de nove milhões que o Estado tem que pagar à Delta. Wladimir diz o valor exato: são oito milhões, quinhentos e noventa e dois mil e quarenta e três reais. A interceptação dá a entender que Wladimir está na antessala do Governador. Ele não contratou isso com V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele não teria coragem de fazer isso, até porque ele já conhecia todas as minhas determinações aos secretários e a imprensa, de que nenhum recurso do Tesouro sairia para pagamento de qualquer serviço, de qualquer empreiteira, antes de pagarmos a folha de dezembro e antes de colocarmos a Casa em ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele continua ainda. Wladimir diz que está com o Governador e pergunta a Carlinhos se quer falar com ele. Carlinhos diz: não. Nega a conversa.

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Odair Cunha, nesta mesma sala aqui, nesta CPMI, o Sr. Wladimir Garcez disse a todos os senhores que usou várias vezes, indevidamente, o meu nome e de muitas outras autoridades: federais, estaduais e municipais. Eu jamais tratei... A Agetop não pagou essa dívida. A Agetop não pagou. Repito, essa dívida não foi paga, como não foram pagas outras dívidas de governos anteriores. A ordem era colocar a Casa em ordem, e principalmente criar um programa para reconstruir o que tinha acabado no governo, no Estado, que eram as estradas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou fazendo esta pergunta, porque...

O SR. MARCONI PERILLO – Só um parêntese. Até o final de setembro nós vamos conseguir inaugurar a reconstrução de 2.081 km de rodovias estaduais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou fazendo essa pergunta, porque em outra interceptação ainda Wladimir fala do papel do Cláudio, da Delta; e o Governador... Diz Wladimir a Carlinhos: "O Governador ficou de resolver".

Então, V. Exª está dizendo que nunca tratou desse assunto.

O SR. MARCONI PERILLO – Devem ter ficado decepcionados, porque, primeiro, não atenderia para isso. Segundo, não pagaria, como não paguei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Recorda-se V. Exª se alguma vez já entregou manuscrito contendo valores que deveriam se pagos pela Delta nos meses de abril e maio de 2011?

O SR. MARCONI PERILLO – Não me lembro, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª...

O SR. MARCONI PERILLO – Não me lembro, até porque, repito, as ordens que dei aos órgãos de obras do Governo: Saneago, Celg, Agetop foram de que as obras, os recebimentos de governos anteriores, devessem todos serem sobrestados, até que tivéssemos condições de reavaliar as dívidas anteriores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª sabe me dizer quando que foi um cheque de R$500 mil em relação a casa? Foi pago quando?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha as datas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vamos pegar o cheque...

O SR. MARCONI PERILLO – As datas estão aí. Inclusive os meus extratos estão aí, Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É porque há uma interceptação telefônica que dá a entender que o pagamento do último dos cheques foi condicionado ao pagamento da dívida que o Estado de Goiás tinha com a Delta. E mostra uma relutância do Sr. Rossine, diz o diálogo de 29 de abril: "Continua a falar sobre a parcela de R$500 mil que o Rossine reluta em pagar. Carlinhos cita folha de papel manuscrito com pedido, contendo números para este mês e o próximo. Carlinhos pede a Rogério para tirar cópia do papel manuscrito e guardar o original." V. Exª diz aqui que nunca assinou nem um papel manuscrito.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Relator, os cheques estavam em minha posse. Os três cheques em posse de minha assessoria ou em minha posse. Se estavam com a minha assessoria, eles estavam em minha posse. Estavam sendo depositados e compensados; se algum desses cheques não fosse compensado, o negócio estaria liquidado, não haveria negócio. Esse negócio não há como ser condicionado, era um imóvel de mina propriedade. Ou se pagava ou se compensava os cheques ou a casa não seria escriturada. Certamente que eu devolveria o que recebi e procuraria outro comprador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E sobre esse manuscrito com valores que deveriam ser pagos à Delta, nos meses de abril e maio? Repito a pergunta: V. Exª não assinou ou não fez nenhum manuscrito?

O SR. MARCONI PERILLO – Existem tantas ilações e usam tanto o meu nome nessas gravações que eu não posso ter a mínima ideia do que tenha acontecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque Carlinhos pede para guardar o original do...

O SR. MARCONI PERILLO – Certamente está guardado nos cofres dele. Se foi apreendido, a Polícia Federal terá como apresentar isso à CPMI e ao Judiciário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Houve alguma liberação de verba do BNDES para a Delta, através do Governo de Goiás, ou o BNDES financiou o Governo de Goiás, que teria beneficiado, por conseguinte, algum contrato da Delta?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, o governo anterior estabeleceu um contrato com o BNDES, não me recordo o valor, em um programa de auxílio aos Estados, por conta da crise mundial de 2008 ou 2009. Eu não me lembro mais o nome do programa, mas era um programa de apoio aos Estados. E remanesceu, desse contrato com o governo que me antecedeu, cerca de R$80 milhões, que deveriam ser pagos às empresas que estavam realizando obras contratadas por esse empréstimo do BNDES. Recursos do BNDES foram chegando e essas faturas que deveriam receber do Governo do Estado por conta desse empréstimo foram pagas. Pode ser que a Delta seja uma das empresas que recebeu faturas provenientes desse empréstimo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque interceptação, também da Polícia Federal, dá conta de que Carlinhos manda Wladimir procurar o Lúcio para dar uma barrigada, por uns 15 dias, e que vai pagar os juros. Pede ainda que vai pagar com o negócio do BNDES, que ainda não foi pago pelo Estado. V. Exª tem algo a dizer...

O SR. MARCONI PERILLO – Se ele tinha alguma coisa a receber do Governo do Estado era informação exclusiva dele. No Governo do Estado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, e em relação a este pagamento que seria feito ao Lúcio?

O SR. MARCONI PERILLO – Não havia pagamento a ser feito ao Lúcio, os pagamentos foram feitos em cheques, entregues e foram sendo depositados...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, aí não é mais relativo à casa.

O SR. MARCONI PERILLO – Não há a menor hipótese de isso ter acontecido. O pagamento era de R$1.400.000,00 em três cheques e isso foi feito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta, Governador, o que o Carlinhos dá a entender e manda o Wladimir dizer ao Lúcio é que R$500 mil deveriam ser pagos numa data x, e que esse pagamento,

não é possível afirmar se é em relação à casa, seria atrasado e eles pagariam juros, porque eles estariam dependendo do negócio do BNDES.

O SR. MARCONI PERILLO – Nunca ouvi falar nisso. E os pagamentos do BNDES, tão logo o BNDES liberou, os recursos foram pagos a todas as empresas.

É importante repetir aqui, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que lá no Estado de Goiás, hoje, os pagamentos são feitos em ordem cronológica e nós estamos gastando três dias para efetuar os pagamentos após apresentadas as faturas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma vez o senhor recebeu o Sr. Wladimir Garcez na sua casa, ou em alguma das suas residências, ou em alguma das suas fazendas, chácaras?

O SR. MARCONI PERILLO – Não me lembro disso. Recebi no palácio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Recebeu no palácio. E na sua propriedade?

O SR. MARCONI PERILLO – Não me lembro de tê-lo recebido, até porque tenho recebido pouquíssimas pessoas na minha casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda em diálogo captado pela Polícia Federal, Wladimir diz que está no palácio do governo e diz que não conseguiu falar com Lúcio. Carlinhos pede para Gleyb levar o dinheiro para sua casa. No entender da Polícia Federal, para a casa de Carlinhos.

Carlinhos quer saber onde está Gleyb. Ele diz: "Passando em frente ao prédio da Delta". No outro dia, Carlinhos diz para Wladimir que na hora em que chegar no Marconi é para Wladimir passar na chácara, pois é caminho.

V. Exª tem propriedade perto do ou a caminho da chácara de Carlinhos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, a minha chácara fica em Pirenópolis, bem distante de Anápolis, que é onde o Sr. Carlos Cachoeira tem imóveis, além dos imóveis que ele tem na cidade de Goiânia. Eu não tenho a menor informação sobre o que tenha acontecido nesse diálogo. Jamais – eu já disse isso, reiteradamente, inúmeras vezes – ousariam levar qualquer quantia em espécie no palácio, até porque as câmaras filmariam, teriam que passar pela segurança. Por outro lado, que razão haveria para alguém levar dinheiro no palácio? Se eu pedi para receber na minha casa em cheques, é porque exatamente eu não queria que qualquer volume dessa natureza pudesse ser entregue a mim ou a qualquer pessoa a mim ligada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora passar aos autores dos requerimentos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, como Líder, três minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar aos líderes posteriormente. Será pela ordem de inscrição.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar aos líderes posteriormente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Então, não está cumprindo o Regimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Vou dar aos líderes posteriormente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Quer dizer, não está cumprindo com o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra agora ao...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Parabéns, Presidente, pelo autorismo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...autor, o Deputado Rubens Bueno, por inversão com Carlos Sampaio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, V. Exª pode apresentar a listagem dos autores?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo agora, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas uma última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, o Relator com a precedência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, eu apenas gostaria que V. Exª frisasse melhor para nós quando e quem entregou a chave da casa que V. Exª vendeu ao Sr. Wladimir Garcez? V. Exª saiu do imóvel e quem entregou a chave?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu não sei precisar. Ou foi o Dr. Lúcio ou alguém da Imobiliária, da Morada Empreendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, eu tenho aqui, por ordem das autorias e a cronologia da interposição dos requerimentos, o primeiro autor é o Deputado Carlos Sampaio e o último autor é o Deputado Rubens Bueno.

Em consonância, os Srs. Deputados fizeram a inversão. O primeiro autor passa a ser o Deputado Rubens Bueno e o último autor passa a ser o Deputado Carlos Sampaio.

O segundo autor passa a ser o Deputado Filipe Pereira. O terceiro autor passa a ser o Deputado Maurício Quintella. O quarto autor passa a ser o Senador Randolfe Rodrigues. E o último autor a falar será o Deputado Carlos Sampaio. Será assim, e aí passaremos a palavra aos membros titulares e suplentes desta Comissão.

Com a palavra o primeiro autor.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – E os líderes, por favor, no seu regimento?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Logo após.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Logo após todos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Logo após os autores.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o primeiro autor, Deputado Rubens Bueno, com o tempo de 10 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu tenho dito no dia a dia que este é o momento histórico do Parlamento brasileiro e esse momento histórico tem que dar aos Parlamentares e condição que lhes é inerente de fazer nesta CPI uma investigação que envolva tudo e todos para demonstrar que não há aqui nenhuma vontade de Governo ou de Oposição, de partido A ou de partido B, mas a vontade do Parlamento brasileiro. Daí a nossa preocupação quando a imprensa destaca que estamos vendo grupos da base do Governo e grupos da Oposição tentando blindar de uma forma ou de outra aqueles que são convidados para depor aqui.

Chama a atenção, Sr. Presidente, é que em um país civilizado não há problema nenhum que um homem público seja convidado para prestar contas de seus atos. No Brasil, diferente disso, quando o homem público é chamado a prestar contas de seus atos é blindado de todas as formas para não prestar contas de seus atos. No mundo de hoje, a transparência não se dá porque aqueles que estão no poder, e vem desde o absolutismo, aquilo que chamamos da gestão que toma conta pelo patrimonialismo da política brasileira.

Eu pergunto ao Presidente qual foi a providência tomada quando nós requisitamos ou requeremos aqui que o senhor Walter Santiago fosse inquirido – e aí ouvida a Assessoria da Mesa da CPMI – sobre o crime de perjúrio que ele cometeu aqui, no meu modo de entender, quando ele depôs. Quero primeiro perguntar à Mesa qual a providência que foi tomada?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Mesa, oportunamente, esclarecerá V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O segundo ponto, Sr. Presidente, é que nós estamos vendo aqui denúncias que envolvem o Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido agora como Carlinhos Cachoeira, e o envolvimento dele é tamanho que eu fui apanhando aqui e acolá, dado o volume das denúncias e daquilo que são os seus negócios, nem sempre negócios legais e muito menos honestos, a indicar que nós temos aqui uma operação chamada Operação Apate. Apate vem da mitologia grega e significa o espírito que estava sempre possuído do dolo, da fraude, possuído do engano. E esta Operação Apate foi feita recentemente, e ao ser feita levou à conclusão de que a informação chegou à D. Eliane, Chefe de Gabinete, uma das chefes de gabinete do Governador Perillo, ela recebeu essa informação do Sr. Carlos Cachoeira... Veja a que ponto chegou: antes de ser deflagrado o processo, chegou a informação ao Carlos Cachoeira, que passou à Eliane Pinheiro, que, de pronto, teria comunicado ao Governador dessa operação.

Daí a minha pergunta: Se o Governador sabe... Dá para responder?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Rubens Bueno, com muito prazer, respondo a V. Exª, por quem tenho grande admiração. É claro que a Srª Eliane Pinheiro jamais me informaria de uma operação como essa, até porque se eu tivesse me informado por intermédio de outra pessoa que não fosse a Polícia Federal, o Secretário de Segurança, ou o Delegado Geral da Polícia Civil, ou o Comandante da Polícia Militar, eu estaria incorrendo em crime. Jamais isso me foi passado e repito a V. Exª o que já disse anteriormente: só depois de conhecidos os diálogos é que eu soube que a Srª Eliane Pinheiro tinha algum tipo de relação com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Porque ela diz nesse telefonema que teria levado ao seu conhecimento, e nessas interceptações da Polícia Federal.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu acho que ela diz aí é o número 1.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ou o maior.

O SR. MARCONI PERILO – Mas o nº 1 no caso seria o Prefeito de Águas Lindas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Senhor Governador, nós temos aqui alguma coisa que chama a atenção e o que chama a atenção é que o seu governo anunciou que em 30 dias daria, cabalmente, respostas dos contratos que estavam sendo auditados, a partir daquele momento. Já se passaram dois meses. Nesse período, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, segundo informações que eu acompanhei pela imprensa, ontem, dia 11, daria a decisão sobre o acompanhamento do seu governo durante 2011.

O senhor tem alguma coisa a falar sobre isso?

O SR. MARCONI PERILLO – Ontem eu não estava em Goiânia, mas as informações são de que todas as minhas contas relativas a 2011 foram aprovadas. Em relação às auditorias, Deputado Rubens Bueno, eu acabei de entregar, no início, o resultado de toda a auditoria feita em todos os contratos da Delta ao Sr. Presidente da Comissão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Governador, eu tenho aqui algumas informações – a gente vai anotando, vai escrevendo – e aqui há, de fato, algo que chama a atenção: esses contratos foram realizados em 95 com relação aos jogos no Estado de Goiás. Em 95 ou em 96?

O SR. MARCONI PERILLO – Em 95.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quer dizer que aqui não se trata de seu governo; trata-se, ao que me consta, de Governos do PMDB à época, não sei se de Maguito Vilela ou de Íris Rezende. Enfim...

Eu pergunto: É isso mesmo, Governador?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Rubens, eu vou fazer aqui uma cronologia, se V. Exª me permitir...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só quando começou. Quando os jogos começaram?

O SR. MARCONI PERILLO – Começaram em 1995. Houve, conforme já disse aqui, uma licitação. Duas empresas, entre elas a Gerplan, de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira, que foi a vencedora. Um ano depois, esse contrato foi aditivado e prorrogado por mais cinco anos... Em 1995, o Governador era Maguito Vilela. Depois, em 1998, pouco tempo antes de assumir o Governo, o contrato foi prorrogado por mais doze anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento de alguma relação do ex-governador à época de tentar, ou pelo menos, intermediar algum contato com outros governos estaduais naquele período?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tenho informação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não tem informação.

O senhor tem notícia, ou teve informação de que o Ministério Público de Goiás levou ao conhecimento público que, tão logo o jogo foi instalado em Goiás, em seguida veio o jogo do bicho, e essa empresa teria levado a sua sala comercial junto da sala comercial, ou da sala sede da loteria do Estado de Goiás?

O SR. MARCONI PERILLO – A Gerplan funcionava, parece-me, salvo melhor juízo, no prédio da loteria do Estado. Era uma concessão que o Estado havia feito à Gerplan para explorar, Deputado, todos os jogos de loteria dentro do Estado de Goiás, que eram legais, porque eles eram legais, eles existiam, eles vigiam por força de contrato com o Governo do Estado e três vezes homologados pelo Tribunal de Contas do Estado.

O primeiro contrato foi homologado rapidamente pelo Tribunal de Contas; o segundo foi a prorrogação por cinco anos, também homologado pelo Tribunal de Contas; e o terceiro, em 1998, prorrogando por mais doze anos, também homologado pelo Tribunal de Contas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento de que o Sr. Jayme Rincón, que é um homem de confiança do senhor, teria recebido R$600 mil do grupo do Carlinhos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, existem gravações truncadas em relação a isso. Ele negou veementemente todas as vezes. Ele já foi questionado pela imprensa brasileira, inúmeras vezes; teve oportunidade de falar sobre isso muitas vezes; apresentou a versão dele e rebateu, veementemente, essa possibilidade.

Segundo o que ele disse – eu não tenho maiores elementos –, não sei se a Delta ou qualquer outra empresa adquiriu veículos de uma empresa da qual ele foi sócio até a vinda dele para o Governo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A última pergunta, Sr. Presidente, é a que trata exatamente da questão da casa. Eu nunca vi, na minha vida, uma casa tão complicada como essa, mas, enfim, os negócios aí parecem ainda...

O SR. MARCONI PERILLO – Só falta ser mal-assombrada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É o espírito da mitologia grega.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça a pergunta, Deputado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas, Sr. Governador, o Sr. Walter Sampaio – olha, Sampaio de novo; Sampaio nos persegue –, mas o Walter Santiago, quando esteve aqui, disse que entregou R$1,4 milhão em pacotinhos ao Sr. Lúcio Flávio. Ele não soube nem dizer o outro nome ou o sobrenome do Sr. Lúcio Flávio... Aliás, Lúcio Fiúza. O senhor tem conhecimento disso ou não?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, depois dessas vindas aqui de Wladimir, de Walter Santiago, é que eu fui informado como tinha sido. Se ele não tivesse vindo aqui, eu não saberia que ele tinha entregado da forma como ele descreveu aqui.

O fato é que, como já disse aqui no preâmbulo, o Dr. Lúcio foi, a convite do Sr. Wladimir, ao encontro do Sr. Walter Santiago apenas para dar legitimidade ao fato, já que estava sendo repassado um imóvel que ainda estava no meu nome, apesar de ter sido adquirido anteriormente pelo Sr. Wladimir Garcez. Ele as-

sistiu ao pagamento ao Sr. Wladimir, assinou o recibo e foi embora.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

Com a palavra o Deputado Filipe Pereira, segundo autor.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, primeiramente, quero colocar aqui nesta Comissão que eu fiquei muito pasmo com a sequência de palmas que, pela primeira, ouvimos aqui nesta CPMI. Então, acredito que nós devamos fazer isso para todos os oradores que se colocarem na tribuna, porque estão aqui na mesma condição de testemunha. Todos nós devemos aplaudir as testemunhas que vêm a esta Comissão.

Mas, Sr. Governador, eu conheço o senhor e a sua trajetória de longo tempo. E peço ao Deputado Francischini que se V. Exª puder me deixar olhar para o Governador, eu agradeço.

Eu sou jovem, como o senhor pode ver Governador, e estou no meu segundo mandato, hoje aos 28 anos. Fui eleito para o primeiro mandato, chegando a esta Casa juntamente com V. Exª na sua eleição ao Senado, no ano de 2007. O meu principal papel nesta Casa e nesta CPMI, especificamente, é buscar trazer clareza aos fatos que aqui foram relatados e apresentados a nós tanto pelo Ministério Público como pela Polícia Federal.

Então, por favor, peço que o senhor não tenha as nossas perguntas como algo pessoal ou partidário, até porque, muitas vezes, nesta Comissão, tenta-se colocar o debate político-partidário em pauta.

V. Exª falou aqui desse encontro que o senhor teve com o Sr. Carlos Augusto, Sr. Carlinhos Cachoeira, que foi um jantar. Correto, Governador? Um jantar que ocorreu.

O SR. MARCONI PERILLO – Primeiro, eu o recebi no palácio e, depois, estive com ele em dois jantares: um na residência do Presidente do Detran e outro na residência do Senador Demóstenes.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Esses jantares foram em qual ano, Governador?

O SR. MARCONI PERILLO – No ano passado.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – No ano passado.

Sr. Governador, no ano de 2005, o senhor era Governador de Estado ainda, no Estado de Goiás. E como membro do Executivo, Governador brilhante, conforme já relatou aqui vários sucessos do seu Governo, o senhor tomou conhecimento da CPI dos Bingos que ocorria nesta Casa, no ano de 2005, correto?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tanto quanto os que estavam aqui. Eu estava muito envolvido com o meu Governo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente,...

O SR. MARCONI PERILLO – Havia...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Peço só que a assessoria não atrapalhe a minha visão, porque senão não enxergo.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Deputado Filipe Pereira, eu tive informações pela imprensa quando tinha a oportunidade de assistir à televisão. A agenda de um governador é uma agenda extremamente atribulada. Mas é claro que eu sabia que a CPI dos Bingos estava funcionando aqui no Senado, no Congresso. Não me lembro mais dos resultados.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O senhor talvez não tenha tomado conhecimento de que o Sr. Carlinhos Cachoeira aparece em mais de cem citações em todo o processo da CPI dos Bingos, como um contraventor, autor de jogos ilegais, enfim, de vários negócios ilegais.

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Filipe Pereira, eu conheci, a partir... Tomei conhecimento, aliás, de ouvir falar, a partir de 1995, de que era um empresário que explorava jogos da loteria do Estado de Goiás. Depois disso, depois de um longo período é que eu o conheci pessoalmente na condição de empresário, proprietário de uma indústria de medicamentos ou sócio de uma indústria de medicamentos e sócio do principal laboratório de bioequivalência da Região Centro-Oeste.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – OK. Eu vou fazer minha última colocação, Governador, até perguntando ao senhor, de forma bem clara, porque, em 2005, o senhor falou que não tomou conhecimento de todo o andamento ou de parte do andamento da CPI dos Bingos. Porém, no ano de 2005, foi V. Exª um dos principais apontadores do caso Mensalão, que ocorria no Governo Federal. E o senhor, mesmo sendo Governador do Estado de Goiás e não tendo tempo, como Governador, de avaliar outras questões como o conhecimento do Sr. Carlos Cachoeira na CPI dos Bingos, enfim, todo esse envolvimento, o senhor teve como chegar ao então Presidente Lula para avisá-lo do esquema de mensalão que ocorria dentro do Congresso, correto?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, só que eu não precisei ficar assistindo à televisão. Uma das deputadas que supostamente estavam sendo tentadas à cooptação foi ao meu gabinete e me contou. E numa das minhas visitas ao Estado de Goiás, eu informei, no sentido de ajudar, o ex-presidente.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – E ninguém nunca informou ao senhor que o Sr. Carlinhos Cachoeira era um contraventor, o principal contraventor do seu Estado?

O SR. MARCONI PERILLO – Isso é um juízo de valor que V. Exª está fazendo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não, não. Não é meu juízo de valor, Governador. É um juízo de valor para a Polícia Federal. No inquérito, todas as investigações apontam isso.

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Felipe Maia...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Pereira.

O SR. MARCONI PERILLO – Desculpe. Deputado Filipe Pereira, eu o conheci como empresário. Eu o recebi como empresário do setor de medicamentos. Antes tomei conhecimento de que ele era um empresário de jogos, explorando a loteria do Estado de Goiás, legal. Portanto, eu não quero fazer juízo de valor. Agora, o Judiciário terá oportunidade de dizer se ele é contraventor, se ele praticou crimes, se ele será julgado, condenado, sentenciado, enfim, o Judiciário agora, depois da Operação Monte Carlo, depois das investigações, terá oportunidade de dar o veredicto final. Eu não quero fazer aqui prejulgamento nem juízo de valor, até porque eu presido um poder e não quero, em hipótese nenhuma, pelo menos parecer que estou ingerindo ou fazendo ingerência em outro poder.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Só uma última questão aqui, Governador. No ano de 2005, quando o Presidente Lula foi questionado sobre a questão do mensalão, ele declarou para todos – e todos nós sabemos – que ele claramente disse não conhecer, ou melhor, desconhecer qualquer ato que estivesse ocorrendo no Governo dele, como era o caso do mensalão. E muitos o questionaram sobre esse conhecimento ou não desses fatos. O senhor também alega que não teve conhecimento de nenhum dos fatos de envolvimento, de influência ou até mesmo de pessoas que foram indicadas no seu Governo pelo Sr. Carlos Augusto Ramos, Sr. Carlinhos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Filipe Pereira, em primeiro lugar, o foco desta CPMI não é o mensalão. O foco do mensalão é outro.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não. Mas eu não estou colocando o foco no mensalão...

O SR. MARCONI PERILLO – E eu não quero...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Estou apenas fazendo colocações para fazermos comparações, Governador.

O SR. MARCONI PERILLO – Só para concluir: eu não vou, em hipótese alguma, voltar a esse tema aqui numa sessão como essa. Isso são águas passadas. O que eu disse foi dito à época. Não guardo rancor de ninguém, não tenho que ficar mais tratando desse assunto, eu cumpri com o meu papel à época.

Em relação ao que estamos debatendo aqui hoje, é claro que, em relação a assuntos os quais eu desconheça, eu não posso fazer outra afirmação a não ser dizer que desconheço. Em relação aos que eu conhecia, eu tratei de todos aqui: falei de todos os contratos da Delta com o Governo, falei das operações da polícia, falei de muitos assuntos. Eu não fiquei aqui, Deputado Filipe, apenas dizendo que não sei ou que não conheço. Eu falei de muitos assuntos, os quais eu conheço e procurei prestar informações. Agora, eu não tenho como, infelizmente, falar de algo que eu não conheço dizendo que conheço.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – OK. Eu só queria fazer essas colocações, Presidente, apenas pelo fato de que, à época, vários Parlamentares e várias lideranças questionavam também o Presidente Lula por ele falar que desconhecia do mensalão e da corrupção que ocorria em seu Governo. Então, a minha pergunta a V. Exª era justamente para contrapor essa mesma posição: que o senhor só tomou conhecimento de todas as denúncias, de toda corrupção que havia, ou indício de corrupção, perdão, Governador, que havia em seu Governo, também após a apuração da Polícia Federal.

Depois, ainda querem alegar aqui – inclusive, o ex-Ministro Márcio Thomas Bastos foi capaz de alegar, em entrevista hoje, Sr. Presidente, que a Polícia Federal tem que apreender muita coisa. Parece que a Polícia Federal não faz um favor a este País. E todas as denúncias pela Polícia Federal, aqui colocadas, eu tomo elas como juízo e como denúncias verídicas, não tendo nenhuma invericidade; pelo contrário, podem ter ilegalidades, na visão de alguns defensores da lei, mas veracidade existe com certeza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu queria pedir a V. Exª permissão para apenas fazer um comentário sobre as colocações do jovem promissor Deputado Felipe Pereira.

Deputado Felipe Pereira, em momento algum da Operação Monte Carlo há qualquer citação de que tenha havido corrupção no meu Governo. Eu rechaço veementemente essa possibilidade de corrupção no meu Governo. Não há. Eu já disse aqui desde o início. A própria Polícia Federal já disse que não há mínimos elementos capazes de linkar o Governo com o foco da operação.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu quero apenas reforçar que eu corrigi a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Corrigiu. Corrigiu. V. Exª corrigiu.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu falei sobre indícios. Então, eu não acusei o seu Governo, Governador.

O SR. MARCONI PERILLO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o terceiro autor, Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Relator Odair Cunha, Governador Marconi Perillo...

Governador, aqui, como todos os Parlamentares, eu obviamente acompanhei a trajetória de V. Exª, e com muito interesse. Chegou ao Governo de Goiás novo, com 35 anos, já é pela terceira vez Governador reeleito. O senhor aqui sintetizou os avanços que o seu Estado teve. Trabalhamos juntos aqui, eu como Deputado, o senhor como Senador, na CPI dos Cartões Corporativos. V. Exª, inclusive, foi um dos Deputados mais assíduos e mais duros, naquela oportunidade.

Lamento muito, lamentei muito quando verifiquei o nome de V. Exª e o Governo de V. Exª, vamos dizer, lá metido ou citado nessa operação.

Aqui, cumpre-me fazer o meu trabalho e tirar algumas dúvidas que o tempo me permitir. E começo pela questão do Sr. Wladimir Garcez. O Sr. Wladimir Garcez foi Presidente da Câmara de Goiânia, inclusive contemporâneo meu e do Deputado e hoje Ministro da Justiça Eduardo Cardozo, do Eduardo Gomes. Era um político, sem dúvida nenhuma, àquela época, extremamente promissor, eloquente, agradável. Por isso, ele tem essa penetração toda e esse trânsito todo, não só com os políticos do Estado, mas também, obviamente, está claro, pela investigação do Governo de Goiás.

Mas tanto o senhor como os políticos do Estado sabiam, efetivamente, está claro, das atuais funções e atividades do Sr. Wladimir Garcez. Ele era o maior colaborador do Sr. Carlinhos Cachoeira. Mesmo assim, V. Exª mantinha relação próxima com ele. Trocava torpedos, como já admitiu inclusive, e até o recebia em palácio, como admitiu inclusive aqui nesta CPI. Além de ter recebido o apoio dele na campanha de 2010. V. Exª acredita que a população vê com naturalidade a proximidade entre um Governador do Estado e um colaborador de um contraventor do nível do Sr. Carlinhos Cachoeira? Não é uma coisa natural. O que V. Exª tem a falar sobre isso?

O SR. MARCONI PERILLO – Primeiro, a relação política que sempre tive com o ex-Vereador Wladimir, que não era apenas uma prerrogativa minha, uma relação comigo, já citei aqui vários outros políticos com os quais ele trabalhou, era uma relação política construída ao longo de mais de 20 anos. Era uma relação com ele.

Por outro lado, Deputado Quintella, ele se apresentava oficialmente, nas repartições públicas, no Governo do Estado, secretarias, Prefeitura de Goiânia, Prefeitura de outros Municípios, como representante da empresa construtora Delta Engenharia. Nunca me levou qualquer pedido que não fosse republicano. Tratei com ele sobre o assunto da venda da minha casa, tratei com ele uma vez ou duas sobre pedidos, eu já disse aqui no início, para que a irmã dele ascendesse à condição de vereadora em Goiânia, fato que não foi possível e depois ele só conseguiu no ano passado graças à relação dele com o prefeito de Goiânia, quando o prefeito colocou, em uma secretaria, um dos vereadores e a irmã dele, a Vereadora Cida Garcez finalmente ascendeu a essa condição.

Portanto, não há qualquer relação dele comigo envolvendo o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca me levou nenhum pedido, nunca me fez qualquer solicitação para beneficiar o Sr. Carlos Cachoeira e muito menos a empresa Delta. Agora, ele buscava tratar de assuntos da Delta em secretarias, em prefeituras e também no Dnit. Ele tinha uma interlocução muito forte junto ao Dnit aqui em Brasília e lá em Goiânia.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Governador, diversas escutas divulgadas nos últimos dias mostram que a casa do Alphaville foi negociada por cerca de R$2 milhões, e não por R$1,4 milhão. O desfecho foi que Cachoeira, no final, tanto que ele foi preso na casa, a casa acabou na mão dele, começou pelo Wladmir Garcez, mas terminou na mão dele, teria pago pelas escutas telefônicas e pelo juízo de valor da Polícia Federal R$1,5 milhão, verba que cobriria os cheques entregues a V. Exª por Wladmir. E que Lúcio Fiuza teria pego R$500 mil.

V. Exª desconhece essa negociação? Esses R$500 mil, na realidade, essa entrega foi monitorada pela Polícia Federal. O Sr. Carlinhos Cachoeira, conversando com o Gleyb, conversando com Wladmir Garcez, vendo a hora de chegar no Palácio e entregar esse dinheiro... Claro, eu quero acreditar aqui que V. Exª tenha sido vítima de uma segunda negociação. Quero acreditar sim. Mas V. Exª reconhece que Lúcio Fiuza era o responsável para fechar o negócio e tudo indica que recebeu esses R$500 mil.

O senhor atribui esses R$500 mil a uma negociação posterior ou o senhor acha que o Sr. Lúcio Fiuza, que eu não conheço, poderia ter se beneficiado e ficado com essa parte do dinheiro?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Maurício Quintella, eu já expliquei aqui várias vezes e terei

o máximo prazer em explicar de novo a V. Exª sobre o episódio envolvendo a minha casa, casa particular.

O relatório da Polícia Federal é contundente no sentido de que esse dinheiro não foi entregue. Se alguém falou em entregar algum dinheiro, esse dinheiro não foi entregue nem próximo do Palácio nem no Palácio. Isso deve ser algum tipo de golpe de um desses membros, dessas conversas um em relação ao outro. O Dr. Lúcio Fiuza não recebeu recurso algum, até porque o papel dele nessa data era exatamente atestar, assinar o recibo e atestar que a casa seria repassada por mim, através de escritura, ao Sr. Walter Paulo Santiago. Fora disso, é ilação. Eu não teria como receber por algo que eu já tinha recebido.

Quero deixar absolutamente claro: recebi três cheques, coloquei na minha conta bancária, passei a escritura e coloquei no meu Imposto de Renda. O mais, Deputado Maurício Quintella, é ilação, é fato que não existiu e ninguém nunca terá como provar algo que não existiu.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Governador, primeiro, não estou acusando V. Exª de ter recebido nem...

O SR. MARCONI PERILLO – Tenho certeza disso.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – ...nem o Sr. Fiuza de ter recebido. Agora que a Polícia Federal monitorou a conversa dos três, monitorou. Está bem claro no inquérito, não vou aqui reler, mas esse fato existiu. Se o dinheiro foi entregue ou se não foi, eu quero crer que, se foi, V. Exª obviamente não tenha recebido. Mas que os diálogos estão claros no inquérito, esses estão.

Aproveitando essa questão do patrimônio, hoje o G1 também, o *site* da Globo, traz uma outra informação. Seria importante V. Exª esclarecer para esta Comissão. O G1 afirma que o senhor teria comprado um terreno de um milhão de metros quadrados em Pirenópolis, em 2008, com oito sócios – três deles seriam duas empreiteiras, Fuad Rassi e CCB Central do Brasil, e um terceiro, José Augusto D'Alcântara Costa – e que essas figuras, esses protagonistas, teriam recebido, durante o governo de V. Exª, muito dinheiro público, em contratos que eventualmente tinham. O senhor poderia explicar essa compra? Por quanto foi adquirido esse terreno? Qual a participação de V. Exª? E qual a relação desses personagens com o Governo de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Quintella, tenho o máximo prazer em responder a V. Exª, até para ter oportunidade também de esclarecer.

É muito fácil falar em um milhão de metros quadrados. Um milhão de metros quadrados representa mais ou menos 20 alqueires. É muito pequeno, Sr. Deputado Maurício Quintella, diante dos verdadeiros latifúndios de políticos goianos, em Goiás e no Mato Grosso.

Eu tenho chácara... Eu tenho, na verdade, 22% dessa área de 22 alqueires, ou seja, 4,4 alqueires. Isso foi comprado quando eu era Senador da República, juntando um grupo de pessoas que estavam interessadas em comprar um terreno a um preço baixo, esperando a valorização na cidade de Pirenópolis.

Os brasilienses...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Governador, pela ordem, eu queria só lembrá-lo de que eu também fui convidado a entrar nesse grupo – éramos mais ou menos em 14 – e o valor era de R$75 mil por pessoa para pagar em duas ou três vezes. E eu não quis porque eu não tinha interesse em Pirenópolis. Obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Maurício Quintella, só para concluir aqui, esse grupo é um grupo de dez ou doze pessoas, de sócios que se interessaram por essa área. Essa área não está na minha declaração junto à Justiça Eleitoral porque está na declaração de renda da minha esposa. O valor pago foi um valor inferior a R$200 mil. Está absolutamente comprovado na declaração de Imposto de Renda dela e na minha declaração de renda.

Mas eu queria repetir à imprensa: quando se fala em um milhão de metros quadrados...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à Comissão para retomar a ordem e o silêncio, por bondade.

Para concluir, a testemunha.

O SR. MARCONI PERILLO – Quando se fala em um milhão de metros quadrados, fica parecendo que é uma coisa enorme para um Estado como Goiás. De 22 alqueires, a parte que concerne a mim é de 4,4 alqueires. Num Estado onde o Canhedo tinha 70 mil alqueires, onde alguns outros empresários têm 20 mil, 30 mil alqueires, 4,4 alqueires é uma ninharia perto do que nós temos notícias no nosso Estado, no Estado do Mato Grosso e em outros Estados. De modo que foi um negócio legítimo. As pessoas que estão comigo nessa sociedade são pessoas com quem tenho relações pessoais, pessoas que não têm... Algumas delas nem ganharam agora, no meu governo, licitações, são licitações que vêm do governo anterior. Portanto, estou absolutamente tranquilo em relação a um negócio limpo.

Mas estou tendo oportunidade aqui de esclarecer que um milhão de metros quadrados significa 22 alqueires em Goiás, um Estado com propriedades de grandes dimensões, e a minha parte é de 4,4 alqueires.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Só para agradecer ao Governador. Estou na torcida

para que V. Exª possa responder a todas as perguntas desta Comissão.

O SR. MARCONI PERILLO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues é o quarto autor.

Peço a retomada do silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Governador, bom dia.

O SR. MARCONI PERILLO – Bom dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Boa tarde já, a esta hora. Quero, primeiramente, registrar a importância de o senhor ter se disposto a vir a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e, posteriormente, o colegiado desta CPI ter deliberado pela sua apreciação.

Então, vou direto às perguntas.

Embora o senhor tenha dito aqui, inicialmente, na preliminar do seu depoimento, que, entre as 257 interceptações telefônicas que envolviam diálogos referentes ao senhor, só havia sido encontrada uma referente a diálogo entre o senhor e o Sr. Carlos Cachoeira, posteriormente V. Exª admite que teve encontros com o Sr. Carlos Cachoeira durante a campanha de 2010 em eventos sociais. E mais adiante V. Exª também admitiu que esteve em um jantar com o Sr. Carlos Cachoeira no dia 5 de maio de 2011 na residência do Senador Demóstenes Torres.

Portanto, isso nos induz a uma percepção de relação mais próxima do que inicialmente é alegado por V. Exª. No diálogo a que V. Exª se refere, que V. Exª aqui diz, no diálogo interceptado em que V. Exª se refere ao Sr. Carlos Cachoeira o cumprimentando pelo seu aniversário, é importante destacar que o diálogo continua. Depois de parabenizar pelo aniversário, V. Exª diz: "Um grande abraço para você". Cachoeira responde: "Obrigado aí". O senhor diz: "Eu vou falar com o Edvaldo para a gente marcar uma conversa". Cachoeira responde: "Exatamente, tô esperando". O senhor diz: "Já tá marcado: quinta-feira". Cachoeira responde: "É, quinta-feira. O Senador [supõe-se que se referindo ao Senador Demóstenes] me ligou. Obrigado pela lembrança", e o senhor completa a ligação.

Esse encontro ocorreu, posteriormente? Do que se tratou esse encontro?

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Randolfe, é uma satisfação poder respondê-lo; V. Exª; que é um dos parlamentares respeitados aqui, no Congresso.

Eu disse – e reafirmo – que, em 200 e poucas interceptações em que o meu nome é citado, há apenas uma ligação minha para o Carlos Cachoeira, que é exatamente essa que o senhor acaba de ler. Em contrapartida, Senador Randolfe, em 30 mil horas de ligações, aliás, de gravações, três anos de gravações ininterruptas, não há sequer uma ligação do Sr. Carlos Cachoeira para mim. Se eu tivesse efetivamente uma relação mais próxima, primeiro, eu admitiria; segundo, ele teria me ligado várias vezes, e as interceptações teriam captado essas ligações. Eu queria só corroborar ou confirmar que não havia essa relação, não há como haver uma relação se, de fato, não houve, e a relação que eu tive com ele, esse encontro no Palácio, na casa do Senador Demóstenes e do Dr. Edvaldo, era uma relação com o empresário, assim como era a imagem que eu tinha dele quando ele executava o serviço da loteria do Estado. Agora, nesse telefonema em que eu estava na casa de um amigo, eu apenas confirmei um convite que o Dr. Edvaldo já tinha falado comigo: "Vou fazer um jantar na minha casa, vou convidar o Senador Demóstenes, vou convidar não sei mais quem e também o empresário Carlos Cachoeira". No telefonema, eu apenas confirmei a ele da conversa que eu já tinha tido com o Edvaldo e, quando eu disse que falaria com o Edvaldo, era só para confirmar a data, e aí eu disse: "Me parece que já está marcada uma data", porque o Edvaldo já tinha falado comigo. Nessa conversa, Senador Randolfe, nada foi tratado além de uma pergunta dele sobre o andamento de um pedido que ele havia me feito em relação à indústria de medicamentos; depois, conversamos outros assuntos, assuntos de futebol e outros assuntos que qualquer pessoa conversa num jantar, menos assuntos de governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em relação ao Sr. Edvaldo, que me parece que é o intermediário dessa conversa, desse encontro que consta nessa interceptação telefônica, V. Exª destacou aqui na sua preliminar – e reiterou várias vezes – que a participação do Sr. Edvaldo no seu governo não respondia a nenhum tipo de indicação política, quer seja do Sr. Carlos Cachoeira, quer seja até do Senador Demóstenes. Entretanto, tem um conjunto de diálogos seguintes, sempre envolvendo o Sr. Edvaldo: tem, enfim, esse mesmo diálogo que aqui consta e que o senhor diz que o Edvaldo lhe procurou e o senhor vai marcar a conversa e o encontro que o senhor aqui esclarece; no dia 12 de julho de 2011, tem um outro encontro em que o Sr. Carlos Cachoeira diz o seguinte, o resumo do encontro, o Sr. Carlos Cachoeira diz que vai largar de mão o negócio do entorno e diz que é para avisar o Marconi. É o que está na intercepção da Polícia Federal. Esse diálogo é entre o Sr. Carlos Cachoeira e o Senador Demóstenes. Mais adiante, no diálogo, o Sr. Cachoeira diz: "E avisa o Marconi, viu? A Odebrecht, aquela lá, a Queiroz também. Aí, avise a eles que eu larguei de mão. Vou largar de mão também deste governo."

Mais adiante, diz o Sr. Carlos Cachoeira: "liga já e devolve também o Detran, não quero saber de Detran também não. Faz o que quiser com o Edivaldo, viu? Agora eu sou solto". É a fala do Sr Carlos Cachoeira. No dia 13, há outra interceptação telefônica, em que o Edivaldo diz que o Governador falou que o professor – deduz-se das investigações da Policia Federal que era o Senador Demóstenes – tinha falado com ele para conversar com o Sr. Carlos Cachoeira sobre a obra do entorno. Ou seja, claramente já é um retorno dado pelo Edivaldo ao Sr. Carlos Cachoeira sobre um pretenso diálogo que o Sr. Edivaldo teria feito com o senhor, a pedido do Sr. Carlos Cachoeira de acordo com a demanda apresentada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Existe outro diálogo ainda do dia 13 de julho, no mesmo dia, entre Carlos Cachoeira e o Senador Demóstenes. O Senador Demóstenes diz: "nós vamos fazer em comum acordo, está tudo certo, tem que ter parceria porque é grande demais o negócio, mas a palavra está dada, esse sujeito tá afastado e jogou tudo nas costas do sujeito". Mais adiante diz o Senador Demóstenes: "vou chamar o Edivaldo, falou? Olha, ele me disse que vai pedir para o Edivaldo pedir demissão". E continuam. Enfim, esse último diálogo, claramente, apresenta, transparece. Os indícios que aponta esse conjunto de diálogos é de que houve reclamação do Sr. Carlos Cachoeira sobre a questão da obra do entorno. Essa obra do entorno aparece em várias interceptações da Policia Federal. Só para citar uma dessas interceptações, há um diálogo mais duro entre o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Carlos Cachoeira. Nesse diálogo mais duro, o Sr. Cláudio Abreu disse: "E amanhã eu vou nessa reunião lá. E falei claro para os caras da Galvão [deduzimos que é a Queiroz Galvão, e segue um palavrão]. Mais adiante ele diz: "rapaz quem tá pilotando esse trem aqui é nós; agora, se eles estiverem achando ruim, eles vão lá no Marconi e falam". Então, claramente o Sr. Cláudio Abreu está dizendo que o consórcio que dirigia a obra do entorno era o consórcio, de acordo com compromissos políticos, assumido e dirigido pela Delta. O Sr. Carlos Cachoeira é mais duro neste diálogo e diz: "o maior problema é que é você que tinha que estar na reunião".

Enfim, há um conjunto de diálogos envolvendo essa obra do entorno, um conjunto de diálogos com a intermediação do Sr. Edivaldo. E, ao final desse conjunto de diálogos, há um retorno do Senador Demóstenes, dizendo que havia conversado com o senhor e que a questão da obra do entorno estaria resolvida, que continuaria a obra do entorno sob a liderança da Delta.

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Randolfe, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Senadoras, Senadores,Deputadas e Deputados, os senhores devem ter percebido um grau de irritação muito grande em relação ao governo. E, se esse grau de irritação está demonstrado nessas gravações, em muitas gravações, é porque, efetivamente, o meu governo não serviu nem à Delta, nem à Galvão, nem a qualquer empresa que seja. Essas irritações todas se dão por isso. Todas as nossas obras foram obras licitadas em concorrências duríssimas. Em uma delas, noventa e tantas empresas, três Estados, como eu já disse aqui, aquela história de acordo de empreiteira não existe no meu governo. E essa obra, essa suposta obra não existe, não foi licitada, não está sendo licitada, enfim, pode ter havido algum tipo de interesse desse grupo ou de outro, mas é algo que não existe, inexistente. Não se licitou, não se falou em licitar, não existe, não tem contrato. E se, eventualmente, alguma obra no entorno for para licitação, saiba V. Exª que nós vamos obedecer rigorosamente à Lei nº 8666 e aos altos princípios que regem a Administração Públicas: publicidade, economicidade, legalidade entre outros. Tenha certeza de que esses diálogos de nada valeram. Podiam ter intenção. Agora, uma coisa é intenção, outra coisa é a concretude. Não há nesses diálogos todos, Senador Randolfe, nenhuma... nenhum diálogo que possa ter se concretizado. Nenhum. Imagino até que tenham tido interesse em concretizar qualquer tipo de acordo de empreiteiras, ou, talvez, parcerias privadas. Pode ser que tenham tido esse interesse. Uma coisa é ter vontade, outra coisa é a concretude de uma vontade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Com a palavra, agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O tempo de V. Exª esgotou, mas eu vou permitir a V. Exª como o único que pediu essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. É menos de um minuto. É só porque eu considero essa pergunta...

Eu teria mais considerações sobre essa, não vou fazer, mas essa última pergunta eu considero importante.

O senhor entregou, agora, para a CPI um cheque, uma cópia do cheque sobre a casa, no sentido de esclarecer a questão envolvendo a casa, que é uma das mais polêmicas nesta CPI. Esse cheque é de uma a empresa chamada Excitante. Ocorre que essa empresa Excitante é uma das empresas que receberam recursos da Alberto e Pantoja. Em decorrência, a Alberto e Pantoja é uma empresa que só existe em função de uma razão: receber recursos da Delta, ou seja, as empresas que recebem recursos da Alberta e Pantoja, por decorrência, receberam recursos da Delta. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu já falei aqui, hoje, várias vezes, e tenho o maior prazer em responder de novo a V. Exª. Ora, o Sr. Wladimir Garcez afirmou aqui a todos os senhores que tomou dinheiro emprestado da Delta e do Cachoeira para pagar os cheques. Foi ele quem disse isso aqui. Se ele tomou dinheiro emprestado da Delta, é natural que a Delta tenha emprestado esse dinheiro para essa empresa. Eu não vejo nenhuma contradição. Isso está, Senador Randolfe, absolutamente claro. E eu não sabia. Eu soube agora, quando ele veio aqui e disse: "Eu tomei dinheiro emprestado dos meus patrões." Então, na minha opinião, não há contradição alguma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em outras palavras, então, a sua casa pode ter sido comprada, ou melhor, a sua casa foi comprada com dinheiro da Delta?

O SR. MARCONI PERILLO – O.k. A minha casa foi comprada pelo Sr. Wladimir Garcez, que tomou o dinheiro emprestado, segundo o que ele disse aqui...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCONI PERILLO – Está muito explicado, Senador Randolfe. Eu vendi ao Wladimir. Não conseguiu honrar o compromisso dele com os seus patrões, passou ao Sr. Walter Paulo, eu passei a escritura. Na minha opinião, eu acho que aqui, é senso comum, este assunto da casa está absolutamente explicado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Com a precedência do relator...

(Intervenções simultâneas. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) –... antes do Carlos Sampaio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nessa linha do Senador Randolfe, Governador Marconi Perillo, V. Exª diz que conhece o Wladimir Garcez durante vinte anos. V. Exª recebe dele três cheques, que ele estaria comprando uma casa para V. Exª pelo valor de um milhão e quatrocentos. Como é que V. Exª não checa a origem desses cheques se ele, Wladimir Garcez, possuía, na opinião de V. Exª, crédito, recursos financeiros, patrimônio suficiente para honrar o pagamento da casa de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Odair, respondo de novo a V. Exª e com o máximo prazer. É claro que, se os cheques não fossem compensados, a escritura não seria passada. Os cheques seriam compensados em três parcelas, conforme eu já expliquei aqui. Agora...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele tinha patrimônio para honrar, na opinião de V. Exª? V. Exª o conhece há vinte anos.

O SR. MARCONI PERILLO – Ele disse que tinha fazenda no Tocantins. Deixa até eu ler aqui, por gentileza. Ele disse aqui, nesta CPMI: "Tentei vender a casa por um valor maior, mas não consegui. E também não consegui arranjar dinheiro,. Tentei vender um apartamento que eu tinha. Tentei vender um carro e fazer um financiamento no Banco Itaú, no qual não consegui crédito para fazer o financiamento." Eu imaginava, é claro, que ele tivesse o dinheiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª disse que o conhece há vinte anos.

O SR. MARCONI PERILLO – Afinal de contas, ele se apresentou para comprar. Eu sabia que ele tinha fazenda no Tocantins, sabia que ele tinha apartamento, enfim. Por outro lado, se ele também não tivesse como honrar o pagamento, a casa não seria... eu não faria a tradição da casa a ele. Qual foi a outra pergunta?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Basicamente esta: se V. Exª conhecia o patrimônio dele e se achava que ele tinha condições de honrar com o pagamento dessa ordem, já que o senhor o conhece há vinte anos.

O SR. MARCONI PERILLO – O outro detalhe, Deputado Odair, diz respeito ao cheque. Não só eu, mas muitos que aqui estamos, certamente, já vendemos alguma coisa, já recebemos em cheque. Infelizmente, às vezes, por displicência, não olhamos quem era o emitente.

E eu já disse aqui e quero repetir, como o cheque seria depositado, se ele voltasse, certamente a operação não se concretizaria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o último dos oradores, o Deputado Carlos Sampaio, dos autores.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Parlamentares, Exmº Sr. Governador, gostaria inicialmente agradecer a presença de V. Exª, presença esta que foi, de forma espontânea, solicitada por V. Exª, portanto, mostrando um diferencial na sua postura segura pela forma como prestou os esclarecimentos no dia de hoje.

Algumas questões, Sr. Presidente, foram colocadas pelo Sr. Relator e por outros Parlamentares e acho que mereceriam uma abordagem um pouco mais profunda. Estou inscrito também na condição de orador logo em seguida. Então, vou me limitar a fazer alguns comentários que acho que são importantes porque esclarecem algumas das colocações feitas por outros colegas Parlamentares.

Uma delas se refere ao próprio Sr. Relator, que, indagando sobre as pessoas que foram demitidas ou que saíram do Governo, foram tantas pessoas, seis ou sete pessoas, o que poderia levar à conclusão de que estariam tentando cooptar o Governo ou poderia dar a impressão de que o Governador teria ciência.

Só quero lembrar ao Sr. Relator e a todos os nossos Pares que a Presidente Dilma demitiu sete Ministros por envolvimento com corrupção, corrupção, e em momento algum aventou-se a hipótese de ela estar envolvida no esquema de corruptores ou corruptos.

Uma segunda abordagem que acho importante se refere à questão colocada aqui por outro Deputado com relação se a Elaine tinha rádio. "Se ela tinha rádio, como é que o senhor não sabia?" Eu, com toda a sinceridade, Sr. Relator, indagaria a todos nós aqui quem sabe o que cada um dos seus assessores efetivamente tem como aparelho telefônico e qual a origem, como ele conseguiu esse parelho. É evidente que são indagações que ninguém faz no dia a dia da vida pública e mesmo na atividade política.

Com relação à ponderação feita de que se encontrarem quatro ou cinco oportunidades, eu também quero fazer aqui uma ressalva. Como político, me encontrei, como candidato ou como Deputado Federal eleito, em várias oportunidades, com adversários políticos, com pessoas por quem, aliás, não tenho nenhuma consideração ou com pessoas que tenham uma certa, digamos, representatividade na cidade, mas não têm a ver com o dia a dia da minha vida, não frequentam a minha casa e eu não frenquento a casa delas. E, portanto, o fato de encontrá-las socialmente, na atividade pública, na vida de um político, eu diria que é uma questão quase que corriqueira.

Duas outras questões merecem ser abordadas. *(Interrupção do som.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Voltou.

Sr. Presidente, com relação aos bingos. O Governador foi extremamente taxativo e categórico ao afirmar que tudo aconteceu em 1995, depois com prorrogações, com relação à legalização do bingo.

Mas eu quero ler ao Sr. Relator e aos nobres Pares a primeira mensagem, texto de mensagem ao Congresso Nacional, encaminhada pelo Presidente Lula em fevereiro de 2003. No primeiro ato como Presidente da República, ao encaminhar uma mensagem ao Congresso Nacional, disse o Presidente Lula:

O financiamento da carreira de atletas de alta performance, embora já incluído na peça do estatuto em tramitação, caminha em paralelo como projeto de lei pela necessidade de rápida aprovação, visando a preparação da equipe brasileira que participará dos Jogos Esportivos Pan-Americanos, em 2007.

E concluiu o Senhor Presidente, à época, Presidente Lula: "A legislação também prevê a obtenção e o disciplinamento de fontes de recursos, como é o caso dos bingos."

Portanto um dos primeiros atos do Senhor Presidente da República, à época, em 2003, foi justamente no sentido de buscar a legalização dos bingos. Em seguida, o Presidente Lula assina um decreto presidencial, coincidentemente junto com o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu de Oliveira Silva, em que diz: "Fica decretado... Primeiro de outubro de 2003.

"Fica instituído o grupo de trabalho interministerial para, entre outras coisas, avaliar e apresentar propostas para modificar a legislação referente à exploração de bingos no País." Essa vontade de legalização do bingo do Governo do PT do Presidente Lula é patente numa mensagem enviada ao Congresso em fevereiro de 2003 e depois reafirmada em outubro, como sendo uma vontade dele e do então Chefe de Gabinete, José Dirceu.

Outro ponto que acho importante também ser esclarecido é que a gente sabe da eficiência da Polícia Federal e sabe do compromisso da Polícia Federal com a verdade, mas equívocos acontecem.

Eu gostaria trazer à baila um assunto referente à casa, que já foi muito bem explicado pelo Sr. Governador, mas, coincidentemente, acabei por descobrir uma gravação feita pela Polícia Federal, que tomo a liberdade de ler a V. Exªs, coincidentemente quatro dias após a venda da casa para o Sr. Walter, que foi passada a escritura, e que, segundo alguns, casa essa que poderia estar sendo negociada pela Polícia Federal. O Relator disse aqui textualmente: "A Polícia Federal suspeita que a casa tenha sido vendida a Carlos Cachoeira".

Olha o que diz a presente gravação numa conversa de Carlinhos com Andressa. Começo do diálogo – quatro dias após ser passada a escritura em cartório –:

Andressa: Eu acho que você deve comprar uma casa nova, um projeto novo. Você não acha?

Ele responde, segundo a Polícia Federal, do apartamento em que está: É. Vou se localizo uma casa, então.

Andressa continua:

Andressa: Eu vou te ajudar a procurar, tá?

Carlinhos responde: Tá bom. Então, me ajuda a procurar. Amanhã, eu te falo. Um beijo.

Ela continua: Só um minutinho. Você vai ficar aí, morando aí? Eu sei como é isso, vai demorar três ou quatro meses para resolver.

Ele responde: Não, não. Vou dar um jeito.

Ela continua: Melhor assim, né? Melhor você ficar aí no seu canto. Você está confortavelmente acomodado; você está em zona de conforto. Eu pude sair. Perdi, né? É. Dei a minha cara a tapa.

E continua o diálogo.

Carlinhos: Tá bom. Amanhã vou procurar uma casa, é o único jeito.

E ela conclui: Tá. Mas ela vai demorar uns três meses, né? Qualquer casa que você vai comprar vai ter que fazer pintura e etc.

Quatro dias após a venda da casa, a Andressa solicita ao Carlos Cachoeira que comprasse uma casa para começar uma vida nova, e a Andressa é quem vive com ele hoje. É a esposa que morou na casa que foi vendida porque foi cedida pelo Wladimir Garcez.

Vejam, senhores, a Polícia Federal não pode ter achado, como foi dito aqui – olha, ela achou, mas equivocou-se –, que a Polícia Federal suspeitava que a casa tinha sido vendida ao Carlinhos. Estou transcrevendo aqui diálogo entre a esposa do Carlinhos e ele, quatro dias após a venda efetiva, com a escritura efetiva.

A pergunta é: a Polícia Federal não se apercebeu desse diálogo posterior à venda? E por meses se falou na imprensa que o eventual comprador poderia ter sido Carlos Cachoeira.

Trago à baila esse assunto para que todos vejam que, apesar de uma perseguição de uma investigação, uma perseguição criminal adequada ao núcleo criminoso, às vezes equívocos acontecem. E reservo-me o direito de perguntas para o momento da minha inscrição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do artigo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do art. 6º, do Regimento Comum, e atento ao art. 89, do Regimento do Senado, que a mim cabe o ordenamento dos trabalhos, eu entendo que cabe agora a palavra dos Líderes. Chamo o Líder Chico Alencar e, depois, o Líder Silvio Costa, mas...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em consideração ao pedido do Líder do Democratas e primeiro inscrito entre os membros titulares desta sessão, o Deputado Onyx Lorenzoni, que tem uma viagem agora...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho uma viagem. Exato.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu preciso de V. Exª uma informação. Tire uma dúvida aqui, deste Plenário. O Deputado Carlos Sampaio é autor do requerimento e fez inscrição para fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele pode falar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Pergunto a V. Exª porque, nas comissões, não é assim que funciona.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) **–** Ele se inscreveu, pode falar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O autor tem preferência, mas ele não fala duas vezes. Pergunto a V. Exª...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) **–** Fala, sim. Inscreveu...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Estou perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está pergunta e a Presidência...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Estou ouvindo tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª pergunte à Presidência, e a Presidência terá o prazer de responder a V. Exª, Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – É para V. Exª que eu pergunto se é possível...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É possível sim, na condição de autor e inscrito também, a duas indagações.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Questão de ordem pelo art. 131 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu gostaria de saber em que base está o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Governador, eu me inscrevi aqui para fazer perguntas, poderia me inscrever como líder, mas, como líder. E aí está a questão ordem, Sr. Presidente: o líder não faz perguntas, eu tenho impressão. Ele faz discurso político.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como quero fazer perguntas, vou esperar os líderes falarem para depois fazer perguntas a V. Exª ... mas penso que, no interesse dos trabalhos, V. Exª poderia rever não para a sessão de hoje, que já anunciou o nome de líderes aqui, poderia significar alguma espécie de desprestigio, mas para sessões futuras, priorizar quem se inscreve para debater o assunto com aquele aqui está depondo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou acolher a questão de ordem de V. Exª.

Vou passar a palavra...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. São dois segundos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu estou inscrito, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas faço um apelo a V. Exª para que transfira um apelo aos líderes para respeitar a ordem. Eu sou líder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas eu só estou pedindo aqui...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas eu me inscrevi.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu me inscrevi também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Acho que temos que ser pragmáticos..

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O art. 6º.

Senador Líder Alvaro Dias, o art. 6º do Regimento Comum, V. Exª o conhece tão bem ou melhor do que eu. Prevê que os líderes podem falar a qualquer hora, o apelo de V. Exª deve ser transferido...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...de ter ressonância na própria Comissão.

Agora, permita-me ouvir, por concessão do Líder Chico Alencar, permita-me ouvir o líder do Democratas, primeiro inscrito o Deputado Onyx.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Os meus três minutos já teriam sido bem gastos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Posso fazer, Presidente, porque o depoente acabou de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou solicitar a suspensão por dois minutos até a volta da testemunha.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 34 minutos.)

(A reunião é reaberta às 14 horas e 35 minutos.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, posso perguntar? Presidente, posso iniciar? Eu pediria que a Assessoria permitisse a minha visualização.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos restabelecer os nossos trabalhos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, Relator, Sr. Governador, primeiro queria dizer que, em relação à questão da casa, senti-me completamente contemplado com seu depoimento, a consistência da sua fala e com tudo o que o senhor apresentou aqui.

Essas são as primeiras palavras que queria... me dou por completamente satisfeito.

Segundo, tenho algumas questões aqui que gostaria de avançar, Sr. Governador, que reputo importantes.

A CPI, na semana passada, recebeu uma correspondência do Sr. Jayme Rincon dando conta de que ele é portador de um aneurisma e que não poderia vir depor na CPI. Como ele continua como Secretário de Estado, queria pedir a V. Exª que pedisse a ele para ele vir, para ajudar essa CPI, porque, se ele não pode vir aqui depor, acho que há uma incoerência de ele continuar como Secretário. Ou não pode para duas coisas ou, se pode para uma, tem que poder para as duas.

A outra questão que queria colocar para V. Exª – e peço desculpas porque estou premido por um compromisso que tenho... Quero ir um pouco além do que debatemos aqui até agora. O senhor conhece o Sr. Fernando Cavendish? O senhor conhece o Sr. Claudio Abreu?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele está inscrito, Miro, ele pode.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sou o primeiro inscrito, cheguei aqui às oito horas da manhã.

Continuando. O senhor conhece o Sr. Fernando Cavendish? O senhor conhece o Sr. Claudio Abreu? E qual a relação que o senhor tem com essas pessoas?

Eu queria que o senhor comentasse o seguinte: curiosamente, no dia 13 de julho do ano passado, há um diálogo interceptado pela Polícia Federal em que o Senador Demóstenes e o Sr. Carlos Cachoeira debatem criticando duramente o senhor, dizendo que o senhor havia feito um discurso em Goiás falando sobre corrupção, e o senhor usou a Delta como exemplo. E o Cachoeira e o Demóstenes estavam muito indignados e queriam que houvesse uma explicação, uma retratação. Eu queria perguntar para o senhor o que o senhor pode nos ajudar em relação ás operações e ações da Delta, já que em discurso o senhor usou a Delta como exemplo de corrupção. São esses os meus questionamentos. Eu agradeço os esclarecimentos que V. Exª vai nos dar. E peço desculpas, Presidente, que vou ouvindo, mas vou ter que sair senão perco o avião.

O SR. MARCONI PERILO – Deputado Onyx Lorenzoni, obrigado pela participação, obrigado por ter se sentido esclarecido com as minhas explicações sobre a casa de minha propriedade, a que foi minha casa.

Quanto ao Sr. Jaime Ricon, ele tem três aneurismas e deverá se submeter a uma cirurgia. Se dependesse de nós, amigos, ele já teria feito essa cirurgia, mas ele tem um pouco de receio. De qualquer maneira, vou sugerir a ele que venha, se possível, se a junta médica o liberar, até porque ele tem toda a tranquilidade para esclarecer. É uma pessoa muito bem informada, tem trabalhado só meio expediente, é um excelente funcionário, estamos tocando muitas obras, ele me ajudou a moralizar a Agetop, mas vou levar essa recomendação a ele.

Nunca conversei com o Sr. Fernando Cavendish; sei que ele já foi ao Goiás, já esteve em Goiás, não sei com quem, já esteve em fazendas na região, mas, comigo, nunca. Eu não o conheço.

Quanto ao Sr. Claudio Abreu, estive com ele, salvo melhor juízo, uma vez, agora no governo, acho que foi na casa do Senador Demóstenes, não me lembro, e estive com ele uma ou duas vezes na campanha.

Quanto a críticas duras, eu imagino, depois de ter ouvido as gravações, que essas críticas devam ter acontecido por conta de uma reunião que fiz com o secretariado, Deputado Onyx, em que reafirmei determinação que eu havia dado em 1º de janeiro do ano passado, a primeira reunião do secretariado. Nesse dia eu afirmei esta determinação que foi a seguinte: no meu governo, não haverá por fora caixa de campanha, não haverá pedágio, não haverá propina, não haverá Delta X, que é sinônimo de propina. Imagino que teriam imaginado que eu queria banir a Delta do Estado. Eu não tenho que banir ninguém; as pessoas, as empresas disputam, enfrentam o jogo da licitação. Se apresentam bons preços, se apresentam bom histórico, se são capazes de realizar boas obras, naturalmente que elas vão ter condições de vencer os certames sem acordos de terceiros, sem conchavos, sem qualquer direcionamento. Essa prática precisa acabar em todos os cantos deste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço atenção dos senhores para, de acordo com o art. 89, na forma como a Presidência da reunião anterior, presidida pelo Sr. Presidente Paulo Teixeira, no exercício desta honrosa presidência dirigiu, e em respeito à ordem de inscrição que está aqui pré-agendada, inclusive alguns Parlamentares chegaram bem cedo para se inscreverem, e ao art. 6 do Regimento Comum, que prevê que quaisquer líderes têm direito a comunicações inadiáveis no exercício da liderança por apenas uma vez por sessão, não podendo fazer qualquer inquirição à testemunha ou ao depoente, esta Presidência vai, mantendo a tradição da reunião anterior, fazer a interposição de três membros inscritos e um líder. Somente assim poderemos manter a ordem de inscrição e ouviremos todos os líderes que aqui estão.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para ajudar na questão de líderes, V. Exª, em determinado momento, encaminhou que, como todos os líderes falam nesta sessão, houvesse uma precedência daqueles que chegaram para se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato. É que...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Pelo PSDB, eu fui o primeiro a comparecer hoje...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já vou inscrever V. Exª como primeiro do PSDB.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...pela manhã e gostaria que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estão inscritos, já estão inscritos. O primeiro a falar será o Líder Chico Alencar, o segundo a falar será o Líder Silvio Costa, o terceiro a falar, o Líder Mendes Thame, o quarto a falar, o Líder Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não, desculpe, Sr. Presidente. Eu fui o primeiro a me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas V. Exª está aqui como primeiro inscrito.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, coloque o Deputado Bruno no meu lugar. Ele fala no meu lugar. Eu sou o quarto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do art. 6º, o líder terá direito a cinco minutos sem questionamento à testemunha ou ao depoente. Cinco minutos sem questionamento.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Estou entre aqueles que estão insatisfeitos com o que foi supostamente esclarecido aqui até agora.

Ponto um. Examinando os recursos – fartos, aliás – de campanha do Governador Perillo, em 2010, pedindo silêncio aqui do lado, por favor, nós percebemos que além da doação de frigoríficos, abatedouros – aliás essa relação valeu ao Governador, na gestão anterior, um inquérito no Supremo Tribunal Federal –, bancos, construtoras, JBS, essa que está tentando adquirir a Delta, há duas empresas com vínculos com o esquema Cachoeira. Está aqui na declaração oficial na Justiça Eleitoral, no Tribunal de Contas, regional e eleitoral: Rio Vermelho Distribuidora ajudou na campanha e depois ajudou a saldar dívidas dela, no montante superior a R$450 mil, e a Rental Frota Distribuição e Logística, que pertence ao seu tesoureiro de campanha, um homem muito influente e ativo no Governo atual.

Outro dado que me traz dúvidas – eu espero que os que têm direito de interrogar o Governador o façam: ainda em 2010, na declaração de bens à Justiça Eleitoral, o candidato e ex-Governador, declarou possuir treze bens e relacionou oito imóveis no valor total de um milhão e duzentos mil. Logo no início de 2011, vendeu um deles – um desses oito – por um milhão e quatrocentos mil, para aceitar uma das cinco versões, a que foi reiterada aqui, hoje. E hoje o Governador fala que mora de aluguel e tem dois terrenos. Não sei se são apenas no condomínio Alphaville.

De qualquer forma, há uma discrepância entre os bens declarados, o seu valor e essa famigerada venda da mansão na rua dos bobos, número zero, essa que tanta confusão está gerando.

Agradeço a dica acaciana do Governador sugerindo que quem tiver imóvel para vender verifique quem é o comprador. Agora, é bom que ele verifique quem

emitiu esses cheques, porque foi a Excitante modas infantis ou confecções que recebeu dinheiro no período de emissão desses cheques da Delta e da Alberto Pantoja. Portanto, ao fim, ao cabo, quem comprou esse imóvel foi o Cachoeira.

O Governador tem uma tática boa aqui: tudo o que lhe aproxima dessa relação ele diz que desconhece, não sabe. Chegou a desconhecer uma suposta viagem do pai. Depois o irmão foi quem esclareceu mais tarde.

Com relação a Wladimir Garcez, no depoimento de hoje, as notas taquigráficas vão mostrar. O Governador falou que tem uma relação muito antiga e próxima, no primeiro momento, depois esporádica, depois contatos mínimos e nessa condição nem olha quando ele lhe passa um cheque? Com contato mínimo? É estranho. Não é usual.

Não lembra se o recebeu em sua casa, embora tenha dito que comprou uma nova casa para receber mais gente, porque essa famigerada aí do Alphaville era pequena. E disse também que não lembra se recebeu, porque recebe pouca gente. Ora, se recebe pouca gente, aí é que a gente lembra mesmo quem estava. Não se lembrar não é esclarecer.

Por fim, queria destacar, aqui, o que a Polícia Federal, nesta CPI, através do delegado da Operação Monte Carlo, disse:

(...) o Governo de Goiás (...) foi aquele sobre o qual a organização criminosa mais ampliou os seus tentáculos, podendo se falar mesmo (...) de um 'governo paralelo' (...)

A Organização teria "cota" de indicações políticas no governo. O governador Marconi Perillo, citado 237 vezes em conversas...

...que tratavam o Sr. Carlos Cachoeira, que, aliás, aqui, o Governador só chama de empresário, amistosamente...

(...) e vendeu sua casa para o próprio, recebendo cheques assinados por Leonardo Ramos, sobrinho de Cachoeira e sócio dessas confecções.

Portanto, tem muita coisa ainda nebulosa, misteriosa e comprometedora, na avaliação do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De acordo com o art. 14, previno os Srs. Parlamentares, §6º, que o parlamentar que fizer uso pela liderança não pode, na mesma sessão, conceder da palavra também.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Presidente, só para... Como faltava uma frase final aqui...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Requerimento é da mesma forma, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também. Na próxima sessão, sim.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – O Governador fez um histórico, aplaudido aqui, por sua claque de acompanhantes, com um discurso inicial, mas ele esqueceu de mencionar o seguinte: na resistência democrática da qual todos participamos, há um enorme valor. Agora, a volubilidade dele partidária já não é merecedora de aplauso. Ele foi, nesse período todo, os companheiros do PSDB não ficaram aí nessa defesa tão incondicional, do PMDB, do PST, do antigo PT, do PTB e do PSDB. Enfim, é uma trajetória não tão coerente assim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Falou o líder. Agora vem... V. Exª não foi...

O SR. MARCONI PERILLO – Eu queria apenas fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não houve indagação.

O SR. MARCONI PERILLO – Não, é que queria fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não houve indagação à testemunha.

Ao Senador Pedro Taques, é o primeiro entre os três próximos, na ordem de inscrição.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores!

Governador, como vai? Governador, tudo bem?

Governador, o Lúcio Fiúza trabalha ou trabalhou com o senhor quanto tempo?

O SR. MARCONI PERILLO – Mais de 20 anos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mais de 20 anos.

No período em que o senhor foi Governador, no primeiro período, ele trabalhou para o senhor?

O SR. MARCONI PERILLO – Trabalhou.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nas duas campanhas, nas seis campanhas de que o senhor participou, ele participou?

O SR. MARCONI PERILLO – Sempre me ajudou.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sempre te ajudou.

E qual era a função dele nas campanhas?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, em algumas delas, ele me ajudou em contabilidade; no Governo, ele sempre me assessorou dentro do palácio, examinando documentos que chegavam, encaminhando pedidos que chegavam a outros secretários; sempre teve uma função próxima.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Ele tratava de assuntos particulares do senhor?

O SR. MARCONI PERILLO – Também.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Também.

Por que ele foi acompanhando Wladimir Garcez na casa do Walter Paulo pegar esse dinheiro?

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Pedro Taques, segundo já disse aqui, anteriormente, ele foi solicitado – isso ele me disse depois – pelo Sr. Wladimir a ir ao encontro do Sr. Walter Paulo, porque ele precisava, o Walter Paulo precisava se certificar que receberia a escritura depois de feito o pagamento ao Sr. Wladimir Garcez.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele fez referência ao senhor que o dinheiro..., que foi lhe entregue dinheiro em pacotinho? O Fiúza.

O SR. MARCONI PERILLO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não disse ao senhor?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele falou comigo só muito depois. Apenas disse que o Wladimir havia recebido o dinheiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas esse fato não é inusitado no pensamento do senhor?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, eu acho que não. Ele foi lá para dar veracidade a uma venda, afinal de contas, uma pessoa havia comprado, não deu conta de pagar a seus emprestadores, depois disso ele buscou um outro comprador que exigiu que alguém que me representasse fosse à presença dele para assinar o recibo, certamente temendo que a escritura não fosse paga.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor tem relações com o Walter Paulo?

O SR. MARCONI PERILLO – Muito poucas. Na última campanha eleitoral, ele foi candidato, na coligação do PMDB, em Goiânia.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor foi padrinho de casamento dos filhos dele?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele disse, aqui, nesta CPMI, que gosta muito de ter autoridades do Estado presentes em casamentos dos seus filhos. Me parece que ele tem 11 filhos, e eu já fui padrinho de casamento de um ou dois dos filhos dele. Mas outros políticos de expressão no Estado de Goiás também já participaram de casamentos de filhos dele.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, imagine, o senhor foi padrinho de casamento do filho dele, e ele não confiava na palavra do senhor.

O SR. MARCONI PERILLO – E há muitos anos... não, não era palavra minha, quem negociou com ele, segundo disse aqui na CPI, foi o Sr. Wladimir, não fui eu.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, o tempo meu já estava em seis minutos quando começou. Estão me comendo quatro. Por favor. O tempo não para, mas não anda tão rápido assim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – devolvo ao senhor o tempo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senhor tem fé de ofício desta Presidência.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

O senhor já se encontrou com o Sr. Walter Paulo em outras oportunidades, além desses casamentos?

O SR. MARCONI PERILLO – Já me encontrei com ele umas duas vezes, uma delas para pedir apoio à campanha dele, em 98, 2008, aliás.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo.

O Wladimir Garcez, o senhor fez referência à juventude do PMDB, na primeira administração do senhor no Governo de Goiás ele foi seu secretário.

O SR. MARCONI PERILLO – Acho que na segunda administração ele foi secretário de trabalho.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor sabe por que ele foi mandado embora?

O SR. MARCONI PERILLO – Houve um problema, uma denúncia de irregularidade de alguma coisa que tenha havido e eu pedi para que ele deixasse o cargo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, e o senhor sabe se ele foi condenado por improbidade administrativa?

O SR. MARCONI PERILLO – Por esse assunto não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem.

Esse cidadão ele é corretor de imóveis, por acaso?

O SR. MARCONI PERILLO – Não, que eu saiba não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não.

O SR. MARCONI PERILLO – Mas agiu, nesse caso como se fosse.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Como se fosse.

O SR. MARCONI PERILLO – Aliás, ele agiu como repassador de um imóvel que ele havia tentado comprar e não conseguiu pagar às pessoas que lhe emprestaram.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor acredita que ele vendeu o senhor para o Cachoeira e o Demóstenes, "vendeu", entre aspas, no sentido que as várias conversas, o senhor excitado como fazendo favor para o Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Pode ser que sim, ele próprio disse aqui que usou indevidamente o meu nome em várias escutas, para poder mostrar prestígio junto ao Sr. Claúdio e ao Sr. Cachoeira.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo.

O senhor fez referência a um jantar ou a um almoço na casa do Senador Demóstenes, foi em Goiânia ou aqui?

O SR. MARCONI PERILLO – Em Goiânia.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quem participou desse jantar?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, que eu me lembro, Carlos Cachoeira, eu acho que o Cláudio Abreu passou por lá, não me lembro também, e acho que algumas pessoas, duas ou três pessoas ligadas ao Senador Demóstenes. E o jantar foi feito pela esposa dele.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Cavendish foi a esse jantar.

O SR. MARCONI PERILLO – Não, não conheço o Cavendish.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Pagot foi a esse jantar?

O SR. MARCONI PERILLO – Também não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor já veio a algum jantar na casa do Demóstenes aqui em Brasília?

O SR. MARCONI PERILLO – Pelo menos umas duas ou três vezes.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, nesse jantar existiu empreiteiros?

O SR. MARCONI PERILLO – Não me lembro. Eu já vi na casa do Senador Demóstenes, quando nós éramos colegas, eu já vi lá festas, jantares com pelo menos trinta Senadores e Deputados e Senadores importantes de todos os Partidos. Sempre com uma banda, uma bandinha que ele contratava, e muita gente cantando... *(Risos.)*

Senadoras, Senadores, Senadores de todos os Partidos cantando, alguns cantando melhor outros pior, mas todo mundo cantando.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não vou perguntar que tipo de música cantavam.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Senador Pedro Taques, eu fui a alguns jantares na casa dele como Senador, não me lembro quantos, depois que me tornei Governador me lembro de dois jantares na casa dele, nunca me encontrei com nenhum empreiteiro, agora ele gostava de fazer festas, gosta de fazer festas. E, repito, Senadores de todos os Partidos participavam desses jantares na residência do Sr. Senador Demóstenes Torres. Parece-me que quem ia a esses jantares gostava muito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ok. Eu não vou perguntar que música tocou nesse jantar e nem a comida que foi servida, porque não é o objeto da CPI.

O SR. MARCONI PERILLO – Um Senador, por exemplo, cantou uma música do Bob Dilan.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ah, que bom, eu também... *(Risos.)*

Muito bem, posso continuar, Sr. Presidente? De bom gosto esse Senador, né?

Existem três fatos na CPI, Governador Perillo, que, em sendo demonstrados...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – ...em sendo demonstrados, em sendo demonstrados, e a CPI precisa mostrar fatos, se forem demonstrados prova a ligação do Senhor com o Cachoeira, do seu Governo com o Cachoeira. Primeiro deles é a compra da casa; o segundo fato é o dinheiro na conta da Bruna, filha do jornalista Bordoni; e o terceiro fato, as várias ligações do Wladimir com o Cachoeira falando em colocações no serviço público de Goiás, através do Cachoeira, e algumas dessas interceptações o próprio Senador Demóstenes pede ao Cachoeira emprego para uma pessoa contra parenta. Muito bem. Esses fatos o senhor acredita que fazem parte de um complô para desestabilizar o Governo do senhor?

O SR. MARCONI PERILLO – Não, eu acho que muitas pessoas gostariam de desestabilizar, pessoas que estão situadas na oposição ao meu Governo têm feito de tudo para desestabilizar o meu governo, especialmente aqueles que perderam a eleição. Agora, eu não digo e jamais diria que essa é a intenção desta CPMI. Esta CPMI é composta de homens e mulheres sérios, e eu tenho certeza de que os senhores farão um grande trabalho aqui, apresentarão um relatório absolutamente sério, e esse relatório, e mais as investigações da Justiça, terão a oportunidade de checar se no episódio da venda da casa houve algum tipo de irregularidade; se em relação ao pagamento da Srª Bruna houve algum tipo de irregularidade e má-fé; e também terão a oportunidade de checar se o Sr. Cachoeira foi beneficiado por empregos no governo do Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor entende que possa estar sendo alvo desta CPI porque o senhor avisou ao presidente Lula sobre o mensalão? Eu ouvi uma entrevista do senhor nesse sentido e eu, como parlamentar, quero saber se isto aqui é uma farsa ou nós estamos atrás de uma verdade?

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Pedro Taques, eu diria que muitas pessoas ligadas a alguns segmentos que são oposição a mim talvez tentem utilizar esta CPI com esse objetivo de me desmoralizar, de me desgastar. Aliás, eu nunca imaginava que um aviso pudesse trazer tantos problemas para mim, tanta perseguição. Não por parte desta CPMI. Eu confio na seriedade, na idoneidade de todos os que aqui estão. Mas, do ponto de vista político, a imprensa tem noticiado e tenho aqui que reafirmar uma coisa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO – ...tenho merecido, por parte de ministros do governo da Presidente Dilma, por parte da Presidente Dilma uma atenção republicana, correta, como tenho feito, também, em relação a prefeitos de oposição no meu Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo. O presidente do DETRAN, o senhor sabia da relação dele com o Cachoeira? O sogro dele tinha uma loja de caça-níqueis, foi morto. O senhor sabia disso?

O SR. MARCONI PERILLO – Olha, eu sabia da relação dele com o sogro; eu o conhecia há muito tempo, mas não sabia que o Edvaldo tivesse qualquer relação com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, faltam 26 minutos.

Sr. Governador, por um acaso o senhor sabia que os policiais, esses 34 que o senhor fez referência, da Polícia Militar de Goiás, foram afastados por uma decisão judicial, e não por determinação de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, eles estão investigados. Agora, no dia em que foram presos, em que a operação foi deflagrada, Sr. Senador Pedro Taques, todos tiveram as suas carteiras funcionais recolhidas, armas recolhidas, estão todos nesse momento recebendo um tratamento que qualquer pessoa envolvida em irregularidade recebe. Estão todos em processo administrativo e disciplinar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Uma última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO – E serão todos punidos, uma vez comprovada as suas participações nesse esquema.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor sabe, ou sabia, da existência de mais de cem pessoas no seu governo, indicados pelo Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Primeiro que não há isso, Senador; não há a menor possibilidade de isso existir. Eu citei aqui seis nomes que foram comentados pela imprensa ou em gravações. Eu falei de um por um aqui no preâmbulo, durante a minha exposição inicial.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Francischini com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, Sr. Governador Marconi Perillo, desde o início nós recebemos, aqui na bancada do PSDB, o contato do senhor logo na eclosão da Operação Monte Carlo. O senhor foi o único, até o momento, que pediu para ser convocado; fez contato, se mostrou, veio voluntariamente até esta CPMI; não foi ouvido, na primeira vez que aqui esteve; abriu o seu sigilo bancário hoje, coisa que não é comum em uma CPMI e em investigação nenhuma, alguém que possa estar sendo investigado vir com o seu sigilo bancário e apresentar voluntariamente. Até recomendo que a recepção desses extratos seja depois precedida da devida quebra ou da autorização do governador. Isso mostra a boa fé, ao apresentar o próprio sigilo bancário a esta CPMI, que nem quebrou o seu sigilo; respondeu a todas as perguntas, Governador Marconi Perillo, não fugiu a nenhuma, não usou o direito, como todos até agora, ao silêncio. Mas, até hoje, e quero me confidenciar com o senhor, eu tinha muitas dúvidas. Pelos depoimentos até agora, tinham muitos pontos obscuros que colocavam dúvidas, e era a dúvida da opinião pública brasileira, da imprensa e de muitas de nós, que ficávamos em dúvida sobre a casa, sobre as nomeações, sobre licitação, sobre a situação Cachoeira, Demóstenes. Mas eu me sinto como o Deputado Onyx ou o Senador Pedro Taques colocou, as respostas foram muito firmes. Mas eu tenho algumas perguntas, acho que são importantes, que acho, depois de algumas colocações, que são importantes de o senhor colocar para a gente continuar nesse ritmo.

Tenho também que registrar que o relator, hoje, eu não tenho elogios a mais a fazer pela posição democrática que fez e das perguntas profundas, dos pontos polêmicos, mas que fez ao Governador.

Eu queria, Governador... Eu, com quase 20 anos de trabalho policial, com experiência em investigação, coordenei operações, algumas grandes como essa Operação Monte Carlo, e sempre existe um padrão de corrupção envolvendo governos, envolvendo estruturas administrativas, e que eu vi em todas as investigações de que participei: pagamentos do governo, as licitações, os aditivos, doações de campanha. Eu nunca vi, como no seu caso, alguém poder ter relação com uma empresa – como a gente via, até o momento, todo mundo querendo fomentar essa relação com a Delta –, se o senhor tivesse relação, e tivesse glosado os pagamentos da Delta; alguém que tem relação com a Delta e rescindir os contratos com ela; alguém que, nos dois únicos contratos que ela obteve, 4% do total, ainda tiveram que dar um deságio de 21%. Ao contrário, em todas as investigações de que participei, na verdade o que havia eram aditivos sequenciais, era empresa bem tratada, tratada a pão de ló dentro do governo, e aqui a gente não viu.

Eu vi, sim – e depois fica uma das perguntas para o senhor –, o viaduto azul em forma de triângulo, em Goiânia, e que mostra o símbolo da ostentação que essa Delta tem. Um viaduto com a forma e a cor do símbolo da marca da Delta em Goiânia. Eu vi.

E aqui eu tenho que registrar e pedir ao senhor, Governador, rigor na apuração com os policiais envolvidos. Esses policiais têm que se tornar exemplo. Tem que ser rua. Tem que ser demitido cada policial desse, porque são esses, essas laranjas, essas maçãs podres que contaminam o restante da Polícia Militar e da Policia Civil séria, que contaminam a Polícia Federal.

E aqui faço um registro: o Ministro da Justiça tem que botar na rua os delegados envolvidos. Esses mancham com corrupção a imagem da minha instituição, que é uma instituição séria. Os outros envolvidos também, funcionários administrativos, que o seja, é rua. E o senhor tem que continuar no mesmo caminho. Mas, nem por ter delegados da Polícia Federal que foram presos, a gente pode dizer que o Ministro da Justiça está envolvido. Ele tem tomado decisões sérias; coordenou a operação, da mesma forma que o senhor vai fazer, como afastou esses policiais envolvidos logo na sequência.

Quanto à casa, eu queria registrar, Presidente e nobre relator: praticamente, as dúvidas que eu tinha sobre as citações do seu nome, as citações do seu Governo, principalmente em relação à casa, minhas dúvidas acabaram com duas gravações. A primeira foi divulgada pela assessoria de V. Exª, no fim de semana ainda, em que Wladimir e Carlos Cachoeira combinam de usar o seu nome. Olha: "fala que você está do lado do Governador" ou "cita o nome do Governador, que eu vou fingir do lado de cá". E a outra, citada por V. Exª – veja, uma gravação do dia 30 de março, no meio da situação da casa, da venda da casa –, em que Wladimir diz que vai conversar de novo com o Cláudio sobre o dinheiro; Carlinhos diz que é para Wladimir mostrar uma mensagem que vai mandar como se fosse o nome de Marconi. Ou seja, como é que nós vamos acreditar em tudo o que está agora nessas gravações, entre Carlos Cachoeira e Sr. Wladimir, falando de autoridades, principalmente o seu nome, se eles combinam de usar, indevidamente, o nome do Governador?

Eu queria, Governador, que o senhor, em um gesto de que vai realmente apurar todas essas denúncias, com a Controladoria do seu Estado etc., desse um passo adiante até desta CPMI: mandasse instaurar, a Corregedoria instaurar procedimentos de investigação em todos esses funcionários do Estado citados nas licitações, como o senhor já fez e encaminhou. Mas, ao final, ficou uma dúvida, a dúvida que me coloca, a questão do Sr. Wladimir.

O Sr. Wladimir quebrou a confiança que o senhor tinha nele? Porque o Sr. Wladimir Garcez, o que me parece, ele falou para o senhor que ele ia adquirir a casa; o senhor, em confiança a ele, vendeu a casa; depois, ele vem, na última hora, e diz que tem um outro comprador, faz o senhor mandar o seu assessor pessoal, recebe em dinheiro esse pagamento, coloca o senhor nesta situação em que o senhor está hoje, tendo que depor em uma CPMI. Esse Wladimir, para mim, usou indevidamente o seu nome, quebrou a relação de confiança e, depois, pior ainda...

O pior é a relação dele, que também para mim está obscura e que o Relator, eu acho, poderia avançar, a relação do Sr. Wladimir Garcez com o Sr. Olavo Noleto, conhecido aqui em Brasília como embaixador de Goiás. Qual a relação do Wladimir Garcez com o Sr. Osvaldo Noleto, o Sr. Olavo Noleto? Dizem as matérias que acompanhamos que o Sr. Olavo Noleto foi chefe de gabinete do ex-Prefeito chamado Pedro Wilson, do PT, que o Sr. Wladimir Garcez era o Presidente da Câmara e que, agora, no Governo, na Prefeitura atual do Sr. Paulo Garcia, o Sr. Paulo Garcia fez um favor – a pedido de quem? –, tirando o Vereador chamado Juarez Lopes, do PTN, para seu secretário legislativo municipal para abrir vaga para a Srª Cida Garcêz ocupar uma vaga na Câmara. Isso não é uma nomeação indireta também gerenciada pela quadrilha do Sr. Cachoeira, desta vez sem ser uma nomeação, mas, pior, abrindo vaga no Legislativo para a irmã de alguém envolvida com a quadrilha?

Então, são perguntas que ficam.

Eu aconselharia também o nobre Relator, Sr. Presidente, a pedir à Infraero ou a algum órgão de controle aéreo algo desse prefixo dessa aeronave. Quantas notícias de bastidores a essa CPI chegam de uso de avião sobre irmãos! Falou-se do irmão do pai do Governador, mas a gente já ouviu falar de médium que pode ter usado avião, a gente já ouviu do Senador Demóstenes, do Ministro Gilmar Mendes. Ora, vamos, então, abrir logo de uma vez e vamos ver quem usou esses aviões do Goiás para fora do Estado. Vamos chegar à conclusão de quem usou esse avião. Vamos quebrar o sigilo, via Infraero do prefixo, e vamos ver os manifestos de embarque.

Seria isso, Sr. Presidente.

Eu queria saber da relação do Olavo Noleto com o Governo do Estado: se ele leva obras, despacha aqui no gabinete Presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. MARCONI PERILLO – Bom, eu queria mais uma vez reafirmar que todos os recursos da campanha de 2010 foram inteiramente declarados à Justiça Eleitoral. A Rio Vermelho e a Rental Frotas fizeram doações legais, legitimamente declaradas e aprovadas pelo TER. E também igualmente reafirmar que essa casa de 450 metros não era mansão, conforme alguns tentam passar para a opinião pública.

Por fim, queria dizer que só me filiei a três partidos em 33 anos de militância política: ao PMDB; depois, por desavenças no PMDB, me filei ao PST, com o Senador Álvaro Dias – ele abonou a minha ficha aqui no Congresso Nacional; depois o PST juntou-se com o PR, virando o PP, e eu não me filiei, mas, quando virou PP, logo em seguida, eu me filiei ao PSDB, no iniciozinho de 1995. Portanto, já estou há dezessete anos no PSDB. Aliás, eu deveria ter ajudado a fundar o PSDB, em 1989, só que o Dr. Henrique Santillo me pediu que ficasse na resistência no MDB. Logo depois, me filiei ao PST, a convite do Senador Álvaro Dias, e, depois que virou PP, eu me filiei ao PSDB. Então, são três filiações: PMDB, PST, PSDB.

Quanto ao Sr. Wladimir Garcez, Deputado Francischini, a relação de confiança foi quebrada não apenas pelo episódio da casa, mas pelas citações que foram feitas ao meu nome, ao longo de todas essas gravações da operação.

Em relação ao rigor nas apurações e às providencias investigativas da Procuradoria-Geral do Estado, V. Exª pode ter certeza que este será o procedimento.

Em relação à relação do Dr. Olavo Noleto com o Dr. Waldimir Garcez, eu desconheço. Posso até dizer que, em relação aos pleitos que fiz junto ao Governo Federal, o Dr. Olavo foi sempre muito solicito.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) **–** Bom, agora, como Líder, o Deputado Bruno Araujo. *(Pausa.)*

Então, por inversão, Silvio Costa. São cinco minutos, sem interpelações, sem questionamentos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, desde 89, da época do Lula-lá, que eu voto no Presidente Lula. Votei quatro vezes no Presidente Lula.

Quero deixar claro ao Governador Perillo que eu estava torcendo que o senhor entrasse em alguma contradição. Mas eu estava aqui torcendo! E tenho de ter a clareza da minha alma.

Quero começar dizendo que sempre fui contra – e o Presidente é testemunha, assim como o Relator – que nós ouvíssemos governador imediatamente. Eu sempre achei que a gente deveria deixar governador lá para agosto, setembro, que não tinha essa pressa toda.

Agora, quero dizer uma coisa ao senhor, e tenho a obrigação de dizer: o Demóstenes, por exemplo... E eu parti para cima do Demóstenes, e parti com vontade mesmo. Aliás, eu estava até calmo, mas fui atrapalhado por um Parlamentar e perdi um pouco... Mas eu estava calmo. Esse Demóstenes... Havia um ex-Senador lá em Pernambuco, que infelizmente faleceu, Senador Carlos Wilson, que era muito ligado ao Presidente Lula. O Demóstenes... Carlos Wilson estava com câncer. Ele obrigou Carlos Wilson a vir a uma CPI, botou pesado em Carlos Wilson, botou Carlos Wilson para chorar, toda a família para chorar. Eu ia terminar dizendo que, além de mau-caráter, além de mentiroso, o Senador Demóstenes, o futuro ex-Senador Demóstenes é desumano.

Agora, quero dizer uma coisa ao senhor: o senhor sai maior do que entrou nesta CPI. O senhor sai maior. E por que o senhor sai maior, Governador? Primeiro, a CPI não conseguiu... São 3h da tarde, são 15h13min. Até o momento não há uma ligação do senhor com o Cachoeira, telefônica, uma. Segundo. Não é ligação... Ligação do Governador com o Cachoeira, não é encontro fortuito, porque se for encontro fortuito, tem de convocar 81. Vamos ser honestos: encontro fortuito, tem de convocar 81. Não tem uma ligação do senhor com Cachoeira. Não tem uma ligação do senhor com o Cavendish. Não tem uma ligação do senhor com o Senador Demóstenes pedindo o seguinte: "Olha, manda resolver essa obra aí para fulano de tal."

O senhor disse que vendeu a casa. Vendeu a casa por três cheques. O senhor mostrou os cheques à Casa, o senhor mostrou a escritura da casa. O senhor claramente mostra ao Brasil que veio aqui à CPI para falar a verdade.

As perguntas que estão sendo feitas aqui, cá para nós... Do mesmo jeito que eu disse que o Governador sai maior, esta CPI sai muito menor. Eu estou envergonhado, com todo o respeito à maioria dos Parlamentares, estou envergonhado com o nível de pergunta que está sendo feito aqui nesta CPI. Falta de preparo! Precisamos fazer uma autocrítica. Por um motivo muito simples, Governador: a verdade, eu parto desse princípio, ela sempre vence.

Eu não conheço o senhor. Aliás, só fui a Goiânia uma vez visitar a filha do meu líder, Jovair Arantes. Tinha realmente do senhor outra impressão, porque o senhor botou pesado no mensalão, o senhor botou pesado em Lula. Eu tinha uma impressão de que o senhor realmente...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou concluir. O senhor realmente viria para esta CPI e o senhor ia ter muitas dificuldades de explicar. Mas como cidadão brasileiro e como Deputado Federal, repito que o senhor sai maior desta CPI.

Eu só tenho um senão nessa história toda, que era preciso mais tarde o senhor explicar, que é simplesmente a questão do R$1,4 milhão, que o senhor esqueceu quem passou o cheque. É o único senão com que eu saio. Mas o senhor sai maior desta CPI. E eu sou o vigésimo a perguntar e não vou perguntar mais nada.

Eu quero dizer que o povo de Goiás sai ganhando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias, Vanderley Macris e Luiz Pitiman são os três próximos inscritos.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Governador Marconi Perillo, primeiro faço um registro. O Governador Perillo não fugiu, não se escondeu, se apresentou sempre à imprensa e à CPI. Desde o primeiro momento, colocou-se à disposição para vir a esta CPI e responder a todas as indagações. Da mesma forma, nestes meses, eu não me lembro mais quando esse calvário começou, colocou-se à disposição da imprensa, sempre respondendo a todas as questões, às denúncias cansativamente repetidas, aos fatos requentados, e, hoje, com autoridade, com competência e respeito ao País, não só com palavras, mas com documentos e provas, responde a todas as dúvidas.

Isso me autoriza a dizer, Governador, quando me indagaram se seria advogado de defesa de V. Exª, respondi que V. Exª não necessitava aqui de advogado de defesa, porque faria a sua própria defesa e que nós tínhamos o dever de adotarmos uma postura republicana de imparcialidade nesta CPI.

Por isso, Sr. Relator, Deputado, V. Exª agora tem os elementos de que necessita para elaborar esse capítulo do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse capítulo já cansou. É hora de passarmos para outros capítulos mais importantes, que devem exigir desta Comissão uma ação de responsabilidade no aprofundamento das investigações. O próximo capítulo, e começo a indagar já do Governador Marconi Perillo, tentando avançar para os próximos capítulos.

Governador, quem patrocinou a presença da Delta no Estado de Goiás? Quem realizou as primeiras licitações envolvendo a empresa e celebrou os primeiros contratos e, se possível, avaliar os valores desses contratos celebrados desde o início em governos anteriores ao de V. Exª.

Essa é uma indagação. Depois, prossigo.

Eu faço essa indagação; depois, prossigo, Governador.

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Alvaro Dias, eu creio que, a partir de 95, a Delta marcou presença para valer em prefeituras e depois no Governo do Estado. Em 2006, aliás; 2005. Para o senhor ter uma ideia, a Delta tem mais de 300 milhões recebidos de prefeituras em Goiás. E contratos muito superiores a isso.

No Governo do Estado de Goiás, antes da minha entrada, 66 milhões, eu já disse isso aqui. No meu Governo, cerca de R$50 milhões, pagos. Eu disse aqui, não me lembro, não me recordo, mas algo em torno de 14 milhões, dos contratos do meu Governo. A Delta recebeu, a Delta é responsável hoje por 4% dos contratos na Agência de Transportes.

Eu quero repetir algo que já disse no início: agora, em julho, vamos fazer uma nova licitação, um novo pregão eletrônico para a contratação de uma nova empresa para prestar serviços de aluguel de veículos para a Prefeitura, para o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Governador, a pergunta tem um objetivo. Com o Governo Federal, de 2007 a 2012, houve o empenho de R$4,3 bilhões a favor da Delta, sendo que 90% no Dnit. Talvez, por isso que concentrem as luzes e os holofotes sobre Goiás. Mas esta não é a CPI de Goiás. Esta CPI tem que investigar essa relação de promiscuidade entre o poder público e o setor privado, tendo à frente a empresa Delta, que tem em Carlos Cachoeira ou seu sócio oculto o grande lobista traficante de influência, já que a estratégia da empresa era ganhar concorrência com preço baixo e depois, através do tráfico de influência, obter aditivos elevando valores, como ocorreu com o Dnit, em que a valorização dos contratos alcançou cerca de 60% em razão dos aditivos concedidos.

Esses são os próximos capítulos inevitáveis para esta CPI. A convocação de Pagot, por exemplo, para explicar se ele afirma que foi defenestrado por um bicheiro e por um empreiteiro, e concedia tantos aditivos, recebia ordem de quem para conceder esses aditivos? Esta CPI tem que indagar do ex-Diretor do Dnit quem determinava a concessão desses aditivos que fizeram com que a Delta pudesse irrigar contas bancárias de empresas fantasmas e de criminosos que estão sendo agora investigados por esta CPI, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Esses são capítulos inevitáveis.

Gostaria, Sr. Presidente, de me valer desta oportunidade para solicitar que V. Exª e o Relator façam um apelo à Polícia Federal para encaminhar urgentemente os vídeos que foram apreendidos na residência do Sr. Adriano Aprígio quando da sua prisão, porque esses vídeos podem esclarecer fatos referentes aos próximos capítulos. Já encaminhei requerimento que pode ser votado, mas é tão urgente, Presidente, que eu faço este apelo a V. Exª. Faça um telefonema ao Delegado, ao Dr. Mateus, e peça para encaminhar esses vídeos, porque eles não vieram. São vídeos importantes que certamente vão ajudar esta CPI nas investigações que deve realizar.

Eu poderia explorar um pouco um tema, já que o Governador foi acusado de não ter combatido a contravenção em Goiás. Mas ele já esclareceu aqui com números, com informações, com fatos. Em um ano e poucos meses de governo, procurou atuar. E apre-

sentou aqui os resultados da sua atuação no combate ao crime organizado no Estado de Goiás. Mas eu não poderia ignorar um fato, para concluir. Vou deixar o Governador à vontade se ele quiser fazer apreciação sobre este registro que farei agora ou se prefere deixar isso por conta do passado. Mas eu não posso deixar, é minha responsabilidade. Nós não podemos ignorar certos fatos.

Afirmou-se e especulou-se que esta CPI teria sido estimulada pelo desejo de alguns de desviar o foco do julgamento do "Mensalão". Depois tivemos um episódio envolvendo o ex-Presidente da República com um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que celebrou a estratégia do cerco sobre o Supremo Tribunal Federal na esperança de jogar para as calendas o julgamento do "Mensalão". E nós sabemos que as articulações ocorreram não só em torno do Ministro Gilmar Mendes, mas outros Ministros do Supremo Tribunal Federal foram também procurados.

Vou concluir, Sr. Presidente, mas este é um registro importante para os anais desta CPI e deve constar do relatório final desta CPI, porque certamente exerce influência no momento da deliberação sobre as providências que a CPI deve adotar em relação às pessoas investigadas.

Especulou-se também que esse massacre sobre a figura do Governador de Goiás teve origem exatamente num papel que ele teria desempenhado à época das denúncias do "Mensalão", quando procurou o Presidente da República para alertá-lo da existência do "Mensalão", e jamais foi perdoado por esse gesto.

Este é o registro que faço, Sr. Presidente. Ao Governador cabe falar ou não nesta hora, mas nós temos a obrigação de registrar e pedir que conste do relatório final desta CPMI o registro que faço agora.

Obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO – Quero agradecer ao Líder Alvaro Dias a confiança, como Líder de meu Partido, sempre depositada em mim nesse e em outros episódios.

Quero agradecer-lhe as palavras de estímulo e informar a V. Exª, ao Presidente e à Casa que, ainda como Senador da República, apresentei quatro requerimentos, que foram aprovados no plenário do Senado Federal – um deles dirigido ao Ministério da Justiça; outro à Polícia Federal; outro ao Ministério Público Federal e outro ao Tribunal de Contas da União –, pedindo auditoria e investigação sobre a atuação do Dnit na Região Centro-Oeste. Esse requerimento foi aprovado pela unanimidade dos Senadores. Imagino, Senador Alvaro Dias, que a Polícia Federal, ciosa como é do seu dever, certamente está procedendo a essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo parlamentar inscrito é o Deputado Vanderlei Macris, que tem a palavra por dez minutos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Governador Marconi Perillo, talvez as minhas palavras não tenham a mesma força das palavras do Deputado Silvio Costa, que, confesso, na coerência da postura dele como base do Governo, e eu próprio, como Deputado da Oposição e do seu partido, não tenha para as minhas palavras a mesma consideração que tem o Deputado Silvio Costa, mas eu não posso deixar, Governador Marconi Perillo, de dar aqui um testemunho da forma pela qual V. Exª se comportou nesse episódio.

Quando V. Exª fala de Ibsen Pinheiro, de Henrique Santillo, me vem à mente um momento em que Mário Covas, em São Paulo, se sentindo ofendido em sua honra por uma denúncia de favorecimento a uma empresa, chamou todos os parlamentares, toda sua equipe, toda a imprensa nacional para poder explicar cada detalhe do que tinha acontecido, desmontando cada um dos argumentos que vinha sendo dado pela imprensa na época ou inverdades praticadas pelos então partidos de oposição naquele momento.

Então, quero juntar ao que V. Exª disse de Ibsen e de Henrique Santillo também essa postura de Mário Covas.. Exª hoje, aqui, Governador Marconi Perillo, deixou muito clara sua posição em relação a todas as denúncias que aqui estão sendo feitas, principalmente pelo fato de V. Exª ter, como fizeram esses que foram injustiçados, proposto vir aqui para explicar cada detalhe, como está fazendo hoje.

V. Exª deixou claro como se comportou em relação à Delta, falou sobre suas relações com Eliane Pinheiro, com Edivaldo, falou muito clara e detalhadamente sobre a venda de sua casa, sobre as relações com Bordoni, e também com os demais intérpretes desse processo que envolve hoje esta CPMI.

Uma coisa para mim ficou muito clara, meu caro Governador Marconi Perillo,.V. Exª, numa frase, com os argumentos que deu até agora, deixou muito claro o que aconteceu. Disse: "Se alguém tirou vantagem ou ganhou dinheiro não foi com meu consentimento". Eu tenho impressão de que essa frase dita por V. Exª explica tudo que aconteceu até agora em relação à organização criminosa do Sr. Cachoeira, diferentemente do que foi feito no passado – e aqui eu quero fazer a leitura de um decreto, Sr. Governador, que diz o seguinte:

Art. 1 Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial para, no prazo de quarenta e cinco dias contados a partir de sua instalação, avaliar e apresentar

propostas para modificar a legislação que trata das atividades relacionadas à exploração dos jogos de bingo.

Assinam Luiz Inácio Lula da Silva e José Dirceu de Oliveira e Silva.

Esse Decreto mostra claramente como foi o passado no tratamento desta questão dos jogos de azar, Sr. Governador. E ali, num determinado momento, quando o Governo havia marcado o anúncio do resultado desse grupo de trabalho, o envio do projeto de lei ao Congresso, em 16 de fevereiro de 2005. No entanto, depois das denúncias de revista *Época* sobre as fitas do Waldomiro Diniz pedindo propina no dia 13 de fevereiro, o Governo voltou atrás e, logo depois, editou a medida provisória proibindo os bingos.

V. Exª, na sua manifestação, deixou clara a sua atividade em relação a isso. Decisão tomada: ilegalidade do jogo, 845 termos de ocorrência; 2.575 máquinas apreendidas. Depois, 2.575... 2.775. Depois, 22 de abril, Cachoeira, numa das reclamações, reclamando do combate ao jogo ilegal por V. Exª. Em maio de 2011, dizendo: "Sabe como estou me sentindo neste momento? Perseguição" Perdendo força, agindo na contravenção, como ele estava.

Portanto, Governador Marconi, V. Exª aqui, hoje, dá uma demonstração clara na direção contrária do que vinha sendo dito sobre V. Exª. E eu falo isso não como seu companheiro de partido, mas por convicção absoluta de que as suas explicações, hoje, foram muito claras e evidentes, mostrando à CPI a sua persistência em estar aqui para esclarecer cada fato da injustiça praticada contra V. Exª. Isso é muito bom para esta CPI, porque amanhã estará outro Governador aqui. E eu espero que ele tenha a mesma posição de V. Exª e queira, como não quis até agora, explicar cada detalhe das dúvidas que pairarem desta CPI em relação ao Governador Agnelo Queiroz.

Portanto, eu quero dizer ao Governador Marconi Perillo que eu saio desta reunião aqui com o mesmo convencimento que tinha quando V. Exª se comprometeu a aqui estar presente, ou seja, de que tudo que V. Exª falou não foi, como disse o Deputado Silvio Costa, tratado de forma diferente nas perguntas que aqui foram realizadas pelos Deputados e Senadores desta CPI.

É a única manifestação que eu gostaria de fazer, porque perguntas não há mais a fazer, em função dos esclarecimentos todos que já foram realizados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Agradeço, Macris.

Com a palavra, como Líder, o Líder do PSDB...

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma manifestação de agradecimento ao Deputado Silvio Costa e ao Deputado Vanderlei Macris pelas palavras, pela consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, Bruno Araújo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, não é três e três, depois o líder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah! Luiz Pitiman com a palavra.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Governador, eu sou Deputado Federal pelo Distrito Federal. Somos vizinhos e temos responsabilidades parecidas em todo o entorno. Nós, políticos, temos, antes de mais nada, a preocupação com a população mais pobre e vejo tudo o que aconteceu muito ruim, e cada vez mais a população desacredita nos políticos.

Por tudo o que o senhor falou hoje, me parece, com bastante clareza, que o senhor não tem a participação que a imprensa toda vinha colocando. Mas me permita, em função até do terremoto que ocorreu no Distrito Federal, nestes últimos anos, e do *tsunami* que já atingiu Goiás, em função das ondas que, muitas vezes, daqui saíram, gostaria de saber a sua impressão, hoje, do Sr. Carlos Cachoeira. Qual é o papel que ele teve realmente, na sua visão, nessa história toda do Distrito Federal e de Goiás?

O SR. MARCONI PERILLO – Acho que a história dele se divide em algumas etapas. Pode ser que antes de 1995 tenha agido como bicheiro. A partir de 1995, ele passa a atuar como empresário em um contrato legal com o governo do Estado, contrato que se expira por volta de 2004, 2005.

Depois disso, ele atua na área de bioequivalência, na área de medicamentos. Foi como eu o vi nesses últimos dois anos. Sei que a relação dele nos últimos anos era uma relação – e hoje está muito claro nos contatos, nas gravações da Delta – com o grupo Delta. O que se percebe nessas gravações é um desejo muito forte dele de se associar à Delta e de buscar espaços em obras em parcerias privadas, em concessões, por todos os cantos do Brasil, inclusive Brasília, mas em outras partes também. É o que a gente depreende das gravações divulgadas pela imprensa.

Hoje, vejo-o como alguém que é réu, que responde a processo, está sendo investigado e daqui a pouco será julgado, sentenciado ou não, isso é uma decisão da Justiça.

À medida que a Justiça se definir em relação a ele, aí sim poderei falar sobre isso. Não quero fazer pré-julgamento. Afinal de contas, esse é um papel do Legislativo e um papel do Judiciário. Quem sou eu

para fazer pré-julgamento ou ingerência em relação ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.

Pesam sobre ele muitas acusações e caberá à Justiça uma definição ou uma sentença em relação a todos esses fatos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor citou um relacionamento de mais de 20 anos com o Sr. Wladimir Garcez. Depois de ele, por declarações "em jornais" que o senhor comentou, ter ganhado dinheiro inclusive no negócio de corretagem da venda da sua casa. E o comprador efetivo da sua casa confirmou que deu R$100 mil a ele pelo negócio que foi efetuado. Qual a sua impressão do Sr. Wladimir Garcez hoje?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Pitiman, já falei sobre isso. É claro que, pelo conteúdo das ligações e não só pelo episódio da casa, houve uma quebra de confiança. Mas em relação a casa nem posso culpar o Sr. Wladimir. Eu acertei com ele um valor e ele pagou. Se ele vendeu a mais, se ele ganhou comissão, não cabe a mim questionar sobre isso e nem reclamar. No máximo, ele foi esperto: comprou por um valor e vendeu por um preço a mais.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – No dia 26 de abril do ano passado, houve uma gravação entre Carlinhos Cachoeira em conversa com Júlio sobre seis ou oito colégios grandes que V. Exª iria construir no Estado de Goiás. E que 100% dessas obras já seriam construídas por empresas da organização criminosa comandada por Cachoeira. V. Exª poderia informar se teve conhecimento disso. Se esses colégios foram construídos durante o ano passado?

O SR. MARCONI PERILLO – Pelo que vi na imprensa, era uma espécie de modelo chinês que deveria ser adotado aqui no entorno e também em Brasília. Ocorre que nenhum tipo de tratativa nesse aspecto foi realizado pelo Secretário de Educação, muito menos por mim. O que eu posso assegurar é que estaremos construindo agora, licitando e construindo várias escolas aqui, no entorno de Brasília. O senhor aqui conhece com a palma da mão essa realidade. Nós temos aqui 1,5 milhão de pessoas vivendo nessa região. Está aqui, inclusive, o Prefeito Célio Silveira, de Luziânia, a maior cidade da região. Nós temos uma demanda muito grande por novas escolas apesar de já termos construído muitas escolas. Agora mesmo, autorizei recursos para a reforma de 66 escolas na região de Formosa, Águas Lindas e Planaltina, nas três regionais, e mais 58 nas regionais de Luziânia e Novo Gama. Em parceria com o MEC, em parceria com o Ministro Mercadante, vamos construir, agora, aqui no entorno, inúmeras escolas. E essas escolas todas serão licitadas em procedimentos normais de licitação.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Em conversa também em 21 de abril do ano passado, a Polícia Federal interceptou entre Carlinhos Cachoeira e novamente esse Sr. Júlio, na qual Cachoeira determina que o Sr. Júlio leve a sua chefe de gabinete, Srª Eliane Pinheiro, e também o Prefeito de Águas Lindas ao aeroporto, pois ambos estariam embarcando para os Estados Unidos, Las Vegas. V. Exª pode nos dizer em que razão, se tem conhecimento dessa viagem da sua chefe de gabinete e qual era o tipo de motivo da viagem?

O SR. MARCONI PERILLO – Muitas coisas a gente só descobre depois do acontecido. Só descobri isso depois de as gravações terem sido publicadas pela imprensa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E esse Sr. Júlio, de que é feito referência várias vezes, das escolas a motorista? O senhor tem alguma referência?

O SR. MARCONI PERILLO – Não sei de quem se trata, Deputado.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ok. Não tenho mais perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Bruno Araújo agora, como Líder, cinco minutos, sem indagações.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Governador, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, nitidamente, com essa fala hoje, o Governador Perillo permite que esta Comissão volte a tratar o que vinha subvertendo a ordem das coisas. Uma comissão que surgiu com o intuito de investigar uma organização criminosa e a ramificação da Delta por diversos Estados da Federação, nitidamente, procurou-se dar um caminho e atribuir a um fato menos relevante algo como sendo o epicentro desta Comissão, criando uma farsa do objeto.

Na realidade, Governador, de repente, se V. Exª tem dado a sua residência, se V. Exª tem desistido, qualquer que fosse, todos nós aqui na vida pública já assistimos, durante toda a história, o homem público ter que explicar como faz uma aquisição ou aumento de patrimônio. É a primeira vez que vemos alguém sujeito a explicar como vendeu algo legítimo seu, absolutamente esclarecido, com firmeza.

V. Exª vai voltar ao seu Estado, Estado que governa, um dos mais importantes da Federação, com a mesma autoridade que sempre teve. O que apostávamos, o seu Partido apostava e o que vimos aqui hoje é o mesmo Marconi Perillo que, aos trinta e poucos anos, sai desta Casa, vai ao seu Estado disputar uma eleição, assume numa eleição absolutamente descrente, faz uma das mais belas vitórias eleitorais da história deste País e, consecutivamente, vence qua-

tro eleições para governador: duas suas; elegeu um sucessor; e retornando para um terceiro mandato. A aposta que nós sempre fizemos, Governador, a confiança que o Partido sempre teve em V. Exª se confirma para o Brasil ao longo desse longo testemunho de V. Exª, se confirma com essa mesma firmeza. Nós fomos testemunhos da indignação de V. Exª quando os fatos surgiram, da iniciativa de vir a esta Comissão. V. Exª veio, pessoalmente, aqui pedir para ser ouvido. V. Exª nos ligou durante reuniões aqui, pedindo para que agilizasse, viabilizasse o momento como hoje para que esses fatos absolutamente fossem esclarecidos. Mais ainda, V. Exª disse aqui, no início, e nós somos testemunhas – alguns dentro do partido, fora do partido, quiseram, inclusive, ir ao Supremo para permitir que isto não pudesse se dar, a CPMI ouvir o Governador de um Estado Federado... V. Exª olhou para seu partido e disse: "Eu não serei o mesmo, se eu não tiver essa oportunidade".

A verdade é clara, Governador. A verdade é transparente. A sensação que se instala, ao longo do dia de hoje, no Congresso Nacional, é o de que o PSDB tem orgulho de ter em nossos quadros alguém, com sua dimensão, com a sua coragem, não a coragem de vencer eleições em momentos difíceis no seu Estado ou, como na última, vencer grandes líderes nacionais, que se utilizaram de tudo para impedi-lo de ser Governador pela terceira vez.

O que vimos aqui hoje foi uma Comissão que – pasme o Brasil! – não quis trazer o Pagot, que quer falar, mas trouxe dois Governadores. Uma Comissão que ainda guarda na gaveta... Quebra o sigilo fiscal de empresas ligadas à Delta, mas quis ouvir primeiro o Governador do PSDB. E o Governador do PSDB veio e foi brilhante.

Eu quero dizer em nome da Bancada do PSDB na Câmara, Governador Marconi Perillo, que V. Exª honra seu partido, que V. Exª dá absoluta firmeza na posição nossa como partido, na crença que sempre tivemos em V. Exª e, mais ainda, na autoridade que V. Exª sempre teve junto ao seu partido.

Portanto, nós apostamos que a partir de hoje esta CPMI possa voltar ao seu rumo, o rumo, de fato, de investigar aquilo que era seu objeto inicial e não que, aqui ouvimos outras posições, V. Exª, nos momentos de coragem, teve na vida pública, inclusive quando Governador, de dizer a altas autoridades da República coisas importantes que havia e que providências não foram tomadas, que o fato de estar aqui hoje, queremos nós que não seja o destino por conta daquilo, que o fato de estar aqui hoje seja para preservar a sua história, a sua dignidade e a crença não que o PSDB tem em V. Exª, mas seguramente no Estado de Goiás, que o assiste hoje, que sabe que tem na sua pessoa uma das maiores lideranças da sua história e, seguramente, um dos grandes líderes promissores deste país.

V. Exª orgulha o nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Bruno Araújo.

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, nobres Pares, ficaram algumas questões aqui em que eu queria tocar. É claro que eu fico buscando fugir de debates partidários, mas o mais importante aqui são as perguntas a que V. Exª tem respondido. O conteúdo dessas perguntas serão por nós sempre analisado.

Ainda sobre as relações de Carlos Cachoeira com o Governo de Goiás. V. Exª conhece o capitão da PM Hrillner Ananias?

O SR. MARCONI PERILLO – Conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tinha ciência de que ele estava lotado no Gabinete Militar do Governador?

O SR. MARCONI PERILLO – E à disposição do Senador Demóstenes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª tinha conhecimento de que o Capitão Hrillner Ananias fazia a segurança do Senador Demóstenes?

O SR. MARCONI PERILLO – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era a situação funcional dele no Governo de V. Exª?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele estava, como foi dito por . Exª, lotado no Gabinete Militar e à disposição do Senador Demóstenes.

O Senador Demóstenes já foi Secretário de Segurança Pública. Os ex-Secretários de Segurança pública, quando requisitam, têm direito a seguranças e, mais do que isso, o Senador da República também tem direito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi aberta alguma sindicância para apurar as atividades do Capitão Hrillner depois de deflagradas as operações da Polícia Federal?

O SR. MARCONI PERILLO – Com certeza, o comando da PM tomou todas as medidas com relação a todas as pessoas envolvidas nessa operação..

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em diálogo captado pela Operação Monte Carlo em 22 de julho de 2002, Carlos Cachoeira conversa com o Corregedor-Geral da Polícia Civil. No meio do diálogo, Cachoeira disse: "Eu vou te falar a maior, até coincidência, mandei uns coreanos para serem recebidos pelo Marconi. Ele estava embarcando na quarta-feira da semana passada, aí no Sete Táxi Aéreo. Você marcou lá. Na coisa do Estado – né? –, no angar do Estado, naquela salinha lá, rapaz. Acredita que o Wladimir está com os coreanos lá? Recebendo o João, entra de camiseta... no meio

da semana, num dia de semana e de camiseta: rapaz, esse trem foi o estopim. Ele saiu de lá, xingou esse João, tudo na frente dos coreanos e para o Wladimir. Como é que pode, rapaz, Secretário de Segurança Pública, uma hora dessa, com camiseta?

V. Exª recebeu esses coreanos solicitados pelo Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – Pelo Sr. Carlos Cachoeira, não. Eu jamais recebi qualquer pessoa solicitada ou sugerida por ele. Agora sempre que recebi lideranças interessadas, empresários e empreendedores interessados em investir no meu Estado, eu o fiz a pedido da Secretaria de Indústria e Comércio. Todas as vezes que os meus secretários, especialmente o Secretário de Indústria e Comércio, me pediram para receber pessoas, empresários daqui e de fora, eu procurei compatibilizar a minha agenda.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebeu?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu não me recordo desse assunto específico. Já recebi várias comissões de chineses interessados em trazer montadoras, já recebi várias comissões de japoneses, italianos, americanos, argentinos, mexicanos, enfim, tenho recebido delegações de todas as partes do mundo interessadas em trazer investimentos para o Estado que mais cresce no Brasil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Neste caso especificamente, o senhor recebeu esses coreanos na empresa Sete, na salinha, juntamente com o Secretário?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu posso passar a V. Exª exatamente o dia e o nome das pessoas, caso esse fato tenha acontecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não se lembra?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu não me lembro, mas a minha assessoria, a minha secretaria particular e o meu ajudante de ordens têm todas as informações relativas a quem recebi ou a quem marcou audiência comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disponibilizaria as filmagens de segurança do Palácio das Esmeraldas?

O SR. MARCONI PERILLO – Claro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No ano de 2011?

O SR. MARCONI PERILLO – Claro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disponibilizaria o seu sigilo telefônico e de mensagem no ano de 2011?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O que é isso?!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou perguntando ao Governador.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Que pergunta é essa? Que vergonha!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu só estou perguntando. Não se pode perguntar?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pergunte ao Agnelo amanhã.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor. Eu peço à Comissão que mantenha a mesma disciplina, por favor. Por favor, senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Governador não está tão disponível?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, senhores, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Governador está aqui como testemunha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, por favor. Peço aos senhores por favor.

Relator, com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu mantive a cordialidade e vou continuar perguntando no mesmo tom.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando for inquirir o Governador Agnelo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...eu vou inquirir o Governador Agnelo. Agora eu estou inquirindo o Governador Marconi Perillo com base...

O SR. CARLOS SAMPAIO – Uma questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não é uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu estou falando.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Isso é um requerimento que ele está fazendo, disfarçado de pergunta. O requerimento tem que ser aprovado pelo órgão colegiado. O Relator disfarça o requerimento simulando pergunta. É o órgão colegiado quem tem que decidir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa é a reação do PSDB, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nós queremos saber se o Relator vai ter o mesmo comportamento daqui a dois dias, solicitando a quebra de sigilo. Queremos saber se a linha do Relator será...

(Intervenções simultâneas. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores, por favor.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Honre as tradições de Minas Gerais, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está com a palavra o Relator.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Depois de ter levado um puxão de orelha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os senhores me respeitem, viu, Senador Cássio Cunha Lima. O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores, por favor.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O senhor respeite a testemunha também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou perguntando...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Respeite o Governador também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou perguntando por que o Governador Marconi Perillo, inquirido nesta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, vamos concluir a sessão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Governador Marconi Perillo é, sim, investigado.

(Intervenções simultâneas. Inaudível.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então o senhor é investigado! Então a Presidenta Dilma é investigada! A Presidenta Dilma é investigada também, Sr. Relator!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Calma, senhores! Calma, senhores!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Tenha compostura, Sr. Relator! O Relator não sabe distinguir testemunha de investigado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Governador Marconi Perillo é testemunha.

Por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O relator não consegue provar nada e mostra desequilíbrio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele está aqui...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O Relator não consegue provar nada e mostra desequilíbrio.

O SR. (Orador não identificado) – Ele não é o investigado; ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Governador...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, presidente, o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O relator se perde. Ele está aqui como testemunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É verdade.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O relator não sabe...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É verdade. Ele está aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Ele tomou um puxão de orelha lá fora. É isso que aconteceu.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Tenha humildade, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor. Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Cadê a imparcialidade, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor está aí como relator ou como Vice-Líder do PT?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores. Por favor, senhores.

O depoente está aqui na condição de testemunha. Tanto é assim que assinou um termo de compromisso. *(Palmas.)*

Por favor, peço aos senhores que permaneçam na mesma civilidade com que nós conduzimos a sessão.

Devolvo a palavra ao relator, para proceder às suas indagações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É verdade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E ao depoente para suas respostas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Governador Marconi Perillo comparece a esta CPMI como testemunha numa investigação que nós estamos fazendo do envolvimento da organização criminosa e das pessoas que essa organização criminosa cooptou e corrompeu, especialmente no Governo de Goiás e no Governo do Distrito Federal.

Existem seis pessoas: o Sr. Jayme Rincón é citado de maneira sistemática nas interceptações telefônicas, a Srª Eliane é citada de maneira sistemática nas interceptações telefônicas, o Sr. Edivaldo Cardoso é citado de maneira sistemática nas interceptações telefônicas, o Sr. Ronaldo Bica de igual forma, o Sr. Alexandre Baldi e o Sr. Lúcio Fiúza, todas pessoas

importantes no Governo de Goiás. É com base nisso que nós estamos inquirindo o Sr. Governador. Não é pouca coisa! O Governador vem aqui e disse que não se lembra, que não sabe, que foi traído.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Contudo, Sr. Presidente, contudo, porque V. Exªs estão antecipando uma conclusão com que não concordo, eu posso, em algum momento da nossa investigação, concordar com alguma informação que o Governador venha dizer aqui. Agora, *a priori*, como V. Exªs estão tentando colocar, não é verdade.

Deputado Carlos Sampaio, V. Exª fez aqui uma colocação em referência a Srª Andrezza. Na mesma interceptação telefônica, quando ela diz – porque V. Exª disse o seguinte...

O SR. CARLOS SAMPAIO – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Srª Andreza, em diálogo com o Sr. Carlos Cachoeira, cobra deste que compre outro imóvel, que para o Sr. Carlos Cachoeira a situação estava adequada, tranquila. A grande verdade, Sr. Presidente, é que nesta data, depois da lavratura da escritura da casa – porque a casa foi vendida e transferida sua escritura para o Sr. Walter Paulo –, a Srª Andreza, na verdade, estava reclamando do Sr. Carlinhos Cachoeira, reclamando para ele que era necessário comprar uma outra casa, porque a casa, segundo a interpretação da Polícia Federal, a casa era do Sr. Carlos Cachoeira, o que não se pode...

Vejam, senhores: eu posso vir a confirmar a fala do Sr. Governador aqui entre nós. A versão dele tem começo, meio e fim. É preciso reconhecer isso. Agora, é claro que nós precisamos reconhecer que quem pagou a casa o fez com um cheque da família do Sr. Carlos Cachoeira; quem pagou o cheque, essa empresa que deu o cheque recebeu recursos das empresas fantasmas do Sr. Carlos Cachoeira; quem intermediou o negócio com o Sr. Governador, que aqui está , foi o Sr Wladimir Garcez, dos quadros do PSDB, que tem relação com o Sr. Governador e era assessor do Sr. Carlinhos Cachoeira. Essa é uma outra... Agora, nós precisamos considerar esses fatos.

Outro fato: quem foi preso na casa que era do Governador foi o Sr. Carlinhos Cachoeira. Lá morava a sua esposa. Este e outros fatos merecem a nossa investigação, sem conclusões precipitadas.

Outra informação importante, Sr. Presidente: as interceptações telefônicas dão conta da preocupação do Sr. Carlos Cachoeira tanto na aquisição da casa... Ele queria comprar a casa, admitia a hipótese da compra da casa, como – o mesmo –, num dado momento, alguns meses depois, preocupa-se em vender essa casa. "Olha, vai lá e vende para o Walter Paulo." As interceptações telefônicas trazem isso.

Agora, essas versões – não estou dizendo que a versão do Governador não tem começo nem fim, mas há fatos relevantes ainda, que merecem investigação. E é disso que estamos falando.

E o que V. Exª usa, Deputado Carlos Sampaio, como argumento para dizer que Carlos Cachoeira não havia comprado a casa do Sr. Governador, na minha opinião, reforça que ele vendeu a casa que havia comprado do Sr. Governador para o Sr. Walter Paulo.

Agora, nós precisamos investigar. Aqui há o benefício da dúvida sempre, mas sem conclusões precipitadas.

Obrigado.

Ah, eu quero devolver a pergunta ao Sr. Governador. Se ele coloca à disposição o seu sigilo telefônico e de ICMS no ano de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha vai falar e depois, atendendo ao art. 14...

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Deputado Odair Cunha, prometo ao Presidente, a V. Exª, às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, aos Deputados e Deputadas manter a mesma serenidade e o mesmo respeito que mantive em relação a esta Comissão desde o início.

Espero, Sr. Relator, que essa manifestação incisiva de V. Exª não seja a antecipação daquilo que o senhor deseja constar no relatório. Espero que V. Exª, efetivamente, não esteja agindo segundo interesses de terceiros, mas agindo de acordo com a consciência de V. Exª.

Eu estou aqui na condição de testemunha, apesar de ter solicitado ao Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, para ser investigado. Segundo me consta, ainda hoje, uma Procuradora da República, salvo melhor juízo, Procuradora Adjunta, disse à imprensa – não tenho segurança disso – que não sou investigado, apesar de ter pedido para ser.

Pedi ao meu partido e vim pessoalmente a esta Comissão, para pedir ao Sr. Presidente e à Comissão para ser ouvido na condição de testemunha, para esclarecer, porque em Goiás, no meu querido Estado de Goiás, existem dúvidas, embora essas dúvidas recaiam apenas em relação a uma casa de minha propriedade.

Eu não vou tomar mais tempo aqui, para esclarecer, explicar. Já repeti esse assunto várias vezes, hoje. Estou à disposição para responder, caso haja algum tipo de necessidade.

Mas, Sr. Relator, Sr. Presidente, não vejo, sinceramente, na condição de ex-Deputado Estadual, Federal, Senador, motivos suficientes, justificativas

plausíveis, fundamentação, para que haja quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, Sr. Relator, essa decisão não me cabe. Essa decisão cabe a esta douta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e caberá ao Superior Tribunal de Justiça.

V. Exªs é que terão de tomar essa decisão. Tomarão de acordo com as consciências de V. Exªs e se, no curso dessa investigação, houver efetivo fundamento, justificativa e motivo suficientes.

É o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, no uso do art. 14, por cinco minutos, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, já não é de hoje que venho denunciando – e o faço aqui, novamente – essa eloquência com que o Relator direciona a investigação, para atender aos interesses de seu partido, para não dizer interesses menores do ex-Presidente Lula, para sermos bem francos nessa conversa.

Eu falo aqui sobre um áudio que o Relator nunca soube que existia, porque, se soubesse, teria de ter dito a todos nós que, três dias... quatro dias depois da venda, a Andressa estava cobrando não uma outra casa, como sugeriu o nobre Relator. A palavra "outra casa" não foi colocada, até porque ele não deve ter esse áudio em mãos. Deve ter corrido que nem um louco, aqui, na hora em que eu li, e deve estar tentando buscar o áudio. Boa sorte! Já achou? Mais sorte ainda lhe desejo.

Também não aparece ela reclamando – como ele disse – dizendo assim: "Então, já que você vendeu esta casa, compre outra."

Tudo invenção da cabeça do relator. Em momento algum veio isso; é que ele ficou desacorçoado, imagino eu, com o áudio que evidencia que essa casa nunca foi do Carlos Cachoeira, tanto que, quatro dias depois, conversando... Ele morava no apartamento, não sou eu quem digo que ele morava no apartamento, única e exclusivamente é a Polícia Federal, Sr. Relator, que diz assim: "morando no apartamento, eles tentam fazer a compra de uma casa, porque ele é cobrado pela Andressa".

Também aqui faço um outro registro importante. A postura do Sr. Relator ficou evidenciada quando o Sr. Wladimir Garcez veio ser ouvido aqui. Não fui eu só quem falou, não fui eu só que me indignei; todos relataram. Vinte perguntas ao Sr. Wladimir Garcez, que disse que tinha relações com várias ordens do Governo federal, vários nomes do Governo federal e do Distrito Federal. Mas ele conseguiu direcionar 19 perguntas para o Sr. Wladimir Garcez, Sr. Governador, sobre V. Exª. Ele lembrou-se, ao final, e fez uma sobre o Governador do Distrito Federal. Mas não houve direcionamento.

Antes de ouvir V. Exª, que queria vir na terça-feira passada, ele solicitou a audiência de três pessoas, quatro pessoas diretamente relacionadas ao senhor, entre elas o Sr. Walter. Isso foi na terça-feira passada. Se eu estiver errado, que o relator, por favor, me corrija. Como na quarta agora nós ouviremos o Governador do Distrito Federal, eu pergunto: por que quarta-feira passada ele não pediu para ouvir três ou quatro pessoas? Vamos lá, uma só: o Sr. Cláudio Monteiro, antes de ouvir o Governador Agnelo. Por que o Relator não pediu, na quarta-feira passada, assim: Vamos ouvir o chefe de gabinete que recebia propina. Ninguém do governo do Distrito Federal estava confirmado o recebimento de propina. Cláudio Monteiro era mensalão do Distrito Federal do Carlos Cachoeira, recebia por mês. Ele, não houve interesse do relator em ouvi-lo na quarta-feira passada, que foi um dia morto no Congresso. Por que essa avidez, essa vontade deliberada para apurar os casos do PSDB, e essa falta de vontade para tentar realmente investigar o Governo do Distrito Federal? Não estou dizendo porque V. Exª, Sr. Relator, perdeu a quarta-feira passada; poderia ter ouvido várias pessoas envolvidas ao Agnelo, como ouviu na terça anterior várias pessoas direcionadas e ligadas ao Governador Marconi Perillo. Então, é um direcionamento claro? É evidente que é! Temos aqui que nos aviltar quando V. Exª pede quebra de sigilo, dizendo: "ele está aqui como investigado". Lógico que temos que nos aviltar, se V. Exª não sabe distinguir investigado de testemunha; investigado não presta juramento de dizer a verdade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...ele prestou o juramento... Tenho mais um minutos, Sr. Presidente. Ele prestou o juramento.

Portanto, a minha indignação é com a postura de V. Exª, com o direcionamento de V. Exª, com a vontade que V. Exª tem de cumprir uma missão partidária do ex-presidente Lula, para tentar fazer com que a ira dele seja resolvida nesta CPI. O presidente tem uma outra seara; o Supremo Tribunal Federal vai dizer se a ira dele estava certa ou não; o Supremo Tribunal Federal vai dizer se houve mensalão ou não; não somos nós, aqui nesta CPI. O nosso foco, o nosso escopo é outro. E se V. Exª puder direcionar para uma investigação lógico, sem o contexto partidário e político, eu agradeço a V. Exª, como membro desta Comissão e como juiz de fato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos interromper por um minuto...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, não se trata disso. Nós estamos investigando...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. Fazendo soar a campainha.) – Eu vou pedir ao relator...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Salta aos olhos, relator.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou interromper por...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Brasil inteiro está vendo, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou interromper por... a testemunha precisa se ausentar por um minuto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, ele pode se ausentar. Eu só vou dizer ao caro Deputado Carlos Sampaio que V. Exª sabe que não me pauto por isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Feito esse esclarecimento pelo Sr. Relator.

Os próximos inscritos para se prepararem: o Senador Fernando Collor, o Senador Sérgio Souza, e o Deputado Paulo Foletto.

Daqui a três, Miro; daqui a quatro, Vacarezza.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, suspensa às 14 horas e 34 minutos, reaberta às 14 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 11 minutos.)

(A reunião é reaberta às 16 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retomando os nossos trabalhos, com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar, Senador Vital do Rêgo, Exmo. Sr. vice-presidente, Deputado Paulo Teixeira, Exmo. Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, Exmo. Sr. Governador Marconi Perillo, Dr. Antônio Carlos, Srªs e Srs. Parlamentares.

Governador Marconi Perillo, gostaria de fazer poucas perguntas, poucas indagações a V. Exª. São sucintas e ensejariam respostas também bem curtas de V. Exª para nós não cansarmos mais a audiência.

A primeira pergunta seria a seguinte: V. Exª concorda que, no caso da Operação Vegas, se a ela tivessem sido dadas as providências cabíveis por parte do Sr. Procurador-Geral da República, as eleições de 2010 poderiam ter um resultado diferente daquele obtido nas urnas?

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Presidente Collor, eu não tenho conhecimento das gravações e do conteúdo da Operação Vegas. Ouvi falar pela imprensa, mas é possível que isso pudesse ocorrer, dependendo do conteúdo dessas gravações.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O conteúdo é mais ou menos este que estamos aqui discutindo, ou seja, teria uma influência na eleição de 2010, caso o Procurador-Geral da República tivesse procedido como determina o Regimento do próprio Conselho Nacional do Ministério Público?

O SR. MARCONI PERILLO – Dependendo da gravidade, sim.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente. Então, acolho e recolho a sua resposta como sim, poderia influir na eleição de 2010, caso o Procurador-Geral da República não tivesse segurado a Operação Vegas.

Em segundo lugar, Sr. Governador, V. Exª teve conhecimento dessa coabitação criminosa que havia? Teve o conhecimento, ouviu falar dessa coabitação criminosa havida entre duas organizações criminosas, a do Sr. Carlos Cachoeira e da Editora Abril, que edita a revista *Veja*, por intermédio do Sr. Policarpo Júnior? O senhor já ouviu falar no nome do Sr. Policarpo Júnior e das conversas que ele mantinha com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. MARCONI PERILLO – O nome do jornalista Policarpo Júnior, sim, Presidente. Em relação à eventual relação entre Cachoeira e o Grupo Abril, não.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Nunca o senhor ouviu falar dos contatos que o Sr. Cachoeira mantinha com o Sr. Policarpo Júnior, nem com a revista *Veja*?

O SR. MARCONI PERILLO – Com a revista *Veja* nunca. Agora, com relação a Policarpo, algumas informações saíram na imprensa. Aí eu não tenho a menor informação sobre isso.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – É até aí que o senhor tem conhecimento?

O SR. MARCONI PERILLO – Até aí.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Vou agora dizer a V. Exª o que ocorria. O Sr. Policarpo Júnior era o centro de toda essa organização. Ele recebia as informações do Sr. Carlos Cachoeira – recebia as informações. E, inclusive, o Sr. Carlos Cachoeira prestava serviços ao Sr. Policarpo Júnior, quando lhe interessava obter gravações ou obter filmetes ou gravações somente de áudio, e tinha a sua retribuição.

Por outro lado, dois procuradores, a mando do Sr. Procurador-Geral da República, veja a gravidade disso – aliás, uma Procuradora chamada Léa Batista de Oliveira e o Procurador Daniel de Resende Salgado –, entregaram a dois jornalistas da *Veja*, um chamado Gustavo Ribeiro e o outro chamado Rodrigo Rangel, parente do Procurador-Geral, o inquérito que tramitava sob segredo de justiça na 11ª Vara Federal de Anápolis.

Então, V. Exª, com a experiência de homem público que tem, bem pode imaginar o poder de que dispunha esse Sr. Policarpo Júnior, que recebia as informações do Sr. Carlos Cachoeira e tinha em mãos todo o inquérito em que o alvo principal era o Sr. Carlos Cachoeira. Mais do que isso, ele decuplicava o seu poder tinha o poder da publicação e da divulgação.

E essas divulgações eram combinadas. Vários relatos, várias degravações dão conta de contatos mantidos entre o grupo criminoso Cachoeira e o grupo criminoso Abril – entenda-se a *Veja* e o seu artífice nesse processo, o Sr. Policarpo Júnior –, combinando onde sair a nota: se na *Veja online*, se numa coluna assinada por um borrador que leva o nome de Lauro Jardim – é um borrador –, se poderia publicar isso na revista. Então, eles tinham essa capacidade de fazer o mal, de destruir reputações sob o manto de que estavam agindo em nome da sociedade. E ele, Sr. Policarpo Júnior, durante oito anos pelo menos manteve uma relação com o Sr. Carlos Cachoeira, acobertando as suas atividades criminosas.

Mais do que isso, e agora falando sobre a questão do Sr. Procurador-Geral da República, V. Exª agora disse aqui à CPMI que o seu caso foi recebido pelo Procurador-Geral da República e foi remetido a uma procuradora que o senhor disse não se recordar o nome. O nome dela é Drª Cláudia. E sabe o senhor por quê? Porque o Sr. Procurador-Geral da República concentrava, e concentra, nas mãos da Subprocuradora-Geral, Drª Cláudia, que é esposa dele, todos os processos que chegam à Procuradoria-Geral da República e que tenham pessoas, que incluam pessoas com prerrogativa de foro. Isso é algo absolutamente estranho porque os outros procuradores todos, quando eles recebiam os processos, faziam a distribuição aleatória, de acordo com a ordem de chegada, de acordo com a ordem dos nomes, por ordem alfabética ou por sorteio eletrônico, mas ele não. Todos os processos que tinham prerrogativas de foro ele juntava e colocava na mão dessa Procuradora. Por isso, ele colocou, porque V. Exª tem prerrogativa de foro.

Poderia até adiantar-lhe que não tenho dúvida nenhuma de que essa Procuradora vai lhe criar problemas, dificuldades. Eles fazem disso moeda de troca. O Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, faz moeda de troca com esses processos que ele recebe como Procurador-Geral da República contra pessoas que têm prerrogativa de foro. Isso é um absurdo contra o qual temos de nos insurgir.

Em função disso, gostaria, Sr. Presidente, *data venia*, de dar notícia a esta Comissão de que hoje ingressei com representações e denúncias contra o Sr. Procurador-Geral da República e contra a Srª Cláudia:

- A primeira foi na esfera penal. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Drª Cláudia Marques. Tipificação do crime: prevaricação. Embasamento legal: Código Penal art. 319. A apresentação foi feita hoje e protocolada no Ministério Público da União. O julgamento será pelo Supremo Tribunal Federal.

- A segunda representação. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República e Subprocuradora-Geral da República, Cláudia Marques. Na esfera civil. Tipificação: ato de improbidade administrativa baseado na Lei nº 8.429, de 92, art. 11, inciso II. A apresentação foi feita à Corregedoria do Ministério Público da União. Caberá o julgamento à Justiça Comum, sem foro privilegiado.

- A terceira representação é na esfera administrativa. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Srª Cláudia Marques. Tipificação do crime: ilícito administrativo. Embasamento legal: Lei Complementar nº 75/93, art. 240, inciso V, "b", e Constituição Federal art. 37, §4º. A apresentação foi feita à Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público e o julgamento será pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

- Quarta representação. Esfera administrativa. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Srª Cláudia Marques. Tipificação: procedimento de controle do ato administrativo. Embasamento legal: Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, art. 107. A apresentação foi feita ao Conselho Nacional do Ministério Público e o julgamento também será pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

– Quinta representação. Desfavorecidos: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, e Subprocuradora-Geral da República, Srª Cláudia Marques. Tipificação: representação por inércia ou por excesso de prazo. Embasamento legal: Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público art. 82. Apresentação ao Conselho Nacional do Ministério Público. Julgamento pelo mesmo.

– Por último. Na esfera político-administrativa. Desfavorecido: Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel. Tipificação: crime de responsabilidade. Embasamento legal: Lei nº 1.079, 1950, a ressurecta, art. 40, incisos I, III e IV e Constituição Federal art. 52, inciso II. A apresentação foi feita hoje à tarde ao Senado Federal e o julgamento será pelo Senado da República.

Isso eu digo, Sr. Presidente, Srs. integrantes, Parlamentares desta comissão, porque nós não podemos deixar de perceber a importância que tem essa organização criminosa chamada Editora Abril em todo esse contexto.

Nós não podemos deixar de chamar aqui o Sr. Policarpo Júnior e todos aqueles outros que estão aí arrolados, porque eles é que poderão dar informações sobre o Sr. Cachoeira e as relações que mantinham com ele de coabitação criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Discuti essa matéria na sessão administrativa.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – E recebi a informação, e recolhi da resposta dada por S. Exª, o Sr. Governador Marconi Perillo, sobre se ele tivesse cumprido a sua missão de dar prosseguimento à Operação Vegas, porque ele mentiu quando disse que a operação Monte Carlo tinha... era prosseguimento da Vegas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Fernando Collor, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu recolho a resposta do Sr. Governador Marconi Perillo dizendo que sim. Se fosse, a Operação Vegas, dada continuidade ela, teria influência nas eleições...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – O Governador Marconi vai... Só para... O senhor vai responder alguma questão ainda? *(Pausa.)*

Não, não é? *(Pausa.)*

Podemos...

O SR. MARCONI PERILLO – Quero apenas agradecer a manifestação do Senador Presidente Collor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Governador Marconi Perillo, Sr. Presidente, Deputado Paulo Teixeira, Vice-Presidente, relator Odair Cunha, Srªs e Srs. Parlamentares:

Sr. Presidente, acho que esta CPMI tem um papel muito maior do que ficar tão somente no campo da identificação das consequências. As consequências já foram, de forma quase que exaustiva, investigadas pela Polícia Federal. Já existe denúncia proposta pelo Ministério Público, já existem até mesmo audiências marcadas e agendadas em juízos competentes para o julgamento dos fatos postos aqui também nesta CPMI. No entanto, nós temos um papel de identificarmos as causas que levaram a esta CPMI e as causas estão, digo com toda tranquilidade, Governador, em um sistema que tem defeitos, e esse sistema que tem defeitos permite a corrupção de Governos, inclusive de autoridades de todos os Poderes.

V. Exª, como Governador pela terceira vez, Senador da República e Deputado conhece muito bem toda a classe e a sociedade de Goiânia e de Goiás. Eu pergunto a V. Exª: Quem começou a corromper quem? A Delta, o Cachoeira? Ou o Cachoeira, a Delta? Porque alguém, talvez, no intuito de lavar um dinheiro ou de fazer uma doação, de outra forma, ou alguém, talvez, na dependência financeira para tocar eventuais obras... Eu indago a V. Exª se é possível responder nesse sentido: Quem corrompeu quem? E, lógico, sabemos que muito ainda são indícios, mas também há fatos e contra esses fatos também existem argumentos.

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Sérgio Souza, como disse aqui, os meus contatos com Delta, com Cachoeira foram mínimos. Eu não teria a menor possibilidade, nem elementos para poder responder afirmativamente ou não a questão de V. Exª. Agora, com certeza, o que V. Exª coloca aqui é pano de fundo para esta CPMI. Acho que esta talvez seja uma das principais funções desta CPMI.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Governador, como uma última indagação, até mesmo porque os competentes colegas já bem esgotaram nestas seis horas...

O Estado de Goiás é tido como um dos Estados onde a legislação permitia algumas atividades na exploração de jogos – V. Exª confirmou isso aqui –, inclusive com leis que tiveram suas prorrogações por até doze anos. Qual é o entendimento de V. Exª como Governador daquele Estado sobre a legalização do jogo? Essa seria a solução para não haver uma corrupção no sentido dos jogos ilegais? Ou o sistema não se corrompe muito mais quando o jogo é ilegal?

O SR. MARCONI PERILLO – Senador Sérgio, eu, particularmente, intimamente, não jogo e sou contra o jogo. Agora, entre a hipocrisia reinante por todos os cantos e a legalização, talvez fosse melhor que uma providência como essa fosse tomada, embora, repito, se eu tivesse de votar aqui no Congresso a favor ou contra, eu votaria contra a legalização.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Eu queria fazer duas perguntas bastante objetivas ao Sr. Governador.

Sr. Governador, em que pese a firmeza das suas respostas e da sua fala, desde a fala do Sr. Walter Paulo, acho que a questão da venda da casa realmente ficou mal explicada. Pessoalmente, tenho esse conceito.

Mas minhas perguntas para o senhor são para saber qual é o tipo de relação pessoal que o senhor cultiva com o Sr. Marcelo Limírio e qual também a relação pessoal que o senhor tem com o Sr. Rossini Aires Guimarães, já que ele foi doador de sua campanha e do PSDB. O senhor se lembra desse valor de doação? E o

mesmo, como empreiteiro, como empreendedor, mantém contratos com o Governador do Estado de Goiás?

O SR. MARCONI PERILLO – Cumprimento o Deputado Paulo Foletto e respondo objetivamente: com o empresário Marcelo Limírio, tenho uma relação de amizade pessoal. Gosto muito dele. É um empresário que investe muito no nosso Estado, que gera milhares de empregos; sempre foi um benfeitor em nosso Estado.

Com relação ao Sr. Rossini, não tenho nenhuma relação. Não posso dizer se é bom ou se é ruim. Com ele nunca tive qualquer diálogo; não tenho qualquer relação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, com a palavra, como Líder pela minoria, Deputado Mendes Thame. Cinco minutos, sem indagações.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, senhor relator, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Governador Marconi Perillo, há uma diferença radical entre aquilo que pode ser feito por um cidadão comum e por um agente político. Como agente político – governador, prefeito, secretário, ministro, presidente da República –, ele não pode fazer nada, exceto aquilo que a lei expressamente permitir. Como cidadão é o contrário: ele pode fazer tudo, exceto aquilo que a lei expressamente proibir ou disser que deve ser feito de uma forma diferente.

Pois bem. Aqui, hoje, assistimos ao Sr. Marconi Perillo sendo perquirido exaustivamente como agente político, como governador, e como cidadão. Só que 20% ou 30%, no máximo, das perguntas como agente político, e 70%, 80% das perguntas como cidadão. Como justificar?

Possivelmente se diga que os indícios de corrupção, de ação política desastrosa, iníqua, de delinquência no seu governo sejam tão frágeis, fragílimos, que nem justifiquem as perguntas, quer pelo relator, quer pelos autores de depoimentos, quer pelos parlamentares.

Uma outra justificativa é de que o agente político não deixa de ser um cidadão e que, com isso, não podemos esquecer a relação privada, o vínculo que existe entre a ação privada da pessoa e a sua repercussão na vida política. Mas o fato é que aqui submetido a uma enxurrada de perguntas, o Governador Perillo não fugiu a nenhuma pergunta e deu respostas, respostas consistentes, firmes, claras, didáticas, mostrando absoluta franqueza e sendo coerente com o seu oferecimento de ter sido o primeiro a se oferecer a vir aqui a esta CPI explicar, contribuir, nos ajudar no trabalho, no objetivo desta Comissão. Por isso nos deixa a clareza de que o povo de Goiás, o povo goiano, pode se sentir muito orgulhoso para, de frente erguida, dizer: nós, em Goiás, somos governados com honradez, decência e dignidade.

Por último, queria fazer uma colocação ao Presidente e uma ao Relator. Ao Presidente: que esta CPI não perca o seu duplo objetivo. O primeiro é desvendar essa teia, não se ater à figura do Cachoeira e da Delta, mas tentar desvendar como se dá essa teia, essa simbiose nefasta e deletéria que tem permitido tamanha delinquência no País com a evasão de recursos públicos, com esse assalto ao Erário. E, nesse sentido, possivelmente a convocação do Dr. Pagot, do Dnit, da sua acareação aqui com as pessoas, como é o caso do Carlinhos Cachoeira, que seria novamente convocado, fosse o caminho para nos ajudar a desvendar essa teia. O segundo objetivo, lembrando os meses subsequentes à CPI dos Anões do Orçamento como subproduto que acabou sendo o grande produto daquela CPI, além da punição dos envolvidos, nós tivemos meses, praticamente um ano, discutindo a 8666, que foi um grande avanço para o País e que hoje precisa ser atualizada para coibir, tapar esses vazios que ainda existem; ao contrário do que estamos assistindo, em que o Governo quer fragilizar a 8666, estendendo o regime diferenciado de contratações para as obras do PAC.

Por último, para encerrar, ao Relator. Esperamos que amanhã, na reunião de oitiva como testemunha do Governador de Goiás, daqui do Distrito Federal, o Relator tenha a mesma brilhante e saga perquiritória que mostrou hoje, fazendo uma varredura praticamente de todas as perguntas que poderia ao Governador Marconi Perillo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta presidência toma as sugestões de V. Exª no alto da sua experiência, e prudência, e competência.

Dr. Rosinha, Domingos Sávio e o Senador Wellington Dias são os próximos. Depois o Líder Jilmar Tatto. Estão na próxima rodada Miro e Vaccarezza sempre juntos.

Dr. Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Governador, esta CPMI foi instalada para investigar uma organização criminosa e suas ramificações, que tem um dos seus principais ramos de atuação no Estado de Goiás. É por isso que o Sr. Governador Perillo está aqui hoje entre nós dando esse depoimento e a razão principal que logo foi o surgimento da questão da casa.

Durante o depoimento, o Governador disse e depois voltou a repetir que tem uma chácara em Pirenópolis e que essa chácara, está inclusive na imprensa de hoje, tem alguns sócios, entre eles o Sr. José Augusto D'Alcântara Costa. É o que divulga a imprensa.

Aí eu pergunto: se realmente ele é um dos sócios, se ele ocupa o cargo de titular do Conselho da Saneago, se ele é proprietário do cartório de Trindade e se ele é dono da Augustos Eventos.

O SR. MARCONI PERILLO – Todas as perguntas são verdadeiras.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A Augustos Eventos, divulga na imprensa que, nesses primeiros seis meses de 2012, – escreve bem assim – já ganhou do governo 3,2 milhões. E eu também pergunto: o Sr. José Augusto de Alcântara, ele é proprietário do hotel Augustus?

O SR. MARCONI PERILLO – Em relação à primeira afirmação de V. Exª, quanto ao fato de ter ganho R$3.200 milhões do governo, eu não tenho essa informação aqui agora. Posso passar a V. Exª. Mas se ganhou, ganhou em licitação no pregão eletrônico, ele e qualquer outra pessoa que eventualmente queira trabalhar com o governo, certamente tem que se submeter à Lei 8666, aos pregões eletrônicos, enfim, a tudo que estabelece rigorosamente a lei.

De qualquer maneira, Dr. Rosinha, eu terei o máximo prazer em informar a V. Exª sobre esse caso. A outra perguntou foi sobre?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Se ele é dono do hotel Augustus?

O SR. MARCONI PERILLO – É dono sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E tem também contrato com o governo do Estado, aonde, ali, o governo fez licitação e contratou o hotel Augustus para hospedar pessoas que viajam em nome do governo?

O SR. MARCONI PERILLO – Não tenho essa informação. De qualquer maneira, caso isso exista, com certeza deve ser por meio do critério de licitação.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu faço a pergunto e me preocupo, porque ao mesmo tempo em que ele é sócio do governador numa chácara...

O SR. MARCONI PERILLO – Ele não era governador à época, Dr. Rosinha. Era Senador da República.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Mas ele continua participando de licitações. É uma observação.

Uma outra questão. O senhor disse antes que o Sr. Wladimir Garcez pegou dinheiro emprestado do patrão dele. Quem é o patrão do Wladimir?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele é quem disse aqui, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor disse aqui também.

O SR. MARCONI PERILLO – Ele é quem disse. Eu apenas reproduzi o discurso dele. Ele disse aqui, em alto, claro e bom som: "que tomou dinheiro emprestado dos seus patrões Delta e Carlos Cachoeira".

Quanto à participação ou não da empresa Augustus Hotel ou de outras em licitações do governo, pelo fato dele ter uma pequena participação societária numa gleba em Pirenópolis, isso não significa que ele não possa participar de licitações.

Eu, na qualidade de governador, sou impedido. Agora, recebo aqui uma informação de que esse contrato se deu exatamente no governo do meu antecessor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Antes, se é que entendi bem, tenho a impressão de que V. Exª disse que mora numa casa alocada, hoje.

O SR. MARCONI PERILLO – Exatamente!

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quem é o proprietário dessa casa?

O SR. MARCONI PERILLO – O Sr. Newton.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O Sr. Newton Aires de Couto?

O SR. MARCONI PERILLO – Não sei se o sobrenome dele é esse.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É dono da construtora Centro-Oeste?

O SR. MARCONI PERILLO – Exatamente!

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A mesma que também é fornecedora do Estado?

O SR. MARCONI PERILLO – Não só no meu governo, mas em outros governos também. E eu fiz um contrato de aluguel, está registrado lá no condomínio Alphaville; pago e tenho os recibos que irei encaminhar a esta CPMI.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A imprensa tem divulgado, e eu pergunto se confirma ou não: o senhor é proprietário de aviões?

O SR. MARCONI PERILLO – De quem?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – De aviões.

O SR. MARCONI PERILLO – O Estado tem uma frota de oito aviões. Não há a menor necessidade para isso; não tenho dinheiro e não tenho interesse e não preciso. O Estado possui o King Air 350; o King Air 200; o King Air 90; e cinco Sênecas.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu só perguntei se o senhor tem, e o senhor disse que nem tem dinheiro para isso, apesar de a gente ver que a evolução patrimonial do senhor é bastante rápida...

O SR. MARCONI PERILLO – É menor que a de muitas outras pessoas já investigadas.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não, deixa eu perguntar, Sr. Governador.

O SR. MARCONI PERILLO – Desculpa, desculpa.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu estou dizendo da evolução patrimonial bastante significativa pelo período que ocupa o governo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu não estou fazendo a pergunta para o senhor. *(Risos.)*

A outra questão é que eu quero perguntar também ao Sr. Governador, e que diz respeito ao seguinte: ele disse – o Sr. Governador – que o Sr. Wladimir Garcez, para mostrar prestígio, usava o nome do governador. Creio que o Sr. Demóstenes não precisava demonstrar prestígio para usar o nome do governador, mas em vários momentos o Sr. Demóstenes fala o nome do Sr. Governador nos diálogos com o Sr. Cachoeira. Eu faço essa observação.

E, também sobre o Sr. Wladimir, divulga a imprensa que ele foi condecorado pelo senhor, em seu primeiro Governo, com a Ordem do Mérito Anchieta, seu mais alto grau, Gran-Cruz, que é a mais alta honraria. Mesmo ainda falando dos telefonemas, há uma interceptação, no dia 03/08/2011, em que o Sr. Carlinhos e o Sr. Júlio conversam sobre a festa de aniversário da filha do Sr. Marconi e fazem uma lista, vamos dizer, dos convidados, o que demonstra uma certa intimidade com o Sr. Marconi.

Sr. Governador, quem é o responsável e em qual banco é efetuado o pagamento dos funcionários do Estado de Goiás?

O SR. MARCONI PERILLO – O senhor tem mais alguma pergunta, Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu tenho...

O SR. MARCONI PERILLO – Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o ex-Vereador Wladimir Garcez certamente deve ter recebido essa comenda na condição de Presidente da Câmara de Goiânia. E não foi a mais alta distinção porque elas são oferecidas apenas a Presidentes da República, Ministros e Governadores de Estado.

Com relação ao Senador Demóstenes, eu já afirmei aqui de que ele gozava de muito prestígio, ele me ajudou muito na eleição. Em segundo lugar, apesar de ser uma coisa pessoal... Eu não conheço esse diálogo, mas eu tenho notícia de que minha filha, de 16 anos, é colega de sala de aula de uma das sobrinhas do Sr. Carlos Cachoeira. Eu não vejo mal algum nisso. Eu não posso proibir minha filha de ter relação com quem quer que seja. Eu jamais faria qualquer patrulhamento ideológico a ela por esse fato.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Onde está hoje o banco que faz o pagamento, aquele que o Governo de Estado usa para fazer o pagamento de seus servidores.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu quis, desde o início, prestigiar um dos bancos oficiais do Governo Federal: ou o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil não conseguiu entrar no leilão inicial, nem a Caixa, e, depois, também não conseguiu fazer a oferta que nós desejávamos. A Caixa Econômica Federal fez a oferta e nós fechamos o negócio. A Caixa Econômica Federal, que já estava nos ajudando na liberação de recursos do PAC, da Presidente Dilma, para obras de saneamento, de habitação...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Qual é o banco, senão vai acabar meu tempo.

O SR. MARCONI PERILLO – Caixa Econômica Federal.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E, antes, qual banco era?

O SR. MARCONI PERILLO – Banco Itaú.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quanto o senhor recebeu para fazer o pagamento na Caixa Econômica Federal? O Governo do Estado... Quanto o Governo do Estado foi reembolsado para fazer a folha de pagamento?

O SR. MARCONI PERILLO – Cerca de R$480 milhões; destes, aproximadamente R$230 milhões devolvidos ao Banco Itaú, porque o contrato ainda estava em vigência. Nós fizemos uma rescisão amigável, um destrato amigável desse contrato.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quanto tempo tinha a mais com o Banco Itaú?

O SR. MARCONI PERILLO – Creio que até setembro deste ano.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor diz que rompeu o contrato... A informação que eu tenho é que o contrato com o Banco Itaú era de R$165.984.281,50, o que significa um rendimento de R$7.904.013,41 mensais. Na hora em que faz o contrato com a Caixa Econômica, é de R$470 milhões, o que significa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dr. Rosinha, conclua seu tempo. Sua última pergunta, por favor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Só vou completar... O que significa um montante mensal inferior a esse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa, você está inscrita.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu vou concluir. Eu quero dizer que, não só significa isso, mas na hora de bater as contas, a informação que eu tenho é que o equivalente a ser devolvido, todavia, não foi computado ainda no Governo do Estado. Nós gostaríamos que essa contabilidade fosse demonstrada, porque é um contrato que trouxe prejuízo ao Estado de Goiás, mensalmente.

O SR. MARCONI PERILLO – Dr. Rosinha, nós tivemos, líquidos, no caixa do Governo do Estado, R$300 milhões. Eu estou absolutamente convencido de que esse contrato, por todas as razões, foi absolutamente importante e vantajoso para o Estado. Primeiro: a Caixa Econômica está abrindo mais de 100 agências novas

em meu Estado; segundo: aumentou os repasses para financiamento de casa própria, incluindo casas próprias para funcionários públicos; terceiro: aumentou também os volumes de investimentos para saneamento básico; quarto: me dá a oportunidade, como Governador e ao Governo do Estado, de trabalhar com a instituição pública federal da mais alta credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Deputado Domingos Sávio.

Liberem o campo visual do Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, Sr. Vice-Presidente, Sr. Governador Marconi Perillo, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras...

Sr. Governador, eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo, queria dizer que acompanhei atentamente não só o seu depoimento, mas, desde o primeiro momento em que se instalou esta CPMI, eu acompanho de forma clara as posições de V. Exª não só pela imprensa, mas na manifestação que fez ao nosso partido, o PSDB, e diretamente a esta CPMI, a sua disposição de colaborar trazendo seu depoimento, seu desejo de trazer a verdade.

E hoje a gente faz uma constatação que é óbvia, mas que precisa ser revisitada em alguns momentos, especialmente por nós, que fazemos vida pública. A verdade é intangível, a verdade é mais dura do que o aço. Após V. Exª ter repisado por inúmeras vezes algo que já de início eu compreendia... Mas imaginava eu que alguns dos nossos colegas, para não dizer de oposição a V. Exª, pudessem ter algum fato novo, porque desde o início eu percebia, nas declarações de V. Exª, que havia vendido uma casa de sua propriedade, que havia recebido o pagamento e depositado em sua conta bancária, que havia feito uma transação com absoluta transparência, como é próprio das pessoas dignas e corretas. Depois, ouvindo depoimentos nesta Casa, ouvimos aquele que inicialmente fez a transação com V. Exª informando dos cheques que havia lhe dado em pagamento, informando da maneira com que havia chegado, adquirido esse cheques, informando que havia transferido, por não pode pagar a casa, a terceiro. Mas eu pensava comigo, Sr. Governador, que poderia haver algum outro fato, e eu aguardava, ansioso.

V. Exª aqui vem e nos traz com coerência absoluta um relato minucioso. Mais do que isso – houve, aí sim, uma surpresa para mim: traz um anúncio de jornal de alguns meses antes dizendo que tinha uma casa para vender, como se V. Exª tivesse a vara de condão de saber que algum dia ia haver toda essa celeuma. V. Exª traz em detalhes provas.

Mas ainda agora, ao final de toda essa inquirição eu ouvi, e ainda haverei de ouvir aqueles que querem dizer "mas eu não concordo", "olha, isso está errado", "olha, essa casa foi vendida foi para o Cachoeira mesmo". E o nosso Relator, em dado momento, enveredou por um caminho perigoso, inclusive se esquecendo do óbvio, que V. Exª aqui está como depoente, e quis tratá-lo como alguém que está sendo investigado, que estaria sob a espada da justiça, sob alguma acusação.

Quero caminhar para uma pergunta importante para mim. Não vou me ater a essas perguntas sobre a casa. Não faz sentido. Aí vou dar razão ao Deputado Silvio. Não faz sentido. V. Exª foi absolutamente claro, trouxe documentos, comprovou.

Eu não vou também enveredar por esse caminho de que estamos aqui numa CPI para investigar uma organização criminosa no Estado de Goiás. Ora, o Sr. Carlinhos Cachoeira está preso – e a Polícia Federal fez um belo trabalho – e é claro que tudo isso deve ser investigado. Nós estamos diante de uma situação que envolve o País inteiro. Ou será que alguém ainda não percebeu a dimensão da Delta nesse processo? Alguém ainda quer insistir em limitar essas investigações quase que não só ao Estado de Goiás, mas ao governo do PSDB? Aí, sim, faz-nos pensar que há alguma coisa que remonta lá à história do mensalão, e aquela estratégia de repetir tanto uma coisa para ver se a verdade deixa de ser intangível. Não. Não há como dizer que não houve mensalão e não há como agora querer dizer que há uma estrutura criminosa lá no Estado de Goiás e que esta CPI foi feita para isso. Não. A verdade é intangível e está vindo à tona.

V. Exª nos trouxe informações preciosas, claras e coerentes. Mas V. Exª nos traz também uma sinalização para o País. V. Exª, em dado momento – e me apercebi muito bem disso –, demonstrou uma diferença muito grande por parte de governos sérios, de governos éticos, de governos que tratam com probidade o dinheiro público.

V. Exª mencionou – se isto ainda não está disponível, eu gostaria que fosse disponibilizado para esta CPMI – uma das últimas licitações feitas pelo Governo do Estado de Goiás, em que, levando obras públicas para beneficiar milhões de goianos, V. Exª conseguiu uma economia que ultrapassa a casa de R$100 milhões, se entendi bem.

Eu gostaria de saber, primeiro, o indicador de referência da planilha. Pôde haver um deságio por parte de uma concorrência forte, como V. Exª, parece-me, mencionou, com cerca de vinte grandes empreiteiras concorrendo. São obras que envolvem cifras de quase meio bilhão de reais. Seguramente, são empresas estruturadas.

V. Exª nos traz a informação, durante esse relato, de que lá V. Exª, por decreto, fez modificações, aperfeiçoando o modelo de licitação, tirando aqueles instrumentos que permitissem o conluio entre empreiteiras, tirando a possibilidade de visitas prévias obrigatórias e até mesmo de depósitos antecipados que pudessem identificar, com clareza, quem eram os concorrentes. V. Exª nos trouxe aqui uma referência estratégica para o País sobre o modelo de gestão pública.

Eu gostaria de obter de sua parte a confirmação, primeiro, de qual o parâmetro que se usa para que, depois, seja possível cair. Esse parâmetro também o Governo Federal usa?

Depois, poderemos chegar a uma avaliação sobre os modelos de licitação que existem no Brasil. Sabemos que a Delta, como foi lembrado aqui hoje, está com cerca de R$4 bilhões de faturamento no Governo Federal. São R$4 bilhões de faturamento! Como são feitas essas licitações?

O ex-Diretor-Geral do Dnit já veio em público para dizer que foi escalado para arrecadar dinheiro para a campanha recente que elegeu a Presidenta Dilma, envolvendo dezenas de empresas que ali ganham licitações. É preciso verificar isso e colocar uma lupa sobre o modelo de licitação. V. Exª nos diz com clareza que essa é uma preocupação sua.

Falo isso, porque isso é pauta no Jornal da Câmara e está no plenário, aguardando-nos. O Governo, mais uma vez, faz uma emenda frankenstein numa medida provisória. O Governo Federal nos traz a possibilidade de que a Lei nº 8.666, que já precisa ser aprimorada, seja, mais uma vez, maculada, dando ao Governo Federal autorização para, nas obras do PAC, instalar um regime de contratação especial, o que não foi discutido profundamente nesta Casa, o que não tem transparência adequada.

Então, minha pergunta é feita de forma objetiva. Quero dizer a V. Exª que, para mim, qualquer outra lucubração de que não se entendeu a operação da venda legítima de um imóvel de sua propriedade é coberta de cores partidárias de forma clara. A imprensa nacional também, com sua seriedade e com sua independência, não haverá mais de trabalhar em cima de lucubrações ou, então, deve apontar, de forma clara, provas.

Fico absolutamente com a verdade, porque esta, sim, é intangível. Mas fico com a última ponderação de V. Exª. V. Exª acredita que esse critério que V. Exª adotou foi uma das razões pelas quais o Estado de Goiás pôde economizar mais de R$100 milhões? Isso pode ser uma referência para melhorarmos os processos licitatórios no Brasil? Esse seria o caminho?

Entendo que esta CPMI não se pode ater apenas a discussões enfadonhas. Precisamos apresentar soluções para o Brasil, para que haja mais transparência na gestão pública, e me parece que é esse o propósito de V. Exª, com essa decisão tomada.

Fica esta pergunta: o modelo de licitação que V. Exª adotou aprimora os critérios, para dar mais transparência?

O SR. MARCONI PERILLO – Quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, a testemunha.

O SR. MARCONI PERILLO – Desculpe-me, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Deputado Mendes Thame as palavras respeitosas.

Quero agradecer igualmente ao Deputado Domingos Sávio.

Nós tomamos, Deputado, algumas medidas fundamentais para reduzir os preços das obras no Estado. A primeira delas foi zero de pedágio, de propina; zero de caixa de campanha; zero de delta X. Segundo, nós acabamos com a possibilidade de acordo de empreiteiras ao adotarmos alguns critérios, dentre eles, acabar com a exigência de caução. Porque quando uma empresa, cinco dias antes, apresenta uma caução, todas descobrem quais vão participar do certame. Com isso, nós eliminamos essa possibilidade de uma empresa descobrir que a outra vai participar da licitação. Isso nos possibilitou, num certame envolvendo cerca de quinhentos e poucos milhões de reais para a reconstrução de 2.081 quilômetros, de cerca de R$170 milhões.

Primeiro, já enviamos o edital com 10% abaixo da tabela de preços da agência de obras. Depois, sem esses acordos que infelizmente são comuns em várias partes, nós conseguimos que noventa e tantas empresas de três Estados do Brasil disputassem. Com isso, tivemos essa economia. E o mais importante não é fazer obra barata, é fazer obra barata com qualidade. Essa é uma exigência nossa.

Eu queria apenas aqui pedir permissão ao Presidente para ler... Quer dizer...

Bom, a Agetop, na administração atual, eliminou em seus editais a exigência de declaração, por parte do órgão, de que foi feita a vistoria técnica. Isso era feito dez dias antes da licitação. Hoje, basta o licitante colocar em sua documentação, no ato da licitação, uma declaração de que visitou a obra e tem conhecimento do serviço. Eliminou também a exigência de que a caução fosse feita cinco dias antes da licitação. Hoje, a caução acompanha a documentação e a proposta. Esses eram dois artifícios usados pela Administração Pública para possibilitar que as empresas soubessem com antecedência quem participaria da licitação, propiciando condições para que elas se acertassem previamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Governador Marconi e dizer, Sr. Governador, que tenho procurado – e, tenho certeza, não apenas eu, mas todos nós, grande parte de quem aqui está – pautar esta CPI em cima dos fatos. Eu não quero crer que exista ninguém por trás de V. Exª que esteja armando um complô contra V. Exª para eliminá-lo politicamente.

Eu tive que dar uma saída, mas enquanto saí, ouvi os questionamentos feitos pelo Senador Taques. Questionamentos com os quais concordo plenamente, porque ele, nessa forma tranquila, pelo menos aparentemente tranquila, fez algumas colocações e perguntou se V. Exª achava que todas as questões que estão postas à Mesa hoje, ou seja, as dúvidas em relação à venda e à compra de uma casa, de que o senhor mesmo diz ter se arrependido; a questão que envolve um radialista, que teria dito que recebeu dinheiro de V. Exª a título de pagamento de serviços prestados durante sua campanha eleitoral; que todas as movimentações do Senador Demóstenes, juntamente com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira... E eu acrescentaria a isso, Senador Taques, mais uma coisa: acertos que as gravações revelam, de forma muito clara, para a realização de licitação. E um deles, aliás, o Senador Randolfe leu aqui alguns trechos, que mostram a fúria desse determinado grupo que trabalha muito próximo ou trabalha com a contravenção, a fúria em relação a obras que estariam sendo repassadas pela Odebrecht.

E eu acrescentaria mais alguns diálogos que não são novos – V. Exª, como todos nós e o Brasil inteiro, conhece –, de trechos que mostram o Sr. Carlinhos Cachoeira reclamando da falta de prestígio e dizendo o seguinte, numa delas: "O Wilder é muito mais competente, pois não pôs nenhum centavo na campanha e está indicando pessoas". E ele, que recebe telefonemas do Sr. Wladimir pedindo dinheiro, pedindo que resolva problemas, estava tendo dificuldade em colocar pessoas.

Diante desses fatos... Eu poderia ler outro aqui, em que ele diz claramente... Carlinhos diz o seguinte: "reclama que o Wilder emplacou um cara que eles estavam boicotando no Detran".

Carlinhos disse que Wilder não deu um centavo na campanha e que ele teria dado muito e teria feito muito e teria encontrado muita dificuldade em colocar pessoas.

Enfim, dito isso, perguntou a V. Exª se V. Exª achava que isso é um complô, e V. Exª disse que não, porque não há, Governador Perillo. Não há. Imaginar que alguém tenha inventado esses fatos todos. São fatos que existem e precisam ser elucidados. E nós estamos aqui para elucidar esses fatos. Esse é o nosso objetivo. Esse é o nosso objetivo, porque V. Exª há de convir – tanto que disse aqui estar arrependido da venda de sua casa – que os fatos são fortes, porque nós dispomos não daquilo que nos dizem. Nós dispomos de elementos materiais, e os elementos materiais mostram, primeiro, uma proximidade que nenhum de nós imaginava do Sr. Senador Demóstenes Torres com Carlos Cachoeira, e uma proximidade desse grupo com o Governo de V. Exª. Com o Governo de V. Exª.

Ouvi com muita atenção – porque isso também diz respeito à questão principal, talvez, da nossa investigação – V. Exª falar sobre a polícia; que teria em torno de 34 policiais envolvidos e que estariam todos afastados.

Eu pergunto: o senhor conhece o Sr. Divino Efigênio de Almeida?

O SR. MARCONI PERILLO – Sim.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Quem é Divino Efigênio de Almeida?

O SR. MARCONI PERILLO – É o comandante-geral da polícia.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – É comandante-geral da polícia?

O SR. MARCONI PERILLO – Foi comandante-geral da polícia.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Atualmente, ele é...

O SR. MARCONI PERILLO – Hoje, é o chefe do gabinete de gestão de segurança no Entorno de Brasília

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – No Entorno de Brasília.

O SR. MARCONI PERILLO – No Entorno de Brasília.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Por acaso, é no Entorno de Brasília que tudo começou. Onde tudo começou, porque havia infiltrados da Polícia Federal, infiltrados da Polícia Civil, que comunicavam essas pessoas que atuam na contravenção dos flagrantes das ações que a polícia estaria realizando.

Esse Sr. Divino tem alguma ligação com o Senador Demóstenes?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele foi comandante da PM no tempo em que o Senador Demóstenes era secretário de segurança pública. No meu primeiro governo. Não sei se ainda mantêm relação, mas à época tinha uma ligação de subordinação. Aliás, quem fez a indicação do Coronel Efigênio para o comando da polícia foi o Senador Demóstenes, quando secretário de segurança pública.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E V. Exª demitiu o Sr. Divino?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele saiu do governo, ainda no primeiro governo, me parece...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas, atualmente.

O SR. MARCONI PERILLO – Atualmente, ele está – eu disse a V. Exª – como comandante, como subsecretário de segurança aqui no Entorno de Brasília.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas mesmo tendo toda essa ligação? E parece – não tenho certeza, acho que o relator poderia investigar melhor isso – que esse Sr. Divino foi, num determinado período, contratado pelo Senador Demóstenes como seu assessor aqui no Senado Federal.

Então, diante de todos esses fatos, o senhor não acharia tudo o que nós ouvimos, o que nós estamos vendo – a saída, a retirada de 34 policiais, manter o Sr. Divino Efigênio, que tem uma ligação tão estreita com o Senador Demóstenes, cuja relação íntima com o Sr. Carlos Cachoeira e todo o seu grupo ninguém mais questiona –, o senhor acha que é uma postura correta de quem quer limpar a polícia de um Estado que está apresentando tanto problema? Manter essa pessoa neste cargo, tendo sido ele indicado pelo Senador Demóstenes?

O SR. MARCONI PERILLO – Senadora Vanessa, não é crime ter sido indicado pelo Senador Demóstenes. Pouco tempo atrás, praticamente todos os Senadores e Deputados deste Congresso faziam todas as reverências ao Senador Demóstenes – aliás, o Brasil e Goiás. Por outro lado, não há qualquer indício de envolvimento do comandante, do coronel Divino Efigênio em qualquer ato dessa operação em qualquer gravação. É um homem digno, quase 70 anos de idade, já coronel inativo da Polícia Militar. Se eu tivesse qualquer motivo para demiti-lo, para exonerá-lo, por qualquer relação suspeita com essa organização, ele teria saído. Mas eu jamais faria prejulgamento e jamais prejudicaria um homem com toda uma carreira militar, depois de ter sido inclusive comandante, tão somente porque ele trabalhou com o Senador Demóstenes como comandante, como assessor ou porque ele teve relação com o Senador Demóstenes.

E mais: sobre a venda da casa do radialista, eu já falei, já respondi. Já respondi sobre o Senador Demóstenes, sobre a Odebrecht, e em relação à ajuda de campanha, nem o Wilder me ajudou. O Wilder tinha que ajudar a campanha do Senador Demóstenes. Ele era o primeiro suplente do Senador Demóstenes. E, se o caso Cachoeira ajudou alguém nessa campanha, a mim não foi.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Senador Marconi, V. Exª me perdoe, mas o senhor se refere muito aos Srs. Senadores aqui, a que todos faziam referências...

O SR. MARCONI PERILLO – Desculpe-me se fui injusto.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, não, não. Mas não é a primeira vez em que o senhor fala isso. O senhor tem repetido isso com frequência, mas esquece que isso é passado, está no tempo passado.

No tempo presente, não há nenhum Senador desta Casa – e, tenho certeza, nenhum Deputado – que faça qualquer referência elogiosa ao Senador Demóstenes. Fazia no passado, porque não conhecia suas ligações. A partir do momento em que o Brasil passou a conhecer as ligações que o Senador Demóstenes tinha – aliás, ele era a pessoa que mais batia, que mais cobrava nesta Casa a ética, que mais cobrava postura ilibada. Aliás, ele é que usava o princípio que V. Exª está utilizando desde o início da sua intervenção, que é o princípio da defesa, com o qual concordo.

Acho que ninguém deve, pode, nem tem condições de prejulgar quem quer que seja. A todos têm de ser dado o direito de livre defesa. Mas não era essa a postura do Senador Demóstenes. V. Exª foi colega do Senador Demóstenes aqui; V. Exª sabe como agia o Senador Demóstenes: não queria nem saber. Ele dizia: na dúvida, está condenado; na dúvida, tem de ser demitido.

Então, Governador, V. Exª sabe de alguém que trabalhou com o Senador Demóstenes, quando ele era Secretário de Segurança do Estado de Goiás, que foi indicado ao seu Governo por ele, e o mantém? Então, não sei.

A mim... não quero fazer julgamento nenhum, mas a mim fica uma interrogação sobre se de fato está havendo uma postura de limpar, de pelo menos preventivamente afastar as pessoas que tenham porventura qualquer tipo de elo, qualquer tipo de ligação com todos os que estão envolvidos nessa questão.

Obrigada, Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO – Senadora... Eu peço a permissão para responder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, para responder.

O SR. MARCONI PERILLO – Com todo o respeito à Senadora Vanessa, a senhora acabou de dizer, de falar sobre o Senador Demóstenes, usando o verbo no passado.

Eu vou recorrer ao mesmo argumento de V. Exª. O Coronel Divino Efigênio, que também foi comandante do governo anterior ao meu, o governo do PMDB, foi

comandante do Senador Demóstenes, como Secretário, no passado; foi assessor do Senador Demóstenes no passado; e, no presente, trabalha comigo. Eu tenho confiança nele. Não há nenhum ato que possa denegrir a sua imagem.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, peço agora... Tenho...

Veja, a maior parte das operações da Polícia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa, permita-me, o tempo de V. Exª...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas, Presidente, aí não pode, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas, pelo tempo de V. Exª, peço que conclua.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu não fiz nenhum questionamento.

Aí, Governador, o senhor me perdoe mais uma vez, mas as denúncias, o vazamento de informações acontecia todo no entorno. Todo, no entorno de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – No entorno.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E ele é quem comanda. Ele é o responsável pela segurança. No mínimo, ele não foi competente nas suas funções.

O SR. MARCONI PERILLO – Ele chegou agora, aqui, no comando do entorno.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCONI PERILLO – Deixe-me só concluir.

Duas coisas: primeiro, ele chegou, há pouco tempo, aqui, ao comando do policiamento do entorno. Não sei precisar há quanto tempo, mas não tem mais do que seis meses, portanto, depois da conclusão do inquérito.

Segundo, eu queria deixar muito claro às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores: eu não disse que me arrependi de ter vendido a casa. Eu apenas disse que, se soubesse dessa confusão toda, teria continuado lá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Senadora perguntou, a testemunha respondeu.

Com a palavra, pela liderança, por cinco minutos, sem questionamento à testemunha, o Líder do PT, Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Caro Presidente Vital do Rêgo; Sr. Relator, Odair Cunha; Paulo Teixeira, Vice; caro Governador Marconi Perillo, quero fazer duas introduções, antes de entrar propriamente no tema.

A primeira é que se enganam aqueles que acham que esta CPI vai terminar em *pizza*. Nós temos ainda quatro meses e meio para trabalhar.

E quero aqui fazer a defesa do Relator, que tem sido uma pessoa com uma presteza e com uma dedicação em relação à investigação e que é orgulho de todos nós.

Quero dizer que, nesses quatro meses e meio que faltam... É do PT, mas escolhido pelo Presidente e com a anuência de todos os membros desta CPI. Quero dizer que aqui não há partido de oposição ou de situação. Aqui há deputados e deputadas, que querem apurar e dar continuidade àquilo que a Polícia Federal fez em relação às operações Vegas e Monte Carlo.

Portanto, nesses quatro meses e meio, temos muito que trabalhar. E, com certeza, vamos ajudar a Polícia Federal a desbaratar essa organização criminosa.

A segunda introdução que queria fazer aqui: nós não podemos desviar o foco, porque aqui, em vários momentos, Deputados falaram sobre mensalão, Lula, Dilma e outros políticos, principalmente do PT. Nós podemos falar aqui do Pagu, que, ao mesmo tempo em que falou da contribuição da Presidente Dilma, falou também do caixa-dois do Serra. Podemos falar aqui do mensalão, que está no STF e envolve pessoas do PT, mas podemos falar também do mensalão do Azeredo do PSDB de Minas Gerais. Portanto, aqueles que querem desviar o foco não querem apurar o objeto desta CPI, que é justamente o crime organizado que começou no Estado de Goiás.

Vou entrar no tema.

Sr. Governador, me chamou atenção o seguinte fato. A Polícia Federal sempre cita... Quando vieram aqui os dois delegados, eles sempre se referiram ao crime organizado chefiado pelo Carlos Cachoeira. Em nenhum momento o senhor fala do Carlos Cachoeira como chefe do crime organizado, o senhor fala do Carlos Cachoeira empresário, o empresário Carlos Cachoeira do setor de medicamentos. Isso me chamou atenção.

Quero também dizer o seguinte. Quero crer que o senhor não esteja envolvido com essa organização criminosa, e aqui o senhor veio... Aliás, a meu ver, o senhor veio rompendo uma liturgia do cargo, num momento em que não foi convidado nem foi convocado. Como Governador, não me pareceu adequado, mas isso é um comportamento individual do senhor.

Quero dizer que, no mínimo, o senhor não tem muita sorte. Quero crer que o senhor não esteja envolvido com o crime organizado do Carlinhos Cachoeira, mas o senhor não tem muita sorte. Por quê? O senhor vende uma casa e quem paga a casa é o sobrinho do Carlinhos Cachoeira. O senhor tem um financiador de

campanha ou chefe... Para quem coordenou a campanha de rádio, um dos pagamentos foi feito pelo Carlinhos Cachoeira. O senhor pega e, num momento de descuido talvez, no aniversário do Carlinhos Cachoeira, o senhor liga para ele, dá os parabéns e a Polícia pega essa gravação. E agora, por um azar do destino – a coitada não tem nada a ver com isso –, a sua filha é amiga da filha do Carlinhos Cachoeira.

O SR. (Orador não identificado) – Sobrinha.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Certo. Mas eu digo isso, Governador, para dizer que o senhor não tem muita sorte.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu jamais vou policiar a minha filha.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Eu quero dizer o seguinte, Governador. O Lúcio Fiúza... E o senhor é considerado um político preparado, experiente, que tem o controle da administração do Estado de Goiás, dedicado, portanto, ao governo, competente, e todos os assuntos do Estado de Goiás, como Governador, o senhor domina. Mas vamos lá. O Lúcio Fiúza – isso aqui é a Polícia Federal, isso aqui não é o PT dizendo, é a Polícia Federal, Governador – é um dos braços financeiros do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Líder Tatto, para concluir, seu tempo está se esgotando.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Ele intermediou a venda da casa. O Alexandre Baldy, que é o menino de ouro do Cachoeira segundo a PF, recebia R$ 15 mil por mês da organização, era secretário e cuidava dos incentivos fiscais do governo. Ronaldo Bicca, que é o Procurador-Geral do Estado, advogado do Cachoeira em vários casos como a sua ?? de presídio, foi muito citado nas gravações do grupo do Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Sr. Líder, por favor.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O Edivaldo Cardoso também foi mencionado em relação ao Detran, a Eliane da Nextel e o Jaime Rincon. Então, Governador, eu quero dizer o seguinte. Assim como o senhor teve a presteza, e foi convidado para vir aqui, se colocou à disposição... Quando se fala de colocar à disposição o sigilo telefônico, bancário e fiscal do senhor, não é para incriminá-lo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Sr. Líder, por favor.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Encerrando.

Quando se fala de colocar à disposição o sigilo telefônico, bancário e fiscal do senhor, não é para incriminá-lo, mas, na verdade, para dar continuidade a um gesto que o senhor fez dizendo o seguinte: "Eu não tenho nada a ver com essa organização criminosa. Portanto, as minhas contas estão abertas, meus telefones estão abertos" – para deixar muito claro para o povo de Goiás e para o Brasil que o senhor não tem nada a ver com isso. É só em função disso que se coloca a necessidade de a gente ter acesso ao sigilo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira, Cândido Vaccarezza...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha não indagou, não pode falar.

Sr. Miro Teixeira...

Ele, na próxima, responde, por favor.

Miro Teixeira, Cândido Vacarezza e Ronaldo Fonseca são os três próximos oradores inscritos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, meu prezado Governador Marconi Perillo, já disseram aqui que houve confusão com políticos, personalidades públicas que compraram casas sem poder explicar a origem do dinheiro, mas é difícil ver um rolo como esse em que V. Exª está metido, porque é na venda da casa. É na venda da casa, não é na compra da casa.

Curiosamente, eu acho que V. Exª precisa até receber umas informações.

Primeiro, eu gostaria de saber se hoje V. Exª está estremecido com o Senador Demóstenes. Ele foi muito seu amigo. Hoje V. Exª ainda o considera um grande amigo, muito próximo?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Miro Teixeira, eu tive com o Senador Demóstenes uma relação como Governador e ele Secretário. Não tínhamos uma relação de amizade àquela época. Uma relação que cresceu. Ele se elegeu Senador, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia, na minha coligação. Logo depois, nós tivemos um rompimento que durou anos, um forte rompimento. E depois...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – De quando a quando, mais ou menos? Por favor.

O SR. MARCONI PERILLO – Esse rompimento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Dê-me até respostas mais breves, porque o Presidente é implacável com esse tempo.

O SR. MARCONI PERILLO – Certamente, Deputado Miro, um rompimento que durou uns seis anos. Aqui, no Senado da República...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – De quando a quando, mais ou menos?

O SR. MARCONI PERILLO – A partir de 2003. Ele foi candidato a Governador em 2006. Eu cheguei ao Senado...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Reataram recentemente?

O SR. MARCONI PERILLO – Não. Aos poucos, aqui no Senado, nós começamos a reatar as nossas relações, formalmente, principalmente atuando na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu disse antes e queria repetir: o apoio do Senador Demóstenes à minha candidatura aconteceu no dia da convenção, em julho de 2010, e todos os outros candidatos, especialmente o candidato do Governo e o candidato do PMDB, disputavam comigo o apoio do Senador Demóstenes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Governador, V. Exª é um político muito experiente, conhece bem a Casa: não come o meu tempo!

O SR. MARCONI PERILLO – Desculpe-me, Deputado Miro. O senhor tem o maior respeito da minha parte.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Reataram há uns dois anos, mais ou menos?

O SR. MARCONI PERILLO – Reatamos após a convenção. Bom, reatamos para valer a partir da eleição. Fizemos a campanha juntos, todos os dias, eu, a Senadora Lúcia, o Senador Demóstenes, juntos em todos os Municípios do Estado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas agora eu percebo que V. Exª já não se refere a ele assim, como muitos, aliás. Ele teve quarenta apartes aqui enaltecendo...

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Miro Teixeira, ele pode ter seus problemas, mas eu jamais sou uma pessoa hipócrita. Jamais deixarei de dar a mão a ele, de cumprimentá-lo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é essa a pergunta, se V. Exª vai deixar de cumprimentá-lo. V. Exª é um homem lhano no trato. Mas V. Exª convive com ele ainda?

O SR. MARCONI PERILLO – Tenho tido pouquíssimos contatos. Há muitos dias, há muitos, talvez há mais de mês não falo com o Demóstenes. Falei da última vez acho que aqui no Senado. Agora, não tenho por prática, Deputado Miro Teixeira, ser ingrato às pessoas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas V. Exª diria que...

O SR. MARCONI PERILLO – ..., desconhecer as pessoas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas V. Exª diria que as suas posições são conflituosas hoje em relação às práticas que ele teve?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu diria a V. Exª que eu não tenho ou não tive as mesmas relações que ele tem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há conflitos ou está tudo bem com o que ele fez?

O SR. MARCONI PERILLO – Acho que já respondi.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, eu estou perguntando porque não me satisfiz com a sua resposta. E eu estou sendo... Quero dizer...

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Miro Teixeira, a situação é outra hoje.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero dizer que respeito todos que aqui vêm, especialmente como testemunha, ainda mais V. Exª, Parlamentar aqui por tantos anos, uma relação tão próxima de todos. Não estou aqui buscando outra coisa senão uma linha de raciocínio, que V. Exª vai ver em seguida, para que nós possamos perceber o que está havendo em Goiás e o que está havendo no Brasil. Quero até ir para o Brasil. É que já está quase na metade do tempo. V. Exª acha que correspondeu às suas expectativas o comportamento do Senador Demóstenes?

O SR. MARCONI PERILLO – Eu não quero fazer juízo de valor, Deputado Miro. Quem fará juízo de valor a respeito do decoro e do comportamento do Senador Demóstenes será o ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não estou falando de decoro.

O SR. MARCONI PERILLO – Plenário do Senado Federal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Dos 40, ainda há pouco a Senadora Vanessa Grazziotin disse que poucos aqui repetiriam os discursos que fizeram. Eu tenho até algumas dúvidas, acho que no voto secreto não vai haver discurso, mas vai haver uma série de reverências ao Demóstenes Torres.

É que eu estou muito alarmado com o padrão de cumplicidade que está existindo, mesmo entre outras forças, se não estão aqui no parlamento. Ainda há pouco eu vi aqui o Senador Alvaro Dias começar a puxar uma vertente que me chamou a atenção, sobre grampos. E teriam sido apreendidos na casa de Adriana Aprígio, do próprio Cachoeira... Isso aí me parece que não foi feito pela Polícia Federal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Foi, pela Polícia Federal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas como é que pode ter sido feito pela Polícia Federal e ter sido apreendido na casa do Cachoeira? O Cachoeira detinha uma mídia da Polícia Federal?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só uma observação, Miro. O que o Senador Alvaro pediu é que seja solicitado à Polícia Federal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso, isso sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Aquilo que ela apreendeu na operação, porque é importante.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, foi apreendido lá na casa da Adriana Aprígio e do Cachoeira. E aí, rendendo minhas homenagens ao meu amigo, Dr. Kakay, que consegue navegar entre esses interesses conflituosos: advogado do Demóstenes e advogado do nosso Governador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – E também da Carolina Dieckmann.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí, eu acho que o Cachoeira, nesse ponto, pode ser o melhor árbitro. E a Carolina Dieckmann tem sido usada como álibi.

Porém, já que veio a gracinha, vou acelerar um pouco aqui as coisas. Eu não vejo com naturalidade isso acontecer no ambiente político. Eu não pisaria nesse acelerador. Mas eu vejo uma súcia, vejo uma súcia entre algumas pessoas que por aqui tenham passado. Mas vou tentar voltar à minha trilha original.

V. Exª deve ser informado que esses cheques da Excitant, que pagaram a sua casa, são cheques de jurídica.

O SR. MARCONI PERILLO – De quem?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A empresa Excitant, Indústria e Comércio, e a escritura não está em nome da Excitant, parece-me. Nos dias da compensação dos cheques, o primeiro depositado, os outros recebidos em garantia de dívida, cheque em garantia de dívida. Não há crime nisso, mas, convenhamos, que não é comum, hoje em dia não é comum, já foi assim, já até houve época em que se admitia muito, hoje não é comum. Mas nesses dias, enquanto nós estamos aqui conversando com V. Exª, nós estamos recebendo informações do cruzamento de dados e nesse dia chega dinheiro da Delta para Pantoja e da Pantoja para a Excitant, em valores que batem aproximadamente, um bate absolutamente e bate razoavelmente para a compensação. Então, V. Exª deve ser informado disso, V. Exª não sabe disso, V. Exª não sabe, V. Exª não sabe que a escritura não foi lavrada em nome da Excitant, V. Exª não sabe que a escritura não foi lavrada em Goiânia, V. Exª não sabe, afinal de contas, a quem pertence a casa que V. Exª vendeu. E eu vou lhe dizer, eu saí do curso, até que eu desejava...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...porque eu gostaria muito de falar de um cidadão. Quero lhe perguntar se V. Exª conhece o Sr. Nazir Angelo Disanto.

O SR. MARCONI PERILLO – Posso responder todas as perguntas ou apenas essa?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, só estou fazendo essa. O resto eu afirmei.

O SR. MARCONI PERILLO – Nazir, eu o vi uma ou duas vezes na campanha. Não tenho nenhuma relação com ele.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas V. Exª o condecorou.

O SR. MARCONI PERILLO – Condecorei muitas pessoas em Goiás.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É fácil?

O SR. MARCONI PERILLO – Foram sete anos e três meses como governador.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quer dizer que não é sincero?

Está aqui o Decreto 61...

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Miro Teixeira, há um Conselho...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... de 20 de junho de 2005. Está aqui o Nazir. Mas isso é pouco relevante.

Sei que chegam pessoas dizendo: "Olha, dê uma comenda para esse, dê uma comenda para aquele." É que isso não é relevante. Não é relevante!

As carteiras de identidade em Goiás, os RGs são dados pelo Corpo de Bombeiros? Pode ser. Há Estados que... Quero saber se em Goiás são.

O SR. MARCONI PERILLO – Na Polícia Civil.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Encerrou-se o tempo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou responder à questão de ordem de V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não é responder. É uma questão de ordem que foi colocada agora por V. Exª. O tempo está encerrado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª passou a presidência para alguém?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, a primeira questão é a seguinte: nós tínhamos hoje dado, o Presidente efetivo, Vital do Rêgo Filho, deu 20 minutos iniciais para o Governador Marconi Perillo. O Governador Marconi Perillo falou cerca de uma hora e meia.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Peço a palavra como Líder em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Em segundo lugar, vários Deputados aqui falaram além do horário; em terceiro lugar, o Deputado Miro Teixeira foi interrompido duas vezes pelos Deputados.

Então, peço paciência para que ele possa concluir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com prazer. Com muito prazer.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Governador Perillo falou regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não: ele só tinha 20 minutos e foi lhe dado uma hora e meia.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira para as suas conclusões.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para evitar problemas, V. Exª me dá o meu tempo de Líder agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedo o tempo de Líder.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quanto é o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedido o tempo de Líder a V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, porque assim não há problema.

O Sr. Nazir Ângelo D'Isanto tem uma carteira do Corpo de Bombeiros. E por isso perguntei se há RG concedido pelo Corpo de Bombeiros, porque há Estados que podem determinar que o RG é da Polícia Civil. No caso de Goiás, o Governador já informou que é a Polícia Civil.

Pois o Sr. Nazir tem uma carteira com RG nº 2530101. O Sr. Nazir é – e agora volto ao Senador Alvaro Dias – absolutamente referido em algumas investigações sobre grampos.

E o que eu presumo, Governador Marconi Perillo, é que em torno de Nazir, em torno de Cachoeira, em torno dessa malha – e aqui em Brasília há essas histórias do Sombra, do Dadá nessa aliança do Cachoeira, há muita arapongagem paralela nessa história toda –, pode-se estar criando uma espécie de milícia eletrônica no nosso País. E um dos centros pode ser Goiás.

Neste momento, peço a V. Exª que mande investigar o que se passa. E uso aqui as palavras do Senador Alvaro Dias, que achei promissoras, porque corre – não sei se todos já ouviram, mas muitos já ouviram – a notícia de grampos feitos clandestinamente. Esse tal de guardião parece-me que não é um equipamento exclusivo das instituições oficiais. Parece que é meio fácil comprar um guardião; embora seja caro, é meio fácil. Há algumas instituições que estão usando esse tipo de coisa, e uma dessas organizações pode estar sediada em Goiás.

Acho que, quanto ao depoimento de V. Exª... Não imagino que em qualquer depoimento se vá extrair grandes coisas de um depoente, ainda mais que venha na condição de testemunha. V. Exª me viu aqui, na maior serenidade, trabalhando com os meus dados, mas, quando começa a história de fazer piadinha, muda-se de figura.

Prestei atenção às perguntas do nosso Relator e o cumprimento, porque ele fez perguntas cirúrgicas, fez perguntas a *laser.* E do cruzamento daquelas perguntas com respostas é que vamos poder fazer o que a Constituição e o Regimento nos permitem. Não é para V. Exª que falo; é para as pessoas que nos assistem. Não é para nenhuma das Deputadas e dos Deputados, das Senadoras ou dos Senadores. Não, não é isso.

Comissão Parlamentar de Inquérito não prende. Comissão Parlamentar de Inquérito não solta. Comissão Parlamentar de Inquérito não denuncia, não absolve e não julga. Comissão Parlamentar de Inquérito conclui, pode concluir pela existência de indício de crime e, a partir daí, remeter esta conclusão ao Ministério Público. Eu espero que não aconteça com V. Exª isso. Espero pela trajetória que V. Exª teve. Não lhe louvo as companhias, mas, muitas vezes, as coisas podem acontecer ao nosso lado sem que se saiba.

Agora, V. Exª já sabe e acho que pode dar essa contribuição de achar, de ajudar a achar a história do dinheiro, porque parece que se perdeu o romantismo. Falávamos aqui ainda há pouco que, quando havia uma investigação desse tipo, falava-se "procurem as mulheres", "*cherchez la femme*". Agora é "*cherchez l´argent*." Vamos seguir o caminho do dinheiro.

Esta casa foi uma fria. Nunca vi alguém, ao vender uma casa, entrar em tamanha fria. E talvez V. Exª pode ser o mais interessado, a pessoa mais interessada em esclarecer qual a relação do Carlinhos Cachoeira com a compra dessa casa, já que o dinheiro para compra da sua casa sai de empresa laranja do Carlinhos Cachoeira; sai da Alberto & Pantoja para essa confecção Excitant, de onde vai o cheque, que vai parar na sua conta.

Para mim, para minha convicção, até porque foi preso lá, esta casa foi comprada pelo Carlinhos Cachoeira, mascarada a compra por essa compra inteira. E V. Exª poderá, sem dúvida alguma, esclarecer, melhor do que ninguém, esse fato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Miro Teixeira.

Passo a palavra ao Governador Marconi Perillo, para suas considerações.

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Miro Teixeira, o senhor está aqui desde o início, ouviu o preâmbulo, ouviu-me várias vezes respondendo a todos os inquiridores, e já falei sobre essa história da casa várias vezes.

Eu não a vendi ao Sr. Carlos Cachoeira. Se tivesse vendido, teria dito desde o início. Quem me procurou para comprá-la foi o ex-Vereador Wladimir Garcez. Ele veio aqui e disse que tomara empréstimo para pagar os cheques ao Sr. Carlos Cachoeira e à Delta. Logo, se os cheques foram providos com recursos de algu-

ma empresa ligada à Delta ou a Cachoeira, ele é que é responsável por isso.

A casa foi transferida através de escritura ao Sr. Walter Paulo.

Quero garantir a V. Exª que, lá em Goiás, não há a prevalência do crime organizado, como já aconteceu em outros Estados. Lá o Estado democrático de direito está absolutamente na defesa dos interesses da sociedade. Eu não conheço como uma relação sequer mínima o Sr. Nazir. Estive com ele por volta de duas vezes.

Esse assunto do RG, da carteira do bombeiro será investigado. Em relação à medalha, à comenda, muitas vezes o Corpo de Bombeiros ou a Polícia Militar, através do seu conselho que escolhe as pessoas que vão receber as comendas, é que definem, aprovam e me mandam para que o decreto seja exarado. Mas, de qualquer maneira, eu vou pedir para investigar se de fato existe essa carteira e eu acredito em V. Exª, que tem boa-fé, é um parlamentar respeitado por todos nós.

Também vou pedir para investigar a possibilidade de existência de grampos ilegais. Eu tenho informação, Deputado Miro Teixeira, que, desde que ganhei a eleição em 2010 e a partir de outubro, um escritório foi montado em Goiânia para me grampear e para me investigar ilegalmente o tempo inteiro. Nós já temos informações sobre isso. O nosso serviço de inteligência já tem informações sobre isso.

Existem arapongas, arapongas oficiais, segundo os relatos preliminares que já recebi, bisbilhotando e fazendo escutas ilegais desde que eu ganhei a eleição, no final de 2010. Infelizmente, isso acontece.

Agora, peço desculpas pela brincadeira em relação à cliente do Dr. Kakai. Não fiz isso...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que, para ela, ele não roubaria tanto.

O SR. MARCONI PERILLO – Nem para mim que sou amigo dele há 25 anos!

Mas eu queria dizer a V. Exª que essas investigações serão feitas. Agora, queria definitivamente dizer uma coisa: Goiás não tem o privilégio de máquinas de videopôquer, de jogo do bicho, jogos eletrônicos ou de outros crimes. Pelo contrário, pelo que eu já comprovei aqui, pelas operações, por depoimentos do próprio Cachoeira em conversas com a sua esposa, nós jogamos muito pesado neste um ano e cinco meses: duas mil, setecentos e poucas operações, mais de oitocentos termos de ocorrência foram registrados. E nós vamos continuar duros no combate, não só à contravenção, mas no combate ao crime.

Vou, daqui a pouco, Deputado Miro Teixeira, ler aqui a relação de contratos da Delta no Brasil, no Dnit. Isso, sim, é grave. Não é investigar uma casa; minha casa já está sendo investigada, já reviraram a minha vida de cabeça para baixo nesses quase cem dias.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas é bom que V. Exª esteja informado de que nós... depois de muito luta em torno da Delta.

O SR. MARCONI PERILLO – Até minha filha de dezesseis anos não pode ter mais uma colega de classe porque é sobrinha do Sr. Carlos Cachoeira, mas eu vou, daqui a pouco, ler a relação de obras, Estado por Estado, da construtora Delta.

Acho que grave não é investigar uma casa ou a hipotética possibilidade de um locutor ter recebido dinheiro que não tenha sido dinheiro da campanha, o que refutei aqui desde o início – e entrei com processo; mais graves são as outras relações que existem neste País, principalmente os conchavos de empreiteiros, principalmente o direcionamento de obras. Isso precisa ser investigado, mas quero apenas reafirmar: se quisermos passar o Brasil a limpo, é preciso ir fundo nessas investigações todas, e esta CPI poderá dar uma grande contribuição ao Brasil.

Certamente que a investigação do Superior Tribunal de Justiça e desta CPMI vão concluir em relação ao que aconteceu em relação à casa, apesar das minhas reiteradas explicações, apesar da clareza de que não há nenhuma contradição em relação ao que eu disse e ao que as outras pessoas disseram.

Eu queria dizer a V. Exªs que já por quase oito horas estou aqui com a mesma consciência tranquila de quando aqui entrei.

Agora, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Deputadas e Deputados, Sr. Presidente, ao final, certamente essa página relacionada à casa do Governador de Goiás será virada, e eu tenho certeza que, em relação a este caso, mas em relação aos outros, certamente esta CPMI dará uma grande resposta ao Brasil.

O sigilo da Delta foi quebrado. Muitas coisas certamente deverão acontecer daqui para frente, muitas coisas. Agora de uma coisa estou certo: nenhuma quebra de sigilo bancário da Delta levará a qualquer tipo de propina ou corrupção no meu Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora ao Deputado...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, art. 14. Eu fui citado várias vezes pelo Deputado Miro e devo esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o segundo art. 14.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu não citei o Senador Alvaro Dias de maneira ofensiva.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, de forma nenhuma, mas eu preciso esclarecer, porque há um equívoco.

O Deputado Miro Teixeira fez referência à hipótese de grampo. Eu não fiz referência a grampo; eu fiz referência a vídeos que foram apreendidos pela Polícia Federal na residência de Adriano Aprígio, quando da sua detenção. São vídeos importantes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há justificativa para o desaparecimento desses vídeos. Se esses vídeos não aparecerem, nós teremos a obrigação de constatar que está havendo seleção de alvos, que não há imparcialidade. Esses vídeos dizem respeito a novos capítulos dessa novela Cachoeira, porque esse já cansou. O Governador Marconi Perillo veio aqui e desconstruiu todas as denúncias contra ele assacadas repetidamente, com exaustão até, nesses últimos meses ou semanas.

Enfim, se esta CPI quer cumprir o seu papel, tem de avançar nos próximos capítulos. Sei que há quem deseje, prefira, investigar o pagamento de R$33 mil a um radialista. Que se investigue, mas é evidente que nós damos mais importância a bilhões de reais que supostamente foram desviados dos cofres públicos nos últimos anos em razão da presença de um traficante de influência, sócio oculto ou lobista maior de uma empresa que teve a generosidade do governo e cresceu de forma assombrosa no País.

Então, é evidente...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Ele vai ter a palavra como Líder?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, eu vou ter a palavra em seguida, é claro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente que esses vídeos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias. Eu ainda tenho de ouvir Cândido Vaccarezza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que não gostam de nos ouvir?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Não pode ter gente falando toda hora e outros ficarem aqui cinco, seis horas esperando!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou falando pelo art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias. Conclua, Senador Avaro Dias, por favor!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu tenho mais dois minutos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias, por favor!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Senador Alvaro Dias, por favor.

Senador Alvaro Dias, use o tempo de V. Exª, que está se esgotando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para concluir, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir assim que permitirem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, conclua por favor!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vamos fazer um acordo já que falam tanto em acordo: podem investigar R$33 mil pagos a um radialista, mas nos deixem investigar bilhões de reais que desapareceram dos cofres públicos deste País nos últimos anos. Não vamos acobertar os fatos maiores dando espaço para os menores.

O Governador Perillo veio, desde o início quis vir, enfrentou, respondeu. O comportamento dele não é o comportamento dos culpados: é o comportamento de quem tem a consciência tranquila e pode, responsavelmente, responder pelos seus atos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza com a palavra.

Cândido Vaccarezza com a palavra!

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Mas agora eu vou falar aqui que o Alvaro Dias...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza com a palavra, por dez minutos.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – Eu falei é que temos de pegar esses grampos, exatamente como V. Exª falou, e trazer para a CPI!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós estamos juntos. Nós estamos juntos nisso!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Cândido Vaccarezza.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. *Fora do microfone*.) – ...e fica por isso mesmo? Não fica.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós estamos juntos, não há dúvida nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza com a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, caro Relator, Vice-Presidente Paulo Teixeira, Governador Marconi Perillo. Cumprimento também o advogado Antônio Carlos.

Gostaria de dialogar com o Governador, porque acho que o Governador pode dar uma grande contribui-

ção para o esclarecimento de todos os fatos. E aqui eu não vou começar com incriminações ao Governador ou com o debate político posto fora de hora aqui na CPI. Esta CPI tem um foco claro: investigar a organização criminosa dirigida pelo Sr. Carlos Cachoeira, que montou um esquema de espionagem política, espionagem empresarial, corrupção de agentes públicos, utilização de jogos clandestinos e crimes conexos diversos, como contrabando, sequestro de pessoas – ouvi falar hoje aqui em assassinatos – e outros crimes conexos.

O que é que a Polícia Federal, o que os dois delegados que estiveram aqui falaram sobre o Governo de Goiás, Governador? Primeira coisa: que essa organização criminosa tinha uma quota de funcionários no Governo de V. Exª, controlava uma parte da Polícia Militar, alguns comandos, controlava a Secretaria de Transportes e Obras e o Detran.

O fato de V. Exª dizer que teve 2.700 apreensões não resolve o problema com a Polícia Federal, porque a Polícia Federal disse que houve. Mas o que acontecia? A Polícia Militar de Goiás protegia os negócios do Cachoeira, reprimia os negócios dos concorrentes do Cachoeira. Inclusive, alguns deles, para sobreviver, eram obrigados a pagar 30% do lucro para o Sr. Carlos Cachoeira e comprar as máquinas da mão do Sr. Carlos Cachoeira. Essa foi a denúncia da Polícia Federal feita aqui na CPI.

Se o senhor sabia – o senhor já disse que não sabia, que não tinha relação com as pessoas –, eu não vejo porque nós dizermos para o senhor que o senhor sabia, mas o senhor pode nos ajudar e ajudar esta CPI a esclarecer a infiltração que a organização do Sr. Carlos Cachoeira fez no Governo do Estado de Goiás, controlando todas essas áreas, que, até aqui, a resposta de dizer que houve repressão não combate essa afirmação da Polícia Federal, mesmo porque a própria Polícia Federal disse que havia.

A outra questão que é muito grave é o problema das relações promíscuas dentro do Governo com a articulação do Carlos Cachoeira. A Polícia Federal chegou a nos dizer que tinha uma quota de funcionários, que não é do crime, que pode ser de pessoas que trabalhavam para o crime ou para a contravenção e tinha o seu INSS garantido por estar trabalhando no Governo ou parentes deles trabalhando.

A outra questão da casa, para deixar claro para V. Exª, eu já disse aqui e disse na imprensa que, se o Carlos Cachoeira não comprou a vossa casa, se a organização criminosa não participou da compra ou da negociação da vossa casa, esta CPI não tem nada com isso. Isso é um problema particular de V. Exª. Qual é o problema que aparece hoje? Que é um cheque de uma empresa, e não do sobrinho... Eu pensava que o cheque tinha sido do sobrinho do Cachoeira. Mesmo que tivesse sido do sobrinho do Cachoeira, não tem problema, mas é o cheque de uma empresa que tem dois donos hoje: a Srª Cleusa Maria Pugliese e o Sr. Leonardo Almeida Ramos. No caso, o Leonardo Almeida Ramos é sobrinho do Cachoeira, mas ele estava lá como pessoa jurídica, não como pessoa física. Foi ele que deu o cheque para V. Exª.

Então, o esperado seria que tivesse um documento de V. Exª passando a casa para a empresa que comprou a casa. Independentemente de intermediação do Sr. Wladimir Garcez, aí aparece outra empresa, chamada Mestra, que é quem parece que de fato compra a casa, mas o cheque da empresa que entra na conta de V. Exª é o cheque da empresa do Sr. Carlos Cachoeira, que nós ficamos sabendo hoje que também recebeu dinheiro da Pantoja.

Ao receber dinheiro da Pantoja – eu quero já fazer uma proposta para o Relator, e acho que isso aqui conta com o apoio de todos os membros da CPI –, nós temos que quebrar o sigilo dessa empresa, não porque vendeu a casa para o Governador, mas porque recebeu dinheiro de uma empresa fantasma, e das pessoas que são proprietárias dessa empresa. Aliás, se eu não me engano, essa empresa, inclusive, a sede original dela era ou é ainda em São Paulo e os sócios anteriores têm empresas de *factoring* e outras empresas que podem ter problemas nesse andamento.

Então, quero deixar para o Governador apenas uma pergunta: é real que o Governo de V. Exª não reprimiu o jogo do bicho? Porque, também, a informação que nós temos é de que o jogo do bicho era completamente controlado pelo Sr. Carlos Cachoeira, é a de que não havia jogo do bicho concorrente do Cachoeira. Concorrente ele tinha apenas nas maquininhas. E aí a Polícia reprimia aqueles que não pagavam os 30% para a organização criminosa.

Então, essa era a pergunta que eu queria fazer a V. Exª.

Quero reiterar que a decisão de quebra de sigilo bancário ou de sigilo telefônico de uma pessoa tem de ser bastante estudada. Temos de ter bastante cuidado para não fazermos, nesta CPMI, devassa na vida das pessoas. Da minha parte, garanto a V. Exª que não haverá qualquer conduta de devassa nem na vida de V. Exª, nem na vida de ninguém que seja acusado ou envolvido aqui.

Por fim, como disponho de três minutos e quarenta segundos e como já falei o que eu queria falar, quero pedir somente mais um minuto, para, aqui, entrar no debate político.

Nesta CPMI, houve debate político o tempo todo, e, infelizmente, o Presidente Lula foi acusado de forma

desleal, por diversas vezes, aqui, nesta CPMI, e lá fora. Inclusive, acho que a entrevista de V. Exª não é feliz. O Presidente Lula tem vários inimigos, vários adversários. Com Lula, o Brasil ganhou importância política e importância econômica, houve desenvolvimento econômico, distribuição de renda e criação de empregos. É por isso que Lula é amado pelo povo.

Conversei com o Presidente Lula por várias vezes. Várias notícias que saíram na imprensa não são verdadeiras, nem de perseguição a V. Exª, nem de se querer fazer desta CPMI um palco de disputa política. E posso dizer a V. Exª que o que o Presidente Lula espera desta CPMI é o que a sociedade espera: que ela cumpra seu papel, investigue a organização criminosa e tenha foco.

Em relação a outros debates, eu me vou eximir de neles entrar, porque não contribuem para a construção desta CPMI e da nossa boa convivência aqui, nesta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Deputado Cândido Vaccarezza.

Com a palavra, o Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*

Como V. Exª, Deputado Vaccarezza, fez uma pergunta, cabe à testemunha respondê-la.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Fiz uma pergunta sobre a repressão ao jogo do bicho, se houve ou se não houve repressão e o porquê...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está com a palavra.

O SR. MARCONI PERILLO – Líder Vaccarezza, eu gostaria de, inicialmente, agradecer-lhe e de cumprimentá-lo pela forma respeitosa com que se dirigiu a mim.

Eu queria relembrar aqui o que eu disse mais cedo, afinal de contas já são tantas horas!

Essa informação de que as mais de 800 operações das Polícias Civil e Militar ou as mais de 2,7 mil apreensões de máquinas caça-níqueis, ocorridas nesse meu período de governo, possam, de alguma maneira, ter protegido o Sr. Carlos Cachoeira por conta da relação dele com alguns policiais não procede.

Vou dizer a V. Exª, vou repetir o que já disse antes: num diálogo entre ele e a esposa dele, que foi publicado no jornal *O Popular* no dia 22 de abril deste ano...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Desculpe-me, Governador, mas não fiz perguntas sobre esse assunto ao senhor. Perguntei ao senhor apenas sobre o jogo do bicho.

O SR. MARCONI PERILLO – Mas eu vou falar. Como V. Exª fez uma afirmação, eu gostaria de responder.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Muito bem! Então, V. Exª...

O SR. MARCONI PERILLO – Nesse diálogo, ele, o Sr. Cachoeira, diz à esposa: "Estou inseguro com o tanto de ataque que vamos ter. Vou ter de ficar uns dez dias parado. De lá para cá, a vida degringolou. Estou perdendo tudo. O que está funcionando é Anápolis, precariamente. Porque, dia 23 do mês que vem, vai ter operação. Entendeu?".

Ora, prezado Líder Vaccarezza, esse diálogo é revelador do quanto a Polícia do meu Estado agiu para combater esse tipo de contravenção não só em relação a ele, mas em relação a todos os outros que faziam esse tipo de prática ilícita.

Eu queria dizer, de forma veemente, que a infiltração se deu em relação a 34 de 15 mil policiais. Segundo, refuto a informação de que ele tinha cota de funcionários. Já falei aqui hoje, por mais de dez vezes: refuto essa informação. Ele não tinha também qualquer tipo de privilégio na Secretaria de Segurança Pública ou na Agência de Transportes e Obras Públicas. E tampouco tenho conhecimento de que ele tenha tido privilégio no Detran.

E queria dizer mais a V. Exª, respondendo à vossa pergunta: em relação ao jogo do bicho, quatro operações por dia, em média, foram realizadas nesses 17 meses em que estou à frente do Governo do Estado. Quatro operações por dia. Se V. Exª ou a CPI quiserem dados oficiais, nós estamos à disposição para enviá-los.

Por último, quero repetir aqui: em 30 mil horas de gravações feitas pela Polícia Federal, em três anos, há um registro de uma ligação minha de cumprimentos de aniversário. Nenhuma ligação dele para mim. Se houvesse qualquer tipo de relação mais próxima, com certeza a Operação Monte Carlo teria revelado ao Brasil a relação próxima entre o Governo de Goiás e o Sr. Carlos Cachoeira. Estou aqui tranquilo porque... Não só pelo fato de as operações, as gravações não terem revelado qualquer tipo de relação com ele ou com a Delta, mas pelo fato de, de fato, realmente, não ter acontecido.

Sr. Presidente, a Delta Engenharia mantém com governos estaduais, à exceção do Governo de Goiás, que tem R$50 milhões, R$2,6 bilhões de contratos, em pouco menos de dez Estados – dois bilhões e seiscentos milhões. Quase R$400 milhões em prefeituras do meu Estado e R$4,1 bilhões de contratos no Dnit. Desses, a CGU considerou irregulares R$632 milhões. Além disso, na Valec, R$574 milhões, e na Petrobras, R$843 milhões.

Agradeço a V. Exª pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo orador é o Deputado Ronaldo Fonseca, por dez minutos.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, cumprimento o Governador Perillo.

Governador, meu nome é Ronaldo, mas não sou seu primo, viu? Meu nome é Ronaldo Fonseca e sou Deputado pelo Distrito Federal. Tenho poucas perguntas a fazer a V. Exª. Mas antes das perguntas eu queria apenas fazer um registro.

Político é um ser interessante. Complexo e interessante. Quando uma matéria da imprensa, de jornal, de revista, televisão ou rádio interessa a ele para atacar seu adversário, essas matérias são verídicas e são utilizadas. Mas quando as matérias se referem a ele, aí é perseguição da imprensa, são inverídicas, factóides. Muito bem. Quando, nessas operações, a Polícia Federal faz as escutas e descobre lá alguém citando nomes, falando de fulano, de sicrano, quando interessa a ele, quando fala dele, do político, ele vai dizer: "É inverídico. Só citaram meu nome. Onde está minha voz? Eu não apareço aí". Mas quando é do adversário elas se tornam verídicas. E é o que nós estamos vendo aqui neste plenário, senhores e senhoras.

Eu acabei de ouvir, agorinha, aqui neste plenário. E aí me preocupa, Sr. Governador, preocupa-me até a sua defesa, não a do advogado, competente, que está aí, mas de alguns amigos, membros do seu partido. Porque V. Exª está esse tempo todo inclusive sem almoço. Estou preocupado com V. Exª. Eu também estou sem almoço. Estou preocupado com V. Exª. Eu também estou sem almoço. CPI não dá almoço para gente.

Mas veja até os nossos amigos da imprensa, todo mundo sem almoçar.

Agora, veja, Sr. Governador, se as escutas telefônicas que citam seu nome, citam pessoas do seu governo, o senhor está se esforçando bastante para mostrar que essas escutas não têm nada a ver com o senhor, são inverídicas, o.k.

Mas como é que pode um membro do seu Partido usar aqui o microfone aqui neste plenário para dizer que o Distrito Federal tem mensalão do Cachoeira. Eu sou Deputado do Distrito Federal, Sr. Governador, e eu não posso admitir que Brasília receba a pecha da cidade dos mensalões, só porque teve o mensalão do DEM. Ora, foi dito aqui que o chefe de gabinete do Governador Agnelo recebe propina. Foi dito aqui que recebe mensalão do Cachoeira, só por causa de escutas telefônicas. Não tem uma escuta telefônica em que apareça a voz do Sr. Cláudio Monteiro. E eu não sou advogado dele, não. Embora seja advogado de profissão.

Mas é um absurdo. Ora, pau que bate em Chico também bate em Francisco. A lei tem que ser para todos. Se existe mensalão do Cachoeira no Distrito Federal, com base em escutas telefônicas em que não aparece a voz do Sr. Cláudio Monteiro nenhuma vez, apenas citações... ora, se com essas escutas elas se tornaram verdadeiras – estou dizendo isso em plenário –, que o Distrito Federal tem mensalão do Cachoeira?! Paciência.

Então, Sr. Governador, me preocupa bastante tudo que o senhor fez aqui e como é que nós vamos ficar agora. Então, escuta telefônica de alguém que é nosso adversário é válido, mas escuta telefônica que nos acusa não é válida?

Eu queria fazer esse registro.

Tenho poucas perguntas, Sr. Governador. E não vou fazer muitas sobre sua casa, não. Mas lamento que eu vou ter que fazer só uma. Só uma. E queria pedir desculpas já ao senhor por molestá-lo talvez com mais essa pergunta sobre a casa. Mas eu fiquei pensando o seguinte: se eu vendesse uma casa e o Fernandinho Beira-Mar fosse preso nela, com certeza eu teria que explicar, então V. Exª entende que as suas explicações aqui exaustivas passam por isso porque V. Exª foi, no mínimo, infeliz. Infeliz de ter vendido uma casa e, depois, um cidadão como esse ser preso na casa que o senhor vendeu.

Eu queria saber, Governador, se o senhor reconhece hoje, agora, que o senhor Cachoeira usou um laranja para comprar a sua casa. Se hoje, agora, o senhor reconhece que o Sr. Cachoeira usou um laranja para comprar a sua casa?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Ronaldo Fonseca, em primeiro lugar, a casa em que o Cachoeira foi preso já não era minha há muito tempo.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor tinha vendido.

O SR. MARCONI PERILLO – Não era minha. Em segundo lugar, eu só posso acreditar que o Sr. Wladimir Garcez tenha falado a verdade aqui, afinal de contas ele me procurou dizendo que compraria a casa, que moraria na casa; disse a esta CPI que tomou dinheiro emprestado para poder honrar os cheques e, depois, intermediou o repasse ao proprietário definitivo.

Então, eu só posso responder a V. Exª que a escritura foi passada ao Walter e quem me procurou inicialmente para comprá-la foi o Sr. Wladimir Garcez.

Eu não creio, não acredito que ele tenha sido laranja do Cachoeira.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas, depois dessas escutas todas que a Polícia Federal mostrou, o senhor não considera que ele usou um laranja?

O SR. MARCONI PERILLO – Ele disse que queria... não haveria motivo para isso. Ele morava no melhor prédio da cidade. Depois disso, ele comprou uma outra casa de mais de R$5 milhões. Esta casa era compatível com o padrão de vida do Wladimir. Ele disse que tinha apartamentos, que tinha terrenos em Tocantins; então, não vejo razão para o Cachoeira querer comprar uma casa, morando no melhor edifício da cidade.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O.k. Eu tenho uma outra pergunta, Sr. Governador, só porque o meu tempo está acabando.

Sr. Governador, eu estou vendo aqui o seu esforço em demonstrar que o senhor foi amigo do Senador Demóstenes. E o senhor está se esforçando bastante para, em nenhum momento, fazer um prejulgamento. Eu até louvo a sua postura, porque prejulgamento não é bom fazer nem de adversário, imaginem de amigo.

Mas eu queria fazer uma pergunta: hoje o senhor convidaria o Senador Demóstenes para fazer parceira com o senhor numa campanha política?

O SR. MARCONI PERILLO – Deputado Ronaldo, eu nem sei se o Senador Demóstenes terá interesse em novas candidaturas. Sinceramente, não posso fazer esse tipo de afirmação aqui. Não tenho a menor ideia se ele continuará ou não na vida pública. E mais: quando digo que não quero fazer pré-julgamento é porque estou aqui na condição de Chefe do Poder Executivo do meu Estado e eu não vou, em hipótese alguma, interferir ou sugerir qualquer coisa relacionada a outro Poder, no caso, o Poder Legislativo, do qual V. Exª faz parte, defendendo o Distrito Federal, Parlamentar que tem conosco, no entorno de Brasília, muitas parcerias, um Parlamentar que tem ajudado muito no enfrentamento dos graves problemas aqui no Entorno.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu perguntaria, Sr. Governador, se o senhor se sente traído pelo Senador Demóstenes, com as amizades que ele tinha.

O SR. MARCONI PERILLO – Ele me apoiou na campanha do primeiro ao último dia. O Senador Demóstenes deixou de viajar depois da sua eleição no primeiro turno e ficou todos os dias do segundo turno, trinta dias, me apoiando.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O.k. Muito obrigado, Sr. Governador.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os três próximos inscritos são Senadora Kátia Abreu, Senador Cássio Cunha Lima e Deputado Luís Sérgio. Depois mais dois, para concluir, o Senador Mário Couto e o Senador Jayme Campos.

Senadora Kátia Abreu com a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Governador Marconi Perillo, eu gostaria aqui de fazer duas considerações. Nós estamos aqui, como todos sabem, há mais de oito horas praticamente discutindo um assunto importante. Claro que é importante o que está sendo discutido aqui, mas praticamente um único assunto, que é a compra e a venda de uma casa privada.

Mas, na verdade, o que eu gostaria de sugerir e até de apresentar um requerimento, Sr. Presidente, é com relação a estas duas questões: nós temos, na verdade, um assunto que é contravenção, jogo, Carlinhos Cachoeira, chefe de quadrilha e seu bando; e nós temos os problemas com a Delta, que é uma construtora que está misturada, em momento, em alguma localização do País, com a contravenção. Mas são dois assuntos totalmente diferentes.

Eu acho que a gente até poderia fazer aqui a ilação de que R$ 28 milhões saíram da Delta para a Pantoja e que a Delta, em algum momento, estava vinculada à contravenção, mas será que nós podemos dizer... Não. O contrário! Que a contravenção entrou na Delta, mas nós podemos dizer que a Delta está na contravenção?

O que nós tiramos disso tudo, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

É porque a sua atenção me é muito importante, assim como a do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu fui interrompido pelo Deputado Maurício Quintella.

Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada.

Com relação à questão da contravenção, todos nós aqui – inclusive os mais experientes muito mais do que eu – sabemos que a questão da contravenção já está pública e notória. Não há o que fazer com a questão da contravenção. A polícia fez a sua parte. Ninguém aqui vai prender o Carlinhos Cachoeira, porque ele já está preso; só a Justiça que vai julgar se ele vai ser condenado, preso durante quanto tempo ou não. A perda que nós tivemos – e sinto que foi uma perda, uma tragédia para esta Casa e para muitas pessoas no Brasil – foi o fato Demóstenes.

Então, se existe um fato importante com relação à contravenção é que ela já está às vistas de todos, à mostra e que nós perdemos um grande Senador, que nós pensávamos que era um grande Senador e que, na verdade, decepcionou todos, especialmente o povo do

seu Estado, que tem uma mágoa profunda. Ninguém odeia o Demóstenes; eu senti isso lá. As pessoas têm uma mágoa profunda, uma decepção profunda, uma tristeza profunda com o que aqui aconteceu.

Com relação ao segundo ponto, Sr. Presidente, que é a Delta, a Delta Brasil. Quando eu digo Delta poderia ser qualquer uma, porque nós estamos aqui cansados de ver os escândalos neste País, todos com a mesma origem e todos com o mesmo fim, consumindo horas e horas das nossas vidas, do nosso Senado, do nosso mandato, tentando investigar um modelo falido. E nós não temos a proatividade de tentar mudar esse modelo. Nós sentamos em cima desse modelo – e me incluo nesses que estão sentados sobre esse modelo – e nada fazemos para tirar o mal pela raiz.

Eu quero propor a V. Exª que nós possamos, aqui, fazer três subcomissões, Sr. Presidente: uma subcomissão para finalizar os termos da contravenção, uma subcomissão para que nós pudéssemos ir a fundo na questão da Construtora Delta, que é um exemplo para o País – não porque é do partido A, do partido B, do governo C, do governo A, mas nós precisamos desarrumar esse modelo – e uma subcomissão para que pudéssemos tentar criar nova legislação para evitar essas condutas ilícitas.

Até quando nós vamos continuar investigando construtoras, empreiteiras, com licitações de hipocrisia, investigando governantes que dispensaram a licitação como se fosse o maior pecado do mundo? E nós sabemos que tanto faz uma obra licitada ou uma obra que foi dispensada de licitação. Eu quero saber qual é a diferença que há entre essas duas modalidades, a não ser propiciar corrupção, a não ser propiciar o ilícito.

Agora, esta CPI, Sr. Presidente, além de apurar fatos, além de investigar condutas criminosas, ela tem a obrigação de propor. Nós não podemos sair daqui desta Comissão apenas fazendo, paralelamente, o trabalho da polícia. Nós precisamos fazer muito mais do que isso e dar uma satisfação à sociedade. Nós temos que dar aqui dois fins a esta CPI, duas ações proativas. O que é que nós vamos fazer com o financiamento público de campanha? O que é que nós vamos fazer com o financiamento das campanhas deste Brasil? Ou nós vamos esperar aqui acontecerem tragédias e tragédias, todos os dias, e desmoralizando o Congresso Nacional?

Outro fato é mudar essa lei hipócrita das licitações que hoje assolam o País, que, aliás, foram criadas, dizem os outros, pelas grandes empreiteiras do passado, para tirar exatamente as pequenas do jogo.

Então, Sr. Presidente, eu quero colocar aqui em votação o meu requerimento, submeter à Mesa, aos colegas, para que nós possamos criar estas três subcomissões, especialmente esta subcomissão em que possamos criar legislações novas para estancar essas condutas ilegais, criminosas, que envergonham o País.

Com relação ao Governador Marconi Perillo, do Estado de Goiás, eu quero fazer apenas um comentário.

As suas respostas, até este momento, Governador Marconi Perillo, me satisfazem plenamente. Um fato, apenas um fato. Um fato e um detalhe importante. Trinta mil ligações durante três anos. Não era possível que alguém não falasse com alguém. Era impossível que não tivesse um recado e um encontro marcado, ou que duas pessoas falassem e marcassem por ele um encontro com esse cidadão. Trinta mil horas em três anos eu acho um pouco demais não ter absolutamente nada, a não ser um cumprimento de aniversário, que, provavelmente, deve ter sido o Senador Demóstenes que te pediu para ligar, para cumprimentar ele...

Não adianta, Kakay. Aqui, todos sabemos. Não adianta. É por aí mesmo.

Na verdade, Sr. Presidente, eu deixo aqui essas sugestões e vamos continuar averiguando, porque todos que nos assistem neste momento ficam ansiosos para que novas coisas, novos assuntos e novos temas aqui possam aparecer nesses depoimentos. E as pessoas precisam entender que ninguém vem aqui, ou como testemunha ou como investigado, entregar uma grande novidade contra ele próprio. Pelo amor de Deus! Nós estamos num Estado de direito. As pessoas têm advogados, têm orientação.

O nosso trabalho tem que se resumir, o mais importante, nas contas, na quebra de sigilo bancário dos contraventores, das empresas que repassaram dinheiro. Agora, isso demora. Nós precisamos dividir em subcomissões, ou nós vamos ficar aqui mais de um ano, Sr. Presidente, averiguando contas e mais contas, centenas de depósitos e de remessas, sem prosperar.

Então, peço encarecidamente a V. Exª que nós possamos dar uma satisfação ao Brasil. Que em cada subcomissão V. Exª ponha e eleja os candidatos que assim entenderem, não da oposição, não da situação, assim como entenderem. Mas, por favor, as subcomissões são necessárias para uma satisfação ao Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de falar como Líder do PDT.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu, a bem-intencionada formulação de V. Exª deve obedecer, segundo o nosso manual de procedimentos, a um requerimento, que será acolhido imediatamente pela Presidência, será acostado dentro dos 196 requerimentos que aguardam

deliberação E esperamos que, na próxima reunião administrativa, já possamos votá-lo em grau de prioridade. Assim entendo porque me acosto à manifestação de V. Exª. Há algumas questões de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem, por favor. Art. 96.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª, para uma reclamação que, espero, seja pertinente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É evidente que é. Só faço coisa pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espero que sim.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Só faço coisa pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, senhor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª anda muito nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Anda.

Olha, Presidente, V. Exª tomou uma decisão. É o que me parecer. Eu estava inscrito como Deputado e tinha direito a dez minutos. Depois, tenho a prerrogativa de falar como líder. Então, falei como líder e como líder não posso fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Parece-me que V. Exª tomou uma decisão – e eu quero saber se é verdade – unilateral atropelando o Regimento. Quero saber qual é o artigo do Regimento. Minha assessoria está dizendo que posso fazer perguntas e também falar como líder. Quero saber quem está certa: minha assessoria ou a sua?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A reclamação de V. Exª e a questão de ordem, para todos os que porventura possam me questionar a esse respeito, foi recebida e negada peremptoriamente por esta Presidência de acordo com o art. 14 – peça à sua assessoria para ler – , §6º c/c o art. 96, VI, do Regimento Comum.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pedi a palavra como líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está negada, ao líder. "O líder, o orador inscrito e o autor de requerimentos só podem falar uma vez em cada sessão." Este é o procedimento desta Presidência. É a questão de ordem...

O SR. CÁSSIO CUNHA (PDT – MT) – Mas a Mesa concedeu, Sr. Presidente, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pedi para falar como Líder, art. 6º

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª já falou como orador inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Como líder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª já falou como orador inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não falo mais como líder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não fala mais como líder.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, levanto uma questão de ordem com fundamento no artigo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E nego a questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas nem falei ainda qual é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a mesma sobre a qual respondi agora há pouco. O Senador Cássio Cunha Lima com a palavra por dez minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Gostaria de saber qual é o fundamento à questão de ordem que nem levantei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fundamentei. Art. 14, §6º, meu querido Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não mencionei o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem. Levanto o art. 403 c/c o art. 14, inciso VIII, c/c o art. 48, inciso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o mesmo que V. Exª sempre questiona.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o mesmo que V. Exª sempre questiona. Mesmo com gripe, V. Exª tem uma memória muito boa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só gostaria de saber. V. Exª está captando, por telepatia, o que vou falar. É um presságio de bom agouro. Sr. Presidente, muito obrigado. Minha questão de ordem é uma dúvida regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual é o fundamento regimento para que o cidadão, deputado ou senador, se inscreva para fazer perguntas e não possa falar como líder. V. Exª está revogando o art. 6º

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Art. 14, §6º, c/c o art. 6º do Regimento Comum. Está negada a questão de ordem de V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra V. Exª. Por favor, vamos concluir. Tenho o Senador Cássio e o Deputado Luiz Sérgio imediatamente inscritos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, peço apenas que reinicie o cronômetro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está totalmente reiniciado, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Agradeço a gentileza de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Acredito que todos aqueles que esperavam da reunião desta CPI – na manha e tarde e já entrando noite adentro de hoje – a transformação em uma guerrilha política saiu perdendo. Todos aqueles que apostavam na possibilidade de atingir uma trajetória reconhecidamente honrada do Governador Perillo saíram perdendo. Estamos aqui há horas, atentos ao depoimento do Governador, que de forma serena, firme, absolutamente coerente, não aponta uma única incoerência, a mais leve contradição que se possa apontar durante horas a fio de exaustivo e, posso dizer, massacrante depoimento. A montanha pariu um rato. O que se queria, na tentativa de se politizar esse espaço de investigação e atingir o governador, não se alcançou.

Espero que no depoimento de amanhã tenhamos um comportamento padrão, tenhamos idêntico procedimento, para que possamos finalmente aprumar o foco e o prumo desta CPMI naquilo que realmente interessa à sociedade brasileira.

A pergunta que ficava de forma maledicente no ar era: o Governador Perillo tem algum envolvimento e participa dessa organização criminosa? E a resposta é peremptória. E a resposta é eloquente. Não. Definitivamente não. Porque se fez, de forma maldosa talvez, a vinculação dos episódios que envolvem o Senador Demóstenes com o procedimento do Governador Marconi. Não há nada, absolutamente nada, que faça vínculo da ação de um com a atitude de outro.

Portanto, Governador, estamos aqui para reafirmar não apenas aquilo que já foi dito pelo Líder Bruno Araújo, pelo Líder Alvaro, do nosso apreço, da nossa confiança pessoal, mas para deixar claro não apenas a esta CPMI, formada por homens e mulheres maduras e conscientes, mas que infelizmente podiam ser tentadas a objetivos outros de desgastá-lo politicamente, mas sobretudo para a sociedade do Brasil que não o conhece tão bem como o povo de Goiás.

Esse é um bem que deve ser preservado. E o senhor sai daqui, V. Exª sai daqui com as respostas todas dadas com muita nitidez, com muita coerência, insisto, sem nenhuma contradição. Foi dito aqui várias vezes que esses depoimentos longos terminam por trair o depoente, mesmo na condição de testemunha. E a verdade tem muita força. Eu cheguei a dizer, quando V. Exª se propôs a vir aqui, que quem não deve não teme. E fica provado de forma cabal, nesse seu depoimento, que essa verdade que sempre aflora.

Diferentemente do que foi dito de uma figura de linguagem talvez inapropriada – parece que o Deputado Ronaldo já não se encontra no plenário – que se a Casa fosse vendida para Fernandinho Beira-Mar... E o Brasil precisa saber, sim, que existe uma distinção absoluta entre Fernandinho Beira-Mar, que tinha ou tem apenas atividades no crime, no tráfico, no sequestro, etc., com Carlos Cachoeira, que foi descoberto como um contraventor, sim, mas que, ao mesmo tempo, exercia outra figura, outra personalidade de um empresário formal no Estado de Goiás, onde todos os governadores, onde a sociedade de Goiás estabelecia com ele algum nível de relação.

A pergunta que resta sobre a casa e a essência dessa operação. Para conhecimento da CPI foi importante a revelação de V. Exª de que até mesmo anúncio classificado foi feito para venda do imóvel. Um anúncio classificado foi feito para venda do imóvel.

A pergunta é: o imóvel foi vendido por um valor de mercado? A resposta já obtivemos: sim. O imóvel foi vendido por um valor de mercado.

A segunda pergunta que precisava ser feita e resposta diferente causaria embaraço ao Governador: o imóvel estava registrado no Imposto de Renda do Governador? A resposta também é sim. O imóvel estava registrado no Imposto de Renda do Governador.

A terceira pergunta que poderia eventualmente causar embaraço se houvesse resposta diferente à dada aqui de maneira reiterada: como foi feito o pagamento da venda desse imóvel? Com dinheiro vivo, em espécie? Não. Através de cheques, três cheques.

A quarta pergunta: a operação de venda também foi declarada no Imposto de Renda do Governador?

Haveria embaraço se houvesse resposta diversa da que foi dada. Sim, a operação de venda foi registrada na declaração do Governador Marconi Perillo. Portanto, é uma operação fechada, casada, limpa, transparente, onde não há dolo, não há má-fé, e não cabe ao Governador do Estado ficar analisando os precedentes daqueles que fizeram a casa.

Meu tempo chega ao final e, quanto à casa, não resta dúvida. Quanto à sequência de atos, falam por

si sós da lisura da operação de venda de um imóvel pessoal, particular.

A outra pergunta é: quantas operações foram feitas pela Polícia Civil?

O Governador repetiu aqui, de forma sequenciada. Mais de duas mil e quinhentas máquinas caça-níqueis só nesse período de mandato atual foram apreendidas. Ora, como alguém em sã consciência pode admitir que o Governador tem qualquer tipo de envolvimento com a organização criminosa se trabalha com a sua polícia para impedir a ação da operação criminosa apreendendo o seu instrumento de ação, que é a própria máquina caça-níquel?

São mais de 800 termos de ocorrência circunstanciada, e não podemos aqui simplesmente nos agarrar às interceptações telefônicas. Não custa lembrar que o próprio delegado da Polícia Federal afirmou, de maneira muito nítida, que nenhuma investigação séria pode-se abraçar apenas nas interceptações telefônicas. Nenhuma investigação séria deve-se pautar apenas nas interceptações telefônicas, ficando restrita apenas às interceptações, senhoras e senhores.

Em três anos de escuta, mais de 30 mil horas. O que se aponta é um único telefonema a propósito do aniversário do Sr. Carlos Cachoeira, e algumas outras citações eventuais, fortuitas. Não há nada, absolutamente nada, em três anos de investigação, que ligue o Governador Marconi Perillo a esta organização criminosa.

A conclusão, e não resta outra, não sobrará outra... Pena que S. Exª, o relator, aqui não se encontra. Ao término desses trabalhos da CPI em relação ao Governador Perillo, de fato, aquilo que é nosso objeto de investigação, que são as ligações de agentes públicos, de empresas privadas com a organização criminosa, no caso do Governador Perillo, não há nada, absolutamente nada que possa envolver o Governador com esta organização criminosa.

Marconi Perillo, Governador, receba, ao final deste meu depoimento, a expressão da nossa confiança e a tranquilidade de que a verdade sempre vence.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos, como em todas as CPIs, versões e fatos.

Qual é a versão que nós temos a partir da interceptação da Polícia Federal?

É a versão de que o grupo de Carlinhos Cachoeira, uma organização criminosa, afirmava que tinha parte do governo de V. Exª. Essa é a versão, a versão das escutas telefônicas, do Garcez falando que ia nomear. Essa é a versão.

Qual é o fato?

O fato é que, a partir da operação que prende a organização criminosa, parte dessas pessoas que são braços importantes dessa organização criminosa, fazia parte do governo de V. Exª: o Jayme Rincón, que era da agência de transportes; a Eliana, que recebeu o Nextel e avisou ao Prefeito de Águas Lindas de Goiás de uma operação da Polícia Federal; o Edivaldo Cardoso, que presidia o Detran; o Jaime Rincón, que era tesoureiro do PSDB e recebeu R$600 mil de pessoas ligadas ao Carlinhos Cachoeira; o Ronald Bicca, que era Procurador-Geral do Estado, advogado do Cachoeira em vários casos, que aparece para favorecer interesses da organização criminosa; o Alexandre, que é chamado “menino de ouro do Cachoeira”; o Lúcio Fiúza, um dos principais braços financeiros, que intermediou a casa, é citado.

Então, nesse caso específico, os fatos estão consolidando uma versão, e V. Exª acha que é normal que, ao prender uma organização criminosa, que afirmava que tinha parte do governo... E parte dessa organização criminosa estava efetivamente participando do governo. E aqui, pelo que pude verificar, acham que isso é normal. Muitos deles condecorados...

Aqui também muitos falaram dos belos discursos. Agora, nenhum discurso aqui nesta CPI, Governador, nenhum, superou os brilhantes discursos que o Demóstenes Torres fazia, e os fazia dizendo que o Senado estava mais sujo do que pau de galinheiro. Quando ele teve a chance de fazer a faxina, se acovardou e resolveu botar sujeira para debaixo do tapete. Dizia que tinha de expulsar sumariamente e agora apela que quer ser julgado não pelo que ele falou, mas pelo que efetivamente ele fez.

Então, nós vivemos um momento – e para isto o Demóstenes contribuiu muito – em que os discursos não convencem, o que convence são gestos concretos. E dentro dessa questão relativa aos gestos concretos, ficou meio incompreensível aqui quando, na última sessão administrativa, um requerimento do Deputado Miro Teixeira, que está aqui ao meu lado, que é o Requerimento nº 253/12, que pede a quebra do sigilo telefônico e de SMS, deu origem a grande polêmica.

Então, como V. Exª aqui... Foi dito por muitos: não fugiu, se apresentou voluntariamente, se colocou sempre à disposição, veio, inclusive, quando não foi chamado, esteve aqui querendo ser recebido – levou até a uma dúvida do Presidente se receberia ou não, um fato complicado. Faça um gesto, Senador, faça um gesto mais forte do que o depoimento de quase dez horas de V. Exª: libere a bancada de V. Exª para que, na próxima reunião administrativa, vote favoravelmente à quebra do sigilo telefônico e de SMS de V. Exª, porque aí não pairará dúvida alguma, e o discurso da disponibilidade, de

estar sempre à disposição, de ser transparente, vai se confirmar, e nós não teremos dúvida quanto à distância que pode separar o discurso da prática.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Deputado Luiz Sérgio, ao longo desses últimos anos, depois do anúncio e da descoberta do mensalão, eu nunca fiz qualquer prejulgamento, nunca fiz qualquer condenação prévia em relação a esse assunto.

Acho interessante a história dos dois pesos e das duas medidas. Quando o chefe do Ministério Público denuncia o mensalão como crime, quadrilha, corrupção, o PT – alguns setores – diz que o Supremo vai provar que não é verdade. É um direito de V. Exªs. Mas quando dois agentes federais falam que parte do Governo tem alguma relação com o Sr. Cachoeira, vira verdade. Vamos esperar a Justiça, justiça será feita.

No relatório final, na conclusão, o Delegado da Polícia Federal diz claramente: Não há a mínima ligação das autoridades com privilégio de foro acima mencionadas, no caso o Governador e alguns auxiliares, com os envolvidos nos objetos da Operação Monte Carlo. Essa é a conclusão do inquérito. V. Exªs devem ter tido a oportunidade de manusear.

Eu peço a esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, que tem um trabalho sério a ser feito daqui para a frente, que não corrobore com a opinião de alguns de que esta CPMI, a depender da opinião de alguns, possa servir de cabo de chicote para combater a imprensa, o Ministério Público Federal, alguns setores do Supremo Tribunal Federal, o Governador de Goiás e alguns desafetos. Eu não estou dizendo os integrantes da CPMI, mas a gente sabe que, se dependesse de algumas pessoas, isso aconteceria.

E mais: eu nunca imaginei na minha vida que o fato de ter dado um aviso pudesse resultar, na minha vida, tanto ódio e tanta perseguição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator, prezado e valoroso Senador Governador Marconi Perillo, de quem tenho o privilégio de ser amigo, demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes, serei rápido.

Sr. Presidente, estive acompanhando, desde as nove horas da manhã, quando cheguei, aqui, a fala do ilustre Governador Marconi Perillo. Quero dizer a V. Exª, Senador Marconi Perillo, que foi muito oportuna a vinda de V. Exª, hoje, aqui, nesta Comissão, pelo fato de que foi, sobretudo, esclarecedor sobre tudo aquilo que pairava no ar em relação ao possível envolvimento de V. Exª com o Carlos Cachoeira.

E, aqui, posso falar, com muita tranquilidade, em relação à pessoa do Senador Marconi Perillo, com quem convivi por quatro anos, como Senador, aqui, que ele foi um exemplo de Senador da República, não só como Presidente da Comissão de Infraestrutura, onde fez um belo e extraordinário trabalho, mas também como Vice-Presidente desta Casa e, sobretudo, como um operoso e competente Senador da República.

Entretanto, o que me chamou muita atenção, Governador Marconi, na sua fala no dia de hoje, aqui, foi a recuperação da economia do seu Estado de Goiás, vizinho do meu querido Estado de Mato Grosso, de onde também tive a primazia de ser Governador.

Vejo, meu caro Presidente, que muita coisa que acontece na política brasileira é uma hipocrisia, lamentavelmente, e, sobretudo também, ser político neste País, hoje, é sinônimo de bandido, de ladrão, de pessoas que não têm compromisso com nosso País. E não podemos colocar todo mundo no mesmo balaio.

Marconi Perillo, imagino o constrangimento e os momentos de insônia que tem passado, pela sua história, pela sua trajetória, que V. Exª disse, hoje, aqui, e que já conhecemos bem, até pela nossa vizinhança de Estado. Imagino que V. Exª tem feito uma reflexão de tudo aquilo que tem passado neste exato momento. E o que me chama mais atenção e que me deixa até indignado, e V. Exª foi muito macho, sobretudo corajoso, é que bastou vender uma casa para um cidadão que sei lá se está envolvido, não está envolvido, para quererem lhe colocar a pecha de envolvimento com a contravenção do seu Estado de Goiás.

Qual mal V. Exª cometeu de vender uma casa, receber três cheques pré-datados, e esses cheques vieram depois a ser descontados, e passar a escritura para qualquer que seja, seja um cidadão, uma pessoa física, ou seja de pessoa jurídica? Qual o problema que tem, Sr. Presidente, do Senador, ou seja, do comprador da casa, como vi agora manifestação, passar uma escritura fora da cidade de Goiânia, passar no Município de Goiás ou passar em qualquer outra parte do Estado, até por que é possível? Qual o problema que existe de comprar uma casa em Mato Grosso e passar a escritura em São Paulo e depois fazer o seu registro lá na comarca onde de fato é essa residência? Ora, se não bastasse isso, qual o crime tem o Senador Marconi Perillo se por um motivo ou outro o Corpo de Bombeiros vai lá e condecora o Sr. Manuel, o Sr. Joãozinho, o Sr. Pedrinho? Nenhum, até por que como governador eu condecorei 500, 600 pessoas, e não era eu quem escolhia, meu caro Paulo Teixeira. Era um conselho que tinha no governo do Estado, e todos governos têm.

De maneira, meu caro Senador Marconi Perillo, V. Exª pode ter a certeza, eu fazia uma reflexão – não

pude ficar aqui o tempo todo, pois tive que participar, naturalmente, como líder da Minoria no Senado, também de uma reunião com o Presidente Sarney, mas eu escutava no rádio quando fui para casa tomar um banho e vim para cá –, que vai chegar a seu Estado de Goiás daqui a pouco, quando sair daqui, e vai ser carregado pelo povo goiano. V. Exª foi esclarecedor aqui. Não deixou nada no ar. Nada! Eu, particularmente, estou satisfeito. E tenho a certeza aqui, independentemente de política partidária, porque aqui não pode ser partidarizado – aqui não pode ser partido "a" ou "b" – de que V. Exª vai chegar carregado lá na sua cidade. Quando chegar ao aeroporto de Goiânia, V. Exª, tenha a certeza, terá milhares de goianos lhe esperando para dizer: "Marconi Perillo, como nós confiamos em V. Exª para ser Deputado Federal, Deputado Estadual e três vezes Governador e Senador." V. Exª com certeza sai daqui com a alma lavada. Aqui não deixou nada. Aqueles que querem carimbar o senhor não vão carimbar. Muito pelo contrário, saem daqui dizendo: "Olha, quis carimbar o Marconi, mas não consegui carimbar o Marconi em envolvimento com Carlinhos Cachoeira.

O exemplo que V. Exª deu aqui da transparência do seu Governo, são poucos os Governos deste País... Acho que será uma lição que teremos que dar até para o Governo Federal: acabar com a RDC, fazer concorrências públicas, diminuir os custos das obras públicas neste Brasil. Sobretudo, meu caro Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator, temos que trazer aqui outras pessoas, porque já há um requerimento aqui nesta Comissão. Espero que, na próxima quinta-feira, possamos aprová-lo e, de fato, trazer os culpados, os malandros, os corruptos para esta Comissão aqui para passarmos o Brasil a limpo. Não podemos querer, em hipótese alguma, por questão de Partido, crucificar um homem que tem uma trajetória que certamente é orgulho do povo goiano e, quero crer também, de milhares de brasileiros ou milhões de brasileiros que assistiram a V. Exª na manhã, tarde e noite, aqui, nesta Comissão de CPMI.

Encerro minhas palavras dizendo: Governador Marconi Perillo, V. Exª continuará tendo a admiração não só do povo goiano, mas certamente também por homens do meu quilate. Tenho três mandatos como prefeito, governador e senador. V. Exª será sempre admirado pelo Senador Jayme Campos.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Presidente, Governador Marconi Perillo, certamente, o dia de hoje, dia 12 de junho, vai ficar marcado na história da sua vida. V. Exª, ao meditar, vai poder dizer a si mesmo: "Fui a uma CPMI, a uma comissão mista de livre e espontânea vontade... É bom que se diga, Governador, V. Exª está aqui. Não foi convidado, nem foi convocado. V. Exª está aqui porque quis estar aqui. V. Exª vai dizer para V. Exª mesmo: "Eu fui lá, passei oito horas sentado. Tinha uns Parlamentares ansiosos para tentarem colher alguma coisa errada de mim. Eu fui lá. Tinha muitos Parlamentares querendo me incriminar, e eu, pacientemente, respondi a todas as perguntas, com grande detalhe, Srs. Parlamentares. Com grande detalhe, Srs. Parlamentares".

Este homem que está ali, quando fez a sua explanação, mostrou documentos. A cada tópico, a cada consideração que aquele homem fazia, ele mostrava um documento, que estão aí na mão do Presidente. E o orgulho caía sobre mim, meu caro Marconi Perillo. Chegaram a ofendê-lo, meu Governador. E V. Exª não perdeu o equilíbrio. Chegaram a dizer que quem comprou a sua casa foi a Delta. Chegaram a esse extremo aqui. Eu não teria equilíbrio, como V. Exª teve, para aguentar essa acusação. Eu não teria; talvez eu teria perdido o meu mandato, porque eu ia pular para cima! Não teria!

Chegaram, meu caro Perillo, chegaram – V. Exª, como testemunha – a pedir a quebra do sigilo bancário e telefônico de V. Exª. Olha o absurdo, aonde chegaram. Olhe como as feras queriam comê-lo. E V. Exª driblou todos eles com documentos; documentos verídicos, documentos que vão ficar aí nesta Comissão. Chegaram a mexer com a família de V. Exª. Se demorasse mais um pouco, iam mexer com o cachorrinho de V. Exª, que V. Exª cria lá no quintal. Mexeram até com a filha do Governador! Mexeram com a filha do Governador, e ele, calmamente, tranquilamente, nem se mexia do lugar.

Não quero me alongar, meu caro Marconi. Só dizer a V. Exª que a Pátria deveria ter muitos Marconi Perillo, que os Ministros que foram corrompidos nesta Pátria arrasada pela corrupção deviam ser iguais a V. Exª. Vir aqui numa CPI, de livre e espontânea vontade, e provar a sua inocência, como V. Exª provou! Assim, a Pátria saía do caos. Assim, nós deixaríamos esta Pátria melhor. Assim, a corrupção não se alastrava nesta Pátria amada. Pátria cheia de corrupção.

Governador, olhe para mim, Governador. Olhe para mim. Vá para sua casa, Governador. Vá para sua casa. Sei que V. Exª está cansado. Nenhum governador teve a capacidade, porque V. Exª provou que é um homem sério. Vá para sua casa, Governador. Sabe quem está lá? A sua família. Governador, a sua esposa, a sua filha esperam para lhe abraçar. O que o senhor fez aqui, Governador, foi um momento de seriedade, mostrando, Governador, o que é um homem, um homem de família. Mostrando que V. Exª, em primeiro

lugar, tem que dar exemplo à sua família, aos seus filhos, à sua esposa, com a sua dignidade, o amor que o senhor tem por sua família.

Meu caro Marconi Perillo, vá para sua casa, abrace-os e diga assim, Marconi: "Eu sou um pai honrado!".

Meus parabéns, Marconi Perillo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação colaborativa. Com a palavra a testemunha, para as suas considerações finais, antes de encerrar a sessão.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator Odair Cunha, Sr. Vice-Presidente Paulo Teixeira, Srs. Líderes, quero agradecer a todos, à imprensa e aos senhores membros desta CPI pela oportunidade que tive de honrar o meu Estado, de honrar o povo de Goiás, trazendo aqui os esclarecimentos que os goianos e os brasileiros esperavam. Nenhuma folha cai sem que seja da vontade de Deus. Eu precisava estar aqui e julgo ter cumprido com o meu dever.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, suspensa às 14 horas e 34 minutos, reaberta às 14 horas e 35 minutos; suspensa às 16 horas e 11 minutos, reaberta às 16 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 57 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 16 de abril de 2012, às quatorze horas e quarenta minutos, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**; do Senhor Senador **Humberto Costa (PT/PE);** das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO); Keiko Ota (PSB/SP)** e **Elcione Brabalho (PMDB/PA)**. Esteve presente, ainda, a Senhora Deputada Federal não-membro da Comissão: **Luciana Santos (PCdoB/PE).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP), Lídice da Mata (PSB/BA); Ângela Portela (PT/RR); Vanessa Grazzition (PCdoB/AM); Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR), Rebecca Garcia (PP/AM), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE); Sueli Vidigal (PDT/ES); Carmem Zanotto (PPS/SC); Célia Rocha (PTB/AL)**; os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Dr. Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador Geral de Justiça de Pernambuco; Dra. Maria Tereza Paes de Sá Machado, Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Pernambuco; Dr. Wilson Salles Damázio, Secretário de Defesa Social; Sra. Cristina Maria Buarque, Secretária da Mulher de Pernambuco; Sra. Maria Betânia Serrano, Representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco; Sra. Elaine Neves, Assessora da Diretoria de Políticas para as Mulheres da FETAPE; Sra. Rejane Pereira, Secretária da Mulher de Recife; Dr. Carlos Humberto Inojosa Galindo, Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.

A SRA. PRESIDENTE (Jô Moraes. Bloco/PCdoB – MG) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública no Estado de Pernambuco, com os seguintes convidados...

Aproveitamos, nesta oportunidade, para convidar a Exmª Srª Deputada Mary Gouveia, Presidente da Comissão de Defesa do Direito da Mulher, da Assembleia Legislativa de Pernambuco. *(Palmas.)*

Já se encontram à Mesa, além desta Presidência, a nossa Relatora, Senadora Ana Rita; a nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko; a nossa, também membro da Comissão e requerente desta audiência, Deputada Luciana, de Pernambuco; a nossa Deputada Marina, de Goiás.

Passamos, agora, para início dos trabalhos, a palavra à nossa Relatora.

Também conosco, o nosso Senador, membro da CPMI, Humberto.

Passamos, agora, a palavra à nossa Relatora, que fará suas considerações iniciais.

ATAS DA 14ª À 17ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO C" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 03 DE JULHO DE 2012

ATA DA 14ª REUNIÃO.....4

ATA DA 15ª REUNIÃO.....104

ATA DA 16ª REUNIÃO.....143

ATA DA 17ª REUNIÃO.....187

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião realizada em 13 de junho de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira da Cunha (PDT-RS).** Deixou de comparecer o **Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Pedro Simon (PMDB-RS), Magno Malta (PR-ES) e Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e os Deputados **Paulo Tadeu Vale da Silva (PT-DF), Geraldo Magela (PT-DF), Jilmar Tatto (PT-SP), Izalci (PT-DF), Walter Tosta (PSD-MG), Paulo Feijó (PR-RJ), Chico Alencar (PSOL-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Henrique Fontana (PT-RS), André Vargas (PT-PR), Rebecca Garcia (PP-AM), Washington Mesquita (PSD-DF), Pedro Eugênio (PT-PE), Vaz de Lima (PSDB-SP) e Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**. Na oportunidade, foi ouvido, como testemunha, o Governador do Distrito Federal, Agnelo dos Santos Queiroz Filho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos. Solicito a V. Exªs que tomem seus assentos. Peço às assessorias que tomem seus respectivos lugares. Solicito a compreensão da imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à oitiva, na condição de testemunha, do Governador Agnelo Queiroz, por força do Requerimento nº 45, de 2012, de autoria do Deputado Fernando Francischini, do Requerimento nº 79, de 2012, de autoria do Deputado Filipe Pereira, do Requerimento nº 219, de 2012, do Deputado Maurício Quintella, Requerimento nº 280, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

Solicito à secretaria que convide a testemunha, o Sr. Governador Agnelo Queiroz, a tomar seu lugar na sala de reuniões.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) **–** Sr. Presidente, apenas a título de sugestão, vou encaminhar a V. Exª uma questão de ordem relativa à pauta de amanhã. Nós gostaríamos de ter, com antecedência, por aparte do Relator e de V. Exª, a pauta de amanhã, para que tomemos conhecimento de quais requerimentos serão avaliados no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Devo esclarecer a V. Exª que as questões de ordem, dentro dos procedimentos que adotamos durante todas as outras reuniões, só serão aceitas por esta Presidência de acordo com o assunto do momento, ou melhor, com relação à convocação da testemunha.

Com relação à questão do Sr. Deputado Macris, bem feita e ponderada por V. Exª, acolho. A divulgação da pauta de amanhã será previamente, ainda hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – PA) – Aditamento dessa questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – PA) – Meu encaminhamento é no seguinte sentido, há um conjunto de requerimentos que ainda não foram apreciados. Embora, cronologicamente, tenham sido protocolizados na Comissão com antecedência. Só de minha autoria existem 29 requerimentos, um deles, por

exemplo, pede a quebra de sigilo da empresa Excitant, que ontem foi objeto do questionamento da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os requerimentos, meu queridíssimo Senador Randolfe Rodrigues, para que V. Exª não perca tempo nem os brilhantes neurônios, a pauta está aberta e os requerimentos vão ser votados em ordem cronológica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – PA) – Agradeço os brilhantes neurônios, Sr. Presidente, não tanto quanto os seus.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para que conste, peço a V. Exª me inscreva como Líder, como o primeiro líder inscrito no tempo destinado à liderança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O procedimento regimental na reunião de ontem terá a mesma validade na reunião de hoje. Inclusive, para também evitar questões de ordem, todas as questões de ordem das reuniões de ontem terão as mesmas decisões na reunião de hoje.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) - Sr. Presidente**,** apenas para contraditar a questão de ordem do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) - Primeiro, acho que V. Exª está conduzindo bem os trabalhos. Segundo, o Presidente tem a prerrogativa da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu não gostaria que ficasse asseverado aqui, acertado que será ordem cronológica, mas sim a ordem da investigação, que foi importante para a investigação, que passa por uma discussão entre V. Exª e o do Relator.

Em relação ao caso concreto, eu acho que temos que discutir a Excitant talvez como um dos primeiros, amanhã, mas não gostaria que V. Exª aceitasse a ideia da ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O art. 89, Deputado Cândido Vaccarezza, determina, e cumpro rigorosamente, e agradeço a vênia de V. Exª, a condução destes trabalhos. O Regimento Comum prevê isso a mim. Dentro dessas minhas atribuições, cabe a mim pautar os requerimentos. Sempre conduzi a pauta como uma pauta aberta. Prevejo que, na condição dessa pauta aberta, deva aceitar todos os requerimentos, inclusive aqueles requerimentos de preferência, para votar aquelas ou outros requerimentos que, por ventura, possam estar na pauta e que venham ser votados antes daqueles que possam obedecer à ordem cronológica. Os requerimentos de preferência, inclusive, têm atualidades. Substituo a palavra "preferência" e antecipo a preferência pelas atualidades que os requerimentos de preferência, por ventura, possam estar preestabelecidos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu, ontem, fiz um...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sua questão de ordem já está encaminhada a S. Exª. Deputado Rubens Bueno, a sua questão de ordem já foi redigida, e vou encaminhar à S. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado. Mas quero também que o Presidente me inclua entre os líderes para falar logo depois dos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai falar dentro do mesmo procedimento: o Bruno Araújo; depois V. Exª. *(Pausa.)*

Determino à assessoria, à secretaria, que encaminhe a resposta à questão de ordem do Líder do PPS, o ínclito Deputado Rubens Bueno...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas me merece como tanto!

...que foi redigida pela assessoria, lavrada e assinada por esta Presidência, assinada por esta Presidência, e, ontem mesmo, encaminhada por escrito a S. Exª o Deputado Rubens Bueno.

Determino também que a testemunha, o Governador Agnelo Queiroz, possa formalizar, com a sua assinatura, o termo de compromisso, na condição de testemunha. *(Pausa.)*

Já está nas minhas mãos o termo de compromisso assinado pela testemunha, o Governador Agnelo Queiroz. *(Pausa.)*

A lista para a inscrição dos Parlamentares encontra-se sobre a mesa, bem como a lista para a inscrição dos senhores líderes. *(Pausa.)*

Peço à assessoria que tome conta das inscrições, para facilitar o trabalho desta Presidência. *(Pausa.)*

Termo de compromisso.

Fique à vontade! *(Pausa.)*

Eu peço silêncio ao pessoal que está aqui na minha retaguarda. A identificação do barulho é exatamente aqui atrás. *(Pausa.)*

Eu passo a palavra, por vinte minutos regimentais e mais o tempo que lhe for concedido e necessário, assim como foi feito na reunião de ontem, ao Sr. Governador Agnelo Queiroz, que falará a esta Comissão na condição de colaborador e testemunha.

Com a palavra a testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Teixeira; meu companheiro e amigo, Vice-Governador do Distrito Federal...

O SR. **PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à equipe técnica para potencializar o som da testemunha e peço para minimizar o som da assistência. *(Pausa.)*

O SR. AGNELO QUEIROZ – Retomando aqui, cumprimento o nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo; o Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; o Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Teixeira; cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores, as Srªs e os Srs. Deputados, os profissionais da imprensa; meu companheiro e amigo, Vice-Governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli; o Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Patrício, em nome de quem cumprimento todos os parlamentares distritais aqui da nossa cidade; autoridades aqui presentes, meus senhores e minhas senhoras, venho hoje a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Sr. Presidente, para restaurar a verdade.

Tenho um profundo respeito pelo Poder Legislativo. Estive nesta Casa por três mandatos consecutivos como Deputado Federal. Minha origem é o Parlamento, e compreendo a importância do trabalho sob a responsabilidade de V. Exªs.

O grupo aqui investigado, Sr. Presidente, a organização aqui investigada tramou a minha derrubada, um governo legitimamente eleito pelo povo do Distrito Federal. E não agiu só, não agiu sozinho; valeu-se das falsas acusações plantadas nos noticiários; valeu-se de vozes com acesso às tribunas políticas de nosso País; valeu-se da boa-fé de pessoas ao misturar mentiras e meias verdades, tudo com o objetivo de desgastar, desestabilizar e, por fim, retirar-me do Governo do Distrito Federal.

Hoje fica claro, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a minha presença nesta CPI é fruto da luta política. Peço licença para citar o requerimento de convocação apresentado pelos ilustres Deputados meus opositores. Não há, no documento, a indicação de um único fato que eu tenha praticado, de qualquer ato em favor do grupo de Carlos Cachoeira ou da empresa Delta. Ao contrário, o requerimento dos nobres Deputados menciona apenas notícias infundadas e relatam o funcionamento de casas de jogos fora dos limites territoriais do Distrito Federal.

A história que hoje trago a V. Exªs é a história de um governo que vem sendo perseguido pelo crime organizado, de maneira constante e orquestrada. É a história de um governante que, a despeito disso, não só resiste, como trabalha para reconstruir o poder público no Distrito Federal na capital do nosso País. O meu objetivo é colocar novamente o Governo do Distrito Federal à disposição, a serviço da população do Distrito Federal. Assim com V. Exªs, também os brasilienses receberam uma avalanche de informações erradas os últimos meses. É espantoso, por exemplo, que muitos aqui e lá fora, nas ruas, nos bares, nas casas, não saibam que a Delta Construções tem apenas um, e somente um, contrato com o governo do Distrito Federal, o de coleta de lixo e varrição de ruas em duas áreas do DF. E mais: esse contrato foi assinado no governo anterior – não no meu governo, no anterior, e, ainda assim, a mando da Justiça. Em uma decisão limiar, a Primeira Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, determinou ao então Governador Rogério Rosso que contratasse a Delta. Esse contrato foi assinado no dia 9 de dezembro de 2010. É muito importante essa data. No dia 9 de dezembro de 2010, portanto, antes da minha posse.

Quero aproveitar a oportunidade, já que estou falando dessa época, para esclarecer um fato de quando eu era apenas Governador eleito. Quero, com isso, realçar um ponto dessa campanha orquestrada contra mim. Reparem V. Exªs, Sr. Presidente, que até hoje alguns veículos de comunicação ecoam a cobrança segundo a qual eu preciso explicar por que assinei um ofício que beneficiaria a Delta antes mesmo de tomar posse como Governador do Distrito Federal. Isso é uma mentira! Está aqui o ofício, Sr. Presidente. Foi expedido no dia 15 de dezembro de 2010. Quinze de dezembro de 2010. O contrato da Delta foi assinado com o GDF no dia 09 de dezembro de 2010, ou seja, antes da expedição do meu ofício. O ofício foi endereçado ao então Governador Rogério Rosso.

Peço licença para ler o primeiro e esclarecedor parágrafo.

"Sr. Governador,

Cumprimentando V. Exª, sirvo-me do presente para solicitar eventual prorrogação, em caráter temporário, dos contratos administrativos objetos de serviços essenciais e continuados, em vigor no GDF, com vencimentos previstos para o final deste ano e janeiro de 2011..."

Repito essa última frase: "com vencimentos previstos para o final deste ano e janeiro de 2011".

Passo, então, a citar as áreas, continuando a ler o ofício: coleta de lixo e varrição de ruas, medicamentos e insumos dos hospitais, reparação, conservação de vias públicas, aluguel de veículos oficiais, merenda escolar, benefícios sociais e outros.

Esse foi um ofício que encaminhei na época da transição. Minha equipe de transição que encaminhou para o Governador Rogério Rosso.

Agora, chamo a atenção de V. Exªs: o contrato da Delta não fazia parte desses a que eu me referia no ofício, o documento ressalva claramente que refere-se aos contratos "com vencimentos previstos para o final desse ano, no caso, dezembro de 2010 e janeiro de 2011".

O contrato da Delta tinha validade de 52 meses, portanto, venceria em 2015, não estava contido no ofício, não estava contido no ofício.

Passo às mãos de V. Exª, Sr. Presidente, cópia do contrato, que é o contrato da Delta, o ofício. E vou passar o ofício também, que é o ofício que não deixa dúvida.

Há três hipóteses para alguém afirmar, com base neste ofício, que eu beneficiei a Delta, antes mesmo de tomar posse: a primeira, não leu o documento; a segunda, leu e não entendeu; e a terceira, leu, entendeu, mas, movido por interesses partidários, resolveu me atacar de forma leviana.

A tática de usar um documento formal e, a partir deste, criar uma mentira é recorrente. Com essa prática, vários trechos da Operação Monte Carlo foram selecionados e cuidadosamente distribuídos a alguns veículos de comunicação. Tratou-se de uma ação meticulosa e planejada. O objetivo claro era desgastar a imagem do Governador até o limite do impossível. Alimentados com informações geradas a partir desse comportamento, alguns veículos de comunicação passaram a divulgar falsas acusações.

Por exemplo, afirmaram que o Governo do Distrito Federal teria nomeado uma série de pessoas indicadas pelo grupo do Sr. Carlos Cachoeira, mas disseram que essas nomeações teriam acontecido "em cargos-chave do Governo". Pois bem, V. Exªs tiveram acesso à integralidade dos autos da Operação Monte Carlo, todos aqui. É legítimo eu questionar. Pode me dizer um só nome de pessoa que eu tenha nomeado a partir do pedido do Sr. Carlos Cachoeira? Pode me dizer um só nome de pessoa que eu tenha nomeado a pedido do Sr. Carlos Cachoeira, com todas as 30 mil horas de gravação, todos os documentos, três anos de investigação rigorosa e muito competente da Polícia Federal?

Um jornal chegou a publicar o seguinte trecho das escutas da Polícia Federal: "Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que esse povo me ajudou até hoje? Ninguém nomeou nenhum gari".

Essa frase, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, essa frase foi gravada pela Polícia Federal no dia 30 de março, Sr. Presidente, no dia 30 de março de 2011, e foi pronunciada pelo Sr. Idalberto Matias. Mesmo assim, o jornal em questão dava por manchete: "Governo de Agnelo negociou propina com empresa, diz Polícia Federal". Ora, na mesma página, um membro do grupo questiona: "O que esse povo me ajudou até hoje?" E o jornal alardeava que o Governo negociou propina.

Havia algo de muito estranho naquilo tudo, Sr. Presidente, muito estranho, fiquei intrigado, repassei tudo o que tinha feito e só daí pude compreender o que estava por trás daquela orquestração. A partir daí pude restaurar a verdade.

A Delta entrou no DF numa licitação iniciada pelo GDF em 2007, gestão Arruda. A empresa apresentou um preço mais baixo – segundo dados da licitação, 30% mais barato do que as concorrentes. A empresa foi desclassificada por irregularidades na documentação. Começou, então, uma disputa judicial. As segundas colocadas na licitação – as empresas Qualix e Valor Ambiental – acabaram declaradas vencedoras e assinaram o contrato com a SLU. Veio, então, a decisão judicial que obrigou o SLU a romper com essas empresas.

Esta aqui, Sr. Presidente, copia dessa decisão judicial, que passo à mão de V. Exª. No lugar da Qualix e da Valor Ambiental, o SLU assinou contrato com a Delta.

É importante esse relato, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque o preço baixo da Delta, de certo, tinha motivo de existir. Se os serviços fossem feitos ante um governo amigo que permitisse ao grupo dominar a fiscalização, a empresa poderia lucrar, mesmo cobrando um preço baixo, mas o governo eleito pelo povo do Distrito Federal na eleição de 2010 não era amigo, nunca foi amigo. Vinte e seis dias após tomar posse, determinei à Secretaria de Transparência do Distrito Federal que iniciasse uma auditoria profunda nas áreas com graves problemas deixados por gestões do passado – 26 dias depois, Senadora Vanessa. Uma dessas áreas era, precisamente, o lixo. Começa, então, no dia 26 de janeiro de 2011, um auditoria completa e detalhada sobre o serviço de limpeza urbana e sobre execução dos contratos.

Repasso a V. Exª, Sr. Presidente, os documentos referentes a essas medidas que tomei já no dia 26 de janeiro. Essa auditoria feita antes de qualquer menção pública à Operação Monte Carlo ou ao Carlos Cachoeira, à Delta ou ao que fosse se prolongou até maio de 2011. Está aqui o relatório final dos trabalhos, que entrego ao ilustre Presidente, o relatório final desta auditoria.

Essa auditoria detectou uma série de problemas tanto no Serviço de Limpeza Urbana, SLU, quanto nas empresas de lixo, não só na Delta. Na parte do SLU, a fiscalização era muito frouxa; na parte das empre-

sas, o trabalho era feito pela metade. Por exemplo, havia problemas na medição da varrição de ruas: o fiscal atestava o serviço, ainda que realizado sem a medição correta, e a fatura era paga. Dessa forma, a empresa conseguia lucrar mesmo cobrando um preço mais baixo. Pois bem, feita a auditoria, a Secretaria de Transparência dá ciência e pede as providencias ao SLU. De pronto, o SLU abre sindicância – abre sindicância – sobre os fiscais do contrato e implementa uma série de medidas para endurecer a fiscalização sobre as empresas. Está aqui o relatório da sindicância, que eu entrego ao nosso ilustre Senador Presidente e ao nosso Deputado Relator, Odair.

O SLU passa a exigir das empresas de lixo a entrega antecipada do plano de coleta, refaz os cálculos de medição de rua e inicia o processo de licitação para aquisição de balanças, de forma que 100% dos caminhões passem a ser pesados na entrada do aterro sanitário. Até então apenas o lixo domiciliar era pesado. Os entulhos não eram, eram medidos no olhômetro. Esse processo de ajuste começa em junho de 2011 e se estende até novembro, embora a balança propriamente dita tenha sido instalada apenas em janeiro de 2012, em razão dos prazos legais para licitação.

Então apresento a V. Exª justamente esse despacho.

Há aqui, Sr. Presidente, uma eloquente cronologia que, infelizmente, não foi vista por alguns veículos de comunicação. Nos autos da Operação Monte Carlo, são de junho as primeiras gravações em que o Sr. Carlos Cachoeira e seu grupo aparecem atacando minha reputação como Governador do Distrito Federal. Essas gravações comentam reportagens ainda por serem publicadas em revistas, reportagens contra mim, me atacando. Nessas gravações o grupo usa termos chulos a meu respeito.

Hoje eu compreendo, Sr. Presidente por que o Senador Demóstenes Torres protocolou um pedido de *impeachment* contra mim na Câmara Legislativa do Distrito Federal no início de novembro de 2011. Hoje eu compreendo.

Aqui está a documentação, que é o pedido. Poucos dias antes desse pedido de *impeachment*, a Secretaria de Transparência havia encaminhado investigações ao Ministério Público sobre os contratos de lixo no Distrito Federal.

Repasso também a V. Exª os relatórios dessas investigações.

Claro, o grupo precisava de controle sobre o SLU, Deputado Ronaldo, ou, pelo menos, sobre a fiscalização dos contratos. Com a fiscalização apertada, e foi o meu Governo que apertou, a Delta era obrigada a cumprir todos os itens do contrato, e o preço cobrado tornava-se para ela desvantajoso.

Esse antagonismo entre o meu Governo e a Delta chega ao cume em janeiro de 2012, cinco meses atrás, com a instalação da balança no aterro sanitário. A pesagem dos caminhões no aterro diminuiu a fatura com entulhos de R$1.300 mil em dezembro de 2011 para uma média de R$350 mil ao mês a partir de janeiro deste ano.

Sr. Presidente, as medidas adotadas pelo meu Governo economizaram um milhão de reais, um milhão deixou de ser passado para essa empresa de um mês para outro, dinheiro público, dinheiro do povo do Distrito Federal, que estava sendo passado de forma indevida porque não havia fiscalização nem controle sobre a pesagem do lixo.

Volto à cronologia das escutas da Polícia Federal: em 30 de janeiro de 2012, Idalberto Matias disse – em 30 de janeiro de 2012 – que eu levaria três ou quatro meses para cair se continuasse apanhando da imprensa e do Senador Demóstenes. Idalberto Matias menciona, inclusive, uma denúncia a ser feita pelo Procurador-Geral da República. Nesse mesmo dia, Cachoeira diz em alguns dos diálogos: "Agora ele cai". Cachoeira comemora uma reportagem publicada na revista *Veja* dois dias antes, fazendo-me acusações falsas e despropositadas. "Pode avisar que vai continuar apanhando", ameaça Cachoeira na escuta da Polícia Federal.

No começo de fevereiro, esse mesmo personagem demonstra todo o seu ódio contra mim ao desferir uma fileira de impropérios e palavrões a meu respeito, que eu nem cometeria a deselegância de repetir aqui, mas que estão disponíveis nos autos. Infelizmente, nada disso apareceu na imprensa. Estão disponíveis nos autos. E todos, ao obter conhecimento desses termos, vão tirar suas conclusões de que é impossível ser aliado com um tratamento desses.

Concentro meu relato no caso do lixo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, mas o enredo é absolutamente igual em outros casos.

Tomemos o caso do DFTrans. O grupo de Cachoeira tentou fraudar uma licitação para bilhetagem do sistema de transporte do Distrito Federal. Tentou, mas não conseguiu, porque o DFTrans sequer realizou licitação.

Os governos passados haviam entregado todo o controle, a gestão do serviço público de transporte do Distrito Federal para as empresas privadas. Entregou o controle dos subsídios pagos pelo Estado às próprias empresas concessionários de ônibus. Depois que assumi, resolvi fazer com que o Estado retomasse o controle do sistema. O decreto para tanto é de março

de 2011, retomando a Fácil, que era a empresa que fazia esse controle. O DFTrans passou a controlar a bilhetagem efetivamente em junho de 2011.

Aqui estão os documentos, que passo ao Presidente. Aqui, Presidente, os documentos das medidas que tomei para retomar o controle da gestão do transporte público do Distrito Federal. Estava integralmente na mão dos empresários. O Distrito Federal não sabia sequer o número de beneficiados para fazer o pagamento. Quem apresentava isso era uma empresa privada.

O gasto do GDF com o subsídio do transporte caiu de nove milhões para três milhões de um mês para outro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Com o quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O gasto do GDF com o subsídio do transporte, a gratuidade do estudante, caiu de nove milhões para três milhões de um mês para outro. Quando tomamos a bilhetagem, identificamos mais de dois mil cartões clonados, e caiu estupidamente o repasse desses recursos que estavam entregues desse jeito às empresas privadas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ao mês isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ao mês, ao mês.

Foi nessa época, junho e julho de 2011, que a Polícia Federal descobre a trama desse grupo de Carlos Cachoeira para vender ao DFTrans um sistema de bilhetagem produzido por uma empresa coreana. É verdade que a trama existiu. É verdade que Carlos Cachoeira contratou um intermediário para tentar obter acesso à Secretaria de Transportes. Mas é verdade que o DFTrans não fez licitação alguma. Como então falar em Carlos Cachoeira operando licitação no GDF? Como então falar em Carlos Cachoeira operando licitação no GDF? Como falar em favorecimento a Carlos Cachoeira? Ora, se ele tivesse alguma ligação com o Governador, precisaria contratar lobista para chegar até a Secretaria de Transportes? Por favor, não vamos ofender a inteligência alheia. Estamos falando de meados de 2011.

Já vimos que, em abril de 2011, não conseguiram nomear nem um gari. Em junho de 2011, estava contratando intermediário lobista para chegar até uma Secretaria. Em outubro de 2011, pediram o meu *impeachment* e, a partir de janeiro deste ano, planejavam uma forma de me derrubar, de derrubar um governo eleito democraticamente pelo povo, porque esse governo estava impedindo que o crime entrasse no Distrito Federal, que fizesse negócios no Distrito Federal, que tivesse favorecimento, que indicasse gente. Por isso queriam me derrubar. E estão claríssimas nas degravações as tramas, as articulações para derrubar um governo eleito que estava impedindo que o crime entrasse no Distrito Federal.

Ora, quando é que esse pessoal teve acesso ao Governador? Que ato do Governador favoreceu desde o início do mandato esse grupo ou essa organização? Que ato? Quando foi? Um caso só. Não precisa fazer igual aos outros Estados, que são dezenas de casos. Quero um só! Que negócio conseguiu fazer aqui?

A licitação do sistema de bilhetagem não saiu porque o meu governo decidiu enfrentar outro problema sério no Distrito Federal, o transporte público. Resolveu enfrentar o problema como um todo. Nesse momento nós estamos licitando todo o sistema, toda a frota de ônibus, não apenas a bilhetagem. O edital está na rua e a maior licitação hoje em curso no Brasil é a licitação do transporte público do Distrito Federal. Aberta, com segurança jurídica para atrair inclusive novas empresas para prestar serviços no Distrito Federal e acabar, obviamente, com esse oligopólio.

Neste momento nós estamos licitando todo o sistema. Nós queremos que o transporte público de Brasília seja um exemplo de civilidade e conforto ao usuário. O Distrito Federal tem 52 anos. Até então nenhum outro governador teve a coragem de enfrentar o oligopólio feroz que humilha as nossas trabalhadoras e os nossos trabalhadores todos os dias. Eu tive, estou fazendo essa licitação e vou mudar essa realidade que é o direito de ir e vir.

Então quero apresentar ao nosso Presidente, nosso Senador Vital do Rêgo.

Mas voltemos ao tema, Sr. Presidente. Aplico o mesmo raciocínio do lixo e do DFTrans no caso da Fazenda Gama, uma área pública nos arredores do Aeroporto Internacional de Brasília.

Os autos da Operação Monte Carlo revelaram que Carlos Cachoeira forjou a compra de terras públicas e planejava legalizar a posse. Para isso seu grupo diz ter aliciado servidores do Distrito Federal.

Pois bem, a regularização ou qualquer legalização dessa área não foi feita. Não foi feita. Mais uma tentativa frustrada. Os ditos servidores já foram afastados de suas respectivas funções e estão sob investigação da Secretaria de Transparência, inclusive com a quebra do sigilo fiscal já realizada e do bancário solicitado à Justiça.

Entrego ao Sr. Presidente cópia das investigações feitas até aqui.

Mas, se Cachoeira tinha acesso ao Governador, por que precisava aliciar funcionários na base da Terracap, do Ibram, do Incra? E mesmo assim não conseguiu regularizar terra nenhuma? Era terra pública, do Distrito Federal e da União.

Essa, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, é a verdade, a pura verdade sobre a relação do GDF com a Delta, com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira. É a verdade que nós repetimos e provamos à exaustão, mas que poucas pessoas se deram ao trabalho de ouvir. Infelizmente, durante esse tempo todo, muitos homens públicos respeitáveis foram usados por interesses baixos. E falo de políticos, jornalistas, autoridades. Outros se uniram a esses interesses baixos conscientemente, por causa da luta política. O que é de se espantar é o pouco respeito dessas pessoas pela vontade da sociedade, que, aqui, no Distrito Federal, escolheu um novo caminho na eleição de 2010. Um caminho distante do crime, do compadrio, da corrupção desenfreada e absoluta da máquina pública.

Neste um ano e seis meses de mandato, Sr. Presidente, tenho enfrentado todo tipo de sordidez que um político pode enfrentar. Ataques de todas as formas. Não podem atacar meu governo porque não tem absolutamente nada. São ataques de todas as formas, pessoais ao extremo, à minha família. Chegaram ao ponto de atacar minha mãe, porque, além de criminosos, são covardes.

Quero dizer que vou resistir. Vou continuar lutando contra esses grupos, expulsos da máquina pública pelo povo do Distrito Federal, pelo voto. Pelo voto.

Esperamos que as apurações que estão em curso no Ministério Público sobre a Caixa de Pandora possam ser concluídas e divulgadas, porque não é possível continuar quem praticou crime, não tem ninguém preso e está todo mundo ainda atuando, com os mesmos métodos, conspirando, grampeando gente, fazendo, produzindo dossiês, uma verdadeira organização criminosa, que continua atuando com todo vigor.

Esperamos que, com o resultado do Ministério Público, a divulgação do resultado da Caixa de Pandora, haja a responsabilização de todos que fizeram o que fizeram com o Distrito Federal.

Vou reconstituir o poder político em bases republicanas aqui na Capital do nosso País, na Capital de todos os brasileiros, a nossa querida Brasília. Vou cumprir a missão para a qual fui eleito em novembro de 2010. Tenho a minha consciência tranquila. A sociedade de Brasília me conhece, sabe da situação em que herdei a cidade, uma cidade humilhada por escândalos e ameaçada por intervenção federal.

Lembro-me perfeitamente, no dia da posse da Presidenta Dilma, de que encontrei o Senador Eduardo Suplicy e ouvi dele a queixa de que o mato na quadra onde ele morava estava da altura dele, e olha que ele não é um homem baixo. Quem aqui não se lembra de que a cidade estava infestada de mosquitos? Que o lixo não era recolhido? As ruas esburacadas, em todo o Distrito Federal, inclusive no Plano Piloto. Que metade das escolas não tinha condições físicas para receberem os alunos. Eu tomei posse no dia 1º de janeiro de 2011 e as aulas começavam no dia 10 de fevereiro de 2011. Fiz um mutirão para reformar 300 escolas para as crianças entrarem na escola, os professores e os funcionários. Trezentas escolas.

Meu Secretário de Obras da época fez essa grande iniciativa e coordenou. Quando assumi o governo, o caos era uma palavra sublime para descrever a situação. Levei dez meses, repito, onze meses, na verdade, para limpar o CNPJ, todos os CNPJ do Distrito Federal. O último, Líder Jilmar Tatto, foi em novembro, o CNPJ do GDF, porque todos estavam inscritos nesses cadastros de inadimplência. Não podia contrair empréstimo. Foram embora e não prestaram conta dos convênios nas Secretarias todas. E só quase um ano depois consegui recuperar o CNPJ, para ter a normalidade.

O Distrito Federal, Sr. Presidente, não tinha uma situação de saúde financeira porque havia uma dívida muito grande e só no ano seguinte, 2012, que consegui superávit fiscal, que não tinha desde 2008.

Mas tem um assunto aqui que quero trazer para vocês porque está aqui muito uma parte importante da origem de toda a perseguição, de todos os ataques, de toda a violência contra a minha pessoa: a criação da Secretaria de Transparência.

Criei a Secretaria de Transparência, fortaleci essa Secretaria de Transparência, que hoje é um orgulho. Se houver algum Estado que tenha uma secretaria de transparência como essa... Pode ser igual, mas melhor não é, do ponto de vista da transparência. Ela foi criada com estrutura similar à da Controladoria-Geral da União. Fizemos uma reformulação do Portal da Transparência, que, além de conter informações sobre todas as despesas, receitas e bens do GDF, também disponibiliza todo o quadro de servidores, assim como a remuneração de todos eles. É só entrar: www.transparência.df.gov.br.

Criação da Ouvidoria, uma ouvidoria especial de combate à corrupção. Foi criado um número específico, um 0-800, para garantir, para preservar o anonimato das pessoas que queiram denunciar.

Apuração administrativa dos desvios levantados pela Operação Caixa de Pandora.

Instalação dos processos disciplinares contra os servidores envolvidos. As provas coletadas nesses processos disciplinares foram compartilhadas com a Procuradoria-Geral da República para auxiliar o oferecimento da denúncia que está sendo finalizada pelo Ministério Público Federal. A Subprocuradora-Geral da República elogiou o trabalho do GDF, afirmando que

somente neste Governo passou a ter a colaboração necessária para apresentação da denúncia.

Instalação de processos administrativos contra os fornecedores; punição dos corruptores. Decretamos seis empresas como inidôneas, relacionadas à Caixa de Pandora, e já estamos, Sr. Presidente, cobrando de volta dinheiro surrupiado do Governo do Distrito Federal, 750 milhões estão sendo cobrados pelo Tribunal de Contas depois das nossas apurações. Já estamos cobrando de volta para o povo do Distrito Federal os recursos surrupiados.

Fizemos uma conferência aqui com participação de 3 mil pessoas, uma conferência de controle social, que foi espetacular, a primeira.

A Ficha Limpa para todos os cargos em comissão aprovada por uma emenda à Lei Orgânica. Não foi decreto, foi emenda à Lei Orgânica, porque foi aprovada pelos nossos Deputados Distritais, na Câmara Legislativa. E o novo regime jurídico dos servidores, obrigatório para todos os ocupantes de cargos públicos do DF. Foi um dos primeiros, entre os Estados, a implantar essa exigência da Ficha Limpa. Lei Complementar 840, de 2011.

Lembro que estamos à frente da União nesse quesito e que o Senador Pedro Taques tem PEC no Congresso nesse sentido.

Nepotismo. Edição do Decreto 32.751, de 2011, que veda a prática no âmbito do Distrito Federal, bem como do novo regime jurídico dos servidores. Enfrentamento da questão do nepotismo.

Acompanhamento dos grandes contratos. Só pode ser gestor no Distrito Federal de contratos acima de 150 mil servidores concursados. Decreto 32.753, de 2011. Porque aqui era frequente, Senador Presidente Collor, era muito frequente um servidor ser contratado e depois ele sumia. Ganhava R$1.000 e era gestor de um contrato de R$100 milhões, R$150 milhões. Nós acabamos com isso. É servidor público que pode ser gestor do contrato.

Criação de unidades de controle interno em cada secretaria.

Avanço das ouvidorias em todas as áreas.

Convênios com os órgãos do controle distrital, Tribunal de Contas do Distrito Federal, e federais, Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União.

Está aqui, Sr. Presidente, uma pequena amostra de por que essa ira é tão violenta: porque aqui é definitivo, não é circunstancial o que estamos fazendo. Isso vai ficar para o Distrito Federal. É irreversível. O povo não vai aceitar mais as práticas anteriores. Ninguém revoga isso aqui. Ninguém tem coragem de revogar isso aqui.

Sr. Presidente, nós fizemos, nesse período – pasmem, Srªs e Srs. Deputados – 14 mil auditorias. A Secretaria de Transparência, com todas as outras secretarias, fizemos 14 mil auditorias.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Estado de calamidade era muito preocupante. Eu cito a questão da saúde porque é a vida das pessoas, e a situação da saúde era devastadora. A saúde estava na UTI, enferma, porque tinha desabastecimento total de medicamentos. O centro cirúrgico do Hospital do Gama, chovia dentro do centro cirúrgico. O Hospital de Planaltina, o pronto-socorro, não era um hospital. Parecia mais um depósito de pessoas, mulheres, homens, patologias diferentes, tudo junto, colado. Não tinha lugar para prescrição, isolamento, criança, adulto. Ali, tomei uma decisão radical: fechar um pronto-socorro. Não é fácil fechar um pronto-socorro que atende mil pessoas por dia – mil pessoas por dia! –, que é o Hospital de Planaltina. Sobrecarreguei o Hospital de Sobradinho, mas, em quatro meses e meio, entreguei um pronto-socorro novinho no Hospital de Planaltina. No Hospital de Ceilândia, o centro cirúrgico estava fechado. Contaminação de piolho e de pombo. O centro cirúrgico estava fechado. Contaminação de piolho e de pombo!

E poderia citar praticamente toda a rede que precisou de investimentos na área física. Contratamos para a área de saúde, em números de hoje, pouco mais de seis mil servidores públicos para a área de saúde. Seis mil servidores! E está muito longe de resolver o problema, devido ao caos que estava estabelecido entre médicos, enfermeiros, todas as equipes, ampliar a atenção básica e de saúde, botar para funcionar as UPAs. Nesse período, no Distrito Federal, em 52 anos, foram criados duzentos leitos de UTI. Eu já criei 96 leitos agora, só em um ano e meio, e dobro isso, até o final do meu mandato, leitos de UTI. Porque é duro ver uma pessoa grave precisar de um leito de UTI e não ter. E grande parte dos recursos nós gastávamos pagando a área privada, pagando UTI da área privada. Estou reestatizando, na verdade, tendo leitos próprios para a UTI.

E posso dizer, com todas as dificuldades que ainda têm pela frente, Sr. Presidente, que tenho orgulho de dizer que há cinco, seis meses, sete meses, agora, inaugurei o Hospital da Criança, que é um hospital que cuida de criança com câncer e patologias graves, em parceria com a Abrace. Um exemplo, um orgulho, um hospital especializado só para criança. Estamos atendendo pouco mais de três mil crianças, Deputado Ronaldo. Três mil crianças por mês. Isso não é demanda do Distrito Federal. Nós atendemos o Brasil. O hospital tem pouco tempo que inaugurou. É um hospital de excelência em tecnologia, qualidade,

humanização. A criança entra no hospital, parece que está em um *shopping*. Um hospital público. Pode ter igual um privado, mas melhor não tem. Falo com muito orgulho porque cuidar das crianças , sobretudo, das que mais precisam.

A minha missão, Sr. Presidente, é recuperar a credibilidade das instituições do Distrito Federal, é recuperar a autoestima do morador da Capital do nosso Brasil. O povo de Brasília, que é a síntese do Brasil, é um povo trabalhador, é um povo empreendedor, é um povo vitorioso, é um povo que construiu um patrimônio da humanidade em apenas cinquenta anos. E esta cidade é a cidade das oportunidades, é a cidade do trabalho para quem quer trabalhar, para quem quer estudar, para quem produz. E esta é a marca do povo da Capital do Brasil, construída por todos os brasileiros de todos os Estados do Brasil e que, hoje, continuam construindo, e moram brasileiros de todos os Estados do Brasil. É por isso que é a capital de todos os brasileiros. E a marca desse povo – nem que queiram, goela abaixo, imprimir uma marca negativa, não vão conseguir – é uma marca de vitória.

Portanto, Sr. Presidente, eu também, que nasci na Bahia e cheguei aqui para fazer residência médica e estou aqui há trinta anos, fui acolhido por esta cidade, e tudo da minha vida eu devo ao nosso Distrito Federal.

Brasília, esta cidade onde a política flui como em nenhum outro lugar do País. Envolvi-me também com a vida política. Sou médico, sou cirurgião. Meu trabalho sempre foi cuidar das pessoas. Se entrei na política não havia outro caminho senão o de lutar por justiça e por liberdade. Combati a ditadura. Ingressei na vida político-partidária desde cedo, na época de estudante, nas fileiras do PCdoB, com muito orgulho. Hoje integro, com muito orgulho, o Partido dos Trabalhadores. Não mudei de lado. Continuo firme no combate à desigualdade, à defesa das classes mais pobres e desassistidas. Entrei na política por ideias e por ideias me mantenho nela. Não estou aqui para fazer negócio.

Sou médico há 30 anos, casado com uma médica também há 30 anos. Temos passado limpo e biografia limpa. Não admito ser medido pela régua de outros políticos que passaram no Distrito Federal, políticos que envergonham a nossa cidade, que jogaram a nossa credibilidade na lama. Trabalho honestamente e, junto com a minha esposa, tenho rendimento suficiente para pagar as minhas despesas e os meus bens.

Meus adversários são desleais. Como não conseguem fazer ataque ao meu Governo e, com todas essas medidas que tomei, não conseguiram entrar, com toda pressão que fizeram, não conseguiram que nós cedêssemos a qualquer pressão para abrir mão dos nossos princípios, tentam me atacar pessoalmente de forma violenta, desonesta e covarde. Tentam me envolver em escândalos desde que me candidatei a Governador do Distrito Federal.

Primeiro, foram as acusações da minha passagem pelo Ministério do Esporte. Meus acusadores abandonaram o Programa de Proteção a Testemunha para aparecerem na TV, no programa eleitoral do candidato adversário. Hoje estão desmascarados. Minha passagem no Ministério do Esporte, com muito orgulho, fazer parte do Governo do Presidente Lula, esse grande estadista, transformei esse ministério que não existia quando cheguei. Hoje é um dos Ministérios mais importantes, colocando o Brasil na cena internacional com altivez, ajudando o desenvolvimento do nosso País. As minhas contas, todas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Os meus programas no Ministério do Esporte, auditados e aprovados pela Corregedoria Geral da União.

Depois, vieram as acusações da minha passagem pela Anvisa. Tenho orgulho de ter atuado por mais de dois anos na Anvisa. Temos no Brasil uma das mais respeitadas agências de vigilância sanitária do mundo, do mundo. É a segunda ou terceira mais respeitada agência de vigilância sanitária do mundo. Seus processos são rígidos, e o corpo técnico, altamente qualificado e de carreira. Tudo de carreira. Acusam-me de assinar documentos em favor de terceiros sem saber que um diretor da Anvisa jamais assina nada sem que o corpo técnico tenha se pronunciado no mesmo sentido. A própria Anvisa já investigou minhas ações, quando diretor. Estão aqui duas certidões me isentando de responsabilidades em qualquer ato irregular, que passo ao nosso Presidente.

Por fim, surgiram as cobranças quanto à formação do meu patrimônio. Repito, Sr. Presidente, sou cirurgião, casado com uma ginecologista, há 30 anos. Todos dois médicos. Ela já aposentada. Fui Deputado por 16 anos, oito anos morando em apartamento funcional. Disputei o Senado em 2006. Fiz uma campanha modesta, mas memorável. Perdi por uma margem muito pequena de votos. Foi quando resolvemos, eu e minha esposa, juntar as economias de todos esses anos e comprar um casa. Perderia o mandato e, com ele, o direito de ocupar um apartamento funcional. Então, procuramos um imóvel, achamos essa casa ainda em obra, inacabada, em um condomínio de classe média do Distrito Federal. Fechamos o negócio em 2006, parcelamos e pagamos. A aquisição está declarada no imposto de renda. Há mais de cinco anos, Sr. Presidente. Não há um único reparo em meu imposto de renda. Não tenho um centavo de patrimônio a descoberto. Aliás, o meu patrimônio hoje é bem modesto para um casal de médicos há 30 anos, sendo que

passei por um período de mandatos por 16 anos, fui Ministro de Estado, Diretor desta grande agência que é a Anvisa. Sei, Sr. Presidente, que compareço a esta CPI na condição de testemunha, sei que não é usual uma testemunha fazer o que vou propor agora, mas não posso conviver com desconfiança sobre a minha biografia; por isso, quero aproveitar esta ocasião para oferecer a V. Exªs, colocar aqui à disposição da CPI o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos membros da CPI que não se manifestem nem favorável nem desfavoravelmente à testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ouvi, há alguns dias, de um homem humilde, um homem do povo a lembrança de um velho adágio popular, segundo o qual quem não deve não teme. Eu mesmo já havia oferecido ao Procurador Geral da República os meus sigilos há mais de um mês. Entrego a V. Exª, Sr. Presidente, esta minha decisão, colocando aqui à disposição desta CPMI.

O Distrito Federal abriga a capital de todos os brasileiros. O compromisso de a capital dar certo não é só dos moradores permanentes do Distrito Federal e sim de todos os brasileiros. Ao final do meu governo pedirei o julgamento da população; ela verá um Distrito Federal melhor; um Distrito Federal mais desenvolvido, mais empregos e mais oportunidades; um Distrito Federal com um presente e um futuro de que se orgulhar; ao final do meu governo, Brasília terá uma agenda nova, com serviços públicos decentes e civilizados, longe da vergonha daqueles que humilharam o povo da nossa cidade.

Dito isso, Sr. Presidente, peço perdão por ter me alongado até este tempo, me coloco à disposição de V. Exªs para fornecer mais informações e esclarecimentos. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srªs e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço novamente à plateia que não se manifeste.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É sobre o fato da presença...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É sobre o fato, Presidente, uma questão de ordem.

Eu, na verdade, quero só realçar para V. Exª que tenho aqui algumas informações que parte desta Casa está querendo, lamentavelmente, em vez de investigar politizar. Então, faço um apelo a V. Exª: que as perguntas... Eu sei que os Parlamentares têm a prerrogativa de falarem o que quiserem, mas eu queria pedir a V. Exª que todas as perguntas endereçadas ao senhor Governador fossem literalmente destinadas a investigar, no prazo de 180 dias, práticas criminosas do Sr. Cachoeira.

O SR. CANDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar, Candido Vaccarezza, a questão de ordem.

Esse ordenamento dos trabalhos, por favor, a regra de ontem está muito clara, peço a civilidade, o companheirismo de todos os senhores parlamentares, estamos aqui com uma testemunha que veio como ontem para colaborar com os nossos trabalhos.

Já que foi pedida a questão de ordem, eu vou dar a palavra para contradita do Deputado Vaccarezza e depois passarei a palavra ao Sr. Relator.

O SR. CANDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – A minha contradita é o seguinte: primeiro, cada Parlamentar que está aqui tem o direito de fazer a pergunta que melhor lhe aprouver. Segundo, o Governador Agnelo, quando abriu o seu sigilo bancário, seu sigilo telefônico para a CPI, mostrou que não tem nada a esconder. Então, a oposição e quem quer que seja pode perguntar o que quiser que o Governador Agnelo responderá.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator. Com a palavra o Relator. Não há mais questionamento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Art. 14. É uma contribuição, Presidente.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não. Não tem 14. Ninguém foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor não foi citado. Por favor. Com a palavra o Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, o senhor pode falar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espere aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Calma, Calma.

Presidente, é só uma questão importante para V. Exª.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, a Presidência com a palavra. A Presidência com a palavra.

O senhor não pode interferir na Presidência, arguindo um artigo que não lhe compete. Agora, o senhor pode pedir a palavra pela ordem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... e gentilmente eu darei,...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... até porque V. Exª é um colaborador sempre oportuno desta Presidência. O senhor tem toda a clareza e a convicção de se portar à Presidência, pedindo a palavra pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, obrigado.

Presidente, eu queria apenas fazer uma solicitação a V. Exª.

Nós tivemos aqui um gesto importante do Governador do Distrito Federal, mas ele se consolida com a assinatura do termo de abertura, não apenas com a vontade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Espere aí. É um direito que eu tenho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós estamos aqui... O Governador, publicamente, disse que vai abrir o seu sigilo. Primeiro, que seja no período de todos os sigilos que a CPI abriu, portanto recuando até o ano de 2002.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, aí não, aí não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A palavra pela ordem. Conclua.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, isso é intervenção política.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Que seja formalizado durante o período em que o Governador está dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Essa é uma matéria que nós vamos discutir oportunamente.

Com a palavra o Sr. Relator para as suas indagações.

Por favor, sem mais interrupções.

Por favor, com a palavra o Sr. Relator para as indagações à testemunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, agradeço ao Governador Agnelo Queiroz a sua presença.

É importante nós termos clareza de que esta presente... Não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço silêncio para a garantia da intervenção do Relator, por bondade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, nós temos clareza de que o Governador Agnelo Queiroz comparece a esta CPMI como testemunha, porque nós estamos investigando a organização criminosa criada pelo Sr. Carlos Cachoeira e seus tentáculos em governos. Esse é o objetivo da nossa investigação.

Com isso, a presença de V. Exª aqui nos ajuda a compreender o grau e o nível do investimento dessa organização criminosa, nesse caso, no Governo do Distrito Federal.

Com esse sentido, Sr. Governador, pergunto a V. Exª quando o senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira e se o senhor manteve relações com ele.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu nunca recebi o Sr. Carlos Cachoeira, como Governador, nem na transição nem na campanha. Nunca o recebi no meu gabinete, nunca falei com ele, nunca me ligou, nunca liguei para ele.

Uma vez, encontrei o Sr. Carlos Cachoeira numa visita institucional quando eu era Diretor da Anvisa – visitei uma fábrica da Vitapan, em Anápolis. Eu visitei essa fábrica, em que encontrei vários técnicos da fábrica, assim como visitei outras fábricas em Anápolis, que é o segundo polo farmacêutico do Brasil. Também fiz visitas em outros Estados do Brasil: aqui, em São Paulo e em outros lugares. Esse foi o único contato que eu tive com o Sr. Carlos Cachoeira. Não tenho absolutamente nada com o Sr. Carlos Cachoeira, nem relação, nem contribuição de campanha, absolutamente nada com o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor se encontrou com ele então uma única vez?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Uma única vez.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando visitou a empresa...

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa... Ele era um dos proprietários da empresa. A visita foi à empresa, e ele estava presente junto com outras pessoas da empresa, inclusive técnicos da empresa que conversaram comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As interceptações da Polícia Federal, Governador, dão conta de, pelo menos, cinquenta referências ao nome de V. Exª

nos autos dos inquéritos da Polícia Federal, precisamente da operação Monte Carlo. A que V. Exª atribui essas citações variadas? V. Exª já citou aqui algumas referências no segundo semestre de um período x, mas não foram todas. A que V. Exª atribui essas citações?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, não posso, é evidente, responder por diálogos de terceiros. Tenho certeza de que, se se fizer a análise profunda, grande parte, senão a totalidade, dessas citações são ataques à minha pessoa.

A cronologia que eu fiz questão de detalhar aqui no início era para mostrar isto: houve uma fase inicial de tentativa de aproximação desse segmento. Era uma empresa que tinha um contrato aqui, portanto, tentou fazer contatos com Secretários, chefes de gabinetes etc e, posteriormente, partiram para o ataque porque não conseguiram fazer nada no Distrito Federal. Não houve nenhuma atitude que desabonasse qualquer interlocutor. E o nosso procedimento não teve nenhuma interferência nesses contatos, de tal maneira que os procedimentos que aqui relatei e documentei, entregando-os à Presidência da CPI, provam a nossa conduta com relação à Delta. Posteriormente, depois da revelação das escutas a Carlos Cachoeira... como poderíamos saber que a Delta tinha relação com Carlos Cachoeira? Só soubemos depois da revelação das escutas da Policia Federal. Todas as tratativas feitas foram republicanas. Portanto, não há nenhum tipo de citação dessa que possa ser caracterizada como uma coisa ilegal, um aproveitamento, enfim, qualquer tese dessa ordem. Em absoluto, não tem uma ligação minha, não há ligação, comigo ou com qualquer Secretário meu, do Carlos Cachoeira ou do seu grupo direto, nem interceptação. Portanto, Sr. Presidente, acredito que a apuração da Policia Federal – que respeito muito, que é muito séria, detalhada, de vários anos – não deixa dúvida nenhuma. Todos que têm ligação com esse caso estão bem documentados na investigação da Policia Federal. E não citação de nomes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor disse aqui que visitou a empresa Vitapan, cujo sócio era o Carlos Cachoeira, e naquela oportunidade se encontrou com ele uma única vez. Qual foi o motivo dessa visita do senhor à empresa Vitapan?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Recebi uma visita e visitei a empresa. É uma empresa de medicamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cujo um dos sócios é o Sr Carlos Cachoeira.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Assim como visitei outras no mesmo dia, como a Teuto, assim como visitei União Química, assim como visitei a EMS em São Paulo. Isso é uma atividade absolutamente normal de um diretor de agência, sobretudo nas indústrias nacionais, para debater seus problemas, suas dificuldades – isso é absolutamente normal –, conhecer o seu portfólio de produção. É isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mais pessoas participaram desse encontro ou foi só V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Mais pessoas, mais pessoas, varios técnicos da empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual a relação de V. Exª com o Senador Demóstenes Torres?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com Senador Demóstenes Torres, eu tinha uma relação extremamente cordial aqui, fui Parlamentar aqui, fui Deputado Federal. Na época, ele era Senador e sempre foi uma pessoa muito cordial, eventualmente encontrava com ele. A minha surpresa foi a ofensiva, o ataque violento contra minha pessoa. No início, eu não podia compreender o porquê disso, achava até que era por solidariedade aos meus adversários do Distrito Federal. E ele fez um pronunciamento da tribuna do Senado, me atacando. É comum um ataque ao Governador de uma forma violenta, fez requerimento para uma Comissão aqui, para minha convocação em uma comissão ordinária. E, depois, ele pediu o *impeachment*, aqui, no Distrito Federal, em novembro de 2011, justamente no período em que entregamos o resultado da auditoria para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas do Distrito Federal. E as gravações, Sr. Presidente, quero deixar claro, as interceptações provam isso. Há vários diálogos, dezenas de diálogos em que há combinação desse grupo, dessa organização com o Senador para me atacar: "pode bater, pode bater". Aí xinga, xinga, e depois diz: "libera o gordinho" – estava se referindo ao Demóstenes.

Então, tem, assim, de forma absolutamente extensa, uma atitude deliberada. Hoje, para mim, está claro que é um braço político dessa organização. Então, foi uma coisa muito violenta mesmo contra a minha pessoa, e eu estranhei muito isso e hoje compreendo plenamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, depois de eleito, logo antes da posse, V. Exª se encontrou com o Senador Demóstenes Torres? Se se encontrou pessoalmente, de que assuntos trataram?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não me encontrei com o Senador Demóstenes Torres.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Escutas telefônicas da Polícia Federal na Operação Monte Carlo mostram que, no dia 30 de dezembro de 2010, dois dias antes da posse de V. Exª como Governador do Distrito Federal, Carlos Cachoeira conversou com o então Diretor da Delta no Centro-Oeste, Cláudio Abreu, e o Sargento Idalberto Matias, o Dadá, um dos arapongas da organização. Os três articulavam uma conversa do

Senador Demóstenes Torres com V. Exª. Demóstenes teria sido escalado para fazer *lobby* junto a V. Exª para assegurar a nomeação do Tenente-Coronel da Polícia Militar Paulo Abreu para presidência do Serviço de Limpeza Urbana. Indago de V. Exª se o Senador Demóstenes Torres chegou a indicar este Tenente-Coronel da Polícia Militar a V. Exª e se o pleito foi atendido.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Ele nunca me fez esse pedido, nunca me fez esse pedido, nem ligação, nem recado, em absoluto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De forma nenhuma?

O SR. AGNELO QUEIROZ – De forma nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nem indiretamente?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem indiretamente. Eu nunca recebi essa demanda. Só fiquei sabendo, depois da divulgação das degravações, que havia uma articulação para indicar esse Paulo Abreu para presidência do SLU, o que casa perfeitamente com o que descrevi aqui no preâmbulo, que era a tentativa de controlar a empresa gestora do lixo. Mas isso sequer chegou a mim. Eu indiquei um delegado da Polícia Civil, que é o João Monteiro, foi Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, e que não tem absolutamente nada a ver com esse grupo. Inclusive foi o motivo por que eu indiquei o João Monteiro para ser o Presidente do SLU. Então, não recebi nenhuma indicação, nenhuma sugestão, nem de Demóstenes nem de outra pessoa qualquer, porque eu só vim a ter conhecimento de que esse nome pleiteava o SLU agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, em relação aos assessores de V. Exª. V. Exª tem um ex-chefe de gabinete de nome Cláudio Monteiro. Qual é a relação de V. Exª com ele? Quanto tempo trabalharam juntos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Relator, conheço o Cláudio há muito tempo. Foi Deputado Distrital comigo, em 1991, na primeira legislatura. Ele foi reeleito a Deputado Distrital e eu fui eleito Deputado Federal. Voltamos a nos encontrar quando eu assumi o Ministério do Esporte, em 2003, quando ele foi meu chefe de gabinete e também foi meu Secretário-Executivo do Ministério do Esporte. Agora, depois que eu me elegi Governador, chamei-o para ser meu chefe de gabinete. Portanto o conheço há muito tempo e tenho toda a confiança no Cláudio Monteiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Interceptações, Sr. Governador, da Polícia Federal revelam diálogo entre o Diretor da Delta Cláudio Abreu e o Sr. Dadá, em que os dois comentam sobre uma oferta de dinheiro para Cláudio Monteiro, seu ex-chefe de gabinete. O que V. Exª diz sobre esse diálogo que envolve um auxiliar tão próximo de V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Relator, eu perguntei ao Cláudio Monteiro e ele me garantiu que isso não aconteceu, que não teve nenhum repasse. Isso é um diálogo de terceiros, não tem nenhuma interceptação com o Cláudio Monteiro, nenhuma interceptação nesse período todo. Então, é evidente que, por essa proximidade, o Cláudio Monteiro tomou a atitude de se afastar do Governo, botar seu sigilo bancário e fiscal à disposição, abrir mão de foro qualificado, especial, enfim, essa é a pura realidade. Então é evidente que ele está convocado para esta CPI, vai poder dar as explicações, mas a informação que tenho dele é essa e não tenho motivo nenhum para desconfiar disso porque não teve nenhuma ação que favorecesse a Delta, nenhum ato dele, nenhum pedido que não fosse republicano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele solicitou, em algum momento, em alguma vez, a V. Exª ou a algum secretário de V. Exª a ampliação dos contratos da Delta precisamente?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tenho conhecimento disso. Acho isso uma coisa absolutamente improvável, porque ele não estava cuidando desse tema, dessa... do lixo. Ele recebia as pessoas, recebeu representantes da Delta, é chefe de gabinete, recebe todas as pessoas, é quem faz a triagem; portanto, uma ação absolutamente normal de um chefe de gabinete. Encaminha o que é para o governador, encaminha o que é para os secretários. E não teve nenhuma ação dele que eu considere que não seja republicana. E não teve nenhum pedido dele para favorecer a essa empresa Delta, como, de resto, não tem nenhum favorecimento dentro do meu Governo a essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, mas nós estamos falando de contratos novos da Delta, o que seria uma circunstância, e com relação à execução dos contratos, porque é sabido que a Delta mergulhava os contratos, o preço dos contratos e, depois, buscava fazer ajustes ou trabalhar na intimidação da fiscalização.

O Cláudio Monteiro fez algum pedido, agiu de alguma forma nesse sentido, para viabilizar a ampliação ou facilitar a vida da Delta, no Governo de V. Exª, nesse contrato que o Governo tem, tinha com a Delta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não tenho conhecimento, Sr. Relator, de uma ação como essa. Não tenho. E a minha segurança é porque, da minha parte, eu tenho de cobrar dos meus auxiliares, primeiro, a auditoria que foi feita; segundo, o cumprimento rigoroso do contrato; terceiro, as medidas duras de fiscalização. E isso tudo foi feito. Não teve nenhum tipo de conciliação, não teve nenhum tipo de favorecimento, não teve

nenhum tipo de benefício. Então, achar que algum auxiliar meu possa ter interferido nisso não é provável, sobretudo um auxiliar perto, que, teoricamente, falaria comigo. Então, não tem... Eu não... Eu confio na palavra dele, nesse aspecto, mas é evidente que ele vai estar à disposição para esclarecer isso também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As operações da Polícia Federal dão conta de que reunião havida nas dependências do Palácio do Buriti, entre Cláudio Monteiro e Idalberto, o Dadá... Aliás, dão conta de que houve uma reunião entre eles nas dependências do Palácio do Buriti. V. Exª tem notícia dessa reunião e de quais assuntos foram tratados?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Depois das revelações, eu perguntei ao Cláudio Monteiro, e ele recebeu, sim; recebeu representantes da Delta, recebeu o Cláudio Abreu e também o Idalberto Matias. Ele recebeu, como representantes da empresa. Perguntei sobre o teor da conversa, como foi, e disse que foi conversa normal, corriqueira, sem nenhum tipo de nenhum pedido que não fosse republicano. Essa é a explicação dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª pode nos informar das relações mantidas entre o Sr. Cláudio Monteiro e o Sr. Cláudio Abreu? Que tipo de relação eles tinham?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Não tenho conhecimento. Sei que ele recebeu, acho que duas vezes, que ele me falou, recebeu esse Cláudio Abreu. Mas eu, por exemplo, não conheço o Cláudio Abreu, nunca o recebi, nunca troquei um telefonema com ele. E o cumprimento rigoroso do contrato foi exigido e foi feito e não teve nenhum tipo de atalho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, com relação ainda às investigações da Operação Monte Carlo, há informação de que Cláudio Monteiro recebeu... V. Exª teve Cláudio Monteiro... Já o conhece há muitos anos e o teve como seu chefe de gabinete. Ele teria recebido do grupo de Cachoeira um rádio de comunicação Nextel, adquirido nos Estados Unidos. Esse rádio teria sido repassado por Dadá ou por Cláudio Abreu. Ressalto que Dadá e Cláudio Abreu são considerados representantes dos interesses, e é conhecido por todos nós, da organização criminosa. O que V. Exª sabe sobre esse rádio que teria sido entregue a seu ex-chefe de gabinete?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também perguntei, Sr. Relator, a ele. Indaguei sobre isso, e ele me falou que não recebeu rádio nenhum. Não recebeu rádio nenhum. E um dado que fala a favor, inequivocamente, é que não tem nenhuma interceptação do Sr. Cláudio Monteiro. Se ele tem um rádio que é para comunicar fácil, e essa organização distribuiu rádios, e todos foram grampeados fartamente, por que não haveria de ter uma interceptação do Cláudio Monteiro, seja pelo rádio ou por qualquer outro mecanismo? Mas não há.

Então, confio na palavra dele de que não recebeu, e está aí para ser apurado, já que ele mesmo pediu apuração; ele mesmo saiu do Governo para se defender; ele mesmo está colocando o seu sigilo fiscal e bancário à disposição; ele mesmo se prontifica a vir aqui falar sobre isso. Enfim, não há atitude mais aberta do que essa para se apurar a veracidade dos fatos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, ainda em relação ao Sr. Cláudio Monteiro. Qual a relação dele com o policial Marcelo de Oliveira, conhecido como Marcelão - inclusive esse teria sido nomeado por V. Exª, para a Assessoria Especial na Casa Militar do GDF?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O Cláudio Monteiro – ai vou dizer o que ele me falou – é amigo do Marcelo, é da Polícia Civil. Esse Marcelão é funcionário da Polícia Civil do Distrito Federal, funcionário de carreira. Ele foi nomeado na Casa Militar do GDF no dia 15 de março deste ano, 15 de março, e ficou 15 dias no GDF. Quinze dias depois, quando recebemos um comunicado da Polícia Federal comunicando à Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal a participação desse Paulo Abreu, nós tomamos conhecimento, no material enviado pela Polícia Federal, que também tinha a citação do Marcelão. Ele foi afastado nesse momento. Permaneceu 15 dias e, no período todo dessa gravação, ele não tinha nenhum cargo comissionado no Governo do Distrito Federal nesse período.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, na nomeação quais seriam ou foram as atividades ou atribuições do policial Marcelão na Assessoria da Casa Militar do GDF?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ele ficou, nesse período muito curto, à disposição do Gabinete do Cláudio Monteiro, na área de segurança. Então, ele não teve nenhuma função ou finalidade na Casa Militar em si.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cláudio Monteiro, Sr. Governador, foi candidato a Deputado Distrital em 2010, pelo PRB. V. Exª, inclusive, disse que foi Deputado com ele. Aliás, V. Exª foi eleito Deputado Federal quando ele foi eleito Deputado Distrital.

Esse partido fez parte da coligação eleitoral de V. Exª para o GDF.

V. Exª pode informar se Cláudio Monteiro, como candidato, recebeu alguma doação para campanha eleitoral que tenha origem em empresas ou pessoas envolvidas nas investigações da Operação Monte Carlo ou Saint Michel?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não posso informar sobre isso. Mas, como houve uma especulação

muito grande, eu também perguntei isso a ele? Ele me assegurou que não teve nenhum tipo de colaboração.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Carlos Cachoeira afirma que doou recursos para a campanha de Cláudio Monteiro. V. Exª tem informações sobre isso? Disse aqui que não. V. Exª confirma essa informação?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Confirmo. Não tenho nenhuma informação sobre isso. Tenho a dele que diz que não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quais eram as responsabilidade administrativas e políticas de Cláudio Monteiro em seu Governo? Era sabido que ele era seu chefe de gabinete. Quais seriam as tarefas que ele desempenhava? E é sabido também que ele era secretário executivo das obras da Copa.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Perfeito, Sr. Relator.

Como chefe de gabinete, ele tem a função de chefe de gabinete. É quem recebe todos os pedidos, todas as solicitações, faz a triagem do que deve passar para o Governador, o que não pode, coordena a agenda do Governador e também assumiu, logo de início, a Secretaria Executiva da Copa. Então, ele acompanhou o desenvolvimento dessa área.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta objetiva é se ele tinha atribuições de firmar contratos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto. Era chefe de gabinete. Não era ordenador. Não tinha a função de cuidar de nenhuma outra área relacionada à investigação aqui desta Comissão, como a questão do lixo ou mesmo relação com a Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantos contratos. V. Exª citou isso em seu discurso inicial, mas, para nós, é importante ter isso quantificado, especificado de maneira muito evidente. Quantos contratos a Delta tinha ou tem no Governo de V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A Delta tinha um contrato do lixo e cuidava de duas áreas do Distrito Federal. Era a única. Não tem uma obra, não tem uma edificação. Enfim, a única e exclusiva área que a Delta tem no Distrito Federal é essa parte do lixo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, e, atualmente? V. Exª falou "tinha". Por que "tinha"?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Atualmente, porque a Delta, nessa luta judicial, acaba de perder, foi julgado pela justiça que o documento que ela apresentou na licitação do lixo no Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a licença da testemunha, renovo a solicitação, não aos Srs. Parlamentares. Há muita conversa nos arredores da sala, principalmente nas laterais. Por favor, peço a audiência dos senhores ao trabalho do Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª... Ah! Desculpe. V. Exª estava falando ainda. É isso, sobre o número de contratos da Delta, se há contratos atualmente.

O SR. AGNELO QUEIROZ – O contrato, atualmente, a Delta perdeu na justiça porque o seu atestado que foi oferecido quando da licitação foi julgado falso esse contrato, e ela foi inabilitada. Portanto, o GDF já comunicou, e a Delta, num prazo de 10 dias, estará fora do serviço de limpeza urbana do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E não há nenhum outro contrato ou há?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não há nenhum outro contrato, todos... Porque, na verdade, é uma área só que tem dois contratos formais, mas são contratos do lixo, uma área e outra área, são duas áreas, é um mesmo objeto, uma mesma licitação, O Distrito Federal é dividido em três áreas, e a Delta ficou com duas áreas dessas, e outra empresa ficou com uma terceira área.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, ainda sobre os assessores de V. Exª, V. Exª conhece e qual é a relação política tem, ou profissional, com o Sr. João Carlos Feitosa, conhecido Zunga.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Quero apenas entregar ao nosso Relator este contrato da Delta, que são os contratos no Distrito Federal, e, aqui, a notificação extrajudicial a que acabo de me referir, expedida pelo SLU, depois da decisão judicial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E sobre o Zunga?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O Zunga é um atleta, professor de educação física, ocupou, no meu Governo, duas posições, foi Subsecretário na área do esporte, na Secretaria de Esporte, e também, posteriormente, foi para a Fundação de Amparo ao Preso.

Então, essa é a relação, ele não tem nenhuma função em outra área que não seja essa do esporte, não trabalhou com nada vinculado ao objeto desta CPI, do ponto de vista de lixo, não tem nenhum ato dele formal, não é ordenador de nada, e nenhuma ação dele, dentro do Governo, que possa favorecer qualquer tipo dessas empresas, qualquer uma dessas empresas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, V. Exª sabe ou teve conhecimento do envolvimento de Zunga com integrantes do grupo de Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Após a divulgação das interceptações da Polícia Federal, tomamos conhecimento, e ele foi também afastado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem indicou o Zunga para ocupar o cargo de Subsecretário da Secretaria de Esportes a V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Quem indicou foi o Cláudio Monteiro para essa Secretaria, e, aqui, está também o processo que abrimos como todas essas áreas a que me referi, que não conseguiram fazer ne-

gócio, que não tiveram êxito, que não obtiveram os seus objetivos, mesmo assim, a Secretaria de Transparência instalou um processo de investigação sobre cada um desses servidores. Então, todas as áreas a que me referi aqui tem um processo igual a esse que passo às mãos do Relator nesse caso específico do João Carlos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, Governador, ele ocupou algum outro cargo público no Governo de V. Exª, o Sr. Zunga?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ocupou na Secretaria de Esportes e na Fundação de Amparo ao Preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a Fundação foi posterior ou anterior?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Posterior, posterior. Ele estava nesse momento, na Fundação de Amparo ao Preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, neste momento, ele está onde? Está afastado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Está afastado, está afastado, e abrimos esse processo.

Quero entregar também a abertura de um processo que foi feito do Cláudio Monteiro, que pediu, inclusive, a instalação do próprio processo e quero apresentar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, em algum momento, foi cogitada a nomeação do Sr. Zunga para a direção do Serviço de Limpeza Urbana do GDF?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele, o Zunga, trabalhou com V. Exª no Ministério dos Transportes?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Do esporte?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do Esporte.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não trabalhou. Ele trabalha na Secretaria de Esporte do Governo do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E na Anvisa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também não. Ele trabalhava na Secretaria de Esporte do Governo do Distrito Federal na época em que eu era Ministro do Esporte.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhou na campanha de . Exª como tesoureiro, arrecadador financeiro do Comitê de V. Exª?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em nenhum momento, em nenhum momento. Nunca teve essa função.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E se ofereceu para tê-la?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem se ofereceu para tê-la. Aí todas minhas arrecadações funcionam pelo Comitê Financeiro da Campanha. Todas estão declaradas e públicas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª tem conhecimento ou sabe dizer se Zunga recebeu doação ou qualquer outro tipo de pecúnia da empresa Delta ou do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei dizer, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª tem notícia se alguma ação do Sr. Zunga beneficiou direta ou indiretamente o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não tenho notícia, mas eu não tenho dúvida de que da parte da gestão do Governo não teve benefício para o Sr. Carlos Cachoeira ou para a empresa Delta. Isso eu quero assegurar como gestor e não como qualquer ato de terceiro, ou que falam ou que tiveram intenção de fazer. Não teve benefício para a empresa Delta e também para o grupo de Cachoeira. Não teve nenhum favorecimento. Não indicaram ninguém para o meu Governo, ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse Zunga, a que nós estamos nos referindo, Sr. João Carlos Feitosa...

João Carlos ou José Carlos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – João Carlos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... é o mesmo Zunga que é sindicalista no GDF, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não. Zunga...

O SR. PRESIDENTE () – Para nós identificarmos a interceptação telefônica.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, Sr. Presidente. Quem é de Brasília... Todo mundo da área de esporte conhece o Zunga, João Carlos, a que estou me referindo. Ele é professor de Educação Física. O outro Zunga é um Zunga sindicalista. É um militante do PT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, Governador, teve como objetivo investigar a atuação do Sr. Carlos Cachoeira na área de jogos ilegais em Goiás e no entorno do DF, é claro. Como Deputado, Ministro e agora Governador, é importante que V. Exª nos deixe clara a opinião de V.. Exª sobre o tema dos jogos, porque a origem dessa investigação, aliás, tanto da Operação Vegas quanto da Operação Monte Carlos, tem a ver exatamente com o tema dos jogos e dos jogos ilegais.

V.Exª foi Ministro do Esporte e agora é Governador. O que V. Exª tem a dizer sobre esse tema?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu, como Ministro do Esporte, Sr. Relator, debati muito esse tema, inclusive, conheço os modelos de vários países sobre a utilização dos jogos que financiam o esporte em vá-

rios países. Nós aprofundamos. Debatemos isso com a Polícia Federal, o Ministério Público...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Principalmente azares. Quando isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Isso quando eu era Ministro do Esporte.

A conclusão a que nós chegamos depois de todos esses debates é a de que o jogo não deve ser legalizado, porque junto com o jogo vem um bocado de outras coisas: lavagem de dinheiro, outros crimes, enfim, contravenção, uma série de outros efeitos colaterais extremamente danosos para a sociedade.

Por isso, minha opinião hoje, depois de debater muito isso, discutir muito esse tema, é minha opinião hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas foi enviado ao Congresso Nacional quando V. Exª era Ministro do Esporte alguma proposta de legalização do jogo? Porque essa transição a que V. Exª se refere se dá em que momento?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, estou falando que eu debati muito o tema quando era Ministro do Esporte. Eu estou dando uma opinião hoje, depois de examinar isso ao longo de muito tempo, não uma opinião minha em um tempo determinado. Hoje minha opinião é que não devem se legalizar os jogos; qualquer tipo de jogo é ilegal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, como Governador, tendo mais do que claro, a partir especialmente de 2004, que essas atividades se tratam de uma atividade ilegal, como Governador de Estado, quais as medidas reais do Distrito Federal, quais medidas V. Exª tomou para reprimir o jogo no Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – São medidas rotineiras, porque não poderia jamais imaginar que estivesse acontecendo uma ação de uma organização cujo objetivo é ampliar seus tentáculos, seja através do jogo, ou por suas relações políticas, fazendo negócios, interferindo na Administração Pública etc. Então, quero dizer que nós fomos extremamente – e somos – extremamente rigorosos com relação à questão dos jogos. Não ampliou essa área de jogos aqui no Distrito Federal. Não ampliou. A repressão que nós fizemos nesse período foi uma repressão dura – dura. Só na área de bingos, foram 119, só em 2011 e 2012, 119 ações em flagrante, e jogos de azar também. Dá um total de 194 ações. Portanto, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal têm uma ação muito dura, muito ríspida, muito intensa, e sempre estamos... Sempre estamos detonando essas estruturas de jogos, fazendo apreensões aqui no Distrito Federal. Não houve crescimento, leniência ou colaboração com o jogo aqui no Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cento e noventa e quatro ações, operações de janeiro de 2011 até agora, é isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Exatamente.

Sr. Presidente, eu gostaria de passar todas essas apreensões, as notificações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero voltar num tema que é importante que nós percebamos aqui: V. Exª participou da elaboração de algum projeto de lei que foi enviado ao Congresso Nacional legalizando os jogos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu participei como Ministro na época; participei dos debates, inclusive. Participei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas houve uma mudança de opinião por parte do governo em outro momento.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Houve uma mudança...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Houve uma edição de uma medida provisória.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Exatamente. O governo tinha uma intenção com relação aos jogos, e depois teve uma mudança, que foi uma decisão política que o Presidente Lula tomou de não ter a legalização dos jogos. A partir desse momento, a decisão política do governo era uma: é não legalização dos jogos. E, portanto, a minha posição também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voltando ainda à questão da Delta, em relação ao contrato do lixo, V. Exª disse aqui que não se reuniu com Cláudio Abreu.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não me reuni com Cláudio Abreu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E com o Sr. Heraldo Puccini?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também não. Não o conheço, não sei nem quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Diretor da Delta no Centro... no Sudeste.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não o conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E com o Sr. Fernando Cavendish?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também não. Nunca encontrei com o Sr. Fernando Cavendish. Nunca estive nem socialmente com ele, nunca tomei café, almoço, jantar, nem área social.

Quero inclusive pegar uma declaração dele, do Sr. Fernando Cavendish, que foi dada à *Folha de S.Paulo* no dia 19 de abril de 2012, que tem uma pergunta se ele me conhece, e ele disse: "Nunca vi. Eu tenho um crédito lá de 30 milhões para receber, no contrato de lixo. A gente lá só apanha. Se eu tivesse ajudado na campanha dele, precisava Dadá [araponga do esquema

Demóstenes], do fulaninho, do beltraninho, contando história lá embaixo?". Essa declaração é definitiva, e de fato não tive nenhum contato com ele, em absoluto. E ele retrata justamente como foi a relação nossa, talvez com as suas palavras, que eu não considero isso apanhar, foi um gestor tratando interesse público, um gestor tratando interesse do Estado. E exigindo cumprimento do contrato. Isso não é apanhar porque não foi só... Eu quero deixar bem claro isso, Sr. Relator, porque não foi só com a Delta, nós tratamos isso com todas as empresas. Com todas as empresas. Portanto, foi uma atitude nossa de gestor, absolutamente de gestor, e não de inimigo ou que estivesse batendo em a ou batendo em b, em absoluto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, V. Exª citou já aqui que a organização criminosa, pelas investigações da Polícia Federal, tinha dois objetos de interesses muito bem definidos: a Secretaria de Limpeza Urbana e o DFTrans. Especialmente em relação ao DFTrans, há interceptação da Polícia Federal que dão conta da ação da organização criminosa no sentido de interferir na questão da bilhetagem aqui no DF.

O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu falei na intervenção inicial. Mas eu quero repetir, porque é muito importante esse esclarecimento. Houve, de fato, uma tentativa de interferir na bilhetagem, Sr. Relator. O senhor tem razão. E isso foi detectado pela Polícia Federal. Mas essa tentativa foi frustrada, porque não houve sequer a licitação.

Mais grave do que isso: o projeto que nós fizemos e que está em consulta pública desde outubro de 2011, que está à disposição e que trata da questão da gestão do sistema de transporte é completamente diferente do que era o projeto pretendido por esse grupo que tiinha essa suposta articulação com o esquema coreano, com empresas coreanas. Portanto, se tentou entrar na área de bilhetagem, não aconteceu, porque nós vamos fazer uma mudança radical no sistema de transporte, fazendo licitação de todo o sistema. Vamos fazer licitação de toda a central de operação. A parte de bilhetagem embarcada, quem vai bancar e quem vai pagar é a empresa ganhadora, não é o Estado. Nós faremos a parte nossa de controle do sistema, mas quem vai pagar a bilhetagem embarcada é a empresa ganhadora do nosso certame.

Nós dividimos aqui em cinco bacias. Nenhum consórcio e nenhuma empresa podem ganhar sozinhos mais de uma bacia. Com isso, a gente quebra o monopólio do transporte público do Distrito Federal, franquia à participação de mais empresas, e tem todas as exigências que estão aí no edital neste momento.

Portanto, essa foi uma tentativa, mas uma tentativa frustrada desse grupo de fazer negócio no Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao edital, o edital, o senhor está dizendo que não era o mesmo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, o edital sequer foi apresentado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi publicado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sequer foi apresentado. Então, o que existe hoje são os parâmetros de uma licitação que está em consulta pública, para conhecimento transparente de todo mundo e de todos os interessados.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, V. Exª cita um grupo coreano?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A degravação da Polícia fala que essa organização queria participar da bilhetagem com uma empresa coreana, com uma empresa coreana. Essa organização articulou para levar ao Secretário de Transporte uma empresa coreana. Mas quero dizer que não teve nenhuma consequência prática, nenhum favorecimento, nenhum benefício em absoluto. Muito pelo contrário. Sequer teve a licitação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Interceptações, Governador, da Polícia Federal indicam uma conversa havida entre Carlos Cachoeira e Cláudio Abreu em que Abreu relata a ocorrência de um encontro entre os Secretários Paulo Tadeu, nosso Deputado Federal aqui, à época Secretario de Governo de V. Exª, e Rafael Barbosa, Secretário da Saúde. V. Exª teve conhecimento desse encontro?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Tive conhecimento. Os Secretários me informaram. Informaram-me o teor da conversa que teve. Foi uma conversa republicana. Eu me dei por satisfeito justamente porque, depois desse encontro, que foi em abril de 2011, em maio de 2011, menos de um mês depois dessa conversa, nós concluímos a auditoria desse contrato, com medidas duras, cobrando a sua aplicação. Portanto, esses contatos que foram contatos absolutamente republicanos não interferiram absolutamente e não implicaram absolutamente nenhum tipo de favorecimento para essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, a Delta Construtora recebeu do Governo do DF – é a informação que nós temos – no ano de 2011 o total de R$92,8 milhões. Em 2010, a Construtora recebeu R$19,4 milhões. Ao longo de 2012, os valores recebidos até a presente data somam a quantia de R$27,5 milhões. Há uma diferença expressiva entre os valores

recebidos em 2011 para os valores pagos à empresa agora em 2012.

A que V. Exª atribui essa diferença de números?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A diferença é simples. Primeiro, 2010, ele recebeu por conta de um mês, porque o contrato foi só um mês. Não sei se recordam...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas 2012...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em 2010. Só um mês, porque ela assumiu no dia 9 de dezembro de 2010. Em 2011, foi um funcionamento normal, 12 meses. E essa diminuição em 2012 implica todas as medidas que adotei de apertar a fiscalização, de maior controle sobre o contrato. Então, teve uma queda de fato acentuada. Posso mostrar um gráfico desse para V. Exªs, que é muito significativo porque, quando chega em dezembro para janeiro, há uma queda vertiginosa. Nós passamos a economizar R$1 milhão, pouco mais de R$1 milhão, por mês...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas por quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – ...que estava sendo pago, porque, como o nosso sistema de limpeza urbana, a empresa gestora, que é o SLU, que é o Serviço de Limpeza Urbana, não estava aparelhado para poder fazer justamente essa fiscalização de uma forma eficiente, não tinha sequer a balança... Foi resultado da auditoria, adquirimos três balanças, uma instalada, e já, com a instalação dessa balança, nós reduzimos R$1 milhão aos cofres públicos porque passou a pesar o entulho, que não pesava, porque a tese é porque o entulho é aproximadamente já conhecido o peso. Então, pode ser feito no "olhômetro". E a vida mostrou que é bem diferente. Então, nós reduzimos muito esse pagamento, por isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, houve algum reajuste ou repactuação no contrato mantido entre o GDF e a Delta Construtora, ao longo do seu governo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Houve um ajuste, que foi por conta do dissídio dos trabalhadores e por decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Essa repactuação que foi feita.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi de quanto, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em média, 17%, porque, em cada item, ela vai variando de acordo com a especificação, varrição etc. Vou passar a mão do nosso Relator todo o dossiê de repactuação da empresa, inclusive com a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas houve, então, um reajuste no contrato, num dado momento, de 17%.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Exatamente. Previsão contratual, dissídio dos trabalhadores. E o dissídio dos trabalhadores nessa época é um dissídio baseado no salário mínimo. Temos que lembrar isso, que justamente é a grande maioria dos salários dos trabalhadores dessa área. Por isso que há esse reajuste.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, em 2010, no final de 2010, no período de transição, aqui está de 15 de dezembro de 2010, V. Exª enviou... V. Exª fez referência a esse ofício... Aliás, eu o tenho em mão aqui. V. Exª enviou um ofício ao Governador Rogério Rosso, pedindo a manutenção dos serviços, a renovação dos contratos de serviços essenciais. V. Exª entrega a esta CPMI o ofício.

Indago se há algum anexo a esse ofício, que V. Exª não nos entregou.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não há.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há nenhum anexo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, de nenhuma forma. Não. É um ofício da transição, a transição que é até habitual ou, seguramente, Parlamentares aqui muito experientes, vários foram governadores, prefeitos, e uma equipe de transição solicita manutenção dos serviços essenciais, mas isso está bem delimitado. Fala que serviços essenciais de continuados cujos contratos vencem em dezembro de 2010, porque o ofício já estava mandando em 15 de dezembro – então, só podia ser nos últimos quinze dias de dezembro – e janeiro de 2011. Porque é evidente que, se tivesse algum contrato que, porventura – porque eu não tinha conhecimento de todos os contratos do governo anterior que vencesse nesse período –, eu estava pedindo para prorrogar, para não deixar a população do Distrito Federal sem um serviço essencial, e isso mesmo prorrogado temporariamente.

Então, esse pedido não envolve a Delta, porque a Delta acabou de assinar o seu contrato em 9 de dezembro de 2010, e o contrato dela vai até 2015. Portanto, a Delta não era preocupação de interromper a coleta e a varredura, porque estava protegida por decisão judicial, e, portanto, deveria cumprir o seu papel.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª, em algum momento, fez ao Governador da época, Rogério Rosso, algum pedido de renovação de algum contrato específico de alguma empresa?

O SR AGNELO QUEIROZ – Não. Em absoluto.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª sabe dizer se João Monteiro, que foi indicado por V. Exª em janeiro de 2011 para diretor executivo do Serviço de Limpeza Urbana, tem ligações com a empresa Delta?

O SR AGNELO QUEIROZ – Eu asseguro que não tem.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com Carlos Cachoeira?

O SR AGNELO QUEIROZ – Eu asseguro que não tem. Ele foi escolhido justamente por não ter ligação com o segmento – é um profissional, Delegado da Policia Civil do Distrito Federal, foi Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal –, por muitos serviços prestados ao Distrito Federal e por não ter ligação com esse setor. Ai você fala: "Mas você sabia que podia ter uma coisa dessas nesse setor?" Eu sabia que era uma área minada, porque uma das áreas de maiores crises no Distrito Federal, que está envolvida na Caixa de Pandora, justamente é a área do lixo. Essa área do lixo chegou até ao Ministério Público do Distrito Federal. Uma crise de extrema gravidade, uma área absolutamente minada. Por isso, eu botei um Secretário de Segurança Pública para ser o Diretor do SLU, e se mostrou extremamente correto ter feito isso.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, Governador, diálogos interceptados pela Polícia Federal evidenciam que a Delta tinha interesse de nomear pessoas nas administrações regionais do DF e no Serviço de Limpeza Urbana. Ao que tudo indica, essa lista contendo o nome dessas pessoas teria sido repassada para o então Secretário de Governo Paulo Tadeu, que teria determinado a João Monteiro que realizasse a mudança no Serviço de Limpeza Urbana, nesse sentido, beneficiando a empresa Delta. Essa informação procede? V. Exª recebeu essa lista?

O SR AGNELO QUEIROZ – Não, em absoluto. Primeiro, não recebi lista nenhuma. Tomei conhecimento dessa lista quando da divulgação dos diálogos agora da Polícia Federal com relação a essa lista. Portanto, não temos conhecimento nenhum dessa lista. O único nome, concretamente, que ficamos sabendo, nominalmente, é esse Paulo Abreu. Foi no começo do governo...

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele circulou em alguma lista?

O SR AGNELO QUEIROZ – Isso pela degravação, mas falam de lista – estou concordando com V. Exª –, só que essa lista nunca chegou. Primeiro, nem chegou a mim, nem chegou ao Secretário Paulo Tadeu, porque não tem nenhuma noção de verdade uma coisa dessa, na medida em que os membros do SLU que nós colocamos... Além do João Monteiro, a que me referi, o imediato dele é um auditor do controle interno, o Hamilton – uma pessoa de extrema qualificação. Colocamos, inclusive, funcionários de carreira, como o Palhares e tantos os outros, nessa empresa. Então, é o oposto de favorecer a Delta, primeiro, porque não teve favorecimento nenhum. Ao contrário, todas as queixas em todos os diálogos são no sentido absolutamente contrário, que eles se sentem prejudicados. Segundo, não teve nenhum tipo de favorecimento. Essa lista nunca chegou sequer ao Paulo Tadeu, quanto mais para encaminhar isso para o SLU.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu preciso voltar ao tema da bilhetagem, porque, em ação – e quero pontuar bem isso aqui – que tramita na 5ª Vara de Criminal de Brasília, o Ministério Público do Distrito Federal propôs ação penal contra integrantes do grupo de Carlos Cachoeira por formação de quadrilha e tráfico de influência. De acordo, Governador, com o Ministério Público Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Heraldo Puccini arquitetaram esquema com finalidade de fraudar o processo de licitação para bilhetagem eletrônica no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal. O negócio é avaliado em R$60 milhões. Os Promotores de Justiça do núcleo de combate a organizações criminosas se basearam em escutas da Operação Monte Carlo e da Operação Saint Michel, que promoveu buscas e apreensões no Distrito Federal, em Goiânia, em Anápolis, em São Paulo, todas em abril deste ano.

A denúncia inclui o contador de Cachoeira, o Sr. Geovani Pereira da Silva, foragido desde 29 de fevereiro, e o braço direito do contraventor de nome Gleiby Ferreira da Cruz. Inclui ainda Wesley Clayton da Silva, Vereador de Anápolis, e os lobistas Dagmar Alves Duarte e Valdir dos Reis. Todos teriam se unido e tramado uma estratégia para deixar nas mãos da Delta Construções o controle da receita do sistema de transporte coletivo do DF.

Os fatos apontam claramente, Governador, para o envolvimento de servidores do DFTrans e que a licitação estaria sendo direcionada para a empresa Delta, repito isso.

Como Governador, quais as medidas que V. Exª tomou, uma vez tendo conhecimento desses fatos, em relação aos servidores do DFTrans?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Primeiro, que nessa operação o Ministério Público não denunciou nenhum servidor do Distrito Federal. Mas, mesmo assim, com a divulgação dos fatos, nós, sim, instalamos uma investigação, que está em curso, afastamos um nome que foi citado no Governo do Distrito Federal, se não me falha memória é Milton, e isso está em apuração neste momento. Fato concreto é que a tentativa teve, mas não teve êxito e chegou a ser especulado pela imprensa que o Sr. Valdir dos Reis era funcionário do GDF, botando, inclusive, às vezes, ex-assessor etc. Então, na verdade, ele não é funcionário GDF. Ele foi funcionário no governo passado. Eu demiti, no primeiro dia do meu governo, todos os contratados comissionados do governo passado. De tal maneira...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De quem V. Exª falando?

O SR. AGNELO QUEIROZ – De Valdir dos Reis, que foi a pessoa contratada pela organização para fazer esse *lobby* junto à Secretaria de Transportes. Portanto, não teve êxito a ação dele, não teve nenhum... hoje, só tem um servidor nosso, dessa operação, que foi arrolado como testemunha, que é esse Milton a que estou me referindo. Mesmo assim, instalamos a investigação. Mesmo assim, instalamos a investigação, e está em curso neste momento, para apurar o envolvimento de qualquer servidor.

Quero ler a declaração: "Declaro, para os devidos fins, que o Sr. Valdir dos Reis, CPF..., filho de Francisco dos Reis e Maria Barbosa, nunca ocupou nenhum cargo em comissão neste governo [no nosso governo] e não é servidor efetivo do quadro de pessoal do GDF.". Portanto...

Isso é da Secretaria de Administração, assinado pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal.

Então, não há êxito da ofensiva que foi feita e não há, obviamente, nenhuma omissão nossa, porque estou tomando todas as medidas. Se, porventura, detectado qualquer envolvimento de servidor, terá o rigor da lei na aplicação das penas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Operação Saint Michel revelou que Valdir dos Reis era funcionário da Secretaria de Planejamento do DF Ele teria recebido da Delta cinquenta mil reais e outras parcelas de dez mil reais para elaborar o edital que direcionaria o contrato de bilhetagem eletrônica do DF para a Delta. O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Primeiro, que ele não é servidor. Eu vou passar às mãos de V. Exª essa declaração em que eu falei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª deu a declaração. Mas ele foi servidor da Secretaria de Planejamento no passado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – No passado. No governo passado. Ele saiu do Governo do Distrito Federal no dia 1º de janeiro de 2011, no primeiro dia da minha gestão. Então, não tem envolvimento desse, não é servidora essa pessoa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, preciso perguntar para o senhor, especificamente, em relação ao edital que o Sr. Valdir fez, que seria o edital a ser publicado, divulgado. Inclusive, esse edital estaria em computadores que foram apreendidos na Operação Saint Michel. Esse edital foi divulgado? É esse o edital que está na praça?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. É o oposto. O que foi ventilado, que fazia parte dessa articulação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Oposto por quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Porque o que está na praça hoje, a partir de outubro do ano passado que é a consulta pública, tem bases diferentes do que estava na pretensão do Sr. Valdir e de quem estava por trás dele.

Da operação San Michel de que eu tenho conhecimento é que ontem foi entregue a esta CPI e nós também vamos tomar conhecimento de qualquer outra coisa que tenha relação com a operação San Michel.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na operação San Michel há informação de que o Secretário de Transportes do Distrito Federal José Walter Vasques Filho teria recebido em reunião Claudio Abreu e diversos outros colaboradores da Delta. Essa reunião teria ocorrido em janeiro de 2012 e o tema tratado teria sido exatamente a bilhetagem eletrônica. V. Exª tem conhecimento dessa reunião e de quais assuntos foram tratados?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Depois da divulgação perguntei ao Secretário José Walter, que foi muito claro que não houve essa reunião em janeiro nesse período. Ele havia se encontrado em uma audiência no meio do ano passado, em julho ou junho de 2011.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, outro fato curioso que os diálogos gravados pela Polícia Federal revelam que após essa reunião, o Diretor Administrativo e Financeiro do Dftrans, Milton Martins de Lima Junior, teria viajado para Goiânia, onde teria encontrado o Glaber, um dos principais colaboradores de Cachoeira. O tema do encontro, óbvio, seria o tema da bilhetagem. V. Exª tem conhecimento dessa viagem? Por que uma questão do DF seria tratada lá em Goiânia?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tenho conhecimento dessa viagem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois da operação San Michel, que providência V. Exª tomou com relação ao caso, em relação inclusive ao Secretário dos Transportes, em relação ao Presidente do Dftrans, se eles foram afastados, se não foram e se foram por quê?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com relação ao primeiro, à operação, nós abrimos inquérito que está em curso. Com relação ao Secretário e ao Diretor do Dftrans não encontramos nenhum tipo de ato ou ação que possa favorecer uma empresa nesse caso. Pelo contrário. O que constatamos foi que a atitude deles foi oposta à pretensão das pessoas que queriam participar da licitação da bilhetagem eletrônica e tratou com absoluta transparência, o edital está em consulta pública. Enfim, não há motivo em absoluto, não há

nenhum tipo de relação ou de ligação que coloque em cheque a atitude do Secretário de Transporte nem do Presidente do Dftrans.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As operações da Polícia Federal sustentam que Carlos Cachoeira montou complexo esquema de espionagem político-empresarial levado a cabo por Idalberto Matias, Jairo Martins e Marcelo Oliveira, vulgo Marcelão. A Polícia Federal sugere que a Casa Militar do Distrito Federal teria sido usada pela organização criminosa para viabilizar esse esquema de arapongagem. O que V. Exª tem a nos dizer sobre isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Repudio veementemente qualquer até afirmação porque jamais permitirei que a Casa Militar de um governo democrático, popular que tem a história que tenho possa adotar qualquer medida nesse sentido. Repudio radicalmente qualquer atitude nesse sentido. É impossível que isso tenha acontecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Marcelão era funcionário assessor especial na Casa Militar de V. Exª. Ele não teria participado a mando talvez do Sr. Claudio Monteiro para fazer algum serviço de espionagem e de alguma forma ligar essa operação aos interesses do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Impossível isso porque ele não estava atuando propriamente na Casa Militar; ele estava na área de segurança, no gabinete, a serviço no gabinete pela Casa Militar. Então, é impossível que isso possa ter acontecido. Ele permaneceu 15 dias no governo. Não tinha nenhuma função relacionada a esse tema, já que ele ficou na parte da segurança no gabinete. Então é impossível que ele possa ter colaborado na Casa Militar sobre qualquer tipo de coisa como essa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** E antes? Ele estava onde, o Marcelão?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ele é servidor da Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Cumpria a sua lotação... V. Exª sabe dizer aonde?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Governador, há suspeitas de que, por meio de Marcelão e outros colaboradores de Cachoeira, a Casa Militar do DF tenha grampeado autoridades públicas, inclusive parlamentares. V. Exª está repudiando essas informações?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, eu fui vítima disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Mas V. Exª foi grampeado também?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Fui grampeado também. O sigilo de Agnelo foi quebrado. Não só o meu como o de 300 telefones de pessoas do Distrito Federal. Trezentos. Essa prática criminosa da arapongagem, das montagens dos dossiês, nós somos vítimas disso.

Repudio com veemência. Tenho uma história luta democrática desde o meu tempo de estudante, sempre estive do lado das liberdades democráticas. Jamais posso permitir qualquer atitude, admitir qualquer atitude que ocorra nesse sentido e repudio veementemente.

Agora, tomei providências. Tomei providências.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Quais providências?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Instalei uma comissão de investigação na Polícia Civil do Distrito Federal, com delegados altamente especializados e competentes, uma comissão de Estado para apurar rigorosamente essa política de arapongagem que virou um caso grave no Distrito Federal.

Aqui é a capital do Brasil, aqui estão instalados os poderes, aqui tem o Judiciário, aqui tem o Parlamento, que é o Legislativo, todo o Executivo. Nós não podemos... Não é uma questão local, não é uma luta local. Essa é uma questão de Estado da maior gravidade. E nós tomaremos todas as providências para enfrentar esses arapongas criminosos que saem bisbilhotando a vida de quem quer que seja, sobretudo na luta política.

A situação é tão grave que até o chefe da Polícia Civil do Distrito Federal recebeu ações como essa. É tão grave como reuniões feitas pelo Secretário de Segurança Pública com arapongagem. É tão grave que até as varreduras, que são institucionais, feitas no gabinete do Governador, na casa do Governador estão nos blogs criminosos aqui no Distrito Federal, no submundo, nas sombras do submundo desses blogs. Isso é prática recorrente aqui no Distrito Federal. É ação criminosa de grupo organizado. Esses grupos criminosos dão sustentação, fazem a parte suja do esquema político criminoso que arrebentou a nossa cidade. Nós sabemos que eles continuam atuando, continuam grampeando, continuam produzindo dossiês, continuam articulando contra as pessoas que contrariam o interesse desses grupos criminosos até ceder, porque muitos desses grupos criminosos, Sr. Relator, anunciaram várias vezes quando eu ia cair. Várias vezes. E não pediram segredo.

Então a minha atitude é ir fundo, não fazer uma investigação apenas temporária. Vou fundo nessa investigação e vou às últimas consequências com relação a isso, porque isso diz respeito a uma questão de princípio. A minha vida toda na luta democrática, enfrentando ditadura. Eu sempre fui do lado do povo e não de nenhuma organização de fiscalização ou de repressão. Portanto não posso admitir, em hipótese alguma, que o meu governo faça isso contra qualquer

cidadão, quanto mais parlamentar ou quem quer que seja.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Governador, V. Exª disse que abriu inquérito. Esse inquérito já foi concluso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não. Está em curso o inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** A previsão é de...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nós entendemos, Sr. Presidente... Isso é muito importante. Agradeço até a V. Exª por dar essa oportunidade de tocar, porque isso não diz respeito apenas ao Distrito Federal do ponto de vista da política local. Isso diz respeito à capital do Brasil. Aqui estão localizados os poderes da nossa República. E nós não podemos permitir essa prática, que é corriqueira em muitos lugares – isso foi uma tradição em várias cortes –, que isso se repita aqui no Distrito Federal. Nós não podemos permitir.

Eu vou fundo nessa investigação. Botei o que há de mais, de maior expertise, botei o que há de maior capacidade, porque a Polícia Civil do Distrito Federal tem capacidade de investigação, tem equipamentos, tem expertise, tem compromisso de fazer apuração. Não é para jogar para a plateia, não é para ficar falando o que está fazendo ou fazer onda. Eu tenho certeza de que nós desmontaremos. Vai ficar o tempo que for necessário. Que os arapongas ponham a barba de molho, porque nós vamos usar o tempo necessário para poder pegar, e punir, e desmontar esses arapongas, porque até o Governador do Distrito Federal teve seu sigilo quebrado por essa arapongagem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador, o Sr. José Gomes Tomé, conhecido araponga de *e-mails*, ele em algum momento prestou serviço para a casa militar do Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Não sei nem quem é. Você podia repetir, por favor?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – José Gomes Tomé.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ainda agora sobre os interesses da organização criminosa no Distrito Federal. Há informações veiculadas de que Carlos Cachoeira adquiriu uma área de mais de quatro mil hectares, próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília. Para regularizar a posse dessa área, Cachoeira teria subornado servidores de órgãos como a Terracap e o Ibram. V. Exª pode esclarecer sobre isso o quê? Que providências V. Exª tomou, se tomou?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Tomamos conhecimento dessa tentativa através das degravações da Polícia Federal, mas é mais uma tentativa frustrada desse grupo, Sr. Relator. Frustrada porque não conseguiu regularizar. Eu tenho aqui, inclusive, o parecer da Terracap sobre essa área que diz, de forma muito clara, que a área destacada situa-se numa área ocupada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de propriedade da União. A área destacada em azul situa-se na área ocupada pela Estação Ecológica do Jardim Botânico, conforme matrícula tal, de propriedade do GDF. A área destacada em azul é de propriedade da Fundação Abrigo Cristo Redentor – está aqui –, conforme Transcrição nº 616, do Livro 3 e também as folhas. E a área destacada em marrom situa-se na área ocupada pelo aeroporto e Base Aérea de Brasília. Então, era uma tentativa de grilagem, Sr. Relator, e que foi barrada, porque isso aqui era para entregar áreas nobres do Distrito Federal, quatro mil hectares. Porque havia uma política aqui no Distrito Federal, há algum tempo, não só de leniência, de omissão com relação à grilagem, mas de conivência e, às vezes, de apoio à grilagem. E muitas áreas do Distrito Federal foram griladas por grileiros profissionais e depois regularizadas pelo Poder Público. Infelizmente para eles, o nosso Governo não tem espaço para isso. Declaramos uma guerra contra os grileiros, contra invasões e mudamos a política habitacional do Distrito Federal. Aqui agora é casa e apartamento pela política Minha Casa Minha Vida em parceria com o Governo Federal. Estamos fazendo cem mil habitações até 2014. Tem trinta mil habitações de casas e apartamentos na rua, edital na rua, em construção; trinta mil habitações neste momento e, portanto, esse parecer da Terracap que eu passo à mão de V. Exª liquidou qualquer tipo de intenção desse grupo de grilar essa área que está aí. Não foi regularizada, não foi regularizada. E mesmo assim está instalado o processo disciplinar, a investigação para apurar qualquer envolvimento de qualquer servidor. Está aqui o processo, o número do processo e as medidas que estamos tomando para investigar se houve algum tipo de participação de algum servidor, mesmo não tendo conseguido o objetivo que era legalizar essa área grilada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª pode esclarecer os fatos e as razões que levaram o GDF a assinar um contrato de locação de um imóvel da empresa Emprodata? Faço essa pergunta porquê, em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, informou-se que a Emprodata seria uma das empresas que faziam lavagem de dinheiro para o grupo de Cachoeira. Por que esse contrato de locação desse imóvel foi assinado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Também tomamos conhecimento, Sr. Presidente, nessas degravações. Esse contrato foi feito no governo anterior, para instalar

uma unidade do Na Hora. O nosso Governo fez uma renovação do contrato, como previsto. Conseguimos reduzir pela metade o valor pago por metro quadrado, pela metade, e hoje está instalado, no Na Hora, esse móvel. Portanto, com absoluta regularidade. Mesmo assim, mesmo assim, não tendo dado ao Erário, instalamos uma comissão de investigação, na Secretaria de Transparência, para investigar qualquer suposto envolvimento de qualquer servidor nessa transação, e nos próprios contratos.

Quero passar para V. Exª, aqui, todos os documentos. O contrato, a renovação do contrato e também a instalação da apuração que fizemos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, Governador, por fim, aqui, V. Exª, é claro que já falou desse tema, mas preciso repisá-lo, que tem a ver com a matéria publicada pelo jornal *O Globo*, em 10 de junho de 2012, onde o jornal afirma que o patrimônio de V. Exª teria sido multiplicado doze vezes desde o ano de 1998.

Felizmente, aqui, V. Exª já deu esses esclarecimento e mais do que os esclarecimentos, porque as palavras comovem, mas os exemplos arrastam, V. Exª coloca à disposição desta CPMI, diferentemente do que fez o Governador Marconi Perillo ontem, nesta mesma CPMI, quanto ao seu sigilo bancário e fiscal. É bom lembrar que eu nem havia pedido ao Governador Marconi Perillo o sigilo bancário e fiscal, mas o sigilo telefônico de SMS, nem havia ainda uma incursão para cima dos bens ou da sua vida bancária ou da sua vida fiscal. V. Exª, de maneira diferente, vem aqui e coloca o seu sigilo à disposição.

Agradeço a V. Exª, porque V. Exª, com esse gesto, mostra que na vida de V. Exª não há o que se temer.

Nesse sentido, mais uma vez, reafirmo esse pedido a V. Exª, de que abra mão de sigilo bancário e fiscal, mostrando e explicação a sua evolução patrimonial.

O SR. AGNELO QUEIROZ – E telefônico também, Sr. Presidente, de e-mail, o que for necessário, SMS, o que for necessário. Está reafirmada essa disponibilização que estou fazendo à CPMI. Acho que com isso você tira qualquer tipo de ilações, porque eu estou entregando aqui para V. Exª uma declaração de Imposto de Renda, uma declaração de nada consta do Imposto de Renda, tanto a minha quanto a de minha esposa. Está aqui a minha declaração de Imposto de Renda. Não tenho nenhuma pendência na Receita Federal, órgão sério, órgão que, de fato, cuida da evolução patrimonial de qualquer pessoa.

Então, quero aqui apresentar para V. Exª, junto com a declaração de nada consta. Eu estou abrindo meu sigilo, para que possam chegar todos os dados necessários, para mostrar que eu tenho patrimônio para adquirir os meus bens.

Então, não tem motivo para não apresentar. De tal maneira, eu acho que essa é a forma de colaborar e deixar claro, porque eu não quero nenhum tipo de suspeição sobre minha vida. Eu tenho uma história de vida. Fui Deputado Distrital aqui no Distrito Federal, como constituinte. Fui Deputado Federal nesta Casa, com muita honra, uma lição importante de vida durante três mandatos. Fui Ministro de Estado do Esporte do Presidente Lula e também fui diretor de uma das maiores agências de vigilância sanitária do mundo, que é a Anvisa.

Portanto, com uma história como essa – com 30 anos de trabalho, como médico que sou, minha esposa também, já aposentada por tempo de serviço –, é evidente que não posso ouvir aleivosias dessa ordem. A evolução patrimonial cresce porque quem tem pouco patrimônio... No único período que não tinha mandato, que não estava cuidando da atividade pública, foi justamente o período em que fiz uma aquisição. E isso ser considerado, como se fosse um crime ou uma desonestidade, isso é inadmissível. Não admito uma coisa dessas. Por isso está aí para ser comprovado, com os números e com as declarações, porque não tem nada mais forte do que isso, porque quem tem os elementos, quem tem as condições e que é muito rigoroso... Se há uma área que funciona neste País de forma incontestável e de forma unânime é a Receita Federal. E é por isso que estou oferecendo a disponibilização: para que a CPI possa utilizar assim que achar adequado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela ordem.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Relator, só para esclarecer e facilitar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos continuar, vamos continuar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a evolução patrimonial do Governador, eu recebo aqui um requerimento assinado por diversos Parlamentares, dezesseis Parlamentares: "Requeremos a V. Exª que assuma a proposta de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Governador Agnelo Queiroz, submetendo aos votos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, acrescida de igual transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Exmo Sr. Governador Marconi Perillo, ambos pelo período de cinco anos até a data atual". Eu quero dizer que, deste requerimento, eu vou encaminhar a deliberação amanhã na nossa reunião e não hoje.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Governador Agnelo Queiroz, Exmo Sr. Presidente...

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Eu gostaria de encaminhar ao Relator: V. Exª disse que tem dezesseis assinaturas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O esclarecimento e a dúvida que eu tenho...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para um retificação. Eu tenho impressão de que ele leu as duas vias, somou as duas vias.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Se porventura tiver algum Parlamentar, Deputado ou Senador que queria assinar esse requerimento pode assinar logo após a entrega?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu quero dizer o seguinte: este tema nós vamos debatê-lo amanhã, na reunião administrativa, para nós não termos prejuízo na inquirição de hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos continuar, vamos continuar!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência determina que esse tema será agendado para a reunião de amanhã e ponto final.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero, Presidente, agradecer a colaboração do Governador Agnelo Queiroz. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora aos autores. Vamos agora aos autores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem. Quero dizer a V. Exª que, às 11h39 – vou ficar de pé, porque senão não consigo falar com V. Exª –, às 11h39, o senhor Agnelo Queiroz fez uma afirmação de que disponibilizava o seu sigilo, o que eu acho, primeiro, elogiável. Segundo, Sr. Presidente, para que isso seja consolidado, a Secretaria da CPMI tem que produzir, como nós fizemos na última sessão, quando isso aconteceu, tem que preparar e o Sr. Agnelo Queiroz, na frente desta CPMI, assinar a autorização.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As providências todas serão tomadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esse é um assunto já vencido...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é vencido, não, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, Sr. Presidente, esse assunto é impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As minhas responsabilidades eu tomo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – São 12h58 e não chegou isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra aos autores do Requerimento nº 45, de 2012, de autoria – por favor, senhores –, de autoria do Deputado Fernando Francischini.

O Sr. Deputado está com a palavra no seu tempo de dez minutos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, Governador Agnelo Queiroz, cumprimento o Vice-Governador Tadeu Filippelli, que aqui estava e os Deputados distritais do DF, que vieram acompanhar sua oitiva, nobre Governador.

Eu tenho algumas dúvidas e acho que são técnicas. Acho que se cria muito alvoroço em torno de algumas perguntas, mas são perguntas técnicas, com base em documentos. E eu acho que a forma mais correta foi como procedemos ontem. Vamos proceder da mesma forma hoje.

A primeira dúvida que fica, Governador Agnelo, o senhor falou de uma licitação com dois contratos, que é a licitação do lixo e da varrição de ruas no Distrito Federal. Esses contratos originais vieram de 2010, do Governo passado ao do senhor, de 9 de dezembro, com autorização judicial. O contrato original era de R$151 milhões para a coleta de lixo e de varrição de ruas e R$319 milhões originais de recolhimento de lixo. Este ano, o senhor alterou com aditivo essa licitação. E aqui eu tenho o extrato do primeiro contrato, alteração do termo aditivo, de R$151 milhões para R$173 milhões, no dia 26; e para R$177 milhões, no dia seguinte, corrigindo os números no dia seguinte.

Mesma coisa na coleta de lixo. O contrato do senhor com a Delta era de R$319 milhões, e este ano, em janeiro, o senhor aumento, com o termo aditivo, para R$368 milhões o contrato da Delta, sendo que, no dia seguinte, foi corrigido para R$378 milhões. Ou seja, no dia 26 de janeiro, aumentou em R$70 milhões o valor global do contrato; e, no dia seguinte, com correção talvez de alguns erros do contrato, para R$84 milhões. Quase 20% do valor.

O senhor cita aqui, Governador, e falou que foi com decisão do Tribunal de Contas e entregou o dissídio coletivo, mas eu vejo aqui que há uma decisão de 2007 do Tribunal de Contas do Distrito Federal e que o senhor fez uma repactuação, quer dizer uma repactuação entre partes, seguindo os itens do edital do ano de 2010.

Fica a primeira pergunta: o Tribunal de Contas não tem atribuição constitucional e legal de determinar mudanças de valores de contratos. Por que foi tomada essa decisão em 2012 de aumentar em R$84 milhões o contrato da Delta no Governo do Distrito Federal?

O segundo, Governador, que o senhor não citou, e eu trago aqui a pergunta, é: em 17 de maio deste ano, o senhor fez o segundo termo aditivo do contrato da Delta. No segundo contrato aditivo, o senhor coloca aqui que alterou o contrato da Delta com vistas à inclusão expressa do serviços de recolhimento e transporte até a destinação final dos rejeitos resultantes da coleta seletiva.

Ora, se já fazia um ano, ou seja 17 meses que o senhor fiscalizava a Delta, falou que o serviço não prestava – e a gente vê que era um serviço que não prestava –, que o senhor conseguiu baixar de R$1,3 milhão para R$300 mil, por que o senhor faz um segundo termo aditivo aumentando as atribuições dela agora em maio? Essa é uma pergunta importante, para que a possamos entender.

Outra: o senhor levou 12 meses, Governador, para colocar uma balança para pesar o lixo, um quarto do seu Governo, para botar uma balança para pesar o lixo. Só a diferença que o senhor poderia ter economizado, se tivesse colocado rapidamente essa balança, de R$1,3 milhão para R$300 mil, daria uma economia de R$1 milhão por mês.

O senhor pediu já na Justiça a devolução desses R$12 milhões à Delta? Já entrou para devolver esse dinheiro? É importante. Tenho certeza de que V. Exª pode ter tomado essas iniciativas, mas, para a opinião pública e o eleitor do DF acompanhar, eu acho que era importante o senhor colocar.

Eu trago também, Governador, uma denúncia que eu recebi no meu gabinete, eu vou entregar ao Relator: um prédio situado na Vicente Pires, na Rua 4A, Travessa 3, que são indicativos na denúncia, é uma denuncia que deve ser apurada em detalhes... Um dos imóveis comerciais desse prédio, esse prédio seria inteiro do filho do Sr. Cláudio Monteiro, construído da Vicente Pires. Talvez a Secretaria de Transparência possa apurar se esse filho com 20 e poucos anos de idade tinha estrutura financeira para essa obra. Vou encaminhar ao Sr. Relator essas fotos. Alguém fez a denúncia fez ligações à loja vendida e informou o nome do filho do Sr. Cláudio Monteiro como a pessoa que está vendendo os imóveis nesse prédio. Então vou passar ao Relator e vou encaminhar também à Secretaria de Transparência.

Não tem o nome do senhor nessa denúncia e o senhor, como Governador...

O SR. AGNELO QUEIROZ – É filho do Governador?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mantenha... Por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Filho do Sr. Cláudio Monteiro, o senhor pode, como ex-chefe tomar uma providencia, porque era na época em que ele era o seu chefe de gabinete.

Governador, também o senhor – e o Líder Vaccarezza nos permitiu –, eu quero perguntar algumas coisas em relação à Anvisa. O Líder Vaccarezza nos permitiu fazer essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quatorze. O artigo é 14 e oportunamente será dado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Eu acho que chegou – um requerimento aprovado por mim –, nós tivemos acesso às duas sindicâncias da Anvisa, em que o senhor divulgou publicamente, está aqui o seu assessor de imprensa que bem divulga as notícias, que o senhor foi inocentado na sindicância da União Química Farmacêutica Nacional e da Saúde em Porte, que é do Sr. Glauco, que foi um dos vendedores da casa onde o senhor reside hoje. Eu queria destacar dois pontos nesses dois resultados das sindicâncias. O primeiro, nas duas, Governador, em que o senhor foi inocentado, é que não teria como prever que o corpo técnico cometeu irregularidades graves. Sumiram os documentos com a sua assinatura. O senhor já leu os resultados dessas sindicâncias?

O diretor-supervisor do Ggimp... Os documentos que encaminhava para o local de publicação sumiram. Esse é o motivo que levou o corregedor a Anvisa a abrir processo administrativo disciplinar com pena de demissão em desfavor da Srª Marília Coelho Cunha, da Srª Eulina Raquel Jareski de Aragão, o Sr. Jean Clay de Oliveira, o Sr. Antonio Massaru Kakida e a Srª Joana Darc Carballo Freijo. A Srª Joana Darc é doadora da sua campanha e o Sr. Jean Clay também é doador da sua campanha.

O segundo, Governador, refere-se à União Química. Trata-se da mesma coisa. Aqui eu vou ler parte do depoimento do Sr. Domingos Sávio da Silva, funcionário de carreira, que era seu subordinado.

Ele constatou que, na empresa União Química, em que houve aquela confusão toda, com suposto pagamento de corrupção – falo suposto, porque acho que cabe ao senhor fazer a sua defesa, e nós temos que respeitá-lo –, não tinha sido feita... ele avisou que não tinha sido feita a inspeção em 2006, no final de 2006. Daí vem 2007. Que a Anvisa São Paulo não havia respondido ofício da área para fazer nova agenda, em 2008, janeiro de 2008; que o Sr. Kakida o pressionou para incluir a certificação da empresa no memorando

e que diretamente foi pressionado pela Srª Marília, que era adjunta do diretor da Anvisa, a fazer essa inclusão. E a Srª Marília hoje está no GDF, nomeada no Governo do Distrito Federal.

Esse Sr. Domingos Sávio foi o motivo de determinação também nesse caso da falta de documentação assinada por V. Exª. Aqui no bojo diz que foi uma mudança que a Anvisa fez; que sumiram. Mas sumiram só esses documentos que tinham o encaminhamento do senhor para a Anvisa.

E o corregedor decide instaurar processo administrativo disciplinar em desfavor de Domingos Sávio, que fez a denúncia e que foi pressionado; de Antonio Massaru Kakida, que também já foi na outra; de Marília Coelho Cunha, que está no GDF e que também foi denunciada; e de Joana Darc Carballo, de que eu já falei e que é outra funcionária também em relação à União Química.

O pior, Governador Agnelo, é que, na mesma decisão do corregedor, ele anula e manda fazer de novo a certidão de boas práticas de quatro multinacionais, porque também desapareceram na Anvisa os mesmos documentos que o senhor encaminhava para a Anvisa. E olhe aqui: Novartis, Bangladesh; segunda empresa: Marjan Indústria e Comércio; terceira empresa: JP Indústria Farmacêutica; e quarta empresa: Hemafarma Indústria e Comércio. Foram anulados pela Anvisa, e determinou-se que se faça um novo.

Pelo adiantado da hora, faço a última pergunta, Sr. Relator, permitindo-me como autor.

Eu gostaria também de encaminhar, Sr. Relator, a quebra do meu sigilo. Dois sargentos da Casa Militar eu queria pedir que o senhor determinasse que a Secretaria de Transparência, que a Casa Militar apurasse.

Eu encaminhei ao Relator agora o relatório do Ministro da Justiça, que é do seu Partido, informando que dois sargentos da Casa Militar, usando suas senhas pessoais, com endereço de IP das máquinas de dentro do Palácio do Buriti, onde fica a Casa Militar, quebraram meu sigilo de dados pessoais no dia seguinte em que fiz a denúncia contra V. Exª ao Procurador-Geral da República sobre lavagem de dinheiro.

Seguindo o processo democrático nesta Casa – o senhor foi aqui Deputado –, não consta em nenhum lugar que quem faz denúncias, acusações e fiscaliza a Presidente Dilma Rousseff permite que o Ministro da Justiça, como o seu Chefe da Casa Militar, dê uma entrevista dizendo que ele determinou a quebra de sigilo.

Eu acho que esse Chefe da Casa Militar, Governador, tem que ser demitido. Não é possível ele quebrar o sigilo de um Deputado – e o senhor disse que também foi violado em seus registros – e o senhor, como Governador, não tomar uma atitude dura. Eu peço que o senhor tome uma atitude. O meu sigilo foi quebrado dentro da Casa Militar.

Eu vou encaminhar – fecho aqui as perguntas, porque o Relator fez essa pergunta – toda uma sequência, Governador, de conversas entre o Sr. Dadá e o Sr. Thomé, dizendo que o Cachoeira ia entregar a quebra do meu sigilo dentro do Palácio do Buriti. E o senhor falou que, nesse dia, o Sr. Cláudio Abreu foi recebido, junto com o Dadá, pelo Sr. Cláudio Monteiro, chefe de gabinete. Queria que o senhor apurasse isso também, Sr. Governador. É uma sequência de conversas. O sigilo das minhas mensagens e de *e-mails* com jornalistas que fiscalizavam o GDF dentro do processo democrático foi violado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – São conversas que foram usadas pela mídia para cometer irregularidades que viraram processos criminais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Peço mais um minuto para encerrar, como autor do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar a concessão de mais um minuto a V. Exª, como vou dar a todos.

Por favor, mais um minuto e só.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já dei três minutos, vou dar mais. Vou dar para todos.

Mais um minuto.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) **–** Governador, e a última. Vou encaminhar todas essas conversas. Giovani, contador do Cachoeira, pagou o grampo. Está aqui nas gravações. A Delta, o fixo da Delta em Brasília recebeu do Rio de Janeiro, do Sr. Tomé, no fixo da Delta, o meu grampo clandestino, e sete, oito conversas repassam as mensagens, e o Sr. Claudio Abreu, o Sr. Cláudio Monteiro com o Marcelão levam dentro do Palácio do Buriti, e dizem: "Estou subindo no 2º andar, entregar. Já estou aqui". O Marcelão: "Estou chegando, me aguarde". E eles conversam o dia inteiro.

Com certeza, são citações do seu nome; em nenhuma, tem a sua voz, mas é importante aqui o senhor deixar registrado quais as ações que o senhor vai tomar.

Praticamente, Governador, poderia ter colaborado. O senhor tem a grande maioria na Câmara Distrital do DF. Por que o senhor não deixou a CPI do Grampo prosperar, mesmo o senhor podendo ter vários membros aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O seu tempo está encerrado, Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – ...teria milhares de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Filipe Pereira.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Ele não vai responder para mim?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpa. Com a palavra a testemunha, para responder as perguntas do Deputado Francischini.

Depois, o Deputado Filipe Pereira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o art. 14, já está anotado aqui.

A testemunha com a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Deputado Francischini, agradeço pelas suas indagações. Com relação ao contrato da Delta, V. Exª se refere a um aditivo em maio, que foi cancelado, ele não prosperou, e o aditivo que de fato teve foi com base nesses parâmetros que entreguei ao nosso Presidente, com relação ao dossiê do dissídio coletivo, que tem as bases no Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tem as bases do reajuste, e esse reajuste se remete para justamente a correção do imposto, do salário mínimo, porque um fato é real. O lixo aqui, no Distrito Federal, é um dos mais baratos do Brasil. A tonelada aqui é R$49,00 e é 40% mais barata do que a média nacional. Para o senhor ter uma ideia, é três vezes mais barata do que em Curitiba, por exemplo. E essa defasagem tem uma explicação também, porque, quando a Delta ganhou na Justiça, e eu relatei isso aqui, em 9 de dezembro de 2010, pela lei, ela aplica os preços da licitação – então, ela entra com uma defasagem, o que é verdade – em 2008. Então, são preços de 2008.

Então, quando chega na época do dissídio, com relação ao salário mínimo, há uma defasagem substancial para os trabalhadores que não tiveram correção esse período todo do salário mínimo, que a grande maioria é salário mínimo. Então, por isso que V. Exª, quando se refere que teve em média em torno de 17, 18% de reajuste, de fato tem esse reajuste. E que continua sendo, mesmo com o reajuste, um preço que considero razoável para o Distrito Federal, porque está pagando um preço e que permite também que eles paguem os trabalhadores, porque não teria sentido nenhum exigir que não tivesse condições de pagar.

Quanto à questão do tempo da instalação da balança, infelizmente, V. Exª conhece bem os processos licitatórios de fazer edital. Aqui tem governadores, o Cássio está aqui, e tantos outros que foram governadores, o Alvaro Dias e tantos, e sabem que isso tem que ser obedecido rigorosamente. Edital, projeto básico, tem que ter os prazos, essa coisa toda. Infelizmente, ainda teve uma pequena entrega do fornecedor, mas o fundamental foi o processo que foi disparado já no meio do ano e nós só conseguimos instalar em dezembro e teve essa queda grande do pagamento.

Então, quero dizer isso porque, se os órgãos de fiscalização que estão aí de posse das medidas que tomamos – acompanhou, porque mandamos esses processos todos para a auditoria para Tribunal de Contas e Ministério Público. Acionar a recuperação desses recursos será muito bem vinda se provam essa causa justa para o Governo do Distrito Federal. O atraso foi por isso, mas estamos colocando outras duas balanças e isso dará um maior rigor na fiscalização não só da Delta, repito, mas das empresas que prestam serviços de lixo no Distrito Federal.

Com relação ao prédio da Vicente Pires, vamos ver. O filho do Cláudio Monteiro não é servidor, nós não temos essa atribuição. Acho que deve ser investigado pelos órgãos competentes se tiver algum tipo de irregularidade.

Com relação à Anvisa, eu quero dizer para V. Exª que o que foi investigado pela Anvisa, das denúncias que foram feitas, o próprio certificado mostra isso, que não tem nenhum envolvimento meu aqui.

Com relação a processos internos da Anvisa que V. Exª relata, é evidente que não tenho como responder a isso aqui. Eu tenho uma confiança muito grande nos servidores da Anvisa. São servidores muito qualificados, de carreira. Por isso, se houver alguma perda de documento, qualquer falha, pode ter certeza de que será instaurado processo, como V. Exª mesmo relatou. Pode saber, porque a Anvisa tem um grau de rigor absurdo, correto do ponto de vista do interesse público. Então eu não posso entrar nesse tipo de detalhe. Se eu... Na parte técnica, se uma inspeção foi feita ou não foi feita, tem que ter uma justificativa técnica também. Nesse aspecto também confio, existe inclusive resolução da Anvisa de renovação automática de certificado de boas práticas. Tem que ver se é o caso ou se não é o caso. Não posso falar sem saber qual é o caso.

Objetivamente têm regras, resoluções. Nenhum Diretor da Anvisa e nem o Presidente da Anvisa conseguem, monocraticamente, um atestado de boas práticas ou um registro. Eu asseguro isso aqui, publicamente. Dois anos que eu passei lá, processo, visita... Quem faz a visita, a inspeção é o Estado. A Anvisa certifica. A Anvisa faz inspeção internacional. Quem faz é o Estado, não é aqui. Não é o Diretor da Anvisa que faz inspeção e depois dá o certificado de boas práticas. É o Estado, é a Visa do Estado, que é independente, subordinada ao governo estadual, não ao Governo

Federal e não à Anvisa nacional, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Portanto, eu me reservo para procurar pelo menos saber qual é o caso, para não dar uma opinião precipitada sem saber se se aplica ou não uma resolução da Anvisa.

A Marília não está nomeada no Governo do Distrito Federal. É a informação que eu recebo. E é evidente que todas as minhas contas da Anvisa estão aprovadas pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, só corrigir mesmo. Ela está designada para coordenar a fiscalização e o controle de produtos sujeitos à fiscalização sanitária. É a mesma função que ela fazia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está respondendo, por favor.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, ela não está... Se ela vier a participar é porque é uma servidora competente e capaz. Não tenho dúvida nenhuma. Sei que processos foram abertos, inclusive que citaram o nome dela. Não sei se é precisamente esse a que está se referindo, porque não posso saber detalhes de processo. Ela já foi inclusive absolvida disso, não tem nada a ver com ela. Muito provavelmente é esse caso. Então, qualquer dúvida, o senhor pode ter certeza, Sr. Deputado, de que a Anvisa vai fazer a investigação. Essa Agência foi classificada recentemente em um grau de confiabilidade que as inspeções feitas no Brasil, as empresas do Brasil serão credenciadas lá fora, sem precisar de inspeção internacional do país de origem. Só o FDA tem isso, talvez a EMA, que é uma agência da União Europeia. Então é uma Agência respeitadíssima. Inclusive dei uma importante colaboração a isso, porque na minha gestão na Anvisa nós agilizamos esse processo, mudamos toda a demanda reprimida que existia nas inspeções, que demorava até dois anos para dar... Eu reduzi isso para 45 dias. E a gerente de inspeção era a Srª Marília, tirando esse negócio de demandas reprimidas, mudando toda a legislação de inspeção, incluindo o Distrito Federal no âmbito dos países do PIC. Enfim, a Agência deu um grande salto nesses últimos anos e deu uma pequena, modesta colaboração do período em que eu fui um diretor da Agência e não presidente da Agência. Algumas matérias maldosas referiam que eu era presidente da Agência e, por isso, tinha feito isso e aquilo. Então, quero aproveitar esta oportunidade para fazer também essa correção.

De fato, confirma isso com documento da ata de deliberação que a Marília foi absolvida nessa investigação a que V. Exª se refere.

Posso entregar isso para o Presidente, que é a ata dessa apuração.

Quebra de sigilo. Evidente que eu repilo, com a mesma veemência, que jamais vou permitir, em qualquer circunstância, que isso possa acontecer. Quero dizer a V. Exª que, no caso da Infoseg, não se caracteriza quebra de sigilo. É acesso a informações que relaciona a segurança pública por órgãos devidamente habilitados. No caso, a Casa Militar tem habilitação. Não possui dados sigilosos, apenas dados de caráter público.

O SR. FRANCISCO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Tem um decreto do Ministro da Justiça, Governador, dizendo que é crime de...

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Sem interromper a testemunha, Sr. Deputado. Por favor. Pela segunda vez eu estou...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não estão protegidas... Portaria 2.344, de 24 de março de 2011, que não estão protegidas pelo sigilo fiscal as informações cadastrais do sujeito passivo, assim entendidas as que permitam sua identificação e individualização, tais como nome, nascimento, endereço, filiação, qualificação, composição societária; cadastrais, relativas a regularidade fiscal do sujeito passivo, desde que não revelem valores de débitos ou créditos; agregadas, que não identificam o sujeito passivo; e quarta e última, prevista no § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 1966.

Então, quero dizer para V. Exª que a Casa Militar jamais, em hipótese alguma, vai colaborar, fazer qualquer tipo de ação coma relação à quebra de sigilo, em absoluto, porque não é essa a função. A Casa Militar tem a função de proteção e segurança institucional, legal, de proteção do governador e de seus familiares. Isso não ocorre só aqui, mas ocorre no Paraná. Em qualquer lugar tem essa função. Caso alguma ação ponha em risco a integridade do governador e de sua família, a ação da polícia é imperiosa. Portanto, jamais podemos caracterizar isso como quebra de sigilo. Jamais permitirei. Com a denúncia, que é séria e envolve o Distrito Federal, farei a investigação.

Com relação à CPI na Câmara Legislativa, é uma posição da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que respeito e sei que tem seus motivos para tomar suas decisões. É um Poder independente e tem sua autonomia, mas o Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal, o Executivo instalou uma comissão de investigação, vai a fundo, não medirá esforços para conseguir garantir a fiscalização com relação a essas denúncias.

Então, essa é a minha posição. Agradeço as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar para o segundo autor do requerimento, no uso da competência do art. 14, o Deputado Cândido Vaccarezza tem a palavra, por cinco minutos.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quer agradecer a V. Exª por ter me colocado agora para falar. Quero dizer que fui citado e não considero nenhuma ofensa de quem me citou, mas, como é um direito meu, vou falar. Não vou também fugir do tema do que trata o art. 14.

O meu entendimento é que cada Deputado ou cada Senador pode fazer a pergunta que melhor lhe aprouver. Por isso é que fiz a contradita da questão de ordem. Ontem mesmo, chegaram as minhas mãos três questões sobre o Governador Perillo, que ele estaria respondendo processos, três processos diferentes, eu não considerei importante colocar isso no caso, porque não estávamos em debate. Como chegou também que lá em Goiás houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que esta CPI do Cachoeira não ouviu ninguém ligado ao Cachoeira, somente prefeitos e pessoas que não tinham nenhuma relação com o jogo do bicho ou o jogo, mas não fazia parte da nossa investigação, e eu não ia tratar disso. Mas o Senador Randolfe e outros Senadores e Deputados apresentaram, para o relator...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, mesmo com esse barulho, eu vou falar, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Fale mais alto, para que seu som possa ecoar mais forte.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – O Senador Randolfe, o Deputado Miro encabeçaram um requerimento, de que sou signatário, pedindo ao relator para incorporar amanhã, nos seus pedidos de quebra de sigilo, a quebra de sigilo do Governador Agnelo e a quebra de sigilo do Governador Perillo, mesmo que o Governador Agnelo, politicamente, já tinha dito que abriu o sigilo. Nós temos que ter cuidado com manobras que, ao Governador, em termos, dar por termos a sua quebra de sigilo, seria desnecessário nós votarmos, e isso ser uma manobra para proteger outras votações. Quem for contra a quebra de sigilo do Governador Perillo tem que votar amanhã, e quem for contra a quebra do sigilo do Governador Agnelo tem que votar amanhã. O Governador Agnelo já deu, inclusive, por termos escritos. Então, não precisa ele dar os termos que a CPI exige, porque nós vamos votar amanhã. E há o compromisso político de todos que apóiam e defendem o Governador Agnelo para que seja quebrado o sigilo. Se algum Senador ou Deputado quiser que seja de 10 anos, nós não temos nenhum problema com isso, mas amanhã vamos votar o sigilo dos dois.

Então, acho melhor nós deixarmos essa discussão para amanhã, do que já resolver o problema agora do Governador Agnelo, que já se dispôs – de forma democrática, transparente e firme, como aqui se mostrou – a colocar seu sigilo à disposição da CPI. Então, nós decidiríamos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Essa matéria é para amanhã, Deputado Vaccarezza, por favor.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Exatamente. Então, eu quero pedir a V. Exª que não resolva isso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. E colabore comigo.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para encerrar – eu ainda tenho 1 min. e 14 seg., mas não vou usar –, só quero dizer o seguinte: o Senador Randolfe me informou aqui agora que existe uma grande campanha talvez pontuando o *Twitter*, pedindo para o Governador Perillo abrir o seu sigilo, como fez o Governador Agnelo, a quem parabenizo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Filipe Pereira, como autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Art. 14, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – A seu tempo. A seu tempo.

Deputado Filipe Pereira com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou querendo lhe ajudar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – A seu tempo. A seu tempo!

Deputado Filipe Pereira com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu peço um pouquinho de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, assim como eu fiz ontem, eu quero aqui até declarar que, se formos comparar com programas de plateia, eu acho que o Governador Agnelo hoje conseguiu mais palmas do que o Governador Perillo ontem. Eu acho que essa plateia que chegou aqui hoje, que foi devido à proximidade, é porque estamos na Capital, e a territorialidade tem essa questão.

Mas, Sr. Presidente, mais uma questão que eu queria colocar antes de começar minhas perguntas ao Governador Agnelo: eu quero pedir a concordância deste Plenário e destes meus Pares para que seja talvez retirada, temporariamente, a expressão "republicana" dos discursos feitos nesta CPI e pelos membros que foram convocados a estar nesta CPI, porque conversas republicanas, Sr. Presidente, não são admitidas serem interpretadas como conversas de contraventor, e o

Senador Demóstenes Torres afirmou, em entrevistas passadas, que a relação dele com o Sr. Carlos Augusto Ramos era uma relação republicana.

Então, eu peço, Sr. Presidente, a concordância deste Plenário para que nós possamos excluir do nosso vocabulário, pelo menos neste momento, que esse tipo de conversas fossem republicanas, porque nós estamos deixando aqui, vergonhosamente, o brasileiro humilhado, porque nós somos republicanos por sermos brasileiros e por defendermos o nosso País. Essas conversas não são republicanas.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Se existem conversas republicanas, pressupõe que existam conversas não republicanas.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Com certeza, Deputado Vaz. Com certeza, com certeza.

Eu só queria deixar esse meu pedido aqui, Sr. Presidente.

Dirijo-me agora ao Governador Agnelo.

Nós tivemos acesso, Sr. Governador, ao Relatório da Secretaria de Transparência do seu Governo, que foi feito em relação a três empresas que tinham contrato na prestação de lixo. No relatório constam três; o senhor nos falou aqui que seriam duas: a Delta e mais uma. Não sei quais são os dados certos, se são três ou duas. Porém, Sr. Governador, nesse relatório, foi apontado muito mais irregularidade nas duas empresas do que Delta e apenas a Delta foi penalizada.

Eu gostaria de perguntar ao senhor por qual motivo não foram tomadas medidas contra essas outras duas empresas?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Filipe Pereira.

É muito boa sua pergunta. A providência que nós tomamos foi com relação a todas as empresas, inclusive, caiu o contrato de varrição de uma dessas empresas.

Então para esclarecer, aqui, no Distrito Federal, é dividido em três áreas, por isso que uma empresa tem lotes e uma segunda empresa tem um lote. Por isso, que há duas empresas. Neste momento, agora, está a Delta. A Secretaria de Transparência tomou essas medidas...

A apuração não foi contra a Delta. Eu deixei isso bem claro aqui, porque nós não tínhamos nenhum motivo para fazer um destaque especial de uma empresa; a atitude foi atitude de governo, de gestão, de cuidar do Erário e cuidar de um contato. Essa área, como era muito problemática... Eu até citei outra aqui, como a questão do transporte, até para não ficar isolado isso como se fosse uma atitude isolada. Nós fizemos isso com todas as empresas e apertamos todas as empresas, inclusive desclassificamos uma, que não foi a Delta, no contrato de varrição.

Então, não tem uma exclusividade, em absoluto, com relação a essa empresa, o que não seria justo, não seria, em absoluto, justo isso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito, mas das três empresas, a Delta era a que menos tinha irregularidade. Todas duas tinham mais irregularidades do que a Delta. Portanto, a Delta foi a única punida, talvez por causa do indício de irregularidade em outros Estados, talvez. Pode ser.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) –. Mas não foram todas punidas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não época não tinha indício nenhum contra a Delta.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O Relatório da Secretaria de Transparência deu indício de irregularidades nos três contratos.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, só estou dando uma "situada", Deputado Filipe Pereira.

Quando foi feita a apuração, não tinha nenhum indício contra a Delta. Nós queríamos auditar aquele contrato e colocá-lo em funcionamento. Apontamos todas as falhas e irregularidades de todas as empresas e fomos para cima de todas e exigimos o cumprimento. Não teve uma punição inicial, não teve uma punição inicial; nós exigimos o cumprimento, inclusive, dotamos o Distrito Federal de condições para fazer essa gestão de fiscalização e também a balança, porque, senão, não posso cobrar isso da empresa. Tenho que fazer a minha parte; e isso foi feito.

As empresas também, todas as empresas, ou cumprem o contrato, ou serão punidas, porque aí não tem outro termo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Governador, uma pergunta para o senhor: – acho que ela é pertinente; ontem na presença do nosso Governador Perillo, na Comissão, ele nos informou que a Delta mantinha apenas 4% do montante de contratos no seu governo, e o senhor alega aqui também que a Delta tem apenas contrato nessa questão da coleta de lixo.

Eu faço uma pergunta: Na avaliação do senhor, cabe essa perseguição tão pesada em cima de uma única empresa, visto o pouco volume que ela tem de contratos nesses dois Estados ou será que nós da CPI devemos pedir a quebra de sigilo também de todos os contratos de prestação de serviço do Estado de Goiás e do Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sua indagação: se fosse uma ação individual em uma empresa, de fato, não teria procedência. Concordo contigo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – É porque, na verdade, Governador, a minha pergunta, só para explicar...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Hã...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A minha pergunta é em que sentido? Por favor, peço silêncio na Comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A minha pergunta é em que sentido, Governador?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vamos respeitar a posição do autor do requerimento, que questiona a testemunha.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Por todo o levantamento que foi feito em relação às ramificações do Sr. Carlos Cachoeira com a empresa Delta, parece-me pouco provável que seja apenas a Delta que faça parte desse esquema, porque o montante, o volume movimentado pela quadrilha, assim colocado: pela suposta quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira transcende, com certeza, apenas esse volume mínimo de contratos que a Delta detém nos Estados. Por isso essa minha colocação para V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Olha, no caso do Distrito Federal, é apenas essa área. Então, não tem nem como especular sobre outros contratos, porque foi a questão só do contrato do lixo. O procedimento que adotamos com a empresa Delta, nós fizemos também com as outras empresas. E até a denúncia da Polícia Federal, nós não tínhamos nenhum conhecimento sobre a ligação de Cachoeira e Delta.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nós não tínhamos nenhum conhecimento, por isso que não há punição individual. Aí você pergunta: por que a Delta está saindo, então, do Distrito Federal? Aí é outra coisa. Decisão judicial, depois, comprovou que o documento apresentado na licitação era falso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Por isso que ela está sendo... por causa disso, ela está saindo aqui.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Perfeito, Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Mas outra empresa não apresentou documento falso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Vou-lhe fazer outra pergunta: o senhor tem qual relação com o Sr. Jamil Suaiden, que vendeu a casa onde o senhor mora hoje e acabou, pelo que consta em relatos, ficando, tornando-se milionário durante o seu Governo agora?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tem relação nenhuma comigo. Eu não comprei casa na mão dele. Ele é dono de uma empresa, é um empresário do Distrito Federal, da FJ Produções, recebo essa informação aqui agora, e essa empresa não tem nenhum contrato com o Distrito Federal.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Ele presta serviços para o GDF, sim, Sr. Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Oi? É para o GDF, sim, senhor.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não. Para o Distrito Federal, não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A informação que nós temos é de que presta para o Distrito Federal.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Vou passar então aqui...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Para o GDF inclusive.

O SR. AGNELO QUEIROZ – ...às mãos do Presidente a consulta à base de dados disponível no modo Sistema Integrado de Administração Contábil – Siac, Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo 2012, acesso 11h45, do dia 11 de junho de 2012. Verificamos que não há registro de contrato vigente junto ao credor FJ Produções Ltda., CNPJ número tal, Brasília, 11 de junho de 2012. Vou passar ao Presidente, porque não tem nenhum contrato com o Governo do Distrito Federal.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Esse relatório também pega as subcontratações do Governo do Distrito Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Contratação? Não tem nenhuma contratação dessa empresa.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – OK. Mais uma pergunta, Sr. Governador: o senhor pode nos informar quem foi que indicou o Presidente da Terracap?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O atual Presidente fui eu.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Foi o senhor? Teve alguma influência do seu advogado particular, o Dr. Alcoforado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu que indiquei o Lins, atual Presidente da Terracap, que é um profissional...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Dr. Antônio Lins.

O SR. AGNELO QUEIROZ – ...de altíssimo nível. É pós-doutor, com experiência de auditor no Tribunal de Contas, advogado, ambientalista, um grande quadro da cidade. Eu o indiquei. Ele tem pós-doutorado na Inglaterra.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin, eu sei, eu sei...

Sr. Presidente, eu acho que eu tenho tempo. Assim como o Deputado Francischini utilizou cinco minutos a mais, eu também posso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza. Use o seu excesso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu só quero informar à Senadora Vanessa Grazziotin que eu estou vendo que o advogado se encontra aqui e por isso mesmo eu o citei, porque há fortes indícios de que a indicação tenha sido dele, a do Dr. Antônio Lins, Presidente da Terracap.

Sr. Presidente, apenas mais uma colocação para o nosso Governador. Na verdade, quando a gente está investigando aqui a relação do Sr. Carlos Cachoeira, é muito interessante como o nosso Governador tem um sistema, uma assessoria de inteligência em seu governo que, pelo relato da Polícia Federal, tinha forte indício de arapongagem. Será que essa arapongagem, já que o nosso Governador disse que não tinha conhecimento das ações do Sr. Carlos Cachoeira, será que essa arapongagem também não serviu para mostrar para ele da relação que o Sr. Carlos Cachoeira tinha com membros do primeiro escalão do seu governo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Justamente porque não há arapongagem, eu não poderia saber antes. E nem tinha inteligência para saber antes da ligação do Sr. Carlos Cachoeira com a Delta; só ficamos sabendo agora, depois da revelação do Polícia Federal. Então não há ligação nenhuma com secretário nenhum do governo, com o Governador. Seria pouco crível esperar que pudéssemos detectar uma coisa desta, de uma articulação de organizações com interesses que não são lícitos, que a gente pudesse detectar isso. Infelizmente, não detectamos.

O SR. FELIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, só mais uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A última, Felipe Pereira, porque seu tempo já está encerrado.

O SR. FELIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para alertar o nosso excelentíssimo Governador, que colocou aqui que os responsáveis pela arapongagem botassem suas barbas de molho. Eu acho que ele é o único barbudo nesta reunião, então, para tomar cuidado com as expressões que se usam porque barba de molho é perigoso. E o Dr. Rosinha não está na reunião de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos nós temos que tomar cuidado com as nossas expressões.

Maurício Quintella Lessa é o próximo orador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pelo art. 14. Anote mais um aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Artigo 14, não cabe à senhora mais, porque vou pela ordem de precedência. Vou dar a palavra, depois do Maurício Quintella Lessa, ao Senador Randolfe Rodrigues.

Maurício Quintella Lessa, com a palavra.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, poderia repor o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já repus.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Senador...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – No art. 14, inciso 10, alínea *a*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Exª, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O que reza o Regimento Interno em termos de uso da palavra no Capítulo V e no seu tão recorrido art. 14 é o direito de algum Parlamentar que se sinta ofendido, ou citado possa, citado, usar da palavra para suas explicações pessoais. O que se percebe, Sr. Presidente, é como se não bastasse a visível maioria que a Bancada da Situação, do Governo, possui nesta Comissão, e tenho profundo apreço pessoal, carinho, pelo Senador Randolfe, pelo Deputado Miro, pelo Deputado Vaccarezza, mas não podemos permitir que num jogo de combinação revelado aqui de forma explícita, à luz do dia para que todo mundo visse, Parlamentares – escute-me, por gentileza – simplesmente combinem uma citação de nome, sem qualquer referência, para, numa interpretação absolutamente forçada do art. 14, se retire da Oposição, da Minoria, a possibilidade de eventualmente fazer uso da palavra quando de fato for necessário o debate no contraditório. Nós estamos na Casa do contraditório. Do contrário, Sr. Presidente, o que se está fazendo, veja V. Exª, a questão de ordem que levanto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou garantir a palavra a V. Exª. V. Exª está com a palavra. Senhores, por favor!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A questão de ordem que levanto diz respeito à interpretação do Regimento no que diz respeito ao espírito de utilização do art. 14: é quando ocorrem citações que possam ser desairosas, que precisem de esclarecimento. A simples menção do nome de um Parlamentar, é óbvio, não pode ser utilizada pelo art. 14. Do contrário,

vamos simplesmente desmerecer o nosso Regimento para fazer este trabalho.

Portanto, para concluir, com todo o respeito aqui renovado por mim, o simples fato de o nome do Senador Randolfe ter sido citado, mencionou-se o nome de Randolfe como podia ser mencionado o nome de Maria, de Joaquim ou de José. Não pode permitir que o art. 14 seja utilizado nessas circunstâncias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem do Senador Cássio, o Deputado Miro Teixeira. E nós vamos decidir a questão de ordem para dar seguimento à reunião.

Por favor, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, na reunião de ontem, eu citei o nome de um Senador para apoiar o que ele disse, para ir ao encontro do que ele disse, para ajudar a denunciar essa malha de arapongagem, privada, Governador Agnelo, que se organizou no Brasil, e à medida que a gente avança, vai descobrindo que é maior essa malha.

Nós estamos diante de um fato muito grave. Isso que está se passando é muito grave. E quando chegar a hora de eu me referir a V. Exª é disso, basicamente, que eu vou falar. E ontem, eu fui surpreendido porque depois de citar o Senador, favoravelmente, agradecendo até a referência que ele fez a dois nomes, em cujas casas foram encontradas mídias gravadas por esse esquema privado, essa arapongagem privada, de repente, de repente, o Senador pediu a palavra pelo art. 14 e V. Exª deferiu. E eu me insurgi quando V. Exª me cassou a palavra. E eu lhe digo, microfone existe realmente para nós falarmos baixo, mas ele não é tão necessário assim quando nos socorre a razão.

Eu senti a indignação que talvez agora o Senador Cássio Cunha Lima tenha expressado. Eu senti ontem. Mas ontem isso não serviu. Já que não serviu e já que disseram que é assim, eu estou usando assim e vou pedir pelo art. 14 sempre que for referido.

Acho um equívoco bastante grave, mas é a forma gramatical da interpretação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é a minha decisão e eu vou pedir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é a minha decisão, lamentando ao Senador Cássio a forma gramatical equivocada do nosso Regimento e não só essa, Senador Cássio.

Hoje eu estava pela manhã me lembrando de que nós temos aqui, na condução do art. 89, do Regimento Comum, que é a condução dos trabalhos desta Presidência, três Regimentos, o Regimento Comum, o Regimento do Senado e o Regimento da Câmara e todos os três Regimentos deixam equívocos gramaticais, vazios que muitas vezes têm que ser preenchidos aqui no improviso para que a condução possa ser, de forma sistemática, mais objetiva.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu agradeço o aparte de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acho que V. Exª, no espírito da sua questão de ordem, está bem feito.

Miro, tem razão V. Exª.

Sigamos com a palavra, Deputado Maurício Quintella...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agradeço o aparte de V. Exª e peço que V. Exª reconheça o direito do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza, vai ser reconhecido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A quem aliás eu aproveito para pedir metade do tempo porque também fui referido pelo Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa, com a palavra, pela ordem.

Vamos retomar os nossos trabalhos, nós temos que produzir.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós temos que produzir.

Vanessa com a palavra, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu serei breve, Sr. Presidente, e acho que nós poderíamos, todos nós, aproveitar esta oportunidade do debate acerca do art. 14, para mudar os procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu concordo com tudo que o Senador Cássio falou, com exceção de uma coisa: o Senador quis aqui dizer que nós a Maioria ou V. Exª estaria usando o art. 14 para dar oportunidade aos partidos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É aproveitar só o vazio, é só aproveitar o vazio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não é verdade. Eu utilizaria o exemplo do Senador Alvaro, que foi citado elogiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem mesmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Elogiosamente, Senador Alvaro, e V. Exª ganhou o art. 14. Assim o Deputado...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu quis agradecer o elogio e pedi a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E daqui para frente, Sr. Presidente, acho que se há

confusão no Regimento, se há confusão no Regimento, nós devemos decidir no voto essa confusão. De que forma? Só terá direito ao art. 14 quem recebe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ofensa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Exatamente, esse é o propósito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Maurício Quintella Lessa, terceiro autor.

Vou restituir o tempo de V. Exª.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Governador Agnelo Queiroz, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, a convocação dos Governadores, Presidente, foi extremamente polêmica. Esta Comissão se debruçou aqui, debateu por vários dias se haveria necessidade efetiva da convocação dos governadores naquele momento.

E o depoimento do Governador Perillo ontem, que, sem dúvida nenhuma, conseguiu esclarecer a esta CPI vários pontos que estavam nebulosos – mas outros não; por isso a CPI encaminhará amanhã a possibilidade da sua quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico –; e a presença de V. Exª demonstra hoje que esta CPI estava absolutamente correta.

Governador Agnelo Queiroz, isso aqui, antes de tudo, é uma grande oportunidade para que esta CPI possa, no decorrer da investigação, fazer a separação do joio e do trigo.

Claro que há muitos agentes políticos, vereadores, governadores de estado, parlamentares que se envolveram, que se lambuzaram, tomaram banho na "cachoeira". Outros, sem dúvida nenhuma, são vítimas desse processo. E o depoimento dos governadores e essa oportunidade que a gente tem de esclarecer esses fatos são fundamentais.

V. Exª está sentado nessa cadeira, hoje, desta CPI não porque foi citado pela organização do Cachoeira. V. Exª não é citado em nenhuma oportunidade. Nem uma. Não há nenhum laudo, nenhum vídeo que sugira participação de V. Exª com essa organização.

Alguns membros de seu Governo...

Presidente, por favor.

Alguns membros do Governo de V. Exª, sim. V. Exª inclusive já os afastou.

Os alvos e objetos de interesse da organização, que seria dominar a fiscalização do contrato de lixo da Delta, a regularização da Fazenda Gama e a habilitagem do DFTrans, nem um deles obteve sucesso. Então, isso é um ponto importante para o seu Governo, e V. Exª aqui já esclareceu.

Há também aqui – e eu queria reproduzir, é claro – algumas conversas telefônicas, escutas feitas pela Polícia Federal, em que, obviamente, a organização criminosa demonstra absoluta insatisfação com o Governo de V. Exª.

Sr. Paulo Abreu, no dia 10 de janeiro, com o Sr. Dadá: "E daí, Dadá? Aqui é Paulo Abreu. As esperanças acabaram, então, não é?". Dadá responde: "Não. A Presidência é impossível, né? Porque o cara lá, o tal de Eduardo Brandão já tomou de conta. Nós 'está' tentando", entre aspas, "nós 'está' tentando ver o que a gente consegue aí de uma diretoria." Dadá: "Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que esse povo me ajudou até hoje? Ninguém nomeou nem gari."

Logo depois disso, desse evento, o Sr. Demóstenes Torres faz aqui no Senado um discurso pedindo o *impeachment* de V. Exª.

Depois, tem outra, do Dadá novamente, que, além de araponga, passou também a fazer o trabalho de chantagem e de pressão em figuras governamentais. "Para o cara cair, são três ou quatro meses depois do discurso." Marcelão: "Pois é. Falei isso. Nós não é contra a proposta do Governador não. Cê sabe como é que as coisas aqui funcionam." Aí falou: "Porra" – desculpem, mas está aqui – "domingo mesmo teve o negócio do Paulo Tadeu. Estava tudo certo. Paulo Tadeu foi e mudou todo o quadro, entendeu? Então, tá difícil."

Depois tem outra conversa, mais uma apenas, Cachoeira e Jairo Martins. Cachoeira: "Mas eu mandei tomar" naquele canto, "só não vai bater nele", no Agnelo, "até ele apanhar, até ele aprender, virar homem". Jairo Martins: "Aí a *Época* vai bater no Agnelo, tá? São três páginas aí contra o Governo do Distrito Federal." O mesmo *modus operandi* que utilizaram contra a cúpula do Ministério dos Transportes, que também está divulgado em toda a imprensa. Dadá: "Esse mês já foi feito alguns cortes aí, cortaram caminhão nosso, mandando uma porrada de gente embora, vai mandar mais gente embora esse mês, ele acha que outubro vira, hora que virar o contrato. Se tiver dando lucro eu vou voltar, mas agora não tem condições não." Cachoeira: "É ele, Agnelo. Vai se"... "Esse bosta, malandro, pilantra, vagabundo, esse bosta!". "Então libera. Então libera o gordinho, né?". Cachoeira: "Ah, é. Agora ele cai. Você tem que avisar que eles vão apanhar, entendeu? Vão continuar apanhando."

A pergunta que eu faço. Fica claro, obviamente, que, no caso do Governo de V. Exª, a organização criminosa estava absolutamente insatisfeita com os rumos que os negócios da Delta e desses outros alvos de interesse estavam tomando. A pergunta que eu faço: V. Exª foi chantageado pessoalmente ou por intermédio de terceiros?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado Maurício Quintella Lessa, agradeço sua pergunta e recapitular, inclusive, essa cronologia, que é tão elucidadora. Mas não tive nenhuma abordagem, nenhuma chantagem por parte dessa organização. Isso que está aí – e V. Exª relata com muita precisão – não correspondeu a uma ação diretamente comigo. Não teve um contato, um telefonema. As tentativas foram feitas de aproximação com alguma área de Governo, que também não deu nenhum tipo de prosseguimento a isso.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor teve nesse período, Governador, algum contato pessoal com o Senador Demóstenes Torres? Ele interferiu, de alguma forma, ou pediu, de alguma forma, benefícios ou alguma ação do Governo em relação a beneficiar esses negócios que foram alvo dessa organização?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não interferiu, Deputado Maurício. Não interferiu, nunca me pediu, eu sempre tive uma relação absolutamente cordial com ele, fomos parlamentares aqui, na mesma época aqui, no último mandato meu, de Deputado Federal. E nunca pediu. A degravação mostra, inclusive, que tem uma tentativa, têm diálogos que vão procurá-lo no final de dezembro, antes de tomar posse. Teoricamente, como não teria nenhum problema com empresa, nem com ele, nem com ninguém, isso poderia ter, teria um ambiente para ter acontecido. Mas eu quero dizer aqui, peremptoriamente: nunca me ligou, nunca pediu nada sobre a Delta.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Então, Governador, a quem o senhor atribui – se o senhor puder atribuir, é claro – motivos para que o Senador Demóstenes Torres tivesse pedido o *impeachment* de V. Exª de forma tão incisiva do plenário da tribuna do Senado Federal?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O que eu imagino, Deputado Maurício, é fruto desse debate todo que tanto a Comissão de Ética como a CPI têm feito e com as revelações das interceptações telefônicas fartas. Tem muitas orientações, pedidos diretos ao Senador Demóstenes para fazer isso, fazer aquilo. E tem orientação claríssima neste sentido: "Pode mandar bater, libera o Demóstenes".

Então, isso corresponde com ações concretas e com um grau de violência completamente desmedida, caso houvesse uma insatisfação aqui no Distrito Federal, ser solidário a alguém aqui, enfim... Mas as degravações mostram isso. Pior do que isso, mostram que tem gente daqui do submundo do crime do Distrito Federal fornecendo material e dossiês pra ele. O próprio Dadá, num diálogo desse, faz referência a isso, que ele está recebendo dossiê de bandidos, aqui no Distrito Federal. Está lá, não sou eu que estou falando; está na degravação e à disposição de V. Exªs.

Portanto, eu acho que só posso dar essa explicação, porque sequer eu tive algum problema individual com ele, em absoluto. Nunca! Pelo contrário, relatei aqui, na introdução deste depoimento, que a relação era extremamente cordial.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Outro ponto que recai não sobre V. Exª – é claro que ninguém é responsável pelos atos de terceiros –, mas os grampos da Polícia Federal mostram que dois assessores do Cachoeira, em diálogo com o Sr. Cláudio Monteiro, combinam o pagamento de R$20 mil a ele e mais uma mesada de R$5 mil, em troca de uma indicação de um integrante do grupo para a SLU.

Eu pergunto a V. Exª: V. Exª, em algum momento, tomou conhecimento – antes, obviamente, de isso ser exposto na mídia – de que isso poderia estar acontecendo?

Esse integrante foi efetivamente nomeado?

Quais as medidas que V. Exª tomou depois que isso veio à tona?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Eu pediria, Sr. Presidente, meus três minutos também. Só tenho mais uma pergunta.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu sequer, Deputado Maurício, tomei conhecimento disso.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O Cláudio Monteiro nega, peremptoriamente, que nunca recebeu dinheiro desse grupo. Esse diálogo data de janeiro – esse a que V. Exª se refere –, data de janeiro de 2011. Hoje, com a degravação da Polícia Federal, nós sabemos que esse grupo tentou emplacar um nome para a presidência do SLU. Esse nome chama-se Paulo Abreu.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Esse nome sequer chegou a mim. Sequer chegou a mim! Nem para o Cláudio Monteiro, nem para ninguém. Tanto é que o que eu indiquei, eu indiquei...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O Paulo Almeida não chegou a ser nomeado?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não chegou a ser nomeado, sequer ser cogitado na esfera de decisão, porque eu indiquei o João Monteiro, Delegado da Polícia Civil e Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Portanto, não bate a tentativa de cooptação do Cláudio Monteiro, porque sequer a pessoa que foi indicada correspondia à vontade do grupo. Mesmo assim, ele teve uma atitude firme, pediu para sair, para se defender, botou seu sigilo bancário, telefônico, enfim, tomou todas as providências para provar sua inocên-

cia, desvinculando isso da ação de governo. Uma atitude correta. E vai provar, seguramente, a veracidade ou não desses fatos.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Governador, o Sr. Cláudio Monteiro, além de ter sido assessor de V. Exª, também era amigo. Só para ilustrar e constar, é importante, já que vamos ter quebra de sigilo bancário e fiscal: o senhor tomou algum dinheiro emprestado em alguma ocasião, enquanto Governador do Estado, com o Sr. Cláudio Abreu, depositado em conta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não, não conheço o Cláudio Abreu.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Não, Cláudio Monteiro. Desculpe.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não me lembro. Provavelmente, não, porque, não me lembro, ele é muito meu amigo, se tivesse necessidade, poderia fazer, mas não me lembro nenhuma vez, não.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Foi ventilada também, na imprensa, Governador, foi ventilada, também é polêmica, a história da compra da casa. Obviamente que a casa de V. Exª foi paga com o dinheiro de V. Exª. Qual a renda familiar, se isso for possível colocar agora, de V. Exª, se ela seria compatível com a compra dessa casa e de que forma se deu o pagamento desse imóvel? Seriam minhas últimas perguntas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu posso disponibilizar; eu posso pegar...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor poderia, depois, informar à CPI por escrito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Pois não.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Nós ficaríamos satisfeitos com isso.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Pois não. Não teria dificuldade nenhuma. Faço isso com o maior prazer, porque está tudo documentado, além de estar já na declaração. Com a disponibilidade também do sigilo, isso comprova plenamente. Mas posso adiantar que, basta um ano da minha renda, para poder adquirir isso. Da renda familiar.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Quero agradecer o esclarecimento de V. Exª e dizer que me sinto plenamente satisfeito com as respostas. Vamos... Obviamente, V. Exª já disponibilizou a sua quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Vamos debatê-la e verificar a necessidade de quebrá-la oficialmente, amanhã, e não tenho dúvida que essa quebra também servirá para, de uma vez por todas, esclarecer todas essas questões que foram colocadas, aqui, na CPI.

Muito obrigado.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu que agradeço, Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao último dos oradores e aí vou ouvir o Senador Randolfe, dos autores. Entre os autores, o último, Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento nº 280.

V. Exª terá o seu tempo regimental acrescido de três minutos, como estou dando a todos os senhores autores.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, no depoimento inicial do Governador Agnelo, ele fala que os requerimentos foram assinados por seus opositores. Eu assinei, em nome da Bancada do PPS, três requerimentos, aliás, quatro requerimentos, convocando o ex-Governador Arruda, de quem fomos aliados; convocando Marconi Perillo, de quem somos aliados; convocando o Governador Cabral, de quem somos aliados; e o Governador Agnelo, de quem fomos aliados até recentemente. Então, não há nenhuma discussão, e quero fazer um reparo a esse depoimento de que, aqui, os opositores estão convocando o Governador.

De outro lado, quando o Governador fala da questão do lixo urbano, e fala que, aqui, diminuíram os custos, eu voltei ao tempo e à memória, quando Prefeito, e assumi em 93, portanto, vai fazer agora cerca de 20 anos, lá também encontramos uma situação caótica com relação a isso, mas, em poucos meses, três a quatro meses, nós resolvemos a questão. Fui Prefeito em Campo Mourão, e diminuímos os custos para um terço do que se praticava, exatamente no mesmo modelo de quilometragem, sem pesar e não ter a fiscalização adequada. Marco regulatório e fiscalização quem faz é o Poder Público. E, quando vejo que o Governador fala que diminuiu o custo com relação a isso, eu digo que nada mais está fazendo do que cumprir o seu dever. Portanto, não merece elogio, nem oba-oba. Está cumprindo com o seu dever.

E também eu acho que vale a pena o Governador levar às hostes do seu Partido, os grandes escândalos de lixo e transporte urbano no Brasil, começar exatamente no seu Partido, seja Campinas, seja Ribeirão Preto, seja Santo André, com resultados nefastos, até do ponto de vista de desaparecimento de pessoas e assassinatos, e que isso não se leva à devida consideração, até porque respira no fundo ou suspira no fundo aqueles que estão tentando ainda acobertar esse tipo de crime.

Sr. Governador, quando vejo o seu depoimento, e aí vejo a sua palavra com relação ao seu Governo, e fala sobre vários itens, repetindo um pouco o *script* aqui do Governador Marconi Perillo, de falar das obras,

do seu Governo, usar o tempo, eu chamo a atenção para uma posição que me parece importante, voltando. Também na mesma situação do Governador Marconi Perillo, vamos falar da casa.

Já que tem tanta... Eu passei os olhos rapidamente e vi aqui Governador, tentar cruzar contravenção; vida multiplica patrimônio de Agnelo Queiroz; do apartamento à mansão sem financiamento; franquias repassadas a parentes; Governador teria dívida tal; vida política multiplica patrimônio de Agnelo; denúncias de corrupção no Ministério do Esporte; ONGs; tanta coisa e vai por aí afora. Quer dizer, aqui a *Operação Kung Fu*; até gente morreu nessa guerra das ONGs, de repente criou-se aqui um novo estamento do Poder Público brasileiro através das ONGs, em prejuízo das boas ONGs, que funcionam no Brasil. É o tal do... *Operação Shaolin*. É tanta coisa que está aqui anotada que se perde no tempo, quebra de sigilo, o STJ quebrou o sigilo do Governador e vai por aí afora.

Mas o que chama a atenção é o seguinte. Primeiramente, eu queria perguntar ao senhor o seguinte: a servidora pública, Juliana Roriz Suaiden Alves e Santos, e o marido, advogado Glauco Alves e Santos, donos da *Saúde Import*, que comercializa produtos hospitalares, venderam ao senhor, em março de 2007, uma mansão no Lago Sul, área nobre de Brasília, por R$400 mil. O valor de mercado de casas nessa região é de pelo menos R$2 milhões. Aí pergunto: é verdade que a casa, que o senhor adquiriu em 2007, tinha como proprietário o advogado Glauco Alves e Santos e a mulher dele? Quanto o senhor pagou pela casa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – É verdade, paguei R$400 mil pela casa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É verdade que em fevereiro de 2008, quatro meses após assumir a Diretoria da Anvisa, o senhor assinou pessoalmente o alvará de funcionamento da *Saúde Import*?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Essa pergunta é muito boa, Deputado Rubens Bueno, porque, primeiro, quando o senhor faz também esse levantamento, confirma justamente o que eu falei no meu pronunciamento, a orquestração, a deslealdade, a mentira, porque tudo isso, desse pequeno repasse, eu não tenho sequer uma denúncia contra mim, um processo contra mim. Eu vou passar aqui às mãos do Presidente, já passei todos os nada consta de todas as áreas; não tem um único contra mim.

Segundo, essa, eu adquiri a casa desse casal. O Glauco é um advogado, a esposa dele é uma empresária e isso foi antes de eu ser Diretor da Anvisa; foi no final, quando eu estava terminando o mandato de 2006, eu estava terminando o mandato, até o começo de 2007. Eu só fui Diretor da Anvisa em novembro de 2007. Então, a má-fé, a desonestidade, a covardia é tamanha que eu poderia supor que eu iria virar Diretor da Anvisa, nove meses ou dez meses depois, portanto, iria favorecer alguém que tem uma empresa e se referir a funcionamento, a atestado de funcionamento. Sabe quantos atestados de funcionamento a Anvisa deu na minha época, no último ano? Oito mil atestados de funcionamento. É um atestado absolutamente mais simples, não é um atestado de boas práticas, que a VISA local faz uma inspeção, obedece a um rigor absoluto de resoluções etc. Então, é um atestado simples, que é feito pela VISA do Estado e a Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, faz a assinatura do certificado e, às vezes, emite 500, 1.000, 2.000.

Então, o grau de desconhecimento, associado com a má-fé absurda, faz levar a uma denúncia como essa, como se pudesse ter relação com uma compra de uma casa, que aconteceu dez meses antes de eu virar Diretor da Anvisa. Todos aqui são políticos e sabem muito bem que para você ocupar um espaço desse o que significou de negociações, disputas de várias candidaturas etc., já que a Diretoria da Anvisa é uma diretoria de grande importância para o País, de grande prestígio para qualquer pessoa que assuma essa diretoria; e puder imaginar que dez meses depois você pode se transformar em Diretor da Anvisa e, por conseguinte, vou beneficiar uma pessoa de quem comprei uma casa há dez... Isso faz parte, isso é um exemplo espetacular, porque faz parte dessa orquestração, que não é só maldosa, ela é de um grau de desonestidade absurdo, porque o mínimo que a pessoa podia olhar era isto: quando comprou e quando saiu o certificado. E se tem a relação da Anvisa com uma coisa dessas. Isso foi reproduzido, Deputado Rubens Bueno, largamente por vários veículos, que sabem dessa explicação, mas fazem por má-fé.

Então, te agradeço demais ter colocado, porque eu teria que ter futurologia, a pessoa, e mais eu saber que no futuro eu iria virar Diretor da Anvisa. Inclusive, era pouco provável que eu virasse Diretor da Anvisa, se quiser saber aqui, porque o Presidente Lula, na época, achava que eu não deveria ir para uma atividade dessa muito técnica etc., e virei, virei por uma questão conjuntural. Mas, como eu iria saber isso dez meses antes? É um absurdo completo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Em janeiro de 2008, o Dr. Glauco e a Drª Juliana incluíram as suas irmãs como sócias majoritárias no Restaurante Bon Grille, em Brasília; o senhor já era Diretor da Anvisa.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É isso?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim. A relação privada, empresarial, depois que eu adquiri a minha casa,

claro que tive proximidade e conhecimento com as pessoas. Agora, se a pessoa faz um negócio, declara no seu Imposto de Renda, tem renda para isso, qual é a condenação? Qual é o crime que tem isso? Isso é um absurdo! Então, qualquer parente de V. Exª, ou de qualquer parlamentar que está aqui, de senador, de deputado, de governador e prefeito, eles estão ceifados de fazer qualquer tipo de atividade particular. O que tem que ver é se não tem renda, se não declarou ao Imposto de Renda, se teve má-fé; é isso que tem que ser visto. Mas, fazer uma ilação desta de que uma atividade eminentemente privada, particular, possa interferir na vida privada das pessoas é uma forçação de barra muito grande.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Obrigado, meu estimado Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Intervenção fora do microfone.)* – V. Exª ainda tem 3 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Claro, tempo de três minutos; eu agradeço. Aliás, está muito boa aqui a relação da Mesa com o Plenário.

Olha, deixa eu só dizer o seguinte – mais duas perguntas, apenas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – À vontade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O restaurante está aí, não é uma coisa que não é tão simples: o valor é de R$1.850.000,00. Primeiro deu um pedaço, depois de um pedaço de outro restaurante, de repente é um... Essa é a questão.

Outra questão. Quando o senhor fala em quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, aí eu pergunto: por que não quebrar os sigilos bancários dessas pessoas envolvidas com a mesma pessoa que foi beneficiada pela Anvisa quando o senhor foi diretor?

E quero finalizar, para perguntar o seguinte: o senhor em 2006 declarou um patrimônio de R$224 mil. Em 2007 o senhor compra uma casa por R$400 mil. Como é que foi esta compra? Foi em dinheiro? Foi financiamento? Esta é a pergunta, lembrando, inclusive, que esta foi uma reportagem que a revista *Época* publicou; o senhor processou os dois jornalistas da revista, e, ao processá-los, a juíza então pediu que o senhor apresentasse a sua declaração de Imposto de Renda para verificar. E a juíza respondeu que o senhor não apresentou o seu Imposto de Renda e o multou em três mil reais, além dos honorários, além das despesas do processo junto à Justiça.

É bom destacar isso, Sr. Presidente, porque esta ação que o senhor impetrou contra os jornalistas, o senhor perdeu na Justiça, e foi condenado. E ainda fica aqui patente o que a juíza disse: "a casa não incluída sequer no Imposto de Renda de Agnelo Queiroz". E a juíza diz, isto é, a juíza dizendo: "...não fez prova cabal da regularidade da aquisição da casa e, muito menos, da sua evolução patrimonial". Isso são palavras da juíza que condenou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Isto é o respeito que se dá a uma decisão judicial: o Líder do PT aqui se pronunciando... Lamentavelmente, lamentavelmente! É lamentável. Se por parte de um Parlamentar é lamentável, imagine o líder de uma bancada.

Sr. Presidente, finalizando, então, em 2006, o patrimônio era de R$224 mil. Em 2007, comprou uma casa por R$400 mil. À Justiça ele disse que comprou com sua economia e da sua esposa. E, de outro lado, disse que tinha comprado com um empréstimo que até hoje não foi esclarecido.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A testemunha com a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, primeiro, não falei nada de empréstimo. Segundo, a sua observação me dá uma grande oportunidade porque, primeiramente, toca em um dos pontos que não é objeto de investigação desta CPI, mas faço questão de relatar. Se fosse objeto e eu tivesse algum comprometimento com esse grupo, com Carlos Cachoeira, com Delta, etc., talvez V. Exª fizesse uma pergunta referente a esse assunto. No entanto, como não tem, V. Exª entra em um dos pontos em que sofri ataques que relatei aqui. Um foi precisamente esse que V. Exª falou. Essa matéria a que V. Exª está se referindo aconteceu em abril de 2010 e tentou me tirar da disputa eleitoral no Distrito Federal, tentou me tirar, um grau de covardia extrema, porque, quando foi abordado, sabe o que eu fiz, Deputado Rubens Bueno? Quebrei o meu sigilo bancário e fiscal para o jornalista, de boa-fé, achando que se tratava de uma pessoa que buscava a verdade. E, de um dia para outro, levantei tudo com o Banco do Brasil a minha conta bancária, botei na mão dele, peguei minha declaração de Imposto de Renda, minha e da minha esposa, entreguei para ele, porque era só fazer uma soma da minha renda com a da minha esposa, e isso foi recusado a fazer. Ele fez uma matéria mostrando que eu não tinha lastro, não tinha renda para fazer a aquisição quando, materialmente, está absolutamente explicado. Tive que fazer – porque estava nas vésperas da inscrição de uma candidatura – uma auditoria no meu Imposto de Renda, que passo

ao Presidente. Passo ao Presidente essa auditoria do meu Imposto de Renda e da minha esposa, mostrando que tinha patrimônio e lastro para aquisição da casa. Provei isso provei para o meu partido, para a sociedade, foi um debate intenso. Isso é luta política, Deputado Rubens Bueno, luta política. Espero que o senhor nunca seja vítima de uma coisa dessas. E isso ficou tão desmoralizado, que ele virou um inimigo meu, mortal. Ele promete, aos quatro cantos, que me caça em qualquer lugar. E fez disso uma luta de vida ou morte, porque ficou absolutamente desmoralizado, já que não tinha razão. É claro que eu tinha que processá-lo, e o processo está nessa instância. Os advogados acharam que não devia apresentar as duas declarações, a minha e de minha esposa. E, por isso, a decisão. Isso será reparado absolutamente, vou fazer isso. Portanto, vou comprovar, mais uma vez, como comprovei naquela luta política que queria me tirar da eleição de 2010 e não conseguiu. Era propositado, acho que V. Exª conhece muito bem esses jornais a que me refiro. E, portanto, isso ficou desmascarado. Desmascarado! E, depois disso, se o senhor pegar matérias dele, posteriormente a esse episódio, o senhor vai ver a quantidade de matérias contra a minha pessoa. Virou um negócio pessoal. Isso não é coisa de profissional, isso tem outro nome, isso tem outro nome.

Esse é mais um episódio da tentativa de desmoralização com a mentira, com a falsidade, plantando, não sendo justo com a matéria. Eu tive a grandeza e a hombridade e recebi uma bronca do meu advogado à época, que me disse: "como você chega para o jornalista e entrega seu sigilo bancário e sua receita? Como é que você faz isso?" E eu achando que ele queria tratar da verdade, e ele não conseguia fazer uma soma da minha renda com a da minha esposa, para provar que tinha lastro.

Muito obrigado pela sua... Muito obrigado, muito obrigado. E eu estou com o meu sigilo quebrado no Ministério Público também, o que dará completa averiguação disso, eu que ofereci, como estou fazendo... estou fazendo assim. Eu sei que é pouca gente, poucas pessoas que topam fazer isso, colocar o seu sigilo à disposição. Mas eu já tinha colocado para ele, para fazer a matéria antes, para o Ministério Público e faço hoje com a CPI. É isso, muito obrigado, o senhor deu uma oportunidade muito boa para que eu pudesse esclarecer mais uma, daquelas tantas que eu citei aqui, mais uma atitude de fazer um ataque absolutamente sem veracidade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Apenas para constar, o nome da juíza é Priscila Farias da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Usando, e espero que das próximas vezes com melhores critérios esta Comissão, o art. 14, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero lhe agradecer pela utilização do art. 14. Adianto inclusive, para contribuir com os trabalhos da Mesa, que tenho cinco minutos, mas cederei dois e meio ao Deputado Miro Teixeira, que também foi citado, para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, não, V. Exª usa o seu tempo, aí é inovação... aí é invenção mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Assim o farei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Use o seu tempo que está passando. Aí é invenção mesmo. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, seria a máxima. Se colasse, colou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aí não dá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Seria dentro dos cinco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aí é demais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O meu querido Deputado Miro será assim prejudicado.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Governador Agnelo pela sua disposição de quebra de sigilo. É importante destacar e é importante que fique claro e acredito que seja essa a disposição do Governador, que a quebra do sigilo será bancário e fiscal,... É bancário, fiscal e telefônico – obrigado, Deputado Vaccarezza –, da mesma forma, eu creio que torna inevitável amanhã que nós apreciemos e deliberemos, da mesma forma, pela quebra do sigilo do Governador Marconi Perillo.

Dessa forma, eu quero destacar, inclusive, desde o anúncio, Governador, de ter sua quebra de sigilo, as redes sociais têm elevado. A TAG: quebra o sigilo também Perillo, para os dez TTs, para os dez mais dos TTs do Brasil.

Portanto, eu creio que se torna inevitável que amanhã esta Comissão Parlamentar de Inquérito proceda às duas quebras do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos governadores. Perfeito, mas perfeito é se autorizado e assinado, aí ao final, mas é questão de forma, ordem dos fatores aí não alterará o produto.

Entretanto, existem algumas questões que restam, para mim. O Governador está indo bem no seu depoimento, existem algumas questões, entretanto, que restam em dúvidas que precisam ser esclarecidas, mas creio que o Governador esclarecerá até o final deste também longo depoimento.

Por exemplo: o Governador disse que nunca trocou um telefonema com o Sr. Cláudio Abreu, entretanto nós temos uma interceptação telefônica da Polícia Federal, do dia 10 de maio de 2011, entre o Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Cláudio Abreu, onde o Sr. Cláudio Abreu diz, nessa interceptação telefônica, que estava almoçando com o Governador. Essa questão não está bem explicada, eu quero acreditar que o Governador, no transcorrer do seu depoimento, esclarecerá que já foi perguntado sobre isso algumas vezes e, no meu entender, não ficou devidamente explicado e esclarecido esse aspecto do depoimento do Governador.

Ao passo que a questão também apresentada pelo Deputado Rubens Bueno, no meu entender, também sobre a evolução patrimonial do Governador, não está esclarecida. O Governador tem, no meu entender, se reportado a fazer, primeiramente, em especial, um ataque ao argumentador e não a resposta objetiva ao argumento. Seria importante uma resposta objetiva, clara, sobre essa questão da ampliação do seu patrimônio, que foi noticiado pela revista *Época* e foi renoticiado, no último final de semana, pelo jornal *O Globo*. De qualquer forma, é importante – e quero destacar a disposição do Governador na abertura do seu sigilo – que o façamos amanhã, em deliberação em relação ao Governador de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Senador Randolfe.

Eu peço a atenção dos senhores, por favor.

Nós vamos começar agora, no mesmo diapasão que nós produzimos ontem, vamos iniciar com a lista de inscrição dos oradores. A cada três inscrições, um líder, chamando o primeiro inscrito.

Aos não membros da bancada, aos senhores que são não membros, estamos dando a oportunidade de suas visitas. São todos muito bem-vindos. Efetivamente, nós temos que chamar, prioritariamente, os membros titulares e suplentes.

Aqui nós estamos tratando os titulares e suplentes com a mesma *performance*, da mesma forma. Chamamos a todos de forma igual.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Só para confirmar, eu sou o primeiro líder inscrito, Sr. Presidente? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com toda a sua ansiedade.

Vamos fazer esta dosimetria: são 10 minutos.

Como aos autores, por causa do Francischini, eu dei três minutos, e, na isonomia, aos autores eu dei mais três minutos, e em respeito aos 30 inscritos e aos oito líderes que estão aqui, eu serei implacável nos 10 minutos! Serei até – não quero ser – deselegante, mas, tocou a campainha, os senhores terão um minuto, e eu passarei imediatamente à palavra seguinte. Eu e o Presidente Paulo Teixeira, que vamos assumir.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Carlos Sampaio, que terá o tempo de 10 minutos.

Com a palavra o Sr. Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Relatores, meu Pares, inicialmente eu peço licença para fazer uma breve digressão e, em seguida, iria às perguntas.

Primeiramente, Sr. Presidente, eu faço um registro aqui: o Governador, aqui na condição de depoente, deixou claro que a sua vinda aqui foi um gesto de opositores.

E eu queria dizer a V. Exª que esta CPI é formada por 30 membros, 6 da Oposição, 24 da base aliada de V. Exª. V. Exª não está aqui por um ato da Oposição. V. Exª está aqui porque os Pares que integram os partidos da base aliada de V. Exª houveram por bem convocá-lo, em razão das referências na Polícia Federal! Não é gesto da Oposição, que tem 6 membros de 30! É gesto de pessoas ligadas ao seu partido, que entenderam que, em razão das menções feitas ao seu nome pela Polícia Federal, efetivamente, V. Exª deveria prestar esclarecimentos.

Faço também outra argumentação importante. Os gestos nobres devem existir sempre, e não somente quando eles nos são convenientes. V. Exª, sabendo do envolvimento do seu nome – não da sua pessoa, mas do seu nome –, sabendo que pessoas do seu Governo foram demitidas por V. Exª, ou pediram exoneração, não teve a nobreza de se apresentar voluntariamente a esta CPI, como o fez o Governador Marconi Perillo. V. Exª não teve esse mesmo gesto. Já que se é nobre para quebrar o sigilo, deveria ser nobre para apresentar-se a esta CPMI voluntariamente, como o fez o Governador Marconi Perillo.

E vou mais além, Sr. Governador: ao que sei – e preciso checar esta informação –, V. Exª já quebrou o sigilo de V. Exª num dos procedimentos investigatórios instaurados contra V. Exª. Se isso é fato, que V. Exª já quebrou o seu sigilo em procedimentos investigatórios contra V. Exª, retiro a nobreza do seu gesto, porque seu sigilo já foi quebrado. V. Exª não autoriza a quebra do sigilo por esta CPI. Esta CPI poderia perfeitamente pedir o compartilhamento das provas no inquérito em que V. Exª teve o sigilo quebrado.

São considerações preliminares, que eu finalizo com a seguinte argumentação: V. Exª teve uma postura, como depoente aqui hoje, ao afirmar que é contra os jogos de azar, contra os bingos. V. Exª tem uma postura completamente diferente como Ministro dos Esportes. O Presidente Lula – repito aqui o que disse ontem –, no dia 3 de fevereiro do seu primeiro ano de mandato,

apresentou uma Mensagem ao Congresso Nacional, legalizando os bingos! Eu não vi ninguém desmentir isso aqui. V. Exª era o Ministro dos Esportes.

Mais adiante, dia 3 de outubro desse mesmo ano de 2003, V. Exª indica como um dos membros, para compor uma comissão interministerial de um decreto do Senhor Presidente da República, no dia 03 de outubro de 2003, V. Exª indica o Sr. Cláudio Monteiro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, dá para pedir silêncio, Presidente? Ninguém ouve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dá para pedir silêncio, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª indicou o Sr. Cláudio Monteiro pelo Ministério dos Esportes, para integrar uma comissão que, segundo o Presidente Lula, autor do decreto, e o Ministro da Casa Civil, Ministro José Dirceu, que subscreveu o decreto, era um decreto para estudar a legalização dos jogos de azar, do bingo, particularmente.

Então, V. Exª tem uma postura diferente hoje, dizendo que é contrário. Eu quero crer que tenhamos sempre uma postura que não pode curvar-se conforme os ventos, ora para um lado, ora para outro. Ou V. Exª era favorável ao bingo e, como Ministro, designou um membro e subscreveu um decreto, ou V. Exª hoje, por conveniência, está dizendo que é contrário ao bingo.

E uma última referência, que aí se refere à família forense, a que integro como Promotor de Justiça. V. Exª disse aqui hoje, respondendo aos questionamentos do Deputado Rubens Bueno: "Eu tive que provar à sociedade que tinha dinheiro e receita para comprar aquela casa. Eu tive que provar ao PT".

De fato, V. Exª deve ter provado à sociedade e ao PT. V. Exª só não provou à juíza de Brasília, quando processou os jornalistas, dizendo que ele agiu de má-fé, que ele foi uma pessoa que fugiu às regras do profissionalismo do jornalismo.

V. Exª tem a oportunidade de dizer toda a sua indignação, de colocar toda a sua insatisfação num processo judicial que o condenou, pelo fato de V. Exª não ter confirmado que tinha condições de adquirir aquela casa.

Se V. Exª provou ao PT num processo de exaustão, se V. Exª provou à sociedade num processo de exaustão, V. Exª não provou à Justiça do seu Estado, do Distrito Federal. V. Exª, segundo a juíza, não demonstrou que tinha condições de adquirir aquela casa, portanto os jornalistas falaram, não entenderam dessa mesma juíza a mais pura verdade.

Agora, passo às perguntas a V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente Paulo Teixeira, dá para pedir silêncio, porque há uma estratégia aqui. Quando um membro da Oposição fala, aumenta o ruído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero, embora discordando do argumento, pedir silêncio...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só discorda porque é do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...a todos e a atenção ao orador na tribuna, a todo tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu não nasci ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aliás, é uma das condições para a concentração e entendimento do enredo desse processo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu agradeço a intervenção e pediria que só me desse os 20 segundos que perdi agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Serão dados os 20 segundos a V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Governador, uma pergunta bastante objetiva: eu gostaria que V. Exª esclarecesse, um pouco mais, a questão da sua visita à Vitapan. A pergunta muito objetiva: quem convidou V. Exª para essa visita?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Fui convidado pela empresa Vitapan.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Havia outros sócios do Sr. Carlos Cachoeira nessa ocasião em que o senhor foi visitar?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Várias pessoas lá. Não sei o grau de sociedade, mas havia técnicos, representantes...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não me refiro à Anvisa. Refiro-me à empresa.

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa. Mas recebi, fui lá conversar e praticamente não fiquei um minuto com...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, porque V. Exª falou aqui...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu conversei...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...que havia várias pessoas presentes.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Várias pessoas: técnicos, representantes, quem fala tecnicamente de preço.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso tudo da Anvisa. Eu pergunto da empresa, Sr. Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Da empresa também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Bem, da empresa. Quero só dizer a V. Exª que, quando o senhor fez a visita, os sócios eram a Andréia, esposa

dele, e o Adriano, cunhado dele. Portanto, eles eram os sócios da Vitapan. V. Exª não fez uma visita aos sócios. V. Exª fez uma visita aos familiares do Cachoeira, que eram os donos.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, eu visitei a empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A empresa era...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Conversei com os técnicos que estavam lá, representantes que conhecem a parte farmacêutica, para que explicasse...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem visitou, quem convidou...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente... Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por favor, quem convidou V. Exª, Sr. Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço só ao Deputado Onix Lorenzoni, que há um orador na tribuna, e V. Exª respeite o orador da tribuna.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu sei. Estou respeitando, mas quero preservar, porque há uma pessoa atrás do Governador, que, já por quatro ou cinco vezes, manifesta-se indevidamente e que não tem o direito de estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – ... fazendo deboche de um Parlamentar. Ele não tem esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero aqui... Eu quero aqui...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Tira ele de lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero restabelecer a questão aqui.

Por favor, a imprensa também. Peço a esses dois jornalistas, fotógrafos, aqui...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Os advogados, O.K., agora, assessor debochando dos parlamentares não vou admitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, eu quero dizer o seguinte: vou congelar o tempo de V. Exª em três minutos. Vou retomar em três minutos.

Ontem, quando o Sr. Governador Marconi Perillo fez o seu depoimento, ele estava acompanhado do seu advogado Antônio Carlos Castro a sua direita...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Que não se manifestavam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele se manifestou, e três assessores atrás...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Que não se manifestavam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Os três...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não tinha direito ontem e não tem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço a V. Exª que, se V. Exª quiser utilizar a palavra junto comigo, eu pediria para V. Exª pelo menos sentar-se aqui ao meu lado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sentarei com muito prazer ao lado de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero bloquear porque vou terminar. Eu estou presidindo esta Mesa e não vou perder autoridade para V. Exª.

Quero dizer que ontem, durante o depoimento do Governador Marconi Perillo, ele estava acompanhado do seu advogado Antônio Carlos de Castro Machado, que falou a todos os momentos, passando bilhete, recomendações a seu cliente. Inclusive, recomendações foram fotografadas e publicadas hoje.

Ao mesmo tempo, ele foi acompanhado de quatro assessores, que, todo o momento, diziam-lhe questões e lhe passavam documentos.

Portanto, o tratamento hoje dado ao Governador Agnelo Queiroz será o mesmo, exatamente o mesmo. E todos os seus assessores que estiverem aqui poderão, por isonomia, fazer o mesmo papel que fizeram ontem. E V. Exª não estava aqui no dia de ontem, V. Exª saiu no dia de ontem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, eu questionei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, quase seis horas no dia de ontem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, só um pouquinho! Eu quero o art. 14, eu tenho direito! Eu lhe ouvi!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª não tem direito ao art. 14.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu lhe ouvi! Questão de ordem! O que eu estou querendo é isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Portanto, Governador, eu queria dizer a V. Exª...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pode permanecer quem quiser, só não pode debochar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu queria dizer a V. Exª que todos os assessores de V. Exª estão autorizados a continuar junto com V. Exª, e qualquer apoio que V. Exª precise, pode buscar junto aos vossos assessores, da mesma maneira que aconteceu ontem com o Governador Marconi Perillo,

da mesma maneira que eu concedi a palavra, quando presidia, quando o Sr. Walter Paulo veio aqui. Ao seu advogado... Inclusive eu concedi o direito à palavra ao advogado. Portanto, não creio que nós estejamos aqui com qualquer problema dessa natureza.

Então, vou devolver... Peço aqui para devolver três minutos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só peço, Deputado Carlos Sampaio, peço a todos os Deputados...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não vou conceder questão de ordem porque tem um orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor tem que conceder!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem um orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Após o orador o senhor vai me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois eu vou analisar a questão de V. Exª. V. Exª não terá a palavra pelo grito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Esse é um direito que eu tenho!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não terá a palavra pelo grito!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o senhor não vai me cassar pelo grito!

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O Deputado quer aparecer!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª vai aqui respeitar o Regimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peraí, é o ex-líder que é o presidente da sessão ou é o atual?

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Presidente, o Deputado Onyx Lorenzoni não tem o direito de tumultuar a CPI. Se ele quiser aparecer...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou salvaguardando um direito que eu tenho.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – ...ele vá para a tribuna da Câmara, não aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, vou devolver...

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O Senador dele, do DEM, que vai ser cassado, eu espero, porque...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não! Nós botamos corrupto na rua, vocês é que trazem de volta!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Jilmar Tatto, Deputado Onyx Lorenzoni, há um orador. Peço aos dois Deputados...

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – É para tentar amenizar o Senador Demóstenes Torres, o Senador do DEM, e ele quer aparecer aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Jilmar Tatto, Deputado Lorenzoni, eu só peço uma coisa aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu pedi respeitosamente o tempo para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero dizer que uma intervenção desse tipo, dessa observação, tem de ser feita fora da fala do orador no microfone. Por isso não lhe concedi a palavra e vou devolver a palavra ao orador que está na tribuna. Por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Deputado. Peço que a gente volte três minutos para devolver a palavra ao orador que tinha a palavra até então.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta ao Governador bastante objetiva e gostaria que ele respondesse: Quem o convidou para a visita à empresa Vitapan? O senhor respondeu para mim: a empresa. A empresa é pessoa jurídica, não fala.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu visitei uma empresa. Não visitei familiares de ninguém. Se eu fosse visitar a família de alguém, eu não iria à fábrica.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por gentileza, a pergunta foi muito objetiva: Quem o convidou, Sr. Governador, para essa visita?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A empresa é pessoa jurídica, Sr. Governador! O nome de quem o convidou!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não lembro disso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está aqui, Sr. Governador, com o compromisso de dizer a verdade.

O SR. AGNELO QUEIROZ – E estou dizendo a verdade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está como testemunha e os seus compromissos são: comparecer, responder e dizer a verdade.

O SR. AGNELO QUEIROZ – E estou dizendo a verdade!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem o convidou? Pessoa jurídica não tem voz!

O SR. AGNELO QUEIROZ – E já respondi.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem convidou V. Exª?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu já respondi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, só uma coisa, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, eu vou congelar o tempo de V. Exª, para não gastá-lo. Mas eu só quero dizer, Deputado Carlos Sampaio, que nós estamos fazendo todas as oitivas de maneira em que se pergunta, a pessoa responde.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Até Deputado Distrital agora fala!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não! Por favor!

(Intervenções fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, eu peço ao Deputado que não intervenha. Peço também à Deputada que não intervenha. Há Deputados aqui do Distrito Federal, nós estamos aqui numa Câmara Federal, no Congresso Nacional...

Deputado Carlos Sampaio...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero primeiro falar com V. Exª, depois V. Exª pode argumentar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, todos os que vieram aqui, com exceção de um, as perguntas foram feitas, e as respostas foram dadas. Muitos que vêm aqui podem dar respostas insatisfatórias, mas nós vamos respeitar as respostas.

Então, nós vamos tratar todas as testemunhas com cordialidade. Cordialidade. E V. Exª foi um dos que reclamou da falta de cordialidade cometida em algum momento, por algum Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordo. Às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu só peço a V. Exª o seguinte: V. Exª faça a questão, o Governador responde a questão. Se V. Exª quiser continuar fazendo as questões, mas vamos ter cordialidade, que eu acho...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu concordo com V. Exª, mas faço uma única ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero até...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – As testemunhas aqui, no processo judicial, têm o dever de cumprir três obrigações: comparecer, responder e falar a verdade. É uma obrigação da testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele não está... Deixe-me colocar...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Deixe-me dizer, Sr. Presidente: ele não disse que não se recorda, não disse nada; ele disse "já respondi".

Eu continuei perguntando: "Qual o nome de quem o convidou, pessoa física".

"Já respondi!"

E não respondeu, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, foi um convite que ele recebeu, mas vou devolver a pergunta a V. Exª, dois minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, foi um convite da empresa, está respondido!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dois minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está respondido! Foi inscrito um convite lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Volto o tempo, dois minutos, para o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Governador, o senhor disse que nunca esteve, em nenhuma oportunidade, com o Sr. Carlos Cachoeira, exceto nessa visita à Vitapan; eu perguntei a V. Exª agora quem o convidou. V. Exª insiste que foi a pessoa jurídica, e, portanto, não vai dizer quem é? Quem o convidou V. Exª não vai declinar o nome? Apenas que me dissesse isto: se vai declinar o nome ou não.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu fui convidado por uma empresa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já entendi.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu fui convidado por uma pessoa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já estou satisfeito com a resposta de V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Lá se trata com pessoas jurídicas. Não estou... Um diretor de uma agência, ao ser convidado por A ou B familiar, sei lá quem é familiar de quem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Governador, conforme revelam gravações telefônicas obtidas pela Polícia Federal, Marcelo de Oliveira Lopes, o Marcelão, pediu auxílio de Carlinhos Cachoeira nos negócios que possuía com o Governo do Distrito Federal, para interceder a favor dele, Marcelão.

Coincidentemente, no ano de 2011, seu Governo renovou um contrato de publicidade com a agência de publicidade PLÁ, pertencente à família do Sr. Marcelão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor tem conhecimento de que essa agência é de propriedade de familiares do Sr. Marcelão?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tinha conhecimento, a renovação foi feita para todas as agências, não especificamente para essa agência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor acha que é ético manter um assessor seu, da Casa Militar, sendo que familiares têm uma empresa prestando serviço ao Distrito Federal? O senhor acha correto? A mãe e a dona?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu acho que não... V. Exª não estava aqui ou não ouviu que, assim que eu recebi uma comunicação da Polícia Federal à Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal para investigar um caso...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu ouvi essa resposta de V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Parece que não...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas eu ouvi. Eu vou fazer outra pergunta a V. Exª.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, eu quero concluir.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, mas eu quero perguntar para V. Exª, e depois V. Exª conclui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deixe o Governador concluir!

O SR. AGNELO QUEIROZ – É para receber uma resposta, ou é para...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, V. Exª não me responde! O que eu perguntei V. Exª não me respondeu!

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Respondeu, sim!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu respondi, sim! Respondi, sim! Eu respondi, sim!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não! Não respondeu, não. O senhor sabe que não respondeu.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Respondi, sim!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tem que deixar o Governador falar, como deixou o outro!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, V. Exª fez uma pergunta ao Governador. O Governador estava respondendo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Distrital aqui está extremamente afoito, falando numa sede que não é dele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só peço...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não vou ficar ouvindo aqui uma pessoa que não está vigilante para com os compromissos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço aos Srs. Deputados, quaisquer Deputados... Qualquer Deputado não pode interromper a pessoa que está no microfone, e eu vou garantir isso.

Agora, eu quero dizer, Deputado Carlos Sampaio, que V. Exª tinha feito uma pergunta e ele estava respondendo. Aí V. Exª interrompeu a resposta e falou: "Vou fazer outra pergunta". Então, vou fazer o seguinte. Já tinha esgotado o tempo de V. Exª. Vou devolver um minuto a V. Exª para a sua conclusão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma pergunta também extremamente objetiva. Num diálogo gravado pela Polícia Federal no dia 10 de maio de 2011, Cláudio Abreu diz a Carlos Cachoeira, ao telefone: "Tô chegando aqui para almoçar com o Governador e só vou para a nossa reunião às duas e meia".

A pergunta é objetiva, eu gostaria de uma resposta "sim" ou "não". V. Exª nega ter havido esse encontro com Cláudio Abreu para um almoço?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nunca teve esse encontro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Satisfeito.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nunca me reuni com o Sr. Cláudio Abreu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª esteve em alguma oportunidade com o Sr. Carlos Cachoeira no ano passado, no Hotel Blue Tree ou no escritório existente no Ed. Gilberto Salomão? Faço essa pergunta a V. Exª porque estou fazendo um requerimento de quebra das imagens durante o ano de 2011, com relação a eventual encontro de V. Exª com o Carlos Cachoeira no Hotel Blue Tree e no escritório no Ed. Gilberto Salomão.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nunca estive nesses lugares com Carlos Cachoeira. Agradeço muito que quebre, porque ajuda a confirmação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por último, V. Exª afirma ter sido amigo de muito tempo de Cláudio Monteiro, há muito tempo, e diz ter com ele uma relação de confiança.

Pergunto a V. Exª: o senhor não considera estranho não saber que um grande amigo seu, Cláudio Monteiro, de tantos anos, seu chefe de gabinete, era próximo ao empresário Carlos Cachoeira, que o senhor visitou anos antes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está concluído o tempo de V. Exª.

Passo a palavra...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não considero estranho, não era próximo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quem não era próximo? Cláudio Monteiro?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim. Quem é que está dizendo que é próximo? Como é que eu sei que é próximo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, terminou o tempo de V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Cláudio Monteiro não é próximo do senhor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminou o tempo de V. Exª, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele vai responder.

E V. Exª, por favor, Governador, para responder a última questão do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Quero só reafirmar, Sr. Presidente, que não tenho proximidade, não tenho conhecimento de proximidade com Cláudio Monteiro, com Carlos Cachoeira. Essa é a resposta objetiva.

E gostaria de dar resposta para outra que o Deputado não quis ouvir, talvez só perguntar e não ter a resposta, mas essa empresa PLA, foi feito um contrato no governo anterior, em 2008 – está aqui, vou passar para a Presidência, os documentos para a CPI. Tem uma decisão judicial aqui de 19 de outubro de 2011, do Superior Tribunal de Justiça, com relação à renovação, e passo também o contrato dessa agência, que foi feita no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou recebendo pelo Presidente. Junte-se ao processo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder, pela ordem, por um minuto para V. Exª. Um minuto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado. Não precisa mais. Talvez até menos.

Primeiro, quero agradecer a V. Exª pelo respeito ao Regimento; V. Exª tem-se portado assim, e quero dizer que a minha intervenção anterior tinha um único objetivo. Seja quem for, Oposição ou Situação, Parlamentar que está exercendo um direito conquistado legitimamente nas urnas, não pode quem quer que seja que venha aqui zombar desse Parlamentar. Foi na defesa de uma prerrogativa importante nossa. Os advogados ou mesmo os Secretários de Estado que assessoram o Governador Agnelo Queiroz, tenho o maior respeito por eles, só quero que eles tenham o mesmo respeito pelos Parlamentares.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, apenas pedir a V. Exª novamente que qualquer evento aqui nós possamos esperar que o Deputado que esteja fazendo uso da palavra conclua e, depois, então, eu posso...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Faremos esse acordo. O.K.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pelo Regimento. Como V. Exª também é respeitador do Regimento. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra, agora, ao ilustre Deputado Vanderlei Macris, que terá 10 minutos para suas arguições.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. Fora do microfone. Inaudível.) – ... que insiste em falar...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser também respeitado aqui pelos meus colegas, especialmente o Deputado Silvio.

Sr. Presidente, parece que casa é a sina dos Governadores. E eu queria, abrindo a possibilidade de o Governador, a quem cumprimento, neste momento, ter permitido o debate sobre todas as questões, Anvisa etc., mas eu gostaria também de falar sobre a questão da compra da casa.

O senhor disse que pagou R$400 mil por essa casa, Sr. Governador. Quanto ela vale hoje, na sua concepção?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei, não sou corretor. (R*isos*.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor mora nessa casa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Moro.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Há quantos anos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Cinco anos, mais ou menos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E não tem ideia de quanto vale a casa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não tenho, não estou acompanhando o mercado imobiliário, tenho muito que fazer no Governo do Distrito Federal.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem, está bem, está bem.

Eu vou falar, Sr. Presidente... Sr. Presidente, por favor. Eu vou falar sobre um personagem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor falou: "Sr. Presidente, por favor. Eu vou falar sobre um personagem...". Eu ouvi tudo o que V. Exª...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu vou falar sobre um personagem novo nesta Casa, o Sr. Jamil Elias Suaiden. Esse Sr. Jamil Elias Suaiden... Porque até agora, Sr. Presidente, se falou no vendedor da casa do Sr. Governador – a Srª Juliana e Sr. Glauco –, mas também tem outro vendedor da casa, que era sócio, quando ela foi vendida, o Sr. Jamil Elias Suaiden e sua esposa. O Sr. Jamil Elias Suaiden é dono de uma empresa chamada FJ Produções, e aconteceu um pregão eletrônico, por ocasião da presença do Governador na Anvisa, nº 32, de 2008, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Esse pregão eletrônico lançou o pregão com o fim de contratar uma empresa especializada para prestação de serviços de organizações e eventos. Esse pregão eletrônico acabou se transformando numa ata de realização, onde constam todos os lances das empresas concorrentes, e podemos observar ilícitos, dada a desproporcionalidade de valores ofertados por essa empresa.

A empresa vencedora do certame, FJ Produções, que tem como proprietário o Sr. Jamil, que foi dono da casa vendida ao Governador. Esse Sr. Jamil, que é proprietário da FJ, ganhou esse pregão com o valor de R$14 mil, contratados pela Anvisa. Através desse pregão eletrônico foi feita uma ata de registro de preços, onde o Governo do Distrito Federal fez adesão a essa ata também.

Agora, Sr. Presidente, esse pregão, o que chama a atenção, foi feito para um contrato de 260 eventos. O que aconteceu com esse pregão: a maioria, a quase totalidade, menos essa FJ, deu valores irrisórios para a participação nesse pregão. Os valores aqui são de R$23,00, de R$44,00, de R$57,00, de R$63,00, de R$72,00, e assim vai; de R$27,00, e essa empresa ganhou com R$14 mil esse pregão para a realização de 260 eventos na Anvisa. Pois bem, isso foi homologado e se transformou numa ata utilizada por vários órgãos do Governo Federal; utilizada por vários órgãos do Governo Federal, Sr. Presidente, e eu vou dizer aqui e agora qual foi a evolução patrimonial dessa empresa.

Em 2006 era de R$61 mil; em 2007 já foi para R$4,8 milhões; em 2008 para R$19 milhões; em 2009, R$50 milhões; em 2010, R$103 milhões; em 2011, R$71 milhões; em 2012, R$9 milhões. Acontece, Sr. Presidente, que, conforme consta aqui, a CGU, investigando esse fato, chamando atenção para esse fato, acabou constatando R$670 mil em R$3.600 milhões, R$670 mil em superfaturamento. Essa ata, inclusive, foi utilizada pelo Governo Federal, inclusive pelo Governo do Distrito Federal.

Agora, Sr. Presidente, a pergunta que eu gostaria de fazer ao Governador é a seguinte, duas questões: Primeiro, se o Governador se dispõe a fazer o mesmo que fez o Governador Marconi Perillo ontem, ao entregar os três cheques da venda da sua casa? Eu queria saber se existem esses cheques da compra dessa casa feita pelo Sr. Governador Agnelo Queiroz. Essa é a primeira pergunta.

Segundo: Por acaso é uma coincidência uma empresa ter um patrimônio exageradamente alto depois de ganhar uma concorrência num pregão eletrônico como esse, num pregão duvidoso? Inclusive, há um inquérito policial apresentado pelo Deputado Francischini nesse caso, para avaliar esse pregão duvidoso, em função do exagero, da desproporção dos valores de quem ganhou a concorrência e de quem participou da concorrência.

Então, a pergunta que eu gostaria de fazer ao Governador é esta: Ele está disposto a entregar os cheques? Há cópias desses cheques ou da transferência eletrônica, se é que ela existe? É mera coincidência o fato de essa empresa que tem como dono o Sr. Jamil, que vendeu a casa para o Sr. Governador, ter participado dessa concorrência? Gostaria de saber ainda se V. Exª pagou com cheque ou com transferência bancária essa casa que recebeu?

Eram essas as perguntas que eu gostaria de deixar a V. Exª. Eu gostaria de receber a resposta.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Deputado Vanderlei, primeiro, é evidente que não é motivo desta CPI tratar de empresas privadas. Aqui, não vou poder responder por empresas. O senhor se referiu aqui à FJ Produções, que é uma empresa do Distrito Federal. É uma grande empresa daqui, do Distrito Federal, que faz eventos. Isso tem de ser perguntado à empresa. Não tenho nada com essa empresa.

A referência que foi feita aqui com relação a uma contratação na Anvisa já foi explorada naquela cota da maldade absurda, porque nenhum diretor da Anvisa, com exceção do Presidente da Anvisa, tem alguma responsabilidade sobre a parte administrativa da Anvisa. O Presidente cuida de toda a parte administrativa. Todos os outros diretores cuidam da parte técnica da Anvisa. Fui Diretor da Anvisa e cuidava da área de inspeção, de laboratório, de cosmético. Dessas áreas não trato. Nunca tratei na Anvisa sobre contratação de empresa, pregão ou qualquer coisa que haja administrativamente na Anvisa. Quero fazer esse esclarecimento.

Segundo, adquiri minha casa do Sr. Glauco. É evidente que já falei isto aqui e vou repetir: o que tem a ver o fato de eu ter adquirido a casa de 2006 para 2007 com qualquer atitude futura minha? Um ano depois, isso tem relação com aquisição de casa? Isso é um absurdo completo. Perde qualquer propósito.

Esta empresa a que V. Exª se refere, a FJ Produções, não tem contrato com o GDF. Ela não tem contrato com o GDF.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor me permite...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Estou falando pelo GDF. Sei que esse assunto não é...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor me permite, Sr. Governador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não, não está. Tenho 36 segundos ainda. Se eu pudesse falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que ele está respondendo...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu posso responder pelo menos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deixe o Governador responder, que, ao final, eu lhe dou...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O Governador diz que não tem responsabilidade. Vou dizer...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não! Escute!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deixe-me repetir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos manter a palavra com o Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, estou querendo responder à indagação que foi feita pelo Deputado.

Estou dizendo que a empresa não tem contrato com o GDF. Mesmo reconhecendo que esse tema não é tema dos motivos e da abordagem da investigação da CPI, estou me propondo a responder a qualquer coisa, inclusive a isso. Mas não posso responder sobre questões de terceiros, sobre patrimônio de empresa, quando ela cresceu ou deixou de crescer. Isso é uma coisa... Não cabe, obviamente, eu tratar disso. Não tenho responsabilidade, não conheço essa empresa. Conheço formalmente o proprietário dessa empresa, que é um empresário da cidade e que, inclusive, presta serviço a muitos Ministérios no Distrito Federal. Enfim, não se pode querer fazer uma vinculação com qualquer, digamos assim, atitude minha com relação à própria empresa. Isso seria um absurdo muito grande.

E, para esclarecer essa questão da casa, Sr. Deputado, além de apresentar aqui o Nada Consta do Imposto de Renda, além de colocar à disposição os meus sigilos bancário e fiscal, que comprovam, de forma inequívoca, se tenho recurso, de onde foi, como foi pago. Não tem nada mais transparente e mais declarado do que isso.

Então, essa é a parte que vai estar à disposição de V. Exªs e, portanto, está aí a comprovação com relação à aquisição e à compra da casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o próximo inscrito é o Deputado...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu ia utilizar o meu final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que V. Exª fez uma opção, àquela hora, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não, não. V. Exª disse que ia garantir meus 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, é que, na verdade...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é uma questão rápida. Em 30 segundos eu respondo. Eu tinha meu tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Trinta segundos para V. Exª.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sim.

Eu quero dizer que o Governador disse que não tinha responsabilidade. Aqui eu estou com um documento da Anvisa, em que a Maria de Fátima diz, claramente, conforme pode ser observado: "na cópia do referido mesmo orçamento foi autorizado pelo Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho", cópia que está em anexo. Está aqui, inclusive, o de acordo, numa assinatura do próprio Governador, que está aqui.

Esta aqui é a assinatura. Quero só saber se o Governador reconhece como dele esta assinatura aqui, que está presente.

Outra coisa: só quero saber se o Governador pagou em cheque ou em TED a compra da sua casa. Só isso, e se não era mera coincidência essa empresa ter essa evolução, que eu disse a V. Exª, e com a compra da sua casa.

Era apenas essa a pergunta. V. Exª se comprometeu a responder a todas as perguntas e, portanto, eu gostaria apenas de formalizá-la, a fim de que o senhor possa responder. Se essa assinatura é sua e pode confirmar, eu gostaria de saber.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com relação a essa assinatura, Sr. Presidente, como essas denúncias fazem parte daquele rol de denúncias, de maldades de que aqui falei, isso foi fartamente, já, divulgado.

Justamente por ignorância das pessoas que estavam fazendo a denúncia na época, tentou-se vincular a assinatura de um de acordo como se eu tivesse feito o processo de licitação dessa empresa lá na Anvisa.

Esse é um procedimento normal, porque quando eu estava contratando essa empresa para fazer um evento, que foi um evento internacional, inclusive, o evento era da minha área, então, quando foi feito o planejamento pela área de licitação da Anvisa, que é a área administrativa, que é subordinada ao Presidente da Anvisa, tem um de acordo do diretor da área com relação ao evento que você estava dando o de acordo para que a área respectiva possa fazer a licitação.

Com relação à licitação, nenhum diretor, com exceção do Presidente da Anvisa, tem ligação com a área especificamente, porque é subordinada ao presidente da área.

Então, isso já foi... Eu já fiz essa explicação exaustivamente, porque faz parte desse rol de ataques sem fundamento, porque é esse caso precisamente. É esse caso precisamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

A próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin, por 10 minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Dez minutos com mais 30 segundos para concluir, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dez minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou só retornar, porque V. Exª já perdeu alguns segundos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente.

Eu, primeiro, quero cumprimentar o Governador Agnelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço para aumentar o volume do microfone.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E cumprimentar o Vice-Governador, que aqui está presente, também, Deputado Filippelli, com quem pude, com ambos, conviver na Câmara dos Deputados.

Através deles, cumprimento todos os membros do Governo.

Da mesma forma que alguns que me antecederam fizeram, eu também quero fazer e dizer, Governador Agnelo, que eu votei contra o convite para que V. Exª viesse agora, não porque achasse ou porque ache que V. Exª não deva vir, mas não entendi como apropriado vincular o caso do Governador Agnelo ao caso do Governador de Goiás, porque são questões completamente diferentes. São duas situações completamente diferenciadas, e muitos, aqui, querem fazer ou transformar dois casos diferentes em casos iguais, casos que são completamente diferentes em casos iguais.

Eu procurei ler não tudo, mas, como a maioria, me dedicar um pouco ao estudo dos materiais que têm chegado à CPI. V. Exª aparece em algumas referências, mas nada comparado ao que aparece o Governo do Estado de Goiás, absolutamente nada, sejam questões relativas ao jogo ilegal, ilícito, ao envolvimento da própria polícia, de membros. Agora, são membros, mas membros que ocupavam cargos importantes, cargos de direção. Aliás, alguns deles até permanecem no poder.

Mas, ouvindo V. Exª, Governador Agnelo – e ouvi com muita paciência –, eu penso que, para o senhor, não podia ter acontecido coisa melhor do que vir aqui hoje e antecipar aquilo que aconteceria. Sem dúvida nenhuma aconteceria.

Quero cumprimentá-lo não porque acho que isso seja algo inimaginável, não, porque todos nós que ocupamos cargos públicos temos obrigação perante o povo, que deposita confiança na gente. Então, acho que todos os nossos atos corretos não passam de obrigação de nossa parte. Obrigação! Mas, infelizmente, por não ser esse o procedimento da maioria, gestos como o de V. Exª mereceram aplausos sim. E aí um Deputado disse que a claque de V. Exª é maior do que a de ontem. Não é não, porque os aplausos vieram inclusive dos Parlamentares.

Eu tenho certeza de que os membros da imprensa, que aqui não estão, se não aplaudiram fisicamente, mas internamente estavam aplaudindo, porque é isso o que nós esperamos. São esses atos que nós esperamos dos agentes públicos.

Então, eu cumprimento V. Exª, Senador Agnelo, por isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço atenção à oradora na tribuna.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente.

Eu cumprimento V. Exª por isso.

Em relação aos questionamentos, eu li... A sua assessoria distribuiu, imagino, a todos os membros desta CPI alguns documentos. É bom, porque eu organizo tudo aquilo que... Aparece de forma organizada aquilo de que já tínhamos conhecimento.

Mas o vínculo... E que não é só com o caso do Distrito Federal. Isso acontece com tudo, com outros governos, em outras situações. Esse era o *modus operandi* de uma quadrilha. Era quadrilha porque o serviço era completo. Tinha os infiltrados na Polícia Federal, os infiltrados na Polícia Estadual; tinha aqueles Par-

lamentares que prestavam serviço. E aquele paladino da moralidade, nosso colega, pelo que indicam os fatos, prestava serviço a essa quadrilha, a esse grupo organizado.

V. Exª nos passou – a assessoria – um mapa que mostra as gravações, o que eles diziam. Eu faço questão aqui, Presidente, de repetir, de fazer a leitura em voz alta, porque nós precisamos cada vez mais nos indignar com isso. Porque isso é ação de uma quadrilha organizada que nós não sabemos até onde foi e qual é mesmo a verdadeira repercussão disso.

Está aí o Dadá falando: "Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que o povo me ajudou até hoje. Ninguém nomeou nenhum gari." Aí, depois, vem o seguinte, o Sr. Jairo Martins: "E a *Época* vai bater no Agnelo, tá. São três páginas aí do Governo do Distrito Federal, do GDF." Aí vem o Cachoeira: "É ele..." Aí fala um monte de palavra que a gente não pode repetir, porque nós não estamos no horário apropriado e até criança assiste à TV. É um monte de palavrão, inclusive "malandro","pilantra", referindo-se ao Governador do Distrito Federal. E a seguir, o Sr. Cachoeira diz: "Ah é, agora ele cai? Você tem que avisar que eles vão apanhar, entendeu? Vão continuar apanhando."

Aí eu peguei o discurso desse Senador, do dia 04 de novembro de 2011. Eu não tenho tempo, não me permite o tempo, mas ele fala, ele faz um discurso ético, mas, por trás da ética, fica claro o caráter ideológico profundo, conservador, atrasado, reacionário, referindo-se ao Governo atual, desde a época do Presidente Lula até agora, ao meu Partido, o PCdoB, que teve um Ministro acusado, sem nenhuma prova, de ter recebido R$30 milhões numa garagem. Sem nenhuma prova! Cadê a prova? Até hoje nós estamos pedindo a prova. Foi esse senhor aqui. Ele diz lá, em determinado trecho, o seguinte: "Após quase nove anos de doutrinação e aparelhamento". Isto entre aspas. Não sou eu que estou dizendo não. Aquele Senador que disse no dia 04 de novembro do ano passado. "Após quase nove anos de doutrinação e aparelhamento, as garras vermelhas vão se esticando para outras mãos." Isso era a ditadura que falava. Era a ditadura que falava das garras vermelhas. Então, esse é o caráter ideológico de quem quer destruir um governo que, com muita dificuldade, vem promovendo mudanças neste País.

Então, baseada nisso tudo, Governador Agnelo, quero lhe fazer uma pergunta. E já foi feita, mas insisto na mesma pergunta: o Relator lhe perguntou, também alguns Parlamentares, porque há uma gravação que mostra uma tentativa do dia, antes da sua posse, V. Exª falou também, dia 30 de dezembro de 2010. O Dadá fala: "Ontem, o Wladimir ligou para o Zunga pedindo que o Zunga falasse com o Cláudio Monteiro para arrumar um espaço para o Senador conversar com o Governador". O nosso Senador aí do Goiás. Aí ele mandou o recado que o Senador já está... que o Governador já está sabendo, que o Governador já está sabendo que o Senador quer conversar com ele, entendeu?

Aí eu pergunto a V. Exª: o senhor ficou sabendo que o Senador Demóstenes queria falar com o senhor?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não fiquei sabendo, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor nem ficou sabendo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não ficou sabendo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nem foi procurado por ninguém?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nem pelo seu assessor da época, o Sr. Cláudio Monteiro, nem por Rafael, que é citado aqui também?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Nem fiquei sabendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não ficou sabendo que ele queria falar com o senhor.

Outra coisa. Ontem questionei do Governador Perillo e repito aqui: há muitas gravações que dizem o seguinte: eles reclamando também, só que há uma diferença entre o Governo do Distrito Federal e o Governo de Goiás. Em Goiás, são muitas as pessoas, pelo que tudo indica – não sou eu que estou falando, são as degravações e esta CPI é para comprovar ou não –, muitos daqueles que prestam serviço e compõem esse grupo foram não só indicados, mas tiveram as suas indicações transformadas em nomeações, inclusive do Diretor do Detran e tantos outros.

E pressionaram e aqui o que reparamos, para não dizer que tratamos um como "tchutchuca" e o outro – como é mesmo que foi falado aqui? – como um "tigrão".

Então, vou fazer a mesma pergunta que fiz ontem. E li na frente do Governador Perillo. Foi dito para o senhor e cobrado que o senhor deu muito dinheiro e agora não está dando o troco. E o Dadá, quando fala que não consegue nomear nem um gari, o que o Dadá fala: "É fazer o quê, o que eu vou fazer? Pede camiseta, faz; pede não sei o quê, faz; pede carro, faz; pede caminhão, faz."

Que benefícios o senhor recebeu desse Sr. Cachoeira ou de alguém da Delta vinculado a ele, na sua campanha ou em qualquer outro momento, Governador Agnelo?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado, Senadora Vanessa, pelas suas palavras muito precisas. E respondendo à pergunta: não teve nenhum benefício

desse grupo conosco. Nem o Cachoeira, nem o grupo da Delta. Não tem sequer contribuição de campanha. Nesse tempo todo, outras degravações também mostram que eles sequer tinham acesso a mim. Tem degravação desse grupo tentando pedir o meu telefone, tentando conseguir o telefone; e acionou uma pessoa da Polícia Militar do Distrito Federal para conseguir o meu telefone.

Então, não teve acesso, não teve contato, não teve nenhum benefício desse grupo. E o nosso comportamento é a demonstração prática de que isso aconteceu, que foi o rigor na aplicação desse contrato. Licitação: 26 dias, auditoria: 26 dias depois de tomado posse. E depois de concluir a auditoria, as medidas que a auditoria assim determinava, rigor no cumprimento do contrato. Depois, passar essa auditoria para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, Ministério Público e chegar ao extremo de dotar o Distrito Federal de estrutura como a balança e ter uma redução dessas de R$1 milhão só no contrato dessa única empresa e com relação ao entulho.

Então, foram medidas que tomamos. E a economia é muito maior do que essa se somar toda área de lixo. Portanto, não teve nenhum tipo de benefício, porque perderia, inclusive, a nossa condição e o nosso rigor, como nós fizemos para a execução desse contrato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Quero anunciar a presença entre nós dos Deputados Distritais de Brasília. Em primeiro lugar, o Deputado Chico Vigilante, que foi Deputado Federal conosco, quero agradecer; Deputada Celina Leão; Deputado Aylton Gomes, Deputado Rôney Nemer; Deputado Wasny de Roury; Deputada Arlete Sampaio; Deputado Cristiano Araújo, Deputado Dr. Michel; e Deputado Cláudio Abrantes.

Vou passar, agora, a palavra para o primeiro Líder, que fará o uso da palavra por cinco minutos.

Com a palavra o Líder Bruno Araújo, do PSDB.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Agradeço, Sr. Presidente.

Gostaria de deixar muito claro, em primeiro lugar, que nós, e o Brasil acompanhou, não ouvimos a resposta objetiva do Governador Agnelo sobre como se deu a compra de sua residência, objetivamente, através de cheque, de transferência bancária...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero, como uma questão de ordem, dizer que líder não pode perguntar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não, mas posso dizer o que eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode. V. Exª pode.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Utilizo meu tempo da forma que eu bem entender. Agradeço a V. Exª.

Bom, registrando que fica claro que o Governador Agnelo não é preciso ao informar a esta Comissão; a Comissão não compreendeu o procedimento, a forma como se processou a compra dessa casa: dinheiro, cheque ou TED. Se o Governador puder colocar à disposição, nós agradecemos.

Segundo, Sr. Governador, V. Exª é recente nos quadros do PT. Nós acompanhamos, nos últimos dias, notícias pela imprensa, recentemente, numa dessas madrugadas, quando V. Exª recorreu ao Vice-Presidente da República, vi no noticiário dos jornais, para um socorro do PMDB, porque sentia dificuldade de apoio dentro do PT.

Todos nós conhecemos o que significa um segredo guardado a dois, principalmente quando se dá em reunião de Deputados. O que aqui nós ouvimos, ao longo do dia de ontem, é que, na segunda-feira, na reunião entre o PT e partidos da base sobre a reunião da semana, discutindo como se dariam os trabalhos, alguns Líderes do PT declararam que estiveram com o Presidente Lula e se fosse preciso entregar a cabeça do Governador Agnelo para ter o Governador Marconi Perillo, que pudesse ser feito.

O Governador Marconi Perillo saiu daqui ontem inteiro. Voltou, como disse o Deputado Sílvio Costa, ao seu Estado maior do que saiu. V. Exª é egresso do PCdoB. Nós estamos, nesse exato momento, o próprio PT está pedindo processo de investigação por falta de decoro de um Deputado do PCdoB, inclusive membro desta Comissão. No fundo é a compreensão de, por mais que nós não possamos perguntar, dividir com V. Exª se V. Exª se sente abandonado pelo seu Partido? Mais ainda, aproveitando e ainda dentro do tempo que nós temos, e aí, talvez, o Senador Randolfe, que não estando aqui, eu até pediria o art. 14 para ele. Já me anteciparia, porque vou citá-lo.

Eu queria registrar – é pena que o Senador Randolfe não esteja aqui, mas, seguramente, podemos falar em outro momento – que o Senador Randolfe ocupa uma vaga do Bloco PSDB/DEM. Eu queria perguntar ao Senador Randolfe – em outra oportunidade ele poderá falar nesta Comissão – se esse Bloco condicionou a sua presença a qualquer acordo?

Tenho certeza de que ele conhece o estilo, nem o PSDB o faz nem ele aceitaria. Eu digo por quê. Porque o Senador Randolfe vem falando, e ontem muito grosso, que o PSDB e o PT fizeram um acordo para proteger os seus Governadores. Portanto, eu invoco o

testemunho do próprio Senador Randolfe, que ocupa uma vaga do nosso Bloco, se a sua presença na CPI é fruto de algum acordo conosco? Não é; é pela qualidade que ele pode prestar a esta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, o que nós estamos ouvindo aqui, com muita clareza, é um Governador que chega a esta Comissão, pelas informações da imprensa, com dificuldades de apoio dentro de um partido, recorrendo a outro importante partido da base em busca de socorro. Todos conhecem o que é o Congresso Nacional; de uma hora a outra, um ou outro parlamentar vai confirmar com suas fontes de imprensa o que tem dito ou sido utilizado do Governador Agnelo, como sendo um agente político talvez menos importante, dada a sede do ex-presidente Lula em cumprir o seus objetivos em relação ao Governador de Goiás, que saiu daqui extremamente fortalecido. E mais ainda: dizer que, ontem, quando o Relator Odair fez a pergunta ao Governador Perillo sobre a sua quebra de sigilo houve uma grande reação, porque ele o fez na condição de investigado, depois se recompondo. Ganhamos nós por um erro de posicionamento.

Portanto, Sr. Presidente, para coroarmos com qualidade, com absoluta lisura todo o dia extremamente positivo de ontem para o PSDB e para o Governador de Goiás, recebo uma ligação do Governador pedindo para que votemos hoje extrapauta a quebra de sigilo dos dois Governadores. Vamos em frente, vamos às investigações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo orador...

Não há reunião administrativa no dia de hoje. A reunião foi programada para oitiva do Sr. Governador Agnelo Queiroz.

Passo a palavra ao próximo inscrito, por 10 minutos, Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente Paulo Teixeira, Sr. Relator Odair Cunha, eu queria cumprimentar o Sr. Governador do nosso Estado do Distrito Federal e cumprimentar também, ao mesmo tempo, o Vice-Governador Tadeu Filippelli, Presidente do meu Partido, aqui no Distrito Federal. Ao mesmo tempo, quero cumprimentar os Deputados Distritais que estão presentes, Dr. Michel, Celina Leão, Chico Vigilante, Raad, Cristiano Araújo, Rôney Nemer, que são os que eu estou vendo neste momento. Ao mesmo tempo, eu pediria ao Presidente para dar um pouco mais de som, porque não estou conseguindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço ao som que aumente o volume do microfone do Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Obrigado.

Sr. Governador, disputamos juntos em 2010 uma eleição num momento muito difícil do Distrito Federal. Naquele momento, passávamos por um terremoto político que abalou as estruturas, tanto do Governo como do Legislativo.

Praticamente a população nos viu quase como uma luz de lamparina na escuridão da noite. Ali ao nos eleger, o senhor como Governador e eu como Deputado Federal, passou a acreditar e ter esperança de renovação e mudança. Fui seu Secretário de Obras, durante seis meses, como o senhor citou e naquele momento comprovei a dedicação e o trabalho que o senhor teve e que todos nós do Governo, junto com o Vice-Governador Tadeu Filippelli nos dedicamos para trazer à normalidade todas as dificuldades que ali tínhamos encontrado, desde o mato alto, como o senhor disse, dos buracos da pista, da ponte caindo e das escolas que não funcionavam.

Deixei o Governo em junho e encontrei aqui na Câmara Federal o respaldo do meu Partido, o PMDB, para dar continuidade do trabalho e contribuir com a população. Daqui da Câmara vi os momentos ruins que o senhor passou, sejam eles ocasionados – como o senhor colocou – intencionalmente por uma quadrilha que vinha do Sr. Carlos Cachoeira ou de vários outros motivos que nós não sabemos qual. Chegou ao ponto de um Cabo da Polícia Militar levar uma bolsa de dinheiro e jogar dentro do gabinete do secretário de governo. Fatos esses que foram transformando a população e olhando essa população da mesma maneira não entendia o que estava acontecendo no Distrito Federal.

Dali para frente, nós tivemos um 2011 muito difícil, com várias denúncias e situações. Em 2012, já estamos em junho e, da mesma forma, a polêmica, o debate continua acontecendo, o que impede o senhor inclusive estar, como o dia de hoje, trabalhando pelo Distrito Federal. A população que nos assiste hoje quer saber, tanto de mim, que sou Deputado Federal, quanto do senhor como Governador, o que juntos e o que poderá ser feito no restante do mandato, tanto na área da saúde, tanto na área de transporte, tanto na área de educação, e, principalmente, no resgate da credibilidade do ser político do Distrito Federal? Porque quando o senhor vem para uma CPI, mesmo como convidado, mesmo como testemunha, cria junto à população uma sensação de que é o Governador que está sendo investigado, e o senhor, aqui, é testemunha.

Eu preciso saber, aliás, todos precisam saber, justamente como o senhor vê tudo isso, e qual a solução que o senhor tem previsto para os próximos dois anos e meio que restam do seu mandato?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Pitiman.

Acho que V. Exª foi muito feliz em recuperar aquele momento difícil em que recebemos o governo. V. Exª é testemunha disso porque foi ativo, participante no enfrentamento do verdadeiro descaso e do absurdo. V. Exª citou aqui a ponte, a ameaça da nossa Ponte JK por falta de manutenção de anos; a rodoviária estava numa situação dramática; as escolas que V. Exª coordenou, inclusive com um mutirão para recuperar 300 escolas para, no dia 10 de fevereiro, as crianças assumirem e os professores; foi uma operação espetacular de dedicação, esforço e tantas outras iniciativas, como a operação tapa-buracos e tantas coisas que foram feitas. Eu acho que ninguém mais do que V. Exª pode falar disso, porque não somente acompanhou como deu solução para esses problemas. E disse bem, disse bem, porque esse foi um esforço nosso, coletivo, nós fizemos uma grande aliança em defesa da nossa cidade; fizemos uma grande aliança, não somente o meu partido, junto com o PMDB, que tem o nosso Vice-Governador Tadeu Filippelli, o PSB, o PDT – e hoje são 16 partidos da base do governo, e todos muito importantes – para que a gente unisse o povo do Distrito Federal para poder mudar essa realidade. Se não fizéssemos isso, talvez não estivéssemos dando solução. E talvez não tivéssemos tido a dificuldade que tivemos, porque essa dificuldade tem nome e tem endereço, que é o esforço grande dessas organizações que se acostumaram no Distrito Federal, durante muitos anos, a mandar na cidade, são donos da cidade, a se locupletar do Poder Público, mas que agora não podem mais fazer. Por isso a reação é gigantesca; nós mexemos em vespeiros ao enfrentarmos todas essas áreas de vez.

Estamos fazendo licitação de transporte público no Distrito Federal; fizemos a retomada de muitos terrenos que foram entregues a troco de propina; enfrentamos o problema da saúde, que é de uma gravidade extrema; mutirão nas escolas. A área de assistência social era uma tragédia, porque tinha quatro cadastros. As pessoas necessitadas, umas tinham muitos benefícios, outras nada; nós unificamos esse cadastro em um cadastro único.

Hoje, já tiramos da extrema pobreza no Distrito Federal um grande percentual da nossa população. Mais de 31 milhões de pessoas já saíram da extrema pobreza. Hoje nós podemos comemorar, nós podemos comemorar...

O SR. **LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF) – Governador, eu só estou preocupado com o meu tempo, porque daqui a pouco o Presidente resolve me cortar...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu concluo, só para discutir isso. Nós tivemos o menor desemprego no Distrito Federal, desde quando mede a pesquisa de emprego e desemprego este ano; uma grande comemoração.

Mas eu quero só concluir, dizendo que V. Exª tocou num ponto chave, que é a credibilidade, pois temos que lutar, unir o nosso povo do Distrito Federal, e até ter o apoio da área nacional, porque aqui é a capital de todos os brasileiros, ter o apoio dos nossos Deputados e Senadores, do nosso Governo Federal, para resgatar essa credibilidade também junto à população do Distrito Federal. Afinal de contas é a população de Brasília e nós vamos lutar com muita força para atingir esse objetivo.

O SR. **LUIZ PITIMAN** (PMDB – DF) – Sr. Governador, o senhor – eu o conheço – é uma pessoa boa.

Mas eu queria a explicação de como pessoas tão próximas ao senhor, como o Marcelão, Zunga e tantos outros que fizeram vários contatos, conforme gravações, discutindo relatórios de gravações efetuadas clandestinamente, falando sobre indicações de governo e, ao mesmo tempo, eles tinham uma relação muito próxima com as pessoas dessa quadrilha do Cachoeira.

Ao mesmo tempo, eu vejo que o senhor criou na sua Polícia Civil um levantamento feito, uma frente, uma força-tarefa para resolver ou para pelo menos encontrar vestígios da arapongagem. O senhor já tem informações desse relatório? Poderia passar esse relatório para esta CPI? Porque essa questão da arapongagem é uma preocupação constante, até mesmo porque políticos e jornalistas foram investigados.

E, por último...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Por último, um grampo autorizado pela Polícia Federal pegou uma conversa entre o Dadá, Idalberto, e o Carlinhos Cachoeira. Nesse diálogo, o Dadá pede para o Sr. Cachoeira avisar ao Demóstenes que "Agnelo ligará para o Senador goiano com a desculpa de cumprimentá-lo pelo aniversário, mas que aproveitará para tratar de uma possível irritação de Demóstenes pelo fato de o GDF não estar atendendo à demanda da Delta". O senhor chegou a fazer essa ligação no aniversário dele? Qual foi o assunto e qual era a preocupação que o Sr. Demóstenes tinha com relação à Delta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não conversei, quero repetir – começando pela última pergunta –, não conversei com o Demóstenes, não liguei para ele e não tive nenhuma informação dele sobre os objetivos da Delta.

Com relação às pessoas próximas, o Marcelão, por exemplo, eu não conheço. Nunca estive com ele.

Não foi meu assessor e nem o conheço fisicamente. Não conheço. Nunca encontrei com ele. Só próximo...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Do gabinete?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Ah, sim, do gabinete. Porque ele ficou durante 15 dias numa área próxima. Já o Zunga eu conheço há muitos anos, ele é ligado à área do esporte. Não estava vinculado a nenhuma área dessas, vinculado ali ou a qualquer coisa que o valha. E não tem nenhum ato, nenhum dos dois, que possa beneficiar, direto... Ato com a assinatura do Governo que possa beneficiar qualquer dessas empresas porque não tratavam desses assuntos nem têm poder de decisão.

E, da arapongagem, eu sei que já estão avançadas muitas das investigações. É uma equipe de altíssimo nível que está responsável por essa área. Nós vamos a fundo nisso. E tendo já conteúdos dessa investigação, eu me comprometo também a passar para a CPI, desde que não prejudique o desenvolvimento da própria investigação. Mas esse é um ponto importante, em que deveríamos unir forças, Deputado Pitiman. Unir forças.

Eu fiz aquela intervenção aqui dizendo que não é uma questão só da política local, pela responsabilidade. Esta é a capital do Brasil, e nós todos, Deputados, Senadores e todas as autoridades deste País, temos que enfrentar e não deixar acontecer, como vários exemplos que conhecemos na História, que transformem a capital do Brasil em uma corte de arapongagem, de mercenários que espionam para vender aos adversários da pessoa que quer denunciar. Essa é uma prática terrível para a democracia e para a liberdade, e, sobretudo, de um ponto de cláusula pétrea da nossa Constituição, que é justamente a privacidade das pessoas. Hoje as pessoas estão assustadas de ir a um restaurante, de conversar com um amigo. Qualquer coisa é motivo para suspeitas, de ir para o *blog* de suas atividades privadas, etc. Nós temos que enfrentar e derrotar esses criminosos aqui. Eu tenho o compromisso e quero fazer isto aqui, nesta CPI, para enfrentar. E não medir esforços. Para isso, preciso contar com a ajuda de todos os nossos parlamentares para, de fato, tolhermos isso, definitivamente. E não fazer uma investigação só com relação a este momento, agora. Se for necessário, deixar permanentemente uma ação da Polícia com relação a esse tipo de crime, que é um crime de grande repercussão contrária para a cidadania. E nós não podemos permitir isso aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado. Terminou o tempo de V. Exª.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Obrigado. Quero só parabenizar o Governador e o Governador Perillo também por os dois terem aberto, através do Líder Bruno, os seus sigilos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Jilmar Tatto, apenas para falar para V. Exª que nós estamos fazendo uma sistemática de intercalar a cada três inscritos o líder. Então o Deputado Luiz Pitiman iniciou essa nova rodada.

Agora falará o Senador Alvaro Dias, depois dele o Deputado Silvio Costa, aí concedo a palavra, como Líder, para V. Exª. Mas, antes, eu gostaria de encaminhar pedido do Sr. Governador: intervalo de quatro minutos; a pedido do Sr. Governador.

Dou um intervalo de quatro minutos. Daqui a quatro minutos nós voltamos a nossa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 34 minutos)

(A reunião é reaberta às 15 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retomando a sessão, peço, inicialmente a atenção de todos os senhores. Peço ao senhor para deixar o campo de visão do Governador aberto.

Passo a palavra para as suas perguntas, por 10 minutos, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, por favor, comece a contar o tempo quando houver silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a todos silencio.

Eu quero pedir a atenção das Srªs Deputadas, dos Srs. Deputados, das Srªs Senadores e dos Srs. Senadores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, com total silêncio, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Parlamentares, o conjunto da obra de V. Exª, perdoe-me ter que afirmar desta forma, com a contundência que se faz necessária, se trazido a esta CPI, certamente, provocaria fortes emoções.

V. Exª disse que assumiu o Governo depois de uma tragédia sequencial de escândalos em Brasília, mas esses escândalos não se interromperam quando V. Exª assumiu o Governo. Brasília tem sido infelicitada por escândalos que se repetem.

Há operações da Polícia Federal que citam V. Exª, como a Panaceia, Shaolin, Saint-Michel, Anaconda; há denúncias, como as da revista *Época* de favorecimento a empresas na Anvisa em troca de contribuição para campanha; do *Estadão*, referindo-se à investigação de que teria recebido recursos de um grupo farmacêutico

beneficiado em Minas Gerais; a Operação Panaceia anotou informações de que V. Exª teria recebido valores com o seu nome e mais R$50 mil do Laboratório Hipolabor; e cita a União Química também, com referência à propina.

Mas essas não são questões que não dizem respeito ao fato determinado desta CPI. Eu vou me ater aos fatos determinados que dizem respeito ao objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tenho, inicialmente, duas perguntas para respostas rápidas, para ganharmos tempo.

Tenho a informação de que V. Exª teria ido até Anápolis, já como Governador do Distrito Federal, de helicóptero, e teria se encontrado lá com o Sr. Carlos Cachoeira. Essa é uma indagação. A outra, para resposta rápida também, é a de que eu tenho informações de que V. Exª teria ido aos Estados Unidos com empresários de laboratórios e teria se encontrado também nos Estados Unidos com o Sr. Carlos Cachoeira. É verdade ou a informação não é verdade?

O SR. AGNELO QUEIROZ – É... A informação é mentira absoluta. Não é verdade. Nunca me encontrei, nunca fui a Anápolis como Governador e também não existe essa história de ter encontrado nos Estados Unidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

Eu tenho um mapa que traz conexões do seu Governo com o esquema criminoso que está sendo investigado, a partir, sobretudo, da empresa Delta. É um mapa detalhado que traz todas as relações de membros do seu Governo, ocupantes de cargos de confiança, e de V. Exª com representantes desta organização presentemente investigada.

Vou procurar ser rápido porque o material é denso e não vou poder fazer a leitura das degravações de interceptações telefônicas, mas elas mostram contradições no seu depoimento. Vou resumi-las para que esta CPI possa ter a noção exata das contradições que nós poderíamos interpretar como inverdades pronunciadas aqui.

Em relação à campanha, há aqui interceptações telefônicas que apontam para uma participação da Delta importante na sua campanha eleitoral a partir do Rio de Janeiro. O comando da Delta no Rio de Janeiro.

A conversa sobre a Delta: "Só resolvem porque o Rio mandou". A conversa é por cima, ou seja, quando se cobrava o pagamento de atrasados só se resolvia quando vinha uma ordem do Rio de Janeiro, exatamente porque a campanha teria sido comandada a partir do Rio de Janeiro.

Eu continuo com as contradições. Em relação a aparelhos, há aqui nas interceptações telefônicas dois aparelhos, um na posse de Ademar e outro do Marcelão, que, inclusive, em determinado momento reclamou da qualidade do seu aparelho e havia um pedido para mais aparelhos. Esses aparelhos comprados lá, o Nextel, o rádio.

Em relação ao Demóstenes, a ausência de conversa. Interceptações telefônicas dizem o contrário. Há negociações para uma conversa do Governador com o Demóstenes, em determinado momento aparece o Wladimir Garcez dizendo que tem o telefone, etc.

Em outro momento, no dia 1º/01/2011, o Dadá avisa que o Governador falou com o Senador. O Dadá manda avisar ao Cachoeira que o Governador falou com o Senador, isso num diálogo telefônico no dia 1º/01/2011.

Em outro momento, aqui se revela que o Cachoeira deu dinheiro ao Cláudio, o chefe de gabinete, e que, portanto, ele tinha acesso facilitado. Os pedidos eram atendidos, 4/01. Em outro momento, Paulo Abreu é chamado e falará com o Governador, em outro momento das gravações.

Em relação às nomeações, foi entregue uma lista e, em determinado momento, fala-se que houve o acerto das nomeações, seis pessoas, e que o Paulo Abreu e a Cíntia ficariam para outra oportunidade. Realmente, V. Exª disse a verdade, o Paulo Abreu não foi nomeado.

A grande contradição está no fato de V. Exª afirmar... Porque, com todas essas conexões comprovadas pelas interceptações telefônicas, nós chegamos à conclusão de que o seu Governo mergulhou nesse esquema Cachoeira, e mergulhou, evidentemente, através da Delta, sobretudo através da Delta.

As duas grandes contradições: quando V. Exª afirma que os representantes da Delta estavam queixosos e reclamavam e a outra quando V. Exª diz que Demóstenes batia forte e chegou a pedir o *impeachment*. Havia realmente conflitos de interesses. Em relação à Delta, a reclamação é de que um grupo que tratava da limpeza urbana de Brasília estava recebendo propina de uma empresa denominada Valor. Falaram em R$1 milhão de propina. Eu tenho que apresentar aqui alguns destes diálogos.

Em relação à Valor, Dadá diz que eles estavam recebendo dinheiro da Valor, empresa concorrente: "Mas agora vai mudar, as coisas estão vindo por cima, estão vindo do Governador." Dadá diz, portanto, que eles estavam com dificuldades, daí essa queixa dos representantes da Delta em relação ao Governo de V. Exª, porque estava havendo uma competição, propina de um lado e propina do outro lado, é o que se verifica aqui nas interceptações telefônicas. E, depois, segundo ele, a situação estaria se resolvendo porque o Governador passaria a resolver.

Há outro momento aqui em que se fala no número um. Eu não sei se V. Exª aceita a condição de número um, mas aqui fala que o Ademar disse que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...devolveria o material recebido. Presidente, mais um pouco, porque tem muita coisa aqui. Eu tenho que chegar aqui, então, no Senador.

Em relação à questão de propina, em razão de disputa, aqui diz: "Marcelão acha que os caras fecharam por cima com outra empresa. Marcelão fala em um milhão de propina. Dá a entender que João Cláudio, por se filho de Cláudio Monteiro..." etc., etc., e vai em frente.

Às nomeações já me referi. Aqui, em outro momento, assegura-se o pagamento até a próxima terça-feira. Depois – isso aqui é importante –, reunião. "Marcelão fala de uma reunião que houve entre Agnelo Queiroz, Rafael Barbosa e João Monteiro, nesses dias. Marcelão diz que o Cláudio Monteiro falou para ele que o Agnelo, nessa reunião, falou diretamente para o João Monteiro cuidar da empresa Delta, não deixar dar nenhum problema no lixo." Aí fala em pagamento, em dinheiro.

Novamente a questão do Demóstenes. O Cachoeira, falando com o Cláudio. "Recado a Demóstenes: se baterem em Agnelo, o Agnelo vai contar que se reuniram para pedir obras."

Veja, então o Cachoeira comunicando ao Cláudio para dar recado ao Demóstenes de que, se baterem em Agnelo, vai contar que se reuniram para pedir obras.

Todas as interceptações telefônicas que dizem respeito ao relacionamento de Demóstenes com o governo do Distrito Federal mostram realmente que ele estava numa posição de confronto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Alvaro Dias, o seu tempo se esgotou há muito tempo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...mas, exatamente nesse conflito de interesses, defendendo ele, a Delta e outro grupo, defendendo uma empresa concorrente.

Eu apenas queria, então, para concluir, Sr. Presidente, já que não vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. Fazendo soar a campainha.) – Não, não, não. O tempo de V. Exª já se esgotou...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Presidente já deu a outros Parlamentares o que deve dar a mim:...

(Tumulto na reunião.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O tempo do orador esgotou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...a mesma oportunidade.

(Tumulto na reunião.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se deixarem, eu concluo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já devia ter concluído...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há uma contradição também em relação à casa, eu não pretendia a voltar, mas sou obrigado a voltar.

V. Exª, em determinado momento, diz à Justiça, inclusive, que comprou a casa com o dinheiro de um empréstimo, mas recusou a entregar a cópia do empréstimo. Está aqui na *Folha de S.Paulo*. E o seu porta-voz encaminhou um *e-mail* ao jornalista, dizendo: "o empréstimo está sim na declaração do Imposto Renda, na parte referente aos ônus e obrigações. Esta parte da declaração não precisa ser mandada à Justiça Eleitoral, por isso vocês não conseguem enxergá-la."

Apenas queria que V. Exª esclarecesse essa contradição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Já concluiu o tempo de V. Exª.

Eu só queria esclarecer aos Srs. e Srªs Parlamentares que os dez minutos são o tempo para as perguntas e para as respostas. Nesse caso, os dez minutos, quase treze minutos foram utilizados apenas para as perguntas.

Então, agora, passo a palavra ao Sr. Governador Agnelo Queiroz para as suas respostas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Senador Alvaro Dias, muito obrigado pelas suas indagações.

A primeira questão é que não há nenhum tipo de envolvimento do nosso governo com esse grupo, tanto da Delta como do Carlos Cachoeira. Toda a investigação que V. Exª tem acesso integral, inteiro teor que a Polícia Federal fez, é insuspeito. A Polícia Federal é uma instituição seriíssima, faz uma investigação de mais de dois anos, tem mais de 30 mil horas. O que tiver de ligação, não tem como não cair devido à observação e apuração da Polícia Federal. Então, querer, por questões políticas, forçar a realidade dos fatos para envolver alguém, não é correto, porque não tem nenhuma conexão do nosso governo com esses dois grupos. Isso está provado, com Delta e com o Sr. Carlos Cachoeira.

Não posso falar de diálogos de terceiros. Ontem até ouvi uma parte do depoimento. Inclusive Parlamentares aqui do PSDB diziam que não poderia condenar ninguém por diálogos de terceiro, etc. Então, eu acho que isso tem que ter mais cuidado. Então, não tem nenhum, na campanha não teve nenhum financiamento,

não teve. Na minha campanha não teve. A minha campanha... Tudo que foi recebido pelo comitê financeiro está declarado e público, para acesso ao público, com relação à campanha eleitoral. Portanto, não há nenhum tipo de contribuição desse grupo, e a própria declaração do Fernando Cavendish confirma isso.

Com relação a pagamentos em atrasos, não há pagamentos em atrasos. A gente observa toda essa trajetória. O Governo do Distrito Federal, através do SLU, não deixou pagamentos em atraso, não tem pagamento em atraso. O período que atrasou um pouco, porque a empresa não apresentou a fatura no tempo adequado, e atrasou... Mas não têm pagamentos em atraso durante esse período. Nós pesquisamos isso na nossa investigação, até para ver se havia algum tipo de dificuldade para vender facilidade. Nós é que investigamos isso. Não há.

Com relação a diálogos de Dadá, com relação a Demóstenes, etc., asseguro que não teve contato com Demóstenes, já reafirmei isso algumas vezes, e vou falar de novo, nem com Cláudio Abreu. Não teve. Poderia ser vontade... Algum lobista deste querendo vender poder ou prestígio. Mas isso não aconteceu. Então, não aconteceu. Fácil de apurar e de investigar que eu nunca encontrei com esse Claúdio Abreu.

As nomeações, V. Exª reconhece que não teve nomeações. Eles não conseguiram nomear no meu Governo. Não tem nomeação nenhuma. Eu mandei... Na primeira intervenção, eu pedi que apontasse apenas uma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Fiz referência a seis.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, eu quero que aponte um nome. Não precisa ser seis. Precisa ser um. Me diga um. Diferente de outros Estados. Me diga um, um só. Eu pedi que me diga uma nomeação feita...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nas interceptações telefônicas não têm nomes. Apenas falam em um bloco de seis, e que dois ficariam para outra oportunidade.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Então, eu estou assegurando que não tem nomeação...

O SR. (Orador não identificado) – Marcelão. Não tem nenhuma, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não só não tem, como também estou colocando que apresente nome, se é que tenha.

Então, não posso me responsabilizar sobre essa alegação de terceiros.

Não tem nomeação, não tem negócio aqui, não indicou ninguém aqui no Governo do Distrito Federal.

Com relação à discussão entre membros desta organização, é evidente que eu não vou entrar em uma coisa dessas, no que eles combinam ou deixam de combinar, se alguém está recebendo ou deixando de receber. O importante é que, no Governo do Distrito Federal, eu asseguro que não teve isso. O tratamento foi rigoroso com essa empresa. Fizemos a fiscalização. Colocamos para cumprir o contrato. Diminui os repasses acentuadamente dessa empresa. Portanto, isso não combina com nenhum tipo de conluio, isso não combina com nenhum tipo de favorecimento, isso não combina com nenhum tipo de recebimento de propina. É o contrário, absolutamente o contrário. A investigação mostra o contrário.

E com relação à reunião entre João Monteiro, Rafael comigo, nunca aconteceu essa reunião. Eu não fiz reunião sobre o SLU, nem apenas com o Chefe do SLU, que é o Diretor do SLU – Nunca tratei! –, quanto mais com outro secretário que nem da área é. Então, isso não aconteceu. Estou aqui garantindo e colocando que não há esse tipo dessa reunião que foi aqui referida.

Com relação a empréstimos, quero esclarecer isso definitivamente. Com relação à questão do que foi apresentado, do que foi dito inclusive pela imprensa, está se referindo que, na declaração do Imposto de Renda, tem como patrimônio aproximadamente R$300 mil, que são dívidas, e a imprensa colocou isso como empréstimos, porque são apartamentos com cem meses de prestação, etc. Então, ele está no patrimônio como um todo, mas isso é dívida. Isso não é patrimônio. Isso é dívida. Por isso, teve a dita confusão, mas eu tenho certeza de que, franqueando o sigilo bancário e fiscal, vocês vão poder observar tranquilamente toda a operação. Teve cheque, teve depósito e isso será comprovado com a quebra do sigilo fiscal que foi colocado. Não tenho nenhuma dúvida. Não vou sair daqui com nenhuma dúvida, por mais que queiram que isso ocorra. Não vou fazer, porque tenho uma vida, tenho uma história, tenho uma família e não vou querer sair daqui com dúvida nenhuma. Por isso que eu aqui ofereci o meu sigilo para não deixar dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a atenção de todos os Srs. Parlamentares e dos presentes nesta sala.

Passo, então, a palavra agora, por dez minutos, ao Deputado Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Governador, eu acho que existem hoje aqui três perdedores: parte da oposição, o Governador Perillo e o porta-voz do Governador Agnelo.

O porta-voz perdeu o emprego por um motivo muito simples. Porque o Governador Agnelo, com a voz clara, firme, pedagógica, profundamente convincente, mostrou a Brasília e ao Brasil que estava sendo alvejado pela quadrilha de Cachoeira. Aliás, quero

dizer mais: era preciso que a Oposição reconhecesse isso. O Governador Agnelo fez mais do que isso. Ele enfrentou a quadrilha do Cachoeira.

Sobre essa questão do Senador Demóstenes, eu queria que o senhor e a senhora que estão nos ouvindo em casa agora, prestassem bem a atenção porque isso é profundamente relevante. Não é brincadeira um governador de Estado, o Governador do Distrito Federal sentar aí nessa cadeira. Eu, por exemplo, se soubesse que o Senador Demóstenes tinha pedido o *impeachment* do Governador Agnelo, sabe quantas vezes eu votaria a favor da convocação do Governador Agnelo? Nenhuma. O maior advogado que o senhor tem aqui e eu nem conheço o seu – afinal o senhor é o único que não trouxe o Kakay! –, o maior advogado que o senhor pudesse colocar aqui não seria igual a Demóstenes. Porque é óbvio, o Demóstenes, está muito claro, é o braço legislativo da quadrilha de Cachoeira. Na medida em que o Senador Demóstenes pede o *impeachment* do Governador Agnelo, é muito claro que os interesses da quadrilha do Sr. Cachoeira não estavam sendo atendidos pelo Governo do Distrito Federal. Isso é pedagógico! Isso está claro!

Não é possível que a oposição não faça uma *mea culpa* e diga que "nisso aí a gente errou." Eu não acredito! Para se fazer política, deve-se fazer com responsabilidade pública. Segundo: a Delta, que é talvez o principal motivo, junto com Cachoeira – talvez não, é sim – desta CPI. Veja, o Governador, como todo prefeito faz, como todo governador faz, quando vai assumir, ele manda um requerimento para o atual dizendo que "os serviços emergenciais vão ter que ser renovados, porque eu vou assumir e não vou ter tempo de licitar."

Pois bem, a Delta estava aqui no Governo de Brasília por conta de uma ordem judicial. Não é possível que a oposição não entenda isto: era uma ordem judicial! O Governador assumiu, ela continuou e tem um detalhe muito importante: o Governador fez aditivos e, mesmo fazendo aditivos, a limpeza urbana ficou mais barata – e eu tenho aqui – do que na maioria das cidades administradas pela oposição. Veja que antagonismo!

Um terceiro ponto: um jornal de grande circulação nacional tem uma matéria do Sr. Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço atenção ao orador na tribuna.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma matéria do Sr. Cavendish que diz assim: Meu irmão, esse negócio de Brasília, eu tenho 30 milhões para receber lá, rapaz! E esse cara não quer pagar. Eu não ajudei esse cara na campanha.

Moral da história: o Cavendish, dono da Delta, critica o governador.

A quadrilha, senhores competentes e responsáveis da oposição, a quadrilha – Sr. Dadá, Dedé, Mussum, Zacarias –, esse povo diz assim: Esse governador não presta. Eu não vou dizer as palavras chulas. Esse governador é isso. Vamos derrubar esse cara!

Meu irmão, isso é uma orquestração. Isso é uma orquestração para derrubar o cara. Vocês não estão vendo isso, velho? O governador chega aqui, e aí, meu irmão, sinceramente, tenho que dizer ao senhor o seguinte: eu não sei quantos filhos o senhor tem, mas eu tenho certeza – e não sei que idade eles têm – de que, a partir de hoje, os seus filhos estão mais orgulhosos ainda do senhor, porque o senhor chega e diz assim: "Abram o meu sigilo bancário, telefônico e fiscal. Podem abrir".

Meu amigo, o cara entregar um negócio desses para uma CPI, e vocês não reconhecerem, não elogiarem uma atitude dessas?

Então, Governador, deixa eu lhe dizer uma coisa: sinceramente, o Governador Perillo ontem disse assim. Perillo, se arrependimento matasse... Miranda por que tu não compraste minha casa?

Aliás, se eu fosse a oposição, riscava esta palavra casa do vocabulário dele, porque a oposição só perguntou ao senhor sobre casa, e eu ontem achei que o Governador Perillo foi muito bem. E dei essa palavra, porque eu faço política é assim. E ele foi bem. E, na minha fala, eu disse o seguinte: "Só tem uma coisa mal explicada do senhor", e está registrado. "Só tem uma coisa mal explicada. Como é que um governador de Estado recebe três cheques, dois de R$500 mil reais e um de R$400 mil e não sabe de quem foi?"

Porque qualquer ser humano normal, se o cara receber 100 contos, ele vai olhar para ver se é cheque Romário. Cheque Romário é cheque 11. Então, alínea 11 é o cheque Romário. Então, o cara vai olhar e vai dizer: Meu irmão, eu vou olhar quem é o emitente para ver se o cheque vai voltar, ou não. Porque alínea 11 é cheque sem fundo.

Aí, o Governador recebe R$1,4 milhão e não se preocupa de quem ele recebeu. E a oposição achou isso normal.

Eu queria, hoje, sinceramente... Quando cheguei aqui de manhã, fiquei preocupado. Meu irmão, era um terrorismo! Era um terrorismo! Parecia Primavera Árabe. Vamos estraçalhar Perillo. Perillo, não. Agnelo. Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Tem Deputado ainda que tem uma tulha ali de papel. Não sei nem o que ele vai perguntar.

Então, veja. Sinceramente, eu queria fazer uma apelo à oposição. Eu queria fazer um apelo à oposição. Todas as perguntas que foram feitas o Governador respondeu. Não tem uma ligação – repito – do Gover-

nador com Cachoeira. "Ô Governador Agnelo, resolve isso aqui...". Não tem uma. Não tem uma ligação do Governador com Demóstenes. "Agnelo, rapaz, resolve isso aqui para mim." Não tem uma.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Nem para felicitar pelo aniversário.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não tem uma ligação de Cavendish.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Nem para dar parabéns.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O que tem são os chamados encontros fortuitos. Fortuitos. E a oposição vai dizer: o seu assessor tinha uma quadrilha aqui.

Meu irmão, não tinha uma quadrilha aqui! Não tinha quadrilha aqui. Quando o Governador contrariou os interesses, aí, sim, meu amigo, os caras ficaram com mais raiva ainda. Vocês são competentes, são Deputados respeitados, e não podem agir assim com um governador de Estado. Está errado! Vocês tem de reconhecer que o Governador Agnelo mostrou ao País que estava sendo vítima de uma quadrilha, que estava sendo alvo de uma quadrilha. Então, é importante que a oposição entenda que hoje ela prestou, sim, prestou, sim, um grande desserviço ao Governador Marconi Perillo. Tem uma coisa grave! Sabe o que é o assunto grave? Que o Governador Perillo, ontem, disse assim: eu não quebro o meu sigilo e, se quebrarem, eu vou para o STJ.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não disse isso, Deputado, não disse nada disso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ele disse. Não disse? Ouvi alguém perto dele dizer.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Cuidado, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ouvi alguém perto dele dizer, se ele vai recorrer ou não. O fato é que ele não quis quebrar o sigilo, e amanhã... Eu acho que ele disse, mas tudo bem. Amanhã, será quebrado o sigilo do Governador Marconi Perillo. Agora, parece que alguém da oposição vem aqui comunicar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para encerrar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O Senador Alvaro falou por três minutos. Por favor, me dê mais três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso não é uma boa jurisprudência. Vou dar um minuto a V. Exª.

Peço, interrompendo, ao Deputado Domingos e à Senadora Vanessa Grazziotin que possamos devolver...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Estão colocando informações inverídicas. O Governador Marconi Perillo não se recusou, apenas disse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª está inscrito e não fará uso da palavra agora. Vou devolver, por um minuto, a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sabe qual é o problema, Sr. Presidente? É que, há pouco, o líder da oposição do PSDB comunicou aqui que o Governador Perillo teve uma recaída, autorizou a quebra do sigilo. Por que ele autorizou a quebra do sigilo hoje? Porque ele sabe que vai ser quebrado amanhã. Então, desde o início a gente tenta não politizar esta CPI. Desde o início, eu quero aqui ser claro, que a oposição diz o tempo todo que esta CPI foi criada para abafar Mensalão, foi criada por causa disso, por causa daquilo. Moral da história, a oposição não está olhando para o seu umbigo! O Governador Perillo, ontem, trouxe uma claque grande aqui, foi aplaudido. Eu, inclusive, o elogiei, fazendo aquela ressalva, porque faço política assim. Sou da base do Governo, sou admirador do ex-presidente Lula, mas não posso fazer política com esse nível de irresponsabilidade!

As pessoas têm de entender que, se o senhor não tem culpa, tem de ter a clareza de dizer aqui: Governador, o Senhor é inocente. Então, Governador, eu quero lhe dar os parabéns, o Senhor sai ganhando, entrou aqui como um anão e sai como um gigante, honrando o povo do Distrito Federal. Parabéns. *(Palmas.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo agora a palavra...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Apenas um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um minuto para V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Por uma questão de justiça, vamos deixar claro que, quando se colocou, por parte do relator ontem, uma solicitação de quebra de sigilo ao Governador Marconi Perillo houve uma manifestação de vários colegas, inclusive da minha parte, porque o relator havia se dirigido ao Governador como se ele estivesse na condição de investigado, o que não consideramos correto. Ele, então, refez a sua posição. Ao responder, e isso pode se verificar nos Anais, porque está gravado, o Governador disse tão somente o seguinte: não tenho absolutamente nada a esconder, já pedi à Procuradoria-Geral que investigue toda a minha ação e que a quebra de sigilo é uma prerrogativa desta Comissão e da Procuradoria-Geral.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Para contraditar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ele colocou de forma clara isso. Em hora nenhuma ele dis-

se: eu não abro mão do meu sigilo. Em hora nenhuma ele disse que não abria, ele disse apenas que era uma prerrogativa desta Comissão, o que é verdade, e é uma prerrogativa da Procuradoria-Geral. Estão tentando colocar na boca do Governador Marconi coisas que ele não disse para criar uma celeuma desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O seu tempo já se esgotou, Excelência.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ele já mandou dizer que está à disposição e esta Comissão tem autonomia para isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou passar um minuto para a Senadora Vanessa Grazziotin e depois falará, pelos líderes, o Deputado Jilmar Tatto, líder do PT. Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Serei breve, Sr. Presidente, um minuto basta. Mas, é bom que peguemos as notas taquigráficas, porque ele disse que esta CPMI tem autoridade, é quem vai decidir sobre a quebra ou não, esta CPMI e o STJ. Ou seja, quando ele anuncia "e o STJ", é óbvio que ele que vai provocar o STJ. Foram exatamente essas palavras que ele utilizou. Vamos ver as notas taquigráficas. Ele falou "a CPI e o STJ", Sr. Presidente. Peça que traga as notas taquigráficas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O STJ tem poderes de quebrar, Senadora.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) **–** Isso é legitimidade, Deputada. É apenas legitimidade. Quem tem legitimidade é o Tribunal e a Comissão. *(Pausa.)*

A legitimidade para abrir sigilo é só da Senadora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A Procuradoria Geral, Senadora. Já tinha pedido.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra pelo tempo de cinco minutos para o Deputado Jilmar Tatto, pela liderança do PT.

O SR. JILMAR TATTO (PT – MG) **–** Caro Presidente, Paulo Teixeira, quero aqui, mesmo estando na Mesa, cumprimentar o Relator, que, da mesma maneira que fez as perguntas duras, diretas e precisas para o Governador Marconi Perillo, fez para o Governador Agnelo Queiroz; cumprimentar o Governador Agnelo Queiroz e o seu Vice, que está aqui presente; e dizer o seguinte:

Governador, o senhor acertou na forma e no conteúdo. Por que eu estou dizendo isso? Porque, ontem, o Governador Marconi Perillo fez um esforço muito grande no sentido de procurar passar uma imagem de que estava muito seguro do que estava falando e de procurar uma entonação de voz para passar a ideia de que ele nada temia. Existia também algumas pessoas dizendo que o senhor, do ponto de vista de comunicação, teria alguma dificuldade, se contrapondo ao Governador. E se mostrou que isso não é verdade. Não é verdade, porque a sua intervenção foi uma intervenção daqueles que estão muito seguros daquilo que está fazendo do ponto de vista do comportamento e do ponto de vista do conteúdo.

Quero dizer, Governador, que fui um daqueles que, quando foi apresentado o requerimento para convocar V. Exª, votei contra, porque eu tinha convicção de que não era objeto da CPI a convocação de V. Exª, e o dia de hoje provou que não era objeto de CPI, tanto é que 99% das intervenções, das perguntas, não tinha a ver com o objeto do Sr. Carlos Cachoeira para apurar o crime organizado que começou a partir do Estado de Goiás. Mas nada melhor do que um dia atrás do outro.

Veja, ouso dizer que o seu comportamento de vir aqui prestar esclarecimentos, o conteúdo que o senhor apresentou e o gesto de V. Exª de colocar à disposição desta CPI os seus sigilos criaram um constrangimento muito grande ao Governador Marconi Perillo, porque, é verdade, ontem – e aqui eu quero fazer justiça à Senadora Vanessa –, o Governador falou do STJ – falou! –, mas o seu comportamento fez com que ele tivesse que voltar atrás. Voltar atrás, primeiro, porque estava se constituindo uma maioria para convocar, para quebrar o sigilo do Governador Marconi Perillo amanhã e, segundo, porque começou um movimento no Brasil todo – e agora é recorde, está em primeiro lugar no mundo –, no *twitter*, dizendo: "Quebra o sigilo, Perillo!"

Então, veja, começou a ideia, o seguinte... Mas, veja lá...

Filippelli, por que... O crime organizado, segundo a Polícia Federal, começou no Estado de Goiás. Todas as relações... O Cachoeira, que o Marconi Perillo chama de Carlos Araujo, o empresário, mas que a policia chama de o Chefe da Quadrilha, foi preso na casa do... onde era a casa do Marconi Perillo. Os cheques eram do Cachoeira. O coordenador da campanha de rádio, de jornalista recebeu uma parte do dinheiro do Cachoeira. E aqui eu tenho uma relação – o tempo não permite – de, pelo menos, sete cargos de alto escalão do Governo de Goiás ligados ao crime organizado, nomeados pelo Governador Marconi Perillo, que está metido na quadrilha do Carlos Cachoeira.

Portanto, o senhor prestou um grande serviço de vir aqui – está de parabéns –, porque permitiu que o Governador tivesse que abrir mão do seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, que nós vamos provar amanhã.

Encerro, Governador, para dizer o seguinte: o povo do Distrito Federal deve ter orgulho de ter V. Exª como Governador pela limpeza que o senhor fez no Governo quando assumiu, pela gestão que o senhor tem aqui e está com muito esforço fazendo com que o Governo do Distrito Federal seja um governo que tem

gerenciamento, que tem modernidade, que presta um serviço para a população. Dizer que a sua família também tem que orgulhar do senhor pela maneira limpa que o senhor tem atuado politicamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O tempo, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Parabéns pela sua atuação como homem e como Governador do Distrito Federal!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já chamei a atenção do tempo dele.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – E parabéns pela sua atuação hoje, que, sem pirotecnia, sem malabarismo, sem teatro, sem ser artista, mas um homem público, veio aqui prestar os esclarecimentos necessários para esta CPI.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Jilmar Tatto.

Nós vamos fazer, agora, uma rodada nova de três inscritos para, depois, um líder. Os três próximos inscritos serão o Deputado Ronaldo Fonseca, o Senador Humberto Costa e o Senador José Pimentel. Esses são os três próximos inscritos. E aí o terceiro líder será o líder do PMDB. Vai falar pela Liderança do PMDB o Deputado Leonardo Picciani.

Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores. Quero cumprimentar também o Governador Agnelo, os seus advogados, os seus assessores, o Vice-Governador do Distrito Federal, Filippelli, e também os Deputados Distritais que aqui estão, especialmente o meu companheiro de Partido, Deputado Aylton Gomes.

Eu tenho estado aqui, nesta CPI, Sr. Presidente, fazendo um esforço enorme para não me contaminar com o espírito político. Eu, obviamente, sei que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, se é parlamentar, é formada por políticos. E, obviamente, esse espírito político paira aqui, mas, quando o meu Partido me indicou para estar aqui, nesta Comissão, vim determinado a não me deixar contaminar por esse espírito. Por isso, Sr. Presidente, vou me esforçar bastante para não fazer comparações do que aconteceu ontem e o que está acontecendo hoje aqui, embora eu seja tentado a fazer, embora eu tenha sido provocado a fazer. E eu acho que eu sei fazer, mas quero me policiar ao máximo.

Mas quero me dirigir ao Governador Agnelo, que foi legitimamente nomeado pelo voto, escolhido pelo voto para ser Governador do Distrito Federal. Queria me dirigir a V. Exª: como V. Exª sabe, eu não sou do PT; eu sou do PR; e o meu Partido, tanto na Câmara Federal como na Câmara Distrital, dá-lhe sustentação, está na base do seu Governo. E eu tenho defendido isso com unhas e dentes, sem nenhum problema, com todas as avalanches de denúncias que o senhor tem recebido de suspeição, de calúnias. Eu tenho defendido isso com muita clareza. E quero dizer a V. Exª que faço isso por um dever de consciência, porque, até este momento, tenho estado convencido de que seu Governo é sério. O senhor também é um homem sério, porque, se não fosse, Sr. Governador, eu não teria nenhum problema de estar na oposição ou absolutamente fora da base de sustentação de seu Governo.

Aquele adágio popular que diz que a mentira tem perna curta se concretiza hoje aqui, Sr. Governador. Mentiras, mentiras, mentiras, mentiras faladas repetidamente dizem que se tornam verdade. Mas hoje o senhor desmontou esse adágio popular também que diz que se torna verdade, porque mentira tem perna curta, embora não queiram admitir. Mas o senhor disse aqui várias vezes: "É mentira!", "É mentira!", "É mentira!". E a sua vinda a esta CPI, convidado como testemunha, prova que a mentira tem perna curta. Acho, Sr. Governador, que a sua vinda aqui é um atestado de idoneidade de V. Exª. Sem nenhuma dúvida, o Distrito Federal agora está sorrindo. O Distrito Federal está em paz. Chega de tanta coisa ruim.

Veja aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu estou aqui com o jornal *Correio Braziliense* de 3 de maio de 2012: "Quadrilha tramou chantagear Agnelo". Olha, duas jornalistas competentes: Lilian Tahan e Ana Maria Campos. Não é possível que essa matéria aqui não pautou os outros jornais! Por que não pautou os outros jornais? Está aqui: "Quadrilha tramou chantagear Agnelo". Aí um governador que é chantageado por uma quadrilha, tem que vir aqui passar por momentos ridículos!

Sr. Governador, queria que o senhor soubesse que nenhum que veio a esta CPI até agora, que esteve disposto a falar como testemunha ou não, alguns não quiseram falar, foi tão provocado como o senhor aqui. Foi provocado. E, olha, o senhor passou pelo crivo aqui dos melhores Deputados e Senadores desta Casa. Da oposição, então, são os melhores. V. Exª passou por esse crivo.

Ouvi dizer aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, que o Governador Agnelo não se prontificou vir à CPI, que outro governador disse: "Eu quero ir. Eu quero ir." Agora, onde está escrito, onde foi dito que o Governador Agnelo disse que não viria? Ele pediu para quem para não vir? Onde é que está escrito isso? Isso não existe.

Sr. Governador, quero parabenizá-lo. O senhor também é o primeiro que vem a esta Comissão – é bom que Brasília ouça isto – e trata o Sr. Cachoeira

como chefe de quadrilha, porque, ontem – Ah, tentação, querendo comparar, não queria fazer isso, eu não queria fazer e estou fazendo, terei que pedir perdão depois –, ele foi tratado aqui como amigo e empresário. O senhor vem aqui e diz: "É uma quadrilha, que queria me chantagear, que queria vantagens aqui no Governo. Eu não deixei. Eu não permiti."

Sr. Governador, quero parabenizá-lo. Sei que o senhor gosta de jogar bola. Agora, do xadrez eu não sabia. O senhor deu um xeque-mate aqui. Veja bem, quando o senhor chega aqui para todos, diante das câmeras de televisão, nesta CPI, e diz "Podem quebrar o meu sigilo. Todos os meus sigilos.", o senhor não tem ideia – o senhor não quis fazer isso, não é intenção dar xeque-mate – o que essa posição pode provocar. Por quê? A partir de agora, quem sentar nessa cadeira e for provocado pelo relator ou por qualquer um de nós para quebrar sigilo, vai ser difícil não quebrar. Aliás, a sua decisão já provocou outras reações. Então, é um xeque-mate. Vai ter que reagir. Vai ter que sair do lugar. Vai ter que dizer alguma coisa.

Olha, gente, vamos entender o que foi feito aqui. Isso aqui não é pouca coisa não. Um governador de Estado, um homem público... Vocês sabem que qualquer pessoa pública, quando fala de quebrar sigilo, começa a escorregar, começa a escapar, e vai para o STJ, o STF, vai para o céu, o inferno, onde for. Mas ele: "Ah, não, não pode." E V. Exª vem aqui e faz exatamente o contrário.

Parabéns, Governador. Brasília está de parabéns! Hoje se tira de Brasília um peso, hoje se tira de Brasília um peso. Brasília é uma cidade honrada. O Distrito Federal é honrado. Tem homens trabalhadores, mulheres trabalhadoras. Tem político honesto nesta cidade, sim, senhor. Não é porque já teve quadrilha aqui aprontando que não tem político sério aqui em Brasília. Tem político sério, sim, e V. Exª é um deles. V. Exª é um deles.

Eu não vou fazer pergunta para V. Exª.

Quando cheguei aqui, fui entrevistado por um canal de televisão que me perguntou o seguinte: "Escute, a tropa de cheque... De cheque? Estamos falando tanto em cheque, meu Deus do céu! *(Risos.)*

"A tropa de choque do Governador, qual vai ser a estratégia de vocês?" Eu disse: "Não. Quem está com a verdade não precisa ser blindado. Quem está com a verdade não precisa de blindagem." E V. Exª confirmou tudo aqui.

Eu queria aproveitar esses últimos minutos meus para deixar um recado para as correntes políticas aqui do Distrito Federal. Gente, vamos parar com isso! Vamos esperar 2014, gente! Deixa o homem trabalhar. Vamos esperar 2014. Vai ter tempo de cada um colocar as suas propostas, de vir aquelas políticas, aquela coisa toda. Vai ter tempo. Deixa o homem trabalhar. Brasília está precisando do Governador Agnelo, com a sua competência, com a sua gestão, com a sua vontade de trabalhar por Brasília. Brasília está precisando, Governador, realmente que o senhor mostre a sua competência, e o senhor tem competência para isso.

Graças a Deus, Brasília está em boas mãos, e V. Exª está de parabéns. Portanto, vamos deixar o homem trabalhar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado, Dr. Ronaldo.

O SR. (Orador não identificado) – Ele e sua equipe de xeque-mate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado Deputado Ronaldo Fonseca.

Passo agora, por dez minutos, para o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz:

Queria, Presidente, antes de iniciar minha fala, levantar aqui uma manifestação de insatisfação. Não sou eu apenas. São vários Senadores e Deputados que são assíduos a essa CPI, que são disciplinados, que chegam cedo, que se inscrevem, no entanto, as várias questões de ordem, pela ordem, fala de líder fazem com que eu, que cheguei aqui às 10h30, junto com o Governador, fale agora às 16h30. Aliás, eu acho que tudo sobre CPI, depois desta CPI, deveria ser repensado. Repensado o papel, a função constitucional, como deve funcionar. Acho que é uma obrigação que o Congresso Nacional tem de repensar as CPIs para que elas terminem não se transformando no que tanta gente diz por aí a fora.

Segundo lugar, Governador, quero parabenizar V. Exª, também. Não vou ser tão esfuziante porque já conheço V. Exª de longa data. Para mim não foi nenhuma surpresa a história política de V. Exª, a sua militância contra ditadura, o seu trabalho como Parlamentar, que eu acompanhei porque fui parlamentar juntamente com V. Exª, o seu trabalho como Governador. Nada disso me surpreendeu. Mas, é importante dizer que V. Exª inclusive não foi tratado como outros que aqui vieram. Quantas pessoas se sentaram nesta cadeira e se perguntava: "E tal coisa?" "Não." E ninguém ficava com esses acessos quase que de histeria: "Não, tem que responder. Tem que responder."

Foi respondido. V. Exª visitou uma empresa porque foi convocado e convidado por uma empresa. E quantos de nós, que já exercemos funções administrativas, fomos convidados por empresas, por pessoas jurídicas, por ONGs e não por parente, nem por dono do que quer que seja? Inclusive é de se estranhar que

um tema como esse tenha sido objeto de tanta controvérsia aqui. Mostra que V. Ex está absolutamente limpo. É preciso pegar um assunto como esse...

V. Exª não ligou para dar parabéns a Cachoeira. V. Exª não jantou com Cachoeira. V. Exª não é amigo de Cachoeira. Aliás, eu quero perguntar a V. Exª. Está claro nas auscultas telefônicas, etc. o desejo do Sr. Cachoeira de se aproximar de V. Exª. Eu pergunto: V. Exª não deixou que essa aproximação acontecesse por quê? V. Exª sabia que ele era uma pessoa vinculada a atividades ilegais?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Depois de tudo o que saiu, fica evidente, mas não tomei nenhuma atitude para poder ter essa aproximação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – O que quero registrar aqui...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não jantei, não tomei café, não almocei... Enfim, não tive nenhuma relação com ele nem tinha nenhum interesse com essa proximidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Eu queria exatamente registrar isso, porque apesar de V. Exª ser do Distrito Federal, apesar de ser próximo de Goiás, é um dos poucos que vem aqui para dizer que sabia que o Sr. Carlos Cachoeira tinha atividades ilegais e ilícitas. Outros chegam aqui e chamam-no de empresário; outros chegam aqui e chamam-no de empresário de atividades de entretenimento, e por aí vai.

V. Exª foi claro: não me aproximei dele nem tenho interesse em me aproximar porque sei que é uma pessoa vinculada a atividades ilegais e criminosas.

Os que estiveram aqui não disseram isso. Não. É uma pessoa da alta sociedade de Goiás. Foi isso que aqui rolou.

A outra coisa que gostaria de registrar é que como disse o Deputado Rafael, V. Exª, na sua posição de abrir o seu sigilo, cumpriu um papel fundamental. Ontem, vi o nosso Relator querendo fazer uma pergunta ao Governador de Goiás: o senhor abre ou não mão do seu sigilo? Quase que bateram nele aqui. Foi uma coisa difícil. Não podia fazer essa pergunta. E não entendo por que ontem não podia e hoje já pode. Aliás, eu entendo, é porque amanhã iria ser quebrado, quisesse ou não, e V. Exª deu um exemplo de que não tem nada a temer.

E se fica perguntando como pagou a casa. Vamos ter pelo menos o trabalho de pegar o sigilo de V. Exª e analisar cheque por cheque, TED por TED. Não é possível se brincar com a honra alheia, com a dignidade, com a história que foi construída pelas pessoas, de maneira leviana.

Então, V. Exª deu um exemplo extremamente importante.

Outra coisa que serve para esta CPI. Fui contra a vinda de V. Exª aqui por uma razão muito simples: não vi, em nenhum momento, qualquer indício que justificasse a sua vinda aqui. Lamentavelmente, isso foi votado ao mesmo tempo em que se votou o Governador de Goiás, contra o qual existem acusações de suposto envolvimento com essa quadrilha.

Fui contra. Daqui para frente, espero que não seja necessário convocar nenhum governador, mas fica óbvio que não adianta trazer um governador sem antes ter um trabalho de levantamento do que a gente tem.

V. Exª passou a maior parte do tempo falando de Cláudio Monteiro, falando de não sei quem, de Paulão, de Marcelão, de João... V. Exª não veio aqui para se defender, e terminou fazendo a defesa de outras pessoas.

Então, se a CPI quer trazer um governador, se quer trazer uma pessoa que a gente sabe qual é o peso de sentar aí, todo mundo sabe qual é o peso de um governador sentar aí, não é uma coisa simples, é preciso que quando chamem, existam coisas muito concretas, palpáveis, que digam respeito à pessoa.

Portanto, acho que é uma questão relevante também V. Exª foi obrigado a responder sobre uma licitação que foi feita por outra diretoria da Anvisa há anos. Veja que coisa. O que isso tem a ver com o Cachoeira? Não sei.

E por último, queria dizer a V. Exª e aos nossos pares, inclusive da oposição: não queremos ensinar a oposição a fazer oposição. A oposição é competente, é preparada, mas não tem criança aqui. V. Exª conta com o apoio do PT, não é porque V. Exª é do PT, mas porque tem uma reputação ilibada, é um homem sério, é um homem que tem história, é um homem que orgulha o nosso partido. Não adianta virem pensando que tem criança aqui. Não. Você foi falar com o Michel Temer porque o PT não está lhe dando apoio. Isso é conversa – desculpe a expressão – para boi dormir.

Outra coisa, e é um conselho, não quero ensinar. Se querem se dar bem fazendo oposição, façam oposição à Presidenta Dilma. O Brasil é o único País do mundo em que, ao invés de se fazer oposição ao Governo, se faz oposição a um ex-Presidente. Todo dia está o Presidente Lula na televisão, no jornal, com alguém o atacando: "O Presidente Lula está perseguindo não sei quem, o Presidente Lula está fazendo aquilo..." Dilma agradece. Dilma agradece. Como a oposição não tem um projeto para o País, não tem uma proposta, não tem um discurso, tem que fazer oposição ao que passou.

Então, eu faço este registro para que, em outro momento, nós possamos aqui não repetir o constrangimento de V. Exª perder um dia de trabalho para se sentar nesta CPI para provar o óbvio.

Parabéns.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado, Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito é o Senador José Pimentel, por dez minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente desta sessão, Sr. Relator, nossos pares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, nosso Governador Agnelo Queiroz:

Queria começar registrando, Sr. Governador, que já estou há dezoito anos no Congresso Nacional e que, durante esses dezoito anos, tenho acompanhado de perto várias comissões parlamentares, sejam mistas ou não, sejam comissões somente da Câmara, onde tive o privilégio de ficar dezesseis anos, e devo isso às famílias cearenses, mas nunca vi um depoente, uma testemunha, com a firmeza que tem V. Exª, com a forma de abordar os temas, com a clareza com que enfrenta as perguntas, mesmo não tendo nada a ver com a pauta e com a matéria desta CPI. Quer ver um exemplo?

Ontem, nós tínhamos aqui cópia de três processos contra o Sr. Governador Perillo e fizemos questão de não perguntar, porque a CPMI não trata desses processos que envolvem o Sr. Governador Marconi Perillo no foro privilegiado. Daqueles três processos, dois são de natureza de gestão e um de natureza criminal, mas nós fizemos questão de não fazer qualquer alusão exatamente em respeito ao depoente, porque aquele debate não dizia respeito a esse tema. A V. Exª foram feitas várias perguntas, e V. Exª não fugiu, embora não sendo matérias inerentes a esta Comissão.

Portanto, eu quero começar parabenizando a forma como V. Exª enfrentou as mais diversas perguntas e teve a grandeza de homem público, de gestor e de cidadão, em responder, sem qualquer dificuldade.

Quero também registrar, Sr. Governador, a forma como V. Exª resistiu a essa organização criminosa que cercou a nossa Brasília, com atuação forte no entorno. Aliás, a operação Monte Carlo nasce, exatamente, da ação criminosa desse grupo no jogo do bicho no entorno de Brasília, mas em momento algum tem qualquer vinculação, pela Polícia Federal, dessa ação dentro do território desta cidade. Muito pelo contrário, às tentativas que a organização criminosa tentou trazer para Brasília V. Exª soube resistir. Embora não tomando conhecimento de quem era, o tratamento que foi dado a ela é o mesmo tratamento que é dado a todo e qualquer outro cidadão, preservando a coisa pública, o patrimônio público e, ao mesmo tempo, dando satisfação à sociedade brasiliense.

Quero aqui registrar que o Dadá, que já esteve aqui e não quis falar, em um dos seus depoimentos, já lido aqui, diz o seguinte: Os caras nomearam só inimigo da Delta. O que esse povo me ajudou até hoje? Ninguém nomeou nem gari." Isso é um depoimento de um dos agentes mais ativos da organização que tinha, como tarefa principal, grampear, perseguir, admoestar e, ao mesmo tempo, criar um ambiente para achacar as pessoas públicas. Ele dá um testemunho dessa forma em uma gravação da nossa Polícia Federal. Por isso, eu quero aqui dizer que não é o senhor que está dizendo que eles não indicaram ninguém, mas um dos principais atores da organização criminosa.

Ao lado disso, quando nós chegamos do Estado de Goiás, e ontem esteve aqui o Sr. Governador Marconi Perillo, os depoimentos, as gravações da Polícia Federal vão noutro sentido. Dizem que ali o braço dessa organização indicava pessoas de cargos chaves do Governo do Estado de Goiás, nomeados e, em seguida, afastados, e outros presos. Aqui, nós não temos nenhuma vinculação com prisão de agentes que V. Exª tenha nomeado ou indicado. Exatamente por isso é essa a posição dessa organização. Quando nós paramos para analisar a questão do financiamento de campanha, eles mesmos dizem: "Nós não fizemos qualquer financiamento de campanha." Quando nós voltamos para o Estado de Goiás, há um depósito, em nome do jornalista que fazia parte da campanha identificando a empresa que fez um depósito de R$40 mil, sem constar na prestação de contas. Quem declara isso é o próprio jornalista que fez parte da campanha. Por isso, é que essa organização criminosa tinha tanta resistência e tanta raiva de V. Exª, por não ter aceitado as suas imposições. A melhor forma de ter clareza sobre tudo isso é a postura do Senador Demóstenes Torres, do Partido Democratas. Ao chegar à conclusão de que, pelas vias convencionais em que eles atuavam em outros governos, não teriam êxito aqui, resolveu patrocinar o *impeachment* de V. Exª. A Câmara Distrital soube tratar essa questão e soube indeferir o processo.

É bom dizer que contra esse Senador da República foi feita uma representação aqui no Conselho de Ética do Senado Federal. O processo está muito adiantado. Na próxima segunda-feira, com as bençãos de Deus, deveremos concluir esse processo e deixar claro para o Congresso Nacional que esse Senador fazia a prática administrativa em defesa dos interesses do jogo do bicho. Nosso Relator, Senador Humberto Costa, teve o cuidado de fazer um levantamento desde o primeiro mês de mandato, em 2003. Ao longo de sua vida parlamentar não fez outra coisa a não ser mediar os interesses da organização criminosa com atuação principal no Estado de Goiás. Esse cidadão é um daqueles que vai à Câmara Distrital pedir o *impeachment* de um Governador sério, competente, dedicado, de

vida simples. Teve a sua vida parlamentar, sua vida de profissional médico, totalmente transparente, com toda a honestidade. Não podemos aceitar, embora a democracia permita convocar esse tipo de evento exclusivamente para tentar acobertar outro que, efetivamente, comungou. Aliás, disse que o empresário Carlos Augusto – e nunca o chama de Carlos Cachoeira, que é uma maneira de desvincular um pouco a forma de identificar – participou de aniversário, de jantares. Disse que era um grande empresário que integrava a elite de Goiânia. Sou daqueles que aprendeu que a elite de Goiânia é composta de outra forma e não por pessoas que possuem essas maneiras. As notas taquigráficas dos depoimentos de ontem deixam isso muito claro.

Já aqui, V. Exª tem outro tratamento. Não dá oportunidade. Quando tenta regularizar uma chácara em terra grilada, toma todas as medidas para proteger o patrimônio público, como faria todo e qualquer cidadão que tem compromisso com a coisa pública.

Por isso, Sr. Governador Agnelo Queiroz, quero registrar que o Partido dos Trabalhadores se orgulha da filiação, como o PCdoB tem muito orgulho do tempo que V. Exª por lá passou. Não tenho dúvidas de que sua vida é exatamente como esse fato de termos orgulho pela sua forma de atuar na política, no Partido e na gestão da coisa pública. Ao mesmo tempo, nosso Partido tem clareza do seu papel e tem clareza do seu desempenho. Aqueles que gostam de trabalhar com cizânia deveriam olhar a campanha de 2010 em que havia um governador e um candidato à Presidência da República. Devem olhar a maneira como se conduziam. Se quiserem compreender melhor, voltem a 2006, em que um era Governador e o outro também candidato à Presidência da República. Em nosso Partido, temos outra forma de tratar. Temos divergências internas, sim, em determinadas matérias, mas temos unidade na condução da coisa pública. V. Exª é a melhor experiência e o exemplo da melhor forma de fazer.

Por isso, quero aqui registrar que o povo de Brasília e o povo brasileiro devem ter muito orgulho de V. Exª pela forma como atua, pelo desbaratamento da arapongagem, que hoje é uma das coisas que mais preocupam toda a sociedade brasileira, e, principalmente, por enfrentar as questões sem abrir mão de responder da forma como ela é feita e com a segurança com que V. Exª aqui se portou.

Eu sei que um dia de trabalho para um gestor público é muito importante, mas a sua vinda aqui hoje, Sr. Governador, é muito mais importante para a democracia brasileira. Por isso, parabéns pelo seu depoimento!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pimentel.

Eu tenho aqui... Houve uma discussão entre o Deputado Domingos Sávio e a Senadora Vanessa Grazziotin em relação ao conteúdo de uma resposta do Governador Perillo no dia de ontem. Eu tenho aqui a ata. Quero saber se interessa.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Não tem ata. Não tem aprovação da ata, Sr. Presidente. Tem notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As notas taquigráficas.

Vamos para frente.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Ele já voltou atrás no que ele falou ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, tá bom.

O próximo inscrito é o Senador... Indago se o Senador...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu posso ter uma cópia, não posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vou à mesa pegar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – São duas linhas, Sr. Presidente. Lê aí, Presidente. São duas linhas.

O SR. MAGELA (PT – DF) – É só disponibilizar a cópia ou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ler aqui o que foi dito.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Mas sem debate posterior, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Mas – palavras do Governador Perillo –, Sr. Relator e Sr. Presidente, não vejo, sinceramente, na condição de ex-Deputado Estadual, Federal, Senador, motivo suficiente, justificativas plausíveis, fundamentação para que haja quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. De qualquer maneira, Sr. Presidente e Sr. Relator, essa decisão não me cabe. Essa decisão cabe a esta douta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e caberá ao Superior Tribunal de Justiça". Essa é a íntegra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Porque é o foro dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo agora a palavra... Eu estou lendo a degravação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O foro dos Governadores é o STJ. É muita perda de tempo, é muita bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço atenção ao orador na tribuna.

Passo a palavra agora, pela Lideranda do PMDB, ao Deputado Leonardo Picciani, por cinco minutos.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Congressistas, Sr. Governador Agnelo Queiroz, querido amigo e companheiro Vice-Governador Tadeu Filipelli.

Eu queria, Governador Agnelo, dizer que o PMDB, a Bancada do PMDB votou contra a convocação de V. Exª. E o fizemos por uma razão exclusivamente técnica: não havia e não há – isso fica claro transcorridas quase sete horas do depoimento de V. Exª e tendo tido ontem também o depoimento do Governador Marconi Perillo –, mas não havia, nos autos de que esta CPI dispõe, no processo, nas provas do inquérito da Polícia Federa, da posterior denúncia do Ministério Público, nem daquilo que está em poder do Supremo Tribunal Federal, nenhum indício que, no nosso entendimento, nos pudesse levar a crer no envolvimento de V. Exª com a organização do bicheiro Carlinhos Cachoeira e com o seu grupo. E transcorridas as quase sete horas do depoimento de V. Exª, isso se reafirma. Fica claro para nós que a Comissão muito pouco tinha a perguntar a V. Exª, muito pouco tinha a inquirir a V. Exª.

Por essa razão, a Bancada do PMDB, eu, pessoalmente, faço uma avaliação de que V. Exª de fato sai daqui maior do que entrou. V. Exª entrou aqui sob suspeita, entrou aqui tendo algo a esclarecer, e, na nossa opinião, V. Exª esclareceu.

Mas vamos prosseguir o trabalho. Eu acho que a vinda dos Governadores aqui, se teve um fato positivo para a CPI, é poder organizar o nosso trabalho daqui para frente, botar fim aos tempos de emoções políticas nesta CPI e voltar ao tempo do trabalho técnico, do trabalho focado naquilo que é objeto desta Comissão, naquilo que o Relator, Deputado Odair Cunha, apresentou como plano de trabalho: nós devemos retomar a análise dos documentos, retomar a investigação e termos mais critérios ao trazer aqui pessoas para... como testemunhas, pessoas para colaborar, pessoas que estão sendo investigadas. Nós devemos trazer aqui aqueles que a CPI já tenha, pela análise das provas, pela análise dos documentos, condições de inquirir e de chegar a seu objetivo e de aprofundar nas investigações naquilo que nos compete e que é esclarecer as conexões políticas com agentes públicos e privados que a quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira possuía e de como ela se utilizava dessas conexões para fazer seus negócios criminosos.

Fica aqui, Governador Agnelo, nossa análise de que V. Exª respondeu àquilo que foi perguntado e pôde esclarecer aquilo em que pairava dúvida. E, de fato, o PMDB não se arrepende de ter votado contra a convocação de V. Exª. V. Exª realmente não tinha o que dizer a esta CPI. Mas foi bom porque V. Exª pôde esclarecer e pode continuar seu trabalho à frente do Governo do Distrito Federal. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito obrigado, Deputado Picciani.

Depois da fala do Deputado Picciani, na condição de Líder, virão os seguintes Parlamentares: Senador Wellington Dias, Deputado Luiz Sérgio e Senadora Kátia Abreu.

Senador Wellington Dias com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não está?

Então, Deputado Luiz Sérgio com a palavra.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Deputados e Senadores, esta foi a chamada "A Semana dos Governadores". Quando, ontem, pude inquirir o Governador de Goiás...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço para aumentar o som do microfone...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Ontem, Goiás; e, hoje, Distrito Federal, eu afirmei que, depois do ocorrido com Demóstenes, que era um dos grandes oradores aqui do Senado, só discurso não convence mais; que mais do que discurso, nós precisávamos de gestos concretos. Ali me referi a um requerimento do Deputado Miro Teixeira que pedia a quebra do sigilo telefônico, SMS do Governador Perillo. Ele não respondeu... Naquela velha tática, porque todo animal, humano ou não, tem o seu instinto de defesa. O tatu tem seu casco; o tamanduá tem o ferrão; o gavião tem a garra, e a defesa do Governador de Goiás é sempre dizer que ele é vítima de ódio, vítima de ódio... Mas ele não esteve aqui vítima de ódio algum. Ele esteve aqui porque a quadrilha criminosa de Cachoeira tinha parte importante dela integrada no Governo. Dessas toneladas de material que estão nesta CPI, nas gravações telefônicas, 237 vezes se referem ao Governador de Goiás.

Mas o interessante é que, quando foi aprovada a convocação do Governador de Goiás, aprovaram junto a convocação de V. Exª. Embora tenha sido votado separadamente, eu disse que foi votado, aprovado e comemorado. Mas eu tenho certeza de que aqueles que comemoram, possivelmente, hoje, estão arrependidos, porque V. Exª trouxe e colocou a questão da CPI em um outro patamar e em outro nível, porque não ter o que temer é fazer o que V. Exª fez, abrindo não só o sigilo bancário, mas o telefônico e assim por diante.

Agora, esta sessão de hoje também tem, na fala de muitos, certa contradição, porque ontem, aqui, o que foi produto do grampo não tinha valor, era uma referência, era uma citação, não tinha crédito. Hoje, parte disso foi considerada com crédito. Então, temos de deixar claro aqui: os conteúdos das gravações têm crédito ou não têm crédito? Não pode ter para um e não ter para outro, tem de haver certo nível de coerência.

E aqui fica muito claro que a diferença foi no trato. V. Exª tratou esse grupo como uma organização criminosa, e as notas taquigráficas estão aí para comprovar que é o primeiro governador que chega aqui e diz: "Eu enfrentei uma organização criminosa e passei a ser vítima dessa organização". E coloca de forma muito clara.

V. Exª não ligou para o Cachoeira nem para dar um telefonemazinho no dia do aniversário, coisa que a gente só faz para amigo. Às vezes, na vida agitada de um político, mesmo para um amigo a gente esquece de ligar, às vezes esquece até de parente. Mas mesmo para essa pessoa importante foi preciso dar um telefonemazinho – foi um telefonemazinho, mas foi um telefonema.

Aqui V. Exª desafia que apresentem um dessa quadrilha que tenha sido nomeado. Isso faz uma enorme diferença, uma enorme diferença. Então, aqueles que comemoraram, eu tenho certeza, hoje devem estar arrependidos dessa convocação, porque V. Exª, a partir de sua presença aqui, coloca um marco divisório, antes e depois desta CPI, porque tenho convicção e certeza de que os dados que sairão dessa quebra de sigilo poderão, aí sim, reafirmar a inocência ou não das pessoas que são citadas com essa organização criminosa.

A outra é que V. Exª poderia ter utilizado o material que foi distribuído da cronologia das escutas. E na cronologia das escutas o que é interessante é que, na maior parte das vezes, o chefe da quadrilha organizada se refere a V. Exª com xingamentos, com palavras que não podemos repetir aqui senão seremos vítima de quebra de decoro, mas com afirmações como "Agora ele cai". E o que é mais lamentável é que se referem a um Senador da República, que era dito pelos meios de comunicação como o baluarte da moralidade, como um cão de guarda, ele aparece como um serviçal do crime organizado, porque se ouve: "Então, libera o gordinho, libera o gordinho". E, a partir disso, ele vai lá na Câmara Distrital protocolar o *impeachment* de V. Exª. Era um serviçal que aqui na Câmara dizia que o Senado estava mais sujo do que pau de galinheiro, mas, quando teve a chance de fazer a faxina, ele mostrou que o que ele acumulou foi lixo aqui, que político estava perdendo a vergonha na cara. E no dia em que ele teve a chance de se reencontrar com o Brasil, resolveu se acovardar e calar.

Então, nós aqui, no dia de hoje, estamos tendo uma sessão muito importante por duas razões.

Primeiro: ninguém está vindo aqui convocado como vítima de ódio, ninguém, as pessoas estão vindo aqui... O governador veio porque lá no seu Estado a organização criminosa se apoderou de parte do aparelho do Estado, e V. Exª veio aqui, como num fato compensador, para poder dizer que é tudo a mesma coisa, que os dois fatos se equivaliam. Muita gente veio ontem aqui dizer que tinha sido construído um acordo. E a presença de V. Exª aqui de maneira muito nítida e clara para dizer que não tem o que temer e que pode quebrar o sigilo.

Nos minutos finais que me restam eu quero elogiar a postura de V. Exª. V. Exª mudou de partido, mas não mudou de lado; V. Exª mudou de partido, mas continua a defender as mesmas bandeiras de ontem, que são as nossas bandeiras. Porque na luta histórica que travamos para que Lula chegasse à Presidência da República e fizesse o melhor governo que este País já realizou, nós sempre tivemos o PCdoB como parceiro nessa luta histórica e chegar até aqui.

E muitos insistem em querer julgar o Presidente Lula. O Presidente Lula já foi julgado duas vezes pelas urnas. Foi julgado quando se reelegeu Presidente da República e foi julgado quando fez a sucessora da sua administração, fazendo a primeira mulher Presidente da República. Essa é a nossa história. E dessa história nós nos orgulhamos e nessa história nós temos orgulho de tê-lo como parceiro e como companheiro de jornada e de luta.

Parabéns, Governador! A fala de V. Exª teve marcos divisórios. Primeiro, a organização – V. Exª sempre deixou claro – é uma organização criminosa. Segundo: V. Exª surpreendeu a todos ao autorizar a quebra do seu sigilo, dando um xeque-mate naquele que ontem não respondeu a minha pergunta. Em terceiro lugar: o senhor sai, indiscutivelmente, com a consciência tranquila, para os braços daqueles que o elegeram para continuar essa luta, porque, se há algo que nós precisamos enfrentar é a organização criminosa que busca se aparelhar no aparelho do Estado e nós precisamos enfrentar isso, quer seja no Legislativo, quer seja no Executivo, quer seja no Judiciário, quer seja inclusive em parte dos órgãos de informação e da mídia brasileira. Porque todos são importantes para a democracia e, se estamos aqui, é porque lutamos muito para construir essa democracia e precisamos lutar para preservá-la.

Parabéns, Sr. Governador!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, serei breve, mas não poderia perder a oportunidade da audiência de ontem e da de hoje para que a gente possa aqui... primeiro, assisti a todo o depoimento de V. Exª, meu querido Agnelo, eu que tive o privilégio de conviver com V. Exª quando Ministro, presidente da Anvisa. Sei da sua retidão, dedicação e, principalmente, da forma apaixonada como V. Exª trata o Distrito Federal. Sei das dificuldades que você viveu porque eu também vivi como Governador, principalmente nessa fase que V. Exª ainda está vivendo, de começo de mandato.

Sei também, aqui não tem inocente, do jogo que nós estamos jogando, ou seja, acho que este momento aqui foi fundamental para que o povo do Distrito Federal especialmente, mas o povo brasileiro pudesse compreender o que está em jogo neste fato. Acho que há dados positivos. Acho que a vinda de V. Exª, a forma corajosa como enfrentou este momento, a forma aberta, que nos orgulha, a mim como político e especialmente um político do Partido de V. Exª. Devo dizer que V. Exª sai maior do que chegou aqui.

O que eu queria, na verdade, é apenas me congratular pela forma tranquila, aberta, democrática com que tratou o debate, mas, principalmente, olhando – e todos nós temos que olhar – para sua história e para o seu passado.

Parabéns! Acho que o povo do Distrito Federal tem que ter orgulho de, depois de tudo que viveu aqui, ter alguém como V. Exª na condução dos destinos do nosso Distrito Federal.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. Nós que somos admiradores de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Foi votar na Ordem do Dia do Senado, que já começa. Temos votações no Senado.

Imediatamente após, Deputado Onyx, está com a palavra pelo tempo regimental.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é a vez de líder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o próximo.

Peço que se estabeleça o som para o Deputado Onyx ali.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Governador, o senhor colocou aqui à disposição o seu sigilo fiscal, bancário e telefônico. Vou insistir no pedido que faço a V. Exª. Se a assessoria técnica já produziu o documento, eu gostaria de saber se V. Exª poderia assinar, aqui, agora, na frente de todos, a quebra do que o senhor está prometendo, porque, senão, é propaganda enganosa. V. Exª diz que vai abrir o seu sigilo.

V. Exª entregou uma série de documentos, inclusive este aqui, que é uma perícia, mas que, para mim, tem muito pouco valor pela insignificância do ponto de vista fiscal e contábil.

Eu queria que V. Exª, neste momento – a Secretaria está provavelmente com os textos prontos ou pode aprontá-los antes de eu terminar de falar –, autorizasse a quebra do sigilo. V. Exª pode assinar a quebra do sigilo, conforme V. Exª se comprometeu. Pode ser?

Sr. Presidente, S. Exª não assinou nada.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, não ficou decidido que esse é um assunto administrativo e que está encerrado?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, não, senhor! O Governador se colocou à disposição, porque, senão, pode ser apenas uma jogada, não é? Quem me garante que, amanhã, será quebrado o sigilo?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós!

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Nós asseguramos!

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, a minha palavra vale.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o senhor assinaria agora, então?

O SR. AGNELO QUEIROZ – A minha palavra vale. Entendeu? O procedimento normal é a Mesa que dá, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, mas a pergunta... Espere um pouquinho.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Minha palavra vale muito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Governador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a atenção de todos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não tem como chegar ao Banco Central com a palavra do senhor, Governador.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Governador, Governador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a atenção dos senhores...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Fiz um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor faz o questionamento, e a testemunha responde.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – V. Exª veio a esta CPMI, e já está em toda a mídia brasileira que V. Exª abriu seu sigilo. V. Exª não entregou um documento. Quando a gente quer fazer de verdade, a gente entrega o documento, autorizando a abertura do sigilo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero contradizer.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Senão, o que vai acontecer? Nós, amanhã, teremos de quebrar o sigilo, então.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas, então, não é voluntário! É isso que quero deixar esclarecido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não! Mas há um requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Espere aí, Miro! Tenho todo o respeito pelo amigo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem razão, tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mantém-se a palavra com V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem toda a razão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho razão no que estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feita a indagação à testemunha, V. Exª continua com seus posicionamentos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É isso! Primeiro, quero saber isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele está indagando, Sr. Presidente, ou foi uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está indagando. Está fazendo uma indagação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ah, está bem! É que há sobre a mesa esse requerimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não vamos interromper. Há um requerimento, que vamos votar amanhã.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Essa é outra coisa.

O Sr. Walter Paulo fez a mesma coisa – vamos lembrar – que o Governador Agnelo, dizendo: "Eu me disponho a abrir o meu sigilo". O que aconteceu? A assessoria técnica preparou o documento, e, na frente de todo o Brasil, o Sr. Walter Paulo o assinou aqui. Se o Governador, realmente, quer cumprir o mesmo, o que custa ele assinar, se nada tem a esconder?

Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente. O depoente tem de, pelo menos, responder, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está com a palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, não há problema algum. A autorização que fiz aqui verbalmente eu a faço por escrito, porque essa é uma decisão que apresentei à Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Com licença, Governador!

Então, Sr. Presidente, o senhor pode determinar que a assessoria técnica produza o documento e traga-o aqui, para ele assinar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Posso. Está aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Demos um passo. E o período é de dez anos, como no caso de todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está pronto. Ele vai assinar agora, para encerrar esse assunto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o período é de dez anos, como no caso de todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, é de cinco anos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ah, esse vai ser de cinco anos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos eles.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não! São dez anos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A assessoria técnica, no caso do Sr. Walter Paulo, colocou dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cinco anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – São dez anos, Sr. Presidente! Em todos, são dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor continua com a palavra, por favor, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O outro questionamento é o seguinte: o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Agnelo está assinando o documento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Governador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Governador Agnelo está assinando o documento. (*Palmas.*)

Tem a palavra, com mais um minuto de bonificação, o Deputado Onyx.

Por favor, peço que não haja mais manifestações.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quero voltar ao tema da casa, porque, por várias vezes, sur-

giram afirmações de que o senhor teria se valido de empréstimos. É contraditória essa discussão sobre a casa. O senhor, afinal, pagou em cheque, pagou em dinheiro ou em ordem de pagamento a casa que o senhor adquiriu por R$400 mil?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O sigilo está quebrado, pode examinar plenamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou fazendo uma pergunta simples.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Você vai observar que têm cheques, têm depósitos, e isso você vai ver com a quebra do sigilo. Nada melhor do que a quebra do sigilo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A outra pergunta é a seguinte: no Segundo Tempo, naquele programa feito lá no Ministério do Esporte, lá se iniciou...

Presidente, eu pediria só que eu pudesse falar, porque a conversa paralela... É complicado!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos colaborar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu queria retornar a essa questão do Segundo Tempo. O senhor organizou um processo de apoio a ONGs que acabou se desdobrando num episódio que é conhecido por todo o Brasil, em que o Soldado João Dias invadiu o Palácio, o seu Palácio de Governo, o senhor é o Governador, uma Secretaria de Estado, agrediu pessoas e jogou R$200 mil lá nesse local. Por que o senhor não processou o Soldado João Dias?

O SR. AGNELO QUEIROZ – O processo disciplinar está correndo normalmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Na Justiça.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, que Justiça! Ele é policial militar, está correndo o processo disciplinar normal.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A outra pergunta é o seguinte: quando o senhor vai para a Anvisa e lá se inicia um processo de autorizações, na operação Panaceia, recentemente feita, aparece lá um fato marcante, porque lá tem uma agenda que, ao lado do seu nome, tem R$50 mil. Quando o Sr. Daniel Tavares pagou R$5 mil na conta quando o senhor era diretor da Anvisa e coincidentemente o Certificado de Boas Práticas da empresa que ele representava saiu no mesmo dia que os R$5 mil entrou na sua conta e ele declarou que isso era a complementação dos R$45 que já tinha lhe alcançado em dinheiro, a pergunta é: os R$50 mil era quanto custavam os Certificados de Boas Práticas quando o senhor era diretor da Anvisa?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Pelo menos a minha prática não pode ser semelhante à sua, então, jamais qualquer certificado da Anvisa tem valor financeiro. Eu fui vítima de uma acusação leviana e irresponsável como essa e tomei, a Anvisa tomou a decisão, fez a investigação e mostrou, de forma inequívoca, depois de um inquérito, que não tem nenhuma vinculação de uma coisa com a outra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Bom, eu tive sempre muito respeito pelos comunistas, porque, apesar de discordar deles, os considerei idealistas, mas creio que desde a sua assunção ao Ministério do Esportes houve uma troca de "ista", acho que não é idealista. Eu identifico que lá, na sua administração e na administração do Sr. Orlando Silva, que a atual Presidente Dilma demitiu, os idealistas se transformaram em vigaristas, porque o projeto foi algo absolutamente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço a retirada de expressões que não condizem com o Parlamento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um minuto. Só um minuto. Eu falei de uma observação pessoal que é um juízo de valor que faço. O meu mandato me permite.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Ao Partido Comunista do Brasil, que não está aqui para se defender.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu não falei isso neste momento direcionado para o... Eu estava fazendo uma análise. Por que faço essa análise? Porque quando o Sr. Governador atua sobre aqueles policiais e sobre o Delegado Giancarlos Zuliani Júnior, que conduziu o processo da Shaolin, em que identifica que ele poderia ter recebido, há suspeitas, R$256 mil, o Governador processa. Só que, este ano, o processo chega ao fim. Processa por calúnia, injúria e difamação. E a Juíza, a Drª Gabriela, da primeira... Da Vara Cível aqui do Distrito Federal, não dá acolhimento ao processo que o Sr. Governador fez em relação a esse delegado de Polícia. E isso é ato dentro do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Próximo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E eu queria completar... Espera aí, Presidente. Fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já afirmei a V. Exª que já dei um minuto a mais a V. Exª. Complete a sua afirmação. Complete a sua afirmação. Complete. Complete.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por que o Sr. João Monteiro foi nomeado Diretor do SLU?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. Pronto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor o conhecia anteriormente?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu o indiquei. Conhecia sim. Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, pessoa de serviços prestados a esta comunidade.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, todos os requerimentos de quebra de sigilo são de dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Relator Odair Cunha distribuiu a todos os membros da CPMI, Presidente. Eu só quero coerência. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza. É matéria de amanhã.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Governador Agnelo, advogados que o acompanham, eu acho que na manhã e tarde de hoje esta CPI deu um passo muito grande. Primeiro, com a conduta do Governador Agnelo de responder a todas as perguntas sem nenhuma vacilação, com firmeza, de forma educada, mas deixando claro para a população sua inocência e a ação que V. Exª, Governador, sofreu, pela maledicência e política organizada do crime organizado, da quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira tentando atacá-lo a cada momento. Infelizmente, a oposição se apequena na discussão de hoje. Primeiro, porque não reconhece as informações que V. Exª falou, e repete as perguntas, as respostas, e traz novidades que, na realidade, são apenas pirotecnias.

Eu não ia nem falar, mas como ouvi aqui no plenário que o sigilo de V. Exª estava quebrado pelo Superior Tribunal de Justiça, quem falou isso ouviu o galo cantar e não sabe onde. O que houve foi uma abertura de inquérito, uma requisição pela abertura de inquérito da Procuradoria-Geral da República... Aliás, a V. Exª e ao Governador Perillo. Ainda não tem nem relator no Superior Tribunal de Justiça. E, diferentemente do Sr. Perillo, V. Exª, como fez aqui nesta CPI, como fez aqui nesta CPI, V. Exª encaminhou o sigilo bancário, fiscal e telefônico de V. Exª para a Procuradoria-Geral da República. Mais uma vez, V. Exª deu o exemplo. E acho que o movimento no Twitter e nas redes sociais foi muito importante para o Governador Perillo recuar e concordar com a quebra do seu sigilo e para, amanhã, a oposição votar a favor da quebra do sigilo dos dois. Acho que também o Governador Perillo deveria encaminhar para o Procurador-Geral da República o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Então, mais uma vez, V. Exª sai daqui grande, mas sei que V. Exª é um homem humilde. Não quer sair desta CPI grande. V. Exª quer sair desta CPI com a certeza de que nós procuramos a verdade. E o foco desta CPI... Como eu disse ontem, com cuidado, com jeito, para o Governador Perillo, se a casa dele não tivesse três cheques de uma empresa que não é a dona da casa e que foi abastecida pela Pantoja, eu nem iria tocar nesse assunto, como não toquei no assunto dos processos que ele sofria, mas o problema da casa dele entrou na discussão da nossa parte aqui porque quem pagou foi a organização criminosa que transferiu dinheiro para a tal Excitant, que foi quem pagou a casa, de onde saíram os cheques.

Diferente de V. Exª. V. Exª chegou aqui e abriu o sigilo de V. Exª para todos, como o fez com o Procurador-Geral da República. Então, não adianta continuar o debate mesquinho, maledicente, carregado de aleivosias porque não irá em atingir em nada V. Exª.

Há outra questão que eu queria deixar aqui, Presidente, Relator e Governador. Nós aqui nesta CPI hoje temos a possibilidade de colocar todos os esforços da CPI para o que o Brasil está esperando. O que o Brasil espera desta CPI? Que ela ajude a desmantelar uma organização criminosa que se infiltrou no Centro-Oeste do País, fez espionagem política, espionagem empresarial, corrompeu agentes públicos em diversos segmentos, em diversas esferas de Governo, e que usava não só o jogo e a contravenção do jogo clandestino, mas todos os crimes conexos. Então, com os dados das quebras de sigilo que nós vamos complementar amanhã, com os dados que nós vamos ter – amanhã, não os de V. Exª, porque sei que não terá nada; e espero que não tenha nada no do Governador Perillo. –, com os dados das empresas que nós vamos quebrar lá amanhã, inclusive os da Excitant, que nós cheguemos ao coração desta organização criminosa e ajudemos a desmantelá-la. Que isso sirva de exemplo para outras que existem em outros Estados, provavelmente!

Então, Presidente, vou economizar meu tempo. Não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Governador, porque acho que ele já respondeu a todas. Agora, resta-nos, além de dar os parabéns ao Governador – e sei que a oposição está também com vontade de parabenizá-lo – trabalhar nos dados que nós temos aqui para ajudar a desmantelar essa organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito obrigado, Deputado Vaccarezza.

Como Líder, Chico...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu me ausentei desta sala aproximadamente às 17h porque fui almoçar – não havia almoçado ainda – e fui informada de que o Deputado Onyx Lorenzoni fez uma referência desrespeitosa ao meu partido, ao PCdoB, e ao Ministro Orlando Silva, além do Governador Agnelo.

Quero, Sr. Presidente, passar à Mesa uma decisão que foi tomada ontem pela Comissão de Ética da Presidência da República, que inocentou o Ministro Orlando Silva. E nem vou utilizar as palavras de baixo calão utilizadas pelo Deputado Onyx Lorenzoni, porque essa é a marca dele; não é a marca nossa.

Aliás, Sr. Presidente, esse tipo de atitude é de quem está desesperado.

Fui comunicada também de que V. Exª pediu para retirar dos Anais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já o fiz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...as referências desrespeitosas e inverídicas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já o fiz, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Peço que V. Exª coloque nos Anais desta Comissão, desta CPMI a decisão tomada ontem.

O ex-Ministro Orlando Silva foi quem pediu que fosse investigado, e está sendo feita a investigação.

Então, quero aqui repelir as palavras desrespeitosas, caluniosas e desequilibradas, aliás, desse cidadão, que tem tido essa prática de desequilíbrio, não só aqui, mas no Parlamento como um todo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Recebo e peço a inclusão no material taquigráfico.

Com a palavra, como Líder, o Deputado Chico Alencar, por cinco minutos, sem indagações à testemunha.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – De alguma maneira, nós sempre fazemos indagações, embora ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele não pode responder.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Embora o depoente não tenha nenhuma obrigação de responder, de repente, no meio de outras respostas, pode tratar das questões que eu vou trazer aqui e que estão fora de um certo Fla-Flu aqui entre PT e PSDB, aos amigos tudo, aos inimigos os rigores da lei. Nós não estamos nessa. O PSOL votou sim a favor da vinda do Governador Agnelo, como da do Governador Perillo e quer ainda a vinda do Governo Cabral porque entende que há esclarecimentos a serem feitos.

A PGR, que acaba de solicitar ao STJ o inquérito para investigar possíveis vinculações dos Governadores que vieram aqui com o esquema Cachoeira, cumpriu o seu papel. Então, aqui nós estamos cumprindo o nosso. Isso não é retaliação nem ofensa. Aliás, perguntar não ofende.

O que esta CPI examina? Ela examina o processo de captura de estruturas do Estado brasileiro pelo esquema negocial criminoso Cachoeira/Delta, que é o da hora, mas já houve outro. Aqui, no Distrito Federal, isso chegou a níveis de paroxismo em passado recentíssimo. E não é só no Centro-Oeste que essa quadrilha atuou ou pretendeu atuar. Ela tinha tentáculos que se estendiam.

O que deu para constatar dos depoimentos de ontem e de hoje e do que a gente analisa dos documentos da CPI, Senador Randolfe e nossa equipe, é que, na vida pública de Goiás e no Governo recente, atual, essa captura se deu em ampla escala, inegavelmente. Não dá para esconder e, lamentavelmente, isso é um processo. Aqui, no Governo do Distrito Federal, que é o caso em tela, não há dúvida de que houve essa tentativa forte no vácuo da corrupção anterior, o esquema Cachoeira/Delta no Distrito Federal, no seu entorno, na chamada "Las Vegas do entorno", que é aqui, Valparaíso. Havia, sim, um forte enraizamento corrompendo policiais, corrompendo autoridades. Então, o enfrentamento disso é muito difícil e exige um rigor ético absoluto e absoluta unidade.

O Governador Agnelo disse assim: "Aqui não tem governo amigo da Delta" e aí exemplificou com um contrato – aliás, por decisão judicial, já extinto. Entretanto, o PAC, por exemplo, está cheio de obras da Delta. É de supor, então, que o Governo Federal é amigo da Delta? Nem sempre, não necessariamente, mas precisa ter lupa, e ainda bem que a CGU considerou a Delta inidônea, é uma empresa fajuta. No meu Estado, o Rio de Janeiro, ela tem amplos tentáculos. Cavendish tem que vir aqui e ter a coragem de falar, assim como o Pagot também, ainda que ele pague geral para gregos e troianos, já que Miro reclamou de eu falar de Fla-Flu.

O Governador Agnelo disse que – sem art. 14 – não há ligação... Senador, o Governador Agnelo disse: "Não há ligação telefônica nenhuma de Cachoeira ou o seu bando para o Governador ou qualquer secretário". Agora, houve mais. Aí, fica com uma indagação, se houver a possibilidade de esclarecer. Eu entendo que mais grave do que uma ligação telefônica – e aí tanto o Governador de hoje quanto de ontem disseram que não comentam declarações de terceiros ao telefone – Cláudio Monteiro com Cláudio Abreu, que a Polícia Federal nos disse que era o homem do empre-

endimento expansivo do Cachoeira, e o Dadá, notório bandido também do esquema, reuniram-se duas vezes, se não me engano, para tentar introduzir os interesses escusos da Delta na administração, do esquema Cachoeira/Delta na administração do Distrito Federal.

Então, causa-me certa espécie, Governador, quando você diz aqui hoje que o Cláudio Monteiro é um homem de absoluta confiança. Não deveria nem ter saído da chefia de gabinete, então. Isso fica nebuloso.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – O sigilo que o senhor abriu aqui meritoriamente – e deve ser uma atitude permanente de qualquer pessoa politicamente exposta, e parabenizo, está criando inclusive uma virtuosa competição se Marconi confirmar também, de resto a CPI tem autorização para fazer isso – não combina com o esclarecimento que ficou insuficiente aqui. E aí outra semelhança com o Perillo de episódio, parafraseando nosso Drummond, há uma casa, não uma pedra, no meio do caminho e eu espero que vocês se esqueçam desse acontecimento na vida de suas retinas já fatigadas com tantos problemas.

A esta Casa, eu acho que é mais simples do que compulsar o sigilo aberto, é só explicar o pagamento aqui. Foi em cheque? Foi o dinheiro? Veio um senhor aqui, professor milionário, que disse que levou em pacotinhos 1,5 milhão, o que é estranho, mas esse esclarecimento está faltando a esta CPI.

Por fim, encerro. Nessa sua declarada vontade de reconstituir o poder público em bases republicanas no Distrito Federal, é problemático, na sua própria campanha, ter recursos volumosos de campanha da União Química, da Biolab Farmacêutica. E eu disse a mesma coisa em relação a situações similares do período. O senhor trabalhou na Anvisa por muito tempo; então, há intermediação de interesses e pode haver interesses escusos aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O seu tempo está esgotado, Deputado Chico Alencar.

Quero nominar os próximos oradores inscritos: Deputado Miro Teixeira, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Cássio Cunha Lima.

Deputado Miro Teixeira, com a palavra para os seus dez minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Governador Agnelo, normalmente sou obrigado a falar em pé, de tanta gente que fica aqui na frente.

Acho que V. Exª desarticulou tudo o que estava preparado para tentar derrubar a credibilidade de V. Exª e o que se vê agora é o esvaziamento do plenário. Aqui estão pessoas basicamente dos partidos que lutaram muito pela democracia no Brasil e outros que não estão mais naqueles partidos, mas que também lutaram pela democracia no Brasil. É muito sintomático.

Eu cumprimento V. Exª porque aqui não veio com claque. V. Exª não trouxe uma claque. V. Exª veio de peito aberto. V. Exª não veio aqui para ser aplaudido pelos seus. V. Exª acabou sendo aplaudido aqui por membros da Comissão e, eu lhe digo, isso é raro. V. Exª tem vindo aqui, no Parlamento, e sabe que isso é raro numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estamos numa sequência de frustrações quanto a depoimentos. Não me coloco entre os frustrados, porque não acredito em depoimentos como forma de se obter algum dado relevante para uma investigação. O depoimento é sempre um instrumento da defesa: deve ser convocado ou convidado para se defender. As provas nós obtemos com cruzamento de dados, e os dados estão fartos e estão chegando.

Não entro em nenhuma disputa do tipo base e oposição numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Acho que, ao longo dos trabalhos, essas disputas vão desaparecendo, porque o parlamentar que se entregar a esse tipo de disputa, ignorando as provas dos autos, acaba se desqualificando perante os seus eleitores.

Celebro a disposição de V. Exª em trazer aqui o seu sigilo e colocar à disposição os seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Devo lhe dizer que, na minha concepção, esses sigilos têm que ser quebrados pela Comissão: não apenas aquilo que é disponibilizado é usado pela Comissão. Devemos pedir a transferência – não é nem tecnicamente uma quebra, antes que o Dr. Grossi, velho professor de todos nós, me olhe enviesado. O que pedimos é a transferência desses sigilos e usamos essa prerrogativa constitucional, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, porque se aceitarmos pura e simplesmente de V. Exª essa oferta como recebemos – eu recebi como um ato político. Imagine só se entrarmos na discussão de receber um sigilo porque alguém ofereceu ou não, e aí começar a discussão se vai quebrar ou não.

Vamos quebrar. Requeiro e já requeri ao Relator que quebre o seu sigilo porque é uma prerrogativa do Legislativo e, juntamente, quebre o sigilo do Governador Marconi Perillo, usando a expressão "quebre" no sentido de transferência, porque não há quebra nenhuma.

Ontem tentei estabelecer aqui um debate, mas, lamentavelmente, não foi possível. Nós todos temos notícias de certa arapongagem paralela, o poder paralelo de arapongas. Vira e mexe temos uma noticia dessas. Ontem um Senador da República fez menção a mídias que foram apreendidas pela Polícia Federal na casa do Cachoeira e de uma outra pessoa, cujo nome agora não me ocorre – eu não trouxe aqui a anotação.

E, lamentavelmente, quando falei, fiz menção a esse Senador, que, numa forma muito estranha, usou esse tal art. 14 do Regimento do Senado sem ser uma referência desairosa – era o contrário: em apoio ao que ele havia falado –, e se desviou a discussão para quase um debate muito desagradável.

Mas eu vou concentrar o meu tempo aqui com V. Exª não buscando de V. Exª algumas confissões. Eu lhe confesso que não percebo uma boa administração em Brasília. Eu ando muito na rua aqui em Brasília. Surgiu aquela mística de que Brasília não tinha esquina nem tem botequim. Brasília tem esquina, tem botequim. Brasília tem uma geração própria já. Tem gente muito crítica se reunindo pelos bares. Restaurantes e bares do Rio de Janeiro estão abrindo aqui, em Brasília, outros estabelecimentos. Mas comecei a tentar a entender o que se passa. V. Exª assume o Governo sucedendo a quantos governos de dificuldades enormes. Não lhe dou com isso um *habeas corpus* para administrar mal não, mas lhe faço um apelo: não fique trancado no gabinete, ande na rua, porque a população não está alegre com o seu Governo, não está nada alegre com o seu Governo. É claro que sempre existem aqueles que têm as suas necessidades imediatas atendidas e existem também os áulicos. Agora, para V. Exª ter ideia, essa foi uma reivindicação que recebi hoje ao descer do meu bloco, para dizer isso aqui a V. Exª – havia lá um grupo de pessoas que me conhecem; estou aqui há tantos anos –, para dizer a V. Exª o que está então falado.

Eu quero mesmo é que V. Exª fale dessa arapongagem. Essa arapongagem é tremenda. Essa arapongagem está se espalhando pelo Brasil, está estendendo tentáculos sobre governadores. E a grande maioria ignora. Ontem, cheguei a encontrar no Governador Perillo um vestígio de concordância com isso, mas, lamentavelmente, houve a tal disputa por refletores aí e não pudemos seguir um caminho de persecução real de um problema que está acontecendo no Brasil.

Gostaria que V. Exª nos dissesse o que pudesse sobre esses arapongas, sobre essas lutas. Não são agentes federais não. São pessoas que têm acesso, sim, a guardião; têm acesso a pessoas com tecnologia para mexer nesses equipamentos todos; controlam a vida dos cidadãos que estão em relevantes funções públicas ou que têm relevantes posições sociais ou empresariais; usam para o seu poder; usam para chantagear; usam para ganhar licitações em vários lugares. Aqui, em Brasília, chegou a existir o momento até da associação de crimes de morte a esses esquemas, na Operação Shaolin, se estou bem lembrando, se é que é esse o nome – perdoem-me –, que torcem o pescoço das pessoas como se vê em filme de Hollywood. E eu achava que aquilo só se via em filme de Hollywood, mas não. Existe mesmo gente encontrada com pescoço quebrado. Teriam dificuldades com V. Exª, Deputado Vaccarezza, mas V. Exª deve ficar tranquilo. *(Risos.)*

É preciso que, nessa luta, *pero sin perder la ternura*, enfrentemos essa situação de peito aberto, sem medo, andando sozinho como andamos, mas botando um dedo em cima desses personagens. Ontem, eu citei o nome de um deles aqui, que tem até uma carteira do Corpo de Bombeiros de Goiás. E eu perguntei ao Governador se isso era normal. Ele disse que não era normal.

Eu quero me concentrar um pouco aqui em algumas coisas. A Data Traffic, Sr. Relator, eu acho que já foi quebrado o sigilo, mas temos que começar a pedir pressa nisso aí, que tem o Cachoeira no meio disso com a Delta, que tem uma indústria de prestígio sobre esses pardais eletrônicos. Essas coisas são muito relacionadas.

Eu pergunto ao Governador – não é para uma resposta imediata, mas para, se puder, mandar à Comissão – de que maneira foi feito esse contrato com a Data Traffic. Houve licitação? Não houve licitação? Houve dispensa de licitação? Pergunto se os serviços dela são prestados exclusivamente em Brasília ou no entorno, segundo o conhecimento de V. Exª – não vou pedir que V. Exª saia procurando aí, pelo Brasil inteiro.

Pergunto se V. Exª já ouviu falar de negócios envolvendo a construção de uma represa, Corumbá IV, que me parece que é aqui na periferia. Se puder mandar para nós esses documentos, porque imagino que V. Exª não tem de cor, e eu lhe digo: há conexão entre essas coisas aí, como se verá lá na frente.

E, finalmente, pergunto se V. Exª ouviu falar de uma tentativa de o Carlos Cachoeira se instalar aqui, em Brasília, mais fortemente – o jogo passou a ser coisa pequena para ele até – e ir, também, para o sul do Brasil, especialmente começando pelo Paraná. Pergunto se V. Exª já ouviu falar de Amin José Hannouche, que foi ou é Prefeito de Cornélio Procópio, no Paraná.

E encerro esta minha participação, dizendo que vamos trabalhar muito, aqui, no cruzamento de dados, porque é daí que vem a verdade que a Comissão busca.

Peço ao Relator que tome essas providências, para termos rapidamente... E vamos trazer, Relator, vamos trazer o Pagot e o Cavendish. Vamos trazer, porque V. Exª vai ver que a Delta é muito mais do que se pode imaginar.

Tenho aqui, já requerido, por sugestão do Líder da minha bancada, o Deputado André Figueiredo – e vou passar às mãos de V. Exª –, um requerimento com descrição de supostas irregularidades, mais do que isso, de graves suspeitas da Delta lá no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *O.K.*, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E aqui se está olhando a Delta... Aqui, eu lhe falo: Rio de Janeiro é problemático também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *O.K.*, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agradeço ao Presidente. E, se houver, generosamente, meu caro Dirceu, alguém que possa pegar essa cópia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está aí, já, na sua mão.

Com a palavra, a testemunha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... para entregar ao Relator, agradeço.

Muito obrigado, Sr. Governador.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Deputado Miro Teixeira. É uma honra sempre grande ouvi-lo.

Vou responder de trás para frente, aqui, para agilizar.

Realmente, nunca ouvi falar nessa pessoa, Amin José. Se o Cachoeira queria se instalar aqui, realmente, não tenho essa informação. E me comprometo a mandar para a CPI todo o contrato com relação aos pardais, para ver se tem alguma vinculação. Não sei nem qual é a empresa que faz isso, mas me comprometo já, amanhã mesmo, a mandar tudo isso para aqui.

E quero falar: Corumbá IV, mando também para aqui. Hoje, a nossa empresa de energia elétrica, a CEB... Recebi, de forma pré-falimentar, a situação dramática; tive de alterar a data, recebendo do ICMS, para poder pagar a funcionário. Mas, só por uma gestão austera, profissional, essa empresa já começou a dar lucro em seis meses. Não tenho dúvida de que vamos recuperar essa empresa estatal de grande importância...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os arapongas. Os arapongas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Vou chegar lá.

E essa empresa, que é uma empresa muito importante para o desenvolvimento e para a segurança da Capital do Brasil, nós vamos recuperar.

Muito do prejuízo foi justamente o financiamento de Corumbá IV.

Quero falar sobre essa questão da arapongagem, em que V. Exª tocou de forma muito precisa. Estava ouvindo ontem, também, e observei sua intervenção muito correta. Chega a citar nome de pessoas que estão no submundo aqui.

Infelizmente, essa organização criminosa, a que nos referimos, que estava no poder aqui, no Distrito Federal, seus tentáculos eram muito maiores do que apenas influência para se locupletar com os recursos públicos. Isso foi estruturado ao longo dos anos, e também se criou uma organização mesmo criminosa, com arapongas. Isso repercute em alguns *blogs* muito conhecidos aqui no Distrito Federal como *blogs* do esgoto, que patrocinam isso o tempo inteiro. E esses segmentos se articulam com grande facilidade. Chegam, inclusive, às vezes a ganhar a grande imprensa, vindo desse esgoto, que é justamente a produção de tentar pegar uma pequena verdade e transformar numa grande mentira, articular dossiês, montar escritórios.

Pode observar que está aí, pela degravação da Polícia Federal. O relato do Dadá diz: "montagem de escritórios aqui no Distrito Federal para [a palavra não dá para pronunciar, que é muito grave e vou substituir aqui por arrebentar] [...] com o governador". Mas a palavra, a expressão é muito pior. Montagem de escritório aqui, montagem de escritório, arapongagem de toda ordem. Não poupa ninguém com isso.

Mostrei aqui na minha intervenção que eu fui vítima disso, e mais 300 telefones aqui do Distrito Federal. Instrumentos como esse que foi pregado no carro do Cláudio Monteiro para rastreamento etc, isso está sendo investigado. Não poupa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Cláudio Monteiro é o da Delta?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Cláudio Monteiro, que é o meu ex-chefe de gabinete, que estava sendo rastreado dessa forma. Isso foi pego num carro dele, e está em investigação neste momento. Mas não poupa o chefe da Polícia Civil aqui, que foi vítima. Não poupa o secretário de segurança pública do Distrito Federal, nem o governador, e é justamente quando a gente vê a sanha, a ousadia que esse grupo tem. O grande objetivo deles é derrubar o Governo, porque o recado que dão sob uma pressão continuada é: ou cede à pressão deles para fazer o que eles querem, ou eles derrubam. Isso é conhecido na cidade. Isso é conhecido na cidade, e eu tive a ousadia de peitar essa turma. E estou apanhando desde o primeiro dia que tomei posse, com todo tipo de violência, de ataque, das formas mais sórdidas, por essa ação criminosa aqui.

Por isso, fiz um apelo. Talvez muita gente não tenha entendido quando falei que estamos aguardando... O povo de Brasília aguarda que o Ministério Público faça a denúncia da caixa de Pandora, porque esse segmento foi destronado, mas ninguém está preso, e continuam fazendo essa prática criminosa aqui no Distrito Federal, atuando, produzindo, zombando de mercenários, que não trabalham. Trabalham para receber dinheiro de um adversário, de alguém que eles vão pagar. Isso aqui é uma prática corriqueira que nós vamos enfrentar custe o que custar. Ou a gente faz isso... Aqui é a capital do Brasil, isso aqui não é uma

fazenda ou um curral de algum chefe político. Aqui é a capital do Brasil. Aqui está instalado o Poder Judiciário; aqui estão instalados o Poder Executivo e o Poder Legislativo, que são vítimas também disso. São vítimas. Acompanham, chantageiam. Nós temos notícia de toda ordem disso, e a capital do Brasil não pode ser uma corte apodrecida por esses grupos. Hoje, há facilidade desses instrumentos, de grampos que se conseguem em qualquer lugar. Não é mais preciso ir muito longe, a Israel para buscar isso. Você vai aqui à feira dos importados e em qualquer lugar...

É muito grave e precisa ter uma ação energia, uma união nossa, até suprapartidária. Não pode ser uma luta política uma coisa dessas. É romper com o que há de mais sagrado, que é a privacidade das pessoas. E isso tem de fato acontecido aqui, e é justamente, Miro, nas sombras desse submundo que está isso sendo reproduzido de forma muito articulada, muito articulada.

Mas, de nossa parte, Presidente, instalamos uma comissão de investigação séria, selecionamos policiais civis, delegados de experiência, e vamos a fundo, custe o que custar, para enfrentar isso, pelo bem da capital do Brasil, da democracia, da privacidade, da defesa da Constituição. Nós não podemos conciliar com isso. Não podemos conciliar. Hoje, você não liga porque é alguém que está sendo vítima, mas amanhã será você. Amanhã será você. E são grupos criminosos acostumados a chantagear, e sei que, no passado recente, alguns dirigentes se curvaram a esse grupo, e deu no que deu. Por isso que nós não vamos conciliar de forma nenhuma com eles, estou disposto a apanhar... E certa vez cheguei a falar, no auge desses ataques vis, cheguei a falar, porque eles me atacaram violentamente... Não podem atacar o meu governo, porque não há uma denúncia no meu governo. O rigor que eu instalei... Secretaria de Transparência, 14 mil auditorias, fui para cima de cada contrato desse. Vocês acham que a gente pegou esse esquema de Delta-Cachoeira porque a gente tem uma luz, é iluminado? Não, foi estrutura de governo, de rigor, de fazer auditoria em todos os contratos, de acompanhar os contratos e botar para cumprir. Por isso é que nós pegamos.

Nós estamos sabendo agora de ligação de Delta-Cachoeira, agora, não tinha como saber disso no começo do ano ou há um ano e meio, quando tomei posse. Estamos sabendo disso agora, estamos sabendo disso agora. E nós pegamos esse, mas estamos agora enfrentando outra grande batalha, que é no transporte público aqui, grande batalha. Estou com grandes dificuldades, estou enfrentando outra batalha grande, que é retomar os terrenos públicos que foram dados a troco de propina. Retomei os terrenos para o desenvolvimento industrial, e isso era usado a troca de moeda.

Enfim, nós estamos dispostos a enfrentar. Peço a ajuda de vocês, peço a ajuda do nosso Parlamento, porque isso não pode continuar acontecendo na capital do Brasil, não pode acontecer. Pode ter certeza, Deputado Miro Teixeira, de que nós não descansaremos enquanto não desbaratarmos esses grupos criminosos, não descansaremos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo orador inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Só uma rápida divergência com o meu querido companheiro de partido Chico Alencar na paronímia, na comparação de Fla-Flu. Como eu sou da nação rubro-negra, eu não me identifico com as agremiações aqui em conflito. Então, não vamos comparar com Grenal, Cruzeiro e Atlético...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – E como tricolor também não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP –PI) – Deixa o Cruzeiro fora disso aí!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Enfim, eu já o cumprimentei, Governador, pelo fato de o senhor ter vindo para cá e ter colocado à disposição o seu sigilo. Aliás, eu diria mais: o senhor se dispôs a quebrar o seu sigilo, mas acho que a gente tinha de ir adiante e quebrar além do período aqui proposto, desde 2003 até agora. Acho que, em decorrência de sua posição, o Governador Perillo anunciou, através do Líder do PSDB aqui, que também se dispunha a abrir o seu sigilo.

Bom, dos governadores que nós votamos, convocamos aqui para a CPI, um não foi convocado pelo voto da maioria. Então, só falta um ter a mesma disposição dos dois primeiros: poderia o Governador Cabral ter um belo gesto republicano e, à luz dos exemplos do Governador Perillo e do Governador Agnelo, também dispor do seu sigilo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Há mais 22 governadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, mas três é que estão envolvidos, citados com Cachoeira e Delta. Lembremos: esta CPI deixou de ser só de Cachoeira. Alguém tem alguma ilusão de que Delta não está no núcleo desta CPI? Repetir para não restar dúvidas: uma empresa de Cachoeira se chama Alberto Pantoja, essa é a que recebe o maior número de transferências da Delta. Da Delta Goiás, da Delta Centro Oeste? Não, da Delta com CNPJ do Rio de Janeiro, com depósitos feitos de duas agências bancárias do Rio de Janeiro. A Delta está no coração desta investigação.

Outro aspecto é o seguinte.

Quero lhe cumprimentar também, Governador, pelo fato de o senhor não ter arguido o princípio da presunção da inocência aqui. Fez bem, porque a presunção da inocência é um princípio do direito fundamental, surgido no século XVIII em função do cidadão e não do agente republicano. A república, a coisa pública, a *res publica*, surgida na Roma antiga e surgida modernamente, protegeu, para o cidadão, direitos individuais como o da presunção da inocência, mas, para o agente público, embora isso não seja dito na Constituição, não é esse o princípio que deve prevalecer. Ao invés disso, o agente público tem de estar à disposição da investigação, de ser investigado, tem de querer ser investigado, e não argumentar com um princípio que é, originalmente, em decorrência, em função do cidadão.

Nesse sentido, agora à tarde, a Procuradoria-Geral da República decidiu pedir abertura de inquérito com relação ao Governador Agnelo e ao Governador Perillo. Ou seja: essa decisão da Procuradoria-Geral da República prova quão correto foi a CPI ter convocado S. Exª, o Governador do Distrito Federal e ter convocado ontem S. Exª o Governador do Estado de Goiás. Essa decisão da Procuradoria-Geral da República aponta indícios. Comissão Parlamentar é de Inquérito, ela busca indícios. Inquérito está, no ordenamento jurídico brasileiro, entre os arts. 1º e 20 do Código de Processo Penal. Não se trata da prova dada; trata-se do indício, do inquérito, dos elementos. Em relação a agente público, deveria ser disposição. Se restar alguma dúvida, vir aqui prestar esclarecimentos.

Eu acredito... Da CPI, acho que nós poderíamos ter dado um passo maior se tivéssemos convocado todos os governadores já citados. Acredito que nós poderíamos ter avançado mais se cumpríssemos os princípios do inquérito, ou seja, perguntássemos, inquiríssemos. Inquérito significa questionar, perguntar.

Eu acho que é muito bom fazer loas, parabenizar tanto o Governador de ontem quanto o de hoje. É muito bonito e fica muito agradável receber, ter palmas... Mas, enfim: isso não é para a CPI. Isso pode ser em outro local: pode ser em um comício, em um ato público de solidariedade. Mas em uma CPI? Em uma CPI tem de instigar, tem de perguntar, tem de inquirir. É por isso que a Comissão é de Inquérito: de interrogar. Acho que temos de dar um passo adiante das loas, das boas-vindas, dos parabéns. Enfim, isso não é um papel que se espera de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – quero reiterar.

Então, para cumprir... Nesse sentido, Governador, eu tenho algumas questões que, no meu entender, precisam de uma resposta de V. Exª. Uma questão já levantada aqui anteriormente. Volto à história da casa aqui citada. Há duas questões que não ficaram claras para mim.

Primeiro, embora já tenha sido perguntada, a questão sobre o tal empréstimo para pagar a casa. A assessoria de V. Exª, seu porta-voz, anteriormente havia dito que o pagamento teria sido com o tal empréstimo feito. V. Exª, enfim, veementemente aqui negou que não tinha nenhum empréstimo, ou seja, há uma informação anterior e outra informação agora. Segundo, a forma de pagamento como se processou. O Governador Perillo, aliás, se contradisse muito com a forma de pagamento: cheque, dinheiro vivo, enfim... Acabou o cheque e vimos que o cheque era da Excitant... E aí vimos, depois... E amanhã espero que quebremos o sigilo dela, da Excitant.

Nós percebemos que o cheque dessa empresa é de uma empresa que havia recebido recursos, anteriormente, de Alberto Pantaja. Seria importante, já que houve um pagamento, V. Exª detalhar informações com relação a isso.

V. Exª também aqui fez, no meu entender, uma brilhante e veemente defesa do Dr. Cláudio Monteiro, seu Chefe de Gabinete. Ocorre que o próprio Sr. Carlos Cachoeira, em uma das gravações interceptadas pela Polícia Federal, disse que havia financiado e ajudado na campanha do Sr. Carlos Cachoeira – perdão, havia ajudado na campanha do Sr. Cláudio Monteiro. Aí, eu lhe pergunto... Em vários momentos aparecem laços estreitos entre o Sr. Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Idalberto Martins.

Pergunto a V. Exª...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim... Cláudio Monteiro, Carlos Cachoeira, Cláudio Abreu e Idalberto... Aparecem, em vários momentos, nas interceptações da Polícia Federal, vínculos. A pergunta é se V. Exª não tinha conhecimento desses vínculos existentes.

V. Exª já refutou que tenha tido qualquer tipo de participação, no seu Governo, de integrantes da organização do Sr. Carlos Cachoeira. Mas, nas interceptações, aparecem diálogos no sentido de providenciar uma lista de nomeações em diálogo com o Sr. Cláudio Monteiro.

É um esclarecimento que eu consideraria necessário.

A outra questão é a seguinte: V. Exª foi firme aqui em dizer: "Nunca troquei um telefonema sequer com o Sr. Cláudio Abreu". Eu quero reiterar: há uma interceptação telefônica que dá conta de que, nessa interceptação telefônica, o Sr. Carlos Cachoeira dialoga

com o Sr. Cláudio Abreu, e nesse diálogo o Sr. Cláudio Abreu disse que iria almoçar com V. Exª.

Pergunto se esse almoço veio a ocorrer, se esse almoço não se concretizou e, se se concretizou esse almoço, o que foi tratado nele... E aí, ainda nesse sentido, em outro diálogo é afirmado que, em reunião com a presença do Sr. João Monteiro, o senhor – é lógico que o senhor não aparece no diálogo, quero reiterar isto –, mas nesse diálogo aparece que o senhor teria pedido para que ele cuidasse da Delta. A pergunta é: essa afirmação procede? Essa afirmação de fato prosperou? Existiu essa situação?

Para mim, Sr. Governador, parecem-me necessários esses esclarecimentos no conjunto do depoimento de V. Exª.

E eu espero, Sr. Presidente, para concluir, amanhã – é inevitável, Sr. Presidente –, temos que avançar nas investigações. Temos que avançar. E o sentido, a direção para onde temos que avançar é no sentido da Delta.

É importante termos depoimentos aqui, primeiro, de pessoas que queiram falar; segundo, é importante que nós tenhamos, nós superemos o clima de – eu não vou usar, meu querido Chico, Fla-Flu, porque eu já disse que me identifico – de grenal ou coisa parecida. Que superemos o clima de grenal, superemos o clima de disputa aqui, de claques e tal, e possamos trazer para cá quem quer falar. Parece-me que tem uma pessoa ansiosa para falar, que é o Sr. Luiz Antônio Pagot. Ele tem que vir urgentemente a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra para o seu tempo de dez minutos. *(Pausa.)*

Desculpe-me.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O Governador Agnelo talvez...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Governador, como testemunha, porque o Senador Randolfe lhe fez três perguntas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Claro.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Senador Randolfe, obrigado por sua intervenção.

Primeiro, não tenho conhecimento sobre contribuição de campanha para Cláudio Monteiro.

Interceptação que fala em lista... Eu já falei sobre isso aqui e quero reiterar: esse grupo não conseguiu indicar um único nome no meu Governo. Um único nome. Se interceptação – que eu não tenho controle nem governabilidade sobre conversa de terceiros –, dá até para compreender o papel deles. Querer indicar, se articular para indicar, disso aí eu não tenho controle. Eu tenho controle de que não indicou. Não indicou.

Em relação a se teve, nesse telefonema entre Cláudio Abreu e Cachoeira, que fala que vai almoçar comigo e tal, não teve o almoço. Não tenho controle sobre as conversas deles. Tenho sobre a minha agenda, e não teve almoço nenhum, nem café, nem almoço, nem jantar, nenhum telefonema, nem dei telefonema e nem recebi telefonema.

João Monteiro. Essa reunião que fala de cuidar... Se eu cuidei de alguma coisa, foi do interesse público, porque eu fiz auditoria nesse contrato, botei para cumprir o contrato, dotei meu SLU, que é a empresa que faz a gestão do lixo, de aparelhamento para poder fazer a fiscalização, reduzimos violentamente o pagamento em um milhão de um mês para outro, pro mês, só ao instalar a balança, só medindo entulho, porque a medição era feita pelo "olhômetro". E, evidentemente, isso já deve vir de muito tempo, já se estabeleceu um padrão sobre o peso de um caminhão. Só que na hora em que a gente botou para pesar, a realidade foi outra e caiu uma economia de um milhão por mês só na parte do entulho. Esse eu cuidei do interesse público. Mas não teve nenhuma reunião com o João Monteiro. Sequer me reuni com ele para tratar de Delta. Sequer me reuni. O que eu fiz foi cobrar a fiscalização e a execução desse contrato. Isto eu fiz. Esta é minha responsabilidade.

Com relação à casa, não tem empréstimo nenhum da casa. Tive a informação de que o meu porta-voz também não falou em negócio de empréstimo. Não tem empréstimo da casa. A casa foi paga. Está aí o sigilo para ter acesso. Tem cheque de entrada da casa, tem outros pagamentos, tem tudo isso, com esse detalhamento. Não tem problema, não tem mistério nenhum. Quando ele se referiu a empréstimo, é porque na minha declaração do Imposto de Renda tem declarado como patrimônio prestações a vencer Ou seja, dívida, tem declarado dívidas, tem R$300 mil em dívidas, que são prestações que vão vencer ao longo de cem meses para frente, mas isso está declarado como patrimônio. É isso que se tratou. Então, quero deixar claríssimo isso aqui. Não tem nenhuma dúvida, nenhuma tergiversação com relação a isso. Por isto que eu disponibilizei: porque vocês vão ver onde era a origem e onde entraram esses pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, sim, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Governador Agnelo Queiroz, Srªs e Srs. Parlamentares membros desta CPMI, durante a sessão de hoje, Sr. Presidente, fui derrotado em uma questão de ordem no que diz respeito à interpretação de V. Exª em relação ao art. 14, o que nos poderá custar caro um pouco mais adiante – suponho –, e que me deixa

à vontade para mencionar Parlamentares que mesmo ausentes me antecederam em suas falas.

Antes eu possa cumprimentar de forma absolutamente respeitosa e fraterna o Governador Agnelo Queiroz, com quem tive a honra de conviver neste Congresso Nacional.

Como o Deputado Silvio fez referência que, pela primeira vez, não é Kakay que aqui está sentado, quero saudar com igual respeito e deferência o Dr. José Gerardo Grossi, que, de forma atenta, prestigiou-nos com sua presença durante toda essa sessão.

O Senador Humberto Costa fez referência sobre a necessidade de se rever a conclusão desses trabalhos, os destinos, a orientação das comissões parlamentares de inquérito, até porque elas devem ter o condão de apresentar sugestões, propostas que possam resolver aquilo que é objeto da sua discussão.

Antes disso, observei aqui atentamente as condições de trabalho da imprensa, porque aqui cheguei no mesmo horário que o Governador Agnelo, exatamente às 10h30min da manhã, sentei-me nesta cadeira, sai eventualmente apenas para ir ao banheiro. Na ida ao banheiro vi, em todas as minhas passagens, as condições de trabalho péssimas de trabalho da imprensa do Brasil, que durante horas vem trabalhando tal qual os Parlamentares membros desta CPI. Que possamos respeitar aquilo que está na CLT, que está em todas as normas sobre condições de trabalho e o trabalho da imprensa livre do nosso País.

É exatamente para falar na imprensa livre que eu gostaria de celebrar – estamos seguramente chegando ao final desta reunião – o encerramento desta etapa da CPI do Cachoeira, que se encerra com o placar de um a um. Não vou aqui permitir, talvez, a comparação do Fla-Flu, porque deixem o meu Fluminense fora dessa história igualmente.

O que se viu foi, primeiro, a tentativa do PT de inibir a Procuradoria Geral da República, e o Procurador, de forma ousada e corajosa, entrou na linguagem política da discussão desta CPMI e disse para o Brasil inteiro ver que nem ele nem o Supremo Tribunal Federal se deixariam intimidar no julgamento próximo do mensalão. Perdeu o PT, portanto, nessa primeira tentativa. Perdeu também nas iniciativas que foram deflagradas aqui neste plenário contra setores da imprensa livre do nosso País.

E concluído praticamente o depoimento do Governador Agnelo, podemos dizer que deu empate sim, Excelência, porque V. Exª termina sendo objeto de uma desculpa política que deveria estar não neste espaço, não neste território, mas, quem sabe, nas ruas do Brasil ou pelo menos no plenário do Senado ou da Câmara Federal, jamais em uma comissão parlamenta de inquérito. Também fui vencido, arguindo o art. 146 do Regimento Interno do Senado, que é literal ao dizer:

*"**Art. 146.** Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias*

pertinentes:

I – à Câmara dos Deputados;

II – às atribuições do Poder Judiciário;

III – aos Estados."

Portanto, mantenho meu ponto de vista. Os Governadores não poderiam ter sentado nesta CPMI. Rasgaram, mais uma vez, o Regimento Interno, para fazerem desta CPMI um embate político deplorável, que ficou em um a um.

Há uma pergunta que restou ser feita a V. Exª e, ontem, ao Governador Perillo. Com todos os enxertos, com todas as tentativas de fazer os escorregões do embate político, só uma pergunta deveria ser respondida de forma cabal, de maneira absoluta e eloquente: os Governadores, depoentes como testemunhas, fazem parte da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira? Senhoras e senhores, a resposta é uma só para ambos os Governadores: não! Os Governadores não compõem a organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira, que é o objeto de investigação desta CPMI. A partir daí, poderemos – quem sabe? – começar o verdadeiro trabalho.

Não adiantaram todas as tentativas de transformar uma Comissão Parlamentar de Inquérito numa disputa menor, de partidos de oposição e do Governo. Aqui, nós, da oposição, somos provocados, porque somos numericamente inferiores, todos os instantes, em relação à disputa com o Governo. Ora, não é este também o local próprio para esse debate.

Tenho absoluto respeito pela Presidenta Dilma, uma brasileira exemplar, uma mulher honrada e íntegra, indiscutivelmente, que não pode ser, por exemplo, responsabilizada pelo fato de, no seu Governo, sete ministros terem caído por acusação de corrupção! Não é possível que se continue fazendo política no Brasil dessa maneira!

Que esta CPMI, finalmente, faça aquilo que é o seu papel, que investigue as ligações do Sr. Carlos Cachoeira com todos os tentáculos da sua organização criminosa no que diz respeito à Delta.

O Senador Randolfe foi, mais uma vez, brilhante, eloquente, preciso, inteligente, desenvolto no seu raciocínio, lúcido no seu pensamento.

Isto é o que nos resta fazer aqui, Sr. Presidente: investigar as ligações do Sr. Carlos Cachoeira com a Delta.

Esse jogo terminou em um a um. Essa é a grande verdade. O PT havia perdido as suas duas outras

tentativas de atingir o Procurador-Geral da República e de atingir a imprensa livre do nosso País.

Que possamos, a partir de agora, depois de muito tempo perdido, começar, de fato, a CPMI do Cachoeira, porque, até aqui, infelizmente, ela se converteu num território absolutamente inadequado e impróprio de embate político, de guerrilha política. Os que apostaram na guerrilha política perderam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha quer se posicionar?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao próximo Líder, o Deputado Mendes Thame, pela Minoria, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, quero fazer três rápidas observações e uma análise sobre o que está acontecendo.

A primeira observação é a de que, no início da sua apresentação, o Exmo Sr. Governador do Distrito Federal fez algumas colocações que não dizem nenhum respeito ao que estamos aqui investigando.

O Governador fez um proselitismo sobre o seu governo, dizendo que recebeu o Distrito Federal arrebentado, com as finanças depauperadas, e que conseguiu recuperá-lo. A esse respeito, tenho minhas dúvidas. O que, aqui, temos observado é que, na realidade, deveria estar imensamente melhor. O Distrito Federal é a menor área geográfica do País, pouco mais de um quarto da área de Sergipe, o menor Estado brasileiro. Tem a maior renda *per capita* do País, correspondente a três vezes a média brasileira, R$50 mil. O seu IDH é o melhor do País. A sua população é de apenas 2,7 milhões de habitantes. Portanto, teria que ser muito melhor o seu resultado. E, no entanto, o que estamos vendo é principalmente na área da segurança o caos total. Cada dia a gente vê aqui que a situação vai ficando pior. Poderia alegar V. Exª que não cabe ao Distrito Federal essa parte da segurança. Porque o artigo da Constituição diz que "cabe à União organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros aqui, bem como a assistência para execução dos serviços públicos por meio de fundo próprio."

E cria um imenso fundo, que prevê uma transferência de R$10 bilhões mais o orçamento aqui, que é de R$14 bilhões. Portanto, ou V. Exª põe a culpa na Dilma ou assume a culpa pelo desempenho sofrível na área da segurança, da saúde aqui no Distrito Federal.

Depois, mais duas rápidas observações. Só observações, pois como Líder não posso fazer perguntas. V. Exª informou que visitou a fábrica de medicamentos da Vitaplan, a fábrica de medicamentos de um empresário do ramo de negócios, o empresário Carlos Cachoeira, ou visitou a fábrica de um facínora, de um quadrilheiro, de um deliquente?

Por último, a terceira observação e, depois, uma rápida análise sobre a situação. O Governador Marconi Perillo já comunicou, através do Líder Bruno Araújo, que coloca também à disposição seu sigilo; portanto, o trabalho de amanhã vai ser bastante facilitado.

Uma análise rápida sobre aquilo que nós estamos vendo aqui para entender um pouco para onde estamos indo. Primeiro, nós somos um País presidencialista. Nós não somos um parlamentarismo. Se fosse parlamentarismo, a burocracia seria estável e, se um burocrata, um funcionário público cometesse alguma falha, a falha é dele, não é do ocupante do cargo do governo. Ele não escolheu ninguém.

Mas no presidencialismo é diferente. No presidencialismo, assume o Executivo quem ganha as eleições. E ao vencedor todas as batatas – já dizia Machado de Assis. Inclusive o direito de eleger, de escolher todos os seus integrantes. Uma enxurrada de cargos de confiança que são escolhidos pelo ocupante do Executivo, daquele que ganhou as eleições.

Por isso a legislação nossa reflete esse direito e esses deveres de quem escolhe. A lei de improbidade que tantos prefeitos e governadores reclamam contempla essa prerrogativa, quando diz que "mesmo quando o prefeito ou governador não é ordenador de despesa, ele responde pelos atos daqueles que ele escolheu." Quando ele tem culpa em eleger aquelas pessoas.

Por isso é que há inquéritos. Por isso é que se vai perquirir qual a culpa daquele chefe de Governo. No caso do Distrito Federal, o chefe de gabinete, Cláudio Monteiro, foi demitido, teve que deixar o cargo em 10 de abril depois de gravações mostrarem a sua ligação com Cachoeira. Também foram demitidos o Diretor Administrativo-Financeiro de Transporte Urbano, Milton Martins de Lima; o diretor do SLU, João Monteiro; o funcionário da Casa Militar Marcelo de Oliveira Lopes; João Carlos Feitosa, da Fundação de Amparo ao Preso. Todos negaram ligação com o grupo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Todos negaram relação com o grupo do bicheiro, mas é por isso... não é culpar automaticamente o Governador pelos crimes ou pelas delinquências dessas pessoas, mas o inquérito é preciso ser feito.

Por isso a Procuradoria-Geral da República, o Procurador requisitou a abertura de dois inquéritos para perquirir, para investigar a captura das estruturas do Governo do Distrito Federal pelo esquema Cachoeira/Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.k.*, Líder.

Glauber Braga. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é rápida a minha intervenção.

Eu sei do longo debate que se travou, nesta Comissão, com relação à vinda ou não do Dr. Pagot. Saiu uma entrevista na *IstoÉ* com relação à disposição dele de vir a esta Casa que eu, há poucos instantes, agora de tarde, telefonei para o Dr. Pagot. Falei pessoalmente com ele: olha, eu li a sua entrevista na *IstoÉ*, achei muito importante as suas manifestações e, de um modo especial, achei muito importante o senhor se colocar à disposição da Comissão para prestar esclarecimento.

Ele fez questão de dizer o seguinte, Sr. Presidente: "Eu quero dizer que não é exata a *IstoÉ* quando diz que eu provoquei a Comissão, quando eu disse para a Comissão que ela não tem coragem de me convocar. Eu apenas me coloquei à disposição da Comissão. Agora, eu não disse: não, eu não acredito que a Comissão vai me convocar ou não vai me convocar". Agora, ele repetiu, e eu perguntei: posso ir à Comissão e dizer que o senhor vai? "Eu faço questão de depor. Eu tenho condições de depor, gostaria de depor. Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não me convocar, eu vou me colocar à disposição da Procuradoria-Geral da República. Vou, então, entrar em comunicação com a Procuradoria e pedir para depor, porque eu estou vendo tantos fatos, tantas notícias, tantos acontecimentos com relação a uma matéria tão importante que eu acho que eu sou a pessoa hoje mais indicada a prestar esclarecimento. Não sou homem-bomba, não quero abrir... (inaudível)... contra a, contra b nem contra c, mas quero apenas esclarecer, mostrar, por um órgão tão importante pelo qual eu passei, que é tão importante para a Nação e que eu tenho muito para esclarecer."

Então, Sr. Presidente, eu vim dizer aqui isso. A meia hora atrás eu conversei pessoalmente com o Dr. Pagot, conversei com ele e disse: eu poderia ir para a Comissão, levar a revista *IstoÉ* e dizer que V. Exª está se colocando à disposição. Não faço isso porque gostaria de ver o seu pensamento. É esse? E ele, repito, disse: "Eu não fiz nenhuma provocação à Comissão e jamais disse que eu quero e a Comissão não vai querer. Mas realmente faço questão de ir. Acho que posso ir, posso ajudar, posso colaborar, gostaria que isso acontecesse. Se não fizer, eu o farei com a Procuradoria-Geral da República".

Por isso, sabendo que vários Senadores hoje falaram sobre essa matéria e sabendo que tem uma convocação para amanhã, na reunião administrativa, decidir sobre essa matéria, com a experiência que eu tenho de tanto tempo, acho que seria muito importante, nessa hora, principalmente depois da fase mais delicada, que seriam os dois governadores, o que tem de positivo foi não apenas a competência, a capacidade com que eles se expuseram, mas o fato de que a CPI passou por essa fase. Não houve crise nem absolutamente nada. Acho que a CPI cresceu. O que imaginavam – podem uns ser favoráveis, outros contrários –, o que houve de positivo é que, ontem, nós tivemos uma aula muito bonita e hoje também no que tange a uma CPI. Os Srs. Governadores saíram com muita tranquilidade.

Acho que trazer o Sr. Pagot vai ser a mesma coisa. Com a diferença que o Sr. Pagot vai tocar naqueles assuntos que estão diretamente ligados à criação desta CPI, quer dizer, referentes à empresa que foi considerada inidônea, o próprio Governo a considerou inidônea. Todos esses assuntos que estamos falando, em torno dos quais estamos gravitando, o Dr. Pagot realmente é a pessoa que tem mais condições de esclarecer. Por isso, apenas para ajudar na reunião de manhã é que faço esse apelo, através de V. Exª, aos membros da Comissão para que aceitem o oferecimento do Sr. Pagot de vir depor amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.k.*, Senador Simon.

Com a palavra, agora sim, Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, Senador Vital do Rêgo, Governador Agnelo, eu vou ser bastante objetivo. As perguntas ao Governador Agnelo já foram feitas, refeitas, o Governador Agnelo já teve oportunidade de se manifestar sobre a variedade dos temas que foram aqui colocados. Mas eu quero também ter oportunidade, com alguns pontos que foram disponibilizados também pelo Governador Agnelo, de fazer algumas observações de preocupação com os desdobramentos para que a CPI tenha um trabalho efetivo. E eu queria ter a oportunidade, mas sei que o nosso Relator, o Deputado Odair Cunha, é extremamente diligente e vai ter a oportunidade de fazer uma avaliação de todos os diálogos e falas que estão aqui sendo realizadas.

A preocupação é a seguinte: temos um prazo determinado para que as investigações sejam realizadas e para que seja disponibilizado um relatório. Esta CPI pode ter o caráter de demonstrar claramente, a partir do seu foco, quem são os envolvidos numa possível organização criminosa ligada aos jogos ilegais no Brasil, mais especificamente no Estado de Goiás. E focando no objeto da CPI conseguimos ter a identificação de quem são os agentes, sejam eles públicos ou privados, o montante de recursos, seja de natureza ilegal,

de caixa dois ou recursos públicos que porventura possam estar envolvidos também nesse esquema, ou nós podemos, e eu espero que essa não seja a vontade desta CPI, perder completamente o foco de investigação e não chegar a resultado nenhum que seja prático para esta Comissão Parlamentar.

E por que digo isso, Presidente? Porque existem duas formas de investigar: focando e chegando a um resultado ou procurando investigar tudo e não chegando a lugar nenhum com nenhum resultado que seja claramente objetivo.

O Governador Agnelo, hoje, teve a oportunidade de disponibilizar, voluntariamente, o seu sigilo, comportamento que foi repetido pelo Governador de Goiás, a partir da ação do próprio Governador Agnelo. Ter a oportunidade, seja de quem, esta CPI de quebrar o sigilo bancário, fiscal ou telefônico com o foco que não seja claramente a conduta ilegal e que se baseie em picuinhas ou em qualquer atividade política menor para que possa fazer uma análise da vida pessoal, com todo respeito ao Governador Agnelo e ao Governador Perillo, não me interessa saber das relações de natureza pessoal que não envolvam diretamente o objeto desta CPI. Ou seja, não cabe a nós exercitar aqui um palanque político eleitoral que não tenha claramente a ver com o exercício do objeto desta Comissão.

E aí a preocupação também é bastante objetiva. Se queremos dar um resultado concreto para a sociedade, a partir dos trabalhos que estão sendo aqui realizados, que possamos ter também, objetivamente, respeito ao foco que foi determinado pelo Relator, para que o resultado seja objetivo. Até porque, se isso não é feito, se isso não é realizado, se temos um esvaziamento do poder da CPI, não podemos encontrar os resultados que claramente vão fazer com que as respostas sejam dadas. Se esta CPI não consegue chegar ao final determinando claramente quem são os agentes que participavam da possível organização criminosa, sejam eles públicos ou privados, esta CPI não estará cumprindo seu papel. Se esta CPMI não consegue chegar ao final do seu trabalho com a identificação dos recursos que a organização, que a possível organização criminosa... E eu falo sempre possível para que não tenha um adiantamento do julgamento de mérito. Mas se não conseguimos ter de forma bastante clara quais são os recursos envolvidos nessas operações, a CPMI não vai ter chegado ao seu resultado.

E eu sou um daqueles Deputados Federais, tenha a certeza, como a grande maioria dos Deputados e dos Senadores e Senadoras desta CPMI, que querem um resultado de sucesso. Ou seja, um resultado concreto, que tenhamos a oportunidade de investigar as relações contidas e aqueles que teoricamente estariam envolvidos nessa organização criminosa. Todos aqueles que queiram contribuir com a CPMI eu não tenho dúvida de que podem fazer isso. Ou seja, não existe aqui uma Casa fechada, que não vai estar aberta a qualquer tipo de colaboração. Agora, espero também que essas contribuições, de quem quer que seja, agentes públicos ou privados, que tenham uma relação direta com o objeto e o plano de trabalho que foi traçado pelo Relator. Porque se isso também não acontece, no final das contas.

Não quero ser responsabilizado, como Deputado Federal, por estar, única e exclusivamente, promovendo um palanque político eleitoral para quem quer que seja. Se existe uma testemunha que tenha a capacidade de auxiliar o Relator no que diz respeito ao foco que foi traçado, acho que vai ter o apoio por unanimidade de todos os Deputados Federais e Senadores.

O Governador Agnelo se dispôs e teve aqui a oportunidade de ser elogiado por todos os parlamentares por essa ação, nos seus sigilos. Mas essa ação do Governador Agnelo foi claramente tomada por um homem público que quer contribuir de maneira voluntária para que todos os fatos sejam esclarecidos e para que esse comportamento se repita para os demais. O Governador Agnelo não precisava ter feito isso. Demonstrou claramente aqui que não teme aquilo que teoricamente vai ser conduzido pelas investigações dos Deputados Federais, dos Senadores e do próprio Relator.

Tenho uma preocupação e uma preocupação grande de que, ao final do prazo dos trabalhos que estão sendo realizados pela CPMI, não tenhamos claramente um resultado. E aí confio na habilidade do Relator, no foco do Relator, na forma como vem sendo conduzido o trabalho, no plano de trabalho que foi votado pelos Deputados Federais e Senadores nos nossos primeiros encontros. Porque o pior dos mundos é chegar ao final dos trabalhos, disso não tenho dúvida, sem que os resultados sejam demonstrados de forma clara.

E com todo o respeito às outras opiniões, que aqueles que possam estar contribuindo como testemunha que tenham também rigorosamente a capacidade de contribuir com o objeto. E outros objetos que possam estar sendo relacionados, trabalhados, para que possamos estar nos aprofundando em diversos assuntos é claro que vão ter o nosso apoio, vão ter o apoio, inclusive, para que as investigações possam estar sendo encaminhadas ao Ministério Público, à Polícia Federal, às autoridades competentes que tenham como objetivo fazê-lo.

Agora, Presidente, já para encerrar, e queria ter oportunidade de fazer com que esse ponto ficasse

bastante claro. Não espero desta CPMI que tenhamos aqui uma iniciativa do quanto pior melhor, ou seja, investiga-se tudo para não se chegar a resultado nenhum, para que não se tenha um relatório claro, com a determinação de quem são os agentes públicos e privados, que estarão envolvidos na possível organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

E para finalizar agora de fato, quero dizer ao Governador Agnelo que as contribuições que foram dadas, que o depoimento de V. Exª a esta CPMI, com todos os dados que puderam ser trazidos, foram importantes, mas queria também – e não posso deixar de fazer isso, como quem acompanhou os trabalhos durante todo o dia – fazer uma avaliação de comportamento.

Além de prestar todos os esclarecimentos no início dos trabalhos, Governador Agnelo, o senhor demonstrou também, de uma forma muito clara, a indignação. Porque se pode ter um depoimento muito tranquilo, muito seguro, mas não ter a emoção de estar indignado por algo que você sabe que não lhe diz respeito. E para aqueles que já tiveram a oportunidade de acompanhar várias CPIs, e aqui tem doutores nesse assunto, sabem que quando você está indignado com algo é porque você imagina e vivencia que o que pode ser uma injustiça.

Então, além das informações que foram prestadas, que não tenho dúvida que foram muito relevantes, que vão poder contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos desta CPMI, não poderia deixar de fazer uma análise de comportamento de V. Exª que, tenho a certeza, foi corroborada e acompanhada por todos os Deputados Federais e Senadores desta CPMI.

Para encerrar meu tempo, Presidente, pois agora só me restam 30 segundos, quero dizer que o foco desta CPMI é muito importante. Na tentativa de investigar tudo, se não conseguirmos ter um resultado concreto, isso pode significar a estratégia de alguns para que não se investigue nada. Tenho a certeza de que essa não representa a média dos Deputados Federais e Senadores desta CPMI nem de V. Exª nem do relator e nem do nosso Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quero parabenizar V. Exª pela intervenção lúcida, prudente e, para mim, brilhante.

Agora sim: Deputado Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, Sr. Governador Agnelo Queiroz, meus colegas parlamentares.

Sr. Governador, a minha preocupação é manter o foco desta CPI e a sua natureza, que é uma natureza investigativa, que deve ter um caráter de imparcialidade, que não deve caminhar para o lado de claque de A ou B, que deve ter, acima de tudo, o propósito de servir o nosso País.

É por isso que sinto que ainda faltam alguns esclarecimentos e quero iniciar o meu raciocínio me dirigindo a V. Exª para que a gente busque levar ao conjunto desta Casa esses esclarecimentos, que, com certeza, podem representar para V. Exª um álibi, uma demonstração de isenção, ou podem suscitar a necessidade de maiores esclarecimentos.

V. Exª, assim como o Governador Marconi Perillo que aqui esteve, vem como testemunha, mas o faz sob juramento, tem um compromisso enquanto representante do povo brasileiro, e é importante que a gente se aprofunde em algumas questões, algumas que estão há alguns anos, inclusive, sem resposta e que têm tudo a ver com o que estamos aqui debatendo.

Lá pelos idos de 2004 – o senhor era Ministro –, 22 de fevereiro, saiu no *Correio Braziliense* uma manchete, e essa manchete não é manchete que veio do acaso, não foi plantada pela oposição, essa manchete veio da operação Anaconda. A Polícia Federal, com autorização judicial, gravou e, nessa gravação, Carlinhos conversava com o agente federal César. E aparece aqui, em detalhes, ele dizendo que as coisas estavam sendo facilitadas no Ministério dos Esportes, e o senhor era Ministro dos Esportes. Não sou eu que estou falando, isso foi gravado por uma operação da Polícia Federal. Isso começa lá em 2004. Parece que estão perseguindo...

Na gravação, Carlinhos dizia: "Porque a gente já conseguiu muita coisa lá em Brasília. Tudo o que o Olavo [Olavo era o presidente da associação de bingos] não conseguiu em quatro anos pagando Deputado nós conseguimos via Ministério. Já tivemos audiência com o Ministro e tudo mais [com o Ministro dos Esportes]. É claro que estamos conseguindo, já tivemos três audiências lá com o Ministro, e o Ministro não tem nada sobre números". Aí ele coloca assim: "E ele está precisando de números, porque cortaram a verba dele". E há um monte de coisas. Eu estou transcrevendo o que foi publicado.

E aqui na manchete também diz que o Ministro foi citado e que o Ministro Agnelo Queiroz pediu cópias das fitas para ouvi-las.

Eu estou simplesmente transcrevendo o que estou lendo, que saiu no *Correio Braziliense* lá em 2004. O senhor, quando Ministro, recebeu esse presidente da associação de bingos? O Carlinhos estava junto? Ele disse: "Nós fomos recebidos pelo Ministro". O senhor recebeu essas pessoas?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Carlos Cachoeira não. Eu não posso... Não sei qual é o presidente da associação de bingos. É difícil saber quem o recebeu.

O Ministério dos Esportes fez o debate – eu falei isso já aqui – fez um debate sobre essa questão do bingo, estudamos a realidade de vários países...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas o senhor recebeu em audiência pessoas para tratar disso. Ele está dizendo que o senhor recebeu em audiência e que tinha problema de verba, que tinham cortado as verbas.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, sobre isso aí eu não tenho a menor condição de ... Foi em 2004... Estou assegurando o que é essencial: houve uma discussão no Ministério sobre isso, fizemos debates comparativos com outros países; que parte do financiamento dos jogos, quando são legais, vai para o esporte. Isso foi debatido, mas a decisão do governo foi não legalizar. Veio para este Congresso a não-legalização. Essa é a posição do governo e, então, fica sem lógica alguma qualquer comemoração deles com relação ao jogo, porque o resultado foi o oposto, foi a não-legalização. Essa foi a opinião do Presidente Lula e era a opinião do Ministro dos Esportes dele na época.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Governador, ainda sobre ter encontrado ou não Carlinhos Cachoeira. Hoje já foi perguntado ao senhor aqui sobre viagem aos Estados Unidos. O senhor esteve em viagem aos Estados Unidos, e esteve em companhia o ex-Deputado Augusto Carvalho, viajando aos Estados Unidos?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Estive. Estive. Foi na FGA, e o Deputado Augusto Carvalho foi junto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E o senhor não teve a oportunidade de estar com Carlinhos Cachoeira...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em absoluto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ... e de ter notícia da presença dele?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Em absoluto. Em absoluto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Está *O.K.*

Eu queria saber do senhor, porque o senhor hoje causou até um *frisson* aqui, aplausos. Disseram que houve claque de a ou b. Eu estava aqui ontem, não vi claque externo. Há credenciamento para entrar aqui dentro. Eu vi Deputados aplaudindo tanto o Governador Marconi Perillo, como vi Deputados aplaudindo o senhor. Entendo que isso é, até certo ponto, natural, embora este não seja o meu propósito aqui, aplaudir ou vaiar. E acho que também não é com esse propósito que houve essas manifestações.

Mas o que quero saber do senhor é o seguinte: consta, está na Internet, está no *site* do STJ que o Ministro César Asfor Rocha, no dia 18/11/2011, autorizou a quebra do sigilo bancário do senhor. O senhor hoje colocou aqui que está autorizando dentro de uma operação de investigação, e esta Comissão está requerendo as operações, que estão sendo realizadas, de investigação, cópias... Portanto, quero saber se o que vamos conseguir aqui é uma novidade, ou se o sigilo bancário do senhor já foi quebrado.

O senhor sabe que foi autorizada pelo Ministro do STJ a quebra do sigilo do senhor?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu já disponibilizei, falei aqui antes, mas não estou aqui na condição de investigado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, eu não disse que o senhor é investigado. O senhor é testemunha. Como testemunha, estou apenas perguntando ao senhor: o senhor sabe que, quanto ao sigilo bancário do senhor, foi autorizada a quebra pelo Ministro – e estou citando o nome do Ministro – Cesar Asfor Rocha? Só estou perguntando, para o senhor, que está sob juramento, me informar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não sei.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não sabe?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu autorizei...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor autorizou quem?

O SR. AGNELO QUEIROZ – ... a quebra...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O Ministro o senhor não tem de autorizar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, o Ministério Público.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, o Ministério Público o senhor não tem de autorizar também. Ele pediu. A informação que tenho é a de que a Procuradoria... O senhor autorizou o Ministério Público por escrito? Como o senhor fez isso?

Eu quero saber, Governador, vamos ser objetivos: o senhor está fazendo aqui, e houve milhões de "upas" aqui, porque o senhor está autorizando um sigilo que já foi quebrado. Para que isso? Então, é preciso deixar isso bem claro, com todo o respeito ao senhor.

Acho louvável que o senhor autorize, mas acho que é preciso tomar um pouco de cuidado com a condução que está sendo dada às coisas. Quero, inclusive, alertar sobre essa condução. O nosso querido Líder Mendes Thame fez uma ressalva que não tenho dúvida que o senhor responderia, se pudesse. Aliás, poderia responder, porque ele estava falando como Líder, mas poderia pelo menos... O nosso Presidente abriu essa prerrogativa em outros momentos, inclusive para o Marconi Perillo.

Ele disse o seguinte: quando o senhor visitou a indústria farmacêutica, com certeza, deve ter visitado

a indústria de um empresário, não de um criminoso. E hoje vi, inclusive, lideranças desta Casa, não só de maneira agressiva, dizendo: "Ah, o Governador Marconi Perillo disse aqui, referindo-se ao empresário".

O Governador Marconi toda vez disse: "Quando eu me encontrei com o então empresário, porque não havia contra ele nenhuma dessas acusações, era um cidadão que ali atuava como empresário (...)". Ele foi visitado pelo Ministro, como empresário.

É verdade que o senhor o visitou como um empresário, ou o senhor visitou um bandido, um contraventor? O que está dizendo a base do Governo é que o senhor tem um comportamento diferente. O senhor visitou o empresário lá, naquela indústria farmacêutica? Visitou a indústria farmacêutica, e lá existia um empresário?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Visitei a indústria farmacêutica.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Exato. Visitou a indústria.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Um dos proprietários...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E lá o senhor se encontrou com um bandido ou com um empresário? O senhor disse no início da sua fala.

Eu não perguntei ao Vaccarezza. É curioso.

Sabe, vou concluir por aqui, Presidente, apenas dizendo o seguinte: deixo mais algumas perguntas.

Eu deixo as seguintes perguntas: o senhor, quando Ministro dos Esportes, veio toda aquela história, logo em seguida, com o Sr. João Dias. O senhor falou aqui que o João Dias está sofrendo processo disciplinar. Nós soubemos que ele foi, inclusive, promovido.

Quero saber se o senhor processou por danos morais, porque ele foi lá e jogou 200 mil dentro do seu gabinete. Duzentos mil! O senhor precisa saber explicar isso para o Brasil. O senhor precisa saber explicar por que R$5 mil foram depositados na sua conta, de uma empresa que disse que era para pagar parte da liberação de um certificado. O senhor está sob juramento e poderia explicar, porque o senhor admitiu que R$5 mil foram parar na conta do senhor. Uma revista publicou isso.

Finalmente, o senhor falou sobre araponga.

É a última coisa que quero dizer. O senhor fez um discurso aí emocionado, caloroso. O meu colega antecessor, inclusive, disse que ficou entusiasmado. O Demóstenes, também, era mestre nisso.

Agora, o que acho interessante é que está, inclusive, aqui a Deputada Celina Leão. Ela lutou para implantação de uma CPI dos Arapongas aqui no DF. Essa CPI, primeiro, teve uma ação concreta do senhor. Inclusive seu Líder, foi gravado, falou ao vivo na TV, o Líder Wasny de Roure, parece-me. É. Perdoem-me. Então, é esse. O Líder do senhor. O Líder do senhor disse textualmente: "Essa CPI não interessa ao Governo".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

A CPI do Araponga que foi instalada aqui no governo do senhor, há poucos dias, está parada, porque a sua base não quer que ela funcione. Provavelmente, amanhã, mudem de ideia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Então, é preciso esclarecer isso e o senhor lembrar como é que pagou a casa, porque fica uma coisa que o outro não lembra, não sei o quê. Esclarecer isso de maneira mais clara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Com a relação à decisão da Câmara Legislativa, essa é uma decisão da Câmara Legislativa, que tem sua autonomia. Eu não mando na Câmara nem nos Deputados. Assim como nós respeitamos aqui o Parlamento Federal, a Câmara Legislativa também merece o mesmo respeito e tem sua autonomia e pode tomar suas decisões.

Com relação... Qual era a outra pergunta?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sigilo, se o senhor realmente tem... A outra pergunta é do João Dias. Como é que o homem joga 200 mil lá no seu gabinete e diz que não aceita ser comprado, Excelência. E ele, ultimamente, está sumido...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, acho que é muito importante, até pela responsabilidade de um Deputado, que a informação tenha um mínimo de procedência, porque, senão, fica já...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas não houve isso? Ele não esteve lá?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não houve isso, não esteve no meu gabinete.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ele não foi... Foi lá no Palácio...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Deputado, não esteve no meu gabinete. Então, essas coisas são muito sérias para serem tratadas dessa forma, para ser tratada dessa forma.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É por isso que estou pedindo ao senhor que esclareça. Qual é a verdade, então?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Mendes, por favor. A testemunha está com a palavra. Mais alguma...?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não teve... É evidente que o que aconteceu lá não foi no meu gabinete, estou fazendo já esse esclarecimento. O processo está acontecendo normalmente dentro das instâncias, isso aqui estamos numa democracia. Então, têm instâncias que processam, que respondem. Já passamos do tempo do prende, arrebenta e que alguém pode fazer tudo acima das instituições, mas isso, rigorosamente, esse procedimento está sendo feito.

Qual é a outra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A casa; a questão da casa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sobre a casa, porque o senhor deve lembrar como é que pagou, de quem comprou, como pagou.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sim, eu já fiz...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sigilo, para que nós vamos esperar o sigilo? Esclarece.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu já fiz esse esclarecimento aqui. Já falei, 18ª vez, várias vezes sobre isso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Quanto pagou? Em quantas vezes?

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Disse que não foram três cheques do Cachoeira.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Liberei o sigilo, que está aqui. Falei que teve... Seguramente, o cheque é meu. Aqui tem o cheque, é meu. Os pagamentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Mendes, por favor.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Isso vai ter conhecimento de um detalhamento de números, de quantas vezes foi, pela declaração. É evidente que esse é o esclarecimento final... Acho que essa é que é...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Dr. Rosinha com a palavra, para os seus 10 minutos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Governador, essa resposta era fácil de ser dada. Bastava dizer que não foram três cheques do esquema de corrupção do Governador Perillo ao vender a casa dele. É uma tranquilidade uma resposta como essa.

Eu quero aqui... O Marconi...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos garantir a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, por favor. Por favor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, obrigado.

Esta CPMI foi instalada para investigar uma organização criminosa e todos os seus tentáculos. É essa a razão da instalação desta CPMI. Ontem e hoje – ontem um governador; outro, hoje –, estiveram aqui porque apareceram gravações que faziam referência aos governadores. Mas há uma diferença importante nisso. Ao olhar as degravações, eu observei que o Governador Agnelo não telefonou nenhuma vez, e ele confirmou aqui, para o Sr. Carlinhos Cachoeira, nem para dar parabéns no dia de aniversário. E também não recebeu nenhum telefonema do Sr. Carlinhos Cachoeira. Tampouco – o Governador falou – foi convidado para jantar com o Sr. Carlinhos Cachoeira. De todos os cassinos e caça-níqueis que existem e que a Polícia Federal interveio e identificou, nenhum é dentro do DF. Todos no Entorno, no Estado de Goiás. Todos. E identifica o braço criminoso organizado dentro do Governo do Estado de Goiás, com mais de uma dezena de nomeados. Tanto é que, só de policiais, foram mais de três dezenas presos, devido à intervenção da Polícia Federal.

Quando entra na questão da casa, em que se pergunta da casa, por mais de uma vez o Governador Agnelo disse... E disponibilizou o seu sigilo bancário, telefônico e fiscal para provar que foi ele que comprou a casa. É uma diferença. O Agnelo comprou. O Sr. Perillo disse que vendeu, mas não sabe para quem. Mas nós sabemos que os cheques que pagaram a casa são cheques oriundos da organização criminosa, de desvios de dinheiro. É fundamental ter esses parâmetros.

Hoje, Governador, quando o senhor disponibilizou o seu sigilo, caiu a casa do Sr. Perillo. Porque ele veio aqui ontem com uma história construída, um enredo construído. Cada vez em que era formulada uma pergunta, se estava dentro do enredo que ele organizou, ele respondia, mas quando estava fora do enredo, ele dizia que não sabia. Numa simples pergunta do Relator, seus aliados aqui agressivamente reagiram. Agressivamente reagiram. E hoje, quando V. Exª coloca o seu sigilo à disposição, na Internet disparam palavras simples: "Perillo, abra o seu sigilo!", que ocuparam o top mundial do Twitter.

Essas são diferenças fundamentais. Essa organização criminosa que dominou o Governo de Goiás tem que ser investigada sim, e tem que se tratar com diferenças as características de onde a Polícia Federal chegou, o que a Polícia Federal identificou em um e em outro. Basta ler, e espero que todos leiam, o que está dito em relação ao seu governo, quando toda a organização se coloca justamente para derrubar o governo. E daí eu coloco entre aspas – quero que leia assim –: "o probo Senador Demóstenes pede *impeachment*".

Ora, a serviço de quem ele esteve sempre, o Senador Demóstenes? Está se provando hoje. Era um Senador a serviço de uma organização criminosa. Ele que tem que explicar se não é a serviço dessa mesma organização criminosa que ele pediu o *impeachment* no DF. É essa a explicação que tem que ser dada.

Ontem, aqui,... E eu vi hoje, observei que quando V. Exª quer responder, alguns querem ir além dos 20 minutos porque não querem ouvir a resposta. Ontem, quando eu fui efetuar algumas perguntas, a resposta era longa. Eu não interrompia o Governador. Mas eu fui interrompido quando eu quis falar sobre a evolução patrimonial do Governador Perillo, que é totalmente questionável. A informação que eu tenho é que, em 92, o Governador Perillo era um honrado garçom. E hoje tem um patrimônio superior a quatro milhões.

Como o governo dele... Não digo que ele é envolvido, mas como o governo dele, já está comprovado pela investigação da polícia, o governo dele é envolvido com organização criminosa, o patrimônio dele tem que ser provado que não tem fruto desse caminho ou desse descaminho, vamos dizer.

Então, Sr. Governador, eu acho que a vinda aqui, apesar... E eu concordo com o que disse pela primeira vez o Senador Cássio, que não teria que ter governadores aqui sentados. Poderia vir sim, lá na frente, hoje não, quando nós identificarmos e analisarmos todos os documentos que foram aqui entregues e identificarmos quais são aqueles que são suspeitos e devem vir aqui. Não como testemunha, mas lá na frente.

Essas duas vindas aqui, na minha opinião, foram precipitadas.

Quando o Deputado Glauber diz que nós temos que definir um foco, eu concordo plenamente que nós temos que definir um foco. E as audiências têm que ser aprofundadas para tirar dúvidas sobre a investigação que nós temos e não para vir testemunha para ser acusada, porque não foi feita toda a leitura.

Essa é a realidade que se apresenta. Mas eu quero reforçar, sou obrigado a comparar o comportamento de um governador e do outro, o comportamento de um governo e do outro, o que foi encontrado em relação a um governo e a outro. Eu não posso colocar no mesmo balaio as duas situações. Não é justo que isso ocorra, até porque são condições completamente diferentes.

Foi dito que V. Exª chegou aqui e fez proselitismo. Infelizmente eu não estava aqui para confirmar ou não, mas ontem eu estava e proselitismo foi o que sobrou aqui ontem, no início da apresentação.

Então, Sr. Governador, é importante a vinda do senhor, tenha certeza disso. É importante porque serviu para compararmos as duas situações, não só para nós, Parlamentares desta Comissão, mas para aqueles que estão vendo as transmissões da TV Senado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

Deputada Iris de Araújo, com a palavra.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Exmº Sr. Governador Agnelo, eu gostaria primeiro de cumprimentá-lo, cumprimentar a exposição que V. Exª apresentou.

Ouvi aqui um Deputado que falou um pouco antes de mim e me tocou alguma coisa que ele colocou. V. Exª recebeu várias perguntas, esclareceu, mas teve um toque que eu percebi como ele: emoção. Percebi isso na exposição que V. Exª nos trouxe.

E, ao quebrar seu sigilo fiscal, bancário e telefônico logo na primeira hora, economizou muito tempo e barulho que não precisava ter acontecido ontem, durante a exposição do Governador Marconi Perillo.

O Governador Marconi foi ouvido ontem, e eu recebi críticas por não ter feito questionamentos a ele, e muitas. Não foram poucas. Eu tinha, de fato, várias perguntas ao Governador Marconi Perillo, até porque, Presidente, a bem da verdade, o Governador Marconi deixou muitas questões aqui sem explicações. E não teve, Governador, essa coisa da emoção, da indignação, de muitas vezes a gente perceber que V. Exª se engasgava em determinado momento – o que é natural, é normal, é humano –, mas foi bom.

Ontem, Governador, eu não me senti à vontade para questionar o Governador. Todos sabem que nós somos adversários há décadas. A minha fala, os meus questionamentos seriam automaticamente interpretados como uma guerra política, uma disputa paroquial de Goiás jogada aqui dentro desta CPMI. Mesmo sofrendo o desgaste que eu sofri, eu não faria isso; não faria porque eu encaro com responsabilidade o papel que eu estou assumindo aqui dentro, que não é apenas o de investigar o Estado de Goiás, mas a essa rede criminosa que está estendendo os seus tentáculos praticamente pelo País afora, infelizmente, nascendo lá no meu Estado. Então eu me senti eticamente impedida de fazer os questionamentos. Claro que caberá ao competente Relator, Odair Cunha, comparar as declarações do Governador Marconi Perillo com as informações que esta CPMI dispõe. Só aí, Governador, nós chegaremos à verdade dos fatos.

Li alguma coisa, que a imprensa afirmou, que ele teria um dossiê aqui contra mim e políticos de Goiás. Quanto a mim, Governador e nobres Pares, eu tenho o meu Estado inteiro, nos meus 42 anos de vida pública, para atestar, e faço isso aqui publicamente, sobre a minha vida política. Nenhuma mancha, graças a Deus. Quanto ao ex-prefeito Iris Rezende, em 16 de abril, afirmou em entrevista que pediu ao atual Prefeito, Paulo Garcia, que levantasse os contratos da Delta e fornecesse cópias à imprensa lá atrás ainda.

Agora, o Governador Marconi estava aqui ontem para responder as graves denúncias que pesam sobre

ele e o Governo dele em Goiás, ou seja, não estava aqui para questionar ninguém nem para apresentar denúncias. Além disso, se o Governador faz isso aqui publicamente, se tem denúncias contra quem quer que seja, tem a obrigação de torná-las públicas; do contrário, estaria prevaricando. Portanto eu quero reiterar que apenas evitei trazer a esta Comissão uma briga local. Não é esse o meu interesse. Quero estar aqui com isenção para investigar e ajudar a desbaratar, se possível for, essa rede criminosa que se instalou perversamente através de agentes públicos.

Eu tenho, Governador, algumas perguntas para fazer a V. Exª.

Governador, ao longo da operação Monte Carlo, em especial durante o ano de 2011, fica claro que a quadrilha do contraventor Carlinhos Cachoeira – e é bom que ressalte, contraventor no passado e no presente. Esta história de que mudou de vida de uma hora para outra e que passou de contraventor a empresário é história da carochinha, Governador; ninguém acredita nisso. É apenas figura de retórica, é achar que um Estado como o de Goiás, um Estado promissor, vai acreditar nesse tipo de conversa –... Eu queria perguntar a V. Exª: eu sei que o contraventor tentou falar várias vezes por telefone, através de terceiros ou insistindo que V. Exª o recebesse em audiência.

Com base nessas informações, eu gostaria de saber se V. Exª concedeu alguma audiência ao Sr. Carlos Cachoeira ou falou com o mesmo ao telefone. Mais ainda: gostaria que V. Exª também me dissesse, caso V. Exª o tenha recebido, que assuntos trataram. V. Exª avalia que seja normal um governador conceder audiência ou falar com um contraventor ao telefone ou recebê-lo em audiência, Governador? Essa é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu não posso assegurar, Deputada Íris, que não recebi, não recebi ele, não falei por telefone, não liguei para ele, não recebi telefonema dele, não tomei café, não almocei, não jantei, enfim, não tive nenhum contato com ele como Governador do Distrito Federal.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – E o senhor acha, como autoridade, que isso seria normal? Vamos dizer, o senhor não recebeu, mas será que seria normal receber? um governador falar pelo telefone ou receber em audiência?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Aí depende da informação que a pessoa tem sobre a pessoa. Eu acho que um governador pode, não tendo conhecimento, receber. Como parlamentar, como autoridade, a gente recebe, no nosso gabinete, no dia a dia, e pode amanhã uma pessoa estar sendo investigada e ter problema. Acho que isso é um risco que qualquer pessoa pública tem. Agora, não dá para receber sabendo quem é.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito bem.

O Delegado da Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues disse a esta CPMI – e aí é um assunto que nos interessa, tanto a V. Exª, porque estão interligados Brasília e o entorno de Goiás –...

O SR. AGNELO QUEIROZ – É verdade.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ...que a cidade de Valparaíso de Goiás era conhecida como Las Vegas brasileira e que o jogo do bicho tem tentáculos, a gente sabe, no DF. Talvez aí a razão dessa violência no entorno de Goiás, que conheço bem, porque já fiz, inclusive, diligências nesse entorno todo. V. Exª disse que tem combatido duramente a contravenção no Distrito Federal após a sua posse e tendo o jogo ilegal recuado fortemente. Há informações, Governador, de que o jogo do bicho continua a pleno vapor no entorno. Pergunto a V. Exª se há um trabalho conjunto entre o Governo do Distrito Federal e o de Goiás para combater esse tipo de crime. V. Exª acredita que os agentes públicos de Goiás e do Distrito Federal ainda possam estar acobertando essa ou outra quadrilha, Governador?

O SR. AGNELO QUEIROZ – Tem entendimentos que fizemos entre a nossa Secretaria de Segurança Pública de Brasília e a de Goiás com relação à violência. E aí envolve todo tipo de delito com relação ao entorno do Distrito Federal. Também teve uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministro da Justiça, que pretende fazer uma ação articulada entre Goiás – já estamos fazendo – e o Distrito Federal para o combate à violência, todo tipo de violência. Inclusive, estamos entrando com viaturas ou alguns instrumentos que temos à mão, mas a ideia é fazer essa cooperação, porque o combate ao crime nessa região interessa muito, como V. Exª colocou muito bem, tanto a Goiás como ao Distrito Federal. Temos problemas graves de violência que atingem o Distrito Federal e nossa região do entorno, que são tão umbilicalmente ligados. Nós temos que cuidar dessa área. E há disposição nossa de fazer um trabalho conjunto nesse sentido. Mas as degravações de que tomei conhecimento também comprovam isso que a senhora colocou muito bem. De fato, o crescimento, a utilização de policiais, proteção ao jogo, e termina concentrando na região. E isso implica dizer que temos que combater em conjunto, tanto o Distrito Federal como Goiás, porque nós também sentimos parte dessa responsabilidade. Sentimos parte dessa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. O próximo orador...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha não concluiu ainda.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu queria só parabenizar... Eu estava respondendo objetivamente a pergunta da nossa Deputada. Quero parabenizar a atitude da Deputada Íris. Mostra muita grandeza de V. Exª, pelo relato que colocou aqui, como encara a CPI.

Eu fiquei muito satisfeito também com a intervenção do Senador Cássio Cunha Lima, pela responsabilidade, uma tarefa tão gigantesca de enfrentamento com o crime organizado, tentativa de se infiltrar. Não só o crescimento do jogo por si só carrega um bocado de outras ilegalidades juntas, mas também a tentativa de entrar nas estruturas do Estado, nas licitações, em botar gente, representante do jogo no Parlamento, representante do jogo no Judiciário, representante do jogo no Executivo, ocupar posições-chave para ampliar seus tentáculos.

Esse é o grande debate desta CPI, muito louvável, e que temos de examinar. Então, não podemos fazer luta política disso, mesquinha, da briga partidária. Depois de fazer uma intervenção e mostrar claramente que aqui o jogo não entrou. Aqui não indicou ninguém. Provei isso. Desafiei que, então, mostrem o contrário. Com todo o acesso, isso. E você não tratar disso, tratar de outras coisas e continuar a luta política, isso não é grandeza.

Então, V. Exª, ao ter esse comportamento ontem com o Governador de Goiás, mostrou essa compreensão, essa grandeza que tem de ser elogiada. Quero parabenizar V. Exª, porque não podemos transformar uma investigação tão importante como esta numa luta política.

O Dr. Rosinha falou um negócio muito sério aqui. O Deputado Sílvio Costa também. Muito sério. Um governador foi ameaçado de ser derrubado, democraticamente eleito. Isso não importa?

O crime está com esses tentáculos, com essa violência, com infiltração em todos os órgãos da estrutura do Estado, e ninguém vai falar nisso? Depois de comprovado isso? Enquanto vou procurar como bato no adversário? Se estou oferecendo sigilo, então, não estou oferecendo? Eu tenho culpa que o governador dele não ofereceu o sigilo? Eu não tenho culpa disso. Ele tem de falar com o governador dele, não comigo. Eu ofereci aqui, ofereço no Judiciário. Em qualquer lugar que pode quebrar, mas é atitude minha, positiva, de oferecer... Essa é a atitude minha. Quero esclarecer. Não quero que fiquem dúvidas sobre minha pessoa. Tenho uma vida, tenho uma família, construída durante anos, e não quero que se coloque uma tábua rasa com exemplos lamentáveis da política do Distrito Federal.

O Deputado Mendes Thame falou correto: aqui, nós temos um Orçamento, proporcionalmente um bom Orçamento. Então, nós oferecemos serviços que não correspondem a esse Orçamento. Temos de melhorar isso. Ainda não dá para cobrar, porque só tenho um ano e seis meses de mandato. E vou enfrentar para ter serviço de qualidade. Vou racionalizar o uso, e mostrei nesta CPI o quanto estamos economizando ao enfrentar, fiscalizar, cobrar os serviços prestados. Estou fazendo isso, para poder investir na área em que a população precisa, em que o povo precisa.

Então, quero parabenizar V. Exª pelo gesto, pela atitude correta. Sei que a luta política também exige que a senhora tivesse de criticar, etc., mas a senhora mostrou a grandeza de não transformar uma luta dessas aqui numa luta umbilical, mesquinha, de um debate político. Quer fazer debate político? Vamos para a eleição. Vamos discutir aqui no Distrito Federal. Quer fazer debate político e tem vontade de transferir o título para cá? Transfira o título e vamos disputar conosco.

Agora, não fazer uma Casa tão importante como esta, fazer uma Casa tão respeitada como esta, com uma tarefa gigantesca, que é o combate ao crime organizado, infiltrando em várias estruturas do Estado, e transformar isso numa luta do umbigo: não ver o que aconteceu, não reconhecer o fato. Não aconteceu por quê? Não perguntar nada sobre isso, porque não tem e depois ir para uma periferia e querer levantar coisas do arco da velha, que já foram desmoralizadas completamente dentro da luta política.

Então, parabéns, estou muito satisfeito com a intervenção de V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Nós temos agora Mendonça Prado. *(Pausa.)* Ausente.

Temos uma questão de ordem do Deputado Luiz Pitiman. E vem Ciro Nogueira para entrarmos nos não membros.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, eu recebi uma informação agora DE que está havendo reinscrição dos que já falaram. Estou observando que não estão sendo respeitados os dez minutos, ou, quando se faz, são dez minutos de pergunta e mais 20 minutos de resposta. Nesse ritmo, já estamos há 9 horas e 5 minutos aqui dentro.

Eu perguntaria ao senhor se é verdadeiro que estão aceitando reinscrição e quantos ainda estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Luiz Pitiman, nós estamos caminhando para 9 horas e trinta minutos de sessão.

Estou com o último orador, entre os membros da CPI, que é o Senador Ciro Nogueira, que vai ter dez minutos para sua intervenção. Depois, serão os quatro inscritos não membros da comissão, que terão cinco minutos cada um. O Deputado Onyx me pediu reinscrição – que é uma tradição das CPMIs – e também o Deputado Carlos Sampaio. Imediatamente, o Deputado Paulo Teixeira, a Senadora Vanessa, o Deputado Vaccarezza, o Deputado Rosinha, o Deputado Luiz Sérgio, a Senadora Lídice, o Senador Pimentel e, agora, o Deputado Silvio Costa pediram reinscrição e são dez minutos para cada um.

O SR. (Orador não identificado) – Quero me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente. Eu quero ajudar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É para ajudar, Presidente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou na condução dos trabalhos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou na condução dos trabalhos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está certo. Calma!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou na condução dos trabalhos, respondendo à questão de ordem do Deputado Pitiman.

Eu apelaria à Comissão: nós estamos há nove horas, caminhando para 9 horas e 30 minutos. Então, há respostas aqui... E o senhor foi muito diligente quando avaliou que, nos dez minutos que nós estamos oferecendo para a pergunta e a resposta é humanamente impossível à Presidência conseguir fazer a disciplina do Parlamentar que está perguntando – que tem o tempo de dez minutos e, muitas vezes, usa-o – e também da testemunha que está respondendo. Não há como a Presidência regular isso nos dez minutos ou nos quinze minutos. Sempre passa. Vai passar sempre.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, uma proposta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Silvio, por favor.

Então, vai haver sempre essa indisponibilidade de tempo.

Agora, há respostas que, pela minha análise preliminar, a testemunha já deve ter dado, pelo menos, mais de uma dezena de vezes quando inquirida, quando questionada, quando perguntado. Há determinadas perguntas que ele já respondeu mais de uma dezena de vezes, mas eu estou aqui tentando ser o mais democrata e o mais fiel àquilo que é a minha servidão: aos três Regimentos, ao Regimento Comum e ao Regimento do Senado, com o apoio e a colaboração de testemunha, que está aqui, permanentemente, há 9 horas e 30 minutos pronto para colaborar. Por isso, acolho a sua questão de ordem.

Antes de passar a palavra ao Deputado Silvio Costa, que é ansioso para falar e interromper a Presidência, pergunto aos reinscritos, na questão de ordem do Deputado Pitiman, se o Deputado Onyx, primeiro reinscrito, e o Deputado Sampaio, segundo reinscrito, permanecem com as suas postulações. *(Pausa.)*

Permanecem com suas postulações. Então, todos os outros hão de permanecer também.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra a V. Exª. Espero que V. Exª use-a bem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu quero ajudar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça-o.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Veja bem, o Deputado Carlos Sampaio me informou que, se o senhor tivesse dado uma questão de ordem, ele não falaria. Ele disse isso. Eu quero fazer uma proposta aqui. Eu olhei o Plenário e tem três Deputados da oposição: Izalci, Sampaio e Onyx. Faço um apelo aos demais companheiros: deixem que falem esses três. Eu estou inscrito e, dependendo do que ele irão falar, eu abro mão da minha inscrição. A minha proposta é que botar esses três homens para falar. Falem à vontade!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Silvio Costa já falou o que quis. Então, vamos continuar o nosso trabalho.

Senador Ciro Nogueira com a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sr. Presidente, Vital do Rêgo, Sr. Governador Agnelo, Vice-Governador Filippelli, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados.

Governador Agnelo, eu cheguei a esta Casa praticamente junto com o senhor, a quem considero um amigo. O senhor não sabe como foi difícil a votação passada em que votei favoravelmente à sua convocação a esta Casa, mas, aqui, tive que colocar um critério. O senhor pode ter sido citado irresponsavelmente, mas foi citado nas gravações. O Governador Marconi Perillo pode ter sido citado irresponsavelmente, mas foi citado.

Foi o critério que utilizei. Não votei a convocação do Governador Cabral porque não existe nenhuma citação com ele em todo o inquérito que é alvo desta CPI.

Mas eu acho que eu acertei, Governador. E eu tenho certeza de que, no futuro, nós, que temos uma convivência, o senhor até pode me agradecer. Eu tenho certeza de que, hoje, pelo depoimento firme que o senhor teve nesta Casa, vai ser um divisor de águas do seu governo.

Depois do meu querido e amado Piauí, tenho Brasília como minha segunda casa, porque aqui há muito tempo estou. Vejo o que tenho acompanhado. Acho que hoje saio convencido de que o senhor, hoje, é vítima de um complô político que visa o insucesso do seu governo. Saio daqui convencido. Não saio daqui hoje com o menor questionamento contra a sua honradez, contra a sua seriedade. Não estou aqui nem como membro da oposição, nem como membro do Governo. Quero me comportar dessa forma. Aqui se falou em Fla-Flu. Para mim é River e Flamengo do Piauí. Eu vou me comportar nesta CPI com critérios.

Acho que esta Casa, depois desses dois depoimentos, depoimento firme, ontem do Governador Perillo, depoimento firme que o senhor teve aqui hoje, espero que também, como eu acho que vai ser um divisor de águas deste Governo, que seja também um divisor de águas nesta CPI, para que nós passemos a ir atrás dos verdadeiros bandidos que estão hoje denunciados nesses inquéritos muito bem produzidos, seja pelo Ministério Público, seja pela Polícia Federal.

Então, deixo aqui o meu sentimento de confiança em tudo o que o senhor falou aqui hoje. Saio daqui sem o menor questionamento sobre a sua honradez, sobre seu trabalho, pelo futuro que o senhor vai desenvolver à frente do governo de Brasília.

Muito obrigado.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Muito obrigado, Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Suspendo por trinta segundos, por um minuto, pelo tempo que for necessário para que o Governador possa ir ao sanitário.

(Reaberta às 15 horas e 43 minutos, a reunião é suspensa às 19 horas e 30 minutos.)

(A reunião é reaberta às 19 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, vamos agora ouvir os não-membros. O último Líder inscrito, Senador Walter Pinheiro...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu quero apelar e sugerir à Comissão o seguinte procedimento: nós temos quatro não-membros da Comissão que nós vamos convidar para os seus posicionamentos a partir de agora, imediatamente após o ultimo Líder inscrito, Senador Walter Pinheiro. Depois teremos o Deputado Onix, o Deputado Sampaio e mais dois membros da base, o Deputado Luiz Sérgio e o Deputado Ronaldo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) –Deputado Luiz Sérgio e Deputado Silvio.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, com todo o respeito, com todo o respeito, eu acho que aqui não é CPI de base de governo ou de oposição, com todo o respeito. O senhor está fazendo uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou fazendo uma proposta, se o senhor não quiser, não há problema.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, eu quero só argumentar ao Presidente. Nós estamos dizendo que isso aqui não é base, não é governo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, a proposta não é aceita. Não precisa o senhor...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu quero propor à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Proponha, proponha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...a racionalidade dos trabalhos. Que o senhor peça então a desistência daqueles que não puderem mais falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É porque o senhor não estava aqui, o senhor não estava aqui, Deputado Bueno. O senhor não estava aqui, amigo. O senhor não estava aqui. Os apelos foram feitos, amigo.

Então, ficaríamos assim: os dois Deputados, Bueno, os dois Deputados, dois e dois...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu entendo que você está...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, só para colaborar, Presidente, eu estava comentando aqui com outros Parlamentares que há uma praxe em CPIs aqui, na Casa, em permitir uma reinscrição – isso é uma coisa das CPIs antigas. Então, eu estou me valendo de algo que é uma praxe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ninguém discute, foi feita a sugestão...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não, eu estou explicando. Não tem segunda, terceira, quarta reinscrição como praxe...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, com a palavra o Deputado Izalci pelo tempo de cinco minutos. V. Exª tem a palavra como não-membro.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Sr. Presidente, eu não imaginava que, como Parlamentar, eu teria que usar, por diversas vezes, a minha profissão de auditor. Então, eu quero aqui fazer algumas colocações mais no sentido de colaborar com a investigação da CPMI – coisas que já foram colocadas aqui.

Vou começar, primeiro, pelas doações da campanha da Delta. Acho que está claro, todo mundo disse, que nunca houve doação de campanha. Então, eu só vou colaborar com a Comissão para dizer o seguinte: no dia 17/09/2010, a Delta doou ao Diretório Nacional do PMDB R$350 mil; cinco dias após, no dia 21/09/2010, foram transferidos para campanha do Vice-Governador do Distrito Federal, portanto a campanha do Governador, exatamente R$350 mil. No dia 21/09, mais R$500 mil foram doados pela Delta ao Diretório Nacional e, no dia 27/10, mais R$300 mil. E houve novas transferências para a campanha do Governo do Distrito Federal. Está aqui: dia 22/09, R$265 mil; 27/09, R$350 mil; 29/10, R$258 mil; 27/10, R$100 mil, e, 28, mais R$150 mil.

Passo a V. Exªs os documentos para que V. Exªs possam apurar essas doações de campanha indiretamente feitas pela Delta.

Quero também, Sr. Presidente, deixar também com esta comissão as falas telefônicas com relação ao filho. O Sr. Cláudio Monteiro, além de ex-chefe de gabinete, é compadre do Governador. Não sei se João Cláudio Monteiro é filho ou se o afilhado.

Mas, de qualquer forma, nas gravações diz aqui, por diversas vezes, várias gravações – vou deixar todas elas aqui, porque está marcado –, que o filho do chefe de gabinete tinha várias carretas contratadas pela Delta. Então, tem as carretas aqui mencionadas por diversas vezes, inclusive uma falando em trinta e quatro mil e uns quebrados. Outra dizendo... Não sei por que está escrito isso aqui: Cláudio Monteiro diz que o pagamento da Delta não passa de terça-feira, que é o pai de João Cláudio.Então, vou deixar as diversas falas nesse sentido.

E também, como foi dito aqui já, tem aqui as fotografias do prédio construído na Vicente Pires, mais de 20 unidades de apartamentos, construído pelo João Cláudio Monteiro, filho de Cláudio Monteiro, provavelmente com os recursos...Ele não era servidor do GDF, mas tinha as carretas alugadas pela Delta no SLU. Vou deixar também a V. Exª esses documentos.

Só para informar, quando foi dito aqui que a Emprodata do Na Hora teve renovado o contrato pela metade do preço, que o Secretário dessa pasta continua sendo o mesmo do governo anterior.

O governador diz claramente que a área do lixo era minada, por isso que ele colocou o Secretário de Segurança no SLU. Isso foi colocado. Ele foi nomeado. Agora, será que o governador também não saberia, na época, que precisaria colocar também pessoas estratégicas para fiscalizar? Porque essa auditoria que foi colocada aqui, o contrato da Delta, Srs. Deputados e Senadores, foi assinado em dezembro de 2010. Então, essa economia de um milhão por mês é uma economia em função do que foi pago durante o governo atual. Toda essa economia de um milhão por mês, essa questão de pesagem sem a balança, essa questão de dobrar a varrição, tudo isso aconteceu exatamente em 2011. Portanto, neste governo. A economia colocada aqui, a partir de janeiro, foi em relação a 2011.

Outra coisa, Sr. Presidente, a questão da casa. Eu recebi também uma auditoria, feita por um auditor, dizendo que a casa é compatível com a declaração de Imposto de Renda. Ora, eu sou auditor. Vou passar às mãos de V. Exª o registro de imóveis da casa, onde tem aqui, Sr. Presidente, as avaliações do terreno e dos 549 metros quadrados que, em 2011, somariam R$9 milhões. Atualmente em R$4,5 milhões. Mas, naquela época, R$1,6 milhão a avaliação do que foi passado por R$400 mil.

Esses R$400 mil, Sr. Presidente, a propriedade era da Juliana e Glauco. A Juliana é irmã do Jamil, que é cabo eleitoral já há muitos anos. O governador participou de vários eventos dessa instituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Eu gostaria de pedir a V. Exª só uma paciência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não tem mais tempo.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Então, eu gostaria de pedir a V. Exª só a minha reinscrição, de acordo com artigo do Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não cabe.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Sr. Presidente, artigo... Eu quero citar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Assessoria técnica, cabe reinscrição?

O SR. IZALCI (PR – DF) – Eu tenho direito da reinscrição – uma reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem direito V. Exª. Está reinscrito.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Por favor, me reinscreva, porque não concluí ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está reinscrito. Ok.

Deputado Geraldo Magela, com a palavra.

Inscrevi V. Exª já.

O SR. MAGELA (PT – DF) – Sr. Presidente, meus cumprimentos pela condução que V. Exª vem fazendo nesta CPMI.

Mas quero me dirigir aqui, sobretudo, à imprensa. Desde a semana passada, tive que responder, Governador Agnelo Queiroz, a uma pergunta que me era feita toda hora que encontrava com um jornalista ou com uma jornalista: qual será a tática do Governador Agnelo na CPI? E eu respondia com uma palavra: falar a verdade. Perguntavam-me novamente e eu dizia: o governador vai à CPI para falar a verdade e desmontar a farsa que está sendo tentada contra ele na CPMI.

Governador, V. Exª hoje salvou o dia da oposição. Por que V. Exª salvou o dia da oposição? Primeiro, porque V. Exª, ao vir aqui, disse que responderia absolutamente tudo que lhe fosse perguntado, e se V. Exª não tivesse feito isso, a oposição não teria o que fazer aqui hoje, porque com relação ao objeto da CPI, o que tem ali naquelas gravações é a favor de V. Exª. A oposição não teria o que fazer, ficaria sem trabalhar hoje. Mas V. Exª salvou o dia da oposição ao dizer que não temia responder absolutamente nada e respondeu absolutamente tudo. Respondeu até mesmo as provocações que lhe foram dirigidas.

Portanto, V. Exª acabou justificando o salário dos parlamentares da oposição nesta tarde. Porque, ao vir aqui responder o que respondeu, demonstrou, primeiro, que tudo o que tem na CPI ou no objeto da CPI é para saldar o Governo de V. Exª, porque não há nada que este Governo tenha feito para atender ao esquema goiano.

Segundo, sobre os outros temas, V. Exª não tergiversou, não inventou e é preciso que a gente diga aqui, este Governo é atacado desde o primeiro momento, porque no dia 1º de janeiro de 2011, nós assumimos este Governo em absoluto caos, falido, depois de quatro governadores. E eu não vou ficar aqui fazendo luta política para dizer quem é que dirigia o Distrito Federal antes. Vou economizar isso. Mas como é que está o Governo do Distrito Federal hoje? Quero saudar, inclusive, o Secretário José Walter. Estamos fazendo uma revolução corajosa no transporte público. Nós estamos fazendo algo que não se via no Distrito Federal há muito tempo, mudando a saúde pública. Quando V. Exª assumiu, era um caos absoluto. Hoje nós estamos melhorando e vai melhorar ainda mais.

Na área de segurança pública, nós estamos avançando como não se avançava em períodos anteriores. Na área habitacional, que eu tenho a honra de estar dirigindo por designação de V. Exª, também estamos avançando. Por isso, nós estamos, é preciso que se diga isso aqui para o Brasil inteiro, rompendo com aquilo que existia no Distrito Federal, dos desmandos da corrupção, do conluio com grileiros no passado. Por isso V. Exª é tão ferozmente atacado. Por isso V. Exª veio aqui hoje e disse: "Não temos nada, absolutamente nada a temer." Então, abra os sigilos, abra tudo, perguntem o que quiserem e cala a oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu.

O SR. PAULO TADEU (PT – DF) – Bem, Sr. Presidente, eu queria voltar há alguns anos, mais precisamente no dia 27/11/09, quando esta cidade acordou com a operação da Polícia Federal em vários locais desta cidade e que, durante essa operação, o Brasil inteiro pode conhecer a realidade que acontecia nesta cidade a partir da chamada caixa de Pandora.

Eu tenho em mão, Sr. Presidente, o relatório da CPI da Caixa de Pandora. Eu fui, inclusive, o Relator dessa CPI. Um dos pontos que foram investigados nessa CPI, além dos esquemas na informática, na publicidade, terras públicas e ocupação do solo, coleta e tratamento do lixo, Departamento de Trânsito do Distrito Federal e também do Banco de Brasília.

É bom que se diga que aqui tem exatamente coleta e tratamento de lixo. O esquema no lixo do Distrito Federal não é novidade para mim nem é novidade para esta cidade. O esquema criminoso que governava esta cidade, só para se ter ideia, em sete anos, desviou dos cofres públicos, só no serviço de limpeza pública, R$150 milhões. O que não posso aceitar é que a quadrilha do Sr. Cachoeira, que tentou se infiltrar no Distrito Federal por meio do esquema do lixo, tenha a cobertura de Parlamentares e de setores da imprensa. Isso é que não dá para aceitar. Sabemos muito bem que durante esse período essa turma, esse conjunto de, diria, pseudorrepresentantes da Delta e de outros setores, da Associação de Servidores da Delta, é claro, foram ao Governo. Tive, inclusive, reuniões com o Sr. Cláudio Abreu. Não tenho nenhuma vergonha de dizer isso, até porque não me importa o horário e o local onde eu me reúna com quem quer que seja. Tenho confiança e convicção de que eu não me sujo a partir desse tipo de postura que se adotou aqui no Distrito Federal. Ora, já tomei café e já almocei com um Governador que foi preso nesta cidade. E não me contaminei. Convivi com deputados distritais que foram presos, recentemente, nesta cidade. Não me contaminei. Então, não é por um encontro ou outro que se pode, inclusive, fazer o que estão tentando fazer alguns setores da imprensa, do Parlamento Federal e também do Parlamento local.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, quero aproveitar. Jamais adotaria uma posição de generalizar uma determinada crise. Quero dizer à Senadora Vanessa

que tenho certeza de que o ex-Ministro Orlando foi vítima do crime organizado nesta cidade. As mentiras que plantaram contra o ex-Ministro Orlando Silva, não tenho dúvida nenhuma, fazem parte de um esquema criminoso. Atacaram o ex-Senador Orlando e me atacaram, inclusive, lá na Secretaria de Governo. Atacam o Governador Agnelo diariamente nesta cidade e, infelizmente, tem a cobertura de alguns parlamentares.

Não quero generalizar, mas há uma foto do dia em que o Sr. Demóstenes Torres, acompanhado por outros parlamentares, foi pedir o *impeachment* do Governador Agnelo. Quem tem dúvidas aqui de que o Sr. Demóstenes Torres foi até lá a mando do Sr. Cachoeira? É só, então, ouvir as fitas da Polícia Federal. Quando se ouve um determinado diálogo de interesse de um determinado segmento, a imprensa põe na primeira página. São noticiários e noticiários. Quando saem gravações da Polícia Federal que incriminam o grupo do Sr. Cachoeira, que tentou derrubar um Governo legitimamente eleito, não tem nenhuma importância. Não vou, também, Sr. Presidente, demais Senadores e Deputados, ser leviano com aqueles que acompanharam Demóstenes Torres quando do pedido de *impeachment* do Governador Agnelo. Não vou. Não vou ser leviano, também, com aqueles parlamentares que pertenciam ao Partido do Sr. Arruda, ao Partido do Sr. Paulo Octávio e que hoje tentam desviar a atenção pública, como se nada tivesse acontecido nesta cidade. O roubo nos cofres públicos, segundo a Operação Caixa de Pandora, é de mais de R$1 bilhão. Um bilhão de reais essa turma roubou dos cofres públicos.

Então, quis colocar isso para concluir a minha intervenção prestando a minha solidariedade ao Governador Agnelo e dizendo a ele que continue firme na luta contra corrupção nesta cidade. Nós vamos mudar o Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Teremos, agora, o Deputado Onyx, o Deputado Sampaio, o Deputado Silvio Costa, o Deputado Ronaldo Fonseca, o Deputado, não membro, Izalci, e o Deputado, não membro, Geraldo Magela. Aí encerraremos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Espere aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª quer falar na reinscrição?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Houve algum acordo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Houve um acordo de procedimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Se houve acordo é tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Houve um acordo de procedimento. Finalmente chegamos a esse acordo.

Com a palavra o Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que acompanham esta sessão, com muita tranquilidade, com muita serenidade, eu quero manter todas as afirmações que fiz na fala anterior.

Segundo, não foi ao acaso que eu falei do período em que o hoje Governador Agnelo foi Ministro, porque há um Processo, de nº 761, que tramita no Superior Tribunal de Justiça, tratando exatamente das questões que nós abordamos aqui, e que vai, com certeza, esclarecer tudo aquilo que se origina lá no episódio do Ministério dos Esportes.

E também não foi ao acaso que falei do período em que V. Exª dirigiu a Anvisa, porque o meu trabalho é investigar, é ler e procurar questionar.

Por que digo isso? Porque hoje foi aberto um processo, a pedido do Procurador-Geral de Justiça, de nº 789, exatamente para investigar as questões de que falei no bloco anterior, onde está aquele cidadão que depositou na conta de V. Exª quando V. Exª dirigia a Anvisa. E esse Processo 789 que está aberto no Superior Tribunal de Justiça vai esclarecer... Nós fomos ao Siafi, fizemos um levantamento. Esse é o levantamento da evolução do faturamento da empresa FJ, de acordo com o Siafi. Este volume aqui, pequeno, é antes da entrada de V. Exª no comando da Anvisa. E este número extraordinário de R$116 milhões é no momento logo posterior à saída de V. Exª da Anvisa. E isso vai estar esclarecido, espero, no Processo 789, que foi aberto hoje no Superior Tribunal de Justiça.

Eu estou só falando isso porque tenho vinte anos de vida pública, Sr. Governador. Eu não sei o que é um processo, porque eu fiz uma escolha da minha vida. E só aqui eu já citei três em que V. Exª está sendo demandado. Portanto, nós temos uma diferença fundamental.

E eu quero aqui, antes de entrar nos questionamentos objetivos a V. Exª, apontar o fato de que, quando a gente olha o episódio lá do Ministério, está lá o Sr. Cláudio Monteiro. E o Sr. Cláudio Monteiro está aqui, nas gravações, recebendo rádio Nextel e saindo do seu Governo exatamente porque ou... Se supõe que ele não poderia permanecer em virtude das ligações que teria com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira, como já está aqui relatado.

Então, quero perguntar se o senhor desconhecia completamente as ações do Sr. Cláudio Monteiro ou se o senhor tinha conhecimento das ações que ele praticava.

Segundo, na questão que envolve o Secretário de Transportes José Walter Vazquez, volto a insistir com V. Exª por que ele permanece no quadro.

Segundo, no esquema da Anvisa e do Ministério, estava lá o Sr. Rafael Barbosa, que é o seu Secretário de Saúde e parece que foi o seu arrecadador.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E há gravações – tenho uma aqui – que relatam, com clareza, que havia uma conversa de envolvimento com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira.

Então, a pergunta é se isso tudo é só coincidência, Governador, ou o senhor vai tomar alguma atitude em relação a esses dois Secretários, e se tomou alguma outra atitude em relação ao Sr. Cláudio Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k, para a testemunha fazer o uso da palavra.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Sr. Presidente, eu já respondi todas essas perguntas, vou responder de novo. Não tem nenhuma gravação com o Sr. Cláudio Monteiro. Cláudio Monteiro não foi interceptado em nenhuma gravação. Perguntei para ele sobre o Rádio Nextel e ele me respondeu que não recebeu Rádio Nextel nenhum. Isso tem toda a lógica, porque se ele tivesse com Rádio Nextel seria grampeado, como todos que participaram dessa organização e receberam o tal Rádio Nextel. Portanto, não há nenhuma acusação que não possa ser debatida, discutida com relação ao Cláudio Monteiro.

Segundo, o Sr. Walter, nosso Secretário de Transporte, que é uma pessoa muito séria, correta, tem conduzido de forma republicana todo um processo difícil de uma área extremamente espinhosa, talvez um pouco maior do que a do lixo aqui no Distrito Federal. Nós não temos nenhuma atitude, nenhuma decisão dele que possa desaboná-lo; pelo contrário, está enfrentando com transparência. E, depois da divulgação das escutas telefônicas da Polícia Federal, mostra justamente o rumo oposto que a Secretaria tomou com relação aos objetivos da organização que tinha uma relação com empresas coreanas e que hoje está no *site*, é público, V. Exªs podem ter acesso ao projeto que está em consulta pública do Distrito Federal. É o oposto do que foi pretendido pelo grupo.

O Rafael não foi acusador, é um médico, Secretário de Saúde, não tem nenhuma acusação, nenhuma ligação dele com esse grupo. Eu não vou obviamente, mais uma vez falando, que não respondo por empresa privada aqui, que não tem nada a ver comigo, que é o caso da FJS.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio. Cinco minutos o seu tempo de reinscrição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu realmente me reinscrevi porque algumas perguntas não foram respondidas e o Deputado Domingos Sávio colocou com muita clareza também os outros questionamentos que não foram respondidos, porque acho que é uma oportunidade do Governador responder essas questões.

Eu perguntei a ele, por três oportunidades, quem o convidou para visitar a empresa ou laboratório Vitaplan, de propriedade do Sr. Carlos Cachoeira, da sua esposa e do seu cunhado, à época, e ele respondeu, nas três oportunidades, que foi a empresa, como se a pessoa jurídica falasse, quando nós sabemos que quem o convidou foi uma pessoa e em momento algum ele declinou o nome dessa pessoa. Eu gostaria de saber porque, já que ele disse que nunca se encontrou com o Carlos Cachoeira, que juntamente com sua esposa e cunhado eram os únicos donos da Vitaplan, um dos três têm que ter convidado o Governador Agnelo. Eu gostaria que ele esclarecesse quem o convidou.

Depois, na mesma linha, foi feita uma pergunta bastante interessante. Ele sempre tratou aqui, disseram alguns dos integrantes do PT, o Carlos Cachoeira como um quadrilheiro e contraventor. A pergunta foi muito objetiva. Quando ele visitou, como Diretor da Anvisa, o Carlos Cachoeira, ele visitou o Carlos Cachoeira quadrilheiro ou o Carlos Cachoeira empresário? Era essa a resposta que gostaria de ter dele, já que ele o tratou sempre como quadrilheiro, imagino eu, posso concluir, e acho que estou correto na minha conclusão, que, à época, ele também visitou um quadrilheiro; quadrilheiro. Agora, se não responder a esta pergunta também, se ele visitou o empresário – porque de fato ele era um empresário – ou o quadrilheiro, eu me dou o direito de concluir que, quem não responde, é porque tem receio de dizer que foi visitar um quadrilheiro.

Com relação à quebra de sigilo, eu havia dito aqui ao Governador Agnelo... Sr. Presidente, eu peço que garanta o silêncio para eu poder formular a pergunta, porque é muito importante. Eu havia dito que parecia uma panaceia ele vir aqui dizer “quebro o meu sigilo bancário fiscal e telefônico”, porque ele já teria feito isso, através do Ministério Público, que solicitou. Pois quando não é a minha surpresa, dito aqui por Domingos Sávio, nosso Deputado e colega, que o Ministro Asfor Rocha, no dia 18 do mês 11 quebrou o sigilo dele. E em que período, Sr. Presidente? Olha a coincidência! O relator pede sempre quebra de sigilo em dez anos. V. Exª é minha testemunha. Dez anos. Dez anos para todos. Hoje aqui coincidentemente para o Governador Agnelo ele pede para cinco anos. E olha a coincidência: o Ministro Asfor Rocha também quebrou o sigilo por cinco anos, ou seja, ele quebrou um sigilo

já quebrado por um período já determinado por um Ministro do STJ. Que fato novo ele apresentou aqui, inusitado? Nenhum, Sr. Presidente. Nenhum. Não se quebra sigilo de sigilo já quebrado.

Por fim, até o presente momento, ele disse que respondeu dez, quinze vezes como pagou a casa.

O Governador Marconi Perillo, criticado ou não, ele disse que foram com esses três cheques recebidos do Wladimir Garcez. Ele vendeu um imóvel. Comprar um imóvel, comprar um imóvel... O homem público tem que dizer com que recursos comprou. É diferente daquele que vendeu. Mas o que vendeu teve que vir se explicar e se explicou. Ele comprou, segundo soube aqui, um imóvel avaliado em R$1,600 milhão por R$400 mil. Aí ele diz aqui, Sr. Presidente, na mesma linha de fazer uma *mise-en-scène* daquilo que não existe, ele diz aqui claramente: quebrando o meu sigilo fiscal, bancário, telefônico e na Receita, vocês vão olhar o quanto eu gastei na minha casa.

Olha a coincidência, Sr. Presidente, cinco anos. Eu disse: a quebra do sigilo dele começa agora em junho de 2012, período retroativo a junho de 2007. Mas a venda da casa, Sr. Presidente, é de março de 2007. A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico e da Receita Federal, Sr. Governador, não mostra como o senhor comprou a casa.

Faça como todos aqui fizeram, Sr. Governador, quebre o seu sigilo por dez anos, como o Governador Marconi estará quebrando por dez anos, e todos aqui foram aqui quebrados por dez anos. Mas V. Exª quebra por cinco anos, e por um período que já esteve decretada a quebra por um Ministro do STJ, e V. Exª diz que vai resolver a questão da sua casa na quebra do sigilo, quando, na verdade, a quebra do sigilo não atinge a sua casa.

V. Exª foi muito inteligente para poder tentar passar uma imagem de pessoa que vem aqui aberta, com o coração aberto, com as contas abertas, sem dizer ao Brasil que suas contas já tinham sido quebradas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Carlos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só concluindo, Sr. Presidente.

... por um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, sem dizer a todos que V. Exª, que tratou o Carlos Cachoeira como um quadrilheiro, visitou o quadrilheiro como Diretor da Anvisa.

Essas respostas V. Exª precisaria dar ao Brasil, não a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha.

Fala com o Ronaldo, ou um ou outro vai falar.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Eu respondi essas questões que foram colocadas reiteradas vezes. Percebo que... Percebo que o meu gesto aqui fez com que certos parlamentares ficassem bastante constrangidos justamente porque o gesto que fiz, público, da minha vontade, de quebrar o sigilo, de quebrar o sigilo, é uma vontade pessoal minha. Quero reiterar isso aqui.

Esta CPI tem autonomia para quebrar independentemente dessa manifestação, assim como a Justiça tem também. Então, o que estou colocando aqui é a pura realidade. Quero dizer que ao apresentar a quebra do sigilo, ao apresentar aqui a minha vontade política de dar acesso a esse conhecimento, quero dizer aqui que ao apresentar também um nada consta da Receita Federal, depois dessa aquisição, que não tem nenhum questionamento da Receita Federal, estou indicando que adquiri esse bem, esse imóvel com os meus recursos e com capacidade para fazer isso.

É evidente, Sr. Presidente, que – e já falei isso aqui – a CPI não pode se transformar nessa guerra, numa guerra política partidária. É evidente que o Deputado faz essa abordagem porque ele não pode dizer que no Distrito Federal o crime entrou, mas ele não pode falar o mesmo de Goiás. Ele faz isso porque ele não pode dizer que aqui não nomeou ninguém... que o crime organizado não nomeou ninguém. Ele não pode dizer isso em relação a Goiás. Ele não pode dizer de todas as ligações, centenas e milhares de ligações que tiveram lá, não pode dizer com relação aqui. Então, está justificado, está justificado, e tem que ficar muito chateado também. Pode ficar, isso não...

Eu respondi a todas as perguntas, estou aberto a responder às perguntas, mas não podemos fazer... De não ter o seu governador aberto o sigilo, eu não posso ser culpado por isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, meu Vice-Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – O de lá não foi solicitado pela Justiça.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – No dia de ontem, eu assisti a toda a audiência com o Governador Marconi Perillo e, no dia de hoje, toda a audiência com o Governador Agnelo. Os jornalistas, quando me perguntavam o que eu achava de uma audiência...

Sr. Presidente, era possível...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço silêncio na Comissão, por favor. Com a palavra V. Exª.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu assisti à audiência de ontem e assisti à audiência de hoje e, nas duas audiências, quando os jornalistas me perguntavam "O que você acha da ida

do Marconi Perillo?", eu, como li os três inquéritos, a Operação Vegas, a Operação Monte Carlo e também a Saint Michel, disse o seguinte: "É diferente o que vai acontecer em relação a Goiás do que vai acontecer em relação a Brasília, porque, em Goiás, essa organização criminosa prosperou, organizou os seus tentáculos e ganhou a estrutura do Estado de Goiás." E aí os jornalistas me perguntavam: "Mas você não acha que o Sr. Marconi Perillo é uma pessoa rápida, competente?" Eu falei: "Acho." "E você não acha que o Agnelo pode ter problema de comunicação?" Eu até fiz uma brincadeira: "Se ele tivesse algum problema de comunicação, eu seria governador, e não ele." Mas que o Governador Agnelo tinha uma coisa muito forte ao seu lado, que era a extrema certeza dos seus atos, e que comunicação nenhuma impediria essa, digamos assim, convicção, firme convicção.

E aí, o que eu acho que o Governador Agnelo Queiroz fez hoje na sessão? Ele pegou o Sr. Cachoeira e devolveu o Sr. Cachoeira para Goiás. Por que ele devolveu o Cachoeira para Goiás? Em primeiro lugar, onde a Operação Monte Carlo, a Operação Vegas diziam que prosperavam os jogos caça-níqueis? Principalmente no entorno de Brasília, não no Distrito Federal, porque Brasília tem uma população de altíssima renda, mas que não dispunha desse tipo de atividade no Distrito Federal. Então, os cidadãos de Brasília que queriam se utilizar desse tipo de contravenção iam para as cidades do entorno de Brasília.

Em segundo lugar, como prospera? Porque eu quero dialogar aqui, porque aqui temos juristas, delegados de polícia, promotores. Como prospera uma organização criminosa? Ela prospera tendo, em primeiro lugar, vínculos políticos.

Como é que essa organização conseguiu prosperar? Ela conseguiu impedir a repressão contra ela. Quando a polícia de Goiás apreendia máquinas, ela apreendia máquinas dos concorrentes, e não da organização. Quando prendia da organização, a organização tinha a ousadia de trocar as máquinas. Ela pegava máquina ruim e trocava dentro dos pátios da polícia. É isso que está na organização. Está na Vegas e na Monte Carlo. Então, ela conseguiu cooptar a polícia na área, comandantes de polícia, no batalhão e na Secretaria de Segurança, corregedorias, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, comandos gerais. Ela conseguiu subir para cúpula do governo, vários secretários envolvidos com essa organização criminosa. Além disso, ela tinha vínculos econômicos. O Cachoeira discutia com o Cláudio Abreu: "Esse contrato é meu, eu que vou liderar ele." Ele articulava negócios dentro do governo de Goiás. Ele tinha vínculos sociais. Cachoeira jantava com Demóstenes, secretários, Governador. Jantavam juntos. Eram vínculos sociais que se espraiavam.

Quero falar com os Deputados que estão perguntando aqui sobre a ida do então diretor da Anvisa a uma empresa do Cachoeira. Se ele encontrou Cachoeira, foi uma vez como Diretor da Anvisa. Essa operação é muito posterior a esse momento, e essas relações não eram continuadas, não eram relações continuadas.

Portanto, quero sintetizar: vínculos sociais, vínculos econômicos, vínculos negociais, vínculos patrimoniais e vínculos políticos.

Agora que eu entendo o papel do Sr. Demóstenes Torres com maior profundidade. Tem uma foto do Sr. Demóstenes Torres pedindo *impeachment,* junto com outros Parlamentares, do Governador. Talvez ele Demóstenes Torres soubesse que estava ali para defender os interesses da Delta. Os demais que estavam ali não sabiam que estavam envolvidos nesta situação, mas ele estava ali. Olha quem pediu o *impeachment* dele? O Demóstenes sabia o que fazia.

Aí essa questão do sigilo, o Governador de Brasília está fora da Operação Monte Carlo, fora da Operação Vegas. Ele não tem nenhum desses vínculos aqui. Agora, para que se aprofundem as investigações em relação ao Governador de Goiás, ele está tendo um tratamento isonômico, quando as condições não são as mesmas, não são isonômicas.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que não perdi uma passagem do Governador Agnelo Queiroz hoje quando ele falou que tinha envolvimento de jornalistas com essa quadrilha. Essa CPI não pode se recusar a fazer essa investigação também, porque quem se envolveu com a quadrilha tem que ser investigado.

Portanto, Governador, acho que V. Exª devolveu o Cachoeira para o Estado de Goiás. V. Exª hoje fez com que a força da sua convicção pudesse ser a força da verdade.

Então, parabenizo todos os Deputados. Estamos aqui há 10 horas, mas acho que o resultado disso foi este: devolvê-lo ao Estado de Goiás e aos outros Estados em que, eventualmente, ele tenha praticado os mesmos crimes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por acordo, Silvio Costa, o segundo da definição dos membros da base. Com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, na Bíblia está escrito: "Deus, perdoe aqueles que não sabem o que dizem." Tenho certeza de que Deus vai perdoar a oposição hoje à noite.

Vou responder cada pergunta que a oposição fez ao Governador. Quem vai responder agora sou eu, porque estou aqui há 10 horas e já decorei...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – No seu tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – No meu tempo.

Primeiro, a Anvisa. Falou-se muito de Anvisa. Essa oposição é tão frágil de conteúdo que a Anvisa tem cinco diretores, e nenhum diretor da Anvisa tem a prerrogativa de sozinho tomar decisões. As decisões da Anvisa são colegiadas. Portanto, estudem mais. *(Risos.)*

Convite que fizeram ao Governador. Agora mesmo fui ao meu gabinete e tem três convites para que eu visite empresas. Faz dez minutos. Se perguntarem quem mandou o convite para mim – faz 10 minutos –, eu não sei, mas a oposição quer que o Governador se lembre de um convite que foi feito há não sei quantos anos, por uma empresa, por um laboratório. O Cachoeira era uma espécie de misto-quente, aliás, ele era um *shopping,* tudo o homem tinha. Então, o Cachoeira tinha um laboratório, ponto final. Tinha um laboratório e o Governador então, na Anvisa, foi fazer um convite. Mas quem convidou? E ele tinha obrigação de saber quem convidou? Vocês trabalham na revista *Caras*, pelo amor de Deus?

(Manifestação da plateia.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Agora, sigilo... Estão dizendo aqui que o Governador disse: "Vou quebrar meu sigilo para tirar onda". Não é verdade, é outra falácia da oposição. Porque, na verdade, o Ministério Público, o Poder Judiciário quebrou apenas um sigilo bancário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Apenas sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso é pouco?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o teu Governador que não quebrou?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Teve o sigilo quebrado, teve o sigilo quebrado na Justiça.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, o Governador ofereceu aqui o sigilo bancário, fiscal e telefônico. Então, é diferente. Ele ofereceu aqui o sigilo bancário, fiscal e telefônico e o Governador de vocês afinou: "Não, não quebrem não, pelo amor de Deus".

(Manifestação da plateia.)

Pô, como é que vêm cobrar isso aqui?

Agora, vamos para a casa. Olha, eu já disse a vocês, parem de falar em casa. Esse negócio de vocês é falar em corda, em casa de enforcado. Não falem de casa, por um motivo muito simples: o pior momento do Governador Perillo – eu registro mais uma vez – foi quando o Governador não soube explicar, o cabra recebe três cheques gordinhos e não sabe quem deu o cheque, é difícil.

Lá na Paraíba o Presidente não acreditou nisso não e eu também não acredito não. O cara... Dão quinhentos para...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Deixe a Paraíba fora disso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A oposição insiste nisso.

Então, eu queria dizer o seguinte: a casa do Governador... Ele tem renda familiar, ele é médico e a mulher dele é médica, fizeram economias e compraram a casa, a casa ele disse que estava sendo reformada. Teve um deputado da oposição aqui que perguntou: "Governador, quanto vale a sua casa hoje?" O homem é Governador, ele não é corretor.

Então... Não foi você.

Então, veja, eu queria, sinceramente, dizer à oposição: eu estou muito feliz, vocês hoje prestaram um grande serviço ao País. Vocês ajudaram a esclarecer que a oposição no País não tem proposta para o País, não tem ideias para o País e nem perguntar sabe.

(Manifestação da plateia.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tem um, daqui de Brasília inclusive, não quero citar o nome por causa do art. 14, que fez tantas perguntas ao Governador que eu não entendi nenhuma.

Então, eu peço ao senhor, para encerrar, que, pelo amor de Deus, deixe a gente ir para casa, não responda mais uma pergunta não, até porque eu duvido que o senhor tenha entendido uma pergunta do Deputado que lhe faz oposição aqui em Brasília.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, o Senador Walter Pinheiro para encerrarmos a sessão.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero primeiro salientar a importância... *(Pausa.)* Eu quero, Sr. Presidente, salientar a importância, inclusive, dessas duas audiências.

Muito se questionou aqui, inclusive, o fato de a gente trazer aqui os Governadores sem o efetivo ou a junção dos dados para que, inclusive, a gente pudesse verdadeiramente arguir os Governadores naquilo, inclusive, que lhes cabe.

Sr.Presidente, eu até... Se V. Exª prestar a atenção, eu estou desde o início da sessão, até de forma tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Acho que com toda extensão da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª ajudou muito hoje.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Ela, a sessão foi uma sessão, na minha opinião, das mais proveitosas. Primeiro, porque, de uma vez por todas, a gente coloca no eixo esse debate sobre qual é o foco desta CPI. A CPI tem que extrair, Governador Agnelo, dessas duas lições, da de ontem e da de hoje, efetivamente o que a gente quer buscar. O que fez o crime organizado neste País, particularmente no Centro-Oeste? Onde ele se instalou? Que forma e estrutura de Estado se permitiram e foram também usuárias do esquema do crime organizado? Deixaram-no grassar e grassaram com ele. De que forma e estrutura de Estados reagiram contra o crime organizado? Ficou evidente aqui no dia de ontem e no dia de hoje exatamente como o crime organizado buscou se instalar, Paulo Teixeira.

Por que o crime organizado abriu tantas empresas oficiais, buscando fazer a ponte entre a ilegalidade, a contravenção e a ação "legalizada".

Ficou evidente nessas duas audiências de hoje que nós temos que dar sequência para exatamente desmontar uma estrutura que se ocupou da estrutura de Estado, usou cargos, secretarias, instituições e pessoas nas estruturas de Estado, buscou contratos, fez, a partir dessa relação, uma relação com o Parlamento, com o Judiciário, buscando ampliar os seus tentáculos e obter, meu caro Presidente, a salvaguarda e os chamados caminhos da influência ou o caminho das benesses.

É óbvio que em toda relação dessa, isso termina resultando em dois parâmetros. Um é o parâmetro do patrimonialismo. Alguns se espelhando no esquema do crime organizado, buscaram também auferir ganhos. O outro é um ganho do ponto de vista eleitoral: extrair da estrutura do crime organizado as condições para a disputa eleitoral.

Então, portanto, o que a gente tem hoje aqui claramente é estabelecer qual o caminho que vamos trilhar. Tanto é verdade isso, Governador Agnelo, que as perguntas dirigidas a V. Exª hoje são perguntas de um tempo que remonta a 2007, quando V. Exª, inclusive, não era nem da Anvisa. Quando V. Exª adquire a casa, adquire ainda como ex-parlamentar, em 2007.

Na sequência, em novembro, V. Exª... alguns devem ter tido o dom da adivinhação...seria um posto na Anvisa e, portanto, compraria a casa por conta de um cargo que deveria estar no futuro, prometido.

Outra coisa importante: todo mundo buscou atacar uma relação de ações contra V. Exª a partir de uma estrutura de Governo de Estado e não a partir da sua relação, da sua intimidade, ou da sua proximidade com o central ou com o empresário do crime organizado.

V. Exª não frequentou festas, V. Exª não levou ele para essa casa nova. Não foi na casa de V. Exª que essa figura teve inclusive o seu pedido de prisão. Portanto, não foi no patrimônio de V. Exª. O maior patrimônio de V. Exª é o patrimônio da verdade. É isso que faz com que alguém que muita gente avaliava que não sabia falar direito...quem fala a verdade não precisa ensaiar, não precisa trazer claque, a verdade flui.

É importante deixar claro aqui que essas são as diferenças de hoje.

Portanto, meu caro Presidente, os desafios da CPI agora são pegar esses dados, fazer a junção desses dados, pegar os dados do sigilo do Perillo, o sigilo do Agnelo, caminhar a partir das informações que nós temos. Esta CPMI nasceu diferente de todas as outras. Aqui os dados chegaram; os dados foram coletados antes; então, vamos fazer o cruzamento dessas informações e aí vamos ter a oportunidade de fazer a verdadeira vinculação de quem é que permitiu que o crime organizado pudesse grassar. Se é essa a expectativa de todos aqui. Com o objetivo muito claro: não é o objetivo de pegar o Perillo, como muita gente andou dizendo; nem é o objetivo de pegar o Agnelo; o objetivo concreto é pegar essa organização criminosa, bani-la da sociedade, descobrir os seus tentáculos, como ela se espalhou, por que ela criou tantas empresas, por que ela foi para diversos ramos, por que esse caminho da lavagem de dinheiro foi estabelecido.

Óbvio que, para ter esse caminho, era necessário ter uma estrutura de Estado que a sustentasse.

A CPMI tem diante de si essa tarefa e a tarefa preponderante de fazer isso agora. Diferentemente de ontem, hoje se buscou processos anteriores. Nós temos vários processos que foram apresentados aqui contra o Governador Perillo, que, na nossa opinião, são ações movidas contra quem está na direção de um Estado, como o Governador Perillo, e diversas pessoas movem, de improbidade e outras coisas.

Aqui o que nós queremos descobrir é como o crime organizado Cachoeira se instalou na estrutura de Estado deste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convido os senhores para a próxima sessão administrativa, amanhã, às 10 horas e 30 minutos. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, suspensa às 15 horas e 34 minutos; reaberta às 15 horas e 43 minutos, suspensa às 19 horas e 30 minutos; reaberta às 19 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada 20 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião realizada em 14 de junho de 2012, às dez horas e cinquenta e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Delcídio do Amaral (PT/MS), Acir Gurgacz (PDT/RO), Benedito de Lira (PP/AL) E Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ).** Deixaram de comparecer os Deputados **Delegado Protógenes (PCdoB-SP) e Gladson Cameli (PP-AC).** Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e **Magno Malta (PR-ES);** e os Deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Paulo Tadeu Vale da Silva (PT-DF), José Carlos Vaz De Lima**, **Jilmar Tatto (PT-SP), Rosane Ferreira (PV/RS)** e **Ricardo Berzoini (PT/SP)**. Inicialmente o Sr. Presidente não recebeu, por falta de amparo e afronta à Constituição Federal, o Requerimento nº 572/2012, que solicitava informações à ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, de Autoria do Deputado Carlos Sampaio. Em sequência foram submetidas à votação nominal as propostas de sobrestamento da apreciação dos Requerimentos de convocação dos Senhores Fernando Cavendish e Antonio Pagot, sendo que ambas restaram aprovadas, a primeira por quinze votos favoráveis ao sobrestamento e treze votos a ele contrários, e segunda por dezessete votos favoráveis ao sobrestamento e treze votos a ele contrários. Em seguimento, foram apreciados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria	Resultado
209/12	Requer a convocação do Sra. Andressa Mendonça, para prestar depoimento nessa CPMI.	Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro	APROVADO
241/12	Requer ao Detran e à Receita Federal informações relativas a veículos vendidos pelas empresas: Elevis Comércio de Veículos, Star Motors, Cotril Motors, Saga S/A e Kasa Motors.	Deputado Miro Teixeira	APROVADO
253/12	Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do senhor Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás.	Deputado Miro Teixeira	APROVADO
331/12	Requer cópia integral da Ação Penal nº 51.163-4/2012, que tramita na 5ª Vara Criminal de Brasília, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.	Deputados Paulo Teixeira e Cândido Vaccarezza	APROVADO

367/12	Requer informações ao Subprocurador-Geral da Rpública, Dr. Geraldo Brindeiro, sobre as transferências de dinheiro à empresa Morais, Castilho e Brindeiro Sociedade de Advogados, por Geovani Pereira da Silva, contador de Carlinhos Cachoeira, bem como sejam solicitada providencias da Procuradoria-Geral da República a respeito de tais fatos.	Senador Pedro Taques	APROVADO
382/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Excitant Indústria e Comércio de Confecções Ltda, CNPJ 02.141.620/0001-76, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
412/12	Requer à Polícia Federal cópia de todo o material (documentos, mídias, filmagens, fotografias etc) arrecadado quando do cumprimento de mandado de busca e apreensão durante a deflagração da Operação Monte Carlo.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
479/12	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. André Teixeira Jorge, CPF nº 803.275.401-68.	Deputado Onyx Lorenzoni	APROVADO
485/12	Requer que o Departamento da Polícia Federal encaminhe a esta CPMI, no prazo máximo de 10 dias, as fitas de vídeo apreendidas na residência de Adriano Aprígio em Anápolis – GO, no dia 29/05/2012, pela operação Monte Carlo, de responsabilidade do Delegado Matheus Mela Rodrigues.	Senador Alvaro Dias	APROVADO
497/12	Propõe à Comissão Parlamentar Mista Inquérito requerer a convocação do Sr. Hillner Ananias, ex-assessor do Senador Demóstenes Torres, para prestar esclarecimentos nesta Comissão.	Senador Pedro Taques	APROVADO
500/12	Requer a convocação do Senhor Luiz Carlos Bordoni.	Senador Pedro Taques	APROVADO
504/12	Requer a convocação do Senhor João Furtado de Mendonça Neto.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO

506/12	Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senhor Lúcio Fiuza Gouthier, Assessor Especial para Assuntos Sociais do Governo do Estado de Goiás.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO
507/12	Requer a quebra dos sigilos bancário fiscal e telefônico da empresa Rental Frota Logística Ltda.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO
509/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa GM Comércio de Pneus e Peças Ltda.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
511/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Alcino de Souza.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
512/12	Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Senhor Alcino de Souza.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
514/12	Requer a convocação de Luiz Carlos Bordoni para que esclareça sobre o recebimento de valores por sua filha, oriundos da empresa Alberto e Pantoja.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
517/12	Requer seja convocado o Senhor Luiz Carlos Bordoni para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputado Carlos Sampaio	APROVADO
518/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia Ltda., cujo nome fantasia é Faculdade Padrão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
519/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Mestra Administração e Participações Ltda.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
524/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Mestra Administração e Participações LTDA.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
525/12	Requer a oitiva, na condição de testemunha, de Lúcio Fiúza Gouthier, assessor especial do Governador Marconi Perillo.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
526/12	Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia – Faculdade Padrão.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
528/12	Requer a convocação do Senhor Rubmaier Ferreira de Carvalho.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
531/12	Requer a convocação da Sra. Ana Cardozo de Lorenzo.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO

532/12	Requer a convocação do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
533/12	Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
534/12	Requer seja convocado o senhor Aredes Correia Pires, ex Corregedor-Geral da Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, para prestar depoimento na condição de testemunha.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
538/12	Requer seja convocado o senhor Aredes Correia Pires, ex Corregedor-Geral da Secretaria de Segurança Pública e justiça do estado de Goiás, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
541/12	Requer seja convocado o Senhor Alexandre Milhomem, arquiteto goiano, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
545/12	Solicita a oitiva, na qualidade de testemunha, de Alcino de Souza, proprietário da GM Pneus e Peças Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
546/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior.	Deputado Odair Cunha.	APROVADO
552/12	Requer seja realizada oitiva conjunta do Sr. Luiz Carlos Bordoni e do Sr. Lúcio Fiúza Gouthier, perante o Plenário desta CPMI.	Senador Ricardo Ferraço	APROVADO
575/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Agnelo Queiroz, Governador do Distrito Federal.	Deputado Carlos Sampaio	APROVADO
577/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Agnelo Queiroz, Governador do Distrito Federal.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimento. Esta será uma reunião administrativa, portanto.

Peço a atenção e a compreensão dos Srs. Parlamentares.

Esta é uma reunião administrativa, os senhores sabem como funciona.

Peço a atenção, a compreensão e a colaboração de todos, não apenas dos colegas Parlamentares, mas acima de tudo da assessoria e dos profissionais da imprensa.

No decorrer dos nossos trabalhos, serão obedecidos os preceitos dispostos no art. 41 do Regimento Comum. Não se admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada na apreciação dos requerimentos por dois membros de cada Casa.

Não precisa pedir questão de ordem, vou repetir: por dois membros de cada Casa. Então, em cada requerimento, não mais do que dois membros de cada Casa. Um contra e um favor se posicionará para aquele requerimento: um Senador e um Deputado a favor, um Senador e um Deputado contra.

No requerimento de preferência – os senhores atendem –, no requerimento de preferência, na forma regimental, só um de cada Casa. No requerimento de preferência, um de cada Casa, um contra e um a favor, pelo prazo máximo de três minutos. Atentem os senhores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – No requerimento, também são três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O nosso prazo hoje é de três minutos, absolutamente improrrogáveis, está certo? Três minutos. No caso dos requerimentos em pauta, nós teremos dois Parlamentares de cada Casa, um a favor e um contra; no caso dos requerimentos de preferência, um Parlamentar de cada Casa.

Continuando, a fim de nos concentrarmos nos nossos trabalhos, somente serão formuladas questões de ordem... Obviamente, os senhores já não precisam repetir aquilo que tem sido uma praxe nossa. Devemos colocar em pauta a exposição e o espírito da legislação formulada pelo meu conterrâneo, Senador Cássio Cunha Lima, no que diz respeito ao art. 14, pelo menos a partir de hoje, com uma aplicação efetivamente mais rígida, digamos assim, mais própria ao espírito do legislador, que somos nós, que criamos o art. 14 para proteger Deputados e Senadores de um ataque que efetivamente possa surgir a qualquer um dos Srs. Parlamentares que precisa, no calor do debate, ser protegido de algum tipo de colocação indevida.

Só um minuto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Questão de ordem. Só registre a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não terminei ainda. Não posso passar a palavra a nenhum dos senhores, porque a palavra está com a Presidência, que vai fazer todos os encaminhamentos. Depois, abrirei para os senhores se posicionarem.

A ata está pronta? A ata não está pronta para os senhores deliberarem.

Eu tenho aqui uma proposta para os senhores. Os senhores sabem que eu não trago, embora seja prerrogativa minha como Presidente, pauta preparada. Ainda não fiz a primeira, ainda não fiz a primeira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta minha palavra vai desencadear e otimizar os nossos trabalhos. Eu preciso da atenção dos senhores.

Eu não trouxe ainda nenhuma pauta preparada ou trabalhada, porque, se assim o fizesse, precisaria publicá-la com antecedência mínima de 24 horas para o conhecimento dos senhores, e os senhores já teriam recebido essa pauta em seus gabinetes. Não o fiz ainda. Por quê? Nós já votamos aqui exatamente 328 requerimentos em sessões administrativas; nós já votamos 328 requerimentos. Nós já fizemos 57 transferências, para não dizer, Miro Teixeixa, quebras; 57 transferências. Já fizemos 18 convocações, Taques, e já fizemos três convites. Esse é o resultado estatístico até hoje das nossas sessões administrativas.

Bom, para mim, o que fica represado vale para a próxima reunião administrativa. Então, sempre fica a próxima reunião administrativa a matéria represada que não foi votada nesta reunião. Essa é a conduta da Presidência até hoje. Quando eu entender necessário mudar, os senhores haverão de receber uma pauta previamente estabelecida, porque é prerrogativa desta Presidência.

Bom, a pauta é aberta por ordem cronológica, e os senhores a têm – está aqui, e os senhores têm *on-line* a pauta na página da Presidência. Qual é a proposta? Eu recebi, antes de colocar, por força regimental, o primeiro requerimento em pauta...

Eu tenho, por obediência regimental, de colocar todos os requerimentos e votar todos os requerimentos de preferência. É a minha obrigação. Eu não posso fugir dela. Os requerimentos de preferência entram em situação cronológica. Eu os recebo, dato e também anoto a hora do recebimento.

Então, estão aqui: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze... Há vinte requerimentos de preferência, pelo menos.

Qual é a ideia? Os senhores decidem que opção. O princípio é do colegiado. A opção os senhores decidem.

Eu lhes trago uma sugestão, que é, pelo menos, saneadora de metade das nossas tensões. Já conversei com o Relator - que é meu parceiro e tem agido com absoluta correção para com esta Presidência – sobre isso.

Nós colocaremos, inicialmente, dividiremos a sessão administrativa em dois momentos. No primeiro momento, colocaremos aquilo que foi pacificado ontem, aquilo que foi discutido ao longo das 10 horas de sessão que tivemos ontem, quando da oitiva da testemunha, o Governador Agnelo Queiroz, quanto à votação consensual da quebra do sigilo telefônico dos dois Governadores. O requerimento já está posto. Colocaremos em votação.

Segundo, colocarei em votação todos os requerimentos que dizem respeito à convocação do Sr. Fernando Cavendish, de uma só vez, em um só bloco. São vários requerimentos agregados a um só. Tomaremos o encaminhamento e votaremos. Iremos a voto.

Terceiro, tomaremos a soma de todos os requerimentos de convocação do Sr. Luiz Antonio Pagot.

Com isso, terminaremos a primeira fase desta reunião administrativa. Aí, passaremos para a segunda fase, concedendo a palavra ao Relator, e os senhores votarão as propostas que o Relator trouxe de outros requerimentos.

Eu peço aos senhores que se manifestem a respeito da minha proposta. Se os senhores não quiserem, não concordarem, eu vou ouvi-los. Calma! Se os senhores não quiserem, vou votar as vinte preferências e vamos ficar aqui até meia-noite, em uma contenda política absolutamente estéril.

Está resolvido dessa forma?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM**)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou ouvir a todos. Agora, eu estou tentando diminuir, estou tentando otimizar, porque temos 192 requerimentos para votar.

O SR. **RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas vou ouvi-los. Se os senhores pedem a palavra pela ordem, eu vou conceder a palavra pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM**)** – Eu pedi a palavra pela ordem. Eu quero fazer. Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Claro, minha Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM**)** – Eu posso falar, Senador Ferraço? Muito obrigada, agradeço a V. Exª

Presidente, eu gostaria da atenção dos meus Pares, porque nós estamos aqui em uma reunião administrativa.

Eu tenho, Sr. Presidente, tenho muita dificuldade de entender reunião administrativa como uma reunião que só trate de votação de requerimento. Eu tenho muita dificuldade. Para mim, uma reunião administrativa...

Presidente, está muito difícil falar desse jeito, muito difícil.

(O Sr. Presidente faz soar a campaninha.)

Numa reunião administrativa, Sr. Presidente, eu tenho dificuldade de imaginar que a nossa única tarefa aqui seja votar requerimento. Foi V. Exª que abriu a reunião, dizendo o seguinte... Srs. Assessores, por favor, não estou conseguindo falar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica difícil. Os Assessores precisam estar disciplinados para não interromperem os respectivos Parlamentares, porque incomoda efetivamente o Parlamentar ou a Parlamentar que está usando da palavra. Peço disciplina aos Assessores, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, foi V. Exª que abriu a reunião dizendo que nós temos 328 requerimentos votados. Nós pedimos a transferência, a quebra de 57 sigilos. Nós aprovamos 18 convocações e 3 convites, por V. Exª. Eu anotei com muito critério.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Quero dizer que não tenho apresentado muito requerimento nesta Comissão, porque tenho sido contemplada com os requerimentos que são apresentados. Não sou daquelas que apresentam requerimento para repetir e para falar para o primeiro, principalmente nas convocações. Mas, por exemplo, Sr. Presidente, apresentei um requerimento pedindo informações para a Anvisa, porque considero importante para os trabalhos desta CPMI.

Toda semana procuro a Secretaria para saber da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está aqui no conjunto do Deputado Odair hoje.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não. Até ontem não havia chegado resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A resposta ao requerimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – A resposta ao requerimento, porque o requerimento já foi. Mas não havia chegado a resposta. Então, Sr. Presidente, eu acho que, antes de nós tomarmos qualquer decisão que seja, V. Exª precisa nos informar, informar coletivamente, o que é que nós já recebemos de resposta, porque só assim é que nós vamos poder nos conduzir nas votações. Por que chamar pessoas? Para quê? Se não temos informação nenhuma, para quê? Eu, quem sabe, quero chamar alguém da Anvisa, mas eu tenho que ter informação, e eu não estou fazendo

essa observação agora. Eu tenho procurado semanalmente, diariamente, Deputado Sampaio, a Comissão, a administração, para saber. Então, acho que V. Exª, o Relator, têm que nos informar de que informações nós dispomos, que estão a nossa disposição, para aí, sim, a gente ver quem aprovamos, quem convocamos e tudo mais, Sr. Presidente.

Então, esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar V. Exª e, depois, o posicionamento da Presidência a esse respeito, eu passo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu aprovo o método de V. Exª, imagino que se deve, sim, dar maior celeridade às respostas. Está certa na primeira parte a Senadora Vanessa Grazziotin, mas a demora não pode interromper os trabalhos quanto ao resto, especialmente a convocação do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot. Ficaria muito mal para esta Comissão, a pretexto da demora de uma informação, evitar a convocação do Cavendish e do Pagot. Cavendish é aquele que disse que dá 30 milhões e resolve qualquer coisa. Tem gravação dele aí. Então, apoio a proposta do Presidente e peço o seguinte: vamos votar logo, vamos votar. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro Teixeira. Só um minuto. Vou passar a palavra... Vou responder... Vou passar aos senhores que a estão pedindo. Vou passar a palavra a todos que a estão pedindo. Peço apenas calma dos senhores. Eu vou resolver todas as questões.

Senadora Vanessa, esse trabalho, e a senhora tem muita razão na formulação e no questionamento que fez. O trabalho que está sendo feito através dos requerimentos, quando nós votamos aqui, em menos de 24 horas, a diligente, competente Secretaria que esta Presidência, expede os ofícios. Esses ofícios normalmente, quando de transferência de sigilo ou requisição de informações, têm um prazo... Eu peço a atenção dos senhores, porque a resposta à Senadora Vanessa pode valer para alguns outros questionamentos. Eles têm um prazo de até dez dias úteis.

Quando nós recebemos, e todos os dias nós recebemos cargas e cargas de informações, nós imediatamente recolhemos essas informações, alimentamos os nossos terminais, quando a matéria é de caráter sigiloso, protegido pela Justiça, ou alimentamos os nossos portais de forma *on line* das matérias que são próprias da Comissão. Imediatamente.

Então, se no caso do requerimento de V. Exª o ofício foi expedido à Anvisa, e a sua assessoria, competente que o é, ainda não o recebeu, eu peço que V. Exª encaminhe à presidência uma reclamação para que a presidência notifique a Anvisa de que está havendo leniência, demora ou negligência, para que a presidência tome posição. Não há como a presidência controlar se não alimentar permanentemente *on-line*, e há uma recomendação desta presidência para que todo documento que chegue à presidência nós imediatamente o coloquemos em rede. Imediatamente.

Então, ou ele é alimentado nos nossos computadores, ou é colocado em rede. Então, esse é o procedimento padrão desta presidência. Então, se há, no caso específico do requerimento votado, algum tipo de tardamento, V. Exª tem todo o direito de reclamar a esta presidência para que tomemos as posições necessárias.

Passo a palavra ao Senador Fernando Collor. Depois, ao Senador Randolfe Rodrigues; depois ao eminente, ínclito, ilustre Deputado Rubens Bueno; depois, a questão de ordem do Senador Pedro Taques; depois, ao Senador Cássio Cunha Lima. Depois, quem mais? Quem mais quer falar? Se todo o mundo quiser falar, fala. Depois o Deputado Picciani. Vocês é que estão pedindo. A sugestão foi dada, mas quem faz a reunião são os senhores.

Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, senhor relator, Srªs e Srs. Senadores, na penúltima reunião da nossa comissão, eu dei notícia aos integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das seis representações com que ingressei em desfavor do Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, e da Subprocuradora Cláudia Sampaio. Um na ação penal, outro na ação civil, outro na ação administrativa, mais dois na ação administrativa, e uma na esfera público-administrativa.

E quero dar notícia, portanto, a esta Comissão de que, ontem, o Conselho Nacional do Ministério Público acolheu duas das representações que fizemos àquele conselho em desfavor do Procurador-Geral da República e em desfavor da Subprocuradora Cláudia.

Diz em seu despacho o Conselheiro Almino Afonso, relator da matéria:

Sendo assim, [conclui ele], nos termos do art. 110 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino a notificação do Procurador-Geral da República para que, no prazo de 15 dias, preste os esclarecimentos cabíveis.

Isso significa que, pela primeira vez, desde a Constituição de 1988, uma representação feita contra um procurador-geral da República foi aceita pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do que se depreende que, sem dúvida, o conselho acompanhará esse relator, no sentido de que há razões suficientes para que essa denúncia se transforme numa ação de improbidade administrativa e de impedimento legal do Procurador-Geral da República.

Esse é um fato, Sr. Presidente, da maior relevância, porque, quando disse aqui, da primeira oitiva do delegado da operação Vegas, que eu estava percebendo que teria havido prevaricação do Sr. Procurador-Geral, interpretações várias foram dadas às minhas palavras, e agora está aqui corroborada a razão da minha apresentação pelo Conselho Nacional do Ministério Público. É essa notícia que eu gostaria de dar a esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem, com base no art. 131, combinado com o art. 36 do Regimento Comum e seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra a V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, o art. 36...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir V. Exª, mas há uma questão de ordem precedente à de V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um instante só, Deputado Vaccarezza.

Com a palavra Randolfe Rodrigues.

Só um instante, Deputado Vaccarezza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, serei breve, inclusive porque é uma questão de encaminhamento, na verdade.

Já conversei com S. Exª o Relator Odair Cunha.

Existem 38 requerimentos, Sr. Presidente, de minha autoria, de quebra de sigilo bancário e fiscal de empresas que receberam recursos da Alberto Pantoja/Delta.

Em entendimento com S. Exª o Relator, parte desses requerimentos estou convertendo em requerimentos de informação sobre a operação financeira específica entre a Alberto Pantoja e as alegadas empresas. Ou seja, alguns, como é o caso, por exemplo, da Excitant, e está inclusive na pauta, estamos mantendo a necessidade da quebra do sigilo bancário e fiscal. Em outros, conforme entendimento que já tivemos com Relator, estou convertendo a quebra do sigilo bancário e fiscal na quebra do sigilo daquela específica operação financeira, conforme entendimento anterior.

Então, estou encaminhando para V. Exª e para o Relator os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenho duas questões de ordem. Vou dar preferência, por ter preferência regimental... A primeira questão de ordem é do Senador Taques e a segunda é do Deputado Vaccarezza, que pediu a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E a terceira do Deputado Silvio Costa, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor pediu pela questão...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...palavra.

Aqui se banalizou a questão de ordem também.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto a V. Exª, e eu já a fiz na reunião anterior, e V. Exª me entregou por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – V. Exª me entregou por escrito a questão de ordem que levantei quando presidia a reunião o Deputado Paulo Teixeira. V. Exª estava se recuperando ou internado em São Paulo, e todos nós torcemos para que viesse pronto e ativo para nossa CPMI, e está aqui, para nosso agrado.

Aliás, é bom até destacar que hoje o Senador Jarbas Vasconcellos está sofrendo uma intervenção cirúrgica em São Paulo, uma operação cardíaca, e venho aqui também registrar nossa solidariedade em homenagem a ele.

Sr. Presidente, V. Exª respondeu que eu poderia, que qualquer autoridade poderia aqui pedir a prisão do Sr. Walter Santiago naquele momento em que ele estava cometendo crime de perjúrio. Eu levantei a questão, a Mesa não...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar, estou lhe ouvindo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É que o Luiz Pitiman é grande, Sr. Presidente, a gente tem que...

Eu pedi a questão de ordem e, naquele momento, o Presidente não entendeu dessa forma.

Aí V. Exª diz, no seu parecer, encaminhado na última reunião, que não estava aí, estaria na minha fala, e os documentos... Os documentos, Sr. Presidente, eu entreguei na hora para o Presidente Paulo Teixeira naquele momento. Entreguei os documentos na hora do crime que ele estava cometendo. Então, solicito a V. Exª que os documentos entregues sejam avaliados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicitação aceita.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E a outra questão, na mesma questão de ordem, Sr. Presidente – é rápido – é que recebemos aqui esse documento que trata da quebra de sigilo das informações do BMG sobre a Delta. Sr. Presidente, isso aqui no mínimo é

risível, porque quando entra um valor na conta da Delta, no Banco BMG, esse valor de 13 milhões no dia seguinte sai da conta. E não diz de onde veio, para onde vai, não dá nenhuma informação além disso. Então, peço a V. Exª para que, junto com os técnicos, aí procuremos dar informações, para poder dizer o seguinte: não podemos transformar a CPMI, muito menos documentos e quebra de sigilo bancário, que garante a própria Constituição à CPMI... Para que possamos não transformar isso aqui num triângulo das bermudas, onde tudo desaparece e nada acontece.

Por isso peço a V. Exª, encarecidamente, que os técnicos possam devidamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª formule esse pedido por escrito porque eu não consigo entender o que V. Exª está dizendo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não conseguiu entender?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Faça por escrito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aceito a questão de ordem de V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E a forma como V. Exª coloca, faça por escrito.

Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, a questão de ordem, eu já a fiz por escrito. É a mesma dele, Sr. Presidente. É interessante, eu estou pedindo isto aqui, com fundamento no artigo 89, que a Mesa da CPI faça um relatório analítico do que já veio porque nós temos dúvidas em documentos. Portanto, estou pedindo um planejamento dos trabalhos porque essa dúvida do Deputado Bueno é a mesma, e eu já redigi aqui. Ele não precisa redigir, já está feito aqui. O encaminhamento, Sr. Presidente, é: nós precisamos saber que documentos vieram, que contas foram afastadas. E isso, a assessoria competente da Presidência e da Relatoria pode fazer isso para que cada membro da comissão tenha. As nossas assessorias estão com dificuldade para saber o que existe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem está aceita; determino à secretaria para que, até segunda feira, encaminhe relatório e que a cada dia encaminhe ...

Determino à secretaria que, até segunda feira, encaminhe aos senhores membros da CPI relatório circunstanciado sobre todas as remessas que chegaram dos materiais solicitados por esta CPMI.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sinto-me condignamente representado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a mesma coisa, não é, Rubens?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pelo Senador Pedro Taques, claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Com a palavra, Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é uma questão de ordem. *Data vênia* a V. Exª, o artigo 36 e seguintes não prevêem pinga-fogo em CPIs. V. Exª anunciou pelo menos umas dez inscrições. O que eu queria sugerir a V. Exª para o bom andamento dos trabalhos? Ou V. Exª diz qual é a pauta hoje, ou estabelece que todos os artigos estão em pauta, e aí nós vamos artigo por artigo, ou, o que eu prefiro, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir: que o relator dê um parecer sobre o que ele acha que deve ser votado hoje, e aí nós podemos votá-lo no seu conjunto sem prejuízo dos destaques, ou V. Exª, na próxima reunião, estabeleça com antecedência qual vai ser a pauta. Se não, vamos ficar até três horas e não vamos definir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem aceita.

O SR. JOSIAS GOMES (PT – BA) – Questão de ordem. Deputado Josias Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um esclarecimento a V. Exª, Deputado Vaccarezza. Eu recolho a questão de ordem até como uma orientação de V. Exª a esta Presidência. Só que eu não iniciei ainda o processo de votação dos requerimentos.

Eu sugeri uma pauta que foi aceita pela grande maioria. Os Deputados e Senadores passaram, fora da pauta, a falar pela ordem sobre assuntos que não estão em pauta, e eu abri essa possibilidade. Só agora estamos retomando nossa pauta originária que são três pontos específicos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe, V. Exª já fez uma votação...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, questão de ordem. Deputado Silvio Costa!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuam as questões de ordem! Continua o festival de questão de ordem.

Vamos lá!

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou ser rápido. Está chegando a suas mãos agora um requerimento do PSDB de convocação da Presidente Dilma que depois eles transformaram em interpelação. A minha questão de ordem é a seguinte: V. Exª sabe dos limites da CPI, que não pode convocar presidente da República nem do Supremo Tribunal Federal. Gostaria que V. EXª considerasse esse requerimento natimorto para nem sequer a gente ter a discussão na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não tenho conhecimento desse requerimento.

Quem mais pediu questão de ordem? Francischini, o senhor quer a questão de ordem?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Minha questão de ordem é vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor quer a questão de ordem? Todo mundo quer votar, o senhor quer a questão de ordem? Fale, pois não.

O SR FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, ontem o desembargador Tourinho Neto, em seu primeiro voto, anulou as provas obtidas na Operação Monte Carlo, inclusive as escutas telefônicas todas. Foi o primeiro voto. Eu venho aqui trazer à opinião pública brasileira o nosso repúdio contra essa ação. Anular a ação da Polícia Federal, dizendo que ela se iniciou em uma denúncia anônima, é um desserviço ao País. Vai absolver sumariamente o Sr. Carlos Cachoeira, o Senador Demóstenes Torres. Vai acabar com esta CPMI, vai acabar com o Conselho de Ética, vai destruir a Operação Monte Carlo. Porque só se anula prova de operação da Polícia Federal quando são poderosos e políticos envolvidos com o crime organizado, Presidente. Por que não anula a operação do Fernandinho Beira-Mar, que começou com denúncia anônima?

É o repúdio nosso, Presidente. Isso vai anular. Eu não vou virar palhaço nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu queria agora, antes de iniciarmos a votação, talvez imbuído... Só um minuto, Cássio. Vou tomar sua palavra e o seu... *(Falha na gravação.)* Talvez imbuído por uma fala que veio do Senador Cássio Cunha Lima ontem, a respeito...

Eu queria falar aos senhores antes de iniciarmos a votação.

Nós teremos aqui mais alguns meses de convivência, convivência que espero ser salutar, respeitosa – ia usar uma palavra que não considero desgastada –, republicana. Nós temos regimentos a respeitar. E não podemos, por conveniências, algumas midiáticas, outras que são risíveis até, imaginar que podemos, ao sabor das nossas conveniências, ficar aqui pedindo a palavra por questões de ordem, quando, na verdade, não são questões de ordem, que não têm absolutamente nada com questões de ordem, e os senhores me levam a uma situação extremamente constrangedora. Porque eu passo a ter obrigação de cassar-lhes a palavra, e não quero fazer-lhes isso, porque seria indelicado a este Parlamentar, que não tem, na sua natureza, esse espírito de estar, no uso das atribuições presidenciais, tolhendo a palavra de quem quer que seja, muito menos de um colega Parlamentar. Mas os senhores estão me levando a essa condição de mudar um pouco o meu estilo e passar simplesmente a ouvir dos senhores que estou sendo autoritário, que estou sendo, sei lá, algum tipo, porque não consigo mais ouvir dos senhores, que simplesmente deturpam condições, instrumentos e ferramentas que os senhores têm para comigo conduzirem a sessão, estão de forma inapropriada utilizando essas ferramentas e nos deixando com uma hora de atraso para aquilo que os senhores pediram durante muito tempo ou pelos menos pediram na imprensa durante tanto tempo para determinadas convocações, determinados atos desta CPMI.

Então, eu os convoco, os senhores são experimentados, os senhores estão aqui há tantas e tantas legislaturas, a uma reflexão. Nós temos um grande trabalho a fazer. Sobre os nossos ombros pesa um enorme desafio, que é entregar a este País, no dia 4 de novembro, um resultado, e vai ser cobrado de nós um resultado, não é esta Presidência e não é esta Relatoria, mas a cada um dos senhores um resultado. Por isso, ajudem-me, não me permitam mudar o meu estilo. Eu sou democrata, é a minha formação, é a minha herança, é a fundamentação ideológica que recebi, mas, pelo amor de Deus, não vamos abusar desta Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O meu apoio, Sr. Presidente, Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação os Requerimentos nºs 253 e 546, dos Deputados Miro Teixeira e Odair Cunha; o 553, que quebra o sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás, da lavra do Deputado Miro Teixeira; e do 546... 253 e do 546, do Sr. Deputado Odair Cunha, que quebra os sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, como autor, para facilitar processualmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu, ontem, encaminhei ao relator uma petição, pedindo que ele adotasse como dele a quebra dos dois sigilos dos dois governadores. E eu encaminhei, pedindo que essa quebra fosse por cinco anos. Refleti, na questão dos cinco anos, sobre a obrigatoriedade do cidadão guardar os documentos, para efeitos fiscais, por cinco anos. Porém, seguindo até o que ouvi de companheiros aqui de oputros partidos, principalmente do PSDB, eu aceito um aditamento ao meu requerimento para dez anos, para que fique absolutamente uniforme o prazo. E peço ao relator, para evitarmos, diversas, sucessivas

votaçãoes, que acolha, então, a petição que a ele foi encaminhada, ontem, com esta retificação "por dez anos", e nós faríamos uma votação para o que seria a proposta do relator. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero, agradecendo ao Deputado Miro Teixeira, e diante da situação em que nos encontramos aqui, de consenso absoluto nesses encaminhamentos, com relação ao mérito, eu apresentei na data de hoje o Requerimento nº 577, onde especifico, de maneira mais clara, as razões de quebra de sigilo do Governador Agnelo Queiroz.

O que vou propor, Deputado Miro Teixeira? O requerimento de V. Exª traz os dois governadores num requerimento só. É melhor que nós tenhamos requerimentos específicos do Governador Queiroz e do Governador Marconi Perillo, de forma que nós iríamos prejudicar o requerimento de V. Exª, já apresentado, que é o Requerimento 253. Nós votaríamos, então, o 546 e o 572, ambos por dez anos – mostre ali para o Deputado Carlos Sampaio. É o 577, que eu acabei de apresentar, e solicito a inclusão de pauta, por consenso do Plenário. O Deputado Carlos Sampaio está fazendo a leitura...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, basta fazer a leitura do requerimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Sampaio, esta é cópia única.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, havia também um requerimento de prioridade para o Requerimento 484, que diz respeito também a governadores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas aqui é quebra de sigilo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Quebra de sigilo. O 484.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Podia fazer chegar esse requerimento. Enquanto eles me entregam aqui, o 577: "Requeremos a V. Exª, nos termos regimentais, com base na Lei Complementar 105, combinada com a Lei nº tal e com a Constituição, nos seus arts. 5º, 58, §3º, que esta Comissão requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Agnelo Queiroz, no período de 1º de janeiro até a presente data, conforme justificativas abaixo apresentadas."

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O único esclarecimento, Sr. Presidente é com relação a quebra de sigilo fiscal, bancário e SMS.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Pode também. Eu adito aqui.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Telefônico, telemático. Eu concordo e retiro, então, o meu requerimento e apoio o do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – É. Fica prejudicado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) –Então, vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Vamos fazer a votação.

Chamo José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Humberto Costa. *(Pausa.)*

Lídice da Mata

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) *(Fora do microfone)* – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Tem que ser duas votações.

Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Wellington Dias. *(Pausa.)*

Jorge Viana. *(Pausa.)*

Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Delcídio do Amaral. *(Pausa.)*

Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Concluído o bloco.

Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim. *(Pausa.)*

Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Vamos aos Deputados.

Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Iracema Portella. *(Pausa.)*

Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella. *(Pausa.)*

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim ínclito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa. *(Pausa.)*

Silvio Costa. *(Pausa.)*

Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Osmar Júnior. *(Pausa.)*

Votação encerrada.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Próximo requerimento: qual é o número? *(Pausa.)*

Vanessa Grazziotin chegou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes da votação...

Vanessa vota "sim".

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu fiz referência ao Requerimento 484, que é...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou votar o outro agora. Vou votar o Agnelo. Deixe-me votar o Agnelo logo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar o Agnelo agora. Vamos votar o Agnelo!

José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos votando o 575, não é isso, Odair? Por favor, me ajude.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 577.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O 577?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 577.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É tudo igual.

577.

Repito a votação.

José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, votação importante! Eu preciso do silêncio dos senhores.

Humberto Costa. *(Pausa.)*

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques. *(Pausa.)*

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Paulo Davim. *(Pausa.)*

Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Deixe-me chamar...

Senador Walter Pinheiro, falta um do bloco de V. Exª.

Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Lista dos Deputados.

Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Iris de Araújo?

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson? *(Pausa.)*

Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quintella? *(Pausa.)*

Ronaldo Fonseca?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com muito orgulho, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro?

O SR. MIRO TEIXERIA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Presidente. E sim também em Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Protógenes? *(Pausa.)*

Osmar Júnior? *(Pausa.)*

Votação aprovada.

Declaro aprovados os Requerimentos nº 546 e nº 577, para efeito taquigráfico.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, para um esclarecimento sobre o que foi aprovado. Só para o Relator aceitar a proposta de votar quebra de sigilo telemático, não botar só de telefone. Botar telemático, porque pega tudo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi isso que incluímos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dou a palavra, pela ordem, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, apresentei o requerimento de preferência e inclusão na Ordem do Dia subscrito pelas Lideranças do PT, do PMDB, do PSB, do PDT, do PCdoB, do PSC, do PV, do PTB e do PR. Esse requerimento diz respeito ao Item 573, de 2012, de autoria do PSDB.

O PSDB, Sr. Presidente, encaminhou ontem um requerimento solicitando a convocação da Srª Presidenta da República para vir à CPI do Cachoeira prestar esclarecimento. Por compreender a agressão que isso representa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – ...à Constituição brasileira, aqueles que subscreveram, representando aqui o PSDB, resolveram transformar em requerimento de informação com o mesmo número que trata de um aditamento com esse caráter. Esse requerimento de informação é basicamente a repetição do que ali existe.

Quero, Sr. Presidente, registrar que o Supremo Tribunal Federal, interpretando o art. 86, §4º, da Constituição, o art. 58, §3º, da Constituição, no caso do Cesare Battisti, Extradição de nº 1.085, já decidiu que o papel de Presidente da República não pode ser objeto de um conjunto de ações que aqui são tratadas. Exatamente, Sr. Presidente, em respeito à Constituição, em respeito a uma Presidenta da República, em respeito a esta própria Comissão, peço a V. Exª que coloque em votação esses requerimentos para que possamos rejeitá-los ainda hoje.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, ele não pode nem receber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos continuar com a nossa pauta. Depois eu coloco o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, continue com a pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência já se posicionou agora há pouco a respeito desse assunto. Vamos continuar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não recebi esse requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – O requerimento está protocolado sob o nº 573. Está na pauta. E o que quer, Sr. Presidente, é fazer com que passe toda a Rio+20 com essa matéria na pauta desta Comissão para servir de guerra política. Por isso, Sr. Presidente – está protocolado –, estou pedindo a V. Exª que coloque em votação um requerimento que pede a inclusão na pauta ou rejeite o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu rejeito o requerimento. Eu desconheço o requerimento.

O SR. (Orador não identificado) – Inadmite o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele pode estar protocolado, Senador Pimentel, mas esta Presidência tem a responsabilidade constitucional de desconhecer e rejeitar liminarmente o requerimento, por um atentado à Constituição Federal. Vamos votar pelo amor de Deus!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, estou satisfeito com a sua posição.

Eu quero, Sr. Presidente, só registrar que é necessário moralizar esta Comissão, sob pena de descredenciá-la...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar o Fernando Cavendish.

Vamos votar. Quais são os outros requerimentos que estão na minha pauta?

Temos agora requerimentos relativos à convocação do Sr. Fernando Cavendish. É o Requerimento nº 7, 44, 84, 103, 136, 154, 159, 166, 170, 370 e 475.

Para encaminhamento, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, esta Comissão Parlamentar de Inquérito busca identificar as pessoas públicas e privadas que foram corrompidas e cooptadas pela organização criminosa.

Nós estamos, neste momento, buscando estabelecer, a partir dos depoimentos que aqui temos e da análise dos documentos que chegam a esta CPMI, os vínculos sociais, econômicos e patrimoniais dessas pessoas com a organização criminosa.

Estamos, Sr. Presidente, discutindo as relações da Delta com a organização criminosa e a que serviu essa empresa nessa organização criminosa.

A partir dessa análise, Sr. Presidente, e com a análise dos documentos que chegam a esta CPMI nós vamos nos posicionar sobre a conveniência ou não da convocação do Sr. Fernando Cavendish.

Por isso e tendo essa segurança de que precisamos fazer com que venham a esta CPMI pessoas cujos vínculos sociais, econômicos, políticos e patrimoniais fiquem evidentes, nós precisamos de uma análise detida.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero pedir que V. Exª submeta à votação deste requerimento o encaminhamento que estamos dando, que é o encaminhamento de sobrestar, não decidir nem a favor nem contra essa convocação neste momento.

É público, é notório, Sr. Presidente. Nós teremos oportunidade de, com base na análise dos documentos... porque nós não podemos ficar submetidos nesta CPMI à vontade das pessoas de falar ou não falar, usar o direito constitucional ao silêncio ou anunciar por aí que querem falar a esta CPMI. O que tem que motivar a convocação ou não de uma pessoa a esta CPMI é a análise da investigação.

Por isso, neste momento, entendo não ser necessária a aprovação ou a rejeição desse requerimento. Por isso eu proponho aos demais pares esse sobrestamento.

É a opinião do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um momento, senhores, um momento.

Tenho um Vice-Presidente aqui que está me ajudando na organização e no encaminhamento dos trabalhos. E já apontei aos senhores que quem está colhendo as suas fisionomias para que possa anotar, das duas Casas, um a favor e um contra é o meu Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira. Ele estará me ajudando para passar a palavra aos senhores, para evitar acúmulo de obrigações desta Presidência, que não têm, ao mesmo tempo, que captar de imediato a fisionomia e saber, imediatamente, em frações de segundos, quem levantou a mão pedindo a palavra, podendo cometer injustiças.

Então, temos, como manda o Regimento, nas duas Casa, dois posicionamentos: um contra, outro a favor. Um Senador contrário e um a favor; um Deputado contrário e um a favor.

Por favor, Deputado Paulo Teixeira, decline...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu queria me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Noticie quais serão, por três minutos, os oradores que vão se posicionar sobre a proposta do Relator, que é a análise do requerimento, do globo de requerimentos de convocação do Sr. Fernando Cavendish.

Sr. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, só quero aqui dizer que, como V. Exª designou – aí quero pergunta a V. Exª -, são dois ou quatro por requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quatro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Quatro. Bom, eu consegui alcançar aqui que, pelo Senado, defenderá, a favor requerimento, o Senador Ciro Nogueira. Falta um Senador. A favor do posicionamento do Relator. Por isso, eu estava indo a favor. O Senador Ciro, quero indagar se há outro Senador que é favor do sobrestamento? Senador Sérgio?

Tenho aqui um Senador, o Senador Ciro Nogueira. Senadores contrários, eu tenho vários. Por isso, precisamos chegar a um entendimento, porque são só dois Senadores.

Aqui se inscreveram os Senadores: Alvaro Dias, Cássio Cunha Lima, Pedro Taques e Randolfe. Como são dois, peço que V. Exªs cheguem a um entendimento, pois não podem ser quatro. O Senador Cássio se sente contemplado pelo Senador Álvaro. Peço ao Senador Pedro e ao Senador Randolfe... Não, Será utilizado integralmente.

Então, chegamos ao entendimento de que é um contra e outro a favor. Então, cheguem ao entendimento quanto a haver um Senador contra e outro a favor.

O Senador Ciro defenderá a posição do Relator. Agora, peço que um Senador faça o encaminhamento contrário. Quem será?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma pergunta. Chegaram algumas informações sobre a quebra de sigilo da Delta.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu indago: quem falará contrário ao requerimento? Quem será? Senador Alvaro Dias.

Então, teremos: Senador Ciro Nogueira, com o Relator; Senador Alvaro Dias, contrário ao encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir logo a outra Casa.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Da Câmara, os Deputados Ronaldo Fonseca e Leonardo Picciani, por favor, entrem em entendimento quanto a quem encaminhar a favor do Relator, entre V. Exªs.

Contrários ao Relatou, inscreveram-se os seguintes Deputados: Miro teixeira, Vanderlei Macris.

Então, peço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Presidente Paulo Teixeira, enquanto eles entram em entendimento, vamos ouvir o Senado.

Com a palavra, por três minutos, o Senador Ciro Nogueira.

Encaminhem a decisão ao Presidente Paulo Teixeira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que o que aconteceu, Senador Pedro Taques, nos últimos dias, com os dois depoimentos que nós tivemos em sessões históricas aqui nesta Casa – por quase dez horas, nós trouxemos a esta Casa dois governadores de grandes Estados brasileiros – nos deve servir de exemplo.

Nós passamos à opinião pública – e aqui ressalto, mais uma vez, que não estou aqui nem como governo, nem como oposição –, nós passamos à opinião pública a certeza de que nós estamos apenas numa guerra política nesta Casa!

O que é que nós produzimos de efetivo nos depoimentos desses dois governadores ontem!? A certeza de que esta CPI não se preparou para a arguição desses dois governadores! E olhe que temos aqui talvez os homens mais experientes em CPI desta Casa: aqui meu companheiro Carlos Sampaio, Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Taques, que é uma referência para todos nós. Mas o que é que se descobriu de novo que já não tenha sido dito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público? Nada! Nada, nada, nada. E esta é a impressão que a opinião pública está levando sobre esta CPI!

Nós ficamos apenas numa guerra de convocar fulano. Chegamos ao ponto de querer trazer a Presidente da República aqui! E o ex-Governador José Serra!

Está na hora de nós pararmos e nos debruçarmos sobre o vasto material que esta Casa tem! Sobre o vasto material! Nós não quebramos o sigilo da Delta? Vamos analisar!

Senador Pedro Taques, noutro dia parece que foi o senhor que disse que parece nós vivemos num filme hollywoodiano! Será que o Dr. Fernando Cavendish vai chegar aqui e vai falar, vai entregar qualquer tipo? Não vai!

Ou nos preparamos para a arguição dessas pessoas, ou nós vamos ser desmoralizados, como nós fomos ontem e anteontem!

Então, está na hora, nobres Senadores, Srs. Deputados, de nos preparamos! E não vejo outra alternativa a não ser as Assessorias, os homens experientes desta Casa, e nos debruçarmos sobre o vasto material colhido por esta CPI.

Então, Sr. Presidente, voto favorável à posição do relator, o nobre Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Art. 14!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não concederei o art. 14 a V. Exª, me permita...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs Parlamentares, Srs. Parlamentares, esta convocação é urgente, inadiável, imprescindível.

Eu não concordo com o meu prezado colega Ciro Nogueira de que depoimento não tem importância porque não estamos preparados. O depoimento, na pior das hipóteses, coloca o mal à luz para que ele possa ser identificado, reconhecido pela opinião pública, que exerce pressão, convocando a autoridade judiciária à responsabilidade.

São essenciais, em CPIs, os depoimentos.

Neste caso, é indiscutível que o Sr. Fernando Cavendish é uma das estrelas desse esquema de corrupção que envolve agentes públicos e privados. Rapidamente, numa análise ainda preliminar da quebra de sigilo da Delta, nós verificamos o repasse de bilhões de reais da Delta para Alberto Pantoja. E dela para criminosos que estão sendo investigados nesta CPI – pessoas jurídicas e pessoas físicas. Só isso bastaria para a convocação de Fernando Cavendish, que é o principal *manager* da empresa Delta.

Ele é citado em vários momentos da operação Monte Carlo. A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Fernando Cavendish também é imprescindível e inadiável. Há um requerimento de preferência de minha autoria, e esse requerimento não foi incluído na pauta do dia de hoje. Nós gostaríamos, Sr. Presidente, que, além de votarmos a convocação de Fernando Cavendish... Aliás, ele afirmou que compra políticos e que teria a possibilidade de comprar um Senador por R$6 milhões, o que ensejou, da nossa parte, uma interpelação judicial, não respondida por ele. A interpelação judicial não foi respondida pelo Sr. Fernando Cavendish. Nós encaminhamos queixa-crime, Sr. Presidente. O Sr. Fernando Cavendish desdenhou da Justiça, não respondeu a uma interpelação judicial, e a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou a instauração dos procedimentos para dar continuidade à queixa-crime que contra ele movemos a Senadora Ana Amélia e eu.

Portanto, Sr. Presidente, é imprescindível a convocação já do Sr. Fernando Cavendish. Ele tem muito a explicar a esta CPI e eu posso garantir ao prezado Senador, ao...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Preparados para questioná-lo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Leonardo Picciani. Falta chegar o Deputado contrário à posição do Relator, Deputado Miro Teixeira. Ok.

Deputado Leonardo Picciani, com a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, quando nós iniciamos o trabalho desta Co-

missão nós aprovamos o plano de trabalho do Relator e todos aqui saudamos o plano de trabalho do Relator como um bom plano de trabalho, tanto que, salvo melhor juízo, o plano de trabalho foi aprovado por unanimidade. Teve um voto contra. Pela quase unanimidade.

E, no ritual das CPIs, por que sempre é dada inicialmente a palavra ao Relator? Para que o Relator, com base na análise que fez da documentação, das denuncias, do material em poder da CPI, possa iniciar a instrução do processo de oitiva, possa iniciar a instrução dos procedimentos.

No momento em que nos desviamos da proposta do Relator, justamente na antecipação da convocação dos Srs. Governadores de Estado, ocorreu o que aqui o Senador Ciro Nogueira analisou. A CPI não tinha absolutamente o que perguntar aos Governadores. As perguntas não eram consistentes, e pareceu que os Srs. Governadores deram um baile nesta Comissão.

Esta Comissão não deve ter, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srªs Deputadas, Srªs Senadoras, reserva a convocar quem quer que seja. Quem tiver que ser convocado, quem tiver que se explicar que o seja. Mas nós não precisamos ter a ânsia de convocar sem ter o que perguntar, apenas para fazer um espetáculo que seja.

Eu acho, eu creio que o Relator Odair Cunha tem feito de forma primorosa o seu trabalho, tem instruído os procedimentos desta Comissão com talento, com correção, com imparcialidade, e eu quero aqui dizer que apoio a proposta do Relator. Acho que o Relator tem sido coerente com aquilo que ele apresentou no primeiro dia, com aquilo que ele propôs do primeiro dia. Não se desviou um momento daquilo que era o seu plano de trabalho e a sua proposta original.

Esta CPI precisa voltar novamente ao seu foco, buscar o caminho daquilo que ela precisa esclarecer e daquilo que ela precisa apresentar. E eu não vejo outra forma de fazer isso se não voltar ao cumprimento daquilo que aprovamos na primeira reunião, que é o plano de trabalho do Relator.

Portanto, o nosso apoio à proposta do Relator Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela Câmara dos Deputados, contrário à posição do Relator, como derradeiro inscrito, o Deputado Miro Teixeira, com o tempo de três minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exmº Sr. Presidente, Exmªs Srªs Congressistas, Exmºs Srs. Congressistas, falo também em nome do Deputado Vanderlei Macris. E não falo diretamente contra a proposta do Relator, pois ele propõe um sobrestamento. E aqui eu quero dizer a V. Exªs que podemos votar hoje a convocação de Cavendish e deixar a data para ser determinada quando maiores elementos chegarem a esta Comissão. Não é, portanto, uma postura radical, não é uma postura radical. Procuro o caminho do bom senso. Posso até não achá-lo, mas não será por dolo, não será por uma vontade dirigida no sentido do erro. Tento o acerto.

Asseguro a V. Exªs que não há possibilidade de se construir um discurso contra a convocação de Cavendish. Seria como justificar a adoração ao bezerro de ouro, seria como dar razão aos que já começam a fazer charges falando de uma tropa de cheque para defender o Cavendish. E quem é o Cavendish? É o presidente da empresa que se deixou gravar dizendo que conseguiria obras por trinta milhões, que não estava interessado em comprar esses politiquinhos pequenos, não, porque ele comprava os grandes. Senadores? Seis milhões. Senadores? Seis milhões. Mas com trinta ele consegue qualquer obra.

Bom, mas eu ouvi aqui: devemos voltar ao foco da CPI. Esse ó foco da CPI. Esse é o foco da CPI. Uma prova técnica robusta existe a demonstrar a responsabilidade da Delta e como uma empresa - uma empresa não são as suas paredes, uma empresa são as pessoas que a dirigem. Não são sequer as pessoas que lá trabalham pura e simplesmente. Há um presidente na empresa. E dessa empresa, é só descer aqui à sala do cofre que vai-se ver, dessa empresa sai dinheiro para a Alberto e Pantoja, que é uma empresa fantasma do Cachoeira. E daí existe saque em dinheiro para suborno.

Esta é uma votação nominal. Esta é uma votação nominal. Não comprometam suas biografias. Eu estou diante de mulheres e homens honrados. Estou diante de mulheres e homens honrados que não precisam deste meu depoimento. E essa é uma emoção em defesa das prerrogativas e das...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Obrigado.

José Pimentel, como vota? Com o Relator?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa.

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Walter Pinheiro.

Wellington Dias.

Jorge Viana.

Delcídio do Amaral.

Walter Pinheiro. Como vota, Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza.

Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – A favor do Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim.

Benedito de Lira.

Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu.

Sérgio Petecão.

Cândido Vacarezza.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha, voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Íris Araújo.

A SRª ÍRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Não posso votar contra uma proposta que eu mesma apresentei de convocação do Sr. Fernando Cavendish. Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Contra o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli.

Onyx.

Mendonça Prado.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella.

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Eu voto com a orientação do Relator, Sr. Presidente. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro. Voto conhecido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A favor do Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Senadora Kátia chegou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Jô Moraes, no lugar de Osmar Júnior. Jô Moraes, como vota? *(Pausa.)*

Com o Relator.

Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quem chegou mais? Kátia parece que chegou.

Como vota a Senadora?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Contra o Relator, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o Relator.

Vamos finalizar, Sr. Vice-Presidente, para finalizar e proclamar o resultado, por favor. *(Pausa.)*

Ah, chegou o Mendonça, vou tomar o voto dele.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Já votei. Votei...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onix votou?

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Não, eu sou o suplente do Ônix.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB - PB) – Como vota o Deputado Mendonça Prado?

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Contra o Relator. *(Pausa.)*

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Presidente, precisa ter... Presidente, nós queremos o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Vice-Presidente está apurando aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Queremos resultado, Sr. Presidente, e fiscal na apuração também.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, dê um placar parcial, já que V. Exª está esperando. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Vice-Presidente vai proclamar o resultado.

Com a palavra o Presidente Paulo Teixeira, para proclamar o resultado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Paulo, Vice-Presidente, aqui marcamos. Vamos ver se conferem os números da Mesa com os números daqui, dos fiscais secretos que têm aqui. *(Pausa.)*

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – A proclamação do resultado: 16 votos com o Relator, 13 votos contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo seguinte, convocação do Luiz Antonio Pagot. *(Pausa.)*

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, de igual forma, por todas as razões por que nós devemos sobrestar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ao Pagot.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...o requerimento de convocação do Sr. Fernando Cavendish, o Relator entende que é necessária....

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto só. Nós temos... Só um minuto, Relator. Para disciplinar – agradeço a forma como os senhores estão se portando –, o Relator vai se posicionar sobre os requerimentos convocatórios. *(Pausa.)*

Eu vou ler quais são os requerimentos convocatórios do Pagot.

Por favor, Senhores. Por favor.

É o Requerimento, para conhecimento dos senhores e documentação taquigráfica, nº 21, Requerimento nº 67, Requerimento nº 78, Requerimento nº 111, Requerimento nº 141, Requerimentos nºs 288, 476 e 501.

Posição do Relator.

O Deputado Presidente Paulo Teixeira está colhendo os votos, os encaminhamentos a favor e contra.

Posição do Relator.

Por favor, senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, nós, de igual maneira, entendemos que devemos fazer uma análise detida de toda a documentação que esta CPMI tem, possíveis outras oitivas que podem justificar a convocação do Sr. Pagot em outro momento a esta CPMI. Quero ressaltar que é conhecido que o depoimento...

Presidente, eu queria que os Srs. Parlamentares ouvissem as nossas argumentações.

É conhecido o posicionamento. Várias informações, o Sr. Pagot já prestou a órgãos de imprensa sobre o seu posicionamento, sobre denúncias que ele levanta contra esses e contra aqueles partidos políticos. Nós precisamos nos deter às informações que esta CPMI tem, e é com essa compreensão, Sr. Presidente, e entendendo que, se o Sr. Pagot quer vir a esta Comissão para prestar alguma informação relevante, ele terá oportunidade segundo a nossa conveniência e não segundo o desejo de alguém que queira declarar alguma coisa, porque, se alguém quiser declarar alguma coisa, se quiser denunciar algum crime e se esse crime tiver urgência para a sua declaração, ele deve procurar a Polícia Federal e reduzir... E esta Comissão tem autoridade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vamos ouvir o Relator! Por favor, vamos ouvir o Relator!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esta Comissão tem autoridade... Ele pode procurar a Polícia Federal, reduzir a termo... *(Falha na gravação.)* ...que ele entender urgentes. Pode fazê-lo em qualquer momento. A conveniência ou não da declaração do Sr. Pagot nesta CPMI não pode ser motivada por interesses políticos, partidários desse ou daquele. Deve ser essa convocação e o seu depoimento nesta CPMI motivado pela análise dos documentos que temos nesta CPMI.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que não se deve, neste momento, nem confirmar sua convocação, ou seja, aprová-la ou rejeitá-la, mas noutro momento fazermos essa definição. Por isso, de igual maneira, nós encaminhamos pelo sobrestamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) **–** Contrário, Presidente. Para encaminhar contrário.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para encaminhar contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Paulo Teixeira... Por favor! O Deputado Paulo Teixeira está colhendo... Por favor, com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu colhi, junto aos que vão encaminhar contra no Senado, que precisa entrar num entendimento, os seguintes Srs. Senadores que querem encaminhar contra, e precisam entrar num entendimento: Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Pedro Simon e o Senador Jayme Campos.

Então, eu queria pedir a V. Exªs que entrassem num entendimento.

Entre os Deputados, colhi os seguintes: Deputados Ronaldo Fonseca, Domingos Sávio, Francischini, Rubens, Silvio Costa.

Esses são contrários. Eu queria pedir a V. Exªs que...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pelo Senado, o Senador Pedro Taques.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O Senador Pedro Taques pelo Senado. Então, deixa-me ver, pelo Senado, o Senador que encaminhará com o Relator. Peço aos Senadores... Quero saber quais dos Srs. Senadores e pela Câmara também quem vai encaminhar com o Relator.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu quero encaminhar, por favor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não. V. Exª já vai encaminhar, já ficou de fazer um entendimento. Faça o entendimento entre os Deputados.

Eu quero saber do Senado quais Srs. Senadores... Sei, do Senado, contrário será o Senador Pedro Taques. Eu quero saber quais Srs. Senadores... Contra, Senador Pedro Taques.

Qual é o Deputado? O entendimento...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Deputado Domingos Sávio, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O entendimento chegou ao nome do Deputado Domingos Sávio.

Na Câmara, para encaminhar a favor, vai ser o Deputado Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Senador Sérgio... Senador, desculpa, Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Passo. Passo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não.

Senador Sérgio Souza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, para usar, pelo Senado Federal, pelo tempo de três minutos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

Um minuto só, para ouvir o Senador Sérgio Souza.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, para usar o seu tempo regimental de três minutos. *(Pausa.)*

Por favor, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Queria apenas salientar o que falei ontem, porque falei pessoalmente com o Sr. Pagot. Ele se coloca à disposição para vir a esta Comissão, fazendo questão de dizer que ele não faz nenhuma contestação ao que saiu no jornal de que não é verdade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador Simon. Foi registrado, ontem, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele apenas quer fazer uma análise, uma exposição daquilo que realmente aconteceu, querendo ajudar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador Simon. Obrigado, Senador Simon.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, que se posicionará a favor do Relator no sobrestamento do requerimento de convocação do Sr. Pagot.

Três minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares componentes desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

Percebo que assiste razão ao Relator, Deputado Odair Cunha, pela seguinte sistemática. Nós não estamos, aqui, votando se vamos convocá-lo ou rejeitar a sua convocação. A opinião colocada pelo Relator é de sobrestamento, pois, antes de trazer, aqui, o Sr. Pagot ou qualquer outro envolvido nesse sistema, nesta CPI, primeiro, precisamos analisar os documentos que estão

chegando a esta CPI. Só posteriormente nós faríamos aí, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Sr. Senador, senão tenho que aumentar o tempo dele. Por favor!

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – E somente num segundo momento, Sr. Presidente, traríamos, aqui, todos aqueles que precisam ser ouvidos por esta Comissão, mas com dados necessários e suficientes para indagá-los.

Percebo que esta CPMI tem um papel muito maior do que tão somente convocar cidadãos a vir a esta CPMI. Nós temos um papel de identificar realmente as causas que geraram essas consequências dentro desta CPMI. Nós temos ainda que analisar muitos documentos. Esta CPI está perdendo um pouco, Sr. Presidente, o foco. Nós estamos... Talvez ela tenha sido a Comissão que mais quebrou sigilo ou convocou pessoas para vir, até este momento, a esta CPI. Não conseguimos ouvir todos.

Faço duas reflexões: primeiro, àqueles que sentaram àquela mesa à esquerda e que usaram do seu direito constitucional de não dizer nada, perdemos tempo nesse momento; e, num segundo momento, ontem e antes de ontem, ouvimos os dois Governadores, e os dois foram muito bem perante esta CPMI, mas acredito que pouco acrescentaram àquilo que já sabíamos.

Então, o meu encaminhamento é para que posterguemos para um momento futuro a apreciação deste requerimento da convocação do Sr. Pagot.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, para se posicionar contrário à posição do Relator pelo sobrestamento, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero expressar meu respeito àqueles que votam favorável ao Relator, mas precisamos definir, Sr. Presidente, o medo. Medo é uma sensação de temor; medo é uma sensação de ansiedade; medo traz adrenalina em algumas pessoas; medo é a tremedeira na perna. Algumas pessoas estão com medo, estão com receio, estão com paúra da vinda a esta Casa do Fernando Cavendish e do Sr. Pagot. O Sr. Pagot, como já disse um Senador da República, é um fio desencapado: ele está desesperado para falar, e ele precisa falar. E, nesta Casa, particularmente nesta reunião, algumas pessoas estão com medo desses dois cidadãos.

Esta CPI tem três núcleos de investigação, três núcleos: o primeiro deles, Cachoeira e os seus quadrilheiros – nós já ouvimos os quadrilheiros do Cachoeira, aqui –; o segundo núcleo, agentes políticos – ouvimos o Demóstenes, ouvimos os governadores; e um terceiro núcleo, o núcleo empresarial – é aquele que tem dinheiro, é aquele que tem dinheiro em caixa. Desse terceiro núcleo, nós estamos correndo de medo deles. Não sei por quê, Sr. Presidente.

O núcleo dessa investigação é a empreiteira Delta, que em menos de dez anos recebeu quase R$4 bilhões do Governo Federal, notadamente através do Dnit. Esses dois cidadãos são imprescindíveis para esta CPI, sob pena de nós transformamos esta CPI numa farsa. A farsa está se encaminhando para esta CPI.

Não ouvir, neste momento, o Pagot; não ouvir, neste momento, o Cavendish, com todo o respeito ao Sr. Relator, é transformar isto aqui numa CPI café com leite, numa CPI que não quer chegar a um bom resultado. Nós precisamos, Sr. Presidente, encontrar o que está lá no fato determinado da CPI. O fato determinado da CPI: as relações da Construtora Delta com agentes públicos.

Ouvimos governadores aqui. Qual é o poder do Pagot e o poder do Cavendish, poder esse superior a governadores? Nós estamos com medo, com receio, com paúra de quê? De que eles venham aqui e comprovem a existência de corrupção na República, Sr. Presidente? Não podemos transformar esta CPI em uma enrolação. Esta CPI está se transformando em uma enrolação se nós não ouvirmos esses dois. E dizer que não existem elementos para que possamos fazer perguntas a esses cidadãos é um absurdo, porque já existem provas nos autos que dão conta da participação desses dois na organização criminosa.

Por isso, Sr. Presidente, tem muita gente aqui com medo, com receio, com tremedeira na perna da oitiva desses dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora vou inverter: Domingos Sávio, contrário à posição do Relator, com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Relator, eu vou me dirigir, primeiro, a V. Exª, pelo respeito que tenho por V. Exª, pelo respeito que temos – temos ambos – às tradições de Minas Gerais, pelo respeito que temos aos valores republicanos e ao que nos trouxe a esta Casa. Nós não podemos fazer isso com o povo brasileiro. Nós não podemos nos negar a enxergar e ouvir as verdades que precisam de ser ditas, e é por isso que inicio fazendo um apelo a V. Exª: retire essa propositura, permita-nos votar se queremos que venha ou não o Sr. Pagot.

Mas se V. Exª não retira, deixo claro aos colegas que aqui estão: não vamos ser coniventes com isso. Não é uma questão de ser base de Governo ou oposição. O Sr. Pagot veio a público e fez diversas declarações,

inclusive envolvendo pessoas do meu partido, e V. Exª sabe disso. E nós aqui temos que tratar do interesse do povo brasileiro.

O Senador Pedro Simon, que é uma referência, que é uma bandeira suprapartidária, disse ontem aqui nesta Casa que falou pessoalmente com o Sr. Pagot, e que ele disse que deseja, sim, vir a esta CPI, que está disposto a contribuir, sim, com o País, e, no entanto, agora, nós, que temos o dever de investigar, vamos dizer "não, nós não queremos, nós não queremos ouvir o que pode contribuir com o País"?!

Como o povo brasileiro vai reagir a essa maneira? Ele seguramente será ouvido no Ministério Público, na Polícia Federal, e vamo-nos negar? Nós temos os poderes que nos são dados pela Constituição de atuar nos mesmos níveis...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Deputado Domingos, por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Presidente. Peço mais alguns segundos em razão disso.

Portanto, Sr. Relator, reflita, retire sua posição, há tempo para isso. Mas, se não o fizer, cada um dos Parlamentares que aqui estão tem um dever com a Nação, tem um dever com as suas consciências, tem um dever com quem os trouxe até aqui, e esse dever aponta no sentido de buscar a verdade, e não de jogar para debaixo do tapete. Não é hora de fazermos isso com nosso País! É hora de mostrarmos para nosso País que queremos ouvir, sim, quem quer trazer as informações.

Nós estivemos indignados aqui perante aqueles que aqui vieram e disseram "me reservo o direito de ficar calado". O País inteiro ficou indignado! Agora alguém diz: "Eu quero falar. Eu tenho o que dizer. Eu tenho informações preciosas." Agora o Sr. Relator diz: "Não, não vamos convocá-lo." Por que não convocá-lo? Há até o bom-senso de vários colegas, e eu me junto a eles, de que votamos, aprovamos a vinda do Sr. Pagot, e negociamos com o Relator, com o Presidente, o dia e a hora mais apropriados.

Portanto, não há razão para não votar a vinda do Sr. Pagot. Não votar a vinda do Sr. Pagot é trair o povo brasileiro, é trair a confiança de quem nos colocou aqui. É hora de mostrar que somos livres, que somos independentes, cumprimos o mandato em benéfico do povo e não de quem quer pagar mais a um Senador ou a um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza, com a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZA (PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero pedir silêncio para falar e quero que V. Exª retome o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – Só um minuto.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Deputados e Senadores, estamos aqui discutindo se vamos convocar ou não o Sr. Pagot para avaliação dos dados desta CPI, cujo foco é examinar a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo. Quero me dirigir ao Deputado Miro Teixeira e vou ficar em pé como ele costuma fazer. Não assaque acusações genéricas. Se V. Exª acha que há um Deputado que é da bancada do cheque, vire para o Deputado e diga: é fulano. *(Palmas.)*

Eu não sou da bancada do cheque, não sou!

Segunda questão: Srs e Srªs Deputadas, esta discussão aqui é séria. Esta CPI tem foco. Chamar o Pagot aqui hoje é para discutir contribuições de campanha. Foi isso que ele disse. O que disse o Pagot? Que, no Dnit, 60% de uma determinada contribuição ia para o Sr. José Serra, e que ele havia arrumado dez ou vinte indicações para o PT. Isso não é foco desta CPI Esta CPI tem que examinar a organização criminosa do Sr. Cachoeira. Então, é um erro político sairmos daqui com a convocação do Pagot. E não adianta fazer cena, não adianta fazer proselitismo. Vamos para o tema. Agora quero falar mais baixo – não é da sua hora, Deputado Miro, o tema é o seguinte: o Pagot fez denúncias de contribuições de campanha. Queremos examinar a organização criminosa do Carlos Cachoeira. O relator está pedindo um tempo, avaliando os dados. O maior trabalho desta Comissão aqui é avaliar dados, quebras dos sigilos bancários, telefônicos e telemáticos. Com isso, vamos cruzar? Se houver relação do Pagot com a organização criminosa, vamos examinar e vamos convocá-lo. Se não houver, meu posicionamento é de que esta CPI não pode convocá-lo. Então, quero declarar meu voto e meu apoio, pedindo à Comissão para seguir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Após a votação, vou dar o Art. 14 a Miro.

Como vota José Pimentel?

Agora vou votar, dou o Art. 14.

Como vota José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Com o Relator. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Humberto Costa? *(Pausa.)*

Como vota Lìdice da Mata? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muita consciência, Sr. Presidente, nós não estamos rejeitando ninguém; estamos sobrestando. Não podemos politizar esta CPMI. Voto ao lado do Relator, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota Paulo Davim. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, é incompreensível o que estamos vendo na manhã de hoje aqui. Voto contra o Relator..

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pagot disse que foi derrubado pelo bicheiro Cachoeira e pela Delta. Ele tem o direito de vir aqui e já. Contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB)– Em nome de uma investigação minimamente séria, contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR –TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Contra o relator, Sr. Presidente. O Pagot pediu para vir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Vaccarezza? Voto conhecido.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o relator Odair?

O SR. ODAIR CUNHA (PT –MG) – Voto conhecido. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o relator.

Como vota Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, "Pagot" e entregou. Contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o relator.

Como vota o Deputado Gladson Cameli? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Iracema Portella? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Onyx? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Mendonça Prado?

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Contra o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Quintela Lessa? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Ronaldo Fonseca?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sou um Deputado do PR e voto contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o relator.

Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Voto com a orientação do relator. Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Miro? Conhecida.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra.

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) Vamos ouvir o Pagot. Voto contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Contra o relator.

Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou dizer. Calma, Presidente. Eu não consigo entender...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O meu voto é claro. Agora, o que eu não consigo entender...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) –... é como é que um cara diz que quer vir aqui... quatro bilhões e vocês não querem ouvir? É claro que eu voto contra o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Felipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A favor do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A favor do relator.

Como vota o Deputado Delegado Protógenes? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Jô Morais?

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o relator.

Ao Vice-Presidente Paulo Teixeira, para a apuração e proclamação do resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu quero proclamar o resultado.

Eu quero, em primeiro lugar, pedir a V. Exªs que estiverem de pé que se sentem. Em segundo lugar, eu peço o respeito do Deputado à Senadora.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Há reciprocidade, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Em terceiro lugar, vou proclamar o resultado.

O resultado é o seguinte: com o relator, são 17 votos. Contra o relator, 13 votos. Portanto, venceu a proposta do relator, de sobrestamento.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu vou conceder a palavra, como Líder, agora...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder, Deputado Silvio Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a palavra, pelo art. 14, por cinco minutos, para o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Como Líder, Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pode reiniciar o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, eu só vou pedir a V. Exª, porque há uma...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há um certo clima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Há uma solicitação de inscrição de Líderes, para falarem como Líderes. Eu vou inscrever todos, para, depois, devolver a palavra a V. Exª. Eu ainda vou submeter ao Presidente como ele encaixará o debate de líderes com a pauta. Isso é uma decisão do Presidente efetivo, que volta... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) Em nome e usando da competência do art. 14, como eu havia me comprometido, antes de qualquer outra etapa a se vencer, com os mesmos ânimos serenos, prudentes, eficientes e democráticos desta Comissão, porque nós estamos discutindo e debatendo e votando – e votando, eu passo a palavra ao Deputado Miro Teixeira que, aí sim, na condição do art. 14, pode usar por cinco minutos, o seu tempo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado, Presidente. Me foi proporcionada esta oportunidade logo depois de uma proclamação de um resultado incompreensível, no meu ponto de vista. Cada um tem as suas razões. Algumas são legítimas, e eu presumo que há outras ilegítimas. Por que eu posso presumir? Porque ficou nítida aqui uma mobilização para se evitar a trazida do Cavendish, para se evitar a vinda do Ca-

vendish, para se evitar a vinda do Pagot. Que medo é esse? Que medo pode existir em torno da oitiva dessas duas pessoas? Será que eles vêm aqui armados, será que eles vêm aqui para atirar em alguém? Ou será que o medo é da revelação da verdade?

O Senador Pedro Simon não participa da CPI porque o seu partido não o indicou, e nós perdemos a possibilidade de ter aqui essa experiência de grandes momentos da nossa história recente e a clarividência. E a ele fui recorrer ainda há pouco. Sabem V. Exªs para quê? Para nós ouvirmos o Pagot em outra sala, em outra sala aqui do Senado. Vamos requisitar uma comissão. Aqueles que querem ouvir o Pagot, nós vamos fazê-lo e vamos fazê-lo numa sessão informal, numa reunião política, que eu pedirei ao Senador Pedro Simon para presidir, para presidir. Ele vai dar mil argumentos para não fazê-lo. Nós não os aceitaremos. E aí vamos ver, sim. E aí nós vamos começar a seguir o caminho do dinheiro e das cumplicidades no mundo político, das cumplicidades no mundo político, porque nós não estamos aqui para saber ou não se o Cachoeira é bicheiro.

Eu era Líder do Governo Lula quando fui à tribuna defender o Governo quando surgiu a gravação do Cachoeira com o Waldomiro Diniz, e nada tinha acontecido sequer no Governo Lula. Não havia qualquer responsabilidade do Governo Lula. Mas todo mundo sabe que o Cachoeira é bicheiro. O Cachoeira começou a ter problemas muito graves, como disse em entrevista a senhora dele, quando se meteu com políticos corruptos. Ele antes tinha uma boa vida, tinha uma boa vida, como têm boa vida os bicheiros do Rio de Janeiro ou de São Paulo. A senhora dele estava indignada. "Mas ele foi se meter com esses políticos corruptos, aí tudo começou a se complicar".

Bom, mas que resposta poderemos dar nós depois desses resultados de votação? Esta Comissão fica sob suspeita, sim. E tem coisa pior, porque vão tentar os adversários – quem está falando aqui é um Deputado da base do Governo – lançar a culpa no PAC, dizer que não pôde nada disso ser feito para não atrapalhar o PAC ou, como eu já ouvi também aqui, que houve uma ordem do Planalto para que se votasse contra. Eu não sei do Planalto, não, mas eu lhes afirmo que não existe essa possibilidade, porque a declaração de inidoneidade da Delta, essa sim andou por lá, e lá ouviram uma frase: "Cumpra-se a lei". E foi isso que Jorge Hage fez, além de declarar a inidoneidade. E esta Comissão, dois dias depois, se recusa a convocar o Presidente da companhia, apesar de o Governo ter declarado a inidoneidade. Isso é incompreensível. Isso revela uma tropa do cheque. Isso revela uma tropa... Não falei bancada do cheque. Pode pegar ali. Falei em tropa do cheque, como já estavam fazendo e falando alguns chargistas. É só recolher as minhas notas taquigráficas, é só recolher as minhas notas taquigráficas.

Se eu tivesse um nome, se eu tivesse um nome, não tenham dúvida: eu faria uma denúncia, uma denúncia formal à Corregedoria da Casa, mas um nome só pode surgir se nós ouvirmos o Cavendish e se nós ouvirmos o Pagot. Sem isso, ninguém pode me cobrar nenhum nome.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Eu vou abrir... Nós vamos ter agora uma série de requerimentos, pelo menos mais de 70 requerimentos, que estão protocolados para deliberação dos senhores, mas devo dizer que os líderes estão pedindo a palavra e vou ouvi-los.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Os líderes estão pedindo a palavra e eu vou ouvir todos os líderes.

Com a palavra o Líder do PSDB.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se eu estou inscrito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está sim, está sim.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Bruno Araújo.

Com a palavra V. Exª, por cinco minutos.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, nós assistimos hoje aqui a algo absolutamente incompreensível.

Esta Comissão, no início de seus trabalhos, aprovou requerimento trazendo a esta Casa, como testemunhas, dois Governadores de Estado Federado. Esta Comissão ouviu durante nove, oito e dez horas, respectivamente, dois Governadores de Estados brasileiros. Esta é a mesma Comissão que hoje se nega a ouvir alguém que diz que compra Senador da República. Esta é a mesma Comissão que bradava porque sentavam pessoas naquela bancada que não diziam ai e que se nega a permitir que quem quer falar venha fazê-lo.

Esta Comissão, Sr. Presidente, não é a Comissão do Brasil verdadeiro. O Brasil está aí fora tentando pagar a sua conta de água, de energia e não vê a Comissão fazer o que tem de principal. Assiste a um debate político, a um embate entre partidos políticos que, numa disputa, trazem dois Governadores de Estado Federado, mas escondem o dono, o principal pivô de todo o processo. Esta Comissão, Sr. Presidente, com essa votação de hoje, tende a desmoralizar a nossa

atividade. É um momento absolutamente vergonhoso e absolutamente infeliz.

Por mim, o meu Partido não participaria mais desta Comissão neste momento. Este é um momento de absoluto estado deplorável para o exercício da democracia neste Congresso. Assistimos aqui a uma operação – podem chamar do que quer que seja – de proteção absoluta. Governadores de Estado não foram protegidos. O dono de uma empresa foi, um ex-funcionário graduado do Governo Federal que diz que quer falar. E olhem: esse funcionário graduado do Governo Federal, inclusive, trazia denúncias contra o meu Partido. E o meu Partido votou pela vinda dele aqui.

Se essa Comissão se portar da forma como vem fazendo, é melhor passar a chave, Sr. Presidente, e irmos cuidar de outras coisas na nossa vida. Essa não é a Comissão que o Brasil espera. Feito como o de hoje leva à crença de como terminam as comissões parlamentares de inquérito.

Por isso eu quero me manifestar nesse momento deplorável da vida pública brasileira, esperando que possamos, numa reflexão profunda, entender que, independente das disputas que estão claras e estão-se fixando aqui, possamos avaliar que o que nós estamos fazendo é enterrar a nossa prerrogativa, é jogar fora o nosso juramento de Parlamentares, é dizer e fazer um achincalhe, nós estamos achincalhando o povo brasileiro, dizendo que nós estamos brincando com a instituição da CPI.

Portanto, Presidente Vital do Rêgo, nós queremos, e de modo muito especial, a partir deste momento, dizer que hoje foi um dia absolutamente deplorável para a democracia brasileira.

Peço a um Deputado do PSDB que, se puder, continue a acompanhar o restante desta sessão, pois politicamente nós não temos condição de dar seguimento, pelo menos na data de hoje, de participar de um evento tão deplorável como este.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o Deputado Jilmar Tatto, pelo PT da Câmara dos Deputado.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Srs. Senadores, esta CPI tem a grande responsabilidade de apurar o crime organizado do Carlinhos Cachoeira, o chefe.

Nós aqui temos que ter muita parcimônia, muita calma e ser muito criteriosos para que, com o resultado dela, o Brasil ganhe. Jamais nós podemos aqui, primeiro, nos precipitar. Por isso está correta a posição do Relator no sentido de sobrestar. Sobrestar não significa não convocá-los. Sobrestar não significa convocá-los. Sobrestar significa que precisamos aprofundar a investigação, ouvir os membros dessa quadrilha. Inclusive, grande parte já foi convocada. Temos, ao mesmo tempo, através dos documentos de quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário, de verificar a real profundidade dessa quadrilha. Por isso está correto...

Sr. Presidente, queria que garantisse a minha fala.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mantém a palavra V. Exª.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Por isso foi correta a decisão de sobrestar tanto a vinda do Cavendish quanto do Pagot.

Digo isso porque a CPI não pode servir de pirotecnia. Muitas vezes as pessoas vêm aqui, pedem inclusive para ser convocadas, colocam-se à disposição da CPI muitas vezes para aparecer, muitas vezes para falar de coisas que não têm nada a ver com o objeto da CPI. Nós tivemos o Governador Marconi Perillo, que, fora da liturgia do cargo, apareceu na CPI dizendo que gostaria de ser convocado. Nós convocamos. Veio aqui, falou o que disse e nós ouvimos. Um Governador fez isso. Agora, não é porque um Diretor do DNIT ou um presidente de uma empresa diz que quer vir à CPI, deu uma entrevista aos jornais e às revistas falando que teve caixa dois para o Serra na campanha presidencial que nós temos que aqui convocá-lo para que ele possa falar, ou falando que apresentou uma relação de empresas para a campanha da Presidenta Dilma, porque este não é objeto desta CPI. Se fosse objeto financiamento de campanha, com certeza, teria que ser convocado, até porque o debate sobre financiamento de campanha é um debate necessário, e nós temos que fazê-lo.

O meu Partido defende financiamento público. É em função do financiamento privado que acontece isso.

Mas digo isso porque ouvi atentamente a intervenção do Deputado Miro Teixeira. O Deputado Miro Teixeira não tem o direito de, quando você aqui tem posição política, quando você aqui desconfia de gente que quer vir aqui para desviar o foco da CPI, falar que tem a bancada do cheque. Isso é de uma irresponsabilidade muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço aos colegas Parlamentares a atenção. Eu peço atenção ao orador.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – O senhor é uma pessoa muito educada. Tem sido, por sinal. Espero que continue assim. Quando alguém está falando na tribuna ou no microfone, o senhor, por favor, tem que ouvir, Miro. Sei que o senhor tem cabelos brancos. Então, tem que saber ouvir às vezes. Eu sei que é difícil.

Quero dizer, nobre Deputado Miro, com todo respeito que tenho por V. Exª, que, quando V. Exª faz uma intervenção nesse sentido, o senhor foge da política e

tenta colocar em suspensão Deputados, Senadores. Não é correta essa maneira.

Eu ouvi atentamente a sua intervenção e ouvi a intervenção corajosa e firme do colega do meu Partido, Deputado Cândido Vaccarezza, porque esta CPI tem responsabilidade. Quando a gente toma uma decisão política de convocar ou não, de sobrestar ou não, é em função de uma avaliação política e técnica do momento de ser convocado. Então, nós não podemos ser instrumento da política daqueles que querem aqui aparecer. Às vezes, eles não têm coragem de denunciar no Ministério Público, mas querem também fazer política, porque, se alguém tem alguma denúncia neste País, se foi Diretor do Dnit, se foi Secretário de Estado, ele tem que dar termo a essa denúncia. Tem que dizer para o Ministério Público. Tem que dizer para a Polícia Federal. A CPI não é o instrumento disso. A CPI é um instrumento de aprofundar a investigação.

Por isso, nós temos que ter um cuidado muito grande de não sermos usados, e não podemos e não podem Deputados aqui fazer proselitismo, dizendo que nós não queremos apurar. Queremos apurar, mas aquilo que é o foco da CPI, que é o crime organizado do Carlinhos Cachoeira. Em função disso, está correta a decisão que foi tomada aqui de sobrestar em relação ao Pagot e ao Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dando encaminhamento à oitiva dos líderes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só uma vez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É. Só uma vez pelo Regimento.

O líder Silvio Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PB) – Presidente, o senhor pode pedir silêncio, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PB) – Sr. Presidente, eu quero deixar claro a Pernambuco e ao Brasil que eu sou da base do Governo. Vou repetir, eu sou da base do Governo. Agora, eu não posso concordar, como cidadão brasileiro que sou, como Parlamentar que eu sou, com um equívoco desse tamanho da CPI.

Eu quero dizer uma coisa aqui. O PSDB tem realmente tentado politizar essa Comissão, mas eu não posso deixar de reconhecer a postura decente do PSDB hoje aqui. Por quê? Porque o Sr. Pagot disse que José Serra para a campanha recebia não sei quanto. Ora, o Pagot disse que Serra recebia dinheiro.

Por favor, silêncio, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O Pagot disse que Serra recebia dinheiro, e o PSDB chega aqui e vota a favor da convocação do Pagot. Então, a gente tem que registrar esse gesto. A partir de agora, eu não sei mais se é o PSDB que quer politizar.

Eu, agora, quero perguntar quem quer investigar, porque eu quero investigar. Eu não sou paladino da ética, aliás, tenho horror a paladino da ética. Agora, não dá para brincar com a esperança das pessoas. A política é um eterno exercício de esperança. A política, acima de tudo, é construir cidadania todo dia, e não se pode construir um país decente, um país firme, com esse tipo de atitude.

Portanto, quero dizer uma coisa. Sou da base do Governo. Votei contra o Relator. Tenho o maior respeito por V. Exª, aliás, V. Exª é um grande Parlamentar, mas todo mundo tem um dia de errar.

Eu ponderei com V. Exª. Eu cheguei, aqui, Sr. Presidente, fiz uma pergunta e agora eu quero um esclarecimento. Eu perguntei a V. Exª: "Chegou algum documento da Delta?"

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E eu lhe respondi que chegou.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª disse para mim que tinha chegado. Perguntei ao Relator, ali, agora, ali perto: "Sr. Relator, chegou algum documento da Delta?" O Relator vira e diz: "Não, não chegou". Chamo o assessor. O assessor diz que não chegou. Moral da história: precisamos criar uma comissão de três Parlamentares para pressionar o Banco Central e trazer urgentemente os documentos da Delta aqui.

Agora, quero fazer um apelo à oposição. Quero fazer um apelo. Por favor, não invente de criar o fato político que vocês querem criar agora, porque fica mal. Vocês querem fazer sabe o quê? Vocês querem levantar, sair, para a imprensa dizer – fazer a lide da imprensa – "oposição revoltada sai da CPI". Não façam isso! Se vocês querem colaborar, por favor, fiquem aqui. Vamos à luta política. Vamos ao debate de ideias. É assim, e não com gestos, um gesto equivocado desse. O levantar vai sair em todos os jornais do Brasil amanhã, todos os *blogs*, mas vocês não estarão ajudando a CPI com esse tipo de atitude. Então, é um apelo que estou fazendo aos senhores.

Agora, quero dizer uma coisa. Os argumentos que foram colocados, aqui, são todos ineficazes. O que nós conseguimos, hoje, aqui, foi apenas uma coisa. Foi a CPI sangrar, sangrar, amanhã, nos jornais, porque a vinda de Pagot e a vinda de Cavendish serão inevitáveis. É inevitável que esses senhores estejam, aqui, sentados. Então, nós só estamos sangrando. Nós só estamos cometendo equívocos.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo: para a gente não sangrar mais dois meses, coloque de novo esses dois requerimentos na próxima reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Ronaldo, como Líder do PR.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, não seria alternado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, é por ordem de inscrição.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputadas e Deputados, Senadores, Senadoras, eu queria trazer, nesta fala pela liderança do PR, dois assuntos.

Primeiro, Sr. Presidente, ontem, o Governador Agnelo esteve, aqui, dando o seu depoimento como testemunha, por dez horas. E eu achei interessante, Sr. Presidente, que, durante o depoimento do Governador Agnelo, chegou a informação, aqui, no plenário, de que a Procuradoria Geral da República havia requisitado do STJ um inquérito, uma investigação para os dois Governadores que, aqui, estiveram.

Eu queria dizer o seguinte: o Governador Agnelo olha com bons olhos, vê com bons olhos essa investigação no STJ, porque, quanto mais investigação, quem está com a verdade não teme, quem está com a verdade não teme. Então, o Governador Agnelo vê com bons olhos mais uma investigação, agora, processada no STJ, foro competente.

Agora, eu queria apenas registrar uma posição deste Deputado que está falando. Eu estranhei, Sr. Presidente, porque, durante a oitiva, durante o depoimento do Governador, vem esta notícia, aqui, em plenário e nos noticiários, à noite, fortemente, dizendo que... Inclusive, um dos noticiários dizia o seguinte: o Procurador-Geral da República não ficou satisfeito com as informações dos Governadores.

Eu até que fiquei feliz numa parte, Sr. Presidente, porque os questionamentos que esta Comissão fez do atraso do Procurador Geral da República em abrir um processo de investigação está funcionando, porque agora estão rápidas as coisas. Eu fui olhar, Sr. Presidente. Ele deu entrada no STJ, na segunda-feira, dia 11. Por que só foi divulgado ontem? Se deu entrada no dia 11, por que só ontem saiu no noticiário? Por que foi exatamente no momento em que o Governador Agnelo estava dando seu depoimento que começou a sair no noticiário? Eu estou curioso. Estou assim querendo saber por quê?

Então, esse é o primeiro questionamento que eu queria fazer aqui. E está funcionando, Sr. Presidente, porque a Procuradoria Geral da República agora está rápida, está rápida. Eu acho que agora vão ter muitos processos por aí, o que é bom, não é ruim. Viu, Presidente Collor, está funcionando! É bom que venha mesmo. O Governador Agnelo está tranquilo. Quanto mais investigação melhor.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria justificar e demonstrar minha coerência aqui nesta Comissão.

Sou autor de um dos requerimentos de convocação do Sr. Fernando, só que eu votei pelo sobrestamento. Votei com o Relator. Por que votei? Porque não estou convencido ainda de que este seja o momento de trazer, com muita respeito aos índios do Brasil, um "cacique" como Fernando. Eu acho que temos que estar mais preparados. Vamos trazer outros para virem aqui.

Mas eu votei, Sr. Presidente, contra o Relator, que desejava que fosse sobrestada a vinda do Sr. Pagot. Mas votei contra o Relator, por quê? Eu não sou autor de requerimento para convocar o Sr. Pagot, mas votei para que ele venha depor aqui.

Eu sou um Deputado do PR. O PR tem dois votos aqui. Não entendi, embora o meu Partido seja democrático e tivesse permitido que os dois, um Senador e um Deputado, fizessem uma questão de consciência e decidissem... Obviamente, se fosse contra a vinda de qualquer um, votaríamos contrário, mas eu votei pela vinda do Sr. Pagot, porque o Sr. Pagot foi do DNIT, e todos sabem, o Brasil todo sabe, que o PR estava trabalhando no Ministério, com o Ministro. Então, entendi que não seria justo o PR, neste momento, votar contra a vinda do Sr. Pagot.

Por isso, o PR, no meu voto, votou para que o Sr. Pagot viesse a esta Comissão, até porque ele deve estar muito angustiado e a CPMI será um remédio para ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Ronaldo.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente contra-argumentar aqueles que disseram que não há razão para o Sr. Pagot vir aqui. Não precisamos ir longe. Vamos aqui à sala secreta. Vão encontrar lá interceptações telefônicas dizendo o seguinte: "Cachoeira pede para Cláudio Abreu controlar Pagot". Isso antes do depoimento do Sr. Luiz Antonio Pagot aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. Cachoeira liga para Demóstenes pedindo para tomar cuidado com o depoimento de Pagot aqui. O depoimento ocorre. Logo em seguida, tem um telefonema de Demóstenes para Cachoeira dizendo que estava tudo o.k., que ele não disse tudo o que tinha que falar. Mais adiante, Cachoeira e Jorge Abreu articulam a queda de Pagot, por desavenças nos negócios. E vêm me dizer aqui que o Sr. Pagot não é objeto desta CPI!

Esta CPI, no dia de hoje, se acovardou! Esta CPI está desviando o seu objeto! Esta CPI, eu não sei se está com medo ou está esperando o momento de acerto, está aguardando o melhor momento para os acertos, porque hoje a CPI deixou de cumprir o papel que a República, que o Brasil... República, esta palavra tão falada e tão pouco praticada. ...porque hoje ficamos distantes da coisa pública e perto dos negócios privados, e perto dos acertos, e a serviço do medo da convocação. Não sei de quem veio esse comando aqui para que a maioria impeça que esta CPI avance.

Ontem, me perguntaram: o senhor acha que a CPI está sem rumo? Eu queria dizer isso, que está sem rumo. Seria "menos pior". É pior que isso: a CPI sabe o rumo e está com medo de avançar no rumo que tem que avançar. O rumo desta CPI são cinco letras: d, e, l, t, a. E não sei por que, as razões do medo de avançar nesse rumo. Não sei por que, qual é o medo de aonde vai chegar, qual é o medo que se tem de aonde vai chegar a CPI, se ela seguir nesse rumo.

Nós conversamos aqui, conversamos sobre a possibilidade de nos retirarmos desta reunião de hoje. Levantamos, sim, essa possibilidade, como um gesto... Achamos melhor ficar, porque aqueles que pensam que vão atropelar a verdade, que vão matar esta CPI, que vão acabar com as investigações, que façam isso, mas passarão por cima de nós, dos que resistem nesta CPI. A máxima que utilizaremos é a velha máxima de La Pasionaria, na guerra civil espanhola: não passarão aqueles que querem derrotar e acabar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito e com o sentido que o Brasil, que a República espera dela, que é investigar.

Não entendemos as razões... Não assiste nenhuma razão – já que a palavra "assistir" aqui foi utilizada – à argumentação aqui de que não cabe... Nenhum brasileiro que está assistindo hoje à TV Senado, nenhum brasileiro que está acompanhando esta CPI entende, escuta, aceita a razão aqui elencada de que há razões para sobrestar, impedir a convocação e a permanência, aqui nesta CPI, do Sr. Cavendish e do Sr. Luiz Antonio Pagot. Nós perdemos um tempo enorme, nesta CPI, perdemos um tempo enorme trazendo para cá pessoas que utilizaram o Direito Constitucional do silêncio. Perdemos outro tempo enorme em depoimentos espetaculares dos governadores. Quem quer falar e quem quer indicar o rumo desta CPI, nós nos omitimos, por medo hoje de convocá-los. Por medo ou, repito, por expectativa do momento do acerto para que as pessoas venham hoje.

Realmente, meu caro Sampaio, hoje era um dia de nós nos retirarmos, em protesto a isso, em protesto a essa vergonha. Não há outra definição para o que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fez hoje: vergonha, medo! A votação de hoje foi uma votação contra o País e contra o sentido de uma comissão de inquérito, que é inquirir, investigar e ir adiante. Hoje a CPI se acovardou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, eu tenho ouvido, ao longo da sessão de hoje, a utilização da palavra "medo". Muitos dos Srs. Parlamentares aqui se valeram dela: "medo"; medo disso, medo daquilo. E eu gostaria apenas de prestar contas, mais uma vez, a esta Comissão, de que eu não tive medo nem nenhum receio de ir contra o Procurador-Geral da República, que vem cometendo, reiteradamente, crimes – ele, que lá está para representar a sociedade. E eu não encontrei muito eco junto àqueles que tanto conjugaram a frase "esses que têm medo".

Quando eu levantei, afirmei, dei nomes de que há uma quadrilha instalada na revista *Veja*, em alguns órgãos da imprensa; quando eu digo que o Sr. Policarpo Júnior, editor dessa revista, é um criminoso; quando eu pedi que ele fosse convocado, não encontrei nenhum eco naqueles que tanto conjugaram "medo", "medo", "medo". Eu não tenho medo de quem quer que seja e dei prova e testemunho disso.

Hoje, Sr. Presidente, dei notícia à esta Casa de que, pela primeira vez na história, desde que houve a reformatação do Ministério Público, portanto, desde 1988, o Conselho Nacional do Ministério Público aceitou a representação que fiz contra o Procurador Geral da República e a Subprocuradora, que é sua esposa. O Procurador Geral da República concentra nas mãos de sua esposa todos os processos que chegam à Procuradoria e que têm ou incluam pessoas com prerrogativas de foro para fazer moeda de troca.

Denunciei aqui os dois Procuradores que passaram a dois repórteres da *Veja*, os Procuradores Léa Batista de Oliveira e Daniel Resende Salgado, os jornalistas Gustavo Ribeiro e Rodrigo Rangel, deste coito de bandidos desta Revista *Veja*, o inquérito, na sua integra, que tramitava em segredo de Justiça na 11ª Vara Federal de Anápolis, em Goiás. Esse Sr. Policarpo recebia as informações, desde 2005, do Sr. Cachoeira, e recebia o inquérito que corria sobre segredo de Justiça do outro, e fazia disso o que queria para publicar na revista aquilo que achasse conveniente para os ganhos pecuniário da Editora Abril.

Eu tenho coragem de dizer: a Editora Abril se transformou em um coito de bandidos. O Sr. Policarpo Júnior é um criminoso. O Sr. Procurador Geral da República tem que ser apeado da sua posição pelos crime que cometeu e que estão aqui elencados. Quando eu

aqui denunciei, não encontrei ninguém com a coragem de dizer: "Collor, eu acho que você está certo, vá em frente." Ao contrário, eu recebi muitos cumprimentos, mas, na surdina. Eu entendo que esses possam ter medo, porque esses podem ter "rabo preso" em relação à Procuradoria Geral da República. Esses têm medo dessa imprensa, esses têm medo, e seguem sempre baixando a cabeça para o que a imprensa pauta. Eu não sigo a pauta da imprensa e não me deixo pautar.

Hoje, eu queria terminar esta minha intervenção fazendo apenas uma pergunta ao Sr. Relator.

Sr. Relator, nós, aqui, em algum momento, aqueles que votaram com V. Exª a favor do seu relatório, alijamos, de uma vez por todas, a possível convocação da oitiva do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot? "Sim" ou "não", por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro que não.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) **–** Muito bem! Então, nós podermos, em qualquer momento, no futuro, ter aqui o Sr. Cavandish e o Sr. Pagot. Não é exatamente isso?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo que tivéssemos derrotado o requerimento.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) **–** Mesmo que tivéssemos derrotados.

Então, fica aí a resposta clara para a sociedade brasileira de que o Sr. Cavendish e o Sr. Pagot virão aqui, no momento em que V. Exª, Sr. Relator, que vem conduzindo tão bem os trabalhos, em conjunto com o Sr. Presidente desta Comissão acharem conveniente colocar em pauta e ouvir do Plenário, para que eles possam aqui vir e dar as explicações que este Plenário e que esta Comissão deseja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) **–** Nós estamos usando o espaço da liderança para informar aos senhores.

Já falou, como Líder, pelo PSDB da Câmara dos Deputados, o Deputado Bruno; já falou, como Líder, pelo PT da Câmara dos Deputados, o Deputado Tatto; já falou, como Líder, pelo PTB da Câmara dos Deputados, o Deputado Silvio Costa; já falou, como Líder, pelo PR da Câmara dos Deputados, o Deputado Ronaldo Fonseca; já falou, como Líder, pelo PSOL do Senado Federal, o Senador Randolfe Rodrigues; já falou, como Líder, pelo PTB, o Senador Fernando Collor. Vai falar, como Líder, pelo PPS da Câmara dos Deputados, o Deputado Rubens Bueno; depois, o Senador Cássio Cunha Lima, pelo PSDB do Senado Federal.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) **–** Sr. Presidente, o Líder do Partido, Alvaro Dias, está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas V. Exª está inscrito antes dele como Líder.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) **–** Então, mas a precedência é do meu Líder, eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas ele declina para V. Exª com certeza. *(Risos.)*

Até porque ele falou já outras vezes.

Com a palavra, Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero aqui confessar a V. Exª e a este Plenário que eu tenho medo, muito medo daqueles que atentam contra a autonomia e independência do Ministério Público; tenho medo daqueles que atentam contra a liberdade de imprensa; tenho medo daqueles que colocam o Parlamento brasileiro na situação em que ele se encontra hoje. Tenho medo, Sr. Presidente, dos grandes negócios de governo, das grandes obras, dos bilhões apresentados, e tenho medo dos consultores eleitos para serem os intermediários desses negócios. Tenho muito medo, Sr. Presidente, daqueles que se somam para atentar contra a democracia. Muito medo. Daí, é preciso deixar claro: investir contra a liberdade de imprensa é investir contra a democracia. Investir contra o Ministério Público como fiscal da lei é investir contra a sociedade brasileira. Investir naqueles que entendem que uma comissão parlamentar de inquérito não deve investigar quem deve ser investigado é estar atentando contra o Parlamento naquilo que é prerrogativa nossa. Tenho medo, Sr. Presidente, daqueles que chegam ao poder e tomam conta dele como se fosse um espaço particular de um partido político. Tenho medo daqueles que vêm a este plenário e vêm a cada dia, a cada hora dizer que, a cada momento, estamos vendo isso ou aquilo que não tem nada a ver com a comissão parlamentar de inquérito.

A empresa Delta, do Sr. Cavendischi, colocou 47 milhões de reais nas mãos de empresas laranjas comandadas pelo Sr. Cachoeira. E nós aqui estamos abdicando de convocar o então presidente ou o então dono para que aqui possa esclarecer isso.

"Ah, mas nós estamos perdendo tempo porque ele vem aqui e tem o direito de não falar."

Ele que venha aqui e diga que quer usar o seu direito de não se pronunciar e produzir provas contra si. Ele que venha aqui dizer ou que venha aqui e diga em parte ou no todo aquilo que deve e precisa informar à sociedade brasileira como uma empresa, em dez anos, praticamente saiu do zero para ser uma das maiores empreiteiras do País em negócios com o governo.

Se o governo não quer esclarecer isso é porque a coisa é mais grave do que se imagina. Daí eu tenho muito medo. Eu tenho muito medo.

Então, Sr. Presidente, estou usando este espaço para com tudo aquilo que nós falamos. Não é aqui

uma CPI contra governo ou contra partido. Assinamos requerimento de convocação do Marconi Perilo, do Agnelo Queiroz, assinamos contra o Cabral, nós somos aliados aqui em Brasília até esses dias. Não há preocupação com A ou com B; a preocupação é este Parlamento usar as prerrogativas que tem e fiscalizar tudo e todos. Esse é o papel que temos que cumprir! E hoje aqui ficamos a deixar para a sociedade brasileira uma grande dívida. Dívida daqueles que estão investindo contra a democracia, que estão investindo contra o Parlamento, contra o Ministério Público e contra a liberdade de imprensa. E é por isso que vamos lutar como lutamos contra a ditadura, como lutamos contra a ditadura. E esse papel haveremos de cumprir de todas as formas necessárias com as vozes daqueles que querem contribuir para um País em que o Parlamento seja respeitado pela sociedade brasileira. É esse papel que estamos aqui a cumprir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Rubens.

Senador Cássio, com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela precedência, o relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero pedir a vênia dos ilustres congressistas, especialmente os líderes, se poderíamos concluir a pauta de votação para, em seguida, os líderes fazerem uso da palavra. Porque sabemos que hoje é uma quinta-feira. É visível que o plenário se esvazia. Existem temas que temos que votar aqui e precisamos votar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, vamos continuar.

O SR. RUBENS BUENO (PR – PPS) – De acordo, de acordo. Quer dizer que o importante não é investigar. O importante é fazer discurso político. Porque a questão que está colocada é essa, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, coloca em votação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou propondo, Sr. Presidente, que os líderes falem, sim, o que querem falar, aliás, têm o direito.

O SR. MIRO TEIXERIA (PDT – RJ) – Eu fui agravado. Eu tenho esse direito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É vênia. Estou pedindo licença para colocarmos primeiro as votações. E eu ficarei aqui para ouvi-los, a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Srs. Parlamentares, a proposta do Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpe, tem vários Parlamentares que chegam aqui e dizem: "Olha, eu tenho que viajar. Tenho voo."

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Parlamentares, a proposta do Relator é clara e atende a uma lógica. Estamos aqui e temos ainda um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete líderes para usar da palavra. Temos uma pauta consensualizada do relator com a maior parte dos líderes, que já, ao que nos parece, firmaram com o relator. O que o relator deseja dos senhores, até porque os líderes, regimentalmente, podem falar em qualquer momento...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – É esse argumento regimental que estamos a arguir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É isso.

Agora, eu sou, repito, servo do Regimento. Se V. Exªs quiserem manter as suas inscrições e garantir as suas palavras, nesse momento, não posso ter outra conduta senão garantir-lhes as inscrições.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, trate melhor este seu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Agradeço o tratamento, porque seria a terceira vez consecutiva que eu não teria a oportunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadoras e Senadores, o Governo teve hoje uma importante vitória política nesta CPMI, mas perdeu o Brasil, perdeu a democracia e perdeu o Congresso Nacional. Venceu o Governo, é verdade, mas perderam todos os brasileiros que, de forma muito atenta, acompanham o andamento desta CPMI.

Tenho profundo respeito pela direção de V. Exª, sobretudo pelo nobre Relator. Contudo, a proposta que foi apresentada pelo Deputado Miro Teixeira era absolutamente plausível, uma vez que facultava ao digno Relator a possibilidade de determinar a data da convocação do Sr. Pagot e do Sr. Cavendish. Iríamos apenas deixar aprovada a convocação para servir como exemplo às novas e futuras gerações.

O Brasil avançou quando restabeleceu a democracia. O Brasil conquistou avanços na estabilidade econômica. O Brasil comemora avanços sociais. Mas o País patina nas suas práticas políticas. O País patina no combate à corrupção. O que queríamos é que todos nós, por unanimidade, pudéssemos mandar uma sinalização clara à sociedade brasileira de que aqui se faz um trabalho sério e não apenas um jogo de oportunismo político, de rinha política, de enfretamento entre partidos.

A postura do Senador José Pimentel – e é bom que ele esteja presente, porque poderá arguir o art. 14 – não me parece uma postura que respeita as melhores tradições deste Congresso. Porque foi apresenta-

do... E a opinião pública precisa tomar conhecimento, para não restar uma postura de irresponsabilidade por parte do PSDB, que quis convocar a Presidenta Dilma. Para cada ação uma reação. Foi a bancada ou um representante do PT, que, de maneira absolutamente desproporcional, apresentou um requerimento para convocar o Governador Serra a esta Comissão. Temos que acabar com isso! Já não basta a cena triste do embate na convocação dos Governadores! É claro que é um absurdo a convocação da Presidenta Dilma, que considero uma mulher honrada, uma mulher digna, uma mulher proba, e que nada tem a ver com o objeto desta CPMI – claro que não! –, como igualmente é um absurdo se tentar convocar o Governador José Serra.

Que possamos por fim a esse embate político que deve ser feito em outras arenas, em outros territórios, em outros palanques. Estamos às vésperas de eleições municipais. Não há como justificar à opinião pública que a bancada de sustentação do Governo tenha se recusado a aprovar a convocação do Sr. Pagot e do Sr. Cavendish, diante da proposta do Deputado Miro Teixeira, que é da base, mas que, com muita prudência, disse: "Vamos aprovar." E ficaria a critério do Relator, em quem confiamos, a data a ser definida para a presença de ambos. Vamos mostrar à sociedade que aqui se quer investigar, mas não. Infelizmente, o recado e a mensagem foi outra, e talvez estejamos encerrando hoje, de forma efetiva, o trabalho desta CPI, que, parece, foi criada apenas para atingir, politicamente, segmentos da oposição. Isso não é possível! É um desserviço à democracia!

Repito e encerro como comecei: ganhou o Governo, perdeu o Brasil, perdeu a democracia, perderam as instituições e, sobretudo, as novas gerações, que querem ética na política brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa, com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, José Pimentel, art. 14.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou dar a palavra a V. Exª.

Senadora Vanessa, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero começar esta minha intervenção – pena, com o plenário quase esvaziado – primeiro dizendo que esta CPI só existe, aí, eu pediria um pouco da atenção dos meus companheiros e companheiras, está em funcionamento porque a base do Governo, porque os Partidos que apoiam e compõem o Governo assinaram a CPI, coisa que não existia nos Governos passados, Sr. Presidente.

Quero dizer também que esta CPI só está podendo evoluir no seu processo de investigações porque votou requerimentos que considero fundamentais, entre eles, Srs. Deputados, Deputadas e Senadores, estão quebras de sigilos, inclusive da empresa Delta.

Sr. Presidente, quando abrimos a reunião de hoje, fiz uma questão de ordem a V. Exª, e não fiz à toa, porque nenhuma CPI chega a lugar nenhum, nenhum processo de investigação chega a resultado algum apenas com discursos. Precisamos ir além do discurso, ir além da disputa política do discurso para ver quem fala melhor ou quem fala mais alto, porque essa aqui tem sido, infelizmente, uma prática de muitos aqui. Precisamos trabalhar os dados, precisamos obter as informações solicitadas, e, aí, quero ir em socorro a V. Exª e ao Relator.

V. Exª respondeu ao Deputado Silvio Costa que haviam chegado documentos da Delta e o Relator respondeu que não. Isso foi porque o que chegou é insuficiente, e muito do que chegou, por exemplo, da Nextel, de empresas, de bancos, foi dizendo o seguinte: mandem o cadastro agora, senhores, mandem o cadastro agora, mas as informações estão sendo organizadas e mandaremos assim que possível.

Então, Sr. Presidente, por que mesmo que queremos chamar pessoas aqui, se não temos nada a acrescentar, além daquilo que o Brasil inteiro conhece? Nada a acrescentar, nada a evoluir nesta Comissão. Vou pegar o exemplo de ontem. Já foi dito: o Governador Agnelo veio para cá, foi convidado a vir a esta CPI. E por que foi convidado? Porque o Governador Marconi Perillo foi chamado para vir aqui, para falar do envolvimento de integrantes muito importantes do seu Governo com esse grupo criminoso. Mas muitos aqui dizem o seguinte: se o Governador do PSDB vem, o Governador do PT tem que vir também. O que é isso, Sr. Presidente? O que é isso? O que é isso?

Olha, eu vou, Senador Pimentel, me permitir dizer o que muitos... Qual era a razão que movia muitos a querer trazer o Sr. Pagot agora aqui? Está aqui escrito no requerimento assinado por Deputados que respeito muito, Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Vanderlei Macris, Domingos Sávio. Da primeira à última pergunta, é para a ex-Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff – por acaso, a primeira mulher Presidente deste Brasil –, explicar se ela sabia que o Sr. José de Filippi, tesoureiro do PT, encontrou-se com Pagot em 2010, pediu para o Pagot apresentar a empresa. É isso que querem com o Sr. Pagot? É isso que querem?

Olha, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: nós estamos numa CPI por quê e para quê? Para in-

vestigar um grupo criminoso cujo braço mais forte desse grupo criminoso, político, braço político, chama-se Demóstenes Torres. Demóstenes fazia discurso em pé, fazia discursos estridentes e hoje está calado, aliás, muitos dos seus amigos e companheiros que andaram a vida inteira ao seu lado hoje tentam esconder e apagar com a borracha, como se isso fosse possível. Sr. Presidente.

Aqui, nesta CPI, repito, para concluir, ninguém está imune. Ninguém! Seja quem for: Deputado, Senador, Ministro, membro do Ministério Público. Ninguém! Porque o que temos que preservar são as instituições, que são muito maiores do que as pessoas que, momentaneamente, ocupam as instituições.

O serviço pró-Brasil está prestado. A CPI está criada. Quebrou sigilo e vai trazer pessoas na hora devida, mas não para fazer o jogo político, para fazer, sim, o jogo da investigação que o Brasil inteiro quer. Hoje o Brasil não perdeu, não. O Brasil ganhou! O Brasil perdeu muito no passado, quando se privatizaram empresas públicas a preços de bananas e nunca permitiram a abertura de CPI. E nós estamos aqui, com muita coragem, investigando de forma séria tudo o que deve ser investigado. Brasil, fique tranquilo! Nós estamos no caminho certo. Não só da política, mas da ética também, porque da ética não se fala, se pratica, Sr. Presidente, porque quem muito falou da ética hoje é o primeiro a frequentar o banco dos réus.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa. Eu vou... tenho agora o Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou conceder exatamente agora a V. Exª. V. Exª vai falar pelo art. 14, porque foi citado.

Eu renovo ao Senador José Pimentel, que é o próximo inscrito, pela competência do art. 14.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, eu estou evitando pedir como Líder. Quero cumprir rigorosamente o Regimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador José Pimentel já havia pedido e o Deputado Miro Teixeira...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª adotou uma postura aqui. Se não houve citação desprestigiosa, não há porque...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou suspender as duas solicitações e vou recolher os apontamentos taquigráficos, para tomar minha posição. Estão suspensas.

Peço que levantem tanto a citação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, quero registrar que a maneira como o Senador Cássio Cunha Lima se posicionou é exatamente quando se aplica o art. 14. Ele fez questão de dizer que nós tínhamos faltado com a verdade e que queria estar presente para dar o direito, o correto. Por isso, Sr. Presidente, ao invés de o senhor recolher, me dê....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou recolher as expressões e vou definir ainda hoje.

Tenho agora o Senador Pedro Taques.

Peço aos senhores uma breve, uma rápida suspensão dessa lista de oradores pela Liderança, porque o Deputado Francischini já apelou porque tem voo agora. O Deputado Pitiman me apela agora, e o Deputado Foletto. Vamos votar os requerimentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho.

Então, passo a palavra...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – BA) – Começar pelos nominais, pelos de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder do PT no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo. Vou fazê-lo agora também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Peço para me devolver a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O requerimento de quebras de sigilo, votação que exige votação nominal, de forma que a gente faria uma votação replicando as outras...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pimentel, eu vou usar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu tenho o direito de falar, na hora em que solicita, tendo a lista... Estou inscrito. Como V. Exª concedeu a todos os outros Líderes para falar pelos seus partidos, estou solicitando, pelo Partido dos Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou incluindo V. Exª...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E aqui V. Exª me nega o direito ao art. 14, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não estou negando...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Conforme o próprio autor, que fez a intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não estou negando, não. Muito pelo contrário, Senador Pimentel. Estou garantindo a V. Exª o art. 14. V. Exª está injusto com esta Presidência, até porque estou usando as expressões do Senador Cássio, já para determinar a V. Exª o art. 14. Agora, estou também colocando V. Exª na inscrição de Líderes. Agora, estou suspendendo, temporariamente, a lista de inscritos para votar, por um desejo do relator e, unanimemente, do Plenário, as relações.

Agora, se V. Exª quer falar na condição de Líder, eu vou também somar a todos os Líderes que aqui estão inscritos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quero falar como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pronto, V. Exª vai falar depois do Senador Pedro Taques, depois do Deputado Miro Teixeira, na relação de Líderes.

Agora, com o art. 14, V. Exª pode falar exatamente na hora que quiser. Se V. Exª quiser falar agora, V. Exª fala, em nome do art. 14, o que eu já lhe garanti, até usando a palavra do Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Estou utilizando, Sr. Presidente, utilizando o Regimento também porque...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª quer falar em nome do art. 14?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, fale, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Já solicitei há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, eu ficaria muito alegre se o nobre Senador Cássio Cunha Lima tivesse utilizado a sua fala para pedir desculpa a esta Comissão e ao Congresso Nacional pelo desrespeito que foi feito para com a Constituição brasileira e para com a Srª Presidente da República.

O requerimento inicialmente protocolado, ontem, aqui na Casa, de nº 573, convocava a Srª Presidenta Dilma Vana Rousseff para prestar esclarecimentos sobre um conjunto de itens que dizem respeito ao financiamento de campanha. Vendo o absurdo que era o requerimento, os autores aqui que o subscreviam (o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Fernando Francischini, o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Vanderlei Macris) transformaram a convocação em um requerimento de informação, no mesmo requerimento. Aqui, eles são muito claros: solicitam a transformação da convocação em um pedido de informação.

Portanto, Senador Cássio Cunha Lima, talvez, V. Exª, no afã de descaracterizar a convocação, não tenha lido o conteúdo e o teor do requerimento de informação, que também é proibido pela Constituição. Portanto, se V. Exª tivesse tido um pouco mais de paciência, um pouco mais de cuidado para analisar o que seus pares fizeram, o senhor estaria aqui hoje era pedindo desculpa ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira pelo absurdo que estava praticando contra a Constituição brasileira e esta Comissão.

É bom lembrar que todo o teor do requerimento – que foi transformado, de convocação em requerimento – diz respeito a financiamento de campanha, e esta CPMI não trata de financiamento de campanha. Exatamente por isso, tivemos o cuidado de não votar nenhuma matéria que trate sobre esse tema, porque aqueles que querem discutir financiamento de campanha nesta CPMI querem, na verdade, fugir ao debate, que é identificar, produzir novas legislações e prender uma quadrilha que atua no Território nacional, com foco principal no Estado de Goiás.

Nós tivemos o cuidado, ao mesmo tempo em que temos o curso desta CPMI, de aprovar uma atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro, que é exatamente para reprimir e dar instrumentos ao Estado democrático de direito para que possa impedir as práticas em que o Sr. Carlos Cachoeira e aqueles que com ele colaboram nesse processo.

Ao mesmo tempo, tivemos o cuidado, ao longo do Governo Lula, de criar 313 varas federais, apoiando a iniciativa do Poder Judiciário para instrumentalizar o Estado democrático de direito para combater o crime organizado e combater, exatamente, aquelas ações em que, até então, o Poder Judiciário não tinha condições de atuar.

É bom lembrar que, até 2003, o Brasil tinha apenas 179 varas federais. Criamos mais 313, sem esquecer que os quadros da Polícia Federal, nós triplicamos o efetivo e tivemos, a partir dali, através do sistema democrático de direito, a prisão de mais de 16 mil pessoas envolvidas com corrupção no Brasil.

Queria eu comparar isso com dados anteriores, nosso Senador Cássio Cunha Lima, para que pudéssemos ter uma clareza muito melhor. Desde quando o Brasil foi descoberto até aqui que não chegamos a 16 mil prisões por corrupção.

E eu quero também registrar que o único objetivo desse requerimento era deixá-lo na pauta para que expusesse a Presidência da República, dizendo que estava sendo convocada para uma CPI do crime de lavagem de dinheiro, de um crime organizado, e isso

tentar desgastar a imagem do Brasil, tentar desgastar a imagem da Presidenta junto à Rio+20.

E quero aqui parabenizar o Sr. Presidente pela forma correta como atuou, indeferindo aquele requerimento aqui apresentado e, ao mesmo tempo, deixando claro que, se querem fazer guerra política, nós entendemos que este não é o melhor ambiente, esta CPMI.

E quero também registrar que aqueles que falam tanto aqui em ter força de vontade, em ter a intenção de investigar, por que até então tinham uma postura, quando a gente traz alguns temas polêmicos, como aqui já foi muito bem expressado, quando se procura identificar algumas pessoas que estão na imprensa... Mas não é a imprensa brasileira, são pessoas específicas, como temos problema em toda e qualquer outra organização.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui mais uma vez registrar que V. Exª agiu com a maior correção quando indeferiu esses dois requerimentos, inicialmente de convocação e depois de pedido de informação, que é isso o que esta CPMI deseja e espera que todos possam fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator, quero dizer ao Senador José Pimentel que já está disponível *on-line* a nota da Presidência a respeito do assunto que V. Exª acabou de mencionar.

Passo os trabalhos ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, dando continuidade, eu gostaria de sugerir que nós fôssemos aos itens 5 e 6, que são de votação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu fui agravado aqui, eu estou inscrito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... de votação simbólica.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou inscrito! Eu fui agravado aqui, não vou ter a palavra?

Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento 209.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requer a convocação da Srª...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...o Presidente, antes de lhe passar a presidência, tinha lido os líderes que falariam.

Eu fui agravado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, V. Exª tem o direito à palavra e lhe será concedida a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – *Opportuno tempore*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, está...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quando todo mundo esquecer o que se passou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não. A palavra agora está com o Sr. Relator. Por isso que eu peço a paciência de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, não é uma questão de paciência, é uma questão de direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E não é de paciência, é de atenção.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É de direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E o direito vai ser concedido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É de direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O direito será...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O direito que tarda não é direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele não tardará.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A justiça que tarda não é justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele não tardará.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós sabemos disso muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Será garantido na sessão de hoje.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso pode ser administrado de maneira conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Devolvo ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento 209, item 5 da pauta. Requer a convocação da Srª Andressa Mendonça.

Requerimento 497. Requer a convocação do Sr. Hillner Ananias. Item 5.

Votação simbólica. Requerimento 500. Requer a convocação do Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Requerimento 514, de igual teor; 552, de igual teor; 512, requer a convocação do Sr. Alcino de Souza; 545, requer a convocação do senhor... De igual teor; 525, requer a convocação do Sr. Lúcio Fiúza; 528, do Sr. Rubmaier; 532, de igual teor; 531, da Srª Ana Cardozo Lorenzo; 534, do Sr. Aredes Correia Pires; 538, de igual teor; 541, do Sr. Alexandre Milhomem.

Ainda votação simbólica...

Esse aqui é de convocação, Presidente. Solicito que V. Exª coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Coloco em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Item 6 da pauta, Sr. Presidente.

REQUERIMENTO Nº 241, DE 2012

"Requer ao Detran e à Receita Federal informações relativas a veículos vendidos pelas empresas Elevis Comércio de Veículos, Star Motors, Cotril Motors, Saga S/A e Kasa Motors."

Do ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Impressionante que os Srs. e as Srª Deputadas estão em silêncio. Portanto, o problema não está no Plenário. O problema está no entorno, não de Brasília, mas do Plenário.

Então, peço às senhoras e senhores assessores, como também aos fotógrafos, cinegrafistas, que colaborem para que o Sr. Relator possa conduzir a pauta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 331:

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2012

"Requer cópia integral da Ação Penal Nº 51.163-4/2012, que tramita na 5ª Vara Criminal de Brasília, proposta do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios."

REQUERIMENTO Nº 367, DE 2012

"Requer informações ao Subprocurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, sobre as transferências de dinheiros às empresas Morais, Castilho e Brindeiro Sociedade de Advogados, por Geovani Pereira da Silva, contador de Carlinhos Cachoeira, bem como sejam solicitadas providências da Procuradoria-Geral da República a respeito de tais fatos".

Do Senador Pedro Taques.

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2012

"Requer à Polícia Federal cópia de todo o material (documentos, mídias, filmagens, fotografias etc) arrecadado quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão durante a deflagração da Operação Monte Carlo."

De igual teor, o 485, do Senador Alvaro Dias:

REQUERIMENTO Nº 485, DE 2012

"Requer que o Departamento de Polícia Federal encaminhe a esta CPMI, no prazo máximo de 10 dias, as fitas de vídeo apreendidas na residência de Adriano Aprígio em Anápolis – GO, no dia 29/05/2012, pela Operação Monte Carlo, de responsabilidade do Delegado Matheus Mela Rodrigues."

Requerimento de providências.

Solicito aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento agora de votação nominal.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem: eu não sei se nós temos quórum para a votação!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem quórum.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Antes dessa verificação, antes das votações nominais...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ. *Fora do microfone*.) – Deixa votar, Miro!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe-me; eu deixo qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, vamos concluir a pauta, que eu vou conceder a palavra a V. Exª. Se não der quórum...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora, se cada um puder se preocupar com o agravo que se sofre – e eu digo isso com todo o respeito a V. Exª, e a maneira de respondê-lo –, eu acho que fica melhor para todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós estamos bem rápidos para eu conceder a palavra a V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vai entrar em votação nominal eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nominal. Agora é nominal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí vai ser uma eternidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, nós vamos fazer...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só vamos ler as ementas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos ler as ementas e depois será uma votação só.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Replica a votação em cada requerimento:

REQUERIMENTO 382, DE 2012

"Requer a quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Excitant Indústria e Comércio de Confecções Ltda, CNPJ 02.141.620/0001-76, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data."

REQUERIMENTO 479, DE 2012

"Solicita que a CPI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico [todos são de sigilo bancário, fiscal e telefônico] do Sr. André Teixeira Jorge."

Todos são de sigilo bancário, fiscal e telefônico: Requerimento nº 506, do Sr. Lúcio Fiúza; Requerimento 507, da empresa Rental Frota Logística Ltda; Requerimento 509, da GM Comércio de Pneus e Peças Ltda; Requerimento 511, do Sr. Alcino de Souza.

Todos com as fundamentações constantes dos requerimentos.

Requerimento 515, diante da fala do Deputado Carlos Sampaio – concordo com V. Exª –, a fundamentação não é suficiente.

Eu solicito a retirada do 515 deste bloco de votação.

Requerimento 518, Da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia Ltda, cujo nome fantasia é Faculdade Padrão.

De igual teor, os Requerimentos nºs 526, 519, 524.

Por fim, Requerimento 533, do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.

Excluindo, então, o Requerimento nº 515, de 2012, para os demais solicito a aprovação deste Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, essa votação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª leu o 524 também, da Mestra?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Li.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa votação agora só pode ser nominal.

Portanto, perguntarei a cada um dos Srs. Senadores, das Srªs Senadoras, dos Srs. Deputados, das Srªs Deputadas:

Como votam? É uma quebra de sigilo. Nós fizemos a leitura...

"Sim" é a favor do Relator. "Não" é contra o Relator.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Pedro Taques? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

"Sim".

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima? *(Pausa.)*

"Sim".

Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Ainda quero saber como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Blairo Maggi? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Eduardo Amorim? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Petecão? *(Pausa.)*

Srs. Deputados.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luiz Pitiman? *(Pausa.)*

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Voto "sim", mas gostaria de registrar, até para a imprensa, que até agora muitos aqui defenderam quebra de sigilo e fizeram outro tipo de posição. Neste momento, estão dando entrevistas lá fora, no momento em que têm que investigar. Todos aqui estamos quebrando sigilos

e fazendo a investigação, acompanhando o Relator. E a ausência desses Parlamentares é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom. É "sim".

Como vota o Deputado Leonardo Picciani? *(Pausa.)*

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim".

Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) –"Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli? *(Pausa.)*

Como vota a Deputada Iracema Portella. *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Mendonça Prado? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Maurício Quintella está aqui.

Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim", Deputado Paulo Foletto.

Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – "Sim".

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes? *(Pausa.)*

Como vota a Deputada Jô Moraes? *(Pausa.)*

Bom. Então, vou dar o resultado: 17 votos SIM; Nenhum voto NÃO.

Para todas as quebras de sigilo, a votação dessas aqui lidas se repetem. Concordam? *(Pausa.)*

Parece-me que acabou a pauta de votação.

Para que o direito não seja tardio, Deputado ilustre, conspícuo e profícuo Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sabe de uma coisa, Presidente, eu gosto muito de falar diante das pessoas que me agravaram. Mas, quando as pessoas se ausentam, eu perco absolutamente o estímulo. Porém, eu vou trazer algumas coisas aqui. Primeiro uma máxima sobre a mudança de procedimento, uma máxima de filósofos diversos, de alguns doutrinadores. Por que algumas pessoas mudam seus princípios, a regra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço que aumente o som do Deputado Miro Teixeira, porque está inaudível a fala dele, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A motivação da mudança da regra quase sempre caminha por uma trilogia: medo, interesse ou corrupção. E aqueles que mudaram a sua trajetória, seus posicionamentos passados, podem botar a mão na cabeça e refletir e dizer por que mudaram: se por medo, por interesse ou por corrupção. E assim eu respondo a quem tentou inibir aqui qualquer postura minha. E eu afirmo aqui, de corpo presente, que isso pode avançar muito mais.

Mas, indo na direção produtiva, ou profícua, como usou V. Exª, eu encaminho verbalmente neste momento e, em seguida, por escrito.

Eu quero saber se houve uma delegação de Parlamentares a um país africano, ou a mais de um, neste ano. Vou encaminhar por escrito. Vou procurar saber que Deputados e Senadores integraram essa missão oficial. Procurar saber se, pela época da Semana Santa, alguns estavam voltando por Paris. E procurar saber se almoçaram com Fernando Cavendish. E, entre esses, se algum participa desta Comissão. E, se for mais de um, se o voto foi decisivo para o resultado contrário à convocação de Cavendish.

Estou encaminhando este requerimento a V. Exª, primeiro verbalmente.

As Casas aqui se comunicam com facilidade, Câmara e Senado, e havia Deputados e Senadores, pelo que fui informado agora, por pessoa muito responsável. Aliás, um Colega nosso.

E isso vai ser abordado aqui outras vezes. Se não houver, eu serei o primeiro a vir aqui, até porque não há nada de desabonador em um requerimento deste tipo.

Eu não estou aqui declinando nomes, eu aqui não estou botando o dedo em cima de quem quer que seja. O que eu quero saber é se o Código de Ética da Câmara dos Deputados, pelo menos, está sendo cumprido. E ninguém ameaça com a lei. E ninguém pode se sentir ameaçado pela lei. E o que eu quero trazer aqui, se se confirmar essa delegação... Eu não quero precisar o país, mas me parece que foi Uganda – é que são muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo

–, e que alguns Parlamentares voltaram por Paris. Eu estou fazendo também essa apuração.

Mas a apuração que eu fizer adianta pouco. Adianta só para mim. Eu tive o cuidado de ligar para um Deputado e obter dele uma confirmação, cujo nome também não declinarei, porque, se não, não podemos ter conversas políticas. Mas eu confio nele. Eu confio nele.

O correto é que a Presidência da Comissão faça um ofício ao Presidente do Congresso Nacional, quem sabe ao Presidente da Câmara e ao do Senado, para que responda objetivamente se alguma delegação de Parlamentares foi a algum país africano este ano – é bem amplo, e depois eu vou fechar, vou sintonizar isso de modo mais fino –, para chegar a Semana Santa em Paris.

Presidente, eu acho que o Sr. Relator pode refletir e trazer, numa próxima reunião ou – quem sabe? – ainda nesta, a convocação do Sr. Cavendish, e a marcação da data ficando a critério do Sr. Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, V. Exª nos comunicou que vai protocolar um requerimento com esse pedido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, aguardamos o requerimento de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª pode receber verbalmente também. Seguirá por escrito. Por economia processual, às vezes o telefone funciona. E a assessoria pode procurar em *site*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O problema meu é regimental. O problema meu é regimental.

Eu aguardo, então, o requerimento de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós temos uma ordem de inscrição para os líderes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem. Eu vou conceder a palavra.

Eu só quero...

Eu me encontro sem assessoria da Casa e peço que a assessoria me diga...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Fora do *microfone*.) – Se o senhor quiser, eu o assessoro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E V. Exª não só me assessora, como V. Exª enriquece, pelo seu cabedal de conhecimento, os meus.

Então, V. Exª poderia sentar aqui...

Eu passo agora, como Líder – parece-me que ele não está no Plenário –, ao Senador Pedro Taques.

Não estando eu passo, como Líder, ao ilustre deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, hoje nós assistimos aqui a um espetáculo dos mais lastimáveis, dos mais deprimentes. É momento de grande significado na vida, na história de um Parlamento o que hoje ocorreu quando esta Comissão negou-se a aprovar a oitiva do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot de forma injustificável, por duas razões.

Em primeiro lugar porque atenta contra os objetivos desta CPMI, que é caminhar no sentido de descobrir como funciona essa teia deletérica que tem capturado, que tem se apossado de parcelas consideráveis do Estado brasileiro.

Em segundo lugar é injustificável porque o fato de aprovar não significa que eles tenham de ser chamados imediatamente. Fica a critério do Relator o momento de convocá-los.

Portanto, a justificativa de precipitação não procede, não tem o menor cabimento.

Por último, eu queria ainda ressaltar que, coincidentemente, as pessoas que se arvoraram hoje aqui como os maiores defensores da não convocação do Pagot e da não convocação do Cavendish são as mesmas pessoas, os mesmos parlamentares que, de forma agressiva, atentam contra a liberdade de imprensa e querem o controle social da imprensa, e os mesmos que também querem colocar uma mordaça no Ministério Público, intimidando a Procuradoria-Geral da República.

Por tudo isso, o que houve hoje não é um sobrestamento, não é evitar uma precipitação; é um acobertamento de pessoas que, obrigatoriamente, teriam e têm que vir aqui prestar esclarecimentos.

Há momentos em nossa vida em que, independentemente da posição dos nossos corpos – se estamos em pé, se estamos sentados, se estamos deitados, independentemente da posição dos nossos corpos –, a nossa alma está de joelhos. Essa votação nos deixa a todos, a todos os parlamentares da Câmara e do Senado, ajoelhados, pela vergonha de não termos conseguido hoje aprovar uma votação absolutamente indispensável para o conhecimento mais profundo dos fatos relacionados ao objetivo precípuo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Antonio Carlos Mendes Thame.

Passo a palavra ao Sr. Senador Sérgio Souza.

Indago se ele está aqui. *(Pausa.)*

E me parece que não há mais nenhum inscrito.

Assim, não havendo mais o que tratar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Posso registrar aqui, em dez segundos, um *e-mail* que acabei de receber, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – **"**Esta CPI deveria ser chamada de surdo-mudo: quem vai não fala, fica mudo, e quem quer ir não quer ouvir."

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente .

(Iniciada às 10 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 16ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião realizada em 26 de junho de 2012, às dez horas e cinquenta e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do **Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB),** com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Jorge Viana (PT-AC), Benedito de Lira (PP/AL) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ).** Deixaram de comparecer os Senadores **Humberto Costa (PT-PE), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Fernando Collor (PTB-AL)**, e os Deputados **Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP).** Estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Cyro Miranda (PSDB-GO), Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e o Deputado **Bruno Araújo (PSDB-PE)**. Atenderam às suas respectivas convocações, amparados por Habeas Corpus e permaneceram em silêncio, os senhores Lúcio Fiuza Gouthier e Écio Antônio Ribeiro. Em seguida, transcorreu o depoimento do Senhor Alexandre Milhomem, devidamente acompanhado por sua advogada Manoela Bartos Matos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhoras e senhores, muito bom dia. Peço a V. Exªs que tomem seus lugares. Peço à assessoria que também se posicione, principalmente a competente assessoria do Deputado Carlos Sampaio.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 14ª e 15ª Reuniões da Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, as Atas estão aprovadas.

Antes da destinação que é objeto desta reunião, farei dois esclarecimentos, em respeito a esta Comissão e a V. Exªs, em virtude da responsabilidade de assumir a Presidência desta Comissão.

O primeiro deles. Diante da notícia veiculada pela mídia, no dia de ontem, 25 de junho, acerca de um funcionário de meu gabinete de nome Rui Brito, tenho o seguinte a esclarecer:

O Sr. Rui Brito é funcionário de meu gabinete desde o início de meu mandato e trabalha com empenho e dedicação, especialmente nas matérias concernentes à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Senado Federal (CCT).

Diante as notícias divulgadas pela imprensa, interpelei o funcionário a respeito dos fatos narrados e dele recebi os seguintes esclarecimentos: que mantém relações pessoais com o Sr. Marcelo Queiroga, mas não conhece quaisquer outros membros de sua família; que tomou recursos emprestados ao Sr. Marcelo Queiroga, tendo quitado sua dívida mediante cheques, nos termos do que revela a escuta telefônica, cujo teor foi divulgado; que a transação foi estritamente privada e não guarda causa ou efeito com as suas atividades funcionais, profissionais em nosso gabinete.

A despeito disso, tomei a iniciativa pessoal de encaminhar aos delegados e Procuradores da República incumbidos das Operações Vegas e Monte Carlo pedido de esclarecimento específico quanto à existência

de quaisquer indícios de envolvimento do Sr. Rui Brito com as atividades ilícitas praticadas pela organização criminosa investigada por esta CPMI.

A resposta dos delegados e procuradores da República será encaminhada a todos os integrantes desta CPMI.

Foram estas:

À Srª Procuradora Léa Batista,

Diante da notícia veiculada pela mídia, dando conta de conversas telefônicas mantidas em meu gabinete entre o Sr. Marcelo Queiroga e o Sr. Rui Brito, servidor lotado em meu gabinete, solicito informações inequívocas a respeito da existência de indícios de envolvimentos deste nas atividades ilícitas praticadas pelas organizações criminosas investigadas pela Operação Vegas e Monte Carlo.

Mandei para Léa Batista, Daniel de Resende Salgado, Raul Alexandre Marques de Souza, Matheus Mella Rodrigues.

Foram essas as providências em respeito a V. Exªs.

Outra informação importante. Quero fazer uma justificativa pública e também aos meus conterrâneos paraibanos. O Senador Cássio Cunha Lima acabou de me ligar. S. Exª é membro titular desta CPMI e teve de se ausentar às pressas, de volta ao nosso Estado, em virtude do delicado estado de saúde de seu pai, Senador Ronaldo Cunha Lima. S. Exª pediu para justificar publicamente a sua ausência na sessão de hoje.

Todos nós estamos recomendando orações para o restabelecimento de saúde do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Vou aqui responder a uma questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues, que estava lhe devendo. Antes que o Senador, diligente como é, se arme com sua palavra para pedir uma questão de ordem e formule a cobrança, vou responder por escrito à questão de ordem de S. Exª.

Vou permitir que V. Exªs possam dirimir outras questões de ordem para que nós possamos iniciar a tomada de depoimento das três testemunhas que já estão aqui para serem ouvidas.

A questão de ordem...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, senhor. É uma questão de ordem?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...formular uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu posso falar da questão do Senador Randolfe e depois V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pode. Já fui inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, imediatamente, o Líder Alvaro Dias formulará a sua questão de ordem.

Questão de ordem. Há uma questão de ordem para a qual peço a atenção dos senhores porque é principalmente questão de direito e precisa da atenção dos senhores.

Resposta à questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues.

O Senador Randolfe Rodrigues apresentou questão de ordem em que argúi a suspeição do Senador Ciro Nogueira e da sua mulher, sua esposa, Deputada Federal Iracema Portella para votar em matérias relacionadas com o Sr. Fernando Cavendish e a Delta Construções, empresa de sua propriedade, por conta da amizade que mantém com o empresário.

Alega que essa simples relação de amizade, à luz do art. 254 do Código de Processo Penal, já seria suficiente para desabilitar os Parlamentares nas votações envolvendo a mencionada empresa e o seu proprietário.

Argumenta adicionalmente que o art. 306 do Regimento Interno do Senado estabelece que nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação, sendo sua presença computada para efeito de quórum.

Impedimento e suspeição são circunstâncias que impedem o exercício jurisdicional. O impedimento tem caráter objetivo e acarreta presunção absoluta de parcialidade, enquanto a suspeição revelada subjetivamente implica na presunção relativa de parcialidade.

Não se aplicando, no caso concreto, nenhuma das hipóteses de impedimento listadas no art. 252, do CPP, o debate recai na hipótese de suspeição.

O art. 254 do CPP estabelece que:

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.

O Código de Processo Civil trata dessa matéria no seu art. 153, sobre o qual a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido da sua interpretação restritiva. Veja-se, a propósito, o trecho do Acórdão proferido no Recurso Especial 1014031, do Relator Humberto Martins:

2. É assente na doutrina e na jurisprudência pátria que o art. 135, inciso I e V do CPC deve ser interpretado de maneira restritiva, ou seja, somente a amizade

íntima ou a inimizade capital autoriza o afastamento do juiz da causa por suspeição.

É grifo nosso: "somente a amizade íntima ou a inimizade capital".

No mesmo sentido é julgado o HC 3142, do Relator Hamilton Carvalhido:

A amizade íntima que gera a suspeição do juiz processante, nos termos do art. 564, inciso I do Código de Processo Penal, não se confunde com a admiração e o respeito pelo companheiro de trabalho e o sentimento profundo pela sua morte brutal, pois são traços de essencialidade do ser humano normal no comum das relações da vida.

Não é, portanto, qualquer amizade que justifica a suspeição do magistrado, mas apenas a amizade íntima, capaz de revelar o interesse do juiz em decidir favoravelmente a uma das partes. Embora o Senador Ciro Nogueira e a Deputada Iracema Portela admitam manter relação de amizade com Fernando Cavendish, não há prova que seja amizade íntima, muito menos indícios de que tenham interesse de votar em seu favor. Não bastasse, tenho que a regra da suspeição deve ser aplicada com temperamentos quando se trata de membros de comissões parlamentares, visto que suas decisões, ainda que no exercício de função jurisdicional extraordinária, são norteadas por princípios políticos em que o voto do parlamentar é orientado por suas convicções ideológicas e vínculos políticos, que são elementos naturais da vida congressual.

Concluindo, não vislumbro a existência de circunstâncias que impeçam o Senador Ciro Nogueira e a Deputada Iracema Portela de exercerem a plenitude de seus mandatos, inclusive votarem matérias relacionadas ao Sr. Fernando Cavendish e a empresa Delta Construções.

Essa é a minha resposta à questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, também para uma questão de ordem complementar, eu me inscreverei após o Senador Alvaro Dias, para comentar o diligente encaminhamento de V. Exª e para apresentar uma questão de ordem em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tomará a palavra em seguida para apresentar a sua outra questão de ordem.

Registro a presença do Relator e do Vice-Presidente na Mesa.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, falo em nome do meu Partido PSDB, trazendo uma preocupação com os destinos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Surpreende-nos procedimentos adotados antes que se chegue ao Congresso Nacional. Esse é um ponto que eu gostaria de considerar e para o qual gostaria de pedir o apoio de V. Exª e do Sr. Relator.

Eu não conheço, na história das CPIs no Congresso Nacional, dificuldades como as que estamos encontrando hoje de acesso a documentos requeridos. As informações sigilosas, quando chegam, chegam incompletas e lentamente. Há requerimentos não acolhidos; por exemplo, requeremos há algum tempo os vídeos apreendidos na residência do ex-cunhado do Sr. Carlos Cachoeira Adriano Aprígio que são vídeos, segundo especulações, importantíssimos para as investigações e reveladores. Não se entende por que esses vídeos não chegam ao Congresso Nacional. A impressão é que há uma organização de blindagem na ante-sala da comissão parlamentar de inquérito porque documentos solicitados, provas que podem ser consideradas por esta CPI não chegam, não chegam.

Nós gostaríamos de saber, Senador Pedro Simon, de quem parte essa blindagem, essa organização que tem por objetivo poupar agentes públicos e privados provavelmente. Fica a impressão de que há uma seleção de alvos; alguns podem ser atingidos, outros não; podemos investigar alguns fatos, outros não devemos investigar. Estamos autorizados a raciocinar dessa forma. Por que até agora a Polícia Federal de Goiás não nos encaminhou os vídeos apreendidos no dia 29 de fevereiro, se não me falha a memória, na residência do ex-cunhado do Sr. Carlos Cachoeira o Sr. Adriano Aprígio? Nós gostaríamos de saber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Senador, encaminhe a sua questão de ordem porque eu já tenho a resposta para ela.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não. Ocorre, Presidente, que nem sempre as respostas a questões de ordem tem-nos oferecido desdobramentos e eficiência, e nós temos o dever da eficiência nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por exemplo, os depoimentos de hoje são irrelevantes; eles nada acrescentam. Não sei por que convocamos aqueles que estão hoje convocados para depor aqui, um arquiteto, por exemplo, que vai falar sobre a reforma da casa. Nós temos questões essenciais que estão sendo proteladas. Não há razão para o sobrestamento dos requerimentos que convocam Fernando Cavendish e Luiz Antonio Pagot. Esse é um apelo que formulo nesta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acato a questão de ordem de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antecipação da votação desses requerimentos: os requerimentos que convocam Fernando Cavendish e Luiz Antonio

Pagot e quebram o sigilo bancário, fiscal e telefônico de Fernando Cavendish.

A outra questão, Sr. Presidente, é um apelo a V. Exª – não sei qual será a deliberação de V. Exª ou desta Comissão: nós não deveríamos ter recesso para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós deveríamos trabalhar durante o recesso. Este é um apelo que o nosso Partido também faz a V. Exª: que os trabalhos desta CPI não sejam suspensos em razão do recesso.

São três questões de ordem, portanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias. Os senhores hão de convir que o Senador Alvaro Dias é experiente, inteligente e competente. Quando assume o microfone, ele encaminha, por meio do exercício de liderança, questões de ordem das mais variadas, até quando não é questão de ordem, mas ele o faz dessa forma. E quero respondê-las como tal. Acolho as três e vou tentar enumerar a resposta, tentando atendê-lo na sua plenitude.

A primeira é que, amanhã, V. Exª terá em mão, a Comissão terá em mão um relatório completo e circunstanciado. Isso propiciou uma investida da Comissão à Anvisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a atenção dos senhores. É importante isso. É importante esse esclarecimento.

Semana passada, a Senadora Vanessa fez uma questão de ordem parecida. E a CPI foi lá à Anvisa, que, imediatamente, entregou à Senadora Vanessa documentos que estavam tardiamente postergados para a apreciação da Comissão, especialmente a da Senadora Vanessa.

Eu determinei à Secretaria agora... Ontem, o Senador Randolfe tratou – e tenho certeza de que a sua questão de ordem é nesse sentido também – de alguns percalços bancários, e a CPI tem agido. Não há blindagem, Senador. Se houver blindagem, a Presidência é a primeira a assumir a responsabilidade. Não haverá blindagem enquanto eu exercer esta Presidência. O senhor sabe disso e já me disse isso, pessoalmente, no plenário do Senado, como tem sido a conduta desta Presidência.

Tenho, diariamente, oficiado ao Banco Central que documentos bancários não estão chegando com o formato que queremos. Eu tenho dito isso. Eu tenho dito isso, e os senhores e as suas assessorias têm feito esse trabalho. Na nossa página, tenho disponibilizado, diariamente, ofícios meus solicitando e recomendando pressa. Agora, tendo em vista a justa recomendação e reclamação de V. Exª, eu já pedi à assessoria que me entregue, para que, amanhã mesmo, eu responda a questão de ordem, quais os documentos que estão atrasados para que eu os publique, porque não adianta apenas estar na nossa página. Alguém não acessa a nossa página. Para que eu publique aqui quais os documentos que estão atrasados, com os prazos findos, que têm postergado o seu envio. Essa é a primeira parte da questão de ordem de V. Exª. Amanhã, a Presidência irá divulgar.

A segunda parte: V. Exª tomou uma atitude da Presidência. Há Parlamentares aqui, Pedro Simon, que são fantásticos. Eu aprendo todo dia com ele, viu, Pedro Taques? Não é que Alvaro Dias fez um requerimento direto para o delegado, pedindo os áudios das operações? Isso tinha que ser meu, da Presidência, mas, quando eu soube, eu disse: Alvaro Dias tem toda autoridade de assumir esta Presidência...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu fiz a V. Exª e ao delegado para ver qual chegará mais rápido. Nenhum dos dois...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias tem toda a autoridade. Chegou um aqui que tem nove CPIs. Então, Alvaro Dias tem toda a autoridade. Ele atravessou um requerimento...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E o direito não socorre a quem dorme!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias atravessou um requerimento ao delegado da Polícia Federal, pedindo os tais áudios que ele quer. Isso é matéria específica da Presidência, mas ele tem todo esse direito de me pedir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sou colaborador da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E como bom colaborador que Alvaro Dias é, eu imediatamente fiz o pedido que V. Exª já houvera feito. Esses autos estão em juízo já, esperando a vinda para a CPMI. Já tive notícias deles ontem, para o senhor ter uma ideia de como eu acompanhei, depois do susto que tomei com a sua investida pessoal. Então, fui lá e fiz o requerimento. Os autos estão na Justiça. Eu os receberei e vou exercer o mesmo papel que tenho feito. Chegando aqui, serão processados, como foram processados os autos na sexta-feira. O nosso Relator foi pessoalmente a Goiânia e recebeu todas as mídias que estavam lá na Vara Federal.

Com relação à sua terceira questão de ordem, pois são três dentro de uma só, nós votaremos – esta é uma decisão que cabe aos senhores, não é minha; aqui eu já aprendi que a decisão é colegiada – a questão do recesso. A decisão é minha. Aqui quem vai decidir a questão do recesso, na próxima sessão administrativa, serão... O recesso é constitucional, já me adverte a Secretaria; é constitucional. Terá que haver

uma grande mobilização, mas nós vamos discutir isso na próxima sessão administrativa, que está marcada para a quinta-feira próxima.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não pode antecipar, não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sessão administrativa está marcada para a quinta-feira próxima. Dia 05, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não poderia discutir com a Comissão a antecipação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Podemos. Vamos hoje falar sobre isso. São essas as respostas.

Com a palavra o Senador Randolfe, para a sua questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, a questão de ordem que aqui apresentarei coincide, e muito, com a do Senador Alvaro Dias.

Em relação à questão de ordem anterior – eu não quis informar as minhas providências após a sua resposta para não interromper o brilhante encaminhamento de S. Exª o Senador Alvaro Dias –, quero, primeiro, registrar a diligência de V. Exª em responder à questão de ordem anterior. Acato o encaminhamento de V. Exª com respeito e, da mesma forma, recorrerei ao Plenário, ouvindo a Comissão de Constituição e Justiça, porque considero que, em relação a essa matéria, seria necessária a pacificação de uma posição do Parlamento, visto que o Regimento Interno do Senado, que é subsidiário ao Regimento Interno Comum, não explica detalhadamente qual seria o procedimento, e V. Exª, muito bem assessorado como é e com a sua diligência, socorreu-se da jurisprudência que já existe no âmbito do Supremo Tribunal Federal, por mais que existam, em relação ao caso concreto, as controvérsias devidas. Portanto, acato o encaminhamento de V. Exª à questão de ordem anterior, com respeito. Recorro ao Plenário para que seja ouvida anteriormente a CCJ, no sentido de construirmos uma jurisprudência em relação ao tema que aqui expus.

Eu queria, Sr. Presidente, até em função dessa resposta de V. Exª, cumprimentá-lo por marcar antes do recesso. Quero aqui fazer meu o coro do Senador Alvaro Dias. Ocorrendo a possibilidade, em especial, constitucional, seria de bom tom que nós não tivéssemos recesso, mas cumprimento V. Exª por já marcar uma nova sessão administrativa desta Comissão. Acho que seria importante que, no âmbito da Comissão, nós debatêssemos a realização dessa...

Ficarei em pé para V. Exª. Como costumo dizer que o exemplo arrasta e a palavra convence, vou utilizar-me do bom exemplo que Miro nos dá aqui para facilitar nosso olhar.

Em relação a essa questão de ordem, queria cumprimentar V. Exª por marcar uma sessão administrativa. Quero aqui também reiterar o apelo feito pelo Deputado Miro. Se o colegiado assim decidisse, seria importante nós realizarmos essa sessão administrativa ainda nesta semana.

Permita-me insistir no tema também proposto aqui pelo Senador Alvaro Dias. Em virtude da questão de ordem anterior, em virtude dos notórios acontecimentos que são de conhecimento desta Comissão, creio, Sr. Presidente, Sr. Relator, que seria de bom tom nós voltarmos a apreciar o requerimento que convoca o Sr. Fernando Cavendish.

Digo isso porque basta vermos a lista de depoimentos que temos hoje, amanhã e quinta-feira. Nós estamos como a síndrome do cachorro, parece-me, correndo atrás do próprio rabo, procurando, insistindo na investigação no mais do mesmo, em informações que já temos. Parece-me que é inevitável nós darmos o próximo passo.

Por tudo o que nós já temos, notadamente os dados e sigilos bancários da empresa Delta que já chegam a esta Casa, parece-me que é necessário a reapresentação e apreciação desse requerimento oxalá ainda esta semana, senão na semana que vem.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª por ter aberto esta reunião esclarecendo, tirando qualquer – vou utilizar o adágio popular – bode do meio da sala, esclarecendo as notícias que ontem foram veiculadas na imprensa. Isso é de bom tom, isso é fundamental no funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito.

V. Exª já respondeu. Eu só quero reiterar que a questão de ordem que também aqui apresento, fundamentada no art. 58, §3º, da Constituição, art. 131, art. 151 do Regimento do Senado, art. 330 do Código Penal e, ainda, na Carta Circular nº 3.454 do Banco Central, é baseada exatamente no sigilo bancário e fiscal das instituições financeiras que deveriam e devem prestar contar a esta CPI. Nós temos tido um conjunto de informações – não quero acreditar que sejam de má-fé – mas em especial por conta da instituição financeira BMG, nós temos tido encaminhamento para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de informações insuficientes e equivocadas. Já foi objeto de uma provocação do Senador Pedro Taques, de que tive conhecimento ontem, já foi objeto de providência de V. Exª.

Quero, sem demais, em relação a essa questão de ordem, solicitar à Mesa o seguinte: em não ocorrendo as informações como a recomendação do Banco Central requer, conforme a lei exige, conforme preveem os poderes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quero sugerir e encaminhar a essa Presidência que

esta CPMI tome as providências previstas no Código de Processo Penal e no Código Penal junto aos dirigentes dessa instituição financeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem aceita e acatada. Providências serão tomadas. Amanhã V. Exª vai receber o relatório, conforme resposta ao Senador Alvaro Dias.

Questão de ordem – última – do Deputado Miro Teixeira, para iniciarmos os depoimentos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa é até para esclarecer a Comissão sobre a providência tomada muito rapidamente pelo Presidente da Comissão, a quem eu requisitei um ofício, depois de conversar com o Ministro da Justiça.

Conversei com o Ministro da Justiça porque os programas que nós temos aqui – o I2 e o outro, se não me engano, DW. Os dois precisam ser convenientemente alimentados, porque, do contrário, não adiantam absolutamente nada. Nós estamos com essa dificuldade. Pelo menos, nós temos sentido isso. O Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe... Nós temos sentido isso. O Ministro disse que, assim que recebesse o ofício, imediatamente nos mandaria especialistas para atender a todos. O Presidente já despachou. Vamos agora procurar o Ministro.

Eu penso que esses especialistas poderão determinar como devem vir as informações também, além do que seguramente já foi feito. São experiências já vividas em outras CPI. Não sou "cepeísta" – só participei de duas –mas acho que pelo acompanhamento que tenho é necessário que esses especialistas digam como devem ser encaminhados os documentos e o banco que não encaminhar da maneira descrita tecnicamente responderá por isso. Se não houver essa harmonização nas informações, não vamos chegar a lugar nenhum. Eu concordo com os que disseram aqui que esses depoimentos pouco acrescentam porque, especialmente, os suspeitos não vão chegar aqui e se autoflagelar e dizer: "Eu sou culpado". Não, só se surgir aqui uma testemunha bomba que isso acontecerá.

É fundamental, eu acho, chamar o Sr. Cavendish, porque ele diz que compra Senador por seis milhões e compra qualquer coisa por trinta. Só por isso mesmo.

Quanto à Delta, nós já temos tudo aqui. Precisamos desses técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Parabéns! Fiz a questão de ordem mais para agradecer à diligência, porque ontem mesmo V. Exª despachou, no mesmo dia em que o requerimento chegou a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a minha função.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como a gente fala para reclamar às vezes, também temos que fazê-lo para dizer da diligência, porque o trabalho foi realizado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É minha função.

Obrigado pela justiça, Miro.

Última questão de ordem para que a gente vença essa etapa para a participação dos Democratas, na pessoa do meu amigo Onyx Lorenzoni.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu quero fazer uma consulta, porque eu tenho memória de que, logo no início, por proposição do Deputado Odair, foi feita a solicitação de técnicos do Banco Central para nos ajudarem aqui na análise dos dados da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eles estão vindo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A minha pergunta é se eles vieram...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eles vieram, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...já estão disponíveis?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estão disponíveis. Estão com o pessoal do Prodasen.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque há uma série de dados que nós temos recebido que são de interpretação complexa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para facilitar o nosso debate e até para facilitar a questão de ordem, eles vieram, estão com os técnicos do Prodasen... A questão levantada pelo Miro é exatamente sobre especialistas que são mais do que especialistas; são aqueles que trabalham essencialmente com o programa I2, que o Deputado Miro houvera solicitado ao Ministro da Justiça, que cedeu esses técnicos, mas precisava de um ofício meu. E ontem mesmo nós tomamos as providências. Mas o Banco Central está com todo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós precisamos que em um período do dia, combinado com a Secretaria, eles fiquem disponibilizados para prestar essa consultoria.

Nós, por exemplo, identificamos algumas contas onde há transações que são inexplicáveis, pelo menos para quem não é especificamente dessa área.

A segunda coisa: o banco HSBC tem um volume de operações muito importantes, que nós já registramos, em transferências para empresas do esquema criminoso que tem origem na operação da empresa

Delta, e até agora o sigilo bancário dessas contas não chegou até a CPMI. Eles são imprescindíveis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos cobrar isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, eu queria reiterar que a Presidência fosse ao Banco Central para exigir que essas informações estivessem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, V. Exª...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu iria começar a segunda fase dos depoimentos, mas V. Exª me pediu...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, eu preciso fazer alguns esclarecimentos a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, V. Exª o faz.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Posso fazer depois dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu pediria encarecidamente a V. Exª, que mostra, mais uma vez, ter o espírito de colaboração, querido Deputado Maurício Quintela Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sem problema. Sem problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chamo para depor, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 425, do Deputado Dr. Rosinha, 506, da Deputada Íris de Araújo, e 525, do Senador Randolfe Rodrigues, o Sr. Lúcio Fiúza Gouthier.

Por favor.

O depoimento transcorrerá conforme o Item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência. *(Pausa.)*

Eu queria apenas reiterar com os senhores – vamos ouvir depoimentos de testemunhas – se o procedimento é aquele mesmo, das garantias constitucionais, respeitando as garantias constitucionais e tentando obter o máximo de colaboração das testemunhas. Se não houver, nós liberamos para que não tenhamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...dando início à oitiva do Sr. Lúcio Fiúza Gouthier, que vem acompanhado da sua advogada para este depoimento.

O depoente disporá de até 20 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para respostas do depoente ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço que aumentem o volume do som do microfone do Presidente desta sessão. (*Pausa.*)

O depoente está amparado por um *habeas corpus*, mas, como em todos os depoimentos, o procedimento é conceder-lhe o tempo e, depois da concessão do tempo, passar às perguntas do Sr. Relator. E depois, concluir essa... Dependendo do encaminhamento...

Então, passo a palavra ao Sr. Lúcio Gouthier para seu depoimento.

O senhor tem 20 minutos para fazer o depoimento. Todos sabem do seu *habeas corpus*. Esse *habeas corpus* lhe permite falar e lhe permite também se calar nos aspectos em que queira fazê-lo.

Então, com a palavra o Sr. Lúcio Gouthier.

O SR. LÚCIO FIÚZA GOUTHIER – Bom dia a todos.

Eu queria, Sr. Presidente, avisar que vou usar do meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E ainda pede *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo, então, ao Sr. Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o procedimento adequado não é esse. Foi adotado aqui que todas as vezes que a testemunha dissesse, ou melhor, aquele que veio com *habeas corpus* dissesse que não vai, efetivamente, dizer nada porque vai resguardar seu direito constitucional de permanecer calado, ele é imediatamente dispensado por esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na verdade...

A SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse é o procedimento hoje.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não faz sentido manter uma pessoa que quer ficar em silêncio, como todos os demais. Acho que o rito deve ser continuado e respeitado, em qualquer circunstância, testemunha ou acusação de qualquer espécie e qualquer Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra pela ordem ao Senador Pedro Taques e devolvo a Presidência ao Senador Vital.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, o procedi-

mento que foi adotado é justamente esse. Tenho certeza de que esta Comissão vai fazê-lo. Quero concordar com o Deputado Sampaio e a Senadora Kátia Abreu.

Em tese, nenhum cidadão precisaria de *habeas corpus* para aqui vir, porque nós, Parlamentares, ao menos e também em tese, temos que respeitar a Constituição.

Apenas para corroborar esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O Relator entende dessa forma. O Presidente lamenta e, no exercício dessa Presidência, o Deputado Paulo Teixeira tem trabalhado de forma absolutamente harmônica com esta Presidência.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem, depois que o senhor terminar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E nós reiteramos que aqui as pessoas que são chamadas a depor estejam precisando – Miro Teixeira, isso foi inclusive debatido algum tempo por nós – recorrer ao que nós já lhes oferecemos, que são as garantias constitucionais. Isso, o Relator, ao expressar – o Relator não, desculpem, a Presidência, o Deputado Paulo Teixeira o fez agora –seu descontentamento, o descontentamento da Presidência.

Por isso, eu queria ouvir o Relator, mas vamos manter o mesmo procedimento que estamos tomando, porque aqui virão testemunhas para depor de todos os matizes, digamos assim.

Então, temos que adotar um rito que não possa ser quebrado, sob pena de questionamentos. Aí nós podemos perder tempo com isso.

Eu solicito...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que vários depoentes que vieram aqui, que estavam também munidos de *habeas corpus* concedidos pelos Supremo Tribunal Federal, alguns permaneceram calados o tempo todo, outros preferiram falar parte, responder em parte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Exato.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Isso caberia a quem conduz fazer essa pergunta, se ele... qual será seu procedimento. Por isso agi assim, mas certamente conheço o acordo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem toda razão, Deputado Paulo Teixeira.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou liberar a testemunha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Trinta segundos antes: é que o que disse o Deputado Paulo Teixeira vai na linha também de decisão do Supremo Tribunal Federal. A testemunha não pode de antemão saber o que lhe será perguntado e se ele quer ou não responder. Aí pode haver perguntas e a pessoa dizer: eu não quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O que o Deputado Paulo Teixeira tentou construir foi algo de útil no depoimento da testemunha, está tentando construir algo de útil no depoimento da testemunha. Mas, a reserva constitucional existe e nós não podemos discuti-la.

A testemunha está liberada.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, em que pese o amparo legal aqui apresentado pela testemunhas de permanecerem em silêncio, quero registrar o meu repúdio.

O Governador Marconi Perillo esteve aqui e falou o tempo que ele quis, não explicou coisíssima nenhuma e terceirizou várias coisas aqui colocadas dizendo que pessoas poderiam explicar assessores inclusive envolvidos. E quando eles vêm aqui e usam do seu direito constitucional de permanecerem em silêncio, ao mesmo tempo que acho imoral que permaneçam calados, tirando de nós a oportunidade de fazer um trabalho que realmente corresponda àquilo que a população espera de nós, quero manifestar o meu repúdio a esse tipo de atitude.

Era isso o que eu queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer que temos aqui vários profissionais do direito. Evidentemente, quando a testemunha vem aqui e diz que quer permanecer calada não dispensa a narrativa das razões de ela estar aqui, por que ela foi convidada para estar aqui.

Tenho e vou refletir sobre essa divergência. Quer dizer, há uma narrativa das razões por que a pessoa está aqui e essa narrativa não precisa ser dispensada; pode ser dispensada a resposta da pessoa.

Então, diverso e vou levar isso ao presidente efetivo. Divirjo disso. Acho que, juridicamente, nós podíamos fazer a narrativa para dizer por que razão essa pessoa foi convidada a vir aqui, e se, ao final, ele disser...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a atenção de todos.

Na verdade, a pessoa que vem aqui, seja convocada, seja convidada, ela vem por uma razão. Há uma justificativa no requerimento. A justificativa para a vinda da pessoa, em minha opinião, tem que ser narrada. O

que pode ser feito é que a pessoa pode se negar a falar, responder, mas a narrativa, em minha opinião, não deve ser dispensada.

Portanto, divirjo dos dois, que têm formação jurídica, que se colocaram na defesa desse procedimento. Acho que a pessoa que vem aqui e diz: "Eu não quero falar nada", ninguém pode forçá-la a falar. Agora, a CPI deve fazer a narrativa das razões que fizeram com que essa pessoa estivesse aqui. Negar a todos a narrativa é, em minha opinião, um erro que precisávamos corrigir. Mas, vou refletir isso junto ao presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se me permite, para contribuir com V. Exª. O grande problema é que o enfoque da narrativa feita do porquê da vinda tem uma posição do relator e tem uma posição dos outros trinta membros diferentes. Portanto, ficariam trinta pessoas indagando sobre o enfoque da sua narrativa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou passar a palavra...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É sobre isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passei a palavra a ele e vou passar, antes, a palavra ao Deputado Leonardo Picciani e, depois, a V. Exª que, pela ordem; ele pediu antes do senhor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para ajudar nesse debate. São dois temas diferentes. O que evocou o Deputado Sampaio foi a questão do procedimento que vem sendo adotado.

Em minha opinião, o erro foi de origem. Esse procedimento, em minha opinião, é equivocado e eu concordo com a posição de V. Exª. E não é só questão de narrativa ou não narrativa, é questão das perguntas. O direito de permanecer em silêncio de permanecer em silêncio é exercido a cada um dos questionamentos. O depoente pode, a cada pergunta, evocar o direito de permanecer em silêncio ou não.

Portanto, o que deveria ser posto seriam os questionamentos, e a cada um dos questionamentos o depoente fica calado. É assim no processo judicial, é assim no depoimento na delegacia de polícia e deveria ser assim também. No entanto, o Deputado Sampaio tem razão quando diz que o procedimento, desde a primeira oitiva, foi assim, em minha opinião, equivocado desde a primeira oitiva.

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Deputado Ônix, depois eu vou encaminhar.

O SR ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero contribuir com este debate com a experiência de CPIs anteriores. Na CPI dos Correios...

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu peço atenção ao orador.

O SR ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Na CPI dos Correios, eu lembro de testemunhas ou investigados que chegaram a permanecer aqui por quase três ou quatro horas, havendo o questionamento do Sr Relator, os questionamentos dos parlamentares com as mais diversas visões sobre o fato do qual aquela pessoa havia participado, e aquela pessoa, por três horas, repetindo que iria manter o direito constitucional de ficar calado.

Mas a construção do diagnóstico, da investigação, portanto, do inquérito, dá-se com a contribuição de todos e não com a excepcional figura de que a ninguém se questiona nada nem ninguém. Aí não tem sentido a CPI.

Quero lembrar a CPMI da Terra, na qual, na figura de vice-presidente, promovemos aqui – o Senador Alvaro Dias era o presidente – inúmeros questionamentos de testemunhas ou de investigados ou de depoentes que por mais de uma vez permaneceram, volto a dizer, duas, três horas aqui alegando direito constitucional, mas a história era construída porque o relator tinha uma leitura, alguns membros da CPI tinham uma leitura diversa e informações, Sr. Relator, que contribuíam para elaboração do relatório final. Cada membro da CPI é um investigador, cada um de nós tem uma equipe produzindo materiais.

E é muito importante que nós possamos compartilhar com todos e, aí, construir uma narrativa que vai estar inserida quer no seu relatório final quer no voto em separado de quem julgar que V. Exª não considerou os nossos considerandos, que acabarão todos no Ministério Público, na Procuradoria-Geral da República e, provavelmente, no Poder Judiciário.

Então, eu quero concordar, Sr. Vice-Presidente Paulo Teixeira, com a linha de raciocínio de V. Exª, trazendo exemplos de CPIs anteriores.

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Olha, eu tenho esta visão de que o depoente que vier aqui escudado numa decisão judicial de permanecer calado não deve ser dispensado das perguntas de quem quer que seja, seja do relator seja de qualquer dos deputados. Até porque alguém pode estar imputando fatos que não sejam verdadeiros, e a pessoa queira falar sobre esses fatos.

Portanto, essa é uma reflexão que eu vou levar à presidência efetiva, mas eu entendo que cada depoente que vier aqui tem o direito de ficar calado, não pode sofrer constrangimento no seu silêncio, mas cabe a CPI fazer as perguntas, porque é a razão da presença dele aqui; senão, você dispensa a pergun-

ta. Eu posso dispensar a resposta por ordem judicial, mas não a pergunta.

Então, nesse sentido eu quero aqui divergir dos dois ou três parlamentares que se colocaram porque, juridicamente, não estou convencido dessa tese.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT –MT) – Sr Presidente pela ordem. Eu fui citado...

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu não o citei. Mas vou dar...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Implicitamente.

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não existe citação implícita.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Então me permita falar pela ordem por gentileza!

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu permito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Só para dizer o seguinte, Sr. Presidente:

A Constituição garante o direito constitucional ao silêncio, e nós todos sabemos disso. Nós todos estamos respeitando isso. Não estou fazendo aqui uma crítica a V. Exª ou a quem quer que seja que não esteja a respeitar a lei fundamental da República. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é: aquele que vai fazer as perguntas, as indagações pode continuar a fazer essas indagações mesmo se o cidadão exercer o direito constitucional ao silêncio?

Muito bem, a doutrina nacional, no tocante a inquérito policial, entende que o delegado de polícia possa fazer isso, para que o juiz, no momento da sentença, de acordo com o art. 59 do Código Penal, que vai fazer a dosimetria da pena, leve em conta o que ele não respondeu.

Isso é possível na doutrina nacional e na doutrina alienígena. O juiz pode fazer isso? Pode. O juiz pode entender por bem elencar todas as perguntas. Ele faça as perguntas, e aquele que está sendo interrogado pode, a cada momento, dizer: "exerço o meu direito constitucional ao silêncio", para que o juiz possa, mais uma vez, com fundamento no art. 59, desde 1940, fazer a dosimetria da pena. Isso é possível.

Agora, o que não é possível, o que não se afigura como razoável, como proporcional, é que o cidadão já disse: "vou exercer o meu direito constitucional ao silêncio" e nós, aqui na CPMI, que temos poderes instrutórios de magistrados, mas não vamos sentenciar quem quer que seja, não vamos aplicar sanção em quem quer que seja. Isso não é razoável.

Na doutrina nacional e na doutrina alienígena, é possível que isso seja feito. Agora, nós não aplicamos pena no sentido genérico de sanção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, Senador Pedro Taques, eu só quero aqui divergir de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É um direito constitucional de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por que quero divergir de V. Exª? Qual é o resultado prático de uma CPI, além de ajudar na investigação? O resultado prático de uma CPI é oferecer denúncia ao Ministério Público e às autoridades, em relação às pessoas. Então, precisa haver convicção.

Portanto, na minha opinião, como a CPMI pode, analogamente, se utilizar da legislação vigente, o que estaríamos fazendo, se permitíssemos as perguntas, seria constitucional e legal.

Portanto, quero divergir da posição que diz que é ilegal, mas vou, como disse, trazer a questão para o Presidente efetivo.

Deputado Glauber, e passo a palavra ao próximo depoente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, quero fazer uma observação.

O direito constitucional do depoente, de quem vem aqui colaborar com esta CPMI é de permanecer calado, mas ele não tem o direito de fazer com que a CPMI se cale.

Qualquer Deputado federal tem plenos direitos de fazer qualquer questionamento a qualquer um daqueles que possam colaborar com a CPMI, até porque, sendo como testemunha ou como indiciado, a partir das perguntas formuladas, o próprio depoente pode chegar à conclusão de que passou a valer a pena contribuir com aquelas solicitações e perguntas que estão sendo realizadas por parte dos parlamentares.

Eu só queria ter a oportunidade de dizer que cada um dos Parlamentares presentes nesta CPMI tem também o direito, que deve ser garantido, inclusive constitucionalmente, de poder formular aqui suas perguntas e seus questionamentos. Esse direito constitucional também não pode ser cassado tanto do Relator quanto dos Parlamentares da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Eu passo, então, a presidência efetiva ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nesta discussão assiste razão a todos, por incrível que pareça. Assisti razão a todos.

Estamos em períodos em que temos de tomar providências nos Estados. Os senhores hão de convir que todos têm essas mesmas responsabilidades, mas ouvia as argüições de V. Exªs, bem conduzidas pelo Presidente, e assisti razão a todos.

As garantias constitucionais são reservas que o cidadão tem. Ele não as possui, é um direito dele.

O Deputado que me antecedeu, novamente, foi muito feliz, o jovem Deputado. A mesma garantia que o depoente tem é a garantia que V. Exªs têm de quebrar o procedimento que vem tendo, como rito, esta Comissão.

Por que estabelecemos esse procedimento? Porque passamos aqui, durante quatro, cinco horas – parece-me –, na primeira oitiva, a do Carlos Augusto de Almeida Ramos, sem conseguir extrair nada. Depois vieram outras oitivas e o mesmo tipo de estratégia, que foi uma estratégia da defesa, da macrodefesa da organização, foi feita. Então, a CPI, de forma colegiada, entendeu estabelecer esse rito, que foi usado por nós em diversas reuniões.

Agora, se nós, com o mesmo direito que fizemos esse rito, tivermos a inteligência de rediscutir para tentar apreciar, os senhores é que vão dizer. Nós temos esse entendimento.

Por isso, a Presidência vai chamar o segundo depoente e, se ele permanecer, com as suas garantias constitucionais, calado, nós vamos questionar a Comissão, a partir do Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Houve uma questão de ordem, deliberada por V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi, deliberada por nós.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ..., claramente. Portanto, pode ter, evidentemente, um novo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depende da decisão de V. Exªs. Eu quero...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É, porque já existe uma questão de ordem deliberada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu quero, inclusive... Carlos Sampaio, V. Exª sabe que eu me acosto a esse entendimento. Mas, de forma monocrática... V. Exª conhece a minha posição nesse sentido, Eu gostaria de permanecer nessa mesma condição, mas não devo e não posso agir de forma imperial no exercício da Presidência se tem algum Parlamentar que queira usar o mesmo direito que a Constituição lhe reserva, que é indagar à testemunha.

V. Exª sabe da minha posição.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chegou o Sílvio Costa.

Com a palavra V. Exª.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Não entendi a frase.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Entendeu.

Seja muito bem-vindo.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Acho até que V. Exª fez um curso de gramática. V. Exª está falando bem demais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Assiste razão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo, Sílvio Costa.

Pela ordem...

V. Exª pede a palavra pela ordem?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Mais uma vez... Faz quarenta minutos que eu cheguei aqui e quarenta minutos a gente perdendo tempo, por um motivo muito simples: porque o Senador Demóstenes, quando aqui esteve, todos liberaram o Demóstenes, todo mundo foi a favor. Aí agora começa essa discussão se libera ou não libera. V. Exª já tomou a decisão. Isso é uma causa natimorta. Quando a pessoa estiver calada, libera, até para a gente não perder tempo. É simples isso. Para que, a cada depoente, uma discussão dessa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou transferir a decisão com relação a esse rito e vou pedir para a próxima reunião administrativa. Concordem comigo, por favor.

Convoco o Sr. Écio Antônio Ribeiro, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 428, de autoria do Dr. Rosinha.

Na próxima reunião administrativa nós resolvemos essa questão novamente. Por enquanto, fica o rito preestabelecido. O.k? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Écio Antônio Ribeiro.

O SR. ÉCIO ANTÔNIO RIBEIRO – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está liberado.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O rito vai permanecer... Nesta reunião, eu vou permanecer com o rito originário da questão de ordem que foi preestabelecida. Na próxima reunião administrativa, nós haveremos de mudar ou não e eu transferirei a responsabilidade para os senhores. Ok?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O depoente está munido de *habeas corpus*?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não precisa.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas ele está em qual condição? Testemunha ou indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele possui... Ele está na condição... Eu vou ler para V. Exª: salvo conduto.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas há o *habeas corpus*?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há o *habeas corpus*, do Sr. Ministro Cézar Peluso.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está liberada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, uma solicitação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senador.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Já que isso vai mexer com toda a mecânica de funcionamento da CPMI e o que nós estamos assistindo aqui é que a CPMI está sendo calada por uma estratégia de uma organização que, na minha leitura, é criminosa.

Eu queria propor que emergencialmente, hoje à tarde ou, no máximo, amanhã, fosse feita essa reunião para que nós decidíssemos e votássemos a mudança do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou fazer melhor: nós vamos votar a mudança do rito quando terminar a próxima testemunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou fazer melhor do que V. Exª está pedindo, para fazer bem feito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aí vamos reconvocar todos esses que estão se escusando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Reconvocaremos todos eles.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente. Vou fazer melhor do que V. Exª pede, para fazer bem feito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, o Sr. Écio volta. Escapou hoje só.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Exª que, depois da última testemunha, fiquemos aqui para votarmos especificamente essa questão.

Chamo Alexandre Milhomem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, nós já temos aqui a presença do Sr. Alexandre Milhomem, em decorrência da aprovação do Requerimento 541, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

Então, eu já gostaria de passar a V. Sª os procedimentos. O senhor disporá de até 20 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos Parlamentares; inicialmente, pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, depois pelos demais Parlamentares por cinco minutos, assegurado igual prazo para a sua resposta ou dez minutos intercalando-se em pergunta e resposta. Então, se for uma pergunta de cinco minutos, o senhor tem cinco minutos para responder; se forem várias perguntas, o senhor tem dez minutos para intercalar a pergunta e a resposta.

Portanto, eu concedo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós temos um compromisso. V. Sª vem na condição de testemunha e deve assinar um termo de compromisso de dizer só a verdade e apenas a verdade nesta CPI.

Nós podemos iniciar e, durante a sessão, ele pode assinar o compromisso. Tudo bem?

Então, Sr. Alexandre Milhomem, peço a V. Sª que utilize os 20 minutos para discorrer sobre o tema que está sendo debatido.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Bom dia a todos, Presidente, Senadores, Deputados e geral.

A minha presença nesta CPI, conforme convocação que recebi, era a respeito da reforma da casa do Sr. Marconi Perillo, que está citado nesta convocação.

Eu gostaria de responder a duas situações sobre esta convocação. A primeira é que não conheço o Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, e desconhecia que essa casa pertencia a ele. No momento, eu fui convocado, não convocado, desculpe, contratado pela Srª Andressa Mendonça para fazer uma casa provisória. Um amigo dela, não sei quem foi, emprestou essa casa, no condomínio Alphaville Ipês, para ela permanecer por um período específico. Então, na realidade... Nem considero reforma, no termo arquitetônico falado, porque eu apenas fiz uma decoração interna, na qual usei papel de parede, mobiliário, cortinas e persianas. Eu considero reforma quando você faz uma demolição na casa, quando você troca acabamentos e piso. E essa casa, quando eu cheguei, era vazia, não havia mobiliário. Eu cheguei e fiz esse interior provisório que a cliente me pediu para morar um período possível.

Estou aberto a perguntas que vocês gostariam de saber, pensando que minha presença não é importante aqui, mas, como fui convocado, estou à disposição de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao Relator, antes agradecendo a presença da testemunha...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu não resisto à tentação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator, desculpa, Senador Alvaro, mas o Relator está com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...à tentação de dizer que é uma brincadeira esta convocação!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Isso é uma desmoralização para esta CPI! O Sr. Fernando Cavendish não vem; vem o arquiteto que fez a reforma de uma casa!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – SP) – Nós queremos aqui, Presidente, e estamos buscando estabelecer...

A SRª VANESSA GRAZIOTTIN (PCdoB – AM) – Presidente, o Senador que acaba de falar votou a favor do requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – SP) – Nós, Presidente, temos a tarefa de buscar e estabelecer vínculos de pessoas que vêm a esta CPMI ou que de alguma forma – não é o caso do Sr. Alexandre Milhomem, que vem na condição de testemunha a esta CPMI –, mas nós estamos buscando estabelecer vínculos da organização criminosa.

E uma das questões centrais nesse vínculo foi a presença aqui do Sr. Lucio Fiúza. Aqueles que questionam muitas vezes a presença do Sr. Alexandre Milhomem aqui questionam e não querem que o Sr. Lucio Fiúza seja submetido a perguntas. Ele, sim, esteve em momentos importantes na história da casa; na primeira venda e na segunda venda dessa casa. Os áudios da Polícia Federal mostram que ele, o Sr. Lucio Fiúza, era destinatário de recursos financeiros. Há um episódio em que ele poderia ter levado R$500 mil consigo na segunda venda da casa, e os senhores sabem que ele deveria ter falado aqui até para se defender. O Sr. Bordoni, fala o Sr. Lucio Fiúza, intermediou o pagamento da campanha *a posteriori*, e esse pagamento teria ter sido pago por empresa do Sr. Carlos Cachoeira.

Essas testemunhas e esses depoimentos ajudam, sim, no esclarecimento dos nossos fatos.

A questão que traz aqui o Sr. Alexandre Milhomem, que vem aqui na condição de testemunha – quero dizer que todas as informações, Sr. Alexandre, que nós temos a respeito de V. Sª dão conta de que V. Sª é pessoa honrada, trabalhador; tudo o que temos de informação sobre o seu trabalho dá conta de que foi um trabalho sério, que prestou um serviço. Não há crime no trabalho de V. Sª, mas é claro que o depoimento de V. Sª aqui, ao dizer a verdade, só tem a mostrar a honradez do senhor. Porque essa é uma questão colocada, Sr. Alexandre. Na medida em que o senhor vem aqui e se dispõe a falar a verdade, e diz a verdade, o senhor não comete crime. Se o senhor falta com a verdade, o senhor deixa de ser uma pessoa honrada.

Como eu sei que o senhor vem a esta CPMI como pessoa honrada, este tema da casa... Não teria problema o Sr. Governador Marconi Perillo vender a casa do Sr. Carlos Cachoeira. O problema é a negativa do vínculo que ele tenta fazer. Os áudios da Polícia Federal dão conta de que, em fevereiro, o Sr. Carlos Cachoeira conversou sobre a possível aquisição dessa casa; dão conta de que o Sr. Wladimir Garcez foi o intermediário, e o Sr. Wladimir aqui disse que em julho pediu a casa emprestada para uma pessoa que já estava morando nessa casa antes. E essa casa, V. Sª comparece a esta CPMI, V. Sª trabalhou nessa casa antes de julho. E é exatamente por isto que V. Sª está aqui hoje, para buscarmos estabelecer vínculos não de V. Sª com a organização criminosa, mas os vínculos do Sr. Wladimir Garcez, os vínculos estabelecidos com o Sr. Carlos Cachoeira com o Governador Marconi Perillo, com o Sr. Lucio Fiúza. É atrás disso que nós estamos.

V. Sª, por ter trabalhado na casa, vem a esta CPMI prestar as informações e já nos disse aqui que tem disposição de dizer a verdade.

Por isso, eu queria fazer umas perguntas aqui.

V. Sª exerce a profissão de arquiteto desde quando?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu sou, há 16 anos, *designer* de interiores e, há seis anos, arquiteto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpa. Como?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu sou, há 16 anos, *designer* de interiores e, há seis anos, arquiteto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem escritórios e exerce sua atividade em quais cidades?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu trabalho numa região, vamos considerar: sul do Maranhão, sul do Pará, Tocantins, Goiás, Distrito Federal e outras cidades na região.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Poderia nos explicar detalhadamente que tipo de serviço o senhor presta? É essencialmente arquitetura de interiores ou também trabalha na construção de prédios?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Minha primeira formação é de *designer* de interiores, que exerci por mais tempo, 16 anos. De acordo com a necessidade profissional, eu fiz arquitetura para complementar a profissão. Mas eu sou um arquiteto que faz arquitetura e interiores em conjunto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não constrói prédios?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Prédios? Faço arquitetura de prédios. Não construo. Não sou construtor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem são os arquitetos que trabalham com o senhor, sejam empregados, parceiros, sócios? O senhor poderia discriminar a participação de cada um, especificamente na cidade de Goiânia?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim. Hoje, na realidade, eu não tenho parceiros arquitetos. Eu sou arquiteto solo. A minha profissão... Desde o meu início, eu comecei sozinho. Agora, eu já tive, por exemplo, funcionários arquitetos; isso eu já tive. Só que, neste momento, eu não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na cidade de Goiânia, há alguma arquiteta que trabalha com o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em Goiás, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em Goiânia?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em Goiânia, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor presta serviço de reforma ou arquitetura de interiores, quais são os fornecedores que o senhor usa na cidade de Goiânia? Quem o senhor indica para fazer compra de tinta, de papel de parede, algo que o valha?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Tenho que mencionar as lojas aqui?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode mencionar algumas lojas.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu trabalho, no caso de Goiás, com as lojas da cidade na área de móveis, papel parede e mobiliário. Eu não sei se seria interessante mencionar essas pessoas por questões de... Não sei qual é a relevância.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que, no caso específico dessa casa, a que nós estamos buscando estabelecer vínculos, comprou ou sugeriu a compra desse papel de parede de qual loja em Goiânia?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Bela Arte Persianas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os pagamentos se dão de que forma? As pessoas pagam ao senhor ou vão diretamente à loja e pagam? E como se dá a entrega?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, é o seguinte: eu vou à loja, acompanho o cliente e escolho o material que, depois, é entregue e instalado. Geralmente, no final da entrega, é feita a nota fiscal, eu acredito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas essa nota fiscal é feita em nome de quem? Do senhor ou do destinatário?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, no nome do cliente. Agora, em alguns casos, por questão de cadastro das empresas e por eu ser um arquiteto que trabalha com a loja, sai no meu nome. Já teve caso de cliente em que eu coloquei no meu nome por questões de dia a dia, entendeu? Por questões de prazo de entrega, essa coisa toda.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na questão específica do Condomínio Alphaville, em Goiânia, V. Sª fez reforma, no último ano, em quantas casas?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu acho que em duas casas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E quando foi a data da contratação do senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Dessa... Na realidade, é o seguinte: a Srª Andressa me contratou, primeiro, para fazer uma casa nova de mais ou menos mil e duzentos e poucos metros quadrados, de fevereiro para março. Foi feito o projeto dessa casa em cima do lote que eu recebi. Para o arquiteto é importante ter o quê? A posição solar. Eu fiz um anteprojeto, um estudo, no início do nosso trabalho, mas, no decorrer, mais ou menos, de março para abril, quando ficou pronto esse projeto, eles decidiram não construir essa casa; a princípio, não, por algum motivo que eu não sei qual foi. Depois disso, eles me ligaram para eu fazer essa casa do Alphaville Ipê que seria uma casa provisória até decidir quando seria feita a próxima casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor foi chamado a fazer essa casa da Srª Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A primeira ou a segunda?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A primeira. Desculpa. A primeira e, depois, a segunda.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A primeira casa, mais ou menos... Ela esteve numa loja em Goiás, mais ou menos em fevereiro, que eu fiz, e ela viu um trabalho, gostou muito do meu trabalho como arquiteto e viu o meu nome na fachada, já que eu assino minhas obras. Ela pôs no Google e viu o meu trabalho. E aí ligou para mim, comentando que queria fazer uma casa comigo. Foi mais ou menos entre fevereiro e março do ano de 2011. Mais ou menos em março

para abril, estava pronto o projeto, pronto o que a gente chama de anteprojeto, com a parte 3D, que é a parte de visual. Eu mostrei para o cliente e tudo. Eles gostaram, aprovaram a planta, mas me pediram para deixar entre aspas essa construção, que seria da casa nova.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa decoração da casa no Alphaville Ipês, quando o senhor foi contratado para fazer a decoração?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – No meio do ano, mais ou menos, que fui convocado, recebi a ligação para poder fazê-la.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu acho que foi, mais ou menos, em julho. Eu acredito que foi, porque eu tinha... Que eu montei a casa foi em julho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Alexandre, eu vou dar oportunidade para o senhor rememorar. Quando o senhor esteve na casa em Alphaville, para ver essa casa? O senhor tinha decoração de outra casa no Alphaville?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu tenho trânsito livre no condomínio. Eu entro em todos os condomínios sem precisar identificar para qual casa especificamente. Então, eu visito cliente, faço orçamento. Então, na realidade, tenho acesso livre a todos os quatro condomínios do Alphaville.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o senhor explica, então, uma interceptação telefônica que mostra que o senhor liga para o Sr. Carlos Cachoeira... O senhor disse aqui que tem trânsito livre nos condomínios de Goiás, de Goiânia. No dia 09 de maio, às 14h44min, o senhor liga para o Sr. Carlinhos Cachoeira:

"Alô."

"Fala, Alexandre. Tudo bem?"

"Joia. Não, Carlos, mas eu marquei com todo mundo na porta do Ipês e quem disse que eu lembrei de você autorizar para o pessoal entrar? Eles não conseguiram entrar porque não têm o endereço, porque com o endereço eu ligo lá no Alphaville e consigo liberar."

[Carlinhos]: "Ah, tá".

[O senhor de novo]: "E aí tentei falar com você e não consegui, porque estou com o pessoal lá do construtor, do orçamento (inaudível). Todo mundo está na porta do condomínio, né?"

[Carlinhos]: "Ah... E como é que é?"

[O senhor]: "Não. Eu acho que... Eu liguei para um cliente meu que é diretor do Alphaville. Está tentando colocar eles lá dentro, mas se tiver o endereço. E eu não tenho o endereço."

"Também não tenho não".

[O Carlinhos disse que não tinha o endereço.]

[O senhor]: "E alguém para ligar lá e falar não tem jeito, né?"

[Carlinhos]: "Deixa eu ver se eu tenho o endereço e depois eu te ligo."

Então, o senhor estava com o pessoal, em 09 de maio, na porta do Alphaville. O senhor não está confundindo a data?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu faço muitos projetos. Então, você está me lembrando essa data, mas, por exemplo, eu lembro que, nesse dia, eu não sabia que casa era realmente, como arquiteto. Não sabia qual desses que eu ia fazer lá. O que eu ia falar: eu entro, como pessoa, entro sozinho em condomínio, mas, quando você autorizar a entrada de mais pessoas, eles chamam o preposto. Tem que ter alguém responsável por aquela obra, que tem endereço, para liberar a entrada. Então, eu fui ver esse projeto e, realmente, depois, eu não consegui entrar mesmo com a equipe. Depois, eu voltei de novo em outra data.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, em maio, o senhor estava lá?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu trabalho para o Carlos e para a Andressa desde fevereiro. Então, eu estou fazendo um trabalho para eles de projetos e respondendo às chamadas. Esse dia, como está na ligação, eu não sabia o endereço mesmo, tipo assim: que casa que era.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor foi ver a casa, então, em 09 de maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu não vi a casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não entrou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu não sabia que casa que era exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele não liberou a entrada do senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu entro. Eu, sozinho, entro, mas como eu ia entrar se eu não tinha esse endereço? Aí, depois, eu voltei no outro momento. Só que data realmente eu não lembro, para falar a verdade para você.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em maio, o senhor...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Então, eu converso com ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que foi contratado lá para meados de julho.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. Eu falei para você que eu montei a casa em julho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que nós estamos falando aqui é que a Andressa morava na casa logo depois da aquisição pelo Sr. Carlos Cachoeira, no final de fevereiro. Eles tinham interesse de

comprar outra casa, mas já estavam morando lá; ela, precisamente.

O senhor foi chamado a fazer decoração... Vou repetir essa pergunta para o senhor: o senhor foi chamado a fazer essa decoração quando? Porque, talvez, V. Sª esteja confundindo a data.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Olha, eu acredito que foi no meio do ano, igual eu te falei. Só que o que eu te falei antes foi que montei a casa em julho. Isso que te falei antes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o que o senhor foi fazer lá... Se foi no meio de junho, o que o senhor foi fazer lá em maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, mas... Eu fui ver uma casa, realmente, que estava possível, mas não sei que casa era, porque, na realidade, eles passaram, entendi, a procurar várias casas para comprar ou para alugar. Eu não me lembro como é que estava essa situação. E eu estive lá para verificar uma dessas casas. Agora, não me lembro realmente se era esta casa. Eu me lembro de que fui depois; depois eu fui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor esteve lá, então, em maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em maio, não. Eu acredito que estive lá em junho para julho; maio, não; que foi no meio do ano, estou te falando. Em maio, realmente, assim, eu não lembro. Posso ter ido, mas não lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que tipo de relacionamento o senhor mantinha com o Sr. Carlos Cachoeira? O senhor possuía negócios com ele?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. Na realidade, eu não sabia quem ele era, para te falar a verdade. Quando eu o conheci, a primeira vez, o Sr. Carlos, foi apresentado, não Carlos Cachoeira. E o meu primeiro contato foi com a Srª Andressa Mendonça. Na realidade, eu não sabia quem era ele. Eu sabia que era um empresário e, pelo porte da casa que fui contratado, ele tinha condições de fazer uma casa interessante. Isso foi minha primeira leitura que tive.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que tipo... O senhor disse aqui que, no caso da reforma dessa casa, no Alphaville, onde morava a Srª Andressa... Aliás, ela morava nessa casa e, ao conversar com o Sr. Carlos Cachoeira, como o senhor se referia a ela, à Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Acho que assessora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que o senhor não revelava o nome dela?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque, na realidade, é um sigilo que o meu cliente pediu, particular, para efeito da vida pessoal deles, que não queria ser mostrado naquele momento, e eu, como profissional, não tenho obrigação de ficar perguntando por isso e por aquilo. Fiz o meu papel, que foi ser contratado para fazer um projeto e, depois, disso, então, fiz o serviço para o qual fui contratado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que foi feito naquela casa no Alphaville? A primeira não existiu, foi só o projeto.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É, só o projeto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o que efetivamente foi feito na casa no Alphaville?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Uma pintura externa, modificação de jardim, papel parede, uma peça de iluminação ou duas, que foram trocadas, sofá, poltrona, cadeira, móveis em geral, colcha; essa parte foi feita. Armário planejado já tinha no local.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pintura. O senhor orientou a comprar as tintas. Onde o senhor comprou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu passei um código, mas a loja em que compro realmente, eu não compro tintas assim, eu, Alexandre mesmo, porque não construo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor disse aqui que sugere aos seus clientes...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, mas, assim, os meus parceiros principais...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Comércio.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A tinta, realmente não me lembro de ter indicado alguém, mas acho que não linquei, porque não tenho nenhum parceiro de tinta específico. Escolhi os códigos e passei para ser pintada a casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O papel de parede o senhor...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Escolhi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E comprou onde?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Nessa loja que falei, Bela Arte Goiás.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bela Arte. E quem pagou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Quem pagou foi a cliente, através de pagamentos mensais que foram feitos na loja.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não sabe dizer como foram feitos, se foi em dinheiro, em cartão da mãe...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, eu não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No cartão próprio, em cheque...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não sei. Disso não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa compra foi feita quando?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Então, eu acredito que, igual eu te falei, assim, começou essa escolha de material a partir de junho para julho, que montei. Porque, na realidade, a gente montou essa casa em 30 dias. Foi muito rápido. Uma coisa rápida; escolhi tudo por pronta entrega, porque hoje em Goiás tem lojas grandes, que tem mobiliário para pronta entrega. Então, a gente montou muito rápido essa casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k., Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos passar a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Dr. Rosinha.

Na sua ausência, vamos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O autor não está presente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Ele está na Unasul.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vejo a relevância do depoimento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos passar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Até onde eu sei, ele está com a compromisso com a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está com compromisso institucional no Mercosul.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por lealdade parlamentar, lealdade processual à CPI, seria interessante que S. Exª o Relator nos esclarecesse qual ponto ele está querendo buscar para que nós possamos, na nossa ignorância, buscar alcançar. Só isso. Não consegui fazer perguntas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu posso responder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por gentileza...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, a questão concreta é que o Sr. Alexandre Milhomem... Em diversas interceptações telefônicas, inclusive com o pagamento antes de julho, a Srª Andressa faz contato com ele. Fica evidente que a reforma ou a decoração desta casa se deu antes do empréstimo do Sr. Walter Paulo. Agora, mesmo que tenha sido depois, todas as nossas informações apontam que essa reforma se deu antes. Há um áudio, inclusive, que mostra o Sr. Carlos Cachoeira dialogando com o Sr. Alexandre, em que o Sr. Alexandre se diz assustado com a possibilidade de estar decorando uma casa e de eles poderem vir a sair desta casa. Exatamente por isso o Sr. Alexandre traz aqui hoje uma informação de que, de qualquer forma, seja logo depois de fevereiro ou logo em seguida, em julho, ele foi contratado para fazer uma decoração numa casa que seria emprestada.

Ninguém, Srs e Srªs. Parlamentares, gasta um volume de recursos significativo para decorar uma casa que é emprestada, que não é sua. Ademais, seria uma casa para passar um tempo.

Exatamente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Rubens Bueno, por dez minutos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu captei, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, para falar como líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como líder, vai-se inscrever agora.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu também me inscrevo como líder depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai estar inscrito. Os senhores sabem que, falando, não se fala como líder. O procedimento é esse.

Com a palavra o Sr. Rubens Bueno, pela inscrição.

As inscrições como oradores são por dez minutos...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, mas está inscrito aí. Não são essas?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, inscreva-me como líder, por favor, o Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou inscrever.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a cada dois...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A cada três. A cada três, fala um líder.

Sr. Rubens Bueno, dez minutos, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

Sr. Presidente, Sr. Depoente, também estou na linha da reclamação que o Senador Alvaro Dias apresentou a esta comissão. Não é possível que nós não aprovemos aqui a convocação do Sr. Cavendish, proprietário da Delta, que obteve, nos últimos anos, do poder público, seja federal ou estadual, recursos que envolvem bilhões de reais. Essa mesma empresa Delta

abasteceu empresas fantasmas ao redor para distribuir dinheiro, seja para partidos ou candidatos, ou para continuar com esse tipo de relação com o poder público, o que para nós é o que precisa ser investigado. Daí a razão também de acompanhar essa mesma queixa e deixar aqui a nossa sugestão de imediatamente voltarmos a discutir a convocação do Sr. Cavendish.

De outro lado, o Sr. Pagot. O Sr. Pagot, já se pronunciou publicamente a respeito disso, gostaria de ser ouvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aí, na alinha que o Deputado Glauber também falou, aqueles que querem ser ouvidos, a CPI não convoca; e aqueles que não querem falar, a CPI convoca. Nós estamos aqui em busca de algo, mas não vamos chegar a canto nenhum. Daí a necessidade urgente, premente, de se convocar o Sr. Cavendish e de se convocar o Sr. Luiz Antonio Pagot.

Com relação ao Sr. Alexandre, fui ver aqui o requerimento que solicita a presença do Sr. Alexandre Milhomem. O requerimento apresentado, em nenhum ponto, Sr. Presidente...

Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, em nenhum ponto, esse requerimento apresentado, em nenhum ponto, fala sobre a presença do Sr. Alexandre Milhomem que justifique essa convocação – "É porque esta CPI", "porque a operação", "porque é importante para a CPI" – e não atende, de fato, aquilo que deveria ser o principal objetivo desta comissão parlamentar de inquérito.

Diante disso, até elogio a presença do Sr. Alexandre, a forma como está se comportando na comissão parlamentar de inquérito, apenas para dizer o seguinte: o senhor tem cópia desse contrato, Sr. Alexandre?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, a gente fez um primeiro projeto. Como ele não foi concluído, ficou no meio do caminho. A gente ficou de fazer, realmente, um final, um fechamento final, porque eu fui chamado para fazer uma casa que não foi concluída. Passamos proposta teórica e não foi assinado o contrato porque a gente acabou não concluindo. Ficou uma coisa meio indefinida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah! Quer dizer que o senhor não tem contrato, não tem valores, não tem data?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. A gente não tem... a gente fez uma proposta, enviada por *e-mail* para a Srª Andressa Mendonça, ela aprovou a proposta e me deu o.k. para trabalhar no projeto. Como é uma cliente que me inspirou confiança, a gente começou a trabalhar no projeto. Só que, quando eu fui assinar o contrato, que eu levei a casa, tudo para mostrar, acabou que eles tinham decidido não fazer aquela casa. E daí a gente ia pegar esse dinheiro que foi recebido e jogar em cima de outros projetos, uma parte dele em outros projetos que iam ser feitos depois. Então, acabou que a gente não conseguiu concluir isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim. E o senhor tem cópia desses documentos que o senhor enviou, desse orçamento, dessa proposta?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A gente tem cópia através de *e-mail.*

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor poderia mandar?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, com certeza.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Enviar para a CPI?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Com certeza.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então, Sr. Presidente, deixar requerido...

Eu gostaria ainda de, aproveitando...

E o senhor recebeu em parte valores? O senhor tem?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, eu fui contratado na primeira etapa desse projeto. Cinco pagamentos de dez mil reais, que foram pagos nas minhas contas, depósito em dinheiro ou transferência que eu nem me lembro realmente. E, assim, a gente começa com a parte de arquitetura e depois faz interiores. Era uma casa de 1.200 metros a princípio, o projeto. Então, acabou que não foram feitas todas as etapas que eu considero na arquitetura. Então, a gente não concluiu o projeto. Ficou realmente indefinido.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o senhor tem como mandar cópia desses pagamentos efetuados diretamente ao senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu vou ter que pesquisar em nível de extrato bancário, mas é possível.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Seria bom o senhor mandar para não ter que requerer...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Mas a gente tem os *e-mails* assim, por exemplo, foi recebido... a gente tem todos os *e-mails* dessa transação que foi feita com a cliente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu insisto na questão da convocação do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot. Aí, sim, eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter aqui não só conteúdo, mas, sobretudo, a CPI pode se tornar presente para a sociedade brasileira. Eu insisto. Eu insisto. Não estamos aqui contra Governo nem contra partido. Nós estamos aqui a dar resposta ao povo brasileiro de uma denúncia que envolve bilhões de reais, empresas fantasmas, jogos, polícia, Poder Judiciário, parlamentares, e nós precisamos encontrar resposta para isso. Este é o papel desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Obrigado, Rubens.

Vanessa, com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor me inscreve?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quem falou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O Randolfe está pedindo inscrição.

Sr. Presidente, Senador Vital, e relator Odair, eu também me detive às ligações e quero dizer que pode não ser a oitiva principal, mas, infelizmente, aqueles que poderiam muito contribuir com esta CPMI estão optando pelo caminho do silêncio, o que é muito grave. Há uma diferença. Eu acho que isso só já é uma demonstração muito importante que nós estamos tendo aqui hoje. O Sr. Alexandre, arquiteto, decorador, *designer*, não tem o que esconder, não tem absolutamente nada e vem aqui disposto a ajudar, mesmo que o que ele tenha a falar seja muito pouco, o que, infelizmente, não aconteceu com esses dois que o antecederam, o Sr. Écio e o Sr. Lúcio Fiúza, que não apenas sabiam, apesar de saber do direito que tinham de ficar calados, resolveram ingressar com um pedido de um *habeas corpus* para garantir-lhes o direito ao silencia. Então, eu acho que parece pouco, mas isso demonstra, sinaliza para algo importante. As pessoas estão com medo de vir aqui falar. Não sei se medo de contradição, medo não sei de quê.

Então, quero cumprimentar o senhor, Sr. Alexandre. Eu sei que não é fácil vir a uma CPI, ficar diante de um conjunto de Senadores e Senadoras, Deputados, e falar. Mesmo porque, pelo que tudo indica, o senhor não tem absolutamente nada a ver com o caso. O senhor é um profissional que foi contratado.

Por outro lado, existe uma certa razão, sim, para a aprovação do requerimento. Eu costumo ler pelo menos quem e quais as razões das pessoas que estamos convocando, e, até onde me consta, as pessoas que estão aqui dizendo que isso aqui é uma brincadeira, todos votaram a favor do requerimento, e o Presidente, de acordo com os requerimentos aprovados, convoca as pessoas para vir depor.

Está claro que a razão da vinda do senhor, Sr. Alexandre – e aí o senhor tem que nos ajudar –, é pelo fato de que houve a compra de uma casa, num determinado período, e houve uma contratação para a decoração ou a reforma dessa mesma casa num período que não coincide, absolutamente, não coincide. O senhor nos traz um fato novo. Agora o senhor chega aqui e diz que, de fato, o período não coincide, mas traz uma justificativa, que o senhor teria sido contrato, primeiro, para a construção de uma casa, cuja metragem supera os mil metros quadrados. Aliás, parece que 400 metros quadrados é uma casa muito pobre; boas mesmo são aquelas que têm... Isso a gente ouviu, tem ouvido muito aqui nesta CPMI.

E que, não tendo sido levado adiante esse projeto, seus serviços mudaram, não para uma reforma, mas para uma decoração de outra casa.

Quanto o senhor cobrou? O senhor desculpe eu perguntar, talvez... Eu atendi alguns telefonemas enquanto o senhor falava, mas eu pergunto: quanto o senhor cobrou para o projeto da casa de mais de mil metros quadrados?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na primeira etapa, que é a arquitetônica, foi cinco parcelas de R$10 mil. Foi realmente esse valor. Só eu parei no anteprojeto como chamamos; fiz o projeto que foi aprovado pelo cliente e fez um 3D, que é a perspectiva eletrônica desse projeto. Quando foi para passar para o executivo, como chamamos, que é detalhar, fazer cortes e depois levar para a prefeitura, o cliente interrompeu esse projeto, que não ia mais executá-lo, que seria uma casa nova.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E qual era o arquiteto que o senhor falou que estava com o senhor nesse primeiro projeto.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, na época que fiz o primeiro projeto, o Derli era meu funcionário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, é que eu ouvi o senhor falar que o senhor foi contratado e como era uma projeção de uma casa muito ampla, muito grande, era todo o serviço, todo trabalho da projeção da casa. Entrava serviço de engenharia também?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, mas não chegou a ser fechado, ele era posterior.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor citou outro arquiteto que estava com o senhor nesse primeiro trabalho. Qual era o nome desse outro arquiteto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Que eu falei agora? Nesse momento, meu funcionário, que trabalhava comigo, chamava-se Derli, arquiteto do escritório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ele é arquiteto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Arquiteto. Funcionário; não parceiro. É diferente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O Senhor é arquiteto também?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sou arquiteto também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E não chegou a contratar serviço de engenharia para um primeiro preço da casa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Para esta casa, não. Porque ela parou no meio do caminho. Então, quando ela seria passada para a parte de engenharia, foi interrompido o projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Seria importante que o senhor remetesse os documentos... Não seriam documentos, mas *e-mails*, as cópias dos *e-mails.*

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Todas as cópias podem ser enviadas e também o projeto que foi feito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Isso é importante porque vai corroborar muito com o que o senhor está dizendo aqui.

Para o segundo serviço, o senhor cobrou quanto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Então, como foi interrompido esse projeto, vamos falar assim, que era de cinco parcelas de R$10 mil, mas não foi concluído, meio que a cliente pediu para eu passar a decoração dessa primeira casa que ia ser feita para essa outra casa que é feita provisória. E íamos fazer um acerto realmente, no final, de tudo que foi feito. E acabou que a gente não concluiu. O cliente ficou com crédito desse primeiro projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O cliente ficou com crédito?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Com crédito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mesmo levando em consideração todo esse novo *design*, esse novo serviço que o senhor fez?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É, porque, na realidade, o primeiro ficou só na concepção. Fiz o traço do projeto, a parte de *layout* que chamamos, e 3D. Então, não teve uma conclusão dessa que eu chamo de primeiro etapa. E a segunda, que era a parte de interior, nem chegou a entrar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor conhece o Sr. Walter Paulo?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, não conheço. Não sei quem é.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não conhece o Sr. Walter Paulo?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Comprador da casa, o senhor não conhece?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor conhece o Sr. Écio Antônio Ribeiro?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, também não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não conhece essas pessoas.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O seu único contato, como o senhor falou aqui, foi com a Srª Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Andressa. Eu sou um arquiteto que trabalho em várias cidades. Não tenho um circuito, em cada cidade, fechado. Eu fiz uma loja em Goiás, na T2, uma loja bem glamourosa, e ela viu lá o meu trabalho e me ligou e me contratou, como uma cliente. Eu faço Casa Cor, enfim, ela veio até mim pelo meu trabalho, não foi nem por indicação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não sei se ele vai ter ampliado o número de clientes ou diminuído, depois dessa. Fica a dúvida.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Esse que é o perigo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Esse que é o perigo, não é, Sr. Alexandre?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sou pai de família, sou um trabalhador. Sou um sobrevivente do Brasil, porque vim do Nordeste com 14 anos de idade morar em Goiás, e sou um profissional reconhecido pelo meu trabalho, graças a Deus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeito.

Não tenho mais nada a perguntar, agora, só acho importante, Sr. Alexandre, que o senhor nos envie a cópia desses *e-mails*. É muito importante.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A minha advogada enviará para vocês.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é uma pena que o relator não esteja aqui porque eu gostaria, na verdade, de me dirigir a ele.

Queria cumprimentar, inicialmente, o Sr. Alexandre por estar aqui presente, pelo seu desprendimento, pela sua altivez. Na verdade, V. Sª não precisaria estar aqui e nem mesmo passar por esse constrangimento porque V. Sª é conhecido como um profissional de extrema competência. Todos sabem, fez a obra do Sebrae aqui, fez inúmeras residências, enfim, o profissional que V. Sª é não justificaria sua vinda aqui hoje.

Eu gostaria de dizer ao Relator que, ao meu sentir – e , Sr. Presidente, eu disse isso ao Relator no momento da aprovação em bloco dos requerimentos – a oitiva do Sr. Alexandre era despropositada. A justificativa para a vinda dele aqui, assinada pelo Dr. Rosinha, que, aliás, não está presente, é totalmente

descabida, despropositada e não fundamentada. Eu disse isso ao Relator. E hoje percebemos, pelas perguntas feitas por ele, que essa vinda aqui, ou melhor, que a convocação feita e o requerimento priorizado, dentre tantos outros, priorizado pelo Relator, do Sr. Alexandre deprecia, e muito, o papel de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Confesso que é a única vez, de todas as CPIs de que participei, que vejo e que sinto que o papel do Relator diminui a dimensão da CPI. Como regra, o papel do Relator eleva o papel da CPI. A postura do Relator – repito aqui o que disse em outra oportunidade – não sei se cumprindo uma missão partidária ou um pedido pessoal do ex-Presidente Lula, é muito ruim para esta CPI. O Relator perguntar sobre onde compra o papel de parede sem se aperceber de que o papel que lhe está cabendo é que está caindo mal para esta CPI; não é o papel de parede da reforma, mas é o papel como Relator que ele exerce que está depreciando esta CPI, é muito ruim. É muito ruim.

Houve outro requerimento, que aí o Relator houve por bem excluir, que dizia o seguinte: "Convoco fulano de tal, amigo de infância do Governador Marconi Perillo." Sr. Presidente, era a justificativa: amigo de infância. Todos os *sites*, todos os jornais percebem claramente que o papel do Relator é direcionado, quer queiram, quer não.

V. Exª dizer ao Brasil: "Podemos postergar a oitiva do Fernando Cavendish mas é imprescindível ouvirmos o arquiteto que fez uma reforma de interiores dentro desta CPI"... V. Exª hoje, Sr. Relator, não tinha o que perguntar. Depois de virar e revirar as páginas, acabou liberando a testemunha porque não tinha cabimento. E V. Exª tem um papel muito elevado nesta CPI. Desempenhe-o. O papel que V. Exª está cumprindo deprecia esta CPI, diminui esta CPI. Não é possível ouvirmos, entre hoje e amanhã, sete pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo e, na quinta-feira, três pessoas ligadas ao Governador Agnelo. V. Exª acha que o Brasil não percebe? Nove testemunhas ligadas ao Governador Marconi Perillo – ou melhor, sete. Três ligadas ao Governador Agnelo. V. Exª não acha que é ruim para esta CPI todos se aperceberem do seu direcionamento?

V. Exª não teve sequer a bondade, para não dizer uma outra coisa, de fazer o que todas as CPIs deste Congresso fizeram: criar sub-relatorias. V. Exª, para agilizar o trabalho não, para conter o trabalho, para centralizar, ao bel-prazer de V. Exª, sequer criou sub-relatorias. É a primeira CPI de que participo em que me sinto diminuído na minha função de juiz de fato dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E devo isso ao papel de V. Exª, Sr. Relator. Não é possível que V. Exª foque seus olhos em perseguir, numa vocação persecutória, o Governador Marconi Perillo, em vez de se voltar para os milhões e milhões da empresa Delta que foram destinados, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* ontem, em grande parte, ao partido de V. Exª, o PT. Não é possível que V. Exª entenda, defenda e vá para a televisão dizer que ouvir o Fernando Cavendish pode ficar para depois, mas ouvir o arquiteto que fez a reforma na casa da Srª Andressa, que estava sendo ocupada por ela, é função importante desta CPI. V. Exª perguntou o tipo de papel de parede! V. Exª perguntou que loja ele costumava indicar!

Eu me sinto diminuído. Eu me sinto extremamente diminuído. Eu tive vontade de me levantar e ir embora. Só não fiz isso para poder dizer a V. Exª o meu sentimento agora, como integrante da CPMI. Como integrante de uma CPI, quando me dizem: "vai acabar em *pizza*", eu respondo: não vai não. A CPI dos mensaleiros não acabou em *pizza*. Estão aí 40 sendo julgados e, se Deus quiser, condenados em agosto.

A CPI dos sanguessugas, Relator, todas elas, diga-se de passagem, com sub-relatorias, que, aliás, correu durante o recesso parlamentar, no ano de 2006, apresentou um pedido de cassação de 72 Deputados, no dia 3 de outubro. Sessenta e sete não foram reeleitos, o que demonstra a importância do papel de uma CPI.

Pergunto a V. Exª: o que de útil, até agora, V. Exª conseguiu produzir para esta CPMI? O que de útil, até agora, justifica o papel de 30 parlamentares ausentes de suas comissões, do plenário do Congresso Nacional, para estar aqui ouvindo o arquiteto pergunta que tipo de papel de parede ele utilizou; onde ele comprou esse papel de parede; como ele costuma cobrar, em seus contratos, os valores para o *design* de interior?

Eu me sinto envergonhado de participar de uma CPMI em que V. Exª poderia usar todo o seu conhecimento para inquirir Fernando Cavendish, que faz denúncias contra o meu Partido. Eu quero ouvi-lo. Votei a favor disso. Eu não postergo. Eu sou sincero na minha fala e em meu sentimento. Vamos ouvir Fernando Cavendish. Vamos ouvir o Sr. Luiz Pagot. V. Exª, não.

Sete testemunhas ligadas ao Governador Marconi Perillo, três ligadas ao Governador Agnelo. Dezenove perguntas direcionadas ao Sr. Wladimir Garcez sobre o Marconi Perillo. Uma sobre Agnelo. É incrível que V. Exª não perceba o que todos percebem, que o direcionamento é inquestionável.

Perdemos a direção desta CPMI. Não fizemos nada de útil até o presente momento, e V. Exª é quem elenca aqueles requerimentos que aprovamos em bloco. Em bloco, ainda por cima! É V. Exª quem elenca.

Estamos aqui há 16, 17 sessões. Nunca saí de uma sessão aqui em que me dissessem: Olha, Depu-

tado, o papel do Relator ou desta CPMI foi fundamental para o País. Até o presente momento, esta CPMI não se justifica e, em grande parte, em razão do proceder de V. Exª, em grande parte, centralizando, não trazendo, em momento algum, a perspectiva de subcomissão, não convocando pessoas importantes, para saber por onde era desviado o dinheiro público, para que partidos, para que parlamentares. Nada. Estamos aqui a discutir o papel de parede utilizado na casa ocupada pela Srª Andressa.

Eu imagino que saiamos daqui, todos, hoje, envergonhados. Eu estou envergonhado de ser um integrante desta CPMI, cuja relatoria cabe a V. Exª. Ou V. Exª muda postura, ou, todas as vezes em que eu pedir a palavra, vai ser para questionar o proceder de V. Exª, e não para fazer inquirições. Não que eu não tenha inquirições a fazer, mas porque V. Exª não convoca ninguém capaz de fornecer um único subsídio relevante a esta CPMI.

A convocação, hoje, é vexatória, direcionada à mesquinha, diminui e deprecia esta CPMI.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao depoente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator, pelo procedimento regimental.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero dizer ao Deputado Carlos Sampaio que a tarefa é coletiva. A todos os parlamentares que me procuraram – hoje, eu me reuni com a bancada do PSB e já me reuni com a bancada do PMDB –, disse que há disposição plena da relatoria de colaborar para que todos, se quiserem, possam investigar, tenham oportunidade.

Agora, há parlamentares que vêm aqui para defender seu governador. Nós chamamos oito pessoas ligadas ao Governado Marconi Perillo, porque está organização criminosa está infiltrada no Governo de Goiás.

V. Exª me escute. Eu aguardei, Deputado Carlos Sampaio, com urbanidade.

O direcionamento não é da relatoria. O direcionamento é de uma organização criminosa comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira, que ameaça juízes, que ameaça promotores. Eu não quero crer que V. Exª esteja aqui protegendo a turma do Cachoeira, porque é isto que nós estamos fazendo: nós queremos compreender a extensão dessa organização criminosa. Se a Delta serviu a essa organização criminosa, ela será por nós investigada.

Agora, as pessoas que nós temos que convocar são as pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo. Há indícios contundentes, interceptações telefônicas que evidenciam que o Sr. Carlos Cachoeira é sócio oculto das operações da Delta no Centro-Oeste. É claro! Há indícios, evidencias nas interceptações telefônicas de que o Sr Lúcio Fiúza, assessor de longa data do Governador Marconi Perillo, recebeu quantias em espécie pelo menos em 10 de junho, pelo menos em 12 de julho. Ele tem que vir aqui falar.

Por que V. Exª não questionou aqui o silencio do Sr Lúcio Fiuza? Por que o Sr questionou aqui o silencio do Sr Wladimir Garcez?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Porque é inconstitucional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu ouvi pacientemente V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr Carlos Sampaio. Vamos garantir a palavra do relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu ouvi aqui pacientemente V. Exª.

Há indícios contundentes da infiltração dessa organização criminosa em Goiás. Por pouco, por muito pouco, toda a interceptação e todo trabalho da Polícia Federal não foi para a lata do lixo e só restaria a essa CPMI para produzir prova, ou nós não acompanhamos isso? Ou nós não vimos a situação do Dr. Paulo? Ou nós não ficamos sabendo que essa Operação Monte Carlo vazou para o Sr. Carlos Cachoeira, porque ele tinha gente infiltrada no Judiciário, porque ele tinha gente infiltrada no Ministério Público, porque ele tinha gente infiltrada na Polícia Civil, na Polícia Militar? Algumas dezenas de policiais militares foram presos. Ou nós avançamos para cima disso...

Nós não vamos produzir nessa CPMI um oceano de fumaça para nós não acharmos quem de verdade essa organização criminosa cooptou, corrompeu – desculpe, Deputado Carlos Sampaio –, quem se comprometeu com contraventor, quem deveria combater a contravenção em Goiás e se associou a ela. Temos que buscar provas disso. Essa organização teve no Governo de Goiás uma associação. Quem deveria prender o contraventor foi seu aliado, sentou nessa cadeira aqui e o chamou de empresário.

É essa questão que nós estamos vendo. Ou nós vamos buscar as provas dessas evidências, Sr Presidente, ou nós vamos acobertar essa organização criminosa.

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr Presidente, pela ordem.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Domingos Sávio, V. Exª terá a oportunidade de falar. Agora eu estou com a palavra, e queria que V. Exª me ouvisse...

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Desejo falar para que tenhamos de fato o encaminhamento correto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque é disso que nós estamos falando, Sr Presidente.

Nós temos policiais civis presos ou que serviram a organização criminosa; nós temos policiais militares presos ou que serviram a organização criminosa; nós temos indícios de vazamento, e isso não deve ser perguntado por nós? Quem deve se sentar ali, Sr Presidente, são as pessoas que foram envolvidas com essa organização criminosa, e os áudios da Policia Federal nos revelam esses nomes.

O depoente que aqui está, o Sr Alexandre Milhomem, colabora com essa CPMI quando mostra que a Srª Andressa, ainda em junho, procurava o Sr. Evandro Milhomem.

Perguntar, sim, onde foi comprado o papel de parede é fundamental, porque nós vamos requisitar a nota fiscal, a forma de pagamento para mostrar que, quando a casa não estava vendida para o Sr. Walter Paulo, que foi enganado pela organização criminosa – é bom dizer isso –, ainda em junho, ele foi contratado para decorar uma casa que era do Sr Carlos Cachoeira.

Não tem problema o Governador Marconi Perillo vender a casa para o Carlos Cachoeira. Tem problema, sim, na negativa da relação. Essa organização do Sr. Carlos Cachoeira se aproveitou dos meios de financiamento de campanha para ocupar o Estado de Goiás. O Governador Marconi Perillo, no mínimo, ficou vítima ou foi leniente, conivente com essa organização criminosa, que se apoderou do aparelho de Estado.

Nós vamos, sim, Sr. Presidente, continuar investigando, porque é inadmissível que juízes, que promotores sejam coagidos na sua função de jurisdição. Nós queremos desmantelar essa organização criminosa que, por pouco, não viu todo o trabalho da Polícia Federal ser jogado no lixo.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, art. 14. Quero fazer apenas essa referencia. Ele me citou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, Alvaro Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, V. Exª me inscreveu como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Inscrevi já.

Como Líder, V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu vou usar a força de expressão utilizada pelo Relator para afirmar: o Governo Federal associou-se a uma organização criminosa, e nós temos o dever de investigá-lo.

Os cruzamentos que os escassos dados e informações sigilosas chegam ao Congresso e a esta CPI nos autorizam a fazer essa afirmação, porque há recursos do Governo Federal que partiram do Dnit para duas contas da Delta no Rio de Janeiro; e, dessas contas, do Bradesco e Banco Safra, na Candelária, para a conta da Alberto&Pantoja; e da Alberto&Pantoja para agentes que integram, agentes privados, pessoa física e jurídica, que integram a organização criminosa liderada por Carlos Cachoeira.

Portanto, esse desenho, o passeio dos recursos públicos, com origem no Denit à Delta, a Alberto&Pantoja, a Carlos Cachoeira e outros consagram a tese de que o Governo Federal associou-se à organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Em março de 2011, o escritório do arquiteto Alexandre, que não deveria estar aqui. Recebeu da Alberto&Pantoja R$10 mil, conforme revelou a quebra do sigilo da empresa Alberto&Pantoja. Não importa que ele tenha recebido por serviços prestados. O que importa afirmar é que esses recursos vieram da Delta e que recursos que vieram da Delta saíram dos cofres do Governo Federal.

O Relator não fez essa indagação ao arquiteto. Talvez essa fosse a única indagação que caberia a ele fazer ao arquiteto aqui presente. Dez mil reais recebidos da Alberto&Pantoja, que, por sua vez, recebeu R$30 milhões da Delta, que, por sua vez, recebeu, nesse período, na amostragem que investigamos, R$800 milhões do Denit, dos R$5,7 bilhões de contratos assinados pelo Governo Federal com a Delta, especialmente pelo Dnit. Cinco bilhões e setecentos milhões.

Em 80 contratos investigados, há aditivos de mais de R$167 milhões. Em alguns contratos, aditivos de 51%, 49%, 42%. Portanto, aditivos ilegais. Ilegais. Recursos públicos desviados dos cofres públicos, corrupção, superfaturamento de obras, pagamento de propina, tráfico de influência, aditivos absolutamente ilegais, contratos sem licitação, superando mais de R$360 milhões nessa amostragem que investigamos.

E não vamos convocar o Sr. Cavendish? Não vamos convocar o Sr. Fernando Cavendish? Não vamos convocar o Sr. Luiz Antonio Pagot, que disse que foi defenestrado pela organização criminosa, pelo bicheiro e pelo empreiteiro? Não vamos convocar o Sr. Fernando Cavendish, que disse que compra Senador por R$6 milhões? Ele tem que vir aqui e dizer qual o Senador. Não é o arquiteto que tem que vir aqui dizer qual o papel de parede. É Cavendish que tem de vir

aqui e dizer qual Senador ele comprou por R$6 milhões e como ele conseguiu essa mágica de obter contratos de mais de R$5,7 bilhões, e a maior parte dos valores destinados a dois partidos. Qual foi a mágica? Qual foi a arquitetura que o Sr. Cavendish empreendeu para crescer de forma extraordinária, especialmente no Rio de Janeiro, dos cofres do Governo Federal, para se tornar uma grande empresa neste País, só agora considerada inidônea pela CGU, do Poder Executivo?

Portanto, para concluir, Sr. Presidente: ou nós convocamos imediatamente Luiz Antonio Pagot e Fernando Cavendish, ou desmoralizamos esta CPI e esta instituição, porque pelos dados, pelas informações, pelos indícios e até pelas provas, o Governo Federal está associado a uma organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio, pelo art. 14. É o primeiro inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem, rapidamente. *(Pausa.)*

Permita-me? Eu só gostaria de saber o seguinte: o Senador Alvaro relevou – e eu ia fazer essa pergunta na minha fala – que o arquiteto aqui teria recebido R$10 mil da Pantoja. A pergunta é a seguinte, Sr. Presidente: o Sr. Relator sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele vai se pronunciar depois.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu só gostaria de saber isso e por que essa pergunta não foi feita?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Relator, o Senador Pedro Taques fez uma indagação a V. Exª e V. Exª tem prioridade para falar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Exª sabia, pois V. Exª tem estudado os autos – estou notando isso –, que o senhor que aqui se encontra teria recebido R$10 mil da Pantoja?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, nós temos recebido variadas formas de informação. Sobre o volume específico de recursos, ficamos sabendo quando da quebra de sigilo da Pantoja.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E V. Exª não fez essa pergunta a ele?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele falou aqui que recebeu 50 mil. Na verdade, uma das informações em que me parece que ele está dizendo a verdade é que ele falou que recebeu 50 mil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra Carlos Sampaio, por cinco minutos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Use o tempo de V. Exª.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está no uso de seu tempo. São os seus aliados que estão perturbando. Use o seu tempo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a fala do relator hoje foi importantíssima. Nós falávamos, antes do início desta reunião de oitiva de depoimentos, sobre os casos efetivamente em que havia impedimento e suspeição.

Eu nunca vi um relator de CPI, nunca vi um relator de qualquer processo judicial – e aqui nós temos um formato judicialiforme –, nunca vi um relator afirmar, como afirmou hoje aqui, porque a Casa foi vendida para o Sr. Carlos Cachoeira; porque...

Eu pediria aos meus Pares, se pudessem, um pouquinho de atenção.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar claro que o relator hoje foi bastante efetivo ao afirmar que está aqui cumprindo um papel de investigar o Governo de Goiás. Elogiosamente e muito bem colocado pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Pedro Taques, por que o nobre Relator não perguntou sobre recursos recebidos da Pantoja pelo arquiteto? Não perguntou por uma questão óbvia: foram recursos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não afirmou antes que foi da Pantoja. Não, Sr. Relator. Não afirmou, não.

V. Exª não perguntou por uma questão muito óbvia: esse dinheiro veio da Delta, e a Delta recebeu esse dinheiro do Dnit, ou seja, envolve o Governo Federal e V. Exª acha melhor não formular a pergunta. Aliás, tudo que diz respeito ao Governo Federal, ao PT ou ao Governador Agnelo, ou V. Exª se esquece ou a assessoria de V. Exª se esquece de fazer a indagação oportuna.

O que a gente percebe aqui claramente é um direcionamento. O relator cumpre uma missão partidária. O relator não é relator desta CPI para apurar fatos efetivamente relevantes. Não está interessado em ouvir Fernando Cavendish. Não está interessado em ouvir Luiz Pagot. V. Exª está interessado em ouvir aquilo que seja oportuno para o seu intento. E qual é seu intento? Perseguir o Governador Marconi Perillo. Não é para mim que está claro isso, é para o Brasil que está claro isso.

Volto a dizer, em todos os *sites*, todos os *blogs*, todas as matérias jornalísticas, V. Exª, com seu proceder, deprecia esta CPI. Deprecia. É importante dizer, reafirmar, por mais que V. Exª não goste, deprecia. Não conheço nenhum integrante desta CPI que tenha integrado outras CPIs que tenha visto um papel de relator tão direcionado, vergonhosamente direcionado. V. Exª

tem um papel tão maior. Incumba-se de seu papel, Sr. Relator! Deixe essa mesquinhez de perseguição, essa sua vocação persecutória imposta pelo PT, deixe para uma outra oportunidade. Vamos investigar na CPI quem desviou dinheiro público, quais foram os agentes do Governo Federal que desviram dinheiro indevidamente, que aprovaram aditamentos indevidamente, para onde foi o dinheiro da Delta, que tanto abasteceu o partido de V. Exª. Matéria veiculada ontem pelo *Estadão*: dinheiro da Delta utilizado por empresas laranjas. Foram utilizados pelo PT na última campanha. Por que não elucidar isso? Qual o receio de V. Exª? Vai haver algum puxão de orelha do partido? Qual o receio de V. Exª levar adiante investigação que possa recair sobre o seu partido? Ficamos aqui indagando um arquiteto sobre o papel de parede, e V. Exª não cumpre o seu papel de relatar e investigar. É inacreditável essa postura! É inacreditável! *(Pausa.)*

V. Exª fala o que quer, ouve o que não quer. *(Pausa.)*

O seu proceder está aviltante. O seu proceder torna menor esta CPI. Nenhum de nós tem orgulho, por ora, de participar desta CPI com a condição que V. Exª vem dando. Então, por favor, que V. Exª cumpra o papel que lhe cabe e volte a dar dimensão a esta CPI.

Era isso que tinha a falar. Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, queria uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Relator.

Só um minutinho. Estou passando a palavra ao Relator, depois passo a palavra a quem requereu questão de ordem e eu não tinha visto. Mas, antes, passo a palavra para o relator depois para V. Exªs, Deputado Ronaldo, Deputado Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu requeri uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu não vou ficar batendo boca com o Deputado Carlos Sampaio. A questão central é que ele está cumprindo o papel dele.

V. Exª não projete em mim o que V. Exª está fazendo.

Nós estamos investigando essa organização criminosa que está infiltrada no Governo de Goiás, que tem o Governador do PSDB à frente, que nega relação com o Sr. Carlos Cachoeira. Isso será investigado. Todas as incursões da organização criminosa junto ao Governo do Distrito Federal, o que ficou evidente, as incursões junto a órgãos do Governo Federal ou a outros Estados da República, quer seja Tocantins e outros, serão por nós investigadas. Agora, cada coisa no seu tempo e no seu momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes da questão de ordem, vou dar um minuto para o Deputado Fonseca e vou dar um minuto para o Deputado Sávio. Depois, volto às inscrições.

Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, mais uma vez, recai sobre o art. 14. É rápida a minha questão de ordem.

Eu só não entendi o seguinte: o Deputado Sampaio utilizou a palavra por 10 minutos se dirigindo ao Relator. Dirigiu-se diretamente ao Relator. O Relator respondeu o Deputado Carlos Sampaio. Eu não entendi por que o Deputado Carlos Sampaio utilizou o art. 14. Assim não dá, Sr. Presidente. Acho que nós temos que decidir isso, porque ele se dirigiu ao Relator e este o respondeu. Não tem que reivindicar o art. 14, Sr. Presidente, porque, senão, o Relator vai falar mais uma vez respondendo ao Deputado Carlos Sampaio, ele vai responder ao relator, e nós vamos ficar nesse diálogo apenas aqui. Acho que temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Recolhida a questão de ordem de V. Exª.

Por um minuto, questão de ordem do Deputado Domingo Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, para mim, é extremamente relevante o que ocorreu aqui, porque estamos numa CPMI que está inclusive no seu início, embora já tenhamos, no meu entendimento, perdido tempo, como hoje, discutindo papel de parede. Mas, para mim, é extremamente grave. O Deputado Carlos Sampaio fez uma reflexão sobre a questão da suspeição ou não de uma pessoa atuar com imparcialidade. Para mim, é muito grave o que ouvimos do Sr. Relator ao afirmar, antes que apresente um relatório...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Deixe-me concluir, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou no meu tempo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Só quero pedir a questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Contabilize o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª usou o tempo, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu não usei o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Quero fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Exª usou... Só um minutinho, Deputado. V. Exª pediu uma questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas era uma questão de ordem com relação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Regimentalmente, eu preciso que V. Exª faça a questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, existe uma lista de inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por isso existe uma lista de inscrição...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu pedi a minha manifestação pela ordem, Sr. Presidente, para deixar claro que é inaceitável que o nosso Relator, de antemão, venha a proferir um relatório final, uma sentença como juiz, dizendo: o Governador de Goiás se envolveu com o crime, ou o Governo de Goiás, está aí registrado que ele disse isso, demonstrando absoluta imparcialidade, demonstrando que tem total fundamento o que disse o Deputado Carlos Sampaio e confirmando a minha indignação quando, na sessão passada, requerimento que subscrevi, solicitando a convocação do Sr. Pagot e solicitando a convocação do Sr. Cavendish, eu apelei para o espírito mineiro do Relator de que ele não retirasse de pauta, e ele, como Relator, propôs a retirada de pauta para não serem ouvidos o Presidente da Delta e o Sr. Pagot. Não quis ouvir, não quis investigar. E agora vem com sentença pronta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso é inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apelo ao seu espírito mineiro para que nós possamos respeitar o Regimento. Vou continuar as inscrições.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ. *Fora do microfone.*) – Só quero dizer a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não por mim.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ. *Fora do microfone.*) – ...que isso não volte a proceder, porque tenho sido muito respeitoso nesta CPMI, que eu vou passar a não cumprir aquilo que tem sido realizado de forma sistemática por mim nesta CPMI se não houver um procedimento claro. Existe uma lista de inscrição de 12 oradores; existe um conjunto de líderes aqui que se inscreveram para ter oportunidade de falar, e a solicitação do pedido de questão de ordem para se manifestar sobre assunto que em nada tem a ver com procedimento relacionado à formatação dos trabalhos não pode ser encarada por cada um de nós aqui com naturalidade. Peço a V. Exª que seja rigoroso no cumprimento, porque, senão, abre-se um precedente para os demais parlamentares fazerem o mesmo. Com todo o respeito que tenho ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Glauber. Passo à próxima parlamentar inscrita, que é a Deputada Iris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, ouvindo o que foi debatido aqui neste momento, primeiro quero cumprimentar o Alexandre Milhomem, que se dispôs a vir aqui como testemunha, esclarecer aquilo que deve ser esclarecido, ao contrário de outros que se calaram. E esse silêncio, Sr. Presidente, traduz um estado de coisas contra as quais nós temos que realmente nos insurgir. Quando o Deputado Carlos Sampaio, a quem eu respeito muito, coloca que o nosso Relator está direcionando o seu olhar, a sua investigação para o Estado de Goiás, que é o meu Estado, e eu fiz questão, quando aqui esteve o Governador Marconi Perillo, de não me manifestar, até para que não fosse acusada de trazer aqui para esta CPMI uma briga regional pelo fato de ser eu sua adversária. Estou pagando um preço altíssimo por isso, mas passou. O Governador veio, falou o que quis dizer, não convenceu, terceirizou muita coisa, que seus auxiliares vieram aqui e se recusaram a falar.

Concordo, Sr. Presidente, que o Relator realmente tem que buscar provas, desde que seja até o fio de cabelo, porque no fio de cabelo pode-se estabelecer o DNA e se descobrir um criminoso, e aquilo que o Relator fez tem razão. Aqui, nesta CPMI, todo e qualquer assunto de que se falar vai chegar a Goiás, porque lá realmente é que está infiltrado esse crime que está tomando conta, que tem tentáculos no Brasil inteiro. Nós sabemos que essa documentação confrontada e apresentada pelo Relator, inclusive as perguntas que estão sendo feitas, algumas até iguais na sua forma, mas às vezes até diferentes, iguais no conteúdo, mas diferentes na forma, todas elas colaboram para que nós tenhamos a oportunidade de buscar a verdade.

Eu acho que esta CPMI não está aqui para passar a mão na cabeça de ninguém. Esta CPMI deve realmente restabelecer a verdade dos fatos. E se todos os caminhos levam a Roma e se todos os caminhos levam a Goiás, por que teremos que estabelecer esse bate-boca por conta disso ou daquilo? Todos têm, todos que vêm aqui têm e querem que essa verdade seja mostrada.

Eu pergunto: o que justifica o silêncio do Sr. Lúcio Gouthier? Eu faço essa pergunta. Por que se calou?

Por que Jayme Rincon nem veio? Disse que tinha um aneurisma, mas continua trabalhando, prestando serviço lá na Secretaria em Goiás, inclusive dando entrevistas a vários jornais.

Nós temos que nos calar? Nós não podemos nos indignar?

Eu sou a única parlamentar goiana e tenho procurado ter cumprido o meu papel com isenção.

Fiz algumas perguntas, prezado arquiteto, a V. Sª, que eu gostaria de fazer agora.

V. Sª foi contratado para fazer o projeto de reforma da casa localizada no condomínio Alphaville, que pertenceu ao Governador Marconi Perillo. Não importa se foi papel de parede, não importa se foi piso, não importa se foi pintura, não importa, enfim, que tipo de material V. Exª lá colocou. Quem contratou V. Sª?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – A Andressa Mendonça, a esposa do Carlos que me contratou para fazer esse *design* de interiores dessa casa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – À época que Andressa contratou V. Sª, ela residia numa outra casa. Essa casa estava sendo reformada?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Vazia. Essa casa, quando cheguei lá, a primeira vez, estava vazia. Ela não tinha nenhum mobiliário, a não ser móveis fixos que eu chamo, planejados, armário, cozinha, tal. E eu montei essa casa para ela poder morar um período, que alguém tinha emprestado, como eu tinha mencionado. Essa casa ficou pronta em julho. Em julho foi quando entreguei a casa pronta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Para fazer essa reforma, V. Sª poderia nos dizer em quanto ficou o trabalho, o contrato, enfim, com tudo o que V. Sª empregou nessa casa? Poderia dizer o montante?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na verdade, eu sou contratado para acompanhar o cliente na escolha. Eu não faço obra, entrego a obra pronta. Então, o que eu fiz? Eu estive em várias lojas, escolhendo o material, e ela acertou cada loja individual. Neste momento, eu não lembro o montante que foi esse interior, quanto ficou.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não, eu entendo que V. Sª não tenha conhecimento do valor total, porque é lógico foi a sua cliente que pagou. Mas pela experiência que V. Sª tem, como arquiteto, de conhecimento, por exemplo, de pisos ou da pintura ou do tapete ou do carpete ou da mesa, V. Sª tem condição de fazer uma avaliação por alto em quanto ficou a reforma dessa casa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, a cliente tem um bom gosto excessivo. Então, ela gosta de tudo o melhor. Acredito que, por esse motivo, mesmo sendo uma casa provisória, tenha sido mais de R$500 mil. Eu penso, a princípio.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Quanto?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Mais de R$500 mil.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Mais de R$500 mil para a reforma de uma casa em que ela ficaria só algum tempo.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Exatamente. É a questão de cada um. Cada um investe no que pode.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu acabei de receber aqui uma informação que eu gostaria de transmitir à CPI. Jayme Rincon já mandou um novo atestado para não vir amanhã à CPMI. Gostaria de dizer que ele está trabalhando normalmente lá no Estado de Goiás. Inclusive, tenho jornais que mostram entrevistas com fotografia dele.

Está aqui. Recebi essa informação agora, Sr. Relator.

A próxima pergunta para o nosso depoente.

A casa que V. Sª foi contratado para reformar corresponde? Dá para V. Sª enxergar? Eu mando entregar a V. Sª. Por favor, alguém entregue para ele. *(Pausa.)*

É esta casa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Sim.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Quanto V. Sª recebeu para fazer esse projeto da reforma da residência que foi do Governador e quem pagou a V. Sª.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade eu não considero uma reforma, porque em uma reforma eu trocaria piso, gesso, pintura. Foi um *design* de interiores. Eu considero uma reforma quando você faz uma demolição, quando você tira piso, você retira bancada, você faz uma obra civil. Esta casa não teve uma obra civil. Eu cheguei lá no projeto e só trabalhei papel de parede, comprei uma luminária a mais, e decorei, coloquei sofá, poltrona, cadeira, tapete, essa situação que precisava para poder a pessoa morar. Então eu não considero uma reforma.

E o que eu falei em relação ao valor, eu recebi no primeiro projeto contratado, que foram cinco parcelas de R$10 mil, antes desta casa, e meio que eu converti para esta casa uma parte, porque ele não foi concluído no primeiro momento. Na realidade nós não chegamos a fazer o final devido a situações ocorridas com o cliente.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria de mostrar aqui a esta CPMI o jornal de hoje *O Popular* que traz uma matéria que considero importante, na página 4, que vou passar à Mesa. O título é o seguinte: "Empresária diz que só fez favor". Rosanne Pugliese afirmou que Cachoeira pediu a ela que fizesse depósito de R$1,4 milhão na conta da loja Excitante Indústria e Comércio de Confecções, a Babioli. E ela disse aqui também que a empresa emprestasse cheques no mesmo valor para que Cachoeira pudesse comprar a casa do Governador Marconi Perillo do PSDB. Está aqui esta matéria que

eu gostaria de passar à CPMI, ao mesmo tempo em que assino requerimento de convocação, até porque na matéria ela faz questão de vir prestar depoimento a esta CPMI como testemunha. Faço aqui o requerimento, assino e entrego a V. Exª.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo orador inscrito, o Sr. Deputado Miro Teixeira, prefere falar por sua inscrição ser precedente a sua posição na condição de Líder. V. Exª tem dez minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª decidindo eu apoio.

Presidente, aqui ouvimos algumas coisas em relação à declaração de inidoneidade da Delta.

A Delta teve a inidoneidade declara pelo Governo Federal. Então dizer que o Governo Federal está acobertando alguma coisa me parece que é um certo exagero, já que é um ato formal da Controladoria-Geral da União.

Este inquérito, todas essas operações são operações realizadas pela Polícia Federal do Ministério da Justiça. Não houve qualquer interferência governamental para barrar as operações. O Ministério da Justiça do Governo Federal sempre que solicitado por esta CPI bota técnicos à disposição, como hoje V. Exª acabou de despachar até aqui um ofício requisitando mais técnicos. Então, dizer que o Governo Federal está tentando acobertar alguma coisa é uma grave contradição com os fatos que nós encontramos.

Eu pediria a V. Exª que, hoje ainda, se nós pudéssemos, trouxéssemos à votação, numa reunião administrativa convocada com o apoio de todos os presentes, a convocação do Cavendish e do Pagot. Se não for hoje, que seja amanhã, porque isso aí está virando um fator de argumentações e contra-argumentações nesta CPI, e fica-se perdendo nesta discussão. Nós podemos votar essas convocações, e a fixação da data pode ser discutida depois em função das provas que estão chegando aqui em grande quantidade; estão chegando em grande quantidade aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estamos vendo, no caso da Delta, uma conexão enorme, além das empresas, essas empresas fantasmas do Cachoeira, com outras empresas que são meio estranhas, como a Brava, a JM Terraplanagem, muitas obras em muitos lugares.

Bom, o Rio de Janeiro é um Estado que tem muita presença da Delta. Temos que investigar sim. Agora, São Paulo também é. São Paulo também é. Então, não há qualquer queda de braço entre governos. O que estamos tentando aqui é uma conclusão sobre a infiltração de uma empresa nos mecanismos do crime organizado e também em partidos políticos ou junto a políticos de alguns partidos. Por quê? Porque o dono da Delta está, com a voz dele, dizendo que resolve qualquer coisa no Brasil com R$30 milhões. Está dizendo isso! Quem é que está dizendo? Quem está dizendo é o dono da Delta, é o Fernando Cavendish. E que um Senador custa R$6 milhões. Porque para obter prova contra ele não precisamos da presença dele aqui não. A presença dele aqui é para assegurar direito de defesa. Essas provas que temos aqui já o remetem a um processo criminal enorme.

Eu venho agora aqui cumprimentar o Dr. Alexandre Milhomem. Revela-se aqui uma pessoa *light*. Está aí tranquilo, colaborando com a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não sei exatamente também o porquê de V. Exª estar aqui. V. Exª está aqui porque o Dr. Rosinha fez um requerimento, e esse requerimento foi votado por todos nós. E V. Exª está vindo aqui... Não houve nenhum destaque para rejeição, então ninguém pode reclamar aqui da sua presença, porque não houve destaque para rejeição. O Relator trouxe os requerimentos que estavam aí com preferência.

E a todo instante estou ouvindo também que o Relator está deixando de fazer uma coisa ou deixando de fazer outra. Eu lhe confesso que gostaria de ver – fui vencido por três votos – a marcação da vinda do Cavendish, enquanto que o Relator propõe o sobrestamento, e eu penso que já está vencido politicamente, Sr. Relator, esse prazo do sobrestamento. Está visto aí que isso passou a ser o fator de discórdia. É um fator de discórdia muito grave na CPI, mas já que temos aqui o Dr. Alexandre Milhomem, eu gostaria de outras opiniões que não são propriamente da decoração, porque nessas fronteiras de desenvolvimento, como já foi o Rio de Janeiro, o crime dominando ali no Rio de Janeiro, depois foi o Espírito Santo, agora se está vendo isso aqui nessa área de Goiás; isso, aqui no Centro-Oeste, está mais visível, está havendo também um *boom* imobiliário nessa região. E eu me espantei pelos valores das casas nesse condomínio. E o senhor, que conhece tudo isso, o senhor acha que os valores são esses mesmos, é negócio de 2 milhões, 3 milhões uma casa? Há casa de mais de 3 milhões por aí? É a primeira pergunta.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, no Centro-Oeste do Brasil, nos últimos cinco anos, houve um aumento, muito, do metro quadrado. Então, por exemplo, em Goiás, comprava-se um apartamento por R$2 mil o metro quadrado, hoje está R$5 mil na planta. Então, o Alphaville é um condomínio que valorizou muito. Um lote lá, dos menores, custa R$500 mil – o lote.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O lote.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – O lote. Então, uma construção... Os valores que eu vi, por exemplo, acho que correspondem ao valor imobiliário, sim, do mercado hoje em Goiás, que está muito valorizado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quatrocentos seria a construção da casa do Governador Perillo, que me parece agora, estou convencido que foi vendida...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É, mas, assim, 450 metros de construção, se você colocar hoje no nível, por exemplo, de materiais, vamos considerar que isso pode ocorrer de R$2,5 mil acima. Depende de uma torneira que você comprar. Banhada a ouro, você paga R$12 mil numa torneira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Por R$1,4 milhão o senhor me arruma uma lá para comprar

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Acho que sim, com certeza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É, de 500 metros quadrados?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Eu acho que o senhor encontra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nova?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Nova.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, não há desacerto nesse preço?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Não, aí é uma questão que não é a minha função. Estou dizendo um modelo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Estou pegando aqui o seu depoimento.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – É, tenho clientes que compraram agora casa de quatrocentos e poucos metros por R$1,5 milhão, no Alphaville de Goiás.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E no Alphaville tem localização, uma localização é melhor do que a outra, a parte da frente?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Tem umas mais valorizadas. A mesma casa, se fosse de frente de uma área verde, poderia valeria às vezes até o dobro desse valor, com o mesmo tamanho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sei.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – E o lote também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E essa é de frente para uma rua, digamos.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Uma rua normal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Uma rua normal.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, o senhor viu alguma anormalidade? O senhor teve alguma dúvida em algum momento de que essa casa estivesse... O senhor já tinha ouvido falar da Srª Andressa.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, nos encontramos no ano passado, quando ela me ligou, depois que visitou uma obra que eu fiz em Goiás e que ficou muito encantada com o meu trabalho. A partir daí, nos conhecemos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ela é uma pessoa conhecida.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – É.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É uma *socialite*.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, não me atento muito a esses fatos. Minha intenção realmente foi atender ao desejo da cliente, quando contratado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E o senhor sabia que ela era senhora do Cachoeira?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Depois, sim; não num primeiro momento, mas depois da terceira ou quarta ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Visita; antes da prisão dele.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Sim, exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E não há nenhum problema o Sr. Cachoeira comprar uma casa, ou ele lhe contratar.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Inclusive estive pessoalmente com ele, mostrando projeto, com certeza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E estava claro ali que era ele que estava comprando a casa, porque ele não ia pagar a reforma...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Eu não sabia qual a função dele. Essa é outra questão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que ele fazia na vida, não é?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Não tenho realmente essa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora, não é muito comum ver alguém pagar a reforma da casa do outro, não, não é? Só pai e filho.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, é uma questão muito abrangente. Realmente, eu não tenho a informação que poderia lhe passar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor já tropeçou muitas vezes com um caso desse, de uma pessoa pagar a reforma da casa do outro, sem ser de pai para filho?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Na realidade, é uma questão realmente que foge da minha resposta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vou respeitar a sua discrição profissional.

Mas, o Cachoeira era o comprador dessa casa.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Isso eu não tenho informação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, Sr. Relator Odair Cunha, eu quero primeiro parabenizar e agradecer ao Sr. Alexandre Milhomen por ter vindo a esta Casa de uma forma disposta realmente a colaborar.

Entendo que a CPMI está em uma grande encruzilhada. Nós hoje temos a obrigação de avançar. A sociedade solicita, a população solicita e os nossos pares, dentro do Congresso Nacional, solicitam que nós avancemos.

Temos acompanhado e, na última sessão administrativa, esta Casa deu uma demonstração de que não está agindo corretamente, no momento que terminou a primeira parte das votações, muitos dos parlamentares se ausentaram porque queriam encontrar as câmaras de televisão e as rádios para o lado de fora. E aí, como esta é a CPI dos bichos também, afinal de contas estamos investigando as atividades dos bichos, eu queria trazer mais um personagem, mais um bicho para esta CPMI, que é as mariposas dos holofotes. Se nós juntos não tomarmos cuidado, os holofotes irão ofuscar esta CPMI, até porque o erro da mariposa é morrer no holofote.

Acompanhei aqui nesta Casa e dentro desta CPMI político que muito gostava de holofote, que pregava a moralidade, que queria a todo momento estar presente nas discussões com cobranças – inclusive hoje a gente vê, infundadas –, mas que sentou nesta cadeira em que hoje está Alexandre Milhomem e pediu para exigir o direito constitucional de nada falar. Nós temos que ter um cuidado muito grande aqui dentro desta Casa hoje. O Congresso Nacional corre o risco de perder completamente a credibilidade junto à população.

Então, eu peço ao Sr. Relator, ao Sr. Presidente e aos Pares desta Casa que tenhamos foco, que tenhamos objetivo. Não importa e, para a população que está nos assistindo e está vendo e acompanhando esta CPMI, ela não quer saber se é de partido A ou de partido B, da forma que têm ocorrido os debates nesta Casa. Eles querem resultados. E aí passa por um trabalho muitas vezes administrativo e árduo da equipe técnica que está na retaguarda do Sr. Relator e do Sr. Presidente.

Eu, já desde as primeiras reuniões, pedi para que nós tivéssemos aqui planilhas, informações, dados do que está chegando e do que nós em conjunto podemos acompanhar. Já vi o Sr. Presidente por três vezes dizer que, na próxima reunião, teríamos esse detalhamento e as informações, para que, em conjunto, a gente pudesse realmente investigar. Vejo que os programas que chegam, tipo i2, não chegam com as informações e assessoramento técnico necessário aos técnicos de cada Senador e Deputado.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de dizer que a presença do Sr. Alexandre pode, sim, ser muito importante neste momento. Eu já vi, em alguns momentos da nossa história recente, jardineiros exercerem um papel importante; já vi motoristas exercerem um papel importante e já vi inclusive ex-mulheres também exercerem um papel importante no trazer as informações.

Então, eu peço, Sr. Alexandre, que o senhor seja um grande contribuidor. Contudo, o que o senhor realmente sabe por ter convivido nesses momentos difíceis e nesses momentos que a história recente do Brasil demonstrou com essas investigações.

Então, a minha primeira pergunta é a seguinte: o senhor hoje se considera amigo pessoal da Srª Andressa?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, na minha profissão, se não tiver no decorrer do trabalho uma afinidade, o trabalho morre, porque o trabalho é uma questão de conhecer o cliente. Então, automaticamente, você, o seu gosto, o seu dia a dia. Ser amigo é uma questão que eu, por exemplo, não sei disfarçar... Posso dizer que é uma pessoa de quem tenho bastante conhecimento sobre o que ela gosta, o que ela gostaria de fazer, porque isso é importante para o meu dia a dia como profissional, senão não consigo executar o projeto, porque ela vai morar nesse projeto.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu tenho visto, em várias notas, inclusive nos jornais de Goiás, que o seu relacionamento era um relacionamento de amigo. Eu pediria que aqui, em função da seriedade de que nós precisamos, o senhor deixe de lado um pouco essa posição e tente contribuir realmente. Talvez o grande legado que o senhor vai deixar como história, como arquiteto, é poder trazer a esta CPMI alguma novidade, e não nós estarmos até nessa diferença de falar um pouco para cá e um pouco para lá.

Eu entendo que um valor investido em móveis, em cortinas, em papel de parede de R$500 mil é um valor realmente alto, principalmente para uma casa que valeu R$1,4 milhão. Eu acho que essa já é uma grande contribuição que o senhor pôde trazer. Eu acredito que o Sr. Relator vai, na sequência, pedir ao senhor que relacione esses R$500 mil, até porque o senhor foi o que, em conjunto, deu as dicas para que a Srª Andressa pudesse comprar. Então, o senhor tem,

e até sabe do valor final, o senhor sabe exatamente onde é que foram investidos esses R$500 mil. Então, nós precisamos, até para continuar a investigação, desses R$500 mil.

Precisamos, também, desse *e-mail* onde o senhor fez a troca de informações e fez as mudanças e acredito que tenha vários *e-mails* onde o senhor passava ali as indicações, os preços e tudo mais.

Os R$10 mil que foram pagos pela empresa Pantoja são de extrema importância para nós. A minha segunda pergunta: quando o senhor recebeu esses R$10 mil dessa empresa Pantoja, o que foi que a Srª Andressa ou o Sr. Cachoeira disse? Como é que eles estariam pagando esses R$10 mil?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, foram cinco passagens de R$10 mil. Não foi só R$10 mil. E esses pagamentos seriam em depósito em contas que foram dadas pelo escritório. E, na realidade, eu desconhecia realmente que esse valor tinha sido dessa empresa que você acabou de mencionar. Mas eu sei que os depósitos foram feitos na minha conta e foram recebidos os cinco pagamentos de R$10 mil. E de onde eles vieram ou deixaram de fazer eu realmente não tenho informação.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor sabe que receber dinheiro de empresa que está enrolada na Justiça, que tem problema de suborno, que tem problema de dinheiro ilegal pode ser gravíssimo para o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, estão sujeitos o arquiteto, as concessionárias, a prestação de serviço do País, a essa situação, infelizmente, porque a gente, eu não tenho como determinar a origem do dinheiro que vai chegar até mim. Mas, sim, que é uma prestação de serviço.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Mas é o momento especial de o senhor começar a pensar nisso. E, por isso, tem várias perguntas na sequência. Eu acho que é importante o senhor lembrar tudo que aconteceu nesse percurso, porque é o momento de o senhor ajudar a esclarecer, porque, depois, nós teremos outras pessoas aqui que poderão falar outras coisas e colocar o senhor, aí sim, numa situação muito difícil.

Eu entendo também que, até por ter experiência na área da construção civil, que arquiteto nenhum faz um tipo de entendimento de R$50 mil sem ter um contrato. Não muda a configuração do objeto contratado, como o senhor diz, do primeiro terreno para uma casa, para, depois, uma assessoria de decoração, sem ter um entendimento de um documento, nem que isso seja realmente um *e-mail*. É importante para o senhor que isso seja entregue a esta CPI, porque existem várias maneiras de nós exercermos o nosso direito de buscar isso. Nada melhor que o senhor entregar com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, com a palavra, como Líder, o Deputado Sílvio Costa. Próximos oradores: Mendes Thame, Domingos Sávio e Pedro Taques.

Como Líder, Sílvio Costa, por cinco minutos, sem apelação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Deputado Sílvio, eu quero, até aproveitando a provocação positiva, do Deputado Luiz Pitiman, entregar a V. Exª – acabei de assinar aqui – um relatório descritivo de todos os documentos que chegaram à CPMI até a data de ontem, lembrando que, em contato com a Polícia Federal, hoje, de manhã, nós recebemos o inteiro teor dos áudios do Sr. Carlos Cachoeira, porque nós fomos buscar na 11ª Vara o inteiro teor dos áudios que estavam na 11ª Vara. Ocorre que o procurador do Sr. Carlos Cachoeira obteve do juiz Dr. Paulo a única cópia que havia na 11ª Vara. Então, nós tivemos que recorrer à Polícia Federal, que nos entregou hoje de manhã. Então, esses áudios do Sr. Carlos Cachoeira não constam do nosso relatório, mas já estão aqui. Nós estamos entregando o relatório de tudo que até ontem à noite chegou à CPMI. É um pedido de V. Exª e eu faço questão de entregar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é uma informação importante para V. Exªs. Essa informação já está disponibilizada ao longo de todo o processo via nossa página na internet. Todo documento que chega, nós imediatamente ou fazemos a inseminação dele em nossas máquinas ou disponibilizamos de acordo com a lei de acesso. Todavia, pedido por V. Exªs, nós solicitamos ao relator que trouxesse à CPI um relatório circunstanciado de tudo aquilo que já chegou em termos de ofício. Estou mandando entregar, de forma reservada a V. Exª, a cada membro da CPI, por força de uma solicitação de cada um dos seus membros.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Uma questão de ordem, art. 131 do Regimento Comum. Demora cinco segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, cinco segundos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Presidente, até porque fui citado também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Gostaria de saber se o relator recebeu as tais gravações e de-

gravações que tenham referência a pessoas com foro especial, por prerrogativa de foro...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já, já estão nas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – As de foro especial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, nós fomos exatamente buscar esses áudios para fazer a leitura e ouvir esses áudios.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os encontros fortuitos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para além dos... Porque, vejam, os encontros fortuitos foram nos áudios identificados pelos agentes da Polícia Federal. Como as pessoas com prerrogativa de foro não eram objeto de investigação, pode ser que tenha passado despercebido. Então, estamos fazendo uma reanálise.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu quero só agradecer ao senhor e agradecer ao Relator, e é justamente esta sugestão que acho que devemos ter daqui para frente: semanalmente, na primeira reunião, que seria na terça-feira, o relator traria um relatório circunstanciado do que aconteceu na semana anterior. Acho que isso vai poder inclusive contribuir para que o Brasil inteiro, para que a imprensa acompanhe mais detalhadamente o que está acontecendo e o trabalho de bastidores que está se exigindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Reitero a V. Exª que este material já está disponível *on-line*. Agora é uma questão somente de organização. Vou atender a V. Exª, pedindo a compreensão da assessoria competente do Relator.

Com a palavra, Silvio Costa, pelo tempo de líder.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Maurício...

Desculpe, Sr. Alexandre Milhomem, por incrível que pareça, mesmo com esse marasmo todo aqui nesta CPI, acho que o senhor prestou uma contribuição a esta CPI, sim. Eu vou recapitular aqui, infelizmente não posso perguntar – eu sou o 16º e não vou esperar –, porque estou falando como líder, mas o senhor contribuiu, sim.

Primeiro, o Governador Perillo disse aqui, e isso foi a única coisa que ficou meio inexplicável, que recebeu três cheques e não sabia de quem: dois de quatrocentos, aliás, dois de quinhentos e um de quatrocentos. Não sabia de quem. Mas os cheques tinham sido em março, abril e maio. Ok. Quando foi em junho...

Sim, o cheque que o Governador Perillo recebeu foi do sobrinho de Cachoeira.

Quando foi em junho, Dona Andressa ligou para o senhor pedindo para fazer a reforma da casa. Foi o senhor que fez a reforma da casa. O senhor fez um pré-projeto que foi R$50 mil. Quando foi em junho, o Vereador Garcez, que comprou os cheques e tal, vendeu a casa por R$1,4 milhão, ao reitor, o Sr. Walter Paulo, que pagou em espécie.

O senhor contribuiu. Infelizmente, o Governador Perillo não quis admitir, até porque o Governador Perillo, Deputado Domingos Sávio, diz que colocou uma propaganda no jornal oferecendo a casa em janeiro. Se ele colocou a propaganda no jornal oferecendo a casa, não custava nada ele ter dito à CPI que quem comprou a casa dele foi o Cachoeira. Qual era o problema de ele ter dito "quem comprou a minha casa foi Cachoeira"? Agora eu fiquei meio desconfiado.

Eu cheguei aqui e realmente disse: Olha, o Governador Perillo e tal, só fica essa cortina de fumaça nos cheques. Mas o fato de o Governador Perillo não ter dito aqui que vendeu a casa ao Cachoeira ficou meio estranho também agora.

Então, acho, sabe, Dr. Alexandre Milhomem, que o senhor contribuiu sim. O senhor provou aqui, hoje, que quem comprou a casa do Governador foi o Sr. Cachoeira. Muito bem. Como o senhor provou isso, eu queria sugerir ao Relator se, em algum momento – eu tenho uma informação, e o senhor disse que não conhecia o Governador Marconi Perillo –, o senhor esteve no palácio do Governo de Goiás. Em algum momento, o senhor esteve lá? Porque lá tem câmara, essas coisas. O senhor esteve lá ou não? Eu não posso perguntar. Eu queria que o próximo perguntasse. São sugestões de perguntas, entendeu? Mas tem uma informação.

Outra pergunta que eu faria – eu não posso fazer – era: quantas vezes o senhor esteve lá na faculdade, conversando com o Sr. Walter Paulo? Quantas vezes o senhor esteve lá?

A outra informação que eu queria perguntar, a outra pergunta que eu queria fazer é se o senhor tem relação com a turma da Pantoja, o dono da Pantoja. E outra coisa: quando você vai depositar R$10 mil, fica assinado lá quem depositou. Se você depositar até nove mil e pouco, não precisa – isso é um erro do Banco Central, inclusive –, mas R$10 mil fica cravado quem depositou. Se eu fosse perguntar, como ele recebeu os cinco de dez, eu ia perguntar, mas não posso, quem são os cinco de 10. Senão, daqui a pouco, a gente vai ter que quebrar o sigilo bancário dele por uma reforma, e não é necessário quebrar esse sigilo, mas essas perguntas deveriam ser feitas mesmo. Eu lamento. Eu sou o 16º e não posso ficar mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado. Ficam as sugestões de respostas de V. Exªs.

Mendes.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamen-

tares, o que nós estamos assistindo hoje é mais uma sessão que não consegue avançar. Nós estamos aqui, há diversas sessões, paradoxalmente, sem conseguir agregar praticamente nada em relação àquilo que recebemos da Polícia Federal, o que é paradoxal, porque, via de regra, as CPIs aqui, na Casa, são muito eficientes. A CPI dos Anões do Orçamento foi fantástica. Ela permitiu descobrir uma teia de corrupção que desvia recursos do Orçamento, o que nos orientou, o que nos fez começar a preocupar com uma lei de licitações, a Lei nº 8.666, que demorou um ano para ser aprovada. Na CPI dos Sanguessugas foram dezenas de Deputados denunciados, pedida a sua cassação. A CPI dos mensaleiros, nós temos hoje o julgamento no Supremo de pessoas em função de uma denúncia que se conseguiu avançar aqui, na CPI. E o que estamos vendo desta vez é o contrário. Nós não conseguimos avançar nada. E é paradoxal também porque estamos na fímbria de uma grande organização criminosa. O povo não chama de fímbria. O povo fala: nós estamos na beiradinha ali para descobrir, tudo pronto para descobrir. Nós estamos prestes a perceber como se deu essa captura de setores inteiros do Estado, do Dnit, de Ministérios, do Governo Federal, capturados por organização criminosa, e estamos deixando passar essa oportunidade, quando temos aqui instrumentos poderosos. Não só as oitivas ,as audiências, mas um instrumento que ainda não utilizamos nenhuma vez aqui, Sr. Presidente, que são as acareações. Nas acareações, raramente alguém utiliza o seu direito constitucional de ficar calado, porque ele sabe que, se ele ficar calado e o outro, que tem uma posição divergente, às vezes, completamente divergente das suas posições; se o outro fala e ele não fala, é como se ele estivesse reconhecendo que a posição correta é daquele outro que tem uma posição diferente da sua.

Por isso, nós temos que acelerar a acareação do Pagot com o Sr. Cachoeira, do Sr. Cavendish com o Sr. Cachoeira, com pessoas do Estado, para tentar perceber como se deu esse casamento nefasto, essa simbiose deletéria entre agentes do Estado, criminosos, delinquentes, corrompidos e corruptores do setor privado para desviar recursos públicos.

Provavelmente, nós estamos no limiar de uma grande possibilidade: conseguir uma legislação nova, mais consequente, mais restritiva, para proteger o Erário, para que recursos públicos não sejam desviados criminosamente para enriquecer algumas pessoas, enquanto a grande maioria da população fica lá na fila, esperando para fazer uma hemodiálise, uma radioterapia, uma quimioterapia, um exame de ultrassonografia ou coisas mais simples, como um exame de laboratório, uma consulta num posto de saúde. Esperam na fila por falta de recursos, recursos que estão sendo, às centenas de milhões, aos bilhões, destinados sem grande critério para essas empresas que são amigas daquelas pessoas que têm condições de falsear licitações para beneficiar algumas empresas apaniguadas, acólitas do poder.

É isso, Sr. Presidente.

Eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade. Devemos antecipar aqui a vinda do Pagot, do Cavendish e de outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Por último, uma única pergunta a esse arquiteto, que veio trazer a sua contribuição aqui para nós – não deveria estar aqui, mas está aqui.

Gostaria de saber, Sr. Alexandre, se, durante esses últimos trinta dias, o senhor foi procurado por Deputados ou por assessores de Deputados para falar a respeito dessas informações que nos traz hoje aqui a esta CPI.

É só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não. Na realidade, não. Não houve nenhum contato sobre isso.

Também respondendo à pergunta anterior, eu nunca estive no Palácio do Governo de Goiás, infelizmente – até gostaria de conhecer porque acho bem interessante o projeto – e também desconheço a faculdade que foi mencionada. Perguntaram se eu fui a essa faculdade alguma vez, mas também não. E também não tenho nenhum tipo de informação sobre a Pantoja, que foi aqui mencionada antes pelo Deputado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Outra pergunta, Presidente, na mesma linha da do Deputado Mendes Thame.

Pergunto se V. Sª foi procurado por alguma outra pessoa para tratar sobre esse assunto que não fosse parlamentar ou assessor de parlamentar. Algum outro empresário ligou para o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Alexandre, colegas parlamentares, antes da minhas indagações, acho necessário dizer, até para que nós tenhamos clareza de toda a análise que está sendo feita, que, nesta manhã – já

início de tarde –, eu me surpreendi e me indignei com o momento em que, no meu entendimento, o Relator manifestou uma posição conclusiva de julgamento antes de emitir um relatório, referindo-se ao Governo e ao Governador de Goiás, o que mereceu e vai merecer da minha parte manifestação clara, porque eu não aceitaria isso contra um elemento do PT ou contra quem quer que seja. É colocar por terra qualquer princípio, porque ninguém pode sair julgando, condenando antes de analisar as coisas. Isso é o fim do mundo. É inquisição nos tempos atuais.

O que eu quero recapitular é que colegas que, por vários momentos aqui, contribuem de maneira extremamente produtiva trazem, às vezes, algumas colocações que torcem totalmente a verdade ou o que foi dito aqui de maneira testemunhal. O que se pode é questionar se o testemunho foi verdadeiro ou não. As pessoas juram e assumem uma responsabilidade inclusive criminal ao dar seus depoimentos.

Ouvi agora o Deputado Sílvio – pena que ele não esteja mais aqui – dizer: "Olha o depoente que esteve aqui confirmou que o Governador vendeu a casa para o Sr. Carlinhos Cachoeira", tese insistentemente colocada pelo PT num propósito de tentar vincular a figura do Governador ao Sr. Carlos Cachoeira de uma maneira sistemática, tese essa bastante estapafúrdia porque, vejam bem, em momento algum se questionou, por exemplo, se a casa era mesmo do Governador Marconi Perillo, se ele era proprietário dela, se ele a adquiriu de uma maneira lícita, se era patrimônio dele, se ele realmente a vendeu. E, se ele a vendeu, para quem vendeu? Qual o problema?

O que ocorre e aqui foi dito, primeiro, até antes mesmo do início dos trabalhos desta CPI – e houve uma coerência e isto é importante num processo de julgamento sério e imparcial: houve uma coerência –, é que o Governador disse desde o primeiro momento: "Eu vendi uma casa; essa casa foi vendida ao Sr. Wladimir Garcez; ele me pagou em cheques pré-datados; depositei os cheques nas minhas contas". Depois, esta CPMI, uma das primeiras pessoas que ouviu foi o Sr. Wladimir Garcez, que veio aqui e disse: "Eu comprei uma casa do Governador Marconi Perillo, paguei em cheques que eu peguei emprestado de quem eu prestava serviço, da Delta e do próprio Carlos Cachoeira" – e aí já mostrava a evidente ligação de Carlos Cachoeira com a Delta –, "peguei os cheques emprestado, paguei a casa na expectativa de levantar o dinheiro; fiz isso nos meses de março, abril e maio; e emprestei a casa" – ele nunca negou que tinha uma ligação próxima, ele Wladimir Garcez, com o Sr. Carlos Cachoeira e com o pessoal da Delta, aliás, afirmou aqui: "Trabalho para eles" –; "e emprestei a casa para ali ficar residindo a esposa do Sr. Carlos Cachoeira", disse isso textualmente. Pois bem. Informou que, não tendo condição de pagar o que havia pegado emprestado, foi buscar vender a casa. Já tinha um interessado e vendeu efetivamente para o senhor reitor de determinada faculdade, Sr. Walter Paulo. A CPI chamou esse reitor para vir: olhe, vem cá, vamos dizer aqui se isso é verdade mesmo. Ele aqui veio e disse: "Eu comprei, sim; comprei do Sr. Wladimir Garcez, recebi a escritura do Marconi Perillo, quem intermediou foi o Wladimir Garcez" – confirmou em detalhes – "paguei a ele em dinheiro; ele pediu que deixasse morando lá a pessoa para quem emprestou a casa". Ora, informou em detalhes isso. Agora, de repente, descobriu-se que a pessoa que pegou a casa emprestado, no mês de junho, e aí vai logo chegar a pergunta, contrata um arquiteto decorador para comprar mobiliário, fazer uma adequação da casa para se mudar para lá. E aí vem-se dizer o seguinte: "Então, o arquiteto acabou de comprovar que o Marconi comprou a casa, ou melhor, que o Marconi vendeu para o Cachoeira". Mas tudo havia sido dito antes com a clareza absoluta de que a casa foi emprestada para alguém ficar ali.

Pois bem. Sr. Presidente, feita essa reflexão, chegarei às perguntas ao nosso depoente testemunha, eu queria reiterar a reflexão que fiz há poucos minutos sobre a condução dos nossos trabalhos.

É claro que, para mim, é importante que a gente ouça cada um sobre quem paire qualquer dúvida. O que é inaceitável é reunir o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, reunir a imprensa do Brasil inteiro ao vivo pela televisão – já se falou que aqui estão querendo aparecer, eu não estou querendo aparecer, mas quero que o Brasil saiba, e é bom que o Brasil esteja transmitindo para que a verdade prevaleça.

Eu fiz a recapitulação e quero que qualquer Deputado do PT, do PSDB ou de quem quer que seja me coloque uma vírgula que não seja o que de fato ocorreu em termos de depoimentos e de declarações, incluindo o que o Sílvio lembrou. O Marconi trouxe o jornal dizendo: Olha, eu já queria vender a casa no início do ano; anunciei; quem se interessou foi o Wladimir; eu não tinha razão para não vender para ele; ele me pagou em cheques; eu não tinha razão para não aceitar o pagamento em cheque desde que, primeiro, os cheques fossem compensados; depositei em minha conta; não quis esconder de ninguém; agi de maneira transparente; declarei no Imposto de Renda. Pois bem. O que é inaceitável é que se reúna todo mundo para ficar discutindo aqui se o Governador de Goiás vendeu uma casa dele, de propriedade dele, e por que é que alguém emprestou essa casa para a esposa do

Carlinhos Cachoeira e ela quis decorar a casa, seja de forma extravagante ou não, comprar mobiliário.

Nós vamos discutir isso, mas nós vamos deixar de discutir os requerimentos, dos quais eu sou um dos coautores, para trazer aqui o Sr. Pagot, para trazer aqui o Sr. Cavendish, uma vez que já ficou provado, também, tanto quanto isso que eu relatei sobre a casa, que o Sr. Carlinhos Cachoeira fez tráfico de influência em favor da Delta.

O Sr. Senador teve, ontem, o seu mandato cassado em razão disso, pelo envolvimento de fazer tráfico de influência, não foi por causa de venda de casa, não foi por causa de decoração de casa. E o tráfico de influência desviou milhões de recursos dos cofres federais. E aí o Sr. Relator, eu insisto, diz: "não, não vamos convocar agora o Cavendish nem o Pagot."

Eu quero, aproveitando a minha fala, deixar um apelo a ele. Como ele tirou de pauta, que ele coloque em pauta rapidamente. O Brasil precisa desses esclarecimentos. É importante que isso venha de maneira clara, sem paixões partidárias.

E eu quero perguntar ao nosso depoente, ao nosso arquiteto, a quem cumprimento pela forma tranquila como veio e mostra que há uma coerência em tudo. Mas eu vi, inclusive, que tentaram levar V.Sª também para o caminho que, às vezes, querem fazer aqui, de torcer os fatos. Disseram que V.Sª fez uma reforma e que V.Sª sabe que ficou em quinhentos mil. Eu ouvi V.Sª respondendo que foi contratado para fazer uma adequação, inclusive, com a compra de móveis, e que, num primeiro momento, disse: "Eu não sei quanto. Quem pagou comprou, quem pagou, não fui eu."

Eu queria saber: V.Sª sabe exatamente quanto custou? Isso que se investiu foi para uma reforma ou para uma adequação de um imóvel com mobiliário? Esse mobiliário pode ser usado depois? Pode se transferido para outra residência:? Essas informações são também importantes, porque estão querendo colocar o seguinte: se incorporou definitivamente ao imóvel. Eu ouvi v falando em sofás etc.. Gostaria de saber: inclui mobiliário? É Uma reforma? É uma adequação? E o valor? V.Sª tem segurança e certeza dele?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Então, como foi mencionado pela...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEN – Ah! Desculpa. Como a Senadora em questão me perguntou se eu saberia qual o valor aproximado de uma reforma como dessas, então, eu vou falar o valor aproximado. Não tenho certeza de valores porque eu não paguei esses valores. Agora, é lógico, você pode comprovar através de notas fiscais que foram emitidas. Todo o mobiliado comprado, a não ser papel parede, que vou considerar como elemento de não reaproveitamento, tudo pode ser aproveitado. O restante – sofá, poltronas, cadeiras, tapetes, cortina, lustre –, isso tudo pode ser levado para outro local, com certeza. Já existia na casa, porque até o termo desse valor que eu mencionei, isso pode estar incluso armário planejado, que já tinha no momento. Agora, na realidade, eu dei uma tese de um valor aproximado que poderia fazer, mas eu não tenho certeza de quanto foi realmente. Não tenho em minha mão esse valores. Essa é que é a situação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Odair Cunha, Sr. Vice-Presidente, Paulo Teixeira, Sr. Alexandre Milhomem, hoje depoente, Sr. Presidente, em relação ao depoente, eu vou me abster de fazer questionamentos porque acho que o pouco que podia se obter da sua fala já foi alcançado por esta CPI. Mas eu me sinto na obrigação, hoje, Presidente – e peço licença – de esclarecer alguns fatos que aconteceram na última sessão nesta CPI.

Eu fui surpreendido com a notícia de que alguns parlamentares, vindo de uma viagem à África, teriam feito um encontro com o Sr. Fernando Cavendish, em Paris. Eu, obviamente, fui um dos parlamentares que fui à África para uma reunião da UPI, no final de março deste ano, grupo de que faço parte já há algum tempo. De semestre em semestre, visitamos um país em determinada localidade do mundo para discutir questões do parlamento no mundo.

Ao final desse encontro, que foi justamente antes da Semana Santa, parte desse grupo voltou ao Brasil pelo Oriente Médio e parte voltou por Paris. Era Semana Santa, um mês antes da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, diga-se de passagem. Isso é um dado importante.

Em Paris, estavam vários parlamentares, vindos de várias outras missões oficiais.

Em determinado dia, eu fui almoçar com o Senador Ciro Nogueira, esse, sim, meu amigo há mais de uma década. Há mais de uma década.

Eu já estou no terceiro mandato nesta Casa. Esta é a minha quarta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em todas elas – e fui companheiro de vários parlamentares que integram esta Comissão aqui –, atuei com total independência, buscando sempre a verdade dos fatos na investigação, como fiz nesta.

Queria aqui esclarecer que, em relação ao Fernando Cavendish, o meu procedimento nesta CPI foi o de apresentar o requerimento de convocação dele, não só de convocação, como, na véspera da denúncia

aqui feita pelo Miro, eu assinei junto com o Deputado Miro Teixeira a preferência para sua convocação, da mesma forma que fiz em relação ao Sr. Pagot, também objeto de um requerimento de minha autoria.

Quero aqui trazer a esta CPI as minhas passagens, tanto a de Uganda para Paris como a de Paris para o Brasil, uma comprada em dinheiro, outra comprada com milha. Está aqui, Presidente. O meu hotel, pago com o meu cartão de crédito. Está aqui. A conta do restaurante La Avenue, que é um restaurante, alguns devem conhecer, na Avenida Montaigne, famoso e extremamente frequentado por brasileiros e por qualquer pessoa que visite. Não é local para ninguém fazer reunião, seja ela de que tipo for. Nesse restaurante, o Sr. Fernando Cavendish estava e cumprimentou o Senador Ciro Nogueira, que, por acaso, é seu amigo. E nós o cumprimentamos. Antes da CPI.

Quero dizer também que acho que o Deputado Miro Teixeira atirou no que viu e acertou no que não viu. Acho que é fundamental que esta e qualquer outra CPI tenha o poder e o dever de fazer proposições. Nós não podemos, seja eu, seja qualquer outro membro da Comissão, trabalhar sempre sob a suspeita ou debaixo de uma nuvem cinzenta. Precisamos, como é feito no Judiciário, claro todos nós, a nossa atuação aqui está sujeita ao art. 254 do Código de Processo Penal, que é quem determina os casos de suspeição ou de intimidade.

Eu procurei saber e olhei, Deputado Carlos Sampaio, e não me enquadro em nenhum deles. Não sou amigo, não sou inimigo, não sou devedor, curador, cônjuge, sócio, nada, zero do Sr. Fernando Cavendish. Nem de nenhum outro investigado.

Não sou partidário, mas sabe a sociedade brasileira ou nós sabemos quais são os verdadeiros conflitos de interesse que pode haver nesta CPI. Pode haver partidários. Pode haver de sociedade. Pode haver de relação íntima. Garanto que eu não estou em nenhuma dessas citações.

Então, eu vou entregar ao Sr. Relator uma proposta para que a gente avance em relação a essa regulamentação quando da formação de uma CPI. Nós não somos juízes. Estamos juízes enquanto fazemos parte desta Comissão. Mas há questões que não dizem respeito aos juízes, mas podem dizer respeito aos membros de uma CPI, como doações de campanha de futuros investigados ou de pessoas que tenham relações com investigados, sociedade e tantas outras questões. Até um encontro fortuito com um investigado, como aconteceu comigo, antes da CPI. Será que não é fundamental que o membro comunique, que esta CPI faça o seu juízo de valor? Talvez seja.

Portanto, Sr. Presidente, eu a soltei uma nota logo depois que as noticias foram veiculadas. Acho que esclareci à CPI porque não fui objeto nem da questão de ordem que poderia ter discutido a minha suspeição. Fiquei surpreso porque o Deputado Miro Teixeira é um Deputado a quem eu sempre reputei e continuo reputando o maior respeito. Foi meu Líder. Fomos correligionários. Foi meu Líder no PDT e garanto – ele sabe disso – que, nesse tempo inteiro, jamais dei motivo para qualquer suspeição.

Vou continuar meu trabalho aqui, Presidente, com a independência que sempre tive. Minha posição em relação ao fato concreto é de convocação do Sr. Fernando Cavendish e do Sr. Pagot, como manifestei anteriormente aqui a vários membros da CPI, a Relator, a Presidente, a qualquer um que tenha me perguntado qual seria a minha opinião.

Portanto, achei importante prestar esses esclarecimentos que hoje faço a esta Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Artigo 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Mauricio Quintela, V. Exª traz à CPI documentos que recolhemos em respeito a V. Exª, mas saiba que na questão de ordem emitida por esta Presidência não constava o nome de V. Exª entre aqueles que poderiam estar sob impedimento ou sob suspeição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Artigo 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Artigo 14 meio forçado, mas eu entendo. Meio forçado, mas eu entendo que devo concedê-lo. Não houve nenhum tipo de ataque, muito pelo contrário, houve respeito, mas eu sei que a posição de V. Exª nesse momento é muito mais acadêmica com relação à CPI do que qualquer outra postura dentro do espaço de tempo que irá a Presidência lhe permitir regimentalmente: cinco minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Srªs e Srs. Jornalistas que estavam aqui naquele dia. Eu tive sim a informação de Parlamentares que tinham vindo de Uganda e se encontraram com o Sr. Cavendish em Paris. Eu até perguntei a quem me falou se havia fotografia. Diante da negativa, eu não citei aqui o nome de nenhum Parlamentar. É só buscar aqui nas gravações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não precisa, é verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não citei o nome de nenhum Parlamentar. Na minha vida pública, sabe também o Deputado Lessa, fomos companheiros de partido muitos anos, sempre trabalhamos com a verdade. Fomos oposição anos a fio ao Presidente Fernando Henrique Cardoso; nunca fui à tribuna assa-

car contra o governo qualquer inverdade; votei a favor da responsabilidade fiscal indo à tribuna defender a lei, e quando o Presidente, por uma cortesia, ligou para a liderança para me agradecer, eu disse: Presidente, não me agradeça; eu votei porque a lei é boa. E defendo a Lei de Responsabilidade Fiscal até hoje. Não citei seu nome nem o de ninguém. Se eu tivesse nomes, fotografia ou a notícia de conluio, não tenha dúvida, eu, na hora da sessão, falaria. Nós perdemos por três votos! E diante da possibilidade de argumentar com uma diferença capaz de alterar o resultado por que eu deixaria de argumentar? Não. Mas não seria justo. Eu não tinha convicção. Não tinha convicção sequer de que haviam se sentado juntos; não tinha convicção de que haviam conversado. Hoje eu sei de outros parlamentares que estavam ali em Paris numa coincidência dessas de Semana Santa e que não estiveram com o Sr. Cavendish. Pode estar com o Sr. Cavendish, pode não estar com o Sr. Cavendish.

Concordo mais uma vez com o Deputado Lessa. O que determina aqui comportamento do Parlamentar não é se ele é amigo ou se ele é inimigo; não é isso. É que se houver aquela relação a que se referiu o Presidente logo no começo dos nossos trabalhos, aquela relação de intimidade ou de interesse ou se foi um contribuinte de campanha, o nosso código de ética já determina que nós não podemos atuar, não podemos votar, não podemos relatar em muitas circunstâncias. Então essa declaração de impedimento ou argüição de suspeição como existe no Poder Judiciário também existe aqui.

Portanto, Deputado Lessa, eu desconfio que nenhum de nós tem nada a retificar. Eu acho, como disse aqui, eu vi o Valteno há pouco aqui, sou uma vítima do Valteno porque o telefone dele é muito parecido com o meu, e ele é muito solicitado, então a toda hora recebo um telefonema chamando o Valteno. Eu reclamo aqui publicamente e peço a ele para mudar o número do telefone dele. Mas eu gravei aqui fora com o Valteno uma frase: V. Exª estava no lugar errado, na hora errada, do meu ponto de vista, porque eu só soube dos nomes à tarde, quando já estava cuidando de Pagot. E quem me deu o nome foram os jornalistas. Por isso eu me referi a eles aqui no começo. Bendita liberdade de imprensa que me permite exibir esta informação verdadeira.

Porém, Sr. Presidente, isso demonstra que nós temos, Sr. Relator, temos que acabar com este dilema na Comissão.

O Sr. Relator propôs aqui o sobrestamento da votação. Ele não foi contra a convocação, ele pediu que se sobrestasse. E eu também não queria que se fixasse naquele dia a vinda do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot. E eu confirmo aqui que o correto, pelo menos é a minha convicção, é votarmos logo a convocação de Cavendish e de Pagot. Tenho certeza de que aqui estará o voto do Deputado Lessa por uma razão: ele é autor de requerimento. Ele é autor de requerimento. Seria um contrassenso ser autor de requerimento e votar contra o próprio requerimento. A data a Mesa da Comissão determinaria. Mas eu penso que nós economizaremos processo, Presidente, tempo, votando logo.

Se V. Exª puder antecipar essa sessão administrativa de quinta para quarta, eu acho que seria da maior utilidade, e nós poderíamos até discutir aquela questão processual que foi submetida ainda há pouco sobre o rito. Penso que poderíamos fazer amanhã, porque essa cena dos depoentes que não querem falar vai acabar se repetindo. Então, vamos dar um passo adiante na nossa CPI.

Compreendo a preocupação do Deputado Lessa em trazer os comprovantes, que, eu concordo, são absolutamente dispensáveis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Agora, como líder, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, não poderia deixar de, inicialmente, cumprimentar o Deputado Maurício Quintella.

V. Exª antecipou muito bem que, na questão de ordem que aqui formulamos inclusive não nos referimos ao Deputado, aliás, as informações que o Deputado prestou e o fato de ele ter sido autor do requerimento tornariam até este esclarecimento, que ele o faz pelo zelo devido à função que exerce, desnecessário. O Deputado inclusive faz uma importante contribuição. Sugere que nós resolvamos essas questões sobre a chamada arguição de suspeição, inclusive o que farei provocando a Comissão de Constituição e Justiça.

Mas o que considero mais importante a essa altura, Sr. Presidente, Sr. Relator, é encerrarmos esse mal-estar entre nós. Não há razão de termos, nem em relação ao Senador Cyro, nem em relação ao Deputado, não há razão de termos entre nós mal-estar. Ora, a não-convocação e o sobrestamento da convocação do Sr. Cavendish e do Sr. Pagot foram com uma diferença de três, dois votos. Já temos inclusive manifestações de voto que podem rever essa votação. Então, antecipemos. Façamos já nessa semana, e não na semana que vem, a reunião administrativa. Façamos amanhã a reunião administrativa.

Aliás, se o Alexandre Milhomem me permite, mesmo tendo votado a favor, não sei por que o senhor está aqui. Com duas ou três perguntas, no início, perguntando para o senhor desde quando o senhor via a Srª Andressa morando naquela casa, perguntando para o senhor como era, quem dava mais palpites na

tal decoração, inclusive no papel de parede, se era Andressa ou se era o Cachoeira, perguntando quando o senhor tinha visto ele entrando na casa, essas três perguntas básicas, no começo do seu depoimento, resolveria, poderia possibilitar que o senhor fosse para casa mais cedo e não passasse a tortura que sempre passamos aqui de estarmos até esta hora sem almoçar. V. Exª é uma testemunha aqui. Não há nenhum indício sequer contra V. Exª. Bastavam duas ou três perguntas. Quem quisesse pedir alguma consultoria sobre a decoração da parede falaria com senhor por fora ou seria um cliente do senhor, mas não manter o senhor até agora nesta CPI. A gente poderia ter dispensado o senhor nas perguntas do Relator e, em seguida, já ter feito uma sessão administrativa para fazer esta CPI andar.

Essa CPI está naquela máxima, parodiando a música do Engenheiros do Havaí, que canta: "Preste atenção no que eles dizem, mas eles não dizem nada". Estou prestando atenção no que a CPI está dizendo, e a CPI, hoje, não disse nada. Então, dê o próximo passo. Não avançou, por uma razão: todos nós, aqui... Olhemos ao redor, até a imprensa, que costuma nos acompanhar, até os fotógrafos que se digladiam, aqui, por um espaço, hoje já foram para casa mais cedo. Olhemos ao redor, vejam a CPI, vejam como está esta sala. Enfadonha! Fica aí um clássico, um Fla-Flu da clássica disputa entre o PT e o PSDB, e não vamos adiante, investigando. Assim, esvaziamos... Não é esse o caminho desta CPI. Esta CPI, Sr. Presidente, tem que dar o próximo passo. Sabemos qual é o próximo passo e estamos com medo de seguir em frente.

O próximo passo é a empresa Delta, cujos sigilos que estão aqui já mostram as conexões do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, já mostram as conexões de outros governos, de outras prefeituras de outros Estados, os depósitos existentes, os depósitos que chegam, por fim, na Alberto&Pantoja, Brava e JR. Então, em relação a Goiás, já sabemos. Já há elementos para o Relator indiciar quem tem de indiciar em Goiás, pedir autorização ao STJ de quem tem de pedir. Em Goiás, está resolvido.

Vamos avançar, CPI! Vamos! É bom esta sala aqui cheia de parlamentares se digladiando para falar! É bom esta sala aqui com a imprensa atenta e com a opinião pública querendo saber concretamente aonde esta CPI vai, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrou o tempo de V. Exª. Obrigado.

O próximo inscrito é o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Bom dia, Sr. Alexandre, Presidente, Deputados.

Sr. Alexandre, o senhor mora no Estado de Goiás há quanto tempo? O senhor, hoje, reside em que cidade? *(Pausa.)*

Desculpa, Presidente, é porque o microfone está desligado.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, é o seguinte: a minha residência oficial é em Palmas, Tocantins, por questões de estratégia de localização, porque eu trabalho em uma região. E me divido entre uma semana, em Goiás, e uma semana, em Tocantins.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

O senhor já tinha ouvido falar... O senhor foi muito claro, aqui, quando disse "não conhecia, até então, o Sr. Carlos Cachoeira." Antes de prestar esse serviço, esse trabalho, o senhor já conhecia o Sr. Carlos Cachoeira de ouvir falar?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, nunca ouvi falar nele antes, inclusive, quando eu ouvi o nome, depois é que fui realmente entender. Mas eu não o conhecia antes, nem de encontrar com ele.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

O primeiro contato, então, foi com a Srª Andressa.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Andressa Mendonça. Depois estive com ele; depois que encontrei com a Andressa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor passou a conhecer o Sr. Carlos Cachoeira a partir do momento em que conheceu a Srª Andressa. Ela é que apresentou o senhor ao Sr. Carlos Cachoeira?

Deixando claro aqui, repetindo as palavras do Sr. Randolfe, que não pesa sobre o senhor qualquer tipo de suspeita, muito pelo contrário. É única e exclusivamente para auxiliar no processo das investigações.

Ela foi quem apresentou o Sr. Cachoeira ao senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, foi ela. Após conhecê-la, depois me apresentou. Eu o conheci em outro momento, mas como Sr. Carlos, nem foi como Cachoeira.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor lembra desse momento em que o senhor foi apresentado ao Sr. Cachoeira? Onde foi? De que forma foi? Foi dentro da própria casa, da residência em que a reforma foi realizada?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Foi numa loja em que eu estava. Marquei encontro com a cliente, porque acabo indo às lojas em Goiás para atender. A gente se conheceu nesse momento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

Mas, nesse momento, foi um encontro casual ou foi apresentado pela Srª Andressa ao Sr. Cachoeira?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Depois de desenvolver o projeto, já que ela me passou todas as

informações, eu estive com ele para mostrar a primeira ideia do projeto do que seria a casa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Da casa que não se concretizou?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Da casa que não concretizou, que estava só em estudo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito!

Uma pergunta que queria fazer ao senhor, Sr. Alexandre: naquele contato telefônico da interceptação que está aqui registrada, no período de maio, o senhor estabelece uma fala, um diálogo, com o Sr. Cachoeira, inclusive anterior à possível reforma da casa, que teria acontecido no mês de...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Em junho, começou a reforma. Ela mudou em julho. Ficou pronta em julho.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A reforma foi feita em junho. O senhor sabe, o senhor lembra do que se trata essa conversa que o senhor teve com o Sr. Cachoeira, no mês de maio, dizendo que pessoas precisavam entrar no condomínio? O senhor lembra exatamente do que se tratou essa conversa? O que foi essa conversa do mês de maio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Essa conversa eu ouvi, aqui, através do Relator, que me falou a informação, mas eu precisava entrar com essas pessoas no condomínio para mostrar uma casa, que eu não sabia o endereço, como é mencionado, e onde era. Porque, até então, eu estava com a ideia de fazer uma casa nova para eles.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Ser feito nesse mesmo condomínio?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Nesse mesmo condomínio.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E o senhor conheceu o Sr. Cachoeira em que mês? O senhor consegue se lembrar disso?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Acredito que seja fevereiro, março. No começo do ano.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Em fevereiro, março, conhece; em maio, vai entrar na casa para fazer uma avaliação do projeto, daquilo que teoricamente vai ser feito; esse projeto não acontece. Aí, exatamente no mês de junho, o senhor realiza a reforma na casa em que eles estavam?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – É... Essa reforma é entre aspas, igual foi mencionado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque não considero uma reforma a decoração.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Claro.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque os termos são confundidos, então, realmente, reforma eu considero quando existe uma modificação de estrutura física. Não esteve. Não teve.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Então, a conversa do mês de maio foi para fazer uma avaliação do terreno onde seria construída a casa em que o senhor trabalharia e que acabou não acontecendo?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, foi me dada agora pelo Relator a informação, mas, precisamente, a ideia foi ver uma casa que eles iam comprar ou iam alugar, e eu levei, realmente, o pessoal que trabalha comigo para verificar, mas não lembro exatamente se seria para essa casa que eu fiz, não. Seria para uma outra situação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A Srª Andressa, em algum momento, chegou a comentar com o senhor que aquela casa não era dela? Ou ela tinha como se a casa fosse dela e do Sr. Carlos? Ela chegou a fazer essa citação?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, ela... Sempre foi bem claro que a casa era emprestada, e era por um período "xis"; nunca foi colocado como "minha casa". Inclusive, se fosse dela, realmente seria outra categoria de casa, pode ter certeza.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

Outra categoria por quê?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Porque ela faria um investimento muito maior: trocaria piso, trocaria... Por exemplo: conhecendo a cliente, através do conteúdo, ela jamais ia morar em uma casa que tivesse vidro temperado, igual tem lá, por exemplo, entendeu?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

Sr. Alexandre, o senhor disse que, para que um cliente possa ter um desdobramento positivo, ele tem que passar a ter uma relação de natureza pessoal. A pergunta que faço ao senhor é: depois do estouro das investigações, em que o Sr. Carlos foi preso, o senhor teve mais algum tipo de contato com a Srª Andressa, depois desse acontecimento?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Sim, tive encontros profissionais, sim, com certeza.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Esses encontros profissionais trataram de que, depois, especificamente, da prisão do Sr. Cachoeira? De que trataram esses encontros?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Ela teve que alugar uma casa provisória enquanto acontecia tudo isso, porque a casa em que eles estavam, ele tinha sido preso. Então, acabei tendo que montar uma outra casa para eles morarem, provisoriamente, ela morar, enquanto acontecesse toda essa situação que está envolvendo a cliente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O último encontro que o senhor teve com ela o senhor se lembra de quando foi?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu acredito que... Eu estava no Tocantins ontem, acho que pode ser duas semanas atrás ou semana passada. Porque eu fico uma semana em Goiás e uma semana no Tocantins. Então, acredito que a última visita que eu fui foi há duas semanas ou há uma semana, mais ou menos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E ela já sabia que o senhor viria prestar um depoimento aqui nesta CPMI? Chegou a falar sobre esse assunto com o senhor?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, na realidade, assim, não existe, por exemplo... Se eu mencionei, por tempo, mas não existe nada que eu não poderia vir aqui como arquiteto e falar a respeito, tanto que...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas chegaram a conversar sobre esse assunto, na conversa que tiveram?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não, não foi comentado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não chegaram a conversar. Perfeito.

Para finalizar, mais algumas perguntas que eu queria fazer para o senhor.

Em relação à Srª Andressa, o senhor falou que a ganhou como um amigo, com uma intimidade, para que os trabalhos pudessem ser continuados. Em algum momento, houve um consolo da parte do senhor, no contato que teve com ela, a partir do momento em que o companheiro dela ainda está custodiado? Ou seja... É claro, é algo que abala qualquer família, qualquer pessoa. Foi comentado esse assunto na conversa que os senhores tiveram a possibilidade de ter? Ela está abalada?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu seria sem educação se eu não chegasse nela e cumprimentasse pelo momento difícil que ela está vivendo, porque, realmente, é um momento difícil. E aí o que é, o que não é... Mas, assim, eu, com certeza, comentei, pela situação que ela estava vivendo. Então, até como profissional. E, na realidade, essa questão de amizade que o senhor está comentando, eu mencionei aqui para todo mundo que, no meu trabalho, eu tenho que ter o conhecimento de como funciona a cliente, no seu dia a dia, senão, eu não consigo fazer um *design* de interiores. É diferente de fazer um prédio comercial.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Claro.

Esse assunto, então, nem foi comentado no encontro que vocês tiveram?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu sou o seguinte: eu sou muito discreto no meu trabalho...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Claro.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – E, se eu não conseguir agregar, eu prefiro ficar calado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Bem objetivo.

A pergunta que eu queria fazer para o senhor agora é a seguinte: depois que o senhor começou a trabalhar para a Srª Andressa e para o Sr. Carlos, a partir de um determinado momento, houve o conhecimento de que se tratava de uma personalidade conhecida no Estado de Goiás. Em algum momento, o senhor passou a saber quais eram as atividades desenvolvidas pelo Sr. Carlos Cachoeira, ou isso nunca passou pela cabeça do senhor, ou não houve nenhum comentário de terceiro, ou alguma conversa telefônica, em que, porventura, alguém tenha dito que se tratava do Sr. Carlos Cachoeira e das suas atividades? Isso aconteceu em algum momento?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, no momento em que foi visto eu fazendo uma casa para ele, com certeza, houve comentários a respeito disso e daquilo. Mas não é o meu objetivo. Como arquiteto, minha função não é essa; minha função é executar o projeto que eu fui contratado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – É executar o trabalho...

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – E, na realidade, eu tenho como característica própria ser muito discreto com meus clientes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Eu tenho vários clientes famosos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Claro.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Não só como ele, que é um cliente que está aí mencionado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Agora a última pergunta: houve alguns comentários, que, claro, o senhor é uma pessoa discreta e estava lá para o cumprimento do seu trabalho. Entre esses comentários, inclusive, possíveis comentários em ligações telefônicas, houve alguma indicação de que o Sr. Carlos Cachoeira tinha algum tipo de atividade de natureza ilegal? Isso em algum momento foi comentado com o senhor, de repente por alguma ligação telefônica, inclusive, em que possa estar registrado? Isso efetivamente aconteceu?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, houve brincadeiras em cima disso tudo, mas eu não dei atenção. Realmente eu achava que não era minha obrigação como arquiteto realmente ter essa situação

definida. A minha obrigação era realmente responder o que fui contratado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Obrigado, Sr. Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo inscrito é o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadores e Senadoras, eu considero que a vinda do nosso arquiteto aqui, do arquiteto Alexandre, é muito importante e acho que ele conseguiu esclarecer uma série de questões hoje. Já quero, de antemão, agradecer a presença do arquiteto e dizer para o nosso arquiteto, o Sr. Alexandre, que V. Sª não está sob investigação, não concordo que tenha que se abrir a conta de V. Sª só porque recebeu um cheque da Pantoja, como não acho que nós deveremos quebrar o sigilo de outras empresas só porque receberam um cheque da Pantoja.

V. Sª só caiu em uma contradição aqui, que seria importante para esclarecer. O que V. Sª disse: em julho, V. Sª entregou o trabalho da casa, para a qual quem o contratou foi a esposa do Sr. Carlos Cachoeira; que ele começou essa discussão com V. Sª em fevereiro, mas que era para uma outra casa, que o senhor nem lembra qual era, nem lembra exatamente o local e que não fez a planta, mas V. Sª recebeu um pagamento, em março, de R$10 mil da Pantoja. Então, não poderia V. Sª estar trabalhando para uma casa que V. Sª nem se lembra onde é o endereço direito ou onde foi. Então, esse pagamento, certamente, já foi pelo trabalho que V. Sª fez de decoração.

Aqui, nesta CPI, o dono da Mestra disse que havia emprestado, por dois meses, essa casa para o Sr. Carlos Cachoeira. Eu não acredito – e aqui eu quero dar razão ao Relator, infelizmente vários Senadores, vários Deputados não estão aqui, claro que dá direito de retificar, eu estou dizendo da única contradição em que ele caiu. Eu não acredito que alguém que vá ficar dois meses numa casa gaste 550 mil, em números aproximados como disse V. Sª, para fazer decoração – 50 mil para um arquiteto mais 500 de móveis, e aqui os Deputados não foram leais no debate com o Relator, quando vieram falar de papel de parede. Não se trata disso. Trata-se de 550 mil para ficar dois meses. Ninguém faria isso, mesmo um homem rico, que ganhava dinheiro de forma fácil e fraudulenta como o Sr. Carlinhos Cachoeira.

Então, aquela casa tem todos os indícios de que o Governador Marconi Perillo vendeu para o Carlos Cachoeira e aqui está voando R$1,4 milhão que não estão muitos esclarecidos, porque o dono da Mestra pagou R$1,4 milhão em julho e os cheques foram antes também de R$1,4 milhão. É coincidência, pode ser uma casa de 2,8 milhões, e parece que aquela casa não valia, ou pode ser dinheiro de outras coisas.

Isso cabe a CPI e a todos nós avaliarmos.

Eu acho também – usando um termo forte – uma deslealdade, com a CPI e com todos nós, um Senador ou um Deputado chegar aqui e dizer: "Não sei por que o senhor está aqui". O Deputado Miro foi muito feliz: "Por que o senhor está aqui". Houve um requerimento, e nenhum aqui foi forçado a votar a favor, seria uma atitude simples, somente destacar que incluía a oitiva de V. Sª.

Então, foi consenso nesta CPI que V. Sª viesse aqui. Quem não gostou, que queria falar para marcar uma posição, ou para polemizar com o Relator, ou para se dizer puro, não pode usar esse argumento; use outros, porque a convocação de V. Sª foi votada por todos os Senadores, inclusive aqueles, Senadores e Deputados, que disseram que é uma perda de tempo V. Sª estar aqui.

Segundo, o mesmo se aplica às pessoas que foram convocadas. Existe um problema real em Goiás. Nenhum governador tem cheques não explicados na conta, e agora a Deputada Íris trouxe uma notícia extremamente grave: a Srª Rosane Puglisi se declarou como laranja porque ela informou a um jornal – e V. Exª já fez um requerimento para ouvi-la, é importantíssimo –, ela declarou a um jornal que o Carlos Cachoeira pediu para ela que permitisse depositar na sua empresa um 1,4 milhão e, desse 1,4 milhão, foram dados três cheques assinados por ela e pelo sobrinho do Cachoeira.

Então, há uma questão aqui ainda importante que foi esclarecida hoje.

Eu sou daqueles que acha que a CPI está andando bem; nós estamos dando consistência, e muita, ao trabalho já apresentado pela Polícia Federal, estamos debatendo temas importantes que vão ajudar a desmantelar a organização criminosa. O que é que nós não podemos fazer aqui? É a devassa, o proselitismo pueril ou ações que não tenham função com o objetivo do foco da CPI.

Esta CPI não foi feita para investigar contribuições de campanha, nem do PSDB, nem do PT, nem seja lá de quem for, como também não foi feita para fazer uma devassa generalizada por todos que sejam citados. Aqui já apareceu até requerimento para ouvir a Presidente Dilma. Mas isso fica por desacertos e descaminhos fora de propósito.

Esta CPI não pode perder o foco, como bem disse o Relator. Qual é o foco? A organização criminosa que se infiltrou em alguns governos, em particular com grande impacto no Governo de Goiás; fazia espionagem política; espionagem empresarial; corrupção de

agentes públicos, e vários crimes conexos, inclusive com seqüestros já denunciados nesta CPI.

Então, nós temos muito tempo. Tem mais de cem dias esta CPI, e nós vamos avaliar e vamos chegar a fundo.

V. Sª pode dar uma grande contribuição hoje, além da que já deu, além da que já deu, que é precisar o seguinte: pelo que entendi, V. Sª começou a trabalhar na casa do Governador Marconi Perillo. Então, em nome do Governador Marconi Perillo, mas que já estava sendo discutido pelo Cachoeira para organizar a casa para criar um ambiente para a esposa dele morar, muito antes de julho, a partir de fevereiro. E, a partir de março, V. Sª recebeu o primeiro pagamento.

Essa foi a única contradição em que eu acho que V. Sª, como testemunha, caiu aqui. Não de propósito, como bem disse o Miro, porque o trabalho na casa começou antes. Tudo indica que a casa já era do Cachoeira, mesmo antes da compensação daqueles cheques, porque V. Sª recebeu o primeiro pagamento em março, e teve lá, como V. Exª bem disse V. Sª. Então, essa para mim foi a única questão que não ficou claro. Eu acho que V. Sª pode retificar e deixar claro aqui para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o depoente.

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, eu acho que o senhor confundiu as informações...

Por favor, na realidade, eu acho que o senhor confundiu as informações, mas eu vou repetir como funcionou. Na realidade, para essa primeira casa para que fui contratado, mais ou menos em fevereiro e março, existe um projeto. Existe uma planta 3D, que foi feita e, por e-mail, enviada para Srª Andressa, comprovando a planta pronta já e aprovada. Então, esse pagamento de cinco parcelas de R$ 10 mil não foi para a casa que hoje é citada do Marconi Perillo, mas, sim, para uma casa nova que eu fui contratado para fazer no começo de fevereiro de 2011. Eu só tive conhecimento desta casa em questão aqui nesta assembléia a partir do mês de junho. Não foi a partir do mês de março. Eu já tinha praticamente recebido... quase finalizado as parcelas que eu tinha combinado com a primeira casa.

O que ocorreu foi que, como o primeiro projeto não tinha sido finalizado, ele ficou apenas no anteprojeto, que é uma planta baixa, um estudo, e o 3D, que é o visual para a gente aprovar, eu mesmo que transferi... Aí foi avisado que essa casa não seria mais construída. Mas eu sabia onde era o lote. Sabia. A informação que eu tinha, e fiz a casa... A casa, depois eu fui informado que era uma casa emprestada, que foi a partir de julho, para eles morarem o tempo que fosse necessário. Essa sim.

E este valor que foi mencionado, mais uma vez, por você de R$ 550 mil, eu falei, antes, que é um valor estimado. Não falei que era esse valor. Inclusive eu já vi aqui na mídia que saiu errado em nível de Brasil. Eu queria aproveitar o momento para falar que não é verdade a informação que foi colocada. A verdade... Eu falei que era um valor estimado desta casa e que pode incluir armário planejado, que já tinha na casa, pode incluir sofá.

Também quero retificar para vocês que todos os móveis que estavam lá são da cliente. Ela poderia levar para onde ela quisesse. Não fazia parte desse imóvel.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o último inscrito é o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) **–** Sr. Presidente e Sr. Relator, quero primeiramente dizer ao depoente Alexandre Milhomem que as considerações que vou fazer agora não tem nada haver com V. Sª.

Na minha visão, a irrelevância do depoimento, para esta CPI, da oitiva do Sr. Alexandre se contrasta com a relevância de todos aqueles depoimentos que poderiam contribuir com esta CPI, de maneira clara e objetiva, e que, por uma decisão equivocada de se liberar aqueles que detêm *habeas corpus* ou que se valem do direito constitucional de ficar calado, de acompanhar e ouvir os questionamentos desta CPI... Isso demonstra claramente que nós temos que revisar esse procedimento.

Eu defendo que aqueles que vêm aqui na condição de testemunha têm o direito de calar, porque a Constituição assim lhes garante. Agora, a história de uma investigação parlamentar é feita inclusive do conflito que nós presenciamos hoje aqui, porque sobre diferentes fatos pode haver mais de uma verdade possível. É do duelo das histórias que se estabelece no plenário de uma CPI que nós chegamos ao relatório final, como muito bem demonstra a CPI dos Correios, que foi uma CPI de múltiplos conflitos, mas, quando sobrepomos o relatório das CPI dos Correios de Osmar Serralho com o relatório da Procuradoria-Geral da República, de Antonio Fernando de Souza, eles são coincidentes em 98% dos pontos e das vírgulas.

A outra questão que evidencia hoje a irrelevância do depoimento do Sr. Alexandre é a carência – e gostaria que o Sr. Relator atentasse ao que digo – de que nós formalizemos aqui as sub-relatorias. O depoimento que V. Exª considera relevante, mas que a CPI toda, na sua ampla maioria, considerou irrelevante, do Sr. Alexandre, poderia estar muito bem contido dentro de uma sub-relatoria. Portanto, já temos um volume imenso de pessoas convocadas e um prazo que, na medida em que o tempo for correndo, vai se estreitando.

A elaboração de sub-relatorias visaria a dar agilidade à CPMI, e guardaríamos as reuniões com o plenário pleno, como fizemos hoje, para aquelas testemunhas que realmente possam contribuir com o eixo principal da investigação. Ninguém vai me convencer de que quem fez a decoração da casa da mulher do Cachoeira é eixo principal de investigação. Isso é inadmissível! E, guardadas as proporções, as referências feitas pelo Deputado Carlos Sampaio são pertinentes, porque nos expuseram num limiar que beirou o ridículo, na manhã tarde de hoje que esta CPMI está vivendo.

Então, quero reiterar, porque, aqui, não tenho compromisso com "a", com "b" ou com "c", reiterar o que coloquei na minha primeira fala, hoje, de manhã, aqui: que o Sr. Presidente havia determinado que fizéssemos a decisão, hoje, à tarde. Como a CPMI esvaziou, pela irrelevância do depoimento, quero propor que, amanhã de manhã, às nove e meia da manhã...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) **–** Não, não tem nenhuma... Eu já disse ao Sr. Alexandre... A consideração que faço não é em relação ao profissional que está aí, que merece todo o nosso respeito; é ao testemunho, ao objeto e à CPMI.

Amanhã de manhã, façamos uma reunião administrativa, ainda antes das oitivas, para que possamos mudar o critério que, até então, utilizamos, para que testemunhas relevantes possam permanecer, aqui, e ouvir, sim, as ponderações do Relator; ouvir, sim, as nossas ponderações; as investigações que fazemos com as nossas equipes. É preciso construir o acerto investigativo desta CPMI, até para permitir, lá na frente, que o Sr. Relator faça o relatório que lhe cabe e que possamos fazer nossos votos separados, com a linha investigativa que cada um, juiz que é nesse momento, possa apresentar e, depois, fazer chegar à Procuradoria Geral da República.

Queria também lembrar que, amanhã de manhã, nessa discussão, deveríamos, sim, trazer de volta a votação do sobrestamento da convocação do Sr. Fernando Cavendish e do Sr. Pagot, para que a CPMI, de uma vez por todas, fizesse a convocação, que, combinadamente com a administração da CPMI, se exerceria, ou no final do mês de julho ou no início do mês de agosto. Não há pressa, mas há necessidade de se fazer. Isso é imperioso.

E, agora, queria trazer aqui a análise do movimento, por exemplo, da Alberto&Pantoja. Dos – vamos falar em números redondos – R$25 milhões recebidos pela Alberto&Pantoja, 99,4% vieram da Delta. É inadmissível que os bancos entreguem o sigilo, aqui, e, desses R$25 milhões, tenhamos R$5 milhões, em números redondos, para não revelar o número preciso, onde não há identificação, Sr. Presidente. Existem saques de R$1 milhão feitos na conta da Alberto&Pantoja, dinheiro que saiu da Delta e que não tem identificação. Saque? Transferência? Não se sabe.

Nós já tivemos acesso a um conjunto de dados onde existem relações com prefeituras. O Sr. Relator vai identificar o que estou dizendo. O dinheiro sai para a Delta e a Delta devolve para a prefeitura. Um valor expressivo! Como que se lê isso? Que negócio é esse de o prestador de serviço devolver dinheiro para a prefeitura? Estou apenas trazendo um dado.

E a outra coisa importante, segundo disse aqui o Deputado Vaccarezza: a proprietária da Excitant diz que recebeu R$1,4 milhão na sua conta para pagar. Bom, já temos identificados R$650 mil, que saíram da conta da Alberto&Pantoja, que foram depositados pela Delta e que foram para a Excitant. Quer dizer, então, que quem comprou a casa já não é mais nem quem disse que comprou. Foi a Delta que comprou a casa? Porque o dinheiro veio da Delta.

Então, me parece extremamente relevante que, primeiro, a CPMI disponibilize aos Parlamentares que estão debruçados sobre os dados técnicos, como está aqui demonstrado, que um servidor do Banco Central possa dirimir as dúvidas técnicas que a nossa equipe técnica tem. Isso é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto: a CPI tem que oficiar o Banco Central para que, por exemplo, os bancos, quando informam, façam no mínimo uma revisão da informação enviada a uma comissão parlamentar de inquérito. O Parlamento só vai ganhar respeito quando ele se der ao respeito. E nós não podemos admitir que bancos de porte do HSBC, do Banco Real, do Banco Safra – estou dando nome de propósito – brinquem com uma comissão parlamentar de inquérito. Eu já vi isso no passado. Eu vi, no passado, o Banco Rural; eu vi, no passado, o banco BMG tentar tapear uma CPI, lá na CPI dos Correios – eu não me esqueço das coisas.

Então, eu quero chamar atenção para a gravidade do que está ocorrendo. Uma comissão parlamentar de inquérito é uma das instituições mais importantes como salvaguarda da democracia no País, porque permite uma investigação plena. O Banco Central não pode permitir, e as diretorias dessas instituições... Não pode, sequer, haver a suspeição de manipulação de dados. E, do jeito que a coisa está chegando para nós, é lícito que eu possa suspeitar de que dados estão sendo manipulados. A mando de quem, a interesse de quem, isso eu gostaria de saber. Mas a CPI não pode se conformar com a falta de seriedade com que algumas instituições bancárias estão tratando o Parlamento brasileiro.

Quero, inclusive, dizer isso em salvaguarda ao próprio trabalho do Sr. Relator e da sua assessoria técnica, que não pode produzir relatórios, como muitos querem, se não tiver os dados com confiabilidade e, principalmente, os dados com critérios técnicos adequados.

Então, eu concluo, Presidente, pedindo para que a CPI reitere ao Banco Central, e para que o Banco Central disponibilize mais um ou dois técnicos, porque os dois técnicos que vieram, pela informação...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...que tive – e concluo com isso, Sr. Presidente –, estão à disposição, lá no Prodasen, para fazer a compatibilização das informações. Agora, a assessoria técnica do meu partido é competente, mas, em alguns momentos, lhe faltam conhecimentos específicos, e aí, nós temos que ter um período, seja de um mês, dois meses, em que técnicos do Banco Central estejam à nossa disposição para que essa investigação funcione.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, agora, ao relator para suas conclusões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas quero, mais uma vez, agradecer ao Sr. Alexandre Milhomem, que, data vai, data vem, de alguma forma, V. Sª afirma que a decoração da casa, a compra dos móveis se deu no mês de junho. De qualquer forma, o mês de junho é antes da efetivação da compra da casa pelo Sr. Walter Paulo e da transferência da escritura dessa casa.

Mas é claro que as datas são variadas, e como nós temos aqui as interceptações telefônicas, eu queria ler três interceptações telefônicas para... Nesse quesito, pode parecer que, em junho, confirma também a tese de que a Srª Andressa já morava naquela casa, mesmo antes de ela ser vendida para o Sr. Walter Paulo, e que teria gastado naquela casa algo em torno – estimado por V. Sª – de R$500 mil.

Há interceptações da Polícia Federal também, do dia 6 de julho, que dão conta de que Carlos Cachoeira... Aliás... Exatamente, dia 6 de julho. Dão conta de que Carlos Cachoeira quer vender a casa sem os móveis, ao que Walter Paulo teria insistido em comprar a casa com os móveis, no dia 6 de julho. Ou seja, antes, a casa já tinha os móveis e já tinha sido decorada por V. Sª.

No dia 3 de maio, o senhor conversa com o Sr. Carlos Cachoeira, e ele diz... V. Sª tem razão quando traz aqui, e eu acredito na versão que V. Sª traz de fazer a planta de uma nova casa, mas é que, no dia 3 de maio, Carlinhos Cachoeira diz para V. Sª: "Eu tenho um trabalho para você ali, ta? Para você decorar e fazer para mim." No dia 3 de maio.

No dia 13 de maio, o senhor diz a Carlos Cachoeira: Eu marquei com a sua assessora, lá, na sua casa, para ver a questão dos móveis. E ela já quer ver a questão das cores da casa, não é? Aí eu falei que comecei a mexer no telhado, dar a manutenção, e que, segunda feira, ia fazer a parte da pintura." Carlinhos: "Deixa eu dar o Ok aqui. Deixa eu ver aqui o que eu te falo." V. Sª: "Está bom. Diga para que falar que já comecei a obra, a mexer lá tudo. Aí você me avisa. Tá bom?" "Tá." "Obrigado."

No dia 14 de maio, no dia seguinte, em um diálogo com V. Sª e Carlos Cachoeira, o senhor diz: "Eu te liguei porque eu falei com a sua assessora. Ela disse que deu o Ok para começar, segunda-feira, lá, na pintura. Carlinhos: "Pode ser." V. Sª: "Pode continuar? Tudo certo?" "Pode. Pode continuar. Tá bom."

Ou seja, em maio, V. Sª já recebe de Carlos Cachoeira a autorização para pintar, para decorar. Como V. Sª fala que foi em junho, eu queria só rememorar aqui, do ponto vista mais preciso, as informações aqui para V. Exª. Tem V. Sª alguma coisa a acrescentar nisso que acabei de dizer?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Na realidade, o que eu mencionei antes foi que, em junho, eu fiz as compras e que, em julho, eu montei está casa, mas que eu não tinha, por exemplo, data precisa. Foi isso que eu falei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em maio, então, o senhor teve contato com ele?

O SR. ALEXANDRE MILHOMEM – Agora, você está acabando de me falar. Você aí, pela gravação que eu nem tenho acesso, que está me falando, mas, assim, na realidade, que eu lembro, eu, Alexandre, é que comecei a mexer na casa em junho. Agora, data precisa, realmente eu não tenho conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De qualquer forma é antes da venda da casa ao Sr. Walter Paulo, que evidencia mais uma vez que quem adquiriu esta casa foi o Sr. Carlos Cachoeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião. *(Pausa.)*

Antes quero agradecer ao Sr. Alexandre Milhomem pelas contribuições que deu à elucidação dos fatos atinentes ao objeto desta CPMI. Muito obrigado ao senhor. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 17ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião realizada em 27 de junho de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Benedito de Lira (PP/AL), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados**: Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Iracema Portella (PP-PI), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ). **Deixaram de comparecer os Senadores** Humberto Costa (PT-PE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO), **e os Deputados** Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Paulo Foletto (PSB-ES) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros: os Senadores** Cyro Miranda (PSDB-GO), Mario Couto (PSDB-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) e o Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE). O senhor Jayme Eduardo Rincón, convocado pela segunda vez, deixou de comparecer ao seu depoimento apresentando como justificativa atestado médico. A senhora Eliane Gonçalves Pinheiro, compareceu amparada pelo HC 113.862 e exerceu seu direito de permanecer em silêncio. Em seguida, transcorreu a oitiva do senhor Luis Carlos Bordoni, acompanhado por seu advogado Alex Araujo Neder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São 10h35m. Eu solicito a V. Exªs que assomem os seus lugares. Peço à assessoria dos Srs. Parlamentares para tomarem as suas posições. Solicito aos companheiros de imprensa para acessarem o restrito espaço que têm.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 16ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à oitiva das testemunhas.

Antes, atendendo a uma determinação desta Presidência, em razão de provocação do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, Líder do Democratas na Casa, e por definição do Presidente Paulo Teixeira, ontem ainda, ao final da reunião, a Presidência inicia esta reunião submetendo à apreciação do Plenário...

E peço a atenção de todos e peço, inclusive, às bancadas, às lideranças de bancada que apressem a presença dos seus representados para comparecer à Comissão.

E rogo novamente à preciosa ajuda do meu Presidente Paulo Teixeira para comigo coordenar este trabalho na listagem dos Parlamentares que vão falar em defesa das teses, tanto pela Casa Câmara como pelo Senado.

E V. Exª tem se tornado um especialista na acuidade visual e na percepção semiótica dos Srs. Parlamentares.

Então, a Presidência submete à apreciação do Plenário o rito que foi contestado e que já tem sido estabelecido.

E aí um breve histórico que tem sido praxe desta Comissão na oitiva dos depoentes: a Comissão estabeleceu, atendendo a uma questão de ordem, que a regra, fazendo uma analogia de certa forma com os Códigos de Processo Civil e Penal... A Comissão estabeleceu que, para economia procedimental, tendo em vista experiências já na Comissão acontecidas, nós não iríamos ficar aqui fazendo interrogações ou questionamentos para depoentes quando esses depoentes, a cada questão, permanecem invariavelmente em silêncio, usando as suas garantias constitucionais. Quando a Presidência tão logo perguntasse ao depoente se esse permaneceria em silêncio, usando aquelas suas atribuições que a Constituição Federal lhes garantia, a Presidência imediatamente dispensaria a testemunha ou o depoente. Isso vale para quaisquer

testemunhas ou depoentes que estejam sentados ao meu lado. Repito: qualquer uma. Do mais simples ao mais importante. De qualquer cor.

Por outro lado, V. Exªs tão bem sabem, como eu, que também detém o direito, a prerrogativa e a garantia, de igual modo, por serem juízes, estão aqui nesta condição de questionar a testemunha. E o papel de V. Exªs é questionar a testemunha, embora a testemunha permaneça em silêncio e reedite essa garantia a qualquer indagação que V. Exªs possam fazer no curso de dez minutos que têm para interrogar a testemunha. Então, ficamos num impasse. Ficamos numa situação em que, provocado por V. Exªs, agora nós vamos decidir o rito definitivo – eu repito aos senhores: definitivo – para sequenciar os trabalhos desta Comissão. Mantendo-nos da forma como estamos, repito, colocarei o rito que estamos fazendo ao julgamento de V. Exªs. Colocarei o rito que estamos fazendo, ao julgamento de V. Exªs.

E tenho, repito, a minha posição pessoal, V. Exªs sabem qual é, mas colocarei o rito que estamos fazendo, qual seja, trazer a testemunha. Se a testemunha estiver usando as suas prerrogativas constitucionais, nós liberaremos. Mas se V. Exªs, por uma decisão colegiada, eu haverei de respeitá-la.

Por isso, feita esta preliminar, de forma bastante didática, eu passarei a ouvir dois representantes da Casa Câmara dos Deputados e dois representantes da Casa Senado Federal. Um falará a favor do rito posto atual, que é o rito atual, e outro falará contra o rito posto, que é a mudança do rito para que, mesmo a testemunha, utilizando-se das suas garantias, possa ficar aqui presente pelo tempo que for necessário, para que os senhores possam colher dessa testemunha algum tipo de colaboração, ativa ou passiva, propositiva ou não, mas que seja resultante de um debate que V. Exªs tentem, ou um diálogo que V. Exªs tentem manter com a testemunha.

Feitos esses esclarecimentos, peço a colaboração dos senhores e passo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira, para levantar os nomes dos que vão defender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu colhi aqui, eu não sei ainda das posições, mas quem eu colhi para a defesa do rito atual – e aí consulto se está correto – o Deputado Leonardo Picciani e o Deputado Carlos Sampaio, do rito atual. Da mudança de rito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª se sente representado?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só queria dizer ao Deputado Miro Teixeira e ao Deputado Cândido Vaccarezza que nós temos lugares mais à frente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Há espaço para eu sentar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Há sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou pedir licença aos senhores por um minuto. Estou sendo chamado, agora, à Comissão de Constituição e Justiça. Eu tenho que defender um projeto de que sou relator. Trata-se de uma PEC que exige para o servidor público as mesmas necessidades da ficha limpa. Eu sou o relator e preciso defendê-lo lá na Comissão de Constituição e Justiça.

Passo a Presidência ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de saber se ainda há espaço para que eu possa me inscrever para falar pelo Senado na manutenção do rito anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Atual.

Está bom.

Então, eu aqui inscrevi, pela Câmara, os Srs. Deputados: para manutenção do rito atual, o Deputado Leonardo Picciani e o Deputado Carlos Sampaio; e contrários ao rito atual, pela mudança de rito, os Deputados Onyx Lorenzoni e Miro Teixeira. Consulto se essa classificação corresponde à posição de V. Exªs.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é para... Bom, no caso, mudança de rito aqui na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque o rito que normalmente é preservado nos processos judiciais não é esse que a Comissão está usando aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso. O que estamos chamando de...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu quero o direito de a testemunha jamais se incriminar, porém, deixando que se busque a verdade através das perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer que, para efeitos de encaminhamento, eu estou chamando de rito a ser defendido o rito que foi pactuado no início. A mudança é para um rito novo, que seria...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT - RJ) – O normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O normal, digamos assim.

No Senado, para defesa do rito atual, temos o Senador Pedro Taques – pessoalmente, aqui. Não há, no Senado, quem defenda mudança.

Portanto, eu vou abrir as inscrições. Se, até lá, tiverem novos inscritos, eu os colocarei.

Eu não vejo problema de, na ausência, colocar um Deputado. Parece-me que o Deputado Glauber queira fazer a proposta de mudança...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso não é regimental.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não é regimental. Muito bem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente Paulo Teixeira, só para contribuir.

Nós não temos 17 presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não tem quórum.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Portanto, não podemos deliberar. Então, eu queria sugerir a V. Exª que, como temos, teoricamente, vários depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós façamos durante o depoimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – No momento que tiver, façamos a discussão. Vamos aproveitando para ouvir o que tiver de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom.

Eu quero, como Presidente, fazer um pronunciamento.

Eu li, no jornal Metro, uma notícia, na página 2, que diz o seguinte: "E-mail à Procuradora: 'Ainda vamos te pegar'". Então, há uma ameaça que foi feita à Procuradora da República Léa Batista, uma ameaça pessoal a ela que foi feita através de um e-mail. Também todos tiveram conhecimento de que o Juiz Paulo Moreira Lima disse que queria sair, porque teria sofrido ameaças. Nesta semana, a Srª Andressa deu uma entrevista no *site* de uma das revistas tentando desqualificar um dos depoentes de hoje aqui. Em Goiás, o Sr. Wladimir Garcez também fez um depoimento tentando desqualificar um depoimento de hoje.

Eu considero que há uma articulação em curso dessa organização criminosa e gostaria que esta CPI pudesse pensar – e poderíamos fazê-lo mais tarde – qual providência queremos tomar em relação a essas ameaças que essa organização criminosa ainda faz. Ela está, digamos assim, funcionando. Não está desbaratada, na minha opinião, quem faz ameaça dessa natureza com essa ousadia, ou seja, ameaçar o Judiciário é de enorme ousadia. Também há uma articulação em relação à condução dos procedimentos. Por isso, quero trazer esse tema, porque acho de enorme gravidade o que essa organização criminosa está fazendo.

Agora, têm três inscritos e eu vou para esse debate: o Deputado Miro Teixeira, o Senador Pedro Taques e a Deputada Íris de Araújo.

Passo para três minutos de cada um dos Srs. Parlamentares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu preciso de menos.

Eu tenho uma observação. É essa questão das ameaças. Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho uma indagação, só por desencargo de consciência.

Eu creio que as ameaças começaram a acontecer depois que foi concedido o primeiro *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O primeiro *habeas corpus*.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A Justiça ameaça a Justiça. Essa é a questão. Há, de um lado, um setor do Judiciário apurando, trabalhando, ajudando a normalidade do processo, para que se dê a apuração; o Ministério Público apurando; Polícia apurando. Por outro lado, a facilidade com que se concede um *habeas corpus* sem considerar que essas pessoas na organização criminosa têm um potencial de intimidação enorme, enorme. E isso está ficando demonstrado com as ameaças que são feitas desde quando, hein? Desde que foi concedido o primeiro *habeas corpus* daqueles membros da organização criminosa que estavam presos.

Bom. Claro que nós defendemos os direitos humanos em todos os lugares. Claro que defendemos o devido processo legal, mas é em defesa do devido processo legal que eu penso que temos que chamar a atenção para este fato: no Brasil, o que está ameaçando a Justiça é a própria Justiça. Isso nos remete à situação de termos uma parcela da Justiça que está interessada em punir os criminosos e de termos uma parcela da Justiça que está ignorando, pura e simplesmente, o que se passa na realidade e que trará prejuízo ao interesse público, porque o princípio da prisão preventiva é esse, é garantir a condução e a produção do processo e a produção de provas e garantir o respeito ao interesse público. E aí entram aquelas questões todas; no caso de direito de família entra o sigilo.

A prisão preventiva – eu fiz uma divagação muito grande – se justifica por esse interesse público. Não interferir na produção da prova, e eu lamento que haja

essa coincidência entre a concessão de habeas corpus e essas ameaças.

Daqui, a minha parte era só fazer esse desabafo quase. Acho que, com a cobertura que a Comissão tem, isso pode chegar ao Poder Judiciário, para proteção dos próprios juízes, para proteção dos membros do Ministério Público que não integram o Poder Judiciário, mas também estão sendo ameaçados, e para a proteção de todos aqueles, inclusive testemunhas, que estão querendo depor e que se sentem constrangidas a fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós temos que dar nome aos bois ou aos touros. Foi exatamente a partir da decisão do Dr. Tourinho, no Tribunal Regional Federal, um desembargador que é useiro e vezeiro em nulificar investigações corretas do Ministério Público junto com a Polícia Federal, é useiro e vezeiro em dar sermão em juízes, como ele fez neste caso, naquela liminar, em relação ao Juiz Paulo Moreira Lima, dizendo que o juiz havia atravessado o "corguinho". Essa foi a expressão por ele utilizada.

Muito bem. Foi a partir dessa decisão, como bem disse o Deputado Miro Teixeira, que os canalhas começam a ameaçar membros do Ministério Público e magistrados.

Conversei com a Procuradora da República ontem e ela disse a respeito dessa ameaça que V. Exª muito bem trouxe, agitou o tema nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essas ameaças estão sendo reiteradas. A Drª Léa Batista, Procuradora da República do caso, junto com o Dr. Daniel Salgado já comunicaram ao Procurador-Geral da República, ao presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República que já estão a tomar providências. Agora, a CPI precisa também tomar providências. Nós precisamos, de forma oficial, saber o que essas ameaças estão proporcionando, que consequências estão causando a esses membros do Ministério Público, porque daqui a pouco os membros do Ministério Público – quero crer que não será este caso – não terão mais tranquilidade para oferecer denúncia, para investigar organização criminosa. Nós estamos a tratar não de uma quadrilha ou bando, como ocorria na época de Lampião; estamos a tratar de uma organização criminosa com ramificações no Poder Legislativo, no Poder Executivo e ramificações internacionais, ramificações com proprietários de bingos internacionais através da rede mundial de computadores. Por isso isto é muito sério.

Concordo inteiramente com o Deputado Miro Teixeira de que aqui temos o Judiciário enfraquecendo o próprio Poder Judiciário, porque os arts. 312 e 310 do Código de Processo Penal afirmam que aqui está presente o caso de manutenção da prisão preventiva. Mas, infelizmente, alguns juízes estão fora da realidade. Alguns juízes, notadamente dos tribunais, entendem que são juízes da causa, e eles não são juízes da causa. Só no Brasil isto ocorre. Só no Brasil isto ocorre.

Portanto, quero parabenizar V. Exª por agitar este tema nesta sessão. E a CPI tem que tomar providências, porque os canalhas ameaçam de todas as formas, mas o Estado democrático de direito não pode ter dobradiça nas costas. Não pode ter dobradiças nas costas. O Estado democrático de direito tem que se fazer presente, respeitando os direitos fundamentais, mas o Estado tem o dever fundamental de proteger esses procuradores e o magistrado que se encontra ameaçado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A próxima a fazer uso da palavra é a Deputada Íris de Araújo, por três minutos.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a respeito dessas ameaças que estão atingindo os procuradores, o juiz que se afastou, eu gostaria, inclusive, neste momento, Senador Pedro Taques, de fazer aqui um enaltecimento: os Procuradores Léa Batista e Daniel e o Juiz Paulo, que se afastou, prestaram o melhor serviço que o Estado de Goiás poderia receber há décadas. O Estado vive uma situação de calamidade no que diz respeito à segurança pública.

Essa questão de ameaça, Sr. Presidente, eu recebo todos os dias, uma daqui, uma dali, "se falar lá, vai acontecer isso", chegando ao absurdo de Deputado lá na CPI, que eu considero uma CPI chapa branca, uma CPI *fake*, porque é só composta de membros do Governo, que tem a maioria, dizer que, conforme meu comportamento aqui, na CPI, vai ser o comportamento lá, na CPI de lá. Eles já receberam as minhas respostas.

Mas eu fui ameaçada também, já há bastante tempo, oficiei a Mesa da Câmara. Recebi dez *tweets* ameaçadores, dizendo que iriam me "apagar", que iriam me metralhar, que eu seria sequestrada. Eu tomei as providências junto à Mesa. Infelizmente, continua na mesma, mas isso é outro caso.

O que quero colocar é: até que ponto nós aqui da CPMI vamos assistir a uma situação como essa de um juiz federal ter que se afastar do caso porque está sendo ameaçado. Quer dizer, o crime organizado ganhando, estando à frente da situação do Estado de

Goiás. Eu tenho que dizer isso aqui, eu sou goiana! Eu sou a Deputada Federal por duas vezes mais votada. Eu sou a voz do meu Estado e eu sei o que está acontecendo lá.

Portanto, eu quero deixar aqui também o meu repúdio àqueles que estão tentando criar uma situação de intimidação em relação a membros desta CPMI.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputada Íris Rezende... Íris de Araújo, perdão.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Íris de Araújo Rezende Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Íris de Araújo Rezende Machado.

Deputado Luiz Pitiman para uso da palavra.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, grande parte do que acontece hoje nessas ameaças é advindo, inclusive, de resultado de CPMIs e de CPIs anteriores. Eu dou um exemplo: a CPI de 2009 indiciou o Sargento da Aeronáutica Idalberto Martins. Naquele momento, foi mandado para os órgãos da Procuradoria e os órgãos da Justiça para que tomassem atitude. Esse senhor continuou fazendo a "grampolândia" no Brasil. Entendeu-se que, inclusive, valorizou o passe. Mas eu cito o nome dele agora, neste momento, porque quero falar de uma situação aqui de Brasília desse mesmo Sr. Idalberto, depois que saiu da prisão. Está no *site* da *Veja*, inclusive, que diz o seguinte:

Os amigos da Civil.

Libertado em 4 de julho, após conseguir um habeas corpus, o araponga Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, não perdeu tempo. (três pontinhos)

Há cerca de duas semanas, o comparsa de Carlinhos Cachoeira foi até uma delegacia da Polícia Civil do Distrito Federal para reativar as antigas amizades.

A aparição de Dadá fez soar na polícia o seguinte alerta: os agentes acreditam que o araponga ainda tem aliados na corporação.

Polícia Civil do Distrito Federal. Dadá araponga, indiciado na CPI do Grampo, de 2009, multiplicado pelos grampos que foram feitos no Distrito Federal e que depois estendido pela empresa, conforme foi citado nos relatórios de interceptações telefônicas, que chegaram a montar uma empresa no Rio de Janeiro para poder grampear políticos, jornalistas e pessoas que estavam dentro de uma detenção que pudessem envolver a situação do Sr. Cachoeira.

Isso é uma demonstração de que nós precisamos, sim, tomar atitude. Eles estão reativando os contatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu gostaria de ter, de propor a esta CPI, vou propor ao seu Plenário, ao Presidente, que esta CPI possa mover-se na direção de ajudar na proteção dos juízes, dos procuradores e, por outro lado, na proteção dos próprios parlamentares, já que tivemos aqui testemunho de que a parlamentar Íris de Araújo foi ameaçada.

Portanto, vou propor ao Sr. Presidente efetivo, o Senador Vital do Rêgo, que nós conversemos tanto com o Judiciário quanto com o Ministério Público Federal e os Presidentes da Câmara e do Senado, para garantir a proteção de todos aqueles que estão envolvidos na apuração do *modus operandi* dessa quadrilha criminosa, dessa organização criminosa.

Assim, proponho que nós possamos encaminhar junto ao Presidente do Senado e do Presidente da Câmara, junto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, para garantir a integridade de todos aqueles que estão trabalhando para garantir a punição desta organização criminosa.

Assim, consulto se V. Exªs concordam com esse procedimento, porque nós não admitimos que eles ajam como estão agindo. E o próprio Deputado Luiz Pitiman acabou de relatar que um dos envolvidos, recentemente, conseguiu um *habeas corpus* e já voltou a se articular, e está claro que eles estão se articulando, está clara a articulação deles. Por isso, queremos dizer que nós vamos até o final para desbaratar essa organização criminosa e levar todos aqueles que estão envolvidos com ela às barras dos tribunais.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Onyx e, depois, ao Deputado Vaccarezza, para os encaminhamentos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu queria só dar uma contribuição no encaminhamento.

Em CPIs anteriores, nós já vivenciamos esse tipo de problema, desde o episódio da CPI dos Correios, passando pela CPI do Crime Organizado e do Tráfico de Drogas. E uma forma que nós utilizamos nesses episódios anteriores foi o comando da CPI ter uma conversa com a Coordenação Nacional, o diretor-geral da Polícia Federal e, com isso, nós conseguimos enfrentar essa situação, inclusive já tivemos momentos em CPIs que estavam investigando tráfico de drogas e crime organizado, em que alguns membros da CPI tiveram acompanhamento muito intenso da Polícia Federal, inclusive em seus deslocamentos nos Estados e aqui, no próprio Distrito Federal.

Então, só chamo a atenção, acho que a linha defendida pelo Miro foi muito adequado. Há que se ter uma conversa também com o Supremo Tribunal Federal, institucional, e junto dessa conversa com a Polícia Federal, porque, com essas duas instituições,

elas nos dão o caminho de reduzir esse potencial, porque o que é que acontece? Quando os bandidos veem facilitada a sua liberdade e a sua ação – é por isso que se criou a prisão preventiva, como corretamente lembrou o Miro –, eles começam a atuar, e, uma vez bandido, sempre bandido. Não tem nada que resolva esse problema do DNA.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Cândido Elpídio Vaccarezza, eu renovo o convite para que V. Exª e o Deputado Miro Teixeira possam ocupar as cadeiras que estão aqui à frente.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Deputado Paulo, eu só quero adendar o seguinte: nesse ofício, nesse contato com os Poderes, que não seja um ofício frio que incorpore com os devidos cuidados os argumentos do Deputado Miro, particularmente sobre como os bandidos estão usando a prerrogativa do *habeas corpus* para se rearticularem.

Em relação ao acompanhamento da Polícia Federal, que a gente tenha um pouco de prudência, não para os membros da CPI, mas quem se sentir necessitado, para quem pedir, não passar uma ideia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – No caso da CPI, porque eu acho que a gente não deveria misturar duas coisas e, sim, manifestar para a Justiça, para a Polícia Federal, melhor, para o Ministro da Justiça e para os representantes de Poder, no caso da Câmara e do Senado, o relato que a CPI faz dessas ameaças que V. Exª, em tempo e de forma adequada, trouxe para a nossa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Posso replicar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode, Deputado Miro.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu sou a favor de um ambiente até de conversas. Se V. Exª quiser conversar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A palavra está com V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas é que eu queria me dirigir a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E eu estou ouvindo V. Ex com toda atenção..

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Olha só. É que eu acho que essa questão da segurança para os membros da CPI, quem se sentir ameaçado pode se dirigir à Presidência da Comissão. Eu não me sinto ameaçado. E vou lhe dizer uma coisa: dificilmente me sentirei, porque no dia em que um delinquente desses, de alguma forma, conseguir me intimidar, eu acho que o meu mandato terá perdido o sentido. Eu vou para o enfrentamento. Agora, o enfrentamento não quer dizer valentia não. Eu gosto muito do autorretrato do Pablo Neruda, em que ele diz: "Valente só por necessidade." Eu não sou um valentão não. Agora, eu penso que a nossa autoridade está acima da capacidade dessas pessoas ameaçadas.

Em relação a juiz, a membro do Ministério Público, eu penso que o que está acontecendo obriga. Acho também que o Ministério Público está deixando as coisas correrem muito frouxamente no que toca a essas ordens de *habeas corpus*. Era bom até que a nossa consultoria pudesse verificar. Há um caso em que o Ministro Dipp cassou um *habeas corpus* concedido pelo Tribunal Regional Federal, cujo relator foi o Desembargador Tourinho.

O Cachoeira só ficou preso porque havia uma ordem de prisão da Justiça do Distrito Federal, da Operação Saint Michel, senão ele teria sido solto e a quadrilha toda estaria solta. Então, acho que nós temos que enfatizar muito que a Justiça – não inteiramente claro, temos hoje, majoritariamente, na Justiça os segmentos de pensamento mais moderno, mas há setores ainda que são retrógados – está olhando, como diz aqui o Pedro Taques, a questão das organizações criminosas como se olhava aquelas quadrilhas de esquina de 1940, e isso não é mais possível.

Então, Presidente, segurança só para quem pedir, aqui, no nosso caso. É minha opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, em face dos encaminhamentos de V. Exª e do Deputado Cândido Vaccarezza, nós precisamos reforçar o pedido de segurança para os juízes, para os procuradores e, no caso dos parlamentares, para aqueles que forem ameaçados e pedirem. Há um caso já. Portanto, vamos encaminhar um dos casos que foi aqui relatado da Deputada Iris de Araújo.

Vejo que ainda não há 17 parlamentares para que votemos o procedimento. Então, vou sustar esse debate e volto assim que tivermos quórum.

O Sr. Relator pede que façamos o debate e depois votemos, porque aí, quando tiver quórum, vota-se diretamente.

Vou encaminhar porque a fala do relator tem sempre um peso diante dos presidentes.

Encerro a discussão.

Passo a palavra, para defender o procedimento – vou fazer intercaladamente – primeiro ao Deputado Leonardo Picciani, depois ao Deputado Carlos Sampaio.

Vai ser intercalado: ele, o Deputado Onyx, V. Exª, e o Deputado Miro.

Com a palavra, por três minutos, o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra antes e V. Exª não me deu, mas vou ficar aguardando aqui a hora que V. Exª me der a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens, sempre que ouço e que vejo V. Exª pedir a palavra eu concedo. É que eu não vi. Não tive o registro. É que tem o Deputado Pitiman que está na sua frente, acho que os mais altos deveriam sentar-se ao lado do Deputado Miro e do Deputado Vaccarezza.

Nós já estamos em processo de defesa.

Concedo a V. Exª o tempo e depois iniciamos o processo de defesa.

Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, o que chama a atenção com relação a ameaças de juízes e procuradores é o que acontece hoje no Brasil com qualquer cidadão ou qualquer cidadã.

A violência está presente onde quer que estejamos, seja na rua, seja no trânsito, no restaurante ou num hotel, a violência está aí.

Com relação à violência a magistrados e a procuradores, esta é uma violência que atinge a democracia como um todo.

Agora, o que chama a atenção é que a violência também acontece dentro de comissão, acontece no plenário, quando se atenta contra a democracia, quando se faz um discurso violento contra o Ministério Público, contra a justiça. Isso acontece aqui, acontece no plenário a toda hora. Então temos que repelir todo tipo de violência contra a democracia.

Quero finalizar dizendo que não vi aqui a preocupação da violência que esta comissão comete contra a CPI, em não trazer aqui o Sr. Cavendish. Essa é uma violência que atinge a todos, atinge ao parlamento. E também estamos contribuindo para que isso aumente a violência. Porque temos o direito de ouvir, o direito de cobrar e, sobretudo, o dever de investigar. Este é o papel da CPI.

Então estamos aqui tratando de um assunto, hoje mesmo o jornal *O Estado de S. Paulo* traz graves denúncias contra o Governador do Distrito Federal, que teria marcado um evento com o Sr. Cavendish no dia que foi preso o Sr. Cachoeira. E nós não trazemos o assunto à baila, passa despercebido.

Eu já disse, Presidente, e volto a insistir com V. Exª e com a Mesa, não é contra ninguém, não é contra governo, não é contra partido, nós temos que fazer a CPI caminhar. Para caminhar, temos que atentar para o fato, que hoje o jornal publica com relação ao Governador do Distrito Federal ao marcar o evento. Se é para o negócio do transporte coletivo, estou aberto e pode marcar. E para qualquer outro negócio ele está à disposição. Esse é o diálogo publicado hoje no jornal *O Estado de S. Paulo*. Daí é que temos que tomar esse cuidado. Seja quem for. Nós temos que presentemente dizer: é preciso dar uma resposta a isso, porque senão a CPI vai ouvir dos moucos e não vai dar atenção devida aos fatos que estão acontecendo.

Com relação ao Sr. Cavendish e ao Sr. Pagot, é preciso imediatamente fazer a convocação para que a PCI comece a se consolidar e ter um rumo para chegar ao relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo então a palavra, por três minutos, ao Deputado Leonardo Picciani.

Acho que deveríamos encaminhar a votação imediatamente, porque as assessorias já convocam os Srs. Parlamentares para estarem presentes.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Leonardo Picciani, por três minutos.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, na data de ontem, creio que foi muito feliz o Presidente Vital do Rêgo quando surgiu o debate acerca da manutenção ou da modificação do rito. O Presidente Vital disse: "Assiste razão a todos". E é verdade.

Eu mesmo no meu pronunciamento de ontem, até instado pelo posicionamento de V. Exª, havia dito que o processo nos tribunais, nas delegacias de polícia se dava em outra dinâmica. Ainda assim, naquilo que disse o Presidente Vital do Rêgo, concordei com que o procedimento estava correto, porque, salvo engano, ele surgiu após o depoimento do Carlos Cachoeira, por sugestão, se não me engano, do Senador Alvaro Dias, que disse não ser possível a CPI ficar perguntando, e se desmoralizando nesse processo, a alguém que não responderia, e também por outros parlamentares. A Senadora Kátia Abreu até usou uma frase de efeito que saiu nos jornais: "Olha, vamos ficar perguntando para uma múmia, que não responde nada. Isso é vexatório para esta Comissão".

Então, Presidente, quero aqui defender, a exemplo do que fiz ontem, apesar de reconhecer que a dinâmica, do ponto de vista do processo jurídico, se daria de outra forma, mas a exemplo do que fiz ontem, quero dizer que, se houve algum equívoco, ele ocorreu no início, quando tomamos a decisão de proceder dessa forma.

Eu creio, Sr. Presidente, pelo princípio da estabilidade do processo judicial e por aquilo que já formou certa forma de jurisprudência aqui na Comissão, que nós não podemos modificar, sob pena de sermos acusados de estarmos aqui agindo com casuísmo. Num

caso, usa uma regra; em outro, usa outra regra. Começamos dessa forma, instados que fomos por parlamentares e com apoio da maioria da Comissão, que assim decidiu e que V. Exª foi fiel cumpridor daquilo que a Comissão decidiu. Agora devemos dar estabilidade ao trabalho da CPI e manter essa regra, porque senão vão surgir questionamentos: "olha, então, nós temos que reconvocar todos aqueles que foram dispensados de ouvir aqui os questionamentos por terem declarado que usariam o direito constitucional de permanecerem-se em silêncio".

Creio que isso não traz nenhum prejuízo ao trabalho da CPI. A CPI pode funcionar bem com economia processual. Vamos manter essa regra.

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção da regra, falou Leonardo Picciani.

Agora fala contra, pela mudança da atual regra, o Deputado Onyx, por três minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, um grande comunicador, quando falava de comunicação, dizia que comunicação não é o que gente quer falar, é como as pessoas percebem, como as pessoas processam.

Quando investigados ou possíveis testemunhas que tenham qualquer tipo de envolvimento sentam-se nesta CPMI e são imediatamente liberadas, qual a mensagem que o cidadão na rua lê? Ganhou o bandido, perdeu a CPI. CPI não serve para nada, vai virar pizza. É isso. Nós todos podemos andar por todo o País e conversar com as pessoas. A frase está pronta, a pizza está pronta.

Não é nesse caminho e dessa forma que nós vamos recuperar o que este Parlamento vem perdendo ao longo de décadas, que são prerrogativas parlamentares.

Portanto, corretamente o Deputado Miro alertava para o Judiciário, que fragiliza o Judiciário. Não seremos nós, Parlamentares, que, por interesse momentâneo... E quero lembrar uma frase de V. Exª, "pau que bate em Chico bate em Francisco", para lembrar que interesse de ocasião não pode abrir mão daquilo que é nossa prerrogativa de investigação.

O Deputado Leonardo Picciani traz um discurso coerente. Só tem um problema: em todas as CPIs anteriores de que eu participei - o que estamos fazendo aqui é uma inovação – aqui, no Congresso Nacional, mistas ou da Câmara ou do Senado, o cidadão tem preservado o respeito, o direito constitucional de ficar calado, mas o questionamento dos parlamentares não pode ser retirado. Nós temos um mandato e um direito a construir as nossas convicções. Nós gostemos ou não da linha de diagnóstico e de interpretação dos fatos do Relator, é um direito que ele tem de desenvolver a história. É o mesmo direito que nos caberá, o direito de aprovar ou discordar.

Agora, como vamos construir um razoável consenso, um razoável entendimento, se o material de investigação que o Deputado Rubens Bueno ou o Deputado Pitiman ou o Deputado Carlos Sampaio desenvolve não for vocalizado quando a testemunha está aqui? Se aquilo for contrário ao interesse da testemunha, orientada pelo seu advogado, ela vai dizer: "Eu me reservo ao meu direito constitucional de ficar calado". Agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A concluir, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, a contribuição que é dada pelo parlamentar, ao trazer um fato novo, uma nova informação, ajuda para o esclarecimento dos fatos. Portanto, o Parlamento e esta Comissão não podem abrir mão de seu dever de investigar. O direito constitucional é respeito e será acatado. O nosso é de investigar. Portanto, não se pode abrir mão de uma prerrogativa que é dos Deputados e dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Agora, invertendo, Deputado Miro Teixeira, contrário, que se inscreveu para defender a mudança do rito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu acabei de defender agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah, desculpe.

Agora, o Senado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, demais membros desta Comissão, na verdade, primeiro, é uma questão regimental que me ocorre. O art. 132 do Regimento Comum diz claramente que as decisões tomadas sobre questões de ordens, Sr. Presidente, são irrecorríveis, exceto se esbarrarem na questão constitucional. Nesse ponto, o §1º do art. 132 diz que, nessas hipóteses, cabe recurso à CCJ. Então, primeiro, é uma questão regimental que coloco.

Depois, reiterando o que disse o Deputado Picciani, V. Exª bem colocou ontem, Sr. Presidente, uma frase oportuna: todos tinham razão. O Deputado Onyx tem razão: nas outras CPIs, de fato, o procedimento

era outro. Todos nós fazíamos as indagações: o próprio Relator e, depois, os demais membros da CPI. Mas nós houvemos por bem tomar outra decisão nesta CPI e tenho para mim que de forma acertada. E gostaria de explicar o porquê. Primeiro, aqui, Deputado Onyx, por mais que tenhamos um comportamento de natureza política, nesta CPI, nós somos realmente juízes, de fato. Por sermos juízes, de fato, temos de adotar uma postura de magistrado. Por que estou dizendo isso? Porque, se é dado ao juiz, no processo penal, fazer indagações uma a uma, cabendo ao réu respondê-las uma a uma, no seu direito de permanecer em silêncio, eu relembro aos nossos pares que, no caso do juiz, do processo penal e do réu, nós temos um único magistrado, numa audiência que, como regra, em 99% das vezes, não é televisionada. Eu quero dizer isso por quê? Aqui, somos 30 magistrados, cada qual com 10 minutos para indagação, fora o tempo livre, corretamente livre, do Relator. Se cada um perguntar por 10 minutos mais o Relator, com o depoente tendo de dizer, a cada indagação, que vai exercer o seu direito de permanecer em silêncio, ficaremos todos juntos aqui, Deputado Paulo Teixeira, por cinco horas, sem contar o tempo livre do Relator.

Existem dois princípios constitucionais e um deles é bastante hoje dito pela doutrina, que é o princípio da razoabilidade. Não é razoável que fiquemos por cinco horas nesta CPI, indagando a um réu ou a uma testemunha que venha resguardada por um *habeas corpus*, que fiquemos por cinco horas indagando-a, expondo-a, constrangendo-a ou mesmo permitindo que o direito à imagem seja ferido, digamos assim, pelo simples fato de que cumpriremos à risca o que diz o Processo Penal. Não me parece razoável, e o princípio da razoabilidade é princípio constitucional.

De outra ordem, Sr. Presidente, temos o princípio da eficiência. O que ganhamos nós expondo as nossas perguntas, como bem colocou o Deputado Onyx, eu posso expor o meu posicionamento, na minha fala, com qualquer testemunha aqui. Eu não preciso me valer daquela testemunha que tem um HC para eu mostrar para o Brasil o que penso. Porque, repito, por cinco horas ininterruptas, indagarmos, cada qual por dez minutos, e o réu respondendo "Reservo-me o direito de ficar em silêncio" não é razoável e não tem eficiência prática.

Se fatos novos o parlamentar quer trazer à luz, traga-o em qualquer oportunidade, dentro ou fora da CPI. Não é realmente expondo a testemunha a esse "constrangimento", que teria até certo formato legal, que nós vamos garantir eficiência.

Então, pelo aspecto regimental, pelo aspecto da irrazoabilidade e pelo aspecto da falta de eficiência é que sou pela manutenção tomada por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último orador inscrito para, na forma regimental – ampliamos hoje por força da importância da decisão que os senhores vão tomar, porque, pelo Regimento, são dois de cada Casa, um fala a favor, outro fala contra – Deputado Miro Teixeira, por três minutos, para falar pela mudança do nosso rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, como preliminar, devo dizer que não estou alinhado a nenhuma das forças que dividem alguns membros da Comissão. Não estou aqui alinhado a qualquer espécie de força que queira proteger o Dr. Cavendish e não estou alinhado a qualquer espécie de força que queira proteger ou o Governador Marconi ou o Governador Agnelo.

Penso em termos da Constituição, do Código de Processo Penal e de decisão do Supremo Tribunal Federal, que daqui a pouco terei em mãos porque mandei pegar na assessoria do PDT.

É muito clara a leitura dessa proteção ao cidadão, que nós devemos respeitar, sim. A pessoa tem o direito de não se autoincriminar. Aí diz o Supremo Tribunal Federal: "Mas a pessoa não pode antever que a pergunta pode levá-la à autoincriminação!" É de uma razoabilidade formidável isso! Como é que a pessoa antevê que uma pergunta pode levá-la à autoincriminação? Isso é impossível apenas. É apenas impossível. E essa mecânica que foi adotada pela Comissão pode ser alterada, sim, e deve ser alterada. É uma regra processual, e as regras processuais são imediatamente aplicadas aos processos em curso, depois de sancionada a alteração. O que não quer dizer que se tem que reabrir os outros processos, porque aquela regra foi alterada. Então, essa história de dizer "teríamos", como disse um Deputado que não está presente e que por isso não vou me referir a ele. Disse o Deputado: "Bom, mas e os outros que já depuseram?". Os outros depuseram segundo as regras que estavam vigorando. São regras processuais. As novas regras entram em vigor imediatamente para cumprir o que determina o nosso mandato, o que determina a lei, na garantia do direito dos cidadãos e na garantia do direito de todos os cidadãos, inclusive daqueles que não estão sentados aqui.

Nós temos que assegurar o direito de perguntar, porque é impossível, é absolutamente impossível, antes que sejam formuladas as perguntas, o depoente diga que silencia porque pode autoincriminar-se. Não pode, não pode. E aí vira um deboche, vira um deboche sentar aqui o Sr. Cavendish e dizer: "Vou manter o meu direito constitucional de permanecer calado". Ele

vai ter que dizer isso a cada pergunta. Inicialmente, ele pode dizer quanto a alguma alegação inicial que ele queira fazer, quanto a uma declaração que ele queira fazer, porém a cada pergunta é que ele pode decidir que a resposta pode incriminá-lo.

O que a rigor está sendo discutido nesta Comissão, neste momento, é isso, se o Sr. Cavendish vai chegar aqui e ficar mudo ou se vai ter que ouvir o que tem que ouvir, depois de dizer que paga R$6 milhões a um Senador ou R$30 milhões a qualquer autoridade neste País ou, para apenas manter o equilíbrio, aqueles que sustentam posição idêntica em função dos interesses do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encerro a discussão.

Não há quórum no Senado.

Está adiada a votação deste rito para a reunião de amanhã.

Vamos iniciar agora as oitivas dos depoimentos.

Mantém-se o rito atual porque não há quórum no Senado. Amanhã vamos continuar só com o processo...

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, V. Exª com a palavra.

Amanhã temos reunião aqui. Ou então na próxima sessão...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é só para dar uma contribuição. Dentro de pouco tempo, com o depoimento do Sr. Luiz Carlos Bordoni, pelo interesse que ele tem, que ele vai produzir, creio que deveremos atingir quórum, e aí V. Exª poderia utilizar um breve momento para fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a Deputada Íris de Araújo.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu tive a informação, e acredito que V. Exª também, a respeito, pela segunda vez, da ausência do Sr. Jayme Rincón, que está com atestado médico. Eu queria fazer aqui, para esta CPMI, apenas uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada, eu vou pedir licença a V. Exª, que é uma colaboradora, e quando chegar o momento de chamar o depoente, antes de chamá-lo, vou passar a palavra para a senhora.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Desculpe. Eu pensei que o senhor tinha se referido a esse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, a primeira é Eliane...

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Está bem. Eu aguardo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eliane...

Qual é o artigo, Deputado Miro?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Art. 95 da Câmara, aqui do Regimento Comum penso que é o 131. É sobre a Ordem do Dia da Comissão. Primeiro, se V. Exª concordar, nós ouviríamos o Sr. Bordoni, porque esse parece que é o único que está disposto a falar. Eu acho que, por economia processual...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou atender a questão de ordem de V. Exª, por economia processual, chamando, definindo as duas situações imediatamente, até para atender a V. Exª, o que entendo ser de bom alvitre.

Passo a palavra à Deputada Íris de Araújo, antes falando sobre a questão que, em tese, a senhora haverá de mencionar: o Sr. Jayme Rincón.

Com a palavra V. Exª, pela ordem.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – A informação que me foi passada, Sr. Presidente, é de que o Sr. Jayme Rincón não vai comparecer porque está com atestado médico e impossibilitado, realmente, de qualquer tipo de atividade, uma vez que, segundo as informações, ele estaria já até para ter que fazer uma intervenção cirúrgica, uma questão de aneurisma, que eu respeito.

Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós não podemos entender que todas as vezes que ele é chamado apresenta um atestado médico, e não posso entender como é que ele continua no exercício pleno de suas funções lá na Agetop, que é um dos principais órgãos do Governo de Goiás. Eu fico imaginando que, se acontecer alguma coisa ao Sr. Jayme Rincón no exercício dessas funções, o Estado pode ser responsabilizado e, ao mesmo tempo, fica uma secretaria tão importante como essa também mal-cuidada, como deve estar e, o povo é que está pagando imposto. Então, é isso que eu gostaria de registrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a V. Exª e à Comissão, tendo em vista a segunda convocação do Sr. Jayme Rincón, que esta Comissão tomou as seguintes providências ao receber um segundo atestado médico, lavrado pelo Sr. Francisco Azeredo Bastos, Chefe do Serviço de Neurocirurgia do Hospital Santa Mônica, nos seguintes termos: "O paciente Jayme Rincon permanece nas mesmas condições clínicas mencionadas no relatório anterior", de 28 de maio, em que acosta uma documentação mencionando a necessária cirurgia porque persistem dores e achados angiográficos que recomendam um tratamento na carótida oftálmica direita. "O paciente Jayme

Rincon permanece com as mesmas condições clínicas mencionadas no relatório anterior (...) portanto devendo seguir as recomendações médicas já indicadas até que se realize o procedimento cirúrgico e a patologia esteja definitivamente tratada." Essa patologia, no nome mais conhecido, aneurisma ou clipagem de aneurisma. "Caso essas recomendações não sejam seguidas" – e aí é importante que V. Exªs saibam – "o paciente terá os riscos de uma potencial ruptura de aneurisma e consequente hemorragia cerebral potencializados. Como sabemos, e isto é corroborada pela literatura mundial uma ruptura de aneurisma tem altíssimas taxas de mortalidade e morbidade (sequelas graves)".

De posse desse relatório médico, determinei à minha diligente secretaria que conversasse com o médico. O senhor está consciente do que está assinando, sob pena de uma interpelação ao CRM? E o médico foi extremamente contundente, cioso de suas responsabilidades. Não obstante isso, estamos convocando o Sr. Jayme Rincón para uma perícia médica na próxima semana aqui no Senado, para dirimir quaisquer dúvidas. Não obstante isso, confio, até pela minha condição de médico, na capacidade, na competência e na retidão do profissional que está atendendo um paciente, até pelas responsabilidades que tem. Mas, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da compreensão e da oportunidade da presença do Sr. Rincón, esta Presidência, no ato de suas responsabilidades, não poderia ter outra atitude, senão tomar essas providências.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) **–** Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu queria falar pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, pela ordem, V. Exª.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Porque apoio todas as decisões de V. Exª, mas gostaria de dissentir de V. Exª convocar pessoa para vir aqui se submeter a uma perícia. V. Exª, como médico, sabe que esse tratamento, a clipagem do aneurisma, resolverá em definitivo pelo menos esse caso. E esse convocado poderá vir, depois do tratamento, aqui se submeter à inquirição de todos os Pares da CPI. O fato de ele trabalhar ou ter outra atividade, do ponto de vista técnico, pode. Qual é a situação? Uma pessoa que tem um aneurisma cerebral, pelo que entendi, submetido a uma situação de estresse pode ter um pico de hipertensão e ter uma ruptura desse aneurisma aqui na CPI...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. Exatamente.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Ou mesmo ele ser convocado para se submeter a um exame. V. Exª sabe, como médico, que tem muitas pessoas que só pelo fato de irem ao médico medir a pressão já têm um pico de pressão, que o médico tem que pedir para se deitar um pouco, descansar, e aí o médico mede novamente.

Então, não acho adequado, a não ser que nós tivéssemos uma suspeita sobre o atestado médico, porque V. Exª convocar uma pessoa para vir aqui submeter-se, V. Exª também está colocando em questão o atestado médico. Então, eu acho que não vai atrapalhar em nada a CPI nós termos um pouquinho de paciência. No mês de agosto, nós o ouviremos e o inquiriremos com todas as questões que a CPI permite.

Quero pedir a V. Exª que reconsidere a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Vaccarezza, permita-me tomar todos os cuidados, até porque esta Presidência vive permanentemente sendo questionada sobre os seus atos. Preciso me acautelar porque, na condição de médico, fiz questão de referendar todas as letras e todas as vírgulas do atestado médico que recebi. Inclusive, no primeiro atestado médico que recebi com a documentação em anexo, não pedi e não consultei a Comissão para, de pronto, conceder o adiamento. Como o segundo atestado médico veio referindo-se à manifestação e como havia notícias de que o Sr. Jayme Rincón tinha trabalhado de forma permanente durante a... manifestada pela própria Comissão, ficava uma dúvida. Na dúvida, esta Presidência tinha de tomar as suas posições. Por isso é que o Serviço Médico do Senado fica disponível. Só isso.

Esse é um assunto sobre o qual a Presidência já tomou a sua posição.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, queria só fazer um questionamento: há quanto tempo foi a primeira convocação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vinte... Em maior, no final de maio. É uma situação... Inclusive, o Sr. Jayme Rincón já...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estamos a três semanas posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por meio da informação...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pelo que está descrito no laudo, o que me causa estranheza é que, se a condição é de tal risco e de tal monta, durante três semanas, nada se fez. O questionamento é o seguinte. *(Pausa.)*

Não, não. Espera aí.

O questionamento é o seguinte: o médico que deu... Sou um cético sobre essas coisas. O médico que deu o primeiro laudo afirma e reafirma que a situação pode trazer risco ao paciente. Então, olha, acho que o médico pode ser até questionado por que esse paciente ainda não passou pelo procedimento, porque a postergação, sem dúvida nenhuma, aumenta e potencializa o risco desse paciente poder fazer a condição que V. Exª conhece e que o Deputado Vaccarezza lembra.

Por isso, acho que a medida de V. Exª de passar por uma avaliação médica pelo Serviço Médico do Senado é absolutamente adequada e necessária para que a gente saiba a extensão verdadeira do problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas há uma manifestação, também, da assessoria do Sr. Secretário Jayme Rincón de que ele, rapidamente, com todas as providências médicas, quer vir à Comissão.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos encerrar este assunto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quero apenas cumprimentar a iniciativa de V. Exª. Em que pese o seu conhecimento, V. Exª tomou essa iniciativa de fazer a ligação do médico do Senado para ele. Portanto, todas as diligências que deveriam ser feitas foram feitas. Cumprimento V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero só, na oitiva, puder me inscrever para fazer perguntas e falar. Não me interessa o tempo, a hora. Espero tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está inscrito.

Vamos à frente. Agora temos Eliana Gonçalves Pinheiro. *(Pausa.)*

Convido Eliane Gonçalves Pinheiro. *(Pausa.)*

Srª Eliane, seja bem-vinda.

Manifesto à Comissão que a Srª Eliane Gonçalves Pinheiro também vem à Casa munida de decisão do Sr. Relator Celso de Mello em que prevê os mesmos direitos, as mesmas prerrogativas constitucionais que, independentemente da decisão do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, estamos concedendo.

Com a palavra a Srª Eliane Gonçalves Pinheiro.

A SRª ELIANE GONÇALVES PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, por orientação única e exclusiva do meu advogado, eu não vou responder a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na forma do rito que se segue, a senhora está dispensada.

A SRª ELIANE GONÇALVES PINHEIRO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chamo o Sr. Luiz Carlos Bordoni. *(Pausa.)*

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enquanto o Sr. Luiz Carlos Bordoni chega, o Sr. Relator quer fazer uso da palavra.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas motivado ontem, inclusive, pelos debates que ocorreram nesta CPMI, registro ser uma CPMI diferente, na medida em que ela é fruto de duas operações da Polícia Federal e da operação do Ministério Público do Distrito Federal, ou seja, temos muitas informações.

Agora, é importante, Presidente Vital do Rêgo e Presidente Paulo Teixeira, que a CPMI tenha a noção – e estou hoje entregando, Presidente, à CPMI também um relatório – que, de movimentação financeira, nós já temos dados bancários, na CPMI, na ordem de R$3bilhões, arredondando os números. Ocorre, Presidente, que, pelo menos desses R$13 bilhões que nós temos, pelo menos R$10 bilhões – e estou arredondando os números – são movimentações com dados inconsistentes. Nós precisamos resolver isso, porque a grandissíssima maioria dos dados bancários que estamos recebendo aqui... Nós recebemos, arredondando os números, R$13 bilhões de informações e temos quase R$9 bilhões com dados inconsistentes, ora com CNPJs que não existem, ora com informações de destino e origem inconclusas, incompletas. A solução desse problema é essencial para termos uma investigação profunda dessa organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino que a assessoria...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Até, Presidente, apenas porque ontem os Srs. Parlamentares levantaram aqui questões sobre essas inconsistências. Nós fizemos um levantamento e identificamos que elas não são pontuais, mas são muito sistêmicas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino que a assessoria solicite do Banco Central explicações a respeito dessas inconsistências e tome as providências em caráter de extrema urgência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu queria colaborar com o relator e com V. Exª.

Ontem nós fizemos um levantamento aqui, encontramos um número que agora é menor que o encontrado

pelo Sr. Relator e suspeitávamos que havia algo que não se pode relatar como um acaso na transferência dos dados bancários.

Eu queria sugerir a V. Exª que fizesse contato diretamente com a Presidência do Banco Central para que houvesse uma ação institucional do Congresso Nacional, através da CPMI, porque não dá para banco brincar com o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugestão aceita. A providência será tomada de imediato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, só para uma questão de verdade também. Não quero dizer que todas as inconsistências sejam problemas de bancos. Nós, na verdade, não conseguimos detectar ainda com clareza as razões do problema. Há problemas também em bancos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos atacar.

Luiz Carlos Bordoni. Requerimento nº 500/2012.

Passo a palavra ao depoente que, na forma da lei, vai assinar o seu termo de compromisso, que já deve estar pronto. Independentemente de estar pronto, ele pode iniciar a sua fala, por vinte minutos, ou pelo tempo que for necessário, Sr. Bordoni, para sua exposição.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exmº Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Exmº Sr. Odair Cunha, Deputado Federal e Relator dos trabalhos de investigação desta CPMI, Srªs Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, meu advogado e companheiro Dr. Alex Neder, que me acompanha e me assiste, caros presentes, estimados colegas de imprensa, cidadãos do meu País:

Assim como à mulher de César, a homem público não basta ser honesto. Também precisa parecer honesto. Negar males feitos é direito, é do *jus espernandi*. Agora mentir como testemunha é crime, é perjúrio.

Alguns sim, mas a maioria dos senhores e das senhoras não me conhece.

Sou paulista de Monte Aprazível. Nasci em 7 de setembro de 1947. Tenho 65 anos, 50 anos de rádio e jornal e 43 anos de televisão. Sou especializado em jornalismo investigativo. Também sou escritor, titular da cadeira 33 da Academia Goianiense de Letras, cidadão goianiense e cidadão goiano, títulos que me foram conferidos, além do de Comendador da Ordem do Anhanguera.

Nesses 38 anos que vivo em Goiás, devotei-me a todas as suas causas, construindo, graças a Deus, respeitável credibilidade, valor mensurado pela grande audiência que sempre tive em todos os meus programas, no rádio e na tevê.

Foi com essa bagagem que me doei por inteiro a uma proposta de mudança radical nas práticas políticas de Goiás.

A construção desse ideário teve início em 1986, quando deixei a *Folha de S.Paulo* para produzir um programa diário do então candidato ao governo, o Senador Henrique Santillo. Ele apostava na renovação, mas só a via possível através da mobilização popular permanente. Eis por que determinou a mim, durante a campanha, que sempre desse espaço aos meninos do PMDB Jovem, presidido, à época, por Marconi Perillo. Ele queria vê-los em movimento.

Eleito Santillo, os mais próximos aprenderam as lições de conduta na política, na administração, e a fazer, claramente, a distinção entre o que é público e o que é privado. Probidade, austeridade, responsabilidade, lealdade e desprezo ao personalismo eram as suas regras. Foi com ela que amadurecemos a proposta de mudança. Um por todos, todos por um, e todos votando no menino – a quem até chamaram "Maluquinho" – Marconi Perillo.

Eu o conhecia desde quando ajudava o pai no balcão de um bar e das suas incursões pela política como comandante da juventude peemedebista. Naquele dia de junho de 1998, em que ele aceitou o desafio, assumi com ele o pacto de luta permanente pela transformação nos métodos e meios de se fazer política no Estado. Carlos Maranhão, meu amigo, foi encarregado de estabelecer as diretrizes. As próprias letras da magnífica obra de Itamar Correia na campanha, nos *jingles*, explicitavam esse tempo novo, que proclamávamos em um duelo justamente contra a maior expressão política de Goiás em todos os tempos: Iris Rezende Machado.

Há quem discorde de mim, apontando Pedro Ludovico como tal. Eu permito-me a mão inversa, porque Pedro é produto de nomeação por um ditador; Iris é produto da vontade popular manifestada através do voto.

Pois era ele o nosso adversário. Imbatível, diziam as pesquisas, marcava 72 na preferência, contra 4 do nosso menino. De repente, o que parecia impossível aconteceu: o Deus jazeu tombado. Era o tempo novo, que chegava com o moço da camisa azul. Foi uma vitória maiúscula, histórica, inesquecível, tanto para vencedores quanto para vencidos.

Nascia ali a minha amizade e devoção ao jovem líder que surgia. Convicto de que inaugurávamos uma nova história, em uma decisão que acredito inédita, desde o primeiro dia da campanha – aliás, os goianos aqui presentes são testemunhas disso –, eu assinei todos os programas com a vinheta cantando o meu

nome, assumindo publicamente que eu era marconista, de ponta a ponta. Os adversários nunca gostaram de ouvi-la.

Mesma coisa eu fiz na busca da reeleição, em 2002, onde a fé e a crença no meu candidato levaram-me a bater firme contra os procuradores federais eleitorais. Em artigo assinado, eu os acusei de criarem entraves para o nosso candidato e de agirem tendenciosamente em favor do adversário. Por Marconi, eu topava qualquer parada.

Resultado: em ação penal julgada – e já prescrita, na época, o que anulou a decisão do juiz –, ele condenou-me a 12 anos de reclusão. Por Marconi, seja o que Deus quiser. Já a ação cível está parada. Os procuradores que acionam contra mim estão pedindo cinco mil salários mínimos de indenização. O meu querido governador nunca perguntou a mim se precisava de ajuda, dinheiro ou de um advogado. O partido também não.

Peço licença para abrir um parêntese, não pelo momento, mas pelo meu erro, que cometi. Quero pedir desculpas aos procuradores Mariane Guimarães e Marco Túlio e à saudosa juíza Ialba, que também acabei envolvendo indevidamente na crítica que fiz em defesa do meu candidato. Embora tardiamente, Mariane e Marco Túlio, reitero o meu pedido de desculpas e o reconhecimento público pelo erro que cometi.

Em 2006, Marconi queria um lugar no Senado e nós o levamos lá, não sem eleger também Alcides Rodrigues Governador. Foi mais uma vitória espetacular. Daí, pensei comigo, para chegar à Presidência, é um pulo. Era o sonho de todos nós, marconistas. Até a fórmula para projetar a campanha já estava no papel.

Foi numa dessas manhãs de abril de 2010 que, em visita a ele, no gabinete da 1ª Vice-Presidência da Casa, Marconi perguntou a mim o que achava de ser ele candidato ao Governo pela terceira vez. Eu ponderei que voltar é regredir, que o fundamental era uma ótima atuação parlamentar, ocupando espaços nacionais, e tentar materializar o sonho de ser Presidente. Era o sonho de todos nós que ele chegasse a isso. A minha opinião, no entanto, foi logo suplantada pelos que nunca são candidatos, mas que sempre querem ser governo.

Lá, viemos nós para a quarta batalha. Acertei os detalhes da minha participação na campanha em contrato verbal com o próprio candidato. A minha proposta de R$200 mil a ele foi contraproposta por 120 mil mais um bônus de 50 mil em caso de vitória, livres de impostos, pois sou autônomo e não possuo empresa para poder emitir notas fiscais. Vencemos, mais uma vez. E, mais uma vez, tal como ocorrera em 2002 e em 2006, fiquei com saldos a receber. Dos 120 mil que me foram pagos, restavam 80... Dos 120 mil, restavam 80... Perdão. Dos 120 mil que me foram pagos, foram pagos 80 mil. Restavam 40 mil mais 50 mil do bônus. Foi esperando receber esse dinheiro que me mudei para a Bahia. E eu só o recebi, porque voltei de lá. Perdi o meu paraíso na Praia do Forte para vir receber uma conta. Voltei, cobrei. De repente, não mais que de repente, tal recebimento me traz à presença das senhoras e dos senhores e do País.

Não compactuo com coisas malfeitas. Aqui, venho em busca de esclarecimentos sobre os depósitos feitos na conta bancária de minha filha. Ao Lúcio, foi dado o número da conta de Bruna, não a "cascatas", nem a "cachoeiras". Pensávamos tê-los feito o Sr. Lúcio. Os depósitos. Ele nos ligou informando que se iria fazê-los e que seria responsável pelo pagamento. Posteriormente, ele informou que os depósitos haviam sido feitos. Eis por que nós nunca nos preocupamos em conferir feitos por quem. Afinal, foi a ele que passamos o número da conta e certos ficamos de que os depósitos, ele os fizera.

Eis que, no transcorrer tranquilo desse abril de 2012, fomos surpreendidos por terrível notícia. No dia do depoimento do Senador Demóstenes Torres à Comissão de Ética do Senado, o nome de Bruna apareceu, primeiro, como assessora parlamentar do Senador, nomeada em 2005, e, segundo, como recebedora de depósito feito por empresa ligada ao Sr. Carlos Cachoeira.

Cruzando o nome da conta em que o dinheiro foi depositado com o do Senador, Bruna apareceu como funcionária dele. Realmente, ela chegou a ser nomeada, mas não tomou posse. Problemas de saúde barraram-na no exame médico, problemas que resultaram, inclusive, em transplantes de fígado. Mais uma vez, agradeço aos amigos da Beneficência Portuguesa por tudo que fizeram, porque devolveram a vida a ela. Esclarecendo, pois, o primeiro ponto, para que não pairem dúvidas, em especial atenção ao Senador Pedro Taques: nomeada, Bruna não tomou posse como assessora parlamentar do Senador em decorrência de problema hepático que se revelou grave e a levou à fila de transplante.

Segundo ponto. O depósito de 45 mil feito por Alberto & Pantoja que apareceu na conta dela nada teve ou tem a ver com o Senador Demóstenes e muito menos conosco. Assim, quando Bruna foi citada em transmissão nacional como suposta laranja do Senador, é evidente que isso nos causou profunda indignação. Jamais poderíamos imaginar que o Sr. Gouthier, que, ontem, aqui esteve e a quem, em telefonema que nos fez, informamos o número da conta, tivesse repassado-o a tal empresa. Afinal, conta bancária se passa a

amigo, a quem é de confiança, jamais a terceiros e a desconhecidos. Mas o Sr. Lúcio infelizmente o fez, e não uma, mas duas vezes, pois o segundo depósito foi feito pela Adécio & Rafael Construtora e Terraplanagem, que também é ligada ao grupo do Sr. Carlos Cachoeira e à empresa Delta.

Como houve destaque nacional do caso do depósito, foi procurado pelo jornalista Fernando Gallo, de o *Estado de S. Paulo*, e expôs a verdade dos fatos. Contei que, em contrato verbal, ajustado com o candidato Marconi Perillo, acertei, logo após a convenção, a minha participação na campanha como produtor dos programas de rádio.

Eu fui encontrá-lo no escritório político dele, em Goiânia, na Av. Ricardo Paranhos, do Setor Marista. O acerto se deu na sala de reuniões. Uma mesa comprida, elegante, porta de correr, toda de vidro, e a conversa foi rápida. Ele contrapropôs 120 mais bônus aos meus 200 mil.

E acontece que, quando saí, quem estava ali? A Vereadora Jacyra Alves com um grupo de mulheres. Eu as cumprimentei, tudo bem, e eles chamaram um táxi para ir para a casa, mas um amigo que ali estava, também de saída, ofereceu-me carona: o escritor e professor da Universidade Federal de Goiás Nasr Chaul, que hoje dirige o Centro Cultural Oscar Niemeyer.

Lembro-me que, no trajeto até minha casa, falamos sobre uma tese, sobre Iris Rezende Machado, elaborada pela conceituada jornalista Cileide Alves, editora chefe de *O Popular*. Na oportunidade, soube por ele também de um livro que estava no prelo, *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*, da historiadora e contista Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, uma ótima obra, por sinal. Chaul deixou-me em casa, do Santorini, o restaurante que fica no prédio onde eu moro.

Do valor acordado com o Sr. Governador, à época, candidato, recebi três pagamentos: um, de R$40 mil, das mãos dele, antes do início dos programas eleitorais; outro, no dia 21 de setembro, de R$30 mil, pagos pelo financeiro da campanha; e um terceiro pagamento de R$10 mil, já concluído o trabalho, em dinheiro, pelo Sr. Jayme Rincón, no escritório.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Antes do início dos programas eleitorais, eu recebi R$40 mil das mãos do candidato. Outro, no dia 21 de setembro, de R$30 mil, pagos pelo financeiro da campanha; e um terceiro pagamento de R$10 mil, já concluído o trabalho, em dinheiro, pelo Sr. Jayme Rincón, no escritório da empresa dele. Somando-se as três parcelas, temos R$80 mil, faltando R$40 mil para o R$120 mil combinados, e mais R$50 mil do bônus pela vitória. Os R$90 mil restantes são a causa de dois depósitos feitos: um, em 14 de abril, pela Alberto e Pantoja. Vou pedir, inclusive, aos senhores que aprovem a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico para mostrar que há mais relações dessa empresa com pessoas ligadas a quem hoje me acusa.

Bem, como o número da conta da minha filha foi parar lá, o Sr. Gouthier pode explicar. Podia ter explicado aqui ontem. Preferiu ficar em silêncio, pois o número foi passado a ele, o homem de estreita confiança do Governador Marconi Perillo. Só a ele e a mais ninguém.

Por pedir esses esclarecimentos, de repente eu deixei de ser o cara, o bom, o talento, o pé quente, para ser figura controversa, como ele disse aqui. Mentiroso, irresponsável, desequilibrado mental.

Cães sem açaimo foram açulados contra mim. Os ataques foram e continuam impiedosos. Todos buscando destruir a minha moral, solapar a minha credibilidade, enlamear a minha honra. Para que e por que eu iria mentir, meus amigos? Inventar situações como essa, não fossem elas verdadeiras? Eu fiz um pacto com o amigo Marconi, na verdade, e ela está exposta. Não tão amigo assim?

Quem tem amigos como tal parece que não precisa de inimigos. Parafraseando Bandeira, busco um novo caminho, vim-me embora de Pasárgada, o rei era meu amigo coisa nenhuma. Pelas diatribes despejadas na mídia servil, percebe-se que o rei está nu. O desespero toma conta dos palacianos.

Na quinta-feira, em mais uma elucubração nos áuricos, a mulher do contraventor, Andressa Carvalho, foi colocada em contato com Veja *On-Line* para revelar interessantíssima história: Bordoni chantageava o queridinho dela, e essa era a razão do depósito e não o pagamento de campanha.

A matéria foi requentada por um jornal goiano para avolumar papéis contra a minha credibilidade. Onde essas cabeças ocas buscam inspiração para piadas de mau gosto? Quem sou eu para achacar o rei do achaque? Que poder tenho eu para submeter o Capone do Cerrado? Perderia Cachoeira a chance de gravar a minha conversa, tentando lhe tomar tanta grana, ele que grava todos que telefonam, falam, escrevem?

Os goianos me conhecem de longa data, sabem da minha retidão, da minha dignidade, da minha decência. Eles não me confundem com os sicários, com os asseclas, com os bastardos encastelados no poder. Vou processar todos eles, inclusive o dono da banda dos desafinados.

Eu trago aqui a verdade dos fatos. Pelo meu trabalho limpo fui pago com o dinheiro sujo. Daí a imperativa quebra dos sigilos bancários, fiscais e telefônicos do Sr. Lúcio e o meu próprio, onde identificaremos as

chamadas telefônicas feitas por ele para nos informar dos depósitos realizados. Aliás, eu vou repassar depois ou repasso agora o volume total dos documentos que tenho ao Sr. Presidente. Aqui há autorização para quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da minha filha, meu.

Nós viemos a esta CPMI tão só em busca da verdade, mas o Governador Marconi Perillo, quando esteve aqui, faltou com ela abusivamente. Quisesse eu o silêncio, pediria o meu competente advogado que entrasse com *habeas corpus* no Supremo para que fizesse coro ao silêncio dos hipócritas, mas eu não o quis, porque nada tenho a esconder e nada tenho mesmo. Investiguem o quando quiserem. A minha vida está aberta. Eu não temo encarar ninguém, seja quem for.

Eu gostaria que o Governador Marconi Perillo, inclusive, estivesse aqui, sentado aqui olho no olho comigo, ele, Lúcio, Jayme Rincon, para que pudéssemos, na presença das senhoras e dos senhores, fazermos uma acareação, *tetê-à-tête*, um cara a cara, um olho no olho. Eu quero encará-los. Eu não os temo. Eu os desafio onde preciso for. Eles precisam aprender que não se brinca com a honra e com a dignidade das pessoas. Que a lição comece a partir de hoje, se Deus quiser.

O Governador de Goiás, que se autoproclamou aqui símbolo de dignidade do povo goiano, não foi leal com os senhores, primeiro, porque faltou com a verdade ou quando não, propositadamente, deliberadamente, a omitiu e, segundo, porque os tem a todos, excetuando-se os tucanos e aliados, como marionetes do ex-Presidente Lula.

Em matéria publicada inclusive no *Diário da Manhã*, em jornal de Goiânia, inclusive estaria nos autos, nós temos matéria dizendo o seguinte: os senhores são acusados de serem claramente direcionados pelo ex-Presidente Lula para prejudicar o Estado de Goiás e o mandatário goiano. Também acusam o Senado de ter montado esta Comissão com o objetivo de criar dificuldades para o ilustre Governador. Outro diz também que, excetuando os tucanos e aliados, os senhores são tidos por ele como marionetes do ex-Presidente Lula.

Isso causa estranheza a se lembrar que foi ele próprio, quando se cogitou da sua convocação, quem veio aqui e se ofereceu para depor. "Quem não deve não teme", exultaram os blogueiros e twiteiros regiamente pagos com o dinheiro do Erário. A saúde em crise no Estado, hospitais interditados por falta de recursos para despesas elementares, enquanto alguns milhões foram gastos para que ele treinasse e aqui viesse e daqui saísse festejado como o senhor de todas as virtudes.

Ele faltou com a verdade quando aqui esteve, a começar por mim, ao alegar ter ajustado o valor de R$33 mil pelos meus serviços de rádio apresentando como prova a nota fiscal de ArtMidi, R$33,3 mil. Os adversários devem achar que eu posso fazer mais barato agora que estou "desmoralizado na praça". A nota fiscal de R$33,3 mil está aqui. Se os senhores puderem identificar em que lugar deste papel está escrito o meu nome para dizer que isso representa o meu contrato de serviço, eu engulo esta folha.

Alegou ter sido contratado pela ArtMidi para fazer programa. Isso não é verdade. Tenho aqui a declaração da ArtMidi, clara, bem explícita: declaramos que o jornalista Luiz Carlos Bordoni não foi contratado pela nossa empresa para prestar serviços de áudio em 2010 na campanha eleitoral. Eu já o disse e repito: foi contrato verbal ajustado entre mim e o candidato, valor de R$120 mil mais bônus de 40 mil, ficando os impostos por conta da campanha. Desse total, faltavam 90 mil a serem pagos com o governador incumbindo o controlador de finanças de fazer o acerto comigo. Porque é importante a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos é que estamos aqui para provar a trajetória do dinheiro, das ligações feitas, para informar onde é que estava o dinheiro depositado e a data do depósito. O ilustre senhor governador, repito, faltou com a verdade, pois neste documento não tem prova nenhuma de contrato de campanha.

O que existiu de fato, senhoras e senhores, foi um pagamento a mim feito com caixa 2. Alberto & Pantoja, comprovadamente empresa ligada ao Sr. Carlos Cachoeira e o segundo pagamento também feito por Adecio & Rafael Construção e Terraplanagem também empresa fantasma ligada ao Sr. Carlos Cachoeira.

Aí disseram que não, que Lucio não havia me ligado, que eu, sim, havia ligado insistentemente a ele pedindo emprego e salários melhores para meus parentes. Interessante. E que eu explicasse o dinheiro sujo na minha conta.

Amigos, se eu tenho o telefone do rei, até então meu amigo de todas as batalhas, meu ídolo, meu herói, por que iria pedir favores e emprego para quem não decide nem manda? Pelo contrário, é um faz tudo. Depois, o senhor governador mandou difundir pelos quatro cantos que tais depósitos eram para me silenciar quanto a comentários críticos que fiz e continuei fazendo contra a Delta Construtora. Os telespectadores da TV Brasil Central são testemunhas de que me mantive crítico até o último dia em que lá estive, sem poupar ninguém, de cachoeira a cascata, pedindo inclusive cadeia para todos os culpados, fossem quem fossem.

Esse assunto da Delta é ligado aos pardais que estavam sendo instalados nas ruas de Goiânia, e eu

os critiquei porque o promotor Fernando Krebs recebeu um projeto em que os alunos da Escola Técnica Federal, o IFG hoje, eram capazes de fazer a preço muito mais em conta os pardais para serem instalados nas ruas da cidade. Aí os *blogs* dos defensores do governador publicam inclusive a fala do Sr. Carlos Cachoeira conversando com o Sr. Cláudio, da Delta, pedindo ao Cachoeira que falasse com o Leréia para conversar comigo, porque o Leréia é meu amigo, conhecido do Bordoni, vá falar com ele, para ele parar de falar porcarias contra a Delta. E depois tem o áudio do próprio Cachoeira ligando para o Sr. Leréia pedindo para que interviesse junto a mim e ao Paulo Beringhs para que parássemos de criticar a Delta porque isso prejudicaria a presença dela na licitação pública. E aí eles dizem que foi para me silenciar disso que o dinheiro foi depositado na minha conta.

Para aclarar ainda mais e eu aqui afirmo e peço a esta CPI para solicitar da TV Brasil Central e da Produtora que edita o TBC News das 23 horas os DVDs dos programas em que o assunto Delta esteve em pauta, para que todas as dúvidas possam ser sanadas a respeito. E peço isso, Sr. Presidente, que se faça com a maior brevidade possível.

Não há nada no mundo mais importante para mim do que dignidade e independência, e de tais valores eu não abro mão. Já pedi demissão no ar em certa emissora de TV por conta de dirigentes contumazes em querer usar o jornalismo como arma para faturar governos. Já fui demitido várias vezes a pedido de governantes, mas nunca me dobrei e não seria agora, no fim da vida, que eu iria me entregar ou entregar os pontos, jogar no lixo a minha história, o meu passado de lutas como querem fazer os senhores palacianos. Desesperados, eles insistem. Agora, apresentam uma versão risível em que a mulher do Sr. Carlos Augusto Almeida Ramos afirma ter dito ele ser este Bordoni aqui um vigarista, um chantagista, que dele estava tomando dinheiro para silenciar sobre relações escusas com certo político, preocupados com a ilação que envolvesse o governador, maldosamente os sicários da corte quiseram dar entender ser o Senador Demóstenes Torres o tal.

Demóstenes, de quem fiz as duas campanhas vitoriosas, com quem sempre tive bom relacionamento e de quem jamais esperaria o que agora nos foi revelado.

Como são infelizes os tais. Nas conversas telefônicas do contraventor com o Cláudio Abreu, com Wladimir e com o Deputado Leréia, o meu nome foi citado, mas não só o meu. Já expliquei aqui o objetivo da conversa que eles queriam: Bordoni achacador. A manchete correu solta. Dinheiro depositado não era para pagar campanha de Marconi, era produto de extorsão do jornalista contra o protótipo da honra, da moral e dos bons costumes.

Eu, com quase 70 anos, achacando o rei do achaque. Pois é, mandando e desmandando na política de Goiás. Como pode! Ele que manda em tudo, nas duas polícias de Goiás, inclusive, onde sobra mão de obra para queimar qualquer arquivo, por que a sua majestade paralela iria se submeter ao velhote aqui, pagando sem chiar R$45 mil, como alegou a pobre senhora?

E como eu teria conseguido achacar o rei do achaque, já que os telefones da quadrilha estavam todos grampeados e em momento algum aparece a minha voz falando com tal cidadão?

"Ah, eu o fiz por escrito!"

Cadê o papelinho, como diria o mineiro? Eu e minha filha queremos tudo em pratos limpos, e por isso eu estou aqui. Que sejam quebrados todos os sigilos de todos. Já passei, dos documentos, a autorização para que isso aconteça.

Senhoras e senhores, em especial aos ilustres membros da Bancada do PSDB – já fui peessedebista – eu não queria estar aqui, mas fui obrigado a vir, obrigado pelo seu companheiro, meu ídolo de ontem e, lamentavelmente, meu algoz, patrocinador de todas essas maledicências despejadas sobre mim.

Tudo porque o pagador de contas dele, indevidamente, repassou o número de conta bancária nossa para uma quadrilha, e isso envolveu o meu nome e o de minha filha com o mundo da contravenção.

Eu jamais iria arcar com o ônus de coisas malfeitas e tenho a certeza de que os senhores não fariam de forma diferente. O companheiro de legenda faltou com a verdade junto aos senhores. Quis ele que a nota fiscal, onde sequer meu nome não existe, fosse o meu contrato de trabalho. Não é verdade. Acertei pessoalmente com ele a campanha, contrato verbal entre amigos, companheiros de velhas batalhas. E em amigo você confia cegamente, você aposta nele, como apostei todas as vezes, e o ajudei a chegar lá, nas vitórias todas que conseguiu. Confiei cegamente, prestei um serviço limpo; esperava ter sido pago com dinheiro limpo, não com o produto da contravenção, não com dinheiro de caixa dois.

Pobre e infeliz moço da camisa azul. O nosso mestre Santillo deve estar se revirando na tumba por conta de suas desastradas ações. Trocou os amigos leais por maus caracteres banidos do PMDB e que na verdade se revelam serem seus coveiros, prontos para sepultá-lo, mas não sem antes lançarem mão do botim.

Lúcio Fiúza Gutier. Esperava que ontem quando aqui estivesse fosse másculo e maiúsculo. Assuma, por favor, o desastre causado pela sua incúria. Dessa verdade eu não abro mão, pois a minha dignidade

está acima de mandatos e de poderes, pois é ela o patrimônio inalienável que me restou.

Lamento pelo companheiro faltoso, Srs. Tucanos, mas essa é a pura verdade dos fatos. Quando aqui esteve, o ilustre Governador faltou com a verdade várias vezes. Negou, por exemplo, ser o presidente do Detran, indicação do Sr. Carlos Cachoeira. Afirmou que Edivaldo Cardoso foi escolha pessoal, contrapartida ao bolso que a Presidente do PTdoB e que, segundo o Governador, foi a terceira força a apoiá-lo na eleição.

Aos neófitos pode até convencer a justificativa dada. Para os conhecedores da política, porém, PTdoB e nada em Goiás é igual a nada. Elegeu dois Deputados por conta do baixo quociente. O partido tem pouco mais de quatro mil filiados no Estado. Negar é querer tapar o sol com a peneira.

Edivaldo assumiu o Detran por indicação de Cachoeira, que, no governo Alcides, havia tentado colocar ali o hoje Deputado Estadual Francisco Gedda. Alcides, na época, que optou por manter o correto Bráulio Morais, peça fundamental na campanha dele, e atendeu a Cachoeira, nomeando Gedda para a Metrobus e o Edivaldo para a Ceasa.

Enganam-se os que pensam ser Eidvaldo apenas mais um na organização. Ele e Cachoeira são sócios. Edivaldo assumiu o controle do jogo do bicho, herdando o comando que pertencia a seu sogro, Boadyr Veloso, assassinado de forma misteriosa e nunca explicada. Em Goiás, ninguém administra o jogo sem a prévia autorização de Carlos Cachoeira, *vide* gravações da Operação Monte Carlo.

Interessante observar aqui que, quando aqui esteve, perguntado sobre a repressão ao jogo do bicho, o Governador ateve-se apenas nas justificativas quanto aos caça-níqueis, omitindo a verdade sobre o jogo do bicho. Senhores, ele corre frouxo em Goiás; bancas são encontradas aos montes, inclusive com extrações transmitidas por emissoras de rádio.

Eis por que o Governador várias vezes faltou com a verdade. Disse não ter relações com o tal bicheiro, que esteve com o empresário em três ocasiões, uma no Palácio, a segunda no Detran e a terceira na casa de Demóstenes. Disse que as gravações registram apenas uma ligação telefônica que fez ao contraventor no dia do aniversário dele, quando estava na casa de um amigo e alguns dos presentes perguntaram se ele se importaria de falar com ele, pela data. E saibamos, o Governador o recebeu em Palácio uma vez, mas o teria feito outras vezes no hangar do Estado. O Governador foi uma vez ao Detran e o encontrou lá juntamente com o Edivaldo, Presidente do órgão, e houve, além do jantar com o Demóstenes, um jantar na casa de Edivaldo, onde também se encontraram. Aliás, seria o ponto de encontro costumeiro entre eles.

Acredita-se na ocorrência de outros encontros não revelados, até porque em dois jantares o tempo seria exíguo para discutir a candidatura de Demóstenes à prefeitura, à formação de chapa, apoio da Delta, nomeações, obras a serem licitadas etc. E mais, Wladimir, o braço político de Cachoeira, o representava junto ao Governador Marconi Perillo e não poucas vezes foi recebido em gabinete, já que do Palácio era assíduo frequentador. O Sr. Wladimir, inclusive ontem, foi à CPI da Assembleia Legislativa de Goiás e ampliou a novela da Srª Andressa Carvalho, dizendo que eu havia pedido R$200 mil de patrocínio ao Cachoeira e que o primeiro depósito foi feito por ele na conta de minha filha.

De repente, ele pode até ter passado o número da conta da filha para o contador do Cachoeira, porque o Sr. Wladimir era o ponto de contato com o Sr. Lúcio Fiúza e com o próprio Governador. Ele era o agente político de Cachoeira dentro do Palácio das Esmeraldas.

Segundo amigos mais próximos, Cachoeira teria optado pela discrição depois do episódio Waldomiro Diniz, daí os encontros fortuitos dele com os homens do Governo. Mas há informações de que o Governador teria tentado ajudá-lo, inclusive, em relação ao controle de loterias em outros Estados, caso de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Os jornais estamparam essas matérias exaustivamente por ocasião.

Quanto ao telefonema único, o Governador o fez a pedido de Demóstenes. Deve ter omitido o nome por orientação do advogado, que, aliás, representa ambos.

A comunicação entre Marconi e Cachoeira, segundo apurou a Polícia Federal, era feita além dos intermediários Eliane e Wladimir, via mensagens, torpedos. Agora, suspeita-se, inclusive, de que usava um *skype*, que era o sistema de contrainformação do Cachoeira para fugir dos grampos da Polícia.

Quem leu o *Diário Oficial* e o festival de nomeações e compara com as exultações de Cachoeira com o seu pupilo Wladimir, conforme se ouve nos grampos, tem a certeza absoluta de que há o envolvimento do Governo e do Governador Marconi com o contraventor Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Contra fatos não há argumentos. Difícil não reconhecer a existência até então de um governo paralelo com o líder da organização, tirando proveito explícito da acracia que predomina em Goiás.

As operações Vegas e Monte Carlo, deflagradas pela Policia Federal, não deixam dúvidas quanto a isso.

Carlos Cachoeira se fez instalar eletronicamente no gabinete do Governador, em que uma de suas chefas, Eliane Pinheiro, que deveria depor aqui e com

base em HC, *habeas corpus* obtido, saiu daqui sem nada dizer.

Por que há esse silêncio todo dessas pessoas que sabem tudo das relações entre o poder e o poder do contraventor?

Eliane Pinheiro, que dispunha do famoso rádio Nextel para contatos imediatos de todos os graus... Não será só ela o elo, não. O Wladimir Garcez fazia a ponte. Por ele saíram audiências marcadas para receber pessoas de interesse do contraventor. Por ele saíam a maioria das nomeações dos indicados pelo patrão, que, muitas vezes, se dava ao luxo de mudar os nomes nas listas encaminhadas, fixando salários.

A operação Monte Carlo, felizmente as provas são convalidadas pela Justiça, está aí para provar.

Nomeações que também saíam via Edivaldo, Presidente do Detran, e via Deputado Carlos Alberto Leréia, cujos pedidos foram atendidos de ponta a ponta.

S. Exª, em mais uma omissão da verdade, negou conhecer o relacionamento próximo entre Demóstenes e Cachoeira. Ora, participou de jantares juntamente com eles, discutiram política, traçaram planos montaram até chapa para disputar a prefeitura. O Cachoeira queria Wladmir na vice, mas o processo contra ele, que está aqui em Brasília, parado não se sabe por conta de quê, pesava contra a sua candidatura.

Esse cidadão que foi depor contra mim na CPI, ontem na Assembléia, e que inventou o disparate que foi divulgado pela imprensa goiana, simplesmente reponde a processo. Ele teve o mandato cassado por ter tungado R$7 milhões da Previdência Social dos servidores da Câmara Municipal de Goiânia, quando ele era Presidente daquele poder. É esse cidadão que foi falar mal de mim lá.

Pois é. E eles estavam articulando a candidatura de Demóstenes. Como Demóstenes refluiu, não quis mais ser candidato a Prefeito, pensou-se nele em ser candidato do DEM a Presidente da República. O Governador indicou Leonardo Vilela. Cachoeira entrou novamente no circuito para apoiá-lo, tanto que Vilela foi jantar na casa de Demóstenes com o pessoal da Delta. Enfim, o plano estava armado com outro nome em cena. Parece que a única coisa que o Governador não sabia era que o seu escudeiro financeiro havia dado ponto sem nó nos pagamentos feitos a mim.

A insistência dele nas negativas tem efeito placebo. Dizer desconhecer a existência de relações próximas entre Cachoeira e sua chefe de gabinete, Eliane Pinheiro, é negar ter vencido a eleição. Todos sabiam que Eliane era Cachoeira incrustada dentro do governo, com radinho na mão e Wladimir Garcez a tiracolo. Ali era o birô. Difícil o patrão não saber do relacionamento de sua assessora com tal cidadão, já que ela fez viagem aos Estados Unidos toda paga por ele: Miami, Las Vegas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem direito à questão de ordem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou ouvindo atentamente o depoente. Naquilo que se refere à vinda dele, ao depósito feito com relação à conta da sua filha, aos pagamentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O artigo da questão de ordem de V. Exª, por favor...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, é com relação ao fato de que a testemunha tem obrigação de se ater ao fato. Ele está fazendo ilações... Aos fatos sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio, não acolho a questão de ordem de V. Exª. A testemunha volta...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A minha é questão de ordem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Qual é o artigo de V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O meu é o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O art. 14 não é questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por que não é questão de ordem? É questão de ordem, sim. Qualquer artigo do Regimento é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não acolho a questão de ordem...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É que o Deputado Carlos Sampaio, ontem, reclamou do Relator, que o Relator não queria apurar. Agora, o jornalista está esclarecendo o País, e ele quer atrapalhar o depoimento do jornalista.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nenhum dos dois. V. Exªs estão me atrapalhando, por favor.

Volto a palavra ao depoente para concluir a sua exposição, usando o tempo que for necessário. Por favor.

Eu peço a V. Exªs que não atrapalhem.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria só ressaltar ao Deputado Carlos Henrique, Carlos Henrique Focesi Sampaio, que ele enten-

da que eu estou usando este espaço que me foi dado nesta CPMI para apresentar a minha defesa também em relação aos ataques que tenho sofrido pelos fatos envolvendo o meu nome. Eu não estou aqui fazendo ilações. Eu estou aqui trazendo a minha defesa em relação aos ataques que me foram feitos, envolvendo o meu nome em depósito feito por contraventor. E não vou admitir de forma nenhuma, Deputado Carlos Henrique Focesi Sampaio, que se faça qualquer relação do meu nome com o do contraventor. E o senhor, como homem do Ministério Público, deve saber que eu tenho esse direito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não admito que V. Sª fale sobre mim. Eu não admito que V. Sª fale sobre mim. Eu só fiz uma questão de ordem. Não concebo que V. Sª se dirija a mim. Não concebo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não concebo que V. Sª se dirija a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor! Eu quero pedir a V. Exªs calma, calma. Vamos ouvir o depoente.

Por favor, tem a palavra V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não faltei com o respeito ao Deputado...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não faltei, não; não faltei, não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não concebo que ele se dirija a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhor depoente, V. Sª não se pode dirigir aos Srs. Parlamentares. Só quando for indagado.

Por favor!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Imprescindível que sejam incluídos aqui os nomes dos trabalhadores com dinheiros não contabilizados, caso dos Srs. Lúcio Fiúza e Jayme Rincón, controladores de finanças extraordinárias do nosso Governador.

Lúcio, em cuja casa a Polícia Federal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sr. Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor! Por favor! Por favor!

Sr. Deputado, por favor!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente, não vamos entrar nisso agora.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu estou aqui, em respeito a este Plenário...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr. Deputado. V. Exª não pode desacatar a testemunha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – As pessoas orientadas por celular para me atacar que o façam à vontade. Eu estou aqui para trazer o direito de depor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*) – Por favor, Sr. Deputado...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estou aqui para contribuir com a sociedade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero saber a quem ele está acusando de estar sendo orientado pelo celular, Sr. Presidente.

Ele está aqui fazendo o quê? Isso é molecagem!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente, o senhor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senhoras e senhores, quem está em casa acompanhando esta transmissão da CPMI vai saber muito bem, ao analisar os fatos, que alguns dos senhores não estão preocupados em esclarecer coisa alguma. Alguns dos senhores...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, o que é isso?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não admito acusação de desqualificado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, presida esta CPI!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Sr. Depoente...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A verdade dói.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu não admito isso, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O controverso sou eu, que criou a turma da panelinha, que deu ao Sr. Marconi retumbante vitória...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente, por favor. Por favor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu sou o controverso a quem os sicários palacianos, em nota oficial, chamaram de mentiroso e irresponsável.

Controverso, irresponsável e mentiroso.

Eu, que sempre ajudei a reelegê-lo...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Depoente...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senhoras e senhores, nós temos que entender que as pessoas que querem saber da verdade estão preocupadas em ouvi-la. Eu estou aqui para contar as coisas que fiz, em ajuda ao meu governador, ao meu candidato Marconi Perillo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu estou aqui, desde o começo, ouvindo o senhor. E agora percebo que o senhor não está dizendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr. Deputado! Por favor, Sr. Deputado!

Mantenho a palavra com o depoente.

Por favor! Por favor, Sr. Deputado Rubens Bueno, o senhor não está querendo conduzir a reunião. Por favor, Sr. Deputado! Por favor! O senhor vai ter o direito de fazer as suas inquirições, as suas indagações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Retomando a conversa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retome o depoimento.

Eu estou tentando conduzir o depoimento. Entendo as emoções dos senhores. Agora, estou tentando conduzir ao final. Estou tentando levar esse depoimento ao final.

Por favor, Sr. Depoente, conduza a sua fala. Aqui estamos para lhe ouvir. Espero que o senhor tenha respeito a esta Comissão, e espero que esta Comissão possa, democraticamente, lhe ouvir para as indagações.

Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sr. Presidente, peço ao senhor que considere a minha presença aqui um respeito a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, tem a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só virá à luz a verdade se quebrados os sigilos bancários, fiscais e telefônicos dos mais próximos de S. Exª – o irmão Antonio Perillo, o cunhado Sérgio Cardoso e os sócios formais e informais –; que sejam checadas as empreiteiras da área da construção civil que têm negócios em parceria com ele; que confiram a R Diniz e a Central do Brasil.

Pelo que chegou ao meu conhecimento, como jornalista investigativo, a R Diniz tem sócios que são sócios do governador em alguns investimentos, caso de compra de terreno em Pirenópolis, juntamente com Marcelo Limírio, José Augusto D'Alcântara Costa, que é dono de um hotel e de um cartório de registro de imóveis.

Soube que está em execução grande obra, no Município de Aparecida de Goiânia, situada na Avenida Brasil, Jardim Belo Horizonte, e nesse investimento há um triunvirato associado, formado por Marcelo Limírio, parceiro de Cachoeira, José Augusto de Alcântara Costa e, fechando o trio, a Galula Empreendimentos, empresa de José Pivec, o pleno e potenciário secretário de Estado, tido como o outro homem que manda no governo. O governador teria feito um aporte de capital. Falam que tal obra envolve muito dinheiro.

Ainda em Aparecida, foi adquirido, em 2011, outro gigantesco terreno – consta do balanço final daquele ano – como bem pertencente a R Diniz Construções; mas informação que se tem é de que foi o governador quem pagou os R$800 mil pela área. Os sócios são os mesmos: R Diniz, José Augusto, Marcelo Limírio, mais um filho e uma filha e, dessa vez, o próprio governador.

De acordo com memorial descritivo, o imóvel entregaria três áreas, e as três estão registradas com matrículas no Cartório do Registro de Imóveis de Notas de Aparecida.

Não estão aqui relacionados os outros bens imobiliários não declarados por S. Exª, mas que significam relevante patrimônio.

Como sugestão, Sr. Presidente, Sr. Relator, é importante que sejam seguidos os passos da Srª Daisy Brandino, alta executiva de banco suíço, consultora financeira de graúdos e famosos, como Emerson Fittipaldi, Rubens Barrichello, Lady Gaga, citada também nas ligações pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. Como diz o ditado "para se achar o dono, basta seguir o dinheiro".

É o que eu tenho a dizer aqui aos senhores, o controverso Bordoni, que criou a turma da panelinha que deu ao Sr. Marconi a retumbante vitória sobre o maior político da história de Goiás; controverso Bordoni a quem os sicários palacianos, em nota oficial, chamam de mentiroso e irresponsável; controverso, irresponsável e mentiroso Bordoni que o ajudou a se reeleger em 2002, que o ajudou a chegar ao Senado em 2006 e, mais uma vez, a governador em 2010, sempre usando o meu nome assinado em todos os programas.

Em todas essas vitórias eu era o cara, o pé quente e o bom; de trinta dias para cá, sou o que de pior pode haver. Os seus pistoleiros midiáticos, quase uma centena paga a peso de ouro para promover a sua pessoa, a sua imagem, ainda que com argumentos irreais e para caluniar opositores, usaram todos os meios de comunicação para minha desconstrução moral e como ser social.

Em Brasília, fizeram espalhar que eu havia sido comprado pelo PT e pelo PMDB. Em Goiás, que havia sido comprado pelo Braga, arqui-inimigo de S. Exª;

depois fui comprado pelo Cachoeira; depois, usando a mulher do próprio, vem aqui dizendo que eu o extorquia.

Aqui mesmo nesta Comissão, chamou-me o governador de figura controversa. Controverso, mentiroso e irresponsável, como diz na ação judicial. Gabou-se aqui de ter as contas eleitorais aprovadas sem ressalvas, que os meus serviços foram contratados por R$33.300,00 e pagos a mim sem intermediários.

Lanço um repto ao governador para que prove que eu recebi pela campanha esses R$33 mil, sob pena de passar por mentiroso diante desta Comissão e do País.

Conta sem ressalvas, não sem razão o faz tudo experiente Lúcio Fiúza Gouthier cuida das contas dele; nada fica a dever a grandes auditores. Quem o tem independe de Price White House.

Lamentavelmente, o Governador Marconi veio aqui e faltou com a verdade quando negou o débito para comigo. Negou pendências em relação a mim, como se essa fosse a única vez ou a primeira vez.

Ele quis tirar o meu *blog* do ar. Ele quer me punir, me destruir, anular-me como ser social; basta acompanhar a campanha que está sendo feita por aí.

Eu não sou o primeiro a ser vítima da tirânica soberba. Outros me precederam, mas espero ser o último a quem ele agride e o primeiro a trazer aos senhores a oportunidade de que se mostre que ninguém está absolutamente acima da lei.

Constrange estar aqui. Tem-se por hábito entender tal presença ante esta Comissão somente para aqueles que têm culpa no cartório. A culpa, se a tiver, será a de ter crido em quem não merece fé.

Nós entendemos que é fundamental que tenhamos nesta CPMI, como cidadão brasileiro, acompanhando o trabalho dos senhores, que tenhamos a oitiva dos governadores, por exemplo, de todos eles, não só dos dois que aqui estiveram, mas de todos aqueles citados nas conversas na CPMI.

Constrange estar aqui porque há o risco de ser partícipe de um triste espetáculo, principalmente quando se ouve dizer que, onde fui mal interpretado, de que veta-se a oitiva de Pagot, com informações sobre caixa dois, e do *pas de deux* da *rive gouche*, Fernando Cavendish, dono da Delta, e de Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro.

Sei do empenho de V. Exªs, Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, no sentido de que o resultado desse esforço corresponda à expectativa da sociedade brasileira. A grande maioria dos seus Pares, percebe-se, está comprometida com a causa. Que todos nós nos somemos a esse esforço de esclarecer tudo isso, porque, afinal de contas, é o interesse público e o interesse da Nação.

Dito isso, coloco-me à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Primeiro, Sr. Luiz Carlos, é importante que V. Sª tenha a clareza dos motivos que trazem as pessoas a esta CPMI. Nós estamos investigando organização criminosa e, como V. Sª aqui falou, estamos no rastro do dinheiro dessa organização criminosa. Não há preocupação aqui... As informações que V. Sª trouxe na sua primeira fala serão, claro, por nós analisadas. Os temas que V. Sª trouxe aqui são relevantes e quero que V. Sª saiba que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem o compromisso de perseguir a verdade, onde ela estiver. O senhor vem a esta CPMI com um compromisso, basicamente: o compromisso de dizer a verdade.

Tenho certeza de que o depoimento de V. Sª colabora com esta CPMI na medida em que recursos financeiros dessa organização criminosa foram parar na conta da filha de V. Sª. Essa descoberta faz com que o senhor esteja aqui hoje entre nós, colaborando com esta CPMI, a fim de que possamos desvendar essa organização que continua operando e atuando, apesar de seu principal chefe ainda manter-se preso.

Com esse sentido de buscar o dinheiro da organização criminosa, eu indago a V. Sª, porque V. Sª já disse aqui que fez campanhas eleitorais para o hoje Governador Marconi Perillo em outras oportunidades e para outros políticos.

V. Sª tem informação de que outras campanhas eleitorais tiveram pagamento feito por empresas ou pelo próprio Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sr. Relator, eu trabalhei em todas as campanhas do Sr. Marconi Perillo, de 1998 até 2010. Eu só tive conhecimento de envolvimento de caixa 2, de dinheiro, de pessoas estranhas ao meio com esse depósito feito. Eu nunca tive esse tipo de problemas, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na campanha de 2002, o Governador Marconi Perillo pagou ao senhor em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Na campanha de 2002, o saldo ficou de ser recebido e eu acertei justamente com o Sr. Lúcio, na residência dele. Fui lá receber.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois da campanha eleitoral?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depois da campanha eleitoral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era, precisamente, o papel de V. Sª nas campanhas do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu produzia todos os programas de rádio da campanha do Senador Marconi Perillo, do Governador Marconi Perillo, desde a primeira campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2002?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 1998 até 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Havia algum registro, nas campanhas anteriores, na carteira de V. Sª?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Algum contrato de prestação de serviço?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não há contrato de prestação de serviço porque, quando você trabalha com um candidato de quem você é amigo e que você aposta nele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os pagamentos realizados eram feitos de que forma? Mensais?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Parte de... Algumas campanhas são feitas através de agências, as agências que pagam, não é?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Bordoni, porque o senhor já disse os temas, o senhor já, de alguma forma, tocou os temas, aqui, que eu quero perguntar de V. Sª, mas é preciso, para que tenhamos condições de averiguar com mais detalhes as verdades que V. Sª quer dizer a esta CPMI, nós precisamos identificar mais datas.

Nesse sentido, eu vejo, aqui, que em 2010 V. Sª trabalhou pela quarta vez na campanha do Governador Perillo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não teve nenhum contrato de prestação de serviços em nenhuma campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, em nenhuma campanha ele fez o contrato de serviço. Não há contrato de serviço do ...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é sócio da ArtMidi? Art Mini?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não tenho nada a ver com a ArtMidi.

A ArtMidi é um empresa que tem um estúdio, uma mesa de som, do áudio. O operador, o engenheiro de som é meu amigo. Nós gravamos os programas no estúdio dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas qual é o serviço, então, que a Art Mini fez para a campanha do Governador Perillo? Porque tem uma nota fiscal de um serviço.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tem uma nota fiscal de um serviço. O pagamento feito dessa nota fiscal, de R$33.300,00, foi uma das parcelas do acerto que foi feito do Governador, do candidato Marconi Perillo comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor recebeu 33 mil...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta mil reais eu recebi do candidato, R$30 mil em espécie, R$30 mil dessa nota, descontados os impostos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ah, então, esses 33.300 o senhor recebeu da Art Mini?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recebi... A ArtMidi cedeu a nota para que eu recebesse do comitê, porque, como pessoa autônoma, eu não tinha empresa para receber.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a Art Mini prestou serviços para a campanha do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, ela foi contratada por uma outra empresa que prestou serviços para o Marconi Perillo, a Makro Vídeo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seria a Makro Vídeo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Makro Vídeo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o papel, então, da Makro Vídeo e Som na campanha do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A Makro tinha os estúdios, os equipamentos que eram usados para poder fazer as gravações, só isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não foi contratado por essa empresa Makro Vídeo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há contrato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, todos os acertos que eu fiz foram com o Marconi. O Marconi era meu amigo, nós acertamos todas as coisas juntas, desde 98.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há emissão de nota fiscal?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E recibo? V. Sª deu algum recibo para ele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Alguns recibos que foram assinados em campanha, mas para ele eu não dei recibo nenhum, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em qual campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 98, campanha de 2002. Na campanha de 2010, eu fiz as campanhas dos dois Senadores e do Governador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas há recibo em qual campanha? Na de 2002 o senhor deu recibo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2002... Não me lembro da história dos recibos de 2002.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2006?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2006, campanha para Senador, eu recebi com recibo, paguei com recibo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em 2010? Fugiu à regra, então, no recibo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, em 2010, fugiu à regra. O acerto foi feito com o candidato. Como ele viajava para faze a campanha o tempo todo, teve problemas de atraso, essa coisa toda, e ele repassou a parcela para o comitê fazer. Eu recebi do comitê.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, quando o senhor diz aqui que fez recibos, em 2006, este pagamento foi feito de que forma em 2006? Foi em dinheiro? Foi em cheque? Foi transferência bancária? Porque veja o esforço nosso aqui, Sr. Bordoni: as declarações do senhor nós temos de dar embasamento a elas com outros instrumentos,...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) –... com outros meios de provas. Porque é claro que há uma versão aqui apresentada pelo senhor, nós não temos razão para desconfiar da versão do senhor, porque o senhor tem boa vontade ao comparecer a esta CPMI, já fez isso na imprensa ao dar suas declarações e vem aqui reafirmá-las e pode contribuir ainda mais com o trabalho desta CPMI. Só que nós precisamos acostar às informações que V. Sª traz a esta CPMI outros elementos de prova. Por isso que eu estou fazendo aqui a pergunta em relação aos recibos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – As campanhas... Os pagamentos que eu recebi em campanhas, eu recebi diretamente do candidato; recebi das agências que foram contratadas por ele. E esta última campanha apenas que nós ficamos de fazer o nosso acerto entre nós e acabou dando essa confusão toda aí. Eu não tenho recibos dados, na oportunidade, de prestação de serviços para ele não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, o senhor disse aqui que em 2010 – se eu entendi bem –, que em 2010 o senhor fez a campanha desses Senadores.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fiz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De quais Senadores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Demóstenes Torres.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como foi feito o pagamento? O senhor fez uma referência aqui a R$200 mil, que teria sido o acerto da campanha. É só da campanha do Governador Perillo ou da campanha dos Senadores inclusive?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Eu fiz o pedido de R$200 mil para fazer a campanha do Governador, e ele contrapropôs R$120 mil, mais um bônus de R$50 mil pela vitória. Foi o que nós acertamos. As...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a campanha dos Senadores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A dos Senadores, eu fiz contratado pela MKPOL Marketing Político e pela AMP, agência de propaganda de Goiânia, que fez a de Lúcia Vânia. A MKPOL fez a do Demóstenes, e a AMP fez a de Lúcia Vânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E eles pagaram o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pagaram.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estas duas agências?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estas duas agências pagaram corretamente. Sem problema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Durante o período eleitoral ainda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Durante o período eleitoral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No tempo de prestação de contas regular.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente. Correto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor está afirmando aqui que só a campanha do Governador Perillo que o senhor recebeu R$33.300,00, da Art Mini, e recebeu no início da campanha quanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta mil

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De que forma o senhor recebeu isto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu recebi das mãos do candidato, no gabinete dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe precisar a data?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A data aproximada.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi antes do começo da campanha. Eu lembro-me que eu estava aguardando, junto com outras pessoas, para falar com ele, e quando ele me recebeu no gabinete dele, ele estava com o Prefeito de Piracanjuba e lideranças políticas daquela região e, no cômodo contíguo, ele me passou a importância de R$40 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há testemunha desta entrega?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Testemunha não há. Não há testemunha dessa entrega.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas este cômodo contíguo é o quê? Onde que ele fica?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fica atrás da mesa do escritório dele. No escritório dele tem uma divisória onde ficam livros, fotos, e atrás, nós fomos para a parte de trás...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele lhe entregou, então, dinheiro em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em espécie.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual o valor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta mil reais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde estavam esses recursos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em um envelope amarelo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Dentro do envelope?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dentro do envelope amarelo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tirou esse envelope de onde?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por incrível que pareça, até virou chacota a história, mas estava dentro de um frigobar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia... Frigobar? Não era um cofre?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – o senhor... Havia, neste frigobar, o senhor teve condições de ver se havia mais dinheiro lá?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não vi. Eu vi ele abrir e fechar e me entregar o envelope. Só.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Os pagamentos, então, o senhor está dizendo aqui que foram feitos de R$40 mil, no início da campanha. Estes R$30 mil foram pagos quando?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por volta de 21 de setembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por volta de quando?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Vinte e um de setembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem fez o pagamento ao senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Este de 21...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De R$30 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi o comitê de campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, foi feito em... Ele fez o pagamento para a ArtMidi, que repassou o dinheiro para mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, houve, durante a campanha, um pagamento de 40 mil....

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Mais um de 30 mil, este dessa nota, e mais R$10 mil que eu recebi depois da campanha do escritório do Sr. Jayme Rincón.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebeu da mão dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da mão dele, em espécie.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse escritório fica onde?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fica na avenida que vai para o aeroporto, próximo ao aeroporto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma pessoa viu o senhor entrando lá? O senhor esteve com alguém no escritório do Sr. Jayme Rincón?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fui lá com a minha filha, mas várias pessoas estavam lá, pessoas que eu não conheço, pessoas que trabalham ali. Eu aguardei durante um período que ele pudesse me atender. Ele me atendeu, recebi o dinheiro e fui embora. Eu me mudei para a Bahia. Foi quando eu viajei para a Bahia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor viajou para a Bahia quando mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – No final do ano, em novembro, por aí, eu me mudei para a Bahia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa data... O pagamento de R$10 mil foi no final do ano, precisamente...?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi depois da campanha. Não posso precisar para o senhor se foi outubro, novembro...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que remanesceu do período eleitoral, da campanha de 2010, qual volume de recursos mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – R$40 mil dos R$120 mil. Eu já havia recebido R$80 mil. Ficaram faltando R$40 mil, mais os R$50 mil do bônus pela vitória.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – R$ 90 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – R$90 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem passou... Por que Alberto & Pantoja, a empresa-fantasma – nós sabemos agora – do Sr. Carlos Cachoeira, depositou o dinheiro na conta da filha do senhor? O senhor já disse aqui, mas eu queria que V. Sª repetisse a título de que foram esses recursos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Duas parcelas pendentes dos R$90 mil que restavam: uma parcela foi depositada em abril, e a segunda parcela em maio.

Eu passei o número da conta, e o Sr. Lúcio Fiúza Gouthier, que resolve as questões do governador, é o assessor contábil dele, me telefonou pedindo o número da conta. Eu estava viajando e falei: "Minha filha é que resolve os meus problemas. Pode depositar na conta dela." E passei o número da conta para ele.

Surpreendentemente, nós só fomos saber que foi Alberto & Pantoja agora que teve o problema do depoimento do Senador Demóstenes no Senado com o Senador Pedro Taques cruzando as informações e detectando o depósito feito lá. E apareceu o nome da Bruna. E quisemos esclarecer. Só isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que recebeu, então, R$ 40 mil, R$30 mil, R$10 mil e duas vezes de R$45 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, e duas vezes de R$45 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E esses R$3,3 mil da nota fiscal?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do imposto que foi descontado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seria em razão do imposto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, aqui, o senhor ofereceu o seu sigilo telefônico também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ofereci sigilo telefônico, bancário e fiscal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, nós vamos poder constatar que, antes e depois do depósito...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem ideia de que período, mais ou menos? O senhor pode afirmar para nós, talvez, a data inclusive? Se for afirmativo, melhor. Em que data o senhor passou a informação para o Lúcio da conta da sua filha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu passo ao senhor inclusive aqui o extrato da conta. No dia 14 de abril...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, esse foi o depósito. Falo da ligação para o Sr. Lúcio Fiúza.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah, a ligação... O Lúcio ligou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele que ligou para o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele que ligou. Ele que estava encarregado de fazer o depósito, ele estava encarregado do pagamento e ligou no dia do pagamento. No dia dos dois pagamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em que período foi isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no dia 14 de abril, e o segundo pagamento...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 14 de abril.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O segundo pagamento no dia 18 de maio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As críticas que o senhor faz ao parque Mutirama ocorreram em que período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Essas críticas ao parque Mutirama ocorreram recentemente. A questão da Delta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas coincide com o período dos depósitos ou não?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não. A questão do Mutirama foi depois. A crise do Mutirama começou a acontecer a partir de agosto de 2011. Antes, estávamos discutindo na televisão a questão da licitação da Delta para a instalação de pardais no trânsito, a fim de flagrar o pessoal que não respeita a velocidade, essa coisa toda.

Nós criticamos, e aí o diretor da Delta ligou para o Cachoeira pedindo para interceder junto ao Deputado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas as críticas que V. Sª fazia ao parque Mutirama foram em que período do ano? Foram em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foram em 2011?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 2011 e 2012.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 2011 e 2012. No segundo semestre ou no primeiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2011, no segundo semestre. Esse ano foi só nessa primeira metade do ano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor recebeu os recursos da Alberto & Pantoja antes das críticas. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recebi antes das críticas. Não tem nada a ver uma coisa com outra. Tanto que eu estou pedindo aqui a requisição das gravações dos programas, para que nós possamos pegar todos os programas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é *a posteriori* aos depósitos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – *A posteriori* aos depósitos, para provar que não tem nada a ver uma coisa com outra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós sabemos aqui, pela quebra de sigilo, que um depósito da Alberto & Pantoja foi em abril de 2011. E da outra em-

presa que o senhor disse o nome aqui? Qual o nome da empresa mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É Adécio e Rafael Construção e Terraplanagem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi um depósito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depósito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi quando esse depósito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no dia 18/5; 18 de abril.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, todos os depósitos o senhor está falando aqui que foram antes das críticas ao Parque Mutirama?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor. Todos antes da crítica ao Parque Mutirama.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bom, o senhor disse aqui que o Sr. Lúcio Fiúza ligou para o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer de qual telefone ele ligou para o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não sei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Era celular?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quando você atende telefone...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não observou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não percebi se era celular ou se era do Palácio. Mas ele me ligou, primeiramente, informando que iria fazer o pagamento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Bordoni?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Hã?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para nós é importante que o senhor faça um esforço de identificar se o telefonema veio de um telefone particular do Sr. Lúcio, ou de um telefone, por exemplo, do Palácio, ou da casa dele? Do Sr. Lúcio Fiúza?

O senhor não se lembra?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não posso precisar para o senhor, Sr. Relator, se foi do telefone fixo ou se foi do telefone celular. Não posso precisar para o senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em razão do telefone do senhor, o telefonema foi feito em qual telefone? Da sua casa? Do seu escritório?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do meu celular: 84217045.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele ligou no seu celular?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. Já está anotado nas notas taquigráficas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E há o outro telefone que é da minha filha: 96426160

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora... Como? Não entendi.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 9642...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 9642?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 6160.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas esse telefone é da sua...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Minha filha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele ligou para o telefone da sua filha ou para o telefone do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ligou para mim e ligou para ela.

A primeira vez que ele ligou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por qual motivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ligou para pedir o número da conta bancária, uma vez, para mim. Eu não tinha o número da conta e dei o telefone dela para ele pedir a conta para ela.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E depois da realização dos depósitos, ele volta a ligar avisando que o depósito havia sido feito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Volta a ligar avisando que o depósito havia sido feito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nas duas oportunidades?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nas duas oportunidades.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como V. Sª pretende enfrentar a ação judicial que move o Governador Perillo contra o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bom, eu vou enfrentar levando as informações que eu tenho, as provas que eu tenho, de que disponho e, lamentavelmente, terei que enfrentá-lo no tribunal, coisa que eu jamais poderia esperar, já que nós vivemos bons momentos, grandes vitórias. Enfrentamos duros inimigos pela frente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Luiz, ainda agora sobre a questão do Sr. Carlos Cachoeira...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só para corrigir aqui, por gentileza, Sr. Relator.

O meu telefone é 96426140.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse é o telefone de quem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da Bruna, minha filha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da Bruna.

Qual a relação do senhor, Sr. Luiz Carlos, com o Sr. Carlos Cachoeira? Qual era?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não conheço o Sr. Carlos Cachoeira. Nunca o vi nem sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nem sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca esteve com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nunca estive com o Sr. Carlos Cachoeira. A única pessoa próxima a ele que eu conheço é o Sr. Wladmir Garcez, que foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Goiânia. Mas não conheço mais ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor participou de algum evento social em que ele estava?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Nenhum evento social.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca se encontrou...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca teve reunião com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nunca, nunca, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o Sr. Carlos Cachoeira era conhecido em Goiás, como empresário, como bicheiro, como contraventor? O senhor, que é uma pessoa do mundo da imprensa, deve ter notícia das pessoas e das figuras importantes que existem no Estado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele sempre teve relações com os políticos em Goiás, mas ele acabou aparecendo com destaque depois do episódio do Waldomiro Diniz, tanto que ele passou a se poupar e a sair menos e ter contatos explícitos com políticos e ele simplesmente era tido realmente como um homem do jogo, o rei do jogo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Era conhecido assim?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como o rei do jogo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o jogo que se conhecia que ele operava?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele operava a questão do caça-níquel. Mas, quando havia a legalidade para a exploração de jogos, ele inclusive assinou um contrato com o governo, a Gerplan, que era a empresa dele, dirigiu a loteria no Estado de Goiás, durante um período. Houve um aditivo, inclusive, ampliando esse contrato. Aí o Governador Marconi Perillo, na época...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso foi em que ano?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi de 1996 a 1998, por aí, que ele teve esse envolvimento com o governo de Goiás nesse contrato da Gerplan. Foi um contrato legal, inclusive. Era permitido esse tipo de coisa, a licitação.

Aí quando houve a prorrogação e quando houve o episódio do Waldomiro Diniz, o Governador Marconi Perillo houve por bem rescindir...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de que o Sr. Carlos Cachoeira, nas campanhas anteriores a essa, apoiou politicamente, financeiramente as campanhas do Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Financeiramente não sei. Mas, tal como as empreiteiras todas, quem tem interesses apóia sempre.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, nessa linha: há notícia de que ele teria apoiado... o senhor pode nos dar alguma dica, pista ou informação, claro, como testemunha que vem aqui na obrigação de dizer a verdade?

Eu ressalto isso porque se V. Sa. não se lembrar, não souber, V. Sa. pode usar desse instrumento.

Mas a pergunta é: nas campanhas de algum deputado federal, estadual, se V. Sa. tem notícia... Senador, nas campanhas anteriores a 2010, que o Sr. Carlos Cachoeira, nessa organização criminosa, teria financiado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho notícias de financiamento de campanha por parte dele.

O Cachoeira apareceu com mais destaque no mundo político quando eclodiu a questão do Waldomiro Diniz, mas não de apoios dele.

Agora, o assessor político dele Wladimir Garcez esteve nas campanhas sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou aqui de contratos, que há contratos de interesse de empreiteiras...nessa linha, eu pergunto se o senhor tem notícia de algum contrato específico em que os interesses de Cachoeira tenham se materializado em contratos com o governo de Goiás, ou com qualquer outro governo? Para o senhor nos informar sobre esse contrato para irmos... o senhor citou aqui o Sr. Edvaldo. Tem notícia de algum contrato específico?

O senhor falou da relação política do Sr. Edvaldo com o Sr. Carlos Cachoeira. Eu queria que o senhor nos ajudasse a pontuar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Relator, com relação a contratos, eu não tenho nenhuma informação. Eu sei das relações políticas, das relações sociais entre eles, mas em termos de contrato, não. Eu soube de contrato, por exemplo, da Delta com o governo na questão dos carros da segurança pública, mas os contratos foram feitos com licitação, dentro da tramitação

da Lei nº 8.666, sem problema algum. Pelo menos a legalidade...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas os interesses da organização criminosa se materializam nas indicações e quando se ganha algum contrato. O senhor tem notícia de algum contrato que tenha sido fraudulento, questionável?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Com relação à fraude, não tenho notícia, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor suspeita de algum contrato que possamos verificar, requisitar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui das relações do Sr. Edivaldo. O Sr. Edivaldo era uma pessoa do Sr. Carlos Cachoeira no Governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Era uma pessoa do Sr. Carlos Cachoeira no Governo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Srª Eliane Pinheiro? Quais eram os vínculos dela com o Sr. Carlos Cachoeira? O que o senhor pode dizer?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A Eliane era uma pessoa que tinha contato direto com ele. Inclusive...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com quem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Com o Cachoeira. Ela viajou, inclusive, para os Estados Unidos, e a viagem foi paga por ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa informação nós temos. O senhor tem alguma coisa a acrescentar sobre episódios de que o senhor tenha conhecimento que envolvam a Srª Eliane e o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho. As informações que eu tenho, acompanhando o cotidiano do trabalho que é feito pela Polícia Federal... E, pelas informações da mídia, que tem feito um trabalho de investigação também, podemos conhecer outras coisas. Mas, com relação à Srª Eliane, só sei que ela é uma pessoa de relações próximas com o Sr. Carlos Cachoeira, nada mais do que isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já sabia antes?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Das relações dela com o Cachoeira?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não sabia antes. As coisas se revelaram todas agora. As coisas emergiram todas agora, afloraram todas agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas há as pessoas que representavam o Sr. Carlos Cachoeira no Governo. A Polícia Federal usa a expressão "cota de nomeação" da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira no Governo. O Sr. Edivaldo está entre eles?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está entre eles.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Jayme Rincón?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Jayme Rincón já é uma pessoa de relacionamento pessoal do Governador Marconi Perillo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Alexandre Baldy?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Alexandre Baldy... Eu soube do Alexandre Baldi, eu o conheci como homem do Governo agora que ele foi nomeado. Eu nem sabia da existência dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Ronald Bicca?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Também fiquei sabendo que existia esse cidadão quando ele foi nomeado para o Governo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria voltar a outro tema: o senhor pode entregar os extratos para esta CPMI, o mais rapidamente possível? Podemos fazê-lo na data da reunião administrativa, mas o senhor pode se antecipar e nos encaminhar os extratos das contas bancárias do senhor e da sua filha só no dia dos depósitos, especificamente?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os extratos já estão anexados aos documentos que entreguei para o senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o dos telefones que o senhor acabou de falar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dos telefones? O senhor quer extrato do telefone?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exato.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, vou ter de requerer ao Judiciário, porque a companhia telefônica disse que, depois de seis meses, embora o telefone seja da gente, só com autorização judicial é que se podem fornecer extratos antigos. E são extratos de 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, vamos requisitar isso aqui na próxima reunião administrativa.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tenho a impressão de que fica muito mais fácil para o senhor...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se o senhor tem de requisitar isso ao Judiciário...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo sendo o titular da conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de algum outro fornecedor que tenha sido pago na campanha do Governador Perillo ou de qualquer outro candidato da mesma forma que o Governador

Perillo pagou ao senhor, via as empresas do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há a informação de que o instituto de pesquisa que realizou o trabalho para a campanha foi pago com dinheiro da Alberto e Pantoja, o instituto Serpes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor tem notícia de alguma outra pessoa física que tenha sido paga como o senhor foi pago?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, tanto que sugeri aqui, no meu pronunciamento inicial, que se quebrasse o sigilo bancário de Alberto e Pantoja, para se ver a relação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso nós quebramos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Certo? Porque, através disso, vai ser possível identificar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Minha pergunta é outra: o senhor tem notícia de outra pessoa que tenha usado o instrumento de empresas laranjas para pagar financiamento de campanha, para pagar despesas de campanha, ou que tenha sido paga da mesma forma como o senhor foi pago, em espécie?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho, não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tem notícia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não tenho notícia, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Diálogos captados pela Polícia Federal dão conta de que Cláudio Abreu, Diretor da Delta Centro-Oeste, pediu a Carlos Cachoeira "para resolver o problema do Bordoni", pois V. Sª estaria tecendo duras críticas – o que já falei aqui – ao trabalho da Delta no parque Mutirama. Indago de V. Sª se, em algum momento, o Sr. Carlos Cachoeira procurou o senhor para falar sobre as críticas que o senhor estava fazendo. Existiu o movimento do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Nunca conversei com esse cidadão, nunca o vi. Ele inclusive... O Cláudio Abreu pediu a ele que conversasse com o Deputado Carlos Alberto Leréia, que é uma pessoa ligada tanto a mim quanto ao Governador, para que intercedesse que eu parasse de criticar a Delta porque estaria atrapalhando a questão de licitações de negócios que eles estavam fazendo. Só que essa crítica que foi feita não tem nada a ver com o Mutirama, essa crítica tem a ver com os pardais. As críticas ao Mutirama eu as fiz depois de agosto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As críticas aos pardais foram feitas quando?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foram feitas nesse período, no começo do ano mesmo, essa...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De 2011?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente... Por fim, eu queria indagar de V. Sª se o senhor trabalhou para a campanha... O senhor já disse aqui que trabalhou para a campanha do Senador Demóstenes Torres, para a campanha da Senadora...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Lúcia Vânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Lúcia Vânia. Do Deputado Carlos Leréia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do Deputado Sandes Júnior?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do Deputado Stepan Nercessian?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para alguma outra campanha o senhor trabalhou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Só fiz as campanhas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só as campanhas dos majoritários. Do Governador e dos dois Senadores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A nossa assessoria me traz aqui a informação de que a Adécio & Rafael foi a empresa que pagou Valdir dos Reis, preso no DF, na Operação Saint-Michel. É uma empresa... O senhor disse aqui ser uma empresa fantasma, criada lá por aquele senhor conhecido, Rubmaier Ferreira, que inclusive nós já convocamos a presença desse contador aqui na nossa CPMI.

Muito obrigado, Sr. Luiz Carlos Bordoni, pela colaboração de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, agradeço ao Sr. Relator.

Vamos, agora, passar a palavra aos autores dos requerimentos.

Eu peço, e tenho certeza da compreensão dos senhores, que devamos continuar com esta oitiva, dentro de todos os limites da civilidade, da urbanidade, do respeito mútuo. Já passamos da fase do estresse. Esperamos que tenhamos agora o máximo de aproveitamento.

Com a palavra, para o seu tempo de dez minutos, o primeiro autor do requerimento, o Senador Pedro Taques.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Seria possível ler a lista, para sabermos quantos autores tem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei, em atenção a V. Exª. Sempre faço assim, em atenção a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques, Carlos Sampaio e Randolfe Rodrigues. Mais alguma coisa, Senadora?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, antes de ligar o meu tempo, por gentileza, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de saber se a pessoa jurídica Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem... Eu estou fazendo um requerimento de afastamento do sigilo bancário dela, uma vez que foi citada a pessoa jurídica pelo Sr. Bordoni. Se já existe isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não? Estou fazendo um requerimento de afastamento de sigilo bancário e fiscal dessa pessoa jurídica.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com o nosso apoio, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o apoio da relatoria, peço à Secretaria para recebê-lo e... V. Exª tem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O meu tempo está contando. Eu só estou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não. O seu tempo começará agora.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

Posso iniciar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Inicie. E ganhou 20 segundos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

Sr. Luiz Carlos Bordoni, tudo bem com o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo bem, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu sou o culpado da sua vinda aqui, porque, como o senhor disse inicialmente, eu, fazendo o cruzamento de servidores do Senado com aqueles que teriam recebido valores da Pantoja, chegamos ao nome da sua filha. Eu parto da premissa de que as pessoas são honestas, até que se possa comprovar o contrário. Por isso eu quero lhe dizer que parto da premissa de que o senhor e sua filha sejam pessoas honestas e pessoas de bem.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de saber do senhor o seguinte: o senhor fez referência a que recebeu um valor, em *cash*, do Governador Perillo. Esse valor, 40 mil, estava dentro de um envelope. O senhor depositou em qual conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não depositei de imediato o dinheiro. Eu, pagando algumas contas, no fim, algumas despesas feitas, pagas, foram depositados na conta... Na minha conta e na conta da minha filha. Parte dos dois.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Na conta física e na conta da sua filha. O senhor declarou isso no imposto de renda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estão declarados os 40 mil que recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os R$40 mil estão declarados, e os outros também, todos os outros depósitos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Inclusive da Décio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Inclusive da Décio. Nos dois depósitos foram recolhidos o devido tributo. Ah, o senhor está falando dos 40 mil em dinheiro?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os 40 mil em dinheiro, o acerto feito com o candidato foi que os impostos seriam recolhidos por ele e não por mim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Os impostos seriam recolhidos por ele? Está certo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tanto que eu tomei a providência de recolher os impostos dos R$90 mil depositados, já que tal providência não foi tomada por ninguém.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Os 40 mil eu entendi a conversa que o senhor teve, que o senhor está dizendo. Minha pergunta objetiva: o senhor declarou esses 40 mil na declaração de pessoa, na declaração de renda do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Na declaração de renda? Não, não declarei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não declarou. Esses 40 mil não declarou.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. O Governador Perillo entregou ao senhor, ele já entregou em *cash* ao senhor, não mandou ninguém entregar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ele pessoalmente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele pessoalmente. Está certo. Eu não estava aqui, estava em

outro evento no Senado. A natureza da relação da filha do senhor, a Srtª Bruna, com o Senado. Ela foi nomeada um dia. Eu não entendi isso. O senhor poderia me explicar? Parece-me que o senhor já disse, mas eu gostaria de ouvir.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2005, ela foi nomeada pelo Senador Demóstenes Torres como assessora parlamentar. Na primeira campanha do Senador, em 2002, no dia de começar o programa de rádio, ele não tinha programa dele para colocar no ar. Eu estava no estúdio, ele estava preocupado com isso. Eles estavam pensando em colocar até o áudio do programa de TV no rádio, para não ficar ausente o recado. Eu gravei o programa para ele, gravei toda campanha, fiz toda a campanha com ele, para ele, não cobrei nada, não pedi nada. Mais tarde, ele me disse que, em gratidão pela ajuda, queria nomear minha filha. Eu falei: o senhor conversa com ela, se ela quiser, tudo bem. Ele havia nomeado a Bruna como assessora parlamentar. Ela veio fazer os exames médicos e estava com um problema de saúde sério, uma taxa elevada de hepatite C, com comprometimento da saúde. Tanto que ela entrou na fila do transplante da Beneficência Portuguesa e conseguiu fazer o transplante, graças a Deus.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por isso, ela não ficou no Senado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não ficou no Senado. Ela não chegou a tomar posse.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. Como é o nome da mãe da Bruna?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sônia.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sônia de quê?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sônia Vaz Monteiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora Sônia Vaz Monteiro trabalha ou já trabalhou com o Governador Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A informação que tenho é que ela trabalha no governo do Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ainda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual é a função dela hoje?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei. Nós somos divorciados há muito tempo. Eu não sei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu sei que o senhor é divorciado dela. Eu gostaria de saber se...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu sei que ela exerce função, sim, no Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É no gabinete do Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei. Não sei onde ela exerce função. Sei que ela está trabalhando no Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu vou insistir na pergunta. Quero saber se o senhor sabe se ela, sua ex-esposa, mãe de sua filha Bruna, trabalha diretamente com o Governador Perillo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, diretamente não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. O senhor é um homem bem informado. Já nos disse aqui vários acontecimentos. O senhor é jornalista. Gostaria de saber se as relações do Senador Demóstenes com a construtora Delta e com o Cachoeira eram de conhecimento popular lá em Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Nós, como o Brasil todo, fomos pegos de surpresa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor é um homem bem informado, de Goiás.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sou um homem bem informado, mas não saberia jamais que o Sr. Demóstenes Torres tinha um envolvimento com o Sr. Carlos Cachoeira. Eu fiz a campanha dele de 2010. Fui pego de surpresa. Sempre tive uma admiração pelo Senador. Fiquei realmente surpreendido com a informação de que havia um envolvimento dele com o contraventor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Entendi. O senhor já fez referência a isso, mas justifiquei que aqui não me encontrava. Existem notícias na imprensa. Vi isso e tenho essa informação, não consegui checar, de que o senhor estaria tentando extorquir o Cachoeira para que o senhor não falasse mal do Demóstenes. Eu sei que esse é um tema que, para um homem de bem – e eu parto da premissa de que o senhor é um homem de bem –, é algo que precisa de uma explicação. O senhor já ouviu isso? Qual é a explicação que o senhor tem sobre isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, eu entendo isso como uma estratégia utilizada para tentar me desacreditar perante os senhores, perante a opinião pública. Eu lamentei profundamente que eles tivessem partido para esse tipo de conduta, para se defender de situações que nem haviam sido colocadas, nem sido discutidas.

Sinceramente, como posso eu, com quase 70 anos de idade, achacar o Sr. Carlos Cachoeira, que é o homem que acomoda uma das maiores organizações criminosas do País? Quem sou eu, com essa idade, para poder chegar ao Sr. Carlos Cachoeira, que manda e desmanda, que controla praticamente duas Polícias do Estado, que conhece, mais do que ninguém, como funcionam os meandros da fiscalização sobre o com-

bate e a repressão à jogatina no País? Quem sou eu pra poder achacar Carlos Cachoeira?

As pessoas precisam respeitar a dignidade dos outros, parar de achar que todo mundo tem a moral no lixo, que todo mundo não presta, que ninguém vale nada...!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo.

Só um detalhe: o senhor recebeu R$40 mil em dinheiro, R$45 mil via Pantoja, R$45 mil via Adécio; é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E esse restante? Não recebeu até hoje?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, recebi o restante. Foi colocada a questão dos R$30 mil pagos pelo comitê...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esses R$30 mil pagos pelo comitê o senhor declarou no seu Imposto de Renda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Declarados no Imposto de Renda, e o detalhe da...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esse tem nota fiscal daquela pessoa jurídica?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A nota de pessoa jurídica.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor era autônomo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Autônomo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Na prestação de contas do Governador Perillo, em algum momento, aparece o nome do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Que eu saiba, não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor foi, na campanha dele...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tanto que não aparece, Senador, que o único documento que eles acharam para me ligar a essa história que eles criaram foi essa nota fiscal, de R$33.300,00. O único documento que eles acharam para poder...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo.

Sr. Presidente, eu agradeço. Não tenho mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Pares, eu tenho em mãos a condenação criminal, por 12 anos, aqui dita pelo depoente de forma tranquila, mas penso eu que ninguém ficaria tranquilo em ser condenado 12 anos criminalmente. Eu tenho em mãos uma condenação por ofensa exatamente por prática de injúria e difamação. Tenho em mãos um inquérito instaurado por crime de imprensa, que, para sorte do depoente, prescreveu.

Digo isso, Sr. Presidente, para deixar claro que, pelo que vi dos antecedentes criminais do depoente, temos que tomar cuidado com o que escreve. Refiro-me a condenações específicas. Ainda não sei se temos que tomar cuidado com o que fala; com o que escreve, tenho minhas convicções pessoais.

O depoente, Sr. Presidente, sem dúvida, é uma pessoa polêmica. Já escreveu defendendo o nazismo...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI (*Fora do microfone*.) – Que é isso?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já escreveu um "Monólogo sobre a Vagina" – perdoem-me aqui falar sobre isso –, e tenho para mim que, se fosse instado a falar sobre Jesus Cristo, ele perguntaria: "A favor ou contra?"

Digo isso, Sr. Presidente, porque alguns dos textos que recebo em mãos do depoente são textos que destoam ao longo do tempo, mostrando certa flexibilidade na sua postura contra "a" ou contra "b", muito lembrando os bambus, que se curvam conforme os ventos, ora para um lado, ora para outro.

Disse o depoente, em um de seus artigos, sobre o PMDB: "é uma canalhocracia". E indagou: "Como pode o PMDB, o maior partido do Brasil, abrigar tanta gente safada, pilantra, imbecil e idiota." Em outra oportunidade, disse o depoente: "O Gilberto Carvalho é o canalha-mor da República." "Tem ministros corruptos que manda no Congresso com dois $$ [e daí ele esclarece em seu artigo). Os cifrões são os valores recebidos pelos Srs. Deputados e pelos Srs. Parlamentares."

O que percebo, senhor depoente, é que V. Sª tem uma certa facilidade para falar a favor ou contra o interesse de sua conveniência. V. Sª acha que guardou alguma coerência ao longo de seu tempo como redator, como escritor, como poeta? Ou V. Sª concorda que houve mudanças de postura ao longo dessa sua trajetória como jornalista?

O PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o senhor depoente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor citou artigos buscados em meu *blog*, publicados há algum tempo, analisando situações e circunstâncias em sua respectiva época.

As referências que fiz... Primeiro, com relação aos processos e à condenação de doze anos e essa coisa e tal, esse processo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite, pela ordem.

Eu vou me reservar o direito de fazer as perguntas todas, porque eu já vi que ele vai se alongar

por demais. Eu vou fazer todas as perguntas e ele me responderá ao final.

O PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça as perguntas e ele responde para poder usar seu tempo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Sª hoje se diz aqui aviltado por ter sido acusado por um cidadão, Sr. Wladimir Garcez, que, todos sabemos, nenhum defende a postura de Wladimir Garcez, por uma razão muito simples: é evidente a participação dele, o conluio dele com a organização criminosa. Ninguém está aqui para defendê-lo. Mas me assusta V. Sª se aviltar quando um cidadão que responde a um processo faz indagações desse nível a minha pessoa... V. Sª foi condenado criminalmente. Ele foi processado e, pelo que sei, em algumas instâncias aí... Só para fazer um registro, porque o microfone tudo aceita e precisamos fazer esses registros.

A respeito do depósito, valor de R$45 mil, da empresa Alberto Pantoja, V. Sª afirmou que pediu esse dinheiro... para que esse dinheiro fosse depositado na conta corrente de sua filha, porque estava viajando.

Eu fui informado, gostaria da confirmação de V. Sª, que, na data do depósito em dinheiro na conta de sua filha, o senhor estava em Goiânia, gravando um programa de TV do Sr. Paulo (não sei se é assim que se pronuncia) Beringhs, na TV Brasil Central e que, nesse dia, inclusive, houve uma entrevista ao Prefeito de Goiânia. Então, pergunto se V. Sª estava lá, quando foi feito o depósito, ou estava em Brasília como afirmou. Mas há uma outra pergunta: se estivesse em Brasília – que está ao lado de Goiânia –, eu pergunto: por qual razão V. Sª, que tanto quer preservar sua filha o que é perfeitamente compreensível, pediria para depositar na conta dela e não na sua.

O senhor disse aqui que queria honrar sua filha... E disse que queria vir a esta CPI exatamente por isso. Então, indago: por qual razão utilizou-se da conta bancária da titularidade de sua filha e não a sua própria? É por que V. Sª sabia que se tratava de dinheiro sujo, como afirmou à esposa do Sr. Carlos Cachoeira (e reiterou o Sr. Wladimir Garcez) ou porque o senhor sabia que era dinheiro sujo porque o senhor não o declarava como, de fato, não o declarou?

V. Sª disse aqui hoje que sempre tratou, no fio do bigode, todas as contratações e nunca emitiu um recibo. Tanta sapiência, tanta inteligência, mas V. Sª sempre confiou no seu ídolo Marconi Perillo e nunca declarou esses bens, pelo menos esses valores que recebia por fora. Uma pergunta de ordem bastante objetiva: Como V. Sª declara seus bens se quase tudo que recebe é por fora, nas campanhas políticas?

Eu confesso ao senhor que fiquei surpreso quando disse que recebeu um dinheiro que foi retirado da geladeira para lhe pagar. Ao que pude sentir hoje, quem efetivamente tem dinheiro frio é V. Sª, dinheiro frio, não declarado e depositado na conta da filha, cuja reputação se quer defender.

A minha indignação com a postura de V. Sª aqui hoje é porque o artigo do Código de Processo Penal, ao falar – foi a questão de ordem que levantei ao Sr. Presidente – ao falar especificamente, o art. 213 diz sobre a testemunha: "O juiz não permitirá [portanto, V. Exª] que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando [imprescindíveis para a] narrativa do fato."

Ele fez ilações e fez assertivas pessoais com intuito único, exclusivo – e é uma coisa de uma clareza irretorquível, inquestionável – atacar a honra do Governador Marconi Perillo. Falou de contratos que sabia. Daquilo que lemos nos jornais, ele falou como se conhecesse por ser amigo do Governador. Todos lemos, até o Relator foi aqui muito correto ao falar: "Não, disso todos sabemos". Ele começou a dizer sobre coisas que líamos e lemos. E, ao final, quis dar orientações a esta CPI de como proceder. Queria dizer como nós deveríamos agir para não sermos marionetes. Quis dizer a esta CPI quais eram as contas bancárias que deveriam ser quebradas. Sr. Presidente, eu não concebo hipocrisia, não concebo molecagem para com a minha pessoa e em respeito a esta CPI. Intervim sim, e não podia aceitar que ele se dirigisse a mim...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Fazendo qualquer tipo de aferição, ou qualquer tipo de sugestão, ou qualquer tipo de análise sobre a minha pessoa. Se ele quiser fazer, faça nos artigos que normalmente escreve e, se eu achar que fui ofendido, entro criminalmente como tantos entraram e já tiveram ganho de causa. Essa é a seara dele, escrever no jornal. O que escreve pouco me importa, mas aqui, vir aqui como alguém que foi condenado criminalmente querer ensinar a mim como procedo, querer ensinar a mim como se deve ou não agir, não concebo, não aceito em defesa desta CPI . Faço esse registro aguardando as respostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente para responder às indagações do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Primeira coisa, eu não fui condenado. Segunda coisa, os processos a que respondo, aos quais se referiu o Deputado Carlos Sampaio, são processos decorrentes de brigas "míqueas" pelo meu candidato Marconi Perillo. Basta

ler o conteúdo da denúncia que foi apresentada para se constatar isso.

A condenação de 12 anos, à qual já me referi inclusive na minha apresentação... Entendi até que houve um excesso do Sr. Juiz da dosimetria da pena, porque não caberia tudo isso, foi por crime de opinião. Ele julgou um processo, Sr. Deputado, que já estava prescrito. Essa condenação foi *a posteriori*, inclusive, com anulação requisitada pelo próprio Ministério Público Federal e atendida prontamente. Então, essa condenação não existe, permanece apenas – e tão somente, Deputado – a ação cível da indenização.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não existe razão da prescrição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da prescrição. Correto?

Então, não há essa condenação, eu não tenho pendências na Justiça. E as brigas, Deputado, foram por conta do meu candidato, da campanha em defesa dos interesses da campanha. Não me arrependi de tê-lo feito. Arrependi-me depois, sim, de tê-lo feito de modo errado e de ter agredido pessoas. Reconheço que eu me excedi e até me desculpei publicamente aqui com a Drª Mariana e com o Marco Túlio, marido dela; são Procuradores da República do Estado de Goiás.

Com relação à questão de o Wladimir ter feito as acusações, o senhor disse que eu fiquei estarrecido por ter sido atacado por uma pessoa. Eu fiquei estarrecido por ser atacado, Deputado, sabe por quê? Porque eu não tenho nada que desabone a minha vida. Eu não tenho nenhum crime, nenhuma condenação por ato ilícito, por ter metido a mão em dinheiro de ninguém. Ele cometeu o delito dele. Ele está sendo usado. Ele é um braço direito político de um contraventor que se infiltrou na área política e está comprometendo... É um elemento nocivo à política. E ele está sendo usado para tentar desviar a atenção de uma situação que não fui eu quem criou, Deputado.

Eu não sabia da questão do depósito dos R$90 mil. Jamais soube que seria de Alberto, de Pantoja. Eu nunca tive qualquer relacionamento com eles. E sabe por que o depósito foi feito no nome da minha filha? Porque é ela quem paga as minhas contas. É ela quem dirige o meu carro; eu não dirijo. É ela quem cuida de mim. Eu moro sozinho em um *apart hotel*. Então, é ela quem cuida das minhas coisas. Por isso, eu pedi que se colocasse o dinheiro na conta dela. E todos os depósitos, todos os dinheiros que eu recebo eu também coloco lá. E vou acrescentar outro aspecto também para justificar, caro Deputado. Nessa ação por danos morais que foi movida e na qual eles pedem cinco mil salários mínimos, o juiz já havia determinado a apreensão de recursos que entrassem na minha conta. Eu não poderia jamais ter colocado dinheiro lá porque esse dinheiro seria apreendido por conta dessa ação. Então, os depósitos eram feitos na conta dela justamente por isto: para me proteger. Só a minha aposentadoria é que entra ali.

Com relação aos 45 mil, está aqui, Sr. Deputado. Inclusive estão nos autos – eu tenho aqui – os Darfs do imposto pago. Estão aqui os Darfs do imposto pago.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Dos 128, o senhor declarou 40, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Aqui estão declarados os R$90 mil que eu recebi e que foram depositados na conta de Bruna. Inclusive...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Recolhidos em que época?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recolhidos no tempo hábil. O ano fiscal é 2011, e a declaração é de 2012. Está pago.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Qual é a data de 2012?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi parcelado isso aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Qual é a data de 2012?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 31 de dezembro. Data do vencimento: 30 de abril...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Depois que veio à luz todo o episódio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depois que veio à luz...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Daí o senhor recolheu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recolhi, porque...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só para eu entender.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não é questão de sorriso, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não estou sorrindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente está com a palavra. Vamos mantê-la.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como eu já havia dito aqui, os acertos que são feitos... Quando você acerta uma campanha, quem paga o imposto... Livre do imposto é o que a gente recebe. Então, a campanha sempre recolheu os impostos tanto que, dos R$30 mil que eu recebi, R$3,3 mil ficaram por conta dos tributos devidos tanto do ISSQN como do Imposto de Renda. Correto? Foi descontado isso daí.

Eu estou pagando um imposto que... Eu me senti no dever de pagar um imposto, já que quem deveria ter pagado não o fez, Deputado. Então, a providência foi tomada nesse sentido.

Achar que eu estou usando o nome da minha filha para poder esconder coisas de minhas relações com contraventor, com dinheiro sujo de caixa dois... Que pai colocaria a filha numa situação dessas?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se me permite apenas uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nós estamos conversando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Dentro de um clima de cordialidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O senhor continua com a palavra. Do contrário, não vamos a lugar algum.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma finalização. Ele disse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, peça para alguém fazer a inscrição. Por favor, Deputado Sampaio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para quem não me conhece e não sabe dos meus problemas, eu sou parksoniano; então, eu não posso dirigir. Ela é quem cuida das minhas coisas. Eu... Ela é o meu anjo da guarda.

Com relação a essas campanhas por fora, dinheiro por fora, Deputado, se se fizer uma investigação em todas as campanhas eleitorais, se chegará a essa conclusão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas eu estou me referindo a V. Sª, não às outras campanhas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está certo.

Dinheiro por fora: nós recebemos dinheiro por fora em todas as campanhas. Recebemos, sim, dinheiro por fora em todas as campanhas. Nós trabalhamos pra um patrão que a gente sabe que luta para arrecadar recursos de campanha. Quando você recebe dinheiro em dinheiro, sem ser em cheque, que você possa depositar em banco e comprovar a origem desse pagamento, fica tudo mais simples. Agora, eu pergunto: como é que eu vou depositar um dinheiro que eu não sei de onde ele vem?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está acostumado, então, a receber dinheiro sem saber a origem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Carlos Sampaio. Por favor, Carlos Sampaio. Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A verdade... A origem que eu sei é quem me pagou. A origem é de quem me pagou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço ao depoente para...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É só declarar em nome de quem recebeu, de quem pagou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço ao depoente para concluir as suas indagações ao Sr. Deputado...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu estou respondendo às perguntas do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...porque outros Parlamentares também querem participar das indagações.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, são circunstâncias, Sr. Deputado, em que nós nos envolvemos nisso porque as campanhas são movidas dessa maneira, ninguém sabe a origem do dinheiro, quem paga a quem, não é verdade? As doações são as doações declaradas, mas a gente sabe que nem sempre esse dinheiro declarado é o único que existe em campanha. E, com relação a essas pendências todas, com certeza, eu estarei pronto para respondê-las junto à Receita Federal, no que for necessário e na parte que me couber.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, Deputado, eu considero que V. Exª usou o tempo regimental de dez minutos, e V. Exª fez inúmeras perguntas posteriores ao uso do tempo regimental. Portanto, eu creio que V. Exª tenha exercido, de forma cabal, o direito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu explico, Sr. Presidente: é que houve aqui, com o depósito feito na conta da filha e o reconhecimento do não recolhimento, isso é crime contra a ordem tributária. Eu gostaria que fosse comunicada a Receita sobre o que foi dito hoje pelo depoente, em defesa do Fisco! É crime contra a ordem tributária. E ele simplesmente confessou esse crime.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, só dizer que essa matéria de V. Exª não é uma questão de ordem. A questão de ordem é sobre a ordem dos trabalhos. Essa é uma outra questão,

e, como sugeriu o Presidente efetivo, V. Exª poderia passar essa questão a outro dos Srs. Parlamentares.

Eu passo a palavra agora, para uso regimental, para o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Luiz Carlos!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois não, Senador. Como vai o senhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tudo bem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bem, obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero retomar...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor me dá um segundinho, por gentileza?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Só para acrescentar que os tributos relativos aos depósitos feitos foram todos recolhidos, e estão aqui os DARFs comprovando.

Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero retomar, então, da última pergunta: quais campanhas o senhor participou? De quantas campanhas o senhor tem participado em Goiás ou por onde tenha sido? E de quais campanhas eleitorais o senhor tem participado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu participei das quatro campanhas eleitorais do Governador Marconi Perillo, da campanha eleitoral do governador candidato Alcides Rodrigues, e participei de duas campanhas eleitorais do Tocantins – três campanhas eleitorais do Tocantins: uma para prefeito e duas para o governo. De 1990 para cá, eu tenho trabalhado em todas as campanhas, e a primeira campanha que eu participei foi em 1986, na eleição do Governador Henrique Santillo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se eu ouvi bem, eu ouvi uma afirmação aí de que todas as campanhas têm algum dinheiro por fora. Todas essas campanhas tiveram dinheiro por fora?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Há campanhas que nós somos contratados por agências de publicidade, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, você, no caso da agência de publicidade, como eu sou autônomo, eu assino uma RPA, com os tributos deduzidos ali e recolhidos devidamente. Apenas em duas ou três campanhas que eu tive problemas de atraso de acerto, em que não foi possível ter como declarar isso em termos de recebimento, porque eu recebi em *cash*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Especificamente em relação à campanha do Governador Perillo, teve dinheiro por fora?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiquei sabendo agora que teve dinheiro por fora porque eu vi lá Alberto & Pantoja e também vi aqui a Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem Ltda., que, como se constata da Operação Monte Carlo, há uma conversa entre o Geovani e o Deca, abordando justamente o depósito feito por Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Da Adécio, o senhor pode só relembrar à CPI de quanto foi o depósito?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi de R$45 mil. Os dois foram de R$45 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O seu pagamento, então, foi pela Adécio e pela Alberto & Pantoja?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Alberto & Pantoja.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero somente chamar a atenção para o fato de que essa empresa, a Adécio, tem a nova denominação de G&C. Ela aparece na Operação Saint-Michel e tem sede aqui no Distrito Federal. Pelas informações que nós temos na CPI, ela foi usada pelo Geovani, tesoureiro da organização criminosa, para pagar o Sr. Valdir dos Reis, conhecido lobista de atuação aqui no Distrito Federal. Existe um requerimento de nossa natureza, Sr. Presidente e S. Exª o Relator, solicitando a quebra do sigilo bancário e fiscal dessa empresa. Eu creio que o depoimento aqui do Sr. Luiz Carlos Bordoni torna necessário e urgente nós apreciarmos tal requerimento.

Continuando, então, Sr. Luiz Carlos, o senhor se sente ameaçado? O senhor sofreu algum tipo de ameaça?

Faço essa pergunta porque nós temos percebido que o juiz que prendeu o Sr. Cachoeira tem sido ameaçado, a procuradora da República que participou da Operação tem recebido ameaçada, e eu considero essa informação importante: o senhor se sente ameaçado, ou – perceba, estou perguntando em dois níveis –, primeiro, o senhor sofreu algum tipo de ameaça, de coação, ou o senhor, por acaso, se sente ameaçado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Por enquanto, não, Senador. Eu apenas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por enquanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu apenas sou alvo hoje de histórias da carochinha. Seriam histórias que, lá em Goiás, o povo sabe o que significa. Seriam histórias contadas da Pizzaria da Lourdes, lá em Goiatuba. Mas, sinceramente, não há nada disso. Só ofensas e essa campanha de difamação contra mim. Agora, não sei a partir de hoje, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Hum, hum.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A partir de hoje, já é outra história.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Essa campanha que o senhor alega, pelos meios de comunicação, faz o senhor se sentir ameaçado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Faz. É claro que faz, porque a gente percebe que não há medida, não é? As pessoas partem para a agressão verbal, elas atacam a honra das pessoas com uma leviandade extrema. Então, ali ninguém respeita ninguém, todo mundo é tratado como bandido. É como... Eu, que cubro o Congresso, que estou aqui toda quarta-feira, eu discuto isso muito com as pessoas. "Ah, a política não presta". Eu digo: "Não é a política que não presta; existe gente que presta e não presta em todos os lugares. Agora, você não pode julgar todos os políticos por dois ou três que fazem coisas erradas".

E as pessoas precisam ter essa medida. Só que não existe régua pra medir. Eles estão medindo sem régua e sem nada. Então, eles estão atacando, do modo que bem entendem, a moral da gente, agredindo família, agredindo filhos, e isso realmente constrange.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sobre o Sr. Carlos Cachoeira, o senhor tem informações sobre o nível de participação dele na campanha do Governador Marconi Perillo, e sobre qual teria sido esse nível de participação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho. Não tenho. Eu fiquei sabendo do envolvimento de Cachoeira com as coisas da política diretamente com o problema que aconteceu com o Senador Demóstenes Torres, que pegou todos nós de surpresa. Depois, a partir daí, começando a levantar os fatos, acompanhando as investigações e acompanhando o trabalho investigativo da imprensa, você começa a identificar que, realmente, há relações, e se constata que há relações entre o Governo e o contraventor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E sobre a participação dele em outras campanhas no Estado de Goiás o senhor tem informação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho informação. Sei de influências dele no governo passado, por exemplo, em que ele tentou nomear o diretor do Detran...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No governo passado de quem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do Alcides Rodrigues. Ele tentou nomear o diretor do Detran, mas não conseguiu. A pessoa indicada por ele foi nomeada para a Metrobus. E o diretor do Detran que assumiu neste ano e que foi substituído, o Edivaldo, no governo passado, presidia as Centrais de Abastecimento do Estado de Goiás.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Sª, certamente – todos nós podemos perceber isto –, é uma pessoa muito bem informada e deve ter conhecimento de todas as histórias dos bastidores da política goiana. Por isso, eu lhe pergunto: o senhor saberia descrever qual seria a influência do Sr. Cachoeira na política do seu Estado, quais as relações que ele mantinha com agentes políticos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A influência a gente percebe, a gente acaba identificando em um ponto e noutro, como no caso, por exemplo, de a Polícia acompanhar os jogos. Quando haveria as batidas policiais nas áreas de jogos, estas eram informadas, para avisar o pessoal para sair de campo antes. Quer dizer, ele tinha ramificações dentro do aparelho do Estado. Isso é notório e sabido. Inclusive, também pelas constatações feitas pela Operação Monte Carlo e pela Operação Vegas, sabe-se das relações dele com pessoas de dentro do Palácio. E o agente político dele é um assíduo frequentador do Palácio.

Na CPI, ontem, ele disse que havia passado o número da conta da minha filha para o Geovani fazer o depósito do achaque de R$200 mil que eu tinha feito. É interessante que ele pode ter passado, sim, o número da conta, que o Lúcio Gouthier passou para ele, para que ele fizesse o depósito da conta em nome de Alberto e Pantoja, porque nunca tivemos qualquer relacionamento. Eu o conheço de vista. Eu o vi como vereador, como vereador cassado, como vereador processado pelo desvio de R$7 milhões, dinheiro do INSS dos servidores da Câmara Municipal de Goiânia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No seu depoimento, o senhor fala de participação ativa da organização do Sr. Carlos Cachoeira no governo de Goiás. O senhor chegou a falar numa cota política de participação. O senhor tem informações para detalhar qual seria essa cota política de participação no governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não! Cota política, é a Polícia Federal que usa muito essa terminologia. Eu apenas registrei que a indicação do presidente do Detran é indicação clara dele, porque o Sr. Edivaldo é sócio dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só o Detran?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Que eu saiba, é só o Detran.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para concluir – o meu tempo está terminando –, quero saber sobre a participação de empreiteiras nas campanhas de Goiás do Governador ou em outras campanhas, notadamente, especificamente sobre a participação da empreiteira Delta. Quais as informações que o senhor tem?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho informação. Sinto muito, Senador. Dessa parte de levantamento de recursos a gente fica distante. Você vai cuidar mais do material de campanha, sem se envolver na questão administrativa. A gente só se envolve na questão administrativa na hora de receber, e, quando demora para receber, a gente se envolve mais ainda. E no fim se envolve de um modo muito ruim, como aconteceu nesse episódio aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

Eu queria fazer só uma última pergunta: em relação aos R$40 mil, por que o senhor tomou a decisão de não declarar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tomei a decisão de não declarar, porque, primeiro, eu gastei praticamente o dinheiro pagando as minhas contas. E tomei a decisão de não declarar, porque, confesso para o senhor, eu não quis declarar. Eu, simplesmente, não quis declarar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, V. Exª já está inscrito como Líder, mas o procedimento adotado pelo Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A cada três, fala um líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A cada três, fala um líder. Então, agora, vamos começar a conceder a palavra aos três parlamentares, que são autores de requerimentos. Mas V. Exª sabe disso e há de concordar que procedemos conforme a jurisprudência desta Comissão.

Com a palavra, a Srª Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o depoente.

Eu peço até desculpas porque vou perguntar algumas coisas, insistir em algumas perguntas porque, para mim, não ficou exatamente claro.

Se eu bem entendi, um serviço contratado por R$120 mil e mais R$50 mil de bônus, em caso de vitória... os primeiros R$40 mil teriam sido pago diretamente pelo Governador; os R$30 mil – porque os três e trezentos, segundo o senhor, equivaliam a tributos – teriam sido pagos através da nota fiscal única que existe da ArtMidi.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Certo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E depois o senhor teria recebido R$10 mil.... os R$10 mil que o senhor recebeu foi do Sr. Rincón?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi do Sr. Rincón. O Sr. Jayme Rincón, que era o tesoureiro da campanha, o financeiro da campanha, ele que coordenava isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era ele que coordenava.

Então, R$10 mil o senhor recebeu dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Depois teve o depósito dos R$45 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Que foi alvo dessa controvérsia que o traz aqui nesta CPMI.

Foi o Sr. Lúcio que ligou para o senhor para fazer esses depósitos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Lúcio foi o encarregado pelo Sr. Governador de fazer os depósitos, de fazer os acertos, de como ia fazer os acerto comigo, porque eu estava morando na Bahia e voltei justamente porque eu não conseguia receber esses R$90 mil. Eu ligava para o Jayme Rincón e ele não atendia; deixava recado e nunca retornou.

Então, eu tive que voltar para tentar receber isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Qual era o papel do Sr. Lúcio na campanha do Governador de Goiás.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Lúcio sempre foi o faz-tudo do Governador, ele é o assessor contábil do Governador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ele trabalhava junto do Sr. Jayme Rincón, que era o oficial, o coordenador financeiro oficial da campanha? O senhor tem essa informação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Trabalhando junto, não.

Eu sei que o Sr. Lúcio é quem resolve todas as pendências de campanha do candidato. Desde 1998

até hoje, que eu saiba, é ele que resolve isso. Inclusive foi ele que resolveu todas pendências comigo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E quando o senhor recebeu esses R$10 mil do Sr. Rincón, eu não me lembro se o senhor citou a data exatamente...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, foi depois da campanha. Já passou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Tem algum registro de ligação? Foi ele que lhe procurou ou o senhor que o procurou? Com foi isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, ele me ligou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Ele que ligou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pedindo para passar lá que ele tinha algum dinheiro para me passar. E eu fui para receber. Tomei um chá de cadeira, inclusive.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E onde foi? No escritório também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Na empresa dele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Na empresa dele.

Eu tenho aqui o depoimento do Governador Marconi Perillo na CPI e ele diz que, primeiro, "todas as despesas inerentes à campanha como Governador, incluindo às relativas aos serviços prestados ao senhor, foram feitas por meio da empresa contratada para a campanha." – que seria a ArtMidi. E que foram realizados dentro da lei e que a conta dele foi aprovada sem qualquer ressalva. E que em 2010 o responsável por todos os pagamentos foi o coordenador do comitê financeiro dele, Governador, que era o Sr. Jayme Rincón.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, o senhor teria, o senhor já disponibilizou a conta de telefone, a quebra de sigilo para comprovar que o senhor foi procurado pelo Sr Jayme Rincón, para passar lá para receber o dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E qual é o seu efetivo relacionamento com essa empresa ArtMidi?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A ArtMidi é uma empresa de áudio de Goiânia, do meu amigo André Luís, e que tem um estúdio e a mesa para a gente poder gravar os programas ali. Então, ele foi contratado pela Macro, que cedeu todas as dependências para a campanha para poder produzir comigo os programas de rádio. É ele quem edita os programas, ele que monta os programas junto comigo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas o senhor não tem nenhuma outra ligação com a empresa...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nenhum vínculo com ele, inclusive...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E o contrato que o senhor fez foi apartado do contrato feito pela empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Inclusive, nós temos...já até anexei aqui, Senadora, a declaração da própria ArtMidi dizendo que eu não tenho vínculo nenhum...não tive vínculo nenhum com ela para realização da campanha de 2010.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor entregou isso à CPI?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Entreguei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Essa é uma declaração da empresa que, durante a campanha....

Ah, Presidente, assim está difícil! Dá para descontar o nosso tempo, Presidente?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, o senhor passou. O senhor passou esse documento da própria empresa ArtMidi, com que o senhor não teve nenhum vínculo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está aqui, Senadora. Inclusive...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Então, o senhor tinha um contrato – para que fique bem claro –, durante a campanha, e o contrato da ArtMidi era outro contrato.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Apenas uma parcela do pagamento foi feita através dessa empresa...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dessa empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Para o senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeito.

O Sr. Lúcio Fiúza, ele tinha algum papel oficial na campanha do Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Que eu saiba, não. Ele é um assessor do Governador. Assessor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Assessor do Governador. Ele é assessor do Senador Demóstenes também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Que eu saiba, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Qual é o vínculo dele que o senhor conhece e possa nos dizer? O vínculo entre o Sr. Lúcio Fiúza e o Sr. Demóstenes.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não conheço nenhum vínculo deles.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu estou lhe perguntando isso porque eu já ouvi... Eu ouvi alguém dizendo o seguinte: que, na realidade, esses recursos que o senhor teria recebido através da empresa Pantoja...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...que, segundo o senhor, foi intermediado pelo Sr. Lúcio, por ele, ele que lhe ligou, dizendo que ia fazer isso, o senhor confiou que era ele que faria os pagamentos. Que ele teria feito esse pagamento por conta dos serviços que o senhor teria prestado para a campanha do Demóstenes. É isso, Sr. Luiz Carlos Bordoni?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não é não, Senadora. Inclusive eu tenho a nota aqui, da campanha, de uma das parcelas da campanha do Senador Demóstenes Torres, emitida pela ArtMidi, para a MKPOL Marketing Político Ltda. Como eu não tenho empresa, o André me cedeu a nota fiscal para que eu recebesse da MKPOL uma da... As parcelas da campanha do Senador Demóstenes Torres. E a campanha, a outra que eu fiz, que foi a da Senadora Lúcia Vânia, eu prestei serviços para a agência AMP Propaganda, de Goiânia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – É, porque isso o próprio Governador Marconi Perillo falou aqui. Ele disse: "Olha, repito, o Sr. Luiz Carlos Bordoni não prestou serviços apenas para a minha campanha. Prestava serviços também para outras campanhas eleitorais".

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Outras campanhas eleitorais. Lúcia Vânia e Demóstenes Torres, para duas agências que me contrataram para isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas isso tudo, pelo que eu entendi, era para tentar demonstrar... Ou então que esses recursos depositados na conta de sua filha Bruna, pela empresa Pantoja, dizia respeito a outras campanhas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nada a ver.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não tem nada a ver?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nada a ver, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era na campanha do Governador Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Confirmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O que o senhor fazia na campanha do Governador? Pega essa última só, a de 2010. Não precisamos ir para as outras. Qual era mesmo o seu...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Rádio. Programa de rádio. Eu que fazia o programa de rádio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas o senhor só fazia locução ou o senhor preparava textos...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por incrível que pareça, eu nunca... De 1998 até 2010, eu nunca usei um texto para fazer programa do Governador. Nós fizemos... Eu fiz o programa sempre sem texto, mais com entrevistas, mais conversando com o público. A produção era minha, a criação era minha, tudo meu. Tudo meu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era isso que eu ia perguntar. Então, o senhor criava, o senhor produzia, o senhor gravava, o senhor fazia tudo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo meu. Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nesse estúdio dessa empresa ArtMidi?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dessa empresa ArtMidi. Correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – E, na época da campanha, o senhor era procurado pelo Governador, pelo candidato... Por quem o senhor era procurado para trocar ideias sobre a campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, nós conversávamos com... Tem a coordenação de campanha. O primeiro turno da campanha foi feito pelo Adriano Gehres. Ele trouxe até o pessoal de rádio para fazer. E o Governador disse a ele que rádio não precisava porque ele já tinha acertado comigo. Eu faria o rádio para ele. Então, o pessoal do Adriano não atuou na área do rádio. Cuidou só da parte da televisão. Eles fizeram só o primeiro turno. No segundo turno veio o pessoal do Paulo de Tarso para fazer a campanha, e eu continuei fazendo o programa de rádio, normalmente, como fazia no primeiro turno. Sem problema nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Fez o primeiro e o segundo turno?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – O senhor tem troca de *e-mails* com essa equipe de campanha ou com o próprio candidato? Da época, tem... Lembra de alguma coisa assim?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, com candidato... Trocar *e-mail* com...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Com a equipe?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Mas com a equipe tenho. Fiz amizade com muitas pessoas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Duas perguntas porque meu tempo já se vai. Só duas perguntas ao senhor. Uma o Senador Pedro Taques já fez. Eu só gostaria de complementar. O senhor recebeu os primeiros R$40 mil em dinheiro, depois mais R$10 mil. Esses recursos foram gastos em espécie ou foram depositados na conta de sua filha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foram gastos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Em espécie? Nada foi depositado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em espécie, nada depositado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Nada foi depositado?

Foi lida uma citação aqui, de o senhor tecendo duras críticas ao Governo; eu me refiro agora ao Governo Federal; o Deputado – eu não vou citar aqui, por conta do art. 14 – citou várias citações suas como jornalista, radialista, criticando e citando inclusive o nome do Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por conta do Sr. Marconi Perillo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Era isso que eu iria lhe perguntar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ...porque ele foi a Goiânia numa palestra, ele disse o seguinte: que não ia repassar dinheiro do Governo pra governo malandro, pra governo de gente que não tem responsabilidade, essa coisa toda. Ele fez severas críticas à moral do Governador. E eu comprei a briga. Eu usei os piores adjetivos que a senhora possa imaginar para dar uma resposta para o Sr. Gilberto, nessa altura, do que ele disse do Governador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – A pedido do Governador...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...ou por sua própria conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por minha própria conta!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Na época, o senhor era aliado do Governador Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª se esgotou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu dei um minuto a mais pela interrupção que tivemos quando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, não! Está bom. Sem problema algum. Eu acho que já fiz todas as perguntas, e é importante que se esclareça isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs Parlamentares, Srs. Parlamentares, o depoente confessa crime contra o sistema tributário nacional, sonegação. Revela má-fé, porque não declarou os R$45 mil que foram depositados na conta de sua filha e só o fez depois que o fato foi noticiado, na forma de escândalo. Confessa também crime eleitoral, cumplicidade com o caixa dois. E não prova determinadas afirmações. Por exemplo...

Vem a primeira indagação, e peço respostas rápidas, para que possamos dialogar.

Como pode provar que recebeu R$40 mil das mãos do Governador, dinheiro oriundo de um frigobar? Aliás, é inusitado se depositar dinheiro em frigobar. Como pode provar isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do mesmo modo em que, se ele fosse chamado a provar que tivesse pago ou não pago. Senador... Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não estou perguntando se o Governador pode ou não pode provar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, eu entendi sua pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou perguntando se o depoente pode provar. É isso que tem que responder.

Se o Governador pode ou não pode provar, indaguemos o Governador. Eu estou indagando do depoente Luiz Carlos Bordoni. O senhor prova que recebeu R$40 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, estávamos eu e ele quando eu recebi o pagamento. Se eu sou seu amigo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, não há prova. É isso que eu queria saber. Não há prova.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não há prova.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Segundo, o senhor não declarou, alegou que o Governador se comprometeu em pagar os impostos. Mas ele não pode pagar o seu Imposto de Renda!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a campanha pode.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E é bom até, porque está nos Anais aí, que V. Sª, em determinado momento, afirmou que parte do dinheiro foi usa-

da para pagar contas, e outra parte foi depositada. E, há pouco, o senhor disse que não depositou. É bom deixar isso claro porque há duas versões no mesmo depoimento, o que revela insegurança.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor disse.

Aliás, Sr. Presidente, esta CPI adotou uma prática que não é boa para a investigação: permitir que o depoente leia longos discursos escritos pelo seu advogado, pelos seus assessores, ou por ele próprio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por mim mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em outras CPIs, isso não se permitiu. É possível até que um depoente chegue aqui e leia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...*Lusíadas*, de Camões, e nós tenhamos de ficar aqui ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, eu vou só interromper para responder.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só assegure, então, meu tempo, por favor. Segure os outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou segurando. Eu vou segurar nos sete minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vários depoentes aqui, de ambas as convocações, leram seus depoimentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, leu o depoimento aqui o Governador Marconi Perillo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, sim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...o Governador Agnelo Queiroz. Leu o seu depoimento aqui o Sr. Paulo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...o Sr. Paulo, diretor da faculdade, Walter de Paulo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enfim, é uma prática que nunca foi questionada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, claro. Não há exceção à regra. Apenas estou dizendo que isso não é bom para a CPI e que talvez tenhamos de adotar esse procedimento futuramente.

Mas vamos às indagações. Em relação a esses 40 mil, não há prova, e V. Sª ficou inseguro, não sabe se depositou parte ou se não depositou parte, pelo menos isso consta dos Anais.

Gostaria de saber se V. Sª tem prova de que os 45 mil depositados pela Alberto Pantoja e também pela Décio foram realmente pagamento de campanha eleitoral, se tem prova disso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador Alvaro Dias, se eu cobrei os 90 mil restantes da campanha do Sr. Governador, e ele determinou ao seu assessor que acertasse comigo, e ele ligou, dizendo que ia fazer os acertos comigo, e ligou, depois, informando as datas, pedi justamente a quebra do sigilo telefônico, para mostrar para o senhor que os telefones, os nossos telefones se cruzaram nos dias dos depósitos feitos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem, então nós esperamos a quebra do sigilo, para saber se há prova, porque, ao que consta, o Governador Perillo pagou todas as contas de campanha até o final do ano, não deixou para o ano seguinte, até porque quem vence a eleição paga com facilidade, dificuldade tem quem perde a eleição.

É estranho imaginar que só o senhor ficou sem receber dinheiro de campanha, que só foi receber no dia 14 de abril de 2011. Isso é estranho.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Será que foi só eu, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente que, até este momento, pelo menos ao que conta, pelas informações que recebemos, todos tiveram suas contas saldadas à época.

Bem, não há prova...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ou porque todos ficaram silentes com o depósito aberto de Pantoja, e eu não fiquei?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há prova. O senhor não confessou que recebeu de Alberto Pantoja. O senhor ficou sabendo depois que ocorreu o escândalo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não foi V. Sª que informou que recebeu de Alberto Pantoja. Essa informação nós tivemos aqui com a quebra de sigilo bancário da Alberto Pantoja. E V. Exª não tem prova de que foi pagamento da campanha eleitoral.

Há aqui uma gravação telefônica, se não me falha a memória, também, no discurso escrito, V. Sª disse que não foi citado em gravações de Carlos Cachoeira. Aqui há uma citação, e V. Sª tomou conhecimento.

A gravação, em que o senhor foi citado, numa conversa de Cachoeira e Cláudio Abreu...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu citei aqui, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... em que Cláudio Abreu – então, desculpe-me, citou – pede ajuda de Cachoeira, para resolver um problema com Bordoni,

"pois esse estaria batendo muito na obra do Parque Mutirama. E Cachoeira promete tomar as providências e vai pedir ao Leréia para falar com o Bordoni".

É bom destacar também que o senhor pediu demissão da emissora de TV posteriormente. Pediu demissão da emissora de TV em que fazia as críticas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não trabalhava para a emissora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor disse que as críticas foram feitas depois.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa gravação é anterior.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu posso ver esse documento do senhor?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não. O senhor não pode ver esse documento. Esse documento está no *banker* da CPI. Mas, posteriormente, V. Sª poderá tomar conhecimento.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois é, eu queria conhecer o teor desse documento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O que há é uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A gravação eu citei aqui, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Aliás, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu li aqui que é uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Olha, não há só uma, não. Há mais gravações, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou-me referindo a uma gravação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há mais, do Cláudio Abreu para o Sr. Cachoeira e dele para o Leréia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E do Leréia, que iria falar comigo e com o Paulo Beringhs, para revolver essa situação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É exatamente o que ocorreu.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Depois, coincidentemente, o senhor recebe um dinheiro da Alberto Pantoja, 45 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, espere um pouquinho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E recebe um outro dinheiro...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor está invertendo as coisas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não estou invertendo as coisas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor está invertendo as coisas. As críticas que eu fiz foram...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor é que está invertendo as coisas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ... posteriormente, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) **–** Mas eu preciso usar bem o meu tempo. Mais algumas indagações.

Já que há esse confronto e essas contradições, Sr. Presidente, eu anuncio que vou encaminhar à Mesa um requerimento pedindo a acareação...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Será o máximo prazer que o senhor faça isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...entre o senhor Luiz Carlos Bordoni...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por gentileza, faça isso imediatamente, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...e o Sr. Carlos Cachoeira. Entre o Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu quero saber o Sr. Jaime Rincon, o Sr. Lúcio Fiúza...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é o senhor quem determina!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como que... Não!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é o senhor quem determina!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não determino nada, não, mas é um direito que tenho o de pedir.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor cumpra o seu dever. O senhor não integra esta CPI!

Sr. Presidente, eu peço ao depoente que exerça o seu papel e responda as indagações.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E responda as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, deixe eu colocar ordem no debate.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele pode, se ele desejar... Se ele desejar, ele que se utilize de outro parlamentar para apresentar o requerimento que deseje.

Eu estou propondo um requerimento para uma acareação entre o Sr. Luiz Carlos Bordoni...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está certo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...e o Sr. Carlos Cachoeira.

Mas eu ainda tenho mais indagações. O senhor disse que soube do encontro de Cachoeira com o Governador no hangar. Como é que o senhor soube disso, desse encontro no hangar? Rápido, porque o tempo está acabando.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Sr. Carlos Cachoeira, inclusive, já pediu até que o Governador recebesse uma comitiva da Coreia, no hangar do Estado.

Eu, como jornalista, recebo as informações e, com base na própria Constituição, que me assegura o sigilo da fonte, mantenho a informação...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mais uma indagação. Ele mantém o sigilo e eu não vou... Eu sou defensor do sigilo também.

O senhor disse que a Eliane era uma preposta de Cachoeira no gabinete do Governador. Como assim? Como o senhor sabe disso? Como faz essa afirmação?

Já que o meu tempo está acabando, Sr. Presidente, deixe eu fazer uma indagação: há, aqui, a notícia de que o senhor deu entrevistas afirmando que foi abduzido por um extraterrestre e que visitou outros planetas. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É, inclusive, encontrei com todas as pessoas que passaram essa informação para o senhor. Estavam todas bem instaladas, felizes, alegres, satisfeitíssimas da vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Olha, então, eu vou citar... Não são pessoas que passaram informações a mim. Entrevista que o senhor concedeu e consta da imprensa. Então, além da entrevista, que é mais recente, *blog* Cleuber Carlos, que destaca a entrevista que o senhor concedeu, dizendo que foi abduzido por extraterrestre.

É tão verdade...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor sabe quem é Cleuber Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou apenas devolver...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Afilhado do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço só um minuto. Que V. Exª conclua, para eu devolver a palavra ao Sr. Bordoni.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir dizendo o seguinte: que o Sr. Luiz Carlos Bordoni deve ter habilidades para outro tipo de atividade; para fazer humor, não.

Portanto, eu repudio essa tentativa de fazer graça aqui na CPI. Eu fiz uma pergunta com base em informações da imprensa do seu Estado. Eu não recebi informações de quem quer que seja. Eu recebi informações da imprensa. São, portanto, informações publicadas, fatos públicos, que não ensejam a V. Sª fazer graça com um parlamentar.

Portanto, eu acredito que vale tanto para o fato de ter sido abduzido por um extraterrestre, eu devo acreditar tanto nisso quanto nas outras histórias que aqui ele contou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, de qualquer maneira, Sr. Presidente, eu vou encaminhar o requerimento de acareação entre ele e o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, o Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um minuto.

Uma série de perguntas foi feita pelo Senador Alvaro Dias.

Este exato momento é o momento de ele responder as questões formuladas pelo Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, ele respondeu as indagações. Ele respondeu as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não. O senhor chegou em uma hora... Senador Alvaro Dias, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele respondeu todas as indagações. Foram pergunta e resposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Senador Alvaro Dias, num determinado momento das suas arguições, o senhor disse o seguinte: "Como o meu tempo está se esgotando, eu vou fazer..."

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A do extraterrestre ele respondeu; foi a última pergunta. Eu vou fazer as perguntas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deixa o homem responder. Você não perguntou?!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver a ele. Mas, antes, têm duas questões de ordem. Por um minuto, o Senador Pedro Taques e a Deputada Íris de Araújo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Senadores, eu tenho pautado a minha

atuação aqui pela defesa da Constituição, do Código de Processo Penal e do Regimento Interno. Eu, pelo menos, tratei a testemunha com todo o respeito devido, como eu faço com todos aqueles a quem inquiro.

Agora, V. Exª, como Presidente, com todo o respeito, não pode permitir que testemunha faça gracinhas em uma CPI. Sabe por quê? Porque nós não estamos desmoralizando o Senador, o Deputado Federal que fez a pergunta, nós estamos desmoralizando o instrumento parlamentar CPI, estamos desmoralizando esta Casa, porque o presidente de uma CPI tem o poder de polícia em uma audiência como esta, que é uma reunião. Isto está no Código de Processo Penal que, de acordo com a Lei nº 1.579, de 1952– que todos nós aqui temos obrigação de conhecer –, aplica-se subsidiariamente.

Portanto, eu faço uma questão de ordem com fundamento no art. 403 do Regimento do Senado, para que V. Exª advirta a testemunha que isto aqui, pelo menos para alguns personagens, é um instrumento sério, instrumento sério. Nós não podemos transformar esta CPI em uma palhaçada, em um circo. (*Palmas.)*

Por isso, eu só gostaria que a Presidência advertisse a testemunha. O senhor sabe o porquê – eu já encerro –, porque a testemunha pode, pode, ser encaminhada para a Polícia Federal por desobediência, por desacato; desacato, ela pode; não vou falar em prisão porque não cabe prisão em flagrante por desacato mais.

Então, nós precisamos manter aqui respeito à urbanidade Parlamentar, inclusive testemunha que aqui venha.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pela ordem.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem também. O senhor deu pela ordem ao Senador, eu também quero um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas vou dizer, Sr. Luiz Carlos Bordoni, nós queremos que V. Sª responda às indagações dos Srs. Parlamentares, evite qualquer tipo de discussão, debate, e esta CPI não aceitará qualquer tipo de ofensa a qualquer um dos Parlamentares. Eu só queria adverti-lo desta condição.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não houve essa intenção, Sr. Presidente.

Eu quero pedir desculpas ao Senador Alvaro Dias.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu pedi pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Antes de V. Exª , Deputado Silvio Costa, tem uma Deputada inscrita. Não fosse pela ordem de inscrição...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas antes do Senador Pedro Taques, também tinha uma Deputada inscrita. Então, quero contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a palavra a V. Exª . Eu estou aqui neste momento a pedido do Senador Pedro Taques, eu estou fazendo a advertência à testemunha, em segundo lugar, eu vou passar aqui, agora, a palavra a Deputada Íris, depois a V. Exª.

O SR SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, V. Exª não pode usar dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não há dois pesos e duas medidas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª deu um pela ordem ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou dar um a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero um pela ordem também, o mesmo direito do Senador. E o Senador fez um pela ordem antes da Deputada. E eu também quero fazer um pela ordem antes da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Foi pela ordem, o Senador Pedro Taques, depois a Deputada Íris de Araujo, depois V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Depois eu. Eu sou a segunda.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A Deputada pediu pela ordem também? Desculpa Deputada, eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não bastasse o cavalheirismo de V. Exª, tem uma inscrição que este Presidente tem de cumprir.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tudo bem. Eu já pedi desculpas. Eu não sabia. Para mim era uma inscrição e não um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo,então, a palavra a uma Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente; Srªs Deputadas e Srs. Deputados; Srªs Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes, apenas para informar que agora, no perfil do Governador Marconi Perillo, no Twiter, informa que o Governador Marconi e o Presidente Jayme Rincón estão inaugurando obras no interior do Estado, em Aparecida do Rio Doce, na GO – 174. Perfil no Twiter do Governador Marconi Perillo. Ou seja, a testemunha que aqui não compareceu porque está de atestado médico, está inaugurando obras no interior do Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Acolhida a questão de ordem de V. Exª, o presidente efetivo já disse que, em acordo com a testemunha, decidirá por uma data para essa testemunha vir a esta CPI: dia 22 de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já registrei o pedido de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E, pela ordem dos trabalhos, vou passar a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques tem razão, na medida em que o depoente não pode fazer nenhum tipo de gracejo com nenhum parlamentar. Entretanto, não é justo que nenhum parlamentar também tente desqualificar o depoente.

Eu lembro quando o Senador Demóstenes Torres aqui esteve, e comecei a falar com o meu coração e dizer algumas verdades, que o Senador Pedro Taques utilizou o direito constitucional de defender o Senador Demóstenes Torres. Teve cuidado com o Senador Demóstenes Torres.

Acontece que esse cidadão está aí há duas horas, também sendo agredido, sendo chamado de marginal, de mentiroso, de tudo, de safado. E ele é um ser humano. E eu não vi, nas interrogações do Senador Alvaro Dias, nenhum desrespeito ao Senador Alvaro. O Senador Alvaro diz o seguinte: "Vou fazer a sua acareação com o Cachoeira" E ele disse: "Eu não quero somente com o Cachoeira, não. Quero com a, b, c, d, e."

Onde está a agressão?

Ele tem o direito de cidadão, de dizer assim: "Eu quero ser acareado com fulano de tal". Se a CPI quer apurar, para mim, é um sentimento maior. Se um homem chega aí e diz que quer fazer acareação com a, b, c, d, ele quer prestar um serviço à CPI, diferente de outros que chegam aí e ficam calados. É esse tipo de comportamento que não dá para entender nesta CPI.

Então, no pela ordem, o que é para Pedro é para Paulo. O pela ordem tem de ser efetivamente justo, constitucional, regimental. Então, exijo de V. Exª também que cobre dos parlamentares que respeitem o depoente como ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está recolhida a questão de ordem de V. Exª. Em todas as reuniões, pedimos urbanidade no tratamento dos depoentes que aqui vierem, na condição de testemunhas ou de réus.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Randolfe.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só precede o art. 14. Eu estou inscrito pela ordem, mas o art. 14 foi suscitado pelo Senador Pedro Taques, e ele precede.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu solicitei também pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ceder pelo art. 14. Na condição de coordenador desta Mesa, passo a palavra a V. Exª. Se V. Exª não for usar, eu passo para o art. 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, irá usá-la?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Irei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só um instantinho, Senador Randolfe. A entrevista foi concedida ao programa Espaço Espírita, veiculado na TV Brasil Central. A entrevista a que me referi foi concedida a esse programa à jornalista e repórter Rosely Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem. Ele responderá.

Senador, o senhor vai usar o seu tempo ou vai concedê-lo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Irei usá-lo.

Sr. Presidente, a Deputada Íris traz uma gravíssima informação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se confirmados os fatos aqui relatados por ela...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senador Randolfe, se me permite, apenas para uma informação: acabei de ser informado que ele está na casa dele, e a inauguração dessa obra é amanhã. Acabei de ser informado, nesse segundo. Apenas para esclarecer. V. Exª tem toda razão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De qualquer forma, se ele, amanhã, vai participar de uma atividade pública, de um ato público e, no dia anterior, ele se recusou a comparecer a uma comissão parlamentar de inquérito, ele está incorrendo em crime.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – É um desrespeito à Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Há um desrespeito claro a esta Comissão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está na residência dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sendo hoje... Se está na residência hoje, mas se, amanhã, já está habilitado a participar de uma atividade pública, Sr. Presidente, está ocorrendo claramente o desrespeito a esta Comissão, e a questão de ordem é para que a Comissão tome as providências devidas, estabelecidas no Código de Processo Penal em relação a esse senhor, se confirmada essa informação de que, ou hoje, ou amanhã, ele vai estar presente em uma atividade pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, essa providência já está tomada pelo presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo Filho.

Bom, eu, agora, vou devolver a palavra ao depoente para as respostas às questões...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou, então, devolver o art.14 ao Senador Pedro...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se me permite, eu tenho um art. 14 que antecede ao dele, que me foi concedido pelo Senador Vital do Rêgo, que disse: Assim que houver a oportunidade, dou-lhe o direito ao art. 14. O meu precede...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas, então, eu vou fazer o seguinte: eu vou conceder...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O meu precede, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – São dois art. 14: o meu e o dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sei. O problema é que como neste momento ele disse que concederia mais tarde...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu dou a precedência a ele. Nesse momento ele pode falar. Eu falo posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso.

Senador, o senhor quer usar agora, ou eu posso passar?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Porque o senhor estava querendo ordenar os trabalhos passando ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu passo a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu não quero ordenar os trabalhos, eu quero ordem nos trabalhos, porque é um direito meu pedir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele tem ordem nos trabalhos. Aqui há ordem nos trabalhos, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo. Posso usar o meu art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de dizer o seguinte, Sr. Presidente, a mim não cabe como Senador da República, não é atribuição minha ministrar aulas de Direito Constitucional a Deputados, a Parlamentares, a quem quer que seja. Agora, algumas pessoas precisam entender que o Parlamento é mais importante do que cada um de nós. Parece-me que algumas pessoas não entendem isso.

Eu não vou bater boca com quem quer que seja, Sr. Presidente. Mas as pessoas, notadamente alguns Parlamentares precisam entender que esta Casa, o Congresso Nacional é mais importante do que cada um de nós. Não viemos aqui para fazer esse tipo de coisa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu devolvo a palavra, agora, para suas respostas, ao depoente Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E peço a atenção de todos para as respostas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Apenas para completar e responder ao Senador Alvaro Dias, a quem eu já entrevistei várias vezes aqui nesta Casa, porque toda quarta-feira eu estou aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Luiz Carlos Bordoni, eu peço apenas que V. Sª aguarde, porque vou pedir aos nossos colegas que prestem atenção ao orador que está na tribuna.

Eu passo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Eu peço aos Srs. Parlamentares que continuemos o debate.

Sr. Luiz Carlos Bordoni, a palavra está com o senhor.

Deputado Domingos Sávio, Deputada Íris de Araújo, Deputado Carlos Sampaio, Senadores, por favor, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Sr. Luiz Carlos Bordoni, para responder às questões que foram formuladas pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bom, as perguntas que o Senador fez ele foi pontuando e eu fui respondendo. E ele fez a última colocação com relação à minha abdução por um extraterrestre e que essa entrevista teria sido concedida a Roseli Vicente.

Eu nunca fui entrevistado por essa moça, Senador. Sinto muito, mas...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A informação é de que a entrevista, inclusive, foi nessa emissora que é repetidora da TV Cultura em Goiás.

O senhor disse à repórter Roseli Vicente que já foi abduzido por ETs. E no seu blog também há uma referência, quando diz: "Ao ensejo do regresso, recém-egresso de Marte". E há outros blogs...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah! Espera um pouquinho.

Há um detalhe, Senador. Há um detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, como o seu tempo foi esgotado, vamos agora, respeitosamente, ouvir as respostas, porque aqui outros formularão juízo sobre...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Senador, há texto meu...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Veja, Sr. Presidente, apenas quero deixar claro que eu não quis humilhar o depoente, apenas pretendi que ele esclarecesse um fato jornalístico da imprensa de Goiás, que me foi enviado, encaminhado. E eu apenas o indaguei para que ele respondesse e esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos, então...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque eu considero isso muito importante, para que possamos interpretar as declarações do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Exª teve o tempo para fazer as questões, excedeu o seu tempo e agora nós precisamos ouvir o depoente, para inclusive esclarecer as perguntas feitas.

Eu peço atenção dos nobres Deputados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver a palavra ao Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como disse alguém aqui, microfone aceita qualquer coisa. Papel também aceita qualquer coisa, Senador. Eu nunca dei essa entrevista. A informação que há no meu blog sobre essa questão de Marte, essa coisa toda, faz parte de um livro que escrevi, que se chama *Terrestre Extra* – não é extraterrestre –, que vou publicar brevemente. Está entendendo? Não tem nada a ver com essa coisa. Quer dizer, estão distorcendo as coisas para tentar desconstruir a minha imagem perante a opinião pública. É interessante como eles fazem isso.

Eu queria pedir desculpas ao Sr. Senador Alvaro Dias, se ele se sentiu ofendido por alguma conduta minha aqui, Senador, porque o senhor sabe o apreço que tenho pelo senhor nas vezes...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há da minha parte nenhum ressentimento em relação a isso. Eu entendo que o respeito se deve à Instituição que nós representamos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu peço desculpas, inclusive, Senador Pedro Taques, por qualquer má interpretação, Deputado Carlos Sampaio, mas não houve jamais qualquer intenção em desrespeitá-los. Aliás, pelo contrário, nós estamos torcendo para que os senhores possam passar este Brasil a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, V. Sª concluiu.

Eu passo a palavra, agora, ao Deputado Rubens Bueno, como terceiro inscrito, para, depois, abrir a fala dos Srs. Líderes. Passo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadoras, Sr. Luiz Carlos Bordoni. Sr. Presidente, a tarefa aqui não é fácil. É plenário, encaminhar a votação, e volta, e comissão, esporte e turismo, mas vamos lá, tentando atender.

Eu ouvi atentamente desde quando aqui cheguei, às 10h15, ouvi todo o depoimento, só não ouvi as últimas intervenções. Não sei se vou ser repetitivo aqui. Então, peço desculpas se isso vier a acontecer.

Mas uma coisa que queria aqui, de pronto, é saber do senhor se o senhor teve, em algum dia, em alguma hora, em algum lugar, enfim, alguma tarefa ou algum negócio envolvendo o Sr. Duda Mendonça.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Com o Duda Mendonça, que eu saiba, não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não teve nenhum negócio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Com o Duda Mendonça, não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com a empresa dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu prestei serviços para MKPOL Marketing Político. Eu fui contratado por essa empresa para fazer a campanha do Sr. Senador Demóstenes Torres pela Zilmar Almeida Fernandes ou Fernandes Almeida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só essa? Não teve outro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Esse momento, esse negócio? Ou esse contrato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Só isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor recebeu... Em seu depoimento – eu prestei atenção –, o senhor teria proposto um orçamento de R$200 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Veio a contraproposta, dizendo que seria 120 mil e mais 50 mil, no caso de sucesso ou da vitória da campanha. Depois, o senhor recebeu em três parcelas e teve aquela dificuldade de receber o restante. Depois, teve o depósito da empresa fantasma, conforme o senhor já declarou. Eu pergunto para o senhor: isso foi feito com nota, sem nota? Eu sei que, talvez, já tenha respondido, mas eu preciso saber. O senhor sabia que estava sendo feito assim? O senhor concordou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quando acertamos, quando eu acertei com o Governador Marconi Perillo para fazer a campanha, que eu pedi os 200 mil, ele pediu a redução e eu disse "tudo bem", tem o bônus, desconta-se o imposto e eu recebo sem problema, sem problema, nós não firmamos contrato. Quando você tem amizade com a pessoa, que você conhece essa pessoa... Porque eu conheço o Governador Marconi Perillo desde quando ele era Presidente do PMDB Jovem. Eu fiz a campanha do Senador Henrique Santillo, e o Marconi era do PMDB Jovem naquela época. Eu o conheço desde então. Sempre tivemos amizade. Quando houve a oportunidade de ele ser candidato, em 1998, eu arregacei as mangas e fui firme com ele. Nós somos amigos desde aquela época, de 86 até hoje, até ontem, melhor dizendo, porque com amigo... Quando o senhor faz um acerto com um amigo, o senhor não vai desconfiar de ninguém, o senhor não vai pedir contrato, não vai pedir nada. Vamos para a guerra? Vamos para a guerra. Vamos ganhar a eleição? Vamos ganhar a eleição. E fomos para a guerra e ganhamos a eleição. Não houve essa preocupação de contrato, de quem vai pagar e quem vai deixar de pagar. Ele disse que os acertos seriam feitos pessoalmente entre ele e mim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E desses contatos que o senhor teve, alguém lhe pediu recibo, lhe pediu documento? Ou não pediu...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Apenas quando houve o atraso da segunda parcela e eu falei com ele é que ele pediu para o financeiro fazer o acerto – eu pedi a nota fiscal da Arte e Mídia –, para fazer o recebimento dessa parcela de R$30 mil. E aí a nota foi apresentada e o pagamento me foi feito, os R$30 mil. Foi a segunda parcela.

Foi através dessa nota fiscal... Foi o único documento fiscal que apareceu na nossa negociação, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor nunca se preocupou em saber quem era Alberto & Pantoja?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não sabia. Fiquei sabendo da Alberto & Pantoja quando eclodiu o problema. Quando surgiu o depoimento do Senador Demóstenes na Comissão de Ética é que fiquei sabendo que houve o depósito da Alberto & Pantoja, que a minha filha correu para pegar o extrato e ver que realmente estava lá o Alberto & Pantoja.

Na época do depósito, quando o Lúcio ligou e disse o depósito foi feito, não ia me preocupar em saber quem depositou, era o Lúcio que ia fazer o depósito... Para mim, tinha sido ele que tinha feito o depósito. Não houve essa preocupação de ver quem tinha depositado.

Então, ninguém pega o extrato completo... Aliás, deveria pegar o extrato completo sempre; prudente é este. Não é só pegar o movimento da semana ou o saldo do dia, mas ninguém tinha ciência...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Isso aconteceu em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – 2011.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – 2011.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os depósitos foram em 2011.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – 2011.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Na declaração de Imposto de Renda o senhor não declarou quem foi o emitente desse depósito na sua conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. A declaração de 2011 é ano-base para 2012. Está na declaração de renda deste ano da minha filha, do depósito feito, dos dois depósitos feitos. Inclusive tem o Darf... Já anexei aqui, nos autos, os Darf's do recolhimento, inclusive do imposto sobre isso.

Foram emitidos os Darf's para pagamento parcelado. Deu um total de R$12 mil e alguma coisa de Imposto de Renda sobre esse dinheiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor só trabalhou em campanhas eleitorais? Com o Marconi Perillo ou com outro político que o senhor tenha trabalhado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não... trabalhei em campanhas eleitorais, trabalhei em rádio e televisão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só em campanhas... Ah! Rádio e televisão.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nunca teve empresa...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tive uma empresa, a LCB Marketing, mas eu a desativei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Há quanto tempo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já faz tempo. Faz mais de cinco anos. Foi em 2004, 2003.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E essa sua empresa atuou em campanhas eleitorais?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Minha empresa atuou em campanhas eleitorais? Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não atuou em campanhas eleitorais a LCB? Essas informações são importantes, Sr. Presidente. Gostaria – o Relator não está aí – de pedir a V. Exª que preparasse até um documento pedindo essas informações.

Quer dizer que mesmo o senhor prestando serviço nunca emitiu documento nenhum? Sempre recebendo o dinheiro em espécie ou dessa forma como o senhor explicou, da Alberto & Pantoja?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Alberto & Pantoja.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É interessante. O que chama a atenção é que quando o senhor viu essa denúncia aqui no Senado, de que sua filha teria recebido dinheiro dessa empresa fantasma, o senhor não questionou o Sr. Lúcio, com quem o senhor tratou o negócio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não questionei. Não, não questionei. Não questionei e vou explicar ao senhor o porquê: primeiro, eu estava a 1.300 quilômetros de Goiânia, estava no Polígono das Secas, estava em Poções, na Bahia, e na oportunidade que surgiu o fato, que a minha filha ligou... Naquela região, os telefones celulares, somente nas maiores cidades se consegue: Vitória da Conquista, Poções, mas nas cidades menores, ao redor, dificilmente você consegue um sinal de celular para poder falar com quem quer que seja.

Consegui o sinal de celular somente em Poções, mas não tinha o telefone do Fiúza. Mas na ocasião, confesso para o senhor, a indignação foi tamanha, porque a Bruna me ligou chorando, pois o assunto saiu numa Comissão de Ética apurando uma relação de um parlamentar importante com uma organização criminosa. Eu fiquei indignado com aquilo, fiquei indignado. E falei: nós temos que tomar uma providência com relação a isso.

Um repórter do *Estadão* conseguiu me localizar em Poções e fez a entrevista comigo. Eu disse que também queria explicações disso, porque afinal de contas o meu nome e o da minha filha estavam envolvidos com a organização do Cachoeira. Então, queria saber como foi parar esse dinheiro na minha conta. Foi o que eu disse, em momento algum, Deputado, eu citei o nome do Sr. Governador de Goiás na entrevista que eu dei ao jornal *O Estado de S. Paulo*. A coisa começou a deteriorar no dia seguinte, quando a assessoria de imprensa dele soltou, emitiu uma nota fiscal me agredindo, tentando me desqualificar, me chamando de mentiroso, de irresponsável. Quer dizer, do mesmo modo que posso ter falhado em não ter procurado o Lúcio, entendo que eles também falharam ao não me procurar. Como é essa história? Como é isso? Vamos conversar, vamos resolver, vamos colocar isso em pratos limpos? Vamos colocar em pratos limpos. Afinal de contas, é uma situação grave e séria que precisa ser explicada, porque, afinal de contas, o senhor gostaria de ter seu nome envolvido com um contraventor? O da sua filha? Realmente não dá para aceitar isso. Eu não aceitei. O fato foi este, eu não aceitei e não quiseram explicar a origem do dinheiro. Esse é o problema que foi levantado. A partir daí, resultou nisso que estamos vivendo hoje.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Apenas, Sr. Presidente, eu concluo. Eu me exaltei durante a exposição do senhor, porque o senhor estava acusando que tinham parlamentares nesta Comissão que não queriam apurar. Eu quero dizer ao senhor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu peço desculpas ao senhor, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado. Eu agradeço, está desculpado. Mas eu queria dizer ao senhor que estamos aqui com o objetivo de apurar, de investigar. Esse é o nosso papel. Eu fui um dos autores do requerimento que convocou o Marconi Perillo, fui um dos autores do requerimento que convocou o Agnelo Queiroz e fui um dos autores do requerimento que está aí para convocar o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Então, nosso papel é esse, não é contra ninguém, como eu disse. Não é contra partido ou governo, é a favor do Brasil. E é esse papel que temos de desempenhar buscando a investigação com a seriedade que queremos conduzir. Por isso, fiz aquela exaltação, naquele momento, em protesto, até porque, como o senhor não quer ser ofendido naquilo que está dizendo, muito menos eu como parlamentar que tenho o mandato do povo paranaense.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Reitero meu pedido de desculpas ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, passo a palavra...Foram três inscritos e vamos alternar com um líder. Passo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, parte da oposição desta Casa não entendeu que, às vezes, a melhor forma de defender um aliado é ficar em silencio. Eu lamento que parte da oposição tenha produzido alguns ataques e que efetivamente esses ataques não foram defendidos por alguns desta Casa que são constitucionalistas, em um boa hora não preservou o depoente. Mas eu quero dizer uma coisa, partindo do princípio, a oposição tentou desqualificar o

depoente, não estou dizendo que o senhor é um desqualificado, mas partindo do princípio de que o senhor tenha os seus erros, quero dizer que é muito difícil não acreditar, repito, é muito difícil não acreditar que o senhor está falando a verdade. E vou explicar por quê.

Primeiro ponto, o senhor já se auto-incriminou. O senhor disse que sonega imposto de renda. O senhor disse. O senhor disse que recebeu dinheiro de caixa 2. O senhor disse. Então, o senhor já se auto-incriminou. A minha leitura é simples, foram dois dias muito ruins para o Governador Perillo, e vou explicar por que foram ruins. O Sr. Luiz Carlos disse o seguinte: eu recebi dinheiro da campanha do Sr. Perillo, da Pantoja. Ele disse. E a gente tem aqui depósito da Delta na conta da Pantoja. Na hora em que a Delta depositou na conta da Pantoja, e a Pantoja pagou ao Sr. Perillo significa que o Sr. Perillo recebeu dinheiro da Delta. Moral da história: Perillo pagou para ele, não, a Pantoja pagou para ele campanha de Perillo. Dito por ele. Depois, você defende. Dito por ele. Então, significa que o Perillo, de forma indireta, recebeu dinheiro da Delta. Esse é o primeiro ponto. Então, o senhor hoje colocou o Governador Perillo no olho do furacão, ou seja, o Governador Perillo recebeu, sim, dito pelo senhor, dinheiro da Delta, porque o senhor sabe que não pode mentir aí... Essa é a primeira constatação dura! Segunda: o senhor confessou aí que o Governador Perillo fez "caixa 2". Eu repito sempre que há um livro: *O Homem e os seus Símbolos*, de Carl Jung, que o símbolo é tudo. O senhor disse: "Tinha uma geladeira, tinha um pacote laranja, e o homem me deu 45 mil reais." É claro que esse dinheiro que o governador poderá ter dado ao senhor foi para a campanha majoritária, inclusive, porque o senhor não foi contratado só para Perillo. Foi contratado para Demóstenes, por dois Senadores e por majoritário.

O senhor poderia ter dito aqui... A oposição... Se eu estivesse defendendo Perillo aqui, eu diria: "Não foi Perillo, não, foi tudo Demóstenes", jogava tudo para Demóstenes! Porque ele estava na eleição majoritária e nem isso vocês fizeram.

(Conversa à parte) Não, não estou podendo porque eu gosto de você... Estou olhando para você... Parte... Parte da oposição...

Então, veja, moral da estória: o senhor também disse que o Governador Perillo fez "caixa 2", ponto final! Agora, isso é o bastante aqui para a gente fazer algum tipo de ilação condenando o Governador Perillo? É o bastante? Não. Não é o bastante! Por que não é o bastante? Porque o Governador Perillo poderia não ter conhecimento de que a Pantoja recebeu dinheiro da Delta... Essa é uma ilação. Segundo: eu fiquei feliz – e vi que o senhor estava falando a verdade – quando o senhor disse o seguinte: "Não, eu não quero acareação só com fulano, não; faço acareação com todo o mundo que eu citei." Rapaz, um cidadão brasileiro, em uma CPI, que diz isto: "faço acareação com todo o mundo!", como é que esse homem está mentindo? Então, eu quero, sinceramente, parabenizar V. Sª, não estou aqui condenado o Governador Perillo; mas, sinceramente, ontem, o arquiteto provou que quem comprou a casa foi Cachoeira... Custava nada o Governador Perillo ter dito aqui: "Eu vendi a Cachoeira". Ele não botou no jornal a propaganda? Qual era o problema de Cachoeira ter comprado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou concluir... Por favor, tenha um pouquinho de paciência... Por favor...

Então, sinceramente, eu queria fazer um apelo... Qual é o apelo? É para que todas as acareações sugeridas pelo Sr. Bordoni, que esta CPI pudesse, efetivamente, analisar a possibilidade de realizá-las, sim! Porque isso, para mim, é um fato muito relevante, muito relevante.

Então, Sr. Presidente, para concluir, eu quero dizer o seguinte: as perguntas que serão feitas ao senhor – eu não sei quais são –, porque há uns 20 para perguntar; mas, para mim, o senhor já deu uma grande contribuição a esta CPI. Agora, o senhor tem problemas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª se esgotou novamente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Se o senhor tem problemas, não me interessa; agora, o senhor tenha a consciência de que o senhor não pode ter mentido na CPI, porque, se o senhor mentiu, a CPI pode reconvocá-lo e colocá-lo na cadeia. Então, o senhor tenha certeza absoluta de que o senhor não está levantando falso e sendo leviano aqui com o Senador Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu apenas vou dizer que, como o Deputado Silvio Costa não pode formular perguntas neste tempo; depois, o senhor aproveita, em uma outra pergunta, para respondê-lo.

Então, passo a palavra ao Deputado Luiz Pitiman, do Distrito Federal.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente; Sr. Relator; senhor depoente, Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – As denúncias que o senhor traz aqui são realmente muito sérias. Comprovando-se – sendo realmente verdade – serão de uma gravidade imensa. Pela primeira vez, desde

que se iniciou a CPI, eu vejo uma testemunha com muita disposição para falar. Por isso... Sr. Presidente, se eu puder continuar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A atenção de todos os Srs. Parlamentares. Há orador na tribuna. Peço ao "fundão" que respeite o orador na tribuna e vou devolver o tempo integral a V. Exª.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas os Deputados "do fundo"... Não sei se há um colóquio nesse fundão. Eu gostaria, então, de pedir respeito ao orador da tribuna, devolvendo mais um minuto a V. Exª.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu peço ao senhor então, Sr. Luiz Carlos Bordoni, que o senhor relembre o passado, tente encontrar realmente algum documento que possa nos ajudar a consolidar a verdade que o senhor traz aqui. Porque apenas nós ficarmos nas ideias, as discussões podem se alongar muito. E se tudo que o senhor falou for realmente verdade e nós conseguirmos comprovar, então a CPI realmente está avançando.

Primeira pergunta já diz respeito exatamente isso. Eu tenho uma informação de que quando o senhor acertou lá com o Governador Perillo reservadamente, somente o senhor e ele – quando o senhor pediu 200, ele lhe propôs 120 e mais 50 – tinha um bilhete e nesse bilhete o Governador Perillo escreveu alguma coisa, que era apenas esse valor que o senhor estava acertando, que eram os 120 mais os 50. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Confirmo. Inclusive, eu tentei achar esse bilhete, mas guardar bilhete quando você faz negócios, entendimentos com um amigo... Eu não guardei. Fiz a proposta por escrito de R$200 mil, ele contrapropôs, à caneta, 120 mil mais 50 mil bônus pela vitória.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, está escrito isso em algum lugar?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está escrito.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Seria muito importante...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu estou tentando localizar esse papel.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... para confirmar essa verdade que o senhor disse.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Passei dois dias vasculhando...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... termos esse bilhete.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI –... todos os livros para tentar achar esse papel.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu pediria, em respeito ao Brasil e a tudo que o senhor disse aqui, que o senhor passe 30 dias se for necessário, mas encontre o bilhete. É extremamente importante – se é que é verdade – que ele apareça.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, com relação ao "se é que é verdade", só informo ao senhor que estou aqui sem *habeas corpus*.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A dificuldade é que o senhor vai falar aqui que é e nós teremos outras pessoas falando que não é. Com o bilhete está resolvido.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Resolve-se a questão.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Há outra pergunta. Durante o período em que o senhor estava na Bahia e que o senhor queria receber os recursos aqui, o senhor, com certeza, além dos telefonemas – até porque hoje em dia um meio muito mais prático é...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... você mandar uma mensagem dizendo isso, aquilo, marcando um encontro – e dentro dessa mensagem também teria alguma coisa escrita, até mesmo porque essa mensagem de celular nós temos como resgatar. Então, a minha pergunta: durante esse período da cobrança, que depois foi depositado pela Pantoja, se o senhor teve alguma troca de mensagem via celular ou *e-mail*...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não senhor.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... com seus interlocutores.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, só com o telefone mesmo, Deputado.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Foi só por telefone.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor afirmou aqui nas perguntas do Relator que o Sr. Lúcio, ainda em 2001, entregou-lhe um dinheiro também, da mesma forma, à parte.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – À parte.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Só que o senhor não deu o valor. Qual foi o dinheiro que naquela época o Sr. Lúcio lhe entregou.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, não me recordo do valor exato, mas foi uma pendência da campanha de 2002, como ficou uma pendência da de 2006. Só que a pendência de 2006 foi levada a mim por um assessor do candidato e a de 2002 eu acertei, recebi na casa do Lúcio Gouthier, na casa dele mesmo.

Em 2006, o mensageiro foi outro, porque – inclusive, está até nos autos, anexei – a Polícia Federal foi fazer uma incerta na casa do Sr. Lúcio Gouthier

,justamente por conta dessas denúncias de caixa dois em 2006.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O. k. O senhor disse que em 2006 foi outro assessor. Qual foi o assessor que levou o dinheiro ao senhor em 2006?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O assessor do Governador que levou o dinheiro para mim o dinheiro em 2006, na porta da minha casa, onde moro, em frente ao Hospital de Urgência, chama-se Isanulfo Cordeiro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Isanulfo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Isanulfo Cordeiro, assessor de imprensa do Governador.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O. k.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – R$10 mil.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu entendo – até por ser do setor produtivo também – que, quando a gente é autônomo, como muitas vezes um advogado, um taxista ou alguma coisa, ele emite um recibo e recolhe os seus impostos. Eu vejo que aqui o senhor pediu para outro amigo de outra empresa, chamada Arte Mídia, que emitisse uma nota. O senhor poderia ter feito isso naturalmente como qualquer autônomo. Por que o senhor não fez isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Porque o comitê pediu a nota fiscal.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Essa nota fiscal poderia ser como autônomo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Poderia ser o RPA.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Exatamente. Na Secretaria da Fazenda o senhor tiraria.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente. Só que eles pediram a nota fiscal, e eu providenciei a nota fiscal com quem estava trabalhando comigo ali. Os impostos foram todos recolhidos, e não houve nada de ilegal nisso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Os impostos que o senhor diz referem-se à empresa lá, mas o senhor recebeu dinheiro e não recolheu imposto nenhum, porque, quando a empresa lhe passou, o senhor teria que estar prestando um serviço a essa empresa. Então, o senhor cometeu, sim, crime fiscal aí.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Aliás, o meu advogado já me deu todas as orientações para resolver todas essas pendências fiscais, e eu já estou cuidando disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É importante que o senhor recolha, porque a Receita Federal está assistindo também aos depoimentos aqui.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E brincar com o Leão realmente não é uma boa coisa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor tem outra filha que se chama Tatiana.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sim, senhor.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ela trabalhou no Governo de Goiás? Onde? Quando? Em que período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A Tatiana trabalha no Governo de Goiás; ela trabalha no Procon, um emprego que conseguiu por luta dela, por mérito dela. Eu pedi que ela pedisse demissão. Ela pediu demissão. A chefe pediu que ela reconsiderasse, e ela achou por bem reconsiderar. Consultou-me sobre o que eu acha, e eu disse: "Quem tem que achar é você. Você é maior de idade, você tem seus filhos, você tem a sua família. Você tem que cuidar de você. Faça o que for importante para você e se esqueça de mim nessa história. Se você for ficar preocupada comigo, você vai ficar sem o seu emprego."

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ela continua no Governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Continua.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Em algum momento houve algum tipo de perseguição, retaliação em função do que o senhor denunciou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não houve... Pelo menos ela não me informou nada em relação a isso, não me relatou nada em relação a isso, não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor citou que a Srtª. Bruna, em algum momento, foi contratada e não exerceu inicialmente no Senado. Em algum momento, ela trabalhou no Governo de Goiás? Onde? Quando? Em que período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ela começou a trabalhar na Televisão Brasil Central no início do Governo, só que a colocaram no horário noturno na televisão como repórter, porque ela é jornalista. Como ela tem dois filhos pequenos e não tinha como fazer remanejamento por falta de espaço, falta de equipamento – não sei quais foram as justificativas que eles tentaram dar –, ela falou comigo que não estava satisfeita. Eu pedi a ela que pedisse demissão, e ela pediu.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tendo em vista a sua dedicação nesses anos todos ao Sr. Governador Perillo, ajudando na campanha da forma como o senhor ajudou, trabalhando em vários momentos nesse período todo, o senhor não se sentiu atendido dentro da contribuição que deu ao Governo e, como resposta, depôs dele a qualquer tipo de ajuda?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, eu não tenho que esperar a contrapartida do Governador por nada, porque eu fui pago pelo serviço que eu prestei. Eu não tenho que esperar a contrapartida. Aliás, eu sempre digo: "É melhor ser amigo do rei do que vassalo". E até disse aqui hoje, lembrando Bandei-

ra: "Vim embora de Pasárgada, porque o rei era meu amigo coisa nenhuma". Então, não tem essa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor acha que a saída do Sr. Fiúza, que ocorreu praticamente poucos dias depois da sua entrevista no jornal *O Estadão*, foi ocasionada pelas suas denúncias e pela sua colocação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não posso afirmar isso, Deputado. Não posso afirmar. Eu só posso afirmar que o Sr. Lúcio Gouthier Fiúza é quem tinha a responsabilidade de fazer os depósitos na minha conta, e eu pensei que tinha sido ele o autor dos depósitos. Somente agora nós ficamos sabendo que não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tenho certeza absoluta então de que, em outras campanhas, da mesma forma como aconteceu com o Governador, o senhor também teve algum dinheiro recebido por fora, o que, pelo que o senhor falou, me pareceu ser uma praxe lá nas campanhas que havia.

Só quero lembrar que também é conveniente recolher os impostos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A sua recomendação já havia sido dada pelo Dr. Alex Neder, e as providências estão sendo tomadas nesse sentido. Pode ter certeza disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ok. Não tenho mais nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Prosseguindo, eu agora concedo a palavra, por dez minutos, ao ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, há pessoas para as quais os fins justificam os meios. Para alcançar determinado fim, isso não tem limite: meias verdades, nem se sabe se agride ou não uma pessoa, o que importa é o fim. O fim momentâneo e circunstancial.

Isso chegou a ser estudado, inclusive, por Weber e por outros estudiosos de origem ao que se chama ética da responsabilidade. Os fins justificam os meios. Quando os fins são bons, eu posso ter uma condescendência com os meios. Posso agredir, posso dizer inverdades, posso até ter, depois, que pedir desculpas, porque eu excedi. A verdade não tem o menor valor. O que vale é a circunstância e os fins que quero alcançar.

Pois bem, hoje nós estamos assistindo a um caso que nos deixa pelo menos meditando muito sobre a questão do uso da verdade circunstancial daquilo que interessa em determinado momento, e não daquilo que realmente corresponde à realidade dos fatos.

O Sr. Luiz Carlos Bordoni se identificou aqui como um jornalista investigativo, em que faz o jornalismo investigativo no Brasil, que é um dos melhores do mundo. Nós temos tido dificuldade em encontrar algum artigo de jornalismo investigativo do Sr. Bordoni. Gostaríamos até de saber se, no caso do jogo do bicho, há algum artigo do senhor a respeito do assunto lá em Goiás; se o senhor, quando viajou para a Bahia, foi fazer algum jornalismo investigativo.

Por outro lado, o senhor não descobriu; não foi o senhor que fez a investigação sobre o depósito da Pantoja. Quem o descobriu foi o Senador Pedro Taques e a equipe que fez os cruzamentos.

Também o que nos chamou muito a atenção na sua apresentação original é que o senhor colocou aqui a ArtMidi, em dois momentos, como uma empresa que não tem nada a ver com o senhor. O senhor colocou assim: "Estou trazendo aqui [não me lembro o termo, se é 'malsinada'] nota que não consta meu nome em lugar nenhum". O senhor mostrou isso na sua apresentação, que está nas notas taquigráficas, na gravação. "Não tem o meu nome, e isso foi usado pela equipe de campanha do Governador para dizer que esse era um contrato de apenas 30 mil. Eu não estou tão desvalorizado assim para fazer um trabalho apenas por 30 mil".

O senhor disse também que essa nota não tinha nada a ver com o senhor. Não tem o nome do senhor, não tem nada. Isso para nós soou como uma tentativa de dizer: "Essa nota é outra coisa que eles usaram na campanha. Estão querendo utilizar para justificar um trabalho que eu fiz, mas não tem nada a ver com isso".

Posteriormente – por isso que estas oitivas são muito positivas –, o Relator, o Deputado Odair Cunha, fez uma pergunta ao senhor sobre os 40 mil. O senhor disse que recebeu em dinheiro. Fez uma pergunta em seguida sobre esses 30 mil, e o senhor perguntou em que conta o senhor recebeu. Aí o senhor disse que foi na conta da ArtMidi. Eu fiquei surpreso e pensei: "Mas, então, há uma vinculação com a ArtMidi".

Posteriormente, a Senadora Vanessa perguntou sobre a ArtMidi, especificamente sobre esses R$30 mil. E aí o senhor disse que foi lhe exigida uma nota fiscal e, portanto, o senhor conseguiu da ArtMidi essa nota fiscal para poder fazer o recebimento e ainda fez referência ao pagamento dos impostos em torno de R$3,3 mil, ao que me parece.

Portanto, o que nos parece é que, paradoxalmente, a única coisa comprovada aqui, de tudo o que o senhor disse sobre o seu recebimento, são os R$30 mil; o restante, os R$40 mil, o senhor não prova. Não tem nenhuma prova, a não ser a sua palavra, que faz

fé, é claro. Não há nenhum motivo para não acreditar, mas é só o seu testemunho.

Os outros R$10 mil também, o senhor recebeu em dinheiro, não tem nenhuma comprovação. Ou seja, no fundo, o senhor corrobora, o senhor ratifica a informação anterior do próprio Governador, que diz que o trabalho que foi feito, que consta da campanha – e não é ele, Governador, que vai cuidar dos detalhes da sua campanha, tem uma equipe que cuida disso –, essa equipe diz, entregou para ele que o recibo, o comprovante de pagamento de seus serviços é essa nota da ArtMidi.

No início o senhor negou, disse que não tinha nada a ver como seu trabalho, mas, no final, o senhor reconheceu que há um vínculo com a ArtMidi, foi a empresa que o senhor solicitou que lhe desse uma nota fiscal. O senhor comprou uma nota, pagou os impostos para que ela não tivesse prejuízo e para o senhor poder receber esse recurso.

Ou seja, o que fica para nós é que o senhor montou uma justificativa muito bem montada. Não há a menor dúvida. Muito bem montada, colocou como um contrato particular com o Governador, envolveu diretamente o Governador. Mas não tem comprovação de nada. E mais ainda: o senhor se colocou aqui...não vou usar o termo de que o senhor seja uma "pena de aluguel" porque tem um caráter pejorativo e eu não me sinto no direito de, em nenhum momento, ter nenhuma referência desairosa ao senhor. Não o conheço, só ouvi falar do senhor agora. Mas o senhor se colocou como uma "pena de briga", o senhor compra a briga. O senhor pediu desculpas aqui do que falou para os promotores, o juiz, porque o senhor comprou a briga. Não importa se era verdade o não o que o senhor falou; para defender o Marconi Perillo, o senhor comprou a briga. Uma "pena de briga"!

Aquilo que é conveniente, em determinado momento, para justificar um fim, os fins: ganhar a eleição. A verdade é secundária, não importa. O que importa é o objetivo. O que nos parece aqui é que também esse mesmo objetivo o senhor está usando aqui nesta apresentação. Fez uma colocação muito bem montada, mas sem nenhuma comprovação, sem comprovação de nada. A única comprovação, o único recibo que o senhor tem é exatamente esse da ArtMidi, empresa que no início, quando o senhor chegou aqui, disse que não tinha nada a ver, que não consta o seu nome e, portanto, não tem nada a ver com o senhor. Depois, na resposta ao Deputado Odair Cunha e à Senadora Vanessa, o senhor reconheceu que o senhor solicitou que ela tirasse uma nota para que o senhor pudesse receber esse recurso.

Eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – A palavra está com a testemunha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Muito obrigado.

Talvez o senhor não tenha entendido ou eu posso ter me expressado mal. Quando eu disse que a nota não tinha nada a ver comigo, que o meu nome não estava lá é porque essa nota foi apresentada como o meu vínculo de trabalho com a campanha. Inclusive, até em notas oficiais publicadas lá em Goiás, eles constaram que o valor pago era compatível com os valores de mercado. Então, eu quis dizer que aquela nota não era o meu contrato de trabalho. Depois, quando perguntado, eu disse que aquela nota era, sim, do recebimento da segunda parcela, mas não do meu contrato de trabalho. Os políticos goianos que conhecem o que eu faço, o meu trabalho, sabem muito bem que o meu trabalho vale muito mais do que R$33,3 mil. É verdade que é difícil você conseguir provar o seu acerto verbal com o candidato, porque, afinal de contas, é a minha palavra contra a palavra dele. Então, restou esse documento fiscal como prova da segunda parcela.

Mas eu jamais viria aqui, Deputado, tripudiar sobre a honra de quem quer que seja se eu estivesse errado. Acontece que o depósito foi feito na conta da minha filha por empresas ligadas a um contraventor. Fosse feito o depósito normal, feito por quem deveria ter feito, não haveria problema. O problema que houve foi que um contraventor depositou. Então, o senhor tem seu nome ligado a uma organização criminosa pesada como essa, dirigida por um homem perigoso. Dizem que tentei achacá-lo e tomar dinheiro dele, como se eu fosse algum otário capaz de brigar com o Al Capone. Sinceramente, são justificativas que tentam usar para tentar me denegrir e me desacreditar que chegam a ser risíveis! Não há como! Que interesse teria eu de vir aqui para falar de quem quer que seja?

Ora, do mesmo modo que não quero que falem mal de mim nem tripudiem sobre minha honra, não vou fazer isso sobre a honra de ninguém! Mas eu fui provocado, eu fui agredido. Se o senhor pegar o Twitter e colocar o nome Bordoni, se o senhor ler a respeito do que andam dizendo de mim, o senhor vai ficar assustado! Se fossem os tempos em que o 38 falava... Então, você tem de lavar a honra a sangue! É brincadeira chegar a esse ponto!

Ainda bem que há justiça! E os homens sábios vão a ela! E vou levar todos a ela, todos eles, sem exceção! Quero tê-los aqui, nesta Comissão, respeitando o trabalho dos senhores, não como um membro a exigir o que quer que seja, mas como um cidadão na defesa do meu direito e da minha honra. Eu acho que tenho o direito, sim, de pedir aqui que eles venham aqui para serem acareados comigo. Eu acho que te-

nho esse direito, para defender minha honra e minha dignidade! E minha honra e minha dignidade valem muito mais do que o mandato de quem quer que seja.

Então, exijo respeito. Se querem respeito, respeitem também! Mas caluniar, denegrir, fazer o que estão fazendo, uma desconstrução moral e social? Não dá para aceitar isso! Não dá para aceitar isso!

Espero que eu tenha explicado ao senhor. Com relação à questão da nota, foi esta a diferença que eu fiz: a nota não era um contrato de trabalho, a nota era, sim, o recebimento de uma parcela do serviço prestado. Eles alegaram – inclusive, no depoimento dele, consta isto – que eu fui pago sem a presença de intermediários, o que não é verdade. Fui pago por um intermediário, que é a ArtMidi. A nota fiscal foi ela quem emitiu.

No depoimento dele também, ele faltou com a verdade nesse sentido. E, lamentavelmente, disse aqui que sou uma figura controversa no Estado. Quer dizer, até ontem, quando eu ajudei a vencer todas as eleições, eu era uma pessoa normal, saudável, não tinha sido abduzido por extraterrestre. Então, eu estava no gozo pleno da minha capacidade intelectual, mental, emocional. Depois de todo o problema, eu já não valho nada, eu sou o lixo, eu sou a escória, eu sou achacador do achacador! Então, virei bandido! Não! Agora é que a briga começou! Agora é que a briga começou! Eles vão ter de provar tudo isso! E vou enfrentá-los onde necessário for. Vou enfrentá-los onde necessário for! Não tenho medo deles, não! Com acareação, seja com o que for, não tenho medo deles! Só não vou admitir que venham tripudiar sobre a minha dignidade e a minha honra! A nenhum vou admitir isso!

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Com a palavra, a Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados,... Eu acho que não tem nenhuma Deputada aqui. Desculpe, tem uma Senadora. A Senadora Lídice da Mata.

Bordoni, nós nos conhecemos há muito tempo. Eu sou de Goiás. Você mora lá há muito tempo. E hoje eu gostaria de louvar a sua atitude de comparecer ao recinto desta CPMI. Aliás, você se ofereceu para vir aqui prestar esses esclarecimentos. Apesar de... Excessos à parte, mas eu quero dizer uma coisa: eu prefiro os excessos de quem fala à omissão de quem se cala. Então, a presença de V. Sª aqui pode sim nos esclarecer uma situação que acontece no nosso Estado. E eu gostaria de fazer, até para não perder a sequência do que V. Sª estava falando... E já no final V. Sª faz um desafio, que gostaria que houvesse uma acareação. V. Sª confirma que seja feita essa acareação aqui na CPMI entre Lúcio Fiúza, Jayme Rincón e V. Sª. Ou acrescentaria o Governador Marconi? Eu fiquei em dúvida. Eu gostaria que V. Sª repetisse para mim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada Íris, eu peço a acareação com todos, sem exceção. Todos eles, sem exceção. Inclusive com os autores dessa versão fantasiosa do meu achaque ao rei do achaque. Então, que até ele também fosse trazido aqui. Que tragam todos, todos eles, indistintamente.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Então, eu vou preparar um requerimento nesse sentido, para que a Mesa tome as devidas providências.

Bordoni, em entrevista à *Veja*, na semana passada, a Srª Andressa Mendonça afirmou que ouviu do marido, Carlinhos Cachoeira... Algumas perguntas, Bordoni, vão ser um pouco repetitivas, mas eu acho que...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fique à vontade, Deputada.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Vou repetir até porque ajuda a esclarecer determinados pontos que possam passar despercebidos. Que V. Sª tentava chantageá-lo. Andressa e Wladimir falaram nessa tentativa de chantagem mais de um mês após vir à tona a informação do depósito da Alberto e Pantoja na conta de Bruna Bordoni, filha de V. Sª. Não estranha V. Sª que só agora venha à tona essa versão de chantagem? Por que não falaram isso logo após a denúncia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada, parece-me que ou é estratégia ou é incompetência e deficiência, porque a mesma coisa aconteceu em relação à venda da casa. Várias versões foram apresentadas. Quando eu levantei o problema, a primeira informação que foi dada era de que eu não tinha recebido o dinheiro de campanha, como foi dito, mas através daquela nota fiscal, aquela coisa toda. Depois, publicaram a versão de que eu tinha recebido esse depósito para me silenciar em relação às críticas que eu estava fazendo à Delta Engenharia e Construtora. Depois, veio a informação de que o depósito havia sido feito pelo Cachoeira, em achaque, em extorsão, porque eu havia ficado sabendo das relações dele... Na matéria, ela fala que por uma outra pessoa. Ela não quis citar quem, mas dando a entender ser o Senador Demóstenes Torres. Aí eu falei: "Bom, agora a coisa ganhou um outro aspecto". Colocaram uma senhora ingênua, inocente, na história, uma má intérprete de uma história e de um roteiro mal feito, tentando contar uma história que não convence ninguém.

Deputada, a senhora me conhece há muito tempo. A senhora já ouviu alguma coisa que eu tenha feito que desabone a minha honra, a minha dignidade?

A SRª ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Absolutamente não.

E posso afirmar isso com propriedade, porque nós sempre atuamos politicamente em campos opostos. É bom que fique claro isso, porque eu estou dizendo que o conheço há muito tempo, conheço mesmo, mas sempre estivemos em campos opostos e eu posso afirmar isso que V. Sª está dizendo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois com a história do achaque ao Carlos Cachoeira, e depois vem o Wladmir à CPI, ontem, na Assembléia, dizendo essas coisas e dizendo que eu pedi 200 mil de patrocínio, e, de repente, não era mais patrocínio, era extorsão. E ele mesmo cuidou de providenciar o primeiro depósito na conta da minha filha, cujo nome ele não se lembra. E aí ele que passou o número da conta para o Geovani.

Se ele passou o número da conta para o Geovani, a ele foi passado o número da conta por quem pediu. E quem pediu o número da conta? O Sr. Lúcio Fiúza Gouthier. A mais ninguém eu passei essa conta, e muito menos à minha filha. Não se passa conta bancária para pessoas que você não conhece.

Eu até disse: já pensou se fosse Fernandinho Beira-Mar que fosse depositar um dinheiro na minha conta, um contrabandista, ou um líder do tráfico de drogas? E como é que eu ia explicar isso às autoridades, ter um dinheiro do tráfico de drogas na minha conta?

A SRª ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Ou se o Fernandinho Beira-Mar, talvez, hipoteticamente, caso V. Sª fizesse a venda aí de uma casa e ele assinasse os cheques. V. Sª não teria conhecimento, não olharia? Que cheques seriam esses? Eu me refiro, logicamente, aos tais cheques que pagaram a casa do Governador Marconi Perillo.

Uma das versões, até porque está ficando uma história tão complicada, tão fantasiosa, tão difícil de entender, que acredito que algum escritor, futuramente, poderá até fazer um livro de ficção, ou de mistério a respeito, tipo Agatha Christie, talvez, cheio de meandros, para poder você ter que fazer um exercício para poder entender a situação.

V. Sª acredita que Andressa Mendonça e Wladmir Garcez agem agora para proteger o Governador Marconi Perillo no caso dos depósitos na conta da filha de V. Sª? Tentam proteger a relação entre Marconi e Cachoeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada, se não fosse por esse motivo, por que é que o Cachoeira ia estar preocupado comigo? Por que é que ele iria criar histórias para tentar me desacreditar? Porque, para ele, tanto faz quanto fez falar o que falarem dele. Mais do que já se falou, mais do que já se conhece, mais do que é a fama e mais do que ele é conhecido aqui e lá fora.

Só pode ser para tentar desviar justamente a atenção disso. Porque em que momento poderia interessar ao Cachoeira eu estar nessa situação aqui, enfrentando todas essas dificuldades, todas as críticas, todos os ataques, sendo colocado sub suspeição? É difícil.

Então, a mim não resta a menor dúvida de que há sim interesses em desviar a atenção dos verdadeiros implicados nessa história.

A SRª ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Desde que concedeu entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo revelando que havia recebido pagamento da Alberto e Pantoja por serviços prestados à campanha de Marconi Perillo, é notório que V. Sª vem sendo sistematicamente atacado pelo *staff* do Governador. Entrevista, *twitter*, várias notícias de que eu inclusive tive oportunidade de ler.

V. Sª imaginava que essa entrevista lhe trouxesse tantos problemas? Quem é que V. Sª acha que está por trás desses ataques?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputada, quando fui entrevistado pelo Fernando Galo, eu só pedi que se esclarecesse a origem desse depósito, porque eu nunca tive relações com Alberto & Pantoja nem com Adécio & Rafael Construção e Terraplanagem, que são os depositantes na conta. Nem sei quem são; jamais soube de informações. Nunca soube da existência dessas empresas. A conversa que eu tive sobre a solução disso foi com o assessor especial do Governador, que é encarregado de resolver tudo isso das campanhas políticas.

Agora, a agressão que partiu daí foi por mau assessoramento. Eu tenho certeza absoluta de que eles assessoram mal o Sr. Governador, colocando-o numa situação difícil. Eles partiram por notas oficiais, nota do gabinete do Governo, dizendo isso, isso, isso, isso. Se é o gabinete do Governo, quem é o Governador?

Então, fica difícil separar o nome dele da ação que foi perpetrada contra mim. Isso é profundamente lamentável. Eu jamais iria esperar que isso pudesse acontecer. No entanto, aconteceu. Mas ele está assessorado hoje por pessoas que o cercam ali e que são alienígenas, que nunca estiveram na história política do Marconi Perillo e que caíram de paraquedas lá agora, que estão mandando e desmandando, controlando a mídia. Os jornais de lá, os jornais de Goiânia, por incrível que pareça,...

Qual é o problema?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Qual é o tempo que eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, dentro do tempo dela, ela fez a última pergunta. Até soou o sino, mas ele está respondendo. Então, eu considero que está regimentalmente respeitado.

Terminou o tempo de V. Exª, Deputada Íris.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Tudo bem. Mas ele pode responder? Ele pode terminar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele pode terminar a resposta dele.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ele está terminando a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, pode terminar a resposta de V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Porque as matérias que são favoráveis têm anúncio; os jornais que publicam coisas não favoráveis não têm anúncio. Isso é reclamado e denunciado pelos próprios meios de comunicação. E jornalistas que escrevem não favoravelmente também são processados, como há três colegas que estão respondendo a ações do Sr. Governador na Justiça por críticas feitas à sua administração.

No processo que ele moveu contra mim em que ele pediu a retirada do meu *blog* de circulação, o juiz respondeu que não poderia atendê-lo porque todo mundo homem público está sujeito a críticas no exercício das suas atividades.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputada Íris de Araújo.

Passo a palavra, pelo tempo regimental, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quando defendo, neste plenário, que possamos mudar o rito e permitir que mesmo aquelas testemunhas ou depoentes que estejam protegidos por *habeas corpus* possam ser questionados pelos parlamentares para que a história possa ser contada, quero só chamar a atenção para o fato de que estamos há quase quatro horas ouvindo esse depoimento e há poucos minutos houve a formalização, no depoimento, de uma conexão que eu reputo importante, inclusive para o entendimento e para a investigação, quando se faz a linha entre aquele para quem o depoente deu a sua conta bancária e aquele que, ao fim e ao cabo, executou o depósito. Ou seja, aí há uma vinculação que não havia aparecido ainda ao longo dessas horas todas, mas, neste momento – acho que o Sr. Relator estava atento – há um fato relevante no depoimento a que nós estamos assistindo.

Por isso, volto a lembrar a importância de que os parlamentares possam ir construindo, mesmo com as suas diversas visões de todo o processo, a história que, ao final, vai ser remetida à Procuradoria-Geral da República.

Eu queria perguntar para o depoente se ele conhece, teve relação com o Sr. Cláudio Abreu.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor. Nunca.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas ouviu falar e sabe quem é?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já ouvi falar e sei quem é.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O.k. E a Srª Ana Cardoso de Lorenzo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ana Cardoso de Lorenzo, que eu saiba, é esposa do Sr. Antônio Lorenzo, que é o dono do Instituto de Pesquisa, esposa ou parente – não sei. Eu sei que é da família de Lorenzo, que é do Instituto de Pesquisa Serpes, que também recebeu o pagamento através de Alberto & Pantoja.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente. Esse é o fato a que temos nos referido aqui também.

E o que quero chamar a atenção com esses dois questionamentos, Sr. Relator, é que, ontem, tivemos o momento Casa Cor aqui, nesta CPI, com o decorador; e, hoje, estamos tendo aqui o momento caixa 2, mas que, graças às últimas frases, acho que justifica o depoimento que o senhor está fazendo aqui, na conexão que há pouco aqui foi estabelecida.

Agora, a verdade é que todo o dinheiro utilizado pela Alberto & Pantoja tem origem, e a origem é a Delta Construtora. Não houve aqui, a não ser poucos centavos, o que essa empresa utilizou que não tivesse origem nas contas da Delta no Rio de Janeiro. Portanto, quero voltar a chamar a atenção de que temos aqui a sexta maior empreiteira do País. Hoje, no relançamento – deve ser o terceiro ou quarto relançamento de obras do PAC –, a Ministra responsável volta a dizer que está muito preocupada com as obras do PAC por causa da Delta. E temos a Delta aqui, e não vem nem o Sr. Fernando Cavendish nem o sigilo da Delta, que já está quebrado há duas semanas, para o âmbito, na sua integralidade, para esta CPI poder continuar avançado.

E, olha, com todo o respeito que o senhor merece de mim, Sr. Bordoni, mas eu gostaria de ver aqui, por exemplo, os dirigentes da Sigma, porque estamos, depois de anos, com aumento de gasolina. O brasileiro está pagando na bomba, e uma das justificativas são os problemas da Petrobras: por problema de gestão; porque tomaram atitudes equivocadas; porque aumentou o custo da própria empresa. Por isso, foi trocado o seu Presidente, mas quem é que está pagando na bomba? É o brasileiro e a brasileira. E aí essa Sigma permitiu que a Delta acessasse as obras da Petrobras com favorecimento, sem ter expertise necessária. E por que esses sócios não vêm aqui para dar esclarecimentos? Isso é só uma rememoração a todos nós

desta CPMI de que temos coisas, talvez, muito mais relevantes no escopo desta CPI do que ficar discutindo o caixa 2 de Goiás, com todo o respeito que merece a sua história pessoal e profissional. A questão de ser controverso no seu Estado não elide o fato de que V. Sª fez um relato aqui que me parece razoável diante da história, porque a história das pessoas tem uma biografia, e a biografia que o senhor escreveu antes lhe credita, a princípio. E ouvi com muita atenção o que o senhor está dizendo aqui.

Eu queria fazer mais duas perguntas ao senhor, que é o seguinte: o Sr. Jayme Rincón é uma pessoa que teve proeminência nas relações que o senhor teve. Ele é uma pessoa que lhe pagou, pelo que entendi aqui, em dinheiro, em espécie, no meio de uma campanha eleitoral, que acho que é um problema. Mas o Sr. Jayme Rincón deveria vir depor nesta CPI. Eu estou muito incomodado com isso, porque não passo a mão na cabeça de ninguém. Não passei a mão na cabeça do Demóstenes nem do Arruda. Então, não protegi os que, teoricamente, estavam do meu lado. Não protejo ninguém de a a z. Tem problema, é pau. A minha pergunta para o senhor é a seguinte: o Sr. Jayme Rincón, que está lá, é secretário de Estado, está participando ativamente do Governo? Ele está lá tendo uma vida aparentemente normal? Porque, toda vez que ele é convocado para vir aqui – e é isso que me incomoda... Não tenho nada contra ele. Não tem nenhum dado para levantar, nenhum questionamento contra ele, só que foi aprovado aqui requerimento para que ele viesse depor, como foi o de V. Exª, e, de maneira reiterada, parece atestado médico aqui, porque nunca pode vir, nunca pode vir.

A Deputada Íris acabou de demonstrar aqui – vi no Twitter de hoje – que vai participar de atos lá, em Goiás.

Então, pergunto ao senhor que o conhece: esse aneurisma é de depois da eleição ou de antes da eleição? Desde que o senhor o conheceu, na eleição ou antes da eleição, o estado dele é normal? Ele participa ativamente da vida social e política de Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu só tenho informações do aneurisma dele recentemente. Durante a campanha, não tive essa informação, não. Pelo contrário. Ele participou ativamente, diretamente, não só da questão financeira, mas também das reuniões do conselho político para discutir propostas e encaminhamentos políticos de campanha, essa coisa toda.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor disse aqui – agora, a última pergunta para o senhor – que o Sr. Wladimir Garcez, ex-vereador, era o braço direito do Cachoeira ou era um... Perdão, eu me expressei mal. Era o braço político do Cachoeira. Se o Cachoeira tivesse qualquer negócio no mundo político, quem é que ele enviaria para fazer qualquer tipo de operação? É esse cidadão?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Esse cidadão. Inclusive o sonho dele é que esse cidadão fosse candidato a Vice-Prefeito na chapa do Demóstenes. Chegaram a discutir isso em jantar na casa dele. O Wladimir sempre esteve dentro do Palácio, como ponto de ligação das relações dele, inclusive junto com a Eliane. O detalhe é que o Wladimir veio aqui e não disse nada. As outras pessoas que podem - e estão com elas a chave do mistério - se recusaram a comparecer aqui para trazer os esclarecimentos esperados e pretendidos pelos senhores. Então, o Sr. Lúcio, o Rincón, a Eliane, o Sr. Lúcio Gouthier, o Jayme Rincón, todas essas pessoas poderiam estar aqui prestando esse serviço. Elas se recusaram a falar e são as pessoas... Principalmente o Sr. Jayme Rincón e principalmente o Sr. Lúcio Fiúza, que tiveram relações comigo sobre questões de pagamento de campanha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor conhece muito de perto, pelo que o senhor descreveu aqui, a história política de Goiás das últimas duas décadas. O *modus operandi* da organização criminosa atingiu vários Estados e não apenas Goiás, não apenas o Distrito Federal. Ela está espraiada por vários Estados brasileiros. Como o senhor conhece lá, eu queria perguntar para o senhor o seguinte: quanto a esse poder quase paralelo ou que permitia a infiltração na Polícia Federal, nas Polícias Civil e Militar do Estado de Goiás e até na vida política e institucional do Estado de Goiás, o Sr. Carlinhos Cachoeira tem esse poder já há 4 anos, há 8 anos, há 12 anos ou é um poder recente?

Essa é a última pergunta que eu queria lhe fazer.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não tão recente, porque, no governo anterior, por exemplo, o do Alcides Rodrigues, os afiliados dele foram nomeados. Ele pretendia que um hoje Deputado fosse o Presidente do Detran. O governador não concordou, porque o presidente, na época, tinha sido fundamental na campanha dele e também como bom gestor, e ele acabou nomeando esse indicado do Cachoeira para a Metrobus. O Edivaldo, que foi nomeado para o Detran no atual governo, naquele governo anterior, foi nomeado para a presidência da Centrais de Abastecimento de Goiás. São os dois nomes mais proeminentes dele dentro da política, que ele conseguiu colocar dentro do governo, fora outras nomeações que aconteceram. Inclusive a própria operação Monte Carlo já identificou quais as listas que foram aprovadas e nomeadas com indicações feitas por ele, por Deputado, pelo Diretor do Detran, pelo Wladimir... Enfim, eles conseguiram fazer as nomeações pretendidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Agora, passo a palavra, para seu tempo regimental, para o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado, Presidente.

Sr. Luiz Carlos, boa tarde.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois não. Boa tarde.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Luiz Carlos, o senhor hoje reside em que Município, em que cidade?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Goiânia.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor reside em Goiânia.

O senhor já teve oportunidade de demonstrar que participou ativamente da vida política de Goiás durante muitos e muitos anos.

A pergunta que eu faço para o senhor é a seguinte: o senhor concorda com a afirmação de que existiu ou existe uma organização criminosa no Estado de Goiás e que possa ter suas ramificações em algum outro ponto que tivesse sido, ou seja, comandado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos Cachoeira? O senhor considera essa afirmação verdadeira?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – As informações que se tem é de ele lidera essa organização que controla o jogo dos caça-níqueis não só em Goiás, mas em vários Estados do Brasil.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Então, a gente parte do pressuposto de que essa informação é verdadeira. A pergunta que eu faço ao senhor: o senhor pode identificar – durante o seu depoimento, por vários momentos o senhor teve oportunidade de citar nomes diferentes de autoridades públicas –, o senhor pode nominar aqui autoridades públicas que claramente fazem parte da organização criminosa? Ainda não estou falando em colaboração, eu estou falando daqueles que fazem parte da organização criminosa e que sejam conhecidos pelo senhor e que o senhor possa identificar como participante da organização. O senhor pode nomear alguém?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O braço político dele já foi citado, o ex-Vereador, Presidente da Câmara Municipal, Wladimir Garcez, o ex-Presidente do Detran, que também preside o PTdoB, em Goiás, e o Governador disse que, inclusive, a nomeação do Edivaldo se deveu ao PTdoB ser a terceira força política a oferecer apoio à candidatura dele; uma força política um tanto... Quatro mil filiados do Estado, e justamente de uma pessoa que é sabidamente conhecida como sócio do Sr. Carlos Cachoeira, que é o Sr. Edivaldo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Essas duas pessoas o senhor, claramente, diria que são participantes ativos da organização. Mais alguém, mais alguma autoridade pública que o senhor pudesse identificar como participante ativo da organização?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não, não, senhor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A segunda pergunta: alguma personalidade privada do Município de Goiás ou do Estado de Goiás que claramente o senhor possa identificar como participante da organização? O senhor poderia nomear?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como participante da organização?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – As pessoas que estão citadas já são do conhecimento da opinião pública, e as pessoas de projeção ligadas a ele, por questões de amizade ou relacionamento social, é difícil de a gente poder dizer, porque ele morava num apartamento do Excalibur, que é um por andar, onde oferecia festas e recebia pessoas de todos os calibres sociais, inclusive as pessoas ligadas aos poderes constituídos.

Então, não posso dizer quais são, mas...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – São várias as personalidades.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Da vida pública e privada. A pergunta que eu faço ao senhor: o senhor já disse que não tem relação de proximidade com o Sr. Carlos Cachoeira, quando o senhor passa a ter o conhecimento de que o Sr. Carlos Cachoeira, teoricamente, coordenava uma organização criminosa desse porte? O senhor teve essa notícia ou as primeiras informações nesse sentido exatamente em que momento da história do senhor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A história do Cachoeira é antiga, ela precede a tudo isso. Ele estava na legalidade quando tinha a Gerplan e dirigia a loteria do Estado de Goiás, cujo contrato foi depois cancelado pelo Governador e, a partir daí, com a desativação dos caça-níqueis, os caça-níqueis passaram a ser usados de forma clandestina, quer dizer, o jogo continuou sendo praticado só que já na ilegalidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, ele deixou de ser o empresário para ser o contraventor a partir daí, pelo menos é o que eu sei.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Em que ano que ele, teoricamente, deixa de ser o empresário para ser o contraventor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no primeiro para o segundo Governo do Marconi Perillo que...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E, desde então, o senhor já tinha essa informação, ou seja, já era pública essa informação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a informação...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor já tinha o conhecimento?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a informação que se tinha era que ele um empresário, dono de uma empresa especializada nessas questões de jogos e que havia vencido uma licitação para dirigir a Loteria do Estado de Goiás

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E quando o senhor toma conhecimento que o próprio Carlos Cachoeira seria o coordenador da atual organização criminosa? O senhor pode dar essa informação aqui?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quando a Polícia Federal... Quando ele passou de empresário a contraventor, a Polícia Federal já detectou essa movimentação toda, não é? Ele se interessou e foi atrás.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. E a pergunta que eu faço ao senhor: antes... Ou seja, no momento em que a operação se torna pública e que as pessoas passam a ter o seu conhecimento, o senhor, pessoalmente, foi procurado por alguma autoridade pública para tratar do assunto, do tema das doações e dos pagamentos que tinham sido feitos ao senhor, se possivelmente elas foram feitas pela organização criminosa? O senhor foi procurado, a partir do momento em que a operação se torna pública, por alguém, seja de natureza pública ou privada?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ninguém me procurou. Eu, inclusive, quando fui procurado pelo jornalista e que tornei pública a minha indignação com o problema, esperava que providências fossem tomadas para esclarecer isso. Mas, no fim, acabou virando essa guerra, que resultou nessa situação toda que nós estamos enfrentando aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. Já para a finalização, Sr. Luiz Carlos, a minha pergunta é a seguinte: o foco das investigações e desta CPI é exatamente a identificação das autoridades públicas e privadas que porventura tenham tido envolvimento com a organização criminosa que seria comandada pelo Sr. Carlos Augusto Cachoeira. O senhor já teve a oportunidade aqui de falar o nome de algumas das autoridades públicas que serviam a essa organização, segundo o entendimento do senhor. O senhor não soube identificar personagens da vida privada do Estado de Goiás, mas disse que são muitas as personalidades que contribuíam com a organização.

A pergunta que eu faço ao senhor: em algum momento, desde que a operação foi tornada pública, o senhor – esta pergunta já foi feita por outros parlamentares, mas de outra forma – disse que, até então, não sofreu qualquer tipo de ameaça. A partir do momento inclusive em que se colocou à disposição para dar os esclarecimentos que fossem necessários. Mas acredito eu que o senhor já deva ter tido inúmeros contatos e conversas com agentes públicos nesse intervalo. O senhor teve, por parte de algum emissário ou de algum interlocutor, algum tipo de proposta no sentido de fazer com que o que fosse dito aqui nesta CPMI tivesse algum limite ou não? A partir do momento em que se tornaram públicas as alegações de V. Sª, o senhor não teve mais qualquer tipo de conversa com nenhum interlocutor, seja da possível organização criminosa ou de algum agente público ou privado? Isso chegou a acontecer em algum momento? Pode haver alguma interceptação telefônica ou alguma gravação que, posteriormente, no futuro, venha demonstrar que o senhor foi procurado e que conversas foram tidas nesse sentido?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, eu não fui procurado por ninguém. Nem de A e nem de B. Simplesmente, eu fiquei isolado nessa história, vítima de todos esses ataques que foram desferidos contra mim. Mas ninguém me procurou para falar nada, para discutir qualquer assunto, para propor qualquer coisa. Até porque propor ninguém iria propor nada, porque a minha posição já ficou clara desde o início. Eu queria um esclarecimento do fato, e só isso me interessa. Nada mais do que isso.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito.

A última pergunta, então. O senhor já falou das relações do Sr. Cachoeira e do conhecimento público que existia das suas atividades. Nos dias de hoje, a organização, a possível organização que está sendo investigada, ainda existe algum tipo de informação que tenha chegado a V. Sª de agentes que não tenham sido observados pelas operações da Polícia Federal que trataram do tema? Ou seja, o senhor tem alguém que possa contribuir a mais com esta CPMI? Nomes que possam contribuir e que não tenham sido claramente indicados?

Eu repito esta pergunta a V. Sª porque ela é importante. Porque, exatamente, o nosso foco é a determinação de todos os agentes públicos e privados que porventura estejam inseridos nessa possível organização.

O senhor tem algum nome que possa trazer a esta Comissão?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Infelizmente não, Deputado. Infelizmente eu não tenho, eu não disponho, mas eu tenho a impressão de que, com a quebra do sigilo da Alberto & Pantoja e da outra empresa, será possível identificar esses outros nomes, porque, acredito eu, não só eu fui remunerado por esse tipo de pagamento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo parlamentar a fazer uso da palavra é o Deputado Miro Teixeira.

Concedo o tempo regimental de dez minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, temos algumas observações.

A primeira é: quando temos um depoente disposto a falar, nós temos o dia da Comissão tomado produtivamente. Então, essa pauta de três depoentes é uma pauta que já espera que as pessoas cheguem com *habeas corpus* para não falar – *habeas corpus*, aliás, dispensável, porque nós aqui não vamos obrigar ninguém a falar; não é de nossa índole.

Nós temos que resolver uma anomalia, no meu ponto de vista, que é relacionada ao silêncio da testemunha. E uma coisa está amarrada à outra: a testemunha tem o direito de permanecer em silêncio, mas como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, ela não pode saber que uma resposta pode incriminá-la sem que ela ouça a pergunta. E eu mostrei a V. Exª o *habeas corpus* – a Consultoria do Senado já ficou com uma cópia, e eles já estão com outros trabalhos sobre o assunto. Porque essa é uma forma também de prestar um falso testemunho pelo silêncio, mas dependendo da circunstância, como está dito no relatório do Ministro Paulo Brossard acolhido pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, eu acho que é do maior relevo que nós decidamos logo. E nós só temos um caminho a seguir, que é o caminho da normalidade legal. A testemunha não responderá a cada pergunta que ela decidir que pode incriminá-la, mas não pura e simplesmente dizer: "Eu não vou responder a nada"; ela não sabe se vai se incriminar com a pergunta.

A partir do momento que decidirmos isso, nós passaremos a ter a necessidade de marcar uma pessoa por reunião da nossa Comissão. Três não dá, está visto hoje aí!

Eu peço desculpas ao Sr. Luiz Carlos Bordoni porque eu usei o tempo – estou usando o tempo – para resolver uma questão que acho que falta na nossa Comissão: essa chance de ter a reunião de conversa, que nós podemos passar a ter em outros dias. Talvez amanhã possamos fazer uma para conversar sobre isso aqui no microfone, publicamente, com a imprensa presente. Não tem problema. E essa imprensa que está aqui atrás, a qual, no júri, o Deputado Rubens Bueno chama de "os fiscais do povo", tem alguma dúvida aqui sobre a questão do dinheiro. Eu realmente não tenho nem muita dúvida e acho que, como tudo está gravado e temos as notas taquigráficas, o que é de interesse da Comissão já está devidamente assinalado. Mas como eles têm que fechar em tempo real, eles têm uma certa dificuldade.

Então, nós temos R$40 mil, uma primeira parcela. Lembra-se de quando foi? Porque me deu a impressão de que V. Sª faz anotações; não é anotação de agora não. Se há um encontro com o candidato a governador, depois V. Sª faz uma espécie de ata do encontro. V. Sª fez um relato muito preciso de todas as coisas. Então, V. Sª se lembra: os R$40 mil iniciais quando foi, qual foi o mês?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi entre a convenção e o início da campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Entre a convenção e o início da campanha? Lá para junho, por aí?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por aí.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Junho de 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 2010.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – De 2010. Isso foi pago pela ArtMidi ou pela MKPOL?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. A MKPOL, a minha relação com a MKPOL foi para a campanha do Senador Demóstenes Torres e não com a campanha do governador.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não tem dinheiro dessa sequência aqui da campanha do Senador Demóstenes?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Da Arte Midi, R$40 mil eu recebi do candidato...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Espere aí! Vamos voltar àquela minha linha. Foram R$40 mil iniciais. Depois, vêm R$30 mil. Isso foi em torno do mês de junho. Cheque ou dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dinheiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Dinheiro vivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dinheiro vivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Dinheiro vivo. Também não houve imposto nem recibo, nada disso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nada disso!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não houve recibo. Depois, vem uma parcela de R$30 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A de R$30 mil é aquela nota fiscal da ArtMidi...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É essa da ArtMidi?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ...que foi apresentada aqui como meu contrato de trabalho de R$33 mil pela campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É uma nota fiscal.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É a nota fiscal da ArtMidi. Descontado o imposto, foram R$30 mil líquidos. Certo?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foram R$30 mil, mais ou menos em que mês?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 21 de setembro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Em 21 de setembro de 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 2010.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí, depois, vêm R$10 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foram R$10 mil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não precisa mostrar nada, não! Em que mês mais ou menos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi após a campanha, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foi depois da eleição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Depois da eleição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas ainda em 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ainda em 2010.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí vêm dois pagamentos de R$45 mil.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os R$90 mil que faltavam foram feitos somente em 2011.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E esses R$10 mil? Também foi dinheiro vivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dinheiro vivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E tudo foi pago pela mesma pessoa? Quem entregava o dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Os R$40 mil foram pagos pelo candidato.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É. E os R$10 mil foram pagos pelo Sr. Jayme Rincón, que era o tesoureiro da campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pelo Rincón, não é? E esses R$30 mil do meio?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O do meio foi o da nota fiscal, pago pelo comitê de campanha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pelo comitê de campanha. Esse era o único por dentro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Por dentro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O único?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O único.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse dinheiro foi pago pelo comitê de campanha, mas pode ter sido cheque nesse caso. Foi cheque o do comitê de campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi um cheque do comitê de campanha para a ArtMidi, que repassou o dinheiro para mim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os R$40 mil e os R$10 mil é que foram pagos em dinheiro vivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em dinheiro vivo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E, depois, foram duas parcelas de R$45 mil em dinheiro vivo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não! Em depósito feito pela Pantoja um e pela Décio e Rafael Construção e Terraplenagem o outro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Que é do Cachoeira também?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Também ligada ao grupo dele.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A Décio e Rafael, dirigida por fantasma do Cachoeira.

O senhor ouviu falar alguma vez que o Cachoeira tem lá um grupo de arapongagem próprio, com equipamentos próprios, além do Dadá? O Dadá já é figurinha carimbada, não é? Todo mundo sabe dele.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A informação que se tem é essa. Inclusive, até desafiei que os arapongas dele trouxessem a gravação do achaque que eu fiz a ele, pedindo o dinheiro, como foi dito, não é?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse é um ponto interessante, porque, na casa do Aprígio... Conhece o Aprígio, o cunhado dele?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já ouvi falar. Não o conheço pessoalmente, não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Houve uma apreensão pela Polícia Federal. Acho que o Relator até já pediu à Polícia Federal, e penso que eles não mandaram ainda... O Relator acena com a cabeça, dizendo que não mandaram. Estamos aqui na conversa, não é?

Houve uma apreensão, tanto na casa do Aprígio, quanto na casa do Cachoeira, de gravações. No jargão das investigações, eles usaram o termo “mídia” para tudo isso aí. Foi apreendida mídia em grande quantidade nas duas casas.

O senhor tem notícia de utilização de chantagem contra autoridades com base em gravações feitas por esse grupo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O caso, por exemplo, do Deputado Rubens Otoni, do PT de Anápolis. O Rubens Otoni foi gravado – eu, que sou um profissional de televisão, conheço muito bem como funciona a coisa – dentro de um ambiente preparado para isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foi gravação local?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É, foi gravado no gabinete, no escritório do Cachoeira. Havia uma câmera colocada em nível superior, havia um microfone colocado no sofá em que eles estavam conversando, e todo o diálogo foi colhido ali. E ele falava em dinheiro: "Dinheiro que vou te dar, dinheiro que vou te dar...". Envolveu o Deputado numa situação, e o Deputado quase não falou nada naquele encontro. E saiu dali com aquele documento ficando na mão dele.

Deputado Miro, se o senhor pegar as degravações da Polícia Federal, há uma afirmação dele pedindo para o assessor dele gravar o Vice-Prefeito de Águas Lindas, porque estava criando caso: "Ah, vamos gravar o cara, para poder derrubá-lo!". Quer dizer, era uma metodologia usada de gravar certas pessoas para comprometê-las e colocar as pessoas em situação difícil, para achaque.

Por exemplo, o Rubens Otoni... "Por que vamos achacar o Rubens Otoni?" Ora, o irmão dele é prefeito de uma das maiores cidades do Estado de Goiás. E Rubens Otoni é um parlamentar federal de brilhante atuação e de respeito. Pelo menos, nós sempre o tivemos assim lá em Goiás. Então...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aqui, em Brasília, nós também sempre o tivemos assim.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Então, usa-se esse tipo de estratégia...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é só com esse, não é?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não é só com esse.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é só com esse. Mas o senhor acha possível que ele tenha gravado o Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei, não sei, mas também não posso dizer que... É difícil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse poder que ele tem de nomear... Ele, de repente, disse que ia nomear uma pessoa para uma repartição, para outra, para outra, ou, então, vinte pessoas em algum lugar. E tudo acontece por quê? É só por que ele é um dos chefes da máfia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O detalhe é a infiltração dessas organizações, Deputado, dentro do poder. É uma situação complicada.

Eu, por exemplo, acompanho muito a sua luta no Rio de Janeiro, com essas coisas todas que existem lá, combatendo o envolvimento das autoridades, inclusive, com o pessoal do narcotráfico. É aquela briga toda nos morros! E a gente vê que há um Estado paralelo, e isso, realmente, preocupa.

Quando um cidadão como ele consegue ter influência sobre duas Polícias num Estado, tanto a Militar quanto a Civil...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E parte da Federal.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E parte da Federal. E sabe onde vão acontecer as investigações, as incertas, para pode pegar no flagrante o delito e é avisado antes. É essa coisa toda. Então, não há como negar que há uma ingerência da contravenção dentro do Estado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado por sua atenção.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, nobre Deputado...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me concedesse mais 30 segundos, só para eu me dirigir a V. Exª. Quero falar novamente sobre a questão de cumprirmos todos os ritos na nossa Comissão.

Assim como o depoente não pode fazer escárnio de um parlamentar, o parlamentar também não pode fazê-lo em relação ao depoente. Também é decisão do Supremo Tribunal Federal que isso pode ser objeto de representação por abuso de autoridade. Isso está expresso em decisão do Supremo.

Então, acho que, na possibilidade de haver reunião de conversa, poderíamos tentar estabelecer um padrão de procedimentos na CPI que não gerasse muita novidade, não. Começa com a questão das testemunhas. A cada pergunta, isto sim, elas podem dizer que não respondem, porque não podem se antecipar, imaginando o que vai comprometê-las ou não. Temos de seguir essas outras coisas.

Obrigado pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, agora, a palavra ao ilustre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª e também o depoente.

Estou aqui, como muitos, na busca de colaborar com o bom andamento do trabalho desta CPMI. E

tenho a certeza também de que, dentro do possível, vamos atender à expectativa da sociedade brasileira, esclarecendo os tentáculos dessa organização criminosa, desmontando essa estrutura – aliás, algumas instituições importantes do Brasil já deram sua contribuição – e, ao mesmo tempo, verificando o tamanho desse esquema montado de arapongagem, de achaque, em que se tornam reféns pessoas que compõem instituições em vários Poderes.

Eu queria fazer algumas perguntas ao depoente.

Acho que o depoimento de V. Sª é importante. Primeiro, é um jornalista que está vindo aqui. Eu queria lhe fazer perguntas, e, se possível, V. Sª poderia me responder, para que avançássemos um pouco no tempo de que disponho.

V. Sª é jornalista há quantos anos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há 50 anos.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Há 50 anos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Há 50 anos.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – São 50 anos ininterruptos, sempre trabalhando como jornalista?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Sempre trabalhando.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – No rádio, em jornal, em que mais?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Rádio, jornal e televisão. Na televisão, tenho menos tempo.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor já passou, nesses 50 anos, por situação mais grave do que esta, do ponto de vista dos questionamentos acerca da sua integridade moral e profissional?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, é a primeira vez que enfrento esse questionamento.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor falou aqui – eu acompanhei –, durante a manhã e a tarde de hoje, sobre a ligação pessoal, até de admiração, com o Senador Demóstenes e com Governador Marconi Perillo. Isso é fato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É fato. Trabalhei...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Há quanto tempo vem essa admiração? Há quanto o senhor tem essa relação que extrapola a profissional, pelo que eu ouvi? Ela vincula a admiração, a amizade também, pelo menos nessa última década? É isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A minha relação com o Senador Demóstenes foi a partir da campanha de 2002, a primeira que...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Já se vão 10 anos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – E do Governador Marconi Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Marconi Perillo, eu conheço o Marconi desde 1986, quando eu fiz a campanha do Senador Henrique Santillo ao Governo de Goiás e ele presidia o PMDB Jovem.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor poderia falar o grau de intimidade que adquiriu tanto com o Senador Demóstenes, nesses 10 anos de convivência, e, separadamente, o grau de intimidade ou não que V. Sª estabeleceu com o Governador Marconi Perillo, nesse período? Ou era apenas encontros em período de eleição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Tinha algum desdobramento? Algum reconhecimento por parte deles da sua contribuição?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. No caso do Senador Demóstenes – eu fiz a primeira campanha dele, ele não tinha quem fizesse o rádio, e fiz sem qualquer ônus para a campanha dele –, ele, numa retribuição, em 2005, nomeou uma filha minha para assessora parlamentar dele, só que ela não foi aprovada no exame de saúde.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu ouvi essa história. Ela, por um problema sério de saúde, não pode assumir, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Eu ouvi a posição de V. Sª.

Mas eu gostaria de saber... Com o Governador Marconi Perillo, V. Sª falou que desempenhava um papel de ser atuante no programa de rádio da campanha. Nós sabemos todos – somos candidatos, fomos várias vezes – que normalmente tem várias áreas de uma disputa política, e cada uma tem a sua importância, a do rádio não é menor do que outras. Que grau de importância o senhor acha que o senhor tinha nesses programas na eleição do Senador e depois da eleição do governador? Parece-me que o senhor participou da campanha de 2002, 2006 e 2010. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, de 1998 também.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – De 1998 também. Então, já se vão 14 anos de um trabalho feito com o Governador Marconi Perillo. Quatorze anos?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quatorze anos, dizendo que é o bom, o melhor e o maior.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Depois de dizer que ele é o bom, o maior e o melhor durante as campanhas, que tipo de tratamento o senhor recebia depois da campanha de 1998, 2002, 2006 e 2010?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O relacionamento nosso sempre foi normal. Ele no governo e eu tocando a minha vida tranquilamente.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Pelo fato de o senhor ter sido parte da equipe que fazia campanha – e aí volto à pergunta que fiz –, o senhor construiu alguma relação mais próxima, de frequentar ou de estar em alguns eventos com o governador, nesse período todo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não. Aliás, eu não sou dado muito a esse tipo de relacionamento com a autoridade. O meu amigo é o Marconi Perillo e não o Governador Marconi Perillo. Então, eu ficava distante. Mesmo tentando ser independente como jornalista, mas aí já há a vinculação... O pessoal fala: "Ah, você tem o rabo preso com o Marconi", aquela coisa toda, tal. Então, até a credibilidade da gente como jornalista fica prejudicada a essa altura por você se identificar com o cidadão.

Mas você sai para a rua e, quando ele faz uma coisa boa, você ouve elogios; quando ele faz coisa ruim, você ouve críticas, porque, como o governante não vai ao povo, e estou no meio dele, eu sou o primeiro a ser cobrado por tudo aquilo que eu o ajudei a difundir no rádio. Então, as promessas feitas, cumpridas, são aplaudidas; e as não cumpridas são atacadas. Então, é o preço que a gente paga por isso.

Mas eu não tenho relação direta, assim, de convivência social com ele.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Perfeito. De convivência social, não. Mas do ponto de vista da convivência política? O senhor nos falou aqui durante o seu depoimento, e aqui está confirmando, que há 14 anos o senhor presta um serviço, que V. Sª tem dito, difícil, mas com lealdade, ao Governador Marconi Perillo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Desde a campanha de 1998. Do ponto de vista político, o senhor se sente um homem da confiança do Governador Marconi Perillo ao longo desse período?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu me senti um homem de confiança dele durante todo esse período, como eu confiei nele durante todo esse período.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – São 14 anos de confiança e de serviço do ponto de vista político.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – E quando começou para V. Sª uma mudança, porque certamente V. Sª também é uma pessoa de confiança dele, senão, não daria...? A voz dos programas de rádio nesse período era a sua voz, o senhor aparecia com a voz, ou era um serviço de bastidores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, a minha voz, inclusive a D. Íris não está aqui para lembrar da vinhetinha que canta o meu nome que eles odiavam ouvir essa vinheta...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Como era essa vinheta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Luiz Carlos Bordoni; o meu nome cantado. E aí eu assinei todos os programas de 98 até 2010. Todos...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O senhor era a voz de Marconi Perillo no rádio.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente. Eu assumi publicamente o Marconi Perillo como meu candidato.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – E quando V. Sª acha que deixou de ser a voz e uma pessoa de confiança para o Governador? Ou se deixou de ser?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu acho que, a partir do momento em que você presta um trabalho sério, benfeito, de resultado positivo, aí você vai receber por esse trabalho, aparecem contraventores depositando dinheiro na sua conta, na conta da sua filha, você já fica indignado com uma coisa dessas. Foi o que aconteceu comigo: houve indignação. Se eu prestei um trabalho limpo por que não receber um dinheiro limpo? Eu esperava que fosse um dinheiro limpo que estivesse sendo pago a mim. No entanto, quando se detectou todo o problema, eram duas empresas ligadas a um contraventor, quer dizer, isso ficou ruim profissionalmente para mim e para a minha moral, para a minha dignidade.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Muito bem. V. Sª já informou... Eu não estou querendo repetir o que eu ouvi dos colegas aqui, eu só estava completando, querendo ver o grau de relação que V. Sª tem com o projeto que governa tanto do Senado como no Governo do Estado de Goiás.

Uma última pergunta: V. Sª acha que esta empresa Alberto & Pantoja pagou V. Sª – depois que se descobriu que foi pago uma parte por ali –, você acha que ela financiou mais gente? Ela bancou a campanha ou o pagamento de campanha de mais políticos no Estado de Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Aliás, eu até havia discutido esse assunto com os colegas jornalistas e a CPMI já tomou a providência de quebrar o sigilo da Alberto & Pantoja, porque aí será possível identificar quais os outros prestadores de serviço que receberam por dentro e por fora da campanha.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Muito bem. Sr. Presidente e Sr. Relator, eu queria só concluir.

O senhor, então, se sente, durante 14 anos, a voz do Governador Marconi Perillo em todas as eleições.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiz a campanha dele em todas as eleições. Fui processado e condenado, só que anulada a sentença porque o processo

havia prescrito, mas me condenaram até a 12 anos de cadeia por conta de brigas minhas pelas causas dele.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – No rádio, o senhor se sentia a voz então?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu me sentia a voz dele.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra, pelo tempo regimental, ao ilustre Deputado Ronaldo Fonseca. Mas, antes, consulto aqui, o que tem sido uma pergunta de vários aqui, se V. Sª não gostaria de ter um intervalo de cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu só queria um cafezinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um cafezinho, está bem. Então peço à Secretaria que possa trazer um cafezinho para o depoente, Sr. Luiz Carlos Bordoni e outro para o Deputado Miro Teixeira, que também estende o pedido ao ilustre Deputado Cândido Vaccarezza. Quem quiser fazer mais pedidos, pode direcionar ao ilustre Deputado Miro Teixeira.

Deputado Ronaldo Fonseca, por dez minutos.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, cumprimento também o depoente, Luiz Carlos Bordoni.

Eu quero, a princípio, parabenizar V. Sª por ter vindo a esta Comissão com a disposição de falar. Nós temos tido uma frustração muito grande, embora sendo um direito constitucional do depoente de ficar em silêncio, porque a gente quer fazer perguntas e ouvir respostas e não nos é dado esse direito, embora seja um direito constitucional, e tem que ser respeitado. Mas eu quero parabenizar V. Sª por vir aqui à disposição para falar.

Eu procurei estar aqui desde o início do seu depoimento, tive que me ausentar um pouquinho e talvez faça alguma pergunta que seja repetitiva, embora eu me esforçarei o máximo para não fazê-lo.

Mas, acompanhando aqui os questionamentos feitos a V. Sª, eu fiquei pensando sobre aquele que está lá do outro lado assistindo a esta CPMI, inclusive os seus familiares, seus amigos, pessoas da sua relação de amizade, relação social. Ficou claro aqui, pelo menos percebo a intenção, a intenção de desqualificar a sua pessoa como jornalista competente. Ficou claro, inclusive perguntas deixando a entender que V. Sª tem contato com ETs, com Marte. Eu queria fazer uma pergunta a V. Sª: se é verdade tudo isto, que V. Sª já foi condenado, processado, que V. Sª é desequilibrado, não é um profissional sério, como é que o senhor arrumou emprego para trabalhar nas campanhas políticas de um governador e dois senadores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu gostaria também que eles respondessem a isso, porque é uma luta muito grande que eu desenvolvi ao longo desse tempo todo e onde eu fui reconhecido como importante nessas conquistas, aplaudido, festejado, essa coisa toda e, de repente, eu sou tudo isso aí que o senhor tem ouvido e lido o que estão falando.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas quando o senhor trabalhava, o senhor nunca ouviu comentário neste sentido: que o senhor era desequilibrado, estava processado, estava condenado e não podia participar de campanha? Ou é só agora?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, só agora, só agora. Aliás, por que eles não colocaram essa versão última que foi colocada ontem na CPI lá em Goiânia para esclarecer a questão do dinheiro da minha conta, do pagamento, por que eles não contaram essa história quando o problema foi levantado, na primeira vez que eu abordei o assunto no jornal *O Estado de S. Paulo*? Por que só agora vai se levantar isso? Só agora que essa versão apareceu? Por que quatro outras versões foram contadas antes para tentar me desqualificar ou para tentar desviar a responsabilidade de quem tem em relação aos depósitos?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – *O.k.* Eu queria fazer outra pergunta a V. Sª: como está sendo feita a justificativa do depósito da Pantoja na sua conta? O senhor recebeu um dinheiro, eu não vou fazer pergunta aqui desse dinheiro que o senhor recebeu em mãos, o senhor está dizendo aqui, supostamente, para nós aqui que o senhor recebeu em mãos do Governador. Não vou fazer pergunta porque é a sua palavra contra a dele.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu vou fazer pergunta a respeito do dinheiro que foi para a sua conta da Pantoja, por exemplo. Como é que está sendo feita a justificativa desse dinheiro. Por que ele foi depositado na sua conta?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Bom, os 90 mil que me eram devidos pela campanha ao Sr. Lúcio Fiuza Gouthier foi dada a incumbência de resolver essas pendências. Ele me telefonou, disse que a responsabilidade era dele de resolver isso e que ele ia fazer em duas parcelas de R$45 mil e pediu o número da conta bancária. Eu dei o número da conta bancária da minha filha porque há uma ação judicial contra mim...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sim, isso eu já ouvi. Mas como é que estão justificando esse dinheiro. "Está indo para a sua conta 40 mil..." É 40 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quarenta e cinco.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Quarenta e cinco e mil está indo por quê? O que o senhor fez? Eles estão pagando.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estão pagando.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas hoje eles justificam como esse dinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eles justificam como sendo, primeiro, a primeira justificativa, um pagamento da Delta para que eu calasse os meus comentários críticos em relação...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ah, muito bem. Então o senhor estava fazendo comentários, chantageando, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exato.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor disse que foi já na CPI de Goiânia, foi dito que o senhor chantageou o Sr. Cachoeira, por isso a Pantoja pagou R$40 mil, correto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E foram demonstradas provas que o senhor chantageou ou só falaram?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Duas versões apareceram. A primeira, a da mulher dele, dando a entrevista...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas ela só disse ou mostrou provas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, só disse.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Tem algum telefonema que o senhor fez?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Ela disse que o marido disse a ela que eu era isso, isso, isso e isso, que havia pedido dinheiro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ah, tá. Então, não tem prova?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E do Sr. Wladmir, que o senhor disse que foi dito lá na CPI de Goiânia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Também nenhuma prova. Aliás, eu desafiei a todos eles a que provassem, porque, afinal de contas, o rei do achaque também é o rei do grampo. Então ele grampeia todo mundo que fala com ele, ele poderia ter grampeado as minhas ligações.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Então só foi dito que o senhor chantageou.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exatamente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas não houve nenhuma prova quanto a isso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas os 45 mil foram por conta disso, eles estão dizendo.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi por conta disso. Eles estão dizendo isso.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor já prestou algum serviço para essa Pantoja, essa empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Eu fiquei sabendo da existência dessa empresa agora com a questão dos depósitos levantados, quando o Senador Pedro Taques fez o cruzamento do nome da minha filha, com a conta bancária da minha filha e com o Senador Demóstenes, e apareceu aquela nomeação, da qual ela não tomou posse, que o senhor sabe da história, o depósito apareceu por conta disso. Nós ficamos sabendo de Alberto & Pantoja somente agora quando a lebre foi levantada na Comissão de Ética.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor falou aqui que participou ultimamente de três campanhas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quatro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Não, ultimamente agora: dois senadores e de um governador.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah, do governador.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Correto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor mostrou aqui para nós, parece-me, salvo engano, que o senhor tinha provas de que os dois senadores pagaram.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pagaram.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – De forma legal?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De forma legal.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem. O senhor tem ideia, mais ou menos, por que a Pantoja não pagou a conta do Sr. Demóstenes, do Senador Demóstenes?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não sei por quê. Eu fui contratado pela MKPOL Marketing Político para fazer a campanha. Então eu recebi a minha remuneração através dessa agência. Eu não sei de envolvimento do Cachoeira com essa questão, não.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E a Pantoja então pagou parte da conta que o senhor trabalhou...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para o Marconi Perillo.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – *O.k.* Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, ilustre Deputado Ronaldo Fonseca.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Sérgio, por dez minutos.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Luiz Carlos, o senhor, jornalista há mais de 50 anos em um programa de rádio popular, na sua visão, um cidadão comum de Goiás, na visão de um cidadão comum de Goiás, quem é Carlinhos Cachoeira na visão desse cidadão comum de Goiás?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O cidadão comum de Goiás deve ter ficado sabendo quem é Carlinhos Cachoeira com o episódio inicial que o identificou no relacionamento com o mundo político naquele caso do Waldomiro Diniz. Foi a primeira vez que ele apareceu com a gravação, inclusive, que foi muito polêmica. A partir daí, a população tem informações, mas não todas as informações porque não houve um cobertura direta.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas e o senhor? Qual o conhecimento que o senhor tinha dessa pessoa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O Carlos Cachoeira eu nunca tive relacionamento com ele, não sabia nem da existência desse cidadão. Fiquei sabendo da existência dele quando teve o problema.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas se o senhor não sabia da existência dele, ficou sabendo da existência dele há pouco tempo, como justificar as afirmações extremamente duras que o senhor acabou de dizer, como "um homem perigoso", "o rei do achaque", "o rei do grampo"? Ao denominar "o rei do achaque", "um homem perigoso", é um juízo de valor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É um juízo de valor. A população não tem informação, Deputado, mas nós sabemos...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Agora fala do senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah, eu tenho a informação. Eu tenho a informação de quem é o cidadão. E jamais iria ser um otário de ligar para um cidadão daquele jaez para fazer... para extorquir dinheiro.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas o senhor colocou aqui que o senhor sempre foi amigo do Marconi. E o senhor aqui fez uma afirmação de que esse esquema Cachoeira estava dentro do governo. O senhor sabia quem era Carlinhos Cachoeira. É um repórter investigativo e não sabia dessa relação antes de Carlinhos Cachoeira com Perillo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, da relação não sabia. Tem uma coisa que eu preciso dizer para o senhor, Deputado. A questão de ser repórter, eu tenho impressão de que o tempo verbal precisa ser corrigido, não é?, porque eu estou aposentado, estou com quase 70 anos de idade, sou parkinsoniano, não tenho condições de frequentar mais as redações com a mesma disposição de antes, então eu fiquei muito mais cuidando da minha aposentadoria, lendo e pesquisando e escrevendo do que fazendo jornalismo. Então...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Então explique melhor a afirmação que o senhor fez aqui mais de uma vez: "sobra mão de obra para queimar arquivo". O que o senhor, efetivamente, quer dizer com esta afirmação e o que dá consistência para o senhor fazer esta afirmação?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O que dá consistência a mim para fazer essa afirmação é que eu já fui vítima disso. Eu já fui vítima dessas questões. Eu denunciei publicamente, num programa de televisão que eu tinha, as questões que aconteciam num presídio em Goiânia, onde os líderes de cada ala, os mais violentos, eram colocados para brigar, para que se resolvessem as pendências e se eliminasse um problema a mais ali dentro. Denúncias feitas pelos próprios presidiários, no meu programa. O diretor de segurança, na época, um major, havia chamado alguns de uma corporação para poder fazer um acerto comigo. Pretendiam levar a minha filha para a periferia, dizendo que foi presa com droga, para depois fazer um acerto comigo ali. Registrei denúncia pública, em cartório, sobre isso, e avisei, claramente, ao cidadão que ele seria responsabilizado se algo acontecesse comigo.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas o senhor tinha uma relação de amizade com o Sr. Marconi Perillo e, diante da situação que o senhor acaba narrar, sendo vítima de um processo de ameaça dessa ordem, dessa natureza, nunca tratou deste assunto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, ele substituiu o cidadão, o referido cidadão...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Mas não o problema?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ...do presídio. O problema...

Aliás, os presídios são um assunto seriíssimo, que precisa ser discutido. Muitos dos senhores têm essa experiência na área penal e sabem que nós precisamos ter uma reforma nessa coisa toda, porque a Lei de Execuções Penais é muito boa, mas não existe na prática. Nós temos uma superpopulação em celas, não em presídios, em celas de presídios. Isso acontece. Inclusive, a minha filha Bruna fez um documentário, *Os Signos do Cárcere*, mostrando justamente essas coisas que existem dentro das cadeias. Lamentavelmente, as coisas continuam assim. Muda-se o comando, mudam-se os administradores...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – O senhor também se referiu aqui a duas empresas: R. Diniz e Cen-

tral do Brasil. O que o senhor tem mais a falar dessas duas empresas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu não tenho nada a falar das duas empresas. Eu até anexei, junto aos documentos repassados a CPMI, que poderá fazer essas investigações, inclusive com os registros devidos das áreas adquiridas por essas empresas e tidas em parceria com o Governador de Goiás... Isso é uma atividade que a CPMI poderá apurar.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Tenho comentário de que essas duas empresas teriam uma parceria ou uma sociedade com o Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – A informação que eu obtive é de que o Governador teria parceria com essas empresas. Eu passei os registros.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Mas o senhor fez também aqui uma afirmação de que o Sr. Edvaldo seria sócio do Cachoeira – o senhor usa a expressão – provavelmente em empresas para lavar dinheiro oriundo do jogo ilegal. Quer dizer, o que consubstancia o senhor para fazer esta afirmação aqui?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu falei que provavelmente em empresas para lavar? Eu disse aqui que o Sr. Edvaldo é sócio do Cachoeira, que o Sr. Edvaldo era genro do Sr. Boadyr Veloso, que foi assassinado misteriosamente e ainda não desvendado o caso, e que ele assumiu o controle do jogo do bicho, que era do sogro dele. E o jogo, em Goiás, é controlado pela organização comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira. E a Polícia Federal sabe disso, tanto é que está grampeado o cidadão, para investigar o que ele está fazendo por lá.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Então, no caso específico desse assassinato, que o senhor afirma ter sido misterioso, o senhor relaciona àquela primeira afirmação de que sobra mão de obra para queimar arquivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não estou associando a esse caso não. Não me associei a isso não. É porque é cediço que as polícias, infelizmente, possuem alguns dos seus membros que andam na contramão da lei. Isso, lamentavelmente ocorre.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Então o senhor mantém a afirmação de que sobra mão de obra para queima de arquivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu mantenho a afirmação de que sobra mão de obra para queima de arquivo.

Eu quero dizer aos senhores o seguinte: como pode – foi o que coloquei – este simples velho aqui achacar o Sr. Carlos Cachoeira, que tem influências e poderes sobre as duas polícias lá, onde sobra mão de obra para queima de arquivo.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – O senhor é um jornalista investigativo. O senhor faz a afirmação de que o Carlinhos Cachoeira tinha influência sobre a polícia no Estado de Goiás, e o senhor afirma também que era amigo íntimo do Sr. Perillo e que fez todas as campanhas dele, inclusive a voz no rádio do Perillo não era a voz dele, era a sua voz. O senhor poderia aqui achar que o Governador Marconi Perillo não sabia dessa influência do Sr. Cachoeira no seu governo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Olha, nós ficamos sabendo da influência do Cachoeira sobre a polícia quando a coisa transbordou, quando a Polícia Federal revelou as operações que estavam sendo feitas. Porque ninguém sabia, até então, que havia informações que saíam, inclusive, como constatou a Operação Monte Carlo, de dentro do palácio da Chefe de Gabinete, informando às pessoas que a polícia ia aparecer dia tal, em tal lugar; e que havia o próprio corregedor da polícia, que também fornecia essas informações; que havia gente da polícia, inclusive um coronel da Polícia Militar, prestando serviços de informação a esse tipo de organização. Nós ficamos sabendo disso... Todos nós ficamos sabendo disso agora. Não é questão de... Como eu disse para o senhor, sou um repórter investigativo aposentado. Há muito tempo, não estou mexendo com investigação. Estou mexendo com investigação agora, para apurar quem anda fazendo essas artes, prejudicando, inclusive, a minha pessoa.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Presidente, meu tempo está esgotado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, a nobre Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, novamente Jayme Rincón, agora no *site* do jornal *O Popular*, Deputado Domingos Sávio:

O presidente da Agetop, Jayme Rincón, afirma que irá depor na CPMI do Cachoeira em Brasília, mas não confirmou quando. Hoje, pela segunda vez, Rincón não foi depor por problemas de saúde e apresentou atestados médicos para adiar sua participação, apesar de a equipe do Governador Marconi Perillo (PSDB) divulgar hoje, no Twitter, que ele participará amanhã de inauguração de trecho da GO-174.

O presidente da Agetop diz que, no seu depoimento, terá a oportunidade também de falar sobre a vida política e financeira do ex-Prefeito Iris Rezende e da Deputada Íris de Araújo, ambos do PMDB. "A Deputada Íris de Araújo não perde por esperar meu depoimento na CPMI. Ela verá que covarde é quem ataca as pessoas ausentes. Além de covarde, a Deputada

é mentirosa, pois afirmou que eu estava inaugurando obras em Aparecida do Rio Doce, quando estava em casa assistindo aos depoimentos da CPMI. Terei a oportunidade de falar sobre a vida política e financeira dela e de seu marido. Acompanhei bem de perto essa história, desde a eleição de 82" – diz o principal auxiliar do Governador goiano.

Que, pelo que se constata aqui, não está tão doente. Pelo que estou percebendo, ele está bem atento, e, na realidade, não justifica que ele não compareça por conta dos atestados que ele vem apresentando, mas tem... Isso é agora, no *site* do jornal *O Popular*.

Eu tinha que fazer esse registro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar, já, já.

Antes, respondendo à questão de ordem da Deputada Íris de Araújo, três questões: a primeira delas é que me parece que, finalmente, ele se dispõe a vir, depois de duas negativas, e o Presidente efetivo agendará a vinda dele; em segundo lugar, parece-me que ele vem sem *habeas corpus*, que ele vem com o interesse de falar algo, então espero que ele venha sem *habeas corpus*; em terceiro lugar, espero que ele não faça qualquer ameaça à ilustre Deputada.

Nós vamos tomar todas as providências. Hoje, o Presidente efetivo, Vital do Rêgo Filho, reforçou as providências para a proteção dos Srs. Parlamentares. Então, nós não admitimos quaisquer ameaças a Parlamentares desta Comissão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quando ele diz que "ela não perde por esperar", não sei o que ele quer dizer com isso. E espero que ele venha a esse depoimento sem *habeas corpus*, então, já que ele quer e tem muito a falar.

Bem, eu agora...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, na mesma linha da Deputada Íris e contando com o costumeiro espírito democrático e público de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, o nobre Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é absolutamente natural, é até extremamente saudável, do ponto de vista democrático, que a Deputada Íris seja adversária ferrenha do Governador Marconi Perillo, e nós não teremos, em momento algum, nenhuma objeção ao fato de que ela torne isso público, de que ela traga, inclusive, qualquer nota de imprensa, ou de Twitter, ou de qualquer instrumento de comunicação, o que é legítimo e é absolutamente natural. O que não se pode aceitar é que as colocações sejam trazidas a esta Casa de maneira incompleta ou equivocada e, depois, se tente transformar isso quase que em uma condição de que o Deputado que se equivocou é que é vítima do processo.

A nobre Deputada trouxe uma informação dizendo que o Sr. Jayme estaria – ela chegou a usar a expressão "neste momento" ou "hoje" – inaugurando, com o Sr. Governador, determinada obra. Poucos minutos depois, constatou-se que não era isso; que há uma obra a ser inaugurada, no dia de amanhã, e que se dizia que, naquela inauguração, estariam ou estarão, no pretérito futuro, o Sr. Governador e o Sr. Jayme. Quem "twittou" o fez na expectativa de que lá ele pudesse estar.

Pois bem. Primeiro, inclusive me dirigindo respeitosamente a V. Exª, até onde me consta e ao nosso Partido, hora alguma houve recusa de vir. V. Exª mencionou que, por duas vezes, recusou. Não houve recusa de vir.

Segundo, já se mencionou, várias vezes aqui, sobre a importância do respeito aos depoentes, até mesmo aos acusados, o que é um princípio fundamental da Justiça, e alguém que apresenta, de uma maneira legítima, um atestado médico, checado, confirmado, e que está em casa se recuperando, em situação de convalescência, merece um mínimo de respeito. Agora, o fato de estar convalescente e se recuperando não torna ninguém insano, não torna ninguém incapaz de assistir a um depoimento na televisão, tirar suas conclusões e fazer, inclusive, as suas referências, de forma legítima, em um país democrático, por um veículo de comunicação que, seguramente, deve ter-se contatado com ele para saber: afinal, você está aí mesmo na sua casa? E responder: estou, e não perde por esperar quem tanto quer ouvir meu depoimento. "Não perde por esperar" não é nenhuma ameaça, é apenas dizer: aguarde, você não perderá seu tempo, você me ouvirá. Eu irei e direi aquilo que precisa ser dito.

É importante que isso fique claro, porque a gente vê... E esse episódio ilustra mais uma tentativa, muito objetiva, de levar uma CPI, que é para investigar outra matéria, levar esta CPI a um ataque a figuras do PSDB. E eu tenho absoluta convicção de que V. Exª não vai alimentar esse tipo de iniciativa.

A Deputada tem de mim todo o respeito. Em toda a minha fala, não faltei com respeito a ela, apenas relatei, de maneira clara: em um primeiro momento, ela trouxe uma notícia que não se confirmou verdadeira. Não importa se ela se equivocou ou se se equivocou quem "twittou". O certo é que a notícia não se confirmou

verdadeira. Se, trazendo a informação verdadeira, de que o episódio ainda não ocorreu, ou seja, não poderá estar hoje cumprindo agenda que será amanhã... E não pode ninguém deduzir que ele irá amanhã e nem dizer que ele falou que vai amanhã. O certo é que a agenda é amanhã – e, ainda que vá, se for, é porque já se restabeleceu... O certo é que, neste dia, o referido convidado ou convocado desta CPMI ainda está convalescente. Não veio porque não teve possibilidade de vir e já afirma que virá. E espero que venha o mais breve possível, porque eu também quero que os esclarecimentos sejam dados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, fui citada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – De fato, V. Exª foi citada. Usará o...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, já foi um art. 14, o segundo eu estou aguardando, e são dois por reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É. Só pode dar dois por reunião.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Tudo bem. Eu me entendo com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A senhora se entende com ele. Minas e Goiás são vizinhos!

Deputado Carlos Sampaio, V. Exª quer usar o art. 14 neste momento?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu estou aguardando, porque V. Exª disse que seria ao final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A inscrição de V. Exª é a última.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, é reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É reinscrição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É do art. 14. É um direito que me assiste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso que eu pergunto. O senhor prefere ao final? Soma ao tempo final.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É, mais adiante, porque eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem.

Senador Mário Couto por dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, esperei tanto para falar! A vontade era imensa de falar, Presidente. Infelizmente, não pertenço a esta Comissão e não tenho esse direito, como o têm os nobres pares, de usar a fala por líder. Mas a ansiedade era muito grande.

Escutei atentamente a testemunha e quero lhe dizer, com todo respeito, meu caro jornalista: a sua fala aqui lhe incriminou.

Quero, por antecipação, pedir ao meu Partido que solicite as notas taquigráficas do depoimento da testemunha, porque vou entrar no Ministério Público e na Polícia Federal.

Não vou aqui usar a fala de ninguém. De ninguém. Teve inclusive aqui uma informação que veio a público há muito tempo, mas nem vou ler. Nem vou dizer que V. Sª... Não, acho que não vou dizer. Vou dizer, sim: V. Sª até apresentou uma certa brabeza.

V. Sª, depois de um programa, ofendeu uma família. Na rua, apanhou e foi para o hospital. Mas nem quero falar nisso. Eu quero falar com as suas próprias palavras. Por isso eu pedi as notas taquigráficas, porque vou entrar no Ministério Público e na Polícia Federal.

V. Sª cometeu aqui crimes graves. V. Sª começou dizendo: "Meu ídolo, meu herói", e aí eu comecei a sentir que estava num baile de quinze anos. Depois, V. Sª – a única palavra que vou usar que não é tua – começou a mostrar ódio, ódio mortal. Chamou de adversário. Já começou a complicar o seu depoimento aqui. Depois disso, disse que faria qualquer coisa, qualquer coisa, meu nobre Bordoni, que o Governador lhe mandasse. Meu nobre Bordoni, não se faz isso! Depois, disse a uma Senadora aqui do meu lado que falou mal de Gilberto sem saber quem era Gilberto. E disse com euforia: "Quem me mandou foi o Governador". E a Senadora perguntou: "E V. Sª sabia quem era Gilberto?" V. Sª disse: "Não".

Como é que se fala mal das pessoas sem conhecer as pessoas? Como é, Senadores? Como é, Senadores?! Questionem, venham aqui! Dizer que falou mal de uma pessoa do Governo sem conhecer essa pessoa?! Que caráter tem um homem que comete esse crime!

Brasil, querido, como é que pode uma testemunha vir a uma CPMI dizer, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, que falou mal das pessoas porque o Marconi mandava ele falar? Mas não conhecia as pessoas? Que jornalista é esse? Meu Deus do céu! Pior afirmação de V. Sª: quando V. Sª disse aqui – estão aí escritas em notas taquigráficas – que V. Sª recebeu dinheiro sujo. Estão aí! V. Sª não pode negar mais! Já disse! Já disse que recebeu dinheiro sujo. E depois V. Sª soube que era sujo; e depois V. Sª reconheceu que

era sujo. Se recebeu, não recebeu, não quero saber. Mas V. Sª disse isso aqui. Por que não devolveu o dinheiro? Por que V. Sª não devolveu o dinheiro? *(Pausa.)*

Diga. Por quê? Ora, tinha açúcar? Estava congelado? Era folheado a ouro?

Que caráter tem este jornalista? Que moral? Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srªs Senadoras, Srªs Deputadas, que moral tem este homem de vir acusar alguém aqui depois de, na frente de todos os Senadores e Deputados, confessar crimes, confessar crimes, além do imposto de renda; além do imposto de renda?

Tenho a maior admiração pelo jornalismo brasileiro. Respeito todos, mas me incomodou ficar na frente de V. Sª. Incomodou-me ficar na frente de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, eu peço que V. Exª trate com urbanidade o depoente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não estou ofendendo ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço a V. Exª que trate com urbanidade o depoente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não estou ofendendo ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira/PT – SP) – V. Exª, da mesma maneira que aconteceu com o Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não estou ofendendo ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Da mesma maneira que aconteceu com o Senador Demóstenes Torres....

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se V. Exª não deixar mais eu falar, eu me retiro deste plenário!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor tem direito a falar, mas respeite...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Aqui é uma democracia e ela tem de ser respeitada, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Nós não estamos numa ditadura, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor vai falar e eu...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, Presidente. Eu me retiro! Eu me retiro, Presidente! É preciso acabar com isso. Isso é uma miscelânea! Isso é uma avacalhação! Isso não é CPI! Mande-me ir embora, Presidente! Mande!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que o senhor volte para concluir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mande-me ir embora, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira/PT – SP) – Não, não mando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou embora!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor tem mandato de Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou embora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Conclua o seu tempo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não faço parte da ditadura que vocês querem implantar aqui. Tragam o Pagot para cá! Tragam o Pagot para cá! Mostrem que vocês têm coragem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo a fazer uso da palavra é o Deputado Domingos Sávio.

Deputado Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, vou aguardar, para que o senhor me garanta o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira/PT – SP) – Eu quero, Deputado Domingos Sávio, antes de dar o tempo a V. Exª, dar o tempo ao depoente.

Eu só quero lembrá-los, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Domingos Sávio, todos os Deputados e Deputadas, que, no dia em que o Deputado Silvio Costa se dirigiu de maneira agressiva ao Senador Demóstenes Torres, ele foi interrompido. Hoje o Senador Mário Couto, da mesma maneira, foi interrompido por mim.

A pessoa que vem aqui e se prontifica a depor tem de ser tratada com urbanidade. Se vier aqui com *habeas corpus*, com urbanidade, igualmente. Se vier na condição de réu, com urbanidade.

Então, eu, na Presidência desta Comissão, vou interromper quaisquer dos Parlamentares quando se excederem, e acho que ele se excedeu hoje na agressão – não no tom de voz, mas na agressão.

Antes de passar a palavra a V. Exª, vou passá-la ao Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Mário Couto cometeu um equívoco aqui. Eu nunca disse que não conhecia Gilberto Carvalho. Ele distorceu todas as coisas que eu disse. É só buscar as notas taquigráficas para provar isso. As críticas que eu fiz ao Gilberto não foram a pedido de Marconi Perillo. Eu as fiz por livre e espontânea vontade. Então, não há como querer mudar as coisas.

Eu lamento profundamente que o posicionamento feito por ele em relação a mim tenha sido feito pela mesma régua que ele me condenou que eu medi o Gilberto. Ele também me mediu. Ele não me conhece. Não sabe quem eu sou. Não sabe da minha história, da minha luta. Vem aqui para agredir e fazer esse tipo de discurso, como se isso fosse me colocar na vala dos que nada valem?

Ora, é profundamente lamentável que isso tenha acontecido, porque, afinal de contas, nós somos cidadãos adultos, bem informados, bem educados e estamos aqui participando de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem seriedade e responsabilidade para lidar com assunto importantíssimo como este, que é o envolvimento da contravenção e das empreiteiras dentro do processo político-eleitoral. Então, nós precisamos tratar as coisas aqui com seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu, sinceramente, lamento profundamente que isso tenha acontecido. Peço até desculpas ao senhor, Deputado, por estar atrasando a sua participação no nosso encontro de hoje, mas é profundamente lamentável que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, então, a palavra, para o seu tempo regimental, para o ilustre Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu manterei a calma de sempre. Mas entendo que cada Parlamentar tem não só a sua natureza, mas a sua linha ideológica, e eu não tenho nenhuma dúvida de que o Senador Mário Couto, que acabou de se manifestar, alterou muito mais o tom de voz, que é do seu estilo, da sua natureza. Em todas as reuniões de que participei, eu observo isso.

E, se verificar as notas taquigráficas, o que mais pode ter suscitado da parte de V. Exª, que eu respeito muito, foi a indagação que ele fazia, questionando a moral. Isso, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só responder. O advogado me pediu...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu quero até dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O advogado me pediu naquele momento, porque ele atacou a moral do depoente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, o advogado pediu respeito à moral do depoente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu queria, Sr. Presidente, se o senhor puder computar esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só apenas responder.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente, porque é importante a linha de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver. Só um minutinho.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer o seguinte: durante o depoimento, o advogado se deslocou até aqui e disse: ele atacou a moral do meu constituído. Portanto, naquele momento, eu intervim. Da mesma maneira que houve uma intervenção do Presidente efetivo Vital do Rêgo Filho quando aconteceu em relação ao Senador Demóstenes Torres. Foi nesse momento que eu agi, por provocação do advogado. E agi também em relação ao depoente, por provocação do Senador Pedro Taques. O Senador Pedro Taques disse que o depoente, em algum momento, teria desrespeitado alguns dos Srs. Parlamentares. Eu, então, agi com o depoente e o adverti de que ele não poderia fazê-lo. E, dessa feita, o fiz com relação ao Senador Mário Couto, que ofendera a moral do depoente.

Nós aqui temos que nos dar ao respeito, e o jeito de nos dar ao respeito é exigindo respeito aos Parlamentares, mas também aos depoentes.

Vou devolver o tempo integral a V. Exª, mas V. Exª me deu oportunidade de dizer das razões que eu agi daquela maneira.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente Paulo Teixeira, eu reitero com clareza o respeito que tenho por V. Exª e não tenho dúvida de que a sua iniciativa foi revestida da melhor das intenções. Mas eu o faço essa observação – é bom que o advogado esteja me ouvindo –, porque eu não aceitarei nenhuma intervenção no raciocínio que quero desenvolver, e o raciocínio respeitoso. Porém, nós estamos diante de um depoente que é testemunha. No meu entendimento, o Senador Mauro Couto questionava, levantava o questionamento de até que ponto ele pode emprestar absoluta confiabilidade ao depoimento dessa testemunha.

Isso é importante, porque estamos aqui como juízes. A Constituição nos delegou isso. É bom que quem está no acompanhando tenha esse cuidado de refletir, porque a urbanidade é necessária, o respeito

é necessário. Mas não posso partir do princípio de que tudo que o depoente falar aqui é verdade, como também não posso partir do princípio de que tudo que ele falar é mentira. Tenho o dever de refletir sobre isso, de analisar, porque senão poderemos ser levados a um julgamento equivocado ao final.

Inicio, perguntando ao depoente, de forma breve, até porque já tenho informações. Estamos aqui numa luta. Tenho de estar no plenário. Votamos matérias importantes hoje, de manhã, voltei, mas estudei o assunto, estou interessado em saber a verdade.

Sei que o depoente, V. Sª, é um profissional da comunicação. Sei que V. Sª trabalha com isso, há muito tempo, e V. Sª já disse aqui que já fez, inclusive, várias campanhas, não é verdade? Só isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Exato. Correto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – V. Sª, sendo um profissional da comunicação e um profissional com boa formação, pelo que aqui vi, um profissional contratado para várias campanhas, imagino que não tenha, no seu trabalho, uma preferência de natureza partidária. Não sei nem se tem filiação partidária. Teria?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fui filiado ao PSDB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Foi, mas não é?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Já há algum tempo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já há algum tempo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Já não o é, há algum tempo. Para mim é importante saber o seguinte: o senhor trabalha numa campanha como profissional, é isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Correto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Mas na campanha...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou colocando isso e não o estou ofendendo. Estou investigando. O Ministro Márcio Thomaz Bastos esteve aqui, ao lado do Cachoeira. Nós o respeitamos. Dizem que ele está recebendo 15 milhões. Era Ministro da Justiça. Ele não passa a ser alguém conivente com o crime, porque defende alguém que está acusado de crime. Está certo?

Então, o senhor é um profissional de comunicação. O senhor trabalha com comunicação. Aliás, o senhor mesmo disse que fez aqui as campanhas ou algumas do Demóstenes. Quais as campanhas que fez do Demóstenes? Do Senador Demóstenes, até que se conclua, mas hoje ainda Senador Demóstenes. Quais campanhas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 2002 e 2010.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 2002 e 2010. Portanto, o senhor já fez campanhas para o Demóstenes e fez também em outros Estados. O senhor já fez outras campanhas?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já fiz outras campanhas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Para quem? O senhor já fez alguma campanha para Governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fiz campanha no Tocantins, para governador.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Para governador?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para governador.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Em que ano? Pode dizer?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – De 1990 e 1994.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 1990 e 1994. Pois bem, em 2006, o senhor fez campanha também para governador, teve algum posicionamento?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu, desde 1998, sou...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Quanto à de 2006 perguntei ao senhor.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Pois é.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não. Eu queria saber de 2006.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiz a campanha do Sr. Marconi Perillo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E fez campanha, apoiou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O governador, o Sr. Alcides Rodrigues, que era o parceiro dele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim. Em 2006. Durantes essas campanhas, o senhor recebeu por elas. O senhor declarou no Imposto de Renda, emitiu recibo próprio, constituiu uma empresa? O senhor tem uma empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não constituí empresa, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não constituiu? Nunca?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Há muitos anos, praticamente, pelo que estou vendo, há duas décadas, o senhor...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu já tive empresa, mas não tenho mais.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor não constituiu empresa?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor, então, não declarou os valores. O senhor se lembra dos valores que recebeu? O senhor tem ideia desses valores?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Quais campanhas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Bem, vamos por ordem. O senhor falou que teve um contrato...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não me lembro de valor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De nenhum valor?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 2006, que não está tão longe.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Dois mil e seis não está tão longe.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De quem pagou ao senhor, 2002.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Todas as campanhas que fiz com o Sr. Marconi Perillo eu acertei com ele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor declarou?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu acertei com ele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor declarou? Com o Senador... O senhor fez duas campanhas para o Senador. O senhor declarou? O senhor recebeu pela campanha de 2002? O senhor fez de graça ou recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, eu recebi pela campanha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Recebeu pela campanha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu já disse isso aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor já disse que recebeu. Quanto o senhor recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não me lembro quanto recebi.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor não se lembra de quanto recebeu? Nem faz ideia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não. Não faço, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não? Bem, estou indagando, porque quero conhecer o grau de profissionalismo e quero ter convicção. Nós estamos diante de situações, é bom que todos que estejam acompanhando saibam o seguinte: nós temos situações, que são a palavra do senhor e a palavra do Governador.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Então, o senhor não se lembra de quanto ganhou para fazer as campanhas. O senhor se lembra de alguma que tenha declarado no Imposto de Renda, de quanto recebeu por ela?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Olha, vou dizer uma coisa para o senhor. As campanhas eleitorais...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, estou perguntando objetivamente, quero respostas objetivas. O senhor se lembra de alguma que declarou no Imposto de Renda, de quanto recebeu?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu declarei... Algumas campanhas eu declarei...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Qual?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – ... algumas campanhas não declarei.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Qual o senhor declarou e quanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não me lembro, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não se lembra.

Pois bem, o senhor se lembra agora de uma campanha e o senhor chega a diz que foi contratado por R$150 mil. O senhor tem um contrato ou não tem? O senhor diz que tem uma anotação no papel e que essa anotação no papel ...o senhor, inclusive numa entrevista que tenho aqui comigo, disse que parece que ele escreveu com a mãozinha esquerda, uma coisa desse tipo. Pelo menos é a imprensa que está dizendo e eu não vou me alongar.

O que me faz refletir, Sr. Presidente – o nosso tempo é curto e eu ainda terei uma pergunta para fazer –, antes que esgote meu tempo, eu preciso fazer uma reflexão, sim, sobre isso. Nós nos deparamos com uma situação em que quem vem aqui e acusa sem prova e faz de maneira veemente, quando perguntado sobre as diversas campanhas que fez não lembra do valor que recebeu de nenhuma, mas dessa lembra que combinou R$150 mil, mas sem contrato e ninguém ficou sabendo; foi lá num lugar, recebeu um dinheiro que saiu de dentro de uma geladeira ou de um *freezer*, R$40 mil – um volume razoável, ninguém viu. O senhor recebeu esses R$40 mil; quando o senhor saiu de lá, o senhor depositou ele na sua conta bancária?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não? Seria uma...eu estou ajudando o senhor a provar para

me convencer de que é verdade. O senhor ia me dar o caminho do dinheiro. Quarenta mil não é tão pouco dinheiro!

O senhor, no mesmo dia, usou esse dinheiro ou depositou ou guarda em casa R$40 mil?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu tenho contas para pagar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu queria dizer o seguinte, Sr. Presidente... então, eu vou fazer mais uma pergunta ao senhor. O senhor... quando foi depositado esse cheque que o senhor disse que lhe incomodou tanto na sua conta, da conta da sua filha? Foi no ano passado, em abril de 2011?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Foi no ano passado, em abril ou em maio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Está bom. Deixa eu perguntar uma coisa para o senhor. No ano passado, em abril de 2011, ou lá pelo início do ano passado, o senhor tinha conhecimento de que o Carlinhos Cachoeira comandava a Polícia Civil, a Polícia Militar de Goiás, que ele era o homem poderoso que comandava esse esquema?

O senhor tinha conhecimento disso, Sr. Bordoni?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Como é que o senhor chega aqui e diz – e agora eu vou bater na mesa, como o Senador fez e agora eu estou falando e o senhor me ouça – que não tinha o menor cabimento alguém dizer que o senhor achacou o homem poderoso que comanda a Polícia Militar e Civil. Como é que poderia o senhor tê-lo chantageado para se defender pela acusação feita pela esposa dele. Dito pela imprensa que ele estava reclamando que o senhor o estava achincalhando, o chantageando.

O senhor disse aqui, com todas as letras, mais de uma vez, e usou de expressões no mesmo tom que eu estou usando, para convencer quem assiste.

Agora, eu estou usando o mesmo tom para retratar o que está na nota taquigráfica, não é para convencer, não.

O senhor disse: "Como poderia eu chantagear alguém que comanda a Polícia Civil e a Polícia Militar?" Ora, se o episódio se deu em 2011, se o senhor foi acusado de que teria – eu não estou dizendo que chantageou – chantageado, lá em 2011, e que o depósito era para fazer com que o senhor se calasse. Aí o senhor vem e diz em sua defesa: "Ora, como eu poderia ter chantageado o comandante da Polícia Militar..."

E agora eu pergunto: o senhor sabia que ele era o comandante? O senhor disse que não sabia. Ora, arrumasse outra defesa, porque essa aí veio de forma absolutamente inconsistente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: é um profissional competente, ninguém o achincalhou e eu vi colegas aqui dizerem que nós estamos querendo desqualificar o profissional de comunicação, que nós estamos querendo desqualificar o Sr. Bordoni. Não! Eu o acho extremamente competente, agora o que me deixa preocupado é se ele está falando a verdade ou mentira.]

Eu assisti agora um filme documentário biográfico – passou há poucos dias –, chama-se A Defesa, e concluo com isto: A Defesa conta a história de um jovem, nos Estados Unidos, me parece, ou algum país aqui próximo, que foi condenado à prisão perpétua, foi acusado por sua ex-mulher, num júri como este, de que ele havia dito que tinha matado uma determinada mulher de uma forma bárbara. Ele disse que não. A irmã dele foi fazer o curso de direito porque não tinha como defendê-lo e, depois de 15 anos, provou que as testemunhas haviam mentido – mentido! – em dizer que ele tinha matado alguém. E depois de 15 anos ou mais na prisão, provou-se por DNA, surgiram as provas de DNA, que provaram que a testemunha tinha mentido para fazer com que alguém pagasse por um crime que não cometeu.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Portanto, quando nós queremos questioná-lo, Sr. Bordoni, é porque não há consistência no que o senhor fala. E para mim não há coerência nenhuma acreditar em uma testemunha que vem a esta Casa sem consistência, acusa de maneira veemente e acaba provando contra si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para conclusão de V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Portanto, vou concluir sem fazer nenhuma pergunta a ele no final. Às que fiz ele já me respondeu e também não o estou acusando. Estou apenas dizendo que, para que haja convencimento da minha parte sobre o testemunho que ele veio trazer acusando o Governador Marconi Perillo, muito tem que ser investigado, sobretudo o que ele falou aqui até este momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O penúltimo para fazer uso da palavra é o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Depoente, Luiz Bordoni; caros colegas da CPI; eu queria, primeiro, pedir ponderação a uma questão que os Deputados da oposição que costumam politizar ao extremo o debate nesta CPI – inclusive alguns querendo trazer aqui a Presidente

Dilma –, para ter a mesma ponderação quando pensam ou quando inquirem uma testemunha.

É claro que a testemunha não é a melhor das provas. Isso vale para o Sr. Bordoni, isso vale para todos que já falaram aqui.

O que o Sr. Bordoni falou e que o nosso Relator precisa tomar cuidado e investigar e que aí – me desculpe, Deputado – há muitos indícios do envolvimento do Sr. Perillo. O Sr. Bordoni é um profissional e não trabalhou de graça. O Sr. Bordoni, certamente, numa campanha de Governador, não cobrou apenas R$30 mil para fazer a campanha, porque nós sabemos quanto custa uma campanha de governador, a sua parte de comunicação. E um profissional de comunicação, por mais doação que ele queira fazer, é cara. Pode ser até que tenha sido mais de R$150 mil e que o Sr. Bordoni esteja escondendo partes.

Eu estou concordando com V. Exª quando diz que temos que ter cuidado quando um chega a ouvir tal coisa e falo: "Vale para o Sr. Bordoni?" Mas vale para outros quando vêm acusar esse ou aquele governador que V. Exas. gostariam de incriminar e que não estão em questão.

Agora, o que disse o Sr. Bordoni? O Sr. Bordoni disse o seguinte: "Recebi do Governador Perillo uma parte do meu trabalho na campanha em espécie no palácio. Segundo, o que faltou eu recebi de uma empresa x, que era uma empresa de comunicação, e outra parte, dei a conta da minha filha e foi depositado."

Só nos interessa aqui não o crime de campanha que o Sr. Perillo cometeu, porque se fosse só o crime de campanha não é mérito desta CPI – e tenho lutado aqui e o Relator tem tido uma postura muito firme para ter foco a CPI na organização criminosa. Por que o depoimento do Sr. Bordoni é importante? Porque uma parte do pagamento da campanha do Governador Perillo, pelo que relata o Sr. Bordoni e nós precisamos investigar – aí entra a parte da inteligência, de ver os dados, quando saiu o dinheiro, quando entrou – foi paga por uma organização criminosa. Se uma parte da campanha do Governador Perillo foi paga pela organização criminosa, é mérito de avaliação desta CPI. E o Sr. Perillo tem que ser responsabilizado por uma parte da sua campanha ter sido paga pela organização criminosa.

Quando nós falamos do governo do Governador Marconi Perillo, nós não estamos falando do PSDB. Eu não acho que o PSDB, como partido, tenha discutido, ou tenha responsabilidade ou relação com organização criminosa. Mas, cada dia que passa, a evidência do envolvimento do Governo do Sr. Perillo, do Governador Perillo, que é do PSDB, com a organização criminosa aumenta.

V. Sª aqui deu informações importantes e a parte que eu acho que mais interessa para nós é essa interação entre o Governo de Goiás e a organização criminosa, porque essa organização controlava a parte de transporte de obras, controlava boa parte da Polícia Militar, boa parte da Polícia Civil e, hoje, há a denúncia concreta que precisa ser confirmada de pagamento de uma parte da campanha do Governador pela organização criminosa. A testemunha, o Sr. Bordoni, fez um pedido à CPI, Sr. Relator, que quebrasse o sigilo telefônico dele e o sigilo bancário dele e da sua filha.

Eu não sou favorável a nós sairmos fazendo devassa.

A Pantoja faz parte de uma organização criminosa, mas, em muitas das compras que a Pantoja fez, o vendedor da ponta pode não ter culpa. Eu soube que foram comprados alguns carros de concessionárias. Não conheço uma concessionária de Goiás, mas os donos dessas concessionárias podem não ter culpa alguma. Não há por que quebrar o sigilo do dono da concessionária, como, a rigor, não teria por que quebrar o sigilo do Sr. Bordoni. Ele pediu na CPI. Então, acho que devemos avaliar se não é o caso para criar esse nexo.

O fato de o Sr. Bordoni não saber quem era o Sr. Carlos Cachoeira com antecedência, isso é absolutamente natural. Eu acho que V. Sª deu uma informação importante à CPI quando disse "*Eu não chantageei o Carlos Cachoeira*". Independente de ele ser forte ou não. Ele poderia ser até mais fraco do que era na época. Agora, não. Agora, está muito fraco, porque está preso, e vai ser certamente condenado. Essa organização será desmantelada.

Mas, se V. Sª o tivesse chantageado, teria aparecido nas fitas, porque nós temos 30 mil horas de gravação – não é isso, Relator?. Não é possível que alguém estivesse chantageando alguém. Já apareceu nessas fitas uma série de questões, e não apareceu a chantagem de V. Sª.

Então, V. Sª faz uma denúncia concreta em relação ao Governador.

O que tiver de repercussão fiscal para V. Sª é outro assunto. Não é assunto aqui desta CPI, mas o fato é que uma parte da campanha do Governador foi feita por caixa dois e paga pela organização criminosa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, e colegas aqui da CPI, eu acho que hoje, nesta oitiva demorada, esta CPI dá mais um passo na investigação, na avaliação. E hoje não teve inclusive uma cobertura diligente de muitos jornalistas que comumente fazem essa cobertura, pelo Twitter, pelas redes sociais. Mas não interessa a repercussão para fora. O que interessa para nós é a qualidade dos dados, o aprofundamento

da investigação. Nós vamos ter muito tempo para fazer o cruzamento de dados.

Acho que o relator, com as perguntas que fez sobre data... É importante V. Sª se lembrar exatamente quando recebeu esse dinheiro, porque o relator tem datas de circulação de dinheiro também neste momento. Outras pessoas disseram que levaram dinheiro ao palácio. Então, a depender da data, cria-se um nexo. Então, é importante V. Sª expressar, com mais segurança, a data em que recebeu em dinheiro do Sr. Perillo: os R$40 mil.

Em relação aos cheques, vamos ter como ver com as quebras de sigilo, mas a data em que V. Sª recebeu, quando recebeu os R$40 mil em dinheiro, no palácio, das mãos do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o depoente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Entre a convenção do partido, em junho, e o início da campanha.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Entre junho...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – E o início da campanha. A campanha é em agosto. Por aí, foi entre julho e começo de agosto.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Entre junho e 15 de julho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixieira. PT – SP) – Eu vou aguardar a vinda do Deputado Carlos Sampaio, ainda que sua ausência pudesse permitir que eu já encerrasse a reunião, mas eu vou aguardá-lo porque ele aguardou por tanto tempo Espero que ele possa fazer uso da palavra agora.

Amanhã, teremos reunião da CPMI às 10h15. Todos estão convidados. Às 10h15.

O Deputado Cândido Vaccarezza falou que certas informações estão nas fitas. Que fitas são essas, Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Nas gravações, nos autos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É porque fitas me parecem que já não são mais usadas.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não. É que eu sou de uma outra geração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que o Deputado Odair Cunha, mais moço, me perguntou do que se tratava.

O SR. MIRO TEIXEIRA (DPT – RJ) – Aproveitando, enquanto aguardamos, pedi à Consultoria para ver, a propósito desse dever no tratamento das testemunhas, o que está decidido no *Habeas Corpus* 71.231, Relator: Ministro Carlos Mário Velloso, para ver se *in fine* aqui no resumo quando fala, como o autor disse: direitos decorrentes do seu *status* sobre a testemunha (...) sujeitos os que se excederem ao crime de abuso de autoridade; no caso, os membros da CPI. E aí acrescento eu: precisamos saber também, se o Presidente não intervier, se ele não passa a ser cúmplice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Eu até agradeço a V. Exª por esta contribuição e vou solicitar ao Presidente efetivo que possa na reunião de amanhã ler essa decisão do Supremo Tribunal Federal...

O SR. MIRO TEIXEIRA (DPT – RJ) – Pediria que a Consultoria até visse, isso aqui é aplicado a uma espécie. Quer dizer que não é propriamente essa; é sobre Comissão Parlamentar de Inquérito, mas é sobre a testemunha que está sob sigilo profissional. Eu creio que esse conceito aqui é aplicável a tudo. Mas aí é o que eu creio. Se a nossa Consultoria puder entrar nesse *habeas corpus*, pegar sua íntegra e trazer depois para cá a informação, acho que vamos entrar naquela linha de não inovar, de fazer aquilo que já é a praxe no tratamento do Poder Judiciário, que aqui temos essa função. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Solicito, então, à assessoria da Presidência que providencie o inteiro teor dessa decisão do Supremo Tribunal Federal.

Vou passar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, por dez minutos e vou acrescer a esse tempo dois minutos da questão de ordem que foi adiada para o final...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É o art. 14, Sr. Presidente. São cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o art. 14, regimental.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Peço só que V. Exª registre, ao final, a utilização do meu tempo como líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ao final do tempo, como líder.

Então, vou passar quinze minutos para o Deputado Carlos Sampaio e, depois, cinco minutos ao Deputado Bruno Araújo, e devolvo a palavra ao Relator, para o encerramento desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP. *Fora do microfone.*) – Quero me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Reinscrevo o Deputado Vaccarezza.

Deputado Carlos Sampaio, por quinze minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço a deferência de V. Exª de me aguardar.

Eu começaria minha fala, dirigindo-me educadamente, como sempre, ao Deputado Vaccarezza, uma vez que ele fez considerações sobre o PSDB, a postura do PSDB. Na verdade, o PSDB tem buscado nesta CPI, propondo a criação de subrelatorias, dando contribuições com o próprio Presidente e procurado aclarar as coisas, evitando um direcionamento. Tem procurado, efetivamente, fazer com que as investigações tomem a dimensão que têm que ter. E, ao invés de ouvirmos o decorador e um desafeto do Governador Marconi Perillo, pudéssemos ouvir o Sr. Fernando Cavendish. Mas entendo o Deputado Vaccarezza, porque V. Sª não é nosso e nós não somos seus. Que o vernáculo me perdoe. Mas o depoente afirmou aqui que não foi condenado. Quando fui falar e fiz algumas considerações, ele falou assim: "Deputado, eu nunca fui condenado".

Eu gostaria que ele confirmasse aqui se ele já foi ou não condenado, de forma muito objetiva.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Nos processos que o senhor citou eu não fui condenado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas o senhor já foi condenado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já fui condenado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O. k. É que eu achei que havia uma incongruência na fala de V. Sª, quando V. Sª disse assim: "Eu nunca fui condenado", e, em seguida disse "Deputado, eu deposito tudo que eu recebo na conta da minha filha porque, se depositar na minha conta, a Justiça vai, bloqueia e pega todo meu dinheiro". Isso é fato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O senhor ouviu? Eu falei isso aqui. Falei sim senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado.

V. Sª passa para todos nós uma impressão de que omite bens da Justiça e o fala com tranquilidade. Vem aqui e diz: "Eu deixo de depositar na minha conta, porque senão a Justiça pega e deposito na conta da minha filha para não ter esse dinheiro resgatado, sequestrado pela Justiça". Eu entendi bem, não é? É isso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu disse que deposito dinheiro na conta da minha filha porque...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O que o senhor disse, está nas notas taquigráficas.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tudo bem, está explicado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É que quando V. Sª disse que vai proteger sua filha, eu quero que V. Sª saiba que hoje a tornou cúmplice do crime contra a ordem tributária, porque o senhor se valeu de uma conta dela para ludibriar o Fisco e a Justiça. Aliás, existe crime também com relação à execução de ordem da Justiça.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está declarado. A declaração de renda dela está aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não tem declaração de Imposto de Renda com relação a isso. V. Sª já demonstrou hoje aqui que só fez declaração depois que veio à luz todo o episódio. Aliás, uma pergunta que me ocorreu agora. V. Sª disse aqui *en passant* ao Deputado Domingos Sávio que não depositou os R$40 mil na sua conta porque, na época, o senhor tinha contas para pagar. É isso mesmo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Tenho contas, todos nós temos contas para pagar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Todos nós. Talvez por isso mesmo o senhor não tenha recolhido o que o senhor devia ao Fisco. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Talvez.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Talvez. E hoje o senhor vem aqui dizer que o senhor recolheu ao Fisco. O senhor teve ajuda de alguém para recolher ao Fisco ou agora o senhor tem dinheiro para pagar ao Fisco?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, não tenho dinheiro para pagar ao Fisco não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E como o fez? O senhor levantou aqui e disse: "Está aqui, estou pagando ao Fisco!"

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Está aqui, ué.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas, se o senhor não tem dinheiro para pagar o Fisco, pagou como?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu paguei ao Fisco parceladamente. Os R$12 mil de Imposto de Renda estão sendo pagos aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ah, parceladamente.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Parceladamente, é o que eu posso pagar. Então, agora o senhor tem condições de pagar.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – É.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor omitiu recursos do Fisco, já foi dito aqui, escondeu bens da Justiça, já foi dito aqui, aliás, confessado por V. Sª.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não escondi bens "nenhum" não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Quando eu fizer pergunta a V. Sª, V. Sª responda.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Desculpa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Antes disso, não me interpele, por gentileza.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Desculpa, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu estou comunicando à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para dizer que os últimos cinco minutos serão para a questão de ordem, os últimos cinco minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito, perfeito.

Quero apenas comunicar à Presidência que já fiz dois requerimentos. O primeiro, que fosse comunicado à Justiça Federal, à Justiça Estadual e ao Fisco, tendo em vista que ele reconheceu que é crime praticado contra a ordem tributária por parte dele da filha dele. E fiz um outro requerimento específico, que também se comunicasse à Justiça que tudo que ela tem para recolher do que é devido à Justiça, que ela se valha, a partir de agora, da conta da filha. Então, este requerimento é para que a Justiça seja comunicada que o artifício, o ardil para ludibriar o Fisco e a Justiça utilizado pelo depoente tem sido justamente a conta da filha. Então, é importante que a fraude em execução – aliás, seu advogado está aqui e sabe disso – fraude em execução é crime. Ele responderá também por esse crime do qual vamos requerer a instauração do inquérito competente.

V. Sª aqui hoje se lembrou de detalhes, demonstrou ter uma memória fértil. V. Sª disse: "Lá tinha um biombo, lá tinha um frigobar, tirou os 40 mil de dentro do frigobar", 2012, V. Sª faz campanha... Em 2010 isso. V. Sª faz campanha desde 1988. Vamos retroceder. Em 2010. Em 2008, quanto o senhor recebeu para fazer a campanha dentro dessa sua capacidade reflexiva de se lembrar das coisas? Em 2008, está bem próximo, quanto V. Sª recebeu para fazer a campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em 2008?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Isso.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Fiz campanha de 2006, 2010.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não fez para ninguém nesse ínterim?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É uma pergunta muito objetiva, de 2006 a 2010 o senhor fez alguma campanha?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu fiz campanha do Sandes Júnior para prefeito de Goiânia.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor recebeu quanto?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Recebi, na época, R$50 mil.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor declarou essa quantia?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não declarou também.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Não declarei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não declarou. Não recolheu. Está ótimo.

Deixe-me só desenvolver o raciocínio.

Em 2006, quando foi a campanha do Sr. Alcides, o senhor recebeu quanto para fazer a campanha do então governador Alcides?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Deputado, sinceramente, eu não me recordo, não, porque...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas do biombo da sala do Sr. Marconi...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Do biombo, é fácil de recordar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É fácil. É evidente. Ainda mais quando lhe convém.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Como?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ainda mais quando lhe convém. Foi essa a minha frase.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Ah.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor disse também aqui hoje que isso que o senhor está passando, que o Governador Marconi está submetendo o senhor, de forma vexatória, a essa execração pública, enfim, que o senhor nunca passou por isso antes. O senhor afirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Que eu já passei por isso?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Que o senhor nunca passou por nenhum fato vexatório na sua vida igual a esse?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Em termo de política, não, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sem ser em termos de política...

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já passei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor já passou por algum fato vexatório?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já passei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor já foi espancado por alguém?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Já fui, sim, senhor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já foi? O senhor pode nos dizer o motivo?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Isso é questão de foro íntimo. É particular. Não tem nada a ver com esta questão da CPMI.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor me desculpe. O senhor está aqui como testemunha.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Estou aqui como testemunha.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Tem obrigação de dizer a verdade.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Para depor sobre assuntos da CPMI, não sobre coisas particulares.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agora, o senhor diz isso.

Sr. Advogado, por gentileza, o senhor se dirija a ele. Ou baixo ou vá até ele. Eu estou falando.

O SR. ALEX ARAÚJO NEBER – O senhor me desculpe. Uma questão de ordem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está desculpado. Não existe questão de ordem para advogado. Peço que retorne os meus oito minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto. Eu vou devolver a palavra ao Deputado.

Deputado, a questão... Que ele responda... V. Exª pode ou não... Mas ele também tem juízo para dizer...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr; Presidente, me perdoe. A testemunha tem três deveres: de comparecer, de responder e de dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele está dizendo que a verdade... Ele está dizendo o seguinte, que o objeto da CPI, ele está respondendo no objeto da CPI.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não existe questão pessoal. A testemunha responde. Ela só pode se negar a responder aquilo que lhe traga qualquer problema com relação à imputação criminal contra ela. Eu perguntei se ele foi espancado. Ele respondeu que sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Eu vou devolver os sete minutos para V. Exª. E, aos cinco minutos, passa a se tornar o art. 14. Eu vou devolver os sete minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu pergunto novamente: o senhor foi espancado. Eu perguntei por qual razão o senhor foi espancado?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Isso é foro íntimo, Deputado. Eu não quero volver a essa situação, porque envolve pessoas que não estão presentes aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor falou de muitas pessoas que não estão presentes hoje.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu falei. Mas são pessoas que são responsáveis por seus atos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Justamente. A pessoa que o espancou não é responsável pelo ato?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – O que tem a ver com a história aqui?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Sª vem aqui hoje... Primeiro, que quem lhe diz o que devo perguntar ou não sou eu. V. Sª não me orienta aqui, muito menos seu defensor. Vamos por os pingos nos is. Os pingos nos is. Coloque-se no seu devido lugar. O senhor, como testemunha aqui hoje, responde a perguntas. O senhor não me diz o que eu devo fazer ou não. E a pergunta que eu lhe fiz tem a ver tudo com este procedimento, porque o que eu quero saber de V. Exª sobre quem lhe espancou e o porquê é porque o proceder de V. Sª, a postura de V. Sª interessa a esta CPI.

Houve algum desvio de conduta do senhor que pudesse justificar esse espancamento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, ele me...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só peço que restabeleça o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Seis minutos. Eu vou voltar para os seis minutos.

Ele me solicita algo que eu não sei ainda. Deixa eu... *(Pausa.)*

Olha, tanto o...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho uma objeção, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque, sobre a primeira parte, pagamento de imposto, eu vou deixar para falar depois, porque eu me reinscrevi. Agora, a questão de espancamento, nós temos um dispositivo no Código Penal, que diz que a ninguém é dado exercer, praticar as próprias razões. Ninguém pode fazer justiça com as próprias mãos. Por maior que seja, por mais hediondo que seja um ato, nós não podemos. E sabe V. Exª que eu não faço aqui nenhuma intervenção de reparo pessoal, mas, diante da situação que está sendo colocada, ser espancado não pode ser algo justificável. Praticou o quê? Praticou o quê? Porque aí justificaria, então, o espancamento?

Eu coloco essa objeção perante a Presidência.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Presidente entende que essa pergunta que foi formulada por V. Exª, ele foi vítima de um espancamento, não foi autor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª é quem está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso, segundo ele disse. E ele disse da objeção...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Ele não disse!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor, eu...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E eu me lembrei da íntegra do conceito: "A ninguém é dado exercer as próprias razões". Por maiores que sejam as razões, não pode fazer justiça com as próprias mãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer o seguinte: eu disse a todos aqui que ele... E eu pedi para interromper a fala do Deputado Carlos Sampaio, porque eu ouvi um recurso dele aqui, uma reclamação. E eu ouvi a reclamação do depoente e do seu advogado. Ambos disseram que ele não quer responder essa questão, tendo em vista que é uma questão de foro íntimo. Portanto, ele não tem desejo de fazê-lo. E eu entendo que cabe razão ao depoente em não responder essa questão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Princípio constitucional da inviolabilidade da intimidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Da intimidade. Portanto, eu peço a V. Exª que... Eu vou devolver aos sete minutos, sabendo que cinco minutos passa a ser art. 14, e essa pergunta, com toda a vênia, autorizo o depoente a não respondê-la.

Devolvo aos sete minutos para V. Exª, com essa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Vou devolver o tempo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A pergunta tem uma razão muito clara de ser: o princípio da inviolabilidade, até por ser do Ministério Público há 26 anos, eu tenho plena clareza dele; que efetivamente ninguém pode exercer, fazer o exercício das próprias razões, também tenho clareza disso. Nada tem a ver com a minha indagação a ponderação feita pelo Deputado Miro Teixeira – que me perdoe, com a devida vênia. Nada tem a ver.

Quando a pessoa tem uma postura que antecede a sua vida no que tange a vinda aqui para depor, é importante que saibamos o que ela efetivamente fez, como agiu, e se a sua postura, a sua retidão de caráter pode ou não ser questionada por nós, uma vez que ele está aqui como depoente.

V. Exª, Sr. Presidente – eu preciso fazer este registro –, e o Presidente que o antecedeu também permitiram que ele fizesse divagações e ilações das mais variadas ordens, a ponto de sugerir CPI que investigasse o irmão do Governador Marconi Perillo! Eu gostaria que V. Exª, nesse momento, falasse: "Sr. Depoente, o senhor está fugindo daquilo que é a sua missão aqui hoje".

Se V. Exª tivesse essa mesma postura equânime, correta e justa quando ele foi muito além daquilo que era o objeto da vinda dele aqui hoje, eu aceitaria sua colocação. Mas não foi isso que aconteceu. V. Exª me interpelou quando ele, em vez de falar ao telefone, sussurrou aos seus ouvidos.

Esta CPI é pública! O que ele quer dizer a V. Exª nós todos queremos saber o que ele disse. E V. Exª tem de criar este hábito aqui. Talvez por nunca ter presidido uma CPI. Não existe conversa ao pé de ouvido com um Presidente de CPI! Tudo é público, tudo é transparente, Sr. Presidente!

A testemunha, condenada a doze anos, que omite seus bens da Justiça...

Sr. Presidente, deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Art. 14 agora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...que omite os bens da Justiça, que efetivamente vem aqui hoje e declara, tendo sua filha como cúmplice, que praticou crime tributário, essa pessoa não tem qualificação para ficar por uma hora e quinze falando: quinze minutos da sua atividade, uma hora do que ele achava que esta CPI deveria investigar.

A sua história de vida não é qualificadora da posição dele aqui hoje! Não é! E, quando fiz aquela pergunta, tinha um objetivo, sim: saber se o proceder dele o qualifica!

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI (*Fora do microfone*.) – A minha história de vida o senhor viu pela...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É um direito que eu tenho, como juiz de fato! É um direito que me assiste.

O senhor disse hoje aqui, Sr. Depoente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio, apenas para lhe dizer que, nestes minutos que lhe restam, o senhor não pode mais fazer perguntas ao depoente. O senhor tem agora um saldo de cinco minutos....

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, me permite, eu respondi a V. Exª, é a última pergunta minha, e depois eu terei os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O saldo do senhor de cinco minutos agora é para o art. 14.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Uma última pergunta, e entro no art. 14, porque eu estava, na verdade, conversando com V. Exª sobre a postura de V. Exª procedimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou responder a V. Exª, então. Então, vou devolver cinco minutos, e vou responder. Só um minutinho.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para dizer a V. Exª de outros depoentes que

vieram aqui. Por exemplo, o Governador de Brasília, quando indagado das questões de relação com a organização do Sr. Carlos Cachoeira, indicou que a investigação deveria se dirigir a outro Estado. O Governador Marconi Perillo, quando indagado das relações com o Sr. Carlos Cachoeira, indicou que as investigações deveriam ir para outro plano, naquele momento, o plano nacional. Assim, se qualquer dos depoentes explicitar alguma versão sua, desejo, em relação à investigação, na nossa opinião, por isonomia, poderá fazê-lo. Então, não há, da nossa parte, nem deste Presidente, nem do Presidente efetivo, qualquer parcialidade durante os depoimentos. Só quero dizer isso a V. Exª, porque estou tranquilo de nossa imparcialidade. Vou devolver os cinco minutos, vou devolver seis minutos. Um minuto para pergunta, e cinco para o art. 14.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O depoente disse aqui, hoje, que o Sr. Carlos Cachoeira era conhecido como um empresário de jogos. Eu pergunto se ele também era conhecido como um empresário da área de laboratório, da área de remédios. Essa é a pergunta que eu faço.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Eu não sei das atividades do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu fiz uma pergunta ao senhor, e o senhor disse que ele tinha uma atividade empresarial que era ligada – o senhor disse aqui hoje – a jogos, mas lícitos, e que ele era conhecido como um empresário. Depois da operação é que ele veio a ser conhecido como um contraventor e chefe de uma organização criminosa.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Correto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor reafirma isso?

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Reafirmo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou grato pela resposta. Utilizarei meus cinco minutos para falar com V. Exª.

Sr. Presidente, às vezes, volto a dizer, assusta-me a postura de V. Exª. Por vezes, o Relator age de forma direcionada. Por vezes, V. Exª age de uma forma que vai de encontro e não ao encontro daquilo que deve ser o princípio que deve nortear esta CPMI. V. Exª, hoje, quase exerceu a advocacia do depoente ao dizer que o Governador Marconi veio aqui e disse isto. O Governador me perdoe, em ambos os casos, não tem absolutamente nada a ver com a hipótese ocorrida aqui hoje. O Senador Vital nunca teve qualquer problema com relação a garantir o respeito a esta Comissão. Quando houve achincalhe por parte do depoente a uma resposta do Senador Alvaro Dias, V. Exª quedou-se inerte, não fez absolutamente nada. Depois que o Senador Pedro Taques disse da vergonha a que estávamos submetendo-nos, V. Exª tomou a decisão de advertir a testemunha de que ela não podia efetivamente responder ou atacar os Deputados e Senadores. Mas não é só. Enquanto ele abordava, em algumas respostas, temas, repito, que nada têm a ver com esta CPMI, com o escopo da nossa investigação, com o objetivo desta CPMI, nada tinha a ver, V. Exª, em momento algum, intercedeu para dizer: o senhor está fugindo do tema central. E a primeira vez que ele se viu acuado por mim, literalmente acuado, para não dizer desconcertado, ele utilizou a favor dele: mas o senhor está fugindo do escopo da CPMI. Ou seja, V. Exª não faz aquilo que ele faz.

Não está correto. Não está correto. A cada dia mais fico decepcionado com esta CPMI. Não está correto. Não acho correto esse proceder. Não acho que vamos chegar a lugar algum. Não acho que testemunhas virão aqui para falar qualquer coisa que seja útil a esta CPMI, porque as pessoas arroladas têm o objetivo de prejudicar o Governador Marconi. V. Exªs não conseguem isso, arrolam novas testemunhas para outra semana, também no mesmo intuito, e assim vai. Enquanto V. Exªs não pararem com essa persecução, com esse instinto persecutório absoluto que têm com relação ao Governador Marconi Perillo, não vamos chegar a lugar algum.

Documentação não veio do banco? É natural. Documentação apreendida na casa do Sr. Aprizio não vem aos autos, é compreensível. Bancos enviam dados pela metade, tudo é compreensível. E nós ficamos aqui a ouvir testemunhas até quando, talvez, o Relator e mais alguns integrantes de seu partido se sintam saciados na sua vontade de perseguir o Governador Marconi Perillo.

Esta não é uma CPI, desculpem-me a sinceridade, séria na investigação, não é uma CPI séria na investigação. Não percebo aqui a vontade abrangente de apurarmos todos os fatos; não me sinto à vontade, permaneço aqui como membro titular, porque é a missão que me foi dada e eu sei o múnus que me cabe como Parlamentar. É a primeira CPI que, volto a dizer, começo a me envergonhar de integrá-la – zero de capacidade investigatória; zero de lógica investigativa; tudo de nuance política. Isto não é uma CPI que o Brasil mereça assistir.

As outras, Presidente Delcídio, Presidente Biscaia, do PT, todas elas tiveram sub-relatorias, todas elas avançaram. Não havia um centralizador único de todas as informações, como hoje é o Deputado Odair Cunha. É o único que recebe as informações, as detém, pega os disquetes, busca, traz. Nós colocamos alguns assessores dentro da sala, alguns não, um dentro da sala para analisar tudo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele leva todos os dados para onde bem entender e analisa com um grupo de delegados, talvez até assistido por promotores, por advogados, aonde bem lhe convier – duvido que ele peça a um delegado federal ou a um promotor para ir à salinha que nós vamos. Duvido. Pode ficar tranquilo, Dirceu, pode ficar tranqüilo. Dirceu, não precisa se manifestar enquanto eu estou falando. *(Pausa.)*

Mas eu ouvi você falando.

Eu estou dizendo isso porque é uma realidade, e nós precisamos mudar essa realidade. Ou o Brasil começa a acreditar nesta CPI, ou nós vamos passar aqui mais cem dias discutindo política partidária. É uma vergonha para a CPI, é uma vergonha para o País.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o meu registro: ou nós temos uma lógica investigativa e passamos, daqui por diante, a ter uma investigação séria, onde se traga Luiz Pagot, onde se traga Fernando Cavendish, onde se quebre sigilos pessoais desses empresários ou desses agentes políticos, ou não chegaremos a lugar nenhum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero responder à questão de V. Exª, Deputado Carlos Sampaio, eu que conheço V. Exª há cerca de 17 anos, 17 anos, desde 1995, quando ambos éramos Deputados Estaduais em São Paulo, e sempre cultivei por V. Exª admiração, amizade pessoal e creio que a recíproca foi a mesma.

Hoje eu defendi aqui a condução do Presidente efetivo, e foi ele que presidiu aqui, com imparcialidade, o momento do depoimento do Sr. Luiz Carlos Bordoni, não fui eu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, eu digo o seguinte... Não, não, todo o depoimento dele não fui eu quem presidiu, embora, na minha opinião, o Presidente efetivo tenha feito com maior imparcialidade possível.

Eu tive dois momentos de depoimentos em que os depoentes e o advogado, eles pediram, recorreram em relação às perguntas. Não foi por atuação da Presidência; o advogado e o depoente, por dois momentos, um quando falava o Sr. Mário Couto e outro quando V. Exª falava, não fui eu que intervim. Eles recorreram das perguntas, e coube a mim decidir pelo recurso, inclusive com a intervenção do Deputado Miro Teixeira, trazendo a base jurídica a essas intervenções.

Quando o Plenário reagiu a alguma brincadeira ou à ofensa que o depoente fizera a alguns dos Srs. Parlamentares, o Senador Pedro Taques me pediu para admoestar o depoente. Eu o fiz, e ele pediu desculpas aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados e Parlamentares.

A questão da linha da CPI tem como objeto uma organização criminosa, o seu *modus operandi* e seus vínculos, e quem decide e quem aprova todos os requerimentos é o colegiado desta CPI. Assim, eu creio que esta CPI está cumprindo a sua finalidade, não há qualquer tipo de viés, e nós vamos manter o aspecto democrático e o respeito devido na sua condução.

Então, eu queria só dizer que ontem, quando o Relator foi questionado, eu fui em defesa do Relator, como hoje vou em defesa da Presidência. Nos momentos em que errarmos, eu pedirei desculpas pelos erros que nós cometermos, mas, nesses dois momentos, as intervenções minhas se deram em reação a uma das partes, ao depoente que reagiu aqui. V. Exª, que tem uma formação jurídica sólida – aliás, é um grande profissional do Ministério Público –, sabe que pode haver momentos em que quem preside a sessão impugna a pergunta. E o que eu fiz ali foi impugnar a pergunta a pedido do advogado e do depoente.

Assim, eu gostaria de tranquilizar porque não há, da nossa parte, qualquer cerceamento do mandato parlamentar, da tarefa investigativa que V. Exªs exercem.

E por último dizer que, em relação ao tempo, V. Exª, como autor, usou o tempo integral: eu dei mais tempo, depois somei o tempo. Então, não me sinto cerceando o mandato de V. Exª. E quero aqui declinar, mais uma vez, o respeito que tenho por V. Exª.

Há duas reinscrições, já que não vejo o líder do PSDB aqui: uma é a do Deputado Cândido Vaccarezza – ele a retira –, e a última inscrição, antes do Relator, é a do Deputado Miro Teixeira.

O SR. ALEX ARAÚJO NEBER (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito ligeiro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O advogado pede para fazer um esclarecimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele pode.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pode, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esclarecimento, não. Depois o Sr. Luiz Carlos Bordoni faz antes do encerramento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele pode falar com o cliente dele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com o cliente dele ele terá todo o direito de falar com o seu cliente. Isso lhe será garantido e a todos

os advogados que aqui vierem. Aliás, todos que têm formação jurídica se insurgem a qualquer cerceamento à participação do defensor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Olha só!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu vou falar em tese para evitar os arts 14 da vida. Então, estou falando em tese.

Nós não podemos ter aqui, no Brasil... Não podemos dar um caráter acusatório a alguém que paga imposto – mesmo que o imposto seja pago depois; a lei faculta. Se você faz uma correção da Declaração de Ajuste, a lei faculta. Se quiser declarar um erro, a lei faculta. Há um tempo para isso.

Bom, pagar imposto não pode ser objeto de acusação. Pagou depois? Não, pagou o imposto. Eu estou falando em tese.

Quanto ao espancamento, nós não podemos, não temos o direito, como cidadãos – ainda mais como parlamentares – de tentar mostrar o caráter de uma atitude pela represália adotada contra esta atitude: foi tão grave que houve o espancamento. Como se o espancamento fosse legítimo! Daí estaremos a um passo de um linchamento como fator corretivo. Eu acho que não é didático, em tese. Em tese.

Agora, deixando de ser em tese, esta CPI, para mim, tem um caráter de investigação, sim. Eu não estou no meio de nenhuma disputa... É inacreditável, mas está vazio, está falando sentado, só tinha uma pessoa e estava em pé ali.

Eu estou numa CPI para investigar, sim. Eu não estou participando de nenhuma farsa aqui. Não estou no meio de uma disputa política, eleitoral, nada disso. Alinho-me àqueles que acham que, sem convocar Cavendish e Pagot, nós ficamos sem respostas a essas imputações de que aqui se trava uma luta meramente partidária.

E aí eu me dirijo ao PT: está na mão do PT decidir. Está na mão do PT decidir essa convocação. É inacreditável como se reluta em trazer aqui para depor, garantindo, segundo as regras, que são as reconhecidas como legítimas pelo Supremo Tribunal Federal, o silêncio, sim, depois de cada pergunta, por quê? Porque o depoente não pode antecipar, com uma percepção de que a resposta da pergunta que não foi feita vai incriminá-lo de alguma forma. Isso é inacreditável isso que foi adotado aqui na comissão

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Todos nós estávamos distraídos até.

Eu vou aqui, Presidente, também dizer que tenho acesso aos dados de que eu preciso. Eu tenho acesso aos dados de que eu preciso, lá na sala do cofre. E temos aqui, a exemplo da Câmara dos Deputados, temos aqui no Senado um conjunto de servidores que honra essas carreiras de Estado. E eu quero homenageá-los na pessoa do Dirceu, sempre solícito, sem hora, sábado, domingo, abrindo ali a sala, abrindo a sala para nós, para os advogados dos réus terem acesso ali a todos os documentos. Isso não é brincadeira.

É só conferir ali a lista de presença, até que... Eu era uma pessoa presente até que começamos a ter a possibilidade do acesso remoto de alguns dados e a possibilidade também de mandar um assessor copiar os dados que estão ali à disposição. E aí podemos trabalhar, sim. Nós podemos trabalhar, sim.

Eu finalizo rendendo minhas homenagens a todos aqueles que se insubordinam. Eu acho que daí é que resulta a criatividade e que resultam as providências também. É preciso se insubordinar, sim. Agora, não é possível que se traga uma autocrítica, aquilo que deveria ser uma autocrítica pelo que não faz, atribuindo ao coletivo essa responsabilidade.

Eu cumprimento todos os participantes desta Comissão, cada um com seu estilo, cada um com seu jeito, agora cada um querendo fazer o seu trabalho no tempo certo.

E apelo ao PT para que decida logo essa vinda do Cavendish, porque está na mão do PT.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu passo a palavra... Eu quero perguntar a V. Exª se V. Exª prefere falar antes ou depois das considerações finais do depoente, Sr. Luiz Carlos Bordoni.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu acho que eu posso falar antes, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra, o Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Primeiro, é lamentável que os Parlamentares falem, digam o que querem dizer e saiam.

Contudo, em relação à questão que o Deputado Miro Teixeira tem, de maneira sistêmica colocado, a questão do Pagot e do Cavendish, quero dizer que a relatoria está tratando do tema. O fato de a relatoria não ficar falando durante as reuniões não significa que nós não estamos cuidando do tema, porque vamos enfrentá-lo no momento adequado, na reunião administrativa. Então, quero informar V. Exª disso.

Segundo, em relação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª já dá uma boa notícia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero agradecer ao Luiz Carlos Bordoni pela contribuição que S. Sª dá a esta Comissão, de se dispor a vir aqui...

Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estava defendendo V. Exª aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A disposição. Muito obrigado. A defesa é necessária.

Agradecer ao Deputado Luiz Carlos Bordoni. Já estou elegendo o senhor, Luiz Carlos Bordoni. Agradecer a atenção de V. Sª, dizer que aqueles que tentam desqualificar agora a imagem de V. Sª, e eu não quero nem confirmá-las e nem refutá-las, as pessoas que o conhecem, a investigação darão conta da análise dos fatos. O dado concreto é que V. Sª vem à CPMI e presta informações relevantes. As acusações que se levantam contra o senhor não foram importantes nos 14 anos de relacionamento do senhor com o Governador Marconi Perillo e com o PSDB em Goiás. As críticas que foram levantadas aqui hoje contra o senhor não tinham importância, agora tem. É importante nós registrarmos isso aqui.

Outra questão que eu julgo importante também, e o Deputado Miro tocou nesse tema aqui, é que há, no Direito Tributário a possibilidade da denúncia espontânea. Essa denúncia espontânea extingue a punibilidade. Então, quando o senhor diz: "Olha, eu recebi um recurso e pago o tributo", mesmo que *a posteriori*, essa denúncia espontânea extingue a punibilidade.

Então, V. Sª não incorreu em crime tributário, porque pode, inclusive, agora, ao sair deste depoimento, se achar algum tributo que precise ser pago, V. Exª pode fazê-lo, com base, inclusive, na Súmula nº 29, na Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, que diz assim: "Não se tipifica crime material contra ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo". No mesmo sentido, o Ministro Cezar Peluso: "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, prevista no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo".

Com isso, quero dizer que os crimes tributários que foram imputados ao senhor aqui não ocorreram, porque, num primeiro momento, percebe-se que V. Sª fez a denúncia espontânea e, se tiver que fazer algum pagamento ainda, poderá fazê-lo, porque não há lançamento definitivo do tributo.

Agradeço a informação relevante que o senhor trouxe a esta CPMI de que recebeu recursos de mais uma empresa fantasma das organizações Cachoeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Relator Odair Cunha.

Passo para as considerações finais ao Sr. Luiz Carlos Bordoni, antes agradecendo a presença de V. Sª aqui, para prestar essas informações a esta CPI.

O SR. LUIZ CARLOS BORDONI – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros desta CPMI, eu venho aqui para trazer a minha contribuição ao trabalho dos senhores; eu venho aqui sem *habeas corpus*; eu venho aqui para falar o que me for perguntado e respondi ao que me foi perguntado.

Pudesse eu ficar calado, ficaria, esconder as coisas, buscava um HC, não diria nada. Eu vim para cá com o peito aberto, com a coragem para enfrentar o que eu estou enfrentando, aqui e lá fora, sem medo da verdade, tanto que eu confessei publicamente aqui para os senhores o imposto não recolhido. Agora querer imputar a mim a pecha de um marginal em relação às questões tributárias e dizer que eu estou fugindo de... Sonegando informações de bens à Receita... Para começar, eu não tenho bens; eu moro num *apart-hotel*; ele é tão grande que, quando eu tenho uma grande ideia, eu tenho que sair para a sacada, porque não cabe ninguém lá dentro.

Venho aqui para ouvir pessoas dizer que eu cometi fraude à execução. Não. Simplesmente eu me precavi a uma situação, onde a possível apreensão dos bens, do dinheiro que fosse depositado na minha conta, pudesse ser levado. Eu tenho filhos, eu tenho netos para cuidar. Então, eu tomei essa medida de modo preventivo. Outra, eu não trouxe a minha filha para ser cúmplice minha em sonegação não. Os impostos devidos são pagos e os que estão a ser declarados serão pagos também. Eu não fujo da responsabilidade não. Eu tenho a minha responsabilidade e levo. Agora, isso não é relevante à questão da CPMI; a questão da CPMI não é ver se o sigilo fiscal do Bordoni é de caloteiro na Receita Federal, eu quero ver o sigilo fiscal é da Alberto & Pantoja, de todos eles, para que nós possamos trazer à luz aqueles que fizeram negócios e receberam por caixa um e por caixa dois – esta é a verdade dos fatos.

Não cometi fraude à execução coisa nenhuma! Apenas tomei uma atitude preventiva. Não vou colocar dinheiro na minha conta porque pode-se decretar, sim, a apreensão do dinheiro que entrar lá. Como não aconteceu, e, aliás, esse processo, inclusive, está suspenso na Justiça lá em Goiás, há uma pendência ainda, está lá parado e pode ser resolvido a qualquer momento, inclusive de comum acordo entre as partes –, eu venho aqui e saio daqui agora como objeto de duas ações promovidas por um parlamentar que quer que se mova a ação processual contra mim por questões de omissão de bens à Receita e por fraude à execução.

Nós teremos... Está aqui o meu querido advogado Alex Neber, que, com certeza, irá tirar de letra porque, afinal de contas, são duas ações que são improcedentes de origem, *ab initio*: elas não cabem aqui.

Infelizmente, eu saio daqui com a tristeza de algumas agressões, mas, ao mesmo tempo, eu saio com a consciência tranquila porque eu vim aqui trazer a minha contribuição ao trabalho dos senhores. Aqueles que tiverem culpa que respondam pelas culpas; agora, eu jamais vou permitir que o meu nome e o de minha filha sejam maculados por depósito feito por empresas laranjas da contravenção.

Isso eu não admito mesmo! E àqueles que quiserem acareação para discutir isso: eu a faço em qualquer lugar, onde quiser, em qualquer hora, em qualquer lugar.

É isso aí.

Muito obrigado aos senhores.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Sr. Relator. Obrigado, Alex Neber, pela ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Agradeço ao Sr. Luiz Carlos Bordoni, também ao advogado e a todos os Srs. parlamentares.

Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente sessão. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE JURISTAS, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 756 DE 2011, DO SENADOR PEDRO TAQUES, ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 1.034 DE 2011, DO SENADOR JOSÉ SARNEY, DESTINADA A ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL.

ATA DA 23ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 23ª Reunião realizada em 11 de junho de 2012 às dez horas e cinquenta e sete minutos, Sala nº 3, Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, sob a presidência do Senhor Luiz Calos Gonçalves e com a presença dos Senhores membros da Comissão: **Antônio Nabor Areias Bulhões, Emanuel Messias Oliveira Cacho, Gamil Föpel El Hireche, José Muiños Piñeiro Filho, Juliana Garcia Belloque, Luiz Carlos Gonçalves, Luiz Flávio Gomes, Luiza Nagib Eluf, Marcelo André de Azevedo, Marcelo Leonardo, Técio Lins e Silva** e **Tiago Ivo Odon**. Deixou de comparecer justificadamente o Senhor: **Gilson Dipp, Marcelo Leal Lima Oliveira, Marco Antônio Marques da Silva**. Na ocasião foram discutidos os seguintes temas: (i) Crimes patrimoniais e crimes de responsabilidade praticados por Prefeitos e Vereadores; (ii) Crimes hediondos; (iii) femicídio; e (iv) homofobia.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Gente, bom dia.

Eu recebi o comunicado de que o Ministro Dipp não poderá vir hoje em razão de um compromisso da Comissão da Verdade. Está em São Paulo. Então se todos permitirem, a relatoria vai encaminhar os trabalhos.

Portanto, declaro aberta a nossa reunião.

Precisamos aprovar formalmente as Atas das 10ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª reuniões. Alguma objeção? É uma formalidade. São as Atas do Senado.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Nós estamos em qual reunião?

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Esta é a 23ª Reunião. Se não há objeção, as Atas estão aprovadas.

Temos uma pauta... Eu queria fazer dois pedidos a esta Comissão. O primeiro pedido é o seguinte: o Reinilson nos informou que o relatório final deve ser protocolado no dia 25. Ainda que haja uma cerimônia solene no dia 27, o relatório precisa ser apresentado no dia 25. Como nós temos reuniões nos dias 18 e 19 para ultimar o exame do relatório, eu entendo que hoje é a nossa última reunião deliberativa. Não temos espaço para deliberar fora disso aqui.

Eu tinha pensado, porém, em fazer o seguinte, queria saber se há anuência e agenda dos queridos colegas: eu já comecei a fazer o relatório e essa tarefa se mostrou bastante complexa e, em muitos trechos, ela sugere pontos de dúvida, ela precisa de pequenas decisões. Nós não temos tempo de uma reunião até lá e, de qualquer forma, não podemos prejudicar a operatividade da coisa, quer dizer, eu tenho realmente que escrever. Aí eu queria consultar, Prof. Nabor, fazer uma consulta que envolve o senhor diretamente.

Ao longo da trajetória dos nossos trabalhos, nós vimos que há polarizações em diversos assuntos. Então eu queria um interlocutor para, durante esta semana, se eu tiver alguma dúvida, se precisar decidir alguma coisa um pouco mais polêmica, eu poder falar com alguém que representa pontos de vista que não são os meus. Então eu queria saber, Prof. Nabor, como é que está a agenda do senhor esta semana? Se eu precisar fazer uma consulta, se precisarmos tomar uma pequena decisão de algum assunto: "aqui ficou mal amparado", aí eu queria saber se posso consultar o senhor. (*Pausa.*) Agradeço, Professor. Sexta-feira o senhor não tem como ir a São Paulo, não, não é?

O SR. ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES – Sexta há uma possibilidade.

O SR. LUIZ CARLOS GONÇALVES – Há uma possibilidade?

Edição de hoje: 714 páginas

(OS: 10006/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL